

INSTITUTO DA LINGUA GALEGA

**A LINGUA GALEGA:
HISTORIA E ACTUALIDADE
ACTAS DO I CONGRESO INTERNACIONAL**

**16-20 DE SETEMBRO DE 1996
SANTIAGO DE COMPOSTELA**

VOLUME III

Rosario Álvarez Blanco
Francisco Fernández Rei
Antón Santamarina
(editores)

Congreso Internacional A Lingua Galega: historia e actualidade (1º. 1996. Santiago de Compostela)

A Lingua Galega: historia e actualidade : actas do I Congreso Internacional, Santiago de Compostela, 16-20 de setembro de 1996 / [organizado polo] Instituto da Lingua Galega ; Rosario Álvarez Blanco, Francisco Fernández Rei, Antón Santamarina (editores). - Santiago de Compostela : Consello da Cultura Galega : Instituto da Lingua Galega , 2004. - 4 v. : 24 cm

DL VG-681-2004. – ISBN 84-96530-01-9 (V. III). - ISBN 84-95415-81-X (O. C.)

I. Lingua galega-Congresos e asembleas. I. Álvarez Blanco, Rosario, ed. lit. II. Fernández Rei, Francisco, ed. lit. III. Santamarina, Antón, ed. lit. IV. Instituto da Lingua Galega. V. Consello da Cultura Galega

© CONSELLO DA CULTURA GALEGA

Pazo de Raxoi, 2º andar

Praza do Obradoiro s/n

15705 Santiago de Compostela

Tel. 981 957 202 Fax 981 957 205

correo@consellodacultura.org

© INSTITUTO DA LINGUA GALEGA

Praza da Universidade, 4

15782 Santiago de Compostela

Tel. 981 563 100 Fax 981 572 770

ilgsec@usc.es

Deseño de cubertas · Táktika Comunicación. Vigo

Maquetación

María del Carmen Pérez González

ISBN: 84-96530-01-9 (Volume III)

ISBN: 84-95415-81-X (Obra completa)

Depósito legal: VG-681-2004

Realización · Táktika Comunicación. Vigo

**A LINGUA GALEGA:
HISTORIA E ACTUALIDADE**

CONFERENCIAS

GALICIA GERMÂNICA

Dieter Kremer

Galicien-Zentrum da Universidade de Trier

0. É para mim uma honra e um prazer abordar hoje uma temática que, à primeira vista, desperta o interesse uma vez que o conhecimento desta matéria não está demasiado desenvolvido, é mesmo bastante vago. Convém, no entanto, delimitar a temática. Parto do princípio que os organizadores deste congresso pensaram neste longo período histórico que separa a Antiguidade da Idade Média, caracterizado pelas chamadas Invasões Germânicas (ou dos Bárbaros, no sentido clássico de “estrangeiros”) e que marca a dissolução da relativa unidade romana e latina ou política e cultural do Império em antigas regiões históricas ou étnicas e em línguas românicas individuais. E será neste sentido que vou resumir alguns, poucos, aspectos da história da língua galega. A noção de «germânico», no seu uso actual, refere-se também a um dos estados germânicos –a Alemanha (em italiano Germania)– mas, curiosamente, não abarca a Inglaterra, a Holanda, os países escandinavos. No decorrer da história medieval e moderna tem havido bastantes contactos entre a Europa germânica e a Galiza, aliás sem influência linguística ou cultural recíproca digna de menção. Não me ocuparei destas fases históricas posteriores às Grandes Invasões, interessantes em mais de um aspecto político, económico ou cultural. Também não vou tratar de um aspecto particular da história da linguística românica, disciplina filológica importantíssima nascida na Alemanha do século XIX, ou seja da formação científica «germânica» de alguns dos grandes romanistas galegos ou da contribuição de romanistas alemães para os Estudos Galegos. Quero apenas mencionar o meu mestre Joseph M. Piel, importante no contexto da minha temática e grande amigo da Galiza e dos galegos, para realçar a transcendência da prevista reedição das suas obras (inclusive os inéditos e um índice remissivo) aqui em Santiago. Feitas estas reservas devo ainda acrescentar que prefiro, pessoalmente, dizer *Galicia* em vez da forma portuguesa e popular *Galiza*; ela traduz uma realidade histórica contínua ao contrário de muitos outros domínios de grande tradição, incluído o secular Portugal nascido de terras «galegas» em palavras do Padre Sarmiento: nunca houve um «Portugal germânico». Desde já sublinho que o nosso passeio pela história dos séculos V ao X ou XI será

bastante árido: politicamente marcado pela dominação «germânica» e a conseguinte convergência num estado nacional —o hiato islâmico só teve consequências indirectas na formação da Galícia e do galego medievais— o elemento germânico nota-se, eventualmente, na sociedade e nas instituições: a história propriamente linguística desta fase de formação da realidade galega pouco tem de germânico.

1. Repito muito sucintamente as datas históricas mais importantes do período germânico, que considero aliás conhecidas. As nossas fontes mais directas dos acontecimentos históricos são os relatos de Idácio, Paulo Orósio, São Martinho de Braga (ou de Dume), Gregório de Tours, João de Bicláro e Isidoro de Sevilla¹. No Outono do ano 409 entra na Península Ibérica um conglomerado de vários povos germânicos: Vândalos asdingos e silingos, Alanos e Suevos. Estes repartem as regiões por sorteio, cabendo aos Asdingos o Norte da Gallaecia, aos Suevos o Sul, aos Alanos a Lusitânia e a parte ocidental da Carthaginensis, aos Silingos a Bética. Entre 416 e 418, depois da fracassada tentativa para se instalarem na África, e como aliados de Roma, os Visigodos combatem com grande êxito os Vândalos silingos e os Alanos. Os sobreviventes juntam-se aos Asdingos, desaparecendo os Silingos como povo. O povo dos Visigodos instala-se, depois de ter concluído o célebre tratado ou *foedus* com o Império, na Aquitânia, base do futuro Reino de Tolosa. Já em 419 Suevos e Vândalos asdingos lutam entre si, e só a intervenção romana (que parece confirmar a confederação entre Roma e Suevos) salva estes do aniquilamento. Os Asdingos abandonam a Gallaecia e instalam-se na Bética. Apesar de uma notória vitória sobre os Romanos em 422, os Vândalos realizam, no ano 429, a sua transferência para o Norte da África. Fica assim, de modo estável e como único povo germânico, o dos Suevos. Nas décadas seguintes, os Suevos desenvolvem uma «incontenible fiebre expansionista que les impulsó a salir de sus asentamientos de Galicia, para extender su señorío por la Lusitania, la Cartaginense y la Bética»². Estava a ponto de se converter no grande Reino germânico da Península se não fosse a batalha do rio Orbigo, perto de Astorga³, que deu aos Visigodos tolosanos sob Teoderico II uma vitória total. Segundo Idácio: «regnum destructum et finitum est». Será no entanto só em 468, depois da entrega de Lisboa aos Suevos e ano da morte de Idácio, que mais uma acção punitiva dos Visigodos, desta vez a partir da sua praça forte —Mérida— que os Suevos «quedaron arrinconados en el noroeste de la Península y comenzaron a vivir una oscura existencia que durante un siglo apenas dejó rastro en las fuentes»⁴. A presença dos Vi-

¹ Cf. as abundantes referências bibliográficas em José Orlandis, *Historia de España. La España visigótica*, Madrid 1977, e *Historia de España Menéndez Pidal*, tomo III: *España. visigoda*, 2 vols., Madrid 1991. Continua útil a antologia de Roberto Grosse, *Las fuentes de la época visigoda y bizantinas*, Barcelona 1947.

² Orlandis p. 33.

³ «...los campos Gallaecia —que luego se llamarían Campos Góticos», Orlandis p. 43.

⁴ Orlandis p. 46.

sigodos, cada vez mais massiva desde 468, tornou-se definitiva depois da derrota de Vouillé em 507, contra os Francos merovíngios. A partir de 573, depois de uma acção militar do rei suevo Miro –filho de Teodemiro monarca que por influência de São Martinho de Braga se convertera ao catolicismo– Leovegildo iniciou uma série de campanhas contra os Suevos que iria culminar na destruição do Reino dos Suevos em 585. Diz Isidoro na sua *Historia Suevorum*: «Regnum autem Sueuorum deletum in Gothis transfertur, quod mansit annis CXXVI», é mais explícito João de Biclara na sua Crónica: «Leovegildo subjugou à sua potestade a nação dos Suevos, o seu tesouro e a sua pátria, e fez dela uma província dos Godos»⁵. O resto é já demais conhecido. É importante sublinhar que o Reino dos Suevos ultrapassou os limites da antiga Gallaecia e abarcou grandes partes da Lusitânia, incluindo as dioceses de Lamego, Viseu, Coimbra e Idanha que só mais tarde seriam restituídas à província da Lusitânia.

2. O conhecimento desta fase histórica delimitada, em princípio, pela entrada na Península Ibérica dos primeiros povos germânicos –Vândalos (Asdingos e Silingos), Alanos e Suevos– no ano 409 e a catástrofe de 711, não é escasso, apesar da falta de fontes directas. A abundante historiografia –entre as várias histórias da Hispânia germânica cito aqui apenas a geral sob a direcção de Menéndez Pidal e a de José Orlandis e, para o Reino dos Suevos, a de Casimiro Torres– deixa entrever por um lado a continuidade de estruturas sociais, administrativas e agrárias romanas e por outro o forte impacto dos «invasores» para a unidade político-jurídica da Hispânia, incluindo o «apêndice» da Septimânia. É precisamente o termo de «invasores», além de «bárbaros», que se presta a mal-entendidos. Na realidade, a Hispânia foi, para Suevos e Visigodos, a última pátria. Confundiram-se com a população indígena. As nações medievais já não correspondem a etnias, são resultado de uma secular convivência e integração de «raças» distintas. É na verdade extremamente difícil captar, em todos os seus momentos, este processo histórico de assimilação entre germanos e as várias etnias da Península. Temos de ter em conta a relação demográfica que seria de 1:20 (ou 5% de Germanos), e ao mesmo tempo a diversificação das camadas sociais: a romanização teria avançado muito mais rapidamente na aristocracia –a classe dominante parece integrar as grandes famílias de tradição romana–, as tradições góticas ter-se-iam mantido até bem entrado o século VII entre a população humilde do campo. Durante o «período histórico» é nítido o conceito de germanidade. O rei era obrigatoriamente de estirpe goda. Ao mesmo tempo e como consequência de uma legislação única para todos, assistimos ao nascer de uma nacionalidade comum romano-germânica. Parece que o «neo-gotismo» da primeira fase da Reconquista significa precisamente a restauração desta unidade nacional e não racial, sendo uma tradição propriamente germânica ainda característica de algumas grandes famílias. Parece-me importante insistir na continuidade do pós 711: os Visigodos não «morreram como

⁵ Orlandis p. 104, Grosse p. 187, Rodríguez Alonso p. 320.

povo» (Piel) –já não existiam como tal– nem foram expulsos da Península, não se registando qualquer êxodo populacional: eles sobrevivem na sociedade medieval.

O povo dos Suevos tem um papel fundamental na Galicia Germânica. Depois de os Asdingos –que tinham ocupado o território da actual Galiza, aos Suevos coube o Norte do actual Portugal– se deslocarem para a Bética e em seguida para a Africa (como consequência de os Visigodos terem aniquilados os Silingos e Alanos) os Suevos dominam todo o Noroeste peninsular, a Gallaecia e grande parte da Lusitânia –sendo a capital Mérida posto avançado dos Visigodos– com repetidas tentativas para se apoderar das outras províncias romanas. A corte encontra-se em Braga, Porto é praça forte. Mas depois de 468, pouco depois da importante derrota contra os Visigodos, reina um silêncio absoluto que só será interrompido a partir dos anos 60 do século seguinte, em plena actividade de São Martinho de Dume e a poucos anos do fim do reino. Desde 585 (e seguramente já alguns anos antes) até 711 a Gallaecia faz parte do Reino visigodo e é de notar, com José Mattoso, «o pouco interesse que até agora tem despertado a temática Godos e Gallaecia» (podia acrescentar-se Lusitania)⁶.

É problemático o caso dos Suevos, e não posso entrar em mais pormenores: basta remitar, por exemplo, ao colóquio dedicado aos «Suevos» realizado em Braga nesta Primavera⁷. De facto, nada ou muito pouco sabemos deste grupo germânico e não deixa de ser controversa a sua proveniência e composição étnica. Parece que devem identificar-se com os Quadros e que passaram algum tempo na Pannonia (hoje Hungria), também pátria de São Martinho de Dume ou de Braga. É pouco segura a identificação com os actuais Schwaben (Suabos) da Alemanha, e tentar estabelecer uma ligação linguística entre Suevos e Suabos não passa de pura especulação. Pensa-se, no entanto, que os Suevos pertencem ao ramo chamado ocidental do germânico, ao contrário dos Godos ou Vândalos germanico-orientais. Mas nada sabemos da sua língua, e a onomástica dos reis suevos é predominantemente goda.

As fontes que nos podem fornecer algum indício de uma eventual influência linguística germânica são na sua totalidade indirectas. Não há, repito-o, nenhum documento da fase chamada «histórica» dos Hispano-godos que esteja escrito em godo ou faça menção desta língua germânica, relativamente bem conhecida. Temos de deduzir os nossos conhecimentos dos textos e documentos da época escritos em latim e dos quais o melhor conhecedor é o Prof. Díaz y Díaz. São especialmente importantes os textos legais (que contêm alguns, poucos, termos germânicos de índole administrativo: *gardingus*, *guardia*, *scancia*, *tiufadus* e *sagio*) e as notabilíssimas actas dos concílios hispânicos, só transmitidos em cópias medievais⁸, assim como a colecção original dos documentos, na sua maior parte fragmentá-

⁶ Cf. J. Mattoso p. 325.

⁷ Cf. Erwin Koller / Hugo Laitenberger (ed.), *Suevos – Schwaben*, Tübingen 1998 (= *Tübinger Beiträge zur Linguistik*, 426).

⁸ Edição crítica de Martínez Díez, Gonzalo / Rodríguez, Félix: *La Colección Canónica Hispana*, III. *Concilios griegos y africanos*, Madrid 1982, IV. *Concilios galos, concilios hispanos: primera parte*, Madrid 1984, V. *Concilios hispanos: segunda parte*, Madrid 1992 (= *Monumenta Hispaniae Sacra*, 3-5).

rios, escritos sobre piçarras⁹. Mas na realidade essas fontes fornecem-nos bem pouca informação: Parece que uma eventual língua hispano-gótica falada não teve qualquer impacto sobre a estrutura morfológica ou fonética do latim¹⁰, relativamente conservativo, da época¹¹. O pequeno grupo dos empréstimos lexicais só se pode «destilar» das línguas românicas ulteriores. O que resta é o impressionante acervo dos nomes pessoais.

3. Convém insistir, mais uma vez, numa terminologia inequívoca porque, especialmente no que respeita às influências germânicas, continua a haver uma certa confusão que enevoa a situação real. Costuma falar-se, na terminologia tradicional, de *etimologia* (fazendo-se a distinção entre etimologia remota e etimologia imediata), de *história das palavras* e de *empréstimos*. Esta terminologia funciona bastante bem a nível do léxico comum: uma palavra como *guerra* considera-se uma palavra galega, portuguesa, castelhana, etc., fazia já parte do léxico comum do latim chamado vulgar. Trata-se, pois, de uma palavra comum «pan-românica» (não há traço nenhum de *bellum*, do latim clássico, tratando-se, no caso do romeno *război*, substantivo também neutro, de um eslavismo tardio) com etimologia imediata latina e etimologia remota germânica, portanto empréstimo ou «germanismo» do latim. Outra palavra como o galego e português *luva*, castelhano *lua*, exclusiva do Centro e Ocidente da Península Ibérica, é um empréstimo ou «hispano-gotismo», derivado do gótico *lōfa*, documentado no sentido de “palma da mão” e etimologia imediata, cuja evolução semântica até “luva” já faz parte da história da palavra. Mas nenhum hispano-falante se lembraria chamar «germânica» a uma palavra como *luva* que considera automaticamente, e com toda a razão, como portuguesa, galega, etc., o mesmo acontecendo com os inúmeros arabismos que fazem parte integrante do léxico comum, seja por via directa ou indirecta.

A situação é distinta no campo da onomástica, considerada sem razão como algo de diferente, especial, exótico. Na realidade, os nomes de pessoa e de lugar não passam de unidades lexicais, com uma aplicação ou função bem definida. Ou dito de outra maneira: o léxico onomástico, em toda a sua complexidade, é parte integrante do léxico comum. A única especificidade deve-se ao facto de ele representar, na grande maioria dos casos e falando de etimologia, camadas históricas e ambientes mais ou menos bem definidas. Assim um nome pessoal como *Teresa* faz parte do léxico onomástico galego e português (com uma grande proliferação internacional) ao mesmo título que, por exemplo, *Elvira*. Nos dois

⁹ Isabel Velázquez Soriano, *Las pizarras visigodas. Edición crítica y estudio*, Murcia 1988.

¹⁰ «En resumen, esta penetración de expresiones góticas (y quizá suevas) en el vocabulario español no cambia en nada la estructura románica de la lengua. En particular, no se hace constar ningún influjo gótico en el desarrollo fonético o morfológico que sería debido a la lengua gótica. Sin embargo, la infiltración del elemento gótico en la población autóctona no fue sin ejercer una influencia poderosa sobre el español; pero la fuente de este influjo ya no era el idioma gótico, sino el idioma románico aprendido por os godos en la Francia meridional y trasladado a la Península Ibérica. Este influjo, sin embargo, todavía está por estudiar», E. Gamillscheg, *ELH* 2,91.

¹¹ Cf. M. Díaz y Díaz, «Rasgos lingüísticos», *ELH* 1,153-197.

casos temos nomes de origem ou etimologia não latina –*Teresa* é um nome de evidente origem prelatina, exclusivo da Península, *Elvira* é um dos nomes característicos de etimologia hispano-gótica– e temos de considerá-los como empréstimos integrados no onomástico peninsular não se distinguindo, de modo nenhum, de nomes como *Maria* ou *Inês*, nomes de etimologia remota respectivamente hebraica e grega, mas transmitidos pelo latim. Ainda mais ilustrativos exemplos como *Mendo* ou *Menga*, de etimologia remota respectivamente hispano-gótica e latina, mas transformados em língua romance, sendo a etimologia imediata *Ermenegildo* ou *Domenga*.

Quanto à toponímia, é especialmente frequente falar-se de «toponímia germânica», por exemplo. Na realidade não há, na Península Ibérica, praticamente nenhuma toponímia germânica, a não ser as duas fundações históricas de *Recópolis* e *Victoriacum*. O que se costuma chamar assim são denominações toponímicas medievais românicas, com empréstimos –lexicais ou onomásticos– de origem ou etimologia germânica. Uma *Saavedra* é uma denominação puramente romance, baseada no empréstimo lexical *sala* ou *sá*. O topónimo, frequente, *Samil* (também *Saamil*, *Samir*, *Salamir*, *Zaramil*, *Sanamil*, *Sanmir*, *Sanmil*, *Sanmiro*, *Samiráns*, *Xamirás*), é o resultado de uma formação latina do tipo *villa Salamiri*, quer dizer com o lexema comum *vila* e o nome do proprietário latinizado em *Salamirus*. Este nome pessoal é um nome do onomástico comum da época, sendo a sua etimologia gótica. A formação em si nada tem de «germânico».

Insisto nesta distinção banal entre «germânico» e «de origem germânica» para evitar, a todo custo, especulações inúteis e falsas. Basta citar o Prof. Piel: ele próprio contribuiu involuntariamente para esta confusão terminológica quando fala, ao referir-se à toponímia deantroponímica, de «toponímia germânica» ou «nomes de lugar, antigos e modernos, de origem visigoda», etc., especificando porém que «os topónimos portugueses de origem visigoda explicam-se portanto pela antroponímia medieval respectiva, e as conclusões históricas que deles podemos tirar não vão além das que esta nos permite. O facto de uma localidade ter um nome de origem visigoda, não implica de maneira nenhuma que tenha sido fundada ou habitada por um godo. Indica única e exclusivamente que, em determinada época da Idade Média, esta localidade foi propriedade de um indivíduo de nome visigodo»¹². No seu artigo fundamental sobre «O património visigodo da língua portuguesa», de 1942, declara:

É a altura de preguntarmos como se deverá explicar a grande supremacia dos nomes godos no antigo onomástico. É evidente que eles não têm valor nenhum para a identificação da nacionalidade. Concluir do facto de um indivíduo ser portador de um nome godo, que ele é de raça goda, seria tão absurdo como se um historiador, num futuro longínquo, quisesse demonstrar que os portugueses do século XX eram judeus, baseando-se na observação de os nomes mais frequentes desta época serem *Manuel* e *Maria*...¹³

¹² «O património visigodo». p. 28.

¹³ «O património visigodo». p. 21.

4. Vem de longe a discussão sobre as razões e a data da «germanização» onomástica. O aspecto da aparente concentração no Noroeste, nos limites do antigo Reino suevo, dos chamados «nomes de possesores» deve no entanto separar-se da documentação antroponímica medieval a qual, com as devidas modificações regionais, espelha uma germanização mais ou menos comparável em todo o Norte da Península. De um lado, deve ter-se em conta o avanço da Reconquista, já nos séculos VIII e IX, no ocidente. Por outro, é conhecida a forte concentração de lugares habitados no Noroeste da Península –mesmo que a afirmação, repetida ultimamente, de que na Galiza actual se concentraria quase a metade de toda a toponímia maior do Estado espanhol seja bem exagerada–, do que resulta uma alta frequência de praticamente todos os tipos de designação toponímica. A questão central é a de determinar o momento histórico desta «revolução» no comportamento onomástico-toponímico. Há duas posições: uma considera essa evolução um fenómeno ligado ao processo da Reconquista, a outra parte de um facto histórico da última fase do Reino Visigótico. O melhor exemplo desta hesitação (e confusão) é-nos dado pelo próprio Prof. Piel que se ocupa, no entanto, mais do fenómeno toponímico do que da antroponímia. Convencido, durante décadas, de que o impressionante número de «nomes de possesores», sejam eles formados com nomes de origem latina ou germânica, seria o resultado de um movimento povoador dos primeiros séculos da Reconquista, passa, a partir dos anos 70, a favorecer a hipótese de um povoamento gótico, mais ou menos sistemático, do Noroeste após a supressão definitiva do Reino dos Suevos. Este movimento teria dois motivos: o da consolidação do domínio visigótico e a apetência de uma região fértil e por isso mesmo desde sempre densamente povoada¹⁴. Apoiar-se na toponímia evidentemente caracterizada por elementos de origem gótica, especialmente *sala*, e nos topónimos do tipo *Suegos* e *Godos*; contudo já não menciona a qualidade linguística dos próprios nomes dos «possesores».

Há aqui, evidentemente, uma certa confusão entre factos históricos como seja a questão do povoamento do Noroeste durante o Reino Visigodo e o decorrer da Reconquista, eventualmente traduzíveis da maneira de como designar um lugar, e a evolução do stock ou património antroponímico que dá o material para um tipo de designação toponímica muito caracterizado. É tradição muito antiga denominar lugares segundo o seu proprietário. O processo desta denominação obedece a certos mecanismos, facilmente reconhecíveis. Para a Península Ibérica prevalece, durante a longa fase de língua latina, a derivação com o sufixo adjectival determinativo -ANU, aplicado ao nome pessoal em questão e referindo-se à palavra base *FUNDUS* ou, mais frequente, *VILLA*, segundo o modelo *villa Cornelianiana* > *Correlhã*. A fase vernácula do Noroeste é caracterizada por uma composição nominal do tipo *villa Petri* > *Vilapedre*, *Pidre* ou *villa Atanagildi* > *Tagilde*, *Tangil*, processo activamente productivo até o século XI. Note-se a sobrevivência do genitivo latino nesta função exclusiva, e sua sobrevivência na língua popular e não só na escrita como provam os resultados

¹⁴ Cf. também J.M. Piel, «Blüte und Verfall», p. 417.

modernos¹⁵. Parece que a passagem de um modelo ao outro se situa naquela longa fase da formação das línguas românicas individuais e que a conquista islâmica implicou a ruptura definitiva, ao perder-se a identificação pan-iberoromânica. São raríssimos os exemplos de formação em *-ana* sobre um nome de origem germânica (existe uma *villa Froilana* na Astúrias do século X, tratar-se-ia, eventualmente, de uma denominação latinizante) e a curiosa *villa Gomeidei* do importante Parochiale suevo, ou *Divisio Theudemiri*, do ano 569 é um caso excepcional¹⁶: será que a formação genitiva traduza uma remota influência germânica?

Ao discutir a questão controversa de um eventual despovoamento organizado entre o Norte cristão e os domínios muçulmanos –ideia avançada por Alexandre Herculano e defendida por Sánchez-Albornoz– a historiografia respectiva –nomeadamente Pierre David e Avelino de Jesus da Costa, na sua monumental obra sobre a diocese de Braga– verificou uma evidente continuidade populacional, especialmente na parte sul da Gallaecia. Foi Alberto Sampaio, no seu conhecido estudo «As vilas do Norte de Portugal», de 1923, quem notou a falta de topónimos de tipo latino (em *-ana*) precisamente nesta região, afirmando «visto o cuidado que os povos germânicos tiveram em conservar tudo na situação anterior, os nomes latinos existiram até à queda do seu império», e um pouco mais adiante, «a substituição dos nomes –facto tão expressivo de uma alteração na parte mais íntima da sociedade, não teve com certeza lugar nesta época, mas na imediata... quando [os reis de Oviedo e Leão] resgatavam os territórios ocupados pelos muçulmanos»¹⁷. Concretamente aduz alguns exemplos dos primeiros passos da Reconquista, exemplos bastante conhecidos e corroborados por outros casos. Vale a pena repetir esta passagem, já citado pelo Prof. Piel:

A treze companheiros que pediram a Odoario [bispo de Lugo, cidade restaurada por Afonso I] *una villa ex ipsis quas ipse prendiderat*, deu-lhes *unam villam prenominatam Villamarci, quam iuse prendiderat & dederat Marco sobriño suo, a quo nomen accepit Villamarce*. Antes da apreensão ela havia de ter um nome que o bispo substituiu pelo do sobrinho. Este facto não é singular nem accidental. Noutro documento Odoario conta que concedeu a seis dos seus homens as vilas, Avezani, Guntini, Desterit, Provecendi, Sendoni, Macedoni, e que as denominou pelos nomes deles, Avezano, Guntino, Desterigo, Provocendo, Sendo, Macedónio. Relativamente à primeira acrescenta uma frase que se não deve omitir –*misimus ad eam nomen Avezani de nostra praesura*, palavras muito significativas no seu laconismo; pois explicam a razão dos novos nomes; a tradição romana não se tinha obliterado: a imposição do novo nome pessoal seria como uma ficção jurídica, pela qual se julgaria, expungido o antigo, fundar a vila novamente.¹⁸

¹⁵ Cf. para esta temática M. Díaz y Díaz, «Rasgos», pp. 188-9, e outros.

¹⁶ «Nous le considérons [o parochiale] comme un document du VI^e siècle en son troisième quart, contemporain de saint Martin de Dume; pièce unique dont l'équivalent n'existe pour aucune autre province ecclésiastique du monde latin» (Pierre David, p. 6). Cf. J.M. Piel, «Über die Namen der sog. Divisio Theodemiri», *RF* 71 (1959), 160-167.

¹⁷ Sampaio, p. 46. Assim também J.M. Piel, «Blüte und Verfall», p.417.

¹⁸ Sampaio, p. 50.

Esta substituição de um nome antigo por um novo, de conotação evidente, insere-se no âmbito da Reconquista¹⁹. Tratando-se, no nosso caso, de proprietários individuais, o mesmo fenómeno pode observar-se, desta vez aplicado a colectivos, frequentemente durante o século XIII. Basta lembrar a conhecida acção do Rei Sábio no «repartimiento» de Sevilla ou exemplos do Noroeste como «uolo facere populam in loco qui dicitur *Atrium* in foce Limie cui popule de nouo impono nomen *Viana*» (a.1258), «quando elrey don Sancho 1.º deu a poblar esta vila de *Contrasta* que agora chamam *Valentia*» (a.1258), «facio quendam populationem in *Cauto de Maazedo* et impono ei de nouo nomen *Monzon*» (a.1261) ou «damus et concedimus vobis populatoribus de illo nostro loco qui consuevit vocari *Burgum vetus* et inponimus nomen *Villa Nova de Rei* pro foro de Gaya» (a.1288), todos eles exemplos do século XIII.

Parece-me bastante provável que tenha havido uma colonização «goda» no Noroeste já a partir da última fase da guerra suévica²⁰: assim a temporã ocupação militar dos lugares fortificados mais importantes e a densidade de certos topónimos, especialmente *Sá*, eventualmente também a citada paróquia *Villa Gomedei*, da diocese do Porto, ou *Rodomiro*, da de Viseu, testemunham da presença de militares e altos funcionários godos no território da desaparecida Suécia. Também é provável uma massiva imigração de gente do Sul e do Centro. Trata-se, no entanto, de um processo de colonização já não de Visigodos mas sim de população hispano-românica, população na qual já se integrou o «elemento» germânico.

Isto de modo nenhum diz respeito à antroponímia em vigor no século VII ou do princípio do século VIII. A meu ver, o aspecto da germanização do stock onomástico tem de se separar absolutamente da questão do povoamento e da maneira de como designar lugares. O Prof. Piel que tratou, repito-o, muito mais da toponímia do que da antroponímia propriamente dito deixou em aberto esta problemática: insiste, por um lado, na precoce toponimização do tipo nome de proprietário, mas constata, por outro, a presença de nomes tanto de etimologia latina como germânica, estes últimos em maioria. Para mim, e posso basear-me na rica documentação medieval, «a germanização geral da antroponímia peninsular é manifestamente um fenómeno dos séculos VIII ao X. Mesmo sem dispormos de fontes pre-islâmicas podemos verificar a sobrevivência da onomástica clássica (grego-latina, mas também indígena) especialmente nos grandes focos políticos de Astúrias e Catalunha, o que não exclui, de maneira nenhuma, fortes tradições góticas em certas grandes dinastias». Também é céptico, quanto à uma profunda germanização da parte noroeste, ou seja da Galiza e de Portugal, José Mattoso, que a considera «um reflexo da irradiação do antigo reino de Oviedo, mandatário da primeira fase da Reconquista»²¹.

¹⁹ Parece tratar-se de um fenómeno do séc. VIII especialmente. Cf. também P. David p. 176.

²⁰ Cf. Orlandis, p. 80.

²¹ Mattoso, p. 325.

5. No que respeita ao reduzido léxico gótico que sobrevive, sob forma de empréstimo, em galego e português, continua válido o resumo do Prof. Piel no seu citado artigo «O património visigodo da língua portuguesa», de 1942. Pouco de novo se fez no passado meio século, a não ser a discussão destes empréstimos no grande dicionário etimológico de Joan Coromines ou algumas contribuições pontuais ou as «achegas» do próprio Piel. Esta situação mostra dois aspectos da linguística actual: o pouco interesse que desperta a etimologia em geral e os contactos germano-românicos –ou a *Romania Germanica* como também a *Germania Romanica* (ou latina)– em especial. Há razões para tudo, e a complexidade da etimologia germânica ultrapassa as possibilidades de um romanista sem formação germanística. Parece-me praticamente impossível chegar a conclusões definitivas sem a estreita colaboração de especialistas das duas disciplinas. Note-se, porém, que o número de especialistas da língua goda é, na actualidade, reduzidíssimo e que os germanistas ignoram, geralmente, as línguas românicas e a sua história. Estamos num verdadeiro «impasse». Os romanistas costumam «ruminar», sem preparação e sem crítica, o que vem escrito nas obras consideradas clássicas, e os germanistas ignoram a produção, inclusive documentação, romanística. É imprescindível um novo inventário e o estudo monográfico correspondente dos germanismos nas línguas românicas.

O que acabo de afirmar, certamente de maneira demasiado brutal, aplica-se tanto aos vocábulos como aos antropónimos de origem germânica. Assim o «Hispano-gotisches Namenbuch», que o Prof. Piel e eu próprio publicámos há 20 anos, não é, de maneira nenhuma, uma obra definitiva ou fidedigna em todos os aspectos, como não o é a clássica e fundamental *Romania Germanica* de Gamillscheg. Necessita absolutamente de uma actualização não só dos materias entretanto decididamente mais ricos²², mas sobretudo da parte etimológica e geralmente explicativa. E falta-lhe, claro está, a «réplica» de um «Hispano-romanisches Namenbuch» ou seja o Dicionário onomástico hispano-românico. Considero este aviso oportuno: muito satisfeito com o bom trabalho dos jovens –cabe sublinhar o facto de se crear, à volta do projecto *PatRom* ou seja «Dicionário histórico da antroponímia românica» e com especial relevo para o domínio hispânico, toda uma geração de especialistas em onomástica– tenho constatado bastante imprudência na explicação dos antropónimos de origem germânica.

Voltando aos empréstimos lexicais a partir da língua gótica, posso resumir muito rapidamente o essencial, seguindo livremente a citada exposição do Prof. Piel. Distinguímos quatro grupos: (1) palavras que já pertencem ao latim vulgar ou medieval, (2) vocábulos comuns a todas as regiões primitivamente ocupados pelos Godos, (3) vocábulos peculiares à Península Ibérica e à Galoromânia, ou à Península e à Itália, e (4) as palavras visigodas exclusivas dos idiomas ibero-românicos.

²² Desde a constituição daquele inventário tem sido publicadas várias fontes históricas importantes que permitem completar e corrigir alguns aspectos. Sirvam como exemplos do Noroeste da Península: *Bagauda cognomento Zidi* a.947(or.) CDÓteroDueñas n°3, *Ernefara connomento Farita* a.876(or.) DocCatLeón 155 (cf. também *Farella* a.964(or.) ib. 240), *Bamba* ts. a.975(or.) ib. 256 / *frater Abambe* cf. 1003 DocCelanova1 n.8, *Otilanis principis* a.975 CC 3,411, **Sudila(ne)*, no topónimo *Sudilanes* (Peares/Or) = Rodríguez.Colmenero, Gal.Medieval, top. *Gondineses* s.11 DocCelanova2 n.27, *Rosla cogn. Geta* a.1029(or.) CDÓteroDueñas n.129, *Gracilo cogn. D. Tia* a.1014(or.) ib. n.64, *Geuerane* a.976 TumboSobrado 1,50 etc., etc.

É também importante repetir, sem entrar em pormenores, que os contactos e a convivência dos dois povos godos, Ostrogodos e Visigodos, com o mundo latino-romano começa em meados do século III, que os Visigodos chegaram à Península Ibérica já muito «romanizados». De facto, não temos qualquer documento ou indício concreto da língua que teriam falado os imigrantes. Conhecemos uns fragmentos da Itália ostrogoda e temos o célebre *Codex Argenteus*, cópia ostrogoda do século V e escrito em runas, da tradução fragmentária da Bíblia pelo bispo visigodo Úlfila dos meados do século IV. Trata-se do primeiro monumento de uma língua germânica, ao passo que as outras línguas se encontram documentadas só vários séculos mais tarde. Convém lembrar, neste contexto, que não conhecemos uma língua germânica mãe, comparável ao latim em relação às posteriores línguas românicas: todo étimo germânico leva portanto obrigatoriamente o asterisco. Parece seguro que a língua dos Visigodos desapareceu o mais tardar durante o século VII, sendo esta perda bastante rápida na camada aristocrática e nas cidades e contando-se com uma sobrevivência mais longa no campo, na população simples, talvez em pequenos grupos (que explicaria os topónimos do tipo *Godos*). A falta de documentos pode ser relacionada com a conversão do povo visigodo do arianismo ao catolicismo no ano 587, logo a seguir a anexação do Reino dos Suevos. Este contacto linguístico coincide ao mesmo tempo com a importante fase de diversificação do latim em línguas vernáculas. Os empréstimos, lexicais e antroponímicos, podem portanto ajudar na fixação da cronologia de certas mudanças fonéticas, especialmente da palatalização de *k-* e *g-* seguidos de vogais palatais e da sonorização das consoantes intervocálicas, particularmente as dentais.

Concreta e tradicionalmente atribuem-se à quarta categoria de empréstimos, os privativos da Península Ibérica, única que interessa neste contexto, as palavras seguintes: *aio* “preceptor”, *ataviar*, *casta*, *escançar*, *escanção* (*escanciar*, *escanciano*), *espeto* e castelhano *espito*, *espora* (*espuela*), *esquilar*, *fona* “centelha, chispa”, *freda* “espécie de multa que era cobrada de quem infringisse a paz estipulada”, *gana*, *ganso*, *gavião*, *grima*, *lastar* “pagar em lugar do outro”, *luva* (cast. *lua*), *malado* “criado de servir” assim como *teixugo* e poucas mais. São discutidas *aleive*, *cundir*, *fato*, *guarir* (com *guarecer*), *íngreme*, *tascar* e outras. Evidentemente prevalece a terminologia militar e jurídica, confirmada pelos «gotismos» mais propagados como *albergue*, *bando*, *elmo*, *espia*, *guarda* ou *trégua*. Por outro lado, e passo a citar o Prof. Piel, «trata-se de termos que designam objectos ou actividades relacionadas com a vida rural, a vida humilde e caseira da gente do campo, e que freqüentemente se limitam a determinadas regiões: *aspa*, *roca*, *espêto*, *taco*, *grapa*, *bramar*, *triscar*, etc. Esta última circunstância parece demonstrar que... a língua goda se manteve com maior tenacidade nas camadas inferiores do povo»²³. E insiste na possibilidade de que «um exame minucioso do vocabulário português, principalmente do regional, deve trazer à luz muito mais do que aquelas palavras» e remata que «a relativa pobreza dos nomes comuns de origem visigoda é evidentemente um indício da decadência dêste idioma no tempo em que se gerou a língua portuguesa».

²³ J.M. Piel, «O património», p. 18 s.

Juntam-se a estes termos, e além do galego *escá* “medida para grãos”, inicialmente “taça”, duas designações de pássaros: *mejengra* “chapim” –já documentável sob a forma *a Carualha da Meigenga* em 1258, e, na sua forma actual, no apodo Caterina *Meygengra*, utilizado por Gil Vicente– e *laverca* “calhandra”, documentada como *laverco* em 1059, e *laverca* em 1253.

A interpretação etimológica deste último mostra a dificuldade de distinguir entre gótico e suévico, duas línguas que pertencem a dois ramos diferentes da família linguística germânica, diferença facilmente detectável na antroponímia. Esta dificuldade repete-se no pequeno núcleo de palavras toponímicas que se concentram no Noroeste da Península e que são manifestamente prova da presença germânica. Trata-se de *lobio*, *boiro*, *gropa* e *sáa*. Este último exige uma forma, provavelmente gótica, **sala* –a não confundir com o galicismo *sala*– apelativo que designou aparentemente a casa principal, sendo assim concorrente do latim *VILLA* ou *PALATIUM*, documentável, por exemplo, em «*villa iuxta amnis Armena nuncupata Sala de donna Eldonza*», num documento de Samos de 997. Como apelativo sobrevive ainda hoje o derivado *gasalha* (e família correspondente), literalmente “Geselle” ou seja “aquele que comparte a *sala*”. Tudo indica que os mais de cem topónimos com *Sá* ou *Sáa* ainda existentes substituíram a designação latina correspondente e seriam assim prova da tomada de posse das antigas propriedades romanas ou suevas por «proprietários» hispano-godos. A gente de mais baixa condição teria vivido em *boiros* (ou “casais”). Esta palavra, documentada na área do antigo Reino dos Suevos sob forma galega *Boiro* e portuguesa *Bouro*, relaciona-se com uma base germânico-ocidental **burja*, à qual corresponde o alemão *Bauer*, no sentido de “casa”. Outra palavra «castiça» é o galego *lobio*, definida “parral pequeno o de poca altura, que está sostenido con postes y armazón de madera, hierro o alambre...; En comarcas vitícolas de Galicia hay LOBIOS de relativa extensión y altura, que se alzan sobre caminos de carro y atraviesan entre muros los viñedos” por Eladio Rodríguez (2,542a) e já registada de Du Cange e de Sarmiento. Em português sobrevive exclusivamente, ao que parece, na toponímia. Identifica-se com o alemão *Laube* e corresponde etimologicamente ao internacionalismo, mais recente, *loja* (fr. *loge*, cat. *llojja*, esp. *lonja*) e *loggia*, formando assim um doblete ou triplete.

6. A única influência linguística concreta de um certo peso –e é aqui que se pode falar de «património visigodo»– nota-se na antroponímia medieval. Esta germanização é no entanto um fenómeno indirecto, aparentemente não coevo da presença de uma etnia germânica no contexto hispano-romano, mas sim resultado de uma evolução histórico-social: quer dizer da desintegração de uma hegemonia racial e do nascimento de uma sociedade homogénea ou nacional. Além disto, o fenómeno da germanização antroponímica não é, de maneira nenhuma, específico da Península. Verificamos fenómeno idêntico nos outros estados criados pelos povos germânicos no solo do antigo Império Romano. A especificidade histórica da Península é o colapso provocado pela Conquista: na futura França ou Itália a passagem da hegemonia racial à integração na-

cional faz-se mais paulatinamente, o fenómeno da germanização antroponímica é no entanto comparável²⁴. Conforme ao que acabo de expor, há exclusivamente germanização antroponímica. A toponímia medieval é o resultado de processos linguísticos latino-românicos. (É curioso, neste contexto e entre parênteses, o desequilíbrio entre estudos de antroponímia e de toponímia: a última bibliografia linguística galega, por exemplo, cita 91 títulos de antroponomástica contra 325 de toponomástica²⁵.)

Não vou dar um curso de antroponímia de origem germânica ou, mais precisamente, visigoda. Basta, neste contexto, repetir o essencial²⁶. Um nome germânico é normalmente bitemático, quer dizer juntam-se dois elementos lexicais independentes, com específica tradição onomástica (tipo *Amalaricus* ou *Gunditrudia*). Normalmente a juntura é marcada por um «Fugenvokal», o qual nunca leva o acento. É importante este aviso porque continuam, na historiografia (e assim nos livros de escola), grafias aberrantes de nomes germânicos históricos do tipo *Sigérico* ou *Recaredo* em lugar de *Gunderico* e *Recaredo*. Estes nomes compostos são declinados, salvo excepções, segundo a declinação «forte» ou vocálica. Existe uma distribuição bastante rigorosa entre elementos exclusivos da primeira posição (a determinativa) e da segunda ou comuns às duas assim como uma distinção entre elementos que entram na formação de nomes de homen ou de mulher²⁷. O segundo elemento começa obrigatoriamente por uma consoante, inclusive *W-*, e evita-se a aliteração entre os dois temas. Destes nomes compostos se criam muitas vezes formas hipocorísticas. O processo básico é a redução do nome bitemático a um de seus componentes, em geral mas de modo nenhum exclusivamente o primeiro (por exemplo: *Berulfus* > *Bera* ou *Geldemirus* > *Miro*). Um «nome curto», quando resultar do primeiro elemento do nome bitemático, declina-se normalmente segundo a declinação «fraca» ou consonântica (tipo *Bera*, *Berane*), quando se trata do segundo elemento pode haver as duas declinações (tipo *Mirus*, *Miri* ou *Mirus*, *Mirone*), conforme a «gramática» onomástica latina da época; também há *Mira*, *Mirane*, neste caso derivado do primeiro elemento. Geralmente estes nomes curtos levam um sufixo de função hipocorística, especialmente *-ila*, de flexão consonântica (tipo *Átila*, *Attilâne*). Os Visigodos pertencem, como acabo de dizer, ao ramo oriental dos Germanos. Este facto é importante, por exemplo, para distinguir entre nomes godos e nomes francos, estes característicos, além dos de origem visigoda, da Catalunha²⁸, mas também importados na Galiza desde o sécu-

²⁴ Trata desta época o projecto, comum de historiadores e linguistas, «Nomen et gens». Cf. ultimamente D. Geuenich et al., *Nomen et gens*, Berlin/New York 1997.

²⁵ Cf. Francisco García Gondar (dir.), *Repertorio bibliográfico da lingüística galega, desde os seus inicios ata 1994 inclusive*, Santiago de Compostela: C.I.L. 1995. A relação é idêntica na recente bibliografia de Xosé L. Regueira Fernández (coord.), *Guía bibliográfica de lingüística galega*, Vigo: Xerais 1996.

²⁶ Cf. as indicações em Piel-Kremer, *Hispano-gotisches Namenbuch*, p. 33 s.

²⁷ Cf. J.M. Piel, «Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos», *Estudios Menéndez Pidal* 6 (1956), 111-143.

²⁸ Cf. D. Kremer, *Die germanischen Personennamen in Katalonien*, Barcelona 1969-1972.

lo x²⁹. Diverge o vocabulário onomástico³⁰ e, às vezes, o tratamento gramatical (por exemplo, a classe flexional do importante elemento feminino *-hilþ-*, sempre *-ildi* em hispano-gótico, mas *-ildis* em formações de origem francônica). A marca inequívoca é a terminação: ao contrário da flexão francônica, os elementos góticos «fracos» masculinos terminam em *-a*, os femininos em *-o*, segundo o modelo *Chintila/Chintiláne* ou *Lúva/Liuváne* masculinos, face a *Chintilo/Chintilóne* ou *Leovegodo/Leovegodone*, femininos.

É discutida a interpretação semântica dos nomes compostos. Parece que o conhecido sistema germânico de intercâmbiar (e aliterar) os elementos onomásticos para manifestar a filiação se manteve na fase de romanização, tornando-se num mecanismo mais ou menos automático. Em contexto românico, os nomes compostos seguramente já não têm uma significação própria, trata-se de elementos morfológicos e sons que se combinam sem ter como resultado necessariamente uma palavra onomástica com significado. Basta ver os inúmeros nomes fantásticos de feitiço germânico inventados para fins literários. Nunca deveria, pois, «traduzir-se» um nome românico de etimologia germânica; «é no entanto legítimo indicar o significado de cada elemento onomástico.»³¹ Esta perda de significação própria nota-se especialmente na evolução dos segundos elementos, os quais, no contexto latino-românico, se transformam numa espécie de sufixos (tónicos). De outra maneira não teriam explicação as múltiplas formações fantasiosas do ponto de vista germânico nem as numerosas mudanças de género (principalmente feminizações) e as interessantes composições híbridas (tipo *Cristimirus*, *Floresindus*, etc.).

Por fim, volto a insistir em que a totalidade do tesouro onomástico dos Visigodos hispânicos é transmitida no contexto latim. E procede-se à latinização (ou romanização) —evidentemente não só gráfica mas também linguística— precisamente no momento da individualização do latim hispânico e da sua fragmentação em línguas individuais. Os nomes de origem visigoda são portanto testemunhas importantes da história linguística. Os fenómenos mais relevantes são, por um lado, a deslocação do acento germânico da primeira sílaba à penúltima (*Fridinand* > *Fredenándus*) e a adaptação de sons especificamente germânicos (*-h-* e, especialmente, *-iu-* e *-þ-*) à fonética hispânica, e, por outro, o tratamento das oclusivas intervocálicas e vogais tónicas. São conhecidos estes processos nos seus resultados gerais, mas continua um *desideratum* a monografia específica sobre a romanização da antroponímia hispano-goda, a qual, naturalmente, deveria partir de uma base germânica fiável³².

²⁹ Cf. A.I. Boullón Agrelo, «A influencia franca na onomástica medieval galega», *Cultura Galega. Homenaxe a Ramón Lorenzo*, tomo II, Vigo 1998, pp. 867-894.

³⁰ É a distinção da individualidade onomástica dos povos germânicos um dos objectivos principais do projecto «Nomen et gens».

³¹ Cf. D. Kremer, «À volta», p. 130.

³² A problemática dos nomes de origem germânica manifesta-se, por exemplo, na difícil leitura e interpretação das «piçarras», principalmente dos séculos VI e VII. É interessante a forma *Favila* (= *Faf(f)ila*) ou a documentação de nomes novos ou pouco documentados como *Edevindvs*, *Eriricus*, *Ferbodvs*, *Gandaricus*, *Gogulfius*, *Golvlfvs*, *Gundacvs*, *Irmia* f., *Teodadus*, *Teodvs*, *Tevtoteo*, *Vnigild(vs)*, *Vstrildina*, *Vararicvs*, *Vinildero*. Em alguns casos será discutível a leitura (ou interpretação), em outros, a editora interpreta como germânicos nomes de clara procedência indígena, como *Amaranus*, *Avinus*, *Barosa* f., *Busauni*, *Fragola* f.

7. Falar de «Galicia Germânica» é uma tarefa ambígua. Tudo indica que a história da Galiza é prova de uma continuidade, menos de rupturas³³. Um factor importante seria certamente a sua situação geográfica periférica que impediu uma rápida romanização e que evitou uma pelo menos superficial arabização. A longa dominação germânica –primeiro na isolamento do Reino dos Suevos, e depois integrada no estado central sob signo visigodo– não foi evidentemente um interlúdio. É no entanto muito discutível qual teria sido o impacto destas minorias étnicas. Minimiza-se bastante o papel dos Suevos, sendo a razão última a nossa ignorância praticamente completa deste povo (ou grupos de vária procedência étnica). O perigo está precisamente nesta mistificação que se presta a uma identificação nebulosa, mais nebulosa que a mistificação celta. Bastante mais concreta parece a interferência goda. Historicamente assistimos à integração destes Germanos –com seculares e estreitos contactos com o mundo romano– nas sociedades hispânicas. Linguisticamente esta integração é praticamente absoluta, os poucos empréstimos hispano-góticos não têm qualquer significado e parece não ter havido influência na estrutura das línguas hispano-românicas. O grande legado, ou «património» visigodo, é indirecto. A forte «germanização» da antroponímia alto-medieval parece um fenómeno da primeira Reconquista e já não tem significado étnico, sendo outro problema a popularização por camadas sociais desta estranha antroponímia. O conceito histórico de Galicia «Germânica» não deve, pois, confundir-se com uma virtual Galicia «germanizada».

8. Em resumo: Da «Galicia Germânica» há hoje em dia vestígios bastante palpáveis, mas sempre indirectos. Todos os dias utilizamos nomes como *Afonso*, *Álvaro*, *Fernando*, *Gonçalo* ou *Elvira*, apelidos como *Alves* (*Álvarez*), *Fernandes*, *Gomes*, *Rodrigues*, são conhecidos os *Sá* ou *Saavedra*, os topónimos *Gundín* ou *Ramirás*, etc., etc. O planeado «Diccionario de apelidos galegos» só poucos antropónimos (normalmente sob forma patronímica) de origem germânica medieval terá de discutir, a grande maioria se esconde indirectamente, sob forma de apelido detoponímico, nos inúmeros topónimos galegos de formação medieval. E assim se reencontram antroponímia e toponímia. No caso da Galiza –e ao mesmo título o Norte do vizinho Portugal, região central da antiga Gallaecia sueva e visigoda– urge desenterrar, de maneira sistemática, este «património» não só visigodo, mas antroponímico em geral. Deram-se primeiros passos na Catalunya, com o primeiro volume do «RAC» ou seja *Repertori d'antropònims catalans*, que recolha a totalidade da documentação antroponímica até, um pouco arbitrariamente, ao ano 1000. Na vizinha Asturias está prevista a publicação de um repertório comparável, em todo caso já se dispõe da informação completa e acessível dentro do projecto *PatRom*³⁴. No caso específico da Galicia, a toponímia deantroponímica tem um papel muito espe-

³³ Cf. Orlandis, p. 52.

³⁴ Cf. D. Kremer (coord.), *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom)*. *Présentation d'un projet*, Tübingen: Niemeyer 1997 (= *Patronymica Romanica*, 9).

cial. Para terminar não posso senão repetir mais uma vez o que já sugeri repetidamente³⁵: seria do mais alto interesse científico e nacional a elaboração de um «Dicionário toponímico histórico da Galicia». Escreveu o Prof. Piel em 1979 e não perdeu a sua actualidade:

Menos exposto que o léxico comum a influências e flutuações vindas de fora, por estar mais fortemente vinculada à terra, o léxico toponímico, símbolo da perenidade da Galiza, apresenta-se, a quem tem o condão e a paciência de o decifrar, como uma espécie de livro aberto em que se inscreveram as muitas gerações que sucessivamente viveram, labutaram e morreram no seu solo. Num momento histórico, em que visivelmente se acentuam as actividades científicas e pedagógicas em prol da recuperação e dignificação do galego, o seu tesouro avoengo toponímico merece que se lhe dedique uma atenção particular³⁶.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Boullón Agrelo, Ana Isabel, «A influencia franca na onomástica medieval galega», *Cultura Galega. Homenaxe a Ramón Lorenzo*, prep. par Dieter Kremer, tomo II, Vigo 1998, 867-894.
- Costa, P.^e Avelino de Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra 1959 (= Separata de *Biblos* XXXIII e XXXIV).
- David, Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa: Livraria Portugália Editora / Paris: Les Belles Lettres 1947 (= Collection portugaise, 7).
- Díaz y Díaz, Manuel C., «Rasgos lingüísticos», *ELH* 1, 153-197.
- ELH* = *Enciclopedia lingüística hispánica*, dirigida por A. Alvar, A. Badía, R. de Balbín, L.F. Libdley Cintra, 2 tomos, Madrid: C.S.I.C. 1960/1967.
- Fontaine, Jacques / Pellistrandi, Christine (eds.): *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, Madrid: Rencontres de la Casa de Velázquez 1992 (= Collection de la Casa de Velázquez, 35)
- Gamillscheg, Ernst: *Romania Germanica. Sprach- und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreichs*, 3 vols., Berlin/Leipzig: De Gruyter 1934/36 [Há uma reedição, completamente revista, do vol. I].
- Gamillscheg, Ernst, «Germanismos», *ELH* 2, 79-91.
- Grosse, Roberto, *Las fuentes de la época visgoda y bizantinas*, Barcelona: Bosch 1947 (= Fontes Hispaniae Antiquae, IX).
- Historia de España Menéndez Pidal*, tomo III: *España visigoda*, 2 vols., Madrid: Espasa-Calpe 1991.
- Koller, Erwin / Laitenberger, Hugo (ed.), *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen 1997 (= Tübinger Beiträge zur Linguistik, 426).
- Kremer, Dieter, *Die germanischen Personennamen in Katalonien. Namensammlung und Etymologisches*, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans 1969-1972 (= Extret d'Estudis Catalans, XIV-XV).

³⁵ Cf. D. Kremer, «O Onomástico», p. 29 s.

³⁶ J.M. Piel, «Considerações», p. 10 s.

- Kremer, Dieter, «Hispania Germanica. En torno a las relaciones lingüísticas germano-hispánicas», *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal* (Madrid 1978), Tübingen 1982, 138-149.
- Kremer, Dieter: «La survivance du wisgotique dans la Péninsule ibérique», André Rousseau (éd.), *Sur les traces de Busbecq et du gotique*, Lille: Collection ULB 1991, 221-230.
- Kremer, Dieter, «À volta da problemática dos nomes de origem germânica na península ibérica», Erwin Koller / Hugo Laitenberger (ed.), *Suevos-Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Tübingen: Narr 1998, 115-135.
- Kremer, Dieter, «O Onomástico de Sarmiento e a onomástica galega», *O Padre Sarmiento e o seu tempo*, tomo II, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela 1997, 15-30.
- Kremer, Dieter, «Zur Romanisierung germanischer Personennamen im Raum der Gallier und Hispanier», *Nomen et gens. Zur historischen Aussagekraft frühmittelalterlicher Personennamen*, hg. von Dieter Geuenich, Wolfgang Haubrichs, Jörg Jarnut, Berlin/New York: de Gruyter 1997 (= Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde, 16), 211-225.
- Mattoso, José, «Les Wisigoths dans le Portugal médiéval: état actuel de la question», in: J. Fontaine (ed.), *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, Madrid 1992, 325-339.
- Orlandis, José: *Historia de España. La España visigoda*, Madrid: Gredos 1977.
- Piel, Joseph M.: *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional 1936/1945.
- Piel, Joseph M.: «O património visigodo da língua portuguesa», *Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra* 1942., 37 pp.
- Piel, Joseph M.: «Blüte und Verfall der westgotisch-hispanischen Personennamen», J. Sahlgren / B. Hasselrot / L. Hellberg (eds.), *Quatrième congrès international de sciences onomastiques. Actes et Mémoires, vol. II*, Lund 1954, 408-420.
- Piel, Joseph M., «Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos», *Estudios Menéndez Pidal* 6 (1956), 111-143.
- Piel, Joseph M., «Über die Namen der sog. Divisio Theodemiri», *RF* 71 (1959), 160-167
- Piel, Joseph M.: «Zur Problematik der Beziehungen zwischen Sueben und Westgoten», Deutscher Verein in Lissabon, *Festschrift zur Hundertjahresfeier des Deutschen Vereins*, Lisboa 1971, 48-53.
- Piel, Joseph M.: «Vestígios da onomástica pessoal visigoda, medieval, na toponímia menor das terras de Bragança», *Biblos* 51, 1975, 529-546.
- Piel, Joseph M. / Kremer, Dieter: *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*, Heidelberg: Winter 1976.
- Piel, Joseph M.: «Reflexões sobre dois antigos visigotismos galego-portugueses: *gasalha* e *Saa/Sá*», *Estudos em Homenagem aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz*, Coimbra 1983, 3-10.
- Piel, Joseph M., «Considerações gerais sobre a toponímia e antroponímia galegas», *Verba* 6 (1979), 5-11.
- Sampaio, Alberto: *Estudos históricos e económicos: «As vilas do norte de Portugal»* [1923], prefácio de Maria José Trindade, Lisboa: Vega 1979.
- Torres Rodríguez, Casimiro: *El Reino de los Suevos*, La Coruña 1977 (= Galicia Histórica, 1).
- Velázquez Soriano, Isabel: *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Murcia: Universidad 1989 (= Antigüedad y Cristianismo, VI).

EMERXENCIA E DECADENCIA DO GALEGO ESCRITO (SÉCULOS XIII-XVI)

Ramón Lorenzo

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

1. Entre a conferencia pronunciada no Congreso de 1996 e o texto publicado agora hai enormes diferencias, porque aumentei a información de que dispuña naquel momento e porque tiven que reface-lo texto en diversas ocasións, debido á aparición de novos traballos e edicións de documentos que cumpría incorporar á miña investigación. Lamento, con todo, a imposibilidade de manexar toda a documentación medieval galega, porque iso obrigárame a desprazarme a tódolos arquivos galegos e a outros foráneos, especialmente ó *AHN* de Madrid. Iso teríao feito se a miña intención fose a publicación dun libro sobre o tema, pero para ter unha visión de conxunto abonda coa bibliografía e coas fontes consultadas.

2. En liñas xerais podemos dicir que o galego emerxe como lingua escrita a mediados do século XIII e que vai desaparecendo en beneficio do castelán nas primeiras décadas do XVI. Deixando fóra a poesía e a prosa literaria, se estudíamo-la documentación de que dispomos, vemos que na primeira metade do século XIII domina totalmente o uso do latín na lingua dos documentos e que nos últimos anos do reinado de Fernando III (1230-1252) se está xestando o paso para o galego na escrita, feito que se produce definitivamente no reinado de Afonso X (1252-1284). Unha vez implantado o galego, en toda a Idade Media a maior parte dos documentos redactados en Galicia aparecen escritos nesta lingua e só nas últimas décadas do XV notamos unha progresiva presenza do castelán, que vai substituíndo paulatinamente á lingua autóctona ata eliminala como lingua de cultura na primeira metade do século XVI.

3. O reino de Galicia sufriu unha situación estraña na época medieval, pois perdeu xa nos últimos anos do século XI a parte sur do seu territorio, onde se creou primeiramente un condado e no século XII o reino de Portugal. Esta separación foi nefasta e condicionou a evolución lingüística posterior. En Portugal temos un reino independente e desde

a corte foméntase o uso da lingua a partir dos reinados de Afonso III e D. Dinís, se ben hai que dicir que o paso do latín para o portugués coincide, máis ou menos, co paso do latín para o galego, pois a produción en lingua romance comeza na Chancelaría na década dos cincuenta (cf. § 4.1) e vaise facendo sistemática a partir da chegada ó trono de D. Dinís (1279-1325). Este rei impuxo o portugués como lingua oficial e desde entón o cultivo do idioma foi en aumento. Así, desde as últimas décadas do XIII aparecen en portugués numerosos documentos e textos literarios en prosa e este uso da lingua continuou de maneira ininterrompida ata os nosos días. Ó contrario da prosa literaria, a poesía trobadoresca empezou máis cedo e os textos máis antigos remóntanse ós últimos anos do século XII. Por iso, cando se fala do portugués primitivo, hai quen distingue varios períodos: Leite de Vasconcelos (1911), ³1959, 16, falou de portugués pre-histórico e despois do proto-histórico (ata o século XII), do arcaico ou antigo (desde o IX e, máis particularmente, desde o XII a mediados do XVI) e do moderno (do XVI ó XX), seguido, entre outros, por Coutinho, ⁷1976, 56-57. Pola súa parte, C. Michaëlis (1912), 1956, 17-20, referiuse ó portugués pre-histórico e proto-histórico e despois ó arcaico, desde o reinado de Sancho I (1185-1211) ata 1500, distinguindo o período trobadoresco ata 1350 e “o da prosa histórica verdadeiramente nacional” (p. 19). Con ela coincide Silva Neto, 1952 (³1979), 398 (seguido por Hauy, 1989, 22), que divide o período arcaico en fase trobadoresca, do último tercio do XII ata 1350 (ou 1385, batalla de Aljubarrota), e fase da prosa histórica, “verdadeira e exclusivamente portuguesa”, de 1385 ata o século XVI¹. Despois Vázquez Cuesta, ³1971, 189, distinguiu entre período galego-portugués (desde fins do XII ata 1350, aproximadamente), pre-clásico (de 1350 a 1540), clásico (de 1540 ata mediados do XVIII) e moderno (desde mediados do XVIII ós nosos días). Ferreira, 1988, 12, fai un cadro sinóptico coas distintas propostas presentadas, que copia Silva, 1991, 19 (e amplía en Silva, 1994, 249; cf. Gärtner, 1999, 884-5), e que tamén presenta Castro, 1999, 369; 2004, 83, que xa en Castro, 1991, 174, fala do período pre-literario, despois do portugués antigo (ata o reinado de Xoán I) e do portugués medio (desde este reinado ata mediados do XVI), ó que seguen o clásico e o moderno, aclarando (Castro, 1999) que a designación “portugués medio” se debe a Lindley Cintra. Máis tarde Bechara, 1991, 68, retocou esta distinción en fase arcaica (do século XIII ó final do XIV), arcaica media (do século XV á 1ª metade do XVI), moderna (da 2ª metade do XVI ata final do XVII) e hodierna (do século XVIII ó XX). Posteriormente Messner, 1994, tras repasa-los ensaios de periodización feitos (pp. 618-21), propuxo catro épocas (pp. 621-2): a da polimorfía (ata 1300), a da analoxía (1300-1550), a da consolidación da lingua escrita (1550-1800) e a da difusión diasistemática (1800-1950). Messner, 1999, v-XIV, volveu insistir no tema e refírese a outras propostas, entre as que está a de Clarinda Maia, 1995, que tamén fala dalgunhas propostas anteriores e distingue entre o

¹ P. Teyssier, 1982, 20, 34-35, admite o período galego-portugués (de 1200 a, aproximadamente, 1350), mais logo fala do portugués europeo (desde o século XIV ós nosos días), sen querer entrar en problemas de periodicidade. Cf. tamén Teyssier, 1994.

período arcaico, “que recobre o lapso de tempo comprendido entre o inicio do século XIII e as primeiras décadas do século XVI” (p. 29) e o período moderno, se ben para o período medieval distingue entre a primeira fase arcaica, ata mediados do século XIV (unha fase galego-portuguesa) e a segunda fase arcaica, xa nitidamente portuguesa, que prefere designar como “fase arcaica media” (p. 29; cf. Brocardo, 1999).

3.1. Pódese aceptar que se fale do período trobadoresco ou galaico-portugués se facemos referencia unicamente á poesía trobadoresca, na que se inclúen autores de Galicia e Portugal, e mesmo doutras zonas, mais se nos referimos á prosa, esta designación carece de sentido para nós e en Galicia só podemos falar do período medieval coma un conxunto, desde o XIII a inicios do XVI, e designar a este período coma o do galego arcaico. En Portugal asistimos desde finais do XIII a un grande avance dos escritos literarios, históricos, xurídicos, etc. (moitos deles traducidos doutras linguas) e isto non pasa en Galicia. Compara-lo que ocorre no século XIV nos dous países resulta moi desfavorable para nós e xa no XV tórnase penoso, pois na nosa terra vemos como vai esmorecendo paseniñamente o galego literario, mentres que en Portugal se incrementa a prosa, cos grandes cronistas da segunda metade do século (Fernão Lopes e G. Eanes de Azurara) e mesmo coa participación dos reis en obras importantes, como é o caso de D. João I e D. Duarte.

3.2. En Galicia non hai unha corte propia que impoña a lingua galega e o que temos é unha corte en Castela que fomenta o uso e o cultivo do castelán. Por iso o galego se moveu sempre con dificultades e de aí que Filgueira Valverde, 1982, falase de que o galego estivo emparedado entre o latín e o castelán. Na época de creación e primeiros avances da lingua romance, a lingua literaria era o latín, e por esta razón nos anos esplendorosos de Compostela, no século XII, obras tan importantes coma o *Codex Calixtinus* ou a *Historia Compostellana* están escritas en latín. Xa no século XIII, cando con Afonso III se consolida o reino de Portugal e se fomentan as bases para o desenvolvemento da lingua portuguesa, cando con Fernando III se chega á grande expansión do reino de Castela e cando Afonso X crea con enorme vigor a prosa histórica castelá, en Galicia deixa de ser lingua de cultura o latín, pero o galego non se pode desenvolver ó cento por cento, mediatizado agora pola lingua do país ó que está sometido.

3.3. Todo isto foi debido á falta de independencia política. Se Galicia fose independente, os gobernantes galegos potenciarían exclusivamente o galego e desta maneira o castelán non chegaría a penetrar no reino, pero os que mandaban estaban en Castela e os reis de Castela tiñan outra lingua e unha política allea ós intereses de Galicia que condicionou a historia do noso idioma. O proceso iníciase xa no propio reinado de Fernando III e continúa nos seguintes. Afonso X, ó mesmo tempo que escribe en galego numerosas cantigas trobadorescas e as *Cantigas de Santa María*, cando envía documentos a Galicia fáino en castelán e os propios galegos lle envían a el documentos nesta lingua, como fai en 1260 o concello de Santiago, que nomea procuradores para tratar ante el o xuízo que teñen co arcebispo (González Balasch, 1987a, núm. 239). Ademais, no seu reinado (e o

mesmo pasará no dos seus sucesores) comezan a chegar a Galicia autoridades políticas, xurídicas ou eclesiásticas, entre elas o adiantado maior do reino, que traen consigo o castelán e que contribúen á presenza desta lingua nas camadas superiores da sociedade. Un bispo, unha autoridade xudicial ou política que chega a Galicia falando castelán, a lingua do poder, non necesita rebaixarse a escribir na lingua dos sometidos, e o mesmo fan as persoas que veñen no seu séquito particular.

3.3.1. Esta tendencia incrementouse no século XIV, especialmente despois da guerra civil entre Pedro I e Henrique II, coa chegada de moitos personaxes procedentes de Castela, tanto da nobreza coma eclesiásticos, que non teñen reparo en escribi-los seus documentos en castelán, contribuindo desta maneira ó retroceso do galego como lingua literaria e escrita. A situación foise deteriorando no século XV coas guerras dos Irmandiños contra a nobreza, da nobreza contra o arcebispo de Santiago e dos nobres entre si e, sobre todo, coa chegada ó poder dos Reis Católicos, tralas loitas pola coroa entre Xoana e Isabel. Esta, triunfadora, víngase de tódolos nobres que apoiaran a Xoana, entre eles a maior parte dos galegos. Isabel e Fernando fan todo o posible para crear un estado único na Península, un estado nacional, e coutan todo o que poden as diferencias entre os diversos reinos. A Galicia envían moita xente foránea, potencian e crean institucións alleas en 1480, como a *Santa Hermandad* e a *Real Audiencia* (co gobernador Fernando Acuña e o xustiza maior García López de Chinchilla), avogan pola implantación do castelán na nosa terra e obrigan ós notarios galegos desde 1480 a sufrir un exame de suficiencia en castelán no Real Consejo de Toledo. Comeza así a idea do imperio político, que leva aparelhada a idea do imperialismo lingüístico. Este feito do imperialismo centralista, co incremento das persoas que chegan a Galicia falando castelán, así como as novas normas para obte-lo título de notario, son nefastas para o galego; entre outras razóns porque estes novos notarios, que deben coñece-lo castelán para examinarse en Toledo, van abandonando a súa lingua e pasándose á invasora.

3.3.2. Pouco e pouco as persoas que teñen o poder (bispos, xuíces, abades, autoridades políticas e militares, nobreza) son xentes estranxeiras en Galicia, que falan en castelán e escriben nesta lingua. Como consecuencia disto, hai unha serie de galegos ilustrados que se arriman ó poder e renuncian á propia lingua, cada vez con maior frecuencia, e por esta causa vai diminuindo o número dos que escriben en galego, ata que chega un momento en que este case desaparece da escrita e se converte nunha lingua oral, aínda que a da maior parte da poboación. Como xa dicía o aragonés Micer Gonzalo de Santa María, no prólogo de *Las Vidas de los Santos Religiosos* (de entre 1486 e 1491) e repite despois Nebrija (en 1492), a lingua é compañeira do imperio (Pensado, 1982, 86; Nebrija, 1980, 101-2) e de aí que non resulte estraño o alto número de desleixados e oportunistas galegos que buscan proveito na lingua invasora. O feito de pasar do galego ó castelán era saír da lingua dos inferiores e gañar categoría social pódose ó mesmo nivel dos superiores forasteiros, chegar á lingua do imperio, que comezaba daquela coa conquista de América e a destrución das culturas indíxenas. Ademais, moitos ilustra-

dos galegos emigran de Galicia para estudiaren ou para ocuparen cargos importantes noutras partes da península e xa se incorporan totalmente ó castelán (García Oro, 1975 ou 1976, 13; Mariño Paz, 1998, 179-88).

3.3.3. Todo estaba en contra do galego e a favor do castelán e esta lingua nas primeiras décadas do século XVI acabou por suplantar ó galego da escrita de maneira practicamente xeral. Non facía falta unha orde expresa de imposición do castelán, abondaba coa xente procedente doutras terras e cos galegos renegados para que o galego se vise desprazado. Así se produciu a terrible substitución dunha lingua pola outra e a castelanización dos topónimos, dos nomes, dos apelidos; así se produciu a defenestración do galego dos textos escritos en Galicia, contribuíndo a esta aberración tanto os estranxeiros coma os propios galegos.

3.4. Por todos estes motivos, o galego xa non se puido beneficiar das novas perspectivas que abriu o descubrimento da imprenta, nin tampouco se veu favorecido polo inicio dos estudos gramaticais e lexicográficos e pola defensa das linguas vernáculas, estudos que se foron incrementando ó longo do século XVI, e que en Castela xa empezaron a finais do XV con Alonso de Palencia (1490) e Nebrija (1492). No XVI, mentres en Portugal João de Barros escribe a súa *Grammatica da Lingua Portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540) e Fernão de Oliveira a súa *Grammatica da lingua portuguesa* (1536) ou en Castela Juan de Valdés o *Diálogo de la lengua* (c. 1535), en Galicia ninguén escribiu unha soa liña sobre o galego, que pasara xa a ter unha consideración de dialecto (Lorenzo, 1986, 8-10).

3.5. Malia todos estes feitos frustrantes e as condicións negativas para o seu desenvolvemento, o galego foi a lingua dominante na escrita en toda a Idade Media e houbo personalidades dispostas a impulsalo, como o demostran as diferentes traducións que se fixeron de textos históricos, xurídicos ou literarios, aínda que, en liñas xerais, podemos dicir que a produción literaria en prosa foi escasa (Lorenzo, 2000). Agora ben, como contrapartida á escaseza de textos literarios, posuímos miles de documentos escritos en galego entre os séculos XIII e XVI: documentación de catedrais, igrexas e mosteiros (en pergameos ou tombos, cartularios, libros de foros ou de contas) e documentos notariais (testamentos, partillas, contratos, foros, vendas, compras, doazóns, intercambios, demandas, preitos), actas dos concellos, ordenanzas gremiais e de confrarías ou libros de tenzas. A pena é que moita desta documentación está inédita e que moitas edicións están feitas con criterios pouco filolóxicos, con moitos erros de lectura e deixando moitos documentos sen transcribir, porque o día que teñamos toda a documentación impresa en edicións fiables poderemos tentar facer un estudo bastante completo da realidade lingüística medieval.

4. Como xa indiquei no § 2 ata aproximadamente a metade do século XIII non se empezou a escribir dunha maneira máis ou menos sistemática en galego, pero isto non quere dicir que antes da década dos cincuenta non teñamos testemuños do uso da lingua romance.

A lingua falada levaba xa séculos de existencia, pero o latín imperaba na escrita coma lingua de cultura. Hai unha teoría de Roger Wright sobre a lingua na Alta Idade Media (cf., entre outros traballos, 1982, esp. 220-9; 1991a, 5-25 ou 1994, 181-208; 1991b, 103-13 ou 1994, 21-30; 1993, 61-70 ou 1994, 265-76), segundo a cal teríamos unha única lingua escrita, latina na forma, pero non na pronuncia, pois os notarios podían ler coma se fose romance², teoría que non me parece acertada e á que xa me referín en Lorenzo, 2003, 162-3. O certo é que ata mediados do XIII a lingua da escrita era o latín, cando xa estaba consolidado o romance como lingua oral. Por iso nos textos xurídicos, os notarios e os escribas tratan de utiliza-lo latín, con maior ou menor pericia, segundo o grao de coñecementos que posúen. Eles dispoñen dunhas normas básicas e duns esquemas xurídicos establecidos en latín, que aplican nos primeiros tempos sen grandes dificultades nos documentos. Por iso o problema non se lles presenta cando teñen que utilizar estas fórmulas xurídicas comúns, que máis ou menos se adecúan ós principios da lingua latina medieval, senón na parte dispositiva, cando teñen que pasar ó máis particular e concreto, é dicir, a nomea-las persoas que interveñen na compra-venda, foro, etc. ou que actúan coma testemuñas, cando teñen que escribi-los topónimos ou establece-los límites das herdades, etc. Entón é cando non saben facelo en latín e escriben as formas en romance ou latinizan de calquera maneira o seu propio sistema romance. A medida que avanza o século XII, e sobre todo no XIII, este latín utilizado chega a ser en moitos casos un puro artificio (Véxase unha opinión diferente en Bello, 1997). De aí que desde a época primitiva poidamos atopar formas romances nos documentos escritos en latín, formas que nos son de grande utilidade para a historia da lingua, para a cronoloxía do léxico e para explica-la evolución fonética (cf., por exemplo, Lorenzo, 2003; Varela Sieiro, 2003).

4.1. Algo semellante ocorre en Portugal, onde tamén atopamos bastantes documentos latinos máis ou menos romanceados nos séculos XII e XIII. Hai pouco Ana Maria Martins escribiu sobre “os mais antigos textos escritos em português”, cita exemplos de 1146, 1175, de antes de 1175, da 2ª metade do XII (4), do XII-XIII, da 1ª metade do XIII (3), de 1210 (2) (cf. Emiliano, 2003c), 1234 (2), 1236, 1243 e 1252 (2) (Martins, 1999, 516-28) –ós que debemos engadir dous documentos de Mogadouro de 1253– e considera que a “Noticia de fiadores” de 1175 é o texto máis antigo escrito en portugués. A isto opúxose Emiliano, 2001, que o considera latino-portugués, nun artigo que recibiu inmediatamente a réplica en Martins, 2001³. Máis tarde Souto Cabo, 2002, 369; 2002 [2003], 436-8; 2003ab, deu a coñecer outras mostras de documentos romanceados, con-

² Hai moitos autores que se deixan seducir por esta teoría, como, por exemplo, Emiliano, 1997, 1999, 2003a [1995], 2003b, etc., ou Penny, 2000, 2003. Tamén Mariño Paz, 1998, 75-81, a acepta e fai un resumo dela. Cf. tamén o punto de vista de Pensado, 1991, García Leal, 1993, ou Bello, 1997; as críticas de Álvarez Maurín, 1993; Puentes Romay, 1994, 1998, e Dworkin, 1995, e o resumo da cuestión que fai Varela Sieiro, 2003, 29-31.

³ O artigo de Martins, entregado en 2001, apareceu en 2004, mentres que o de Emiliano de 2001 apareceu impreso en 2003 (Emiliano, 2003b).

siderando algún deles mesmo anterior a 1175. No traballo de 2003b Souto presenta o escrito de Pai Soares da 2ª metade do XII (pp. 341-2), a nómina de Pedro Viegas de 1184 (pp. 342-4), a carta do foro de Benfeita de finais do XII (344-6) e o pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (346-72), que tenta situar entre 1169-1173 (p. 372)⁴. Os exemplos do século XII que citan estes autores, ou ben son documentos híbridos latino-romances, ou ben son frases romances incrustadas en documentos latinos, pero demostran que xa nelles aparece o romance máis ou menos desenvolvido. A grande diferenza con respecto a Galicia é que en Portugal contamos con dous documentos de carácter excepcional: o *Testamento de Afonso II* (de 1214) e a *Noticia de Torto* (que se sitúa arredor da mesma data e procede da zona de Braga)⁵. O importante da *Noticia de Torto* é que, sendo un documento híbrido latino-portugués, domina nel a lingua romance, aínda que nun estado incipiente como lle corresponde á época en que foi escrito. O testamento de Afonso II (de 1214) é bastante enigmático, pois está escrito nun portugués moito máis correcto e resulta inaudito que estea escrito en romance cando o mesmo rei (morto en 1223) fixo outros testamentos en latín en 1218 e 1221 (cf. Castro, 1991, 173-240; *id.*, 2004, 109-21, 126-54; Cintra, 1963ab, 1971 e 1986-1987; Costa, 1979; Martins/Albino, 1998; Martins, 1999; Emiliano/Pedro, 2004). Fóra destas mostras, o importante é que o paso do latín para o romance nas chancelerías e nos mosteiros non é anterior ó que ocorre en Galicia, pois na chancelaría de Afonso III (1248-1279) só hai dous documentos en portugués de 1255, un de 1260 e 1266 e xa 22 de 1269 a 1279 (cf. Duarte, 1986; Martins, 2001; Castro, 2004, 102-4, 106-7).

4.2. En Galicia podemos atopar en moitos textos dos séculos X, XI e XII exemplos de formas romances referidas á toponimia, á antroponimia e ó léxico (cf. Veiga, 1983; Mariño Paz, 1998, 87-91)⁶ e xa nas últimas décadas do século XII algunha frase en galego. A presenza do galego aumenta de maneira considerable a medida que nos metemos no XIII, cando a presión da lingua romance se fai cada vez maior. Do XII podemos citar moitos exemplos localizados en diferentes mosteiros:

1147: de omni hereditate mea quam habeo in Buazo, quomodo djujditur per la canal usque ad ujneas de Coua (Montederramo, núm. 12).

1155: do ... aliam medietatem de Coujs predictis pro ujlla sua de Fonte Cooperto et pro uno casale quod *mihi* dederunt dicti fratres in loco qui dicitur Outeru de Ginjzo,

⁴ Véxase agora un resumo destes traballos en Castro, 2004, 121-5.

⁵ Durante moito tempo consideráronse como os documentos máis antigos o *Auto das Partilhas* (1192) e o *Testamento de Elvira Sanchez* (1193), ata que Cintra, 1963a, 49-50, e xa antes Costa en carta a M. de Paiva Boléo de 11 de abril de 1957 (reproducida por Boléo na *RPF*, xvii, 1975-1978, 867), en carta a Feliciano Ramos de 8 de xaneiro de 1959 e despois en 1979, demostraron que eran traducións posteriores dos documentos latinos orixinais (cf. Costa, 1992, 172-87; Martins, 1999, 492, 528 n. 5).

⁶ O que non temos é un libro de sermóns en galego no XII como suxería Monteagudo, 1994, 171 (que rectifica en Monteagudo, 1999, 112), e admite Mariño Paz, 1998, 84, 186, porque no testamento do arcebispo Bernaldo II se di que na súa biblioteca había “quidem liber vetus Omeliarum, de littera galleca”. O que indica o texto é que estaba escrito en letra visigótica (Santos, 1994, 72).

jnsuper dederunt *mihi* unum iugale boum et cibaria. Termjni autem de Coujs, scilicet per hujusmodi loca, jn primjs per portum de Coujs, deinde contra Oural et deinde per Spinarium a enfestu et inde ao carril de Aural et inde ad Petram Comjtis? et deinde per ujam de Aural et deinde ad portum de Villa et deinde inter Genestosam et Peretum et inde ad penam de Cellairou et inde per carril de Teo et inde per encruzibus de Teo super Cauadam? et inde ad aream de Orgiaes et inde ad cursum de Scarpadorio? et inde per uiam contra Ujllarinum Frigidum usque ad riuum de Casar de Bispo et inde a enfestu per ipsum riuum usque ad portum de Coujs contra Oural (Montederramo, núm. 19).

1169: cum suis terminis sub aula sancte Marine de Pescoso, pro precio nominato i rocin insilado et infrinado, sela erat rasa circumdata de orla rubea de pano c et xx solidos et magis dedit in pane et in carne (Oseira, Romaní, 1989, 57).

1174: hereditates quas cum supradicta uxore mea Eldora Arias ganaui, uidelicet: Gauin integram et medietatem de Couas in Monte de Ramo sitas, et medietatem de Pelagiones in Costa de S[a]duri ... ego, sepe dictus Velascus Menendi, teneo duos casares in Uillare de Canibus et cum uxore mea, supradicta *dompna* Eldora, Concyeyro in uita nostra tantummodo de monasterio Montis Rami in precio pro iam dictis uillis, scilicet Gauin, Couas, Pelagiones, sicut superius diximus ... Regnante rege *dompno* Fernando jn Legione, Gallecia, Asturijs et Stremadura; Fernando Poncij tenente Allariz, Velasco Menendi Pennam Fidelem, Menendus Uelasqui Sanctum Iohannem de Barra, Fernandus Sanci Caldelas (Montederramo, núm. 24).

1175: ego, Fernandus Suariz, facio tibi kartulam uendicionis, Sancio Uermudiz, de hereditate mea propria quam habeo in Azeueto ... ego Fernandus ... concedo tibi ipsam leiram super medietatem tote hereditatis mee, et ipsa leira iacet sub uilla, scilicet de uia usque ad ripam. Do tibi, Sancio Uermudiz ... Fernando Sancio tenente Caldelas, Fernando Pontio Limiam, jn Auriensis sede Alfonsus episcopus, magister Garinus archidiaconus Caldelas. Ego, Fernandus... (Montederramo, núm. 26).

1183: de omni hereditate quam habeo in termjno de Resaio, scilicet delo Caruallo Torto usque ad Punctum (Montederramo, núm. 32).

1184: Ego Ffernandus Arie e Pelagio Arie et Maria Arias et Marina Aras ... ffacimus cartulam uendicionis ... dipsa nostra propria una leyra de su a uila do Castro et ipsa leyra Afunso Fagundi, cumu departe de erdade da uila e fer en Corneda cuncurrente fluuio Dezum (Oseira; a lectura é miña, pois aparece con erros en Romaní, 1989, 80).

1187: et etiam semper in die Pasche nobis xii panes et x pixotas et unum pucialem uini et una taleiga ex siccis castaneis libentissime dabis ... et ex predictis castaneis siccis unum sextarium (San Clodio do Ribeiro, *ACOu* 59; a lectura é miña, cf. Lucas/Lucas, 1996, 266).

1188: et faciant uno molino in testa in Auie et moer illa cibaria de monasterium Sancti Claudi, sine maquia, fora milio; et faciant alios molinos ... in ribulo Baraoni et dent inde sempre *iiii*^{or} solidos cada anno (San Clodio do Ribeiro, *ACOu* 61; a lectura é miña, cf. Lucas/Lucas, 1996, 267).

1189: Et pro hoc amore quem tibi facimus das nobis unam leiram quam habes jnter casam? de Petro Mauro et Couam, ubi est in O Ualizino (Montederramo, núm. 38).

1191: de tota mea hereditate qua habeo in feligrigia de sancte Eolalie de Aguada ... quomodo uadit cum sua uoce ad locum qui dicitur Bidueirus; de uilla ipsa iam dicta de media da uijlla de Fufino, a media da sesta; et in altera uilla de Seuerio tota mea uoce que habeo in casale de Petro Didacj et de suos fratres; de ipso casale da tertia du casale a tertia parte (Oseira, Romani, 1989, 93).

1195: Et accipio de uobis / unam tunicam et unam capam et unos zapatos (Montederramo, núm. 43).

1195: Ego, Eldonca Gartia, facio kartam uobis, domno Gonsaluo, abbati de Monte de Ramo ... de hereditate quam habeo in Uilarino, quantum ad me pertinet, scilicet quinta pars de septima. Et est ipsa hereditas quomodo djuidit delas Fontaelas contra Uilarino (Montederramo, núm. 44).

En 117..., nunha xenealoxía dos mouros comprados polo mosteiro de Sobrado, aparecen fórmulas coma as do fragmento seguinte:

De Elvira Fernandi natus es Petrus de Meira, filius de patre galego. De Martino Fernandi et de una muliere de Regaria et galega natus est unus puer paruulos. De Mafumate texilano, qui in baptismo uocatus est Martinus Menendi, quique etiam postea conversus factus est, nata est Marina Broca. De ista Marina nata est Maria Petri, filia de uno homine galegu; et de alia filia de Iohanne Galafre, ferrario, et alia filia de alio patre galegu, et uocatur ipsa filia Zebula. Iohannes Zada, carpentarius, uenit de Portugalia et habuit unum filium de muliere galega ... de Guillelmo Arias et de una galega nata est Serra et Iohannes Guillelmi (Loscertales, 1976, II, 130-1; *CDH*, III, 1969, 90-91).

Tamén nun pergameo que contén unha bula de Alexandre III de 1163 se escribiu algo máis tarde:

Hec est memoria casalium dicti monasterij: casalia de Concieiro? cum terminjs suis, casalia de Golpellanis cum terminis suis, casale de Adiurande cum terminis suis, casalia de Calzada de Costa cum terminis suis, casalia de Sancto Tirso de Limja cum terminis suis, casalia de Squadro cum terminis suis, casale de Ujde cum terminis suis, casalia de Coto cum terminis suis, casalia de [R]iuulo de Capris cum terminis suis, casalia de Lanza cum terminis suis, casalia de Loureto? et de Genestosa et de Molis et de Pereto et de Coujs et de Bouza Ueteri et de Casar de Ansora et de Begueira et de Nuccaria, de Retorta, de Requeixada, de Cadaual, de Costeirou, de uijlla que dicitur Casales, de Castanaria, de Uilla Oxe, de Sancto Cosmede, de Mazanaria, de Uilla Noua, de Gaujn, de Saujn, de Mogaiza?, de Periarus, de Sispiazo, de Castelljna?, de Candanedo, de Ujlar de Queigia, de Buzu Queimado, de Pena Petada, de Riuulo de Asinjs, de Barrio, de Muriolis, de Castrelo, de Cadelina, [de Sancto M]artino, de Rauanal, de Cazedinon? de Boga, de Limjnarius?, de Cristosende, de (de) Buazo, de Montoedo, de Giranes?, de Celleirous, de Sestim, de Auelanedos, de Modora, de Mioteira, de Casar do Matu, de Saas de Monte, de Azeueto, de Bidoeria, ... de Godina, de Canpo, de Patornelo, de Salto Ueremundo, de Sancta Columba, de Baroncelle, de Uinbra, de Qerenniu?, de Cigarrosa, ... de ecclesia de Ripa de Sil, de Sequer de Bois, de Forcas, de Senra, de Subripa, de Mjranda, de Ujlar, de Spinjs, de Ueranego,

cassalia de Canba ... Praduzelos et de Baroncele? ... vineas de Sancto Martino de Qeiroga ... Tamagoos, monasterio de Cidojs ecclesiam de Gauin, ecclesiam de Couis, porcionem ecclesie de Cordelle, ecclesiam de Conillieria, ecclesiam de Pador-nello?, ecclesiam de Sequer de Bois, porcionem ecclesie de Nugaria, porcionem ecclesie de Salzedo, porcionem ecclesie de Pignaria, porcionem ecclesie de Verrandj, porcionem ecclesie de Golpillanis (Montederramo, núm. 21).

4.3. Xa no XIII podemos citar numerosos casos e, como mostra, porei uns cantos exemplos de Montederramo:

1225: de hereditate ... quanta habeo cabo de ipsas tuas casas, uinea et ficaria, et cabo de ipso regeiro (núm. 81).

1226: de uno casario et est pronominato in Tamagelos, in Cema de Uila, et de una lera sub ela uereia que fer ina Antigua (núm. 83).

1228: facio karta uendicionis ... de uno mato qui auja delo couto de Cabreiroaa usque rigeiro de Grangia et recipio inde precium unum rocinum, unde bene suu pagado, et Uiuian, filio de Paiote, fiador de outorga de toto ominem qui a demande (núm. 89).

1233: ego ... facjo kartam uendicionis de quantam herditatem habeo in Uilar de Ceruus, mia et de meo frater Fernando ... pro precium nominatum xx^{ti} *solidorum*, unde bene sumus pagados. Et pro fiador Michael Pelagij pro alungar Fernando et toto omine. Et ego, Michael, uendo ibi meo quinon de ipsa herditatem de Uilar de Ceruuos a Sancta Maria de Monte Ramj pro x *solidis*. Et quin ista karta quiser pasar, pectet herditatem duplata (núm. 104).

4.4. Pode darse o caso de que o escriba sexa incapaz de escribir correctamente un documento en latín e o resultado é unha mestura de latín e romance, de maneira parecida ó que pasará andando o tempo cos documentos de finais do XV e do XVI, nos que se producen interferencias entre o galego e o castelán. Vexamos como mostra un exemplo de febreiro de 1250:

Notum sit homnibus hominibus tam presentibus quam futuris quod ego, donnus *Fernandus* Garsie das Maus, simul cum uxor mea Maria Menendj, damus uobis, Petrus Gil, et uxor uestra Maior Rodericj una leira a foru in uilla que dicitur Pidrisqueira, en Caruallas Uellas, et in illa leira tomou donnus *Fernandus* entrega de dona Teresia. Damus uobis a atal foru que dedes inde quarta de *pan* uobis et generatio uestra usque in perpetuum *mihi* uel cuj uox mea habuerit, et colerdes meu maiordomo et leuardes o *pan* a meu celejro ena fijgrisia. Et si uolueritis istum forum uendere uel supinorare, ante nobis quam alios homines uel cuj uox nostra habuerit; et si nos noluerimus, uendatis uel supinoretis a talios homines que faciant nobis istum forum in pace, et non sedeant cabaleros nem frades nem freires, *senon* homees que faciant nobis istum forum in pace. Et si uenerit de nostra parte uel de extranea que uobis uoluerit frangere istum forum, pectet c aureos a *domino* rege e a herdade duplata. Facta karta in mense februaryus. Regnante rege *Fernando* in Legione et in Castella, *Johannes* episcopus *Auriensis*, tenentem Limia *Fernando* Iohannes et *Pedro* Paez; *Johanne* Fernandj, meyrino. Qui presentes fuerunt: Pedro *Roderici* de Fonquberta, *Fernando* *Velasci* de Uide, *Laurentio* Lupet, o clerigo; *Johannes* Fernandet, cunado de Pedro Rodericj; Ve-

lasco do Olo. Era m^a cc^a lxxx^a viii^a. Petrus Martinj qui notuit, testis (Montederramo, núm. 171; tamén en Ferro Couselo, 1967, I, 14-15).

4.5. Como outras mostras de documentos híbridos latino-romances de Montederramo poden verse dous de 1259 (núms. 220-1). Os exemplos poderíámoslos multiplicar con citas doutras coleccións documentais, como en documentos de Vilanova de Lourenzá de 1243, cunha parte en latín e bastantes frases en galego (Rodríguez/Rey, 1992, 126-7), Lugo de 1246 (*AHN* 1328C.22), Allariz de 1251 (Ferro Couselo, 1967, I, 15-16), Melón de 1223 e 1252 (en traslado en galego sen data) (Cambón, 1958, núms. 165, 489; Ferro Couselo, 1967, I, 16), Oseira de 1253 (Romaní, 1989, 662), Sobrado de Trives de 1253 (Martínez Sáez, 1989, núm. 27), Ferreira de Pallares de 1259 (2) e 1270 (Rey Caíña, 1993, núms. 172, 174, 233), etc.

5. Polo tanto, antes de apareceren os documentos escritos sistematicamente en romance, hai bastantes mostras do seu uso en documentos latinos ou híbridos, pero cómpre facer referencia a certos supostos documentos en galego da década dos trinta ou mesmo de finais dos anos vinte do século XIII presentados por algúns investigadores e que debemos descartar, porque se leron mal as datas ou se lle aplica a data do documento latino orixinario ó documento romanceado que contén a tradución (Tato Plaza, 1997). Así, Lucas, 1975a, 239, referíndose a Oseira, di que entre 1170 e 1245 a lingua normal dos documentos é o latín e que dos “77 documentos comprendidos entre estas dos fechas, solamente dos están escritos en lengua gallega; los dos son de 1229 y pertenecen al mismo escriba” (os do *AHN* 1516.18, 1517.6). Anos máis tarde indica que “el comienzo efectivo del uso del gallego en los documentos no debe situarse antes de 1250; y los documentos que, con anterioridad a esta fecha se puedan encontrar, o son excepción, o se trata de copias traducidas de originales latinos” (Lucas, 1991, 458). Tamén Romaní, 1989, 316-7, e López Peña, *CDH*, I, 246-7, publicaron dous documentos en galego supostamente de 1230. Tato Plaza, 1997, 301-2, chamou a atención sobre os dous documentos datados por Lucas en 1229, indicando que se trata de malas lecturas da data. Un deles, o do *AHN* 1516.18, figura na edición de Romaní, 1989, 802-3, como de 1259 e o outro en Romaní/Otero, 2003, 58, tamén como de 1259 e xa foi publicado antes na *CDH*, III, 12-14, por Vaamonde Lores con bo sentido lingüístico, pois indica que é de 1259 e pon unha nota na que di que no manuscrito aparece como data a era de 1267 (ano 1229): “Si esta fecha fuese cierta, tendríamos un documento redactado en lengua gallega en tiempos de Alfonso IX de León, época en que no se empleaba el romance en los escritos oficiales, circunstancia que daría a este instrumento un valor excepcional”. El, tendo en conta a información contida no documento, considera que o notario esqueceu trazar no *X* o trazo que representa un *L*, polo que debemos ler era de 1297 (*CDH*, III, 12 n. 1). Podemos pensar que o notario esqueceu poñer-lo trazo do *L*, que se le con dificultade ou que o editor non o soubo ler, que é o caso do documento que Romaní data en 1230. Como demostrará Tato Plaza neste mesmo tomo e tivemos ocasión de comprobar

nunha fotografía do pergameo, neste documento non di X, senón , é dicir, XL^a, polo que o documento en cuestión é de 1260. Esta falsa lectura non tería demasiada importancia se quedase limitada á obra de Romaní, que cometeu un erro paleográfico e que non se caracteriza precisamente polos seus coñecementos lingüísticos, pero o grave da cuestión foi que o Departamento de Historia I da Facultade de Xeografía e Historia de Santiago de Compostela publicou en Internet este documento como o máis antigo escrito en galego e así figura agora no Inventario de Frank/Hartmann, 1997, 343, que colocan esta “Charte galicienne” dentro do apartado de “Chartes portugaises”. Está claro que os autores alemáns non tiñan por que saber que Romaní errara na lectura, pero xa é máis grave que un profesor da Facultade de Filoloxía de Santiago de Compostela estudiara este documento como de 1230 sen comprender que non era desta data (Souto Cabo, 1996)⁷. O outro datado por López Peña en 1230 xa aparece correctamente datado en 1260 por Rey Caiña, 1985, núm. 188. Ademais disto, no *AHN* 539.15, 540.2,13 dátanse tres documentos de Samos en galego nos anos 1226, 1233 e 1240, pero trátase de erros de datación dos responsables da colocación nas carpetas, pois os tres foron escritos no século XIV. Fronte a estes casos de mala datación, parece, en cambio, correcta a data de dous documentos do mosteiro de Melón dos anos 1231 e 1233 (Cambón, 1958, núms. 235, 257), escritos total ou parcialmente en galego⁸, aínda que non se comprende cómo están escritos en romance cando neste mosteiro se escribe sistematicamente en latín de 1230 a 1249 (193 documentos en Cambón, 1958) e maioritariamente de 1250 a 1259 (37 no *ACOu* e 68 no *AHN*) (cf. § 6.3.1). Tamén Cambón, 1958, transcribe en Melón un longo documento (núm. 224, con 24 páxinas), que sitúa entre 1188-1230? e que ten as primeiras 10 páxinas e 19 liñas da 11 en leonés e o resto en galego⁹, e en Sobrado de Trives hai unha “inquisitio” sen data que Duro Peña, 1967, 58-59, coloca nos últimos anos do reinado de Afonso IX e que ten partes en latín e partes en romance. Ademais, López, 1916, 89-90, publicou un documento de 1227 de Samos (reproducido por Fernández

⁷ Souto Cabo fala de mostras do “galego-portugués” en Galicia e non de galego, pon ó mesmo nivel este texto galego mal datado coa *Noticia de Torto* ou co testamento de Afonso II, textos portugueses, non se decata de que o outro documento de 1230 publicado na *CDH* tamén está mal datado e di (p. 123 n. 2) que os textos publicados por Ferro Couselo, 1967, I, 13-15, de 1244, 1250 (cf. § 4.4), 1251 e 1252, están en romance, cando son híbridos latino-romances. Ademais, parece que aínda dubida de que cometeu un erro na cronoloxía do documento, pois en 2002, 371 n. 9, di “O Testamento de Estêvão Peres (...), inicialmente considerado de 1230 por M. Romaní Martínez e A. Santamarina (...), podería ter sido redigido no ano 1260, como eu próprio apontei en “Documentos galego-portugueses medievais (I)” (*Agália*, 49, p. 25, 1)”. Algo parecido repite en 2002 [2203], 439 n. 19, implicando a Antón Santamarina, coma se este fose o autor da edición de Romaní, e di que “o problema reside na existencia ou nom de um «xis» aspado (= LX)”. Hai que dicir que Souto non se baseou no seu traballo de 1996 na edición de Romaní, posto que fixo unha nova lectura do manuscrito, e, se se fixase ben, podería ter visto o “xis aspado”. O erro de Romaní levou inevitavelmente a outros autores a falar da importancia deste suposto documento de 1230, como a Bello, 1997, 512-4.

⁸ Xa escrito o meu traballo vexo que Souto Cabo, 2003, 804, se adxudica o descubrimento destes dous documentos, descoñecendo a edición inédita de Cambón. Souto publica o de 1231 (pp. 812-3).

⁹ Gallego, 1986, fai un estudio del (pp. 157-61) e transcribeo con moitísimos erros (pp. 162-70), colocándoo no reinado de Afonso IX (p. 160). Segundo indica Boullón Agrelo (en *Cuadernos de Lingua*, 26, 2004, no prelo), Ferro Couselo (*Vida Gallega*, nº 728, 1957) sitúao arredor de 1228.

Villamil, 1943, 115-6) que mestura bastante o latín e o galego.

5.1. Lembremos tamén que Martínez Salazar, 1911, 1-21, coloca na súa antoloxía en primeiro lugar sete textos sen data ou para os que propón unha data aproximada: un de entre 1234-6? (pp. 1-4) e outro tomado dunha copia do XVII (pp. 4-5), os dous híbridos en latín e galego; despois tres que sitúa entre 1242-52 (pp. 6-12), un deles cunha “no-diça” (pp. 10-12); outro de 1253-1254? nun traslado (pp. 12-14, tomado da *CDGH*, 182-4, onde López Ferreiro di que é de 1253), que é híbrido, pois ten partes en latín e outras en romance, con mestura de galego-leonés, e un de mediados do XIII que traduce un foro dado en 1228 ó Burgo de Caldelas (pp. 15-21). Por outra banda, Novo Cazón, 1986, núm. 20, transcribe en Vilardonas un documento en latín de 1241 que reproduce dous documentos anteriores, un en castelán de 1240 e outro do mesmo ano que mestura galego, castelán e latín. Ademais, Fernández de Viana, 1996, 435-7; 1999, 223-5, transcribe en Caaveiro un documento de 1240 nun galego moi correcto, pero tomado dun tombo copiado posteriormente, polo que é moi improbable que se escribise así nesa data, e en Ferreira de Pallares hai un en galego de 1247, con algunhas palabras en latín e a grafía *u*, *i* por *o*, *e*, e un híbrido latino-galego de 1227 (Rey Caíña, 1993, núms. 51, 105). Outro que debemos citar é un de Allariz de 1244 (Ferro Couselo, 1967, I, 13-14), que Souto Cabo, 2002 [2003], 438-9, antes de descubri-los documentos citados de Melón (Souto, 2003b), consideraba como o primeiro texto plenamente romance coñecido no territorio galego e indica que procede da rexión do Bolo, “o que pode sugerir algun tipo de influxo do ámbito castelhana-leonés, inclusive perceptíbel a nivel lingüístico” (p. 439); pero estes asertos necesitan unha aclaración, posto que se trata dun texto híbrido, con partes en latín e outras en romance, e as súas características lingüísticas son propias do galego-leonés, non do castelán-leonés.

5.2. Isto lévame a indicar que moitas veces se citan documentos anteriores á década do cincuenta como galegos, porque aparecen en cartularios galegos, cando realmente proceden de zonas de fala (galego-)leonesa, da comarca do Bierzo ou da Pobra de Seabra. Tamén en mosteiros da zona occidental zamorano-leonesa hai documentos que se poden considerar galego-leoneses, porque presentan unha lingua híbrida, cun dominio do galego ou de palabras que coinciden co castelán segundo os casos ou con trazos específicos do leonés. Entre os documentos primitivos que atopamos en mosteiros galegos e nalgunha catedral procedentes de territorio leonés e que están en leonés (ou galego-leonés) podemos citar en Melón un de 1246 e outro de 1256 (Cambón, 1958, núms. 424, 565), en Oseira un de 1251 escrito en Zamora (Romaní, 1989, 621), no Tombo de Toxos Outos documentos híbridos en latín e leonés de 1241, 1243 e 1250 e un en leonés de 1243 (Pérez Rodríguez, 2004, núms. 28-31), en Ferreira de Pallares de 1253 e 1261 (Rey Caíña, 1993, núms. 121, 191)¹⁰, en Meira un de 1254, en Samos de

¹⁰ Tamén un en galego con leonesismos de 1382, documento dun notario de “Uilla Franca cerca Valcarçel” (Rey Caíña, 1993, núm. 574). En Lugo hai un de 1364 (Portela/García Oro, 1997, núm. 670).

1256 e 1268 procedentes de Vilafranca do Bierzo (Sponer, 1934, 116-8) e na catedral de Ourense un de 1284, cun acordo de irmandade de varios concellos e cabidos reunidos en Zamora (*DACO*, 1917, 206-8; Duro Peña, 1973a; 1996, non o transcribe e di erroneamente que está en castelán).

5.2.1. Se botamos unha ollada a mosteiros da zona de Pobra de Seabra ou do Bierzo, no Tombo e en documentos de San Martín de Castañeda aparecen en latín, alén doutros anteriores, en 1250, 1255, 1263 e 1287 (Rodríguez González, 1970, núms. 192-6, 199; Quintana, 1972, 172-3, 175-8, 182-93, 200-1, 207, 211) e en galego-leonés en 1241, 1251, 1252, 1257 (2) e 1262 (Rodríguez González, 1970, núms. 191, 197-8, 200-2)¹¹. Nos documentos de Castañeda relativos a Valdeorras hai dous en leonés de 1257 (García Tato, 1986, 33-35). No mosteiro de Carracedo hai documentos de 1245 (2), 1250, 1251 (3), 1252, 1253 (2), 1257 (3), 1258 (3), 1259 (3), 1260 (3), 1261 (2), 1262 (2), 1263 (2), 1264 (Martínez Martínez, 1997, núms. 429, 432, 452, 465-7, 475, 482, 485, 511-3, 517, 519-20, 525-7, 530, 533, 535-7, 544, 546, 550, 554, 559) e posteriores cunha lingua híbrida galego-leonesa ou con características do leonés. Máis documentos neste romance híbrido aparecen en San Pedro de Montes, onde xa en 1230 hai un en latín con romance e despois en romance, ás veces coa data e as testemuñas en latín, en 1235, 1238, 1241, 1243 (2), 1245, 1247 (2), 1251 (4), 1252 (5), 1253 (4), 1254, 1255 (6), 1256 (6), 1257 (4), 1258 (3), 1259 (2), 1260 (2), 1261 (2), 1263 (4), 1264, 1270 (2), etc. (Quintana, 1971, núms. 291, 293-4, 297-302, 304-6, 308, 310-19, 321-4, 327-37, 339-40, 342-9, 351-5, 358-9).

6. Volvendo a Galicia, fóra dos documentos citados nos §§ 5 e 5.1, o certo é que a irrupción definitiva do romance nos textos escritos se produce na década dos cincuenta e para ver como se foi abrindo paso o galego no século XIII fronte o latín, podemos facer unha pequena incursión polas distintas coleccións documentais que temos á man, a maneira de proba, tal como fixeron, parcialmente, Lucas, 1975a, 239, para Oseira, e Monteagudo, 1985, 105-7; 1994, 182-3; 1999, 133-5, nas táboas que elaborou para unha serie de documentos das catedrais de Ourense e Santiago, dos mosteiros de Ribas de Sil e Rochas e de Sínodos diocesanos¹². Véxase tamén agora Souto Cabo, 2002 [2003], que presenta un cadro (p. 443) coa evolución do uso do galego entre 1256 e 1285 baseada en nove coleccións documentais.

6.1. Na provincia da Coruña, no Tombo de Caaveiro os documentos de 1250, 1252 (2), [1252-1262] e 1253 están en latín (Fernández de Viana, 1997, 320-2, 350-2; 1999,

¹¹ Tamén hai un de 1310, así como un en galego de 1383 procedente de Ourense (Rodríguez González, 1970, núms. 205, 207). En castelán hainos de 1288, 1323, 1402, 1427 e 1494 (*id.*, núms. 204, 206, 208-10).

¹² Para facer este traballo utilice as fontes documentais publicadas, as fotocopias de documentos medievais conservadas na Facultade de Xeografía e Historia, algunhas xa moi esvaídas, que están incompletas porque algúns profesores se apropiaron das copias e non as devolveron, e os microfilmes de documentos da provincia da Coruña de que dispón o *AHUS*, dos que dispón o Centro Ramón Piñeiro, así como os microfilmes que temos no Instituto da Lingua Galega. Ademais, comprobei moitos documentos nos Arquivos que os conservan.

305-7, 330-1), igual ca uns pergameos de 1259, 1260, [1262-1266], 1286 e outros do XIII (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 349-50, 352, 354-5, 356-7; *AHN* 491.7-9,13-16). En galego temos un de 1240, xa citado, e outro de 1252 introducido no século XV, pero en traslado de 1316 (Fernández de Viana, 1997, 352-4, 435-7; 1999, 223-5, 331-3) e tamén hai pergameos en galego de 1259 (2), 1265, 1286, 1287 e 1290 (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 350-1, 353-4, 357-8, 359-60; Porta, 1986, 256; Martínez Salazar, 1911, 44-5; *AHN* 491.6,11-12). Do mosteiro de Monfero temos moitos en latín de 1230 a 1249 (*ARG* e *AHN*, carpetas 498-500; López Sangil, 2002, núms. 235-342) e tamén de 1250, 1251, 1252 (2), 1253, 1255 (2), 1256, 1257 (3), 1268, 1283, 1287 e outros tres do XIII (*ARG*, núms. 113, 115, 124; *AHN* 500.14-19, 501.7, 502.15, 504.4,7; López Sangil, 2002, núms. 343, 346-8, 350, 353-5, 357-9, 383, 490, 520, 598). En galego hai dous sen data moi antigos (*ARG*, núms. 111, 112) e despois de 1257, 1261 (3), 1262, 1265, 1266, 1267, 1269 (3), 1270, 1271 (2), 1272, 1273 (2), 1274 (5), 1275 (7, un en traslado de 1298), 1277 (3), 1278 (3), 1279, 1280 (2) e xa numerosos dos anos seguintes (*ARG*, núms. 114, 116-21, 123¹³, 125-45; *AHN* 501.4-6, 8-9,11-20, 502.1-14,16-19, 503.1-8,11-19; López Sangil¹⁴, 2002, núms. 356, 359, 364-5, 367-9, 377, 380-2, 385, 387, 390, 392-4, 397, 399, 402-5, 407, 409-10, 419-20, 422-4, 430, 432-5, 437, 439-41, 444-8, etc.; *CDH*, I, 220-1; III, 177; Vaamonde Lores, 1908, 174-5; Martínez Salazar, 1911, 22-24, 31-43, 45-47, 49-50, 52-53, 55-58, 60-66, 68-69, 71-72, 74-79, 81-86, 88-90, 93-94, 97-100; Maia, 1986, 45-46, 49). Pasando a outros lugares, en San Xoán de Buxán temos un en latín de 1251 (*AHN* 557.24) e en Marcelle outro de 1277 (*AHN* 496.5); en Cis un en latín de 1288 e en galego de 1284, 1290, 1294 e 1297 (Lucas, 2004, 684-6; *AHN* 494.7,18,20); en Dormeá un en galego de 1285 (*AHD*, *San Martiño*, c. 56.55); en Soandres un en latín de 1275 e outro en galego de [1265-1282] (*AHD*, *San Martiño*, c. 55.48; c. 56.19); en Mariña en galego de 1276, 1286 e 1294 (*AHN* 496.6-8); en Moraima un en latín de 1264 (*AHUS*, Pergameos, 10) e faise unha copia en 1294 dunha noticia anterior en latín e galego (*AHD*, *San Martiño*, c. 86.3). Tamén os hai en galego feitos en Ferrol en 1282 e 1288 (Vaamonde Lores, 1909, 17-18; 1911, 12-13), por notarios de Pontedeume en 1271, 1272 e 1275 (Martínez Salazar, 1911, 59-60, 62-63, 67-68) e de Betanzos en 1272 (*id.*, 62-63).

6.1.1. No mosteiro de Sobrado continúan en latín en 1250, 1252 (5), 1253 (2), 1254 (5), 1255 (3), 1256 (3), 1257 (6), 1258 (2) e 1259 (2) (*RAG*; *ARG*, núms. 322-6, 328-9, 331; *AHN* 542.2-7,9-16; Pallares, 1979, 303-8; Daviña Sáinz, 2002, 123, 135-6, 143; 2003, 175-6) e despois en 1260 (2), 1261 (2), 1269, 1270, 1274, 1275, 1286, 1293 e 1294 (*ARG*, núms. 332, 340, 345; *AHN* 542.20, 543.1-2,10,15-16, 544.6,14; están en latín sen data ou rompidos os do *AHN* 545.1-2,4,6,8-9,12-13); en galego témolos de

¹³ O núm. 122 está posto no ano 1271, pero o que se le é era de 1271, polo que o escriba debeu cometer un erro na datación, pois está escrito nun galego moi correcto e non é probable que sexa de 1233.

¹⁴ Este autor indica en numerosos casos a lingua en que están escritos os documentos, pero comete constantes erros nestas indicacións e non os podemos fiar do que di. Cf. notas 32, 59 e 62.

1257 e 1259 (*ARG*, núm. 327; *AHN* 542.17; Martínez Salazar, 1911, 24-26) e logo de 1262 (2), 126...? (rompido), 1264, 1265 (3), 1266, 1267, 1268, 1269 (2), 1270, 1272 (2), 1273, 1274 (2), 1275, 1276, 1277, 1278, etc. (*AHN* 543.3-4,6-9,11-14,17-19; *ARG*, núms. 335-9, 341-2, 515; Martínez Salazar, 1911, 28-30, 47-49, 50-54, 70-71, 80-81, 86-88, 95-96; Vaamonde Lores, 1907, 226-7; *id.*, 1909, 42-44, 63-64; *id.*, 1910, 280; *id.*, 1911, 66-67; *CDH*, III, 157; *CDGH*, 321-4; Sponer, 1934, 137-8; Vázquez López, 1997, 212-4; Pallares, 1979, 306-7, 308-22; Maia, 1986, 41-45, 47-48, 75-76, 128; González Garcés, 1987, 499-500; Daviña Sáinz, 2002, 128-9)¹⁵. No Tombo de Toxos Outos é normal que aparezan en latín os da década dos corenta (64), así como os dos anos cincuenta (31 en total: Pérez Rodríguez, 2004, núms. 57, 111, 171, 183, 188-9, 196, 207, 213, 388, 409, 419, 422-3, 432, 456, 460, 544, 549, 557-9, 561-2, 564-5, 569, 579, 661-2, 706) e sesenta (16: Pérez Rodríguez, 2004, núms. 104, 115, 173, 175, 177, 318, 357, 416, 463-4, 496, 548, 617-8, 652, 712; Salvado, 1991, 222) e tamén os hai de 1270, 1271, 1274 (2), 1277, 1284 (2), 1289 e 1294 (Pérez Rodríguez, 2004, núms. 0, 58, 62, 441-2, 487, 550, 616; Salvado, 1991, 220-2, 223, 225; *AHN* 556.14); en galego só aparecen de 1271, 1276, 1277, 1283 (2), 1287 e 1299? (Pérez Rodríguez, 2004, núms. 62, 90, 185, 436, 475, 796; Salvado, 1991, 224-5, 226-7; *AHN* 556.13).

6.1.2. Por outra banda, en Santiago no *AHUS* hai documentos en latín de 1258, 1259 (4), 1260, 1271, 1273 (2), 1274 (2), 1282, 1283 (2), 1285 (2), 1294 e 1299 (Justo/Lucas, 1991, 4-12, 14-16, 19-20; Col. Blanco Cicerón, 127, 152; *id.*, c. 137.21-23) e en galego de 1260 (feito en Caldelas), 1284 e 1295 (2) (Col. Blanco Cicerón, 165; Justo/Lucas, 1991, 13-14, 17-19); no Apéndice do tomo v da *HIS* están en latín os dos anos cincuenta e sesenta (*HIS*, v, 68-90 e 93-108) e un de 1259 na *CDH*, I, 278-9. Na *CDGH* hainos en latín de 1253, 1262, 1267 (pp. 19, 263-9) e testamentos de cóngos e outras persoas de 1269, 1270, 1276, 1279 e 1283 (pp. 184-92, 218-25, 239-54) e en galego de 1265, 1272, 1276, 1291 e 1294 (pp. 17-18, 34-35, 270-3, 275-7). Tamén aparece unha avinza en galego en 1289 entre os cambiadores e os ourives (López Ferreiro, 1895, 113-5) e no Fondo López Ferreiro hainos en latín de 1275, 1288, 1289 e 1293 (*Catalogación*, 2001, 307, 310, 312) e en galego de 1279, 1289 e 1294 (*Catalogación*, 2001, 308, 311, 313). No mosteiro de Belvís hai un en latín de 1291 (Rodríguez Núñez, 1989, 393; 1990, 67); no de San Martiño dos Piñeiros en latín de c. 1250 (2), 1252, 1254, 1255, 1256, 1258, 1259 (5), 1261, 1262 (2), 1263, 1264 (3), 1265 (2, un con palabras en galego), 1267 (2), 1268, c. 1269, [1262-1270] (2), 1270, 1272 (2), 1273, 1274, 1278, [1270-1280], 1287, 1290, 1291 (3), 1293, 1295 (2) e 1298 (Lucas, 2003, 266-9, 271-83, 284-98, 299-303, 308-9; *AHD*, *San Martiño*, c. 46.72,74,94,96; c. 55.56,67,72,77,102; c. 56.34,39,50,84; c. 57.61; *AHN* 513.17,18, 514.4; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, c. 137.28) e en galego de 1265 (2, nun Lucas, 2003, 279-80, pon erroneamente 1264),

¹⁵ No *AHN* 531.11 hai un galego coa data errada, pois parece que di era de 1224. Seguramente falta un C e sexa do a. 1286.

1272, 1281, 1287, 1288, 1292, 1293 (2), 1295 e 1298 (Lucas, 2003, 279-80, 298-9, 307, 309-10; *AHD*, *San Martiño*, c. 46.97; c. 55.104; c. 56.40; *AHN* 513.19, 514.1,3,5-6); no de San Paio de Antealtares en latín de c. 1250, 1250, 1251 (2), 1252, 1253, 1254 (3), 1256 (2), 1258 (2), 1259, 1260 (2), 1261, 1262 (2), 1266 (3), 1268, 1270 (2), 1273, 1274 (2), 1282, 1283, 1290 e 1295 (*AHN* 520.13-20, 521.1-3,5-17, 522.2-4,6; *AHD*, *San Martiño*, c. 55.111, c. 56.48,76; c. 86.8) e en galego de 1255, 1273, 1276, 1283 (Maia, 1986, 77-78), 1289 (2), 1291, 1294 e 1296 (*AHN* 521.4, 522.1,5,7,9-13); no de San Pedro de Fóra en latín de 1274, 1279, 1283, 1285 (2), 1294 e [1299] (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 80, 128; *AHD*, *San Martiño*, c. 55.76; c. 56.41,67,81; c. 86.8); no de Santa Clara en latín de 1278, 1285, 1293 e 1298, alén de tres documentos de 1258, posiblemente deste mosteiro (*AHD*, *San Martiño*, c. 45.45-46; c. 47.11,15; c. 48.107; Castro, 1983, 47-48) e en galego de 1297 e 1299 (*AHD*, *San Martiño*, c. 45.16; Castro, 1983, 49-52). Ademais, no *Tombo B* da catedral hainos en latín de 1254 (2: un de Afonso X), 1255, 1256 (2), 1260, [1261], 1264 e 1292 (González Balasch, 1987a, núms. 216, 218, 223, 228-9, 238, 240, 245, 263; Fernández de Viana/González Balasch, 1992, núm. 18), alén dos papais (González Balasch, 1987a, núms. 212, 217, 222, 234-5, 248, 254), e no *Tombo C* en latín de 1250 (2 de Arnoia), 1253 (2 de Santiago de Ermelo), 1255 (de Conxo), 1282 e 1284 (de Ourense) (Fernández de Viana, 1989, 248-50; *id.*, 1997, 374-6; Fernández de Viana/González Balasch, 1992, núms. 19-20).

6.2. Se pasamos á cidade de Lugo, temos un documento híbrido latino-romance en 1246 (*AHN* 1328C.22), pero a maior parte dos documentos de 1250 a 1259 que se conservan no *AHN* están en latín, pois pasan de 100 (*AHN* 1329ABCDE) e só aparecen 11 en galego: de 1255, 1256, 1257 e 1259 (8) (*AHN* 1329A.6,27, 1329B.22, 1329D.13,20, 1329E.1,4,8-10,12; Murguía, 1907, 195-6). De 1260 a 1269 continúa o dominio do latín e inclusive con máis documentación, posto que hai máis de 200 documentos (*AHN* 1329EFGH, 1330ABCDEFGH, 1334.11-12), mentres que para o galego queda un uso limitado: de 1260 (5), 1261 (4), 1262 (3), 1263, 1264, 1265, 1266 (2), 1267 (2), 1268 (7) e 1269 (*AHN* 1329G.8-9,20-22, 1329H.15,19,25, 1330A.11, 1330B.4-5,20, 1330C.1,23, 1330D.8,26, 1330E.5,16, 1330F.6-7,9-10,12,17-18,22, 1330G.1). Despois ata o ano 1276 temos 57 en latín e 41 en galego (*AHN* 1330GH, 1331AB)¹⁶ e desde 1289 a 1299 rómpese xa a proporción a favor do galego, ó termos 15 en latín (*AHN* 1331FGH) e 52 en galego (*AHN* 1330G.1, 1331FGH). Na catedral, entre outros, hainos en galego de 1256, 1259 (4), 1261, 1265, 1266, 1267, 1272, 1273 e 1274 (Sponer, 1934, 140-6, 150, 153-5; Vázquez Saco, 1943, 118-9, 187). Moi interesante é un “Memorial de Aniversarios”, que contén 305 textos breves datados (de 1199 a 1322) e 286 sen datar (Jiménez, 1987, 163), case todos en latín, agás uns cantos en galego, un deles de 1290 (*id.*, p. 215) e os outros do XIV, cun engadido en galego de 1326 (*id.*, p. 226). Neste memorial da se-

¹⁶ Non podo ver cal é a situación nas dúas décadas seguintes porque non dispoño de fotocopias das carpetas 1331CD.

gunda metade do XIII hai mencións en latín de 1250, 1251, 1254, 1264, 1266 (2), 1267 (2), 26 da década dos setenta, 21 da dos oitenta e 20 da dos noventa (Jiménez, 1987, 169-74, 175-8, 179-81, 182-7, 188, 190-3, 196-8, 200-1, 203, 205-7, 210-1, 214-5, 216, 218-20, 221, 226; cf. Leirós, 1941b).

6.2.1. Na catedral de Mondoñedo os tombos catedralicios e os pergameos soltos están todos en latín na década dos cincuenta (69) e na dos sesenta (71) (Cal Pardo, 1990, 27-29, 133-62; 1999, 57-61). Despois segue habendo bastantes, alternando xa cos escritos en galego: 62 da década dos setenta (Cal Pardo, 1990, 31-32, 162-75; 1999, 65-66), 92 da dos oitenta (Cal Pardo, 1990, pp. 32 a 34, 176 a 197; 1999, 67-70) e aínda 75 da dos noventa (Cal Pardo, 1990, pp. 34, 198 a 217; en 1999, 71-74, reproduce un documento de 1297 que traslada as constituicións da catedral de 1262 e unha providencia de 1290). En galego temos moi poucos neste século, en total 26: de 1270, 1275, 1280, 1282 (2), 1283, 1284 (do meiriño maior de Galicia), 1289 e xa 18 dos anos posteriores (Cal Pardo, 1990, pp. 30 a 38, 178, 180, 196, 198, 202, 205 a 207, 212, 217; 1999, 62, 64, 66, 74-82, 83-84, 86-88). En relación con Viveiro hai a transcripción de documentos latinos de 1258, 1261 (2), 1277 (2), 1286, 1291 e 1295 (2) (Cal Pardo, 1991, 86-87, 88-90, 91-92; 1993, 713, 716-7, 756) e galegos de 1274 e 1293 (Cal Pardo, 1991, 87-88, 94-95); tamén un nos Dominicos de 1285 (*AHN* 1324.22).

6.2.2. En mosteiros da provincia, no de San Salvador de Chantada aparecen en latín de 1258, 1274 e 1279 (2) (*AHN* 1067.9,14-16) e en galego de 1255¹⁷, 1259, 1285, 1286 (Maia, 1986, 78-79), 1288 e 1290 (*AHN* 1067.8,13,17-20); en Chouzán un de 1284 en galego (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, c. 137.25) e no de Loio un en latín de 1254 do arcebispo de Santiago, feito en Toledo (Novo Cazón, 1984, 37-38). No de Ferreira de Pallares 50 en latín de 1250 a 1259, 34 de 1260 a 1269, 30 de 1270 a 1279, aínda 17 de 1280 a 1289 e despois de 1290, 1291, 1292 e 1295 (Rey Caíña, 1993, núms. 115-20, 124-36, 138-45, 147-54, 156-8, 160, 163, 166-77, 179-87, 189-90, 193-5, 198-200, 205, 207, 209-13, 215, 217-8, 220, 224, 230-3, 240, 243, 247-8, 251, 254, 257, 260, 262-6, 270, 274-6, 279-83, 290-1, 300-4, 307, 310, 312, 314, 316-9, 321-2, 326, 328-9, 331-2, 334, 337, 341, 348, 353, 361); como xa indiquei (§ 5.1) en galego xa temos un de 1247, con algunhas palabras en latín e a grafía *u*, *i* por *o*, *e* (Rey Caíña, 1993, núm. 105), e despois de 1255, 1257, 1258 (4) e 1259 (2) (Rey Caíña, 1993, núms. 137, 146, 155, 159, 161-2, 164-5; Martínez Salazar, 1911, 27; Maia, 1986, 68-73); de 1260 a 1269 aumenta a 21 documentos (Rey Caíña, 1993, núms. 178, 188, 192, 196-7, 201-4, 206, 208, 214, 216, 219, 221-3, 225-8) e a 40 de 1270 a 1279 (Rey Caíña, 1993, núms. 235-9, 241-2, 244-6, 249-50, 252-3, 255-6, 258-9, 261, 267-9, 271-3, 277-8, 284-9, 292-3, 295, 297-9, 305; Martínez Salazar, 1911, 73; Maia, 1986, 73-74); baixa a 12 de 1280 a 1289 (Rey Caíña, 1993, núms. 308-9, 311, 315, 320, 323-5, 327, 333, 335-6) e de 1290 a 1299 hai 23 (*id.*, núms. 339-40, 342, 344-6, 349-52, 354-60, 362-5, 367, 369). No de Ferreira de

¹⁷ Pon *era de 1293*, pero non parece letra do XIII.

Pantón temos documentos en latín de 1250, 1253, 1260 e 1264 (Fernández de Viana, 1994, 31-35) e en galego de 1261, 1274, 1278, 1289, 1290, 1292 e 1299 (2) (*id.*, 33-42). No de Meira podemos ver documentos en latín de 1250, 1251, 1253, 1254, 1255, 1257, 1260, 1262 e 1270 (Sáez Sánchez, 1942-1943, 506-19; Mariño Veiras, 1983, 92, 97, 140, 143, 159, 174, 175, 235, 321, 322, 336, 383, 391, 392, 415; *AHN*, carpetas 1134-1137) e en galego de 1255, 1257, 1260, 1265, 1266, 1268, 1270, 1271, 1272, 1274, 1276, 1277, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289 e 1296 (Sponer, 1934, 119-37; Mariño Veiras, 1983, 53-54, 77, 83, 136, 143, 145, 174, 210, 235-6, 279, 284-5, 365, 378, 391, 415-6; *AHN*, carpetas 1135-1140)¹⁸. No de Pedroso hainos en latín de 1246, 1250 e 1253 (Cal Pardo, 1984, 243-5) e en galego de 1257, 1284, 1286, 1289, etc. (Cal Pardo, 1984, 246-9; 1990, 114) e no de Pombeiro temos en latín de 1240 e 1244 e xa despois pásase ó galego con documentos de 1262, 1281, 1290, 1293 e 1296 (Lucas/Lucas, 1996a, 73-79). No de Samos aparecen en latín 11 da década dos cincuenta (*AHN* 1242.18-21, 1243.1,3-5,7-9), 14 da dos sesenta, 10 da dos setenta e aínda de 1282 e 1292 (*AHN* 1243.10-13,15-16,18,20-21, 1244.2-5,10,12,15,19, 1245.1,3,5,8,11-12, 1246.1,5, 1248.3; outros do XIII en *AHN* 1250.8,10-11,14-15); en galego temos de 1262, 1265, 1267 (2), 1269, 1271 (5), 1272, 1273, 1274 (3), 1275, 1276 (4), 1277 (2), 1279 e xa bastantes das dúas décadas seguintes (*AHN* 1243.14,19, 1244.6-7,11,13,17-18,20-22, 1245.2,4,6-7, 9-10,13-15,17-19, 1246.2-4,6-20, 1247.1,6-21, 1248.1,2,4-20, 1249.1-20, 1250.1; Sponer, 1934, 146-9, 151-3, 155-8, 188-90; Martínez Salazar, 1911, 91-92). No Tombo de Vilanova de Lourenzá hai un en latín e romance de 1243 (Rodríguez-Rey, 1992, 126-7; cf. § 4.5), en latín de 1252 (2), 1258 (3), 1265, 1266 e anteriores (*id.*, 103-4, 149, 183-6, 189-90, 201-2, 205-8, 210-2) e en galego de 1258, 1259 e 1266 (3) (Rodríguez-Rey, 1992, 148, 170, 171, 173, 203; Mayán, 1973, 156-7); en pergameos do mosteiro conservados no *AHN* aparecen en latín de 1250, 1251, 1252, 1254, 1255, 1257 e 1265 (*AHN* 1107.11-15,17-18) e en galego de 1255, 1267, 1269, 1271, 1281, 1284, 1287, 1288, 1289 (3), etc. (*AHN* 1107.16,19-21, 1108.2,6-11, etc.; Mayán, 1989, 281-3). No mosteiro de Vilar donas hainos en latín de 1240 (2), 1241 (2; cf. § 5.1), 1242, 1243, 1244 (2), 1249 e despois de 1251, 1252, 1253 (2), 1256, 1260, 1262 (2), 1263, 1264, 1268, 1270, 1274, 1275, 1291 e 1296 (Novo Cazón, 1986, núms. 17-36, 39, 44, 49, 52, 60, 65); o primeiro que aparece en galego, con moitos erros de lectura, é o testamento de Vasco López de Ulloa, de 1266 (xa citado en Sobrado), en traslado posterior, e veñen despois de 1268, 1269 (4), 1271, 1272, 1273, 1274 (2), 1275-1280?, 1278, 1280, 1285, 1291 (2), 1292, 1293, 1294 e 1296 (*id.*, núms. 37-38, 40-43, 45, 47-48, 50-51, 53-54, 56, 58-59, 61-64, 66). Como complemento podemos citar outros documentos en galego: no mosteiro de Sarria un de 1251 (López Arias, 1996, 108-9), no de Monforte de 1255 e 1285 (Murguía, 1909, 134; Sponer, 1934, 164-5), no de San Domingos de Viveiro de 1285 (García Oro, 1987, 57) e en 1289 dun notario de Quiroga (Martínez Salazar, 1911, 92-93).

¹⁸ Domínguez Casal, 1952, fala dun “perg. copia en gallego” de 1230 en Meira (núm. 491), pero trátase dunha copia posterior con galego, castelán e algo de latín.

6.3. Pasando a Ourense, Duro Peña publica un total de 502¹⁹ documentos da catedral, algúns sumariados, desde o ano 888 ata 1289, e a maior parte deles están en latín: 100 de 1250 a 1259 (Duro Peña, 1996, núms. 241-334, 336-8, 340-2; cf. *DACO*, 1917, 172-8, 185-6; López, 1936, 52-55, 76), 64 de 1260 a 1269 (Duro Peña, 1996, núms. 343, 345-98, 400, 402-9; cf. *DACO*, 1917, 194-5, 198-201; López, 1936, 77-79), 48 de 1270 a 1279 (Duro Peña, 1996, núms. 410-2, 414-28, 430-9, 442, 444, 447-8, 450-1, 453-65; tamén de 1272 no *AHN* 1507.16; cf. *DACO*, 1917, 201-2, 204; Ramón-Duro Peña, 1967, 550-3; Losada-Soto, 1994, 51) e 33 de 1280 a 1289 (Duro Peña, 1996, núms. 466-8, 470-9, 481-95, 497-500; cf. *DACO*, 1917, 204-6, 208-11; López, 1936, 79-80). En cambio, en galego son pouquísimos os destas décadas, pois só hai 13 en total: de 1259 (2), 1260, 1268, 1273, 1274 (3), 1275 (3), 1276, 1280 e 1288 (Duro Peña, 1996, núms. 335, 339, 344, 399, 429, 440-1, 443, 445-6, 449, 452, 469, 496). A eles hai que engadir outro de 1270 (*Escrituras* XII,13)²⁰. Esta información pode completarse co *Catálogo* (Duro Peña, 1973a)²¹, onde cita documentos en latín de 1289 (2) (un en traslado en galego), 1290 (2), 1292, 1293 (2), 1294 (2), 1295 (2), 1296 (2) e 1297 (9) (Duro Peña, 1973a, núms. 501-5, 510-2, 514-6, 520-1, 523-31; cf. *DACO*, 1917, 225-7), así como documentos en galego de 1292 (4: un deles transcrito por Castro-Martínez Sueiro, 1917, 212-6, erroneamente como de 1291), 1294, 1295, [1286-1295], 1296, 1297, 1299, etc. (Duro Peña, 1973a, núms. 506-9, 513, 517-9, 522, 532; o de 1297 en “Documentos San Francisco”, 340-1), ós que debemos engadir un traslado en 1294 de carta latina de 1258 (*Escrituras* XII, 105).

6.3.1. Con referencia ós mosteiros da provincia, no de Santa Clara de Allariz temos en latín de 1282 e tamén de 1290 (2) ou 1293, con bulas papais (Ferro Couselo, 1967, I, 15-16; *AHN* 1429.1-3,7), híbridos latino-romances de 1244, 1251 e 1255 (Ferro Couselo, 1967, I, 13-14, 15-16, 17-18) e en galego de 1259, 1276, 1286 (2), 1292 (2), 1293 (3), 1294, 1295 e 1298 (Rodríguez Núñez, 1993c, 307-10; Ferro Couselo, 1967, I, 19-20, 35-36, 38-40, 50-51; Maia, 1986, 130-1; *AHN* 1429.10-11; *SCA*, 1986, 76-77, 95-97; M. Leirós, 1940, 326-8), e en 1273 unha avinza entre o concello e Tareixa Eanes (Vázquez Núñez, 1906, 79-80); en San Miguel de Bóveda hainos en galego de 1265, 1276 e 1295 (*ACOu* 933, 1244; Duro Peña, 1977b, 155-6). En Celanova en latín de 1258 (2), 1270, 1271 e 1272 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 58-59, 63, 65-66; Lorenzo Fernández, 1942, 225, 231) e en galego de 1265, 1270, 1271, 1275, 1276 (3), 1282, 1286, 1287, 1290, 1294, 1295 (2), 1297 e 1298 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 60, 62, 64, 68-71, 73, 76-77, 80, 89-93) e en Santa María de Ribeira en galego de 1272, 1275,

¹⁹ Aínda que a numeración dos documentos só chega ata o núm. 500, hai dous números repetidos (419bis e 485bis).

²⁰ Castro/Martínez Sueiro, 1917, 202-4, transcriben como de 1277? un de 1379? (Duro Peña, 1973a, núm. 901).

²¹ Este *Catálogo*, ás veces, indica a lingua dos documentos, pero en moitísimas ocasións non o fai e préstase a equívocos, polo que pode levar ós investigadores a falsas interpretacións. Isto obrigoume a comprobar no *ACOu* toda a documentación para saber en que lingua estaba cada documento.

1283, 1284, 1286 e 1292 (Sáez Sánchez, 1944, 193-200; Vázquez Núñez, 1898, 35-36; *id.*, 1902, 79-80). No mosteiro de Melón xa indiquei (§ 5) que de 1230 a 1249 hai 193 documentos en latín (Cambón, 1958), lingua que se segue usando maioritariamente de 1250 a 1259 (37 do *ACOu* en Soto Lamas, 1992, núms. 128-44, 149-60, 162-9; 68 no *AHN* 1445.8-19, 1446.1-20, 1447.1-2,15-20, 1448.1,5,7-9,11-12,13-20, 1449.1-3,5-9, 11-15; 101 en Cambón, 1958), que aínda ten bastante uso de 1260 a 1269, con 11 documentos no *ACOu* e 27 no *AHN* (Soto Lamas, 1992, núms. 170-5, 179, 184, 189, 194-5; *AHN* 1449.16,18-20, 1450.1-10,13-14,16-18,20, 1451.1-3,5-6,9,12; en Cambón, 1958, tamén 38 entre os núms. 612 e 690), e que segue aparecendo en 1270 (2), 1272 (2), 1273 (2), 1274 (5), 1275, 1281, 1282, 1283 (do bispo de Tui), 1282-1284, 1288 (apelación do mosteiro ó bispo de Braga), 1289 (2), 1291 (testamento dun cóengo de Tui), 1292 e unha sentenza de 1293 (Soto Lamas, 1992, núms. 200, 209, 264; *AHN* 1452.6-8, 1453.5,12-13, 1454.12,15, 1455.7; Cambón, 1958, núms. 712, 727-8, 734-5, 742-3, 746, 748, 753, 762, 809, 826, 832, 868, 872, 890, 913, 920). En galego, alén dos citados de 1231, 1233 e o de 1252 (§§ 5, 4.5), só aparecen dous documentos de 1255 (Cambón, 1958, núms. 551, 559; o primeiro empeza en latín e despois pasa ó galego) e un de 1258 (*AHN* 1449.10). Despois xa os atopamos de 1260, 1261, 1262 (3), 1263 (2), 1264 (4), 1265 (5, un en Ferro Couselo, 1967, I, 24-25), 1266 (3), 1267 (6), 1268 (3) e 1269 (7) (Soto Lamas, 1992, núms. 176-8, 180, 182-3, 185-8, 190-3, 196-9; *AHN* 1449.17, 1450.11-12,15,19, 1451.4,7-8,11,13-14; Cambón, 1958, 619, 634, 638, 642, 644-6, 649-51, 654, 657, 661, 665-7, 672-4, 681, 684-5, 687-9, 693-4, 698, 700-3, 705-7), 54 de 1270 a 1279 (Soto Lamas, 1992, núms. 201-6, 208, 210-4, 216-21; *AHN* 1451.15-18,20, 1452.1-5,9-18; Ferro Couselo, 1967, I, 29, 35; Cambón, 1958, entre os núms. 713 e 793), entre eles un de 1275 de D^a María Afonso, filla de Afonso IX (*CDH*, II, 279) e xa moitos máis de 1280 a 1289 e posteriores (Soto Lamas, 1992, núms. 222-6, 228-31, 233-56; *AHN* 1452.19-20, 1453.1-2,4,6-11,14-19, 1454.1-8,10-11,13-14,16-18; un total de 84 en Cambón, 1958, entre os núms. 794 e 897 e ss.). En Santa Comba de Naves hai en latín de 1250 (2), 1253, 1255 (3), 1257 (2), 1258 (2), 1259, 1265 (3), 1266, 1267 (2), 1268, 1269 (3), 1270, 1272 (3), 1276, 1279 (2), 1289 e 1298 (2) (*ACOu* 643, 649, 726, 731, 739, 754, 760, 801-2, 819, 934, 947, 953, 972, 974, 997, 1007-8, 1023, 1040, 1076-7, 1080, 1245, 1296-7, 1506, 1687, 1690; *AHN* 1506.8), un de 1251 en latín con frases e as testemuñas en galego (*ACOu* 666) e en galego de 1255, 1266, 1278, 1279, 1282 (2), 1287 (2), 1289, 1290, 1293 e 1297 (*AHN* 1506.9; *ACOu* 957, 1288, 1309, 1361, 1367, 1455, 1463, 1520, 1541, 1592, 1678). No de Oseira na década dos corenta non aparece ningún documento en galego e nos anos cincuenta segue a dominalo latín, pois de 1250 a 1259 aparecen nesta lingua 186 documentos (Romaní, 1989, entre as pp. 588 e 814; *AHN* 1524.21, 1525.2,6,16,19, 1526.8,18, 1527.5-6, 1528.17, 1529.7)²², xunto a un de 1253 en latín e galego (Romaní, 1989, 662), e en galego só hai

²² No *Tombo de 1473*, dentro da parte do “Tombo Vello”, hai un documento en latín que Romaní/Rodríguez

seis: de 1256, 1258 (3) e 1259 (Romaní, 1989, 719, 780, 783-4, 785-6, 802-3; Bello, 1997, 516; cf. § 5). De 1260 a 1269 continúa a domina-lo latín, posto que atopamos nesta lingua 93 documentos e en galego só 19: de 1260, 1261 (2), 1262, 1265 (2), 1266 (2), 1267 (4), 1268 (3) e 1269 (4) (Romaní, 1989, 316-7, 843-5, 851-2, 885, 887, 892-3, 895, 898-9, 900-1, 905, 908-9, 915-6, 918-9, 921, 924, 928-9; *AHN* 1531.7,16, 1537.10; Vázquez Núñez, 1901, 327-8; Spöner, 1934, 162-63; Ferro Couselo, 1967, I, 21-24, 25, 28). De 1270 a 1279 é cando comeza a producirse a inversión, se ben aínda atopamos numerosos documentos en latín: 64 en total, fronte ós 82 que hai en galego (Romaní, 1989, entre as pp. 930 e 1087; Ferro Couselo, 1967, I, 29-30; Maia, 1986, 74-75; faltan en Romaní os do *AHN* 1532.11, 1535.10, en latín, e os de 1533.15,17, en galego). Xa de 1280 a 1289 domina o romance, pois hai 53 en galego e só sete en latín, estes de 1280, 1281, 1282, 1284, 1285 (2) e 1289 (Romaní, 1989, 1106, 1109-10, 1117-8, 1119-20, 1149-50; faltan en Romaní os do *AHN* 1536.2,5,7,11,19), xunto a outros tres en latín de 1292, 1293 e 1296 (Romaní, 1989, 1166-7, 1170-2, 1184-5).

6.3.2. No mosteiro de Ramirás ata o ano 1267 están todos en latín (Lucas/Lucas, 1988, 205-356; *AHN* 520.1-20; Duro Peña, 1971, 61-64); métese un en galego polo medio de 1268 (Lucas/Lucas, 1988, 357) e continúan outros 24 en latín de 1268 a 1272 (Lucas/Lucas, 1988, 358-83; Duro Peña, 1971, 64-65); volve a haber en latín tres en 1273 e dous en 1274 (Lucas/Lucas, 1988, 384-5, 387-9, 393-4, 401-2). En galego, despois do de 1268, temos de 1273 (2), 1274 (9), 1275 (5), 1276 (4), 1277 (6), 1278, 1279 (5), 1280 (2), 1281, 1282 (2), 1283, 1284 (2), 1285, 1288, 1289 (2), etc. (Lucas/Lucas, 1988, 383-4, 385-6, 389-93, 394-401, 402-33, 434-7). No de Santa Cristina de Ribas de Sil hai documentos en latín de 1250, 1253, 1260 e 1276 (*ACOU* 164c, 642, 701, 354) e en galego de 1263, 1266, 1269, 1276 (7), 1277 (2), 1286, 1288, 1290, 1293, etc. (*ACOU* 164bde, 905, 932, 1006, 1237, 1242, 1253-5, 1262, 1409, 1467, 1588; Fernández Suárez, 1974, núms. 16, 18, 20-21, 23-26) e no de Santo Estevo de Ribas de Sil temos en latín aínda documentos de 1253, 1257, 1264, 1269, 1279 e 1298 (Duro Peña, 1977a, 285-7, 291, 294-5; *ACOU* 701, 1022), así como traslados de privilexios en 1272 e 1288 (*AHN* 1561.2,10), e en galego de 1265, 1269, 1273, 1276 (2), 1278, 1283, 1285, 1288, 1291, etc. (Duro Peña, 1977a, 287-90, 291-2; *ACOU* 1374; Spöner, 1934, 163-4; *AHN* 1561.10). No de San Clodio do Ribeiro os de 1250 a 1259 están en latín: 1250 (5), 1251 (3), 1253 (4), 1254 (2), 1255 (3), 1256, 1257 (6), 1258 (9) e 1259 (15) (Lucas/Lucas, 1996b, 306-24; *ACOU* 654, 660, 667, 671, 709-711, 714, 734, 736, 748, 753, 755, 769, 772, 805, 813, 817, 827; *ACOU* H.14)²³; despois continúa habendo bastantes nesta lin-

Suárez, 2003, 50-51, colocan na era de MCCLX (polo tanto, a. 1222), pero ou ben eles ou ben o que escribiu o *Tombo* leron mal a data, pois o documento di que Fernando III era rei de Castela, León e Córdoba. ¿Será era MCCLXL?

²³ Os que cito do *ACOU* non aparecen transcritos en Lucas/Lucas, 1996b, debido a que no deplorable *Catálogo* de Leirós, 1951, aparecen absurdamente como “documentos particulares” e os autores non tiveron en conta as correccións que Duro Peña fixo nun exemplar deste *Catálogo*, reintegrando moitos destes supostos “documentos particulares” ós mosteiros correspondentes.

gua, pois podemos citar de 1260 (7), 1261 (7), 1262, 1263 (4), 1264 (2), 1265 (2), 1266 (2), 1267 (2), 1268 (4), 1270 (2), 1271, 1272, 1273 (5), 1274 (15), 1275 (7), 1276 (3), 1279, 1282 e 1296 (Lucas/Lucas, 1996b, 324-35, 335-7, 339-41, 343-5, 345-60, 364-5, 373, 374, 377, 386, 389-90; *ACOu* 848, 857, 859, 874, 920, 959, 965, 969, 986, 992, 1057, 1102, 1194, 1203, 1228, 1857; Leirós, 1943, 35)²³. En galego só empezan na década dos sesenta, con documentos de 1264, 1265, 1266 (3), 1267 (2), 1268 e 1269 (4), e despois hai 48 de 1270 a 1279, 62 de 1280 a 1289 e 31 de 1290 a 1299 (Lucas/Lucas, 1996b, 335, 337-9, 341-3, 345, 361-4, 366-73, 373-4, 374-6, 377-85, 386-9, 390-434; *ACOu* 954, 970, 998, 1017, 1054, 1067, 1085, 1119, 1140-2, 1161, 1177, 1225, 1236, 1260, 1287, 1302, 1317, 1322, 1342, 1355, 1377, 1385, 1424, 1428, 1437, 1447, 1454, 1458, 1462, 1465, 1479, 1487, 1489, 1499, 1503, 1556, 1578, 1667)²³. No de San Pedro de Rochas temos en latín de 1247, 1251, 1256, 1257, 1260, 1263, 1267, 1280, 1282, 1284, 1285 e 1287 (2) (Duro Peña, 1972a, 152-8, 159-61); o primeiro en galego é de 1280 (*ACOu* 1327) e despois hainos de 1283, 1290 (2), 1291, 1292 (3), 1294, 1295, 1296 (3), 1299, etc. (Duro Peña, 1972a, 158, 161-7; *ACOu* 1567, 1570, 1577, 1810). No de San Domingos de Ribadavia hai un en latín de 1271 e en galego de 1287 e 1288 (Enríquez, 1987, 63-65; Maia, 1986, 137-8). No de Sobrado de Trives aparecen en latín en 1230, 1232 (2), 1233, 1234, 1235, 1244 (2), 1246, 1249 (2), 1253 (en latín e romance), 1254, 1256, 1258 (2), 1259, 1260 e 1263 (Martínez Sáez, 1989, núms. 16-21, 23-28, 32, 35-38, 41; Duro Peña, 1967, 61-65) e en galego en 1255 (2), 1256, 1260, 1264 (2), 1266, 1271 (3), 1272 (3) e 1273 (2) (Martínez Sáez, 1989, núms. 29-31, 40, 43-45, 47-54; Duro Peña, 1967, 65-70); despois veñen 20 de 1280 a 1289 (Martínez Sáez, 1989, núms. 55-60, 62-64, 66-67, 70-78; Duro Peña, 1967, 70-75; López, 1929, 439-40; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, c. 137.26) e 19 de 1290 a 1300 (Martínez Sáez, 1989, núms. 80, 82-84, 86-90, 92-93, 95-98; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 170; *id.*, c. 137.27). No de Xunqueira de Ambía hainos en latín en 1252 (2), 1254, 1256 (2) e 1272 (*ACOu*, *X. de A.*, núms. 28-32, 37) e en galego en 1266, 1267 (2), 1270, 1272, 1279, 1285, 1287 (2), 1289 e 1294 (*ACOu*, *X. de A.*, núms. 33-43) e no de Xunqueira de Espadañedo en galego de 1262, 1270 (2), 1292 (2)²⁴ e 1299 (Pereira Ferreiro, 1979, núms. 5-8; *ACOu* 1574, 1708, este con dúas copias modernas).

6.4. Dentro da provincia de Pontevedra, no mosteiro de Aciveiro hai un galego de 1292 e outro de [1292-1301] (Vaquero Díaz, 1999, núms. 1-2) e no de Armenteira están en latín ata 1249 (*AHN* 1754-7), un total de 61 de 1250 a 1259 (*AHN*, 1758.1-21, 1759.1.21, 1760.1-19), 21 de 1260 a 1269 (*AHN* 1761.1-20, 1762.3), 15 dos anos setenta e oitenta (*AHN* 1762.5-13, 16-20, 1763.8), un de 1296 (*AHN* 1763.15) e algúns dos que non podo le-las datas nas fotocopias (*AHN* 1764.3,5); en galego temos documentos dos anos oitenta e noventa (*AHN*, carpetas 1762 e 1763) e no de Angoares hai un en galego de

²⁴ Pereira Ferreiro, 1979, núm. 8, pon erroneamente que é de 1290, posto que é da era MCCCCXX. Como esta autora non transcribe tódolos documentos, indico os do *ACOu*, que comprobei para ver como estaban escritos. Dos que cita do *AHN* só poño as indicacións que dá ela.

1290 (Iglesias Almeida, 1992b, 121-2). Para o de Franqueira non dispoño dos documentos máis antigos, pero aínda hai algúns en latín bastante tardíos (*AHN* 1786.19-20,26); dos que teño fotocopias hainos en galego de 1283, 1285, etc. (*AHN* 1786.22,25). No de Camanzo temos en latín de 1254, 1257, 1258 (2), 1266, 1273, 1276, 1282, 1286, 1287 e 1296 (Lucas, 1978, 347-52, 354, 355, 355-7, 359-60) e en galego de 1276, 1281, 1286, 1289, 1293, 1294 e 1295 (Lucas, 1978, pp. 352-3, 354-5, 355, 357-9). No de Carboeiro hainos en latín de 1266, 1267 e outro de 1291, no que un cóengo de Santiago, vigairo e xuíz do arcebispado, actúa nun preito entre o mosteiro e os fillos de Gómez Suárez Galiñato (nel o cóengo reproduce un documento seu en galego e outro dos citados fillos en latín) (Lucas, 1958, 564-5, 567-72; *AHD*, *San Martiño*, c. 55.54), e en galego de 1276, 1281 e 1297 (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.67; c. 55.80; c. 56.53). No de Oia temos documentos en latín de 1250, 1251 (2), 1252 (2), 1254 (2), 1255 (4), 1256 (2), 1257, 1259 e un múltiple con documentos de 1254 (3), 1255, 1256 (4) e 1257 (*AHN* 1801); despois séguese habendo nas décadas seguintes de maneira máis ou menos ocasional: de 1260, 1267, outro que se le mal (de 1269 ou 1270), de 1273 (2), 1284 e do bispo de Tui de 1291 (Fernández de Viana, 1989, 250; *AHN* 1803.1,7, 1804.2,17, 1807.7, 1809.5), etc. En galego temos un de 1253 e despois pasamos a 1262 (2), 1266 (3), 1267, 1269 (3), 1271 (5), 1272 (2) e 1273 (2) (*AHN* 1801.9, 1802.17-18,21,23-24, 1803.2-6, 1803.8-12, 15-16, 19-20); a carpeta 1804 contén de 1273 (4), 1274 (10) e 1275 (3), a 1805 un total de vinte en galego de 1275 e as carpetas seguintes en galego desde 1276²⁵. No de Poio aínda aparecen en latín documentos de 1252, 1260, 1262, 1264, 1272, 1273, 1274, 1281, 1285, 1286 e outros dous posteriores (*AHN*, carpeta 1859 e 1860.2,7) e en galego témolos de 1279 (5), 1281, 1285 (2), 1286, 1287 (Maia, 1986, 194-5) e 1288 (2) (*AHN*, carpeta 1859 e 1860.1,3-6), sendo xa normais nesta lingua na década dos noventa (*AHN* 1860.8-20 e carpeta 1861; Maia, 1986, 207-213). No de Tomiño hai en galego dous de 1274 e un de 1275 (Iglesias Almeida, 1992a, 78-79, 97) e no de Vilanova de Dozón hainos en latín de 1244, 1255, 1256, 1272 e 1274 (Duro Peña, 1968b, 50-55) e un de 1249 relacionado con Dozón (Romaní/Otero, 2003, 57) e en galego de 1283 e 1297 (Duro Peña, 1968b, 55-57) e relacionados co mosteiro de 1259 e 1295 (Romaní/Otero, 2003, 58-59); ademais, o documento latino de 1272 contén unha carta da abadesa de 1262 en galego (Duro Peña, 1968b, 53-54). En Tui, entre outros moitos, hai un en latín de 1274 (Galindo Romeo, 1923, núm. XXIX/1) e un en galego dos Dominicos de 1290 (Domínguez Fontela, 1939-1940, 260-1). Finalmente, en San Domingos de Pontevedra podemos citar en latín de 1283 e 1285 (Pardo, 1942, 147-8, 149; Armas Castro, 1992, 321) e tamén un en galego de Pontevedra de 1296 (Fernández Villamil, 1943, 119-20)²⁶.

²⁵ Hai transcripción de documentos de 1252 en latín e de 1253, 1266, 1274, 1288, 1290, 1293 e 1297 en galego en Pallares/Portela, 1971, 120-1, 122-9; de 1250, 1251 e 1255 en latín e de 1266, 1273, 1283, 1284 (2), 1287 (2), 1288 (2), 1289, etc. en galego en Portela, 1975, 360-72; de 1283 en galego en Portela, 1981, 192. Ademais, Maia, 1986, 181-7, 188-193, 195-206, 213-7, transcribe documentos en galego de 1267, 1269 (2), 1271 (2), 1278, 1280, 1281, 1282, 1283, 1287, 1288, 1289, 1290, 1295 (2), 1296 (3), 1297 e 1299.

²⁶ Fernández Villamil, 1943, tamén transcribe un en latín de 1260 (p. 118-9) e outro en galego no que pon “era

6.5. Polo que se desprende das páxinas anteriores, a historia é bastante diferente nas distintas coleccións documentais e a imposición do galego non se deu por un igual en tódolos mosteiros e catedrais, pois hai lugares nos que tardou bastante en consolidarse a nosa lingua na documentación escrita e outros nos que se impuxo máis cedo. Para rematar esta parte referireime ó mosteiro de Montederramo²⁷, porque podo falar da documentación con máis fiabilidade. Así, ata 1249 están todos en latín (34 e unha bula papal, núms. 134-167 da nosa edición); de 1250 a 1259, antes de que apareza o primeiro documento en galego en 1255, achamos 19 en latín, dos anos 1250 (5), 1251, 1252 (5), 1253 (4) e 1255 (4) (núms. 169-87), e despois desa data outros 20, de 1256 (4), 1257 (2), 1258 (7) e 1259 (7) (núms. 190-5, 199-203, 205-6, 208, 210-1, 213, 220-2); en galego xa temos 17, cun índice de frecuencia en aumento, de 1255, 1257 (3), 1258 (2) e 1259 (11) (núms. 189, 196-8, 204, 207, 209, 212, 214-9, 225-7), se ben debemos lembrar que o primeiro documento romance que aparece no mosteiro está en castelán e vén de Castela (cf. § 15). A inversión dunha lingua pola outra prodúcese nos anos sesenta, en que temos 42 documentos en galego de 1260 a 1269 (núms. 228-9, 232-3, 235, 238-50, 252, 254-70, 272-7) e só 8 en latín: de 1260 (2), 1261 (3), 1264, 1265 e 1268 (núms. 230-1, 234, 236-7, 251, 253 e 271). Despois xa é amplamente maioritario o uso do galego nos anos seguintes: de 1270 a 1279 son 105 en galego e só 6 en latín, de 1270, 1273 (2), 1274 e 1275 (2) (núms. 282, 304, 306, 317, 342 e 370); de 1280 a 1289 baixa o número a 96 en romance e a 5 en latín, de 1284, 1285, 1286 e 1289? (2) (núms. 436, 451, 463 e 480-1); de 1290 a 1299 aumenta a 106 en galego e a 7 en latín, contando 2 bulas papais, de c. 1290, 1291, 1292?, 1293 e 1298 (3) (núms. 498, 508, 527, 540 e 608-10)²⁸.

7. Despois de indicar como se foi abrindo paso o galego como lingua escrita, paréceme interesante referirme a algúns problemas con que se enfrontaron os escribas e notarios que comezaron a escribir en galego. Pola mesma razón que os escribas e notarios pouco instruídos no latín tiñan dificultades para escribir esta lingua correctamente, de igual maneira a aprendizaxe da escrita en galego non está exenta de pexas, debido a que a lingua vulgar na súa evolución chegara a unha serie de sons inexistentes en latín para os que había que busca-la grafía adecuada. Moitas veces nos primeiros documentos en romance aparecen palabras aínda coa forma latina ou formas con grafías estrañas (*pecte en copto* e *fecta a carta* en 1257, núm. 198 de Montederramo), conservación do -n- in-

1268” e “año 1250” (116-7). Os dous números están errados, pois no documento le “era m^a c^a lxi^aviii”, que tamén está errada. Probablemente é de 1260.

²⁷ Transcribíense documentos en galego de 1255, 1257, 1258, 1261, 1266, 1267 (2), 1273, 1274, 1278, 1291 e 1294 en Ferro Couselo, 1967, I, 16-17, 18-19, 20-21, 26-28, 30-34, 36-37, 46-47, 50; de 1272 en Sponer, 1934, 190-1; de 1274, 1281, 1290 e 1292 en Maia, 1986, 129-30, 131-5, 138-42; de 1255 na CDH, I, 214-5.

²⁸ Publicáronse documentos de Asadur en latín de 1240, 1251, 1252, 1257, 1260, 1265 e 1271 (Duro Peña, 1973b, 331-6, 337-8) e en galego de 1265, 1286, 1288 e 1292 (*id.*, 336-7, 338-40).

tervocálico (*uener* e *tenendo* nos núms. 198 e 212 de Montederramo, de 1257 e 1259; *donazũ*, *irmanus* no de Oseira de 1260), etc. O máis chamativo é a representación das vocais *o*, *e* e dos ditongos *ei*, *ou*. No caso do ditongo *ei*, ás veces aparece grafado *e* (*pi-litero* no núm. 247 de Montederramo, de 1263) ou *ec* (*Uimiecrus* e *hec* no de Oseira de 1260, *directo* e *ffecta* no núm. 212 de Montederramo, de 1259). Para *ou* son correntes *oc* ou *op* (*hochtorgamentu*, *hocstras* e *Hocrensy* no núm. 266 de Montederramo, de 1267; *hoc* e *Hocrensi* no núm. 267, do mesmo ano; *copto* no núm. 198, de 1257; *quocsa*, *Ocfemea* no de Oseira de 1260), etc. Para as vocais *o*, *e* tamén son moi usuais nos primeiros textos as grafías *u*, *i* respectivamente, como ocorre no texto de 1260 de Oseira (cf. tamén Mariño Paz, 1998, 99-101):

fazu ista manda ... mandu a alma e o corpu ... do Burgu, e mandu ós cléricos ... mandu a mina uina de Reuordauns *in* donazun; e mandu a mina casa do Campu ... e mandu a mina uina ... e a seus irmanus; e mandu a Guncaluu Iohanis e a filus de dona Scizilia a ma casa do Campu de Fundu; e mandu a Martjn Petri ... e mandu a Guncaluu Iohanis hu meu quinun da cortina de trala porta; e mandu a mia uina ... e mandu a mia uina ...de Francelu e a do Rigeiru a meu tiu Martjn Petri ... unde me fat foro; e mando a Goncaluu Iohanis e a seus quirmauuns hu foru que hec *cun* ilis e o qui me fat *Johan* Arias, zapateiru; e mandu a meu tiu Stefano Petri quantu ayu *in* Uimiecrus e mándule mia uot daquela erdade que me *tein* os frades de Melón forzada; e mando a mia erdade ...; e mandu a mina uina ... e mandu a Fernán Roderiquit quantu hei *in* Noalu (a lectura é *miña*).

7.1. Tamén en Montederramo, igual que noutros moitos lugares, hai algúns documentos nos que se abusa da grafía *i* e *u*, como en dous de 1267 do “notaru” *Domingu Ihoanis*:

Conoszuda cousa syga qui eu, Pedru Páez d’Esquadru, per hochtorgamentu ... presenty et confirmanty, et de meus filus ... abbady de Monty de Ramo et aao conuentu disy meesmu lugar... ino monty d’Esquadru, qui ey di meu patrimonio et di mya conpra, delo portu ... party per Portozelus et cun ... como parti hoc término d’Esquadru de Santisu. E estas son as prisas qui les uendu, etc. (núm. 266).

Conoszuda cousa syga qui eu ... Lopo Uaásquiz ... María Uaásquiz, ujnndo a mea da erdadi qui ey in Castru, qui foi di meu padri don Tomé et di mía madri María Fernándiz. Uíndouola a montis e a fontis ... soldus, undy suu ben pagada ... da mia parti hoc d’istraya qui ... di Deus et peiti aa uoz dil rei ... ista carta ino mes di sitenbru, in era di mil et trizentus et v anus. Regna in Lión ... don Afonsu ... Martino Alfonsu et don Ihoani Fernándiz, bipo in Hocrensi ... Istiuao Firnándiz. Qui prisentis forum: Pidru Piriz, priladu di Mazaida, et Pidru Eianis, capilán disi lugar, etc. (núm. 267).

Con todo, hai que advertir que nalgúns notarios podemos ver unha progresión no uso correcto do galego, posto que comezan con vacilacións nos primeiros documentos que escriben e rematan por utiliza-la grafía adecuada.

8. Estas grafías son comúns a outros moitos textos dos primeiros escritos en romance e non debemos tirar delas argumentos de carácter fonético erróneos. Trátase sen máis das

primeiras tentativas de escribir en romance e os escribas teñen dificultades para atopala grafía máis apropiada. Por exemplo, en moitísimos casos as vocais *e*, *o* romances, tanto as tónicas pechadas coma as átonas, proveñen das vocais latinas *ĭ*, *ŭ*. Por iso nos primeiros documentos os escribas poden representar por *i* ou por *u* á latina *o* que xa en romance son as vocais *e*, *o*, levando esta práctica a casos en que mesmo en latín había as vocais *e*, *o*²⁹. Repito que non se trata de ningunha característica fonética primitiva e debemos rexeitar con firmeza algunhas interpretacións que teñen dado certos lingüistas. Tanto en Galicia coma en Portugal no século XIII témo-las vocais *e*, *o* en posición final e non se pode admitir que se pronunciaban daquela [i], [u] e que o portugués actual continúa con esta característica, mentres que o galego pasou á pronuncia [e], [o] por influencia do castelán, porque isto non é certo. As grafías con *i*, *u* só se dan nos primeiros documentos por dificultades na aprendizaxe da escrita e por reminiscencia do latín, xa que, unha vez que se domina a grafía correspondente ó romance, desaparecen en beneficio de *e*, *o*. O feito de ver nesas grafías unha realidade fonética levou mesmo a pensar que esa suposta pronuncia *u* do século XIII foi a que deu lugar á aparición da metafonía en galego e en portugués neste século (cf. Lorenzo, 1987, 450-4; 1995a, 652).

9. Outra cousa que pode ocorrer nos documentos escritos en galego é que o notario deixe algunha frase en latín ou que se practique o bilingüismo. A presenza de palabras ou frases latinas é frecuente nos primeiros documentos escritos en galego, pero non se limita a eles, pois o coñecemento do latín, especialmente polos eclesiásticos, fai que esta lingua apareza de maneira máis ou menos ocasional e, ás veces, intencionadamente. No século XIII hai casos coma en

1274: In Dei nomine amen ... Facta carta in era M^a CCC^a XII^a, mense aprili. Regnante rege ... Petrus Iohannis, prelatu Sancti Martinj, et Martinus Iohannis, Dominicus Paiz, Petrus Cabritu et alij multi qui uiderunt et audierunt. Et eu, Iohanes Iohanis, notarj us de Mazaneda, scriuý esta carta (Montederramo, núm. 324).

1275: facta carta VIII^m dias andados de ianeyro, jñ era M^a CCC^a XIII^a. Regnante rege domno Alfonso in totis suis regnis ... Quj presentes fuerunt ... et alij multi qui uiderunt et audierunt. Iohanes Iohannis scripsit dum esset notarj us et suum signum ibi posujt (Montederramo, núm. 343).

O mesmo notario fai algo parecido nun de 1278 (núm. 383). O máis frecuente destes documentos en galego, especialmente do XIII, é que se utilice o latín ó principio para po-

²⁹ Souto, 1996, 131 e n. 30, di que no suposto documento de 1230 hai “casos de elevação atribuíveis à assimilação da pretónica por parte de uma sílaba tónica contendo /i/”, como é o caso de *Scizilia*, *rigeiru* (el escribe *rigeiro*) e o de *diuidas*, que tiña orixinariamente *e* na sílaba tónica e sufriu a influencia do /i/ da postónica. Para el *dividas* é unha forma plenamente galega, en contra da opinión que eu daba en Lorenzo, 1977, 477, e, como di que o texto é de 1230, indica que debemos recuar para esta data a abonación que Machado fai de *divida* en 1293. Un pouco máis de perspicacia poñeríao en garda, pois un texto que escribe *ista*, in *donazun*, *quirmaa*, *fundu*, *quinun*, *unde*, *quirmauuns*, *cun ilis*, *qui*, *tein*, in *Noalu*, alén doutros casos de *u* por *o* en posición átona, pola mesma razón escribe *rigeiru* e *diuidas* en lugar das formas propias *regeiro* e *dévedas* (ou *dévidas*).

ñe-la data e o inicio do texto e ó final para poñe-las testemuñas ou para indicar quen foi o que escribiu o documento. Podiamos citar moitos casos en tódolos lugares, pero abonda cuns poucos, como un de San Clodio do Ribeiro de 1278, que contén bastantes frases en latín na parte final (Lucas/Lucas, 1996b, 384-5), ou en Ferreira de Pallares (cf. § 5.1) un de 1261 (Rey Caíña, 1993, núm. 188, di erroneamente 1260), outro de 1263, que empeza “In Dei nomine. Notum sit omnibus ominibus tam presentibus quam futuris quod ego, María Pérez...” e remata coa data en latín; outro de 1265, que empeza en latín e ten palabras nesta lingua, ou outro de 1274, que empeza “In Dei nomine amen. Notum sit omnibus presentibus et futuris como eu...” (Rey Caíña, 1993, núms. 188, 202, 216, 271). Un de Samos de 1263 empeza “In Domini nomine, amem. Notum sit omnibus ominibus tam presentibus quam futuris quod ego...” e despois continúa en romance (AHN 1243.17) e un de Melón de 1277 remata “Johannes abbas vidit” (Cambón, 1958, núm. 773). Ademais, no XIII hai casos de documentos en galego nos que o notario dá fe en latín, como nun de San Clodio do Ribeiro de 1275 (Lucas/Lucas, 1996b, 372-3), en tres de Santiago de 1253, 1265 e 1293 (CDGH, 17-18, 182-4; AHD, *San Martiño*, c. 46.97) e en dous de Melón de 1266 e 1275 (Cambón, 1958, núms. 672, 757), mosteiro no que hai un documento latino de 1222 trasladado nun documento en galego sen ano no que ó final o notario que o trasladou en galego escribe “Hoc est traslatum de verbo ad verbum per manum mei Petri publici notarii supradicti in quo hoc signum meum in testimonio oppono quo est tale” (Cambón, 1958, núm. 158)³⁰. Noutros documentos o notario e o escriba dan fe en latín, como nun de Melón de 1280 (Cambón, 1258, núm. 795), e noutros o notario dá fe en latín e o escriba ou tabelián en galego, como en Melón en 1261, 1263, 1264 (2), 1265 (2), 1266, 1267 (2), 1269 (5), 1271 (3), 1272, 1273 (2), 1274 (2), 1275 (2), 1276, 1281 e 1282 (2) (Cambón 1958, núms. 634, 646, 651, 654, 665, 667, 673, 688-9, 701-2, 705-7, 716-8, 723, 732-3, 741, 751, 759-60, 766, 800, 812, 815). Tamén pode ocorre-lo contrario, é dicir, que o documento estea escrito en latín e a referencia ás testemuñas e a fe do notario aparezan en galego, como, por exemplo, nun de Oseira de 1272 (Romaní, 1989, 954-9), ou que o notario dea fe en galego, como nun de Melón de 1260 (Cambón, 1958, núm. 620), etc.

10. O bilingüismo é significativo noutros casos. Así, un documento de Melón de 1265, que está en galego, desde “Et si aliquis ex parte nostra...” ata a fe do notario aparece en latín (Cambón, 1258, núm. 659); outro de 1255 ten as sete primeiras liñas en latín e despois 19 en galego (AHN 1448.2; Cambón, 1958, núm. 551) e outros de 1252 e 1257 en latín conteñen unha frase en galego (AHN 1446.12, 1448.17; Cambón, 1958, núm. 490); un de Sobrado de Trives de 1260 empeza en latín, despois pasa ó galego (na parte dispositiva) e remata en latín con galeguismos (Martínez Sáez, 1989, núm. 38); nun

³⁰ Esta tendencia continuou nos séculos seguintes, como en documentos en galego de Lugo de 1344, 1345 (2) e 1390 nos que o notario apostólico utiliza o latín (Portela/García Oro, 1997, núms. 457, 467, 474, 885).

documento de 1277 do Tombo de Toxos Outos o arcediago de Trastámara escribe en latín para mandar facer unha enquisa, pero esta enquisa está escrita en galego (Pérez Rodríguez, 2004, núm. 62; Salvado, 1991, 225; Bello, 1997, 514, 518); un de 1297 da catedral de Santiago, cunha doazón do cóengo Domingo Pérez de diversas herdades ó deán e ó cabido, empeza en latín (25 liñas e media) ata a frase “hereditates et domus predicant sunt iste”, pasa despois ó galego (20 liñas e media) e volve ó final ó latín para indicala data, as testemuñas e a fe do notario (9 liñas) (Sánchez Sánchez, 2000, núm. 4); o Concilio XXVII de 1322, que contén en latín tódalas constitucións (*HIS*, VI, 28-35), remata cunha “Constitución dos padroes religiosos” en galego (*HIS*, VI, 35-36); no *Libro das tenzas* da catedral, que está en galego, podemos atopar de vez en cando algún anaco en latín, como o folio 1r ou parte de 7v-8r e 9r (Méndez Fernández, 1991³¹), e no *Liber tenencie de Horro* de 1438 témo-lo comezo en galego (López Ferreiro, 1888-1889, 136-9) e varias liñas nesta lingua na p. 212; o testamento do arcebispo Álvaro de Isorna, de 1448, empeza en latín (algo máis de dúas páxinas) e despois continúa en galego (*HIS*, VII, 88-106); outro documento da catedral de 1467 en galego con castelanismos remata “carta de recudimento que sobre elo fezo el nunçio Fernán Basanta e iam rescrito in alio folio esta dada potestas e facultas diis procuratoribus e per me e eos hic domini predicta non revocatum. Ts. ut supra e Juan Paris e Sancho de Cardama e outros. Ferdinandus Suares, canonicus e notarius apostolicus” (Vázquez Bertomeu, 1996, fol. 27v); un de Lugo de 1313 ten varias liñas en latín e despois outras en galego (Portela/García Oro, 1997, núm. 130); un longo de Ourense de 1342, co testamento do bispo Vasco Pérez Mariño, está en latín, pero contén varias liñas en galego (13 no impreso, p. 294) (*DACO*, 1917, 288-95, erroneamente din que é de 1341); un de Mondoñedo de 1373, co testamento do arcediago de Trasancos, comeza en latín, despois pasa ó galego, máis tarde volve ó latín e remata en galego, lingua na que tamén dá fe o notario (Cal Pardo, 1999, 188-92). Moi interesante é o caso do *Tombo do hospital dos pobres de Tui*, pois nel hai unha pequena introducción de 1553 que está escrita primeiramente en latín (8 liñas) e despois en galego (11 liñas), seguida doutra de 1453 en galego (Maure Rivas, 2005, 0-A, 0-B), e de maneira destacada debemos citar en 1400 o testamento de Rui Sánchez de Moscoso (contido nun documento de 1509 en castelán, que o castelaniza), que empeza con longo exordio en latín e logo xa escribe en galego coas seguintes palabras para xustifica-lo uso do latín: “Esto abasta sobrescripto en latín por exordio y fundamento de meu testamento en memoria da escola en que foý criado y ensenado todo o sobredito e o infrascripto seia que será en romance” (García Oro/Portela, 2000b, 459-66, p. 461; Rodríguez González, 1967a, 225-32).

³¹ Luz Méndez, despois de face-la memoria de licenciatura, continuou traballando nos dous libros de tenzas que se conservan no Arquivo da catedral para realiza-la tese de doutoramento, pero ó final, cando xa tiña transcrita unha boa parte dos textos, tivo que deixar este traballo e comezar outro novo ante a intransixencia, mala vontade e arbitrariedade do arquivista Xosé María Díaz, que lle puxo toda clase de pexas para que non puidese levar a cabo a súa edición. Resulta inconcibible que persoas deste talante e condición estean á fronte dun Arquivo tan importante, que ten que estar ó servizo dos investigadores e non suxeito ás veleidades dunha persoa tan voluble e susceptible, que deixa quedar en moi mal lugar á institución eclesíastica á que pertence.

10.1. O coñecemento que os eclesiásticos tiñan do latín fai que en ocasións boten man desta lingua cando copian documentos en galego. Como mostra referireime ó Tombo H da catedral de Santiago, que contén numerosísimos documentos e notas en galego de 1391 a 1409 (Cabana Outeiro, 2003a, núms. 3-436, 1-2inv, 4-5inv, 8-9inv, 11-85inv; 2003b, núms. 3-173, 1-2inv, 4-5inv, 8-9inv, 11-85inv), pois nel atópanse con relativa frecuencia frases ou palabras en latín. Así, en dous de 1395 aparecen ó final do documento nun dúas liñas e no outro unha frase en latín (*id.*, 2003ab, núms. 101-2); moitos rematan coa expresión “Fiat melius” (*id.*, 2003a, núms. 109, 142, 179, 277, etc.; 2003b, núms. 109, 142), outros coa expresión “testemoyas supra” (*id.*, 2003a, núm. 158; 2003b, núm. 157, etc.) ou “loco et testemoyas ut supra” (*id.*, 2003a, núm. 156; 2003b, núm. 155) e a variante “testemoias et loco supra” (*id.*, 2003a, núm. 162; 2003b, núm. 161). Nun de 1396 aparece “Fiat melius non mutando substantia” (*id.*, 2003ab, núm. 143) e, como é usual, outros empezan coa data en latín: “Anno Dominj Mº CCCº nonagesimo septimo” (*id.*, 2003ab, núms. 190-1, etc.). Finalmente, nun de [1391] o notario da fe en latín e nunha nota de 1398, alén da data en latín, tamén se escribe “ad vitum e vistitum” (*id.*, 2003ab, núms. 3, 20inv). O mesmo ocorre en *Actas Capitulares* contidas nun libro con numerosos documentos conservado na catedral. Así, podemos atopar en 1467 (3), 1476 (5), etc. documentos que rematan coa indicación “Ts. ut supra” (Vázquez Bertomeu, 1996, fols. 29r, 31v, 32r, 196r, 199v, 200v-1r) ou en 1467 (2), etc. a variante “ut supra” (*id.*, fols. 30r, 30v). Outros teñen a expresión “Fiat in forma”, como en 1476, etc. (*id.*, fol. 201rv) e mesmo os hai que teñen as dúas xuntas, como en 1476, 1478, 1479 (3), etc. “Ts. ut supra. Fiat yn forma” ou “...supra & fiat...” (*id.*, fols. 205v, 244v, 247v-8r, 256v), ou en 1480 “e poder in forma. Ts. ut supra” (*id.*, 274r). Outros engaden novas referencias, como en 1481 “Ts. ut supra. Petrus Fernandi, cardenalis comppostellanus”, “Ts. ut supra. Petrus de Muros, notarius appostolicus” (*id.*, fol. 281v, 285r), ou só a referencia ó notario, como no mesmo ano “Petrus de Muros, notarius appostolicus, escusator” e “Petrus Fernandi, notarius appostolicus” (*id.*, fols. 285v, 286r). Tamén os hai que empezan coa data en latín, como en 1475 “Anno Domini Mº CCCC^{mo} e setuagesimo quinto” ou Anno Domini milesimo CCCC^{mo} setuagesimo quinto” (*id.*, fols. 184v, 185v). Hai un moi breve coa data en latín e unha frase en castelán de 1475: “Anno Domini Mº CCCCLXXV, viernes, XXII días del mes de setiembre, fue reçevido Martín de Segura, organista” (*id.*, fol. 186v). Outra expresión aparece en 1477: “so pena de excomuniõ, a qual puna ex tunc pro ex nunq en estes escriptos” (*id.*, fol. 213r). Finalmente, outro de 1481 en galego remata con “faser tres festas mitradas, conuén a saber: Tranfiguraçio Domini, Conuersio Sancti Pauli et Santa Maria Madalena” (*id.*, fol. 289r).

10.2. Nesta mestura de latín e galego pode habe-la combinación contraria; é dicir, que o documento estea en latín e remate en galego, como nun de Oseira de 1272, escrito en latín con galeguismos, e noutro de 1273, do mesmo notario que teñen en galego parte da data, a indicación das testemuñas e a fe do notario (Romaní, 1989, 954-5, 985-6;

Bello, 1997, 514, 517). Tamén como caso digno de mención temos en 1376 un traslado dun privilexio en galego do arcebispo D. Pedro (de 1346), no que ordena que se conserven os privilexios dados por Bonifacio VIII en 1297 ás Ordes, pois nel reproducése a carta papal traducida para o galego (Rodríguez Núñez, 1990, 157-8).

11. O galego impúxose ó latín nas últimas décadas do XIII e, unha vez imposto, foi o idioma que dominou nos documentos medievais escritos en Galicia por galegos, cun uso practicamente xeral no XIV e con moita vixencia no XV, pero non quere dicir isto que se eliminase totalmente o latín da documentación medieval, pois unha e outra vez aparecen documentos escritos nesta lingua. Así, deixando de lado as bulas papais e outros documentos, porei unha serie de exemplos, sen querer ser exhaustivo. Na provincia da Coruña, en Bergondo hai documentos en latín de 1419, 1487, 1517 (que traslada unha bula papal do mesmo ano) e 1530 (*AHN* 489.11,15,17; Lucas, 1999, 886-7); en Cambre un de 1520 con traslado de bula de 1519 (*AHN* 494.5); no mosteiro de Caaveiro de 1302 e 1405 (*AHN* 491.17, 492.13; Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 383); en Cis un de 1393 (*AHN* 495.2); en Dorneda de 1406 (3), un deles do arcebispo Lope de Mendoza, que decreta a anexión do mosteiro a San Martiño de Santiago (Lucas, 2002, 878-80; *AHN* 495.14-16); no mosteiro de Monfero³² de 1381 (2), 1384, 1423 e un do XV en traslado de 1456 (*AHN* 507.12-13, 509.19, 510.9); no de Sobrado de 1301 (3), 1302, 1305, 1310, 1313 (*RAG*), 1321, 1327, 1329, 1331, 1332, 1333, 1344, 1349 (2), 1386, 1396, 1404 (2), 1415, 1423, 1424, 1440, 1442, 1458, 1459, 1462, 1472, 1476, 1494, outros dous dos que non se ve a data, 1505 e outro do XVI (*AHN* 545.15-18; 546.1,7,18; 547.3,5,7-8,10,19; 548.2-3; 549.1,8,13-14,16,22; 550.1-2,5,7bis,9,20; 551.3; 552.6-7,12; 553.4,6; 554.3,18,20; 555.4,21), así como en 1492 a visitación do abade de Claraval (*CDGH*, 418-31); no de Toxos Outos de 1387, un sen data do xuíz de Vilvestro e outro de 1485 (*AHN* 557.2-3,7); en Xuvia un de 1353 (Pena Graña, 1992, 512); en 1467 do arcediogo de Nendos (Barral/Velo, 1994, núm. 3) e en 1456 o concello da Coruña escribe en latín unha carta que contén outra carta en latín de seguro e concesión para que poidan ir e traficar no porto da cidade dúas naves inglesas (González Garcés, 1987, 643-6).

11.1. Tamén en Santiago eran moi dados ó uso do latín. Así, no *AHUS* temos documentos do XIV de 1302, 1303, 1306, 1310, 1311, 1313 (2), 1315, 1316 (5), 1318, 1321, 1322 (2), 1324 (2), 1325 (4) e 1328 (Justo/Lucas, 1991, 20-21, 25, 27-32, 35-40, 41-43, 44-45, 46-47, 53-55, 57, 58-59, 61-62, 85-86) e do XV documentos de 1425, [1441] (do arcebispo Lope de Mendoza), 1441, 1464 (do arcebispo Afonso de Fonseca), 1466, 1470, 1484 (2), 1485 (2), 1486 (4), 1487 (5), xunto a outros do arcebispo de 1489, 1492 (3) e 1495 (Justo/Lucas, 1991, 303, 407-8, 412-5, 439-41, 443-8, 450-2, 461-76, 478-86,

³² López Sangil, 2002, núms. 598, 617, 690 e 746, di que están en latín documentos de 1300, 1303, 1346 e 1384, pero non os podemos fiar destas indicacións, pois, por exemplo, o suposto latino de 1303 está en galego. Cf. notas 14, 59 e 62.

488-9, 496-7, 501-4, 505-7). A eles pódense engadir outros moitos documentos procedentes doutras fontes: no Fondo López Ferreiro temos un testamento posterior a 1384 e unha confirmación dun xuíz apostólico de 1411 (*Catalogación*, 2001, 329, 351); no Tombo H da catedral de 1391 (2), 1395 (traslada carta latina de 1254 do Mestre da Orde de Santiago) e 1395 (traslada bula papal de 1394) (Cabana Outeiro, 2003ab, núms. 1-2, 3inv, 10inv); no mosteiro de Belvís documentos de 1306 (é do arcebispo e confirma outra confirmación do mesmo arcebispo en castelán de 1292), 1308, 1322, 1329, 1330 e 1479 (Rodríguez Núñez, 1989, 394-5, 396-7, 401; 1990, 68-69, 70-71, 73-75; mazo 1.12, 47.1-2); no de Bonaval de 1308, 1309, 1312 e 1313 (2) (Fernández de Viana, 1989, 251-3; 1997, 376-7); en San Martiño de 1300, 1301, 1302 (3), 1311, 1312, 1313, 1337, 1399 e 1446 (Lucas, 2003, 310-3, 325; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 79; *AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 475r-6r; c. 46.60,71; c. 55.65; c. 56.26,15,28); en San Pedro de Fóra de [1300], 1433 (de Lope de Mendoza) e 1488 (*AHN* 516.14; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, *Papeis varios*, 23; *íd.*, *Documentos en papel*, 21; *AHD*, *San Martiño*, c. 55.75); en Santa Clara de 1309, 1313 e 1321 (*AHD*, *San Martiño*, c. 48.83; *CDH*, I, 283-4; Castro, 1983, 54-55); ademais, de 1300, 1306, 1314 (fundación na catedral de misas pola alma do rei), 1316 (3: do cabido e do arcebispo Rodrigo de Padrón), 1321 (2: un contrato do arcebispo D. Berenguel co cabido e unha doazón do mesmo arcebispo ó cabido), 1325 (do mesmo arcebispo), 1326 (do cabido), 1327 (do bispo de Lugo), 1326 e 1328 (os Proemios dos tombos B e C), 1328 (do libro 2º das Constitucións), 1356 (2, en trasladados, tamén en latín, de 1439, coa proposta e a designación para o beneficio do Araño), 1361 (2 do arcebispo Gómez Manrique), 1382 (testamento do arcebispo Rodrigo de Moscoso, que normalmente usa o galego), [1384] (do arcediogo de Carrión), 1386, 1396 e [1399] (do deán), 1409 (do provisor de Ourense como xuíz executor), 1410, 1420, 1421 (nota sobre unha curación do apóstolo), 1464 (de Afonso de Fonseca, arcebispo de Sevilla), 1501, 1511 (*HIS*, v, 156-9, 167-74; vi, 17-23, 60-61, 73-76, 154-7; *CDH*, III, 116; González Balasch, 1987a, núms. 273, 280, 312, 336, 344-5, 362, 370-1; Barral/Velo, 1994, núm. 39; Sánchez Sánchez, 2000, núms. 5, 16-17, 19-20, 29, 32, 46, 50, 67; *AHN* 524.7,12-13) e os tres libros de aniversarios do xv (Leirós, 1970, 201-54).

11.2. Se nos fixamos na catedral de Lugo o citado “Memorial de Aniversarios” (cf. § 6.2) ten mencións en latín de 1303, 1305, 1306, 1307 e 1318 (Jiménez, 1987, 182, 189-90, 199, 217 e 220); ademais, hai numerosos documentos do xiv, pois podemos citar 41 de 1300 a 1309, 27 de 1310 a 1319, 12 de 1320 a 1328, 7 de 1330 a 1339, 10 de 1340 a 1347, un de 1354 e outro de 1434 (Portela/García Oro, 1997, núms. 5, 8-9, 11-14, 17-21, 23, 25, 29, 33, 35-36, 38-41, 49-50, 55, 57, 60, 63-64, 66-67, 71-72, 78-82, 85-87, 94, 99-101, 104, 114, 117, 124-5, 129, 133, 136, 139, 141, 143-4, 146-7, 151, 154, 158, 162-3, 165, 172-3, 184, 186, 190-3, 195-6, 203, 218, 221, 229, 250, 261, 271, 299, 307, 323, 329, 372, 405-6, 424, 431-2, 459, 466, 468, 483, 494 e 601; Portela, 1998, 179-80). Na catedral de Mondoñedo tamén vemos abundancia deles, pois temos un total de 96 de 1300 a 1309, 67 de 1310 a 1319, 53 de 1320 a 1329, 50 de 1330 a

1339, 13 de 1341 a 1348, así como de 1350, 1353, 1356, 1362, 1367 (2), 1369 (2), 1374, 1388 e 1397 (Cal Pardo, 1990, entre as pp. 41 e 445; 1999, 71-74, 98-99, 112-3, 115-7, 119-20, 134-9, 163-8); xa no XV cartas do bispo Álvaro de Isorna de 1409, 1410 e 1411 e do bispo Fadrique de Guzmán de 1462 (Cal Pardo, 1990, 494, 500-1, 503, 591), pergameos de 1422, 1453, 1465 e 1467 (*AHN* 1194.5; Cal Pardo, 1990, 72, 109; 1999, 301-2, 362-3, 497-9), traslados de bulas en 1346, 1425, 1427 (2), 1443, 1453 e 1463 e un traslado dunha carta de 1472 do bispo desde Sevilla (Cal Pardo, 1990, 104, 106, 107, 108, 639; 1999, 450-5, 460-1, 465-70, 474-6, 488-91, 492-7) e en relación con Viveiro de 1302 (2), 1304, 1305, 1317 (do bispo) e 1334 (Cal Pardo, 1991, 95, 96-98, 110-1, 124-31; 1993, 756, 795). Noutros lugares da provincia, no mosteiro de San Salvador de Chantada temos documentos de 1303, 1337, 1343, 1350 (do bispo de Lugo), 1354, 1404 e 1427 (*AHN* 1068.2, 1069.18,21, 1070.15, 1072.5,20; González Balasch, 1989, 110-2); no da Colleira un do bispo de Mondoñedo de 1489 (Cal Pardo, 1983, 102-9); no de Ferreira de Pallares de 1301, 1306 (3), 1322, 1328, 1337 (2), 1339, 1341, 1347 (2), 1357, 1416, 1438 (do arcebispo Lope de Mendoza), 1492 e posteriores (Rey Caiña, 1993, núms. 389, 396-8, 459, 498, 507, 514, 530, 532, 597, 627, 655; *AHN* 1099.23, 1101.4³³); no de Pombeiro un do arcediago de “Deçom” de 1413 e outro do deán de Lugo de 1416 (Lucas/Lucas, 1996a, 138-40, 144); no de Samos de 1306 (2), 1362, 1418 (do abade), 1449, 1451, 1453, 1459, 1489, 1505, 1531 e 1538 (*AHN* 1251.10-11, 1260.2, 1267.22, 1282.20, 1284.1,11, 1287.19, 1301.4, 1304.6, 1317.16, 1319.3); no Vilanova de Lourenzá de 1464, 1467 e 1490 (*AHN* 1119.1,8, 1120.3); no de Vilourente de 1390 (Graña, 1990, 158-9) e do arcediago de Baroncelle un de 1476 que está na Colexiata da Coruña (Barral/Velo, 1994, núm. 24).

11.3. Na provincia de Pontevedra, no mosteiro de Armenteira hai un de 1300 e outros do XIV, así como de 1414 e 1422 (*AHN* 1764.11-13,15-19, 1765.19, 1770.15, 1776.9, 1777.3; García Miraz, 1984, 97-98, 133-7); no de Camanzo de c. 1300 (2), 1302 e 1306 (Lucas, 1978, 361-2) e no de Oia bastantes do século XIV (*AHN* 1813.17, 1817.7, 1819.10,12,14, 1820.8, 1822.5,21, 1821.4,9,18,19, 1822.9, 1823.10-11, 1824.15, 1825.25, 1827.2, 1834.4, etc.).

11.4. Na provincia de Ourense, no mosteiro de Allariz hai un de 1350 (*AHN* 1430.1); no de Bóveda de 1451 (Duro Peña, 1977b, 171-3); no de Celanova de 1321 (carta executoria do arcediago de Limia dunha sentenza do papa, que reproduce), 1328 (do bispo), 1480 (do prior de Xunqueira de Ambía como xuíz apostólico) e 1482 (sentencia do abade de Montederramo con inclusión de bula papal) (Vaquero Díaz, 2004, núms. 108, 114, 709, 744; Lorenzo Fernández, 1942, 230); no de Melón de 1312 (convenio entre o bispo e o abade), 1338, 1376 (Losada, 1992, núms. 299, 459; *ACOu* 2342), así como outros cinco do XIV, un de 1431 e tamén de 1516 (*AHN* 1463.6, 1465.7,13, 1470.15-16, 1476.7, 1872.15); no de Montederramo de 1301, 1303, 1313, 1322 (3),

³³ Rey Caiña, 1993, non transcribe o de 1322 e só pon un de 1337 (núm. 498, *AHN* 1101.5).

1325 e 1336 (núms. 625, 645, 768, 866-8, 899, 1093); no de Oseira de 1315 (dun notario de Ourense) e 1434 (Romaní e outros, III, 1993, 27-28; IV, 2003, 540-1)³⁴, ademais dun da abadesa de Vilanova de Dozón de 1397 e outro do XIV (*AHN* 1551.5,15); no de Ramirás de 1488, 1490 e 1496 (2) (*Arq. Antealtares*, caixón 6, mazo 1-A, núm. 61; mazo 1-B, núms. 22-23,33; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 60; Lucas/Lucas, 1988, 610); no de San Clodio do Ribeiro un de 1302?, que Lucas/Lucas non transcriben (*ACOu* 1754); no de Santo Estevo de Ribas de Sil un de 1356 (do bispo de Ourense) e outro de 1512 (Duro Peña, 1977a, 312-4; *ACOu* 5666); en Santa Cristina un de 1436 do abade (Fernández Suárez, 1974, núm. 123; *ACOu* 4026) e en Xunqueira de Ambía de 1461 e 1463 (*ACOu*, X. de A., núms. 61, 64). Por outra banda, na catedral de Ourense hai documentos en latín de 1300, 1302 (2), 1303, 1304 (3), 1305, 1306, 1307 (3), 1311, 1312 (4), 1313 (2), 1314 (2), 1315, 1316 (3), 1317, 1318 (2), 1320, 1321, 1325, 1328, 1332, 1334, 1342 (2), 1343, 1352, 1357, 1373, 1379 (irmandade co cabido de Tui), 1384 (2), 1387, 1422 (falta en Duro Peña), 1429, 1431, 1449, 1453 (os dous últimos do bispo) e 1463 (Duro Peña, 1973a, entre as pp. 149 e 236 e núms. 1177, 1186, 1330, 1354, 1402; *DACO*, 1917, 52-54, 266-8, 275-7, 288-95³⁵, 312-4, 336-41, 395-400; Losada/Soto, 1994, 52-53). De Ourense tamén son un de 1350 (López, 1914, 44-45) e outro de 1510 (*AHN* 1507.17).

11.5. Alén disto, este apego ó latín vese nas Constitucións capitulares de Santiago (xa nas de 1288) de 1306, 1317 e 1319 (*HIS*, v, 113-5, 126-8; vi, 3-10, 14-16; González Balasch, 1987a, núm. 280), nos Estatutos capitulares de 1309, 1324, 1325 e 1385 (*HIS*, v, 129-31; vi, 36-38, 56-59, 162-4; González Balasch, 1987a, núm. 367) e en numerosos Concilios ou Sínodos (cf. § 15.5). Por exemplo, despois dos de 1259?-1267 e o XVIII de 1289, están o XIX de 1309, o XX e XXI de 1310, o XXIII de 1313, o XXVI de 1320, o de 1322, o XXVIII de 1324, o XXIX de 1327, o de 1328, o XXX de 1335, o XXXI de 1337, o XXXV de 1401 e o XLII de 1452? (*HIS*, v, 115-23, 131-46, 152-6; vi, 23-27, 39-52, 77-81, 92-117; vii, 3-5, 111-2; García, 1981, 266-311, 332-3), aínda que no de 1309 se indica a necesidade de traduci-las constitucións ó romance para que a xente as comprenda: “It. statuimus quod omnes Achipresbyteri habeant copiam istarum constitutionum in romancio et publicent clericis in kalendaris suis” (*HIS* v, 140; cf. Bello, 1997, 509). O de 1401 de Lope de Mendoza está en latín e castelán (García, 1981, 314-7). Na catedral de Mondoñedo aparecen en latín os de 1400 e 1429 e na de Tui o de 1543 (García, 1981, 25-27, 538-50; Cal Pardo, 1990, 460, 551-2). Cf. casos de bilingüismo latino-galego nos §§ 9-10.

11.6. Outro feito que debemos ter en conta é que numerosos documentos en latín se atopan trasladados e confirmados en documentos escritos en galego. Abonda con pór

³⁴ O *Tombo de 1473* incorpora en latín o “Rotello Vello”, datado en 1367 (Romaní/Rodríguez Suárez, 2003, 11-23). Os editores coidan que esa data debe corresponder á dunha copia e que puido escribirse en 1280 (*id.*, p. XVIII).

³⁵ Poñen erroneamente que é de 1341.

uns exemplos: na catedral de Lugo hai traslados de 1340 (2) nos anos 1345 e 1350; de 1342, 1345 (2) e 1346 nos mesmos anos (Portela/García Oro, 1997, núms. 405-6, 424, 463, 466, 483); na de Mondoñedo en 1274 trasládase un de 1264, en 1369 o vigairo xeral de Santiago fai un documento en galego no que transcribe outro do arcebispo D. Xoán en latín, en 1410 trasládase outro e en 1456 hai un que contén unha bula papal e a execución da mesma polo bispo en latín (Cal Pardo, 1990, 56, 164, 497; 1991, 87-88; 1999, 318-24); na de Ourense en 1294, 1297, 1320, 1328, 1352, 1472 e nun sen data trasládanse documentos latinos de 1258, 1289, 1290 (que á súa vez traslada outro documento latino de 1274), 1300, 1318, 1352 e 1384 (Duro Peña, 1996, 262-3, 345-6; 1973a, 93, 140, 149, 173, 210, 235) e na de Santiago en 1455 unha bula papal do mesmo ano (*AHN* 524.10); en Allariz trasládase en 1294 unha carta latina (*AHN* 1429.10); en Armenteira en documentos de 1488 dous documentos do XII e un de 1271, tamén un de 1284 (*AHN* 1749.3,8, 1762.6,12); en Belvís en 1330 un documento de 1329 e en 1340 unha bula de 1337 (Rodríguez Núñez, 1989, 399-400, 479-82; 1990, 73-75, 153-6); en Melón en 1281, 1285, 1290, 1298, 1330 e 1356 traslados de documentos de 1252, 1255, 1256, 1258, 1260, 1270 e 1348 (Cambón, 1958, núms. 471, 562, 614, 806, 904, 957; *AHN* 1465.13) e outros de 1252, 1267, 1273, 1292, etc. están en traslados sen data (Cambón, 1958, núms. 489, 686, 735, 920); en Oseira en 1418 unha bula papal de 1415 (Romaní e outros, IV, 2003, 250-8); en San Martiño dos Piñeiros trasládanse en 1265 e en 1309 documentos latinos de 1264 e 1309 respectivamente (Lucas, 2003, 279-80, 315-6); en San Paio de Antealtares unha bula papal en 1457 (*AHN* 523.12); en Soandres un de 1405 en 1420 (*AHN* 525.21); en Sobrado de Trives un de 1309 reproduce un privilexio de Afonso IX de 1228 (Martínez Sáez, 1989, núm. 112; Duro Peña, 1967, 59-61); en relación con Viveiro un de 1456 traslada unha bula de 1452 (Cal Pardo, 1991, 209-212), etc.

11.7. O caso contrario tampouco é descoñecido e só indicarei uns cantos casos de documentos latinos que trasladan documentos en galego anteriores ou do mesmo ano. Así, un de Oseira ou Vilanova de Dozón en latín de 1272 traslada un documento en galego de 1262 (Romaní, 1989, 958-9; Duro, 1968, 53-54); outro en latín de 1291 en relación con Viveiro traslada unha carta híbrida latino-galega do bispo (Cal Pardo, 1991, 91-92); outro da catedral de Ourense de 1384 inclúe un poder do cabido de Santiago do mesmo ano en galego (Duro Peña, 1973a, núm. 922; *DACO*, 1917, 336-41); en Montederramo temos en 1336 o traslado en latín dun acordo entre o arcebispo de Braga e o mosteiro sobre a granxa de Cidões, onde se inclúe en galego o poder dado en 1329 polo mosteiro ós seus representantes (núm. 1093); en Melón en 1283 un documento en latín do bispo de Tui inclúe dúas cartas en galego do abade de Melón e en 1288 unha apelación do mosteiro ó arcebispo de Braga en latín inclúe unha carta en galego feita en Pontevedra (Cambón, 1958, núms. 826, 868), etc. Na catedral de Ourense tamén hai un documento de 1316 en latín cunha apelación á curia romana do procurador do bispo e cabido de Ourense perante o arcebispo de Braga que contén un escrito do arcediogo de

Barroso en portugués, pero está incompleto e sen data porque está rompido (Duro, 1973a, núm. 616; *Divers.* I, 101).

11.7.1. Tamén pode darse o caso de que un documento en latín traslade un documento escrito en castelán, como nun de 1256 no que un cóengo de Lugo escribe en latín e reproduce unha carta de Afonso X do mesmo ano (*CDH*, I, 121-2); nun de Celanova que traslada en latín (sen data) un privilexio de Afonso X de 1255 (Vaquero Díaz, 2004, núm. 55); nun da catedral de Ourense de 1256 que contén unha apelación contra unha carta de Afonso X de 1255 ou noutro que traslada un privilexio de Sancho IV de 1291 (*DACO*, 1917, 87, 174-8; Duro Peña, 1973a e 1996, núm. 284). Como contrapartida, documentos en castelán poden trasladar documentos escritos en latín, como un de Bergondo de 1515, que traslada un privilexio do rei Afonso IX de 1218 (*AHN* 489.9), ou textos de Ourense de 1488, 1492 e 1498 que trasladan bulas (*Escrituras* XVIII, 31; Duro, 1973a, 352, 360), etc.

11.8. Outra particularidade que debemos subliñar é que, alén das bulas papais, outros escritos (sobre todo eclesiásticos) de fóra da Península, mesmo de Portugal, chegaban a Galicia en latín, lingua que utiliza o cabido de Reims nunha carta que envía a Santiago en 1324 (González Balasch, 1987a, núm. 331; *HIS*, VI, 54-55) e o de Tours cando manda unha carta de irmandade coa igrexa de Ourense en 1428 (*DACO*, 1917, 410-1; Duro Peña, 1973a, núm. 1165; Losada-Soto, 1994, 53-54), ou D^a María de Luna desde Barcelona en 1405 recomendando a un nobre peregrino (*CDH*, III, 91-92) ou o arcebispo de Braga cando lle escribe ó bispo de Mondoñedo en 1311 (Cal Pardo, 1990, 44; 1999, 110-1) e a Santiago en 1320 (González Balasch, 1987a, núm. 325). É totalmente distinto o caso dun cóengo de Braga, que en 1367 manda un poder en portugués a un cóengo da catedral de Ourense para que administre as herdades que foran de seu pai (Duro Peña, 1973a, núm. 870). Tamén en Mondoñedo se atopa unha carta en portugués de 1369 que reproduce unha sentenza do vigairo xeral de Braga en latín do mesmo ano (Cal Pardo, 1999, 174-8). Ademais, normalmente as Chancelerías estranxeiras enviaban nos primeiros tempos os documentos en latín, como é o caso de Filipe III de Francia, que envía un a Santiago en 1278 (*HIS*, V, 111; González Balasch, 1987a, núm. 256); de Afonso III de Portugal, que remite un a Montederramo en 1268 (núm. 271) e escribe en latín documentos referentes ó couto de Correlhã, que pertencía á igrexa de Santiago, en 1244, 1248, 1258 (3), 1260, 1265 (2), 1267 (2) e 1268 (3) (Fernández de Viana, 1970, núms. 1-11; González Balasch, 1987a, núms. 204, 231-3, 237, 246-7, 250-3) e do propio D. Dinís, que envía un en 1282 ó mosteiro de Oia (*AHN* 1806.16) e outro a Montederramo en 1284 (núm. 436). Destaca o feito de que un documento en galego do mosteiro de Oia de 1293 inclúe tres cartas de D. Dinís, das cales unha de 1281 está en latín e xa dúas de 1293 en portugués (*AHN* 1810.3). Por outra banda, este rei escribe en 1280³⁶ e 1324

³⁶ Fernández de Viana, 1970, núm. 12, pon erroneamente 1270.

cartas en portugués referentes a Correlhã³⁷ (Fernández de Viana, 1970, núms. 12-13; González Balasch, 1987a, núms. 257, 330) e envía outras nesta lingua a Oia en 1299, 1308 e 1315 (*AHN* 1813.7, 1816.15, 1820.10), a Oseira en 1293 (*AHN* 1537.14) e a San Martín de Castañeda en 1291 (Rodríguez González, 1970, núm. 203, di erroneamente que é de 1262). Pouco e pouco foise tornando habitual que os reis de Portugal enviasen documentos en portugués, como fai en 1328, 1330, 1335 (2) e 1342 Afonso IV a Santiago e en 1362 (2) Pedro I, todos eles referentes a Correlhã (Fernández de Viana, 1970, núms. 14-20; González Balasch, 1987a, núm. 355); en 1363 e 1365 este mesmo rei a Oia (Portela, 1975, 424-5), en 1463 (2) Afonso V ó cabido de Santiago (*HIS*, VII, 131-2; López, 1916, 116-7; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, c. 137.51) e en 1462 ós Dominicos de Tui; máis tarde Manuel I a este mesmo mosteiro (*AHN* 1874.12, 18-19) e ó cabido de Santiago (López, 1916, 117-9)³⁸ e Xoán III en 1522 a Santiago (*Privilegios*, 1965, núm. X); en Celanova hai dous documentos en portugués de 1460, un de Afonso V e outro procedente de Coimbra (Vaquero Díaz, 2004, núms. 494-5). Tamén Luís XI e Luís XII de Francia mandan documentos en francés a Santiago de Compostela en 1483 e 1510 (*HIS*, VII, 150-1; *Privilegios*, 1965, núm. VI; *AHN* 525.18).

12. Xa imposto como lingua escrita na segunda metade do século XIII, o galego alcanza un enorme desenvolvemento e os textos escritos en Galicia están ó mesmo nivel cós escritos en Portugal. A lingua presenta unha certa unidade nas dúas bandas do Miño, con pequenas diferencias na utilización das grafías e con certas variantes fonéticas.

12.1. Debemos ter en conta que nos primeiros tempos non hai unha norma escrita rixida, porque a lingua está en constante evolución, e por iso no mesmo texto podemos atopar solucións diferentes. Así, no citado documento de Oseira de 1260 o latín *MĒA* aparece como *ma*, *mia* e *mina*, isto é, coa forma reducida átona *ma*, coa inflexionada *mia* e xa coa nasalizada e palatalizada *miña*. Esta triple posibilidade coexiste na época medieval coa forma intermedia *mña* (Lorenzo, 1977, 855b-6a). De aí que, ó lado de formas que aparecen, desde un principio, sen variacións fonéticas, atopemos outras con variantes que coinciden, máis ou menos, nos textos galegos e nos portugueses, sobre todo nos escritos no norte de Portugal. O estraño é que, ás veces, partindo de variantes comúns, a solución final foi distinta nos dous territorios debido á separación política. Por exemplo, o latín *FECĪ* pode aparecer en textos galegos e portugueses como *fiz* (coas va-

³⁷ Tamén están en portugués en 1324 unha carta do escribán do rei ó concello de “Cornelhã”, feita en Valença, e en 1325 a lectura das cartas do rei e do escribán, feita por notario de “Ponte de Limha” (González Balasch, 1987a, núms. 333-4) e no Tombo “C” da catedral outros documentos feitos en Ponte de Lima, Valença, Correlhã, Sá, Mourelo ou Sisto de 1288, 1293, 1295, 1301, 1324, 1325 e dous de 1363 que non sempre conservan a grafía característica portuguesa (*lh*, *nh*) ó seren copiados no Tombo (Fernández de Viana/González Balasch, 1992, núms. 21-28).

³⁸ Un documento de Ourense de 1505 contén unha carta do rei D. Manuel do mesmo ano en portugués castelanizado (sen uso de *lh* nin *nh*) e unha carta feita no mesmo ano en Lindoso en castelán, na que o notario utiliza o galego con castelanismos (*DACO*, 1923, 27-30).

riantes máis raras *fizi* e *fize*) ou coas formas palatalizadas *figi*, *fige* (cf. Lorenzo, 1975, xxx; *id.*, 1977, 631a, 1090b, etc.; *id.*, 1985, 86, 123; Maia, 1986, 522, 744-5), pero despois o portugués decidiuse pola forma *fiz* e o galego por *fige* (moderno *fixen*: ALGa 1, mapa 259; Fernández Rei, 1990, 96). Tamén ocorre o mesmo na 3ª persoa de singular, pois nas dúas zonas podemos atopar nun principio formas con *-e* e con *-o* final (*ouve*, *ouvo*), aínda que é máis usual nos textos galegos a forma rematada en *-o* (cf. Lorenzo, 1975, xxix; *id.*, 1977, 205-6, 631-2, etc.; *id.*, 1985, 83, 119-20; Maia, 1986, 745-7). Ó final o portugués decidiuse pola forma con *-e* (*houve*) e o galego pola forma con *-o* (*houbo*: ALGa 1, mapa 276).

12.2. Quere isto dicir que xa desde o XIII temos algunhas particularidades, cunha presenza maior ou menor segundo as palabras, do que será máis tarde característico do galego moderno. Xunto ós casos citados no § 12.1 lembremos outros: 1ª persoa do pretérito con *-n* en *comjñ* (1419: Maia, 1986, 743), *destroyñ* (Miragres 144.4), *escrijbñ* (1516: Maia, 1986, 743, 783), *escribñ* (1497: Maia, 1986, 743, 783), *escriujñ* (1277: Montederramo, núm. 376), *escripuñ* (xv: Maia, 1986, 743, 783; Barreiro, 1995), *escripujñ* (1472, 1476 en Noia: Barreiro, 1995), *scriujñ* (1299 en Oia: Maia, 1986, 743, 783), *figen* (1337: Duro, 1977, 284), *fyzin* (1497: Maia, 1986, 743, 793), *fojñ* (1373 en Noia: Barreiro, 1995), *rreçebỹ* (1397, 1398 en Noia: Barreiro, 1995), *rreçebñ* (1457: Tato Plaza, 1999, 640), *rresçebñ* (1516: Maia, 1986, 743), *resebỹ* (1381 en Noia: Barreiro, 1995), *uendym* (1341 en Noia: Barreiro, 1995), *vendñ* (1419: Maia, 1986, 743), *vendñ* (1457: Tato Plaza, 1999, 700); alternancia para a 2ª persoa de singular de formas sen palatalización (*amaste*, *vendeste*), que son as que se impuxeron en portugués, e formas con palatalización, que son as impostas maioritariamente en Galicia (Fernández Rei, 1990, 87, 88), como na *Crónica Xeral* e noutros textos, nos que podemos ver as variantes *fezesche*, *fezeschi*, *fezische*, *fezischí*, *fezeche*, etc., xunto a *fezeste*, *fezesti*, *feziste*, *fezisti* (Lorenzo, 1975, xxviii-xxix; 1977, 631a; 1985, 83, 119). Igual ca hoxe, tamén se ven bastantes casos de alternancia vocálica en posición átona, como en *pedir*, *pidir*; *coñoçuda*, *coñuçuda*, *cuñuçuda*, etc. (Lorenzo, 1975, xxix-xxx; *id.*, 1977, 355ab, 984b-5a, etc.; *id.*, 1985, 99-100, 138-141; Maia, 1986, 530-3).

12.3. Outra cousa que podemos ver é a alternancia desde o XIII de formas con vocal nasal aínda conservada ou con desnasalización, como en *mão/mao*, *bão/boa* (Lorenzo, 1985, 102-3, 141-3; Maia, 1986, 573-615) e neste mesmo século comeza a perderse a oposición fonolóxica entre b/ß (Lorenzo, 1975, xxx; *id.*, 1985, 95, 134; *id.*, 1993b, 14-18; Maia, 1986, 472-85), ó mesmo tempo que se inicia o proceso de desonorización das consoantes sibilantes sonoras (Lorenzo, 1975, xxxiv-xxxv; *id.*, 1985, 94-95, 132-4; *id.*, 1987, 460-5; *id.*, 1993b, 18-26; Maia, 1986, 438-68; 1988). É posible que estes fenómenos se desen antes nunhas zonas ca noutras e mesmo que nunha mesma comunidade houberse alternancias. O que parece probable é que a perda da distinción fose un fenómeno popular e que o sistema primitivo de diferenciación se mantivese na escrita, con vacilacións, cando xa na lingua falada non existían tales diferencias. Com-

párese o que pasou en castelán co F- inicial, que chegou a desaparecer pasando antes por *h* aspirado. Sabemos que na zona orixinaria do idioma deixara xa de pronunciarse no século IX e que noutras zonas se pronunciaba con /h/, pero en toda a época medieval domina na escrita a grafía con *f*. Algo semellante puido ocorrer no galego coas consoantes sonoras. O feito é que nos textos desde o XIII estamos vendo casos de desonorización da consoante apicoalveolar fricativa /ʒ/, da prepalatal fricativa /ʒ/ e da primitiva dorso-dento-alveolar africada /dz/, que se igualou á xorda /ts/, acabando os dous sons no fricativo dorsal /s/. Por exemplo, en casos coma *ffix* en 1287 e 1289 (Montederramo, núms. 472 e 484) por *fige* ou nun texto de 1342 da zona fisterrá en que atopamos *oxe* por *oje*; *façer* e *juýço* por *fazer* e *juízo*; *vós*, *voçes* e *vosses* por *voz* e *vozes*; *Gyssamonde* por *Giçamonde*; *p(r)oçyçón* por *possissón*, etc. (Lorenzo, 1995b).

12.4. A documentación medieval é fundamental para coñece-lo estado da lingua e para ve-la evolución que se foi producindo. Entre a época arcaica e a moderna non hai unha ruptura e, cando estudiámo-los textos medievais, podemos ver como a maior parte das características lingüísticas actuais empezan a conformarse ou xa se fan definitivas naqueles séculos. Do século XIII ó XV podemos asistir a unha gradual evolución lingüística e moitos dos resultados que achamos no XV son xa os que corresponden á lingua actual, aínda que non aparezan de maneira sistemática, senón, ás veces, ocasionalmente (véxase un resumo sobre o galego e o portugués na Idade Media en Mariño Paz, 1998, 102-29).

13. Nos últimos tempos hai certas tendencias a facer estudos sociolingüísticos da época medieval e tamén tentativas para establecer unha caracterización dialectal da Galicia na Idade Media (cf. un resumo en Mariño Paz, 1998, 129-35), como é o caso de Souto Cabo, 1993, que pontifica sobre o que é característico de cada zona e mesmo chega a afirmar que, tendo en conta algunhas formas que aparecen na *Crónica Xeral* (Lorenzo, 1975), é falsa a data que propoño para o texto (entre 1295-1312) e que habería que atrasalo ata moito máis tarde (1350?) (p. 541, nota 31). Para traballar con seguridade sobre a Idade Media primeiramente teríamos que ter publicada toda a documentación existente con boas edicións filolóxicas e despois actuar con moito tacto e prudencia, pois a min paréceme bastante difícil querer trazar fronteiras dialectais con base nos textos medievais, xa que algúns deles non sabemos onde foron escritos e o feito de que un texto proceda dun lugar determinado non quere dicir que o escriba sexa oriúndo do mesmo lugar, sobre todo os textos escritos nos distintos mosteiros polos monxes que neles profesaban, ou por notarios, que podían proceder doutros lugares. Por exemplo, no mosteiro de Oia hai numerosos documentos escritos por monxes ou notarios portugueses, en Santa María de Franqueira hai un de 1509 escrito por un portugués (AHN 1786.6), en Montederramo tamén aparecen uns poucos documentos escritos por un monxe de orixe portuguesa (Lorenzo, 1997) e en Celanova podemos citar bastantes documentos escritos ou mandados escribir por Rodrigo de Sangens (con variantes no apelido), mon-

xe que procede de Portugal, onde existen varios lugares denominados hoxe São Gens. Rodrigo de Sangens aparece primeiramente como monxe e notario (1453-1457) e despois como prior “da caustra” e notario (1462-1979), como prior “da caustra” do mosteiro, prior de Santa María de Ribeira e notario (1979) e como prior do mosteiro de Santa María de Ribeira (1479-1484). Ademais, en documentos de 1491 e 1496 aparece xa como abade de “San Cloyo” do Ribeiro d’Abia (Vaquero Díaz, 2004, núms. 849, 850, 920)³⁹. Rodrigo de Sangens nos anos que estivo como notario en Celanova non perdeu totalmente os hábitos da grafía portuguesa, pero non é coherente, pois non utiliza sistematicamente as grafías *lh* ou *nh*, especialmente a primeira. Hai moitos documentos que mandou escribir e nos que el só dá a fe. En moitos destes documentos alterna *nh* e *ñ*: *señor* e *minha* (ou *minhas*) (1453, 1454, 1456, 1472, 1475 [2], 1478, 1479 [5], 1480 [3], 1481, 1482 [2]: Vaquero Díaz, 2004, núms. 407, 417, 436, 618, 649-50, 676, 683, 685, 689-90, 694, 701-2, 713, 720, 739, 745); *señor*, *minha* e *minhas* (1474, 1475 [2], 1476 [5], 1477 [3], 1478 [2]: *id.*, núms. 640-1, 643, 652, 654, 656-8, 661, 664-5, 672, 680); *señor*, *minha* e *miñas* (1473, 1478: *id.*, 2004, núms. 626, 671); *senor*, *miña* e *minhas* (1473: *id.*, núm. 623) ou *señor*, *minha* e *minas* (1478: *id.*, núm. 673). Nalgúns documentos só pon *nh*: *minha* e *minhas* (1474: *id.*, núm. 636), *minha* (1483: *id.*, núm. 753). Noutros só *ñ*: *señor*, *miña* e *miñas* (1476: *id.*, núm. 653); *señor* e *miña* (1479 [2], 1480 [2], 1481 [2], 1484 [3]: *id.*, núms. 688, 691, 699, 712, 719 [xunto á forma *vallan*], 725, 756, 758-9); *miña* (1481 [2]: *id.*, núms. 721, 727); *miñas* (1476: *id.*, núm. 655), *señor* (1455, 1477: *id.*, núms. 422, 660). Tamén hai outros nos que alterna as grafías *ñ* e *n*: *señor* e *mina* (1457, 1477, 1478 [2], 1479 [2]: *id.*, núms. 455, 659, 677-8, 686, 692), *senor* e *miña* (1480, 1482: *id.*, núms. 703, 736). Xunto a estes documentos aparecen outros moitos que escribiu el persoalmente e nos que dá fe como notario e neles podemos atopar numerosas alternancias. Hai documentos nos que non usa a grafía portuguesa, nalgúns por se conservaren en copias (1453 [3], 1454 [2], 1455 [2], 1482: Vaquero Díaz, 2004, núms. 404-6, 412-3, 427-8, 730), nun de 1475 (copia) só escribe nunha ocasión *minhas* (*id.*, núm. 647) e noutro de 1473 só pon *nh* cando dá fe (*señor*, *minha* e *minhas*: *id.*, núm. 627). A grafía *lh* é practicamente inexistente, pois só aparecen en 1454 *tulha*, *velha* e *valha*, xunto a *Ourilly*, *semellável* e *moler*, *colerdes*, documento no que tamén alternan *Esteveyinha*, *venhades*, *vinho*, *Casfaginho* con *señor* e *linagen*, *vino*, *lino*, *quinón*, *touçino*, *touçinos*, *Martino*, *dineiros*, *senorio* e *mina* (Vaquero Díaz, 2004, núm. 415), e en 1457 *Alvarelhos*, xunto a *moler*, *vella*, *semellável* e *valla*, ademais da alternancia de *vizinho*, *vinha* (3), *vinho* (2), *minha* con *señor* (2) e *linagen*, *quinón*, *dineiros*, *quinentos* (*id.*, núm. 451). Nos outros documentos alternan *ll* e *l* para /*l*/ e *n*, *ñ* e *nh* para /*n*/, como podemos ver en 1455, 1456 (3), 1457 (2), 1462, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475 e 1478 (*id.*, núms. 425, 434-5, 437, 450, 452, 516, 608, 612, 622, 634, 646,

³⁹ En Lucas/Lucas, 1996b, aparece como abade en documentos desde 1489 a 1500 (pp. 715 ss., 803-6) e xa está no mosteiro en 1486 (p. 802).

679). En catro casos só aparece *nh* nunha ocasión: *linho* 1456, *minha* 1471, 1472, *minhas* 1477 (*id.*, núms. 441, 607, 613, 663).

13.1. Vexamos un caso sintomático. Hoxe témo-lo plural *razóns* na zona occidental das provincias da Coruña e Pontevedra, a forma *razós* na parte oriental destas provincias e na maior parte das de Ourense e Lugo e a forma *razois* na zona extremo-oriental do territorio (*ALGa* II, mapa 68; Fernández Rei, 1990, 66-67). Conforme a esta distribución, na época medieval, de apareceren formas con *-ns*, deberían corresponder á zona máis occidental da Coruña ou Pontevedra. Pero velaquí que, por exemplo, en Montederramo, situado na zona oriental, xunto a *condiçós* en 1506 (núms. 1819, 1820) atopamos moitísimos casos con *-ns*: *Çidóns* en 1465 (núm. 1688)⁴⁰, *condiçóns* en 1324, 1479 (5), 1480 (6), 1483 (3), 1484 (2), 1486 (3), 1487, 1488 (3), 1489 (3) e 1510 (núms. 887, 1729-31, 1734-41, 1759, 1761, 1763-4, 1768, 1773-4, 1776-9, 1781-3, 1785, 1837), *condicóns* en 1479 (3), 1480, 1482, 1483 (3), 1490 e 1506 (2) (núms. 1732-3, 1735, 1742, 1754, 1757-8, 1762, 1788, 1816, 1822), *condiçoens* en 1344 (núm. 1186), *condiçoons* en 1486 (núm. 1772), *condiçoons* en 1510 (núm. 1832), *condicións* en 1482 (núm. 1747), *condycións* en 1484 (núm. 1765), *condjcións* en 1490 (núm. 1789), *jurdiçãons* en 1504 (núm. 1813), *jurdiçãons* en 1513 (núm. 1846), *oraçóns* en 1327 (núm. 929), *oraçoons* e *oraçoens* en 1339 (núm. 1120), etc. Igual ocorre con *huns* en 1318 (núm. 822), *algúns* en 1340 (núm. 1133), *choupijns* en 1328 (núm. 946), *beens* en 1286, 1287, 1289, 1292, 1293, 1302 (núms. 462, 466, 485, 526, 535, 631), *bēens* en 1322 (núm. 863), *bens* en 1317, 1318, 1321 e 1323 (núms. 818, 825, 856, 884), formas que alternan con *bēes* ou *bees* e tamén con *beeys* en 1303-1331 (núm. 964) ou *beys* en 1275, 1278, 1282, 1290, 1291 (4), 1292, 1301, 1296-1307 (2), 1310 e 1317 (núms. 363, 386, 423, 500, 512-4, 519, 621, 666-7, 701, 814). Para esta última palabra hoxe témo-lo plural *bens* na zona máis occidental das provincias da Coruña e Pontevedra e no resto do territorio a forma *bes*, pois non se documenta a forma *beis* (cf. *ALGa* II, mapa 65). Fronte a isto, temos casos de *-ós* en territorio do actual *-óns*, como *protestaçós* en Rianxo en 1457 (Tato Plaza, 1999, 615-6) e noutros casos.

14. Como quedou dito (§ 3.5), a época de maior esplendor da lingua foi a dos séculos XIII e XIV, pola lírica trobadoresca, pola inmensa cantidade de documentos non literarios de carácter xurídico e polas obras en prosa, que aínda continúan ata mediados do século XV, por máis que desde o punto de vista literario o XV xa é un século de decadencia, aínda que debemos lembrar que a tradición literaria non se rompeu totalmente e que ó longo do século XVI (e nos seguintes) se escribiron ocasionalmente poemas en galego (cf. o último editado, de finais do XVI, en Álvarez/Rodríguez, 2003). Como contrapartida, o século XV é o que nos ofrece un maior número de textos non literarios conservados, se ben nas súas dúas últimas décadas e despois, a medida que avanza o século XVI,

⁴⁰ Nun engadido posterior a unha bula papal de 1163 aparece a forma *Cidojs* (núm. 21).

a presenza do galego vai diminuindo cada vez máis e chega un momento en que só aparece o castelán como lingua escrita. Non hai unha data determinada para o desaparición xeral e depende un pouco das persoas e das situacións. Un notario, un escriba, un monxe que entran no século XVI habituados a usa-lo galego, ségueno usando ata morreren; os que comezaron a educarse nos finais do XV usan xa exclusivamente o castelán. Podémolo ver na documentación de que dispoño, aínda que a pouco recomendable decisión de moitos editores de pór só un rexesto e non transcribir numerosos documentos do XV e do XVI nas súas edicións fai que, ás veces, non saibamos en que lingua están escritos e privánnos ó mesmo tempo de poder ve-las características lingüísticas e léxicas dos textos. Fenómeno destacable e desgraciado é que nas últimas décadas do XV e nas primeiras do XVI algúns documentos escritos en galego están contaminados polo castelán (cf. §§ 17.2, 17.2.1-5) e que se chega mesmo a escribir documentos híbridos (cf. §§ 17.8, 17.8.1-2). Para ver ata cando chegan os documentos na nosa lingua, podemos facer unha breve incursión polas distintas fontes documentais de que dispoño, que nos presentan un panorama moi heteroxéneo, pois nalgúns lugares a produción en galego non pasa de finais do século XV, noutros chega á primeira década do XVI, noutros á segunda, noutros ata 1528, 1529 ou 1532 e mesmo, ocasionalmente, ata 1553, 1591 ou 1596.

14.1. Na provincia da Coruña, por exemplo, en Belvís hai bastantes de entre 1416-1449 e os últimos son de 1452, 1453, 1456 (2), 1457 (2), 1459 (5), 1460 (2), 1461, 1462 (3), 1463 (6), 1464 (5), 1465 (4), 1466, 1468, 1470, 1472 (3), 1481, 1482 (3), 1484, 1485, 1486, 1489 (2), 1492, 1493, 1497 e 1500 (*AHN* 525.2; *ACB*, mazo 17.4, 22.1, 23.1, 27.1,3,5-7, 28.3, 33.3, 39.4, 40.1,7, 41.31, 47.7,9, 50.7, 51.17, 53.1-2, 60.6; *AHUS*, *Belvís*, Pergameos, 21,25,53/1-3; Rodríguez Núñez, 1993c, 350-3, 356-7); en Bonaval de 1503 (*AHD*, *San Martino*, c. 48.27); en Santa Clara de 1460 (6), 1461 (4), 1462, 1463 (7), 1464 (4), 1465 (2), 1466 (4), 1467 (9), 1469 (3), 1470 (3), 1472 (2), 1474, 1476 (3), 1477 (2), 1478 (6), 1479, 1481 (3) e 1482 (Rodríguez Núñez, 1993b, 288-90, 299-315; 1993c, 349-50; *AHD*, *San Martino*, c. 12, fol. 8rv, 47rv, 48v-49v, 84v-85v, 88v-89r, 95v-97v, 107rv, 195r-6r; c. 44, fols. 33r-53r; c. 45.2,5-6,26,49; c. 47.3,17,20ab, 22; c. 48.38,96,109); en Santa Cristina da Pena de 1454, 1455, 1460, 1461, 1462 (2), 1463 (2) e 1465 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 222r-7r; c. 48.12,22,26,104); en Santa María a Nova de 1450 (4), 1451 (3), 1452 (3), 1453 (3), 1454, 1455 (3), 1457, 1459 (2), 1461, 1464, 1465 (2), 1466, 1468, 1473, 1474, 1477 (4), 1484 (2), 1486, 1488, 1490 (3), 1492 (2), 1493, 1496, 1498, 1501 e 1506 (*AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 11rv, 33r, 167v-8v; c. 44, fols. 179r-81r, 182v-3r, 195rv, 205v-6v, 207v, 228r-32r, 233r, 235r, 236v-8v, 240v-9v, 251r, 263rv; c. 48.3,53,68,92; *Documentos soltos*; *ACOu* 5166); en Santa María de Conxo de 1441, 1467 e 1468 (García Oro/Portela, 2003, núm. 23; *AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 69v-70r, 118v-20r); en San Pedro de Fóra de 1464, 1465 (3), 1466 (4), 1467 (9), 1468 (7), 1469 (5), 1470 (13), 1471 (6), 1472 (2), 1473 (13), 1474 (3), 1475, 1478 (2), 1481 (4), 1482, 1483 (8), 1484 (6), 1485 (6), 1486 (4), 1487 (4), 1488 (8), 1489 (4), 1490, 1491, 1492 (4), 1493 (3), 1494 (4) e 1499 (*ACS*, mazo 425,

fols. 99-101, 126r-7r, 178r-80v, 225r-6r, 231v-4r, 331rv; *AHUS*, c. 137.53; *id.*, 466, fol. 400rv; *id.*, 897, fols. 251v-2v [ou 241]; 1154, fols. 86r-88v, 100r-4v; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 66; *id.*, c. 137.53; *id.*, *Papeis varios*, 22; Rodríguez Núñez, 1993c, 353-6; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fols. 3v-5v, 7rv, 8v-10v, 12r-15r, 17r-19r, 21r-24r, 26v-37v, 41r-42r, 42r-44v, 45r-47v, 51rv, 53r, 54r-57v, 63v-73v, 76r-77r, 78r-85r, 86r-87r, 91r-93r, 94r-97v, 99r-100r, 101r, 105r-6v, 109r-11r, 112r-6r, 118r-21r, 122r-3r, 125r-34v, 136r-7r, 139r-40v, 145r-6r, 147r-8r, 151rv, 153rv, 222r-4v; c. 12, fols. 50rv, 55v-56v, 65v-67v, 69rv, 82rv, 84rv, 105r-6v, 117rv, 122v-3v, 154v-5v, 158r, 173v-4r, 174v-5r; c. 56.21, c. 57.3, 5-6, 10, 12-13, 15, 18-19, 34; c. 58.57, 59-60, 62-63, 82, 88-91; c. 60.5; c. 86.6, 28/2; en San Francisco de 1465 (*AHN* 525.9); en San Martiño de 1462, 1463, 1465 (28), 1466 (30), 1467 (40), 1466 ou 1467 (7), 1468 (49), 1467 ou 1468 (11), 1468 ou 1469 (8), 1469 (33), 147..., 1470 (4), 1471 (8), 1472 (12), 1473 (12), 1473 ou 1474, 1474 (30), 1475 (6), 1476 (11), 1478 (4), 1479 (3), 1480 (8), 1481 (5), 1482 (11), 1483 (2), 1484 (7), 1485 (7), 1486 (4), 1487 (3), 1488 (6), 1489 (3), 1490 (3), 1494 (4), 1495 (23), 1496 (41), 1497 (5), 1499 (16), 1500 (4), 1501 (2), 1503 (2), 1505, 1508 e 1512 (*AHN* 516.16; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 2, 18, 142; *id.*, *Documentos en papel*, 15 [fols. 1-2, 18-19, 25-26]; *AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 69r-74v, 80r-85v; *id.*, 466, fol. 21r; *id.*, 897, fols. 230rv, 240rv [ou 235], 245r-6r [ou 238], 249rv [ou 240], 270rv [ou 252], 274r [ou 254], 275r-86v [ou 255]; 1154, fols. 8r-9r, 105r-6r, 142r-4r; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fols. 88r, 89v; c. 11, fols. 149v-50v, 153r-9v, 161r-9v, 171v-3v; c. 12, fols. 1r-8r, 8v-10v, 11v-13v, 14r-15v, 17v-20r, 21v-29r, 33v-42r, 42v-43v, 45r-46v, 47v-48r, 49v-52r, 52v-53v, 56v-57r, 63r-65v, 67v-68v, 72v-76v, 78r-83v, 85v-86v, 87v-88r, 89rv, 98v-100v, 104rv, 106v-7r, 108r-3v, 114v-5v, 120r-2v, 123v-32v, 133v-47v, 148v-54v, 159r-62r, 166r-7r, 168v-71v, 172v-3v, 174rv, 175v-9v, 182r-91v, 192r-3v, 194v-5r, 198r; c. 46.56, c. 57.7, 16, 26, 28; c. 58.9/12-13, 29, 37, 56, 58, 61, 71, 75, 85, 87; c. 59.11, 24; c. 60.36; c. 61.3; c. 62.48; c. 84.13/12; c. 86.5, 21; c. 88/6.1-2; 88/7, fols. 27v-28r, 32v, 42v-43r, 44rv, 49rv, 54v-55r, 60r, 62rv, 64v-65r, 66v, 67r-68v, 69r, 72v, 73v-74r, 74rv, 75rv, 76v, 79r, 110v, 111v, 118v, 121r-46v, 151rv; c. 93.3; *ACS*, mazo 425, 26v-27r, 41r, 67r, 72r-73v, 74r-81v, 82rv, 83v-84r, 85r, 102r-3r, 104rv, 109r, 111r-2r, 115r-6r, 118r, 124v-5r, 131r, 137rv, 139r-40r, 153rv, 155r, 156v-7r, 159v-60r, 170r-4v, 175v-6r, 177rv, 181r-2r, 186r-7r, 188r, 192r-3r, 217rv, 227rv, 285rv, 292v-8v, 301r-2v, 306r-13r, 337r-8v); en San Paio de Antealtares de 1451 (5), 1453 (2), 1454, 1456 (2), 1457 (7), 1458 (4), 1459 (6), 1460, 1461 (2), 1462 (5), 1463 (4), 1464 (8), 1465 (6), 1466 (24), 1467 (13), 1468 (21), 1469 (11), 1470, 1473 (2), 1474 (6), 1475 (3), 1476 (3), 1477, 1478 (6), 1479 (2), 1480 (5), 1481 (3), 1482, 1483 (49), 1484 (3), 1485, 1487, 1489 (6), 1490, 1491, 1492, 1494 (2) e outros dous do xv (*AHN* 523.13-14, 16-17; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, c. 137.49; *id.* *Papeis varios*, 2, 24; *AHUS*, 674, fols. 52rv, 55r-56v, 57r-58r, 68r-69v; *id.*, 897, fols. 4v-14v, 15v-20r, 22v, 23v-26v, 27v, 29v-30v, 31v-32v, 34r-38r, 39v, 40v, 42v-46r, 46v-47v, 48r-49r, 49r-50v, 52v-53v, 55r-56r, 56v, 59r-62r, 64v-66v, 67r-68r, 68r-75v, 75v-76v, 78r-79r, 79v, 81r, 81v-84r, 87r-88r,

88v-89r, 90r-91r, 92r-93r, 98v-99v, 99v-100v, 102rv, 114v-6bisv, 119r-22v, 123r-7r, 127r-30v, 130v-7v, 138rv, 140r-1v, 142v-8v, 149v-51r, 153r-4v, 155r-6r, 156rv, 158v-9bisr, 160r-2rv, 163v-7r, 168v-9v, 169v-71r, 171r-4v, 176r-8v, 183r-5r, 198rv, 232r-8v, 242r-4v [ou 236-7], 247rv (ou 239), 289r-90r [ou 256]; *id.*, 1154, fols. 107r-17r, 331; *AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 15v-16r, 20v-21v, 29r-32v, 42rv, 43v-45r, 52rv, 53v-55v, 57r-63r, 83v-84r, 87rv, 89v-95v, 100v-3r, 104v-5r, 113v-4v, 115v-7r, 118rv, 132v-3v, 147v-8v, 156r-8r, 158r-9r, 162r-6r, 171v-2v, 179v-82r, 193v-4r; c. 57.2,8; c. 58.15,77,81; c. 61.18/3; c. 86.19/2,28/2-3; c. 88/7, fols. 22r-26r; *ACS*, mazo 425, fols. 46r-52v, 64r-66r, 93r-95v, 107r-8r, 117r, 119r-20v, 121r-3r, 228r-9r, 238r-9r, 247r, 259rv); en Sar de 1465, 1466 (2), 1467 (3), 1468, 1474, 1482, 1483 (este cun foro outorgado en Ourense) e 1485 (*AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 13v-14r, 70v-72v, 76v-77v, 103v-4r, 167rv; c. 86.14; Leirós, 1930, 42-45; *CDGH*, 286-8); en San Bieito do Campo temos un total de 56 documentos desde 1345 ata 1516 e deles hai 40 en galego de entre 1401 e 1480 (Fernández de Viana, 1995, 21-128), se ben os seis últimos (de 1495, etc.) están en castelán.

14.1.1. Tamén están en galego o *Libro de notas de Álvaro Pérez*, notario de terra de Rianxo e Posmarcos, de 1457 (Tato Plaza, 1999, 91-146, 147-9, 153-91) e o *Libro do Concello de Santiago* (Rodríguez González, 1992a), con inclusión dalgunhas cartas en castelán. Da serie “Bens” do *AHUS* están en galego desde 1328 a 1425, de 1427 a 1439, 1441, de 1442 a 1459, 1466 (2), 1467, 1473 e 1487 (Justo/Lucas, 1991, 86-302, 304-407, 408-12, 415-37, 441-3, 448-50, 454, 488) e no antigo *Tombo 2* hai varios relacionados cos devanceiros de Diego de Muros III: de 1433, 1434 (2), 1436, 1437 (2), 1438 (4), 1439 (2), 1440 (2), 1444, 1446, 1447 (3), 1448 (5), 1449, 1451, 1452 (2) e 1497 (*AHUS*, A-74, núm. 8-17, 24, 78-79, 92, 106, fols. 90-108, 111-8, 125-31, 137-44, 154-65, 170, 172-4, 179-82, 186-7, 189, 227-30, 663-9, 673-7, 760-7, 882bis-3). Tamén no *Tombo 4º* do Hospital Vello hai un de 1474, que traslada outro de 1452, e un de 1483 trasladado en 1556 (este en castelán) (A-76, núms. 78-79, fols. 627-32, 639-40); no *Tombo 9º* de *Sinecuras* un de 1471 e outro de 1491 (A-81, núms. 75-76, fols. 1088, 1092-7). Outros son de 1472 e 1509 (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 24, 28) e do Hospital podemos citar documentos de 1465 e 1469 (*AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 16v-17v, 191v-2r). Na catedral hai un longo manuscrito de *Actas Capitulares* con numerosísimos documentos, uns extensos e a maior parte reducidos a notas, que van desde 1450 a 1482 e que están maioritariamente en galego, xunto a algúns que presentan palabras en castelán (cf. § 17.2), outros híbridos (§ 17.8) e algúns en castelán (§ 15.4.1, 15.5-6, 17.3). Hainos en galego de 1450, 1462 e numerosos de tódolos anos desde 1464 a 1481, así como de 1482 e 1483 (Vázquez Bertomeu, 1996, Apéndice, fols. 1rv, 3r-18v, 19v-22v, 26r-71r, 72v-87r, 87v-103r, 103v, 105r-8r, 110r-8r, 128v-39v, 141r-53r, 153v-6v, 157r-9r, 161v-86v, 186v-8r, 189v, 190v-2v, 193rv, 194r-5v, 196r-202v, 203v-7r, 208r-15v, 216rv, 217v-24r, 225v-36v, 238rv, 240r-4v, 246r-9r, 250v-63r, 264r, 264v-6r, 266v-7r, 267v-76v, 277r-81v, 284v-7v, 288r-9r, 290r, 291v, 292v, 295r; López Carreira, 1992b, 86, 112-3).

Hai outros da catedral de 1446 e 1460 (*AHN* 524.9,11), 1482 e 1483; en 1495 o testamento de Roí Vázquez (Souto Cabo, 1999, 991-2) e no Fondo López Ferreiro, entre outros, de 1462, 1464, 1465, 1467 (2), 1470, 1473, 1475 e 1484 (*Catalogación*, 2001, 375-83).

14.1.2. A documentación podémola ampliar ás escolmas e recompilacións de textos. Así, en Santiago temos en 1442, 1449, 1453 e 1462 as ordenanzas da confraría dos coreeiros (*CDH*, I, 247-50, 273-5, 285-6, 294-7); en 1443 as ordenanzas do gremio dos acibecheiros (López Ferreiro, 1895, 491-6); en 1446, 1447 e 1448 (2) cartas do arcebispo Álvaro de Isorna e en 1461 (2) e 1464 traslados das dúas de 1448 (*CDH*, I, 37-40; *HIS*, VII, 83-85; González Garcés, 1987, 635-6; Rodríguez González, 1992b, núms. 32-33); outros textos aparecen en 1446, 1448, 1451, 1455, 1456 e 1467 (2) (*CDGH*, 90-92; *HIS*, VII, 86-88, 112-112*; *CDH*, I, 142-3; González Garcés, 1987, 634-5; Rodríguez González, 1992b, núms. 34, 38; López Carreira, 1992b, 103-5); en 1457 as ordenanzas da confraría dos clérigos de coro, que o arcebispo Rodrigo de Luna confirma en castelán (Vázquez Bertomeu, 1999b, 476-93); en 1461 título de intérprete a favor do alemán Pedro de Frisa (*CDH*, II, 200-1); en 1472 un regulamento feito polo cabido sobre o servizo do coro e do altar (*HIS*, VII, 137-42); en 1474 dun boticario, así como o cumprimento das súas mandas de 1474 e 1481 (*CDH*, I, 40-44, 56-61); en 1475, 1483 e 1490 as ordenanzas da confraría de Santa María dos Mercadores (*CDH*, I, 180-3, 199-201; Monteagudo, 1985, 96; 1994, 174; 1999, 126) e en 1487 o testamento do cardeal Pedro de Mourellos (Barral, 1992, 247-8).

14.1.3. Da Coruña temos en 1440 requirimento dun cóengo ós veciños da Coruña (*HIS*, VII, 74-78; González Garcés, 1987, 618-20) e tamén de 1422, 1424, 1428 (2), 1430, 1433 (2), 1434, 1435 (2), 1436, 1443 (2), 1444, 1445, 1448, 1450, 1453, 1457 (testamento de Roí Xordo das Mariñas), 1458, 1459 (2), 1462, 1463, 1464, 1473, 1478, 1484 (do prior de Dozón), 1487 (2), 1497 e 1516 (Martínez Salazar, 1911, 135-7; *CDH*, I, 47-55; Barral, 1994, 88-95; *id.*, 1998, 393-7, 402-14, 420-3, 424-5, 430-3, 436, 451-5; Barral/Velo, 1994, núms. 9, 11-13, 14, 35, 44; García Oro, 1986, 19-21; González Garcés, 1987, 580-91, 607-9, 613-8, 638-9, 648-51). Doutros lugares da provincia podemos citar en Bañobre un de 1483 (*AHN* 489.8); en Bergondo de 1460, 1462 (2), 1463, 1467, 1472, 1485, 1487 (4), 1488, 1490, 1492 (2), 1494, 1496 (3) e 1503 (*ACS*, mazo 425, fols. 105r, 211r-3r, 219rv, 246rv, 270r-1v, 305rv; *AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 174r-5r, 191r-2v, 264r, 265rv; c. 58.55; c. 59.27-28; c. 61.8; *AHUS*, 466, fol. 48r; *id.*, 703, peza 2); en Bribes de 1460, 1470, 1476 (2), 1481, 1485, 1491, 1493, 1494 (4), 1495, 1497 e 1498 (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 368r-72v, 375r-6v, 380r-1v, 432r-4r, 470r-1v; c. 88/7, fol. 33v; *ACS*, mazo 425, fols. 130rv, 255rv, 286r, 287r, 288r-9r; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 39); en Caaveiro de 1473, 1474 (2), 1475, 1489, 1490, 1491, 1493, 1494 (2), 1495, 1499, 1502, 1503, 1510 e 1511 (*AHN* 492.19, 493.1-15; Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 396-407); en 1474 documentos de San Miguel de Cabanas, Logrosa e Broño con taxación de bens (*CDGH*, 64-75); en Cambre de 1472, 1478 (incompleto) e un do XVI ilexible (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 330r-4v, 337r-8v;

AHN 494.6); en Cee un de 1497 (García Oro, 1975 ou 1976, 149-53); en Cis de 1464 (41 notas), 1465 (13 notas), 1468 (2: nun Gómez Pérez das Mariñas desembarga varias cousas ó mosteiro), 1472 (2), 1475, 148..., 1481 (2), 1482 (2), 1488, 1490, 1493, 1496 e 1502 (ACS, mazo 425, fols. 88r-89r, 106rv, 132r-6r, 299-300r; AHD, *San Martiño*, c. 54, fols. 26r-27r, 58r-60v, 86r-89v, 136r, 473r-95v; c. 57.23,27; c. 60.31; AHUS, 703, peza 3 [falta]; Vaamonde Lores, 1913-1914, 195-8; Lucas, 2004, 714-6, 723); en Dormeá de 1469 (2), 1482 e 1486 (ACS, mazo 425, fol. 183rv; AHD, *San Martiño*, c. 54, fols. 28v-40v; c. 58.86); en Iria de 1489 (Mackenzie, 1993, 25-26; 2004, 460-2); en Melide de 1440 e 1469 (CDH, II, 73-75; AHN 496.20); en Mens de 1445, 1447 (2), 1455, 1461, 1463, 1464, 1465, 1473, 1474, 1485 e dous sen data (Zapico, 2003, 48-78, núms. 17-27; Barral/Velo, 1994, núms. 4-7, 15-16, 20-21, 42-43); en Mezonzo de 1470 (AHD, *San Martiño*, c. 55.93); en Monfero de 1450 (2), 1451 (2), 1457 (2), 1465, 1468, 1472, 1476, 1482, 1483 (2), 1486, 1491, 1495, 1496, 1497 (2) e 1501 (López Sangil, 2002, núms. 897-8, 900-1, 906, 908, 911-4, 917, 918-20, 923, 929, 931-3, 936); en Montefaro de 1482, 1495, 1500, 1504, 1506 (2) e 1512 (2) (AHN 511.12-14; Souto Cabo, 1997, 39-41; *id.*, 1998, 219-5); en Monteagudo de 1418, 1425 e 1499 (2) (Barral/Velo, 1994, núms. 33-34, 40-41); en Muros está en galego o *Liuro das posisoies do Espital dos pobres*, con documentos de 1423 a 1461, a maior parte do *Libro da Colexiata*, con documentos de 1475 (21, fols. 1v-19r, 33rv), 1476 (4, fols. 19r-21v), 1477 (fol. 22rv), 1478 (4, fols. 23rv, 29r-30v, 35v), 1479 (fol. 31rv), 1483 (fols. 25rv), 1484 (fols. 26r-28v), 1489 (fol. 34r), 1490 (fol. 32v), 1494 (2, fols. 36rv, 38rv), 1496 (fol. 37rv), 1498 (2, fols. 39r-40v), 1499 (4, fols. 41r-44r) e 1509 (8, fols. 52v-53r), xunto a algúns en castelán (§ 15.6.3), e a *Luminaria*, con numerosos documentos do xv, entre eles de 1461, 1465, 1466 (bastantes), 1467, 1473, 1479 e 1484 (fols. 4r-8r, 9r-10v, 13r, 14v-16v, 19v, 20r-23v, 24r-25r, 28r-30v); en 1496 faise a partilla dos bens de Gomes Ares de Guiçamonde (copia do xviii); en documentos referentes ó Hospital de San Lázaro insírense textos de 1478, 1479, 1494, 1496 e 1499 (*Papeis*, fols. 72r-75v, 76v-77v) e noutros mazos da Colexiata hainos de 1490, 1501, 1502 e 1507 (2) (*Mazo 1*, fols. 9rv, 12-18v) e 1510 (*Mazo 2*, fol. 9rv), así como de 1482 e 1506 en manuscritos do concello; en Muxía de 1467 (López Carreira, 1992b, 101-2); en Noia en 1467 e 1471 as ordenanzas dos gremios de Noia (López Ferreiro, 1895, 525-7) e documentos de 1482, 1487 (3), 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1499, 1526 (2) e 1529 (Barreiro, 1995, 128-9, 133-47; CDH, IV, 29-31, 57-59; García Oro/Portela, 2003, núm. 25; AHUS, *Arquivos Familiares*, c. 1, núms. 23, 25; *id.*, c. 3, núm. 42); en Ortigueira de 1485 (ARG, Sección XI, núm. 469); en Padrón de 1448 (López Ferreiro, 1895, 559-60); en Soandres de 1466, 1467, 1470, 1473, 1482 (2), 1486 (7), 1487 (2), 1489 (4), 1490 (2) e 1494 (AHUS, 897, fols. 239rv [ou 234], 261rv [ou 245], 272rv [ou 253]; AHD, *San Martiño*, c. 57.4,17; c. 58.64; ACS, mazo 425, fols. 138r, 141r, 184r, 185r, 190r-1v, 214r, 235r-6v, 240r, 242r-4r, 245rv; AHN 516.16); en Sobrado bastantes das décadas dos corenta e cincuenta (AHN 551.1-2,4-20, 552.1,3-4,8-9; Vaamonde Lores, 1908, 176-7) e xa menos da dos

sesenta (*AHN* 552.10-11,13-17,19,21, 553.1,2; *ARG*, núms. 413-8; *CDH*, IV, 5-8) e das seguintes: de 1471, 147...?, 1474 (2), 1482, 1483 (3), 1484 (2), 1485, 1486 (2), 1487, 1488 (4), 1489 (2), 1491 (3), 1494 (2), 1495 (5), 1496, 1497, 1500 (4) e 15...? (Martínez Salazar, 1911, 150-64; *ARG*, núms. 420-9, 431-3; *AHN* 553.3,7,11-17,19-20, 554.1-2,4-8,10,12,14-16; non se ve a data do 554.19, nin a lingua en que está escrito); en Toques de 1467, 1483, 1492, 1493 (4), 1496, 1497 (2) e 1499 (*AHN* 557.20; *ACS*, mazo 425, fols. 145rv, 258r; *AHD*, *San Martiño*, c. 57.25,31; c. 58.73,76,78-80); en Toxos Outos de 1496 (2) e 1516 (*AHN* 557.9-10,13); en Xuvia de 1445, 1446, 1447, 1449 (2), 1450, 1455, 1456, 1460 (2), 1468 (2), 1469, 1472, 1478, 1480 (2), 1484 (4), 1486 (2) e 1491 (Pena Graña, 1992, 572-98; Vaamonde Lores, 1909, 19-20; Barral/Velo, 1994, núm. 2). Ademais, do arcediogo de Trasancos de 1476 e 1480 (Barral/Velo, 1994, núms. 19, 28).

14.1.4. Engadamos aínda outras mostras, pois en relación cos condes de Altamira temos documentos de 1404, 1448 (capitulacións matrimoniais entre Vasco López de Ulloa e Inés de Moscoso), 1449, 1458, 1469, 1482, c. 1507 e c. 1528 (García Oro/Portela, 2000b, 546-9, 569-72, 619-38, 705-11, 717-9, 828-32, 903-5, 921-4) e de 1432 e 1454 (de Lope Sánchez de Ulloa) (Vaamonde Lores, 1915, 10-11; Novo Cazón, 1986, núm. 123; Vázquez López, 1997, 219-20); en 1458 un foro de D^a Xoana de Luna, muller de Sueiro Gomez de Soutomaior (*CDH*, III, 192-4); en relación co señorío de Vilagarcía documentos de 1438, 1441, 1478 e 1504 (Bouza, 1965, 96-99, 100-11); en relación cos Pardo de Cela documentos de 1452 (feito en Vilamourel), 1453 (en Betanzos), 1458 (en Viveiro e Galdo) e 1459 (en Viveiro) (Pardo de Guevara, 1986, 26-29); de Pai Mariño de Lobeira de 1441, 1442, 1444 e 1455 (García Oro/Portela, 2003, núms. 24-26; Rodríguez González, 1992b, núm. 37); en 1455 pacto entre o conde de Valencia e Fernán Pérez de Andrade, así como en 1474 na Coruña un concerto entre Gómez Pérez das Mariñas e Diego de Andrade, nobres que, ás veces, escriben en castelán (García Oro, 1994, 224-5, 228-9).

14.2. Na provincia de Lugo, referentes á catedral, na década dos cincuenta hai 48 (un de 1458 na *CDH*, III, 77-80), na dos sesenta aumenta a 57 e na dos setenta diminúe a 44 (Portela, 1998, entre as pp. 227-450; un de 1470 en Sponer, 1934, 160-2); despois temos de 1480, 1481 (2), 1483 (2), 1486, 1487, 1488 (2) e 1498 (2) (Portela, 1990, 517-9, 534-6, 550-1, 561-2, 563-4, 590-1, 593; *AHN* 1337.2, 1338.21). En Santa María a Nova hainos de 1450 (2), 1464, 1467, 1468, 1472, 1478, 1483, 1484 e 1502 (*CDH*, I, 232-3; *ARG*, núms. 480-2; *AHN* 1125.7-9) e nos Dominicos de 1440, 1447, 1452, 1462, 1478 e 1514 (*AHN* 1125.16bis/ter-18). En Mondoñedo aparecen de 1470, 1472, 1476 (3), 1482 e 1500/1501? (vese mal a fotocopia) no *AHN* 1196.7-12,16. Por outra banda, nos pergameos soltos da catedral hai 52 de 1400 a 1467 e de 1473, 1483, 1485 (2), 1489, 1502 e 1503 (Cal Pardo, 1990, entre as pp. 61-91, 105; *id.*, 1999, 212-7, 224-8, 229-32, 235-7, 239-47, 250-62, 286-92, 296-7, 298-301, 303-6, 308-9, 311-3, 314-8, 324-8, 343-4, 347-9, 372-6, 383-4, 404, 417-8, 421-3, 440-2; Mayán, 1960, 105-6), así como 49 de 1451 a 1469, 152 de 1470 a 1479 e de 1480 (7), 1481 (13), 1482 (17), 1483 (11),

1484 (9), 1485 (6), 1486 (11), 1487 (10), 1488 (10), 1489 (7), 1490 (6), 1491 (10) e 1492 (8) nos documentos en papel (Cal Pardo, 1990, 617-700). Esta lista complétase con 369 documentos de 1400 a 1467 e de 1470, 1471, 1472, 1473 (3), 1477, 1478 (3), 1479 (2), 1480 (2), 1481 (2), 1482, 1483, 1486 (3), 1490 e 1491 (2) nos Tombos catedralicios (Cal Pardo, 1990, entre as pp. 456-611) e de Mondoñedo en relación con Viveiro de 1471, 1478 (2), 1485, 1486, 1487 e 1488 e anteriores (Cal Pardo, 1991, 215-25; 1993, 713-5, 720-1, 734-6, 737-9, 747-8, 763-82). No mosteiro de Castro de Rei hainos de 1473, 1474, 1478, 1481 (2), 1482 (6), 1483, 1484, 1486 (2), 1488, 1490, 1491, 1494, 1495, 1497 (3) e 1498 (Duro Peña, 1972b, 35-36, 39-45; *ACOu* 4760, 4861, 4976, 4978, 4994, 5002-3, 5011, 5027, 5061, 5079, 5131-2, 5183, 5240, 5258, 5309, 5339, 5365, 5372-3, 5384, 6043⁴¹) e no da Colleira un de 1479 (Cal Pardo, 1983, 97-99), feito en Viveiro. En San Salvador de Chantada contamos con numerosos documentos: oito da década dos corenta (*AHN* 1073.8-15), 17 de 1450 a 1459 (*AHN* 1073.17-22, 1074.1-11), 15 de 1260 a 1269 (*AHN* 1074.12,14-21, 1075.1-6), 27 de 1470 a 1479 (*AHN* 1075.7-22, 1076.1-11) e despois de 1480 (5), 1481 (7), 1483 (2), 1486 (3), 1487, 1488 (3), 1489 (9), 1490 (3), 1491 (4), 1492 (3), 1494 (3), 1497 (2), 1498, 1499 (2), 1500 (3), 1501, 1502, 1504 (2), 1505, 1506 (3), 1508, 1509 (2), 1510 (3) e 1512 (*AHN* 1076.12-23, 1077.1-21, 1078.1-11,13-14,16-21, 1079.1,4-13,16,23, 1080.2). En San Martiño da Cova témolos de 1474, 1479 (2), 1481, 1485, 1488, 1489, 1490, 1491, 1493, 1497, 1504 (3), 1508 e 1512 (*AHN* 1065.12-14,16-20, 1066.1-3,5-9). No de San Salvador de Ferreira de 1436 (2), 1465 e 1475 (2) (*AHN* 1081.21-25); no de Ferreira de Pallares os últimos son de 1461, 1463, 1465, 1472, 1478, 1479, 1480 (2), 1482 (3, un deles con engadido en galego de 1501), 1485 (2), 1486, 1492 (3), 1501, 1509 e 1514 (Rey Caiña, 1993, núms. 639-42, 644-53, 656-8, 667, 670) e no de Ferreira de Pantón, os últimos con algúns castelanismos, de 1481, 1482, 1483, 1484 (2), 1487, 1489, 1490, 1491, 1493 (2), 1495 (2), 1496, 1500, 1502 e 1503 (Fernández de Viana, 1994, 251-79). En Meira hainos de 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1481, 1482, 1483, 1484, 1486, 1487, 1488, 1491, 1492, 1495 e 1496 (*AHN*, carpetas 1174-1180; Mariño Veiras, 1983, 138, 143, 154, 155, 201, 225, 226, 229, 230, 232, 237, 238, 239, 240, 284, 287, 288, 305, 313, 314, 345, 349, 356, 368, 369, 374, 381, 382, 388, 392, 422). En San Vicenzo de Monforte hai bastantes do xv ata a década dos 80 (*AHN*, carpetas 1198-1208) e os últimos son de 1488 (6), 1489, 1491 (2), 1492 (3), 1493 (6), 1494 (2), 1497 (3), 1498 (3), 1499 (3), 1501, 1502, 1503 (4), 1504 (2), 1506 (3), 1507 (2), 1509 (2) e 1515 (*AHN* 1209.1-18-19,21, 1210.1-5,7-9,14-18, 1211.1,4-7,9,9bis,10,12,14, 1212.17; Sponer, 1934, 170-83). No mosteiro de Órrea témolos de 1431, 1436, 1481, 1485, 1487, 1490, 1491, 1492, 1493 (3) e 1494 (Cal Pardo, 1985, 65-79) e no de Pedroso os últimos de que dispomos son de 1477 (2), 1479 (2), 1485, 1486, 1487, 1488 (2), 1489, 1492, 1495, 1497 e 1506 (Cal Pardo, 1984, 281-6, 287-99, 305-6, 309-13; 1990, 120-4). No de Penamaior, do que non

⁴¹ Este é de 1482, non de 1582 como di Leirós, 1951.

dispoño da documentación, aínda hai en galego dous de 1500 (*AHN* 1237.1-2). No de Pombeiro hainos de 1472, 1479, 1480, 1481 (10), 1482 (11; o de *ACOu* 5014 non o transcriben Lucas/Lucas, 1996a, 318), 1483 (2), 1484 (3), 1486, 1487, 1488 (2), 1489 (3), 1490 (5), 1491 (2), 1492 (3), 1494 (2), 1496 (Lucas/Lucas, 1996a, 350, só transcriben unhas liñas), 1502, 1506, 1509 e 1512 (Lucas/Lucas, 1996a, 303-33, 336-54)⁴². No de Samos hai numerosos documentos das décadas dos corenta, cincuenta e sesenta (*AHN*, carpetas 1278-94) e 65 da década dos setenta (*AHN*, carpetas 1294-8; un do abade de 1471 en García Oro/Portela, 2002, 169-70); despois continúan en 1481 (2), 1482 (5), 1483, 1485 (7), 1486 (2), 1487 (2), 1488 (9), 1489 (5), 1490 (2), 1493, 1494 (4), 1495 (2), 1496, 1497, 1498 (2), 1499 e 1501 (*AHN* 1297.18-20, 1298.1-12,15, 1299.11,15,19, 1300.1-20, 1301.1,3,4bis,5,7,7bis-12,14-18, 1302.2,7,17); tamén podemos ver un libro de foros con documentos de 1488 (núms. 1-23), 1489 (núms. 24-26), 1494 (núms. 29-33) e 1495 (núm. 33; non vexo a data dos núms. 27, 28, 34 e 35 e o 34 debe ser de 1495 ou 1496) (*AHN* 1302.16). No de Sarria témolos de 1420, 1428, 1431 (2), 1454, 1480, 1486 e 1491 (2) (López Arias, 1996, 114-21); no de Torbeo de 1470, 1494 e 1495 (*AHN* 1324.2,4-5); no de Vilamaior un de 1456 (*AHN* 1324.17); no de Valdeflores de Viveiro cítase un de 1447 (Rodríguez Núñez, 1993a, 543-4) e nos de San Domingos e San Francisco de Viveiro de 1450 (5), 1454, 1459, 1462, 1472 (2), 1473 (2), 1474 (2), 1475 (2), 1477, 1478 (2) e 1479 (García Oro, 1987, 97-129; Castro, 1989, 566-9). No de Vilanova de Lourenzá hai moitos ata 1475 (*AHN* 1115-9) e empeza a mudarse de lingua na década dos oitenta. Temos en galego de 1481 (2), 1484, 1492 e 1495 (*AHN* 1119.16-17, 1117.12, 1120.7,19). No de Vilardonas hai 23 da década dos cincuenta e tamén de 1463, 1464 (2), 1468, 1469 (3), 1473, 1474, 1477, 1480, 1481, 1489 (2), 1493, 1494, 1495 (3), 1496 (5), 1497 (2), 1499 (3) e un traslado de varios foros sen data (Novo Cazón, 1986, núms. 146-93, 197-202; Vázquez López, 1997, 228). No de Vilourente hai once da década dos corenta, dez da dos cincuenta e despois de 1463, 1466, 1467 (2), 1468, 1470 (2), 1472, 1476 (2), 1482, 1492, 1494 e 1496 (Graña, 1990, 394-449). A todo isto podemos engadir que en 1447 hai un documento feito por un notario de Parga (Martínez Salazar, 1911, 148-50), en 1467 a presentación do foro do lugar de Padrón, na encomenda de Portomarín (Vázquez Núñez, 1942, 48), e o testamento de Ruy González de Ribadeneira, feito no couto de Fafián (García Oro/Portela, 2002, 168-9), en 1468 un feito en Ribadeo (*AHN* 128.16), en 1472 outro feito na Pobra de Burón (*CDH*, III, 122-4), en 1492 o testamento de Diego de Lemos feito na fortaleza de Ferreira (Martínez Sueiro, 1915, 109-11, 121-8, 135-43) e un de 1478? e outro de 1502 no pazo de Ludeiro (Lugo) (Cabana Outeiro, 2003d, 49, 52-53).

14.3. Para a catedral de Ourense témo-lo *Catálogo* de Duro Peña, 1973a, que é bastante impreciso, polo que me obrigou a consultar a documentación por el citada. Na dé-

⁴² É posible que estean en galego ou que sexan híbridos un de 1508 e outro de 1510 (*ACOu* 5581, 5614) que Leirós, 1951, atribúe falsamente a Santo Estevo de Ribas de Sil e que Duro corrixe nun exemplar do *Catálogo*, atribuíndoos a Pombeiro, polo que non os transcribe en Duro, 1977. Lucas/Lucas, 1996, non notaron esta circunstancia e tampouco os publican.

cada dos sesenta aínda hai 29 (*Clérigos de Coro*, 1, 53, 73; *Fábrica* II, 661; *Escrituras* II, 23; III, 19; V, 44; VII, 16, 59, 72r-74r; VIII, 330r-5v; XIII, 2/1, 60; XIV, 68; XVIII, 14, 37, 46; XIX, 436; XX, 77⁴³, 81-82, 97-98, 340; XXIV, 234; *Fábrica e Capelas* I, 17, 21-22; *Sección B*, mazo 154, fol. 115), na dos setenta aumenta a uns 50 (*Clérigos de Coro*, 31, 82, 110; *Bispo e Dignidades*, 85r-90v (varios); *Escrituras* I, 17; II, 2, 6, 34; III, 18; VII, 3, 74v-75v, 77; XIII, 2/2-3, 62; XV, 17, 25bis, 39; XVI, 19; XVII, 42; XVIII, 7, 19, 41, 50 (2), 54; XX, 52, 79, 88, 90, 105, 271, 311, 314-6; XXIV, 228; *Bispo*, 121-2; *Fábrica e Capelas* I, 12, 24; *Sección B*, mazo 4, fol. 321, 326, 336; mazos 83-84, 140), na dos oitenta a uns 56 (*Escrituras* II, 8, 16; III, 16, 23-24; VI, 13, 25; VII, 4, 7-9, 11, 21, 76; XI, fols. 1-18; XV, 8, 24, 26-27, 40, 45; XVIII, 44, 47; XIX, 116, 444, 448, 481; XX, 64, 115, 122, 309-10, 312, 317-8, 325r-33r, 336r, 338r-9r; XXI, 77; XXII, 355; XXIV, 230-1; *Divers.* I, 182; *Fábrica e Capelas* I, 13, 58, 61; *TPuga*, 441; *Confraría do Crucifixo*, 8, 9; posiblemente tamén *Sección B*, mazo 4, fol. 323; mazo 11, fol. 234; mazos 42, 56; *Sección C*, mazo 13) e despois aparecen en 1490 (7), 1491 (6), 1492 (9), 1493 (5), 1494 (13), 1495 (6), 1496 (6), 1497 (6), 1498 (2), 1499 (4), xunto a 3 de finais do XV e un do concello de 1499 (*ACOu*, *Clérigos de Coro*, 104; *Bispo e Dignidades*, 95; *Escrituras* I, 1; II, 1, 7, 15, 20; III, 2, 6; IV, 1, 23; V, 18-19; VI, 28; VII, 2, 5-8, 15, 25, 32; XIV, 114; XV, 6, 12-13, 20, 25, 41, 44(2); XVI, 44; XVII, 88; XVIII, 4, 6, 10, 12, 15-16, 25-26; XX, 80, 86, 117, 212, 270; XXI, 48; XXII, 183, 190-2, 254⁴⁴; XXIV, 241, 243-4, 246, 250; *Fábrica e Capelas* I, 15; *Confraría do Crucifixo*, 1, 8; posiblemente *Sección B*, mazo 4, fols. 311, 320, 328, 331; mazo 39 e mazo 43, fol. 205; López Carreira, 2004, 26; Seca, 1926, 472-5). Despois segue habendo documentos en galego en 1500 (7), 1501 (2), 1502, 1503 (2), 1504 (2), 1505, 1506 (2), 1508 (3), 1511 (5), 1512, 1513 (7), 1514 (3), 1516 (5), 1518, 1525 e 1528 (*Escrituras* II, 14; III, 3, 5, 10; V, 35; VI, 14; VII, 1, 10, 13, 23, 26, 64rv; XII, 92; XIV, 127-8; XVII, 100; XVIII, 8-9, 11, 18, 21; XIX, 227, 372; XX, 1, 5-6, 63, 87, 102, 116, 125; XXII, 187, 197, 354; XXIII, 1, 143; *Fábrica e Capelas* I, 33-34, 40-41; *Clérigos de Coro*, 2, 94), posiblemente xunto a outros de 1502, 1511 e 1515 (*Sección B*, mazos 28, 44, 113). De Ourense podemos citar máis documentación. Así, de 1400 a 1459 e de 1460, 1462, 1464⁴⁵, 1465 (4), 1467 (numerosos), 1468, 1469, 1472, 1479, 1484, 1493 e 1497 (López Carreira, 1991, 179-218; 1992b, 27-30, 41, 49-52, 55-56, 87, 90-92, 92-94, 97, 98-101, 103, 105-8; *DACO*, 1917, 429-30, 433-6, 437-9, 440-2, 444-6, 458-61, 463-4; *DACO*, 1923, 14); en 1469 hai unha sentenza dun Rexedor e executor maior da Santa Irmandade (García Oro, 1977, 249-51); numerosísimos de tódalas décadas ata 1476, 1480, 1484, 1487, 1490, 1491 e 1498 (Leirós, 1953-1954, 59-62, 64-78, 79-97, 99-102; Ferro Couselo, 1967, II, 160-1, 197-201, 202-21, 233-7, 365-9, 443-5, 476-7; López Carreira, 1998a, 637-98). Nos *Padróns* da cidade úsase o galego

⁴³ Duro Peña, 1973, núm. 1473, di que é de 1483, pero é de 1462.

⁴⁴ Duro Peña, 1973, núm. 1485, di que é de 1486, pero é de 1496.

⁴⁵ Castro/Martínez Sueiro, 1917, 440, din que é de 1469, pero poñen ano "MCCCCLXIII".

desde 1428 ata 1487, así como en 1498 (López Carreira, 1995, 17-152, 283), pois nos restantes alternan galego e castelán (cf. §§ 17.2.3, 17.9.4). Como é normal, o *Libro de Notas de Álvaro Afonso* de 1434 está en galego (López Carreira, 2000) e tamén o Rexistro do notario Xoán García de 1484 (López Carreira, 1992a; Fernández Gil, 1940, 287-8).

14.3.1. Pasando a outros lugares, no mosteiro de Santa Clara de Allariz hai un de 1488 (*AHN* 1430.12) e en San Miguel de Bóveda de 1402, 1420, 1435, 1446, 1455, 1458, 1467, 1473 e 1496 (*ACOu* 3306, 3716, 4007, 4245, 4417, 4459, 4723, 5408f; Ferro Couselo, 1967, I, 145-6; López Carreira, 1992b, 88-89); no de Celanova aínda hai numerosos de 1470 a 1479 (83 en Vaquero Díaz, 2004, núms. 593-4, 596-601, 604-8, 610, 612-5, 617-9, 622-30, 632-8, 640-1, 643-4, 646-65, 668, 670-3, 676-81, 683-92, 694; Lorenzo Fernández, 1942, 228-9) e despois de 1480 (12), 1481 (13), 1482 (13), 1483 (7), 1484 (12), 1485 (3), 1486 (11), 1487 (15), 1488 (14), 1489 (4), 1490 (9), 1491 (10), 1492 (6), 1493 (19), 1494 (14), [1491-1494], 1496 (2), 1497 (2), 1498, 1499 (2), 1500 (6), 1501 (3), 1502 (2), 1503, 1504 (2), 1505, 1506 (3), 1508, 1509 (3), 1510 (2), 1513, 1515, 1516 (2), 1518 (2), 1519, 1521 e 1525 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 699-707, 710-2, 714-25, 727, 730-2, 734-9, 742-3, 745-53, 755-66, 770, 772-3, 775-80, 782-3, 787-8, 790, 792[I-X]-795, 797, 799, 804, 806, 807[III-VI]-814, 816, 818-21, 823-6, 829, 831, 833, 835-6, 840-3, 845-8, 850-1, 853, 855-66, 868-79, 882-6, 888-92, 899, 901-2, 904-5, 918, 920, 924, 928, 950, 957-60, 962, 964, 966; *ACOu*, núms. 5415, 5430, 5432-3, 5438-9, 5464, 5490, 5493, 5516, 5521, 5532, 5539, 5579, 5597, 5599, 5600, 5637-8, 5689, 5726, 5729, 5733, 5760-1, 5772, 5795, 5851; Lorenzo Fernández, 1942, 229, 230⁴⁶); no de Lobás un de 1494 (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 145); no de Melón os últimos son de 1482, 1483, 1485 (2), 1489 (2), 1491 (2), 1492 (4), 1494 (2), 1495 (3), 1496 (5), 1497 (2), 1498 (3), 1499 (2), 1500 (5), 1503 (2), 1505 e posiblemente un de 1510 (*AHN* 1479.1-4,6-10,12-14bis,17-18; *Tombo de Fr. L. Pérez*, fols. 99r, 248v-9r; *ACOu* 5021, 5047, 5117, 5186, 5204, 5244, 5255, 5278, 5285, 5311, 5325, 5329, 5362, 5397, 5417, 5419, 5514, 5627; Cambón, 1958, núm. 990); no de Montederramo, ademais dos que presentan palabras ou frases en castelán ou formas híbridas, aínda temos no XVI documentos de 1502 (2), 1503, 1504 (2), 1505, 1510 (5) e 1517 (núms. 1808-9, 1811-4, 1832-3, 1837-8, 1840 e 1850). Dos referentes a Asadur publicáronse documentos de 1420, 1437, 1447, 1493 e 1499 (Duro Peña, 1973b, 342-50) e en Santa Comba de Naves temos de 1460 (8), 1461 (3), 1463, 1468, 1469, 1473 (2), 1474 (6), 1475 (2), 1477 (2), 1478, 1479, 1480 (4), 1481 (5), 1482, 1484, 1488, 1489 (2), 1492 (2), 1493 (3), 1494 (2), 1495 (8), 1496, 1498, 1499 (2), 1502, 1512 e 1513 (*ACOu* 4495, 4499, 4506, 4511, 4516-7, 4520, 4526, 4537, 4544, 4660, 4667, 4717, 4727, 4747-51, 4765, 4803-4, 4850, 4859, 4864, 4904, 4911, 4925, 4946-7, 4950, 4955, 4962, 4975, 4982, 5024,

⁴⁶ Este autor di que hai documentos en galego no *AHN* de 1520, 1529 e 1545 (pp. 230-1), pero o último habería que comprobalo.

5099, 5162, 5189-90, 5266, 5276, 5299, 5302, 5304, 5306, 5322-3, 5328, 5340-4, 5347, 5360, 5381, 5395, 5398, 5453, 5663, 5697; *AHN* 1507.14). No de Oseira está en galego a maior parte do Tombo de 1473 (Romani/Rodríguez Suárez, 2003)⁴⁷, no *AHN* temos documentos de 1481, 1482, 1483 (2), 1484, 1486, 1487 (7), 1488 (4), 1491, 1493 (4), 1497, 1498, 1501, 1504, 1506 e 1507 (*AHN* 1554.19-20, 1555.2-4, 8-12, 14-20, 1556.2-6, 9-10, 14-16, 18) e no *ACOu* numerosos das últimas décadas do xv (Leirós, 1951, *passim*) e aínda de 1490 (8, no de *ACOu* 5225 hai un engadido en galego en 1505), 1491 (4), 1492 (8), 1493 (5), 1495 (2), 1496, 1497 (3), 1500 (2), 1502, 1503 (3, un en Ferro Couselo, 1967, I, 211-2), 1504, 1505 e 1507 (2) (*ACOu* 5213, 5221, 5225-6, 5236-7, 5241, 5245, 5251, 5253, 5256, 5261-2, 5279, 5282-4, 5286-7, 5292, 5295-6, 5300-1, 5327, 5346, 5361, 5364, 5366-7, 5409, 5422, 5435, 5461-2, 5465, 5502, 5506, 5545, 5564), algúns dos últimos con castelanismos, xunto a outros posteriores híbridos. No de Ramirás hainos de 1472 (5), 1473, 1475, 1477, 1479 (2), 1481 (2), 1482 (3), 1483 (2), 1484, 1485 (2), 1486, 1487, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494 (2), 1496 (2)⁴⁸, 1497 (2) e 1499 (Lucas/Lucas, 1988, 596-602, 606, 607-9, 611; *Arq. Antealtares*, caixón 6, mazo 1-B, núms. 2-21, 24-29, 31-32, 34-36; Col. Blanco Cicerón, c. 137.52; Duro Peña, 1971, 73-74). En San Domingos de Ribadavia de 1454 (2), 1455, 1456, 1460 (2), 1463, 1470, 1472, 1483, 1490, 1494, 1503 (en traslado en castelán de 1522) e 1507 (2, un deles en traslado en castelán), os últimos castelanizados (Enríquez, 1987, 82-99; Pereira Martínez, 2001, 203-4); ademais, en 1438 o conde de Ribadavia dálle un poder en castelán (Losada/Soto, 1995, 59-60) ó seu recadador Abraán de León, pero os documentos deste de 1444, 1454, 1457 (2), 1459 e 1462 están en galego e todos eles reproducen o poder do conde en castelán (*id.*, 60-65). En Santa Cristina de Ribas de Sil hainos de 1438, 1444, 1466, 1478, 1482 (2), 1492 e 1499 (Fernández Suárez, 1974, núms. 125, 128-33; *ACOu* 4079, 4208, 5269, 5402) e en Santo Estevo de Ribas de Sil⁴⁹ de 1470 (2), 1473, 1474, 1475, 1476 (2), 1477 (2), 1478 (4), 1479 (3), 1480 (5), 1481, 1482, 1483 (3), 1484, 1485 (3), 1486 (2), 1487 (5), 1488 (2), 1491, 1492, 1493 (2), 1494 (2), 1498 (2), 1502, 1504, 1506 e 1511 (*ACOu* 4687-8, 4736, 4789, 4805, 4815, 4837, 4841, 4862, 4868, 4872, 4887, 4935-8, 4952, 5035, 5046, 5064, 5066, 5103, 5112, 5114, 5135, 5144, 5148-9, 5154, 5159-61, 5259, 5291, 5297, 5317, 5440, 5526, 5657; *AHN* 1563.2, 4, 6; *AHPOu* 33-41; Duro Peña, 1977a, 417-8). En San Pedro de Rochas os últimos son de 1480 (8), 1481 (8), 1482 (7), 1483 (2), 1484 (4), 1485, 1486 (3), 1487 (8), 1490, 1491 (2), 1492 (3), 1493, 1494 (2), 1495 (6), 1496 (3), 1497, 1498, 1500 (2), 1502 (2), 1504 (3), 1505 (3), 1506 e 1514 (*ACOu* 4915-6, 4922-4, 4942-4, 4964, 4979-80,

⁴⁷ Este texto tamén contén bulas papais (Romani/Rodríguez, 2003, 5-6), privilexios reais que non transcriben (*id.*, 6-9), o “Rotello Vello” en latín (*id.*, 11-23) e unha copia do “Tombo Vello”, escrito anteriormente en galego (*id.*, 25-54).

⁴⁸ Lucas/Lucas, 1988, núms. 550, 559 (pp. 608, 611) poñen o mesmo documento coas datas 1992 e 1996.

⁴⁹ Duro Peña, 1972a e 1977, pon numerosos documentos sumariados para Ribas de Sil e Rochas, polo que ti ven que consultar directamente a documentación do *ACOu*.

4983, 4988-9, 4991, 4997-9, 5006, 5023, 5029-30, 5046, 5065, 5071, 5088, 5106, 5124-5, 5129, 5138, 5140-1, 5147, 5151-3, 5158, 5248, 5267-8, 5273, 5293, 5305, 5320, 5329-33, 5337, 5353, 5357-8, 5370, 5389, 5411-2, 5434, 5456, 5486-7, 5494, 5507, 5509-10, 5518, 5704 e 2 sen número; *AHPou*, Libro 226 e Pergameos). En San Clodio do Ribeiro⁵⁰ hainos de 1480 (2), 1481, 1482 (3), 1483 (2), 1484 (2), 1485, 1487 (2), 1489 (3), 1490 (3), 1491 (2), 1494 (10), 1495 (2), 1496 (7), 1497 (4), 1498 (5), 1499 (6), 1500 (3), 1501, 1502 (4), 1504 (7), 1505, 1506 (3), 1507 (2), 1508 (3), 1510 (4), 1511, 1512 (3), 1514, 1515 (3), 1516 (3) e 1517 (2) (Lucas/Lucas, 1996b, 703-6, 707-10, 713-8, 719-43; *ACOu* 4949, 5042, 5312, 5423-4, 5426, 5446, 5455, 5457, 5483-4, 5488, 5491, 5500-1, 5504-5, 5520, 5538, 5546, 5551, 5577, 5580, 5594, 5620-1, 5627, 5640, 5655, 5672, 5678-9, 5682, 5705, 5714, 5724-5, 5735, 5737, 5739, 5743, 5756; *ACOu* H.7,9,15); en 1464 Marina Bernáldez deixa bens a este mosteiro no seu testamento (*CDH*, III, 199-202) e no *ACOu* hai outros dos que Leirós chamou “documentos particulares” de 1482 (2), 1488, 1491, 1498 e 1508 (*ACOu* 5034, 5036, 5164, 5255, 5388, 5570). En Sobrado de Trives os últimos son de 1450, 1455, 1459, 1460, 1462, 1463, 1464, 1466 (3), 1467, 1468 (3), 1471, 1472 (2), 1473, 1475 (3), 1476 (2), 1477, 1481 (3), 1482, 1483 (2) e 1494 (Martínez Sáez, 1989, núms. 292, 299, 307, 309, 312, 315, 320, 324-5, 329, 331-4, 337, 339-40, 342, 344-7, 349, 353, 356-9, 361-2, 371)⁵¹. En Vilaza hai un de 1489 (Duro Peña, 1986, 446-8); en Xunqueira de Ambía de 1461, 1463, 1467, 1475, 1478, 1481, 1482, 1486 (2), 1493, 1496, 1500 e 1508 (*ACOu*, X. de A., núms. 62, 65-72, 74-76, 79) e en Xunqueira de Espadañedo de 1470 (2), 1475 (2), 1478, 1479, 1480 (2), 1482 (2), 1484 (3), 1488, 1489 (4), 1490 (3), 1491, 1492, 1493 (2), 1494 (3), 1495 (4), 1496, 1499 (2), 1500 (3), 1505 (2), 1506, 1507 (8) e 1510 (Pereira Ferreiro, 1979, núms. 37-50, 52-57, 59-74⁵², 76-77, posiblemente tamén o 78, de 1506; están comprobados os de *ACOu* 4325⁵³, 4680, 4685, 4779, 4786, 4877, 4902, 4928, 5017, 5084, 5095, 5182, 5194, 5196, 5207, 5218-20, 5252, 5272, 5303, 5310, 5315, 5321, 5326⁵⁴, 5335, 5345, 5355, 5394, 5416, 5418, 5512-3, 5553-60, 5623).

14.4. En Pontevedra, o *Minutario*, que vai de 1433 a 1435, está todo en galego (Rodríguez González/Armas, 1992), mentres que o *Libro do Concello*, que está escrito na súa maior parte en galego, con documentos nesta lingua de 1431 a 1461 –entre eles do arcebispo Álvaro de Isorna de 1448 e de Álvaro de Soutomaior de 1460 (Rodríguez

⁵⁰ Incomprensiblemente Lucas/Lucas, 1996b, deixan sen transcribir documentos de finais do XV e numerosos do XVI que tiven que consultar no *ACOu*. Non atopei os núms. 5404-5 e 5425 de 1499 (2) e 1502.

⁵¹ Martínez Sáez di que están en galego documentos de 1496, 1497, 1500, 1508 e 1513 (Martínez Sáez, 1989, núms. 373, 378, 380, 396, 411), pero non os transcribe porque se len mal ou resultan ilegíbles. O máis probable é que sexan documentos híbridos (cf. § 17.8).

⁵² O núm. 75 de Pereira Ferreiro, 1979, de 1504, é de Montederramo.

⁵³ Leirós, 1951, di erroneamente que é de 1449 e Pereira Ferreiro, 1979, núm. 43, de 1479, pero é de 1489.

⁵⁴ Pereira Ferreiro, 1979, non cita este documento de 1495. Tamén pon no núm. 51 como de 1486 un de *ACOu* 5941 que é de 1536.

González, 1989, 189-90, 222-5)—, intercala numerosas cartas en castelán (§§ 15.4.1 e 7, 17.9.3). Xunto a estes libros temos en San Domingos documentos de 1433, 1451, 1483 e 1491 (López Carreira, 1999, núms. 12-13, 22; Pardo, 1942, 68-69); en Santa Clara de 1466, 1469, 1471, 1473, 1476, 1483 e 1492 (*AHN* 1856.6,14, 1857.3-6bis); tamén podemos citar outros documentos de 1458 e 1468, en 1474 (en copia de 1475) o preito-homenaxe do escudeiro Álvaro Veloso ó arcebispo Afonso de Fonseca, en 1482 as ordenanzas da confraría de San Xoán, en 1490 un testamento confirmado por un notario en 1491, no mesmo ano outros dous, en 1491 o testamento do rexedor Gonzalo López de Montenegro, en 1493 un foro do concello a outro rexedor, outro documento en 1496 e en 1517 o aforo dunha casa que fai Pedro Prego, rexedor da cidade (*CDH*, I, 240-3; IV, 70-73; “Documentos”, 1951, 140-2; Armas Castro, 1992, 373-4, 376-81; López Carreira, 1999, núms. 16-17, 27). De máis importancia é o *Tombo do Hospital de Santa María do Camiño*, con 55 documentos que van desde 1388 a 1596, pois nel están en galego desde 1388 ata 1456, dous sen data (Comesaña, 1995, núms. 1-21, 24, 27, 52-53, 55) e ademais de 1464, 1485, 1487, 1489, 1492 (2), 1500 (2), 1502, 1503 (3), 1504, 1506, 1508 e 1509 (*id.*, núms. 22-23, 26-28, 30-33, 35-39, 45), así como o final, onde lemos “Anno de mill e quinientos e nobenta e seys anos, çinquo días d’abril, por ante mi, Sancho Gago, notario, aforaron os laserados de Santa María do Camino a Álvaro Nunes Pereira e a súa muller María Eanes por tempo de súas vidas e tres voses o terratorio e vinna que está a par da orta do espytal cada un anno por dose mrs. vellos das ... por ... a qual jas e está enno libro da...” (así na lectura de Comesaña); ó que debemos engadir unha nota de 1541 a un documento de 1503 que di “Este foro de arriba traspasose en Bieyto Afonso, pasó la traspasación por ante Gonçal Rodrigues, notario, este ano de mill quinientos e corenta e un anos” (Comesaña, 1995, núm. 40), textos que indican que en 1541 e, especialmente, en 1596 aínda podemos atopar un curto texto en galego. Xunto a este tomo do Hospital hai outro libro que merece destacarse. Trátase do *Tombo do Hospital dos Pobres de Tui*, que contén unha introducción e 45 documentos en galego desde 1436 a 1490, entre eles de 1457 (2), 1458 (2), 1472, 1474 (2), 1475 (2), 1476, 1483 (4), 1484, 1485, 1487, 1488 (2) e 1490 (este con algún caso de grafías *nh*, *lh* e tamén *h* por *ll*) (Sánchez Carrera, 1997, 306-56; Maure Rivas, 2005, núms. 25-34, 36-45), porque, como dato digno de mención, este *Tombo* presenta unha pequena introducción bilingüe de 1553, con oito liñas en latín e once en galego (Maure Rivas, 2005, núm. 0-A). Un terceiro texto de maior relevancia, pola súa extensión, é o que se atopa nas constitucións da confraría de Santa Tegra, feitas en 1591, cunha boa parte en galego e outra en latín (Murguía, 1912).

14.4.1. En Tui temos máis documentación, pois están en galego os Libros I-VI do notario Xoán Rodríguez de Tui, con foros de 1418 a 1449 (Corrales, 1981, Apéndice; Saavedra, 1982; *ACT*) e documentos de 1434 (3), 1435 (6), 1449, 1451 (2), 1458, 1460 (5), 1461 (3), 1463 (3), 1464 (3), 1467 (8), 1468, 1471, 1473 (2), 1474, 1475 (3), 1480, 1482, 1485, 1490 e 1492 (3) (Galindo Romeo, 1923, núms. xxv, xxix/v-viii; Domin-

guez Fontela, 1922, 468-73; López Carreira, 1992b, 85, 86-87; Vila-Botanes, 2001, 280-95, 297-302, 305, 313, 316-21) e un texto de portaxe que mandou escribir o bispo Diego de Muros entre 1471-1487 (Gómez Sobrino, 1985, 150-2). Se pasamos a outros lugares, de Baiona temos documentos de 1409 a 1421, escritos no mesmo libro que contén o *Tratado de Alveitaría* (Domínguez Fontela, 1939-1940, 116, 233-40, 257-60), e pergameos conservados no *ADT*, entre eles de 1451, 1456, 1459 e 1468 (Sánchez Carrera, 1997, 400-7); en Cangas e no Morrazo de 1454, 1468 (2), 1488, 1491 e 1493 (López Carreira, 1992b, 110-2; 1999, núms. 14, 18-19, 23-25); en Vilanova de Arousa de 1467 (López Carreira, 1992b, 88); en 1454 o testamento de Pai Gómez de Soutomaior (*CDGH*, 460-71; López Carreira, 1999, núm. 15), en 1473 o de Fernán García Barba de Figueroa (*CDGH*, 27-34), en 1474 un documento no que fan as paces o arcebispo Afonso de Fonseca e Pedro Álvarez de Soutomaior, mariscal de Baiona, conde de Camiña e vizconde de Tui (García Oro, 1977, 253-5); en 1476 un autógrafo deste conde (Domínguez Fontela, 1924, 150-1), no mesmo ano un seu testamento (Lis Quibén, 1950, 131-4) e en 1486? outro testamento de D. Pedro, conde de Camiña, trasladado en 1504, testamento e traslado feitos en Frazon (= Frazão) por “tabeliõs” de Refoios, “término da çibdad do Porto”, que están escritos en galego con algún castelanismo e que aparecen copiados no século XVI (Simancas, Consejo Real, mazo 478, fols. 127r-131r)⁵⁵; en 1485 o testamento do Mariscal Sueiro Gómez de Soutomaior (*CDGH*, 35-58), en 1497 un documento de D^a Sancha de Lobeira, muller de D. García Sarmento, señor de Sobroso (López Carreira, 1999, núm. 28) e en 1517 o foro dos lugares de Poio Pequeno (“Documentos”, 1951, 145-9).

14.4.2. En mosteiros da provincia, no de Angoares hainos de 1415, 1416, 1443, 1445 e 1447 (Iglesias Almeida, 1992b, 125-31); no de Aciveiro de 1421 (2), 1427, 1488, 1509 e 1511 (Vaquero Díaz, 1999, núms. 3-8); no de Armenteira bastantes das décadas dos sesenta e setenta (*AHN* 1779.2-18; García Miraz, 1984, 231-63; López Carreira, 1999, núm. 21) e aínda de 1483 (3), 1484, 1487, 1488, 1491, 1493, 1494, 149...?, 1499 (2), 1500 e outro de 15...? (*AHN* 1749.3,8, 1762.6, 1779.20-22, 1780.1-5,7-8,10-12; non se ve na copia a data de 1780.13,15-20; García Miraz, 1984, 266-82); en Camanzo de 1451, 1452, 1458, 1460, 1462, 1491 e 1494 (Lucas, 1978, 371-4, 376), pero como este editor non transcribe os documentos, non sabémo-lo estado da lingua nos últimos e tampouco sabemos en que lingua están escritos outros de 1472, 1476, 1478, 1482, 1483, 1484, 1487, 1490?, 1497 e 1499 (2) (*id.*, pp. 374-6, 376, 377-8); en Carboeiro de 1463 (2) e 1493 (2) (*ACS*, mazo 425, fols. 68r-69r, 70r-71v, 278r-9r; *AHD*, *San Martiño*, c. 57.24); en Santa María da Franqueira os últimos en galego son de 1491, 1504 (2) e 1511 (2) (*AHN* 1786.1,4-5,8-9; tamén os núms. 7 e 10, dos que non se le a data na fotocopia), xunto a algúns híbridos; en Lárez unha carta do abade (*EMP*, 22-23, 1951,

⁵⁵ Agradézolles a Miguel Romaní e a María do Pilar Rodríguez que me facilitasen unha copia destes documentos.

145-9); en Oia están en galego ata 1495 e despois temos de 1495 ou 1496, 1497, 1498 (2) e 1504 (*AHN* 1489.17,20, 1850.3-4,18); no de Poio hainos ata a década dos setenta (*AHN* 1871.13-19) e despois de 1481, 1483, 1485, 1488 (2), 1492 (2), 1498, 1501?, 1519 (3) e 1529 (*AHN* 1871.20, 1872.1-6,8,11,17-19,21); no de Tomiño de 1443, 1445 (2), 1450 e outros (Iglesias Almeida, 1992a, 83, 101-2).

15. Xa nas últimas décadas do XV, e ás veces antes, a lingua dos documentos en galego vai perdendo categoría como lingua escrita pola presión do castelán. Esta presenza do castelán viña de vello, pois comezou no propio século XIII con Fernando III, que se dirixe ós composteláns nesta lingua en 1250 (5) e 1252, mesmo cando desde Compostela lle escriben en latín en 1252 (López Ferreiro, 1895, 193-4, 221, 227-8, 229-30, 232-4, 236, 241-2; González Vázquez, 1996, 305-7; González Balasch, 1987a, núms. 206, 208-9; Monteagudo, 1985, 93; 1999, 115) e a Tui en 1250 (Vila-Botanes, 2001, 256-61) e que xa en 1247 e 1250 manda documentos a Santiago, en 1248 a tódolos concellos de Galicia e en 1248 e 1249 á Coruña que empezan en latín (indicación do nome do rei e dos seus reinos), para pasar despois ó castelán e rematar coa data en latín (López Ferreiro, 1895, 247-9, 249-50; González Balasch, 1987a, núms. 203, 207; González Garcés, 1987, 486-90; Marquina, 1909, 385-7). Despois con Afonso X esta presenza aumentou considerablemente. Este rei, coñecedor do galego e autor de cantigas nesta lingua, cando manda cartas a Galicia, fáino en castelán, a lingua que el tratou de potenciar e da que foi o primeiro grande impulsor. Así ocorre con bastantes privilexios que moitas veces representan para algúns mosteiros os primeiros documentos que aparecen en romance. Temos documentos de 1252 da catedral de Ourense, Carboeiro e Celanova (*ACOu*, *Libro Grande*, 16v-17r; *AHN* 1784.13; Lucas, 1958, 562-3, 622; Lorenzo Fernández, 1942, 212), de 1252 e 1254 de Sobrado (*AHN* 542.1; González Garcés, 1987, 640); de 1255 da Coruña (González Garcés, 1987, 490-4), Carboeiro (*AHN* 1784.14; Lucas, 1958, 563-4; 1999, 944-5), Celanova (4) (Vaquero Díaz, 2004, núms. 54-57; Lorenzo Fernández, 1942, 211-2, 213-4), Melón (Soto Lamas, 1992, núms. 145-8; Cambón, 1958, núms. 526-7, 533, 535, 554-5; *AHN* 1447.3-14, 1448.3-4), Montederramo (núm. 188), Moraime (Lucas, 1975b, 634-5; 1999, 1103), Santa Comba de Naves (*AHN* 1506.10; Vázquez Núñez, 1905, 354-6), Oseira (2) (Romaní, 1989, 698-702), catedral de Ourense (*Privilexios* III, 21; *Escrituras*, XII, 115; *DACO*, 1917, 73-74, 174-8), Pedroso (Cal Pardo, 1984, 245), Ribas de Sil (Duro Peña, 1977a, 284-5), San Clodio do Ribeiro (Lucas/Lucas, 1996b, 310), Sobrado (*AHN* 542.8), Toxos Outos (Pérez Rodríguez, 2004, núms. 36-38) e tamén de San Martiño dos Piñeiros (*AHUS*, Clero, S. M., perg. núm. 56). Despois achamos documentos do rei de anos posteriores: en Bergondo (Lucas, 1999, 889), Oseira (Romaní, 1989, 722-4) e Ribadavia (Meruéndano, 1908, 197-8; 1909, 379-80) de 1256; na Coruña de 1256 e 1281 (González Garcés, 1987, 487-90, 494-8); en San Martiño dos Piñeiros de 1256 (Lucas pon erroneamente 1254) e 1268 (Lucas, 2003, 269-70, 283-4); na catedral de Ourense de 1256, 1258 (2), 1259, 1263 (2)

e 1281 (*Escripturas* XII, 12; *Privilexios* III, 23, 25-26, 32; IV, 40; *DACO*, 1917, 178-84, 186-91, 195-8; Martínez Sueiro, 1910, 73-79); en Allariz de 1258 e 1263 (Marquina, 1909, 332; Vázquez Núñez, 1908, 208); en Monfero de 1258 (3), 1261, 1268, 1269 e 1274 (López Sangil, 2002, 683-6); en Melón de 1258 (2), 1265, 1268 e 1281 (Soto Lamas, 1992, núms. 161, 181; Cambón, 1958, núms. 588, 655, 695, 803; Villa-Amil, 1909, 400-1; *AHN* 1449.4, 1451.9); na catedral de Mondoñedo de 1258, 1260, 1271 e 1274 (Cal Pardo, 1990, 28, 30-31; 1999, 58-60, 62-64)⁵⁶; en Chantada tres de 1259 (*AHN* 1067.10-12; González Balasch, 1997b, 70-72); en San Paio de Antealtares de Santiago de 1261 (2) e 1270 (Lucas, 1999, 541-2; 2001, 199-200; *AHN* 521.19); en Bribe de 1264 (Lucas, 1999, 909); en Pontevedra de 1264 (Fernández Villamil, 1942, 138-41); en Santa Cristina de Ribas de Sil de 1265 e 1276 (Fernández Suárez, 1974, núms. 13, 17; Vázquez Núñez, 1904, 292-4); en Samos de 1266, 1268 e 1277 (*AHN* 1244.1.8, 1245.20; Grassotti, 1980, 370-1); na catedral de Lugo de 1267, 1269 e 1270 (Mosquera Agrelo, 2002, núms. 30-32; *AHN* 1334.13); en Oia de 1268 e doutros anos (*AHN* 1803.3,13-14,18); en Ferreira de Pallares de 1268 e 1281 (Rey Caíña, 1993, núms. 229, 313); en Val de Luaces (*CDH*, I, 153-4) e Toques (Lucas, 2001, 285) de 1270; en Vilanova de Lourenzá de 1272 (*AHN* 1108.1); en Vilar donas de 1272 e 1278 (Novo, 1986, núms. 46, 55); en Celanova de 1274 e 1281 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 67, 72); en Montederramo de 1274 e 1276 (núms. 326, 373) e outro de 1276 en que actúa Xoán Gato no seu nome (número. 372); en Naves de 1278 (*AHN* 1506.11) e en Caaveiro de 1281 (2) (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 355-6; Zaleska, 1996, 79-82). En relación con Santiago podemos citar outros moitos privilexios de Afonso X: de 1252 (2), 1253 (4), 1254 (3), 1255 (7), 1256 (2), 1258, 1260, 1261, 1263 (2), 1264 (5), 1265, 1267 (5) e 1281 (López Ferreiro, 1895, 206, 209, 210, 211-2, 213-4, 214-5, 215, 220, 222-3, 226, 228-9, 251-60, 264-77, 279-80, 280-2, 282-9, 290-1, 292-3, 293-4, 294-6, 296-7, 299, 300, 300-1, 301, 302, 357, 358, 363-88, 481-2; *HIS*, v, 91-93; *CDGH*, 409-11; González Balasch, 1987a, núms. 210-1, 213-5, 219-21, 224-7, 230, 236, 242-4, 249; *Los Reyes*, 1988, núms. 20-21; González Vázquez, 1996, 307-15; Lucas, 1998, 316-8; cf. Monteagudo, 1999, 116). En 1246, cando era infante, dálle á Orde Hospitalaria un lugar e escribe en castelán, se ben a referencia á data e ós confirmantes está en latín, pero a confirmación do privilexio que fai en 1255 está xa toda en castelán (*CDH*, I, 183-4). En latín está, en cambio, unha carta do rei de 1254 (González Balasch, 1987a, número. 218).

15.1. A partir del xa seguen tódolos seus sucesores enviando documentos en castelán a Galicia, tanto ós mosteiros coma ás catedrais ou a calquera institución. Así o fai Sancho IV, inclusive cando era aínda infante e estaba en Galicia: Barral, 1998, 387-8; Cal Pardo, 1984, 247-8; *id.*, 1990, 32-33; *id.*, 1999, 67-68; Cambón, 1958, número. 729, 768, 858; *CDH*, I, 88-89; II, 266-72; Duro Peña, 1977a, 292-4; Fernández de Viana/González

⁵⁶ En relación con Viveiro Cal Pardo, 1991, 82-86, transcribe cartas de 1258 (2) e 1260.

Balasch, 2002, 358; Fernández Suárez, 1974, núms. 27-28; Fernández Villamil, 1942, 79-84; Galindo Romeo, 1923, núm. XXI; García Oro, 1987, 57; González Balasch, 1987a, núms. 255, 258-62, 265-9; González Garcés, 1987, 466-8, 484-6, 487-90, 500-2, 504-11, 639-41; González Vázquez, 1996, 315-7; Iglesias Almeida, 1992b, 123-4; López Ferreiro, 1895, 389, 390-2, 392-3, 482-3, 527-8; *id.*, *HIS*, v, 110, 112-3, 123-5; López Sangil, 2002, pp. 687-9; Lorenzo Fernández, 1942, 213-4; *Los Reyes*, 1988, núm. 22; Lucas, 1958, 630-1; *id.*, 1999, 171, 542, 1040; *id.*, 2001, 200-1; *id.*, 2003, 304-6; *id.*, 2004, 682-4; Lucas/Lucas, 1988, 433-4, 437-8; Martínez Sáez, 1989, núms. 65, 69, 91; Mosquera Agrelo, 2002, núms. 33-36; Novo Cazón, 1986, núms. 57, 61; Pallares/Portela, 1971, 123-4; Porta, 1986, 256-7; Rey Caíña, 1993, núm. 347; Romaní, 1989, 1123-6, 1128-9, 1156-7; Soto Lamas, 1992, núm. 215; Suárez Cardeso, 1955, núms. 62-63; Vaquero Díaz, 2004, núms. 74-75, 79, 81-85, 87; Vázquez Núñez, 1900, 276-7. Engadamos outros de Allariz (*AHN* 1429.4.8-9 e *SCA*, 1986, 19), Caaveiro (*AHN* 491.10), Chantada (*AHN* 1067.21-23), catedral de Lugo (*AHN* 1334.14-15), Oia (*AHN* 1807.20, 1810.8), catedral de Ourense (*Privilexios* III, 27, 30, 31, 33-38; IV, 21, 41; *DACO*, 1917, 85-87, 212, 216-7, 218-22, 223-4), Melón (*AHN* 1451.19, 1452.12, 1472.5), Poio (*AHN* 1861.17), Samos (*AHN* 1247.2-5), San Martiño dos Piñeiros (*AHUS*, Clero, S. M., perg. núms. 57-58; *AHN* 514.2), San Paio de Antealtares (*AHN* 522.8), Sobrado (*AHN* 544.3-5.8), Dominicos de Tui (*AHN* 1874.5), Vilanova de Dozón (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 109) e Vilanova de Lourenzá (*AHN* 1108.3-5, 12, 18-19).

15.1.1. Despois aparecen documentos de Fernando IV, D^a María de Molina, Afonso XI, Pedro I, Henrique II, Xoán I, Henrique III, Xoán II, Henrique IV, os Reis Católicos, D^a Xoana ou Carlos I enviados a tódalas catedrais e mosteiros e a moitos concellos e nobres. Véxase, por exemplo, Abad Mitrado de Samos, 1942, 50-53; Alonso, 1898, 53-55; *id.*, 1907, 157-60; *id.*, 1910, 21-22; *id.*, 1913, 263-5; Arias, 1984, 326-34, 340-2; Armas Castro, 1992, 321-2, 325-6, 329-31, 370-3, 388-9; Barral, 1998, 438-9, 445-6, 448, 455-6; Cabana Outeiro, 2003ab, núms. 84-85inv; Cal Pardo, 1984, 249-50, 262, 264-7, 286-7, 306-7; *id.*, 1985, 62-63; *id.*, 1990, 36, 37, 41, 41-42, 43, 45, 47, 48, 49, 53-54, 55, 56-57, 58-59, 59-60, 63, 64-65, 65, 66, 69, 81, 83, 86, 91, 92-93; *id.*, 1991, 104-5; *id.*, 1999, 82-83, 84-86, 97-98, 99-100, 105-10, 113-5, 120-7, 128-9, 131-2, 152-63, 180-5, 196-203, 217-20, 232-5, 237-8, 247-9, 262-85, 363-72, 405-13, 425-6; Castro, 1983, 52, 53-54; *CDH*, I, 44-45, 69-72, 90-93, 101-3, 110-1, 123-4, 136-9, 147-9, 164-5, 185-7, 208-10, 235-9, 257-8, 267-70, 287-9, 291-4, 303-5, 317-21; *CDH*, II, 152-3, 194-7, 202-6, 275-7, 294-5; *CDH*, III, 3-6, 60-61, 72-77, 117-8, 120-1, 126-31, 146-8, 153-4, 161-2, 174-5, 184-6, 284-5; *CDH*, IV, 63-69; Deaño, 2004, 176-7; “Documentos San Francisco”, 339-40, 342-3; Domínguez Fontela, 1912, 248-50; *id.*, 1924, 141-9; *id.*, 1937, 193-9; *id.*, 1938, 298-302; Fernández de Viana, 1992, 169-70; Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 372-5, 384; Fernández Suárez, 1974, núms. 32-34, 36-38, 40, 42-43, 48-50, 69-72, 84-85, 88-99, 106; Fernández Suárez, 2002, 287-9, 298-300, 392-3, 410-24, 492-5, 512-3, 527-9, 535-6; Fernández Villamil, 1942, 93-6,

141-62; Galindo Romeo, 1923, núms. XXII, XXIV; García Oro, 1986, 16-17; *id.*, 1987, 57; *id.*, 1994, 204-6, 207-9, 21 5-7, 221-2, 223-4, 225-6, 229-35, 238-41, 242-5, 248-63, 264-70, 273, 279-84, 287-93, 294-6, 297-306, 309-11, 313, 315, 317-8, 319, 320-2, 328, 330-2, 352-3, 364-91, 394-5, 398-403, 404-6, 407-9, etc.; García Oro/Nóvoa Gómez, 2000, 78-80; García Oro/Portela, 1998, 129-32; *id.*, 1999, 169-72, 177; *id.*, 2000a, 161-5, 165, 168-79; *id.*, 2003, núms. 1, 6, 11-12, 19-20, 31; González Balasch, 1987a, núms. 270-2, 275-7, 279, 281-92, 294-8, 301-4, 306-11, 313-4, 316, 320-3, 326-7, 329, 337-43, 346-7, 353-4, 356-7, 360, 365, 368; González Garcés, 1987, 507-11, 512-34, 536-43, 546, 549-51, 565-80, 591-600, 604-7, 609-13, 626-34, 641-2, 646-8, 654-72; González Pérez, 1983, 122; González Vázquez, 1996, 317-43; Graña, 1990, 169, 198, 247; Leirós, 1940, 247-50, 316-8; *id.*, 1941a, 87-89; *id.*, 1941-1942, 152-4; *id.*, 1956, 183-236; López Carreira, 1992b, 92, 96; López Ferreiro, 1895, 309-10, 311, 312-3, 313-4, 314-5, 325-6, 337-41, 348-9, 394, 395-6, 396-7, 414-5, 416-7, 419-21, 422-5, 429-30, 436, 449-50, 458-9, 462-4, 469-71, 484-5, 528-9, 531-2, 532-3, 533-4; *id.*, *HIS*, v, 146-9; López Sangil, 2002, 689-702; Lorenzo Fernández, 1942, 212, 214-7, 217-9; *Los Reyes*, 1988, núms. 23-35, 37-40; Losada, 1992, núms. 289, 294, 315-6, 411, 450, 470-1, 478, 480, 484, 485; Lucas, 1958, 572-3, 574-5, 635, 637, 638; *id.*, 1975b, 635, 638-40, 643; *id.*, 1999, 175, 177, 181, 389, 395, 401, 403, 404, 411, 412, 413, 425, 428, 432, 441, 544, 545, 546, 548, 550, 552, 576, 643-4, 672, 676, 678, 679, 684, 688, 691, 821, 823, 884, 886, 909, 910, 947, 949, 1001, 1007, 1017, 1019, 1041-2, 1042-3, 1044, 1045, 1047, 1065, 1068-9, 1078, 1083, 1097, 1103-4, 1105-6, 1106, 1107, 1108, 1119, 1123, 1124, 1125, 1126, 1128, 1139, 1186, 1207, 1208, 1209; *id.*, 2001, 201-12, 221-2, 240-6, 270, 272-3, 285-6; *id.*, 2003, 313-4, 317-25, 326-44; *id.*, 2004, 688-93, 695-704, 716-9; Lucas/Lucas, 1988, 452-4, 469-70, 532-3, 602-5; *id.*, 1996a, 132-3, 135-6; *id.*, 1996b, 464, 558, 710-2; Mariño Veiras, 1983, 135, 341, 403; Martínez Sáez, 1989, núms. 189-90, 365; Mayán, 1971-1972, 31-34; Meruéndano, 1908, 192-202; 1909, 379-85; Mosquera Agrelo, 2002, núms. 39-42, 44, 46-47, 49-59, 61, 63-65; Novo Cazón, 1986, núm. 194; Pardo de Guevara, 2000, II, 28, 31-35, 43-46, 48, 52, 54-61, 69, 71-75, 79, 86-102, 105-6, 107-8, 109-15, 117, 119-24, 164, 167-8, 170, 175-8, 181-6, 205-13, 219-20, 227, 232-4, 236-8, 240, 243-5 [tamén de Álvaro de Luna, *id.*, 68, 117-8]; Portela/García Oro, 1997, núms. 26, 30, 109, 111, 121, 160-1, 216, 264, 283, 413-4, 416, 469, 576, 590, 610, 636, 642, 674, 705-6, 716, 726-7, 744-5, 791, 802-3, 814, 816, 824, 830-1, 840, 884, 888; Portela, 1998, 25-27, 37-38, 107-8; *Privilegios*, 1965, núms. IV, VIII; Puga, 1943-1944, 235-8; Rey Caiña, 1993, núms. 469, 517-8, 544, 570-1; Rodríguez González, 1989, 76-80, 81-83, 101-2, 113-7; *id.*, 1992a, 137-40, 142-5, 169-71, 184-8, 245-52, 265-6, 276-7, 279-83, 283-4, 285-9, 299-302; Rodríguez Núñez, 1989, 472-8; *id.*, 1990, 146-52; *id.*, 1993b, 41, 44-45, 69-70, 94-95, 111-2; *id.*, 1993c, 312, 318-20; Romani, 1989, 1243-4, Romani e outros, III, 1993, 4-6, 61-62, 73-77, 96-99, 111, 155-6, 187-9, 191-2, 232-4, 282-3, 285-6, 362-3, 364-7, 372-5; *id.*, IV, 2003, 99-101, 363-5; Suárez Cardeso, 1955, núms. 64-69; Vaamonde Lores, 1909a,

76-78; *id.*, 1913-1914, 155-9, 184-6; *id.*, 1914-1915, 64-66, 156, 158-9, 201, 286-7; *id.*, 1915-1916, 86-90, 138-41, 181-2; *id.*, 1916-1917, 47-49, 216-8, 259-60; Vaquero Díaz, 2004, núms. 94, 96-100, 102-3, 111-3, 120-1, 128-9, 145-6, 184-5, 187, 210, 212-3, 218, 228, 250, 253, 284, 408, 426, 576-7, 708, 784-5, 789, 898, 923, 927; Vázquez López, 1997, 214-5, 218-9, 220-3, 225-8, 229, 230-6, 239-47, 275-8, 285-8; Vázquez Núñez, 1898, 69-70; *id.*, 1900, 276-7; *id.*, 1901, 353-5, 374-5, 393-4; *id.*, 1902, 30-31, 44-48; *id.*, 1903, 197-202; *id.*, 1904, 310-1; *id.*, 1905, 324-7; *id.*, 1906, 25-28, 30-32, 46-47; Vila-Botanes, 2001, 262-8.

15.1.2. Outras cartas que non citan estes autores foron enviadas a Allariz (*AHN* 1429.17, 1430.3, 7-8, 11, 13 e *SCA*, 1986, 22), San Paio de Antealtares (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, *Papeis varios*, 2; *AHN* 523.2; *AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 155r-68r), Armenteira (*AHN* 1768.17, 20, 1773.5-9, 1775.8-9, 1780.14; García Miraz, 1984, 45-54), Belvís e Santa Clara de Santiago (*ACB*, mazo 1.13-14, 16-25, 27-29), Bergondo (*AHN* 489.10, 12), Bribes (*AHN* 490.4), Chantada (*AHN* 1068.20-21, 1069.4-9, 20, 1070.10-11, 1071.2-3, 7-8, 14-16, 19-20, 1081.16), Lérez (*AHN* 1787.22, 1788.13), Meira (*AHN* 1145.3, 1152.4, 1163.1), Melide (*AHN* 496.21), Melón (*AHN* 1472.15, 1475.4), Montederramo (núms. 544, 567, 628, 1011-2, 1020, 1261, 1399, 1430), Moraima (*AHUS*, Pergameos, 15-17, 19-23, 25-27, 38); Santa María de Monzo (*AHN* 511.4), Muros (mss. do concello), Santa Comba de Naves (*AHN* 1506.14-16, 20, 1507.1, 4, 8-10), Oia (*AHN* 1814.18, 1818.8-9, 1822.22, 1824.11, 1826.16, 1827.1, 1831.13-14, 1833.14, 18, 1836.1, 6, 16-17, 1837.19-20, 1847.6), Oseira (*AHN* 1556.8, 19), catedral de Ourense (*Escrituras* VII, 68; VIII, 330-5; XIII, 17; XVI, 5; *Privilexios* III, 22, 28, 40-46; IV, 1-11, 14-18, 20, 22-33, 35-39; *Libro Grande*, 7 cartas nos fols. 8v-11r, 17r-20v; *DACO*, 1917, 88-90, 92-93, 155-67, 192-4, 224-5, 227-8, 230-48, 250-60, 262-5, 271-7, 278-85, 295-7, 300-3, 318-26, 328-36, 345-54, 358-9, 430-3, 436, 452-8, 461-3; *DACO*, 1923, 53), Poio (*AHN* 1863.4-6, 1867.1, 1872.20), Pombeiro (*AHN* 1238.19), Ribas de Sil (*ACOU* 3417; *AHN* 1238.19), Rochas (*AHN* 1565.8, 1566.6, 8-9, 11), Samos (*AHN* 1251.16-17, 1252.1, 18-19, 1253.16, 18, 1255.13, 1256.10-11, 1258.9-10, 1259.6, 1261.1, 21, 1263.16, 1264.9, 1265.1, 1266.8-9, 1269.9), Santiago (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 27, 86, 115, 124, 126, 189), San Martiño dos Piñeiros (*AHN* 514.18, 515.2-3, 6, 10-11, 17, 516.2, 5, 10; *AHUS*, Clero, S. M., pergameos núms. 59-60, 62-67, 70-76, 78, 83, 101; *AHD*, *San Martiño*, c. 83.13/5, 7), Soandres (*AHN* 525.22), Sobrado (*RAG* e *AHN* 544.19-21, 545.20, 546.2, 4-5, 8-9, 11-13, 547.6, 16, 20-21, 548.6-7, 9-10, 15-16, 18, 549.5-6, 550.6, 553.17, 555.10), Sobrado de Trives (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, *Papeis varios*, 21); Toxos Outos (*AHN* 556.17-18, 21-22, 557.4), Vilanova de Lourenzá (*AHN* 1109.5-6, 1111.2-3, 1112.4, 10-11), Xunqueira de Ambía (*ACOU*, X. de A., núm. 44), etc.

15.2. Fóra das cartas reais, no XIII é raro que aparezan en Galicia documentos escritos en castelán, e os que se atopan, en xeral, están en relación con personaxes non galegos. Así, en Allariz temos un de 1292, co testamento da raíña D^a Violante (*SCA*, 1986, 13-15; *AHN* 1429.5; o 6 reproduce o documento anterior), e outro de 1285 cunha doa-

zón da raíña (Rodríguez Núñez, 1993c, 310-1); en Celanova un de 1287 cunha avinza entre o concello de Milmanda e o mosteiro e outro do adiantado maior de 1293 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 78, 86; Lorenzo Fernández, 1942, 225, 227); en Cis un de 1295 cun compromiso entre o abade e Xoán Vidal e Martín Pérez, alcalde de Betanzos, feito en Valladolid (Lucas, 2004, 687-8); en Ferreira de Pallares dous documentos de 1253, feitos en Sevilla (un deles con algunha frase en latín e o outro con palabras en galego), e outro de 1287 con algunha palabra en galego (Rey Caíña, 1993, 122-3, 338); en Lugo achamos un procedente de Sevilla de 1267 (*AHN* 1330F.1); en Melón un do alcalde do infante D. Sancho de 1284 (Soto Lamas, 1992, núm. 232), unha sentenza de Gutier Pérez feita en Monterrei en 1281, unha carta de 1285 procedente de Sevilla, con galeguismos, e o testamento de Xoán Núñez Churrichao, de 1298, que aparece nun traslado en galego e contén galeguismos (Cambón, 1958, núms. 805, 839, 961); ademais, ante un notario de Ribadavia, que escribe en galego, preséntase unha carta de querela do abade de Melón de 1281 (Villa-Amil, 1909, 401-2); en Monfero unha doazón feita en Toledo en 1268 (*RAG*, P-2/11); en Montederramo unha avinza entre D^a Berenguela e o mosteiro de 1259 (núms. 223-4), con algunha forma hipercorrecta (“en que muera” por *mora*) e algún galeguismo (*uiren*, *soube*, etc.), e tamén hai un de Maceda de 1286 (núm. 460) e outro de 1298 en que o abade de Valparaíso vende terras ó mosteiro (núm. 604); na catedral de Ourense un desta mesma cidade de 1268, dous de Badajoz de 1270 trasladados posteriormente e unhas constitucións sinodais do bispado en traslado posterior en castelán (Duro Peña, 1996, 315-6, 324; *DACO*, 1917, 211); en Samos un do infante D. Fernando de 1270 (Grassotti, 1980, 371-2 e *AHN* 1250.6); en Sobrado un de 1289 (do abade), coa fe do notario en galego (*AHN* 544.9); en Sobrado de Trives un de 1287 do meiriño maior de Galicia (Martínez Sáez, 1989, núm. 68). En Santiago achamos en 1260 un documento no que o concello nomea procuradores para tratar ante Afonso X o xuízo que teñen co arcebispo, procuradores que actúan en Sevilla en 1261, e tamén hai un documento de 1292 procedente de Mérida, do Mestre da Orde de Cabalería de Santiago (González Balasch, 1987a, núms. 239, 241, 264; Cabana Outeiro, 2003ab, núm. 2inv), no mosteiro de Belvís dous de 1276 e 1292, dos arcebispos (*ACB*, mazo 2.2; Rodríguez Núñez, 1989, 393-4; 1990, 67-68) e en San Paio de Antealtares un de 1269 de D^a Blanca Alfonso, filla do infante D. Alfonso, enviado desde Sevilla (*AHN* 521.18).

15.3. O uso do castelán, como era de esperar, aumentou no XIV, coa chegada a Galicia de nobres e de representantes da coroa e da igrexa que non eran galegos e tiñan como lingua propia o castelán. Poñamos uns exemplos: do infante D. Filipe, fillo de Sancho IV, que foi pertegueiro maior de Santiago e tamén adiantado maior de Galicia, así como doutros adiantados maiores hai documentos de 1319 en Allariz (Marquina, 1909, 354-5); de 1345 en Asadur, feito en Madrid (Duro Peña, 1973b, 341); de 1319 en Celanova (Vázquez Núñez, 1906, 44-46; cf. Vaquero Díaz, 2004, núm. 106); de 1310, 1312, 1327 e 1372 en Lugo (*CDH*, I, 234; III, 55-56; Portela/García Oro, 1997, núms. 98, 126, 228, 720; Mosquera Agrelo, 2002, núms. 38, 45); de 1302, 1324, 1375, 1376, 1377

e 1394 en Melón (Losada, 1992, núms. 281, 317, 456, 460, 468, 517); de 1303 en Mondoñedo (Cal Pardo, 1990, 38; 1991, 95; 1999, 89); de 1310 en Monfero (*AHN* 505.7); de 1348 en Montederramo (número. 1250); de 1306 en Naves (*AHN* 1506.17); de 1345 en Oseira, feito en León (Romaní e outros, III, 1993, 190-1); de 1349 (2), 1365 e 1381 en Sobrado (*AHN* 548.4-5,19; *RAG*). Engadamos a estes documentos, en Lugo un de Gómez Manrique, adiantado maior de Castela, feito en Móstoles en 1391 (García Oro/Portela, 2003, número. 9); en Moraime en 1363 un do adiantado maior en León e Asturias e meiriño maior en Galicia, en traslado en galego de 1375 (Lucas, 1975b, 636-7; 1999, 1105; *AHUS*, Pergameos, 18b) e do mesmo adiantado na catedral de Ourense de 1363 e 1364, así como un do despenseiro do rei de 1372, en traslados (*DACO*, 1917, 93-95, 155-67; Duro Peña, 1973a, núms. 857, 862-3). Outros documentos son do alcalde do rei e meiriño maior en Galicia, como en Meira (Mariño Veiras, 1983, 421), en Lugo de 1358, 1363 e 1364 (Portela/García Oro, 1997, núms. 626, 654, 659) e en Moraime de 1361, en traslado en galego de 1375 (Lucas, 1975b, 635-6; 1999, 1104; *AHUS*, Pergameos, 18a), etc., ou do xustiza maior, como unha carta de 1356 dos Dominicos de Lugo, feita en Vilafranca (*AHN* 1125.13). Ademais, hai cartas de Pedro Fernández de Castro, pertegueiro maior de Santiago, en Montederramo de 1330, 1338 (2) e 1341 (2) (núms. 960, 1106, 1144, 1152, 1179) e en Sobrado de 1334 (*AHN* 547.12); en 1327, 1328, 1356 e 1391 dos condes de Trastámara (Pereira Martínez, 2001, 198-200; García Oro, 1994, 203; Rivera, 1917, 59-61), en Pombeiro unha de 1381 do citado D. Pedro, “conde de Trastámara, de Lemos et de Sarria, del Bollo et de Uiana et señor de Monforte et de Robreda et pertegeyro mayor de terra de Santiago” (Lucas/Lucas, 1996a, 101-3), en Monforte outra feita en 1372 (Pardo de Guevara, 2000, II, 41-42), en 1371 outra dirixida ó mosteiro de Sarria (López Arias, 1996, 111-2) e tamén en San Martiño dos Piñeiros documentos deste conde de 1388 (en traslado galego) e 1389 (de Segovia) (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 316r-8v). De D^a Violante, filla de Sancho IV, hai un documento de 1320 (Gómez Canedo, 1932, 441-4) e de D. Diego Pérez Sarmiento un documento feito en Palençuela en 1395 (Fernández Suárez, 2002, 289-94), nobre que, por outra banda, en 1388 escribe en galego e pon “Sarmiento” (González Garcés, 1987, 549).

15.3.1. A estes documentos podemos sumar outros moitos procedentes de diferentes lugares da xeografía galega: en Allariz unha sentenza de 1378 (*AHN* 1430.5); en Celanova unha avinza entre o abade e o concello de Milmanda feita por un notario de Zamora en 1387 (Vaquero Díaz, 2004, 193); en Chantada documentos de 1326 e 1399 (González Balasch, 1987b, 73-74; *AHN* 1072.2); en Ferreira de Pallares un de 1341, contido nun traslado en galego do mesmo ano, no que o escribán do rei perante o meiriño maior e dous alcaldes do rei autentica unha carta de Afonso X (Rey Caíña, 1993, número. 511); en Lugo de 1308 de María Fernández, ama de D^a María de Molina; de 1312 de dous lugueses que escriben en Salamanca, de 1326 e 1328 do bispo, de 1338 do racioneiro feito en León, de 1340 co testamento do pai do cóengo Pedro Arias feito en Sevilla e unha carta de 1348 dun cóengo de Lugo feita en Salamanca (Portela/García

Oro, 1997, núms. 61, 122, 217, 245, 369, 410-1, 514); en Santa Comba de Naves un de 1308 (en traslado) da citada María Fernández (*AHN* 1506.18); en Montederramo un de 1305 desta mesma María Fernández (núm. 651) e outro de 1314 en que o procurador de Montederramo actúa contra os alcaldes de San Pedro de Entrambasaugas e de Sindrán (núm. 775); en 1322 unha doazón de Afonso Fernández á bailía de Portomarín (*CDH*, I, 198-9); en Mondoñedo un documento de 1330 do bispo, enviado desde Guadalajara (Cal Pardo, 1990, 313); en Montefaro un do arcebispo de Santiago de 1393 (Sánchez Sande, 1964, 107-10); en Oseira un pacto entre un monxe do mosteiro e outro de As Nogais de ¿1381? (Romaní e outros, III, 1993, 487-9); na catedral de Ourense en 1382 o xuramento e homenaxe do concello ó bispo, en 1384 unha concordia do concello co bispo, en 1380 (de Allariz), 1395 e 1396 (3) documentos en galego que conteñen cartas do bispo en castelán de 137..., 1395 e 1396 (3), en 1397 do bispo, en 1398 outro documento feito en Toledo (*Bispo*, 117; López, 1914, 46-49; *DACO*, 1917, 326-8, 341-5, 372-5, 377-8, 380-3; Duro Peña, 1973a, núms. 980, 982, 993) e tamén unha carta do arcebispo de Santiago de 1388 (Leirós, 1941-1942, 154-5); en Samos un de 1343, outro procedente de Tordesillas de 1397 e outro de Vilafranca de 1398 (*AHN* 1255.16, 1264.4,17); en Toxos Outos de 1371 e 1379 (*AHN* 556.21-22), etc. En Santiago temos bastantes mostras de documentos en castelán, como en 1314 un documento do arcebispo e doutros bispos feito en Palazuelos; en [1311-1316] homenaxe que presta o concello de Santiago recoñecendo o señorío do arcebispo; en 1317 dun notario de Zamora e dun cóengo de Santiago que se dirixe ó infante D. Xoán no nome do cabido (González Balasch, 1987a, núms. 305, 315, 318-9; *HIS*, v, 150-2), en 1344 do arcebispo D. Pedro (Rodríguez González, 1992b, núm. 4), en 1354 unha avinza entre os irmáns Pedro Fernández Churrichao e Afonso Gomez Churrichao (*CDGH*, 152-5); en 1362 de Suero Gómez de Toledo, electo de Santiago (*CDH*, I, 140; Rodríguez González, 1992b, núm. 5); en 1385 (Belvís) de Pedro Fernández, arcediogo de Carrión na igrexa de Palencia e vigairo xeral e lugartenente do arcebispo de Santiago (Rodríguez Núñez, 1990, 158-9; 1993c, 331-2); en San Martiño unha carta de 1371 (*AHN* 516.1) e dúas do arcebispo de 1396 insertas en documento galego do mesmo ano (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.69); en 1383, 1384, 1385, [¿1385?], 1388, 1393 (desde Burgos ó conde de Andrade), 1395, 1396 (8), 1397 (5) e 1398 do arcebispo Xoán García Manrique, que fora antes bispo de Burgos (López Ferreiro, 1895, 437, 471-2; *HIS*, VI, 182-90; *CDGH*, 58-60; González Balasch, 1987a, núms. 361, 364, 369; Cabana Outeiro, 2001, núms. 1-2, 4-5, 9-11, 13-15; *id.*, 2003a, núms. 169, 226, 4-7inv, 9inv, 11-12inv, 15inv; *id.*, 2003b, núms. 168, 4-7inv, 9inv, 11-12inv, 15inv; Monteagudo, 1985, 101-2; *id.*, 1994, 179-80; *id.*, 1999, 130; García Oro/Portela, 2003, núm. 10; Vaamonde Lores, 1909a, 80-81, 86), arcebispo que, ás veces, utiliza o galego, como en 1385, 1386, 1390, 1396 (2) ou 1397 (González Balasch, 1987a, núm. 366; Cabana Outeiro, 2001, núms. 3, 7-8, 12; *HIS*, VI, 165-8)⁵⁷.

⁵⁷ Tamén o arcebispo Berenguel de Landoira, de orixe francesa, xuntamente co cabido, fai unha avinza e composición en galego co concello en 1320 e utiliza esta lingua en 1326, 1328 e 1329 (López Ferreiro, 1895, 333,

15.4. Se pasamos ó século XV, podemos ver como a lingua de Castela está presente con maior frecuencia na escrita e, a medida que avanza o século, con progresión alarmante, pois xa non son só as autoridades eclesiásticas ou civís que veñen de Castela e a nobreza superior as que se serven dela, tamén moitos galegos ilustrados de condición inferior se van instalando no castelán con menosprezo da lingua que falaban ou que falaban nun principio. Os arcebispos estranxeiros de Santiago Lope de Mendoza (1400-1445) e Rodrigo de Luna (1449-1460) contribuíron poderosamente á propagación do castelán, coa pequena interrupción que representou o galego Álvaro de Isorna (1445-1449), e o mesmo fixeron con máis forza e de maneira definitiva os seus sucesores, os tres Afonso de Fonseca, igual cós bispos que chegaron de fóra a outras dioceses. Todos eles, clero e nobreza, conseguiron que, primeiramente, as clases superiores e despois as de menos entidade empezasen a pasarse ó castelán. Como mostra disto válenos os exemplos seguintes: en 1402 Rui Sánchez de Moscoso fai preito homenaxe en castelán dun castelo que ten polo arcebispo (*HIS*, VII, 6-8), en 1456 Rodrigo de Moscoso, pertegueiro maior de Santiago, e en 1458 este mesmo e outros escriben en castelán, mentres que en 1441 fai unha doazón en galego a Afonso Gómez Churrichao e en 1454 escribe tamén en galego o seu testamento (*HIS*, VII, 112*-6; García Oro/Portela, 2000b, 466-72; cf. Monteagudo, 1985, 103; *id.*, 1984, 180; *id.*, 1999, 131; Mariño Paz, 1998, 189). Na última parte do século vanse pasando á lingua invasora a nobreza inferior, o clero en xeral e tamén os notarios, cousa que pode levar nalgún caso ó uso das dúas linguas, como fai en Vilardonas o notario Vasco López, que escribe en 1497 un documento en castelán, con galeguismos e coa fe en galego, e dous documentos en galego (Novo Cazón, 1986, núms. 196-8; Vázquez López, 1997, 238-9). Unha indicación de que o castelán estaba implantado nas clases dominantes en Compostela témola nas ordenanzas do gremio dos cambiadores de 1490, que, aínda estando escritas en galego, nos fan saber “que njngũu confrade da dita confraría, quando seuer a canbear, non posa falar njngũa lenguaje estranjera aínda que a sábea, saluo *nosa lyngoage galega ou castellana*” (Monteagudo, 1985, 96; 1994, 174; 1999, 121). Con todo, debemos resaltar que, durante a prelatura dos arcebispos e bispos estranxeiros, os cabidos e os cóengos galegos seguiron utilizando o galego ata bastante avanzado o século XV, co que se produce desta maneira unha situación de bilingüismo.

15.4.1. Vexamos unhas cantas probas do uso do castelán. En Santiago podemos citar numerosos documentos, sobre todo das últimas décadas, pero xa desde os inicios do século: en 1403 un emprazamento feito a Gonzalo Rodríguez de Reino para que reciba no castelo ó arcebispo Lope de Mendoza (*HIS*, VII, 9-17); en 1406 dun bacharel en decretos, alcalde polo correxedor maior, feito na Coruña (Sánchez Sánchez, 2000, núm. 62); en 1415 un documento de Lope Sánchez de Ulloa (López Ferreiro, 1895, 553); en 1403, 1404, 1406 (2), 1407, 1409, 1410 (3), 1411, 1420, 1422 (4), 1428 (2), 1430 (2), 1431 (2),

398-9, 400-6; González Balasch, 1987a, núms. 324, 348) e nun documento de Belvís de 1331 (Rodríguez Núñez, 1990, 152-3; *ACB*, mazo 1.10).

1437, 1438, 1442 e 1443 (2) cartas do arcebispo Lope de Mendoza⁵⁸ (*CDH*, I, 151-2; *HIS*, VII, 37-39, 46-55; López Ferreiro, 1895, 489-91, 491-6; Rodríguez Núñez, 1993c, 336-8; *ACB*, mazo 1.1; *AHD*, *San Martiño*, c. 86.11; Rodríguez González, 1992b, núms. 14-30; Cabana Outeiro, 2003ab, núms. 18inv, 83inv; *id.*, 2003c, 87-89); en 1436 un documento no que interveñen o arcebispo e os representantes de Santiago, Noia, Pontevedra, Muros, Muxía, Fisterra e Cee (*AHN* 524.8); en 1450 (3), 1454, 1455, 1456, 1457 (3), 1458, 1459 (2), 1460 e [1451-1460] cartas do arcebispo Rodrigo de Luna (*CDGH*, 283-5, *CDH*, I, 331-2; II, 208-211; *HIS*, VII, 106-10, 116-23; Rodríguez González, 1992b, núms. 34-36, 39-42; Vázquez Bertomeu, 1999b, 493; García Oro/Portela, 2002, 165-8); en 1458 os Estatutos da Irmandade que fan Bernaldo Eanes de Moscoso, Pero Vermúdez de Montaos, Sueiro Gómez de Soutomaior, Lopo Pérez de Moscoso, D^a Xoana de Castro e os concellos de Santiago, Noia e Muros (García Oro/Portela, 2000b, 905-12; *CDGH*, 19-27); en 1462 resposta do arcebispo Afonso de Fonseca ás peticións do cabido (*HIS*, VII, 124-30); en 1463 estatuto capitular en favor dos racioneiros (*HIS*, VII, 133-4); en 1470 preito homenaxe que fai Sueiro Gómez de Soutomaior ó arcebispo (*HIS*, VII, 135-7); en 1474 un concerto entre o arcebispo Afonso de Fonseca e o bispo de Tui Diego de Muros; en 1478 notificación ó conde de Altamira para que entregue un castelo ó arcebispo, carta feita en Valença do Minho (*HIS*, VII, 142-7; García Oro, 1975 ou 1976, 115) e outra do arcebispo en 1479 (Rodríguez González, 1967b, 640-2); na catedral nas *Actas Capitulares* e noutros documentos de 1463 (2), 1467 (2), 1470, 1473, 1474 e 1479 (cartas dos arcebispos Afonso de Fonseca I e II) e de 1472, 1474 (3), 1475, 1476 (3), 1477, 1478, 1479 (2), 1480 (ordenanza e constitución do arcebispo para os cóngos que falecesen), 1481 (2), 1482, 1485 e os dous libros de “recabdança” do arcebispo Afonso de Fonseca II de 1481-1483 e 1486-1491 (Vázquez Bertomeu, 1996, Apéndice, fols. 19r, 128v, 153r, 156v, 159v-60r, 186v, 192v-3r, 195v, 211rv, 215v-6r, 238r, 249r-50v, 288r, 290r, 293v-4v, 295v; *id.*, 2002, 151-223, 225-301; Rodríguez González, 1992b, núms. 43-45; *AHD*, *San Martiño*, c. 57.9; Mackenzie, 1993, 25-26; *id.*, 2004, 460-1); outro de 1493, en 1494 un Libro de Notas e Rexistro do notario Roí Pereira (*Catalogación*, 2001, 6), outro do mesmo ano, en c. 1487 un preito de D^a Orraca de Moscoso, nai do conde de Altamira, e en 1498 o seu testamento (García Oro/Portela, 2000b, 472-81, 639-47; *CDGH*, 438-47). Outros documentos aparecen en 1435 (García Oro/Portela, 2003, núm. 21), 1470, 1472, 1486 (2), 1487, 1491, 1492, 1495 (3), 1496, 1498 e 1499 (*AHUS*, A-75, núms. 18, 68, fols. 77, 579-80; A-76, núm. 6, fol. 95; A-80, núm. 45, fols. 971-2; A-82, núm. 84, fol. 983; *id.*, *Arquivos Familiares*, c. 3, núm. 52; Justo/Lucas, 1991, 452-3, 476-7, 486-7, 494-6, 499-501, 507-8, 510-1) e do arcebispo Afonso de Fonseca de 1489 (2), 1491, 1492 e 1495 (Justo/Lucas, 1991, 490-2, 493-4, 498-9, 509-10). No *Libro do Concello* (cf. § 14.1.1) algúns documentos

⁵⁸ Como particularidade hai que dicir que en 1400 hai un albará do arcebispo en galego (Cabana Outeiro, 2003ab, núm. 14inv; 2003c, 85-86), en 1403 unha carta e que unha carta de 1404 tamén contén outro documento deste arcebispo en galego (García Oro/Portela, 2000b, 546-9; Rodríguez Núñez, 1993b, 146-7).

reproducen cartas en castelán: de 1417 de Fernán Gonçalves de Oviedo e de 1417, 1420 (3) e 1421 de Diego Fernández de León, recadadores do arcebispado (Rodríguez González, 1992a, 36-37, 80-81, 294-6, 297-9, 304-5); de 1417 (4), 1418 e 1420 (3) do arcebispo Lope de Mendoza (*id.*, pp. 38-39, 46, 62-63, 64-65, 101-2, 218-9, 232-3, 242); de 1416 do adiantado de Galicia (*id.*, p. 168); de 1419 de Pero López de Saldaña; de 1420 de Alfonso Fernández de León e de 1421 de Luís García de Ávila, arrendadores maiores das alcabalas do arcebispado (*id.*, pp. 189-91, 290-3, 302-4); de 1420 (2) de Juan Sánchez, xuíz de Noia (*id.*, pp. 233-5); de 1421 de D. Fadrique, duque de Arjona e conde de Trastámara (*id.*, pp. 256-7); de 1420 de Pedro Fariña de Noia, criado de Diego López de Toledo, arrendador maior da metade das alcabalas (*id.*, pp. 293-4), e de 1420, coa comparecencia de Martín Serpe e Gómez Rodríguez perante o arcebispo Lope de Mendoza, por eles e no nome do concello, alcaldes, rexedores e homes bos da cidade (*id.*, pp. 220-2).

15.4.2. En mosteiros de Santiago hai documentos de Belvís de 1409, 1411 (do arcebispo Lope de Mendoza), 1425 (feito polo Dr. Pedro Fernández de Mendoza, arcediogo de Trastámara e vigairo xeral), 1434, 1483 (de Iohán García de Gómara, bacharel en decretos, tesoureiro e cóengo da catedral, provisor e vigairo xeral polo arcebispo Afonso de Fonseca), 1487 (2), 1489, 1493, 1496 e 1499 (*ACB*, mazo 1.1, 19, 26, 12.1, 14.2, 31.7, 33.2, 45.8, 47.7-8, 60.7) e varios procedentes de Vilafranca de 1406 (*AHUS*, *Belvís*, Pergameos, 45-47); en San Bieito do Campo dous de 1495 (Fernández de Viana, 1995, 129-34); en San Domingos de Bonaval en 1499 unha doazón do conde de Altamira e un decreto do provisor de Santiago a favor do mosteiro (*CDGH*, 92-96); en Santa Clara de 1461 (unha nota), así como dúas cartas dos alcaldes maiores do reino de 1405, do arcebispo Afonso de Fonseca de 1487 (enviada desde Salamanca), de 1497 e da abadesa de 1499 (Rodríguez Núñez, 1993b, 153-9, 318-9, 324-31; 1993c, 334-5, 361-8; *AHD San Martiño*, c. 44, fols. 164v, c. 84.3); en Santa María a Nova de 1446, 1485 (do citado Iohán García de Gómara), 1496 (dun cóengo) e 1499 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 206v-7v, 232rv, 235v, 264v-265v); en San Martiño documentos de 1407 (do bacharel Martín de las Figueras, alcalde maior na casa do arcebispo Lope de Mendoza), 1429, 1434 (do arcebispo; incorpora cartas en galego de 1429 e 1433), 1439, 1475 (do arcebispo), 1483 (2), 1485 (2), 1486 (6), 1487 (4), 1488, 1489, 1491 (3), 1492 (2), 1493 (2), 1494 (17), 1495 (10), 1496 (102), 1497 (16), 1498 (3), 1499 (10), outro sen ano, porque falta o final do documento, procedente de “Orense”, un de San Martiño de Dozón de 1483 e un caderno con varios documentos de 1491 e outros anos (*AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 75r, 77r-79v, 104r, 142r, 272v-3v; *id.*, 466, fol. 1r; *id.*, 674, fols. 2rv, 5r-19v, 20v-51v, 53r-54r, 56v, 65r-67v, 74r-77v; *id.*, 897, fols. 241rv, 294rv [ou 260], 301rv [ou 268], 305r [ou 272], 307rv [ou 274], 311r-8 [ou 280-7]; *ACS*, mazo 425, fols. 21r-22r, 36, 144rv, 148rv, 164rv, 166rv, 189rv, 196rv, 203rv, 206v, 222r-4v, 237rv, 248r-54v, 272r-7v, 290r-2v, 303r-4r, 321r-8r, 329r-30r; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fol. 88v; c. 12, fols. 256r-60v, 461r-2v, 480r-92r, 493v-5v; c. 54, fols. 9rv, 395v-6v, 469; c. 58.2, 4, 9/

14,27,72,74; c. 59.35; c. 87.3. c. 84.13/10-11, 13,17; c. 88/7, fols. 30v-31v, 34r-35v, 39v-40v, 45v, 57v-58r, 65v, 69v, 70r, 71r, 73r, 74v, 77v-78r, 79r, 80r, 81v, 105v-6r, 112v-3r, 116rv, 118v, 120r; c. 93.1; Lucas, 2003, 348-51); en San Paio de Antealtares de 1434 (do arcebispo), 1441, 1442 (do arcebispo, carta contida noutra en galego de 1444, que á súa vez se incorpora noutra en galego de 1467), 1471, 1474 (do arcebispo), 1483 (19), 1485 (6), 1487 (10), 1488 (4), 1489, 1490 (2), 1491, 1492 (5), 1493 (2), 1494 (3), 1496 (3), 1497 (4) e 1498 (*AHUS*, 674, fols. 59r-64r, 52rv, 57r-58r, 70r-71r; *id.*, 703, peza 5; *id.*, 897, fols. 56r, 59r, 75v, 88r, 112r, 118r, 122v, 138v, 157r-8v, 171r, 174v, 253r-9r [ou 243-4], 292r-3v [ou 257-9], 295r-9v [ou 261-6], 302r-3v [ou 269-70], 308rv [ou 275], 325r-30v [ou 290-3]; *ACS*, mazo 425, fols. 37, 110r, 142r-3v, 146r-7v, 149r-52v, 154rv, 161r-2v, 167r-9v, 194r-5v, 206rv, 207r-9v, 220r-1v, 230rv, 266r-9v; *AHD*, *San Martiño*, c. 12, fols. 89v-95v, 432v-3r, 492v-3v; c. 86.28/4); en San Pedro de Fôra de 1449, 1484 (3), 1485 (4), 1486 (2), 1487 (3), 1488 (6), 1489, 1490, 1491, 1492, 1498 e 1499 (*ACS*, mazo, 425, fols. 163rv, 165rv, 197r-9v, 201r, 204r-5v, 210rv, 215r-6v, 218rv, 241rv; *AHUS*, 897, fol. 300rv [ou 267], 306rv [ou 273]; *id.*, Col. Blanco Cicerón, *Documentos en papel*, 19; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fols. 102r-4v, 117r; c. 57.14,19,29; c. 58.83; c. 86.6); en Santa Cristina da Pena de 1490 (*AHD*, *San Martiño*, c. 48.104).

15.4.3. Da provincia da Coruña aínda hai máis documentos en castelán: en Bergondo de 1490, 1491 e 1499 (*AHN* 489.13; Lucas, 1999, 887; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 95); en Betanzos de 1436 e 1493, este feito no “Palacio de Pravio” (García Oro, 1986, 17-19, 21-22); en Caaveiro un de 1404 do alcalde maior do reino (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 382); en Cee un de 1493 (testamento de Fernán Casquiço), con engadidos de 1495 (*AHUS*, *A-74*, núm. 23, fols. 215-24; *A-81*, núm. 64, fols. 1029-37; García Oro, 1975 ou 1976, 142-9); en Cis de 1404 (de García Sánchez del Castillo, alcalde maior do reino), 1457 (do correxedor e xustiza maior na Coruña), 1464 (10 escritos presentados ante o Consejo Real), 1475, 1481, 1488 (2), 1496 (2: un do Dr. Gonzalo Martínez de Villanueva e o licenciado Diego Martínez de Astudillo, alcaldes maiores do reino) e 1497, así como un dos Reis Católicos de 1480 e outro do abade contidos nun documento en galego de 1481, outros dous (un do alcalde maior do reino) nos que non está a data por faltaren follas e outro máis sen data de Álvaro González de León, xuíz e pesquisador do rei (Lucas, 2004, 704-9, 721-2; *ACS*, mazo 425, fols. 113r-4v, 128r-9r, 320rv; *AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 62r-89v, 94r-96r, 111r-20v, 136v-44v; c. 61.9); en Corcubión de 1499 (Barreiro, 1995, 148-50); en Monfero un de 1491 procedente de Castela (López Sangil, 2002, núm. 924; *AHN* 510.12)⁵⁹; en Moraime un do conde D. Fadrique de 1403 en traslado en galego do mesmo ano (Lucas, 1975b, 641-2; *AHUS*, Pergameos, 28); en Muros o arcebispo Lope de Mendoza establece en 1406 en castelán as

⁵⁹ López Sangil, núms. 926-8, di que están en castelán documentos de 1495 (2) e 1497, pero habería que comprobalos. Cf. notas 14, 32 e 62.

ordenanzas da vila (recollidas nun ms. do Concello, fols. 1v-4r), coa particularidade de que no fol. 4r se engadiu en 1407 un texto en galego (4 liñas para indicar que reciben a Afonso Eanes como xurado), outra carta do arcebispo (10 liñas) e a indicación en galego de que a carta estaba asinada polo arcebispo e levaba o seu selo (3 liñas); despois no fol. 4v o concello, alcaldes e homes bos mandan redactar en 1406 un documento en galego aceptando estas ordenanzas; en 1489 o bacharel Pedro de Almacán, xustiza e alcalde maior de Santiago, envía unha carta ó concello e hai outro documento de 1499 (ms. do concello e *Mazo I*, fol. 10rv); en Noia un de 1494 (non é 1484, como pon Barreiro, 1995, 130-2), os foros refeitos no XV e tamén en Padrón os foros romanceados, comezados no tempo do arcebispo Gómez Manrique e rematados na época de Lope de Mendoza (López Ferreiro, 1895, 504-8, 518-24), en Sada un de 1494 (Vaamonde Lores, 1914, 66-67); en Soandres de 1415 (2), 1417 (2) e 1419 (5) (*AHN* 525.24, fols. 12, 18, 21, 37r-38r, 41rv, 54r-62r, 64r-64v, 66v-68v, 70rv, 71v-73v; Lucas, 2001, 231-8, 247-8, 250-3); en Sobrado un de 1406 dun bacharel en decretos e doutro en leis, alcaldes no reino de Galicia; outro do mesmo ano do correxedor maior do reino; un de 1458 do arcebispo Rodrigo de Luna e outros de 1481 (2), 1482 e 1495 (*AHN* 550.4, 552.5, 553.8-10; *ARG*, núm. 434); en Toques un de 1489 (*AHN* 557.21); en Toxos Outos un de 1498 e outro do XV (*AHN* 557.11-12). Ademais, na cidade da Coruña pódense citar de 1423, de San Francisco (López, 1914, 3-7), 1459 (do concello), 1466 (gastos da Casa da Moeda), 1476 (do alcaide da fortaleza), 1481, 1482 (no que os procuradores de Galicia se dirixen ós reis de Castela), 1486 (un testamento), 1494 (da Colexiata) (López Ferreiro, 1895, 712-9; *CDH*, III, 35-38; Barral, 1998, 419-20, 425-30, 433-5, 449-50), así como cartas dos arcebispos: en 1441 de Lope de Mendoza (conversión en colexiata da igrexa de Santa María do Campo), en 1457 de Rodrigo de Luna e en 1460-1464? e 1469 de Afonso de Fonseca I e II (González Garcés, 1987, 620-4; Barral, 1998, 397-402, 414-8, 423-4). Tamén no *Libro de Notas* de 1457 se reproducen dúas cartas do arcebispo Rodrigo de Luna (Tato Plaza, 1999, 146-7, 150-2).

15.4.4. En documentos da provincia de Lugo, nos da catedral de Lugo hai moitos dos bispos: 1404 de frei Xoán Fernández, 1415 de Xoán Enríquez; 1437 (poder feito en Valderas), 1439 (2) e 1440 de Álvaro Osorio; 1442 (2), 1443, 1456, 1464, 1466, 1467 (3), 1472 (2), 1473 e 1474 (2) de García de Vaamonde, algúns desde Valladolid (Portela, 1998, 33-34, 53, 188-9, 193-5, 198-9, 203-5, 206-8, 255-7, 316-8, 327-9, 332-4, 367-8, 384-5, 391-3, 394-6). Do bispo Afonso Enríquez cítanse 99: de 1478 (36), 1479 (21), 1480 (20), 1481 (3), 1482 (2), 1486 (5), 1487 (4), 1488 (2), 1489, 1490, 1493 (2) e 1494 (Portela, 1998, 410-34, 436-48, 450-7, 458-64, 465-74, 476-7, 480-3, 484-96, 497-500, 504-5, 506-13, 515-7, 520-2, 532-4, 543-7, 549-50, 552-8, 566-9, 570-1, 578-82). Pero, igual ca noutras zonas, non son só os bispos os que utilizan o castelán, pois coñecemos moitos máis documentos nesta lingua: en 1403 unha sentenza do alcalde, en 1404 do alcalde maior do reino; en 1430 sentenza de Gómez García de Goyos e Fernando García de Parada, rexedores no reino; en 1434 de Vilafranca, en 1438 do mes-

trescola; en 1477 do conde de Ribadeo, gobernador do reino; en 1480 sentencia do bacharel Xoán García de Gómara; en 1487 do tesoureiro e en 1488 sentencia do correxedor dos reis (Portela, 1998, 29-33, 169-70, 180-1, 190-1, 408-10, 505-6, 560-1, 562-3). Pola súa parte, en Mondoñedo hainos de 1403 (*AHN* 1192.8), 1404 (do correxedor maior do reino), 1404 e 1450? (do alcalde maior do reino), 1405 (do bacharel Sánchez de Arévalo en Lugo), 1450 (do deán e cabido); 1453, 1454, 1462, 1469, 1479 (2), 1486 e 1495 (do bispo, o último contido nunha carta do provisor e vigairo xeral da igrexa do mesmo ano); 1454 (do arcediago), 1462 (do procurador do cabido), 1462 e 1463 (do subcolector), 1468 e 2 de 1479 (do vigairo xeral), 1473 (sentencia dada en Lugo) e 1478 (sentencia dada por dous bachareis en Pontedeume), 1479 (de Castropol e dun cóengo), 1482 (do alcalde maior do bispado), 1483 (do cabido), seis de 1485 (un deles contén unha carta do gobernador e xustiza maior Diego López de Haro e outra do lugartenente do correxedor no bispado) e tamén de 1486, 1487 (2), 1488 (2), 1489, 1490, 1491 (4), 1492, 1494, 1495 (2), 1496, 1497 e 1498 (Cal Pardo, 1990, 62, 64, 71, 73, 74, 76-78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87-89, 591-2, 603, 604, 607-8, 609, 610, 611, 629, 667, 684, 685, 688, 697, 699; 1993, 722-5, 782-3, 789-92, 803-4; 1999, 220-2, 228-9, 297-8, 306-8, 310-1, 336-40, 344-7, 376-9, 384-6, 397-403, 416-7, 418-21, 423-40, 442-4). Ademais, hai outros documentos procedentes de fóra: en 1491 (non 1441 como di Cal Pardo, 1990, 71) de Salamanca, en 1466 de Sevilla, en 1472 de Vilafranca, así como en 1485 e 1499 da Chancelería de Valladolid (Cal Pardo, 1990, 71, 79, 84, 89-90, 599-600; 1999, 293-6, 363-72, 413-6).

15.4.5. Noutros lugares da provincia temos no mosteiro de Castro de Rei documentos do abade de 1474 (2) e 1479 (Duro Peña, 1972b, 36-38; *ACOu* 4758, 4766, 4886) e un de 1474 de Ponferrada (*ACOu* 4846); en San Salvador de Chantada dúas cartas de 1405 e 1450 do correxedor maior do rei en Galicia e unha de 1481 (*AHN* 1072.6, 1073.16, 1076.22); no da Colleira de 1485 e 1494 (Cal Pardo, 1983, 101, 113-4); no de Ferreira de Pallares de 1490 (do abade) (Rey Caiña, 1993, núm. 654); en Meira de 1404 (do adiantado Diego Pérez Sarmiento), 1405 (do alcalde maior no reino), 1411, 1421 e 1425 (de Vilafranca) ou un de 1486 procedente de Lugo (*AHN* 1156.11, 1157.3, 1163.13; *AHN*, Clero, Libro 6.443, fol. 598r; Mariño Veiras, 1983, 420, 420-1); no mosteiro de Pedroso de 1448 (en testemuño notarial de 1506), 1468 (da Santa Hermandad), 1493 e 1494 (procedentes de Mondoñedo), 1494 (de Santo Estevo do Vale), 1497 (do bispo de Ávila, desde Cídad Real) e en 1498 un do gobernador do reino de Galicia, dado en Santiago (Cal Pardo, 1984, 273-4, 278-9, 301, 303-5, 307-9); no de Pombeiro un de 1434 de Pedro Álvarez Osorio, señor de Cabrera e Ribera, feito polo notario Iohán Afonso de Ouiedo, e outro de 1488 de Sancho García del Espinar, oidor da Audiencia e do Consello dos reis e seu alcalde maior no reino de Galicia (Lucas/Lucas, 1996a, 203-4, 333-5); en Portomarín unha sentencia do alcalde maior do rei feita en 1405 (García Oro, 1994, 210-2); no mosteiro de Samos un de Astorga de 1409 e outros de 1453 (3) en que se fan trocos con Astorga (*AHN* 1266.10, 1284-12-14), un de Benavente de 1458 (*AHN* 1286.17),

outros de Vilafranca de 1413, 1436 e 1477 (*AHN* 1267.1, 1276.19, 1297.3) e tamén de 1410, 1416, 1417 (2), 1419, 1426, 1434, 1463, 1483 (2), 1484 (11), 1485 (11), 1495, 1496, 1498 e 1499 (3) (*AHN* 1267.6,8,11,14, 1268.17, 1269.10, 1272.13, 1291.1, 1298.13-14,16-20, 1299.2-10,12-14,16-18,20-22, 1301.13,16, 1302.1,4-6); en 1491 trasládase en castelán unha carta de 1484 tamén en castelán (*AHN* 1299.1); en Sarria un de 1475 (García Oro/Portela, 2002, 171); en Valdeflores de Viveiro un de 1482 (Rodríguez Núñez, 1993a, 534-5; 1993c, 359-60) e en San Domingos de Viveiro dous de 1498, un deles coa visitación do ministro provincial da Orde de San Francisco na provincia de Santiago (García Oro, 1987, 130-1); no de Vilanova de Lourenzá empeza a producirse o cambio do galego para o castelán na década dos oitenta e xa son maioritarios os documentos nesta lingua na dos noventa, como en 1484 (*AHN*, Códices, 181B, fol. 31), 1491 (3), 1492 (3), 1493 (5), 1494 e 1495 (2) (*AHN* 1120.5-6,8-10,12-15,17-18; o 16 non se le na fotocopia). Finalmente, en Vilardonas aparece un sen data, outro de Álvaro de Luna de 1436, outro feito en Santiago polo notario Fernando de Lema en 1497 e ademais visitacións de 1494 e 1498 (Novo Cazón, 1986, núms. 117, 127, 195, 204-5; Vázquez López, 1997, 236-8).

15.4.6. Na cidade de Ourense hainos de 1406 (do correxedor maior do reino), 1430, 1431, 1432 e 1433 (do cabido), 1434 (do bispo), 1435 (2, un feito en Allariz), 1437, 1438, 1443 (de Diego López de Estúñiga, señor de Monterrei), 1450 (4), 1453, 1454 (2: un do bispo e outro de Astorga), 1460 (de Juan de Estúñiga), 1461, 1464 (do señor de Allariz), 1467, 1473, 1474, 1478, 1479 (do bispo e cabido), 1480 (requirimento do cabido a varios nobres), 1483, 1487 (3), 1488 (2), 1489, 1491 (2), 1492 (2), 1494 (2), 1496, 1498 e 1499 (2) (*ACOu*, *Escrituras* II, 24; VII, 39, 62r-63v, 80r-94v, 96v-100v, 113; XI, 26-34, 67r-69v; XII, 89; XIII, 59; XVII, 91; XVIII, 5, 31; XXI, 22, 53 ss., 99; *Fábrica* II, 510; *Cad. Unións* XXII, 110-1, 113; *Libro Grande*, 249; *DACO*, 1917, 411-20, 433, 436-7, 440, 442-4, 446-9, 449-51; Alonso, 1904, 278-80; *id.*, 1907, 111-2; Castro, 1913, 310-2; Leirós, 1953-1954, 57-59, 63-64, 79, 98-99; Ferro Couselo, 1967, II, 238-40); no *Libro de Notas de Álvaro Afonso* de 1434 hai unha nota do 25 de abril que inserta a resposta do recadador Rodrigo de Olmedo en castelán (López Carreira, 2000, 120) e en c. 1465 o concello de Ourense contesta en castelán a un interrogatorio presentado por Henrique IV sobre a situación do reino de Galicia (García Oro, 1977, 245-8; López Carreira, 1992b, 77-81). Noutros lugares, en Allariz de 1482 e 1483 (Rodríguez Núñez, 1993c, 357-9, 360-1); en San Miguel de Bóveda de 1497 (*ACOu* 5374); en Celanova de 1410 (de D. Alfonso Enríquez, almirante de Castilla), 1424 (de Monterrei), 1431 (do correxedor do reino), 1432 (de Ourense), 1445 (os abades e abadesas de oito mosteiros de Ourense nomean procuradores no preito que teñen contra algúns mosteiros da diocese de Santiago e actúa como notario García Fernández de Berlanga, clérigo da diocese de Sigüenza), 1458 (do abade, en traslado de 1497), 1461 (de Benavente), 1482 (do conde de Ribadavia), 1483, 1487 (do gobernador Diego López de Haro), 1488 (do alcalde maior do conde de Monterrei), 1490 (11: 2 de Santiago, unha sentenza dada na

Coruña polo oidor da Audiencia e alcalde maior do reino e varios interrogatorios), 1491 (do oidor da Audiencia e alcalde maior do reino e do lugartenente do gobernador), 1494 (7, un deles do alcalde maior de Galicia), [1491-1494], 1495 (8), 1496 (3), 1497 (4), 1498 (20) e 1499 (37) (Vaquero Díaz, 2004, 235, 261, 287, 291, 338, 459, 505, 741, 754, 807-1, 827-8, 830, 834, 837.1-vi, 838, 844, 887, 893-7, 900, 906, 908, 910-7, 921-2, 925-6, 929, 931-49, 951-2, 955, 956.1-xxxvi; Domínguez Fontela, 1912, 250-1)⁶⁰; en San Martiño da Cova un de 1480 (*AHN* 1065.15); en Lobás de 1498 (6) e 1499 (10), coa forma “Lobanes”, nos que actúa o prior de San Benito de Valladolid, reformador da orde, contra a abadesa, con interrogatorios e actuacións do fiscal, algúns deles escritos no mosteiro de San Martiño de Santiago (Zaragoza Pascual, 2002, 87-112; Duro Peña, 1968a, 317-20) e pola mesma razón da reforma hai documentos en Dozón e Ansemil en 1498 e 1499 (3) (Zaragoza Pascual, 2002, 113-24); en Montederramo o notario Rodrigo Yanes escribe en castelán en 1408, 1410, 1411 e 1420 (2) (núms. 1484, 1496, 1500, 1515, 1516); en Santa Comba de Naves de 1436 (concordia entre o prior e os monxes), 1491 e 1492 (Vázquez Núñez, 1899, 124-6; *ACOu* 5242, 5263); en Oseira en 1494 aparece un documento de Rodrigo Alonso Pimentel con 13 páxinas (*AHN* 1556.7); en 1490 o testamento de Leonor de Nóvoa feito na freguesía de Poedo (Vázquez Núñez, 1906, 62-64); en Ramirás un de 1494 que traslada un privilexio de Sancho IV (Lucas/Lucas, 1988, 433-4); en San Clodio do Ribeiro en 1412 o notario apostólico Sancho Ruiz de Santander, cóengo de “Orens”, traslada unha carta de 1386 en castelán, feita en Toro, na que Guiomar Núñez lle dá varios lugares a seu irmán Gonzalo Núñez, abade do mosteiro; en 1432 hai unha carta do Dr. Diego Gómez, oidor da Audiencia do rei e correxedor no reino de Galicia, e en 1486 un monxe do mosteiro diríxese ó adiantado maior (Lucas/Lucas, 1996b, 518-20, 657-8, 712-3); outro documento é de 1466 (*ACOu*, H.13); en Rochas hai un documento de 1489 (*AHN* 1566.12; Vázquez Núñez, 1903, 197-202); en Santa Cristina de Ribas de Sil un de 1402 do conde de Trastámara desde Segovia (Fernández Suárez, 1974, núm. 100); en Santo Estevo de Ribas de Sil o abade presenta en 1402 unha carta en Segovia ante o adiantado maior de Galicia e hai outro documento de 1475 (*ACOu* 3313, 4790); en Sobrado de Trives dous de 1440 (nos que intervén a abadesa) e 1490 (Martínez Sáez, 1989, núms. 277-8, 367)⁶¹ e en Xunqueira de Ambía un de 1495 (*ACOu*, X. de A., núm. 73).

15.4.7. Na provincia de Pontevedra, en Camanzo temos un documento de 1494 (Lucas, 1978, 377; cf. § 14.4.2); en Carboeiro un de 1492 trasladado en 1527 e outro de 1493 trasladado en 1504 (*ACS*, mazo 425, fols. 260r-5r; *AHUS*, 674, fols. 454r-7r); en Oia de 1495, 1496 e 1498 (*AHN* 1489.14-16, 18-19, 1850.1-2) e outro en Poio (*AHN* 1872.9). O *Libro do Concello de Pontevedra* (cf. § 14.4, 17.9.3) intercala numerosas

⁶⁰ Lorenzo Fernández, 1942, 227-8, 229, di que hai documentos de 1457 (en Monterrei), 1467 e 1481 (do provisor de Ourense).

⁶¹ Martínez Sáez, 1989, núms. 351, 354, 375, di que están en castelán documentos de 1476, 1480 e 1496, pero non os transcribe por estaren mal conservados.

cartas en castelán: inclúe unha cédula e cartas do arcebispo Lope de Mendoza de 1431, 1432 (2), 1437 (10), 1438 (2), 1439, 1440, 1441, 1442 (2), 1443 (3) e 1444 (Rodríguez González, 1989, 56-58, 63, 67-68, 71-72, 74, 88-90, 95-99, 100-4, 107-9, 133-4, 135-6, 139-42, 142-4, 151-2, 157-8, 162-3, 164-5, 166-7, 168-9, 173-5), de Rui Martínez de Carvallido, escribán de cámara do rei e seu receptor dos marabedís dos pedidos e moedas no arcebispado e en Tui, de 1436; de Salamón Baquix, recadador maior polo rei no arcebispado, en Tui e Ourense, de 1437; de Fernando de Candas de 1442; do arcebispo Rodrigo de Luna de 1449 (2), 1450, 1451 (4), 1452 (3) e 1453 e do arcebispo Afonso de Fonseca de 1461 e 1463 (*id.*, pp. 104-6, 117-9, 159-60, 190-1, 191-2, 194-6, 198-9, 199-200, 201-5, 206-7, 207-9, 209-10, 212-3, 225-6, 227-8). Hai outra carta de Lope de Mendoza de 1438 (Armas Castro, 1992, 348-9) e en Tui en 1459 unha carta do bispo Luís Pemyntell (contida en documento galego de 1460), bispo que en 1458 escribe en galego (Vila-Botanes, 2001, 289-91, 291-2); un albará de 1418 do adiantado maior (inserto nun documento en galego de 1422), en 1481 tres cartas, dúas delas do xustiza maior Fernando de Acuña e do licenciado Chinchilla (en trasladados en castelán de 1481), e en 1482 unha concordia entre Pedro Madruga e o bispo Diego de Muros (Vila-Botanes, 2001, 276-7, 302-5, 307-13).

15.4.8. Nalgúns dos documentos citados nos parágrafos anteriores vémo-la intervención da nobreza, pois moitos dos seus membros, que procedían de Castela e non estaban galeguizados, escriben en castelán. Engadirei agora outras moitas mostras do uso do castelán por parte destes personaxes. De D. Fadrique, duque de Arjona e conde de Trastámara, alén das citadas, hai cartas de 1401, 1424, 1425 e 1438 (Vázquez López, 1997, 215-6; García Oro/Portela, 2000b, 899-902; *id.*, 2003, núms. 17, 22) e unha de 1426 do bacharel Gonçalo Ruys, alcalde do duque (Alonso, 1910, 45-46, 69-71); en 1478 un preito-homenaxe de varios escudeiros e criados do conde de Altamira ó conde de Benavente e outro documento feito fóra de Galicia, en 1479 dous documentos de Benavente e un pacto do conde de Altamira co conde de Benavente e en 1488 (feito en Zamora) as capitulacións para o casamento de Rodrigo de Moscoso con Teresa de Andrade (García Oro/Portela, 2000b, 924-39, 947-51). En Pambre fíxose en 1480 o primeiro testamento do conde de Monterrei e hai escritos del de 1495 e 1497 feitos en Valladolid (*CDH*, I, 307-16; *AHD*, *San Martiño*, c. 57.11, c. 86.17; Vázquez López, 1997, 247-55, 304-8); en Monforte hai documentos de 1465, 1476 e 1496 (*AHN* 1206.14, 1207.6, 1209.20); en Monterrei de 1467 (López Carreira, 1992b, 81-84) e numerosos documentos dos condes de Trastámara, Lemos, Altamira, Ribadeo e outros nobres (tamén condesas) e cabaleiros desde 1401 en diante (Pardo de Guevara, 2000, II, 49-50, 52-54, 61-62, 63-68, 69-71, 75-79, 80-85, 102-4, 107, 108-9, 115-6, 118-9, 127-57, 159-64, 165-6, 171-4, 178-81, 186-201, 203-4, 214-9, 220, 221-5, 227-32, 234-6, 238-40, 241-3, 245-7), aínda que debemos indicar que en 1404 D^a Isabel de Castro, viúva do conde D. Pedro, fai o testamento en galego e tamén usan esta lingua en 1474 Diego de Andrade e Gómez Pérez das Mariñas (*id.*, 51, 201-3), se ben o segundo fai testamento en castelán en 1474 (Vaa-

monde Lores, 1913-1914, 199-203, 230-6, 261-3). Outros documentos aparecen en 1470 (unha confederación do conde de Lemos e outros nobres e cabaleiros contra o arcebispo de Santiago, 1477 (en Lugo, o acordo entre o conde de Ribadeo, presidente e gobernador do reino de Galicia, e os nobres galegos), 1482 (un importante acordo en Santiago dos nobres galegos para defenderen as súas poses eclesiásticas tradicionais), 1493 (a reclamación dos procuradores de varias cidades contra o proceder de tribunais eclesiásticos) e outro de 1499 (García Oro, 1977, 251-2, 255-62, 273-6; García Oro/Portela, 2000b, 940-6). Tamén dous de 1441?; un de 1443 coas paces entre os condes de Benavente e de Lemos e Fernán Pérez de Andrade; un de 1452 cun xuízo arbitral do meiriño de Lemos feito en Ferrol; en 1470 unha concordia entre D. Sancho de Ulloa e a condesa de Santa Marta, feita en Valladolid, e unha carta de Gómez Pérez das Mariñas (que outras veces escribe en galego) a D. Pedro Álvarez Osorio sobre a animosidade do arcebispo; en 1477 capitulacións entre o tesoureiro dos reis e Diego de Andrade, así como unha confederación de varios nobres; en 1484 confederación entre Diego de Andrade e D^a Constanza de Arellano e en 1488 pacto entre o conde de Altamira e Diego de Andrade, feito en Zamora (García Oro, 1994, 217-21, 223, 226-8, 235-8, 241-2, 245-8). Da Real Audiencia hai un de 1495 (García Oro/Portela, 2003, núm. 27).

15.4.9. En relación cos condes de Ribadavia hai moitos documentos en castelán: en 1402 (feito en Segovia) e 1403 do adiantado maior Diego Pérez Sarmiento (García Oro/Portela, 2003, núms. 16; Fernández Suárez, 2002, 295-8), adiantado que en 1400 escribe en galego (Fernández Suárez, 2002, 294-5); outras cartas de adiantados maiores aparecen en 1440, 1450, 1452 (2), 1453 e en 1456 unha avinza entre o adiantado maior e Lope Sánchez de Ulloa e a súa familia (*id.*, 346-66, 371-7, 380-91, 394-400, 403-10). Ademais, hai outros documentos escritos en Galicia, como en 1444 un préstamo de D^a Maior de Soutomaior á condesa de Santamarta, en 1455 documento do castelo de Soutomaior, en 1464 preto-homenaxe dos alcaides de Castro Caldelas ó adiantado maior, en 1465 o testamento do conde de Santamarta e adiantado maior, en 1470 o testamento da condesa de Santamarta, en 1481, 1484 e 1499 cartas de Ribadavia, en 1480 requirimento do procurador do conde ó concello de Ribadavia, en 1487 documento feito en Lamela (diocese de Tui) e en 1490 requirimento ó concello de Lugo (Fernández Suárez, 2002, 368-9, 400-2, 424-35, 452-6, 503-12, 560-2, 489-92, 513-27, 529-32). Outros documentos, moitos deles feitos polo conde ou a condesa, proceden de Castela ou León; por exemplo en 1410, 1416, 1418, 1420, 1428, 1451, 1465, 1470, 1473, 1476 (2), 1479 (2), 1480, 1491, 1493 (testamento do conde feito en Valladolid) e 1499 (2) (Fernández Suárez, 2002, 300-27, 340-6, 377-80, 436-52, 456-89, 495-503, 532-5, 537-60). Lembremos que, en cambio, están en galego en 1427 o testamento de Rodrigo de Sandoval, meiriño maior en Galicia, e unha doazón de María de Limia, muller de Afonso Suárez de Deza, a favor do adiantado Diego Pérez Sarmiento e en 1442 o testamento desta mesma señora (Suárez Fernández, 2002, 327-40, 366-7). Outros documentos que se poden citar son dos anos 1472 (de D^a Maior de Soutomaior) (López Carreira, 1999, núm. 20), 1476

(concordia de tregua entre o correxedor de Galicia polos Reis Católicos e o conde de Camiña) (Domínguez Fontela, 1939, 172-5), 1495 (deste conde, feito en Cangas) (López Carreira, 1999, núm. 26), 1491 e 1495 (García Oro/Nóvoa Gómez, 2000, 123-33).

15.5. Nos Concilios ou Sínodos, despois dunha longa pervivencia do latín (cf. § 11.5), a presenza do galego foi importante, pero axiña se deu a intromisión do castelán no terreo do galego e ata pode chegarse a situacións de bilingüismo (§§ 17.9, 17.9.1). Así, na catedral de Mondoñedo redactáronse en galego os sínodos de 1324, 1351, 1379, 1395, 1438, 1447 e 1448 (García, 1981, 16-24, 29-36); en cambio para os de 1496, 1497 e 1498 (2) témo-la noticia conservada en castelán nas *Actas Capitulares* (*id.*, 1981, 39-43). Na catedral de Ourense están en galego os de 1340, 1363, 1385, 1391, 1394, 1422 e 1441 (*id.*, 1981, 96-108), pero o bispo Pedro de Silva pásase ó castelán en 1452 e 1454 (*id.*, 1981, 108-12). Nas *Notas de Rodrigo Vázquez* e outros, con letra de finais do XV, cópianse as *Constituciones deste obispado de Orense* en castelán (*id.*, 1981, 113-35) e tamén están nesta lingua os Sínodos de 1491 e 1497 (*id.*, 1981, 135-40). Na de Tui están, polo xeral, en castelán: un de Diego de Muros de 1482 e as constitucións do bispo Pedro Beltrán de 1487-1497 e 1497 (*id.*, 1981, 341-91). Na catedral de Santiago está en galego o sínodo de Xoán García Manrique de 1390 e en latín e castelán o de 1401 de Lope de Mendoza (*id.*, 1981, 312-7), pero resulta moi peculiar que o XXXVI de 1415, o XL de 1436 e o XLI de 1439 estean en galego (*HIS*, VII, 33-34, 66-68, 70-73), que nos de 1416, 1431 e 1435 estea unha parte en galego e outra en castelán e que o de 1436 estea case todo en galego (*HIS*, VII, 35-36; García, 1981, 317-29), cando Lope de Mendoza foi un dos principais impulsores da presenza do castelán na Igrexa de Santiago. Por outra banda, nas *Actas Capitulares* das últimas décadas do XV asistimos ó cambio dunha lingua pola outra. Están en galego as de 1464 a 1482 (cf. § 14.1.1), se ben con incrustación de textos en castelán (§ 15.4.1), textos híbridos ou bilingües (§§ 17.8, 17.9); nas de 1482 hai dous textos en castelán (fols. 24 e 31) e nas de 1483 tres (fols. 40, 45, 48). Despois alternan as dúas linguas nas de 1484, 1485, 1486 e 1487; nas de 1488 domina o uso do castelán e xa nas de 1489, 1490, 1491, 1494, 1495, 1496, 1497 e 1498 temos unicamente os textos en castelán (as de 1489 e 1494 con galeguismos) (cf. § 17.3).

15.6. O avance definitivo do castelán prodúcese a partir do ano 1500, como podemos comprobar en diversos escritos. En relación con Santiago están nesta lingua o *Libro do Subsidio* de 1500 (Vázquez Bertomeu, 2003, 63-120) e documentos de 1500, coas ordenanzas dos procuradores de Galicia (*CDGH*, 317-9); de 1500 o testamento de Lope Sánchez de Moscoso, conde de Altamira, coa copia en 1504 dunhas cláusulas e confirmación polo seu sucesor dos legados que fixera a San Domingos (*CDGH*, 97-103; García Oro/Portela, 2000b, 482-509); de 1501 documento entre o mosteiro de San Martiño e o conde de Altamira (*AHD*, *San Martiño*, c. 59.11); de 1502 (García Oro, 1977, 276-8); de 1508 contrato cun mestre vidreiro para facer unha vidreira na catedral (*HIS*, VIII, 8-9); de 1509 un inventario dunha capela da catedral (*HIS*, VII, 161-71); de 1510

unha fundación (*HIS*, VIII, 9-18); s. d. as constitucións capitulares en tempo de Afonso de Fonseca (*HIS*, VIII, 19-30) e as *Actas Capitulares* de 1505 e anos seguintes; de 1512 carta do arcebispo Afonso de Fonseca ó cabido (*HIS*, VIII, 31-32) e de 1520 e 1521 outras cartas do arcebispo (García Oro, 1994, 323, 340); de 1519 e 1520 contratos con mestres (*HIS*, VIII, 36-42); de 1521 o testamento de D^a Inés Martiz (*CDH*, III, 194-7); de 1521 e 1539 as ordenanzas dos correeiros (*CDH*, I, 323-9); de 1521 a anexión do mosteiro de Baíñas ó de San Martiño de Santiago (*CDH*, III, 207-9); de 1523 as ordenanzas dos acibecheiros (López Ferreiro, 1895, 496-8); de 1524 reconto das armas existentes nas fortalezas da dignidade arcebispal (*CDH*, II, 218-24) e carta do arcebispo Xoán de Tavera (*HIS*, VIII, 45-52); de 1526 do gremio dos teceláns e de 1527 do gremio dos febreiros (López Ferreiro, 1895, 646-7, 648-50); de 1527 un contrato (*HIS*, VIII, 56-58); de c. 1524 un libro co memorial de preitos do arcebispo Afonso de Fonseca III (Vázquez Bertomeu, 1999a) e de 1531 acta do cabido e testamento do arcebispo Afonso de Fonseca (*HIS*, VIII, 64-86).

15.6.1. Ademais, no *AHUS* hai moitísimos, nunha época en que se funda a Universidade e veñen xentes de fóra, como é o caso do catedrático Pedro de Vitoria. Da serie “bens” publicáronse de 1500, 1504, 1506, 1507, 1516 (de Ourense), 1523, 1524 (2), 1532 (2), 1536 (2) e 1537 (Justo/Lucas, 1991, 514-8, 519-23, 525-30, 534-6, 570-8, 580-5) e dos *Tombo*s podemos citar documentos de distintas décadas. Así, no antigo *Tombo 2º do Estudo Vello* hainos de 1508, 1509 (2), 1510, 1511 (2), 1514 (2), 1519, 1520 (2), 1523 (3), 1526, 1527 (2), 1528, 1530 (3), 1532, 1533, 1535, 1536 (3), 1538 (3) e 1539 (*AHUS*, A-74, núms. 1-2, 27, 34-37, 39, 42-46, 48-49, 53-55, 57, 65-66, 77, 80, 86, 102, 103; fols. 7-8, 12-16, 18, 19-20, 306-7, 414-21, 425-9, 432-3, 435, 450-1, 461-2, 464-6, 469, 473-4, 476-8, 486-9, 492-3, 510, 514, 518, 529, 605-6, 608-9, 659-60, 682-3, 728, 857-8, 861-2). No antigo *Tombo 3º do Hospital Vello* hainos de 1516, 1525 (3), 1527 (2), 1528 (3), 1532 (4) e 1534 (2) (*AHUS*, A-75, núms. 25-28, 30, 43-46, 53, 74, fols. 189-90, 192-4, 196, 199-201, 204-7, 211, 341, 346-8, 351-2, 387-8, 612-5) e no *Tombo 4º do mesmo Hospital* de 1520, 1525 (numerosos), 1526 (4), 1527 (3), 1528 (2), 1531 e 1532 (2) (*AHUS*, A-76, núms. 3-6, 10, 17, 20-22, 45, 48, 51, 55, 57, 59-60, fols. 20-21, 23-26, 31-92, 131, 325-31, 348-9, 351-2, 354-5, 481-2, 491-2, 499-500, 505-9, 513-4, 517-8, 520-1; faltan os núms. 58, 86, 95-98 e 100 de 1513, 1520, 1521, 1524, 1525, 1531 e 1532). No antigo *Tombo 8º de Sinecuras* hainos de 1514, 1515 (5), 1516 (3), 1520 (2) e 1522 (A-80, núms. 12-13, 47, fols. 338, 341-3, 346, 348-9, etc., 366-9, 977). No *Tombo 9º* aparecen de 1512, 1519, 1524, 1528, 1529, 1531, 1534 e varios de 1537 (A-81, núms. 1, 3, 68, 73, 77-78, fols. 11-12, 19-20, 1058-9, 1075-7, 1102, 1106-30). No *Tombo 10º* de 1508, 1518, 1519 (2), 1520, 1526 e 1536 (3) (A-82, núm. 8, 37-38, 58, 62, 86-88, fols. 31, 276-86, 495ss, 536, 988-91, 993-4, 996), así como outros de 1505, 1508, 1509, 1514, 1516, 1521 (2), 1424, 1525 (3), 1527, 1528 (2), 1529, 1531, 1535 (2), 1539, etc. (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, I, 12, 25, 35, 37-38, 50, 55, 90, 107-8, 110, 116, 120, 176). En documentos correspondentes ó Hospital Real

hainos de 1509 (5), 1510 (7), 1511, 1513 (5), 1517, 1518, 1519, 1521, 1522, etc. (*CDGH*, 530-42, 555-65 e ss.) e nos correspondentes a San Martiño de 1501 a 1508 e de 1500 (29, un de Valladolid), 1501 (36), 1502 (23), 1503 (27), 1504 (93), 1505 (15), 1506 (35), 1507 (3), 1508 (9), 1509 (moitos), 1510 (10), 1511 (8), 1512 (3), 1513, 1514 (3), 1515 (4), 1516 (11), 1517 (7), 1518 (8), 1519 (13), 1520 (numerosísimos), 1521 (3), 1522 (4), 1523 (numerosos), 1524 (7), 1525 (9), 1526 (15), 1527 (13), 1528 (6), 1529 (bastantes), 1530 (5), 1531 (9) e desde 1532 en diante (*AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 25r-31v, 33rv, 37r-64r, 67r-68v, 114rv, 117v, 118v, 119v, 122rv, 123v-7v, 128r-9r, 130rv, 130bisv, 131v-9v, 143v-4v, 145v-8v, 149v-52v, 153v-4r, 155v, 156r, 156v, 157r-9r, 159v-60r, 161v-3r, 163v-7r; *id.*, 466, fols. 25r-27v, 28r-37v, 40r, 50r-51r, 55r-57r, 58r, 59r-77r, 79r-97v, 99r-100v, 103r-8v, 115r-6v, 121r-8v, 131r-40v, 142r-51r, etc.; *id.*, 674, fols. 78r-150v, 2 cadernos sen numerar [fols. 1r-46r e 1r-65r], 452r-3r, 458r-529r, tres cadernos sen numerar [fols. 2rv, 4r-5v, 6v-8r, 9r, 11rv, 12v-13r, 14rv], [fols. 1r-39v] e [fols. 15r-92v]; *id.*, 703, pezas 7-8, 11-12, 14-16, 18, 20, 23, 25-27; *id.*, 1154, fols. 138r-41r, 147r-53r, 156r-7r, 181r-90r, 193r-7r, 210r-28r, 297r-306v, 311r-3v; *id.*, mazo 680; *id.*, Col. Blanco Cicerón, 74, 83, 97-98; *id.*, c. 137.54-55, 58-59; *id.*, *Documentos en papel*, 6, 15 [fols. 37-39 e 622]; *id.*, *Arquivos Familiares*, c. 2, núms. 5-17; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fol. 90rv; *id.*, c. 10 completa; *id.*, c. 12, fols. 463r-8v, 471r-2v, 477r-9r; *id.*, c. 57.21, 30, 44, 52; *id.*, c. 58.6, 9/1-4, 56, 67; *id.*, c. 59.17-18, 39; *id.*, c. 60.6, 12-15, 17-30, 32-37, 40-41; *id.*, c. 61.1, 3-7, 10-14, 17-19, 21-22, 24, 26, 28, 31, 33-38, 41-43, 45-49; *id.*, c. 62.1-8; *id.*, c. 63.1; *id.*, c. 78.3-4, 6-9, 11, 14; *id.*, c. 84.2, 10; *ACS*, mazo 425, fols. 53r-54r, 96r-98r, 178r-80v, 272r-7v, 280r-4r, 315r).

15.6.2. Referentes a outros mosteiros da cidade, en Bonaval temos de 1500 e 1503 (*AHUS*, 674, fols. 152r-7v); en San Bieito do Campo de 1502, 1503, 1504 e 1516 (Fernández de Viana, 1995, 134-44); en Belvís de 1501, 1508, 1509, 1522 (7), 1528, 1534, 1540 (2), etc. (*AHUS*, *Belvís*, Pergameos, 14, 16-17, 19-20, 22-31, 38-39); en San Paio de Antealtares de 1500, 1501, 1504 (18), 1506, 1510, 1512, 1520 (3), 1526, 1529 (4), etc. (*AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 113v, 118r, 119r, 121rv, 123rv, 127v, 129v, 145r, 148v-9r, 153r, 154v-5r, 155v, 156r, 157r, 159v, 160v, 163rv; *id.*, 847, fols. 51r-55r, 63r, 115rv, 127r-222r; *id.*, Col. Blanco Cicerón, *Documentos en papel*, 15 [fol. 533]; *ACS*, mazo 425, fols. 119r-20v; *AHN* 523.19; *AHD*, *San Martiño*, c. 61.18/3); en San Pedro de Fóra de 1502, 1507 e 1509 (*ACS*, mazo 425, fol. 231v; *AHD*, *San Martiño*, c. 60.38; *AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 31v); en Santa María a Nova de 1500 (2), 1508 (2) e 1524 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 208rv, 233v, 234rv; c. 45.1; *ACOu* 5844); en Santa Clara de 1502 (do arcebispo Afonso de Fonseca), 1523 e 1534 (*AHD*, *San Martiño*, 3; Castro, 1983, 60-61). Outros documentos de Santiago son de 1505, 1515 (da Audiencia), 1517 (Conxo), 1526 (Santa María de Lira) e 1529 (García Oro/Portela, 2003, núms. 28, 32-35).

15.6.3. Este uso progresivo do castelán pódese documentar noutros lugares da xeografía galega. Así, na provincia da Coruña temos en 1507 o testamento de Rodrigo Oso-

rio de Moscoso e dos condes de Altamira e en relación con estes condes numerosos documentos desde 1504 (García Oro/Portela, 2000b, 509-15, 599-613, 650-4, 672-96, 712-7, 720-828, 833-96, 951-91); en 1506 documento de Rui Noguerol no nome do conde de Andrade, en 1506 (2) do conde e en 1507 concordia deste conde co conde de Altamira (García Oro, 1994, 270-3, 273-4, 278-9); en 1506 da Audiencia de Galicia (*id.*, 274-7); en 1507 unha alianza entre as cidades da Coruña e Betanzos e o conde de Andrade (García Oro, 1977, 278-81; 1994, 285-7); en 1501, 1518 e 1520 da zona de Betanzos (Pardo de Guevara, 1986, 29-30; *CDH*, III, 134-5, 335-8); en 1520 (4), 1521, 1522 (2), 1523 (8), 1528, etc. cartas das cidades de Betanzos e A Coruña, algunhas dirixidas ó rei (García Oro, 1994, 315-7, 322-3. 329, 333, 343-4, 346-52, 396); en 1515 o testamento de Martín Sánchez das Mariñas (García Oro, 1986, 22); en 1518, 1519 (19 notas), 1520 (4 notas), 1521 e 1524 (3) de Bergondo (*AHD, San Martiño*, c. 54, fols. 178r-83v, 228r-63v; *AHN* 489.16; *AHUS*, 703, peza 17; *id.*, 1154, fols. 205r-6r); en 1518, 1525, 1528, etc. de Bribes (*AHN* 490.5-7); en 1530 de Caaveiro (Porta, 1986, 257-8); en 1501, 1506 (4), 1507, 1509 (2), 1510, 1511, 1516 (2) e 1522 de Cis (*AHD, San Martiño*, c. 59.12, fols. 1r-12v; *ACS*, mazo 425, fols. 113r-4v, 132r-6r); en 1523, 1530, 1534, 1544 e 1548 da Coruña (Barral, 1998, 456-67; García Oro/Portela, 1999, 176, 177-8; *id.*, 2000a, 165, 166-8); en 1506 de Dorneá e en 1504 de Moraime (*AHUS, San Martiño*, 465, fols. 130bis, 156v); en 1512, 1518 e 1521 de Monfero (López Sangil, 2002, núms. 949, 951-2)⁶²; en 1501 (contén documento de 1476), 1502, 1503 (2), 1505, 1509, 1511 (2), 1513 (2), 1515, 1517, 1518, 1519, 1523, 1524, 1533, 1534, 1537, 1539 e 1561 de Muros (*Libro da Colexiata*, fols. 44v-52r, 53v-54v; *Luminaria*, fols. 30v-37r; *Mazo 1*, fols. 2rv, 4rv, 6rv; *Mazo 2*, fols. 1r-2r, 4v, 6r, 11rv, 13r, 14r, 19r-21r; *Papeis*, fols. 19r, 49r); en 1500, 1501, 1502, 1504, 1505, 1506?, 1508, 1509, 1510 (5), 1511 (4), 1515, 1519, 1521 e 1523 (10) de Sobrado (*AHN* 549.10, 554.13, 17, 22, 555.1-3, 9, 11-15, 17-19, 22; *ARG*, núms. 441-55; García Oro/Portela, 2003, núms. 29-30); en 1516 (3), 1520 (2), 1521 e 1530 de Toques (*AHUS*, 1154, fols. 169r-71v; *AHD, San Martiño*, c. 60.[51]; c. 62.10) e un de Toledo de 1511 (*AHN* 554.11).

15.6.4. Con referencia a nobres e ás súas disputas co arcebispado vemos como se presenta en Valladolid en 1512 un documento no nome do arcebispo de Santiago, en 1514 (3) un documento do procurador do conde de Andrade, coa resposta do procurador do arcebispo e a réplica do conde, e despois preséntanse documentos en 1527 (2), 1528 (2), 1529, 1531 (3) e posteriores (García Oro/Nóvoa Gómez, 2000, 82-120). Hai outro en castelán de 1512 (*id.*, 153-4) e de D. Fernando de Andrade e outros nobres pódense citar documentos de 1511, 1515, 1516 (2), 1517 (2), 1520 (2), 1521 (bastantes), 1525, 1528, 1529, 1530 (2), 1537 (3) (un deles o testamento de Ares Pardo das Mariñas e un codicilo), 1538 (2), 1540, etc., moitos do conde dirixidos ó rei ou a personaxes foráneos

⁶² Hai outros documentos de 1500, 1506, 1509, 1511, etc. que poden estar en castelán, pero López Sangil, 2002, núms. 935, 940, 945, 948, non indica a lingua. Cf. notas 14, 32 e 59.

ou estando el fóra de Galicia (Vaamonde Lores, 1915, 193-200, 202, 233-5, 244-50, 287-8, etc.; *id.*, 1916, 183-4, 203-11, 230-8, 254-61, 286-90, 291-3; García Oro, 1994, 296, 306-8, 312, 314-5, 318, 329, 334-40, 341, 354-5, 398, 403-4, 409-17, etc.); en 1515 resposta dos procuradores de Galicia ó rei (García Oro, 1977, 282-3); en 1518 (e traslado en 1524) a sentenza de morte contra Pedro de Soutomaior e outros (*CDH*, I, 125-33); en 1520 carta da condesa de Lemos ó Emperador, no mesmo ano dos cabaleiros de Galicia, en 1522 de Diego Sarmiento, rexedor da Coruña, estando en Valladolid, ou en 1527 de Teresa de Andrade, filla do conde, feita nesta mesma cidade (García Oro, 1994, 324-8, 344-5, 392-4), e en 1523 o testamento de D. García Sarmiento e Meira, señor de Sobroso e Salvaterra (Domínguez Rodríguez, 1997, 204-14).

15.6.5. En Lugo hainos de 1509 (2), 1512 (2), 1513, 1514 (2), 1519, 1521, 1525, 1528, 1530, 1533 e posteriores (*CDH*, III, 222-4; *AHN* 1338.11,14-15,18-21, 1339.3-5,7, etc.); en Santa María a Nova de 1513 e 1515 (*AHN* 1125.12, 1324bis24); en Cervo un de 1527 (García Oro-Romaní, 1989, 247-9); en Chantada de 1510 (8), 1511, 1512 (2), 1513 (2), 1515 (2), 1516 (4), 1518 (5), 1519 (3), 1520 (2), 1523, 1524 (2), 1525, 1526, 1527 (4), 1528 (2), etc. (*AHN* 1079.15,17-22,24, 1080.1,3-20, 1081.3-15); en Ferreira de Pallares de 1502, 1529 e 1544 (Rey Caiña, 1993, núms. 648, 663, 674); en Ferreira de Pantón de 1528 (Fernández de Viana, 1994, 287-8); en Meira de 1505, 1508, 1509, 1510, 1511, 1514 e 1521 (Mariño Veiras, 1983, 193, 225, 231-2, 349, 350, 381, 423; *AHN* 1182.21; *ARG*, nº 63); en Mondoñedo aparece en 1506 unha carta do bispo Diego de Muros ó seu irmán (*HIS*, VIII, 6-7), sínodos de 1502, 1522, 1534, 1541 e 1547 (García, 1981, 43-87) e outros documentos de 1500, 1501, 1503, 1508, 1509, 1511 (2), 1516, 1522, 1523 e 1525 (*AHN* 1196.19-21; Cal Pardo, 1990, 92, 611-5); en San Vicenzo de Monforte de 1500 (4), 1503 (4), 1508, 1509 (3), 1512 (2), 1513 (6), 1514 (3), 1515 (3), 1516, 1517 (2), 1518 (2), 1520, 1521, etc. ata 1534 (*AHN* 1210.10-13,19-20, 1211.2-3, 11,13,16, 1212.1-2,5-15,19-20, 1213.2-4bis,6-18); en Penamaior (só dispoño dunha carpeta) de 1523 (2), 1525 (4), 1526 (3), 1527, 1528 (3), 1532 e 1539 (*AHN* 1237.5-18; os núms. 3 e 4, de 1515 e 1522 respectivamente, resultan ilexibles na fotocopia); en Pombeiro de 1508, 1510, 1511 (*AHPOu*, Pergameos, Pombeiro, núm. 39; *ACOu* 5581, 5614, que non citan Lucas/Lucas) e 1526 (Lucas/Lucas, 1996a, 354-5), ademais doutros de 1531 (2), 1536 e 1542 (*ACOu* 5894, 5897, 5942, 5977), que Leirós, 1951, atribúe falsamente a Santo Estevo de Ribas de Sil; en Samos de 1500 (3), 1502 (2), 1503 (8), 1504 (5), 1505 (15), 1506 (22), 1507 (35), 1508 (17), 1509 (28), 1510 (20), 1511 (14), 1512 (37), 1513 (3), 1514 (9), 1515 (7), 1516 (6), 1517 (8), 1518 (10), 1519 (6), 1520 (4), 1521 (5), 1522, 1523 (6), 1524 (8), 1526 (2), 1527 (8), 1528 (5), 1529 (4), 1530 (2), 1531 (7), 1532 (2), 1533 (5), 1534 (4), 1536 (7), 1537 (4), etc. (*AHN* 1301.2, 1302.8-10bis,18, 1303.1-20, 1304.1-5,7-22, 1305.1-21, 1306.1-20, 1307.1-21, 1308.1-20, 1309.1-19, 1310.1-21, 1311.1-18, 1312.1-20, 1313.1-21, 1314.1-3,5-13,16-20, 1315.1-23, 1316.1-9, 11-20, 1317.1-15,17-22, 1318.1-18, 1319.1-2), moitos deles con palabras ou frases en galego; en Sarria de 1502 e 1510 do conde de Lemos e 1527 da condesa (López Arias,

1996, 121-2, 124-5, 131-2) e outros de 1508, 1509, 1512, 1514 (é prior do mosteiro o licenciado frei Álvaro de Tojeros, “bachiller”), 1521 (2), 1524, 1525 e 1526 (2) (*id.*, 122-4, 125-31); en Torbeo de 1504, 1516, 1522, 1526, 1528, 1529, 1530 e 1532 (*AHN* 1324.6,8,10-15); en Vilanova de Lourenzá de 1505 e de 1510 en diante (*AHN* 1120.4, *AHN*, Códices, 181B, fols. 32 a 68); en Vilardonas un inventario sen data e visitacións de 1501 e 1503 (Novo Cazón, 1986, núms. 203, 206-7); en Vilourente de 1516 e 1522 (Graña, 1990, 460-4); en Viveiro moitos a partir de 1518 procedentes de Castela (García Oro/Romaní, 1989, 103 e ss.) e dos Franciscanos de 1524 (2) e 1538 (Castro, 1989, 572-85). Tamén en 1504 o conde de Lemos dá unhas ordenanzas ás súas terras (*CDH*, I, 97-100), en 1507 hai un concerto do conde de Lemos co conde de Caserta (García Oro, 1994, 277-8) e en 1515 e 1523 documentos do pazo de Ludeiro (Cabana Outeiro, 2003d, 49-52).

15.6.6. Na cidade de Ourense témo-los sínodos de 1501, 1509, 1510, etc. (García, 1981, 141-256) e documentos de 1500 (4), 1502 (3), 1503 (7), 1504 (3), 1505 (4), 1506 (2), 1509, 1510 (3), 1511 (3), 1512, 1515 (2), 1516, 1517, 1520, 1521 (5), 1522 (4), 1523 (6), 1524, 1525, 1526, 1527, 1528 (3), 1529, 1530 (3), 1531, 1532 (2), 1533, 1535, 1536 (3), 1539 (5), 1542, 1544, 1548 (2), etc. (*ACOu*, *Fábrica* II, 635-7, 641, 644; *Clérigos de Coro*, 5, 108, 124; *Fábrica e Capelas* I, 14, 59-60, 63-64; *Bispo e Dignidades*, 23, 83r-84r; *Escrituras* I, 38; III, 7-9, 11, 14, 20, 27-28; IV, 2; VII, 61r-62r; XI, 83r-89v, 106-7; XV, 14, 29, 37, 38; XVII, 22; XVIII, 32; XIX, 76, 480-1, 487; XX, 53, 84, 119, 120, 273, 274-8, 281; XXII, 184; XXIII, 2, 3, 142; XXIV, 240; *DACO*, 1917, 464-8; *DACO*, 1923, 6-11, 14-23, 23-53, 54; Ramón/Duro Peña, 1967, 553-4; Martínez Sueiro, 1911, 155-7; Seca, 1929, 417-8); en 1516 (en traslado de 1577) o testamento de D. “Donís” de Portugal, fillo do duque de Braganza (*CDH*, I, 165-76). Noutros lugares da provincia, en Allariz un de 1514 (Rodríguez Núñez, 1993c, 357-9); en Asadur un de 1523 e seguramente outros de 1522, 1523 e 1542 que se citan sumariados (Duro Peña, 1973b, 351-3); en Celanova de 1500 (14), 1501, 1502 (8), 1503 (9), 1504 (3), 1505, 1506 (4), 1507 (3), 1508 (4), 1509 (5), 1510 (4), 1511 (3), 1512 (6), 1513 (2), 1514 (4), 1515 (3), 1516, 1517 (2), 1518 (4), 1519 (5), 1520 (6), 1521 (2), 1522 (9), 1523 (7), 1524 (3), 1525 (4), 1526 (3), 1527, 1528 (6), 1529, etc. (Vaquero Díaz, 2004, 956.XXXVII-XLV, 961, 963, 965, 967-8, *ACOu* 5431, 5442-4, 5447-50, 5458, 5466, 5469-70, 5472-3, 5477-8, 5480-1, 5485, 5492, 5495, 5515, 5522, 5524, 5531, 5533, 5550, 5561, 5569, 5573, 5578, 5590, 5592, 5603-6, 5609, 5630, 5632, 5636, 5639, 5645, 5654, 5656, 5659, 5668-70, 5677, 5680, 5687, 5698-5700, 5703, 5708, 5712, 5721, 5738, 5745, 5755, 5757-9, 5763, 5766, 5768, 5770-1, 5773-5, 5779-81, 5784, 5792, 5797, 5799, 5802-6, 5808-9, 5812, 5814-20, 5836, 5842, 5847, 5849, 5852, 5855, 5858-60, 5865, 5867, 5871, 5874-5, 5877-8, 5882, 5885; Ferro, 1967, I, 214); en San Martiño da Cova de 1501, 1517 (3) e 1524 (*AHN* 1066.4,10-13); en Melón de 1502, 1503 (2), 1506 (2), 1507, 1508 (5), 1510, 1512, 1521, 1522, 1525, 1528 (2), 1538, etc. (*AHN* 1479.19; *ACOu* 5454, 5471, 5475, 5523, 5542, 5563, 5572, 5574-6, 5588, 5633, 5664, 5788,

5813, 5848, 5880, 5883, 5948); en Montederramo de 1503 (do meiriño e rexedor de Allariz), 1512, 1516, 1517, 1519, 1520, 1526, 1528, 1531, etc. (núms. 1810, 1845, 1849, 1851-54, 1856-7); en Santa Comba de Naves de 1500, 1503, 1504, 1507, 1511, 1513, 1515, 1520, 1522, 1523 (4), 1528, etc. (*ACOu* 5421, 5479, 5489, 5566, 5652, 5691, 5709, 5778, 5810, 5821-4, 5876); en Oseira varios de 1502, 1503, 1506, 1508, 1514, 1515, 1516, 1517, 1519, etc. (*ACOu* 5452, 5460, 5544, 5711, 5715, 5727-8, 5736, 5740-1, 5749, 5751, 5754, 5764, etc.; *AHN*, carpetas 1557, 1558; Cid, 1921, 304-7); en San Pedro de Rochas de 1501, 1517, 1525, 1532, 1533 (2), 1535, 1536 e 1539 (*ACOu* 5358, 5427, 5857, 5921-2, 5933, 5939, 5955); en San Clodio do Ribeiro de 1520, 1521 (2), 1524 (2), 1525, 1530, 1531 (3), 1532, 1533 (2), 1535 (2), etc. (*ACOu* 5776, 5886-7, 5796, 5834, 5837, 5850, 5887, 5892, 5899, 5915, 5919, 5923, 5930, 5935); en Santa Cristina de Ribas de Sil de 1534 (Fernández Suárez, 1974, núm. 139); en Santo Estevo de Ribas de Sil de 1509 (4), 1510, 1512, 1513 (2), 1514, 1515 (2), 1516, 1519, 1520, 1521 (2), 1523, 1524 (2), 1525 (3), 1528, 1529, 1530, 1531 (3), 1533 (3), 1534, etc. (*ACOu* 5595, 5608, 5610-1, 5618, 5675, 5685, 5694, 5707, 5716, 5719, 5734, 5746, 5769, 5782, 5791, 5798, 5825, 5835, 5853-4, 5879, 5886, 5893, 5906-7, 5917, 5920, 5924, etc.; *AHPou* 46-49); en Sobrado de Trives de 1512 (Martínez Sáez, 1989, núm. 409) e outros⁶³; en Vilaza de 1523 (Duro Peña, 1986, 448-53); en Xunqueira de Ambía de 1500, 1521, 1529, 1535. etc. (*ACOu*, *X. de A.*, núms. 77, 85-87); en Xunqueira de Espadañedo de 1511 (2), 1513, 1514, 1522, 1524 (7), 1526, 1530, 1531 (2), 1532, etc. (Pereira Ferreiro, 1979, núms. 95-96, 99, 101, 105-18; comprobei os de *ACOu* 5650-1, 5681, 5702, 5807, 5829-33, 5891, 5900-1, 5914, etc.). Engadamos en 1505 o segundo testamento do conde de Monterrei feito en Zamora e un traslado del (*CDGH*, 324-47; Vázquez López, 1997, 255-75); en 1500 unha carta dunha filla do conde feita en Valladolid, (García Oro, 1994, 263-4) e en relación con Ribadavia cartas procedentes de Castela de 1501 e 1503 (Fernández Suárez, 2002, 563-71); en 1508 o testamento de Juan Pimentel, señor de Viana e de Pobra de Seabra, feito en Benavente; no mesmo ano un documento de Juana de Castro, muller do anterior e nai da condesa de Ribadavia, feito en Valdeorras; en 1519 o testamento de María Pimentel de Castro, condesa de Ribadavia, tamén feito en Valdeorras (Fernández Suárez, 2002, 571-87) e un documento de Francisco de Zúñiga feito en Madrid en 1510 (Vázquez López, 1997, 278-85).

15.6.7. Na cidade de Pontevedra hai un documento de 1517 (“Documentos”, 1951, 143-5); en Santa Clara de 1520 (2) e 1524 (*AHN* 1857.7-9) e no Tombo do Hospital de Santa María do Camiño de 1501 (2), 1507, 1522, 1525 e posteriores (Comesaña, 1995, núms. 28-29, 39, 43-44, 46-51). Noutros lugares da provincia, en Aciveiro de 1513, 1534 e posteriores (Vaquero Díaz, 1999, núms. 9-10, etc.); en Carboeiro de 1503, 1520 e 1527 (*AHUS*, *San Martiño*, 465, fol. 116r; *ACS*, mazo 425, fols. 70r-71v, 260r-5r); en

⁶³ Martínez Sáez, 1989, núms. 383-4, 397, 399-400, 405, 407-8, di que están en castelán documentos de 1502, 1503, 1508, 1509 (3), 1511 e 1512, pero non os transcribe por estaren mal conservados. É probable que moitos deles sexan híbridos.

Oia de 1502 (6), 1503 (6), 1504 (2) e 1505 (2) (*AHN* 1850.5-9,11-17,19-22); en Poio de 1503, 1507, 1510, 1511, 1516, 1519 e 1532 (*AHN* 1872.12-13,15-17); en Tui de 1502, 1505, 1506 e 1507 (2) (Galindo Romeo, 1923, núm. XXVIII; Vila-Botanes, 2001, 313-6), así como sínodos de 1526, 1528, 1529 e 1530 (García, 1981, 391-538); en Vilagarcía en 1508 un foro do mosteiro de San Martiño ó señor de Vilagarcía, así como outro documento de 1534 (Bouza, 1965, 111-31). Tamén hai cartas de Diego de Muros III, bispo de Tui ou xa de Oviedo, dirixidas ó Consejo Real, ó rei, etc., moitas escritas fóra de Galicia, de 1506, 1510, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, etc. (García Oro, 1975 ou 1976, 115-35, 139-42).

15.6.8. Outra particularidade destacable é que, en confirmacións ou ampliacións de contratos feitas no XVI de documentos galegos anteriores, xa se utiliza como norma o castelán. Citarei só uns exemplos: en documentos de Lugo escríbese en 1506 en castelán a confirmación dun documento en galego de 1495, en 1526 e 1527 hai acrecentos a un documento de 1472, en 1517 a un híbrido de 1510 e en 1541 a outro en galego de 1488 (*AHN* 1337.15, 1336.14, 1338.12, 21); en Santa María a Nova nun en galego de 1484 hai un engadido de 1510 en castelán (*AHN* 1125.9); un de Castro de Rei de 1498 ten no dorso un documento en castelán de 1549 (Duro Peña, 1972b, 44-45); en Ferreira de Pallares a un de 1482 engádese algo en castelán en 1529 e a outro do mesmo ano algo en galego en 1501 e en castelán en 1586 (Rey Caiña, 1993, núms. 648, 650); un de Oia de 1493 leva unha nota de 1540 en castelán (*AHN* 1849.11); en Samos pónense notas en castelán en 1508 nun documento de 1468, en 1511 en documentos de 1480, 1488 e 1499 e en 1520 en documento de 1488 (*AHN* 1294.12, 1298.5, 1300.11-12,15, 1302.7), etc.

16. O paso ó castelán leva consigo a castelanización paulatina dos nomes, apelidos e topónimos, por máis que debemos ter en conta que esta castelanización se viña facendo desde o propio século XIII, que nela participaban os propios reis e que, ás veces se facía de maneira disparatada, como nunha carta de Henrique II a Pedro Ruiz Sarmiento, adiantado maior de Galicia, confirmada por Xoán I en 1379, onde se escribe “Rocos” por “Roucos” (González Pérez, 1983, 122). Esta castelanización lévana a cabo primeiramente os que mandan cartas en castelán desde fóra de Galicia, despois continúa os foráneos establecidos en Galicia e máis tarde os propios galegos. Só para indicar unhas mostras citarei unha carta de 1381 (nun traslado en galego de 1448) de D. Pedro, “conde de Trastamara, de Lemos et de Sarria, del Bollo et de Uiana et señor de Monforte” (Lucas/Lucas, 1996a, 101); outra de Pedro Ruys Sarmiento, adiantado maior, feita en “Puerto Marín” en 1372 (Portela/García Oro, 1997, núm. 720); unha de Sobrado de Trives de 1440 que empeza “En Lamaluenga, que es en tierra del Bolo”, aínda que máis abaixo di “Lamalonga” (Martínez Sáez, 1989, núm. 277); unha carta do arcebispo de Santiago feita nada menos que en “Redondiela” en [¿1385?] (González Balasch, 1987a, núm. 364) ou un híbrido de Bergondo de 1503 coa forma inventada “Verguendo” (*AHUS*, 466, fol. 42r). Pero tamén hai moitos casos de documentos escritos en castelán

que conservan o topónimo en galego, como nun de Celanova de 1498 que empeza “En la villa de Salvaterra” (Vaquero Díaz, 2004, núm. 946).

17. A substitución dunha lingua pola outra estivo repleta de problemas e deu lugar a un conflito lingüístico durante varias décadas, nas que abunda o bilingüismo e o hibridismo na documentación. A época máis trágica témola no reinado dos Reis Católicos (cf. § 3.3.1), cando penetra máis xente foránea na nosa terra e os notarios teñen que examinarse en castelán. Entón desenvólvese o proceso de inversión, que leva á desaparición do galego da escrita, pasando primeiramente por unha época de interferencia entre as dúas linguas. Lembrémo-lo que ocorre modernamente e comprenderémo-la situación á que se chegou na Idade Media. Hoxe, cando un galegofalante que non domina ben o castelán se quere expresar nesta lingua, comete moitos erros e inza a lingua allea de galeguismos. En sentido inverso, cando un galego castelanfalante (pois xa hai galegos que son monolingües nesta lingua) se quere expresar en galego, écheo de castelanismos ou inventa formas inexistentes. Algo semellante ocorreu ó final da época medieval, en que alternan as dúas linguas na escrita e se produce un feito paralelo ó que acontecera no século XIII coas interferencias entre o latín e o romance emerxente.

17.1. En textos do XV e comezos do XVI podemos atopar toda clase de combinacións, algunhas delas coñecidas xa de maneira esporádica no XIII ou no XIV. Hai notarios e escribas que aínda dominan ben a lingua e escriben nun galego bastante correcto, pero outros teñen dificultades. Así, por unha banda, cada vez con maior frecuencia, achámola presenza de castelanismos nos textos galegos, porque os escribas coñecen, máis ou menos, o castelán e introducen de cando en vez algunhas palabras ou frases nesta lingua nos seus textos ou porque se trata de documentos non orixinais, transmitidos por copias feitas nunha época en que xa dominaba o uso do castelán na escrita. Por outra, hai escribas e notarios que se queren instalar no castelán e se esforzan por utilizalo, sen chegaren a dominalo, razón pola cal aparecen nos seus textos palabras e frases en galego. Ademais, chega a darse o caso de que algúns escribas e notarios non son capaces de separa-las dúas linguas e o resultado é a existencia moi frecuente de documentos que presentan unha forma híbrida, coa mestura dos dous idiomas. Outras veces a combinación realízase poñendo unha parte do documento en galego e a outra en castelán. Un caso ben pintoresco témolo no manuscrito da *Crónica Xeral de 1404* conservado na *Hispanic Society of America* (ms. B. 2278), o coñecido como manuscrito *Vindel*, no que o escriba comezou por facer unha traducción ó castelán, con moitos erros e formas hipercharacterizadas, e despois de bastantes folios cansouse desta tentativa e seguiu copian-do o texto da Crónica en galego (Pérez Pascual, 1991; Lorenzo, 1993a; 2000). Vexamos sucintamente as distintas combinacións.

17.2. *Textos en galego con castelanismos*. Son numerosos e sería unha ousadía querer indicalos todos, polo que me limitarei a mostrar bastantes exemplos de toda a xeografía galega. En Santiago, nas *Actas Capitulares* da catedral hainos, entre outros, de

1467 (2), 1474 (6), 1476 (5), 1477, 1478, 1479 (2), 1480 (2) e 1481 (Vázquez Bertomeu, 1996, Apéndice, fols. 21r, 27v, 149r, 153v, 156r, 162r, 167v-8r, 193r, 194r, 195rv, 199v, 221r, 238r, 254v, 255v, 278r, 281r). En San Paio de Antealtares temos un de 1488, cunha concordia entre o mosteiro de San Paio e o representante do conde de Altamira (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 64); outro de 1491, cun poder de Afonso Yanes d'España a favor da súa muller, no que o notario apostólico Fernán Suárez escribe no mesmo ano outro documento en castelán (*A-81*, núm. 75, fol. 1088 e 1089), e tamén de 1464 (trasladado en 1483), 1466 (trasladado en 1496?), 1478, 1480, 1481 (2, un trasladado en 1496 e outro máis tarde), 1483 (22), 1484 (2, copias), 1485 (copia), 1487, 1489 (3, copias), 1490, 1494, 1496, 1500 e 1505 (2) (*AHUS*, 674, fols. 52rv, 55r-56v, 57r-58r; *id.*, 897, fols. 15v, 16r, 20r, 25r, 27v, 37r, 65v, 79v, 81r, 99v, 113v, 116bisv, 129r, 142v, 144r, 145r, 147v, 148v, 149v-51r, 156v, 158v, 176r, 232r-8v, 242r-4v [ou 236-7], 289r-90r [ou 256]; 1154, fols. 107r-17r; *id.*, Col. Blanco Cicerón, 91, 94; Justo/Lucas, 1991, 513-4; *AHD*, *San Martiño*, c. 58.66,77; c. 86.19/2,28/2-3; *ACS*, mazo 425, fols. 121r-3r) e referentes a Noia de 1526 (2) e 1529 (*AHUS*, *Arquivos Familiares*, c. 1, núms. 23, 25). En San Bieito do Campo de 1475 e 1480 (Fernández de Viana, 1995, 119-20, 126-9). No mosteiro de Belvís documentos de 1486, 1493 e 1497 (*ACB*, mazo 22.1, 47.9; *AHUS*, *Belvís*, Pergameos, 50/3) e no de Bonaval de 1422 (en traslado de 1500) e 1503 (*AHUS*, 674, fols. 152r-7v; *AHD*, *San Martino*, c. 48.27). No de San Martiño de 1404, 1421 (3), 1423, 1424, 1425, 1430, 1432, 1434, 1442, 1462, 1465, 1467, 1476, 1485, 1486, 1487, 1489 (2), 1490, 1493 (3), 1494 (26), 1495 (23), 1496 (73), 1497 (19), 1498 (3), 1499 (4), 1501 (2), 1503 (6), 1505, 1508 e 1512, moitos deles copiados posteriormente (*ACS*, mazo 425, fols. 85r, 177rv, 188r; *AHD*, *San Martiño*, c. 9, fol. 88r; c. 58.9/13,23,29,58,75; c. 60.36; 61.3; c. 84.13/3-4,6,8,14-16,18-22; c. 88/7, fols. 29v, 30rv, 31v-32v, 32v-33r, 36v-37r, 38rv, 40v, 42rv, 43v-44r, 47v-48r, 49r, 50rv, 51v-52v, 53v-54r, 55rv, 58rv, 59v, 61v-62r, 63v-64v, 66r, 66v-67r, 68v-69r, 70r, 74r, 74v, 79v-80r, 80r-81r, 81v-82r, 104r, 104v, 106r-9r, 109v-10v, 111rv, 111v-2v, 113rv, 114r-6r, 117r-8r, 119rv; *AHUS*, Col. Blanco Cicerón, *Documentos en papel*, 15[fols. 1-2,15-22,24-27],17; *AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 35rv, 104r, 105v-6r, 107rv, 108r, 140r, 141v, 142v-3r, 168r-9v, 171v-3r, 182r-6v, 189v-90v, 194r-203v, 215r-7v, 225v-6v, 229v-30v, 255v-6v, 258v-9v, 266r-8v; *id.*, 466, fols. 1v-7v, 9r, 9v-11v, 12rv, 13v-14r, 14v-16v, 19r, 19v-20r, 20v-21r, 39rv, 40rv, 46r-47r; *id.*, 897, fols. 199r-200r, 217r-20r, 240rv [ou 235], 245r-6r [ou 238], 270rv [ou 252], 275r-86v [ou 255]; 1154, fols. 142r-4r). En San Pedro de Fóra de 1470 (é copia), 1472, 1473 (2), 1483, 1484 (3), 1485, 1486, 1488, 1490 (é copia) e 1492 (*AHD*, *San Martiño*, c. 9, fols. 22r-24r, 34v-35r, 78rv, 122r-3r, 125r-6v; c. 57.19; c. 58.62,84,89-90; c. 86.6,28/2; *AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 180v-2r).

17.2.1. Noutros lugares da provincia da Coruña temos no mosteiro de Bribes de 1497 e 1498 (*AHD*, *San Martino*, c. 54, fols. 470r-1v); no de Caaveiro un de 1495 e outro de 1502 (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 403-4, 406-7); no de Ber-

gondo de 1503 (*AHUS*, 466, fol. 40r); no de Cis de 1472, 1474 (é copia), 1481 (é copia e contén carta dos Reis Católicos e do abade en castelán), 1482, 1488 e 1502 (*ACS*, mazo 425, fols. 88r-89r, 134r-6r; *AHD*, *San Martiño*, c. 54. fols. 26r-27r, 60rv, 86r-89v; c. 60.31; Lucas, 2004, 723); no de Monfero un de 1501 (López Sangil, 2002, 936); en Montefaro de 1500, 1504, 1506 (2) e 1512 (2, un con partes híbridas) (*AHN* 511.13-14; Souto Cabo, 1998, 219-25); en Muros un de 1490 (*Libro da Colexiata*, fol. 32v) e un traslado dun documento de 1479 (*Papeis*, fol. 74r); en Muxía un de 1493 (*CDH*, IV, 73-76); no mosteiro de Soandres un de 1470 (copia) (*AHUS*, 897, fol. 272rv [ou 253]); no de Sobrado de 1488, 1489 e 1500 (Martínez Salazar, 1911, 159-61; *AHN* 553.20, 554.15) e no de Toques de 1493 e 1496 (*AHD*, *San Martiño*, c. 58.76,78).

17.2.2. En Lugo nos referentes á catedral hainos de 1440, 1479 (2), 1480, 1482 (7), 1483 (2), 1484, 1485, 1486 (3), 1487, 1488, 1490 (2), 1491 (4), 1492, 1495 (3), 1496 e 1499 (2) (Portela, 1998, 202-2, 477-8, 483-4, 501-3, 523-32, 536-8, 547-8, 558-60, 564-6, 572-5, 578, 582-5, 604-6; *AHN* 1337.4-13, 15, 1338.6) e en mosteiros no de Castro de Rei de 1482 e 1491 (Duro Peña, 1972b, 40-41, 43-44); no de Chantada de 1492 (3), 1494, 1499 (2), 1504, 1506 e 1510 (3) (*AHN* 1078.5-7,10,17-18, 1079.4,7,13, 16,23), en ocasións con formas estrañas como “mandamos *a lo* notario”, “çynquo días andados *delo* mes de *yanero*” en 1499 (*AHN* 1078.16); en San Martiño da Cova de 1414 e 1479 (*AHN* 1065.6,14); no de Ferreira de Pallares de 1463 (en traslado sen ano escrito en castelán con galeguismos), 1509 e 1514 (Rey Caiña, 1993, núms. 640, 667, 670); no de Ferreira de Pantón varios de finais do XV e do XVI (cf. § 14.2), en Meira, por exemplo, de 1488 (Mariño Veiras, 1983, 226); na catedral de Mondoñedo de 1456, 1473, 1483 e 1485 (2), un deles cunha carta do oidor da Audiencia en castelán (Cal Pardo, 1999, 318-24, 404, 417-8, 421-3; Mayán, 1960, 105-6); en Monforte de 1488, 1515, etc. (*AHN* 1209.1, 1212.17); no de Pedroso un de 1506 (Cal Pardo, 1984, 311-3); en Órrea de 1487, 1490, 1491, 1492, 1493 (3) e 1494 (Cal Pardo, 1985, 69-79); en Pombeiro de 1506, 1509 e 1512 (Lucas/Lucas, 1996a, 352-4); en Torbeo de 1494 e 1495 (*AHN* 1324.4-5); en Vilanova de Lourenzá de 1481, 1484, 1492 e 1495 (*AHN* 1117.12, 1119.17, 1120.7, 19); en Vilaronas de 1496 e noutros (Novo Cazón, 1985, 156-7; 1986, núm. 192) e en relación con Viveiro de 1478, 1487 e 1488 (Cal Pardo, 1991, 217-9, 222-5). Ademais, hai un de 1492 co testamento de Diego de Lemos, moi castelanizado por estar nun traslado realizado posteriormente por notario de Chantada (Martínez Sueiro, 1915, 109-11, 121-8, 135-43), no pazo de Ludeiro (Lugo) un de 1502 (Cabana Outeiro, 2003d, 52-53) e nos Dominicos de Lugo escríbese en 1514 un en castelán con galeguismos que reproduce outro do mesmo ano en galego con castelanismos (*AHN* 1125.18).

17.2.3. Na catedral de Ourense, entre outros, de 1459 (castelanizado porque está trasladado en 1512), 1478, 1479, 1480, 1484, 1498, 1499, 1500, 1502, 1503, 1504, 1506, 1508 (2), 1511 (3), 1513 (5), 1514, 1516 (2), 1525 e en documentos de 1486 e 1487 que un notario saca das notas doutro en 1495 (*ACOu*, *Clérigos de Coro*, 2, 94, 110; *Escrituras* VII, 7, 8, 10, 13; XIV, 127-8; XVIII, 6, 8, 9, 11, 18; XIX, 372; XX, 1, 5, 63, 80, 87, 311;

Fábrica e Capelas I, 33, 34, 40-41, 49; *DACO*, 1923, 14; Leirós, 1953-1954, 60-61, 99-101), así como en *Padróns* de Ourense (cf. §§ 14.3, 17.9.4) de 1490 e 1496 (López Carreira, 1995, 170-7, 246-55; 1998a, 697-8) e textos de 1484 (14) e 1487 (Ferro Couselo, 1967, II, 160-1, 199, 201, 235-7, 365-9, 476-7). En mosteiros, no de Celanova de 1481, 1491 (6), 1493, 1494, 1496, 1497 (2), 1498, 1499 (2), 1500 (5), 1501 (2), 1502, 1504, 1505, 1506 (2), 1509 (2), 1518 e 1521 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 724, 840-3, 845-7, 863, 892, 918, 924, 928, 950, 957-9, 962, 964, 966; *ACOu* 5415, 5428, 5432, 5445, 5493, 5516, 5521, 5532, 5597, 5600, 5760, 5795), así como de 1519 e 1520 (Ferro Couselo, 1967, I, 220-4), do mesmo notario que fai documentos híbridos (cf. § 17.8); en Melón de 1496 e 1497 (2) (*AHN* 1479.7-8; *Tombo de Fr. L. Pérez*, fol. 99r; Cambón, 1958, núm. 990); en Montederramo de 1465, 1484 (2) e 1499 (núms. 1688, 1767, 1768, 1807) e tamén en documentos escritos polo notario apostólico Rodrigo (ou Roí) Diíz de Neira de Jusao en 1494, 1495 (2), 1498 (5) e 1499 ou por Fernando Gonçalves Ougea en 1513 (núms. 1794-6, 1800-4, 1806, 1846); en Santa Comba de Naves de 1484, 1492, 1493 (2), 1494 e 1513 (*ACOu* 5099, 5266, 5302, 5304, 5306, 5697); en Oseira de 1492, 1495, 1500, 1502, 1503, 1504, 1506 e 1507 (2) (*ACOu* 5284, 5346, 5422, 5435, 5461, 5567; *AHN* 1556.15-16,18); en San Domingos de Ribadavia de 1494 (ten parte en galego con castellanismos e parte híbrida), 1503 (incluído en documento en castelán de 1522) e 1507 (2: un moi castellanizado e outro en traslado posterior en castelán) (Enríquez Paradelo, 1987, 93-99); en Santa Cristina de Ribas de Sil de 1482 (Fernández Suárez, 1974, núm. 131); en San Clodio do Ribeiro de 1494, 1502, 1507, 1510, 1511, 1512 (3), 1513, 1514, 1515 (3), 1516 (3), 1517 (3) e 1532 (Lucas/Lucas, 1996b, 723; *ACOu* 5312, 5546, 5620, 5672, 5679, 5682, 5705, 5714, 5724-5, 5735, 5737, 5739, 5743, 5756; *ACOu* H.7; Ferro Couselo, 1967, I, 215-7, 227-8); en San Pedro de Rochas de 1497, 1500, 1501, 1504 (3), 1505 (3) e 1506 (*ACOu* 5370, 5412, 5427, 5486-7, 5494, 5507, 5509-10, 5518); en Samos de 1486, 1487, 1488 (4), 1489 (2), 1490 (2), 1493 e noutros (*AHN* 1300.6-7,10-12,16,19, 1301.3,4bis-5,7); en Sobrado de Trives de 1442 e 1477, de non seren malas lecturas (Martínez Sáez, 1989, núms. 281, 353); en Vilaza de 1489 (Duro Peña, 1986, 446-8) e en Xunqueira de Espadañedo de 1490 (3), 1491, 1492, 1493 (2, un en copia do XVII), 1494, 1496, 1505 (2), 1507 (8) e 1510 (*ACOu* 5218-20, 5252, 5272, 5303, 5321, 5355, 5512-3, 5553-60, 5623; Pereira Ferreiro, 1979, núms. 55-57, 59-61, 64, 68, 76-77, 80-87, 91).

17.2.4. En Pontevedra en 1439 o testamento de Tareixa Pérez, fundadora de Hospital “Corpo de Deus” (Armas Castro, 1992, 349-53), un de 1505 que traslada as ordenanzas e posturas antigas de Pontevedra de 1496, con numerosos castellanismos (Armas Castro, 1992, 382-8), e no Tombo do Hospital de Santa María do Camiño de 1487, 1489, 1492 (2), 1500 (2), 1502 e 1503 (2) (Comesaña, 1995, núms. 26, 31, 33, 35-38, 40, 45). Tamén no mosteiro de Armenteira un de 1488 que traslada un documento latino de 1271 (*AHN* 1762.6), no de Aciveiro de 1509 e 1511 (Vaquero Díaz, 1999, núms. 7-8), no de Carboeiro un de 1463 (*ACS*, mazo 425, fols. 68r-69r) e no de Poio de 1519 e 1529 (*AHN*

1872.18,21) e o foro dos lugares de Poio Pequeno de 1517 (“Documentos”, 1951, 145-9). Ademais, en Cangas un de 1493 (López Carreira, 1999, núm. 25), en Tui un de 1471 (Domínguez Fontela, 1922, 468-73), o testamento de Pai Gómez de Soutomaior de 1454 conservado nunha copia de finais do XVI (*CDGH*, 460-71), un de 1454 de Lope Sánchez de Ulloa (Vaamonde Lores, 1915, 10-11); un de 1474 en que fan as paces o arcebispo Afonso de Fonseca e Pedro Álvarez de Soutomaior, mariscal de Baiona e vizconde de Tui (García Oro, 1977, 253-5); unha copia do testamento deste conde de 1476 moi castelanizada (Lis Quibén, 1950, 131-5) e outra copia do traslado en 1504 doutro testamento do conde de 1486? (Simancas, Consejo Real, mazo 478, fols. 127r-31r).

17.2.5. A interferencia pode darse xa nos primeiros tempos, como ocorre nun documento de Mondoñedo de 1284 do meiríño maior de Galicia (Cal Pardo, 1999, 69-70); noutro do mosteiro da Colleira no que está o traslado dun documento de 1099 feito entre os séculos XIII-XIV cun galego moi contaminado de castelán (Cal Pardo, 1983, 93-97); en Ferreira de Pallares en documentos de 1266 e 1272 (este feito por notario de Palas de Rei) que mesturan galego e castelán (Rey Caíña, 1993, núms. 226, 249) e noutros de 1271 e 1272 en galego con palabras en castelán (Rey Caíña, 1993, núms. 241, 252); en Lugo en 1341, 1358 (do adiantado do rei en Galicia, feito en “Outero de Rey”) e 1363 (do pertegueiro maior de terra de Santiago) (Portela/García Oro, 1997, núms. 415, 622, 651); en Monfero nun de 1310 do adiantado maior (*AHN* 505.7); en Montederramo nun de 1331 (núm. 980); en Santa María de Ribeira dúas sentencias do alcalde maior de 1362 (Sáez Sánchez, 1944, 200-3)⁶⁴; en Samos nalgúns de finais do XIII (*AHN*, Carpeta 1247), especialmente nun de 1291 (*AHN* 1247.19). Un de Ferreira de Pallares en galego de 1278 empeza “Jn era de mjll e de trezientos e diez e vj años, iij días andados do mes de junio. Conoszuda cousa seia...” (Rey Caíña, 1993, núm. 298). Tampouco é infrecuente que moitos documentos comecen coa forma castelá “sepan”, que algúns empecen coa fórmula “Sepan quantos esta carta de fuero vieren”, ou parecidas, para continuar en galego, como un de 1484 de Santa a María a Nova de Lugo (*AHN* 1125.9), e que a finais do XIV e no XV teñan artigos e pronomes en castelán (como en 1382: *AHN* 1103.11). Ademais, moitas veces nos últimos tempos empezan coa data híbrida, despois poñen en castelán “Sepan quantos este contrabto de foro çensual vieren”, ou fórmulas parecidas, e logo continúan en galego, como en Santa María do Camiño de Pontevedra en 1500 ou 1502 (Comesaña, 1995, núms. 37-38). Un de San Pedro de Fóra de 1474 empeza “Ano do nasçemento do Noso Señor Ihesu Cristo de mjll et quatroçientos et setenta et quatro años, dies et syete días do mes de febrero. Sabian quantos este contrabto de aforamjento vieren como nós, don Afonso Mosqujra, abad do moesterio de Sant Pedro de Fóra dos muros da çibdad de Santiago” e despois continúa en galego (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.10). De maneira semellante empezan unhas longas notas de 1496 (3) e outra de 1495 de San

⁶⁴ Sáez di que son de difícil lectura por estaren borrosos. Por iso non sei se os castelanismos están nos documentos ou se trata de interpretacións do editor.

Martiño que despois continúan en galego, algunhas con palabras en castelán (*AHD, San Martino*, c. 88/7, fols. 61v-62r, 71v-72v, 80rv). Lembremos que moitos dos documentos de San Pedro de Fóra copiados na c. 9 do *AHD* (§ 14.1) teñen a data en castelán.

17.3. *Textos en castelán con galeguismos*. De igual maneira que temos moitos documentos en galego que conteñen palabras ou frases en castelán, tamén é bastante coñecido o caso contrario, é dicir, que documentos escritos en castelán conteñan palabras ou frases en galego. Poderíamos indicar numerosísimos exemplos, pero limitareime a por unha ampla mostra. En Santiago, nas *Actas Capitulares* da catedral hainos de 1466, 1468, 1476, 1479, 1481 e 1482 (Vázquez Bertomeu, 1996, Apéndice, fols. 192v, 250v, 288r, 293v-4r, 295v) e nas de 1489 e 1494; ademais, o *Libro do Subsidio* (de 1500), aínda que está escrito en castelán, conserva en galego o nome de numerosas freguesías e ten palabras en galego (Vázquez Bertomeu, 2003, 63-120); en San Paio de Antealtares de 1441, 1480, 1487, 1488, 1491, 1492, 1498 (é copia moi posterior), 1504 (8) e 1512 (*AHUS, San Martiño*, 465, fols. 35v-36v, 145r, 153r, 156r, 156v, 159v, 160v-1v; *id.*, 703, peza 5; *id.*, 847, fols. 43r e ss., 51r-55r; *ACS*, mazo 425, fols. 37, 206rv, 268rv; *AHD, San Martiño*, c. 86.28/4); en San Pedro de Fóra de 1487, 1488 (2), 1491, 1503 e 1506 (*ACS*, mazo 425, fols. 100r-1r, 210rv; *AHD, San Martiño*, c. 9, fols. 44v-45r, 103r-4v, 117r; c. 60.38); en San Martiño de 1494 (3), 1495 (14), 1496 (31), 1497 (24), 1498 (8), 1499 (24), 1500, 1501 (2), 1503 (2), 1504 (18), 1507, 1509, 1519, 1525 (2) e copias posteriores de 1491, 1494 e 1495 (*AHUS, San Martiño*, 465, fols. 30r-31r, 42v-43r, 86r-90r, 101r-3v, 104v-5v, 106v, 110v-3r, 132v-4r, 142v, 143r, 146r, 147r-8v, 149v-51r, 152v, 155v, 156v, 157rv, 158r-9r, 162r, 170v-1v, 186v-7v, 192v-4r, 203v-15r, 217v-25v, 226v-8r, 230v-4v, 236r-8v, 240v-3r, 244v-5r, 249v-50v, 251v-2r, 262r-4r, 265r-6r, 268v-72v, 273v-4v; *id.*, 466, fols. 7v, 14v, 17r, 17v-18r, 18rv, 19rv, 20rv, 24rv, 41r, 58r; *id.*, 674, fol. 24r, 25rv, 45rv, 73r-73v; *id.*, 703, peza 18; *id.*, 1154, fols. 156r-7r, 311r-3v; *ACS*, mazo 425, fols. 291r-2v; *AHD, San Martiño*, c. 9, fol. 89r; c. 54, fols. 10rv, 395rv, 396v-8r; c. 58.9/14,72,74; c. 84.13/1-2,9; c. 88/7, fols. 27rv, 28rv, 45r, 50v-51r, 53rv, 56r-57v, 59r, 60v-61v, 65v, 66r, 70v, 82rv, 103v, 104rv, 113v-4r, 120r, 120v); en Santa Clara hai un de 1505 e outro de 1523 con palabras e frases en galego no que o notario dá fe en galego con castelanismos e despois un engadido de 1534 en castelán con palabras en galego (*AHD, San Martiño*, c. 46.3; c. 47.1). No *AHUS* hainos de 1504, 1505 e 1414 (Col. Blanco Cicerón, 93-94, 150), un de 1495 (do licenciado frei Pedro de Aragón, administrador perpetuo do Hospital Vello), de 1498, 1499, 1516 (*A-75*, núms. 18, 68, fols. 77, 579-80; *A-76*, núms. 6, 57, fols. 95, 513-4) e 16 documentos procedentes de Ourense de 1516 (Justo/Lucas, 1991, 534-70). En Santiago tamén temos unha sentenza do alcalde maior do reino de 1405 (Rodríguez Núñez, 1993c, 334-5), en c. 1487 un preito de D^a Orraca de Moscoso coa igrexa de Santiago e en 1493 un documento con formas hipercaracterizadas como “maravedís vejós” (García Oro/Portela, 2000b, 639-645). Noutros lugares da provincia, en Bergondo hai dous de 1518 (*AHD, San Martiño*, c. 54, fols. 195r-215r); en Bribes un de 1502 con moito gale-

go (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 321r-7v); en Cis de 1491 (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.22); en Corcubión de 1499 (Barreiro, 1995, 148-50); en Muros de 1511 e dous de 1518 (*Papeis*, fols. 77v-79r; *Mazo 2*, fols. 15rv, 17r-18r); en Sobrado de 1500, 1503, 1504 e 1507 (2) (*AHN* 554.13, 555.1,7-8) e en Toxos Outos de 1494 (*AHN* 557.8).

17.3.1. Na provincia de Lugo podemos citar na capital un de 1401 con moitos galeguismos, porque reproduce diferentes testemuños nos que mestura galego e castelán (Portela, 1998, 18-24) e de 1434, 1442 (2), 1443 (estes 3 do bispo feitos polo notario Pedro Sanches de la Cruña); despois de 1479 (2), 1480 (20), 1481 (3), 1482 (2), 1486 (5), 1487 (4), 1488 (2), 1489, 1490, 1493 (2) e 1494 do bispo Alfonso Enríquez, con poucas palabras en galego, e de 1497 do cabido (Portela, 1998, 180-1, 203-5, 206-8, entre as pp. 481-582, 585-6), así como de 1482 e 1497 (*AHN* 1337.14,16); nos Dominicos de 1506, 1512, 1514 e outro de 1522 con moita interferencia do galego, sobre todo na indicación dos lugares (*AHN* 1125.17-18bis). Noutros lugares, en San Salvador de Chantada de 1326 (do adiantado maior), 1510 (8), 1512, 1513 (2), 1515 (2), 1516 (2), 1518 (2), 1520 (2), 1524 (2), 1525, 1527 (4), 1528 (2) e 1537 (González Balasch, 1987b, 73-74; *AHN* 1079.15,17-22,24, 1080.3,5-8,11-12,14,17, 1081.1,2,4-6,9-14); en San Martiño da Cova de 1524 (*AHN* 1066.13); en Ferreira de Pallares nun engadido de 1512 a un documento galego de 1492, nun de 1505 recollido nun en galego con castelanismos de 1509 e nun de 1507 (Rey Caíña, 1993, núms. 658, 666-7⁶⁵); en Ferreira de Pantón un de 1526 (Fernández de Viana, 1994, 285-6); no pazo de Ludeiro (Lugo) un de 1523 (Cabana Outeiro, 2003d, 51-52); en Meira, entre outros, de 1492, 1505, 1506, 1512, 1514 e 1516 (Mariño Veiras, 1983, 192, 225, 227, 231, 346, 385; *ARG*, núm. 63); en Mondoñedo de 1454, 1462, 1468, 1469 (Tombo da catedral, fols. 227v-32v), 1479, 1485, 1486, 1491 (Cal Pardo, 1999, 310-1, 344-5, 376-9, 420-1, 423-4, 443-4; 1993, 803-4), 1500 e 1501 (2) (*AHN* 1196.15,17-18), así como nun Sínodo de 1462 en traslado de 1489 (Cal Pardo, 1999, 340-3; García, 1981, 36-39) e un documento feito en Santiago en 1488 que ten numerosos nomes de freguesías e mosteiros en galego (Cal Pardo, 1999, 426-39); en San Vicenzo de Monforte de 1499, 1506, 1511 (3), 1512 (3), 1515, 1516, 1517 e 1519 (*AHN* 1210.6, 1211.8,17-20, 1212.3-4,16,18, 1213.1,5); en Órrea de 1496 (Cal Pardo, 1985, 79-81); en Penamaior de 1523 (2) e 1526 (*AHN* 1237.8-9,12); en Samos de 1434, 1456 (2 feitos en Vilafranca polo notario Rodrigo Afonso de Samos), 1485 e 1492 (*AHN* 1269.10, 1285.12-13, 1299.20-22, 1301.6); en Sarria de 1509 (López Arias, 1996, 123-4); en Torbeo de 1504 (*AHN* 1324.6); en Vilanova de Lourenzá de 1492 (2), 1493 (5), 1494, 1495 (2) (*AHN* 1120.5,8-10,12-15,17-18) e 1510 (*AHN*, Códices, 181B, fol. 44); en Vilourente de 1500, 1501, 1505 e 1511 (Graña, 1990, 453-60); en relación con Viveiro de 1489 (Cal Pardo, 1991, 225-6) e en San Francisco

⁶⁵ Rey Caíña, 1993, non le o de 1507 (*AHN* 1106.7) por consideralo ilexible (núm. 666) nin o engadido de 1512 (núm. 658). En Pallares xa hai un de 1287 con algunha palabra en galego e outro de 1341 con galeguismos porque o traslada no mesmo ano un notario de Lugo que escribe en galego (Rey Caíña, 1993, núms. 338, 511).

de Viveiro un de 1538 en castelán que contén unha carta de 1503 bastante híbrida e unha ratificación dela de 1509 en castelán con galeguismos (Castro, 1989, 582-5).

17.3.2. En Ourense hainos de 1430, 1487 (3), 1488, 1489, 1491, 1494, 1499 (3), 1500, 1501, 1502, 1503 (3), 1504, 1506 (2), 1509 (2), 1512, 1515, 1521, 1522 (2), 1523 (3), 1528, 1530 (2) e 1539, este último aínda con palabras e frases en galego (Alonso, 1904, 278-80; *id.*, 1907, 111-2; *DACO*, 1917, 411-3; *DACO*, 1923, 17, 21-24; Ferro Couselo, 1967, II, 238-40; *ACOu*, *Clérigos de Coro*, 108; *Bispo e Dignidades*, 23, 83r-84r; *Escrituras* III, 20, 28; VII, 19, 62r-63v, 106; XI, 26-34, 67r-69v; XIX, 451, 480; XX, 84, 123, 126, 273, 274-8; XXI, 99; XXII, 184; XXIII, 3; *Fábrica e Capelas* I, 59, 60, 63, 64). En lugares da provincia, en Allariz un de 1482 nun traslado en castelán de 1514 (Rodríguez Núñez, 1993c, 357-9); en San Miguel de Bóveda de 1497 (*ACOu* 5374); en Celanova de 1490 (empeza coa data en galego), 1491 (en apeo feito no XVI), 1496, 1498 (15), 1499, 1500 (4), 1502 (3), 1503 (3), 1504, 1506, 1509, 1511, 1514, 1516, 1517, 1518, 1522 e 1525 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 830, 852, 922, 933-43, 945, 948, 951-2, 955, 961, 965, 967-8; *ACOu* 5442, 5444, 5449, 5459, 5466, 5469, 5495, 5533, 5609, 5645, 5703, 5738, 5745, 5759, 5812, 5849); en Melón de 1502, 1503 (2), 1506 (2) e 1508 (5) (*ACOu* 5454, 5471, 5475, 5523, 5542, 5572, 5574-6, 5588); en Montederramo de 1465 (2), 1506, 1508 e 1527 (núms. 1689, 1690, 1822, 1827, 1855) e en dous de 1515 do abade Juan de Horuña, feitos por Alonso de la Vega, nos que se tenta escribir en castelán sen dominalo totalmente (núms. 1847, 1848); en Santa Comba de Naves de 1491, 1492, 1504, 1507, 1511, 1515, 1522 e aínda de 1543 (*ACOu* 5242, 5263, 5489, 5566, 5652, 5709, 5810, 5983); en Oseira de 1503, 1517 (4), 1521, 1523 (*ACOu* 5460, 5741, 5749, 5751, 5754, 5789, 5828) ou 1529, documento no que se escribe “testamjento” xunto a “vinte” (*ACOu* 5884); en San Clodio do Ribeiro un de 1486, do conde de Ribadavia, adiantado maior no reino, con frases en galego (Lucas/Lucas, 1996b, 712-3), e outros de 1508, 1520, 1521 (2), 1524 (2), 1525, 1531 e 1532 (*ACOu* 5583, 5776, 5786, 5796, 5834, 5837, 5850, 5899; Ferro Couselo, 1967, I, 228); en San Pedro de Rochas de 1489 (incorpora carta dos Reis Católicos), 1519, 1520 e 1524 (Vázquez Núñez, 1903, 197-202; *ACOu* 5769, 5782, 5846); en Santo Estevo de Ribas de Sil de 1508, 1516, 1517 e 1528 (*ACOu* 5582, 5753, 5881; *AHN* 1563.7); en Sobrado de Trives de 1490 e 1512 (Martínez Sáez, 1989, núms. 367, 409); en Xunqueira de Espadañedo de 1511 (2), 1513, 1514 e 1424 (6) (*ACOu* 5650-1, 5681, 5702, 5829-33; Pereira Ferreiro, 1979, núms. 95-96, 99, 101, 106-12). Tamén o procurador do conde de Ribadavia (chamado Alfonso de Carrión) fai un requirimento ó concello da vila e nel aparecen palabras en galego, lingua na que dá fe o notario (Fernández Suárez, 2002, 489-92).

17.3.3. En Pontevedra hai unha sentenza do concello de 1488, con bastante galego na parte correspondente ó notario (Armas Castro, 1992, 374-5) e no Tombo do Hospital de Santa María do Camiño en documentos de 1501 (2: o primeiro contido nun documento de 1503 en galego e o segundo, con bastantes galeguismos, contén tamén un documento de 1509 en galego con castelanismos), 1522 e 1525 (Comesaña, 1995, núms. 28, 39,

43-44). Ademais, en Aciveiro un de 1513, con bastante galego (Vaquero Díaz, 1999, núm. 9); en Carboeiro un de 1492 trasladado en 1527 (*ACS*, mazo 425, fols. 260r-5r); en Olives (na aldea de Fraíz) un de 1527 (*CDH*, III, 150-2); en Poio un de 1495 (*AHN* 1872.7); en Tui trasladados en castelán (un deles en 1481) de cartas de Fernando de Acuña e o licenciado Chinchilla que están galeguizadas e outras cartas con galeguismos en 1481, 1506 e 1507 (2) (Vila-Botanes, 2001, 302-5, 307-9, 314-6).

17.3.4. Estes documentos escritos en castelán son moi variados e a presenza neles de palabras en galego non é idéntica en tódolos casos, pois nalgúns documentos só aparecen unhas poucas e noutros son abundantes e mesmo chegamos a atoparnos con frases máis ou menos longas. Xunto ós exemplos citados indicarei a continuación outros onde podemos ver diferentes casos de uso do galego. Así, en Santiago en relación co conde de Altamira hai un de 1459 que empeza “Ena çibdade de Santiago, viinte e quatro días do mes de abril, ano del nasçimiento...” e despois continúa en castelán (García Oro/Portela, 2000b, 912-21), nun de 1491 de Iohán de Montemayor, bacharel en decretos, cóengo, provisor oficial e vigairo xeral, achamos “nasçemento” e “nouenta et hũu anos. Testigos que forom presentes” (*A-81*, núm. 16, fol. 268), noutro do mesmo ano (*A-82*, núm. 36, fols. 272-3) “año del nascemento ... de mjll e quatrocentos e noventa e hũu años, seys días del mes de nouiembre” (fol. 272r) e dous de 1486 empezan “ano do nasçemento de Noso Señor Ihesu Cristo de mjll et quatroçentos et oytenta et seys años, a nove días do mes de junho” (*A-81*, núm. 37, fol. 621r) e “año do nasçemjento de Noso Señor Ihesu Cristo de mjll et quatroçentos et ochenta et seys años, quatro djas del mes de abril. Sábean todos” (*A-82*, núm. 57, fol. 490r) e despois continúan en castelán. O núm. 78 do *Tombo 9º*, con varios documentos, temos “año del senor de mjll e qujñentos e trinta e sete años”, “sete días del mes de abril ... de mjll e qujñentos e trinta e sete años”, “mjll e qujñentos e trynta e quatro anos”, “mjll e qujñentos e trinta e quatro”, “en la felegresía de San Gíao dAlmeyxas, jurdiçión de la çibdad de la Cruña, a trynta días del mes de nobienbre”, “jurdiçión de la çiudad de la Cruna ... a vynte e ocho días del mes de agosto ... de mjll e qujñentos e vynte e quatro”, “año del senor de mjll e qujñentos e trynta e vn años”, “San Gíao dAlmeyxas, jurdiçión de la çiudad de la Cruña ... mjll e qujñentos e trinta e vn años”, “dez (riscou “siete”) días ... mjll e qujñentos e trinta e sete años” (*A-81*, núm. 78, fols. 1107r, 1108v, 1110r, 1111r, 1113r, 1115r, 1128r, 1128v, 1129r). De maneira semellante un de San Martiño dos Piñeiros de 1496 empeza “ano do nasçemjº de Noso Señor Ihesu Cristo de mjll et quatroçentos e noventa et seys anos, des e oyto djas do mes de mayo, en la vjlla de Mogía, dentro das casas de morada de Álluaro Cordero, vº da dña vila” para continuar en castelán (*AHUS*, 674, fol. 20r); en 1517 podemos ler “mill e qiñentos e diez e sete”; en 1523 “mjll e qujñentos e vjnte e tres”; en 1524 “mjll e qujñentos e vynte e quatro”; en 1526 “dez e seys djas ... mjll e quynºs e vinte e seys” (*AHUS*, 466, fols. 27v, 70r, 83v, 85r, 87v); nun de 1523 (*AHUS*, 1154, fols. 191r-2v) “año del nasçemjº de noso señor ihu xpo. de mjll e qujºs e vynte et tres años, vynte y seys días” (fol. 191r); en 1527 (*id.*, fols. 288r-92v) “mjll e qjºs e vjnte

e septe” (fol. 288r); noutro do mesmo ano (*id.*, fols. 293r-6v) “a vjnte días del mes de julio del año del señor de mjll e quj’s et vjnte y septe” (fol. 293r); nun de 1528 “a vinte et vn días del mes de setembre, año del Señor de mjll et qujntos et vinte et ocho años” (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.44); nun de 1535 “mjll et qujntos et trinta et çinco anos”, noutro de 1547 “qujntos” e noutro de 1548 “mjll et qujntos et corenta et ocho” (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 41, 120). No *AHUS* son numerosísimos estes casos ata a década dos trinta. Vexamos algúns máis: en 1508 “qujntos et ocho” (*A-82*, núm. 62, fol. 536), en 1519 “a vynt et quatro djas del mes de marçio ... mjll et q. et djez et nove”, “posisión” e “et outros” (*A-82*, núm. 86, fols. 990v, 991r), en tres de 1520 “vjnte et ocho djas”, “et vjnte años”, “nobenbre”, “vinte” e “veynte e vñ djas ... mjll e q. et vjnte años” (*A-80*, núm. 13, fols. 367v, 369r; *A-82*, núm. 88, fol. 996v), en 1528 “veynte et sete días del mes de nobenbro” (*A-75*, núm. 74, fols. 613v), en 1529 “a dez días do mes de agosto del año de mjll e q. e bjnte e nove años” (*A-81*, núm. 3, fol. 20r), en 1534 “trjnta et quatro anos” (*A-74*, núm. 66, fol. 608r), en 1532 e 1534 “trinta” (*Archivos Familiares*, c. 2, núm., 7; *A-81*, núm. 77, fol. 1102), en 1536 “qujntos e treynta e seys” (*A-82*, núm. 38, fol. 279r). Algo semellante ocorre noutros lugares, como nun de Bergondo de 1503 que empeza “enno ano do nasçemento de Nro. Señor Iesu Cristo de mjll e qujntos e tres anos, estando enno lugar de Castro” e despois continúa en castelán con galeguismos (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 219r-26v); un de Ferreira de Pallares de 1490 que comeza “Enno anno do nasçemento de Noso Señor Ihesu Cristo de mjll e quatroçentos e nobeenta annos, dous días do mes de febrero” e despois continúa en castelán con galeguismos (Rey Caiña, 1993, núm. 654); un de Samos de 1501 que comeza “Año do nasçimento do Noso Senor Ihesu Cristo de mjll e qynentos et vn anos, o primeyro dja del mes de febreyro” e continúa en castelán con galeguismos (*AHN* 1302.6); un de Soandres de 1481 que empeza “año do nasçemento de Noso Señor Ihesu Cristo de mjll e quatroçentos e ohenta (sic) e vn años, vijnte e ocho días” (*AHUS*, 897, fol. 231rv) ou en documentos de San Clodio do Ribeiro de 1531 e 1533 (*ACOu* 5899 e H, sen numeración), nun de Ramirás de 1494, que traslada un privilexio de Sancho IV (*Arq. Antealtares*, caixón 6, mazo 1-B, núm. 30) ou nun de San Francisco de Viveiro de 1498 que contén frases en galego, especialmente na indicación da data e testemuñas, e no que o notario se decide máis polo galego (*AHN* 1324.21). Como feito destacable podemos citar un documento da catedral de Ourense de 1438, no que o escribán puxo primeiramente “mjll et quatroçientos et treynta et ssiete” e despois riscou “ssiete” e escribiu sobre a liña “oyto” (*Escripturas* XII, 89).

17.3.5. A presenza de galeguismos ocasionais é frecuente en moitísimos documentos do século XVI escritos en castelán, debido a que os notarios e escribas estaban tan familiarizados con certas palabras galegas que non encontran as palabras castelás correspondentes ou non as queren utilizar, tal como ocorre hoxe cando escoitamos por ignorancia frases como “tenía el hijo en el *colo*” ou “el pan está *reseso*”. Vexamos máis casos de Santiago: en 1506 temos “millo” e “setenbro” (*AHUS*, 466, fol. 27v), en 1539 “febreyro”

(A-74, núm. 2, fol. 19r); en 1500 e 1501 “quinentos”, “quyñentos”, “quiñentos” ou “quijñentos”; en 1501, 1508 (2), 1509 e 1515 “qujñentos”; en 1515 “qujñentos” e “dez e ssete días”; en 1523 (2) “quijñentos”; en 1523 “mjll e quijñentos e vjnte e tres”; en 1523 “vynte e tres”; en 1517 “diez et septe”; en 1526 “vinte y seys”; en 1532 e 1533 “trinta”; en 1544 “corenta e quatro” (dúas veces) (AHD, *San Martiño*, c. 44, fols. 208rv, 233v; c. 60.32-34,40; c. 61.28,33,39,41,43,46,48; c. 62.49; c. 78.9,14/2-10); en 1504, 1520 e en numerosos documentos das primeiras décadas do século “vinte”, igual que ocorre coa expresión “a montes e a fontes” (cf. AHUS, *San Martiño*, carpetas 465, 466 e 674, fols. 452v e caderno sen numerar de 674, fols. 2rv, 4v, 12v). Esta exemplificación poderíamola estender a tódalas catedrais e mosteiros de Galicia, pero só indicarei uns cantos casos máis. Así, en moitísimos documentos do século XVI de Samos podemos ver algunha palabra en galego, ou mesmo frases, como *foro*, *convén a saber, a jur e a mao*, *San Martiño de novembro*, etc., especialmente nos de 1503 (2), 1508 (4), 1509, 1510 (2) (AHN 1303.8-9, 1307.4-7, 1308.3, 1309.8,12) e aínda nalgúns de 1521, 1527, 1531 (“castineyras ... lñpio de po et da palla, medido per tega real”), 1532 (“Santa María de su a Proba ... formays, montes e fontes”) e 1536 (2) (“formays, a montes e a fontes”, “árbores e formays, a montes e fontes”) (AHN 1315.19, 1316.15bis, 1317.20,22, 1318.11-12). En Oia o notario Afonso Álvares, racioneiro na igrexa de Baiona e notario apostólico público xurado no bispado de Tui, xa se pasa ó castelán en documentos de 1495 e 1496 (AHN 1489.14-16,18-19), pero escápanlle frases ou palabras en galego por ignorancia, como en 1495 “por son de campana tangida” (AHN 1489.14, liña 3), “que sean aquellos que nomearen et sy nomeados non fueren que seyan aquellos que por derecho heredaren sus byenes” (liña 8), “las dichas esmonlas” (liña 14), “sy la ende ovyeren feyta” (liña 15), etc. Inclusive chega a inventar palabras, como en 1496 “seys días del mes de *genero*” (AHN 1489.18, liña 1), disparate que se repite noutros textos, como en Santiago en 1501 e 1512 “del mes de *janero*” (AHUS, A-81, núm. 68, fols. 1058r e 1059r; *id.*, *San Martiño*, c. 465, fol. 43r) ou en Ferreira de Pallares en 1505 (Rey Caíña, 1993, núm. 667). En cambio, na catedral de Ourense hai un de 1532 coa palabra “janeyro” (*Clérigos de Coro* 5). Unha invención curiosa témola nun de San Martiño de 1496 que di “çenteno lñpo del *polo* et de la paja” (AHUS, *San Martino*, 465, fol. 265v), no que se transforma o galego *poo* nun inexistente *polo* en lugar de *polvo*. Importante é que ben avanzado o século XVI aínda continúa a presenza de galeguismos en documentos casteláns, como nun preito contra D^a Leonor de Moscoso por falsificación de documentos, no que hai textos de 1527 en castelán con bastantes palabras en galego (Simancas, Consejo Real, mazo 478, fols. 87rv, 88v-89r, etc.), ou nas ordenanzas antigas de Viveiro reformadas polo Rexemento en 1551 (García Oro/Romaní, 1989, 249-66), nun de Monfero de 1561, no que podemos ler “rogelos” e “potros y anellos” (ARG, Sección XI, Códice 276) ou nun de Ortigueira de 1587 coa palabra “chousa” (ARG, Sección XI, sen núm.).

17.4. Ós exemplos citados nos §§ 17.2, 17.2.1-5 debemos acrecentar outros que presentan certas particularidades. Así, hai documentos escritos en galego con castelanismos

nos que os notarios (que moitas veces mandaron escribi-los documentos) adoptan distintas posturas. Nuns dan fe en castelán, como en documentos do *AHUS* de 1505 (2) (Col. Blanco Cicerón, 94), de Belvis de 1489 (*ACB*, mazo 50.7), de Santa María a Nova de Santiago de 1506 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 236v-7r), de San Paio de Antealtares de 1490 (*AHUS*, 1154, fols. 107r-17r), de San Pedro de Fóra de 1484 (*AHD*, *San Martiño*, c. 58.84), de Celanova de 1494 e 1510 (2) (Vaquero Díaz, 2004, núm. 899; *ACOu* 5637-8), de Chantada de 1499 (2), 1506 e 1510 (*AHN* 1078.17-18, 1079.7,16), de Lugo de 1488, 1490, 1497 e 1498 (3) (Portela, 1998, 566, 569-70, 586-7, 592-3, 594-5; *AHN* 1337.17), da Casa de Lemos de 1474 (Pardo de Guevara, 2000, II, 201-3), de Melón de 1496 (*ACOu* 5362), de Mondoñedo de 1489 (Cal Pardo, 1999, 440-2), de Santa Comba de Naves de 1493 (2) (*ACOu* 5302, 504), de Noia de 1503 (Barreiro, 1995, 151-2), de Oseira de 1500, 1502, 1504 e 1507 (*ACOu* 5422, 5435, 5502, 5567), da catedral de Ourense de 1489, 1498, 1504, 1513 e 1525 (*Clérigos de Coro*, 2, 94; *Escrituras* XIX, 116; XX, 80, 87), de Pontevedra un Santa Clara de 1492 (*AHN* 1856.6) e outro do Hospital de Santa María do Camiño de 1503 (Comesaña, 1995, núm. 31), de Samos de 1493, 1494 (3), 1495 (2) e 1496 (*AHN* 1301.7bis,11-12,14-16), de San Clodio do Ribeiro de 1513 (*ACOu* 5682), de San Pedro de Rochas de 1497, 1504 (3), 1505 e 1506 (*ACOu* 5370, 5486-7, 5494, 5509, 5518), de Toxos Outos de 1496 (*AHN* 557.9) ou oito de Xunqueira de Espadañedo de 1507 (*ACOu* 5553-60; Pereira Ferreiro, 1979, núms. 80-87). Noutros dan fe en castelán con galeguismos, como nun da Coruña de 1492 no que o notario é Francisco García de Tordesillas (Barral, 1998, 444-5), en textos de Lugo de 1479, 1497 e 1498 (Portela, 1998, 479-80, 587-90), nun de Chantada de 1510 (*AHN* 1079.13), nun de San Clodio do Ribeiro de 1496 (Lucas/Lucas, 1996b, 732-3) e noutro de Toxos Outos de 1516 (*AHN* 557.13). Noutros dan fe en galego correcto, como en catro de Lugo de 1480 (Portela, 1998, 496-7, 500-1, 503-4, 513-4), en dous de 1482 de Diego de Muros, bispo de Tui e administrador do mosteiro de San Martiño dos Piñeiros (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.16; c. 58.28), nun de San Paio de Antealtares de 1487 e outro de Toques de 1493 (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.77-78). Noutros dan fe en galego con castelanismos, como en documentos de Lugo de 1479 (2) e 1485 (Portela, 1998, 457-8, 464-5, 542-3) e de Samos de 1485 (*AHN* 1299.15). Noutros dan fe mesturando as dúas linguas, como en Lugo en 1484 e 1498 (4) (Portela, 1998, 539-40, 595-8; *AHN* 1338.3), nun de Chantada de 1500 (*AHN* 1078.19), nun de Oseira de 1503 (*ACOu* 5461), nun de Poio de 15..? (*AHN* 1872.11) e en dous de Samos de 1489 e 1493 (*AHN* 1301.1,7).

17.5. Pero aínda podemos atopar outras combinacións, como ocorre en documentos escritos en galego sen castelanismos nos que os notarios presentan distintas solucións. Uns dan fe en castelán, como no testamento de D^a María de Limia de 1442 (Suárez Fernández, 2002, 366-7), en Castro de Rei en 1481 (*ACOu* 4978), en Celanova en 1470 e 1489 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 600, 821), en Chantada nun traslado dun documento de 1501 en galego (*AHN* 1078.22), en San Martiño da Cova en 1481 (*AHN* 1065.16), en Lugo en 1438, 1440, 1446 e 1451 (Portela, 1998, 192, 197, 212-3, 232-3), en San Do-

mingos de Viveiro en 1472 (2) (García Oro, 1987, 113-5), en Melón en 1413 –o notario chámase “Gutierre Fernández de Salamanca”– (ACOu 3531), en Ourense en 1428, 1429, 1430 (2) e 1435 –o notario é “Pedro Sánchez de Baeça”– (*Escrituras* II, 21; III, 26; VII, 110; XIII, 57; XX, 113) e en 1393, 1428, 1454 (2), 1455, 1464, 1471 (2), 1474, 1477, 1478, 1480, 1481, 1486, 1488, 1492, 1494 (2), 1495 (2), 1496 (3), 1499, 1500, 1503 e 1511 (*Clérigos de Coro*, 133; *Escrituras* III, 2, 3; VII, 1, 9, 21, 23, 72r-74r, 76-77; XV, 6, 17, 33; XVII, 88; XVIII, 50 (2); XIX, 450, 481; XX, 86, 90, 95, 113; XXI, 48; XXIV, 243, 246; *Fábrica e Capelas* I, 15, 35; López Carreira, 1998a, 651-2, 663-4; Seca, 1926, 472-5), en Montederramo en 1418 (2) (núms. 1511-2), nunha “carta de obrigaçón” de 1480 dos procuradores da Coruña, Betanzos, Lugo, Ourense e Viveiro (Ferro Couselo, 1967, II, 474-6), en Muros en 1490, 1499, 1501, 1502, 1506, 1507 (2) e 1510 (*Mazo 1*, fols. 9rv, 12r-18v; *Libro da Colexiata*, fols. 41v-43r; *Mazo 2*, fol. 9rv; ms. do concello), en Oseira en 1498, 1505 e 1507 (2) (*AHN* 1556.10; ACOu 5506, 5545, 5564), en San Pedro de Rochas en 1495 (5), 1496 (3), 1498 e 1514 (ACOu 5329-33, 5353, 5357-8, 5389, 5704), en San Pedro de Fóra de Santiago en 1493 (*AHUS*, 897, fols. 251v-2v [ou 241]) ou en Santa Comba de Naves en 1473, 1474 (3), 1475 (2), 1477, 1478 e 1479 (ACOu 4717, 4747, 4749-50, 4803-4, 4859, 4864, 4904). Outros dan fe en castelán con galeguismos, como nun da catedral de Santiago de 1405 (Sánchez Sánchez, 2000, núm. 61), en Ferreira de Pantón en 1483 e 1484 (Fernández de Viana, 1994, 254-7), en San Pedro de Rochas en 1500 (ACOu 5412), en Samos en 1499 (*AHN* 1302.7), en San Domingos de Viveiro en 1473 (García Oro, 1987, 117-8) ou en Xuvia en 1491 (Pena Graña, 1992, 597-8). Outros dan fe en galego con castelanismos, como en San Martiño da Cova en 1504 (*AHN* 1506.7), en Lugo en 1343, 1470 e 1474 (Portela/García Oro, 1997, núm. 448; Portela, 1998, 353-4, 396-8), en Muros en 1494 (*Papeis*, fol. 73rv), en Oseira en 1503 (ACOu 5465), en Pombeiro en 1502 (ACOu 5437; falta a fe en Lucas/Lucas, 1996a, 350-1) ou en Toques en 1493 (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.25). Outros mesturan as dúas linguas cando dan fe, como en Chantada en 1506 (*AHN* 1079.9), en San Martiño da Cova en 1485 e 1504 (2) (*AHN* 1065.17, 1066.5-6), en Montederramo en 1482 (núm. 1755), en Muros en 1496 (*Papeis*, fols. 74v-75r), en Oseira en 1496, 1497 (3) e 1500 (ACOu 5361, 5364, 5366-7, 5409), en San Clodio do Ribeiro en 1502, 1508 e 1511 (ACOu 5455, 5594, 5655) ou nun de Xuvia de 1484 (Pena Graña, 1992, 594-5). Nun de Chantada de 1502 o notario dá case toda a fe en castelán, pero ó final pásase ó galego (*AHN* 1079.1). Como particularidade podemos citar a un notario de Lugo que dá fe en castelán, ou en castelán con galeguismos, ou que fai formas híbridas, e que se chama a si mesmo de varias maneiras: García López das Camoyras en 1497 e 1499 (Portela, 1998, 587-9, 603-4), García das Camoyras en 1498 (4) (*id.*, pp. 595-600), García de las Camoyras en 1498 (*id.*, pp. 594-5) e García de las Camueras en 1498 (2) (*id.*, pp. 589-90, 592-3).

17.6. De maneira semellante, xunto ós casos citados nos §§ 17.3, 17.3.1-5, hai documentos escritos en castelán con galeguismos nos que os notarios dan fe adoptando va-

riados criterios. Nuns dan fe en galego, ás veces porque non foron eles quen escribiron os textos, como en Celanova en 1490 (Vaquero Díaz, 2004, núm. 830), en Santa María a Nova de Santiago en 1496 (*AHD, San Martiño*, c. 44, fols. 206v-7v), en Sobrado xa nun de 1289 do abade (*AHN* 544.9), en Ferreira de Pantón en 1408 (Fernández de Viana, 1994, 128-30), en Lugo en 1351, 1447, 1479 e 1492 (2) (Portela/García Oro, 1997, núm. 578; Portela, 1998, 217-20, 475-6, 575-6; *AHN* 1338.19), en Montederramo en 1331 e 1342 (núms. 978, 1164), na catedral de Ourense en 1487 (*Escrituras* XI, 67r-68r), en San Pedro de Fóra de Santiago en 1485 –nunha sentenza de Juan de Vargas, bacharel en decretos e alcalde da “Hermandad” en Santiago e provincia– (*AHD, San Martiño*, c. 57.19), en San Martiño de Santiago en 1495, 1496 (3) e 1497 (*AHUS*, 674, fols. 5rv, 24r, 25rv, 41r-42r, 45rv; *AHD, San Martiño*, c. 58.72), en Vilardonas en 1497 (Novo Cazón, 1986, núm. 196) ou no *AHUS* en 1486 (*A-80*, núm. 45, fols. 971-2) e 1501 (Justo/Lucas, 1991, 518-9). Noutros dan fe en galego con castelanismos, como nun de Noia de 1494 (non é 1484, como pon Barreiro, 1995, 130-2), de Lugo de 1478, 1479 e 1484 (2) (*AHN* 1337.1; Portela, 1998, 474-5, 540-2) ou nun dos Dominicos de Lugo de 1506 (*AHN* 1125.17). Noutros mesturan as dúas linguas, como nun de Vilanova de Lourenzá de 1488 (*AHN* 1119.19), noutro de Mondoñedo de 1489 (Cal Pardo, 1999, 439-40) ou de Lugo de 1492 e 1499 (Portela, 1998, 576-8, 600-2). Tamén os hai escritos en castelán sen, practicamente, galeguismos nos que os notarios poden dar fe mesturando galego e castelán ou en galego con palabras en castelán, como nun de 1478 (García Oro/Portela, 2000b, 924-6) e noutro de 1495 de Santiago (*AHUS*, *A-82*, núm. 84, fol. 983), aínda que con moita frecuencia dan fe en galego correcto, como en documentos de 1409 e 1493 de Belvís (mazo 1.26, 47.8); de 1293 de Celanova (do adiantado maior), no que dous notarios (un de Allariz e outro de Monterrei) dan fe (Vaquero Díaz, 2004, núm. 86); de 1481 de Chantada (*AHN* 1076.22); de 1496 de Cis (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 101); de 1326 do bispo e do cabido da catedral de Lugo, onde se di “su gienrro” e no que dan a fe en galego os dous notarios que o mandaron escribir (Portela/García Oro, 1997, núm. 217), e de 1472 feito polo bispo de Lugo en Valladolid (Portela, 1998, 384-5); de 1454 (do bispo), 1483 (o notario escribe o documento), 1488 (traslado de texto latino no que dous notarios dan fe en galego) e dous de 1492 que trasladan bulas da catedral de Ourense (*Fábrica* II, 510; *Escrituras*, XVIII, 31; *Cad. Unións*, XXII, 110-1; *DACO*, 1917, 449-51); de 1477 de Samos (*AHN* 1297.6); de 1498 de San Pedro de Fóra de Santiago (*AHD, San Martiño*, c. 57.29); de 1463 de Mondoñedo (Cal Pardo, 1999, 345-7); de 1407 de Montederramo (núm. 1481); de 1446 (en traslado posterior) e 1499 de Santa María a Nova de Santiago (*AHD, San Martiño*, c. 44, fols. 235v, 264v-5v); de 1512 de San Martiño, no que un notario de Caldas de Reis e terra de Salnés escribe 11 liñas en galego (*AHUS*, 703, peza 6); nunhas cláusulas do testamento de D^a Orraca de Moscoso de 1498, no que o notario dá fe no traslado con 10 liñas en galego (*AHD*, c. 86.13). Engadamos que nun documento en castelán de 1424 do arcebispo Lope de Mendoza hai tres notarios que dan fe en galego (*AHUS*, Col. Blanco

Cicerón, 36); noutro en galego de Poio de 1519, dun notario de Pontevedra, a mesma man escribe a continuación outro documento en castelán, dando fe o mesmo notario en galego (*AHN* 1872.17); nun do conde de Camiña feito en Cangas en 1495 asinan dous notarios, o primeiro en castelán e o segundo mestura castelán e galego, con máis galego (López Carreira, 1999, núm. 26), e noutro de Lugo de [1471] (Portela, 1998, 354-6) o notario Pedro Fernández de San Jullao escribe en castelán e transcribe en castelán con galeguismos unha nota e rexistro que achou do seu antecesor Gonçalo Dourado; como a fe deste está case toda en galego, é probable que o primeiro castelanizase o texto do segundo ó transcribilo.

17.7. Fórmulas máis estrañas témolas en Ferreira de Pantón, como nun documento en galego de 1481 no que o notario dá fe mesturando latín, galego e castelán: “Et eu, Gil Tholosa, clérigo de San Mamede de Mañente, *diocesis Lucensis*, *notario auctoritate apostolica*, esta carta de foro por mano de outro, *occupato negocii*, por mano de otro bien et fielmente la fysiscripvir, en un con los dichos testigos presente foy et a rogo de las dichas partes meu sygno et firma aquí fiis en *testimoio* de verdade, que tal he” (Fernández de Viana, 1994, 253). Igual fai noutros de 1487 e 1489 (*id.*, pp. 261 e 264). Referente á catedral de Lugo hai un en latín de 1434, do xuíz, no que o notario dá fe en galego (Portela, 1998, 179-80) e nun de Ribas de Sil de 1479, escrito en galego, o notario dá fe en latín (*ACOu* 4887).

17.8. *Formas híbridas*. O hibridismo aparece na poesía da escola galego-castelá, de mediados do XIV a mediados do XV, na que participan na corte de Castela, xunto a escritores galegos, autores doutras zonas da Península (Lapesa, 1953; Polín, 1994; *id.*, 1997; Mariño Paz, 1998, 176-9), pero tamén en moitos documentos xurídicos achamos verdadeiros textos híbridos, nos que se constrúen frases mesturando as dúas linguas, con máis presencia unhas veces do galego e outras do castelán, como, por exemplo, “et obljgamos os bñes del dicho mosteiro” nun de Oia de 1495 (*AHN* 1489.13, liña 24). Os exemplos son numerosísimos e só poñerei uns cantos casos. Así, hai documentos híbridos en *Actas Capitulares* de Santiago de 1469, 1474 (2), 1476 (4), 1480 (4) e 1481 (2) (Vázquez Bertomeu, 1996, fols. 87r-87v, 153v, 159v, 188v-9r, 190r, 193r, 267rv, 276v, 288r, 295v); no *AHUS* en documentos de 1490, 1496 (Justo/Lucas, 1991, 492-3, 512), 1498, 1509 (*A-75*, núm. 24, fol. 186; *A-74*, núm. 29, fols. 317-21), 1526, documento que ó final traslada unhas liñas dun documento de 1496 que están en galego (*Archivos Familiares*, c. 3, núm. 42) e 1530 (Col. Blanco Cicerón, c. 137.57); en San Martiño copias de documentos ou foros pequenos e notas de 1495 (12), 1496 (48), 1497 (24), 1498 (20), 1499 (66), 1503 (14), 1505, 1506, 1520 (*AHD*, *San Martiño*, c. 48.90; c. 54, fols. 1r-8v, 11r-16v; c. 58.9/5-11, 15-16 [trasladados no XVI polo notario Fernando de Lema, que escribe en castelán] e c. 58.25-26, 69-70; c. 88/7, fols. 29rv, 30r, 33rv, 35v-36v, 37v, 39r, 41rv, 43rv, 44v, 45r, 45v-47v, 48v, 53r, 54rv, 58v-59r, 60r, 60v, 62v-63v, 73rv, 75v-76v, 77rv, 78rv, 82v, 103r, 105rv, 109rv, 110v-1r; *AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 103v, 106v-7r, 107v-8r, 108v-10v, 129v, 131r, 140r-1r, 169v-70v,

173r-80v, 188r-9v, 190v-2v, 234v-6r, 238v-40r, 243v-4v; 245v-9v, 250v-1v, 252v-5v, 256v-8v, 259v-62r, 264r-5r; *id.*, 466, fols. 9v, 11v-12r, 12v-13v, 14r, 14v, 17r, 17v, 18r, 18v, 21v-23v, 41r-45v, 78r; *id.*, 897, fol. 262rv [ou 246]); *id.*, 1154, fols. 118v-37r; *id.*, Col. Blanco Cicerón, 88, 89) e outros de 1518, 1520, 1522, 1525 (4), 1528 e 1529 nos que se tenta escribir en castelán e presentan palabras e frases en galego, especialmente na transcripción das declaracións que fan as testemuñas (*AHUS*, 1154, fols. 154r-5r, 164r-8r, 172r-7r, 207r-9r, 240r-87v, 314r-23v); en Santa María a Nova de Santiago nun de 1463, do bacharel Fernán Pérez de Requena, e noutro de 1502 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 181v-2v, 236r); en San Paio de Antealtares de 1483 (12) e 1499 (*AHUS*, 897, fols. 17r, 18v, 28v, 34r, 38r, 47v, 49r, 127r, 130v, 137v, 139v, 169v, 321r-4v [ou 289]); en Santa Clara de Allariz en dous de 1483 (*ARG*, núms. 461-2; Rodríguez Núñez, 1993c, 360-1); en Armenteira de 1494 e 1515 –neste hai sete traslados de documentos latinos– (*AHN* 1749.1bis,10,13,15-16, 1750.2,13, 1780.6; García Miraz, 1984, 283-4); en Bergondo de 1516 (*AHUS*, 703, peza 10); en Caaveiro de 1520 (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 407-8)⁶⁶; en Castro de Rei de 1504 (*ACOu* 5482); en Celanova de 1350 (conservado nunha copia), 1435, 1437, 1486 (o notario que traslada unha carta dos Reis Católicos), 1488, 1492, 1494, 1495, 1499, 1501, 1502, 1503 (2), 1504 (2), 1505, 1506 (3), 1507, 1508, 1510 (3), 1511, 1512, 1513, 1515, 1516 (Vaquero Díaz, 2004, núms. 144, 299, 305, 785, 807-II, 854, 903, 909, 954; *ACOu* 5429, 5441, 5467-8, 5496, 5503, 5511, 5525, 5535-6, 5548, 5591, 5622, 5631, 5641, 5649, 5674, 5690, 5718, 5732), así como de 1519 (Ferro Couselo, 1967, I, 219-20), nun inventario de 1519 do mesmo notario (cf. § 17.2.3) no que a parte expositiva é híbrida, pero o inventario está case todo en galego (*id.*, pp. 218-9), en catro de 1520 (*id.*, pp. 225-7) e nun de 1491 (feito en “San Cloyo do Ribeiro d’Avia”) que contén unha pesquisa e comeza en galego con palabras en castelán, despois continúa en castelán con palabras en galego e despois segue alternando as dúas linguas segundo quen sexa a persoa interrogada (Vaquero Díaz, 2004, núm. 849); en [c. 1514-1515] o memorial das herdades de Cira negadas ó conde de Andrade (García Oro/Nóvoa Gómez, 2000, 68-75); en Cis de 1495 (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 98r-104v); en Colleira de 1485 (Cal Pardo, 1983, 100-1); en Ferreira de Pallares de 1477, 1494 (copiado por un notario das notas dun antecesor seu), 1495, 1496, 1506 (2), 1511 e 1513 (Rey Caíña, 1993, núms. 659, 660, 662, 664-5, 669; *AHN* 1105.9, 1106.8⁶⁷); en Ferreira de Pantón de 1513, 1514, 1515 e 1516 (Fernández de Viana, 1994, 279-85); en Franqueira de 1511 (3) (*AHN* 1786.8-10); en Lugo de 1330 (do bispo e cabido) e 1352 (do adiantado maior) (Portela/García Oro, 1997, núms. 266, 586) e de 1498, 1499 (2), 1510, 1512, 1515 e 1516 (*AHN* 1338.4-5,12-13, 1339.1; Portela, 1998, 602-3; Otero/Antonio, 2004, 95-97), así como nun de 1462 co

⁶⁶ Non se ve no microfilm en que lingua están escritos dous de 1526 e 1537 (*AHN* 493.17-18). Están en castelán os de 1540 e 1544 (Fernández de Viana/González Balasch, 2002, 408-12).

⁶⁷ Rey Caíña, 1993, non transcribe os de 1477 e 1511 (*AHN* 1105.9, 1106.8).

testamento de Álvaro de Taboada (Taboada Roca, 1960, 99-105); nos Dominicos de Lugo de 1510 (AHN 1125.17); en Meira, entre outros, de 1486, 1495, 1496, 1505 e 1512 (Mariño Veiras, 1983, 138, 350, 356, 362, 392, 423); en Melón de 1495, 1499, 1503 (2) e 1505 (2) (ACOu 5324, AHN 1479.12,17-20); en Mondoñedo de 1464, 1473 e 1496 (Cal Pardo, 1999, 349-60; García Oro, 1977, 252-3; AHN 1196.14); en Monforte de 1486 (AHN 1208.17); en Montederramo de 1429 (2), 1481, 1508, 1509 e 1510 (8) (núms. 1545-6, 1745, 1825, 1830, 1834-6, 1839, 1841-4); ademais, o notario Blas Moreiro (ou Morero) fai documentos híbridos, ó principio con máis galego e nos últimos con máis castelán, sobre todo na fe, como en 1505, 1506 (8), 1508 (2), 1509 e 1516 (núms. 1815-21, 1823-4, 1826, 1828-9, 1849); en Muros de 1495 e 1539 (2) (*Libro da Colexiata*, fols. 34v-35r; *Outes*, fols. 17r-20r); en Oseira de 1507 e 1515 (ACOu 5547, 5717); en Ourense de 1467, 1482 e 1484 (López Carreira, 1998a, 697; Ferro Couselo, 1967, II, 364-5; Fernández Gil, 1940, 333) e de 1486, 1499, 1503 (3), 1506, 1507, 1516, 1520 e 1538 (2) (ACOu, *Clerigos de Coro* 109; *Escrituras* III, 17; XV, 1, 42; XIX, 281, 385; XX, 279; XXIV, 224; *Confraría do Crucifixo*, 12; *Fábrica e Capelas*, 39; *DACO*, 1923, 11-14); en Pedroso de 1498 (Cal Pardo, 1984, 309-10); en Santa Clara de Pontevedra de 1497 (AHN 1856.5); no Hospital de Santa María do Camiño de 1509, 1520 e 1527, o último sacado posteriormente das notas, sen indica-lo ano, por un notario que escribe en castelán (Comesaña, 1995, núms. 34, 41-42); en Samos de 1498 e 1521 (AHN 1301.18, 1315.21); en San Clodio do Ribeiro de 1474, 1490, 1497 e 1517 (Lucas/Lucas, 1996b, 700, 718-9, 734; ACOu 5744); en San Pedro de Fóra de 1468, tres notas de 1488 e de 1503 (AHD, *San Martiño*, c. 9, fols. 19v, 26v, 42r, 149r-50r; c. 60.38); en San Pedro de Rochas de 1507, 1508, 1509, 1511, 1512 (3), 1513 (3), 1515 (2) e 1517 (3) (ACOu 5568, 5571, 5601, 5643, 5650, 5662, 5667, 5692-3, 5696, 5722-3, 5746-8); en Soandres de 1496 e 1520 (AHUS, 703, peza 13; *id.*, 1154, fols. 96r-99v); en Sobrado de 1488, 1497, 1498 e 1500 (5) (AHN 553.18, 554.9,21; ARG, núms. 422, 435-8, 440); en Sobrado de Trives de 1476, 1481, 1502, 1508 e 1509 (Martínez Sáez, 1989, núms. 350, 355, 382, 395, 402)⁶⁸; en Torbeo de 1491, 1504 e 1516 (AHN 3,7,9); en Tui de 1498 (Vila-Botanes, 2001, 321); en Vilanova de Lourenzá de 1453, 1488 e 1493 (AHN 1118.6, 1119.20, 1120.11); en Vilourente de 1492, 1494 e 1496, así como de 1497 e 1498, estes con máis castelán e o notario con fórmulas híbridas (Graña, 1990, 444-52); en Xunqueira de Espadañedo de 1492, 1509 (2), 1510 (4), 1512 (2), 1514 e 1521 (3) (ACOu 3445⁶⁹, 5271, 5602, 5624-5, 5701, 5790, 5793-4; Pereira Ferreiro, 1979, núms. 58, 88-90, 92-94, 97-98, 100, 102-4).

17.8.1. Cando se copian cláusulas de testamentos, os notarios poden escribi-los textos mesturando as dúas linguas, como ocorre en Muros con documentos de 1481 e 1499

⁶⁸ Martínez Sáez non transcribe o núm. 390 de 1506 nin di en que lingua está. Véxase o que digo nas notas 51, 61 e 63.

⁶⁹ Leirós, 1951, di erroneamente que é de 1409, pero é de 1509.

(*Papeis*, fols. 76r-77v). Interesante é o caso dun libro escrito en 1492 para trasladar moitos documentos en galego, porque o que se escribe en 1492 presenta mestura das dúas linguas, e doutro documento de c. 1514-1515, que está maioritariamente en castelán, pero con moita interferencia do galego, e con pasaxes en galego ou en galego con interferencia do castelán (García Oro/Portela, 2000b, 541, 654-67), así como o traslado en 1482 dun documento de Sarria de 1475 en castelán, onde o que escribe en 1482 mestura as dúas linguas, aínda que transcribe correctamente o documento castelán (García Oro/Portela, 2000a, 170-1). Hai outros documentos dignos de mención, como un dos Franciscanos de Viveiro de 1493 con partes híbridas, partes en castelán con galeguismos e partes en galego con castelanismos, no que o notario (que o manda escribir), dá fe en castelán con galeguismos e utiliza a forma “Vivero” (Castro, 1989, 569-72)⁷⁰, e un de Tui de 1494 (acordo entre o bispo e a cidade) que empeza en galego, despois é híbrido e finaliza outra vez en galego (Vila-Botanes, 2001, 295-7).

17.8.2. As combinacións son múltiples, pois hai documentos híbridos nos que os notarios dan fe en castelán, como en documentos de Chantada de 1498 e 1504 (2) (*AHN* 1078.15, 1079.2-3), de Ferreira de Pallares de 1495 (Rey Caíña, 1993, núm. 660), de Lugo de 1503 e 1504 (*AHN* 1338.8-9), de Mondoñedo de 1454 (Cal Pardo, 1999, 313-4), de Montederramo de 1509 (núm. 1831); de Montefaro de 1516 (Martínez Salazar, 1911, 161-8), de Oseira de 1507, 1508, 1511 (3) e 1513 (*ACOu* 5549, 5586, 5642, 5647-8, 5684), de San Pedro de Rochas de 1507, 1512 (3), 1513 (3), 1515 (2), 1517 (3) (*ACOu* 5568, 5660, 5662, 5667, 5692-3, 5696, 5722-3, 5746-8), de Samos de 1500 (*AHN* 1302.10), de San Paio de Antealtares de 1499 (*AHUS*, 897, fols. 321r-4v [ou 289]), de Santa María a Nova de Santiago de 1500 (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fols. 233v-4r), de Sobrado de 1500 e de Xunqueira de Espadañedo de 1507 (8) e 1510 (*ACOu* 5553-60, 5623). Noutros híbridos os notarios dan fe en galego, como en documentos de Belvis de 1495 (*ACB*, mazo 26.1), de Mondoñedo de 1464 (Cal Pardo, 1999, 360-2), de Melón de 1499 (*AHN* 1479.12), de Montederramo de 1461 (reproduce o testamento de Afonso García de Seabra de 1379 e ten bastante hibridismo, sobre todo na parte final despois da reprodución do testamento) (núm. 1682; Deaño, 2004, 195-8), de San Martiño de Santiago de 1497 (*AHD*, *San Martiño*, c. 58.70). Noutros híbridos os notarios dan case toda a fe en galego, como en documentos de Chantada de 1497 (*AHN* 1078.12), de Lugo de 1478 (Portela, 1988, 448-9) e de Mondoñedo de 1481 (Cal Pardo, 1993, 748-9). Lembremos aínda outros casos: un documento de San Martiño dos Piñeiros de 1499, que é híbrido con máis castelán, ten a fe de erratas en galego (*AHD*, *San Martiño*, c. 58.25); un de Montefaro de 1504 presenta un texto híbrido, nunhas partes con máis castelán e noutras con máis galego, e coa fe do notario en castelán con galeguismos (Souto Cabo, 1998, 218-9); un de San Domingos de Ribadavia de 1494 ten

⁷⁰ Nun de 1485 en castelán Cal Pardo adopta un criterio diferente, pois en Cal Pardo, 1993, 725, transcribe “Çeleyro de Vyueyro” e en Cal Pardo, 1999, 420, “Çelero de Vyueiro”.

unha parte en galego con castelanismos, outra híbrida e a fe do notario en castelán con galeguismos (Enríquez Paradela, 1987, 93); un de Oia de 1495 mestura as dúas linguas, aínda que ten máis galego, e nel o notario decídese polo castelán ó dar fe (*AHN* 1489.13); un de Santa a María a Nova de Lugo de 1495 (en traslado) presenta unha lingua híbrida e o notario, que tenta escribir en castelán, ten palabras e unha frase en galego (*AHN* 1125.10) e nun de Santa María a Nova de Santiago trasládase en 1490 un documento de 1486 e o que escribe faino en galego, pero o notario dá fe mesturando galego e castelán (*AHD*, *San Martiño*, c. 44, fol. 206rv). Xa dixen que todas estas combinacións se deben moitas veces a que os notarios mandan escribi-los documentos e eles só escriben unhas liñas para dar fe.

17.9. O hibridismo únese ó que ocorre con outros documentos, sínodos ou nalgún *Libro*, onde se practica un verdadeiro bilingüismo, que non se presenta en tódolos textos da mesma maneira, pois pode alternar entre os casos en que domina o galego e hai unhas liñas en castelán, ou viceversa, e os casos en que están, máis ou menos, á par os dous idiomas. Así, en Ourense un de 1385, que fala dos agravios que presenta o concello contra o bispo e das respostas deste, está escrito maioritariamente en galego, con algunha interferencia do castelán no encabezamento e na fe do notario, pero as respostas do arcebispo ós agravios están sempre en castelán, se ben o significativo é que non se trata de textos escritos polo bispo en castelán, senón que o notario, que utiliza o galego, cando reproduce as interrogacións que se lle fan ó bispo non as traduce ó galego e déixaas na lingua foránea (Martínez Sueiro, 1911, 38-43; Monteagudo, 1985, 102-3; Ferro Couselo, 1967, II, 243-50; Mariño Paz, 1998, 190). Noutro da mesma cidade de 1441 o concello responde ós pedidos do rei en galego, pero o recadador do rei (Rodrigo Afonso de Çamora) exprésase en castelán, e noutro de 1456 hai unha boa parte escrita en galego con castelanismos e despois unha parte en castelán con galeguismos (López Carreira, 1998a, 668-9, 680-2); tamén están presentes as dúas linguas nun libro que recolle un preito entre o bispo e o concello da cidade (López Carreira, 1998b). En Lugo un de 1351 do pertegueiro maior de Santiago, feito en Sevilla, está en galego, pero ten as últimas liñas, a data, a indicación das testemuñas e a fe do notario en castelán (Portela/García Oro, 1997, núm. 571); outro de 1498 comeza de forma híbrida, despois pasa un pouco ó castelán e xa continúa en galego con castelanismos, mesturando o notario na fe as dúas linguas, e outro de 1499 comeza utilizando máis o castelán e despois pasa ó galego con castelanismos, dando fe o notario en castelán con galeguismos (Portela, 1998, 598-600, 603-4). Na Coruña nun de 1491, cunha doazón ó mosteiro de Santa Bárbara, unha parte está en galego e outra en castelán (Barral, 1998, 439-43). Outro caso está na copia de documentos de Cis de finais do XV (non se indica o ano), na que temos unha pesquisa do bacharel Álvarez González de León, xuíz e pesquisador comisario dado polo rei, que se expresa en castelán, lingua na que tamén están as respostas (*AHD*, *San Martino*, c. 54, fols. 111r-20v), mentres que ó final o abade do mosteiro utiliza o galego (fol. 121r). En Celanova hai un documento de 1487 referente ós dereitos do mos-

teiro en certas igrexas que está en castelán, pero o que o saca dun memorial faino en galego con palabras en castelán (seguramente porque se trata dunha copia); no mesmo ano aparece unha copia dun interrogatorio que ó principio ten galego e despois castelán e en 1491 un documento en galego que contén a resposta ó requirimento en castelán (Vaquero Díaz, 2004, núms. 796, 798, 851). En Ferreira de Pallares un de 1482 ten un engadido de 1529 en castelán, coa utilización da forma *Ferrera*⁷¹, pero coa intercalación dunha pasaxe en galego: “Pero Rrodrigues, vº de San Biçenso de Villa Merelle, fillo de Lope de Casaes” (Rey Caíña, 1993, núm. 648). En San Salvador de Ferreira temos un mazo cunha sentencia e compromiso de 1487 en castelán que ten as dúas liñas finais en galego e na última folla as catro primeiras liñas están en castelán, a quinta empeza en castelán e continúa en galego, as dúas seguintes están nesta lingua e xa a oitava e seguintes en castelán (*AHN* 1081.26). Na catedral de Mondoñedo nun de 1458 en galego hai unha carta de compromiso entre os cóngos e o rector de Cabarcos, no que dá a sentencia en castelán Roí Díaz de Luaces, bacharel en decretos e tesoureiro de Ourense (Cal Pardo, 1990, 588); outro de 1473 do cabido contén unha primeira parte en galego con castelanismos e despois unha carta de compromiso en castelán con galeguismos (Cal Pardo, 1999, 380-3) e outro de 1489 comeza en castelán con galeguismos e remata en galego con castelanismos e nel trasládase unha carta de 1462 en castelán con galeguismos e outra de 1437 en galego con castelanismos (Cal Pardo, 1999, 340-3). En Noia un de 1450 en galego, perante García Prego, xurado da vila e tente ás veces do xuíz Fernán de Fonteveiros, e perante Pero Carneiro, xurado e rexedor da vila, e en presenza dun notario, García Prego e Pero Carneiro dan unha sentencia: todo o documento está en galego, agás a sentencia, que está en castelán (Barreiro, 1995, 99-101). En Poio en 1456 nun preito entre o abade e Elvira Oanes escríbese en galego, pero a sentencia intercalada do xuíz comisario (o licenciado e mestrescola Francisco Rodríguez de Toledo) está en castelán (*AHN* 1778.16; García Miraz, 218-20). En San Martiño dos Piñeiros hai textos de 1496, 1503 e 1506 que empezan en castelán, despois pasan ó galego e rematan en castelán (*AHUS*, *San Martiño*, 465, fols. 228r-9r; *id.*, 466, fols. 46r, 52r-54v), igual ca en dous de Bergondo de 1503 (*AHUS*, *San Martiño*, 466, fols. 48r-49r), e en 1495 o abade de San Martiño, xunto co prior e outros frades, danlle a casa de San Paio a Lope Gómez de Marçoa para facer un colexio de estudantes, ó cal este dota cunha serie de bens; no documento a parte referente á doazón da casa polo mosteiro está escrita en castelán con moi poucas palabras en galego e a parte referente os bens que doa Lope de Marzoa está en galego con bastantes castelanismos (Justo, 1995, 106-7). Tamén en San Paio de Antealtares en presentacións de documentos anteriores feitas en 1483 hai algunhas (20 en total) que empezan en castelán e continúan en galego (*AHUS*, 897, fols. 46r, 62r, 63r, 64r, 66v, 68r, 84r, 84v, 86v, 89r, 90r, 91r, 95v, 98v, 100v, 154v, 156r, 159bisv, 161r, 163v). En Santiago o arcebispo Lope de Mendoza confirma en 1443 en castelán as

⁷¹ A forma *Ferrera* aparece con frecuencia no XVI, tanto en textos casteláns, como nun de 1544, coma en textos latinos procedentes de Roma de 1534 (3), 1556, etc. (Rey Caíña, 1993, núms. 671-5).

ordenanzas do gremio dos acibecheiros, que están en galego (López Ferreiro, 1895, 491-6). En Samos temos un de 1494 no que se empeza a escribir en castelán, para pasar despois ó galego, lingua na que está case todo escrito, dando fe o notario en castelán (AHN 1301.9); o mesmo ocorre noutro de 1497, se ben o notario dá fe en castelán con galeguismos (AHN 1301.17). En Sobrado nun de 1451, no que comparece o abade perante o alcalde e rexedor da Coruña e que contén privilexios de Afonso IX, Fernando III, Afonso X, Sancho IV e Xoán II, a primeira parte está en castelán (González Garcés, 1987, 639) e despois de inseri-los privilexios está en galego (*id.*, 642), e no mesmo mosteiro hai varias follas con varios documentos: de 1501 con partes en galego e o resto en castelán, de 1503 e 1504 en castelán con moitos galeguismos e de 1442 en galego (AHN 555.1). Digno de mencionar é o que ocorre nun libro de *Actas Capitulares* da catedral de Santiago, onde abundan os casos. Así, un de 1466 ten a primeira parte en galego e despois en castelán; en dous de 1471 a primeira parte está en castelán e a segunda en galego; nun de 1476 a primeira parte en galego e a parte final en castelán con galeguismos; un de 1477 ten unha parte en galego con castelanismos e outra en castelán; un de 1479 está maioritariamente en castelán, pero remata con nove liñas en galego; un de 1480 ten a maior parte escrita en galego, pero remata en castelán con galeguismos; no mesmo ano un comeza en galego e remata en castelán e outro ten primeiro galego e despois castelán e galego; en 1481 hai un que empeza en galego (8 liñas), pasa despois ó castelán (2 liñas), volve ó galego (15 liñas) e a continuación o notario empeza en galego con algún castelanismo (5 liñas) e logo continúa en galego ata o final (24 liñas); outro de 1481 empeza en galego (2 liñas) e continúa en castelán (33 liñas), pero di ó final “e outros”; outro do mesmo ano ten partes en galego e partes en castelán e partes híbridas; ademais en 1462, despois dun longo documento en galego, vén a referencia ós bens que deixa Xoán Arias, coa primeira parte en castelán con galeguismos (12 liñas) e despois en galego con castelanismos (17 liñas) (Vázquez Bertomeu, 1996, fols. 9v, 103v, 108v, 194r, 207v-8r, 249r-50v, 263r-4r, 264v, 266v, 281v-4r, 287v, 292v-3r). Tamén en Tui hai un documento de 1480 escrito na súa maior parte en galego con castelanismos e ó final en castelán con galeguismos e outro de 1498 en parte híbrido e en parte bilingüe (Vila-Botanes, 2001, 306, 321-2). O bilingüismo tamén se pode dar entre o galego e o latín. Véxase §§ 9, 10, 10.1-2.

17.9.1. Nos Concilios ou Sínodos hai algunhas mostras interesantes. No Concilio Compostelán XXXVII de 1416 temos unha parte en galego, pero unha constitución do arcebispo en castelán (HIS, VII, 35-36; García, 1981, 319-20); o XXXVIII de 1431 empeza en galego e despois alterna na reprodución das constitucións do arcebispo: I-VII en castelán e VIII-IX en galego (HIS, VII, 42-45; García, 1981, 320-2). Igual ocorre no XXXIX de 1435, que empeza en galego e despois as constitucións I-V están en castelán, a VI en galego, a VII en castelán e as VIII-XVI en galego (HIS, VII, 58-64; García, 1981, 322-7).

17.9.2. Pasando ós libros, o *Tombo Vermello* de Santiago (Rodríguez González, 1995), feito posiblemente en 1435, ten unha parte, máis ampla, en castelán e outra en

galego, pero de vez en cando pon algunha palabra en galego na parte castelá e nalgunha ocasión é totalmente híbrido, como nas pp. 40-43. Están en galego con castelanismos as últimas liñas da p. 43 e a maior parte da 44 e despois en castelán ata a p. 77. A continuación di “Este he o libro das rendas do arçobispado de Santiago en Galiza” e está en galego (*id.*, pp. 79-96), igual ca “Estas son as visytacões que eu vicario visytey depois que se meu señor o arçobispo foy aa fronteyra” (*id.*, pp. 97-116). As cinco últimas liñas da p. 116 e a 117, así como “las rentas que mi señor, el arçobispo, ha en su arçobispado” (*id.*, pp. 119-21) e o “Libro de remenbrança so breve suma de las rentas e derechos” (*id.*, pp. 123-62) están en castelán. Ó final hai un apéndice en galego cun memorial da renda e servicio que pagaban antigamente en Covas, Ames e o Xiro da Rocha (*id.*, pp. 163-75). Tamén alternan as dúas linguas nun códice do Arquivo arcebispal citado por López Ferreiro, 1895, 529-31, 535-6, 537, 538-9, 545-7, 548, 553-4.

17.9.3. No *Libro do Concello de Pontevedra* (Rodríguez González, 1989), inclúense numerosas cartas en castelán (cf. §§ 14.4, 15.4.7). Esta constante intercalación leva a que en dúas ocasións se produza un despiste do escriba e que rompa o esquema narrativo en galego. Así, na p. 83, despois dunha carta do arcebispo Lope de Mendoza, non pasa ó galego e continúa en castelán con 11 liñas: “la qual carta asy presentada e leyda ... Testigos que fueron presentes ... Juan Maçeyno e outros”. Máis adiante comete o mesmo despiste na p. 106, escribindo en castelán 22 liñas tras reproducir unha carta do mesmo arcebispo e outra de Rui Martínez de Carvallido.

17.9.4. Nos *Padróns* de Ourense (cf. 14.3, 17.2.3) temos bastantes casos de bilingüismo nos máis modernos. O de 1487 utiliza o castelán na introducción, pero deixa os nomes das rúas e das persoas en galego; o de 1488 usa o castelán na introducción e mestura galego e castelán nos nomes das rúas e dos oficios; o de 1491 está case todo en galego e o colofón final en castelán; os de 1492, 1493 (2), 1494 e 1497 están en galego, pero a introducción e o colofón en castelán (López Carreira, 1995, 153-69, 178-215, 255-64); un de 1493 e outro de 1495 teñen o comezo en castelán e despois seguen en galego e outro de 1495 comeza a introducción en castelán e remátaa en galego, estando o resto en galego (*id.*, pp. 215-46). A estas hai que sumar outras combinacións. Así, nun de 1497 a introducción está en castelán cun galeguismo e o resto en galego con castelanismos e noutro de 1498 a introducción está en castelán con galeguismos e o resto en galego (*id.*, pp. 265-82). Finalmente, o de 1504 mestura bastante as dúas linguas, sobre todo na exposición, pero os nomes, polo xeral, están en galego (*id.*, pp. 284-95).

17.10. A presenza de castelanismos en textos galegos e de galeguismos en textos casteláns, así como de formas híbridas, é normal que se dea desde as últimas décadas do XV polas razóns aducidas, pero non debemos esquecer que a chegada de documentos en castelán a Galicia comezou no século XIII (cf. §§ 15, 15.1, 15.2) e que os notarios galegos estaban, máis ou menos, familiarizados con eles, porque moitas veces tiñan que reproducir ou facer traslados de documentos reais ou particulares escritos nesta lingua. Por iso parece razoable que, por unha banda, introduzan de vez en cando algunhas pala-

bras en castelán nos seus documentos e que, pola outra, nos traslados que fan actúen con certa impericia e substitúan as palabras castelás polas correspondentes en galego. Os documentos galegos que conteñen traslados de documentos en castelán son innumerables e teñen contido moi variado: unhas veces o documento castelán está incluído nunha carta escrita en galego, outras só se fai o traslado reproducindo o texto en castelán e o notario que o traslada pon en galego as circunstancias polas que o fai, a data (non sempre) e a fe, aínda que hai veces en que se limita a pór en galego a fe. Abonda con citar uns cantos casos destes traslados: en Allariz hai un traslado de carta de Sancho IV de 1293 (*AHN* 1429.9); en Celanova en 1338 (Vaquero Díaz, 2004, núm. 130) hai un traslado dun privilexio de Sancho IV de 1291, que á súa vez confirma outro privilexio de Afonso X de 1274 (*id.*, núms. 67, 83) e un traslado sen data doutro privilexio de 1292 (*id.*, núm. 84); en Chantada un de Afonso X de 1259 en traslado de 1330, dous de Sancho IV de 1290 en traslados de 1328 e 1345, de Afonso XI de 1331 (2), 1332 (5) e 1338 en traslados posteriores do XIV, de Pedro I de 1351 en traslado de 1379 e de Henrique II de 1371, 1393 (2) e 1395 (2) (*AHN* 1067.12,22-23, 1068.21, 1069.4-9,20, 1070.11, 1071.3,15-16,19-20); en Cis un documento en galego de 1433 que reproduce unha carta real de 1432 (*AHD*, *San Martiño*, c. 54, fols. 123r-6r); en Ferreira de Pallares un de Afonso X de 1268 en traslados de 1307 e de 1341 e un de Xoán I de 1380 en traslado de 1383 (Rey Caíña, 1993, núms. 399, 511, 570); en Lugo un traslado dunha carta do infante D. Filipe de 1327, numerosos traslados de privilexios reais no XIV e documentos de 1438, 1468, 1472 e 1474 (2) que reproducen delegacións dos bispos de 1437, 1467, 1472, 1473 e 1474 (*CDH*, I, 77-79; *CDH*, III, 55-56; Portela/García Oro, 1997, núms. 26, 228, 283, 416, 469, 602, 610, 642, 705-6, 716, 727, 744-5, 791, 802-3, 814, 816, 824, 830; Portela, 1998, 192, 337-8, 372-3, 393-4, 396-8); en Melón traslados de cartas de Afonso X de 1258, 1265 e 1281, de Gutier Pérez de 1281 e o testamento de Xoán Núñez Churri-chao de 1298 trasladado posteriormente (*AHN* 1453.3; Cambón, 1958, núms. 588, 655, 803, 805, 961; Villa-Amil, 1909, 400-1) e tamén de Sancho II, unha cando era infante de 1276 e outras dúas de 1286 e 1287, xa rei (*AHN* 1452.12, 1453.20, 1454.3; Cambón, 1958, núm. 858); unha carta de 1347 contén outra do alcalde e meiriño maior do rei (*AHN* 1464.14) e en 1422 un notario autentica en galego unha carta escrita en castelán que achou nas notas e rexistros do notario Gutierre Fernández de Salamanca, na que introduce algún galeguismo (*ACOu* 3534); en Mondoñedo un de Afonso X de 1261 en traslado de 1293, en 1291 nun testemuño dun notario de Viveiro reproducéase unha carta de Sancho IV do mesmo ano galeguizada e outra de Sancho IV de 1292 en 1419, en 1336 un privilexio de Fernando IV de 1305, en 1372 e 1384 cartas de Henrique II de 1372, en 1380 e 1381 cartas de Xoán I de 1379 e 1381, en 1413 unha do adiantado maior de 1411, en 1454 e 1464 cartas do bispo de 1453, en 1485 unha sentenza do oidor da Audiencia dos Reis Católicos do mesmo ano (Cal Pardo, 1990, 28-29, 35, 39-41, 57, 58-59, 59-60, 65-66, 85; 1991, 219-22; 1999, 60, 74-80, 92-97, 185-8, 194-5, 200-3, 239-47, 311-3, 347-9, 421-3) e en relación con Viveiro traslados de privilexios de Sancho IV de 1289,

1291 e 1292, de Henrique II de 1372 e de Henrique III de 1404 (2) (Cal Pardo, 1991, 90-91, 92-93, 148-9, 175-8); en Monfero un de 1286 e outro de 1299 conteñen, respectivamente, cartas de Sancho IV de 1285 e 1294, outro de 1347 unha de Afonso XI de 1331 e outros de 1358 e 1380 cartas de Pedro I de 1351 (*AHN* 502.14, 503.10, 506.10,17-18); en Montederramo traslados de cartas de 1330, 1338 e 1341, en 1348 do adiantado maior do rei en Galicia do mesmo ano e o traslado dunha carta de Xoán I de 1381 (núms. 1152, 1179, 1250, 1404); en Moraima hai diversos traslados de cartas reais (*AHUS*, Pergameos, 15-16,18,21-23,26-27), un traslado en 1403 de carta do conde D. Fadrique do mesmo ano (Pergameo 28) e traslados feitos en 1375 de cartas de Gómez Fernández, alcalde e meiriño do rei en Galicia, de 1361, e de Rodrigo Alfonso de Mansiella, adiantado maior en terra de León e Asturias e meiriño maior de Galicia, de 1363 (Lucas, 1975b, 635-7; 1999, 1104-5); en Santa Comba de Naves traslados de documentos de Afonso X de 1255 e 1278, así como unha carta de 1308 trasladada en 1328 e unha de Xoán I de 1380 trasladada en 1386 (Vázquez Núñez, 1905, 354-6; *AHN* 1506.10-11,18, 1507.8); en Oia un de 1268 nun traslado de 1276 e outros de 1272 e 1273 en copias ou traslados (*AHN* 1803.3,13-14,18); en Oseira un traslado en 1326 dun privilexio de Xoán I do mesmo ano, en 1352, 1354 e 1360 de privilexios de Pedro I de 1351 (2) e 1359 e en 1378 e 1379 de Henrique II de 1376 e 1379 (*AHN* 1543.4, 1547.16-17, 1548.15, 1550.2,11); na catedral de Ourense un documento reproduce dous de 1270 feitos en Badajoz (Duro Peña, 1996, 324), en 1395 e 1396 (3) hai documentos en galego que conteñen cartas do bispo en castelán dos mesmos anos (*DACO*, 1917, 372-5, 377-8, 380-3; Duro Peña, 1973a, núms. 980, 982) e tamén moitos traslados de privilexios reais (cf. *DACO*, 1917, 217-8, 222-3, 271-5, 285-7, 430-3; López Carreira, 1998a, 694; *Escripturas* VIII, 330r-5v; XIII, 17; XV, 32/1-2; *Privilexios* III, 31, 33-34, etc.); en Pombeiro en 1448 unha carta do conde D. Pedro de 1381 (Lucas/ Lucas, 1996a, 101-3); en San Pedro de Rochas faise en 1345 o traslado dunha carta de Fernando IV de 1305 (*AHN* 1566.6); en Sobrado traslados de cartas de Sancho IV de 1286, de Fernando IV de 1300, 1304, 1307 e 1309 e de Afonso XI de 1315, en 1469 traslado dunha carta en latín e doutra en castelán e en 1484 dunha de Diego de Muros (*AHN* 544.3,19-20, 545.20, 546.2,5,9,13; 553.2,13); en Tui varios privilexios reais trasladados en 1393 e un albará do adiantado maior de 1418 trasladado en 1422 (Vila-Botanes, 2001, 261-75, 276-7); en Vilanova de Dozón unha carta de Sancho IV de 1286 trasladada en 1338 (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 109) e en Vilanova de Lourenzá traslados de documentos de Afonso X, Sancho IV, etc. (*AHN* 1108.1,5,19).

17.10.1. En Santiago pódense citar moitos: un de 1311 inclúe unha carta de Fernando IV na que se manda entrega-lo señorío da cidade ós arcebispos (López Ferreiro, 1895, 319-24); nun de 1369 o concello cumpre o mandado de Henrique II, que os obriga nunha carta escrita na mesma cidade (*id.*, pp. 416-8); en 1421 Xoán II comunícalles a tódalas autoridades de Santiago e a todo o clero unha decisión en contra das medidas tomadas polo arcebispo e, unha vez lida a carta no Consistorio, transmíteselle ó cabido en galego (López Ferreiro, 1895, 449-51); no *AHUS*, nun longo documento en galego de

1432 (Justo/Lucas, 1991, 308-27), recóllense dous textos en castelán, un dun notario de Santiago de 1429 e outro do arcebispo Lope de Mendoza de 1430, así como un en galego do portegueiro maior da terra de Santiago de 1432 (*id.*, pp. 310-4); en 1346 trasládase unha carta do arcebispo D. Pedro de 1344 e reproducése unha do arcebispo Rodrigo de Luna de 1450 nun longo documento en galego de 1451 (Rodríguez González, 1992b, núms. 4, 34); no Tombo H da catedral de Santiago temos en 1395, 1396 (6) e 1397 (7) traslados ou inclusión de cartas do arcebispo Xoán García Manrique dos mesmos anos e sen data traslados de albarás do arcebispo Lope de Mendoza de 1404 e 1406 (Cabana Outeiro, 2001, núms. 1-2, 4-6, 9-11, 13-15; 2003a, núms. 169, 226, 4-5inv, 9inv, 11-12inv, 15inv, 18inv, 83inv; 2003b, núms. 168, 4-5inv, 9inv, 11-12inv, 15inv, 18inv, 83inv); tamén hai un traslado en 1394 de documento castelán de 1388, en 1395 traslado de carta do Mestre da Orde de Santiago de 1292, procedente de Mérida, e traslados de dúas cartas reais de 1407 (Cabana Outeiro, 2003ab, núms. 1-2inv, 84-85inv). Ademais, en Belvís trasládanse en 1376 e 1470 cartas dos arcebispos, en 1379 do rei Pedro I de 1351, en 1463 de Henrique IV de 1456, en 1444 de Xoán II de 1408, en 1379 de Afonso I de 1337 e un documento de 1385 trasladado o mesmo ano (*ACB*, mazo 1.2,6,14,16-17, 24; Rodríguez Núñez, 1990, 158-9; 1993c, 331-2; *AHN* 525.2); en San Martiño hai varios traslados de privilexios reais (*AHUS*, Clero, S. M., perg. núms. 60, 71-72, 76, 78; Lucas, 2003, 333-5); en San Paio de Antealtares un traslado sen ano de carta de Afonso X de 1270 e tamén unha carta de Sancho IV de 1287 seguida doutra do executor do rei con galeguismos (*AHN* 521.19, 522.8); en San Pedro de Fóra un do conde D. Fadrique de 1418 (*AHUS*, Clero, S. M., perg. núm.. 79).

17.10.2. Máis destacables son outros documentos pola súa complexidade. Na catedral de Ourense hai un documento que contén un privilexio de Xoán I de 1379, o cal confirma privilexios dados á igrexa de Santiago por Fernando III en 1238 (en latín) e confirmados por outros reis. O privilexio de Xoán I reproduce o de Fernando III, dous de Afonso XI de 1336 (o segundo inclúe cartas de Sancho IV de 1291 e 1294) e 1340, dous de Henrique II de 1372 e unha carta do despenseiro do rei de 1372, pero o importante é que este privilexio de Xoán I atópase nun traslado de 1380 feito en Santiago e este traslado á súa vez noutro traslado feito en Ribadavia en 1489 e nestes traslados os notarios escriben en galego (*DACO*, 1917, 155-62). Outro documento aínda máis complexo é un de 1364, no que se presenta ante un notario de Ribadavia, que escribe en galego, un traslado feito en Santiago en 1363 por un notario que tamén escribe en galego dun privilexio de Pedro I de 1351 que contén o privilexio que acabo de citar de Xoán I e tamén se presenta unha carta de 1364 de Rodrigo Alfonso de Mansiella, adiantado e meiriño maior, escrita en castelán, e outra do mesmo ano de Gil Vaasques, deán de Ourense e alcalde maior polo rei das Irmandades do reino de Galicia, que está en galego (*DACO*, 1917, 162-67; Duro Peña, 1973a, núms. 862-3). Vexamos outro caso. En 1404 o bispo de Mondoñedo actúa como árbitro entre as sés de Santiago e Oviedo no contencioso pola cantidade que debe pagar Oviedo polo voto de Santiago. O bispo escribe en galego

estando en Valladolid e o documento reproduce un escrito do bispo de Oviedo en castelán galeguizado. Despois en 1410 fíxose un traslado deste documento en Santiago no que o notario escribe en galego e máis tarde, en 1427, a condesa D^a María manda facer un documento en castelán en Valencia de D. Juan (León) que reproduce o documento de 1404 (Sánchez Sánchez, 2000, núms. 58, 68, 72). En cambio, nun documento de 1452 de Rochas trasládanse varios documentos reais e o que os traslada escribe en castelán (AHN 1565.8). Outros casos interesantes témolos nun documento de 1345, no que o rei Afonso XI confirma un privilexio de Fernando IV e este outro de Afonso X de 1270 (CDGH, 161-9), pois nel os límites dos lugares van postos en galego (CDGH, 163-4), e noutro de Lugo que contén unha carta de Afonso XI de 1341 trasladada en 1502 en castelán con galeguismos, na que dous notarios dan a fe en galego e o terceiro en galego con castelanismos (Portela/García Oro, 1997, núm. 414). Tamén pode ocorrer que se copien documentos a finais do XV e que o escriba os galeguice. Así, hai unha copia dun documento do mosteiro de Cis presentado ante o Consejo Real en 1464 que ten palabras en galego e unha copia galeguizada doutro documento do mesmo mosteiro (no que falta o ano debido a que desapareceu unha folla) escrito polo alcalde maior do reino que inclúe cartas reais de 1380 e 1401 e onde podemos ler “vinte et oycho días de dezenbre, era de mjjll et quatrocentos et des et oycho anos” (fol. 139v) na carta real de 1380 (AHD, *San Martiño*, c. 54, fols. 62r-64r, 136v-9v).

17.11. O caso contrario témolo en documentos escritos en castelán que incorporan ou trasladan cartas anteriores en galego e as castelanizan e en copias posteriores de documentos galegos que aparecen, en xeral, tamén castelanizadas: en Allariz en 1541 trasládase un documento en galego de 1384 (AHN 1430.6); en Belvís en 1487 un de 1463 (ACB, mazo 47.7); en Celanova documentos de 1276 e 1392, este traducido ó castelán, e tamén de 1453 (2), 1454, 1455, 1468, 1481, 1489 (contido nun preito de 1525), 1493 (3), 1494 (7), [1491-1494], 1500 (2), etc. (Vaquero Díaz, 2004, núms. 70, 200, 405-6, 413, 427, 588, 727, 820, 870, 878-9, 882-3, 885-6, 888-91, 905, 964, 966); en Carboeiro un de 1493 trasladado en 1521 no que se escribe *Carboero* (AHD, *San Martiño*, 57.24); en Cis dous de 1482 trasladados en 1516 (ACS, mazo 425, fols. 132r-6r); en San Martiño da Cova hai un que traslada un de 1517 poñéndoo en castelán, pero deixando moitas palabras en galego (AHN 1066.10); en Ferreira de Pallares un de 1463 contido nun traslado posterior en castelán con galeguismos (Rey Caiña, 1993, núm. 640); en Lugo un feito en Vilafranca en 1434 reproduce outro en galego do mesmo ano (Portela, 1998, 180-1); en Melón nun de 1406, no que se actúa ante o Dr. Pero Alfonso, correxedor e alcalde maior do reino, trasládase un documento en galego de 1348, que á súa vez traslada unha carta en castelán do mesmo século (AHN 1473.12); en Mondoñedo documentos de 1462 e 1536 trasladan outros en galego de 1454 e 1486 e un en castelán de 1510 traslada un documento do bispo de 1421 en castelán con galeguismos, no que parece que o autor do traslado fixo unha traducción a esta lingua (Cal Pardo, 1990, 76-77; 1993, 733-4; 1999, 250, 336-40, 423-4); en Muros un de 1456 trasladado hibri-

damente en 1523 (*Outes*, fol. 12r-14r); na catedral de Ourense un de 1453 insire unha carta en galego do mesmo ano (*Libro Grande*, 249) e hai un de 1480 en copia moi castellanizada (Leirós, 1953-1954, 99-101); en Ribadavia un notario que escribe en castelán traslada un en galego de 1507 (Enríquez, 1987, 98-99); en Samos nun trasládase unha carta de 1468, noutro de 1484 unha de 1433 e noutro de 1508 unha de 1489 (*AHN* 1294.9, 1299.5, 1301.2); tamén documentos de 1509 e 1512 transcriben en galego os textos tomados das notas e rexistros de notarios anteriores (*AHN* 1308.14, 1312.20); en Santiago un en castelán de 1403 contén varias cartas, unha delas de 1402 en galego do bispo de Mondoñedo Álvaro de Isorna (*HIS*, VII, 9-17), un foro de 1487 trasládase posteriormente (*AHUS*, A-82, núm. 35, fols. 266-8) e un de 1423 aparece incorporado nun de 1491 (*AHUS*, Col. Blanco Cicerón, 44); en San Martiño dos Piñeiros un de 1494 está contido nun documento de 1525, outro de 1443 nun de 1528 e outro de 1467 moi castellanizado nun de 1501 (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.28,44; c. 59.11); en San Pedro de Fóra un de 1484 incorporado nun de 1566, un de 1488 está incorporado noutro en castelán do mesmo ano (*AHD*, *San Martiño*, c. 57.15; c. 86.6) e un de 1485 foi trasladado en San Martiño en 1522 (*ACS*, mazo 425, fols. 178r-80v); en San Paio de Antealtares hai un de 1459 trasladado posteriormente, outro de 1468 trasladado en 1520, documentos de 1460 e 1461 trasladados en 1520 e case completamente castellanizados ou documentos de 1485, 1489 e 1491 (*ACS*, mazo 425, fols. 64r-66r, 119r-20v; *AHD*, *San Martiño*, c. 61.18/3; c. 86.19/2,28/2-3); en Santa Cristina da Pena un sen ano traslada un en castelán de 1490, que á súa vez traslada un en galego de 1455 e o castellaniza (*AHD*, *San Martiño*, c. 48.104); en Sobrado un de 1348 (Daviña Sáinz, 2003, 149); en Viveiro un dos Franciscanos de 1538 en castelán contén unha carta de 1503, que posiblemente estivese en galego, pois mestura galego e castelán, e unha ratificación dela de 1509 en castelán con galeguismos (Castro, 1989, 582-5). Outros casos son a copia do testamento de Roi Xordo das Mariñas, rexedor da Coruña, de 1457 (González Garcés, 1987, 648-51), un de 1454 de Lope Sánchez de Ulloa, moi castellanizado ó estar incluído noutro documento posterior en castelán (Vaamonde Lores, 1915, 10-11), unha cláusula do testamento do mariscal Sueiro Gómez de Soutomaior, de 1500, trasladada posteriormente (*AHUS*, A-80, núm. 46, fol. 974), en 1467 o testamento de Ruy González de Ribadeneira e en 1471 un documento do abade de Samos (García Oro/Portela, 2002, 168-70), en 1492 o testamento de Diego de Lemos trasladado posteriormente por notario de Chantada (Martínez Sueiro, 1915, 109-11, 121-8, 135-43). Con máis motivo hai castellanización cando os traslados se fan fóra de Galicia, como nun de 1358 (con carta do bispo de Mondoñedo de 1357) feito en León e noutro de 1435 (inclúe dous documentos en galego de 1434) feito en Sevilla (Cal Pardo, 1999, 169-72, 262-85).

18. É pena que se chegase a esta situación porque no século XV o galego acadara unha elevada perfección e nel podían escribirse pezas xurídicas de grande altura, como ocorre nun longo documento do 13 de xullo de 1430 do *Liuro das posisoas do Espital dos*

pobres de Muros (fols. 15r-16r), no que se dirime un preito entre Rodrigo Ares de Fistera, procurador e administrador do Hospital, e Xoán Martís Mourello, mercador, que tiñan “palabras e contendas e debates” sobre a metade de “dúas moradas de casas” que Lourenzo Afonso mandara a Xoán Martís en súa vida e que fixera despois un “coudiçillo”, no cal “mandou tódasllas ditas casas emteyramente” ó Hospital, razón pola cal Rodrigo Ares lle demanda a Xoán Martís “que me desembargedes as ditas moradas de casas e me pagedes os alugeyros e foros que dellas leuastes o *tempo* que as teuestes”, cousa á que se opón o demandado:

Por ende, e por quitar e ebjtar de nós e de cada hũu de nós e de nosas bozes e do dito espital e proues del et bjremos sobre ello a bõ amorío e pas e concordja, de nosos plazerres et ljbres vontades, sem outra premja e costrengemento algũu, *conprometemos* em poder de Estéuõ Rrodrigres, ljbçençiado em decretos, alcalldes da çidade de Santiago, asy como⁷² em noso ome bõo, árbjtro arbjtador posto por nós, ánbasllas ditas partes, asy como⁷² em noso ome bõo e jujs de avjñçaa, árbjtro arbjtador, amjgávelle *conpoedor*, ao qual damos e outorgamos todo noso ljbre e *conprido* poder para que ontre nós ... ljbre e determjne tódosllos pl[e]jtos⁷³ e contendas que ontre nós abjamos e poderiamos auer sóbrella dita rrazom ata oje este presente dja, asy que quanto o dito noso ome bõo ontre nós ... mandar, lijbrar, determinar per sentença ou per sentenças, segundo *dereyto*, ou abjndo et *conpoendo* como⁷² el quiser e por bem teuer, tomando o que he da hũa parte / (fol. 15v) e dándoo á outra, asy grande contía como⁷² pequena, firme e estáuelle seja ontre nós ... e da sentença e julgo e mando que o dito noso ome bõo em hũu acordo e em hũa contía ontre nós ... der e julgar e mandar e determinar e loar e aver e *composer* sóbrella dita rrazom ... segundo *dereyto*, ou avjndo e *conpoendo* como el quiser e por bem teuer, sendo ou estando partes presentes ou *nom* presentes, a hũa parte presente et a outra ausente, dja feriado ou *nom* feriado, a órdẽe e rregla do *dereyto* agardada ou *nom* agardada, nós ... *nom* auemos de apellar *nem* sopljcar dello, *nem* nos chamar *nem* rrecorer sobre ello arujdro de bom barom, ante o prometermos e outorgamos de o teer e *conprir* e agardar e *nom* yr contra ello ... em jujsõ *nem* fõra del, per juramento que ende fazemos em este sinal de crus † em lugar dos Santos Auangeos, que *com* nosas mãos *dereytas* *tanjemos*, e so pena⁷² de seer emfames e fepejuros e menos valler, e so pena⁷² de quinentos frolijs d’ouro, que dé e page por pena⁷² e em nome de pena⁷² et emterese a parte de nós que o *nom* teuer e *conpljr* á outra parte agardante; e a pena⁷² pagada ou *nom* pagada, todavja esta carta de *conprimjso* e sentença que per vertude del for dada fiqu firme e balla para todo senpre.

Por esta razón, Estevo Rodríguez presenta ante o notario un “escrito de sentença arbjtaria”, da que transcribo algũns parágrafos:

E eu, o ljbçençiado Estéuõ Rrodrigres, árbjtro arbjtador, amjgáuelle *conpoedor* e jujs de abjñçaa tomado e escoljdo ... sóbrellos pl[e]jtos⁷³ e demandas e contendas, quis-

⁷² Cun trazo sobreposto.

⁷³ Está escrito *pljtos*.

tños e avções que ... avjám e emtendjam auer e mober sobre húas casas ... segundo que mays largamente som expresas e declaradas e letimadas enno conprimjso que pasou porante Gomes Afonso, notario ... e azeptado em mjm o dito poderío e bjsto e exsemjnado as escripturas e dereytos das ditas partes e de cada húa dellas, e oýdo todo quanto ante mjm quiserom djzer e rrazoar e alegar, e avjdo sobre todo ello meu acordo e consello com madura deljbraçom, por quitar as ditas partes de pleytos e custas e contendas e as trager a bõa pas e amor e concordja, / (fol. 16r) arbjtrando, loando, avjndo e comp[o]endo⁷⁴, mando que o dito Johán Martís leijxe e desembarge ljbrememente e com efeyto as ditas casas e cada húa dellas ao dito espital ... por quanto acho segundo dereyto em mja conçiençia que as ditas casas som do dito espital.

O autor desta sentençia era irmán do pai do bispo Diego de Muros III e escribe na lingua propia de Galicia, pero a finais do XV estábase a produci-lo cambio do galego pola lingua invasora e isto podémolo constatar en dous documentos de grande importancia en relación con este bispo. Un deles é o testamento de Catalina Gómez, nai de Diego de Muros e cunhada do citado licenciado Estevo Rodríguez, feito en 1497 en Cee (*AHUS*, A-74, núm. 24, fols. 227-30), que está en galego. O outro é o testamento do escudeiro Fernán Casquiço, segundo marido de Catalina Gómez e, polo tanto, padrastrado do bispo, feito en 1493 no mesmo lugar, con engadidos de 1495 (*A-74*, núm. 23, fols. 215-24; *A-81*, núm. 64, fols. 1029-37), pero por diferente notario (Juan Fernandes de Ribadese-lla), que está en castelán⁷⁵, lingua á que se pasou, como tantos outros clérigos, facendo traizón á lingua dos seus proxenitores, o bispo de orixe muradá que tanto tivo que ver coa fundación da Universidade de Santiago de Compostela.

BIBLIOGRAFÍA, ABREVIATURAS E SIGLAS

Abad Mitrado de Samos, "Monasterio de San Salvador de Lorenzana. Apuntes para su historia", *BCMLugo*, I, 1942, nº 3, 49-55.

ACB = Arquivo do Convento de Belvís de Santiago de Compostela.

ACOu = Arquivo da catedral de Ourense.

ACS = Arquivo da catedral de Santiago de Compostela.

ACT = Arquivo da catedral de Tui.

ADT = Arquivo Diocesano de Tui.

AHD = Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela.

AHN = Archivo Histórico Nacional de Madrid.

AHPOu = Arquivo Histórico Provincial de Ourense.

AHUS = Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela.

AHUS, A-74 = Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela, F. Univ., Serie H^a, libros (antes Tombo 2. Estudo Vello).

⁷⁴ Está escrito *cõpendo*.

⁷⁵ Publicados, lamentablemente con moitos erros, por García Oro, 1975 ou 1976, 142-53. Hai máis de 15 anos que os teño transcritos para publicar xuntamente co *Livro das posisoese do Espital dos pobres*.

- AHUS, A-75 e A-76 = *Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela, F. Univ., Serie Hª, libros* (antes Tombo 3º e 4º. *Hospital Vello*).
- AHUS, A-80, A-81 e A-82 = *Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela, F. Univ., Serie Hª, libros* (antes Tombo 8º, 9º e 10º. *Sinecuras da Universidade e dos seus Colexios*).
- AHUS, Belvís, Pergameos, 1-50/1-3 (antigo mazo 249 de Clero).
- ALGa = Instituto da Lingua Galega, *Atlas Lingüístico Galego*, vol. I, 1-2, *Morfoloxía verbal* (coordinado e redactado por Francisco Fernández Rei), A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1990 // Vol. II, *Morfoloxía non Verbal* (coordinado por Rosario Álvarez Blanco), *id.*, 1995.
- Alonso, Benito F(ernández), “Documentos históricos”, *BCMO*, I, nº 3, 1898, 53-55; II, nº 39, 1904, 276-280; III, nº 54, 1907, 111-112; nº 57, 157-160; IV, nº 72, 1910, 21-22; nº 73, 45-46; nº 74, 69-71; nº 88, 1913, 263-265.
- Álvarez, Rosario / Rodríguez Montederramo, Xosé Luís, “Escrita poética en galego a fins do século XVI: a «Canción galega en loor de Don Diego das Mariñas Parragués»”, *BRAG*, núm. 364, 2003, 249-305.
- Álvarez, Rosario / Santamarina, Antón (eds.), *(Dis)cursos da escrita. Estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza [Biblioteca Filolóxica Galega / Instituto da Lingua Galega], 2004.
- Álvarez Maurín, Mª del Pilar, “El registro lingüístico especial de los documentos notariales medievales”, *Estudios Humanísticos*, 15, 1993, 23-41.
- Andrade Cernadas, José M., *O Tombo de Celanova*, 2 tomos, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1995.
- ARG = *Arquivo do Reino de Galicia* (A Coruña).
- Arias, Maximino, “El monasterio de Samos desde el año 1200 hasta el de 1490”, *Archivos Leoneses*, XXXVIII, 1984, 299-342.
- Armas Castro, José, *Pontevedra en los siglos XII a XV. Configuración y desarrollo de una villa marinera en la Galicia medieval*, A Coruña, Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa», 1992.
- Arq. Antealtares = *Arquivo do Mosteiro de San Paio de Antealtares* (Santiago de Compostela).
- Barral Rivadulla, Mª Dolores, “Dos documentos para ampliar la historia del desaparecido monasterio de Santo Domingo de La Coruña”, *Archivo Dominicano*, XIII, 1992, 245-251.
- “La documentación medieval del Archivo de las Clarisas de A Coruña”, *Archivo Ibero-Americano*, LIV, 1994, 83-95.
- *La Coruña en los siglos XIII al XV. Historia y configuración urbana de una villa de realengo en la Galicia medieval*, A Coruña, Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa», 1998.
- Barral Rivadulla, Mª Dolores / Velo Pensado, Ismael, “Colección de pergameos do arquivo da Igrexa Colexial de Santa María do Campo (A Coruña)”, *Estudios Mindonienses*, 10, 1994, 476-489.
- Barreiro García, Mª del Carmen, *A documentación notarial do concello de Noia (séculos XIV-XVI). Lectura, edición e léxico*, Universidade de Santiago de Compostela, 1995 (tese de doutoramento inédita).
- BCMLugo = *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Lugo* (Lugo).
- BCMO = *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense* (Ourense).
- Bechara, Evanildo, “As fases da lingua portuguesa escrita”, en Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Université de Trèves (Trier)* 1986, III, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1991, 68-76.
- Bello Rivas, Mª Xesús, “O paso do latín ó galego na documentación medieval. Achegamento a unha sociolingüística histórica”, en Benigno Fernández Salgado (ed.), *Actas do IV Congreso Internacional de Estudos Galegos. Universidade de Oxford, 26-28 setembro 1994*, Oxford, Centro de Estudos Galegos, I, 1997, 505-518.

Bispo = Señor Bispo. Arquivo da catedral de Ourense.

Bispo e Dignidades = Arquivo da catedral de Ourense.

Bouza-Brey Trillo, Fermín, *El Señorío de Villagarcía desde su fundación hasta su Marquesado (1461-1655)*, Santiago de Compostela, CSIC, Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos [CuEG, Anexo xv], 1965.

BRAG = *Boletín de la Real Academia Gallega* (A Coruña).

Brocardo, Maria Teresa, “Sobre o português médio”, en Eberhard Gärtner / Christine Hundt / Axel Schönberger (eds.), *Estudos de história da língua portuguesa*, Frankfurt am Main, TFM, 1999, 107-126.

Cabana Outeiro, Alexandra, “Documentos do arcebispo Xoán García Manrique no Tombo H da Catedral de Santiago”, *A Trabe de Ouro*, t. II, a. XII, núm. 46, 2001, 241-257.

--- *Santiago de Compostela do século XIV ó XV: O Tombo H da Catedral de Santiago. Edición e estudo histórico*, Universidade de Santiago de Compostela, 2003 (tese de doutoramento inédita) (= a).

--- *O Tombo H da Catedral de Santiago. Documentos anteriores a 1397*, [Valga], Concello de Valga, 2003 (= b).

--- “Documentos arcebispais no Tombo H da Catedral de Santiago: Gómez Manrique e Lopo de Mendoza”, *CuEG*, I, fasc. 116, 2003, 79-89 (= c).

--- “A Casa Gótica de Ludeiro. Notas históricas, descrición e colección documental dun pequeno pazo do século XV non catalogado”, *Murguía. Revista Galega de Historia*, 1, 2003, 35-54 (= d).

Cad. Unións XXII = Caderno de Unións. Caixón XXII. *Arquivo da catedral de Ourense*.

Cal Pardo, Enrique, *El Monasterio de San Miguel de la Isla de la Colleira (Historia y Leyenda). Colección documental*, Madrid, 1983.

--- *San Salvador de Pedroso en tierras de Trasancos*, La Coruña, Diputación Provincial, 1984.

--- “El Monasterio de «Dueñas» de Santa Comba de Órrea”, *Estudios Mindonienses*, 1, 1985, 13-81.

--- *Catálogo de los documentos medievales, escritos en pergamino, del Archivo de la Catedral de Mondoñedo (871-1492)*, Lugo, Diputación Provincial, 1990.

--- “De Viveiro en la Edad Media”, *Estudios Mindonienses*, 7, 1991, 11-226.

--- “Parroquias del Ayuntamiento de Viveiro”, *Estudios Mindonienses*, 9, 1993, 625-819.

--- *Colección Diplomática medieval do Arquivo da Catedral de Mondoñedo. Transcripción íntegra dos documentos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1999.

Cambón Suárez, Segundo, *El monasterio de Santa María de Melón (siglos XII-XIII)*, Universidad de Santiago de Compostela, 1958 (tese de doutoramento inédita).

Castro, Ivo, *Curso de história da língua portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

--- (ed.), *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga - Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996)*. Volume II: *Linguística Histórica. História da Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997.

--- “O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)”, en Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, 367-370.

--- *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português Antigo*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

Castro, Manuel, “Documentos Históricos”, *BCMO*, IV, nº 90, 1913, 307-314.

Castro, Manuel de, “El Real Monasterio de Santa Clara, de Santiago de Compostela”, *Archivo Ibero-Americano*, XLIII, 1983, 3-61.

--- “Los franciscanos de Viveiro y Gómez Pérez das Mariñas”, *Estudios Mindonienses*, 5, 1989, 533-585.

Catalogación = Consello da Cultura Galega, *Catalogación Fondo López Ferreiro. Arquivo Catedralicio de Santiago*, Santiago de Compostela, 2001 (inédito).

CDGH = *Colección Diplomática de Galicia Histórica*, I, Santiago de Compostela, 1901.

CDH = *Colección de Documentos Históricos* publicada polo *Boletín de la Real Academia Gallega*, A Coruña, tomo I, 1915; t. II, 1931; t. III, 1969; t. IV, 1970.

Cid, Cándido, “Documento raro y curioso. Fuero otorgado por el Abad de Osera...”, *BCMO*, VI, nº 138, 1921, 304-308.

Cintra, Luís F. Lindley, “Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie”, *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 1963, 40-58 (= a).

--- “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle”, *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 1963, 59-77 (= b).

--- “Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la *Notícia de Torto* (Lecture critique, date et lieu de rédaction)”, *Actele celui de-al XII-lea Congres Internațional de Lingvistică și Filologie Romanică*, București, Editura Academiei Republicii Socialiste România, II, 1971, 161-174.

--- “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a *Notícia de Torto* (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, XXXI, 1986-1987 [1990], 21-77.

Clérigos de Coro = *Arquivo da catedral de Ourense*.

Comesaña Martínez, M^a Ángela, *O Tombo do Hospital e Ermida de Santa María do Camiño de Pontevedra*, Pontevedra, Museo de Pontevedra, 1995.

Confraría do Crucifixo = *Arquivo da catedral de Ourense*.

Corrales Lorenzo, Mercedes, *Estudio de la producción agraria a través de los protocolos de la Catedral de Tuy en la primera mitad del siglo XV (1426-1448)*, Universidade de Santiago de Compostela, 1981. Tomo II, *Apéndice documental* (tese inédita).

Costa, P.^e Avelino de Jesus da, “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico”, *Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, 263-341 (recollido en *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e histórico-linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, 167-256).

Coutinho, Ismael de Lima, *Pontos de Gramática histórica*, 7^a ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1976.

CuEG = *Cuadernos de Estudios Gallegos* (Santiago de Compostela, Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos).

DACO = *Documentos del Archivo Catedral de Orense*, vol. I, Orense, 1917 // *Boletín Arqueológico de la Comisión de Monumentos de Orense*, *Documentos del Archivo de la Catedral de Orense publicados por la Comisión de Monumentos de la Provincia*, vol. II, Orense, Imp. La Popular, 1923.

Daviña Sáinz, Santiago, “El monasterio de las Cascas (v/vi)”, *Anuario Brigantino*, 25, 2002, 103-150; 26, 2003, 133-188.

Deaño Gamallo, Carlos A., *Ribadavia y su comarca en la Baja Edad Media*, Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 2004.

Divers. = *Diversarum rerum*. Tomo I. *Arquivo da catedral de Ourense*.

“Documentos”, *EMP*, 22-23, 1951, 136-150.

“Documentos relativos al Convento de San Francisco de esta ciudad”, *BCMO*, VI, nº 140, 1921, 339-343.

Domínguez Casal, M^a de las Mercedes, *El Monasterio de Santa María de Meira y su colección diplomática*, Universidad Central, Madrid, 1952 (tese de doutoramento inédita).

Domínguez Fontela, Juan, “Real Cédula de los Reyes católicos amparando al Monasterio de Celanova...”, *BRAG*, V, 1911-1912 (a. VII, 1912, nº 58), 248-250. Outro documento nas pp. 250-251.

--- “Documento del Archivo Catedral de Tuy”, *BCMO*, VI, nº 146, 1922, 468-473.

--- “Real Cédula de los RR. Católicos revocando las usurpaciones del Conde de Camiña...”, *BCMO*, VII, 1923-1926 (nº 154, 1924), 137-151.

--- “Privilegio del rey Fernando IV de Castilla y León...”, *BCMO*, XI, nº 234, 1937, 193-199.

- “El vizcondado de Tuy”, *BCMO*, XI, nº 238, 1938, 297-302.
- “Jalones para la historia”, *BCMO*, XII, nº 248, 1939, 169-176.
- “Documentos arcaicos gallegos del Códice de minutas del notario de Bayona de Miñor, Álvaro Eans das Eiras o Álvaro Yans da Seira, a principios del siglo xv”, *BCMO*, XII, 1939-1940, 116, 233-240, 257-261.
- Domínguez Rodríguez, José, “Don García Sarmiento y Meira (III Señor de Sobroso y Salvatierra). Notas biográficas a la luz de su testamento”, *Soberosum*, 2, Ponteareas, 1997, 191-214.
- Duarte, Luiz Fagundes, *Documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*. Dissertação de Mestrado inédita. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.
- Duro Peña, Emilio, “El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives”, *Archivos Leoneses*, XXI, 1967, 7-86.
- “El monasterio de San Pedro de Vilanova de Dozón”, *Archivos Leoneses*, XXII, 1968, 7-62.
- “El monasterio de San Pedro de Ramiranes”, *Archivos Leoneses*, XXV, 1971, 9-74.
- *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1972 (= a).
- “El monasterio cisterciense de Santa María de Castro de Rey”, *Archivos Leoneses*, XXVI, 1972, 4-45 (= b).
- *Catálogo de los documentos privados en pergamino de la Catedral de Orense (888-1554)*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1973 (= a).
- “El monasterio de Santa María de Asadur”, *Archivos Leoneses*, XXVII, 1973, 309-365 (= b).
- *El monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1977 (= a).
- “El monasterio de San Miguel de Bóveda”, *Archivos Leoneses*, XXXI, 1977, 107-179 (= b).
- “El monasterio de San Salvador de Villaza (Orense), en *Estudios en Homenaje a Don Claudio Sánchez Albornoz en sus 90 años*, vol. IV, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras [Anejos Cuadernos de Historia de España. Instituto de Historia de España], 1986, 419-453.
- *Documentos da Catedral de Ourense*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1996.
- Dworkin, Steven N., “Latín tardío y romance temprano: implicaciones léxicas de una hipótesis controvertida”, en Maurilio Pérez González (ed.), *Actas I Congreso Nacional de Latín Medieval (León, 1-4 de diciembre de 1993)*, León, Universidad de León, 1995, 489-494.
- Emiliano, António, “A língua notarial latino-bracarense e a reforma gregoriana”, en Castro, 1997, 91-109.
- “O mais antigo documento latino-português (882 a. D) -edição e estudo grafémico-”, *Verba*, 26, 1999, 7-42.
- *Latim e romance na segunda metade do século XI. Análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003 (adaptación da tese de doutoramento de 1995) (=a).
- “Sobre a questão d’«os mais antigos textos escritos em português»”, en Ivo Castro e Inês Duarte (eds.), *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus pela sua jubilação*, Lisboa, Departamento de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001 [www.fl.ul.pt. Edición electrónica]. Depois como libro: *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, 261-278 (= b).
- “Observações sobre a «produção primitiva portuguesa». A propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210”, *Verba*, 30, 2003, 203-236 (= c).
- Emiliano, António / Pedro, Susana, “De Notícia de Torto. Aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *ZRPh*, 120, 2004, 1-81.
- EMP = *El Museo de Pontevedra* (Pontevedra).

Enríquez Paradela, M^a del Carmen, *Colección diplomática del Monasterio y Convento de Santo Domingo de Ribadavia*, Ourense, Museo Arqueológico Provincial [*Boletín Avriense*, anexo 8], 1987.

Escripturas (tomos I-XXIV) = *Arquivo da catedral de Ourense*.

Fábrica II = *Arquivo da catedral de Ourense*.

Fábrica e Capelas (= *Fábrica e Capelas do Santísimo*. Tomo I) = *Arquivo da catedral de Ourense*.

Fernández de Viana y Vieites, José Ignacio, “La Feligresía Portuguesa de Correlhã y la Sede Compostelana (notas y documentos)”, *Compostellanum*, xv, 1970, 599-631.

--- “Documentación monástica en el «Tumbo C» de la catedral de Santiago”, *Historia, Instituciones, Documentos*, 16, 1989, 233-254.

--- “Nuevos documentos del Monasterio de San Xián de Moraime”, *Historia, Instituciones, Documentos*, 19, 1992, 161-170.

--- *Colección diplomática del Monasterio de Santa Maria de Ferreira de Pantón*, Lugo, Diputación Provincial, 1994.

--- *Tumbillo de San Bieito do Campo (Santiago)*, Granada, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1995.

--- “Del ‘Tumbo C’ de la catedral de Santiago”, *Cisterciwm. Revista Monástica*, XLIX, núm. 208, 1997, 371-377.

Fernández de Viana y Vieites, José Ignacio e outros, “El Tumbo de Caaveiro (1ª parte)”, *Cátedra. Revista eumesa de estudios*, Pontedeume, nº 3, 1996, 267-437; nº 4, 1997, 221-385. Reproducido en *El Monasterio de San Juan de Caaveiro*. Carlos de Castro Álvarez, *Historia y Arte*; José Ignacio Fernández de Viana y Vieites e M^a Teresa González Balasch, *Tumbo*, A Coruña, Deputación Provincial, 1999.

Fernández de Viana y Vieites, José Ignacio / González Balasch, M^a Teresa, “Documentos sobre derechos y posesiones de la Iglesia Compostelana en tierras portuguesas en los Tumbos “B” y “C” y en el “Tumbillo de Concordias” de la Catedral de Santiago”, *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, 17, 1992, 359-397.

--- “Pergamiños soltos do mosteiro de Caaveiro”, *Cátedra. Revista eumesa de estudios*, 9, 2002, 337-447.

Fernández Gil y Casal, Juan, “Fianças debiantris (*sic*) Machon”, *BCMO*, XII, nº 252, 1940, 287-288.

--- “Aportaciones históricas”, *BCMO*, XII, nº 254, 1940, 329-336.

Fernández Rei, Francisco, *Dialectoloxía da lingua galega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1990.

Fernández Suárez, Elisa, “El monasterio de Santa Cristina de Ribas de Sil”, *Boletín Avriense*, 4, 1974, 7-66.

Fernández Suárez, Gonzalo Francisco, “La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV: Los Sarmiento condes de Ribadavia”, Santiago de Compostela, Ed. El Eco Franciscano [*Liceo Franciscano*, Año LIV (2ª época)], 2002.

Fernández Villamil, Enrique, “Privilegios reales del Museo de Pontevedra”, *EMP*, I, 1942, 31-56, 79-106, 132-174.

--- “Documentos medioevales del Museo de Pontevedra. Siglos XII-XIII”, *EMP*, II, 1943, 111-120.

Ferreira, Esperança, “Elementos para uma caracterização da obra de J.-M. Piel”, en Ivo Castro (org.), *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*, Lisboa, Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras, 1988, 4-56.

Ferro Couselo, Xesús, *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, tomo I: *Terra de Ourense*, 2 volumes, Vigo, Galaxia, 1967 (edición facsimilar, 1996).

Filgueira Valverde, Xosé, “O galego escrito, entre o latín e o castelán, no Medioevo”, en Kremer-Lorenzo, 1982, 127-130.

- Frank, Barbara / Hartmann, Jörg, *Inventaire systématique des premiers documents des langues romanes*, vol. V, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1997.
- Galindo Romeo, Pascual, *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos XII-XV* [Suplemento al Tomo XXII de la España Sagrada, del P. Flórez], Madrid, CSIC, Instituto «Enrique Flórez», 1923.
- Gallego, Olga, “Tumbo de las viñas de Ribadavia”, *Boletín Avriense*, 16, 1986, 157-176.
- García y García, Antonio, *Synodicon Hispanum*. I: *Galicia*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1981.
- García Leal, Alfonso, “Lengua hablada y lengua escrita en el Reino de León”, en Manuel Antonio Marcos Casquero (coord.), *Estudios de tradición clásica y humanística (VII Jornadas de Filología Clásica de las Universidades de Castilla y León)*, León, Universidad, 1993, 29-43.
- García Miraz, M^a del Pilar, *El monasterio de Santa María de Armenteira en el Siglo XV: Colección Documental y Estudio de sus Datos acerca de la Evolución Dominical*, Memoria de Licenciatura inédita, Universidade de Santiago de Compostela, 1984.
- García Oro, José, *Diego de Muros III y la cultura gallega del siglo XV*, Vigo, Galaxia, 1976 (antes en *Liceo Franciscano*, 2^a Época, Año XXVIII, núms. 82-84, 1975, 5-181).
- *Señorío y nobleza. Galicia en la Baja Edad Media*, Santiago de Compostela, Colegio Franciscano [*Liceo Franciscano*, 2^a Época, Año XXX, núms. 88-90], 1977.
- “San Salvador de Cecebre. ¿Un coto de Betanzos? Un episodio de la confrontación entre Betanzos y sus «caballeros»”, *Anuario Brigantino*, 9, 1986, 11-22.
- “Viveiro en los siglos XIV y XV. La Colección Diplomática de Santo Domingo de Viveiro”, *Estudios Mindonienses*, 3, 1987, 11-131.
- *Don Fernando de Andrade, Conde de Villalba (1477-1540). Estudio Histórico y Colección Documental*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1994.
- García Oro, José / Nóvoa Gómez, M^a de los Ángeles, *La tierra de Deza en la Edad Media y en el Renacimiento. Del anonimato al pleito. Estudio histórico y Colección Diplomática*, Lalín, Concello, 2000.
- García Oro, José / Portela Silva, M^a José, “La Casa de la Moneda de A Coruña en los siglos XV y XVI (I/II/III)”, *Anuario Brigantino*, 21, 1998, 119-132; 22, 1999, 169-178; 23, 2000, 161-199 (= a).
- “La Casa de Altamira durante el Renacimiento. Estudio introductorio y Colección Diplomática”, *Liceo Franciscano*, 2^a Época, Año LII, núms. 157-159, 2000, 381-1110 (= b).
- “Osorios, Bolaños, Pardos y Ribadeneiras: Las casas nobles lucenses, camino de la Modernidad”, *Anuario Brigantino*, 25, 2002, 151-180.
- “Los Mariño de Lobeira en la Galicia del Renacimiento. Fortuna y desgracia de un señorío seglar del área compostelana”, *Estudios Mindonienses*, 19, 2003, 13-257.
- García Oro, José / Romaní Martínez, Miguel, “Viveiro en el siglo XVI”, *Estudios Mindonienses*, 5, 1989, 13-269.
- García Tato, Isidro, *La documentación medieval del tumbo del Monasterio de San Martín de Castañeda relativa a Valdeorras*, O Barco de Valdeorras, Instituto de Estudios Valdeorreses, 1986.
- Gärtner, Eberhard, “Zur Problematik der Periodisierung der Geschichte der portugiesischen Sprache”, en Sybille Große / Axel Schönberger (eds.), *Dulce et decorum est philologiam colere. Festschrift für Dieter Briesemeister zum 65. Geburtstag*, Berlin, DEE, 1999, 883-896.
- Gómez Canedo, Lino, “Dos documentos de interés para la historia de Galicia”, *BCMO*, IX, n^o 207, 1932, 441-449.
- Gómez Sobrino, Jesús, “El comercio de Tuy en el siglo XV, a través de su puerto fluvial”, *Actas del II Colóquio Galaico-Minhoto. Santiago de Compostela, 14-16 de Abril de 1984*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Consellería de Educación e Cultura, 1985, vol. I, 147-152.
- González Balasch, M^a Teresa, *El ‘Tumbo B’ de la Catedral de Santiago (Edición y estudio)*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada, 1987 (edición en microfichas) (= a).

- “Relaciones entre el monasterio de San Salvador de Asma y el Concejo de la villa de Chantada”, *CuEG*, XXXVII, nº 102, 1987, 65-77 (= b).
- “Un nuevo documento sobre la peste negra en Galicia”, *CuEG*, XXXVIII, fasc. 103, 1989, 107-112.
- González Garcés, Miguel. *Historia de La Coruña. Edad Media*, [A Coruña], Caixa Galicia, 1987.
- González Pérez, Clodio, “O castelo e a xurisdicción de Roucos”, *Boletín Avriense*, XIII, 1983, 99-135.
- González Vázquez, Marta, *El arzobispo de Santiago: una instancia de poder en la Edad Media (1150-1400)*, Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 1996.
- Graña Cid, M^a del Mar, *Las órdenes mendicantes en el obispado de Mondoñedo. El convento de San Martín de Villaoriente (1374-1500)*, Salamanca, 1990 [Separata de *Estudios Mindonienses*, 6].
- Grassotti, Hilda, “Documentos para la (sic) estudio de la vida rural gallega del siglo XIII”, *Cuadernos de Historia de España*, LXIII-LXIV, 1980, 367-372.
- Haury, Amini Boainain, *História da Língua Portuguesa. I: Séculos XII, XIII e XIV*, São Paulo, Editora Ática, 1989.
- HIS = Antonio López Ferreiro, *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, tomo V, Santiago, Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central, 1902; tomo VI, *id.*, 1903; tomo VII, *id.*, 1905; tomo VIII, *id.*, 1906.
- Iglesias Almeida, Ernesto, “El monasterio de Santa María de Tomiño”, *Tui. Museo y Archivo Histórico Diocesano*, VI, 1992, 75-102 (= a).
- “El monasterio de San Pedro de Angoares”, *Soberosum*, 1, Ponteareas, 1992, 115-131 (= b).
- Jiménez Gómez, Santiago, “O «Memorial de Aniversarios» da Catedral de Lugo como fonte para o estudio da sociedade medieval”, en *Jubilatio. Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D. Manuel Lucas Álvarez y D. Ángel Rodríguez González*, t. I, Santiago de Compostela, Universidade, 1987, 161-227.
- Justo Martín, M^a Xosé, “Lopo Gómez de Marzoa na orixe da Universidade: 4 de setembro de 1495”, en *Cinco séculos de historia universitaria. Gallaecia fylget* [1495-1995], Santiago de Compostela, Universidade, 1995, 102-107.
- Justo Martín, M^a Xosé / Lucas Álvarez, Manuel, *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da Serie BENS do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237-1537) (Edición diplomática)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1991.
- Kremer, Dieter / Lorenzo, Ramón (eds.), *Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Tréveris*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, 1982.
- Lapesa Melgar, Rafael, “La lengua de la poesía lírica desde Macías hasta Villasandino”, *Romance Philology*, 7, 1, 1953, 51-59 (recollido en *Estudios de historia lingüística española*, Madrid, Paraninfo, 1985, 239-248).
- Leirós, María, “Pergaminos del Archivo Municipal”, *BCMO*, XII, nº 254, 1940, 326-328.
- Leirós Fernández, Eladio, “Un foro del monasterio de Sar”, *BCMO*, IX, nº 191, 1930, 41-45.
- “Algunos documentos del Monasterio de Santa Cristina de Ribas de Sil”, *BCMO*, XII, nº 251 e 253 a 255, 1940, 241-250, 289-300, 314-319, 344-351; XIII, 1941, fasc. II, 85-89 (= a).
- “El libro de aniversarios de la Catedral de Orense”, *BCMO*, XIII, 1941, fasc. I, 11-35 (= b).
- “La Barca de Portovello en Orense”, *BCMO*, XIII, 1941-1942, 118-182.
- “La toma de posesión de un terreno en Pontevedra, en el siglo XIII”, *EMP*, II, 1943, 33-35.
- *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago de Compostela, El Eco Franciscano [Bibliotecas y Archivos Eclesiásticos, I. Publicaciones de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas], 1951.
- (en colaboración con M^a de los Ángeles Leirós), “Documentos sobre el puente de Orense”, *BCMO*, XVIII, fasc. I, 1953-1954, 37-110.
- “Don Enrique IV y el arzobispo de Santiago de Compostela”, *BRAG*, XXVII, a. L, núms. 309-320, 1956, 183-236.

- “Los tres libros de aniversarios de la Catedral de Santiago de Compostela”, *Compostellanum*, 15, 1970, 179-254.
- Libro da Colexiata*. Manuscrito da Colexiata de Muros (54 folios).
- Libro Grande. Privilexios copiados e consultas de Igrexas = Arquivo da catedral de Ourense*.
- Lis Quibén, Víctor, “Copia de uno de los testamentos de Pedro Madruga”, *BCMO*, XVII, fasc. II, 1950, 131-135.
- Liuro das posisoies do Espital dos pobres*. Manuscrito do Concello de Muros (31 folios).
- López, Fr. Atanasio, “Convento de San Francisco de La Coruña (Siglos XIII-XV)”, *BRAG*, VIII, 1914-1915 (a. IX, 1914, nº 85), 1-7.
- “Datos para la historia eclesiástica de Orense”, *BRAG*, VIII, 1914-1915 (a. IX, nº 86 e 87, 1914), 19-23, 43-49.
- *Estudios crítico-históricos de Galicia*. Primera serie: *Estudios históricos. = Literatura Gallega. Bibliotecas y códices litúrgicos de Galicia*, Santiago de Compostela, Tip. de El Eco Franciscano, 1916.
- “Documentos referentes a monasterios orensanos”, *BCMO*, VIII, nº 189, 1929, 435-440.
- “Cuestión histórica. ¿En qué año fué fundado el convento de los Frailes Menores de Orense?”, *BCMO*, XI, núms. 228 e 229, 1936, 49-56, 73-80.
- López Arias, Xaime, *Santa María Madalena de Sarria*, Lugo, Diputación Provincial, 1996.
- López Carreira, Anselmo, *Ourense no século XV. Economía e sociedade urbana na Baixa Idade Media*, Vigo, Xerais, 1991.
- *De Ourense medieval. Rexistro de Xoán García, Notario do Concello de Ourense, do ano 1484*, Ourense, Museo Arqueolóxico Provincial [*Boletín Avriense*, Anexo 17], 1992 (= a).
- *Os Irmandiños. Textos, documentos e bibliografía*, 2ª ed., Vigo, A Nosa Terra, 1992.
- *Padróns de Ourense do século XV*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1995.
- *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval*, Ourense, Deputación Provincial, 1998 (= a).
- *O pleito das fortalezas da cidade de Ourense (1455-1456)*, Ourense, Grupo Marcelo Macías – Museo Arqueolóxico Provincial [*Boletín Avriense*, Anexo 22], 1998 (= b).
- *Cangas na Idade Media. Estudio e documentación*, Cangas do Morrazo, Concello, 1999.
- *Libro de Notas de Álvaro Carreira. Ourense, 1434*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2000.
- “O casamento de Mencia, xudía conversa”, *Murguía. Revista Galega de Historia*, 3, 2004, 23-26.
- López Ferreiro, Antonio, “Liber tenencie de Horro ó Memorial de la hacienda, rentas, pensiones de la antigua tenencia del Hórreo escrito en el año 1438 por el canónigo Gonzalo Vázquez de Mandayo”, *El Pensamiento Gallego*, Santiago, do 13 de decembro de 1888 ó 28 de febreiro de 1889.
- *Fueros Municipales de Santiago y de su tierra*, Madrid, Ediciones Castilla, 1975 (facsimile da edición de 1895).
- López Sangil, José Luis, “Relación de los documentos del Monasterio de Santa María de Monfero”, *Estudios Mindonienses*, 18, 2002, 279-740.
- Los Reyes y Santiago. Exposición de documentos reales de la Catedral de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Consellería de Cultura e Deportes, 1988.
- Lorenzo, Ramón, *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, I, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975; II, *id.*, 1977.
- *Crónica Troiana*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.
- “A lingua literaria na época de Rosalía”, *Actas do Congreso internacional de estudos sobre Rosalía de Castro e o seu tempo (Santiago, 15-20 de xullo de 1985)*, t. III, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega-Universidade, 1986, 7-41.
- “Algunhas consideracións sobre a *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia”, *Verba*, 14, 1987, 441-488.

- “Crónica de 1404”, en Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (orgs. e coords.), *Dicionário da Literatura Medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, 184-185 (= a).
- “Algunhas consideracións sobre a evolución do sistema consonántico do galego medieval ó moderno”, en Johannes Kabatek e Axel Schönberger (eds.), *Sprache, Literatur und Kultur Galiciens. Akten des 2. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik (Berlin, 10.-12 September 1992); lusitanistischer Teil. Band 1*, Frankfurt am Main, TFM / Domus Editoria Europaea, 1993, 13-26 (= b).
- “La koiné gallega”, *LRL*, II, 2, 1995, 649-679 (= a).
- “Algúns datos sobre a evolución das sibilantes medievais”, en Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (orgs. e coords.), *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, 231-237 (= b).
- “Documentos portugueses de Montederramo”, en Castro, 1997, 135-156.
- “Prosa medieval”, en *Galicia. Literatura. A Idade Media*, t. xxx, A Coruña, Hércules de Ediciones, 2000, 365-429b, 499-501.
- “El gallego en los documentos medievales escritos en latín”, en Perdiguero Villarreal (ed.), 2003, 161-192.
- Lorenzo Fernández, Jorge, “El fondo del monasterio de San Salvador de Celanova en el Archivo Histórico Nacional”, *BCMO*, XIII, fasc. III, 1942, 205-252.
- Losada Meléndez, M^a José, *La Colección Diplomática del monasterio cisterciense de Melón, Orense (pergaminos de la catedral de Orense, siglo XIV*, Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, 1992 (tese de licenciatura inédita).
- Losada Meléndez, M^a José / Soto Lamas, M^a Teresa, “Cartas de hermandad de la Catedral de Orense (1279-1647)”, *Boletín de Estudios del Seminario (Seminario «Fontán-Sarmiento»...)*, a. 16, n^o 15, 1994, 51-58.
- “Algunos documentos de Abraán de León, recaudador del Conde de Ribadavia: 1438-1462”, *Boletín de Estudios del Seminario (Seminario «Fontán-Sarmiento»...)*, a. 17, n^o 16, 1995, 59-66.
- Loscertales de García de Valdeavellano, Pilar, *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, 2 vols., Madrid, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural. Archivo Histórico Nacional, 1976.
- LRL* = Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt (eds.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band II, 2, Tübingen, Niemeyer, 1995; Band VI, 2, *Galegisch, Portugiesisch*, 1994.
- Lucas Álvarez, Manuel, “La colección diplomática del Monasterio de San Lorenzo de Carboeiro”, *Compostellanum*, III, 1958, 221-308, 547-638.
- “Documentos notariales y notarios en el Monasterio de Osera”, en *Paleografía y Archivística. Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, Universidade, 1975, 223-240 (= a).
- “El monasterio de San Julián de Moraime en Galicia. Notas documentales”, en *Homenaje a Don Agustín Millares Carlo*, t. II, Caja Insular de Ahorros de Gran Canaria, 1975, 605-643 (= b).
- “El monasterio de San Salvador de Camanzo”, *Archivos Leoneses*, XXXII, 1978, 273-379.
- “Paleografía gallega. Estado de la cuestión”, *Anuario de Estudios Medievales*, 21, 1991, 419-468.
- *Tumbo A de la Catedral de Santiago*. Estudio y edición, Santiago de Compostela, Cabildo de la S. A. M. I. Catedral-Seminario de Estudos Galegos, 1998.
- *El Archivo del Monasterio de San Martiño de Fóra o Pinario de Santiago de Compostela*, 2 tomos, Sada. A Coruña, Edicións do Castro, 1999.
- *San Paio de Antealtares, Soandres y Toques: Tres monasterios medievales gallegos*, Sada - A Coruña, Edicións do Castro, 2001.
- “Los monasterios femeninos de San Cristovo de Dormea y San Martiño de Cánduas”, en M^a Dolores Barral Rivadulla e José Manuel López Vázquez, *Estudios sobre el Patrimonio Artístico. Homenaje del departamento de Historia del Arte y de la Facultad de Geografía e Historia de la*

- Universidade de Santiago de Compostela a la Prof. Dra. M^a del Socorro Ortega Romero*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002, 853-880.
- *El monasterio de San Martiño Pinario de Santiago de Compostela en la Edad Media*, Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 2003.
- "El Monasterio de San Salvador y San Nicolás de Cis", *Estudios Mindonienses*, 20, 2004, 603-728.
- Lucas Álvarez, Manuel / Lucas Domínguez, Pedro Pablo, *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media. Colección diplomática*, Santiago de Compostela, Caixa Galicia, 1988.
- *El Priorato beneditino de San Vicenzo de Pombeiro y su colección diplomática en la Edad Media*, Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 1996 (= a).
- *El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudio y documentos*, Sada - A Coruña, Ediciós do Castro, 1996 (= b).
- Luminaria de San Pedro e Santa María da vila de Muros*. Manuscrito da Colexiata de Muros.
- Mackenzie, David, "Un documento bilingüe galego-castelán do século XV", *Donaire*, 1, Londres, 1993, 25-31. Tamén en Álvarez / Santamarina (eds.), 2004, 459-473.
- Maia, Clarinda de Azevedo, *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, INIC, 1986.
- "Antecedentes medievais do «seseo» galego", *Homenaje a Alonso Zamora Vicente*, 1, Madrid, Castalia, 1988, 33-43.
- "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno", *Diacrítica*, 10, 1995, 3-30.
- Mariño Paz, Ramón, *Historia da lingua galega*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco Edicións, 1998.
- Mariño Veiras, Dolores, *Señorío de Santa María de Meira (De 1150 a 1525). Espacio rural, régimen de propiedad y régimen de explotación en la Galicia medieval*, La Coruña, Ediciones Nós, 1983.
- Marquina y Álvarez, Eugenio, "Documentos históricos", *BCMO*, III, nº 66, 1909, 332; nº 67, 354-355; nº 69, 385-387.
- Martínez Martínez, Martín, *Cartulario de Santa María de Carracedo*, Ponferrada, Instituto de Estudios Bercianos, vol. I, 1997; vol. II, 1999.
- Martínez Sáez, Antonio, *El Monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives: Estudio histórico y diplomático*, Tesis Doctoral, Universidad de Granada, 1989 (edición en microfichas).
- Martínez Salazar, Andrés, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, La Coruña, Imp. de la Casa de Misericordia, 1911.
- Martínez Sueiro, Manuel, "Fueros Municipales de Orense", *BCMO*, IV, núms. 72 a 75, 77, 1910, 1-7, 25-34, 49-54, 73-84, 121-130; núms. 78 a 84, 1911, 1-10, 33-45, 57-61, 81-94, 105-112, 129-135, 153-162.
- "Diego de Lemos", *BCMO*, V, nº 99, 1914, 70-72; núms. 101 a 104, 1915, 90-94, 105-111, 121-128, 135-144.
- Martins, Ana Maria, "Ainda «os mais antigos textos escritos em português». Documentos de 1175 a 1252", en Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, 491-534.
- *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- "A emergência do português escrito na segunda metade do século XII" [2001], en Álvarez / Santamarina (eds.), 2004, 491-526.
- Martins, Ana Maria / Albino, Cristina, "Sobre a primitiva produção documental em português: notícia de uma notícia de auer", en Dieter Kremer, *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, t. I, Vigo, Galaxia, 1998, 105-121.

- Maure Rivas, Xulián, *Para unha escriptoloxía do Galego. Edición e estudo escriptolóxico do Tombo do hospital dos pobres de Tui (1436-1490)*, A Coruña, Fundación Barrié de la Maza, 2005 (en prensa).
- Mayán Fernández, Francisco, “Sentencia dada por Afonso Vasques de Cabarcos...”, *BCMLugo*, VII, 1960, 105-106.
- “Dos importantes documentos relacionados con el Mariscal Pedro Pardo de Cela”, *BCMLugo*, IX, 1971-1972, 31-34.
- “Contribución al estudio de la economía rural medieval gallega, con datos del Cartulario del Monasterio de Lorenzana (Lugo)”, *BCMLugo*, IX, 1973, 153-161.
- “El monasterio de Lorenzana”, *Estudios Mindonienses*, 5, 1989, 271-334.
- Mazo 1* = Mazo de 20 folios en papel de documentos (ms. da Colexiata de Muros).
- Mazo 2* = Mazo de documentos (ms. da Colexiata de Muros).
- Méndez Fernández, M^a Luz, *Contribución ó estudio dun Libro das tenzas da catedral de Santiago*. Edición crítica e estudo dos folios 1 a 27, Santiago de Compostela, 1991 (tese de licenciatura inédita).
- Meruéndano Arias, Leopoldo, “Los documentos antiguos del Archivo del Ayuntamiento de Ribadavia”, *BCMO*, III, n° 60, 1908, 192-202.
- “El Fuero municipal de Ribadavia”, *BCMO*, III, n° 66 a 69, 1909, 314-327, 333-347, 357-368, 373-385.
- Messner, Dieter, “Portugiesisch: Periodisierung. Périodisation”, *LRL*, VI, 2, 1994, 618-623.
- *Dicionário dos dicionários portugueses. NA-NI*, Salzburg, Institut für Romanistik der Universität [Bibliotheca Hispano-Lusa. Herausgegeben von Dieter Messner, 13], 1999.
- Michaëlis de Vasconcelos, Carolina, *Lições de Filologia Portuguesa segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Seguidas das Lições práticas de português arcaico*, Lisboa, Nova edição da ‘Revista de Portugal’ - Série A - Língua Portuguesa, 1956 (primeiramente publicados em Coimbra, 1912, 1913).
- Miragres* = José Luis Pensado Tomé, *Miragres de Santiago. Edición y estudio crítico*, Madrid, CSIC [RFE - Anejo LXVIII], 1958.
- Monteagudo Romero, Henrique, “Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e latín na Idade Media en Galicia”, *Revista de Administración Galega*, I, 1985, 85-108.
- “Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)”, en Elvira Fidalgo e Pilar Lorenzo Gradín, *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias “Ramón Piñeiro”, 1994, 169-185.
- *Historia social da lingua galega*, Vigo, Galaxia, 1999.
- Mosquera Agrelo, Manuel, “«Stant Gotice Scriptum in tomo Decimo Palatii». Os documentos do «Libro Décimo de Pergamiños» do Arquivo Catedralicio de Lugo”, en Miguel Román Martínez e M^a Ángeles Nóvoa Gómez (eds.), *Homenaje a José García Oro*, Santiago de Compostela, Universidade, 2002, 211-229.
- Murguía, Manuel, “De los primeros documentos en gallego”, *BRAG*, I, 1906-1907 (a. II, 1907, n° 9), 193-196.
- “Sentencia dictada por Fernán Pérez en pleito entre el abad de Monforte y Martín Fernández...”, *BRAG*, III, 1909-1910 (a. IV, 1909, n° 30), 134.
- “Constituciones de la cofradía de Santa Tecla de la villa de La Guardia”, *BRAG*, VI, 1912-1913 (a. VII, 1912, n° 63, 64, 65), 57-61, 89-94, 113-119.
- Nebrija, Antonio de, *Gramática de la lengua castellana*. Edición preparada por Antonio Quilis, Madrid, Editora Nacional, 1980.
- Neto, Serafim da Silva, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1952; 3ª ed., Rio de Janeiro, Presença/MEC, 1979.
- Novo Cazón, José Luis, “El Priorato Santiaguista de Villa (sic) de Donas en la Edad Media (1194-1500)”, *Estudios Mindonienses*, 1, 1985, 127-157.

- *El Priorato santiaguista de Vilar de Donas en la Edad Media (1194-1500)*, La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1986.
- *Loio: de monasterio fructuosiano a encomienda santiaguista*, Lugo, Diputación Provincial, 1984 [Anexo da Revista LUG].
- Otero-Piñeyro Maseda, Pablo S. / Antonio Rubio, M^a Gloria de, “¿Judíos en Begonte? Análisis de un rastro documental”, *Lvcentia. Miscelánea de Cultura e Investigación*, XIV, nº 28, Lugo, 2004, 89-106.
- Outes e outras. Especialmente do lugar de Berres en Outes*. Gros volume manuscrito da Colexiata de Muros.
- Pallares Méndez, M.^a del Carmen, *El Monasterio de Sobrado: un ejemplo del protagonismo monástico en la Galicia medieval*, La Coruña, Diputación, 1979.
- Pallares Méndez, M.^a del Carmen / Portela Silva, Ermelindo, *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*, Santiago de Compostela, Universidad, 1971.
- Papeis* = Papeis varios referentes ós pobres do Hospital de San Lázaro, existente en Muros, e próximo á igrexa de Santa María do Camiño (ms. da Colexiata de Muros).
- Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo, “Documentos Medievales (i). Los Pardo de Cela del siglo XV”, *Anuario Brigantino*, 9, 1986, 23-30.
- *Los señores de Galicia. Tenentes y condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols., A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000.
- Pardo Villar, P. Aureliano, *Historia del Convento de Santo Domingo de Pontevedra*, Pontevedra, El Museo de Pontevedra, 1942.
- Pena Graña, Andrés, *Narón, un Concello con historia de seu*, Concello de Narón, Servicio Sociopedagógico Municipal, vol. I, 1991; vol. II, 1992.
- Penny, Ralph, “La grafía de los textos notariales castellanos de la Alta Edad Media: ¿sistema logográfico o fonológico?”, en José Manuel Blecua, Juan Gutiérrez e Lidia Salas (eds.), *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*, Salamanca, Universidad, 1998, 211-224.
- *Variation and Change in Spanish*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- “Ambigüedad grafemática: correspondencia entre fonemas y grafemas en los textos peninsulares anteriores al s. XIII”, en Perdigüero Villarreal (ed.), 2003, 221-242.
- Pensado, Carmen, “How was leonese vulgar latin read?”, en R. Wright, 1991c, 190-204.
- Pensado Tomé, José Luis, “La lexicología gallega en el siglo XVIII”, en Kremer/Lorenzo, 1982, 85-98.
- Perdigüero Villarreal, Hermógenes (ed.), *Lengua romance en textos latinos de la Edad Media. Sobre los orígenes del castellano escrito*, Burgos, Universidad - Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2003.
- Pereira Ferreiro, Sara, “El monasterio de Santa María de Xunqueira de Espadañedo y su colección diplomática”, *Boletín Avriense*, IX, 1979, 151-230.
- Pereira Martínez, Carlos, “A Orde Militar de Alcántara na Galiza medieval”, *Anuario Brigantino*, 24, 2001, 157-206.
- Pérez Pascual, José Ignacio, “El castellano de la *Crónica General de 1404*”, *Verba*, 18, 1991, 201-219.
- Pérez Rodríguez, Francisco Javier, *Os documentos do Tombo de Toxos Outos*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2004.
- Polín, Ricardo, *A poesía lírica galego-castelá (1350-1450)*, Santiago de Compostela, Universidade, 1994.
- *Cancioneiro galego-castelán (1350-1450). Corpus lírico da decadencia*, Sada - A Coruña, Edicións do Castro, 1997.
- Porta de la Encina, Antonio, “Aportación al estudio del Monasterio de Caabeiro”, *Estudios Mirdonienses*, 2, 1986, 225-258.
- Portela Silva, Ermelindo, *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis*, Santiago de Compostela, *Compostellanum* XX, 1975.

--- *La colonización cisterciense en Galicia (1142-1250)*, Santiago de Compostela, Universidad, 1981.

Portela Silva, M^a Xosé, *Documentos da Catedral de Lugo. Século XV*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1998.

Portela Silva, M^a José / García Oro, José, *La Iglesia y la ciudad de Lugo en la Baja Edad Media. Los señoríos. Las instituciones. Los hombres*, Santiago de Compostela, CSIC, Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos [CuEG. Anexo XXIV], 1997 (a colección de 894 documentos só a poñen sumariada, pero puiden utiliza-la lectura de todos eles que me facilitou en disquetes M^a José Portela).

Privilegios = Privilegios Reales y Viejos Documentos de Santiago de Compostela, Madrid, Joyas bibliográficas, 1965.

Privilegios (III-IV) = Arquivo da catedral de Ourense.

Puentes Romay, José Antonio, “Acerca de la pronunciación del latín altomedieval: a propósito de una teoría reciente”, *Evphrosyne. Revista de Filología Clásica*, Nova Série, xxii, 1994, 269-281.

--- “Lengua y gramática en el Occidente peninsular altomedieval: algunas consideraciones generales”, en Maurilio Pérez González (coord.), *Actas II Congreso Hispánico de latín medieval (León, 11-14 de Noviembre de 1997)*, II, León, Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1998, 769-775.

Puga Brau, José, “El primer señor de Allariz”, *BCMO*, xiv, 1943-1944, 233-241.

Quintana Prieto, Augusto, *Tumbo Viejo de San Pedro de Montes*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro” - Archivo Histórico Diocesano - Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1971.

--- “La documentación de S. Martín de Castañeda (Correcciones y ampliación)”, *Archivos Leoneses*, 26, 1972, 151-230.

RAG = Real Academia Galega.

Ramón y Fernández Oxea, José / Duro Peña, Emilio, “Las iglesias románicas de la Tierra de Beiro”, *Compostellanum*, xii, 1967, 505-561.

Rey Caiña, José Ángel, *La colección diplomática del Monasterio de Ferreira de Pallares*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada, 1993 (edición en microfichas).

Rivera Manescau, Saturnino, “Donación que Don Pedro, Conde de Lemos y Trastámara, hizo a su vasallo Ares Rodríguez...”, *BRAG*, xi, 1917-1919 (a. xii, 1917, n^o 122), 59-61.

Rodríguez González, Ángel, “El Hospital de San Miguel del Camino para pobres y peregrinos (siglos XV al XVIII)”, *Compostellanum*, xii, 1967, 201-254 (= a).

--- “Dos documentos sobre la anexión de la Iglesia de Santa Comba de Louro o de Cordeiro a la Colegiata de Iria”, *Compostellanum*, xii, 1967, 639-644 (= b).

--- “El Tumbo del Monasterio de San Martín de Castañeda”, *Archivos Leoneses*, xxiv, 1970, 321-379 (también xx, 1966, 181-352; xxi, 1967, 151-186).

--- *Livro do Concello de Pontevedra (1431-1463)*. Transcripción e estudio por Ángel Rodríguez González. Observacións codicolóxicas por Isidoro Millán González-Pardo, Pontevedra, Museo de Pontevedra, 1989.

--- *Libro do Concello de Santiago (1416 - 1422)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1992 (= a).

--- “Documentación Medieval del Archivo Histórico Diocesano de Santiago. «Libro de feudos de diferentes bienes, feligresías, cotos y jurisdicciones»”, *Compostellanum*, xxxvii, 1992, 373-462 (= b).

--- *Tumbo Vermello de don Lope de Mendoza*, Santiago de Compostela, CSIC, Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos [CuEG, Anexo XXIII], 1995.

Rodríguez González, Ángel / Armas Castro, José, *Minutario notarial de Pontevedra (1433-1435)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1992.

Rodríguez González, Ángel / Rey Caiña, José Ángel, “Tumbo de Lorenzana”, *Estudios Mindonienses*, 8, 1992, 11-324.

- Rodríguez Núñez, Clara, “Santa María de Belvís, un convento mendicante femenino en la Baja Edad Media (1305-1400)”, *Estudios Mindonienses*, 5, 1989, 335-485. Como separata: *El monasterio de Dominicas de Belvís de Santiago de Compostela*, Ferrol, 1990.
- “El monasterio de Nuestra Señora de Valdeflores de Viveiro”, *Estudios Mindonienses*, 9, 1993, 441-539 (= a).
- *La colección documental de Santa Clara de Santiago (1196-1500)*, Liceo Franciscano, Año XLV (2ª Época), núms. 136-138, 1993 (= b).
- *Los conventos femeninos en Galicia: el papel de la mujer en la sociedad medieval*, Lugo, Diputación Provincial, 1993 (= c).
- Romaní Martínez, Miguel, *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Sta. María de Oseira (Ourense), 1025-1310*, 2 volumes, Santiago de Compostela, Tórculo Edicións, 1989.
- Romaní Martínez, 1993 (= c).
- Romaní Martínez, Miguel e outros, *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Sta. María de Oseira (Ourense), 1310-1399*, volume III, Santiago de Compostela, Departamento de Historia I, Universidade, 1993.
- *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Sta. María de Oseira (Ourense), 1400-1435*, volume IV, Santiago de Compostela, Departamento de Historia I, Universidade, 2003.
- Romaní Martínez, Miguel / Otero-Piñeyro Maseda, Pablo S., “Documentación del fondo de Oseira (AHN) relacionada con el Monasterio de San Pedro de Vilanova de Dozón (1015-1295)”, *CuEG*, L, fasc. 116, 2003, 27-77.
- Romaní Martínez, Miguel / Rodríguez Suárez, Mª del Pilar, *Libro Tumbo de pergamino. Un códice medieval del monasterio de Oseira. Estudio, edición e índices*, Santiago de Compostela, Departamento de Historia I, Universidade, 2003.
- Saavedra Carballido, Mª Jesús, *El urbanismo en Tuy en la primera mitad del siglo XV*, Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, 1982 (tese de licenciatura inédita).
- Sáez Sánchez, Emilio, “Cartas de población del Monasterio de Meira”, *AHDE*, 14, 1942-1943, 500-519.
- “El Monasterio de Santa María de Ribeira”, *Hispania. Revista Española de Historia*, IV, nº XIV, 1944, 3-27, 163-210.
- Sáez Sánchez, Emilio / Sáez, Carlos, *Colección diplomática del Monasterio de Celanova (842-1230), I (842-942)*, Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones, 1996.
- Salvado, Benito, “Tumbo de Toxosoutos”, *Compostellanum*, xxxvi, 1991, 165-232 (transcripción de Vicente Salvado Martínez. Selección de documentos de Benito Salvado).
- Sánchez Carrera, Mª del Carmen, *El Bajo Miño en el siglo XV. El espacio y los hombres*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1997.
- Sánchez Sande, Carmen, *El convento de Santa Catalina de Montefaro*, Santiago de Compostela, Facultad de Filosofía y Letras, 1964 (tese de licenciatura inédita).
- Sánchez Sánchez, Xosé M., *Estudio Histórico y Transcripción de la Carpeta nº 13 (Documentos Particulares) del Archivo Capitular de la Catedral de Santiago de Compostela (1169-1430)*, Santiago de Compostela, Universidade, 2002 (tese de licenciatura inédita).
- Santos, Mª José Azevedo, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica, 1994.
- SCA = *Santa Clara de Allariz. 7º Centenario da Fundação*, Ourense, Museo Arqueológico Provincial [Boletín Avriense, Anexo 5], 1986.
- Seca, Adriano de la, “Curioso documento del Archivo Municipal”, *BCMO*, VII, nº 171, 1926, 472-476.
- “Ermita de los Santos Cosme y Damián”, *BCMO*, VIII, nº 188, 1929, 417-422.
- Silva, Rosa Virginia Mattos e, *O português arcaico. Fonologia*, São Paulo/Salvador, Editora Contexto/Universidade Federal da Bahia, 1991.
- “Para uma caracterização do período arcaico do português”, *D.E.L.T.A.*, vol. 10, núm. especial, 1994, 247-276.

- Soto Lamas, María Teresa, *La Colección Diplomática del monasterio cisterciense de Melón, Orense (pergaminos de la catedral de Orense)*. Ss. XII-XIII, Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, 1992 (tese de licenciatura inédita).
- Souto Cabo, J. A., “Caracterización dialectal da Galiza na idade média”, en Gerold Hilty (ed.), *Actes du xx^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Université de Zurich (6-11 avril 1992)*. Tome II, Section III: *La fragmentation linguistique de la Romania*, Tübingen und Basel, Francke Verlag, 1993, 533-545.
- “O «Testamento de Estêvão Peres» (1230). Aproximación à primeira escrita galego-portuguesa na Galiza”, *Revista de Filología Románica*, 13, 1996, 123-149.
- “Documentos galego-portugueses medievais (I)”, *Agália*, 49, 1997, 25-41; *id.* (II), *Agália*, 54, 1998, 217-225.
- “Perfis biográficos no testamento de Rui Vasques. Edición do texto, análise e nota lingüística”, en Rosario Álvarez e Dolores Vilavedra (eds.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*, Santiago de Compostela, Universidade, 1999, I, 989-999.
- “Fixación e evolución dos usos romances no séc. XIII: A documentación de S^a M^a de Alcobaça”, en Ramón Lorenzo (coord.), *Homenaxe a Fernando R. Tato Plaza*, Santiago de Compostela, Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2002, 363-376.
- “Usos romances na documentación galego-portuguesa do séc. XIII”, en Brian F. Head e outros (orgs.), *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2002 [2003], 435-448.
- “Dinámicas da escrita romance na primeira metade do século XIII”, en Amália Mendes e Tiago Freitas (org.), *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 2-4 de Outubro de 2002)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2003, 795-814 (= a).
- “Nas orixens da expresión escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII”, *Diacrítica*, 17/1, 2003, 329-385 (= b).
- Sponer, Margot, “Documentos antiguos de Galicia”, *Anuari de l’Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, VII, 1934, 113-192.
- Suárez Fernández, Gonzalo Francisco, *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV: Los Sarmiento condes de Ribadavia*, Santiago de Compostela, Liceo Franciscano, año LIV (2^a época), 2002.
- Suárez Cardeso, M^a Dolores, *Protección real y señorial al Monasterio de San Justo de Tojos Outos*, Santiago de Compostela, 1955 (memoria de licenciatura inédita).
- Taboada Roca, Antonio, “Testamento de Álvaro de Taboada y Camba. Año 1462”, *BCMLugo*, VII, 1960, 99-105.
- Tato Plaza, Fernando R., “¿Dous documentos en galego de 1229?”, en Castro, 1997, 297-302.
- *Libro de notas de Álvaro Pérez, notario da terra de Rianxo e Postmarcos (1457)*, Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega, 1999.
- Teyssier, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.
- “Portugiesisch: Externe Sprachgeschichte. Histoire externe de la langue”, *LRL*, VI, 2, 461-472. *TPuga* = *Tenza de Puga. Arquivo da catedral de Ourense*.
- Vaamonde Lores, César, “Escritura otorgada por Pedro Páez y María Ordóñez a favor del Monasterio de Sobrado...”, *BRAG*, I, 1906-1907 (a. II, 1907, nº 10), 226-227.
- “Documentos gallegos”, *BRAG*, II, 1907-1909 (a. III, 1908, nº 20), 174-177; III, 1909-1910 (a. IV, 1909, nº 25), 17-20; V, 1911-1912 (a. VI, 1911, nº 49), 12-14.
- *Ferrol y Puente deume. Escrituras referentes á propiedades adquiridas por el monasterio de Sobrado en dichos partidos durante los siglos XII, XIII y XIV, precedidas de una breve reseña histórica de las granjas de Brión, Prioiro y Nogueirosa*, Coruña, Tipografía y Papelería de F. García Ybarra, 1909 (= a).
- “Confirmación de las mandas con que D. Sancho Suárez favoreció al Monasterio de Sobrado...”, *BRAG*, III, 1909-1910 (a. V, 1910, nº 36), 280.
- “Convenio entre el monasterio de Sobrado y Diego Gómez...”, *BRAG*, V, 1911-1912 (a. VI, 1911, nº 51 e 52), 66-67.

- “Gómez Pérez das Mariñas y sus descendientes (Apuntes históricos y genealógicos)”, *BRAG*, VII, 1913-1914 (a. VIII, nº 77 a 79, 1913; a. IX, nº 80 a 82, 1914), 124-130, 154-159, 184-187, 195-203, 230-236, 261-265; VIII, 1914-1915 (a. IX, nº 88, 1914; a. X, nº 89 a 96, 1915), 62-69, 104-110, 120-127, 152-160, 193-202, 231-235, 244-251, 262-266, 283-289; IX, 1915-1916 (a. X, nº 97 a 100, 1915; a. XI, nº 101 a 108, 1916), 10-17, 38-46, 59-65, 86-91, 111-117, 139-144, 148-151, 177-184, 203-211, 230-238, 254-261, 286-293; X, 1916-1917 (a. XI, nº 109 a 112, 1916; a. XII, nº 113 a 117, 1917), 17-24, 42-51, 78-85, 111-118, 139-147, 169-176, 182-190, 215-218, 258-264.
- Vaquero Díaz, M^a Beatriz, “Fontes documentais para o estudo do Mosteiro de Santa María de Acibeiro do Arquivo da Catedral de Ourense”, en *Actas do II Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y Portugal, Ourense 1998*, vol. II, Zamora, Ediciones Montecasino, 1999, 951-994.
- *Colección diplomática do Mosteiro de San Salvador de Celanova (ss. XIII-XV)*, 4 tomos, s. I., Concello de Celanova-Universidade de Vigo, 2004.
- Varela Sieiro, Xaime, *Léxico cotián na Alta Idade Media de Galicia: o enxoval*, Sada - A Coruña, Edicións do Castro, 2003.
- Vasconcellos, José Leite de, *Lições de Filologia Portuguesa*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959 (a 1^a é de 1911 e a 2^a de 1926).
- Vázquez Bertomeu, Mercedes, *La Institución Notarial y el Cabildo Compostelano (1460-1481)*. Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, Departamento de Historia I, 1996 (edición en microficha).
- “El libro Memorial de pleitos del arzobispo Alonso de Fonseca III”, en Luis Quinteiro Fiúza e Alfonso Novo (eds.), *En camino hacia la gloria (Miscelánea en honor de Mons. Eugenio Romero Pose)*, Santiago de Compostela, Revista *Compostellanum*, Instituto Teológico Compostelano, 1999, 704-733 (= a).
- “La cofradía de los Clérigos de Coro de Santiago y las ordenanzas de 1457”, *Compostellanum*, XLIV, 1999, 445-493 (= b).
- *La hacienda arzobispal compostelana. Libros de recaudación (1481-83 y 1486-91)*, Santiago de Compostela, CSIC-Xunta de Galicia, Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, 2002 [CuEG, Anexo XXIX].
- *A Igrexa de Santiago contra 1500 (O Libro do Subsidio)*, Verín-Santiago de Compostela, Edicións Lóstrego, 2003.
- Vázquez Cuesta, Pilar / Luz, Maria Albertina Mendes da, *Gramática Portuguesa*, 3^a ed., volume I, Madrid, Gredos, 1971.
- Vázquez López, María Jesús, “El señorío de Monterrei. Los Biedma, los Stúñiga y los Ulloa”, *Estudios Mindonienses*, 13, 1997, 187-308.
- Vázquez Núñez, Arturo, “Documentos históricos”, *BCMO*, I, nº 2, 1898, 33-37; nº 4, 69-71; nº 7, 1899, 124-126; nº 15, 1900, 273-280; nº 18, 1901, 327-328; nº 20, 353-358; nº 21, 374-380; nº 22, 393-396; II, nº 25, 1902, 30-31; nº 26, 44-48; nº 28, 79-80; nº 35, 1903, 197-202; nº 40, 1904, 292-295; nº 41, 307-311; nº 42, 1905, 324-327; nº 44, 354-358; III, nº 49, 1906, 25-32; nº 50, 44-48; nº 51, 60-64; nº 52, 79-80; nº 60, 1908, 208.
- Vázquez Núñez, Manuel, “Documentos históricos”, *BCMLugo*, I, 1942, nº 2, 46-48.
- Vázquez Saco, Francisco, “Iglesias románicas de la provincia de Lugo”, *BCMLugo*, I, 1943, 118-124, 182-191.
- Veiga Arias, Amable, *Algunas calas en los orígenes del gallego*, Vigo, Galaxia, 1983.
- Vila-Botanes, Suso, *Tui e Valença nos Séculos XI a XV. Os acontecementos históricos, sociais, artísticos e económicos*, [Tui], Asociación Amigos da Catedral de Tui, 2001.
- Villa-Amil y Castro, José, “Documentos históricos”, *BCMO*, III, nº 70, 1909, 400-402.
- Wright, Roger, *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*, Liverpool, Francis Cairns, 1982.
- “La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil años”, *Verba*, 18, 1991, 5-25 (recollido en Wright, 1994, 181-208, co título “The teaching of Orthography in Thenth-Century Galicia”) (= a).

- “The conceptual distinction between Latin and Romance: invention or evolution?”, en Wright (ed.), 1991, 103-113 (tamén en Wright, 1994, 21-30) (= b).
- (ed.), *Latin and the Romance Languages in the early Middle Age*, London and New York, Routledge, 1991 (= c).
- “El latín y el ladino (siglos XI-XII)”, en R. Lorenzo, *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas. Universidade de Santiago de Compostela, 1989*, vol. v, A Coruña, Fundación Barrié de la Maza, 1993, 61-70 (recollido en Wright, 1994, 265-276, co título “Latin and ‘ladino’ (in the eleventh and twelfth Centuries)”).
- *Early Ibero-Romance. Twenty-one studies on language and texts from the Iberian Peninsula between the Roman Empire and the Thirteenth Century*, Newark, Delaware, Juan de la Cuesta, 1994.
- Zaleska, María, “Un privilegio de Alfonso x a Caaveiro confirmando el dado por Alfonso VII”, *Cátedra. Revista eumesa de estudios*, 3, 1996, 79-89.
- Zapico Barbeito, M^a Pilar, *Colección diplomática do mosteiro de Santiago de Mens. Edición e estudio*, Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, 2003 (tese de licenciatura inédita).
- Zaragoza Pascual, Ernesto, “Reforma de los monasterios de Lobás, Dozón y Ansemil (1498-9)”, *CuEG*, XLIX, fasc. 115, 2002, 81-124.

SECCIÓN 1
GRAMÁTICA HISTÓRICA

A COORDINACIÓN NA LINGUA GALEGA MEDIEVAL, A TRAVÉS DAS *CANTIGAS DE AMOR E DE ESCARNIO*, *OS MIRAGRES DE SANTIAGO*, *A CRÓNICA TROIANA* E *A CORÓNICA DE IRIA*

Marta Dacosta Alonso

IB Mixto de Ribeira

INTRODUCCIÓN

O obxecto deste estudo é analizar o rendemento e o significado da aplicación do mecanismo sintáctico da coordinación na lingua galega medieval a partir de cinco obras que, aínda que conforman un corpus moi limitado, pensamos que nos poden permitir extraer resultados aplicables á lingua medieval en xeral. Preténdese ademais contribuír ao estudo da sintaxe galega e, dentro dela, dos mecanismos de complexización das estruturas simples tales como a coordinación.

Esta comunicación está realizada en base aos resultados obtidos no traballo de investigación que deu lugar a unha tese de licenciatura, *A coordinación no galego medieval*, defendida por esta autora en setembro de 1992 na Universidade de Santiago de Compostela. Nesta tese de licenciatura está a discusión teórica que necesariamente debe preceder un estudio destas características e que non reproduciremos aquí para non facer este traballo máis longo do necesario.

O corpus¹ co que traballamos foi o seguinte: *Cantigas de Amor* e *Cantigas d'Escarnho e mal dizer*, obras líricas, copias de obras orixinais galegas dos anos 1200 a 1350; *Miragres de Santiago*, prosa haxiográfica, tradución de orixinais latinos de finais do XIV, principios do XV; *Crónica Troiana*, prosa de ficción, tradución dun texto castelán, que á súa vez está traducido doutro francés, rematada en 1373, s. XIV; e a *Corónica de Santa Maria de Iria*, obra historiográfica, único texto orixinal galego do noso traballo,

¹ As *Cantigas d'Escarnho e de mal dizer* e os *Miragres de Santiago* formaban parte do corpus da tese de licenciatura: *A coordinación no galego medieval*. En todos os casos foi analizada a totalidade da obra agás nas *Cantigas de Amor* das que só foron estudadas 159 e na *Crónica Troiana* da que só se estudaron 300 dos 416 capítulos.

rematado en 1468, s. XV². O feito de elixirmos este corpus estivo orientado pola necesidade de coñecer o rendemento e o significado da utilización das estruturas coordinativas e as diferencias e/ou similitudes que podían presentar estas obras tan diferentes entre si.

Neste estudio non se tiveron en conta os numerais dado que as estruturas sintácticas contidas neles non ofrecen variacións e polo tanto a información que poidan fornecer non parece en principio pertinente.

O traballo foi complexo pola dificultade inherente á sintaxe medieval, que moitas veces puxo serios atrancos á lectura de determinados parágrafos, algúns dos cales resultaron ser declaradamente escuros. En ocasións, tivemos que prescindir do valor funcional dalgunha conxunción, pois daba lugar a estruturas dificilmente interpretables.

ESQUEMAS DO GALEGO MEDIEVAL

É Simon Dik quen, no capítulo cuarto da súa obra *Coordinations. Its implications for the theory of general linguistics*, establece os esquemas da coordinación (ou modelos de construción) básicos e xerais para todas as linguas. Dos esquemas por el establecidos podemos indicar que son catro os que atopamos na lingua galega medieval:

1 $m_1, m_2, m_3, \dots m_n$,

(1) “Ispalida, Vbeda, Beeça, Petrosa” MS, 77, 9³.

(2) “– Maa sela tragedes,
por que a non cosedes?
Maa sela levades,
por que a non atades?” CE, 257, refrán.

(3) “... que se fizesse assý cōmo eu digo, que por nós anbos ou por cada hũ de nós escapassen de morte ...” CT, 415, 193, 38-39.

(4) “... os que aquí se dirá: Romano XI; Agustino XII; Honorato XIII; Unáelle XIII; Cresconio XV; Baula XVI; Guerdulfo XVII; Sisnando XVIII; Ildulfo XIX.” CI, 41, 19-22.

(5) “poys que vos já mal ey de conselhar,
poys que hy mays cuydades acabar,
...” CA, 29, 9-10.

2 $co_1 m_1, co_2 m_2, co_3 m_3, \dots co_n m_n$,

(6) “et tiroas do poder dos mouros ... et as tornou a sua creçça.” MS, 71, 8-10.

² As obras serán citadas coas seguintes abreviaturas: CA: *Cantigas de Amor*, CE: *Cantigas de Escarnho*, MS: *Miragres de Santiago*, CT: *Crónica Troiana*, CI: *Corónica de Iria*.

³ Os exemplos cítanse do seguinte xeito: Obra, (capítulo), número de páx./cantiga, liñas/versos. Con respecto ás Cantigas nos casos en que o exemplo forma parte do refrán é computado unha única vez con independencia das veces que o refrán se repita.

(7) “E mantene

perd’ o contene

verdadeiramente

e vai-s’ asconder,

e faz-se doente:

o noso mal non sente

e fuj’ ante’ a gente,

pola non veer.” CE, 270, 28-35.

(8) “Et poys que lle esto ouuo dito, calousse. Et Troylos lle respondeu.” CT, 318, 121, 46.

(9) “Et foise pousar con ellos a Rocha de Santiago. Et dalí endiante partíronse pra suas terras; non lle fezeron mais ajuda. “ CI, 44, 20-22.

(10) “E por Deus, senhor, tomade

mesura por gram bondade

que vós el deu, e catade

qual vida vivo coitada,

e algum doo tomade

de mi ...” CA, 127, 13-18.

3 $m_1, co_1 m_2, co_2 m_3, \dots co_{n-1} m_n$

(11) “senõ el et outro que” MS, 38, 12.

(12) “Se m’ el-Rei dess’ algo, já m’ iria

pera mia terra de boo grado;

e, se [i] chegasse, compraria

dona fremosa de gran mercado;” CE, 269, 1-4

(13) “... ca era moy bõo et moy fremoso et bon caualeyro d’armas.” CT, 344, 130, 16-17.

(14) “Estos condes eran huun Pero Alvares de Cabreira, conde de Lemos, et outro o conde de Benavente.” CI, 44-45, 22-1.

(15) “queredes-vos de mim doer

ou ar leixade m’ ir morrer.” CA, 128, refrán.

4 $m_1, m_2, m_3, \dots co m_n$

(16) “«Vos d’ouriente et vos d’ouçidente et voz de quatro ventos, voz de sobre Iherusalem et sobre lo tẽple, vos sobre os esposos et esposas, et vos sobre todo o poboo.»” MS, 33, 7-10.

(17) “ca falsidade,

mentira e maldade

non lhis dá logar.” CE, 280, 18-20

(18) “hu rrey moy bõo, uello et moy sabedor de çiençia ...”, CT, 303, 110, 92.

(19) “sabe que por tuas orações o teu fillo he tornado aa conpana dos santos, he perdoado de todos seus pecados et librado do poder do diablo...” CI, 53, 1-5.

Os trazos que os definen son:

1. /± presencia do relator/ axuda a establecer diferencias, desde o punto de vista formal, entre construcións sindéticas e asindéticas, e ten tal importancia que o seu carácter positivo ou negativo determina a resposta da coordinación ante os outros trazos.

2. /± enfase/: trazo directamente relacionado coa presenza de relatores con corpo fonético, dándose unha maior énfase cando hai un maior número de relatores, así nos esquemas 2 e 3.

3. /± construcción totalizadora-excluín-te/: actualizado por construcións coordinadas que presentan un relator con corpo fonético ante cada membro, serve para caracterizar o esquema 2 fronte ao esquema 3, co que comparte todos os outros trazos. Este trazo está vinculado aos valores semánticos actualizados e así actualiza un valor de construcción totalizadora na asociación, pois dá unidade a un conxunto máis amplo cá propia estrutura, xa que a relaciona e a une co anterior, dando unidade ao texto; mentres que na individuación é o trazo que permite a actualización dos valores semánticos excluín-tes, indicando que se exclúen todos os membros agás un.

4. /± indicación do termo/: actualízase cando unha construcción coordinada de máis de dous membros só contén un relator que ocupa sempre a posición anterior ao derradeiro membro, polo que vén actuando como un auténtico marcador do remate da construcción coordinada.

Como viñemos indicando a resposta de cada un dos esquemas a estes trazos é a seguinte:

	1	2	3	4
/± presencia do relator/	–	+	+	+
/± construcción totalizadora/	–	+	–	–
/± indicación do termo/	–	–	–	+
/± enfático/	–	+	+	–

Podendo definir cada un dos esquemas como segue:

1.– É o esquema menos marcado e a única construcción asindética e, polo tanto, non é enfática, nin totalizadora-excluín-te, nin indica o termo da construcción:

(20) “viindo da casa ... , seendo cabo do bordo” MS, 186, 5-6.

(21) “Dixi-lh’ eu: – Per com’ el cea!

...

Disse-m’ el: – Este caminho

... “ CE, 107, 9-14.

(22) “Mays uós por njhũa gisa ño derramedes, mays estade moy ben quedos ño câpo.” CT, 219, 4, 22-23.

(23) "... o gran tributo que así auía de pagar aos mouros ..., o gram captiverio que era en España en dar cada año tan nobres varoes ..." CI, 54, 22-25.

(24) "se me praza por que vos eu quero bem,
sse mh ar pes em, por queanto mal me vem." CA, 30, refrán.

2.- Esquema sindético, enfático, o máis enfático, totalizador-excluín-te que non indica o seu termo:

(25) "Et estando en esto gisando cōmo fazia mester para soterrarlo, et os parêtes leuãdoo ..." MS, 174, 5-6.

(26) "E o mouro foi log' ali chegado,
e cuidou-ss' ela que el pagaria
dívida velha que a ela devia;" CE, 189, 15-17.

(27) "Et acordarō de sse yr todos armar ... Et fezêrño assý ..." CT, 220, 5, 2-3.

(28) "Et ela espantada espertouse et disolle hua voz ..." CI, 52-53, 29-1.

(29) "E pois que vos nom doedes
de min, e sol nom avedes
em cuidado,
em grave dia fui nado;" CA, 136, 9-12.

3.- Esquema sindético e non totalizador-excluín-te que comparte co esquema **2** os trazos de énfase e non indicación de termo:

(30) "ouro et ençêço et mirra." MS, 217, 14.

(31) "Don Foan disse que partir queria
quanto lhi deron e o que avia." CE, 216, 1-2.

(32) "Mays acorreulles el rrey Peleus. Et sabede que, se lles algũ pōto mays tardara,
que alý forã todos mortos ...", CTT, 221, 6, 25-26.

(33) "... dous obispados que novamente fezo et ordenou ..." CI, 53, 11-12.

(34) "... que m'agora Deus guisou
que vos vejo e vos posso falar,
..." CA, 137, 1-2.

4.- En canto á súa definición este esquema está máis próximo do **1**, non enfático, non totalizador-excluín-te, diferénciase de aquel por ser unha construción sindética que presenta un único relator con corpo fonético, que é o indicador do termo da coordinación:

(35) "primeiramente Viseu, Lamego, Duñma, Coynbra, Lugo, Orense, Padron, Tui, Mondanedo et Bragãa arçibispado" MS, 76, 1-3.

(36) "Mundo teñmos fals' e sen sabor,
mundo sen Deus e en que ben non á,
e mundo tal que non corregerá," CE, 429, 8-10.

(37) “penssou ... prender vegãça da desonrra que auja rreçebuda dos gregos, de seu padre ..., et de sua caualaría de Troya.” CT, 234, 17, 4-5.

(38) “ ... toda a España fora destruida en tenpo del rey don Rodrigo, sunjugada por los mouros et feita trabutaria ...” CI, 54, 14-16.

GRAO DE UTILIZACIÓN DOS ESQUEMAS DA COORDINACIÓN

En canto ao grao de utilización dos esquemas da coordinación as cinco obras teñen un comportamento bastante similar⁴:

	1	2	3	4
CA	2,12	9,01	88,8	0,07
CE	1,02	6,39	91,5	1,07
MS	1,01	28,7	69,2	0,9
CT	0,85	21,8	77,1	0,22
CI	3,02	14,34	80,69	1,94

Como vemos neste cadro:

- escasa utilización do esquema 1,
- menor utilización, aínda, do esquema 4, a menor en CA onde só encontramos un exemplo que se poida axustar a este esquema:

(39) “Ora, senhor, tenho muyt’aguysado
de sofrer coita ...

seer eu de vos, por vos servir quanto
posso, mui desamado.

Deseg e coita e gran soidade
conven senhor, de sofrer todavia,
... en gran ben vos terria
de me darde-la morte
ca de viver eu en coita tan forte
et en tal estraidade.

Non fez Deus par a deseio tan grande
nen a qual coita sofre<re>y ...
mal direi mha ventura:
ca de viver eu en tan gran tristura
Deus, senhor, non-o mande!

E queira El, senhor, que a mha vida,
... cedo sei’acabada, ...” CA, 1-26, 149.

⁴ Os díxitos representan porcentaxes sobre a totalidade, nunca cálculos reais de exemplos.

- ampla utilización do esquema **3**,
- e, nun grao moi inferior, o esquema **2**, é o segundo máis amplamente utilizado.

A presenza do **1** e do **4** é insignificante e non ten a penas repercusión na presenza dos outros esquemas. O **2** e o **3**, que teñen en común ser os máis enfáticos, son os de máis ampla utilización, e o maior ou menor emprego dun repercute no emprego do outro:

	1+4	2+3
CA	2,19	97,81
CE	2,09	97,89
MS	1,91	97,9
CT	1,07	98,9
CI	4,96	95,03

A lírica ten toda ela un comportamento moi similar, en canto ao grao de utilización dos esquemas da coordinación, que ademais é parello ao comportamento das traducións. É na lírica onde está máis amplamente representado o esquema **3**, sendo na prosa onde atopamos maiores exemplos do esquema **2**.

Destaca a prosa galega coa **CI**, a obra máis tardía, que é a que se afasta un pouco dese comportamento ao ser a que presenta unha maior utilización dos esquemas **1** e **4**, tanto en conxunto como individualmente.

ESTRUCTURAS (BIMEMBRES, TRIMEMBRES E POLIMEMBRES⁵) PRESENTES NOS ESQUEMAS DA COORDINACIÓN

	1			2			3			4		
	2	3	+	2	3	+	2	3	+	2	3	+
CA	89,6	0	10,4	81,3	16,26	2,44	88,53	9,24	2,23	0	0	100
CE	50	36,3	13,7	64,2	18,9	16,9	79,1	13,6	7,3	0	100	0
MS	40	25	35	55,12	27,03	17,77	82,7	12,8	4,5	0	55,5	54,5
CT	80,05	7,8	12,12	67,23	26,16	6,58	84,76	11,3	4,54	0	70,8	29,16
CI	78,57	7,14	14,28	62,4	23,3	12,78	86,63	10,96	2,41	0	66,67	33,34

Todos os esquemas funcionan do mesmo xeito, no tocante ás estruturas empregadas, nas cinco obras estudadas. En todos os casos hai unha grande abundancia dos exemplos bimembres, excepción feita do esquema **4**, que pola súa propia definición ten que constar necesariamente de tres membros como mínimo.

Nos esquemas **1** e **3** as estruturas bimembres cuadruplican ou triplican ás outras, a excepción de **CE** e **MS** que no esquema **1** presentan uns valores moi semellantes, dándose un reparto case ao 50% entre bimembres, por un lado, e trimembres e polimembres, por outro.

⁵ Representadas no cadro do xeito seguinte: bimembres: 2, trimembres: 3, polimembres: +

- (40) “mal seja a ti, mal seja aos da terra de Iherusalem” MS, 34, 2-3.
- (41) “jaz ora o astroso
mui doente, mui nojoso,” CE, 95, 14-15.
- (42) “Fugamos de aquí, ca tenpo he ja; ca ben sey eu que nõ poderemos chorar
quantas lágrimas nos cõuerrá ...” CT, 263, 51, 30-31.
- (43) “destrahendo mal as cousas da egllesia, dandoas en parentes et fidalgos ...” CI, 57, 14-16.
- (44) “poys que vos já mal ey conselhar,
poys per hy mays cuydades acabar,” CA, 29, 9-10.
- (45) “Baldouñ ... ; Gondalboy ... , Arnaldo de Belanda ... ; Naamã ... ; Ougel ... ;
Lanberto ... ; Sanson ... ; Constantin ... ; Bernaldo ... ; Galter ..., Gillẽ, Garĩ ... ;
Rrelo ... ; Bernaldo ... ; Gaymardo, Estramito, Theodorico; Ynorio , Beringel” MS,
101-102, 7-8.
- (46) “Pero Garcia me disse
...
Disse-m’ el: – Aventuremos
...
Dixe-lh’ eu: – Nõno faremos.
...
Disse-m’ el: – Entremos, ante
...
Dix’eu: – Ide vós deante.” CE, 181, 1-15.
- (47) “don Pedro Calus, et Achilles, Diomedes, o ardido; et el rrey Ernélaus ...;
Neutálamõs, o moy forte.” CT, 265, 53, 10-12.
- (48) “... pra que senpre çelebrasen con palio ena dita egllesia en día de Nadal,
Epifanía, Anunciaçion, Cena Domini, día de Ramos, Asçencion, Pentecoste, as tres
festas de Santa Maria, San Miguell, San Juan Bautista, Santiago, os días dos
Apostollos, día de todosos Santos, Dedaçon da Egllesia, San Lourenço, San
Viçenço, San Martino, San Ysidro, con outras moitas festas ...” CI, 83, 4-15.
- (49) “assi and’eu, assi and’eu,
assi and’eu, assi and’eu!” CA, 270, refrán.

No 4 mentres na lírica se produce unha diferenciación radical: as **CA** só presentan estruturas polimembres, fronte ás **CE** que só presentan estruturas trimembres; na prosa a distribución entre estes dous valores é variable, desde o reparto ao 50% dos **MS**, ao predominio das estruturas trimembres na **CT**.

- (50) “[duas sobre lo portal da fonte?, duas sobre lo portal meridian[o] et duas sobre lo
portal d’ouçidente” MS, 156-157, 10-1.
- (51) “Estas oras chega Joan de Froian,
cavalo velho, caçurr’ e alazan,” CE, 57, 26-27.

(52) “Outrosi: Durelic, Ascalona, Algaleçi et a çidade de Deydana.” MS, 76, 8-9.

(53) “Do acordo que os gregos ouueron cōmo tomarō porto em Troya et do consello que dou Palamades” CT, 305, 113, 1-2⁶.

(54) “... con totalas cousas, terras et senorios ...” CI, 72, 6-7.

No esquema 2 as estruturas bimembres duplican ás outras, sendo menos abundantes nos **MS** e máis nas **CA**. Por outro lado as trimembres son máis numerosas cás polimembres, sobre todo en **CA** e **CT**.

(55) “Et desde esto diso, sayo logo dela et ela ficou moy bẽ sãa.” MS, 16, 9.

(56) “E foi-s’ el morar a França,
e desemprou sa terra,” CE, 201, 7-8.

(57) “Et falarō moyto en aquesto, et ouueron cōsello de moytas gisas.” CT, 305, 113, 9-10.

(58) “Et confirmou todoslos privilegios et donações feitas por los principes catholicos et fíees xrisptiaaos a egllesia de Santiago, et que dende endiante ouuesesn o Santo Lugar de Santiago, que as confirma que vallan pra senpre.” CI, 72, 14-20.

(59) “E veer-m’an mui trist’e sen sabor
e por quanto aquesto entenderam, senhor,
que ...” CA, 7, 19-21.

(60) “Et ... chamey Santiago et ... sayome a seeta... Et por eso a trouxe aqui,” MS, 3, 2-5.

(61) “E, pois o fundamento aberto for,
..., pode lavar,
...; e, pois s’ acabar,
estará da madeira sen pavor;
e do que diz que revolverá,
ant’ esto faça, ...” CE, 304, 15-20.

(62) “Et fezeron logo azes das naues et mādārō quaes fossen ãna deãteyra ... Et meterō deāt çen uelas ...” CT, 307, 114, 6-8.

(63) “Et foy electo por obispo don Diego Pelaez, ... Et en este tenpo os ispañooos leixaron a ley toletana ... Et o dito don Diego Pelaez floresceu por moito tenpo ...” CI, 65, 3-11.

(64) “E mal dia non ensandecy
e pasesse das hervas
e non viss’ u primeyro vi,
a muy fremosinha d’Elvas.” CA, 678, refrán.

⁶ Falta a pausa entre os dous primeiro membros da coordinación, hai outro caso nesta obra dun esquema 1 sen pausa. O editor sinala que na *Historia Troiana*, manuscrito bilingüe de Santander, aparece nese lugar o coordinador et.

(65) “et hũu rei mouro ... entrou a Espana et conquereua toda et tomou os castelos et as vilas; et os cristiãos que estauã dentro por Calrros, poseos fora et matoos.” MS, 85, 3-6.

(66) “E, Don Pedro, os beiços lh’ er pôede
a esse cuu, ...,
e granhon ben feito lhi fazede
e faredes o cuu ben arrufado;
e punhade logo de o encobrir,” CE, 340, 15-21.

(67) “Et os outros ... rreçebíãnos moy brauament, et dáuãsse cõ elles ... golpes ...; et quebrauã as lanças ...; et puxáuasse dos corpos, et feríasse mätenêt ... Et tâtos ficarõ mortos ... que ... nõ podiã seer osmados.” CT, 311, 116, 97-102.

(68) “Et enton o señor Santiago lançou enos mouros tanta desinteria ... , que os mais ... morreron ... Et quando Almeçor veu tanto mal preguntou, cuia era aquella cassa ... Et diseronlle: que era do Apostollo Santiago... Et quando Almeçor esto oyeu, con gran temor fogueu ...” CI, 62, 10-24.

(69) “Nen me val Deus, nen me val mia senhor,
nen qual ben lh’eu quero, des que a vi,
nen meus amigos non me valen i!” CA, 674, 13-15.

É no esquema **3** onde se producen as maiores similitudes entre todas as obras, neste esquema as estruturas máis abundantes son as bimembres e as máis escasas as poli-membres.

(70) “porque o chantres querraa leuar para Braagã, e tu para a igleia de Santiago.” MS, 65, 7-9.

(71) “poi-lo ben faç’ e ei [i] gran sabor.” CE, 222, 28.

(72) “... hu sse ajuntarõ, de hũa parte et da outra, ...” CT, 311, 116, 101.

(73) “... carteousse con el rey Veremundo et con o dito conde don Rodrigo ...” CI, 62, 1-2.

(74) “Choran e cegan quand’ alguen non veen,” CA, 273, 5.

(75) “a gente de França moy boa et moy bẽ vestida e de moy fremosa façe” MS, III, 85, 23-24.

(76) “Elvira López, que mal vos sabedes
vós guardar sempre daqueste peon,
que pousa vosc[o], e á coraçon
de jazer vosqu’ , e vós non lh’ entendedes;” CE, 205, 1-4.

(77) “... sofreu moytas coytas et rreçebeu moytos golpes et fezera moy ben aqyel día ...” CT, 311, 116, 103-104.

(78) “... roubaron omes ... et poínan fogo et destroíron a terra ata Conpostella.” CI, 59, 28-29.

(79) “Par Deus, senhor, viçoso viver ia
e en gran ben, e en mui gran sabor ...” CA, 278, 8-9.

(80) “Eu dom Torpī, arçibispo de Rreens ... Et don Rrulan ... et Oliueiros ... ; et
Estultus” MS, 100-101, 7-2.

(81) “Podedes en bafordar
e o tavlado britar,
e non vos rengerá; e ar
andaredes i melhor
ca na sela rengedor;” CE, 262, 15-19.

(82) “... era moy fremoso et moyto ensinado et moy de prol et moy ardido et moy
orguloso.” CT, 319, 121, 58-59.

(83) “... non usaba directamente como deuía, nin era boo catholico, nin regía ben a
eglllesia, nin trataua ben o poboo ...” CI, 60, 20-22.

(84) “Muitas vezes en meu cuidar
ei eu gran ben de mia senhor;
et quant’ ali ei de sabor,
se mi-ar torna pois en pesar,
des que m’eu part’; e nulha ren
me non fica d’aquel gran ben,
e non me sei conselh’ achar.” CA, 325, 1-7.

A obra que se destaca fronte ás outras neste apartado é **MS**, pois é onde hai as menores diferencias no emprego dunha ou doutra estrutura, sempre que nos refiramos aos esquemas **1**, **2** e **4**.

VALORES SEMÁNTICOS ACTUALIZADOS EN CADA UN DOS ESQUEMAS DA COORDINACIÓN

Hai que ter en conta, en primeiro lugar, cales son os valores semánticos que atribuímos á coordinación. Os trazos que os definen son os seguintes:

1. /+ asociación/ que daría lugar á coordinación asociativa. A súa vez esta pode ser:

1.1. /+ positiva/: indica unha simple asociación e está actualizada fundamentalmente por ET. Neste caso podemos estar tamén, en ocasións, ante o seguinte trazo:

1.1.1. /+ enfática/: pon de relevo a asociación mesma, e normalmente é actualizada polo relator ET MAIS, no esquema 3, en estruturas bimbres.

1.2. /- positiva/: indica unha asociación de carácter negativo, é dicir, nega todo tipo de asociación, e está actualizada fundamentalmente por NEN.

2. /+ individuación/: individualiza un dos elementos da coordinación, de dous xeitos:

2.1. /- excluín/: a simple individuación, normalmente actualizada polo relator OU.

2.2. /+ excluín/: onde se exclúen todos os elementos da coordinación agás un. Este valor semántico só se actualiza no esquema **2**, co que está directamente relacionado, pois para que se dea este valor semántico cómpre a presenza dun relator con corpo fonético ante cada membro da coordinación. Este valor actualízase de dous xeitos:

2.2.1. excluínte propiamente dito, fundamentalmente actualizado polo relator OU.

2.2.2. /+ asincrónico/: exclusión produto da incompatibilidade temporal dos elementos da coordinación, non presenta unha preferencia clara por ningún tipo de relator.

Nas obras obxecto do noso estudio os valores semánticos da coordinación teñen o valor porcentual seguinte, en cada esquema:

	1			2			3			4		
	ET	NEN	OU	ET	NEN	OU	ET	NEN	OU	ET	NEN	OU
CA	100	0	0	87,8	8,13	4,06	81,19	15,6	3,21	100	0	0
CE	100	0	0	72,2	17,5	10,2	84,4	11,6	3,88	91,3	8,6	0
MS	100	0	0	98,7	0,3	0,8	95,2	3,82	1,6	100	0	0
CT	98,49	0	1,51	98,68	0,48	0,73	86,35	6,04	6,29	100	0	0
CI	96,43	3,57	0	99,24	0	0,76	97,06	2,27	0,66	94,45	0	5,55

Habitualmente adóitase considerar que no esquema **1** se actualiza o valor asociativo positivo, pois este é o valor menos marcado, e así é na maioría dos casos en todas as obras.

(85) “Señor: eu byeygo o teu nome ... ; pidoche” MS, 221, 21-22.

(86) “paz, cortesía,
solaz, que avia
fremoso poder,” CE, 280, 46-48.

(87) “... dez mill caualeyros que aló están, que eu enviey deãt.” CT, 321, 121, 124.

(88) “... destroindo as onrras das dignidades da eglllesia, levantando os rapazes et pastores en ela ...” CI, 60, 17-18.

(89) “per bon-prez e per bon-falar
per bon-sen e per parecer.” CA, 411, 10-11.

En todas excepto en **CI** e **CT** onde atopamos un exemplo de valor asociativo negativo e outro de valor individuador, respectivamente:

(90) “que non se apagauan de día, de noite” CI, 42, 9.

(91) “Et así fuy enganado, et no sey per mazela, se por al,” **CT**, 692, 464, 7.

Algo semellante ocorre co **4**, xa que neste caso a maioría dos exemplos soe ser asociativa positiva.

(92) “A segunda he de San Pedro apostolo ..., a terceira de San Miguel de Çisterna, a quarta he de San Martino ..., a quinta he de ..., a sesta de ..., a septima he de ..., a nona de ..., [et a dezema he de” **MS**, 153-154, 5-5.

(93) “Cõmian ...
cabritos, cachaç’ e ansarinhos,” **CE**, 154, 11-12

(94) “... os outros que erã seus yrmãos bastardeos, que seu padre ouuera de gaãça, que o fezeron moy ben aquela vez et que derõ moytas feridas ...” **CT**, 351, 134, 36-38.

(95) “...acrecentou as onrras, dignidades, familias, rendas et votos ...” **CI**, 61, 11-12.

A excepción de **CE** e **CI**, en que atopamos un reducido número de exemplos, dous e un respectivamente, non por iso menos significativos, de asociacións negativas e individuadora.

(96) “non s’ alevant’ ergo su o bardon;
non corre senon pelas mataduras;
nen traz caal,” **CE**, 144, 9-11

(97) “Netas de Conde, viúvas nen donzela,
essa per ren nõna quero eu leixar,” **CE**, 285, 9-10

(98) “... se alguun arcebispo, enperador, rey, principe, duque, marques, conde, juíz ou outra qualquer persona ...”, **CI**, 72, 20-23.

No esquema **2**, o valor asociativo positivo ten unha grande importancia, superando o 87% dos exemplos en todos os casos, excepto nas **CE**, sendo na lírica onde acada os valores máis baixos e onde, polo tanto, hai unha maior porcentaxe de exemplos asociativos negativos e individuadores. Na prosa vemos que na **CI** non atopamos o valor asociativo negativo, que é residual nos **MS** e na **CT**. Tamén o valor individuador é residual en toda a prosa, destacando a ausencia do valor excluínente non asincrónico na **CT** e do excluínente asincrónico na **CI**.

(99) “Et asi en aquel tenpo fui Galiza liurada do senorio dos mouros ... Et despois foy senpre onrrada ata este presente día, ãna creçça de Deus.” **MS**, 132, 14-17.

(100) “E quando o conde ao castelo chegou ...
... enton o cuitelo tirou; e disse-ll’ un bispo:” **CE**, 78, 27-28.

(101) “Et nós oie fezemoslle moy grã dāno et matámoslles moytos caualeyros ...” **CT**, 353, 136, 11-12.

(102) “Et el rey ... fizo obispo da eglesia de Santiago a don Pero...; et el rey fezo logo tornar o bispo don Diego aas cadeas ...” **CI**, 66, 17-22.

- (103) “E, mia señor, quer’ eu puñar
se me posso salvar, se non;
e diré-lhes a quantos son
que mi-o non poderam provar;” CA, 415, 15-18.
- (104) “nẽ aqui nẽ suso nos çeos.” MS, 230, 14-15.
- (105) “nen quen, nen como, non quero dizer” CE, 281, 12
- (106) “... nehũ home podesse trautar, nẽ en feyto, nẽ en dito.” CT, 391, 166, 19-20.
- (107) “contra vos nen esto, nen al.” CA, 424, 9.
- (108) “et ameçarõna que ou a matarian ou lles mostrase onde tina a carne.” MS, 42-43, 20-21.
- (109) “soías tu guarecer
...
ou ben ou mal,” CE, 222, 1-3.
- (110) “... ou por casso ou por treißom foi afogado eno rio do Miño.” CI, 63, 12-13.
- (111) “Ca se vos fosse ou prez ou loor ...” CA, 132, 8.

Hai que ter en conta que é neste esquema no único en que aparecen os valores excluínates e asincrónicos da coordinación individuadora, sendo maioritarios os primeiros con respecto aos segundos, coas excepcións mencionadas da **CT** e a **CI**. Os exemplos excluínates asincrónicos teñen o seguinte valor porcentual, con respecto á totalidade da individuación: **CA** 10,26 % (4 exemplos), **CE** 6,66 % (6 ex.), **MS** 16% (4 ex.), **CT** 4,22% (9 ex.). Vemos así que a lírica ten un comportamento similar á prosa, en que contrasta a abundancia relativa dos **MS** fronte á escaseza da **CT**, a pesar de ser a obra que ten máis exemplos e maior variedade de relatores, sen esquecer a ausencia deste valor semántico na **CI**.

- (112) “andauã apalpando quando as pedras, quando as paredes,” MS, 229, 8-9.
- (113) “Todo los rromeus de Santiago, quer pobres quer ricos” MS, 170, 4.
- (114) “leuarõno d’ali cõ grã traballo aas veçes [en] besta, aas veces de pee,” MS, 176-177, 17-1.
- (115) “enpuxauame ... hora a hũu cabo ora a outro.” MS, 8, 8-9.
- (116) “ben sabes tu que é trobar
ben quanto sab’ o asno de leer.” CE, 222, 6-7.
- (117) “d’ irdes por entendedores filhar
sempre quand’ amas, quando tecedores?” CE, 251, refrán.
- (118) “Por Don Foan en sa casa comer
quer ben, quer mal” CE, 406, 1-2.
- (119) “Por en sa casa comer com’ el quer
quer ben quer mal” CE, 406, 8-9.

- (120) “quer de cavalo quer de pé,
que se querrá migo matar;” CE, 162, 26-27.
- (121) “que sempre vos aguardei
quer a pee quer de cavalo,” CE, 167, 3-4.
- (122) “ben dez mill cauleyros deles ou mays.” CT, 352, 134, 50-51.
- (123) “ben sesseêta cauleyros preçados ou mays ...” CT, 379, 156, 20.
- (124) “hũ por hũ, quando a pe, quando a caualo ...” CT, 407, 182, 9.
- (125) “... trage as cousas, quando arriba quando ajuso, ...” CT, 250, 36, 13.
- (126) “yría cõel, quer fose bem, quer mal.” CT, 577, 344, 7.
- (127) “... eu quero que ande seguro ..., quer seia néyçeo ou de mao rrecado ...” CT, 294, 103, 6-7.
- (128) “... et o que á de seer nõ se pode escusar, quer uena a torto, quer a dereyto.” CT, 634, 395, 20-21.
- (129) “... tragía quen tres cauleyros, quen quatro, quen seys.” CT, 301, 110, 25-26.
- (130) “Et poucos auja y que o nõ fossen, que por amjgo, que por parêt.” CT, 362, 142, 39-40.
- (131) “mais eu, ja que moira, quer non;” CA, 269, 10.
- (132) “quer me queyrades, senhor, bem, quer mal,
poys me de vós non ueer ma, nem rrem.” CA, 24, 5-6.
- (133) “quer me queyrades bem, quer mal, senhor,
poys mal, nen bem de vós non ey d’aver.” CA, 24, 11-12.
- (134) “quer me queyrades bem, quer mal, quer non
pois eu de vós mal, nen bem non ouuer.” CA, 24, 17-18.

No **3** o valor asociativo positivo é tamén maioritario en todas as obras. O asociativo negativo ten valores semellantes na lírica, descendendo en importancia na **CT** e aínda máis en **MS** e **CI**. A individuación destaca na **CT** fronte ás outras obras en prosa, onde ten un valor moito menos importante, quedando a lírica a medio camiño.

- (135) “aquele home foi preso et ferido” MS, 33, 11.
- (136) “que non pode ome saber seu talan,
e en mais de cen logares a veran
deitar, mais pouco é sa ficada;” CE, 335, 9-11.
- (137) “... dizẽ que fora morto et que o matara eno algarue ...” CT, 696, 465, 4.
- (138) “... Fernan Rodríguez de Leyra, juiz de Vellestro et coengo de Santiago.” CI, 94, 21-22.

- (139) “Senhor, oj’ ouuess’ eu vagar
Deus me dess’ end’ o poder,
e vos eu podesse contar ...” CA, 135, 1-3.
- (140) “nõ queirades del auer mayor piadade ca sua madre, nõ vos espantar mais que eu” MS, 43, 7-8.
- (141) “muito mal-ome, que non entendeu
o que fazia, nõ soube catar” CE, 337, 9-10.
- (142) “... nehũ noio de dentre nõ de fora.” CT, 367, 149, 4.
- (143) “... fezeran decreto que a egllesia conpostellana non fose acreçentada nin mais soblimada ...” CI, 81, 30-33.
- (144) “por tam bem andante
que por rei nem infante
des ali endeante
nom me cambharia.” CA, 139, refrán.
- (145) “juyzos de Deus ou dos homes” MS, 132, 11.
- (146) “se no talho erro non prendedes
ou en essa saia que vós traguedes,” CE, 373, 16-17.
- (147) “... fazer algũa paz ou algũa amizade ...” CT, 366, 148, 8-9.
- (148) “... cometía a consegraçon do dito esleito ao bispo Magalomen, ou ao obispo de Burgos ...” CI, 77, 19-21.
- (149) “Por end’a min conven, querend’ou non,” CA, 147, 22.

Como vemos a presencia dun ou doutro valor semántico está relacionada co tipo de esquema, dándose, por regra xeral, unha grande presencia do valor asociativo positivo fronte aos outros valores, que só destacan na lírica e son residuais na prosa. Destacan ademais as CE, a CI e a CT pola presenza de valores non asociativos positivos nos esquemas 1 e 4.

Relatores empregados

Na asociación positiva o relator empregado é a forma latinizada ET, aínda que tamén atopamos a forma E nas CE, maioritariamente nas CA e excepcionalmente na CI. Na asociación positiva enfática o relator empregado é ET MAIS, atopando exemplos deste relator complexo nos MS (2 exemplos), CI (1 ex.) e CA (3 ex.), sempre no esquema 3:

- (150) “Desaventurada madre et mais desaventurado fillo!.” MS, 42, 13-14.
- (151) “eles por lo acompañar et mais por amor de Santiago”⁶, MS, 201, 8-9.
- (152) “Por revelaçon foy alguuns homes ... demostrado et apertamente viian grandes lumes de candeas arder ... Et mais que oían ende continuamente grandes cantares de angeos.” CI, 42, 3-11.

(153) “quanto ben avia, perdi ...

E mais vos ar quero dizer: ...” CA, 280, 4-6.

(154) “vos sodes mia morte ...

E mais ... ¿por que vo’-lo ei eu ja mais a dizer? ...” CA, 426, 2-3.

(155) “Mui sen ventura per serei,

se lh’o agora ja negar’, ...

E mais ¿por que lh’o negarei?” CA, 428, 25-28.

Na asociación negativa atopamos NEN, grafado con til de nasalidade (**MS**), ou con consoante -n (**CE, CA, CT**) ou -m (**CA**), e a forma NIN na **CI**.

(156) “hun-a maravillosa obra, nẽ he moyto grande, nẽ moyto pequena” MS 159, 8-9.

(157) “nen nunc’ amou mulher nen seu solaz,” CE, 365, 10.

(158) “... que nũa nihũ deles escapase, nẽ tornase a sua terra, ...” CT, 696, 466, 6.

(159) “... non fosen subjectos nin fosen sufreganos ...” CI, 72, 11-12.

(160) “en que nunca pod(e) home veer mal,

nen saberá ...” CA, 158, 24-25.

(161) “Da sa bondade e seu prez muy loado

e sa mesura, nem do seu bom sem” CA, 157, 8-9.

Na individuación o relator comunmente empregado é OU, salvo erro como os rexistrados na **CI**, onde aparece a forma O.

(162) “cõprar por ouro ou por prata?” MS, 54, 3-4.

(163) “vosco, senhor, devia-m’ a matar

ant’ ou seer ao Dem’ encomendado.” CE, 400, 23-24.

(164) “... ca se as nõ virã ou a luz tã çedo nõ chegara ...” CT, 697, 466, 35.

(165) “... huna faneiga de trigo, ou de pan ...” CI, 56, 27-28.

(166) “... mort’ ou mui gran pesar,” CA, 253, 14.

Nas exclusións asincrónicas atopamos os seguintes relatores, como podemos comprobar nos exemplos (112)-(134):

– aas veces ... aas veces ...	(MS)
– hora ... ora ...	(")
– quando ... quando ...	(" , CE , CT)
– quer ... quer ...	(" , " , " , CA)
– ben ... ben ...	(CE)
– quer ... ou ...	(CT)
– quen ... quen ...	(")
– ben ... ou ...	(")
– que ... que ...	(")

Vemos que o relator complexo QUER ... QUER ... é o único empregado en todas as obras en que se actualiza este valor semántico, sendo o único que aparece nas **CA**. O relator que lle segue en importancia, en canto ás súas ocorrencias, é QUANDO ... QUANDO ..., presente en catro exemplos.

CONCLUSIÓN

As conclusións que podemos extraer, obra a obra seguindo unha orde cronolóxica, que dalgún xeito as caracterizan, diferencian e agrupan, son as seguintes:

Lírica

Analizaremos conxuntamente as **CA** e as **CE** debido as grandes similitudes que se producen entre estas dúas obras.

Como xa indicamos, as obras poéticas estudiasdas foron escritas entre os anos 1.200 e 1.350 e chegaron a nós a través de copias das que destacaremos: o **Cancioneiro da Ajuda**, o máis antigo, de finais do século XIII, e que só contén cantigas de amor, o **Cancioneiro Colocci-Brancuti**, copia realizada en Italia nos primeiros anos do século XVI e o **Cancioneiro da Biblioteca Apostólica Vaticana**, que tamén foi realizada en Italia nos inicios do XVI. Trátase das obras máis antigas do corpus estudiado.

Destaca na poesía o grande emprego do esquema **3**. É nos esquemas enfáticos onde podemos apreciar diferencias entre a prosa e o verso, maior presenza do esquema **2** na prosa, maior presenza do esquema **3** na poesía. Con respecto aos esquemas **1** e **4** destacaremos as **CA** pola escaseza de exemplos do esquema **4**, soamente un nunha cantiga que podería ser reinterpretada.

Hai predominio das estruturas bimembres en todos os esquemas e presenza de todos os valores semánticos da coordinación. É na poesía onde hai a menor variedade de relatores para actualizar a individuación excluínte asincrónica, especialmente nas **CA**, tendo un valor porcentual, con respecto ao total da individuación, superior ao da **CT**, pero inferior ao dos **MS**.

Poderíamos dicir, a xeito de resumo, que a lírica galega medieval se destaca pola súa variedade na actualización de valores semánticos na coordinación e polo abundantísimo emprego do esquema **3**.

Prosa

A Crónica Troiana

Traducción da versión castelá de Afonso XI do texto de Benoît de Sainte-Maure, rematada en 1.373 e na que interviñeron varios escribas.

Hai que destacar nesta obra a grande presenza do esquema **2**, que reduce a ampla presenza do esquema **3**, que é o maioritario, como en todas as obras, sendo só superada neste aspecto polos **MS**. Hai tamén un predominio das estruturas bimembres, predomi-

nio do valor semántico asociativo positivo e escasa presenza dos outros valores semánticos, aínda que maior que a que atoparemos na **CI**, a pesar da ausencia do valor individuador excluínte non asincrónico.

Os Miragres de Santiago

Traducción incompleta do *Codex Calixtinus* e de catro milagres procedentes de distintas fontes, todas latinas, realizado a finais do XIV, principios do XV, onde se nota a man de tres copistas.

Como en todos os casos predomina o esquema **3**, pero é nesta obra onde se produce a maior presenza do **2**, e polo tanto a menor do **3**, aínda que seguindo a regra xeral da escasa representatividade dos esquemas non enfáticos. Destaca fronte a todas as outras obras por ser aquela en que se producen menores diferencias en canto ás estruturas empregadas en cada esquema e, polo tanto, por ser aquela en que hai maior presenza de trimembres e polimembres.

Ten unha variación semántica semellante á da **CT**, obra coa que se emparellaría, fronte á **CI**, e coa que ten en común o feito de ser unha traducción, aínda que do latín. É a obra con maior presenza porcentual de exemplos individuadores excluíntes asincrónicos, superando con moito á **CT**, a pesar de ter a metade de exemplos ca esta e menor variedade de relatores. Neste aspecto os **MS** superan incluso ás obras poéticas.

A Corónica de Iria

Texto galego do XV, o autor declara ter rematado a obra en 1468, sendo un texto de grande valor por ser case o único orixinal galego.

É a que presenta unha maior presenza dos esquemas **1** e **4** fronte a todas as outras obras e a pesar de que seguen sendo esquemas minoritarios. Presenta tamén preferencia polas estruturas bimembres e polo valor asociativo positivo, e neste caso hai que destacar a ausencia do valor asociativo negativo e do individuador excluínte asincrónico no esquema **2**, ademais é a obra cunha menor presenza da individuación, o que nos leva a considerar que se trata da obra con menor riqueza de valores semánticos da coordinación.

Como dicimos, estamos ante a obra con menor riqueza de valores semánticos, pólo oposto ás cantigas, ás que se contrapón tamén polo feito de ser aquelas as obras máis antigas, e esta a máis recente, no noso estudio.

BIBLIOGRAFÍA

Corpus

Cantigas de Amor, compendio realizado no Departamento de Filoloxía Románica, Facultade de Filoloxía, USC, mecanografado.

Cantigas d'escarnho e de mal dizer, ed. e est. crít. de M. Rodrigues Lapa, Vigo, Galaxia, 1970.

Corónica de Santa María de Iria, ed. de Jesús Carro García, Santiago de Compostela, Cuadernos de Estudios Gallegos, Anexo V, 1951.

Crónica Troiana, ed. e est. crít. de Ramón Lorenzo, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Colección Documentos Históricos, 1985.

Miragres de Santiago, ed. e est. crít. de X. L. Pensado Tomé, Madrid, CSIC, 1958.

Obras de interese

Barrenechea, A. M., "Problemas semánticos de la coordinación" *Homenaje a Rosemblat en sus setenta años*, Caracas, Instituto Pedagógico, 1979, pp. 83-96.

Cardona-Castro de Gibert, A., "Estudio gramatical sobre el nexa cero", *Yelmo*, nº 6, 7 e 8, xuño-novembro 1972, pp. 13-15, 19-23, 13-23 (respectivamente).

Dacosta Alonso, M., *A coordinación no galego medieval*, Tese de licenciatura, Universidade de Santiago de Compostela, 1992.

Dik, S., *Coordination. Its Implications for the theory of General Linguistics*, Amsterdam, North-Holland, 1968.

Franchini, E., *Las condiciones gramaticales de la coordinación copulativa en español*, Bern, Romanica Helvética, vol. 102, Francke Verlag, 1986.

Fukasawa, M., "La coordinación disyuntiva en español: aspecto sincrónico", *Rilce*, t. 1, nº 1-2, 1985.

Henry, A., "Transformation de la subordination en coordination?", *Cahiers Ferdinand de Saussure*, nº 23, 1966.

Jiménez Juliá, T., "La llamada coordinación negativa en español", *Verba* 11, 1984, pp. 213-243.

—, "Disyunción exclusiva e inclusiva en español", *Verba* 13, 1986, pp. 163-179.

—, "La construcción coordinativa en español", *Verba* 14, 1987, pp. 271-345.

—, "Enzo Franchini, *Las condiciones gramaticales de la coordinación copulativa en español*" (recensión), *Verba* 15, 1988, pp. 453-457

—, *La coordinación*, mecanografiado.

López Gato, Rosa María, "A negación total ou conxexional en galego medieval", *Homenaxe ó profesor Constantino García*, Tomo I, Santiago de Compostela, Departamento de Filoloxía Galega-Universidade de Santiago de Compostela, 1991

Meillet, "Le renouvellement des conjonctions", *Linguistique historique et linguistique générale*, París, Champion, 1926.

Pike, Evelyn G., *Coordination and Its Implications for Roots and Stems of Sentence and Clause*, Lisse/Netherlands, The Peter De Ridder Press, 1974.

Pottier, B., *Systématique des éléments de relation, étude de morphosyntaxe structurale romance*, París, Librairie Klincksieck, 1962.

Rojó, G., "Sobre la coordinación de adjetivos en la frase nominal y cuestiones conexas", *Verba* 2, 1975.

Ros García, Juan, "Sobre la coordinación en español", *Homenaje al Profesor Muñoz Cortés*, t. II, Murcia, Universidad de Murcia, 1976-77, pp. 647-657.

Sandmann, M., "Problemas de Parataxis", *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*, Madrid, t. III, CSIC, 1968.

—, "«Et» de fermeture et «et» de continuation en français moderne", *Expériences et critiques. Essais de linguistique générale*, París, ed. Klincksieck, 1973.

Serra Alegre, Enrique: *La coordinación copulativa con 'y': condiciones de coordinabilidad*, Castelló, Universidad de Valencia, Colegio Universitario de Castellón, 1987.

— e Briz Gómez, E. A., "Artículo y coordinación: dos manifestaciones superficiales de la coherencia textual", *Millars* VIII, 1985, pp. 149-160.

Stempel, W. D., "Para o estudo da conjunção "E" na prosa narrativa do português medieval", *Boletim de Filologia* XVIII, 1959.

Tato, J. L., "Sobre la coordinación", in Sánchez de Zavala, (ed.), *Estudios de Gramática Generativa*, Barcelona, Labor, 1976.

Wartburg, W. von, *Évolution et Structure de la Langue Française*, Berne, ed. A. Franke S. A., 1946 (6ª ed.).

Zeiter Zeiter, B., "La yuxtaposición", *Boletín de Filología de la Universidad de Chile* XIX, 1967.

A ESTRUCTURA COMPARATIVA NA *CRÓNICA TROIANA*

Manuel Domingo Díaz Pérez

IESP de Rianxo

1. INTRODUCCIÓN

As estruturas comparativas a penas foron, ata agora, obxecto de atención específica nos estudos da Lingua Galega. Das chamadas comunmente «oracións comparativas» non se ten publicado ningún estudo sincrónico ou histórico. En xeral, os gramáticos soen sentir unha certa incomodidade diante deste tipo de construcións.

Pola nosa parte, imos tentar de facer un estudo descritivo da situación da estrutura comparativa no galego medieval centrándonos na obra *Crónica Troiana*. Recollemos, nun primeiro momento as estruturas que aparecen na obra e logo procuramos clasificalas, segundo explicamos máis adiante. Para concluír buscamos dar unha visión global do emprego da estrutura comparativa nesta época e, se é posible, establecer un paralelismo coa evolución posterior da mesma.

2. CONSIDERACIÓNS PREVIAS

Temos que facer algunhas consideracións sobre o tratamento dado ás construcións comparativas:

- a) En xeral, a gramática tradicional actúa con criterios diversos: semánticos, formais..., que, en moitas ocasións, se superpoñen. C. Hernández, en referencia ás estruturas comparativas, afirma que o criterio semántico [non aparece nomeado explicitamente] dificulta o estudo deste tipo de oracións¹.

¹ C. Hernández Alonso, 1984, p. 111. “En el estudio de este tipo de oraciones se ha heredado un criterio, que no permitía ver con claridad la esencia y naturaleza de las mismas”.

O termo «comparación» ten, esencialmente, un valor semántico. O valor sintáctico da estrutura comparativa está acompañado sempre por esa caracterización significativa que trata de establece-la relación entre dous ou máis conceptos para contrasta-lo grao dunha calidade ou establecer unha cuantificación, naqueles rasgos semánticos compartidos por todos eles, é dicir, no común a eses elementos.

b) Os nexos ou transpositores QUE/ CA (coas súas variantes, motivadas pola determinación do artigo, CÓ, CÁ, CÓS, CÁS)² / DO QUE/ COMO ~ COMA están situados no segundo termo e son os marcadores que establecen a delimitación entre comparante e comparado.

REFERENCIA	VALOR	TRANSPOSITOR
DIFERENCIACIÓN	+ / -	CA/ QUE/ DO QUE
IGUALDADE	=	COMO ~ COMA

Cadro 1

c) A condición necesaria para que se produza a comparación é a existencia de dous elementos que posúan algún risco semántico común para poder establecer un parangón.

Denominaremos T1 ó primeiro termo e T2 ó segundo termo³.

Estes dous segmentos da estrutura comparativa, considerados usualmente como oracións, poden ser construídos sen verbo expreso polo que non se achegan ó nivel de análise da oración e podemos afirmar que non todas estas construcións son estrictamente oracionais. S. Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 21) afirma a necesidade dun verbo en posición nuclear para que o termo subordinado teña carácter oracional.

d) Algúns dos elementos comúns ós dous termos, que non son obxecto da comparación, ós que O. Pritz (1979, p. 269) chama *fondo común*, poden ser omitidos. A elipse de funtivos é un recurso ó que tradicionalmente se vén acudindo con disparidade de criterios e naqueles casos onde non era doado atopar unha explicación de certos comportamentos sintácticos. Para interpretar adecuadamente algunhas estruturas sintagmáticas temos que recorrer, neses casos, a restablece-los elementos eludidos mediante o proceso que L. Hjelmslev denominou *catálise*.

Todos estes aspectos subxacen como condicionantes da análise sintáctica das estruturas comparativas e no estudio de cuestións básicas como:

- a– relación entre os dous segmentos de comparación, T1 e T2 ,
- b– función dos elementos de T1 e T2,

² A. Santamarina, 1974, pp. 16-30. Rexistra o predominio da forma *ca* nas orixes do idioma.

³ Empregarémo-la denominación T1 e T2 para referirnos ós dous elementos entre os que se establece unha comparación, seguindo a denominación utilizada por O. Prytz, 1979, pp. 261-278, aínda que xa con anterioridade a denominación “término” era utilizada por Carballo Calero, 1976, p. 175.

c– a ausencia dos constituintes do fondo común ou elipse e as posibilidades limitadas de catálise.

3. A SINTAXE DA ESTRUCTURA COMPARATIVA

Da gramática tradicional herdámo-la clasificación da oración comparativa dentro do grupo das chamadas oracións subordinadas circunstanciais e, por este motivo, estimábase que o segmento subordinado funcionaba como un adverbio.

Alarcos⁴ pon en dúbida o seu carácter de subordinadas e aínda as considera coordinadas cando afirma que entre o *que* comparativo e a conxunción *y* non hai máis diferenza có valor semántico de T1 e de T2.

O. Prytz (1979, p. 269) rexeita esta afirmación de Alarcos e argumenta que ademais da diferenza dos valores semánticos dos termos unidos por *que* e *y* tamén existe a sintagmática, “*y* coordina, mentras que *que* subordina.

R. Álvarez et alii (1986, pp. 527-540) clasifican dentro das oracións bipolares, “presentan sempre dúas [cláusulas]”, co que parece que se sinala o seu carácter de estruturas paratáticas cerradas.

A. Santamarina (1974, pp. 16-30), no seu estudo sobre as partículas comparativas, afirma “a frase comparativa é, coidamos, sempre adverbial”, “Paréceme máis lóxico pensar nos segundos termos da comparación como adverbios estensos. Proba desto é que con gran frecuencia ese segundo término é substituíble por un adverbio de cantidade non estenso: É [máis] ruín [ca un] veneno = É [moi] ruín, Come [coma un sabañón] = Come [moito], Isto está [máis lonxe [có fin do mundo] = Isto está [moi] lonxe.” e engade que os seus relacionantes son *que* = *ca* e *como* = *coma*.

Nas gramáticas tradicionais do galego non se pode evidenciar a existencia dun verdadeiro adverbio comparativo e, por outra parte, o T2 non «acompaña» ó verbo de T1, nin o «cualifica», nin o «determina» e, polo tanto nada hai que nos permita esa consideración de adverbio.

Saco (1868, pp. 197-198) fala de “adverbios comparativos de cantidade” (*mais, menos*) e de “adverbios de cualidade igualmente comparativos” (*millor, peor*). En realidade estase referindo, no primeiro caso, a adverbios de cantidade ou de intensidade e, no segundo, a adverbios de modo.

Para Valladares (1970, pp. 40-41) “Fórmase el comparativo del positivo añadiéndole al efecto una de estas palabras *tan, como, mais, que*”, que supón unha mestura dos cuantificadores comparativos, pertencentes ó primeiro termo da comparación cos elementos de relación ou transpositores, que irían no segundo.

⁴ E. Alarcos, 1980 (3ª ed.), p. 205 afirma que “La diferencia entre /que/³ y la conjunción /y/ estriba, no en su función sintagmática, sino en los valores semánticos de los términos que unen”.

Nas gramáticas de Lugrís Freire (1922, p. 75) e de Carré Alvarellos (1919, pp. 11-12) *mais* é considerado adverbio de cantidade.

Carballo Calero (1976, p. 174) di, en relación co comparativo de igualdade, que se constrúe “anteponiendo al adjetivo el adverbio *tan*, y posponiéndole la conjunción *coma* [en edicións posteriores engadiría *como*].

A gramática funcional considera que o elemento cuantificador (*máis, menos, tan, tanto*), etc. desempeña a función sintáctica de adxacente do núcleo comparativo (NC) –nalgúns casos as formas sintéticas (*maior, menor, mellor, peor...*) cumpren esa mesma función–.

Se admitímo-la ‘equifuncionalidade’⁵, dos segmentos unidos por *ca / que* ou, como afirma C. Hernández (1984, p. 129), a ‘correspondencia’ entre os dous segmentos, temos que afirmar que o segundo ocupará a mesma función có primeiro. Tamén S. Gutiérrez Ordóñez (1992, p. 9) considera que hai correspondencia entre os funtivos de T1 e de T2 e mesmo afirma que existe paralelismo semántico, formal e funcional. R. Rivara afirma que en tódolos casos a estrutura da principal exerce un forte dominio sobre a subordinada⁶.

Así pois, prestamos atención agora ás relacións que se establecen entre o elemento hiperbólico cuantificador⁷ que aparece no elemento comparado e o elemento que cumpre a función de parámetro, de elemento de contraste, de patrón, que aparece no comparante.

O segundo elemento funciona como adxacente ó cuantificador comparativo (ou ben ó termo graduable seguido do núcleo comparativo). Para J. A. Martínez esta función é realizada mediante transposición adxectivo, e para explicalo utiliza o seguinte exemplo:

Pedro es tan alto como lo era su padre

Afirma que prescindindo do segundo termo (T2) teríamos *Pedro es tan alto*, que mantén o seu nivel de oración e segue sendo comparativa⁸.

Para S. Gutiérrez Ordóñez (1992, p. 26) pártese dunha transposición adverbial e o *que* converte segmentos (oracionais ou non) en simples adxacentes de adxectivo, e continúa dicindo que o */que /3* ó que aludía Alarcos “actúa como transpositor adverbial de un segmento de discurso (oracional o no) que pasa a funcionar como término adya-

⁵ E. Alarcos, 1980 (3ª ed.), p. 206.

⁶ R. Rivara, 1990, p. 149. “Dans tous les cas, la structure de la principale exerce des contraintes sévères sur la structure de la subordonnée. La principale de ces contraintes réside en ce que la subordonnée doit renfermer un élément graduable dont le statut syntaxique et la fonction sont identiques à ceux de l’élément graduable de la principale.”

⁷ C. Hernández Alonso, 1984, p. 130.

⁸ J. A. Martínez, 1994, p. 161. “Si en el ejemplo:

Pedro es tan alto como lo era su padre
eliminamos por consabido el segundo miembro de la oración, lo que nos queda, *Pedro es tan alto*, no sólo es oración sino que sigue siendo tan comparativa como antes: a todas luces, lo eliminado, *como lo era su padre*, es un adyacente...”

cente de un adverbio o de un adjetivo de intensidad (*más, menos, mejor, peor...*). No satura función dentro del segmento subordinado”.

A. Freire Llamas (1996, pp. 375-386) afirma que na base desa consideración estaría a identificación de elementos nucleares, constantes e imprescindibles fronte ós adxacentes que serían variables e prescindibles e que esta identidade é discutible, que o feito de que un elemento sexa adxacente implica que se pode prescindir del, e, que, por conseguinte, se se pode prescindir de T2, na mesma medida poderíase considerar que o cuantificador tamén se pode omitir “tan prescindible es el segundo segmento como el cuantificador porque ambos elementos son variables con respecto a la estructura copulativa” e para explicalo mostra o exemplo reducido ás súas constantes:

“Pedro es alto”.

Se no exemplo seguinte:

A nena é máis/menos/tan nova có/coma o neno

prescindimos de T2 por ‘consabido’ ou porque a comprensión do enunciado non se ve perturbada por esta ausencia, temos:

A nena é máis/menos/tan nova

onde se segue a mante-lo valor significativo da comparación, aínda que, desde o punto de vista sintáctico haxa tendencia a nivela-lo esquema da estrutura comparativa.

O cuantificador tamén pode suprimirse en contadas ocasións⁹. Retomando o exemplo anterior teriamos:

**A nena é nova có neno* ou **A nena é có neno*

onde non parece que se poida mante-lo concepto de gramaticalidade da oración resultante, pero no caso da comparación de igualdade sucede o seguinte: se prescindimos do elemento cuantificador temos:

A nena é nova coma o neno ou *A nena é coma o neno*

no primeiro caso o resultado segue a se-la comparación pois o feito de prescindir ocasionalmente do elemento cuantificador supón que é o núcleo comparativo o que leva implícita a cuantificación. No segundo caso, non conserva o seu carácter comparativo e aparece con máis claridade o valor modal.

Vemos pois que existe, por unha parte, unha relación de carácter endocéntrico¹⁰ entre o cuantificador e o núcleo comparativo, funcións que, circunstancialmente, poden recaer nun só elemento e unha relación de necesidade referencial mutua, de carácter exocéntrico, deste ou estes elementos co segundo termo da comparación –mesmo no caso

⁹ C. Hernández Alonso, 1984, pp. 129: “en raras ocasiones, el cuantificador puede suprimirse”.

¹⁰ Para a explicación do carácter endocéntrico e exocéntrico ver G. Rojo e Jiménez Juliá, 1989, pp. 100 e ss. e Jiménez Juliá, 1992, pp. 177-200.

de ser omitido— que nos leva a considerar que entre os dous termos da comparación hai unha relación de interdependencia.

4. OS NEXOS COMPARATIVOS NA CRÓNICA TROIANA

A clasificación dos graos de comparación normalmente está representada polos tres graos de intensidade: superioridade, inferioridade e igualdade.

Estes tres graos de intensificación que se manifestan en relación a unha medida que serve de base, de patrón tende a ser simplificada nun sistema binario:

COMPARACIÓN	
IGUALDADE	
DIFERENCIACIÓN	SUPERIORIDADE INFERIORIDADE

Cadro 2

De acordo con isto, os nexos de comparación da *Crónica Troiana*¹¹ podemos clasificalos da seguinte maneira:

DIFERENCIACIÓN	
SUPERIORIDADE	INFERIORIDADE
MAYS/MAIS QUE	MENOS/MEÏS QUE
MELLOR/MILLOR QUE	PEOR QUE
MAYOR QUE	

Cadro 3

IGUALDADE	
ASSÝ/ ASSI CÔMO	MIJSMO / MEESMO QUE
ATÃ/TÃ/TAN CÔMO	*TAMAÑO QUE
ATÃTO/TÃTO/TANTO CÔMO	*CAMAÑO

Cadro 4

*As formas *tamaño* (< TAM MAGNU(S)) e *camaño* (< QUAM MAGNU(S)) estaban aínda vivas na lingua como cuantificadores aínda que posteriormente sufriron un proceso de transcategorización.

¹¹ Cito pola edición de Ramón Lorenzo, 1985.

4.1. A diferenciación

4.1.1. *Mays ...ca/ que/ do que*

Presenta, no primeiro termo vacilación na grafía: *mays / mais*, (a primeira é a forma que aparece con maior frecuencia).

O elemento cuantificador pode actuar sobre, un substantivo, un adxectivo, un verbo ou un adverbio.

Actúa sobre un substantivo

1.... et mays deseñ gera que paz. (244:25:28)

CDIR

A estrutura comparativa leva, frecuentemente, unha forte carga de subxectividade que se manifesta na orde dos elementos constituíntes. Neste exemplo témo-lo seguinte esquema:

CC + V + NC + T2

En T1 o cuantificador comparativo precede ó verbo mentres que o núcleo da comparación é desprazado. En T2 o nexo comparativo *que* non esixe a presenza inmediata do segundo termo porque neste tipo de comparativas non é parámetro de comparación. Para J. A. Martínez “es un sintagma, un signo no dependiente y por lo tanto totalmente equiparable en categoría y función con el primer término de la comparación”¹².

2. Señor, aquí ño sse uolua mays peleia, ñe nos digã mays vilanja da que auemos //oýda. (296: 5: 106)

CDIR

CDIR

O primeiro termo presenta dúas cláusulas unidas pola conxunción copulativa *ñe* que aparece en moitas construcións nas que sería esperable *y*. O segundo elemento, T2, é introducido por *da que*. É frecuente que o nexo *do que* en construcións deste tipo, onde ten un significado próximo do partitivo.

3. Et sabede que ñihú ño ualýa mays que el. (230: 8: 11)

CCIRC

A negación que aparece precedendo ó verbo puidera ser considerada de carácter expletivo xa que, ó noso entender a súa presenza é innecesaria, non engade valor negativo ó verbo.

Actúa sobre un adxectivo

4. ...era ben tallada et moy fremosa, et, segundo me Dayres //faz certo, mays brãca foy que a neue ñe que frol de lilio... (272: 2: 73)

ATRIB

ATRIB

Neste caso o verbo aparece desprazado, colocado despois de cuantificador e núcleo.

¹² A. Martínez, 1994, p. 125 “«artículo» y «gradación» o «comparación» son incompatibles.

Estamos ante unha expresión que pon de relevo o trazo semántico de cor (brancura) expresado polo adxectivo que constitúe o núcleo comparativo (NC).

5. Et, señora, //por uos seyr de uossa terra ño uos queixedes, ca esta terra he mays uicosa et mays saborosa //que a uossa... (259: 42: 47)

ATRIB

Como xa vimos no exemplo anterior na *Crónica Troiana* era corrente o feito de encadear adxectivos en coordinación con *et* ou con *nẽ*, que poden aparecer tanto no primeiro coma no segundo termo.

6. ...ca seu rostro era mays //fresco que (de) hũa rrosa quando naçe. (278: 6: 86)

ATRIB

A presenza da preposición *de* debería acompañarse do artigo, co que se faría alusión a *rostro* como se fose un relativo, de non ser así é un elemento superfluo.

Actúa sobre un verbo

7. ...en quanto lle a uida durar, ño lles querrá por njhũa //cousa leixar seu yrmão, que o amaua may[s] que a ssy meesmo (224: 99: 6)

CCIRC

A situación do cuantificador á beira do verbo fai que aquel incida máis directamente sobre este ca sobre o C. Dir. expresado polos pronomes (que saturan unha mesma función).

O marcador comparativo *que* nalgũa circunstancia deixa o seu lugar a *do que* introductor de cláusulas adxectivas ou de relativo; esta substitución que, nalgúns casos, pode producirse segundo a intención do falante, é obrigatoria cando figura un verbo no segundo termo de comparación.

8. Et el por ende quirria que ño rrecebesedes mays // dāno ñẽ mays desonrra do //que rrecebestes. (493: 21: 263)

CDIR

9. ...quérouos agora mostrar hũa rrazõ: Vós sodes moy bon caualeyro //et moy onrrado et mays preçado de quantos oje ãno mũdo son. (523: 26: 293)

ATRIB

Ca en alternancia con *que*, *do que* aparece en contadas ocasións polo que a súa presenza é testemuñal, o termo maioritario é *que*. A escasa utilización de *ca*, que era moi empregada nesta época pode deberse ó feito de que esta obra é unha traducción.

10. Et en toda esta hoste ño á õme que mais ualla ca uós en batalla... (476: 6: 248)

CCIR

11. ...et os da çidade ño á cousa que mays temã ca uós. (476: 7: 248)

CCIR

En ámbolos casos a forma *ca* é empregada seguida dun pronome persoal en forma oblicua. Cando o pronome vai en primeira persoa do singular poden aparecer-las formas *eu* ou *min*, aínda que na actualidade prefírese *min*.

12. ...ca eu ueio muytos //treys et muytos príncipes mays ricos ca el... (496: 11: 267)
CDIR

13. ...que nũa //uira dona mays sesuda nẽ mais conprida de todo bem que Elena.
(655: 3: 417) CDIR

Actúa sobre un adverbio

14. Et sabede que acharõ a justa moy //aparellada et moy mays a cerca que hũa beesta podía tirar. (336: 237: 127) CCIRC

A forma *mays* aparece precedida polo adverbio intensificador *moy*, e ambos actúan como cuantificación do adverbio de lugar *cerca*. Estamos ante un exemplo de dous adverbios modificando a outro adverbio.

Na estrutura comparativa dous son os termos que se comparan, aínda que dentro de cada termo poden producirse outras relacións biclausais ou mesmo policlausais, nalgún caso.

En 5, 8, 12 e 13 temos coordinación no primeiro termo e en 2 hai coordinación no segundo.

4.1.2. Menos/meõs...que

O cuantificador *menos* que aparece nalgunha ocasión con vacilación entre oralidade e nasalidade é menos frecuente. Desde o punto de vista funcional equivale a *máis*.

15. Delón, que //sse nõ preçaua menos que seus yrmãos, foy ferir entre tódoslos gregos a Polísamo (341: 20: 128) CCIRC

Incide sobre o verbo. Neste caso estamos ante un comparativo de inferioridade que polo seu significado non é tal, xa que como dixemos anteriormente, a negación de *menos* (*nõ menos*) implica a igualdade ou o grao superlativo.

16. ...demais //he y Pirius, o ardido et hurguloso, que pouco ual menos en armas que seu padre //Achiles. (627: 23: 386) CCIRC

O adverbio de intensidade tamén admite a presenza dun cuantificador. *Pouco menos val en armas...* A alteración da orde lóxica dos funtivos na estrutura comparativa prodúcese cunha finalidade determinada: introducir variacións de estilo na mensaxe.

17. (Troylos) nõ he mõs ardido, nõ ha mẽor força que seu yrmão //Éytor, nẽ mõeos esforçado, nẽ mõeos orguloso, nẽ mõeos ualçt, nẽ mõeos cõprido de bonda, nẽ sse cõbate peor que el. (534:15:303)
ATRIB CDIR
ATRIB
CCIRC

Neste caso temos una estrutura multipolar pois é un encadeamento de cláusulas coordinadas mediante o nexo copulativo *nẽ* e nas que hai que cataliza-lo verbo tomando o da primeira.

En 17 o feito de manifestar que *Troylos nõ é mẽos ardido que Éytor* implica que como mínimo é *tan ardido coma el..*, co que saímos da inferioridade para situármolos no plano da igualdade¹³ ou mesmo na superioridade, o que produciría unha certa confusión e que pide ser obxecto dun estudio máis profundo.

4.1.3. *Mellor...ca/que*

O comparativo orgánico ou comparativo sintético (pois esta é a denominación que se lle vén dando nas gramáticas galegas xa mencionadas ó longo deste traballo, está representado polas formas derivadas dos comparativos latinos en -IOR, -IUS.

A función sintáctica que desempeña é a mesma cá de *mais ... que/ menos ... que*.

18. Et diz a //estoria que el fezo mellor et gãanou y mellor preço que os mellores tres que y uçerõ (484: 53: 253) CDIR

19. Et a cárcoua, que foy toda danada, foy depouys //cen tãto mellor feyta que ante fora. (231: 9: 13) CCIRC

Incide sobre o verbo

O cuantificador recibe a modificación dun numeral e dun indefinido. É frecuente tamén o caso da presenza dun adverbio de cantidade como : *pouco, moito, bastante*.

20. A mĩ semella outra mellor rrazõ que a que uós auedes dita... (245: 3: 29) ATRIB

21. ...et mellores á çna hoste ca el. (496: 12: 267) CDIR

Temos *ca* como segundo elemento, en alternancia con *que* aínda que esta última é a forma maioritaria.

22. Et nũca //nihũ rrey fuy mellor rreçebudo, nõ mais honrradament, en seu rreyno ca el. (721: 29: 493) CCIRC CCIRC

23. Sabede que dos de Troya nõ auja //y mellor caualleyro nõ mays vrguloso, senõ, Éytor. (275: 13: 77) CDIR

O segundo termo da comparación é introducido por *senõ*. Esta forma non funciona como nexo de comparación inserta no segundo segmento, pero a estrutura do primeiro termo e a caracterización semántica lévannos a esa consideración, non vemos que sexa moi doado introducir nesta frase unha contraposición (ese é o verdadeiro significado de *senón*).

¹³ S. Gutiérrez Ordóñez, 1994, pp. 16-17.

24. Et eu ben sey, ... que me cõssellades o mellor que uós sabedes et entededes
(525: 6: 294) CDIR

J. A. Martínez consideraba que o artigo era o principal obstáculo para a comparativa.

Cando o artigo entra a formar parte da estrutura comparativa o transpositor que marca a comparación convértese en pronome relativo, o que leva consigo a perda do carácter comparativo da estrutura.

4.1.4. *Peor...ca/que*

Realiza a mesma función ca *mellor*:

25. ...ca sabía que ño mûdo nõ auía // cousa que lle peor quisesse ca el, porque o prenda sen merecemento (742: 3: 514) CCIR

Aparece tamén nesta construción o *ca* comparativo en alternancia con *que*.

26. ...sabede que estes que nõ//erã dos peores que ãna oste auía (536: 3: 305)
SUPL

4.1.5. *Mayor...ca/que*

Mostra as mesmas funcións cós dous últimos:

27. ...et sodes mays ardidos et mays leaes et esforçados et vrgullosos // et mays
ATRIB
fidalgos et de mayor ualor que tódolos que eu sey. (217: 21: 3)
ATRIB

28. ...ben sabedes // uós que o feyto de armas he mayor de cuántoslos outros son,
(244: 11: 28) ATRIB

Actúa o cuantificador sobre o suxeito (feito de armas). O substantivo é modificado por un adxacente (de + subst).

Maior de... expresa o grado máis elevado dunha escala e está próximo de superlativo (*o maior de todos*).

29. Et nõ oyue eu delo // mayor parte que o mais pequeno que ãna hoste auía.
(672: 21: 443) CDIR

Nesta estrutura establécese a comparación e négase a acción do verbo (haber), de tal forma que a negación de “*mayor parte*” supón “*tanto coma a mínima parte ou menos que a mínima parte*”.

4.2. Igualdade

4.2.1. *Tã(to)/ tanto ... cõmo*

Presenta, como no resto das formas vistas con anterioridade unha grande vacilación oral/nasal propia desta etapa da lingua: (*tan, atã, tã, tanto, tãto*, e as súas variantes de xénero e número).

30. ...nō ualýa tãto nehũ ãno corpo cõmo el, nẽ en que menos crueza //ouuesse,
(276: 6: 81) CCIRC CDIR

O mesmo ca nas construccions anteriores a frase comparativa, nestas de igualdade cumpre unha función no ámbito da cláusula na que se integra.

31. ...nũca home naçe u //que tã amado fosse, cõmo el amauã et seruíã en Troya
(274: 26: 75) ATRIB

Nesta estrutura establécese a comparación e négase a acción do verbo (haber), de tal forma que a negación de “*mayor parte*” supón “*tanto coma a mínima parte ou menos que a mínima parte*”.

32. ...[tódaslas donas et donzelas] seu bon parecer fosse todo juntado en hũ, todo aque[1] bon parecer nō sería tãto cõmo Polícena soa aujá,... (279: 20: 86)
ATRIB

33. ...nuca òme tã sandiamet amou cõmo //eu amey, nẽ amarã ia mays.
(498: 12: 269) CCIRC

34. ...partir cõ nosa honrra et leyxar este ffeyto tã grande que tẽemos cõmeçado //tã [ui]lment cõmo agora disestes et cõsellastes a todos. (502: 25: 273)
CCIRC

35. ...as azes erã muy grandes, tã bẽ// dũa parte cõmo da outra,... (506: 14: 278)
ATRIB

36. ...tã espesas cayam as seetas cõmo as follas da áruore quando caẽ ameúde //cõ el grã uento (519: 23: 288)
CPRED

37. ...ãno //mũdo nō ha tã grã coyta cõmo do que ha bon prez,... (524: 61: 293)
CDIR

38. Et eu sobre esto nō uos farey //longa rrazõ, ca tã ben o ssabedes cõmo nós ou mellor. (523: 6: 293)
CCIRC
CCIRC

39. ...nō seias tã descriúda nẽ tã falyda cõmo es cõtra el (542: 61: 309)
ATRIB

40. ...nō ha eno mũdo moller tã coyhada cõmo eu sõi. (259: 49: 47)
CDIR

41. Et o caualo era todo rrodado de mãchas, hũas tã brãcas cõmo a neue et outras tã negras cõmo azaueches (393: 19: 171)
ATRIB
ATRIB

42. ...et que faça tão porla honrra et porla prol de la rreyna cōmo farey //porla mīa meesma. (574: 10: 339) CDIR

4.2.2. *As estruturas construídas con tal... como*

Figuran asimiladas as construídas con **tal... como**, aínda que non son tan frecuentes.

43. ...sodes tã ardido et tã prestes que moyto a çerca estades de fazerdes tal ou peor //cōmo el fezo (531: 17: 298) CCIR

44. Mais nō fuj ãno mūdo quen uisse tal dāno, nē tal matança, nē tã desmesurada //cōmo alý fuj en gregos aquela uez. (512: 181: 279) ATRIB

4.2.3. *Tamaño*

Conserva aínda un significado próximo do seu étimo:

45. ...nō aujá outra coyta tamaña senó cōmo uos auerýa ende fora. (425: 16: 203) CDIR

5. AS FALSAS COMPARATIVAS

Consideramos falsas comparativas aquelas estruturas que semanticamente e formalmente poderían ser consideradas comparativas pero que desde o plano sintáctico a carencia de certos requisitos obriga a buscar outra clasificación.

5.1. *Assý ... cōmo*

46. ...moytas burzesas moy fremosas //andauã fogindo perlas cales, assý cōmo mortas. (226: 5: 7)

47. Et ben he assý cōmo rramo de trahedor todo home que a sseu señor encobre //sua perda ou seu dāno ou o cōsella mal (249: 7: 35)

48. Et cõtoulle logo sua //fazēda, assý cōmo el mellor soubo (253: 22: 40)

49. Et, por Deus, donas, nō choredes, //nē façades tal doo, ca todo assý seerá cōmo uos eu digo, que nō faleçerá ende //nada. (259: 19: 47)

50. Et foy sobre el cō çē //caualeyros, assý cōmo aquel que era moy ardido et moy sañudo. (329: 55: 127)

51. Et forō topar assý cōmo ýan cō os de Liça, que queriã //liurar a Éytor (329: 47: 127)

52. Ca, sen falla, prazerlle ya do meu dâno et, quanto o meu //mal fose mays sobeio, tâto ende ela sería mays gouçosa et quiría que fose çe tâto mais (490: 21: 261)

53. Et entâto dy a teu señor que este //feyto nõ fícará per ñ et que ajudarey y quanto poder, cõmoquer que me el aia muy //malcõfunduda (494: 6: 264)

6. ELISIÓN DE ELEMENTOS NAS ESTRUCTURAS COMPARATIVAS

A omisión dalgún dos constituíntes das estruturas comparativas (e tamén doutras estruturas non comparativas) é un feito recoñecido polos gramáticos. Tamén se pode comprobar que se produce con maior frecuencia no segundo termo ca no primeiro. As dificultades xorden á hora de somete-lo discurso a unha análise, e non no momento de creación dos enunciados obxecto da análise.

B. Rodríguez (1983, pp. 97-127) admite a necesidade de restituír elementos que foron eludidos no discurso¹⁴. Esa recuperación de elementos foi denominada por Hjelmslev *catálise*.

J. A. Martínez (1994, p. 118) advirte que esta catálise de elementos elididos, “da como resultado construcciones de una validez más que dudosa”.

Alcina-Blecua advertiron da dificultade que levaba emparellada o feito de restituír elementos que non foron expresados no momento da produción da mensaxe para evita-la “afectación” ou o “arcaísmo”¹⁵.

Para Martínez Álvarez (1985, p. 126), “Catalizar en las construcciones comparativas un sintagma verbal eludido es a veces tan inútil como lo pretendido al afirmar que en *Los niños y las niñas juegan* hay dos oraciones conectadas (Los niños juegan y las niñas juegan), cuando es más simple establecer la conexión sólo dentro del grupo sintagmático”.

A elipse e a elisión de constituíntes posibilitan a recuperación de elementos omitidos, o que non sucede no caso da deleción¹⁶.

Gutiérrez Ordóñez (1992) propón que o uso da *catálise* se faga segundo unhas normas tendentes a evita-lo seu uso abusivo: as condición básica para a súa utilización virá dada pola necesidade de compensar carencias do sistema, e sempre que a súa aplicación non provoque cambios semánticos ou sintácticos e se cumpra a condición de que a elisión do funtivo que logo se recupera se poida explicar pola teoría. Para el a xustificación

¹⁴ Véxase tamén Brucart (1987).

¹⁵ Alcina, J.- Blecua, J. M., *Gramática española*, Ariel, Barcelona, 1975.

¹⁶ Bresnan, J. W. “Comparative deletion and constraints on transformations”, *Linguistic Analysis*, 1, 1, 1975, pp. 25-74; Napoli, D. “Comparative ellipsis: a phrase structure analysis”, *Linguistic Inquiry*, 14/4, 1983, pp. 675-694.

da catálise está no principio de economía da linguaxe. Así, afirma (1994a, p. 25) “Existe una razón general: el montaje de un discurso procura –siempre que no haya otras razones– realizarse bajo la inspiración de la gran **ley de economía**”.

Na *Crónica Troiana* observámo-los seguintes tipos de elipse:

6.1. Elipse no primeiro termo

En T1 pode haber elipse de certos constituíntes, aínda que é menos frecuente ca en T2. As que aquí atopamos establécense partindo da relación temporal:

54. ...nõ poderá achar (*máis adiante) quen os ame tã fielment cõmo os eu amarey des oie este día //endeante. (492: 21: 262)

55. ...tã espesas cayã as seetas (*naquel intre) cõmo as follas da áruore quando caẽ ameúde //cõ el grã uento. (519: 23: 288)

56. ...se (*nese momento) me eu nõ metera a atã grand afãm cõmo me eu metí, //eýnda oie Troya esteuera sãa, (671: 17: 442)

6.2. Elipse no segundo termo

En T2 a elipse é, como xa dixemos anteriormente, moi frecuente, a desaparición do núcleo do predicado témola nos seguintes exemplos:

57. ...seu rostro era mays //fresco que (de) hũa rrosa (*é) quando naçe. (278: 6: 86)

Neste caso o que se recupera é o verbo copulativo.

58. ...nõ ha caualeyro que //tãto ualla en armas cõmo (vale) Troylos, (534: 12: 303)

Produciuse a elisión do núcleo do predicado e necesitamos recuperar un verbo xa que de non ser así sería moi difícil poder establece-la función sintáctica do sintagma (Troylos).

59. ...nẽ sse cõbate peor que el (*sse combate) (534: 15: 303)

O suxeito neste caso é un pronome persoal.

O núcleo do predicado é elidido naqueles casos en que coincide co lexema de T1¹⁷.

60. ...nõ// cõsintirey por nehũa maneyra que sobre nós aia Agamenõ tã grã señorío cõmo (el) ha (*señorío) (369: 37: 150)

Nesta estrutura aparece o núcleo do predicado pero faltan os outros constituíntes, suxeito e o complemento directo.

61. ...nõ me preço meos que (*os preçades) uós,... (383: 108: 157)

62. Pero ben sey que a nõ pode trager mellor caualeyro que uós,... (430: 129: 204)

¹⁷ S. Gutiérrez Ordóñez, 1992, pp. 12-20, a lei da economía da linguaxe aplicase ós casos en que hai simetría, coincidencia de funitivos (54-57), pero tamén nos casos nos que non se produce esa coincidencia (58).

Estamos ante un caso de delección no que non se pode repoñe-lo verbo do segundo segmento, (*traer). *Que uós* non admite reposición do verbo pero tampouco se pode considerar como unha «construcción non oracional». Este tipo de construcións na que un elemento non depende do outro, nin actúa como modificador podemos denominala frase conxuntiva¹⁸. Esta estrutura tería unha consideración semellante á que Rojo-Jiménez Juliá establecen para a que eles chaman frase prepositiva¹⁹, se ben, teremos en conta a diferenza en canto á función de cada frase dentro do conxunto, pois a frase preposicional non pode actuar como nexa.

7. CONCLUSIÓN

A lingua galega coñeceu na época medieval un grande esplendor literario, pero desde o punto de vista lingüístico estamos nun momento no que se están a producir cambios: os nexos das estruturas comparativas aparecen escritos de formas diferentes. Hai vacilación en *tan* (con nasalidade *tã*, sen nasalidade *tan*, precedida de *a-* *atã*), *como* (*cômo* ou *como*), *máis* (*mays* ou *mais*), *mellor* (*mellor* e *millor*), *mesmo* (*meesmo* e *mijsmo*).

As formas *tamaño* e *camaño* conservan aínda o seu valor comparativo que tiñan no latín aínda que con posterioridade produciuse un cambio de significado.

O sistema comparativo do galego medieval é abondoso en formas o que lle proporciona á lingua unha riqueza expresiva propia desta época, As estruturas que aparecen con maior frecuencia son as que se constrúen con *mays ... que* (e as súas variantes) e *tan/ tanto ... como* (tamén coas súas variantes), o que mostra un predominio no uso das formas analíticas sobre as sintéticas.

A forma comparativa de T2 *ca* aparece en contadas ocasións, sendo *que* a forma maioritaria. Non recollemos ningún caso de emprego de *coma* como nexa comparativo.

A orde de palabras da estrutura comparativa non é, ó noso entender, determinante da súa función no interior da cláusula. En T1 o NC pode preceder ou seguir ó CC, e estes dous funtivos poden ir colocados en proximidade ou destacados. No segundo termo o parámetro de comparación soe ir en proximidade do nexa.

Na estrutura comparativa é frecuente a elisión dalgún funtivo (máis frecuente en T2 ca en T1) que pode ser recuperado mediante a *catálise* pero a utilización desta non pode ser un recurso ó que acudir sen ningún criterio. Por outra parte, a reposición do núcleo ou de calquera outro elemento non é obrigatoria e, nalgún caso, mesmo é imposible (59), polo que o tema da elipse necesita un estudio máis amplo.

¹⁸ I. Bosque, 1989, p. 65.

¹⁹ G. Rojo-T. Jiménez Juliá, 1989, p. 122, “El segundo tipo de frases se caracteriza por presentar una estructura exocéntrica, esto es, son construcciones en las que sólo puede haber dos constituyentes al nivel más alto y esos dos elementos se exigen mutuamente, de tal forma que ninguno de ellos aisladamente es capaz de desempeñar la función que realiza el conjunto.”

A relación entre os dous termos de comparación é de necesidade mutua, polo que se dá un tipo de relación exocéntrica.

O contido da *Crónica Troiana* pide, polas súas características específicas un tipo de estrutura adecuado á expresión da hipérbole: acontecementos sublimes, grandes batallas, grandes conquistas, imaxes de destrución total... A estrutura comparativa permite parangonar dous ou máis feitos polo que o seu emprego se adecúa perfectamente á intención do autor.

BIBLIOGRAFÍA

- Alarcos Llorach, E. (1980) , *Estudios de Gramática Funcional del Español*, 3ª ed., Madrid, Gredos.
- Alcina, J.-Blécua, J. M. (1975), *Gramática española*, Barcelona, Ariel.
- Álvarez, R., Regueira, X. L. e Monteagudo, H. (1986), *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia.
- Bolinger, D. L., "The comparison of inequality in Spanish", *Language*, 26, 1, 1950, pp. 28-62.
- Bosque, I. (1989), *Las categorías gramaticales*, Madrid, Síntesis.
- Brucart, J. M. (1987), *La elisión sintáctica en español*.
- Carballo Calero, R. (1976), *Gramática elemental del gallego común*, 6ª ed., Vigo, Galaxia.
- Carré Alvarellos, L. (1967), *El habla gallega*, A Coruña, Moret.
- Gili Gaya, S. (1973), *Curso superior de Sintaxis Española*, Barcelona, Vox.
- Gutiérrez Ordóñez, S. (1992), *Las odiosas comparaciones*, Logroño, Gobierno de La Rioja.
- (1994a), *Estructuras comparativas*, Madrid, Arco.
- (1994b), *Estructuras pseudocomparativas*, Madrid, Arco.
- Klein, E., "The interpretation of adjectival comparatives", *Linguistics*, 18, 1982, pp. 113-116.
- López García, A., "La comparación en español: estructura fraseológica y estructura oracional", en *Serta Philologica F. Lázaro Carreter*, 1, 1983, pp. 315-327.
- Lugris Freire, M. (1922), *Gramática do idioma galego*, A Coruña, Zincke Hnos.
- Martínez García, H., "La relativa relatividad de cuanto", *Homenaje 'in memoriam' I. Corrales Zambrano*, 1, 1987, pp. 309-318.
- Martínez García, J. A. (1994), *Cuestiones marginadas de gramática española*, Madrid, Istmo.
- Narbona, A., "Sobre las oraciones bipolares", *Alfinge*, 1, 1983, pp. 121-139.
- Prytz, O., "Construcciones comparativas en español", *Revue Romane*, 14, 2, 1979, pp. 260-278.
- Real Academia Española (1973), *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Espasa Calpe.
- Rivara, R. (1990), *Le système de la comparaison*, Paris, Eds. du Minuit.
- Rodríguez, B., "Sobre las lagunas del enunciado: elipsis y catálisis", *Contextos*, 1, 1983, pp. 97-127.
- Rojo, G. *Cláusulas y oraciones*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1978.
- Rojo, G.- Jiménez Julia, T., "Fundamentos de análisis sintáctico funcional", *Lalia*, 2, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1989.
- Saco y Arce, J. A. (1868) , *Gramática Gallega*, Lugo.
- Santamarina, A., "Contribución para un estudio das partículas comparativas *que = ca* e *como = coma* en galego", *Verba*, 1, 1974, pp. 16-30.
- Valladares, M. (1970), *Elementos de gramática gallega*, Vigo, Galaxia.

OS VERBOS DENOMINATIVOS NA LINGUA MEDIEVAL: CHAMAR*

M^a Sol López Martínez

Facultade de Filoloxía. Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUCCIÓN

A nosa primeira intención con este traballo era tratar de describi-lo esquema clausal dos chamados verbos denominativos, as limitacións temporais e de espazo obrigáronnos a centrarnos unicamente na descrición dun destes verbos.

1. OS VERBOS DENOMINATIVOS

Na clase dos verbos denominativos constituída, entre outros, por *chamar*, *dicir* (nunha das súas acepcións), *designar*, *elixir*, *alzar*, *aclamar*, etc. diferenciamos dous grupos. O primeiro está formado polos chamados denominativos típicos, isto é, os verbos de nominación ou **asignación** que orixinan o esquema “chamar algo/dalgún modo a alguén/algo” (cfr. Penadés Martínez, 1994, p. 150). Son deste tipo verbos como *chamar*, *dicir* e dúas expresións que son moi frecuentes na lingua medieval: *aver nome* e *poñer nome*. O segundo grupo constitúeno os verbos que chamamos de **designación** que cobren o campo que corresponde a *nomear* (para un cargo) entre os que están *designar*, *elixir*, *alzar*, *aclamar*, etc. O esquema, neste caso sería “nomear a alguén/ algo”. Como sinalamos ó principio, este traballo centrarase unicamente nun verbo. Pola frecuencia de uso que ten, tanto na lingua medieval coma na actual, eliximos *chamar*.

Para realizar esta análise partimos dos conceptos de ‘valencia verbal’ e de ‘argumento’ ou ‘actante’. Considerámo-lo verbo como a unidade sintáctica que desempeña a fun-

* Esta comunicación desenvólvese no marco do **Proxecto de Gramática Histórica** subvencionado pola Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellería de Educación da Xunta de Galicia.

ción predicativa na cláusula. Polo tanto, asume a función central desta e determina a súa estrutura tanto desde o punto de vista sintáctico, coma desde o punto de vista semántico. A valencia verbal é o elemento determinante da estrutura característica de cada verbo. Non é este o momento para explica-la evolución que ten seguido o concepto de valencia desde a creación, como valencia sintáctica, por parte de Tesnière (1959) ata se converter nun concepto imprescindible para establece-las estruturas clausais básicas dos verbos dunha lingua determinada. Para Busse-Vilela (1986) a valencia é o “número de lugares vazios previstos e implicados polo (significado do) lexema. São precisamente os verbos que presentan de modo mais evidente estruturas relacionais de tipo valencial” (1986, p. 13). A valencia verbal é, polo tanto, a capacidade combinatoria que no eixe sintagmático ten o verbo (cfr. García-Miguel, 1995, p. 19). Por outra parte, chamaremos ‘argumento’ ou ‘lugar vazio’ o termo contido na estrutura doutro termo (Busse-Vilela, *op. cit.*, p. 13). Así pois, considerámo-la cláusula como unha unidade gramatical consistente nun predicado que se combina cun ou máis elementos, que dependen del, denominados argumentos do predicado ou actantes (cfr. García-Miguel, *op. cit.*, p. 20).

Pero ademais do número de ocos baleiros (argumentos ou actantes), o verbo determina tamén as propiedades morfo-sintácticas e semánticas dos actantes que enchen na cláusula eses ocos argumentais. Así pois, na valencia verbal, segundo Busse-Vilela (1986, p. 18) hai que ter en conta o seguinte

valencia	actantes (características)
verbo - nº de actantes (ocos baleiros)	morfo-sintácticas sintácticas semántico-categoriais semántico-relacionais

No concepto de valencia utilízanse diferentes terminoloxías para se referir ós diversos aspectos da valencia verbal. Así, fálase de:

I. Valencia cuantitativa: número de actantes de ocos baleiros dun verbo

II. Valencia cualitativa: características dos actantes:

1. Sintáctica: amosa a estrutura sintáctica da cláusula que depende da elección do lexema verbal:

- 1a) Funcións sintácticas desempeñadas polos actantes
- 1b) Categorías gramaticais

2. Semántica:

2a) Características semántico-categoriais dos actantes:

SUX=Humano

2b) Características semántico-relacionais:

Funcións semánticas: Axente, receptor, etc.

Polo tanto, de acordo co que chamamos valencia cuantitativa podemos falar de verbos: avalentes (impersoais), monovalentes (os verbos intransitivos), bivalentes (comer, ler, etc.), trivalentes (dar, etc.) e tetravalentes.

En conclusión indicamos que o verbo, como núcleo da predicación, é o responsable da organización sintáctico-semántica da cláusula. Polo tanto, tendo en conta o tipo de proceso expresado por el, haberá un número de actantes cubrindo posicións previstas polo esquema do predicado, e a cada un corresponderanlle unhas características sintácticas (funcións e categorías) e semánticas (funcións semánticas e restricións de selección).

Estas son, pois, as consideracións teóricas das que partimos para tratar de describi-lo esquema argumental ou, no seu caso, os esquemas que resultan da valencia do verbo *chamar*. Antes de pasar a realizar esta análise debo advertir que, aínda que nocións deste tipo son utilizadas nos estudos de gramática actual, a aplicación destes fundamentos teóricos no campo da diacronía presenta dificultades engadidas, pola falta de competencia lingüística nese estado de lingua.

2. O ESQUEMA VALENCIAL DO VERBO ‘CHAMAR’

Como sinaliei anteriormente, o núcleo desta comunicación constitúeo a descrición do esquema valencial e as características específicas relacionadas con cada un dos ocos do esquema de *chamar*. Este verbo cando orixina o esquema “chamar algo/dalgún modo a alguén/ algo” forma parte do grupo de verbos de nominación ou asignación; é dicir, pertence ós que consideramos verbos denominativos típicos.

En latín existía un número importante de signos léxicos con significado denominativo; verbos como: *vocare*, *dicere*, *apellare*, *nominare*, *vocitare* e *clamare* (Gutiérrez 1986, p. 201). A situación no galego mantívose nalgúns aspectos e cambiou noutros. Así, na evolución do latín ó galego algunhas formas léxicas non se mantiveron (non chegaron ata nós *vocitare*, *vocare*) e outras (como é o caso do verbo *apellare*) modificaron o seu valor semántico, perdendo, neste caso, o seu sentido denominativo.

Partindo do concepto de valencia, S. Gutiérrez fixo unha caracterización para o castelán deste grupo de verbos que nos vai servir de punto de partida. Segundo S. Gutiérrez o termo verbo denominativo pódese aplicar ó conxunto de signos léxicos que cumpren os seguintes requisitos:

- a) a súa “predicación nuclear” posúe triple valencia funcional: X (verbo) Y (a) Z.
- b) o argumento Y expresa a denominación que X atribúe ou asigna ó termo Z.
- c) Y posúe función mencionadora: non denota senón o nome que se atribúe a Z.
- d) O termo X é potestativo, mentres que a presenza de Y e Z é obrigatoria (cfr. Gutiérrez 1986, p. 201).

A estrutura típica deste grupo de verbos en galego coincide, en xeral, tamén coas consideracións de S. Gutiérrez. Se nos centramos especificamente en *chamar*, este pre-

senta as seguintes características léxicas. Se nos referimos á valencia cuantitativa, este verbo presenta tres ocos argumentais (tres actantes). Estes argumentos podémolos describir como segue: unha ‘entidade’ que asigna ou atribúe a outra ‘entidade’ unha denominación.

Dun xeito xeral, podemos dicir que estes verbos impoñen uns trazos selectivos ás entidades que constitúen a súa estrutura argumental. Estes trazos son os seguintes:

- a) carácter +humano para a ‘entidade’ que efectúa a asignación, que actúa como axente.
- b) carácter +/- animado para a entidade que recibe a denominación e que desde o punto de vista semántico podémolo considerar termo ou obxecto afectado (cfr. Penadés Martínez, *op. cit.*, 150).

Estas son as características xerais fundamentalmente de carácter semántico deste tipo de verbos, e concretamente de *chamar*. Con todo, na análise do esquema valencial deste verbo na lingua medieval achamos algunhas particularidades nos diferentes ocos funcionais que imos tratar de describir a continuación.

2.1. A entidade ‘denominación’

Partindo dos ocos argumentais (actantes) propostos por S. Gutiérrez, observamos que neste tipo de estruturas denominativas a característica básica é a presenza da entidade que chamamos ‘denominación’. En principio, este actante pode responder a distintas necesidades ou intencións comunicativas e en función disto farase a elección dos elementos lingüísticos que, polo seu contido, resulten apropiados para efectuar tal asignación.

Como veremos nos exemplos, esta construción trata de singularizar entidades dentro da clase a que pertencen. Os elementos lingüísticos que cobren esta función denominativa son habitualmente nomes propios. Así, no corpus¹ que empregamos podemos comprobar que, en máis da metade dos exemplos, a entidade portadora dunha ‘denominación’ aparece representada por esta subclase de palabras (dun total de 104 exemplos, en 65 hai un nome propio):

Et o segũdo fillo ouuo nome Aleixandre, et chamárõlle depouys *Pares*, || por hũa auẽtura que lle acaesceu, que aquí nõ cõta. (CT, 230)²

A terçeyra ouuo nome Yrlea, quarta foy Çepa, a quinta ouuo nome Tinbre, a sexta || chamarõ *Troyjín*. (CT, 233)

¹ O corpus que utilizamos procede do arquivo de textos medievais informatizados pertencentes ó Proxecto de Gramática histórica. Dado que resultaba imposible o estudio e descrición de tódolos textos, decidimos utilizar a maior parte dos textos seleccionando un número determinado de páxinas en cada un deles. Na relación de textos literarios que aparece ó final indicamos, para cada texto, o número de páxinas que tivemos en conta. Non citamos as páxinas nos textos tabeliónicos porque seleccionamos aleatoriamente un conxunto de documentos de diferentes séculos.

² Para a identificación dos exemplos utilizamos normalmente as iniciais do título e o número de páxina. Nos exemplos pertencentes ás cantigas medievais (profanas) incluímos tamén o número da Cantiga. Esta diferenza débese a que citamos pola nova edición coordinada por M. Brea e nela as cantigas aparecen ordenadas alfabeticamente segundo o nome do autor.

mais, por la vondade et santidade do dito arçebispo Leandro, doulle huun seu fillo a que chamauan *Recaredo*. (CI, 38)

Fvy hũu rrey que avia nome Tiro et pagouse de hũa moça que chamaũ *Pila*, filla de hũu moleiro que avia nome Atus (MS, 48)

Noutros casos o esquema denominativo serve para describi-la situación na que mediante a asignación dunha ‘**nota**’ a unha entidade se lle dá a esta certo tratamento, valoración, etc. Neste caso, as unidades gramaticais que ocupan os ocos funcionais son nomes comúns,

Afons’ Afonses, batiçar queredes || vosso criad’ e cura non avedes || que chamen *clérigu*’; en esto fazedes, || a quant’ eu cuido, mui mao recado: || ca, sen clérigo, como averedes, (LP, 9,1, 101)

E por ende lle chama a estoria *fillo* || *de p[e]rdiçõ e [esto e de] estragamento* [et] de fazer mal; et este dom || Fruela Vermundez dezendeu do linagem del rrey dom Vermũdo (et), logo (TCX, 27)

et chamalle Mõysen ão quarto capitulo do Genesis *padre dos cantadores*, ca este achou primeyramẽte a arte da musica que he arte decantar et de fazer sonos. Et el foy (GE, 16)

Et nõ quisu Ovidio chamar descubertamẽte ão seu libro, por mayor vergonça, *pejuro* a el rrey (HT, 14)

pero tamén achamos outras clases de palabras,

Et departe Dayres ãna estoria que aquela naue en que yam os mays onrrados fora a primeyra de aquela terra sen os outros navios que forõ y. Et ouvo nome Argo et *asy* lle chamarõ depois ãnas escripturas (HT, 19)

por-que dizẽ en latim ‘napta’ por marineyro, tomou o sabeo que a estoria cõposo este nome ‘napta’ et ajunto o a Argo que chamã a a nave et fezo ende este nome ‘argonapta’ Et *asi* a chama a estoria (HT, 19)

Et foron entõces ajuntados moitos sabedores sobre razon de *como* chamarian aa eglesia onde jacia o corpo de Apostolo Santiago (Iria, 47)

Como se pode constatar nos exemplos, hai unidades distintas que figuran no oco funcional que lle corresponde á denominación atribuída a unha entidade e, parece que os propósitos comunicativos non son os mesmos; pero, desde o punto de vista sintáctico, o feito de que diferentes clases e/ou subclases de palabras poidan ocupar este oco funcional non supón ningún tipo de alteración no esquema sintáctico.

2.2. A entidade que asigna a ‘denominación’

O outro oco argumental que presenta certas particularidades é o que corresponde á entidade que realiza (fai) a asignación da denominación, é dicir, o elemento que, desde o punto de vista semántico, desempeña a función de axente. Para tratar de explica-las

peculiaridades deste actante, cómpre indicar que este tipo de verbos en latín se construían con dous acusativos que concordaban, e un terceiro actante que era o axente do proceso (cfr. Ernout-Thomas, 1953, pp. 35-36). É dicir, estes verbos presentaban unha construción triactancial. No galego o esquema valencial destes verbos, e concretamente o do verbo *chamar*, segue, no esencial, a tendencia latina. Isto é, seguen sendo verbos trivalentes, que presentan habitualmente estruturas triactanciais:

Et a scriptura || *Ile* chama *Eblías*, que tãto quer dizer cõmo omẽ garda de justiça || et de poboo (MS, 21)

Et ajuntou grandes cõpanas do rreyno et grandes gentes de gallegos || et d'asturãos et doutras partes, tãtas que *llj* chamaua a estoria grande oste (TCX, 27)

et chamalle *Mõysem* ño quarto capitolo do Genesis *padre dos cantadores*, ca este achou primeyram~ete a arte da musica que he arte decantar et de fazer sones (GE, 16)

Con todo, este verbo, alomenos aparentemente, parece que presenta variación valencial segundo que o verbo estea en activa, pasiva ou pronominal. Nos exemplos anteriores, as tres posicións argumentais están cubertas polos diferentes elementos lingüísticos, pero non sempre ocorre isto (nin expresamente, nin por elipse contextual) xa que, o mesmo que sucedía en latín (Gutiérrez 1986, p. 201), o lugar que se corresponde coa función sintáctica de suxeito, cando o verbo está en activa, falta con bastante frecuencia chegándose deste xeito a impersonalidade. Esta ausencia do axente exprésase habitualmente coa forma verbal en 3ª persoa de plural. Naturalmente esta tendencia dáse con tódolos verbos denominativos, pero quizais é máis habitual nuns ca noutros. Polo que se refire ó verbo *chamar* dos 104 exemplos que manexamos 54 preséntanse con esta característica:

Et mandou que *Ile* *chamases* [rey] cõmo a ele (TCX, 10)

Item o casal et herdade a que *chaman* Boanna, que he enna friigrisia de san Pedro || de Jallas, con suas pteenças suas herdades, casas et chantados, uquer que. (Universi, 261)

Et foy desta guisa: hũu conde que *chamauã* Aldaredo et outro rico ome que auia nume Preuiolo, com sete fillos seus, alçarõse cõ soberua et (TCX, 15)

Et chegou a hũu couto de Santiago que ha nome Cornell[ã]a, que jaz cabo do rrio a que *chamã* Limia (MS, 12)

Et durou esto tãto fasta que veõ o tẽpo de hum rrey a-que *chamauã* Oeta. Et este rrey avia hua filla a que *chamauã* Medea et esta Infãta Medea foy moy sabea en arte magica et detodos los encantamẽtos (HT, 17)

et *chamarõ* por ende a Caym, Caym Nod, et quer dizer tanto cõmo Caym , ou nõ esta-bele, et a esa terra esto diserõ outrosy. Et cõmoquer (GE, 13)

Et huuns dizían que *Ile* *chamases* Lugar Santo; et outros dizían Lliberum donum; et outros dizían que *Ile* *chamases* Compostela (CI, 48)

Et *chamarõ* por ende a aquel mar Alespõto que quer dizer tão cõmo o mar et Ehienle por aquela jnfãta /onde o espanto tanto quer dizer cõmo o mar de (HT, 16)

A possibilidade de que un oco valencial poida quedar libre no esquema dun determinado verbo xa fora contemplada na gramática de valencias polo propio Tesnière (1959). Esta possibilidade lévanos a considera-lo argumento correspondente ó axente como un actante facultativo. Nestes casos, en principio, non se produce unha diminución da valencia verbal, senón que o significado léxico do verbo implica un argumento que sintacticamente non se realiza. Dado que o suxeito ten carácter de obrigatoriedade (referente a través do número e persoa verbal), temos que empregar procedementos específicos de impersonalidade cando non se quere ou non se pode indica-la identidade do primeiro actante, como, por exemplo, a 3ª persoa de plural. Polo tanto, desde o punto de vista da semántica léxica o verbo *chamar* mantén a valencia cuantitativa (é dicir, é trivalente), pero sintacticamente presenta un actante menos.

A ausencia do actante (argumento) que efectúa a asignación xeneralízase cando este verbo se presenta na modalidade pasiva. No corpus que empregamos achamos 11 exemplos coa forma verbal en pasiva e en ningún deles está presente o actante que debería desempeña-la función semántica de axente:

Et dos rreys que depoys del rey dom Paayo, por este nume *forom chamados*, este foy o quarto Affonso, o Magno (TCX, 27)

A Carlos, o que *foy chamado* Caluo por sobrenome, caeu aquela partida do rreyno que e cõtra ouçient[e], do mar Ocçeano (TCX, 26)

et ora vos cõtaremos de Santiago Alffeu. Santiago Alfeu *he chamado Alfeu* a deferença d'este Santiago primeiro que se chama Zebedeu (MS, 19)

Et [e]ste *he chamado* ãno Avãgeo Santiago o Menor, et foy o primeiro bispoque ouve en Iherusalem (MS, 19)

Este Santiago *he chamado* home de luz, obrador de uerdade, et era tã santo que o omẽ que o vise cobiiçaua moyto a tajer dos fĩos da sua rroupaque tragia vestida (MS, 29)

Et por esto et porque nũca quedaua fazẽdo bẽ *era chamado* Justo, que quer dizer ome dereito (MS, 21)

De vespas que lle ende sayam, et nõ podias dela seer saõ, et por eso *era chamado* Vespasiano (MS, 36)

Et por esto os rromãos mãdarõ tirar o corpo del do rrio, et por escarnio leuarõno a Vi[e]na et alan[ç]arõno ãno Rrodo; et Vi[e]na *era chamada* en latin “via gehene” que quer dizer “carreira do inferno” (MS, 57)

Et ante que a vila fose çercada, fui demostrado por lo Spiritu Santo aos santos et aos cristiãos que morauã en Iherusalme, que se fosen d'y par hũu castelo que *he chamado* Pela, que he tras lo rrio de Jordam (MS, 37)

Das duas fillas, a primeyra que naçe *foy chamada* Casandra (CT, 230)

Et o quinto *era chamado* Troylos, et foy moy bon caualleiro et ouuo grã prez de caualaría, assý cõmo adeãt oyredes perla estoria (CT, 230)

Podemos dicir entón que este oco funcional se comporta como un complemento facultativo e, en pasiva, este verbo, non realiza sintacticamente o actante que indica o axente do proceso. Fronte a Moreno Cabrera (1987) que relega á periferia da cláusula o axente da pasiva, existe unha tendencia maioritaria a considerar un paralelismo entre a estrutura activa e a pasiva partindo dos participantes (Halliday, 1975, 170). García-Miguel (1995, p. 109) sinala que a pasiva actúa sobre predicados biactanciais e non cambia a valencia cuantitativa do verbo. Efectivamente, como sinala Suárez (1996), se aceptamos que a pasiva é a transformación dunha estrutura activa, parece difícil non considerar a existencia do axente como elemento implicado no esquema valencial. Neste sentido, non parece que lle debamos asignar unha posición especial se se acepta previamente que os elementos implicados na estrutura semántica presentan unha xerarquización. Deste xeito, na estrutura pasiva o obxecto (paciente) está na xerarquía antes có axente. Como indica García-Miguel (1995, p. 110), na pasiva o paciente pasa de ser 2º participante da activa (CD) a 1º participante (suxeito).

Por outra parte, a ausencia do axente na pasiva con *chamar* non é máis que a confirmación da tendencia que este verbo amosa na activa. As causas polas que a función semántica de axente non se cobre xeralmente neste verbo denominativo son, ó noso parecer, de índole pragmática. Neste tipo de estruturas os elementos centrais da comunicación son a denominación asignada e a entidade a que se lle asigna, pero non quen a asigna (cfr. Suárez, *op. cit.*). Parece, pois, claro que neste tipo de estruturas a mención do axente non ten moito interese e, polo tanto, ó noso modo de ver, o emprego da pasiva convértese nunha das formas lingüísticas máis adecuadas cando se quere transmitir este tipo de información.

Ata o momento describímo-las características do oco argumental que desempeña a función semántica de axente co verbo *chamar* en estruturas activas e pasivas, pero ¿que ocorre coas construcións pronominais? Polo que podemos deducir do corpus que utilizamos, o uso pronominal con este verbo denominativo na lingua medieval non é moi abundante. Non obstante, e tendo en conta que na lingua actual este tipo de construcións é bastante frecuente, cremos que pode resultar interesante tratar de describilas.

A situación destas estruturas agora é distinta. Cando fixemos referencia ós esquemas do verbo *chamar* en pasiva, concluímos que, aínda que non estaba presente o axente, o verbo deberíámolo seguir considerando triactancial no que un dos ocos funcionais, concretamente o que se corresponde coa función semántica de axente, é facultativo e, polo tanto, habitualmente non está presente (mellor dito, non ten interese desde o punto de vista informativo). Pero cando se trata destas construcións pronominais parece que si debemos falar da perda dun argumento (é dicir, neste caso presenta menos actantes que o esquema básico que tomamos como referencia. Estaríamos, como sinalou Tesnière, diante dunha construción **recesiva** (1959, p 272). Posto que a recesividade

supón a perda de alomenos un actante, parécenos importante diferencia-la diminución da valencia cuantitativa da non mención dun actante opcional e, sobre todo, da non realización dun actante que se pode identificar nun contexto mediante recursos gramaticais (García-Miguel, 1995, p. 85).

Cando se contrasta un esquema activo transitivo e a súa transformación nun esquema co verbo en forma pronominal, observamos que o proceso se presenta doutro xeito, é dicir, achámonos cun participante menos. Isto parece claro no tipo de verbos que estamos a describir. Así, o esquema ‘alguén chama a alguén /algo dalgunha maneira’ pasa a ‘alguén se chama dalgunha maneira’. Neste caso non é posible asignarlle función clausal á forma pronominal que se integra no predicado indicando (marcando), fronte á pasiva, unha organización diferente das relacións entre o predicado e os seus argumentos. Podemos dicir que as construcións pronominais enfocan o proceso desde o punto de vista do paciente e esta función semántica realízase sintacticamente como suxeito. Isto é o que ocorre nos seguintes exemplos:

Santiago Alfeu he chamado Alfeu a deferença d’este Santiago || primeiro que *se chama* Zebedeu. Et anbos tomarõ os nomes dos || padres, ca hũu *se chama* Santiago Alfeu et o outro *se chama* Santiago || Zebedeu. Et Jacobus he nome abrayquo, et en nosa lin-goajeen (MS, 19)

En conclusión, o verbo *chamar* cando aparece en construción pronominal experimenta unha redución na súa valencia que diminúe nun o número de actantes. Polo tanto, ó noso modo de ver, ó esquema trivalente activo correspóndelle, na forma pronominal, un esquema bivalente.

2.3. A entidade a quen se lle asigna a ‘denominación’

Por último, merece comentario o outro oco argumental que se corresponde coa entidade a quen se lle asigna a denominación. Cómpre indicar que este oco argumental remite a un actante que ten as características semánticas de +/- animado. Este actante está presente sempre na estrutura de tales verbos ben mediante a categoría sintáctica correspondente, de carácter nominal, ben botando man de procedementos gramaticais, como a utilización dos clíticos ou pronomes átonos.

Para describi-las particularidades deste oco argumental temos que volver facer referencia á estrutura destes verbos na lingua latina. Ocorre que esta función semántica de obxecto afectado (paciente) construíase en latín con acusativo; coa perda dos casos, a tendencia xa na lingua latina era a substitución do acusativo (referido a persoa) por un dativo ou mellor por ‘ad + acusativo’. De aí que tamén na lingua medieval achemos casos nos que o nominal vai precedido de preposición. A presenza da preposición é máis habitual naqueles casos nos que o obxecto posúe o trazo de +animado e amosa un alto grao de determinación. Así pois, este actante pode aparecer de dúas formas distintas, a saber: un nominal só, ou precedido da preposición *a*. Este uso de distintas marcas na codificación do que, polo menos aparentemente, é unha mesma relación gramatical de-

nomínase variación actancial (cfr. García-Miguel, 1985, p. 64). Na variación de marcas dos participantes no proceso imos distinguir de acordo con Bossong (1991, pp. 151-152) aquelas variacións fosilizadas que se usan mecanicamente sen excepcións relevantes³, daquelas outras que se empregan con certo grao de liberdade de elección por parte do falante. Se a variación se refire ó obxecto, Bossong chámalle “marcación variable do obxecto”.

Un exemplo deste 2º tipo de variación parece que podería se-lo emprego da preposición *a* co CDIR no galego. Na lingua actual, determinados obxectos (os pronomes persoais) esixen a marca preposicional,

Viute *a ti* no cine

noutros pódese poñer ou omitir,

ó neno vino onte // *o neno* vino onte

obedece *ó xefe* // obedece *as normas*

mentres que hai casos nos que é imposible poñe-la preposición, naturalmente coa mesma función,

Leo <i>libros</i>	*leo <i>a libros</i>
Vin <i>nenos</i>	*vin <i>a nenos</i>
Teño <i>un neno</i>	*teño <i>a un neno</i>
hai <i>un neno</i>	*hai <i>a un neno</i>
fixo <i>o traxe</i>	*fixo <i>ó traxe</i>

Vemos, pois, que a preposición é obrigatoria nun casos, pero noutros é opcional e mesmo pode estar vetada a súa presenza. Isto móstranos que o cambio de marcas non é aleatorio, senón que está relacionado con diferencias de significado que non pertencen exclusivamente ó participante afectado. Lazard (1984, pp. 271-273) sinala tres tipos de factores que poden intervir neste cambio de forma:

1) Características do predicado ou do conxunto da cláusula:

a) Clase léxica do verbo

b) Categorías gramaticais (tempo, aspecto, etc.)

2) categorías nominais

3) Estructura Informativa.

1) En relación co primeiro considera que existen clases de verbos que por diferentes razóns, entre as que estarían as de índole diacrónica, amosan unha certa tendencia a varia-la marca.

2) Este segundo factor é probablemente o tipo de variación actancial máis habitual e tamén o que máis nos interesa para este caso.

³ Un exemplo deste tipo de variación atópase non neutros latinos que posúen a mesma expresión en nominativo e acusativo. Pois ben con nomes neutros non existe a posibilidade de empregar formas significantes diferentes segundo se trate de SUX ou de CDIR.

Como é ben sabido o galego marca parte das frases nominais en función de CDIR coa preposición *a*⁴. Esta marca, sen dúbida, é moi vacilante nos textos medievais, pero xa está presente no mesmo tipo de contextos nos que con certa regularidade se presenta na lingua actual.

A preposición, aínda que non de forma obrigatoria, pode estar presente naqueles casos nos que o obxecto se caracteriza polos trazos de +animado e/ou +determinado. Son, por tanto, os factores de animación e determinación os que facilitan o emprego da preposición. Estas dúas características poden combinarse nunha única escala de maior a menor presenza da preposición:

- Pronomes de 1ª e 2ª
- Pronomes de 3ª persoa
- Definido/ Humano
- Indefinido/ non humano
- Concreto/ non contable
- Abstracto.

De acordo con esta orde, os pronomes de 1ª e 2ª persoas teñen maiores posibilidades de funcionar como axente e, polo tanto, cando se queren utilizar estes elementos como pacientes, a lingua tende a empregar construcións marcadas, neste caso mediante a preposición *a*⁵.

3) O terceiro factor que pode favorecer a variación actancial é a estrutura informativa. Esta variación estaría representada polo que se denomina ‘duplicación de complementos’; isto é, presenza simultánea dun clítico e un constituínte nominal en concordancia con el. A tematización do obxecto é, sen dúbida, un dos factores máis importantes para a ‘duplicación dos complementos’, pero tamén inflúe, o noso modo de ver, nun uso máis habitual da preposición *a*.

Ben, pois, volvendo ó verbo que estamos a describir, constatamos que a preposición está presente en moitos exemplos que teñen os trazos de +humano e +determinado:

Andados tres anos do rreynado del rey dom Ordono, hũu cabedel dos mouros que fora do linagẽ dos godos, *a que* chamauã[en] arauygo Muça Abencaçim, alcouse contra Mahomat, aquel reyde Cord[o]ua (TCX, 19)

Et durou esto tão fasto que veõ o tẽpo de hum rrey *a-que* chamauã Oeta. Et este rrey avia hua filla *a que* chamauã Medea (HT, 17)

et chamarõ por ende *a Caym*, Caym Nod, et quer dizer tanto cõmo Caym , ou nõ esta-bele, et a esa terra esto diserõ outrosy (GE, 13).

⁴ Para ve-la utilización da preposición *a* co CDIR desde a Idade Media ata a lingua actual pode consultarse o noso traballo *O Complemento directo con preposición a no galego*, Anexo 36 de *Verba*, 1993.

⁵ Os datos que achamos na lingua medieval indicannos que esta afirmación é válida. Desde os primeiros textos (Os Cancioneiros) achamos, aínda que cunhas frecuencias moi baixas, exemplos de CDIR (pronomes persoais) con preposición (Cfr. López Martínez, *op. cit.* 1993).

pero tamén a atopamos naqueles casos nos que o obxecto non ten o trazo de +animado:

et chegou a hũu couth de Santiago que ha nome Cornell[ã]a, que jaz cabo do rrio *a que* chamã Limia; et pousou en casa de hũu laurador que avia nome Agomiño, et jouve y moyto doente trres dias (MS, 12)

Et chamarõ por ende *a aquel mar* Alespõto que quer dizer tãto cõmo o mar et Ehienle por aquela jnfãta /onde o espanto tanto quer dizer cõmo o mar de (HT, 16).

Se observámo-la forma do clítico que nos serve para identifica-lo actante cando non está presente o constituínte nominal que debería ocupar ese oco funcional, comprobamos que maioritariamente este elemento presenta a forma derivada de dativo (neste corpus achamos 25 con dativo). Coma nos exemplos anteriores, o referente nominal do clítico na maior parte dos casos non posúe o trazo de +animado (só o primeiro posúe esta característica) e, sen embargo, a forma do átono empregada é a derivada de dativo,

E cousa tan desguisada: || des que ora foi casada, || chaman-*lle* Dona Maria. || || D' al and' ora mais nojado, (LP, 9,2, 101)

Et huuns dizían que *lle* chamasen Lugar Santo; et outros dizían Lliberum donum; et outros dizían que *lle* chamasen Compostela (CI ,48)

chamou seus sabedores ante si et preguntoules como chamaría a ese lugar. Et alguuns dezían que *lle* chamase Iria, por Iriem, que a senoriaba o dito; et outros dizían que *lle* chamase Ilia, por la filla do príncipe, rey troyano, quo primeiramente probara (CI, 35)

unicamente en tres exemplos a forma do clítico é a derivada de acusativo, pero só nun caso o referente do clítico ten o trazo de +humano,

e o Demo cedo tome, || quis-*la* chamar per seu nome || e chamou-*lle* Dona Ousenda (LP, 9,2, 101)

nos outros dous o elemento ó que se refire caracterízase por ser -animado,

Et Locario mudou o nume [a] aquela terra et chamoua de seu nume || meesmo Loncargia (TCX 26)

tomou o sabeo que a estoria cõposo este nome 'napta' et ajunto o a Argo que chamã a a nave et fezo ende este nome 'argonapta' Et asi *a* chama a estoria (HT, 19).

Despois destes datos cabe facerse a seguinte pregunta ¿a función sintáctica que des-empaña a entidade a quen se asigna a denominación é a de CDIR ou a de CIND?

A resposta non parece fácil, Busse-Vilela (1986, p. 36) considera que no portugués existe unha alternancia entre as ocorrencias de CDIR e CIND. Efectivamente, na lingua medieval galega é posible que exista vacilación na codificación da expresión desta función sintáctica, pero cremos que non se pode falar de dous esquemas sintácticos distin-

tos. O que si parece claro é que, desde a lingua medieval, e aínda na actual, este verbo tende a marcar a función de obxecto coa preposición *a* e a pronominalizala coa forma derivada de dativo, e isto con independencia de que o referente do obxecto teña o trazo de +animado.

Quizais esta tendencia estea relacionada coas características semántico-sintácticas da función de predicativo. Na maior parte dos casos este oco funcional está desempeñado por un nome propio de persoa ou xeográfico, ou por un nome común, en moitos casos precedido de artigo. A necesidade de diferenciar na expresión estas dúas funcións podería se-la razón da presenza da preposición *a*. Se esta fora a xustificación poderíamos dicir que a función sintáctica é a de CD. Esta afirmación estaría apoiada pola posibilidade de transformación pasiva, onde ese obxecto pasa a te-la función de suxeito. En cambio, a interpretación como CIND estaría fundada nunha pronominalización maioritaria coa forma de dativo e unha presenza importante da preposición *a*.

BIBLIOGRAFÍA

a) Corpus analizado

CI = *Corónica de Santa Maria de Iria*, ed. de J. Carro García, Cuadernos de Estudios Gallegos, anexo 5, Santiago de Compostela, 1951, 31-59.

Clargale = *História do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XII ao século XVI* (com referência á situación do galego moderno), ed. de Clarinda de Azevedo Maia, Coimbra, I.N.I.C., 1986.

CT = *Crónica Troiana*, ed. de R. Lorenzo, disposta pola Real Academia Galega, A Coruña, Fundación Barrié de la Maza, 1985, pp. 215-236.

Devanceiros = *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, ed. de X. Ferro Couselo, 2 vols., Vigo, Galaxia, 1967.

GE = *General Estoria (versión gallega del siglo XIV)*, ed. de R. Martínez López, Universidad de Oviedo, 1963, pp. 3-22.

HT = *Historia Troyana*, ed. K. M. Parker, Santiago de Compostela, CSIC (Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos), 1975, 7-20.

LP= Brea López, M., (coord.), *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, 2 vols., Santiago de Compostela, Publicacións do Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias "Ramón Piñeiro", 1997, pp. 73-126.

MS = *Mirages de Santiago*, ed. de J. L. Pensado, Madrid, RFE, anexo 68, 1958, pp. 1-60.

Oseira = *La colección diplomática de Santa María de Oseira (1025-1310)*, ed. de M. Román Martínez, 3 vols., Santiago de Compostela, Tórculo Edicións (1989, 1989, 1993).

TCX = *La Traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, ed. de R. Lorenzo, Ourense, Instituto de Estudios Orensanos, T. I, 1975; II, 1977, pp. 3-30.

TextArca = *Textos arcaicos*, ed. de J. L. de Vasconcelos, Lisboa, Livraria Clássica, 5º ed., 1970, pp. 105-113.

Universi = *Fontes documentais da Univerisade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie Bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237-15370)*, ed. M. Lucas Álvarez e M. J. Justo Martín, Edición diplomática, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1991.

b) Referencias bibliográficas

- Bosson, G., “Differential Object Marking in Romance and Beyond”, en D. Wanner & D. A. Kibbee (eds.), *New Analyses in Romance Linguistics*, Amsterdam, Jhon Benjamins, 1991, pp. 143-170.
- Busse, W. & Vilela, M., *Gramática de Valências*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986.
- Ernout, A. & Thomas, F., *Syntaxe Latine*, París, Klincksieck, 1953.
- García-Miguel, J. M., *Las relaciones gramaticales entre predicado y participantes*, Lalia, Serie Maior 2, Universidade de Santiago de Compostela, 1995.
- Gutiérrez Ordóñez, S., *Variaciones sobre la atribución*, Contextos nº 5, Universidad de León, 1986.
- Halliday, M. A. K., “Language structure and language function”, en J. Lyons (ed.), *New horizons in linguistics*, Penguin, 1970. Cito pola traducción española *Nuevos horizontes de la lingüística*, Madrid, Alianza, 1975, pp. 140-165.
- Lazard, G., “Actance variations and categories of object”, en F. Plank (ed.), *Objects. Towards a Theory of Grammatical relations*, London, Academic Press, 1984, pp. 369-292.
- López Martínez, M. S., *O complemento directo con preposición a no galego*, Verba anexo 36, Universidade de Santiago de Compostela, 1993.
- Moreno Cabrera, J. C., *Fundamentos de sintaxis general*, Madrid, Síntesis, 1987.
- Penadés Martínez, I., *Esquemas sintáctico-semánticos de los verbos atributivos del española*, Madrid, Universidad de Alcalá, 1994.
- Suárez Fernández, M., “Estudio valencial de los verbos denominativos en castellano medieval”, *Moenia* 1, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, pp. 383-409.
- Tesnière, L., *Éléments de syntaxe structurale*, París, Klincksieck, 1959.

OS SUFIXOS NOMINAIS NA *CRÓNICA TROIANA*

M^a Liliana Martínez Calvo

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUCCIÓN

Antes de nada, debemos aclarar un pouco o título que aparece na documentación: “Derivación nominal no galego medieval”. Foi un recurso de urxencia ó que botamos man á hora de inscribi-lo presente traballo. É indubidable que non é posible, nun espazo tan curto, facer unha abordaxe seria da derivación nominal nunha sincronía tan ampla como é a medieval. Por esta razón é a nosa obriga especifica-lo noso campo de traballo para evitar confusións.

Na presente comunicación ímonos ocupar da sufixación nominal nunha obra concreta. Centrémonos nun estudio pormenorizado da “Crónica Troiana”, obra en prosa do século XIV, que foi escollida por se-lo manuscrito máis fiable co que contamos hoxe.

Nun primeiro paso, elaboramos unha listaxe de tódalas unidades nominais existentes no texto, eliminando tódolos verbos, adverbios, preposicións e conxuncións. Nunha segunda volta, fomos eliminando tódalas unidades que non tiñan carácter derivado, quedando só coas unidades nominais derivadas independentemente da base sobre a que foron creadas. Sen embargo, aínda tivemos que facer unha última escolla, dado o grande número de unidades e a imposibilidade de facer un estudio axeitado de todas. Por iso, o noso traballo baseouse nun corpus formado por tódolos substantivos derivados, deixando os adxectivos.

Unha vez que tiñamos perfilado o noso corpo de estudio; comezámo-lo labor, tendo que delimitar qué bases e qué sufixos admiten e a súa significación posterior. Servíndonos dos datos recollidos perfilamos cales son os cambios máis significativos respecto ós sufixos derivativos do galego actual. Deste xeito, fixemos dous apartados: un facendo referencia ós sufixos que se manteñen na actualidade e ás súas peculiaridades. E outro, atendendo a aquelas unidades que non temos na actualidade, mencionando o seu significado, as bases ás que se aplican e os seus paralelos na sincronía actual.

A seguir imos facer referencia, nunha breve exposición, ós sufixos nominais que atopamos nesta obra, e que perduran no galego de hoxe. Destes sufixos só nos referimos a aqueles que, polas súas peculiaridades respecto á base, ou cando as diferencias existentes entre estes sufixos no século XIV e a actualidade sexan realmente significativas. Por esta mesma razón, pódese botar en falta algún que outro sufixo, ó que non facemos referencia, non por carecer de importancia; senón porque a súa produtividade é semellante á actual ou, simplemente, por non ter características propias pertinentes e significativas para incluílo neste breve esbozo.

2.1. Nominalización deverbais

Comezámolo noso camiño falando da *nominalización deverbais*. Un dos procedementos de formación de palabras máis productivos no galego da “Crónica”. Son aqueles substantivos que teñen como base de formación un verbo. Os sufixos máis interesantes son:

- (a)nça, - (e)nça, - (j)nça

Sufixo nominal que sobre bases verbais crea substantivos de tipo abstracto. Os posibles alomorfos deste sufixo sempre están ligados ás diferentes conjugacións dos verbos que serven de base; posto que a única variación é a vocal temática dos verbos base da formación. O seu significado é o de “actitude ou estado adquirido pola acción da base verbal”.

No galego actual obsérvase a supervivencia do sufixo **-nza**, como sufixo de carácter popular, ó par, do sufixo **-ncia** sufixo de tipo culto, deste sufixo non temos recollidos exemplos na obra.

A única referencia que debemos indicar é a da serie de palabras derivadas mediante este sufixo que hoxe optan por outro tipo de sufixación. É o caso de:

Estremaça co significado de “similitude”, “semellanza”.

Et cõmoquer que anbos se semellassen auja entre elles hũa *estremãça*, ca Deífebus era bon caualleyro d’armas (CT., 76, 274)¹.

Firmãça co significado de “producto de asinar algo”.

Dizédelles de m̃j aparte que paz, nẽ pleito, nẽ *firmãça*, nõ auerán elles cõmjgo· (CT. 101, 293)

Rrenẽbrãça equivalendo a “lembanza”.

et en nehũ tenpo do mũdo nõca será feyta de nõs *rrenẽbrãça* que nossa onrra fosse, se este feyto nõ acabasemos (CT. 153, 376)

¹ Para os exemplos indicaremos que as referencias se deben interpretar do seguinte xeito: CT. equivale a Crónica Troiana, a continuación nomeámolo capítulo e a páxina.

Dultãça o actual “dúbida”, sobre un primitivo “dultar”.

erã tã bõas et tã fortes que de ñ hũ enperador nõ auerýan *dultãça*, por poderoso que fosse (CT. 13, 231)

Deteẽça equivalendo a “parada”.

Et tãtas erã y as feguras dos ueados et as outras marauillas que sería grã *deteẽça* de as cõtar todas (CT. 208, 437)

Perlongança por “prolongación”.

Agora nõ aia y mays *perlongança*, mays dádeme mil caualeyros pera rrefrescar nossas azes (CT. 138, 356)

Perdoança por “perda” ou “derrota”.

Pois rrogarõ muyto por Elena, que ouuese *perdoança* co õs gregos et cõ seu marido” (CT. 405, 644)

Maaestança e *Bõaestança* son dúas palabras compostas plenamente integradas na lingua por “inconveniente” e “prestancia”.

Seería rretraúdo pera senpre por esta rrazõ et porla (a) *maaestança* que fezera (CT. 500, 730)

Et esto lles he *bõaestança*, que cõ a grã coyta que ven ao home, ou cõ gerra, ou cõ proueza, ou desonrramento, lle poden coñoscer pera quanto he, ou quanto ual, ou se he boõ, ou se he mao (CT. 52, 263)

Dentro deste grupo é digno de mención, o termo *omildança*. Onde temos unha aplicación, non abundante, posto que a base de formación é un adxectivo e non un verbo, que é o máis habitual nesta obra. O termo usado hoxe é “humildade”.

Achiles fezo logo escriuir todo quanto lle aquel deus ouuo dito, et, cõ grãde *omildança*, foy ficar os gãollos ante o altar (CT. 90, 283)

-dura

Aplicado sobre bases verbais co significado do resultado da acción verbal ou efecto da mesma. Este sufixo permanece na lingua actual, cun significado análogo; pero diremos que se reduce o campo de aplicación. Na “Crónica” observamos que é un sufixo altamente productivo. Un exemplo de cambio é:

Debuxadura equivale, no texto, ó actual “escultura”.

“Et ñno mũdo nõ fuj *debuxadura*, nẽ obra que en p(r)intura podese seer lavrada que alý nõ fose” (CT. 350, 582)

-mento

Neste apartado non podemos deixar de mencionar un dos sufixos máis productivos nesta obra. Este sufixo crea substantivos de tipo abstracto, sobre unha base verbal. A súa significación é a de “efecto ou consecuencia da acción indicada pola base”.

Se é certa a supervivencia do devandito sufixo na lingua actual; sen embargo, cómpre sinala-los exemplos máis salientables.

Falimento. Sobre unha base verbal “falir” que significa “faltar”. Deste termo temos que dicir a non permanencia do substantivo na lingua actual. Posto que, o verbo base xa comezaba a escasear no seu uso no século XIV e tamén os seus derivados.

“Et eu sey ben que os deuses nos dyrá verdade sen *falimento*, ca el he de moy bon cõssello” (CT. 89, 283)

Acapelamento. Termo curioso que ten o significado “combate”, “enfrentamento” ou “matanza”. Formado sobre unha base verbal “acapelar”; tanto o termo estudiado coma a base da que se forma non pervive no galego. Aínda que si atopámo-lo termo en portugués co significado, entre outros, de “axitación no mar”, que sería o máis achegado ó que atopamos no medieval.

“desý ajuntárõse todos, el alý sse cõmeçou hũ *acapelamento* tã cru et tã sen piadade que esto sería hũa gran maravilla de contar”. (CT. 288, 519)

Esmayamento. Debemos indicar que sobre a base “esmayar”, o termo máis antigo, fórmase este substantivo abstracto. Aínda que, xa no século XIV, aparece o verbo “desmayar”, termo que perdura ata hoxe. Cómpre mencionar que o substantivo sinalado non aparece hoxe, nin baixo a base estudada, nin baixo a base máis moderna, prefírense vocábulos coma “desmaio”.

“Et tomarõ tã grande *esmayamento* que cousa ño mũdo nõ podiã entender, et ia qui-riã leyxar o cãpo et desanpararse”. (CT. 328, 563)

Basteçemento. Só temos que dicir que o verbo sobre o que se forma o substantivo, a partir do século XVI vese incrementado no radical polo prefixo *a-*: *abasteçer* e tódolos derivados presentes na actualidade fórmanse a partir dese verbo. De aí, que hoxe só atopémo-lo termo: *abastecemento*.

“Pero sua entẽçõ he que nós que comamos et guastemos tódaslas cousas do *basteçemento* que tẽemos et perlo que deuemos gorir” (CT. 188, 410)

Enpeesçemento. Formado sobre o verbo “enpeeçer”, debemos indicar que é unha palabra que non aparece na lingua actual. Sinalaremos que non aparece hoxe este substantivo; aínda que si conservámo-lo verbo “empecer” co significado “obstaculizar”.

“Et por esto lles nõ uõ *enpeesçemento*, senõ os ollos anbos (que) lle quebrará ña ca-beça”. (CT. 411, 650)

Afazemento. Creado sobre unha base “afazer”, verbo común no ámbito medieval e tamén no actual. Pero o que debemos mencionar deste termo é que no século XIV ten un significado especial que é o de “arrimo” ou “amizade”. E así o temos no texto.

“Et dizado de hũ el do al que falarõ tã grã *afazemento* entre sy”. (CT. 93, 284)

Corregemento. O verbo “correger” ten o significado “emendarse”. Esta palabra non se conserva, senón que se prefire termos como “correctivo” ou “emenda”.

“Et se nós depoys por ende llo fizemos, ¿que *corregemento* á auer, senó a que faz mal, fazerlle outro?”. (CT. 22, 238)

-dor

A continuación imos estudar un dos sufixos máis rendibles nesta obra, se nos atemos a aqueles sufixos creadores de nomes de oficio ou tamén, cunha 2ª acepción: o axente da acción que indica a base sobre o que se fai a palabra derivada. Seguindo a nosa tónica faremos un breve comentario sobre os casos máis rechamantes, xa que se trata dunha unidade en plena vixencia na lingua actual.

Posfaçador. Sobre unha base verbal “posfaçar” que significa “falar mal de alguén ou inxuriar”, fórmase este substantivo que designa a aquel que se dedica a inxuriar, ou sexa, un inxuriador.

“Et nõ era escarnidor, nõ uilão, nõ *posfaçador*, segun entedj per Dayres” (CT. 75, 274)

2.2. Denominais

Nun segundo punto deste apartado imos tratar dos *denominais*. Como xa sabemos son os substantivos formados a partir de substantivos. Aqueles sufixos que nos chaman máis a atención son:

-ada

É un sufixo que ten significacións múltiples. Cinguirémonos ó estudio deste sufixo cando produce substantivos, co significado “golpe producido” polo termo que funciona coma base.

Temos que falar do termo *azcũada*, onde o sufixo indica, como xa dixemos, “golpe dado polo instrumento de base” neste caso a *azcũã*, trátase dunha arma da época, vocábulo inexistente hoxe. Pero, mantense en apelidos como “Azconada”.

“Que ouuo duas *azcũadas* e tres espadadas perla cabeça” (CT. 253, 483)

-eyra

Sufixo formador de substantivos (entre outras unidades) a partir de distintas bases. Neste apartado faremos mención ós substantivos produto deste sufixo, pero tendo como base outro substantivo. O máis significativo son os termos:

Gorgeyra. Substantivo que designaba a “peza da armadura militar que, a xeito de collar, rodeaba a gorxa”. Esta palabra na lingua actual mantense; pero cun significado especializado “pelello que lles colga a algúns animais por debaixo do pescozo”. Este sufixo, tanto na obra como na actualidade, ten un significado localizador con valor espacial.

“Et desí tomouo perlo auantal da *gorgeyra* porlo leuar preso, mais nõ podo” (CT. 379, 620)

Espaldeira. Sobre unha base substantiva “espalda” créase este substantivo; pero o que debemos sinalar é o significado que nesta altura adoptou o termo. O sufixo achega o contido locativo xa sabido; sen embargo, o máis rechamante é que a palabra non se refire ó lugar onde pousámo-las costas, senón á cabeceira da cama.

“Mays iazia acostado en hũ leyto [...] as *espaldeiras* erã dun oso moy preçado de prez, de que muyto fala Paltó en seus livros” (CT. 243, 470)

Outro significado que adopta este sufixo é o de “lugar ou obxecto onde se garda ou se usa algo”, un exemplo deste tipo que non pervive no galego de hoxe é o termo *sae-teyra*: receptáculo onde se disparaban as setas “proxectil que arrebola a besta”.

“Et os portaes erã fortes, et as entradas auesas, et as *sae-teyras* moytas, et as arquetas moytas et de moytas guisas et per çima dos andámeos” (CT. 361, 596)

-al

O sufixo nesta sincronía ten dous valores, como unidade creadora de substantivos, que son os seguintes:

Aparece co valor ou indicador de “lugar onde abunda algo”: *Maçãal*, neste caso témo-lo lugar onde hai “maceiras”; pero formado sobre o substantivo “mazán” de carácter dialectal actualmente.

“Et uirõ seer el rrey aa soõbra de hũ *maçãal*” (CT. 20, 237)

O sufixo forma substantivos que designan partes concretas da armadura militar: *braçal*, *uisal*, *uãtal*, *auãtal*. Do que deducimos que o valor do sufixo é locativo, o lugar onde se sitúa a peza en concreto. Son termos non conservados hoxe.

“Et Neutélamos fereu el Rrey Serpedóm per lo escudo, so o *braçal*, en guisa que o fendeu, mays a loriga era moy bõa e nõna rronpeu” (CT. 252, 482)

“Et deulle hũa tã grã ferida ãno rrosto cõ hũ trançõ de lança que tragía que lle pregou o *uisal* do elmo cõ os narizes et lle fezo longe correr o sange” (CT. 134, 351)

“Et foy dar a el rrey Cástor hũa lançada, et falsoulle o escudo da outra parte et o *uãtal* da loriga” (CT. 6, 223)

2.2.1. Sufixos apreciativos

O conxunto de *sufixos apreciativos* alteran semanticamente a base dun modo subxectivo emocional; pero sen cambia-la súa categoría gramatical. Subdivídense en diminutivos con idea de diminución e afectividade; e os aumentativos que, á parte da idea de maior dimensión, tamén poden ter un valor despectivo.

Ben, na “Crónica Troiana” aparecen sufixos apreciativos tanto diminutivos como aumentativos. Se ben, non son moi frecuentes, na súa maioría temos que falar do seu uso lexicalizado, onde o valor subxectivo se vai perdendo. Ímonos ocupar deste tipo de substantivos.

-ete, -eta

Son ámbolos dous sufixos diminutivos, que nalgúns casos poden ter valor despectivo. Como xa dixemos aplicanse a base nominais. Pero os casos máis significativos nesta obra son aqueles onde o sufixo nin ten valor despectivo, nin forma substantivos coa noción de diminución de tamaño. Son casos de lexicalizacións.

Os exemplos ós que nos referimos son os seguintes:

Caseta co significado de “urna”

“Desí collerō a çijnsa del, el guardārōna muy bem et moyto honrradament en hũa *caseta* d’ouro muy rica et moy noble que acharã ãno tesouro del rrey Priamo”. (CT. 447, 680)

Arqueta ten dous significados diferentes “arca pequena”, o sufixo ten valor diminutivo. Pero o outro, que é o máis sorprendente, é o de “pequena plataforma do alto da torre”.

“Mays en aquesta porta ño auja cubo, ñe balcō ñe *arqueta*, mays auja y moy grãdes torres”. (CT. 120, 317)

Cubete ten a significación de “torre circular da fortaleza”.

“Et sabede que en todo o muro ño ouuo y torre ñe *cubete* ñe arca hũu algũ home podesse estar lidando en que ño estouesse syna ou pendón de fêuera cō bandas d’ouro”. (CT. 120, 316)

Destas unidades cómpre sinala-lo seu uso xa lexicalizado no século XIV e que, nalgúns casos, aínda se mantén hoxe. En claro contraste con termos como “leonçetes”, onde o sufixo achega un palpable valor diminutivo.

“Et o escudo que leuaua auia o cãpo d’ouro et dous *leonçetes* de uis”. (CT. 379, 614)

-jñas

Estamos ante un dos sufixos diminutivos máis coñecidos e tamén máis estudados no galego.

Capeljñas. Ten o significado de peza da armadura que protexe a cabeza. Onde podemos observar que o sufixo non ten a noción de diminución de tamaño.

“Et depouys que forō todos ajuntados, dérōsse tãtas feridas de lanças e de espadas per los escudos et per cima das *capeljñas* que tragiã” (CT. 127, 331)

Por outra banda, témo-los sufixos aumentativos. Neste caso debemos falar dun sufixo que non só ten valor aumentativo; senón que ó igual que o caso dos diminutivos está lexicalizado.

-om

É un sufixo que podemos considerar aumentativo, nunha das súas posibles significacións. Pero, tamén ten outro significado, que é o de crear substantivos que designan obxectos. No exemplo estudado temos estas dúas vertentes:

Trançom. É un caso paradigmático do dito anteriormente. Posto que, ten valor aumentativo e, á vez, designa un obxecto “unha parte da lanza”. Hai que mencionar que témo-la noción de aumento de tamaño; posto que, se trata dunha tranca de maior tamaño; pero, por outro lado, designa un obxecto concreto.

“El foj morto, quando o trançom da lança fuy fora del” (CT. 279, 509)

-eio

Temos, cando menos, que facer un breve comentario sobre este sufixo no termo *rapazeio*, onde o sufixo non pode ter outro valor que non sexa apreciativo. A base “rapaz” durante toda a Idade Media tiña carácter despectivo cando facía referencia á noción de “mozo novo”. Sen embargo, a partir do século XIV esta noción vaise perdendo, aparecendo as primeiras documentacións na Crónica. Deste modo, marcan o termo despectivo mediante a sufixación. Véxase o contraste:

“Et o *rapazeio* tomaua sua pelota ãno mão et estaua quedo” (CT. 210, 441)

“Et da outra parte en dereyto estaua hũ rrapaz pequeno, posto per encâtamento et leuãtado en pe” (CT. 210, 440)

2.2.2 Acumulación de sufixos

-illon

O que temos aquí é a amálgama de dous sufixos, que semanticamente son contradictorios. Isto é ó que nos referimos, por unha banda, o sufixo diminutivo *-ill-*, e pola outra, a unidade aumentativa *-om*. É unha combinación que non é abundante no texto, onde tan só temos un exemplo; do mesmo modo no galego actual tamén son exemplos limitados. Na obra aparece o termo *tendillón* co significado dunha tenda do campo de batalla de certo tamaño.

“Et Diomedes foy cõ ela ata que desçeiu en hũ *tendillón* moy rrico” (CT. 203, 425)

2.3. Substantivos deadxectivais

Atendendo o tipo de base sobre a que se aplican os distintos sufixos, falaremos dos *substantivos deadxectivais*. Son aquelas unidades derivadas que toman como base de formación un adxectivo.

-ia

Nesta obra esta unidade adopta o significado ou, mellor dito, a capacidade de formar substantivos abstractos sobre unha base adxectiva, indicando unha calidade. É significativo o caso:

Peoría. Termo pouco usual na lingua actual. Sendo daquela, o antónimo de “mello-ría”. Este termo non existe hoxe, utilizando no seu sitio termos como “empeoramento”.

“Et nõ sabía a qual parte uoluessen, et andauã ja a moy grã *peoría*, et sofríã moyto mal” (CT. 116, 309)

-ũe

Partícula derivativa formadora de substantivos abstractos, sobre bases adxectivas. A productividade na obra deste sufixo é limitada; reducíndose a catro aparicións na totalidade do libro. Sen embargo, temos que facer referencia ó seguinte termo:

Firmedũe. Termo, practicamente descoñecido no galego actual, sendo substituído polo termo “firmeza”. Polo que nos atrevemos a aventurar que a escasa productividade no galego medieval, e sempre á luz dos datos que proporciona esta obra, ten continuidade ata hoxe.

“Et porrá cõtigo et cõ os teus grã segurãça et grãd amor et grã *firmedũe*” (CT. 100, 292)

3. SUFÍXOS MEDIEVAIS QUE NON PERDURARON NO GALEGO ACTUAL

Chegados a este punto, temos que comentar aquelas palabras ou termos derivados mediante sufixos que non pasaron á lingua actual. Non podemos ser categóricos, porque non é aquí o lugar nin o momento. Nin tampouco, xa o anticipamos, imos facer grandes descubrimentos; xa que o corpo de estudio é limitado.

Pois ben, nesta obra atopamos un par de sufixos, que se ben gardan unha relación estreita cos sufixos xa comentados; teñen a característica de non persistir na actualidade.

-içe

É un sufixo derivativo, que se aplica a adxectivos e forma substantivos de carácter abstracto. O seu significado é o de establecer unha relación entre a base e a palabra derivada. Nesta obra, non podemos dicir que sexa moi rendible, posto que só temos dous exemplos e unha posible variante.

Sandiçe e *sandeçe* equivalendo ó termo do galego de hoxe “sandez”.

“Quen te mādou que tã grande atrevemento fezesses et tã grã *sandiçe*” (CT. 23, 239)

Couardiçe. Sobre este último exemplo debemos dicir que sobreviviu no portugués xunto co termo “covardia”. Na actualidade no galego só témo-la palabra “covardía” para designar este concepto.

“Et deriã que esto nõ o leixaramos de fazer senõ cõ *couardiçe* et cõ medo” (CT. 164, 389)

-il

Ante este sufixo o oínte ou lector diranos que non ten sentido a súa aparición neste apartado; porque aínda ten vixencia no sistema lingüístico actual. Non vai desencamiñada esta obxección. Este sufixo mantense co significado de “aspecto propio de...” p. ex. “xuvénil” ou tamén cun claro matiz despectivo como é o caso de “sonetil”.

Sen embargo no texto témo-lo termo *pontil*. Termo derivado do substantivo “ponta”, facendo referencia a unha parte do carro. Co cal, o sufixo ten un valor localizador inicialmente; aínda que ligado tamén á acepción de “aspecto propio de...”

“Et por seer mays preçado auja as rrodas todas pregadas en derredor de belmazes, cõ chapas d’ouro ben feytas et ben obradas, et auja o eixo et o *pontil* et todo o al de mar-fil” (CT. 121, 320)

BIBLIOGRAFÍA

- Álvarez, R. et alii, *Gramática galega*, Vigo, Galaxia, 1993³.
- Castro Macía, L., *Diccionario xerais de sinónimos*, Vigo, Xerais, 1995.
- Costa, J. Almeida e A. Sampaio e Melo, *Dicionário da língua portuguesa*, Porto, Porto Ed., 1983⁵.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986².
- García de Diego, V., *Diccionario etimológico español e hispánico*, Madrid, Espasa-Calpe, 1985².
- González Fernández, I., *Sufijos nominales en el gallego actual*, en Verba anexo 11, Santiago, USC, 1978.
- Lang, M.F., *Formación de palabras en español*, Madrid, Cátedra, 1992.
- Lorenzo, R. (ed.), *La traducción gallega de la Crónica general y de la Crónica de Castilla, T. II*, Ourense, Instituto de estudios orensanos “Padre Feijoo”, 1977.
- Lorenzo, R. (ed.), *Crónica troiana*, A Coruña, Fundación Barrié de La Maza disposta pola Real Academia Galega, 1985.
- Machado, J.P., *Dicionário Etimológico da Língua com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1977³.
- Magne, A. (ed.), *A demanda do Santo Graal, T. III* (glossário), Rio de Janeiro, Instituto nacional do livro-Imprensa Nacional, 1944.
- Michaëlis de Vasconcelos, C., *Glossário do Cancioneiro de Ajuda*, separata da *Revista Lusitana* vol. XXII, Lisboa, Clásica Editora, 1921, pp. 1-95
- Monteagudo Romero, H. e García Cancela X. (coords.), *Diccionario normativo Galego-Castelán*, Vigo, Galaxia, 1988.
- Parker, K.M., *Vocabulario de la Crónica Troyana*, Salamanca, Acta Salmanticensia, IVSSV senatus, Universitatis, 1958.
- Pena, J., “La palabra: estructura y procesos morfológicos”, *Verba* 18, 1991, pp. 69-128.
- RAG e ILG, *Vocabulario ortográfico da lingua galega* (Versión provisional), [1989].
- Rodrigues Lapa, M., *Vocabulário galego-português, extraído da edição crítica das “Cantigas d’escarnho e de mal dizer”*, Vigo, Galaxia, 1970.
- Seco, M., *Gramática esencial del español. Introducción al estudio de la lengua*, Madrid, Espasa-Calpe, 1989.
- Väänänen, V., *Introducción al latín vulgar*, Madrid, Gredos, 1988³.
- Varela, S., *La formación de palabras*, Madrid, Taurus, 1993.

OS SUFIXOS VERBAIS NA *CRÓNICA TROIANA*¹

M^a Esther Martínez Eiras

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

Neste traballo trato de facer un estudio do proceso de sufixación verbal no galego desta obra medieval do s. XIV: a *Crónica Troiana*. Escollín esta e non outra por ser a máis fiable de todo canto temos da época medieval, ademais da súa riqueza lingüística.

Así, unha vez feito un estudio exhaustivo das formas verbais derivadas, puiden chegar a unhas conclusións que, xunto con posteriores estudos do resto das obras medievais, poderanse facer xerais á lingua do medievo.

O método de traballo foi o seguinte: partindo dun listado de tódolos verbos que aparecen na obra, quedei tan só con aqueles que eran verbos derivados a través de sufixos. Nun seguinte paso eliminei aqueles verbos xa con derivación no latín, ex. APPARICULARE (aparellar), SIGNIFICARE (significar). Derivados ben no latín clásico ou no latín tardío sempre e cando a forma estea documentada na época latina, quedando só coas formas de creación romance. Chegando así ó corpus final co que fixen a clasificación que máis adiante presento.

Distinguírei dous grandes apartados segundo o tipo de derivación ó que a forma é sometida: un apartado referente á derivación inmediata e outro á derivación mediata.

Falo de derivación inmediata cando o que actúa como factor derivativo non é un sufixo propiamente dito, senón que é un morfema obrigatorio (a vocal temática) ex. ‘cobizar’ (cobiza), ‘casar’ (casa), etc.

Pola contra estamos ante un caso de derivación mediata cando a desinencia verbal é precedida por un sufixo ex. ‘guerrear’ (guerra), ‘ennobrecer’ (nobre).

Fago esta diferenciación por unha razón moi sinxela; nunha primeira ollada pódese observar que un elevadísimo tanto por cento das formas derivadas pertencen a ese grupo de verbos derivados a través da vocal temática, polo que é interesante facer un estudio

¹ Este relatorio foi feito no marco do proxecto de Gramática Histórica que se desenvolve no Instituto da Lingua Galega gracias á subvención da Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellería de Educación da Xunta de Galicia.

específico das mesmas. No segundo grupo vai o resto das formas divididas segundo sexa pertinente.

Por outra parte dentro de cada un dos grupos hai que ter en conta a diferenza entre formas simples, é dicir, a derivación dáse tan só por medio dun sufixo, e formas parasintéticas onde hai prefixación e sufixación á vez.

Antes de comezar co estudio dos sufixos paréceme importante falar brevemente do tema da parasíntese.

Xeralmente defínese a parasíntese como, un tipo de derivación por medio do que se forma unha nova unidade léxica pola aglutinación simultánea ó radical dun prefixo e un sufixo, ex. ‘entristecer’ (triste).

A discusión xorde cando se quere estruturar unha palabra parasintética. Non habería problema estrutural se falasemos, dun só constituínte, serían palabras con entrada no dicionario básico da lingua. Como a situación non é esta, temos que decidir por unha das posibles opcións.

Das propostas que se deron quedo coa que considera tres constituíntes na análise destas formas: un prefixo, unha base e un sufixo. ex. ‘enverdecer’ (verde). Esta é a solución que propón, entre outros, o profesor S. Alcoba Rueda (1987: 245-68).

1. DERIVACIÓN INMEDIATA

Como xa mencionei na introducción, fálase de derivación inmediata cando é a desinencia verbal (a vocal temática) o elemento de derivación.

Pódese dicir que a derivación a través da vocal temática *-a-* é con moita diferenza a máis productiva. Dende a época latina o número de verbos derivados en *-a-* é moi superior ó total dos restantes verbos derivados.

Así temos que, na obra estudada para o presente traballo, o número de formas derivadas en *-a-* representa o 80% do total.

A base sobre a que se forman estes verbos é un substantivo na maioría dos casos, ex. ‘ameaçar’ (ameaça), ‘aumentar’ (aventura), ‘marauillar’ (marauilla), ‘remar’ (remo), ‘abraçar’ (braço), ‘aneboar’ (néboa), ‘descabeçar’ (cabeça), ‘esterrar’ (terra), etc.

Tamén é importante o número de formas cunha base adxectiva ex. ‘alegrar’ (alegre), ‘ygualar’ (ygual), ‘auiuar’ (uiuo), ‘engrossar’ (grosso), ‘empeorar’ (peor), ‘refrescar’ (fresco), etc.

Por último, temos dúas formas cunha base adverbial, é o caso de ‘ençimar’ (ençima) e ‘adiantar’ (adiante).

En canto ó seu valor semántico, hai que dicir que non dota ós verbos que crea dunha determinada nota de significación.

Como se pode observar nos exemplos que citei anteriormente, temos formas simples e formas parasintéticas nas que, ademais da sufixación está presente un prefixo. Do total de exemplos derivados en *-a-* as formas simples representan tan só un 39%.

1.1. Prefixo *a-*

Entre as formas parasintéticas hai que destaca-la presenza de verbos co prefixo *a-*, supoñendo arredor dun 50% ex. ‘abraçar’ (braço), ‘acabdelar’ (cabedel) ou as variantes ‘acabdillar’ e ‘acaudillar’ (caudillo), ‘amansar’ (manso), ‘aproveitar’ (proveito), ‘aportar’ (porto), etc. Semanticamente é un prefixo con valor 0 nestes casos.

1.2. Prefixo *en-*

Por orde de aparición séguelle o prefixo *en-*, que forma verbos nos que vai expresa, en forma de acción, a idea do nome que serve de base, é o caso de:

‘ençimar’ (ençima): “dar fin, acabar.”

‘engrossar’ (groso): “facer algo máis groso.”

‘enlaçar’ (laço): “unir, atar algo con lazo. etc.”.

Destaca a aparición deste prefixo en ‘enuergonçar’ cando na actualidade o que temos é ‘avergonzar’ co prefixo *a-*; no caso de ‘enforquar’ aínda que se oe a miúdo ‘aforcar’ o VOLGA (Vocabulario Ortográfico da Lingua Galega)² recolle as dúas formas como sinónimas.

Por outra parte, hai que comenta-lo verbo ‘ençimar’ co significado de “dar fin, acabar algo” que hoxe non existe. Ex.: “*Et bẽ sabedes uós que per ñ cõquerestes Troya et acabastes esta guerra, que era tã grande d’ençimar*”. (Cr. Tr. cap. 442, páx. 671).

Documéntase na época a variante ‘açimar’ (çima) co mesmo valor, ex. das *Cantigas de Santa María*: “*u acimou ssa uida*”. (CSM. nº 201, páx. 644).

1.3. Prefixo *des-*

Temos a continuación formas co prefixo *des-*, que lles pode dar xeralmente distintos significados ás unidades que forma: “negación ou oposición da palabra simple”, “privación, desposesión”, “fóra de”, “exceso”, “afirmación con intensidade”. Nos exemplos que aparecen na *Crónica...* o prefixo engade o valor de “privación, desposesión” na maioría dos casos.

Ex. ‘desapoderar’ (poder): “saca-lo poder de algo ou simplemente sacar algo a alguén.”

“descabeçar” (cabeça): “sacar, corta-la cabeza a alguén.”

‘desterrar’ (terra): “privar a alguén de estar no seu territorio, botar fóra da terra.”

Temos unha excepción no verbo ‘despedaçar’ (pedaço) que significar “facer anacos dunha cousa”. Ex. “*Et alý oyriades retenir elmos et veeriades despedaçar escudos et cauleyros caer mortos et malchagados...*” (Cr. Tr. cap. 136, páx. 353).

1.4. Prefixo *es-*

Na Idade Media tiñan o mesmo valor na maior parte dos casos; excepto ‘esforçar’ as outras tres formas con *es-* son sinónimas das formas con *des-* tamén presentes no libro: ‘escabeçar’, ‘espedaçar’ e ‘esterrar’. Aínda hoxe ‘escabear’ é recollida no *VOLGA*

² R.A.G. / I.L.G., *Vocabulario Ortográfico da Lingua Galega* (Versión provisional), 2 vols. [1989].

(Vocabulario Ortográfico da Lingua Galega) como sinónima de ‘descabezar’ e mesmo prefere a primeira á segunda.

No caso de ‘esforçar’ non se pode falar dun valor semántico que máis ben é nulo, temos un valor de aspecto durativo fronte ó verbo ‘forçar’ que ten un valor máis puntual. Ex. “*Et ño auía y marineyro tã sesudo ñẽ tã maestre que se soubese consellar, ñẽ esforçar a si ñẽ a outro.*” (Cr. Tr. cap. 462, páx. 690).

1.5. Prefixo *re-*

Finalmente temos unha forma ‘refrescar’ (fresco) co prefixo *re-*, prefixo que ten varias acepcións: “duplicación ou repetición”, “intensificación ou énfase”, “acción en contra”, “movemento cara atrás” etc. No exemplo que temos aquí ten un valor semántico 0 e un valor de aspecto reiterativo. Ex. “*Agora ño aia y mays perlongança, mays dádame mill caualeyros pera rrefrescar nosas azes...*” (Cr. Tr. cap. 138, páx. 356).

1.6. Formas en *i-*

Xa para rematar coa derivación inmediata falarei de catro formas que temos en *i-*: ‘bastir’ (bastjan), ‘escarnir’ (skarnjan), ‘gorir’ (guarjan) e ‘gornir’ (guarnjan).

Son formas antigas que máis tarde deron os correspondentes: ‘basteçer’, ‘escarneçer’, ‘goreçer’ e ‘gorneçer’. De aí a produtividade do sufixo *-eçer* na Idade Media do que falaremos máis adiante.

Mentres ‘bastir’, ‘escarnir’ e ‘gornir’ non permaneceron no galego actual, pois foron substituídos polos verbos mencionados, ‘gorir’ consérvase hoxe pero só nas formas arrizotónicas, é dicir, as que levan o acento fóra da raíz. ex, ‘goriría’.

Nalgún caso entre a forma máis antiga e a posterior houbo algunha diferenza de significado, alomenos nun primeiro momento, aínda que pouco a pouco foi esvaecendo.

Disto falo a continuación, dentro xa, do que é a derivación mediata tratando o sufixo *-eçer*.

2. DERIVACIÓN MEDIATA

Fálase de derivación mediata cando a desinencia verbal é precedida por un sufixo ex. ‘escurecer’ (escuro).

Despois da vocal temática *-a-*, pódese afirmar que o sufixo máis productivo no galego da *Crónica Troiana* é *eçer-*.

2.1 Sufixo *-eçer*

É o máis productivo na época. Continúa a variante latina *-esce/re-*.

Pode indicar incoatividade ou factividade. O pronome ‘se’ engadido ó verbo é o que dá a nota de incoatividade. Así temos por ex. “*...et amorteçouse aquel día mais de çen uezes*”. (Cr. Tr. cap. 333, páx. 568).

Actúa sobre bases nominais e verbais, pero faino con moita máis intensidade sobre bases nominais, especialmente sobre adxectivos. Ex. ‘escurecer’ (escuro), ‘ennobrecer’ (nobre), ‘entristecer’ (triste), enuerdecer (uerde), etc., con substantivos ‘anoitecer’ (noite).

Os deverbativos en *-ecer* son case sempre sobre verbos en *-i*. A pesar de non haber un gran número de verbos en *-ecer* de creación romance, alcanzaron gran frecuencia de uso ó substituír ós seus dobres en *-i*. Ex. xa citados no punto anterior: ‘bastezer’ (bastir), ‘escarnezer’ (escarnir), ‘gorezer’ (gorir) e ‘gornezer’ (gornir). A continuación falarei brevemente de cada unha destas formas.

Bastir: significaba xa “abastecer, prover, equipar” tamén reflexivo ou “tramar, preparar algo” que seguramente foi o primeiro significado do verbo. Este é o valor que presenta o exemplo que temos de ‘bastir’: “*Et da outra parte fezerõ hũa cadeyra tâ nobre et tâ rica ... que o mays rico emperador que nũa fuy en Alamaña nẽ en Rroma nõ poderia tâ bẽ bastir nẽ comprar*” co valor de “preparar, facer”. (Cr. Tr. cap. 246, páx. 473).

Sobre ‘bastir’ formouse ‘bastezer’ co mesmo significado. Ex. “*Et bastezerõ moy ben tódoslos muros et as torres de armas...*” (Cr. Tr. cap. 125, páx. 325).

Hoxe temos a forma ‘abastecer’ co prefixo *a-*, non se conserva ‘bastir’ nin ‘bastecer’.

Escarnezer: formado sobre ‘escarnir’ ten o valor de “aldraxar, burlarse de alguén”. Ex. “*...ca este he aquel que nos ha confundido et maltreytos et escarnjçidos*”. (Cr. Tr. cap. 153, páx. 376).

A forma consérvase co mesmo significado.

Gorezer: formado sobre o máis antigo ‘gorir’.

Na Idade Media ‘gorir’ significaba “protexer, salvar, resgardar” ou tamén as construcións intransitivas “curar, resgardarse, gaña-la vida.” Cando aparece ‘gorezer’ ó comezo os sentidos eran os mesmos pero logo predomina o uso intransitivo ou reflexivo.

Nos exemplos que temos na *Crónica*... aparecen dous participios de ‘gorir’ co valor de “curado”. Ex. “*...et conta cõmo Éytor foi gorido da saetada*.” (Cr. Tr. cap. 207, páx. 436).

Nos exemplos de ‘gorezer’ alterna o significado de “resgardarse” ex. “*...e fogiã todos aos tẽplos por gorezer ali*.” (Cr. Tr. cap. 7, páx. 226) co de “curado” ex. “*Et dom Achilles é chagado mal et gorezerá moi bem, que á muy bõo maestre*” (Cr. Tr. cap. 244, páx. 471)

Isto demostra que aquí os valores alternaban indistintamente.

Gornezer: formado sobre o antigo ‘gornir’.

Mentres ‘gornir’ significaba “coidarse, resgardarse, salvarse” o posterior ‘gornezer’ mantén o significado da base e ademais engade o valor de “abastecer, prover.” Ex. “*...et gorneçeoas moy bem de viandas...*” (Cr. Tr. cap. 2, páx. 217) co valor de “bastezer”.

Ó igual que sucedía coa vocal temática *-a-* hai o dobre de formas parasintéticas que simples. O prefixo maioritario é *en-*: ‘embrauezer’ (brauo), ‘enfraquezer’ (fraco), ‘en-

sandeçer' (sandeu), etc. pero tamén hai tres verbos co prefixo *a-* : 'amorteçer' (morte), 'anoiteçer' (noite) e 'amudeçer' (mudo).

Hai que fixarse neste último verbo que aquí aparece con *a-* cando hoxe temos 'enmudecer' con *en-*.

2.2. Sufixo *-ear*

De notable productividade ó longo da historia da lingua. Sen embargo, só atopamos aquí tres exemplos de creación romance, o que ten a súa explicación lóxica.

É un sufixo do que aparecen os primeiros exemplos nos séculos inmediatamente anteriores ó s. XIV (data da *Crónica...*), razón pola que, nese momento aparecía en pequena proporción.

Atribúese a súa orixe á variante popular latina *-idi-a* do sufixo *-iz-a-*.

Os verbos formados sobre substantivos coinciden en marcar un proceso iterativo (un proceso é iterativo cando a súa realización supón a execución dunha serie sucesiva de actos).

Ex. 'apedrear': "tirar pedras contra algo ou alguén."

Nesta obra aparece 'apedrear' co sufixo *-ea* pero tamén 'apedrar' só coa vocal temática como elemento derivativo. No galego actual é 'apedrar', sendo 'apedrear' a forma castelá. En principio esta vacilación podería deberse a que se trata dunha obra traducida ó galego. Sen embargo non podemos afirmar isto con total seguridade.

As outras dúas formas co sufixo *-ear* son: 'guerrear' e 'marear'. Aquí o morfema *ea-* non marca precisamente un proceso iterativo senón que o que fai é marca-la acción sen máis.

2.3. Sufixo *-ia*

Temos finalmente o sufixo *-ia* no verbo 'bafear' (bafo).

O valor deste sufixo é de tipo aspectual e dá un sentido frecuentativo, durativo.

2.4. Interfixo *-ur-*

Antes de rematar quero comentar brevemente tres formas verbais: por un lado 'apressurar' (présa) onde o que hai é un caso de derivación a través da vocal temática pero precedida do interfixo *-ur-*.

Por outra parte están os onomatopeicos 'apupar' (pu-pu) e 'topar' (top) formados tamén pola vocal temática *-a-*, o que axuda a reforza-la idea de que é este o factor derivativo por excelencia no sistema verbal estudado.

CONCLUSIÓNS

Chegado a este punto non me queda máis que dá-las conclusións extraídas do meu estudo:

–A vocal temática (-a-) é o elemento derivativo máis común no sistema verbal da *Crónica Troiana*.

–A parasíntese é outro factor xeral do dito sistema, pois temos un 62% de formas parasintéticas fronte a un 38% de formas simples.

–Trala vocal temática -a- segue o sufixo -eçer como o máis productivo.

Estas ideas, penso que poderán ser corroboradas, como xa dixeran ó comezo, con posteriores estudos das restantes obras medievais.

BIBLIOGRAFÍA

- Alcoba Rueda, S. (1987), “Los parasintéticos: constituyentes y estructura léxica”, *Revista de la Sociedad Española de Lingüística*, 17/2, 245-68.
- Álvarez, R. et alii, *Gramática galega*, Vigo, Galaxia, 1992³.
- AA.VV., *Diccionario normativo galego-castelá*, Vigo, Galaxia, 1988.
- Corominas, J., *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, 4 vols., Madrid, 1954-57.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, Río de Janeiro, Nova Fronteira, 1986².
- García de Diego, V., *Diccionario etimológico español e hispánico*, Madrid, Espasa-Calpe, 1985².
- Lang, M.F., *Formación de palabras en español*, Madrid, Cátedra, 1992.
- Lorenzo, R. (ed.), *La traducción gallega de la Crónica general y de la Crónica de Castilla*, T. II, Ourense, Instituto de estudios orensanos “Padre Feijoo”, 1977.
- Machado, J. P., *Dicionário etimológico da Língua com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1977³.
- Moliner, M., *Diccionario del uso del español* 2 vols., Madrid, 1970.
- Michaëlis de Vasconcelos, C., *Glossário do Cancioneiro de Ajuda*, separata da *Revista Lusitana* vol. XXII, Lisboa, Clásica Editora, 1921.
- Parker, K.M., *Vocabulario de la Crónica Troyana*, Salamanca, Acta Salmanticensia, IVSSV senatus, Universitatis, 1958.
- Pena, J., *La derivación en español: verbos derivados y sustantivos verbales*, Verba, Anexo 16, Universidad de Santiago de Compostela, 1980.
- RAG e ILG, *Vocabulario Ortográfico da lingua galega*, (Versión provisional), 2 vols. [1989].
- Rodrigues Lapa, M., *Vocabulário galego-português*, extraído da edição crítica das *Cantigas d'escarnho e de mal dizer*, Vigo, Galaxia, 1970.
- Väänänen, V., *Introducción al latín vulgar*, Madrid, Gredos, 1988³.
- Varela Ortega, S., *Fundamentos de morfología*, Madrid, Síntesis, 1990.
- Varela Ortega, S., *La formación de palabras*, Madrid, Taurus, 1993.

ANTEPRETÉRITO SINTÉTICO E ANALÍTICO EN GALEGO MEDIEVAL¹

Eduardo Moscoso Mato

Instituto da Lingua Galega. Facultade de Filoloxía. Universidade de Santiago de
Compostela

0.- INTRODUCCIÓN

O obxecto desta comunicación é presenta-la situación en que se atopan as formas verbais que indican antepretérito na época medieval da nosa lingua.

É de todos sabido que, cando falamos de formas verbais, podemos referirnos a unha serie de formas chamadas “absolutas” (as cales indican unha relación temporal respecto á orixe) ou a outro grupo delas denominadas “relativas” (as cales están en relación temporal directa con unha forma absoluta).

Neste traballo imos facer referencia ó comportamento das formas que responden á fórmula (O-V)-V, é dicir, aquelas formas que indican unha relación temporal de anterioridade respecto a unha acción anterior á orixe. Ademais cómpre sinalar que o noso estudio se vai referir unicamente a formas verbais do chamado modo Indicativo.

Unha vez delimitado o obxecto do noso estudio é necesario indica-lo *corpus* que serviu de base para a nosa descrición. Pareceunos suficiente, para unha comunicación destas dimensións e destas pretensións, usar un *corpus* non excesivamente extenso, e decidimos empregar tres obras de prosa galega medieval que estivesen separadas entre si por un considerable espazo temporal en canto á súa redacción. A primeira é unha obra relativamente temperá (finais do século XIII ou principios do XIV), estamos a falar da *Traducción gallega de la Crónica General*, e cando dicimos isto estámonos a referir só á parte da edición do profesor Ramón Lorenzo² que contén a traducción da *Primera*

¹ Esta comunicación insírese dentro do proxecto de investigación *Gramática Histórica da Lingua Galega* que se está a desenvolver no *Instituto da Lingua Galega*, dirixido polo Prof. Dr. Xavier Varela Barreiro e financiado pola *Dirección Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia*.

² Ramón Lorenzo (ed.), *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», 1975.

Cronica General, é dicir, non analizámo-la parte correspondente á traducción da *Crónica de Castilla* nin á *Crónica particular de San Fernando*. Quizais sexa interesante presenta-lo volume total deste *corpus*, para así poder compara-la súa extensión coa das outras obras analizadas: esta obra está composta por un total de 504.000 caracteres aproximadamente.

As outras dúas obras analizadas foron escritas aproximadamente un século despois da citada. Trátase por unha banda dos *Miragres de Santiago*³, e por outro lado da *Corónica de Santa María de Iria*⁴. No caso dos *Miragres de Santiago* estamos ante unha obra de finais do século XIV ou de principios do XV, e que ten unha extensión aproximada de 200.000 caracteres, mentres que a *Corónica de Santa María de Iria* é unha obra xa plenamente do século XV e cunha extensión aproximada de 80.000 caracteres. Observamos, polo tanto, que o *corpus* máis antigo dos empregados (a *Traducción*) é máis extenso que a suma das dúas obras máis tardías (*Miragres de Santiago* e *Corónica de Santa María de Iria*).

1.— FRECUENCIA DE USO DAS FORMAS DE ANTEPRETÉRITO

Nas obras analizadas observamos un emprego significativamente maior das formas en *-ra* (*cantara*, *temera*, *partira*), ás que nos imos referir coa denominación de *antepretérito sintético* ou *simple*. Vexamos detidamente as cifras.

Nas tres obras analizadas aparecen un total de 547 casos de uso de antepretérito sintético, o que equivale a 0,7 aparicións dunha destas formas verbais cada 1.000 caracteres. Se o analizamos en cada unha das obras a situación é a seguinte:

—Na *Traducción* aparecen un total de 307 formas de antepretérito sintético ou simple, isto é, 0,6 casos por cada 1.000 caracteres.

—Nos *Miragres de Santiago* atopamos 176 formas de antepretérito, o que vén sendo case 0,9 aparicións por 1.000 caracteres.

—Finalmente na *Corónica de Santa María de Iria* aparecen 64 formas de antepretérito simple, o que equivale a 0,8 casos cada 1.000 caracteres.

Somos conscientes de que estes datos por si sos non resultan significativos, xa que o uso máis ou menos abundante dunha determinada forma verbal vén xeralmente condicionado por necesidades narrativas, influíndo de xeito decisivo na frecuencia de uso o tema ou o estilo do texto. Ademais habería que compara-la frecuencia de uso dunha determinada forma verbal tendo en conta o número total de verbos, cousa que non facemos aquí.

³ José Luis Pensado (ed.), *Miragres de Santiago*, Anejo LXVIII de la *Revista de Filología Hispánica*, Madrid, C.S.I.C., 1958.

⁴ Jesús Carro García (ed.), *Corónica de Santa María de Iria. Códice gallego del siglo XV*, Anejo V de *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, C.S.I.C, Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos.

O que si consideramos que resulta indicativo para a nosa descrición é a comparación da frecuencia de uso das formas simple e composta do antepretérito, xa que o seu valor temporal é o mesmo e dá a impresión de que son intercambiables entre si. Polo tanto, imos ver agora a frecuencia de uso das formas de antepretérito composto ou analítico nas obras obxecto do noso estudio.

O total de formas de tempo composto que indican unha relación temporal de antepretérito (O-V)-V ascende (nas tres obras consultadas) a un total de 293, isto é, algo menos de 0,4 formas cada 1.000 caracteres, cantidade significativamente inferior ás 0,7 formas no caso do antepretérito simple. Sen embargo, no caso do antepretérito composto a situación é algo máis complicada, xa que as formas verbais que atopamos indicando a relación temporal (O-V)-V poden presenta-las seguintes morfoloxías:

A) “Copretérito do verbo auxiliar (*haber* ou *ser*) + participio”: *había dito, era entrado*⁵. Debemos indicar que tamén aparecen casos de construción do tipo “*ter*+ participio”, pero consideramos que en todos eles está presente o valor de posesión do verbo *ter*, polo que non estamos ante un auxiliar, situación distinta da presentada polo verbo *haber*, que na maioría dos casos non presenta valor de posesión. Con esta morfoloxía atopamos un total de 112 casos (0,14 aparicións cada 1.000 caracteres). En todos estes casos o antepretérito composto dá a impresión de que podería ser conmutable pola forma simple correspondente (*dixera, entrara*). De todas formas hai que ter en conta que nalgúns casos podería ser máis que discutible que a forma atopada sexa ou non un tempo composto, en casos coma os seguintes:

a) Se atopámo-la construción *era vivo* resulta evidente en tódolos casos que estamos ante un verbo *ser* en uso copulativo, pero non sucede o mesmo no caso da construción *era morto*, na que podemos interpretar que é equivalente a *había morto* ou *morrera*, (antepretérito) ou a *estaba morto* (verbo copulativo indicando estado).

b) Algo similar sucede co verbo *haber*: Nunha construción do tipo *Moitos soldados que habían mortos* podemos estar ante unha construción que significa *Moitos soldados que morreran*, *Moitos soldados ós que mataran* (morto é tamén participio do verbo *matar*) ou mesmo *Moitos soldados que tiñan (gardados) mortos*.

B) “Pretérito do verbo auxiliar (*haber* ou *ser*) + participio”: *houbo dito, foi nado*. Estamos ante un total de 173 casos (0,22 aparicións cada 1.000 caracteres). Trátase principalmente de oracións subordinadas adverbiais temporais do tipo *Desde que o houbo dito*. De todas maneiras esta frecuencia de uso haina que ter en conta, unha vez máis, só dun xeito relativo, e tomándoa sempre á baixa, xa que temos que indicar, ademais dos casos dubidosos que presentabamos respecto da construción *había dito* ou *era nado*, o seguinte:

⁵ Poñemos estes exemplos e os seguintes con grafía actual debido a que son exemplos nosos baseados nos que aparecen nas obras.

a) En moitos dos casos a forma verbal composta pode ser conmutable directamente pola simple (*Desde que o dixera*), pero tamén pode aparecer en correlación coa forma do pretérito (*Desde que o dixo*). Dito doutro xeito, nalgúns casos a posible substitución pola forma simple do antepretérito esixiría un cambio na construción sintáctica: *Cando llo houbo oído* non sempre pode substituírse por *Cando llo oíra todo*, senón que nalgúns casos parece necesario o cambio de conxunción subordinante: *Despois de que llo oíra todo*. Con isto queremos indicar que estes casos non están en correlación directa co antepretérito simple, senón máis ben co pretérito (*Cando llo oíu todo*).

b) Outro dato importante é que, en moitos dos casos en que o auxiliar é o verbo *ser*, dá a impresión de que a construción do tipo *foi nado* non equivale a unha forma verbal do tipo (O-V)-V, senón que máis ben indica un tempo O-V: *Rógovos que me digades como fostes vós aquí chegados. Adoeceu de forma que foi morto*.

c) Nalgúns casos nos que o auxiliar é o verbo *ser* pode ser discutible se estamos ante unha pasiva, ante un tempo composto ou ante unha oración copulativa: *Desque foi morto* pode equivaler a *Desde que houbo morto*, *Desde que foi matado* (*Desde que o mataron*), *Desde que estivo morto*.

É evidente que en moitos dos casos dubidosos tanto sinalados nesta sección coma na anterior, o contexto narrativo serve para delimita-lo valor da construción, pero tamén é certo que noutras ocasións non temos datos suficientes para saber se estamos ou non ante un tempo composto, polo cal, repetimos, os datos de frecuencia de uso destes tempos compostos deben ser tomados con precaución e sempre á baixa.

C) Finalmente aparecen seis casos nos que temos unha forma do verbo *ser* ou *haber* en antepretérito simple seguido dun participio. O curioso destas construcións é que parece que presentan un valor temporal semellante a un copretérito seguido dun participio: *Este dño Pedro d'Arangão en sua uida ouvera dado seu fillo dño James a criar ao conde dño Simão de Monfort, et esposoo cõ sua filla* (*Traducción gallega de la Crónica General*); ...*et ofereçeno ao altal d'quel Señor por cujo rrogo el fora nado et tornado de morte a vida*. (*Mirages de Santiago*). Somos conscientes de que pode resultar discutible que esteamos ante antepretéritos compostos, pero cando menos non hai ningún dato que indique claramente que non é así.

Retomando o dito hai un momento, vemos que o uso do antepretérito composto supón aproximadamente un 50% do uso do antepretérito simple, ou dito doutro xeito, o antepretérito composto ou analítico representa 1/3 do total de formas verbais empregadas para indicar esa relación temporal. Vexamos agora o que sucede en cada unha das obras, xa sen ter en conta o tempo no que aparece o auxiliar, para así evitar complicar excesivamente a exposición:

A) Na *Traducción* aparecen un total de 260 casos de antepretérito analítico, o que supón un 0,5 aparicións por 1.000 caracteres (fronte ós 307 casos de antepretérito simple - 0,6 cada 1.000 caracteres).

B) Nos *Miragres de Santiago* observamos que hai un total de 27 aparicións de antepretérito composto, o que representa un 0,1 casos por cada 1.000 caracteres, cantidade moi inferior á que presentaba o antepretérito simple (176 casos - case un 0,9 por 1.000 caracteres). Vemos que hai un descenso máis que significativo respecto á frecuencia de uso que presentaba a *Traducción*.

C) O caso máis extremo é o que presenta a *Corónica de Santa María de Iria*, na que só aparecen 4 casos de antepretérito composto (0,05 aparicións por 1.000 caracteres), dous deles dubidosos; fronte ós 64 casos nos que aparecía un antepretérito simple (0,8 por 1.000 caracteres).

Non estamos en disposición de indica-las causas que fan que a *ratio* entre o uso da forma analítica e sintética do antepretérito sexa tan diferente entre as tres obras consultadas. Fixémonos en que na obra máis antiga, a *Traducción*, o uso das formas compostas representa o 46% do total de formas verbais que indican antepretérito. No caso dos *Miragres de Santiago* as formas supoñen un 13% do total, mentres que na *Corónica de Santa María de Iria* os antepretéritos analíticos representan algo menos do 6% dos antepretéritos totais.

Podemos pensar que a diferenza temporal entre a escritura das tres obras fai que uso das formas compostas vaia diminuindo, desde o 46% a finais do século XIII ou principios do XIV, pasando polo 13% un século despois, ata o 6% dunha obra escrita medio século máis tarde (mediados do XV). Tampouco hai que perder de vista que a obra máis antiga é unha tradución dunha obra castelá, lingua que aínda hoxe conserva con total vitalidade, e de xeito exclusivo en certos ámbitos xeográficos, o antepretérito composto para indicar esa relación temporal. Finalmente tampouco debemos esquece-lo distinto carácter temático que teñen as obras estudadas, o que pode influir en maior ou menor medida nas escollos léxicas e estilísticas á hora de presenta-la narración.

2.- ESTUDIO MORFOSINTÁCTICO COMPARATIVO ENTRE AS FORMAS DE ANTEPRETÉRITO SINTÉTICO E ANALÍTICO

A continuación imos expo-los achados dun pequeno estudio morfosintáctico das construcións nas que aparece un antepretérito, coa intención de observar se hai algunha diferenza considerable entre as características das construcións nas que aparece un antepretérito sintético e as que presentan a construción de antepretérito analítico. Nesta breve descrición referirémonos ás tres obras en conxunto, coa intención de non estendernos demasiado:

a) Persoa gramatical: En ámbolos casos a persoa gramatical que máis aparece é a terceira de singular, como corresponde ó tipo de narración das obras en cuestión. Moitos menos son os casos de terceira de plural, sendo estes últimos significativamente máis abundantes nas construcións de antepretérito analítico ou composto.

b) Tipo de verbo: Dá a impresión de que os verbos que aparecen nun e noutro caso non presentan ningunha diferenza entre si, de tal xeito que moitos deles se repiten. Igualmente resulta case idéntica a proporción entre verbos transitivos e intransitivos nos dous casos.

De tódolos xeitos podemos comentar algúns verbos significativos:

–O verbo *haber* só aparece en construcións de antepretérito sintético, supoñemos que para evita-la repetición da mesma raíz nunha forma composta, o que daría lugar a certa cacofonía. De tódolos xeitos coñecemos algún caso en galego medieval no que atopamos un tempo composto do verbo *haber* no que o auxiliar é este mesmo verbo.

–O verbo *morrer* aparece con moita máis frecuencia (49 veces) en construcións de antepretérito composto (fronte ás 8 de antepretérito simple). Xeralmente está auxiliado polo verbo *ser*, aínda que en 3 casos o auxiliar é *haber*.

–O verbo *ser* aparece sempre en construcións de antepretérito simple, sexa como verbo copulativo ou como auxiliar da pasiva.

–O verbo *vir* aparece en forma simple en 39 ocasións fronte a só dúas en que presenta a forma de antepretérito composto auxiliado polo verbo *ser*.

No caso dos antepretéritos compostos, dá a impresión de que o auxiliar usado está condicionado polo tipo de verbo principal. A situación parece bastante semellante á do francés actual: o verbo *ser* aparece como auxiliar no caso de *nacer*, *morrer*, *finar* e certos verbos relacionados co movemento físico: *pasar*, *saír*, *chegar*, *tornar*, *vir*, *ir*, *irse*, *partir*, *mover*, *crecer*. De tódolos xeitos hai que sinalar que tamén atopamos un caso no que o verbo *morrer* está auxiliado por *haber* e outro no que o auxiliado por *haber* é *entrar*.

c) Tipo de suxeito: Nos casos de antepretérito simple o suxeito presenta o trazo [-animado] no 10% dos casos, fronte a só o 2% nos que o suxeito dun antepretérito composto presenta este trazo.

d) Presencia do obxecto directo e tipo: Tanto nas construcións en que aparece un antepretérito simple coma nas que o núcleo é un antepretérito composto, está presente case ó 100% na oración un obxecto directo cando se trata dun verbo transitivo. Sen embargo nas construcións de antepretérito simple hai unha maior tendencia a que este presente o trazo de [+humano] (23% dos casos, fronte ó 12% nos antepretéritos compostos).

e) Presencia dun obxecto indirecto: Se contabilizámo-los casos nos que nunha oración non vai expreso un obxecto indirecto (nin sequera un clítico que se refira a el), podemos observar que a proporción de non aparicións deste elemento é maior no caso dos antepretéritos compostos.

f) Tipo de oración: En canto a este aspecto hai certas diferenzas que deben ser sinaladas:

–As oracións subordinadas adverbiais temporais presentan en moita maior proporción a construción de antepretérito composto (165 casos fronte a tan

só 18 de antepretérito simple). En case todas estas oracións o verbo auxiliar é *haber* en pretérito; e viceversa: case tódolos auxiliares en pretérito dan lugar a unha construción temporal. Esta forma verbal do auxiliar permítenos expresar unha maior inmediatez da acción do verbo principal respecto da expresada polo antepretérito. É normal que neste tipo de construcións aparezan en pouca medida os antepretéritos sintéticos, xa que non sempre son conmutables pola perífrase “pretérito de *haber* + participio”, senón que en moitas ocasións é preciso facer un cambio na construción sintáctica como xa sinalamos antes. Polo que si resulta conmutable en moitas ocasións esta perífrase é por un pretérito simple.

–Tamén resulta digno de destaca-lo feito de que as oracións subordinadas adxectivas especificativas son moito máis abundantes no caso das construción de antepretérito simple. Concretamente representan o 61% do total no caso dos antepretéritos simples fronte a tan só o 17% no caso dos compostos.

3.– RESUMO E CONCLUSIÓNS

De todo o dito ata aquí podemos sinala-lo seguinte a xeito de resumo:

–No galego medieval conviven basicamente tres formas de antepretérito: dúas analíticas: “verbo auxiliar (*ser* ou *haber*) + participio”, podendo esta-lo verbo auxiliar en pretérito ou en copretérito, e unha sintética (forma de *-ra*).

–O verbo *ser* aparece como auxiliar no caso de verbos de movemento; incluíndo os verbos que designan o nacemento e a morte, que poden ser considerados o primeiro e o último movemento.

–Atopamos que os casos de antepretérito composto supoñen tan só un tercio dos antepretéritos totais presentes no *corpus* estudado.

–Das tres obras analizadas a frecuencia de uso do antepretérito composto é maior na *Traducción gallega de la Crónica General*, diminúe nos *Miragres de Santiago* e case non aparece este antepretérito analítico na *Corónica de Santa María de Iria*.

–Comparando as construcións de antepretérito simple e composto podemos sinalar as seguintes diferencias destacables:

- a) Para os antepretéritos dos verbos *haber*, *ser* e *vir* prefírese a forma simple, mentres que para *morrer* a forma preferida é a composta.
- b) É moito máis frecuente no caso dos antepretéritos simples que o suxeito presente o trazo de [- animado].
- c) As oracións subordinadas adverbiais temporais presentan xeralmente a forma do antepretérito composto no que o auxiliar é *haber* en pretérito, debido ás posibilidades semánticas de inmediatez que ofrece esta perífrase.
- d) Nas oracións subordinadas adxectivas especificativas aparece xeralmente a forma simple do antepretérito.

LOCUÇÕES PREPOSITIVAS NAS CANTIGAS DE SANTA MARIA

Anna Maria Nolasco de Macêdo

Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia (Brasil)

A comunicação é fruto de recorte efetuado em pesquisa mais ampla realizada com a finalidade de depreender quais os processos de formação morfossintática e semântica e quais os processos de mudança que ocorreram nas locuções prepositivas, ao longo da constituição histórica da língua portuguesa, abrangendo, mais precisamente, o período arcaico da língua portuguesa, desde o século XIII, com o texto galego-português *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, até meados do século XVI, com o surgimento dos primeiros trabalhos normativos sobre a língua portuguesa.

Este trabalho é, basicamente, de natureza descritiva, fundada a descrição nos princípios estruturalistas, aplicados ao português por J. Mattoso Câmara Jr. Partimos, assim, inicialmente, da hipótese de formação das locuções prepositivas proposta por esse linguísta, segundo a qual há “**três padrões morfológicos para essas locuções**”¹.

Os padrões são os seguintes:

- Advérbio + Preposição
- Preposição + Advérbio
- Preposição + ... + Preposição

Começamos nosso trabalho realizando a seleção de possíveis contextos em que ocorressem as preposições **a**, **com**, **de**, **em**, **por/per**, não perdendo de vista que estas preposições (que representamos pela letra “p” minúscula), poderiam ser encontradas tanto na posição (que de agora em diante chamaremos de **margem**) situada a esquerda e a direita de **algo (X)**, que chamamos de **núcleo**.

Entretanto, no decorrer da pesquisa, quando realizávamos busca bibliográfica na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, chegou a nosso co-

¹ Cf. Joaquim Mattoso Câmara Jr., *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976. p. 182.

nhecimento o trabalho de Timo Riiho sobre a formação do sistema prepositivo românico, intitulado *De la formation des systèmes prépositifs romans*².

O exemplo concreto da aplicação da hipótese de Timo Riiho ocorre num texto do século XIV, *A Vida de Barlaam e Josaphat*, em versão fundada sobre a obra original grega e sua tradução latina³.

Saliente-se o cuidado do estudioso finlandês quando explicita que apresentará em uma descrição sincrônica as grandes linhas do sistema prepositivo do português arcaico, sob o ângulo da interdependência de vários tipos de preposições, levando em conta a informação que pode nos dar o estudo das convenções ortográficas medievais e propondo que os estudos desse tipo devem fundamentar-se, necessariamente, sobre uma edição diplomática, que siga a ortografia original até o ponto de respeitar a divisão (separação/justaposição) de palavras (ob. cit., p. 353).

Resolvemos, então, verificar se permaneceria válida, aplicada a um *corpus* mais amplo, no caso as *Cantigas de Santa Maria*, a hipótese proposta por Timo Riiho, na obra antes referida.

Utilizando dois símbolos para designar os dois tipos principais de preposições, *R* para as preposições polissilábicas e *r* para as monossilábicas, Timo Riiho estabelece as seguintes “fórmulas para descrever a estrutura dos elementos de relação do português arcaico, onde *V* é igual ao termo primário e *N* corresponde ao termo secundário da regência e onde os elementos fundidos estão indicados por [] (colchetes).

Há três estruturas nos três primeiros exemplos de Timo Riiho adiante transcritos: uma construção com a preposição monossilábica; outra com a preposição polissilábica e a terceira, uma combinação das duas.

Os dois últimos exemplos referem-se ao caso das locuções prepositivas constituídas com um substantivo. Explica, ainda, ser fácil compreender a passagem de *rNr* a *rRr* à luz da evolução semântica geral dos elementos de relação, uma vez que se trata de abstração do conteúdo mais essencial dum dado substantivo, que se transforma desta maneira em símbolo de uma relação.

<i>V r N</i>	=	tu/veraas <i>de</i> terras estranhas (Barl. & Jos. 4vo2)
<i>V R N</i>	=	começou muy grande persiguiçõ CONTRA os sanctos homeës (1ro13)
<i>V R r N</i>	=	EelRey ouujo dizer que ainda alg / uûs monges ficauã ã sua terra 2 mandouos todos lanç / FORA della (1vo14)
<i>V r R r N</i>	=	mandou em CABO da çidade fazer hûus paaços / muj grandes (1ro29)
<i>V [r R] r N</i>	=	todos estauom / aREDOR do santo Josaphate (33vo118)

Ressalva, logo em seguida, que resulta artificial a distinção fundamentada no simples cálculo do número de sílabas; que o processo de formação caracteriza-se por uma

² Timo Riiho, “De la formation des systèmes prépositifs romans”, *Neuphilologische Mitteilungen*. Société Néophilologique de Helsinki, Finland (Bulletin de la Société Néophilologique) LXXXI-1980. p. 353-60.

³ A edição de R.D. Abraham, *A Portuguese Version of the Life of Barlaam and Josaphat* (Philadelphie, 1939).

organização hierárquica interna dos elementos constituintes, no interior do quadro geral da regência, o binarismo dessa hierarquia parecendo ser insuficiente para exprimir toda a complexidade da organização de um sistema prepositivo.

Assim, verificamos a validade da seguinte tipologia:

r	R	r	r	R	R	r	r	N	r
de	fora	de	deante	fora	de	a	cabo	de	

que foi, afinal, acrescida de outras combinações que se fizeram necessárias, no decorrer da pesquisa, uma vez que quando da análise do *corpus* selecionado, logo constatamos que as possibilidades de formação de locuções prepositivas se ampliaram.

O X (algo na posição que chamamos de núcleo), pode ser preenchido por um Nome, um Advérbio, uma Preposição ou um Verbo em participípio passado.

Assim, os tipos encontrados nas *Cantigas* foram os que a seguir indicamos:

p X _{adv}	→	a alen;
X _{adv} p	→	alen do; fora de;
[p X _{adv}] p	→	dentro na; dentro con; demais da, dalen do;
p X _{adv} p	→	de fora da;
[p X _{nome}]	→	acaron;
p X _{nome} p	→	a cabo de; en cabo da; a par de; a pe dun; a pesar do; a redor do; en seme- llança da; de cima da; per cima da; da parte do; en logar de; en maneira de; en riba de; pela merçee da; por amor de; polo nome de, etc.
X _{nome} p	→	cabo da;
[p X _{nome}] p	→	arredor do;
X _{prep} p	→	ante de; ata en;
[p X _{prep}]	→	deant' a; des;
[p X _{prep}] p	→	dentren; depois a;
[p p X _{prep}] p	→	adeante daquel;

- 316⁴ 163⁵ 022⁶
e com'en verdade'achei, **alen do** rio da vila

X_{adv} p

- 319 171 024
A **alen** Badallou en Xerez morava un ome
p X_{adv}

- 131 086 076
Dentro ena cova gran gente meteu
[p X_{adv}] p

⁴ Este número corresponde à cantiga.

⁵ Este é o número da página.

⁶ Indica o número da linha.

- 134 096 050
e sen lijon foron; mais **de fora da** eigreja jazian con mesquindade
 $p X_{adv} p$
- 067 198 017
que muit'ele cobiiçava, un espital fezo **fora da** vila u el morava
 $X_{adv} p$
- 043 127 077
que **a cabo de** seis meses
 $p X_{nome} p$
- 203 261 020
cabo dũa gran peça outra conpanna chego
 $X_{nome} p$
- 191 227 008
é poblado, **en cima dũa** gran pena, ben **en cabo da** montanna
 $p X_{nome} p$ $p X_{nome} p$
- 148 133 025
Un dia cavalgava **per cabo dũa** xara
 $p X_{nome} p$
- 183 207 008
o reino do Algarve, tii'aquela sazón **a guisa d'**om'esforçado
 $p X_{nome} p$
- 082 238 018
Log'**a derredor** dele vos meted'
 $p [p X_{nome}] p$
- 048 139 012
a fonte,... que naç'**encima** dun monte
 $[pX_{nome}] p$
- 187 218 023
Vaamos rogar **ant'aa** Virgem, que acorra a ssa mongia
 $X_{prep} p$
- 285 086 049
ela non podia sayr, ca viia **deant'a** magestade que ll'a porta choya
 $[pX_{prep}]$
- 271 053 014
a nave come perduda, que **ata en** Monpesler
 $X_{prep} p$
- 033 098 037
e tonbar no mar foi e mergulhar ben **até nos** fundamentos
 $X_{prep} p$
- 195 241 057
lla outorgada ouve [e] levada **dentr'a** ssa pousada, ela sse chegia
 $[pX_{prep}] p$

- 224 309 016
a qlluen m'aquest'á contado, **en riba d'**Aguadiana á un logar
p X_{nome} p.
- 359 271 004
As mãos de Santa Maria que tangeron **acaron** Jhesu-Christo
p X_{nome}
- 273 058 053
mui ben con aqueles fios e encobriu os danos, **a pesar do** dem'astroso
p X_{nome} p
- 005 016 029
e vos seede-ll'**en logar de** madre
p X_{nome} p
- 121 058 017
e a pōya na sa omagen; **des** en a ela s'aconmendava
[pX_{prep}]

Chegamos à seguinte fórmula que pretende representar a formação das locuções prepositivas encontradas nas *Cantigas de Santa Maria*:

(p ~ Ø) (p ~ Ø) X {adv, nome, prep} (p ~ Ø) em que as chaves { } indicam um elenco de formas no qual uma das formas levantadas pode ocorrer e os parênteses () informam existência alternativa entre as formas apontadas.

Confrontando com o galego moderno, verificamos, com base em pesquisa realizada na *Gramática Galega*⁷, publicada por Álvarez, Regueira e Monteagudo, no seu capítulo XVI. AS PREPOSICIÓNs, que continuam produtivas todas as estruturas de locuções prepositivas encontradas nas Cantigas de Santa Maria, texto galego-português do século XIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso X, O Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959-72. 4 v. (Reeditada em 2 volumes pelas Edicións Xerais de Galicia, 1981).
- Álvarez, Rosario; Regueira, Xosé L. e Monteagudo, Henrique. *Gramática Galega*. Vigo: Galaxia, 5ª ed., 1994.
- Câmara Jr. Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- Riiho, Timo. "De la formation des systèmes prépositifs romans". In: *Neuphilologische Mitteilungen*. Société Néophilologique de Helsinki, Finland (Bulletin de la Société Néophilologique) LXXXI-1980. Pp. 353-60.

⁷ Rosario Álvarez, Xosé Luís Regueira e Henrique Monteagudo, *Gramática Galega*. Vigo: Galaxia, 5ª ed., 1994. pp. 477-514.

ALGUNS GALEGUISMOS EM TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

Carlos Rocha

Modern Languages Faculty. Oxford University

INTRODUÇÃO

Embora muitos autores considerem que entre galego e português, na Idade Média, não havia diferenças fundamentais, é também certo que a tendência de alguns filólogos galegos e portugueses é a de não identificar completamente as duas línguas¹. Sem aprofundar estes paradoxos de identidade, poderia aqui ver-se um debate relacionado com a avaliação das consequências de carácter linguístico trazidas pela fundação do reino de Portugal, em época anterior à dos mais antigos documentos escritos claramente em romance.

A impressão de uniformidade linguística dada pelos cancioneiros medievais tem vindo a ser posta em causa na sequência da edição de textos em prosa não literária, originários da Galiza e de Portugal. Para além da variação evidenciada, nota-se que a fronteira minhota cedo se tornou, para além de uma zona de transição, um traço de separação linguisticamente consolidado até finais da Idade Média (cf. Maia, 1986).

¹ Vasconcelos, s.d. [1922] não fala de galego-português: “Nos dois lados do rio Minho desenvolveu-se do latim vulgar da Lusitânia, nos primeiros séculos da era cristã, uma língua substancialmente uniforme, embora, talvez desde sempre, com algumas particularidades dialectais” (idem, p. 120).

José Joaquim Nunes parecia ver uma certa unidade e designou-a por termos como língua *galeco-portuguesa* (s.d. [1970], p. XVI) e *galécio-português* (idem, 1989, p. 13).

Carolina Michaelis de Vasconcelos, 1990, considera que “(...) havia identidade quase completa entre a língua da província do Noroeste da Espanha e a do reino de Portugal” (p. XIX). Acrescenta, no entanto, que no reinado de D. Dinis já começaria o processo de afastamento: “(...) muitas formas e pronúncias galego-portuguesas seriam pouco usadas entre os cortesãos e desconsideradas pela jeração nova como arcaísmos e galeguismos.” (ibid.).

É justamente o emprego do advérbio *quase* por este e por outros investigadores que tem sido fonte de discussão, pois nunca se sabe como atribuir-lhe uma interpretação, se no sentido da identificação, se no da distinção (veja-se, p. ex., a posição de Ramón Lorenzo tal como é referida por Maia, 1986, p. 889, n. 2).

Talvez com base num pressuposto de orientações linguísticas divergentes², já Vasconcelos, entre outros, falava em *galeguismos*, isto é, formas, aspectos ou traços linguísticos apenas ou mais frequentemente localizáveis em textos medievais galegos e escassamente representados nos textos portugueses (cf. Rübecamp, 1932-1933, Barbosa, 1960 e Lorenzo, 1975, pp. XXXII-XXXV)³. Seguindo o mesmo raciocínio, também se poderia falar de *portuguesismos*, como contrapartida às referidas formas galegas.

Apesar das semelhanças, apesar das diferenças, surgem esporadicamente em textos portugueses alguns aspectos tipicamente galegos como que a baralhar novamente as seguintes questões⁴:

–tratar-se-á de ocorrências que indiciam hábitos estranhos à comunidade em que os textos foram produzidos?

–ou será que essas formas pertenciam ao sistema ou à variedade utilizada por essa comunidade, que só ocasionalmente os empregava?

A estas perguntas procurar-se-á dar aqui resposta através da descrição da distribuição de formas de dois *galeguismos*: as formas grafadas <cho>, <cha>, <chos>, <chas> e <ch> que correspondem a um pronome de 2ª pessoa, equivalente ou idêntico ao actual *che* galego; e os perfeitos fortes em -o (p. ex., *estevo, fez, quis, poso, prougo, disso*).

Esta exposição constará de duas secções: na primeira, dar-se-á conta, de maneira não exaustiva, da perspectiva de alguns filólogos de língua portuguesa sobre tais formas; na segunda, será apresentada a distribuição de tais formas em *corpora* textuais portugueses.

1. A DESCRIÇÃO DE DOIS GALEGUISMOS

Parece haver um certo consenso quanto a considerar *che* e os perfeitos em -o como formas características da língua galega, quer contemporaneamente, quer no período medieval. Os filólogos portugueses do princípio deste século algumas vezes lhes dedicaram a sua atenção, dado o seu estudo ser também relevante para a investigação dialectológica.

² As divergências entre as duas margens minhotas poderiam ter que ver mais com comportamentos diferentes perante uma série de itens equivalentes disponibilizados por um único sistema, talvez com áreas de preferência geográficas, mas acessíveis a todos os falantes, enquanto perdurasse o sentido de pertença à mesma comunidade. Acerca de tais divergências, Maia, 1986, p. 892 fala do *polimorfismo* galego: “Uma das tendências que, de modo singular, dominava (desde o século XIII) nos documentos galegos é o acentuado polimorfismo em contraste com a orientação para uma maior estabilidade e para uma relativa “nívelação” da linguagem dos documentos de Portugal”. Cf. também Lorenzo, 1985.

³ É assim que Leite de Vasconcelos (s.d.[1922], p. 123) classifica os pretéritos em -o e a forma *che* (p. 124). Nunes aplica o termo às formas *quiso, soubo, poso, podo*, mas regista *fezo* e *disso* sem qualquer comentário.

⁴ Trata-se de questões que Leite de Vasconcelos também formulava, quando se referia à expressão *tarde piache* (cf. s.d. [1922], p. 161).

1.1. A descrição de *che*

Na Idade Média, os textos mais directamente ligados à Galiza ou à corte castelhana, como é o caso das *Cantigas de Santa Maria*, mostram uma frequência crescente das contracções <cho(s)>, <cha(s)>, da forma <ch’> e até mesmo do chamado *derivado regressivo* <che> (cf. Huber 1984, p. 175; Williams, 1975, 4), que é mencionado como galeguismo por Vasconcelos (1922, p. 124). Huber (ibid.) é peremptório e diz que se trata de uma forma pertencente ao galego antigo⁵. Nunes (1989, p. 239; s.d., p. LXVIII) refere-a como equivalente do dativo ético na época arcaica, assinalando ter apenas sobrevivido em expressões portuguesas estereotipadas, nalguns falares da fronteira norte e no galego⁶. Com investigadores mais recentes, a forma é comentada por Silva, 1989: 216, apoiando-se em Nunes e em Williams, “...sem lhe atribuir distribuição geográfica específica”.

A origem de *che* (Huber, 1984, p. 113; Nunes, 1989, 239, n. 2) estaria na palatalização da dental em *te* ou *ti*, por assimilação à semivogal entretanto desenvolvida por contacto com a vogal de um pronome, p. ex.: *dou-te-o*>*dou-t[j]o*> *dou-cho*⁷.

No entanto, como é sabido, as manifestações de *che*, sobretudo em contracções com o pronome de objecto directo de 3ª pessoa e, de uma maneira geral, antes de vogal, ocorrem também em textos em prosa tidos por portugueses, com uma frequência provavelmente inferior, é certo, à dos textos galegos⁸. Além disso, no séc. XVI não seriam desconhecidas em falares do extremo norte português, já que Sá de Miranda (Carvalho, 1953) as utiliza na écloga *Basto*⁹, talvez como meio de reforçar a nota rústica do texto. Nos autos de Gil Vicente (cf. Teyssier, 1959), elas surgem de modo estereotipado. E no princípio do século XX, José Joaquim Nunes pôde ainda recolher expressões como *dou-che-lo vivo* ou *mais vale um avache que dous te darey* (Nunes, 1989, p. 239)¹⁰.

⁵ Lorenzo, 1985, p. 83, refere-a como uma “innovación galega”-

⁶ Cf. Vasconcelos, 1916, p. 277, sobre o falar de Castro Laboreiro, no princípio deste século.

⁷ Não se procurou aqui um grande rigor formal, até porque a descrição de Nunes (1989, p. 239, n. 2) não é propriamente técnica.

⁸ Vasconcelos, 1922, pp. 123/124 não via a situação assim: “A linguagem usada na idade média tanto pelos trovadores galegos que poetaram com os nossos nas cortes dos reis portugueses, como por outros que, não sendo galegos de origem, se serviriam da linguagem daqueles, distinguia-se do português corrente apenas em alguns galeguismos, por exemplo, pretérito em *-o* (*quiso, fez*), os quais, à maneira de fórmulas poéticas, se tronaram também património dos poetas de cá, porém não se encontram nos nossos documentos em prosa, que representam o falar quotidiano” (ibid.). O filólogo não se refere certamente à prosa (mais) literária, que pode apresentar algumas ocorrências destas formas (ver secção 2 deste trabalho).

⁹ Na écloga *Basto* há três ocorrências do pronome, como *cho* nos vv. 91 e 660, *ch’* ou *che* (esta é a lição da edição de 1614 e de 1626) no v. 92 e *che* no v. 319 (cf. Martins, 1969, pp. 123-154). Algumas destas ocorrências poderiam ser postas em relação com o *che* de solidariedade do galego moderno (Álvarez, R. et al., 1986, pp. 174/175).

¹⁰ Note-se que, nestas expressões, o elemento *che* não apresenta as características gramaticais que lhe conhecemos em galego actual; na segunda expressão é mesmo evidente que *te* dativo concorre com um *che* associado a uma forma arcaica de *aver*.

De qualquer das formas, o pronome *che* é normalmente visto como uma forma quase exclusivamente galega desde os seus primórdios, ainda que não alheia a certos dialectos setentrionais portugueses.

1.2. Pretéritos em -o

Os pretéritos em -o parecem coutada galega, em contraste com o português, que praticamente os desconhece ou raramente os regista desde os tempos mais remotos (cf. Cintra, 1984, p. 452). Maia (1986, p. 747) assim o atesta, através da recolha de um perfeito deste tipo num documento português de Valença, junto à fronteira (idem, pp. 292 e 745). No entanto, a mesma autora, em nota, refere a presença de tais perfeitos em textos portugueses, quer em verso (cantigas de D. Dinis), quer em prosa (*Crónica dos Frades Menores*, séc. XIV; cf. idem, p. 747, n. 1).

O português, com os seus perfeitos terminados em -e ou em consoante, surge actualmente isolado no contexto ocidental ibérico, uma vez que, como se sabe, os perfeitos em -o se generalizaram nos domínios galego e castelhano. Não são, no entanto, desconhecidos das línguas e dos dialectos fronteiriços de Portugal, sobretudo dos pertencentes ao domínio leonês. O mirandês tem perfeitos em -o¹¹, e o mesmo se passa (ou passava) em falares portugueses transmontanos (cf. Santos, 1967, p. 233). Trata-se, repita-se, de formas muito raras na língua literária e administrativa, provavelmente desde os primórdios do uso do português como língua de corte e dos assuntos públicos.

2. A SELECÇÃO DE TEXTOS PORTUGUESES

A distribuição das formas acima referidas no português medieval só pode ser determinada a partir de documentação remanescente¹², isto é, dos textos que puderam até agora ser descobertos ou conservados. Como se trata, mesmo assim, de um conjunto de certa dimensão, houve que limitar o campo de pesquisa. Para a selecção de textos, recorreu-se a Cepeda, 1995, por esta autora apenas inventariar prosa portuguesa. A exclusão do texto poético deveu-se ao facto de os seus dados não permitirem contrastar devidamente o português com o galego da segunda metade do sécs. XIV e XV¹³.

¹¹ “Certos verbos offerecem -o na 3ª pessoa do singular; como: *tubo, stubo, cõubo, truxo* ou *truixo, bino, puso, fizo, dixo, quijo, sõubo, pudo* (...)” Vasconcelos, 1900, p. 393.

¹² “Remanescente significa aqui os fragmentos que os percalços da história, do tempo que passa, legaram aos nossos dias. A documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e das informações indirectas que o historiador pesquise.” Silva, 1991, p. 28.

¹³ “Como o título indica, esta bibliografia apenas contempla textos portugueses em prosa ou que foram vertidos para a língua portuguesa. Ficam, pois, de fora os textos galegos (como por ex. o *Tristan*) e a poesia. A tipologia dos textos considerados não é apenas literária *stricto sensu*: abrange tratados “técnicos”, obras legislativas, obras teológicas, etc., no entanto, foram excluídos textos de carácter arquivístico: diplomas isolados ou cartulários, se bem que não se duvide do seu interesse para a história da língua.” (Cepeda, 1995: 10).

Além de obras indicadas em Cepeda, 1995, foram consultados dois *corpora* electrónicos, o AOPT (Parkinson, 1983), constituído por textos notariais, e o CIPM (Xavier, 1995)¹⁴, integrando textos notariais e textos jurídicos.

Distinguiram-se, deste modo, dois grupos fundamentais de textos em prosa, de um lado, os documentos em prosa arquivística, em suporte informatizado, e, de outro, os de prosa não-arquivística¹⁵. Alguns textos (*Foro Real*, *Tempo dos Preitos*) estavam repetidos nas duas classes textuais, uma vez que não são documentos notariais e podem emparceirar com outros textos medievais em prosa.

2.1 Prosa arquivística

Como foi referido, houve a possibilidade de observar os diplomas e os textos jurídicos incluídos em dois *corpora* informatizados, o AOPT e o CIPM. Os resultados seriam nulos, se não fosse a ocorrência de um pretérito em -o num documento de Valença do Minho, já referido na secção 1

2.2.2. Prosa não arquivística

Ao inventário de Cepeda, 1995 aplicou-se o critério de seleccionar apenas textos medievais disponíveis em edição moderna, embora algumas edições oitocentistas acabassem por ser também incluídas. Tais edições nem sempre são de manuscritos medievais, havendo algumas feitas a partir de cópias dos sécs. XVII e XVIII. Este facto não obsta à ocorrência dos aqui chamados galeguismos.

Estendendo-se do séc. XIII a finais do séc. XV, são 168 os textos listados por Cepeda, 1995. Destes, foram excluídos 41 por não terem sido editados ou por não conhecerem nova edição. Também se puseram de lado 25 textos, que por razões várias não puderam ser consultados¹⁶. Chegou-se assim ao número de 102 textos, de diferentes dimensões, dos quais apenas 11 permitiram recolher os dados expostos no quadro 1:

¹⁴ Uma palavra de agradecimento ao Dr. Stephen Parkinson (Universidade de Oxford) e à equipa do CIPM (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

¹⁵ Esta classificação é inspirada pelos critérios de selecção da bibliografia exposta em Cepeda, 1995, p. 10. Tem naturalmente de ser revista à luz de critérios de natureza linguística ou textual. Acerca de tipologia textuais e de *corpora* representativos do português medieval, ver Silva, 1989, pp. 28-35 e 1991, p. 30. Cf. também Parkinson, 1983 e Xavier, 1995.

¹⁶ São eles, seguindo as referências de Cepeda, 1995: Afonso X, a *Terceira Partida* e *Sétima Partida*; *Arte Poética*; Caminha, Pero Vaz, *Carta*; Cassiano, João, *Estabelecimentos dos Mosteiros*; *Catecismo da Doutrina Cristã*; *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia*; D. Fernando, *Carta*; Isaac de Nínive, *Livro do Desprezo do Mundo*, S. João Climaco, *Espelho dos Monges*, Ordem dos Pregadores, *Constituições das freiras da Ordem de São Domingos*, Pedro Comestor, *História Escolástica*, Polo, Marco, *Livro, Ordenações Afonsinas*, *Ordenações de D. Duarte*, Fr. Robert, *Castelo Perigoso*; *Símbolo* “*Quicumque Vult Salvus Esse*”; *Vida e Milagres de Dona Isabel*, *Rainha de Portugal* (total: 18 textos/ colecções de textos).

Também não foram consultadas algumas obras do séc. XV: D. João, *Livro de Montaria*; D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*; Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*; Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, *Crónica dos Feitos da Guiné* (total: 7 textos).

Quadro 1. Distribuição de <che>, <cho> e <ch’> e de perfeitos em -o em textos medievais portugueses
(textos dispostos por ordem cronológica; números de volume e página da respectiva edição)

texto	sigla/abreviaturas	datação	edição	<che>	<cho>, <cha>	<ch’>	-o
Demanda do Santo Graal	DSG	ms. s. XV (trad. s. XIII?)	Piel, 1988	1 ^a (p. 226)	8 (pp. 186, 225, 226, 269, 271, 397, 451, 438)	0	0
Livro de Linhagens do Conde D. Pedro	LL	ms. A ₁ s. XIV ms. T ₁ s. XVII	Mattoso, 1980	0	0	0	1 [A ₁] (v. I, p. 112) +3 [A ₁ e T ₁] (pp. 251, 253, 256)
Diálogos de São Gregório	S.Greg	ms. ca 1380	Silva, 1989 ^b	0	6 (pp. 215-220)	2 (pp. 215-220)	0
Doze mandamentos de S. Atanásio	S.At	ms. s. XIV	Askins, 1990	0	3 (pp. 73, 73, 75)	0	0
Regra de São Bernardo	S.Bern	ms. s. XIV-XV	Carter, 1940	0	1 ^c (p. 362)	0	0
Vida de Santo Amaro	S.Am	ms. s. XIV?	Klob, 1901	0	2 (pp. 510, 517)	0	0
Crónica Geral de Espanha de 1344	CGE	mss. s. XV (L e P ^d)	Cintra, 1983-84	1 ^e [P] (v. 4, p. 175)	0	0	1 [P] (v. 4, p. 191)
Crónicas Breves de S. Cruz de Coimbra (Livro das Lembranças)	S.Cruz	ms. s. XV	Cruz, 1968	0	0	0	1 (p. 112)
Vida e Paixão dos Apóstolos	VPA	ms. 1442-1443 trad. fins s. XIII-XIV	Cepeda, 1983-89	0	7 (v. I, p. 301; v. 2, pp. 4, 174, 196, 220, 243, 342)	1 (p. 243)	0
Crónica dos Gerais da Ordem dos Frades Menores (Vida de Santo António)	VS.Ant	ms. 1470 (trad. s. XIV? Cf. Nunes, 1913: 14)	Nunes, 1913	0	0	0	5 (pp. 189, 203, 208, 209, 216)
Estoria de Vespasiano	EV	edição 1496	Hook e Newman, 1983	0	0	0	1

^a. Na lição, o pronome antecede vogal, pelo que poderá ser identificado com <ch’>.

^b. Não foi possível o acesso directo à edição de Rosa Virgínia Mattos e Silva, *A mais antiga versão portuguesa dos ‘Quatro Livros dos Diálogos’ de São Gregório*, S.Paulo, Universidade, 1971.

^c. Para o editor não se trata de uma contracção de pronomes, mas sim do resultado da elisão de *que* e de um pronome (Carter, 1940, p. 395)

^d. O ms. P foi utilizado para as lacunas de L (Cintra, 1990: 173, n. 17).

No quadro 1, todos os textos se distribuem por um período estimado entre os finais do séc. XIV e o séc. XIV¹⁷. Mesmo quando os manuscritos são tardios, como é o caso de T₁ do LL, verifica-se que puderam perdurar alguns galeguismos.

Quanto ao locais de produção, tradução e até transmissão do texto e das suas cópias, sabe-se que LL e CGE teriam origem em Lalim (Lamego) no paço de D. Pedro, Conde de Barcelos (cf. Mattoso, 1980, p. 48) e S. Greg proviria do Entre-Douro-e-Minho (Silva, 1989, p. 57). Cabe referir, no entanto, que, dada a escassez de informações acerca da proveniência e da transmissão dos restantes textos, não é possível dizer que tais galeguismos fossem mais característicos da região setentrional portuguesa; é que também se encontram formas de <che> em alguns manuscritos oriundos de Alcobaça, no centro de Portugal, p. ex., S.At, VPA, VS.Ant, S.Bern, cuja origem e transmissão não puderam ser determinadas. Além disso, os pretéritos em -o não são necessariamente galeguismos, visto que na EV a única ocorrência de uma forma desse tipo deve-se provavelmente ao condicionamento da tradução do texto castelhano¹⁸.

O quadro 1 permite, pois, corroborar o exposto na secção 1: os perfeitos em -o são raríssimos na prosa portuguesa não arquivística. Porém no contexto dos textos portugueses consultados, o fragmento VS.Ant, extraído da *Crónica dos Geraís da Ordem dos Frades Menores*, é realmente um caso à parte, dado o número de ocorrências de perfeitos em -o. A presença deste tipo de formas, a par de outras que Nunes, 1913 considera castelhanas¹⁹, requererá o estudo mais pormenorizado do texto integral.

Relativamente ao pronome *che*, parece poder antes pensar-se na maior frequência de um segmento gráfico <ch-> associado a uma vogal, a do pronome de 3ª pessoa de objecto directo (*o, a, os, as*) ou a de outro morfema qualquer, como a terminação do futuro, p. ex. -ei, em *contar-ch'ei* (Silva, 1989, p. 218). Não há indícios claros de houvesse um verdadeiro pronome *che* antes de consoante, tal como se encontra, por exemplo, já no galego do séc. XV²⁰: *Et mays che digo...* (*Crónica Troyana*, cf. Lorenzo, 1985, p. 432).

Os textos S.At e S.Greg facultam uma pista para o entendimento deste problema. No primeiro texto, pelo menos, na leitura de Askins, 1990, há, de certa maneira, alguma

¹⁷ Para DSG, cf. Nunes, 1996, p. 11; para LL e CGE, cf. Mattoso, 1980; para SGreg, Silva, 1989, pp. 58 e 60.

¹⁸ Hook e Newman, 1983: 43 e 94, nº 272. Ver também Ivo Castro, s.v. “História de Vespasiano”, in Lanciani e Tavani (1993) s.v.

¹⁹ O filólogo refere um galego, frei António da Ribeira, como um dos possíveis autores do texto: “A sua qualidade de galego explicaria os galeguismos que ali se notão, como, por vezes, a desinência em -o da 3ª pessoa do singular do preterito dos verbos *fazer, satisfazer, poer, impoer, compoer, e querer*, a forma *consentin* que na 1ª pessoa do preterito se lê uma vez, e bastantes vocabulos castelhanos taes como: *peligro, peligroso, color, pereza, pereçoso, golondrina, marfil, novicio, estudar, alabamça, ayre, sonar, envidia, asnilho, canonico, color, livor*, e outros”. Nunes, 1913: 14.

²⁰ Vasconcelos (1940-1943, p. 118) regista um *che*, perfeitamente isolado, antes de consoante, num texto editado por Cornu em *Anciens Textes* (p. 25), obra que não foi possível localizar: “agora che sayrá a alma da carne”.

regularidade na distribuição aparentemente complementar de duas formas gráficas, <te>, para o objecto directo e para o reflexo, e <ti>, para o objecto indirecto. Há, no entanto, excepções a esta complementaridade, visto que surgem sequências como ...*te non escaesca este mandado* (Askins, 1990: 71), onde seria de esperar um <ti>. A forma é <ch-> quando o pronome se encontra em posição mesoclítica, como em (2) e (3), ou antecede o objecto directo de 3ª pessoa, em (4) e (5) (as formas em questão estão a negrito):

(2) *E quando este ango se en ti meter no coraçom, falar-**cha** de justiça e de castidade e d'auondança* (Askins, 1990: 71)

(3) *roga-o muy de coraçom e logo sentiras o boo talam de ssa misericordia, e dar-**cha** o que lhi pedires.* (idem, p. 73)

(4) *E sse per uentura cobiçares alguma cousa e lha pedires e tam cedo há non ouueres non seia porem triste ca por alguum pecado ou por algum tentaçom que iaz en ti **cha** leixou de dar* (id., ibid.)

(5) *E nembra-te da uison que uio o sancto propheta Daniel como **cha** mostra o dia do Juyzo (...)* (idem, p. 75)

Repare-se que o mesmo não acontece quando há encontros vocálicos com o pronome de 2ª pessoa, quando este é objecto directo ou reflexo:

(6) *E a uerdade leuar-t'**a** aa uida perdurauil* (idem, p. 70)

(7) *Ca se tu temeres nostro senhor assenhor-t'**as** do emmijgo ...* (idem, p. 72)

O estudo de Silva (1989, pp. 212-221) não regista, em S.Greg, a forma <t-> nas combinações de pronomes (idem, p. 220), mas dá 6 ocorrências de <ch-> nesse contexto (idem, ibid.). Pode-se, pois, sugerir a seguinte hipótese: havendo ou não, em textos portugueses, diferenciação gramatical das grafias <te> e <ti>, o pronome de objecto indirecto de 2ª pessoa assumia a forma <ch-> quando se produzia um encontro vocálico quer em contracções com pronomes, quer em situação de mesóclise, nas formas flexionais analíticas (p. ex. o futuro ou o condicional).

Esta hipótese, apesar de exigir a verificação de mais textos, talvez tenha dificuldade em ver-se confirmada, dada a escassez da documentação medieval remanescente. Afigura-se, mesmo assim, válido supor que nalgumas regiões, portuguesas (e galegas?), o pronome *che* não existia autonomamente, tratando-se de uma variante complementar gráfica e fonética de *te* ou *ti*.

CONCLUSÕES

As distribuições da desinência -o e da forma <ch-> não são da mesma natureza. A raridade de -o já na Idade Média terá de ser interpretada não só por uma perspectiva interna, mas também por um ponto de vista externo, em que se joga com certeza o signifi-

cado da barreira que a fronteira político-militar terá constituído para a disseminação de processos de mudança linguística, como o da analogia que se exerceu sobre os chamados perfeitos fortes. Este factor, aliado à presença de *-o* em mirandês e, até há algumas décadas, em zonas fronteiriças do norte de Portugal (cf. secção 1), mostra que esta desinência só seria empregue em áreas em amplo contacto com outras regiões espanholas, ainda antes da fundação do reino ou muito afastadas dos centros político-administrativos portugueses. Neste domínio, seria preciso ponderar as repercussões da definição e defesa da fronteira portuguesa nos hábitos e estruturas lingüísticos das populações aí residentes desde os tempos dos primeiros movimentos de Reconquista.

Quanto ao *che* galego, se alguma vez foi também português (a forma estereotipada *dou-che-lo vivo* poderá ser disso testemunho), não parece que tenha adquirido plena e gramaticalmente essa forma individualizada, a ajuizar pelos textos consultados. Se, em S.Greg, Silva, 1989 considera que <te> e <ti> são grafias “parcialmente em distribuição complementar” (idem, p. 216), haverá sempre a possibilidade de pensar que, na 2ª pessoa do singular, de forma mais ou menos fluida, permanecia a distinção gramatical entre a forma de acusativo e de dativo. Dado que o acesso à língua e aos dialectos medievais é principalmente franqueado através dos textos, dir-se-á que nalguns contextos gráficos (e fonéticos) tal distinção era favorecida. Resta assim supor que, se nos textos portugueses se patenteia o emprego confuso ou convergente de duas formas, *te* e *ti*, a sua oposição era ocasionalmente recuperada através da variante contextual *ch-*.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez, R. et al., *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia, 1986.
- Askins, A. L.-F. (ed.), «Os Doze Mandamentos: An early portuguese translation of the *Doctrina mandatorum duodecim Athanasii*», *Revista da Faculdade de Letras*, S. 5, nº 13-14, 1990, pp. 67-75.
- Carter, H. H., “Paleographical edition of an old portuguese version of the Rule of Saint Bernard (Codex Alcobacensis 200)”, *PMLA*, vol. 55, 1940, pp. 360-395.
- Carvalho, C.A., *Glossário das Poesias de Sá de Miranda*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Cepeda, I. V.(ed.), *Vida e Paixões dos Apóstolos*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982-1989.
- Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- Cintra, L. F. L.(ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983-1984.
- Huber, J., *Gramática do Português Antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Klob, O., “A Vida de Sancto Amaro: Texte Portugais du XIV siècle”, *Romania*, nº 30, pp. 504-518.
- Lanciani, G. e G. Tavani (orgs.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993.
- Lorenzo, R. (ed.), *Crónica Troiana*, Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.
- *La traducción gallega de Crónica General y de la Crónica de Castilla*, 2 vols., Ourense, Instituto de Estudios Orensanos.

- Maia, C. A., *História do Galego-Português-Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- Martins, J. V. P., *Sá de Miranda- Poesias Escolhidas*, Lisboa, Verbo, s.d.
- Mattoso, J., *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols., col. «Portugaliae Monumenta Historica. Nova Serie», Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- Nunes, I. F., *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- Nunes, J. J., *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora, 1989 [1ª edição, 1919]
- *Crestomatia Arcaica*, Lisboa, Clássica Editora, s.d. [1970]
- (ed.), “Textos Antigos Portugueses- Cousas Notaveis e Milagres de Santo Antonio de Lisboa”, *Revista Lusitana*, vol. xv, 1912, pp. 177-235.
- (ed.), “Textos Antigos Portugueses- Glossário”, *Revista Lusitana*, vol. xvi, 1913, pp. 1-40.
- Oliveira, A.R., *Depois do Espectáculo Trovadoresco- A estrutura dos Cancioneiros peninsulares e as Recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994.
- Parkinson, S., “Um Arquivo Computorizado de Textos Medievais Portugueses”, *Boletim de Filologia*, t. 28, 1983, pp. 241-252.
- Piel, J. M. e I. F. Nunes (eds.), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- Santos, M. J. M., *Os fálares fronteiriços de Trás-os-Montes*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1967.
- Silva, R. V. M., *Estruturas Trecentistas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- *O Português Arcaico- Fonologia*, São Paulo, Contexto/Universidade da Bahia, 1991.
- Teyssier, P., *La Langue de Gil Vicente*, Paris, Klincksieck, 1959.
- Vasconcelos, C. M. (ed.), *Cancioneiro da Ajuda*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- Vasconcelos, J. L., “Ementas Gramaticais- para a história da Língua Portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, pp. 113-126.
- Estudos de Philologia Mirandesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- “Uma excursão a Castro Laboreiro- (Notas numa Carteira)”, *Revista Lusitana*, vol. 19, 1916, pp. 271-280.
- *Textos Arcaicos*, Lisboa, Clássica Editora, s.d. [1922].
- Williams, E. B., *Do Latim ao Português- Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- Xavier, M. F., “Dos problemas de constituição às potencialidades de utilização de corpora: o caso do CIPM”, *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1995)*, Lisboa, APL-Colibri, 1996, pp. 159-164.

ANOTACIÓNS SOBRE A COORDINACIÓN MEDIEVAL GALEGO-PORTUGUESA DENDE A PRAXE TRADUCTORA: O CASO DA “DEMANDA DO SANTO GRAAL”

Xosé Xabier Ron Fernández

Centro de investigacións lingüísticas e literarias “Ramón Piñeiro”

1. INTRODUCCIÓN

Dende hai uns anos a nosa formación investigadora levounos a estudar e a ler con curiosidade filolóxica a lírica trobadoresca galego-portuguesa. Paralelamente, foron xurdindo ocasións en que eran outros os aspectos da nosa literatura medieval os que nos atraían. Coas nosas lecturas e investigacións démonos conta da profunda lagoa que sufría, pola falta de atención dos estudiosos, o vehículo comunicativo desa literatura: a lingua. É certo que hai bastantes referencias no que se refire ó estudio do léxico, pero son necesarias análises sobre o desenvolvemento das estruturas sintácticas e morfolóxicas, desde o período relativamente unitario nomeado galego-portugués ata o de diferenciación plena con respecto á lingua portuguesa.

Por iso, hoxe, ós 25 anos da creación do *Instituto da Lingua Galega*, queremos participar nesta conmemoración profundando nun tema que, ata o de agora, non contou coa debida atención: a coordinación medieval galego-portuguesa. De feito, a realidade é que nin sequera o sistema coordinativo do galego actual está a ser estudado¹.

A nosa intención é, por suposto, ofrecer aquí tan só unhas anotacións xa que unha análise exhaustiva do tema superaría en moito o espazo do que dispoñemos. Por outra banda, afastarémonos dos procedementos presentes nas diferentes gramáticas, tanto nas históricas coma nas actuais, que se limitan, as máis das veces, a unha simple enumeración das di-

¹ Este dato pódese comprobar no *Repertorio Bibliográfico da lingüística galega*, editado polo *Centro de investigacións lingüísticas e literarias “Ramón Piñeiro”*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1995, e confeccionado por M. T. Araújo García, I. Diz Gamallo, M^a T. Monteagudo Cabaleiro e P. Vázquez Grandas, baixo a dirección de Francisco García Gondar. Por indicación da súa autora, Marta Dacosta Alonso, soubemos da existencia dunha memoria de licenciatura presentada no ano 1992 na Facultade de Filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela co título *A coordinación no galego medieval* e que foi dirixida por Ramón Lorenzo.

ferentes conxuncións de coordinación perdendo de vista a realidade textual. Por iso, coa pretensión de ir máis lonxe, tentaremos abordar o tema desde a propia práctica literaria. En concreto, partimos dun texto moi peculiar da nosa literatura e que aínda é fonte de controversia e discusión: a *Demanda do Santo Graal*. A escolla deste texto non é casual, senón que nos permitirá elaborar unhas pequenas reflexións sobre aspectos que non están de todo esclarecidos nin delimitados, e que servirán de marco contextualizador do núcleo da nosa comunicación.

2. RECEPCIÓN E DIFUSIÓN DA MATERIA DE BRETAÑA NA PENÍNSULA IBÉRICA

2.1. Orixes e evolución

A pesar de que hai certos estudiosos (Foerster, Faral...) que defenden unha orixe continental da Materia de Bretaña, o certo é que hai indicios que permiten falar dunha tradición oral da lenda en terras gaélicas, que logo se recolleu en relatos (*Lais*, *Mabinogion*) tal como *Kuhlwch et Olwen*, de finais do século XI, case cincuenta anos antes que a *Historia Regum Britanniae* de Galfridus Monemutensis (= Geoffroi de Monmouth), composta ó redor de 1135 (Marx, 1967, pp. 94-95 e pp. 103-107). Este relato, glorificación fantásica do pasado céltico insular centrada na persoa do rei Arturo, caracterízase polo seu estilo claramente historiográfico e sobrio, e alcanzou un enorme éxito tal como o demostran os máis de douscentos manuscritos que se conservan².

En 1155, na corte de Henrique II e de Leonor de Aquitania, un clérigo de nome Wace realiza a primeira tradución da *Historia* de Geoffroi a unha lingua vulgar, o *Roman de Brut*, extenso poema de 15300 versos octosílabos. O autor engade material da súa propia colleita, por exemplo, a Táboa Redonda como lugar de reunión do rei Arturo e os seus cabaleiros; sen embargo, isto non impide que a tradución sexa bastante fiel³. A súa difusión fixo que influíra no *Tristan* de Thomas e no *Erec* de Chrétien (García Gual, 1988, pp. 138-139). Non falaremos aquí de Chrétien, activo entre 1160 e 1190, de sobras coñecido pola importancia que tivo a súa obra no desenvolvemento e consolidación da Materia de Bretaña, xa que isto esixiría afastarnos en exceso dos obxectivos trazados⁴. Da súa produción quedarémonos con *Perceval le Gallois* ou le *Conte du Graal*, que é o derradeiro *roman* de Chrétien e que quedou inconcluso (no verso 9234) pola morte do autor. Nel

² Cf. García Gual, 1988, pp. 125-132, para as características do relato de Geoffroi e para as referencias literarias sobre Arturo anteriores á obra de Geoffroi. En datas recentes publicouse unha reflexión de conxunto sobre a importancia do texto de Geoffroi no seu tempo, vid. Santiago Gutiérrez (2002).

³ Véxase Bezzola, 1967, pp. 150-167, para o que se refire á relación entre o *Roman de Brut* de Wace e o seu modelo, a *Historia* de Geoffroi de Monmouth.

⁴ Véxase Bezzola, 1967, pp. 306-311, pp. 385-398, para os inicios da actividade literaria de Chrétien, previsiblemente na corte de Henrique II e para a súa presenza na corte de Champaña, respectivamente. Consúltase ademais García Gual (1988, pp. 175-226) para unha visión de conxunto da produción literaria de Chrétien de Troyes.

xorde por primeira vez o tema do Graal, que é “apresentado como um objecto maravilhoso de origem desconhecida guardado pelo rei mutilado de um reino estéril” (Nunes, 1995, p. 7). O carácter inacabado da obra impide que Perceval, o protagonista, logre o seu propósito de encontrar o Graal, que aparece configurado coma un símbolo pagán. Será Robert de Boron quen lle dea, entre os anos 1191 e 1212, unha explicación cristiá ó símbolo do Graal, ligando a historia de José de Arimateia ó mundo artúrico. O seu proxecto inicial sería o de realizar unha triloxía nomeada *Li livres dou Graal*. Dela só quedaron o primeiro libro, *Le Roman de L' Estoire dou Graal* o *Joseph d' Arimathie*, e 502 versos do segundo, *Merlin*, conservados nun manuscrito tardío do século XIII, París, B. N., fr. 20047 (García Gual, 1988, p. 228); o terceiro libro, *Perceval*, é coñecido polas versións en prosa, e nel nárrese a fin das aventuras do Graal (Nunes, 1995, p. 7).

Ó mesmo tempo que escribía Chrétien, ían xurdir tres relatos que se caracterizan por desenvolver a coñecida lenda de Tristán e Iseo. Son o poema de Beroul (activo entre 1150 e 1195; quedaron 4500 versos), o poema de Thomas (activo entre 1155 e 1185; 3150 versos), escritos en dialectos da lingua *d'oïl*, e o de Eilhart von Oberg (¿1170?), escrito en alemán e que se conservou na súa integridade (García Gual, 1988, pp. 151-152; Ruíz Capellán, 1985, pp. 9-10)⁵.

2.2. As prosificacións da Materia de Bretaña: a Vulgata, o Tristan en Prosa e a Post-Vulgata

A boa acollida que as cortes señoriais dispensaban ós *romans* de Chrétien e de Robert de Boron e á lenda de Tristan e Iseo motivou o nacemento das grandes prosificacións das aventuras dos cabaleiros da Táboa Redonda. Procurábanse as innovacións mesturando episodios pertencentes a diferentes *romans*. Así, a primeira grande prosificación, e a máis importante, é a nomeada *Vulgata* ou *Lancelot-Graal*. Entre 1215 e 1235 viron a luz os seus cinco libros: 1. *Estoire del Saint Graal* (versión moi amplificada do *Joseph* de Robert de Boron); 2. *Estoire del Merlin* (versión do *Merlin* de Robert de Boron cun acrecento posterior, a *Continuation du Merlin*); 3. *Lancelot du lac* (versión do *Chevalier de la Charrette* de Chrétien de Troyes e da historia de *Agravain*); 4. *Queste del Saint Graal*⁶; 5. *Mort Artu* (que conta a descuberta dos amores de Lancelot e a raíña Xenebra, e a decadencia do reino de Arturo), sen que esta orde presupón unha secuencia cronolóxica –máis ben é narrativa–, xa que o 1º e o 2º son posteriores e son como unha introducción explicativa dos outros tres libros⁷. Mentres, máis ou menos nas mesmas datas que a *Vul-*

⁵ Remitimos ó lector a Bezzola, 1967, pp. 291-302, onde se dan as explicacións sobre a posibilidade de que o *Tristan* de Thomas se elaborara na corte de Henrique II e de Leonor de Aquitania.

⁶ Da *Queste* da Vulgata, falsamente atribuída a Gautier Map, consérvanse máis de corenta manuscritos, que van do século XIII ó XV, e case nunca aparece soa, senón integrada con outros relatos artúricos, xa que “la Queste a été manifestement conçue et écrite en relation avec le *Lancelot*” (Baumgartner, 1981, p. 21). Sobre a *Queste* pódense consultar os traballos de Baumgartner (1981 e 1994) e de Pauphilet (1980), que se dedican a estudar aspectos varios da obra (temas, o significado da obra, os procedementos narrativos, etc.).

⁷ Cf. Nunes, 1995, pp. 8-9.

gata, como afirma Irene Freire Nunes (1995, p. 9), “do romance de *Tristan*, igualmente do século XII, vão surgir versións en prosa que vão constituir un ciclo paralelo em que a historia de Tristán se combina com a de Lancelot, com a de Artur e com o tema do Graal”⁸. Esta sería a primeira versión do *Tristan en prose*, logo elaborárase outra en 1250, e no medio tería lugar a segunda gran prosificación das aventuras de Lancelot, a nomeada *Post-Vulgata*, tamén chamada Pseudo-Boron, por serlle atribuída a obra a Robert de Boron. Estrúctúrase en tres libros: 1. *Estoire del Saint Graal* (“non parece diferir significativamente da da *Vulgata*”⁹); 2. *Merlin* (“versión en prosa do *Merlin* de Robert de Boron, seguida de uma adaptación da *Continuation* da *Vulgata* à qual se acrescenta uma série de aventuras conhecida por *Suite du Merlin*”)¹⁰; 3. *Queste del Saint Graal*. A *Post-Vulgata* non se conservou unitaria en ningún manuscrito, pero o seu deseño orixinal está a ser recuperado polos excelentes traballos de Fanny Bogdanow (1966 e 1991).

2.3. A Materia de Bretaña na Península Ibérica¹¹

2.3.1. As primeiras referencias

Dende moi cedo encontramos na Península Ibérica ecos da Materia de Bretaña. Ecos que circulan pola vía da oralidade e que, neste caso, son anteriores mesmo á *Historia Regum Britanniae* de Geoffroi de Monmouth. Isto é o que acontece nun fuste historiado da Porta Francigena da Catedral de Santiago de Compostela, onde se pode ver ilustrado –de ser certa a hipótese de Serafín Moralejo (1993)– un episodio da lenda de Tristán, ferido, nunha barca á deriva, despois do seu combate co xigante Morholt, coa punta da espada escachada. Se deixamos de lado o rexistro “audio-visual” deste fuste, as primeiras referencias literarias témolas en trovadores cataláns coma Guerau de Cabrera ou Guilhem de Berguedà, contemporáneos practicamente do texto ó que aluden. Máis interesantes son, se cabe, as referencias á batalla de Camlann contidas no *Fuero General* de Navarra de 1196 e nos primeiros *Anales* de Toledo de 1217¹². Isto motivou que estudiosos como Baist, Pietsch e Entwistle pensaran que os textos artúricos foron primeiro escritos en castelán ou leonés e despois traducidos ó galego-portugués¹³. Ademais, se salientamos que Afonso VIII de Castela casou con Leonor, filla de Henrique II e de Leonor de Aquitania, en 1170, e que sabemos, gracias ó completo estudio de Bezzola (1967), que a corte do rei de Inglaterra foi o lugar de actividade de Wace, de Thomas e

⁸ É necesaria a consulta de Pickford, 1960, pp. 36-59, onde se fala do *Tristan de Leonnois* contido no ms. 112 da Biblioteca nacional de París, un dos máis completos no que se refire á transmisión das novelas artúricas.

⁹ Nunes, 1995, p. 9.

¹⁰ Nunes, 1995, pp. 9-10.

¹¹ Sobre unha visión de conxunto da materia de Bretaña e a súa presenza nas literaturas galega e portuguesa, véxase o recente libro de Gutiérrez / Lorenzo Gradín (2001).

¹² Alvar, 1993, p. 33.

¹³ Cf. Lapa, 1981, p. 242.

de Chrétien, parecería lóxico supoñer que, efectivamente, o rei de Castela foi a chave introductora da Materia de Bretaña. Sen embargo, este dato pode moi ben non ser suficiente para as teses dos estudiosos anteriormente citados. En primeiro lugar, estamos perante unhas breves referencias, e en segundo lugar, as primeiras traducións coñecidas son bastante posteriores ó reinado de Afonso VIII.

No que se refire á literatura galego-portuguesa, as referencias máis antigas hainas que situar baixo o reinado de Afonso III de Portugal. Así, no eido da lírica, sete trobadores (Martin Soarez, Johan Garcia de Guilhade, Gonçal' Eanes do Vinhal, Afonso X (en 4 cantigas), Don Denis, Estevan da Guarda e Fernand' Esquio) fan referencia nas súas composicións a situacións ou personaxes emparentados coa literatura artúrica¹⁴. Así mesmo, no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, hai cinco “lais de Bretanha” atribuídos a Tristan e que, dende o clásico estudio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1904, pp. 479-520), practicamente ninguén se dedicou a estudar como se merecen¹⁵. No eido da literatura nobiliar, o profesor Paredes Núñez (1993, pp. 233-237) sinalou o aproveitamento que fai o *Livro de Linhagens do Conde don Pedro*, no seu capítulo II, da *Historia* de Geoffroi de Monmouth. Polo tanto, son bastantes as referencias á Materia de Bretaña na nosa literatura medieval. Este feito permítenos abordar a problemática das primeiras traducións peninsulares das grandes prosificacións francesas.

2.3.2. As primeiras traducións

Parece ser que é o ciclo da *Post-Vulgata* o primeiro en verterse a unha lingua romance peninsular. O problema que sempre dividiu á crítica era saber cal era esa lingua, se a galego-portuguesa ou a castelá. Por suposto, non entraremos aquí nesa problemática, xa que pensamos que Ivo Castro (1983) aportou suficientes argumentos, que de paso reforzaron os pensamentos de Lapa (1931), como para non dubidar da anterioridade do texto que diremos galego-portugués, e non portugués¹⁶.

A penetración do ciclo da *Post-Vulgata* na nosa literatura é debida, con moita probabilidade, á estadia do rei portugués Afonso III, durante case vinte anos en Francia, na corte de Branca de Castela, filla de Afonso VIII de Castela e de Leonor de Inglaterra. Como afirma Ivo Castro (1983, p. 84) sería inverosímil que este rei residira tanto tempo en Francia “sem ter lido, ou ouvido ler, ou ouvido falar, dos romances arturianos, quer na versão da Vulgata, quer na versão da Post-Vulgata, para mais tendo esta o carácter de novidade literaria...”. Polo tanto, Afonso III puido traer un exemplar da *Post-Vulgata* no momento do seu retorno. O feito de estar escrito nunha lingua estraña motivaría a súa translación ó galego-portugués para facelo accesible a un público (cortés) desexoso de coñecer as (novas) aventuras dos cabaleiros da Táboa Redonda.

¹⁴ Véxase Alvar, 1993, onde o autor estudia as referencias dentro do seu contexto con respecto á literatura artúrica.

¹⁵ Contamos con algunhas achegas iniciais en Ron (1999) e Gutiérrez / Lorenzo Gradín, 2001, pp. 95-109.

¹⁶ Consúltase o recente artigo de Rodríguez (1993-94), onde establece cales son as liñas esenciais para delimitar os textos que se poden considerar escritos nunha koiné galego-portuguesa.

O autor da translación, baseándose nun manuscrito bastante próximo do orixinal, pero que xa presentaba diverxencias significativas, sería un tal Joan Vivas (e non Juan Vivas, como se di en Gómez Redondo, 1994, p. 110 e p. 135), mencionado tres veces nos manuscritos¹⁷, que é posible identificar cun frade da orde de Santiago, con bens na rexión de Lisboa e membro dunha familia ligada ó mosteiro de Chelas, e que viviu durante o reinado de Afonso III.

Hoxe en día, da triloxía da *Post-Vulgata* conservamos, na nosa literatura¹⁸, o primeiro libro e o terceiro: o *Livro de José de Arimateia*¹⁹—que en francés leva o nome de *Estoire del Saint Graal*—, e a *Demanda do Santo Graal*. Do segundo libro, o *Merlin*, non hai moito, Amadeu-J. Soberanas encontrou en Cataluña dous fragmentos²⁰. No que se refire ás outras dúas grandes prosificacións, a *Vulgata*²¹ e o *Tristan de Leonnois*, a nosa literatura non conserva lembranzas deles, a non ser os dous folios de pergamiño dun *Livro de Tristan* galego-portugués, que foron descubertos e editados por primeira vez por Serrano y Sanz en 1928²².

2.3.3. A Demanda do Santo Graal

Deteñámonos, polo tanto, no texto que constituíu o corpus da nosa análise, a *Demanda do Santo Graal*²³. Conservouse tan só no ms. 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, que é unha copia do século XV, pero no que é visible a presenza de riscos lingüísticos que permiten falar dun orixinal da segunda metade do século XIII-inicios do XIV²⁴. A *Demanda* é unha tradución do terceiro libro do ciclo da *Post-Vulgata* que, como xa dixemos, está baseado nas dúas últimas partes da *Vulgata*, a *Queste del Saint Graal* e a *Mort Artu*. O texto orixe da *Demanda* non é doado de establecer polo feito de que a *Post-Vulgata* non se conservou unitaria en ningún manuscrito. Dende hai trinta anos Fanny Bogdanow (1966 e 1991) vén traballando con afán para establecer a estrutura orixinaria do texto francés²⁵. Tivo que recorrer ós mss. 112 e 343 da Biblioteca nacional

¹⁷ Cf. Castro, 1983, pp. 91-94.

¹⁸ Sobre os materiais da *Vulgata* e da *Post-Vulgata* na literatura castelá medieval, véxase Gómez Redondo, 1994, pp. 115-125.

¹⁹ Editado por primeira vez por H. Carter en 1967; I. Castro, en 1984, presentou unha nova edición como de tese de doutoramento.

²⁰ Soberanas, 1979, pp. 174-193; Castro, 1993, pp. 456-458.

²¹ Remitimos ó lector curioso ó artigo de Martines, 1995, onde fala da versión catalana da *Queste* da *Vulgata*, que “és el manuscrit més extens i sense intervencions alienes (editors, caixistes, curadors) que s’en conserva a les literatures hispàniques” (p. 241).

²² Uns decenios máis tarde, Pensado y Tomé (1962) realizou unha nova edición crítica dos dous folios. Para unha visión de conxunto sobre a *Materia de Bretaña* e a súa tradición manuscrita, véxase Castro, 1993, pp. 445-450.

²³ Para a confección do traballo manexamos a edición de Nunes (1995), moito mellor que a de Magne (1944) que se deixara levar por prexuízos de tipo relixioso nalgunha das súas lecturas (Cf. Lapa, 1982).

²⁴ Para unha opinión distinta, véxase Rossi, 1979.

²⁵ Véxase tamén Pickford, 1960, pp. 94-109.

de París, a moitísimos fragmentos dispersos²⁶ e ás propias *Demandas* galego-portuguesa e castelá, xa que estas, en certos casos, son as únicas fontes para apreciar como sería o texto orixe. Esta circunstancia permite a hipótese de que a traducción se efectuara sobre unha segunda versión da *Post-Vulgata*. A presenza da Besta Ladrador perseguida por Palamedes e da biografía de Erec permiten apoiar esta hipótese. De feito, do *Erec en prose* hai catro testemuños, dous deles franceses, o ms. 112 da Biblioteca Nacional de París (transmite o *roman* completo) e o ms. 12599 (só transmite os cinco primeiros capítulos do *roman*) do mesmo fondo, e dous deles peninsulares, son as *Demandas* galego-portuguesa e castelá, que transmitiron os cinco derradeiros capítulos e que narran a morte do protagonista, Erec (os VI-X da edición de Pickford, 1959)²⁷.

Estes cinco capítulos son a base do noso traballo, que na *Demanda do Santo Graal* ocupan os parágrafos 281-356 (pp. 224-266 da edición de Nunes, 1995) e neles foi onde estudiamos como o tradutor da *Queste* reflicte o seu coñecemento do sistema de coordinación medieval francés e cales son as súas opcións no texto de chegada que está confeccionando.

2.3.3.1. O tradutor e a súa traducción²⁸

Os estudos sobre a traducción e os tradutores están medrando en cantidade e calidade; sen embargo, como sinala Buridant (1983, p. 81), a pesar da proliferación de monografías, de revistas, de congresos, moitas veces auspiciados pola creación de carreiras universitarias dedicadas á traducción, aínda está por nacer unha historia da traducción medieval²⁹. A situación é moito máis grave se a aplicamos ó campo da nosa literatura³⁰. Habería que insistir máis nas cuestións capitais que orixina calquera traducción: ¿Quen traduce? ¿Para quen se traduce? ¿Por que se traduce? ¿Como se traduce? xa que, ata o de agora, seméllanos que se lle prestou moita máis atención á cuestión de que obras se traducen³¹.

²⁶ Unha mostra destes fragmentos encontrámola en Bogdanow, 1991, e en Castro, 1993, p. 203.

²⁷ O lector poderá atopar un resumo do *Roman de Erec* en Pickford, 1959, pp. 17-24.

²⁸ Consúltese o excelente libro de Folena (1991), onde o lector experimentará unha “semantica del tradurre, con la storia dei termini che nella tradizione occidentale indicano questa operazione universale”.

²⁹ Existen pequenas aproximacións interesantes coma a de Morreale (1959). Tamén son de salientar as antoloxías editadas por Vega, 1994, López García, 1996, onde o lector atopará traducidas as reflexións dos principais teóricos da actividade tradutora, dende Cicerón ata Gianfranco Folena, pasando por unha morea de autores capitais tanto no desenvolvemento teórico coma práctico da ciencia da translación.

³⁰ Por exemplo, no recente libro de Van Hoof, 1991, dedicado á historia da traducción en Occidente, non figuran nin España nin Italia, xa que “nous préférons laisser à des spécialistes mieux placés le soin de traiter de ces deux pays” (p. 5). Sen embargo, a pesar de que non exista esa obra monográfica, é posible salientar o crecente interese que espertan as traducións medievais na Península Ibérica. Pero téndese a crear un desequilibrio xa que, como denuncia Santoyo (1995), pesa un duro silencio sobre o século XIV, que apenas está a ser estudado.

³¹ No interesante artigo de Noia Campos (1995) encóntranse os primeiros intentos para establecer unha historia da traducción en Galicia, pero é necesario profundar máis nas cuestións referidas, non só na propia especificidade da nosa cultura, senón nas súas profundas relacións coa cultura europea. Con este difícil propósito naceu o recente traballo de Fernández Ocampo (2002) quen se encarga non só de insistir sobre a necesidade de romper as fronteiras epistémicas que limitan as tradicionais carreiras universitarias, senón que anuncia unhas novas vías para abordar o estudo da “textualidade” galega (e medieval).

Existen sobre o texto da *Demanda do Santo Graal* algunhas aproximacións de interese no que se refire ás características e á calidade da traducción³², pero é necesario ir máis aló da simple enumeración de marcas ou rexistros nos que o traductor se distancia do texto orixe. Sen prescindir deste tipo de traballos que nomearemos formais, para nós é máis urxente procurar establecer as causas que se esconden debaixo de cada unha das “modificacións”, “transgresións”, ou “manipulacións” practicadas polo traductor³³.

Unha das obrigas –teórica, polo menos– de todo traductor reside na súa capacidade para comprender non só os procedementos lingüísticos da lingua orixe, senón tamén ser capaz de dominar o transfondo cultural do país da lingua da que se traduce. Neste caso, o traductor da *Queste Post-Vulgata* (Joan Vivas) tería, ou se lle presupón, un bo coñecemento do *francien*. A maneira en que o traductor accedeu a ese coñecemento é toda unha incógnita, pero de seguro que está vencellada á presenza de Afonso III, durante case vinte anos, nas cortes francesas. Unha das novidades da súa traducción é que o texto orixe é outra lingua vulgar, e non unha traducción do latín. As razóns desta translación non as coñecemos debido á ausencia de prólogo explicativo, pero podemos supoñer que obedece non só ó interese dun público desexoso de coñecer as aventuras dos cabaleiros do rei Arturo, senón tamén ás expectativas dunha clase social, cabaleiresca e señorial, que se ve reflectida no mundo artúrico. Este feito correspóndese moi ben coa presenza da *Materia de Bretaña* no *Livro de Linhagens do Conde don Pedro*. No fondo da cuestión está o propio concepto de prestixio e poder do mecenas (¿Afonso III?) que encargou a traducción.

No que se refire ás características da traducción do noso texto enfrontámonos a un problema de base: a *Demanda*, tal como chegou a nós, reflicte un estadio lingüístico do século XV. Estamos perante unha traducción intralingual, isto é, unha interpretación de signos lingüísticos por medio doutros signos lingüísticos dunha mesma lingua³⁴. Polo tanto, o texto da *Demanda* é froito de dous procesos ben diferenciados dentro das técnicas da traducción. En primeiro lugar, acometeuse unha traducción interlingual (franciano – galego-portugués) e, despois, quizais porque o texto sufría un deterioro, os copistas renovaron o texto por medio dunha traducción intralingual. Sen embargo, debaixo desa renovación aínda están visibles os procedementos do seu primeiro traductor³⁵. É nesta dirección que valoraremos os nosos resultados: ver se a nosa análise da traducción do sistema coordinativo do texto orixe (*Queste Post-Vulgata*) permite captar o estado da primeira traducción, a interlingual, ou se, pola contra, a renovación do século XV impide captar a súa dimensión.

³² Cf. Lapa, 1931, e García-Sabell Tormo, 1993.

³³ Neste sentido, agardamos que a comunicación do noso compañeiro Agustín Vilariño Martínez axude na tarefa de ver en que e porque a traducción da *Demanda* se afasta do suposto orixinal; consúltase Vidal Claramonte, 1995, sobre o concepto de traducción en tanto que manipulación.

³⁴ Cf. Buridant, 1983, p. 87. A análise de Lapa, 1931, p. 148, opera neste sentido cando di que “dans tous les cas, les erreurs de la version portugaise sont dues à une lecture fautive d’ un texte portugais antérieur”.

³⁵ Cf. Lapa, 1931.

É frecuente ler que a coordinación é unha relación que une elementos do mesmo nivel, pero manténdose independentes entre si gramaticalmente, ou, mellor dito, sintacticamente. En palabras de Serra Alegre (1988, p. 4): “los gramáticos suelen coincidir en la equiparación del concepto de coordinación al de equivalencia, es decir, en que los elementos coordinados han de mantener entre ellos relaciones de igualdad”³⁶.

A coordinación, construción paratáctica, opónse á subordinación que é hipotáctica, onde os elementos manteñen entre si unha relación de dependencia gramatical. Sen embargo, esta delimitación non é tan clara³⁷, xa que a diferenza entre coordinación e subordinación “no está tanto en la naturaleza de las conjunciones empleadas en cada caso, como en el grado en que la subordinada se haya incorporado a la principal hasta convertirse en elemento sintáctico de ésta”³⁸. Polo tanto, é necesario establecer as condicións que permiten falar de coordinación no seo dunha estrutura sintáctica. Jiménez Juliá (1987, p. 310), que parte de Dik, fala de catro condicións: 1. Unión de dous ou máis membros; 2. función sintáctica idéntica; 3. mesmo rango xerárquico; 4. presenza dun nexo³⁹.

Este nexa recibe o nome de conxunción, da que encontramos a definición xa na Antigüidade clásica. Así, nos estoicos, os verdadeiros creadores da gramática, a conxunción aparece xa como unha das partes da oración. Sen embargo, é na escola alexandrina, representada por Dionisio de Tracia, onde encontraremos a primeira síntese gramatical (*Tecné Grammatiké*). Unha das súas achegas fundamentais era segmentar a oración en oito partes⁴⁰: *ónoma* (nome); *rhema* (verbo); *metoché* (participio); *arthron* (artigo); *antonymia* (pronome); *próthesis* (preposición); *epirrHEMA* (adverbio) e *syndesmos* (conxunción). Para Dionisio a conxunción (*syndesmos*) era a parte da oración que serve para manter unido o discurso e axuda na súa interpretación⁴¹. O modelo alexandrino será adaptado por Roma, onde será decisiva para a historia dos estudos gramaticais a obra de Donato e Prisciano. Tanto na *Ars Minor* coma na *Ars Maior* de Donato temos a seguinte estruturación *de partibus orationis*: 1. *de nomine*; 2. *de pronomine*; 3. *de verbo*; 4. *de adverbio*; *de participio*; *de coniunctione*; *de praepositione*; *de interiectione*. Nela a conxunción aparece defi-

³⁶ O problema xurdiría no momento de precisar que é o que se entende por equivalencia. Serra Alegre (1988) expón nos seus tres primeiros capítulos todas as condicións decisivas na configuración da coordinación, centrándose na copulativa, coincidindo coas de Jiménez Juliá, se ben engade a de contigüidade, isto é, a linealidade do discurso.

³⁷ Véxase Real Academia Española (1991, p. 505).

³⁸ Gili Gaya, 1991, p. 272.

³⁹ Este último factor non sempre é necesario xa que a coordinación (e tamén a subordinación) pode establecerse sen a forzosa presenza dun nexa, é o procedemento da xustaposición. Sen embargo, neste traballo prescindiremos deste procedemento xa que nos baseamos na presenza e non na ausencia de conxunción.

⁴⁰ Esta clasificación pasará á lingua latina, sen embargo, o latín ó non ter artigo, introduciu a interxección como unha clase de palabra máis.

⁴¹ Robins (1987, p. 44).

nida como a *pars orationis adnectens ordinansque sententiam*⁴². No século VI, Prisciano dá unha nova definición da conxunción: *Proprium est coniunctionis diversa nomina vel quascumque dictiones casuales vel diversa verba adverbia coniungere e que est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partibus orationis, quibus consignificat, vim vel ordinationem demonstrans*⁴³.

Estas dúas artes gramaticais circularán durante todo o Medievo. A de Donato gozou dun extraordinario éxito debido non ás súas innovacións teóricas, senón ó seu método fundamentalmente didáctico e pedagóxico. Sufriu a concorrência de Prisciano a partir do século VI, pero vaise manter no sistema educativo medieval do *trivium*⁴⁴ ata o século XI, momento no que se impoñen as reflexións da *Institutiones Grammaticae* de Prisciano, sobre todo as contidas nos dous últimos libros, que se dedican á sintaxe e que gozaron de importantes glosas no século XII a prol de Guillaume de Conches e Pierre Hélie.

É neste preciso contexto cultural onde hai que situar a formación do traductor da *Queste*⁴⁵. Nos séculos XIII-XIV comezan a prosperar as disciplinas universitarias e, no que se refire ós estudos gramaticais, a raíz do coñecemento das doutrinas aristotélicas, proliferaron as gramáticas especulativas dos *modistae*, que dotaron de pensamento filosófico ás partes da oración latina⁴⁶.

⁴² Véxase Holtz (1981, pp. 599-600).

⁴³ Robins (1987, p. 73, n. 49).

⁴⁴ Véxanse Holtz (1981), sobre a difusión de Donato na tradición gramatical e no ensino; e Curtius (1989, pp. 63-89) para unha panorámica rápida do sistema educativo medieval, á que se lle ten que engadir o libro de Riché (1962) dedicado á educación no occidente bárbaro durante os séculos VI-VIII.

⁴⁵ Por suposto, as doutrinas gramaticais destinábanse ó ensino da lingua latina, pero non é de menosprezar que “l'accès des débutants à la langue latine se faisait par l'intermédiaire du vernaculaire” (Merrilees, 1990, pp. 20-21). Polo tanto, podemos supoñer que o ensino da gramática latina permitía, nunha clara situación de bilingüismo, reflexións sobre o que acontecía nas linguas vulgares que comezan, paseniño, a saír do espacio da oralidade para fixar o seu discurso nos escritos literarios. Lembremos as acertadas palabras de M. Selig (1993, p. 14): “Écrire en langue vernaculaire sera pour longtemps un acte qui devra se situer par rapport à une pratique dominante, celle d'écrire en latin”. Se podemos situar o noso texto no eixo cronolóxico que vai dende mediados do século XIII ata os inicios do XIV, sen contar coa renovación do século XV, veremos que escribir en prosa galego-portuguesa é algo novidoso: o verso lírico trobadoresco impúñase nas cortes con suma facilidade. Polo tanto, as estruturas lingüísticas da prosa non están fixadas. Insístese, quizais en exceso, en que a prosa literaria é unha lingua artificial que non nos serve para establecer a historia das estruturas lingüísticas. Bustos Tovar (1993, p. 248), en datas recentes, afirmaba, sobre o castelán antigo, que “dans un texte littéraire, on ne trouve pas la description d'un “état de langue”, mais d'une langue “idéale”, qui de toute évidence, a un statut différent de celui de la langue réelle. C'est ainsi qu'on arrive à une annulation totale ou partielle de la valeur de témoignage que cette langue littéraire possède pour l'histoire linguistique; son caractère de langue “artificielle” la rendrait incapable de refléter la situation “réelle” de la langue”. En afirmacións coma estas está a causa de que a nosa prosa non dispoña de estudos serios; unha das direccións é a realización de estudos contrastivos co que acontece na linguaxe dos documentos que, para algúns, é case a única fonte onde se pode captar a lingua “real”. Ademais, a afirmación dunha lingua literaria “artificial” é un tanto superflua, xa que o texto literario, en calquera das súas épocas e manifestacións, caracterízase por unha certa rixidez que a afasta da lingua “real” “falada”. Sen embargo, este feito non é impedimento para que hoxe en día se considere coma modelo de castelán ben escrito aquel que empregaron os escritores clásicos. Sempre foi así. Polo tanto, é hora de que lle concedamos á prosa literaria o papel que xoga na constitución da nosa lingua, sobre todo no que se refire ás estruturas sintácticas. Por outro lado, ¿é posible aplicar o cualificativo de “artificial” a algo que non está creado, que non ten modelos nos que basearse, e que tenta, ó crearse, buscar unha dignidade de lingua literaria?

⁴⁶ Remitimos ó lector ó detallado estudio de Beuchot (1981).

As definicións establecidas nas gramáticas da Antigüidade son as que se adoptaron nas primeiras gramáticas das linguas románicas e son, na súa esencia, as que podemos atopar nas gramáticas actuais⁴⁷. Nelas, salientáanse da conxunción a súa invariabilidade e a profunda dependencia que se dá entre a súa presenza e o tipo de relación que se establece. É neste factor onde reside un dos principais defectos que lle encontramos as gramáticas de tipo tradicional: consideran a conxunción sempre dentro do campo da morfoloxía, e só se contentan con dar un listado dos diferentes tipos, sen interrogarse sobre o seu funcionamento no enunciado lingüístico⁴⁸. Este tipo de gramáticas pecan dunha presentación “formal” ou “nocional”.

A conxunción semantiza a construción sintáctica; por iso, o seu estudio só ten fundamento no marco da sintaxe, aínda que o punto de partida sexa o da morfoloxía. Por iso, o nexo coordinativo será o noso punto de partida para delimitar como se desenvolven as estruturas coordinadas do francés medieval na súa translación ó galego-portugués (¿ou portugués?).

A presenza do nexo é esencial, xa que é, en palabras de Jiménez Juliá, 1987, p. 328: “en primer lugar, el único indicador de la existencia de una relación coordinativa entre los elementos de una construcción y, en segundo, el único indicador del valor semántico relacional concreto de la construcción”.

Precisamente, o criterio semántico vaise converter no eixo estruturador, e tamén en fonte de polémica e dialéctica. Por moito que se insiste en que a coordinación é unha construción sintáctica, e que é no interior da propia construción onde hai que encontrar e delimitar as súas marcas definitorias, o certo é que o criterio semántico é o que focaliza as orientacións dos teóricos. Nel apóianse para establecer os diversos valores tanto coordinativos coma subordinativos. O problema é establecer a fronteira entre os primeiros e os segundos.

Se collemos como punto de partida as gramáticas deste século, encontraremos unha interesante diverxencia á hora de establecer cales son as estruturas coordinadas e cales as subordinadas.

M. Seco, 1989, considera que hai cinco tipos de estruturas coordinadas en función do nexo: as copulativas, as disxuntivas, as adversativas, as causais e as consecutivas; a mesma clasificación figura en R. Seco, 1990, e en Alcina Franch / Blecua, 1991, pp. 839-842 e 1157-1186; outra postura témola en Gili Gaya, 1991, que opta por considerar como coordinativas só as copulativas, as disxuntivas e as adversativas; no Esbozo da Real Academia Española, 1991, e en Alarcos Llorach, 1994, encontrámonos tamén con esta tripartición da coordinación. Fronte á dobre postura que manteñen os “gramáticos” —permítasenos a expresión—, os “lingüistas” tamén amosan a mesma vacilación, por non dicir confusión. Unha vacilación que nace da propia semantización que sofre a secuencia lingüística.

⁴⁷ Véxase Alcina Franch / Blecua, 1975, p. 839; R. Seco, 1990, p. 127; Alarcos Llorach, 1994, pp. 227-228.

⁴⁸ Hai que facer mención de Alcina Franch / Blecua, 1975, pp. 1157-1186, por ser unha das gramáticas máis detalladas no que concirne ó comportamento da conxunción dentro da oración.

Así, Jiménez Juliá, 1987, p. 311, considera como “estructuras coordinadas las tradicionalmente denominadas “copulativas” y “disyuntivas”, excluyendo por consiguiente, todas aquellas que, como las adversativas, e incluso las causales, habían sido integradas entre las coordinadas por razones más conectadas con el tipo de nexos que con el comportamiento sintáctico”. Sen dúbida, nesta clasificación encóntrase a influencia de Rojo, 1978, para quen as adversativas son catalogables coma unha relación sintáctica de interdependencia expresada por unha estrutura bipolar (como as condicionais, concesivas e consecutivas). É a mesma influencia que detectamos en Rodríguez Sousa, 1979, que, despois de analizar os criterios de Ana María Echaide, Báez / Moreno e García Berrio, partidarios de incluír as adversativas dentro da coordinación, chega á conclusión de que non hai motivos para inserir a construción adversativa como coordinación xa que todo favorece a súa condición de construción bipolar.

En certo sentido, a afirmación de Jiménez Juliá pode resultar contradictoria con respecto ó que afirma noutro punto, cando manifesta a importancia que ten o nexo coordinativo na configuración do tipo de relación. Noutro momento, este lingüista afirma que “frente a la estructura coordinada, donde cada miembro no hace más que aportar un valor semántico-relacional idéntico al de los otros miembros, en las adversativas cada uno de los (dos) elementos funcionales tiene valor específico distinto y adquirido a través de su solidaridad con el otro miembro del grupo” (Jiménez Juliá, 1984, p. 224). Para este investigador (p. 224), a unión entre as copulativas e as adversativas reside en que a copulativa é unha asociación neutra que “no añade ningún matiz externo a la propia asociación; las construcciones adversativas, en cambio, explicitan el hecho de que la asociación es realizada mediante una contraposición de valores”. ¿Non son estas palabras o establecemento dun criterio semántico para diferenciar as copulativas das adversativas? Pero, ademais, ¿como se manifesta esa solidariedade? ¿con que medios se indica? ¿que factores permiten establecer que o primeiro membro dunha construción adversativa apela ou demanda unha solidariedade con respecto a un segundo? ¿Cal é o papel xogado nesa solidariedade polo nexo?

Para outros estudiosos, as teses de Rojo, 1978, e Jiménez Juliá, 1984 e 1987, son discutibles, xustamente por considerar que as adversativas non forman parte das estruturas coordinativas e por basearse, segundo estes mesmos estudiosos, en criterios semánticos para explicar un comportamento sintáctico, xa que dunha conexión semántica non se pode deducir con carácter de necesidade unha conexión sintáctica (Álvarez Martínez, 1987, pp. 135-138).

Como queira que a resolución desta cuestión non é nada doada⁴⁹, e que a adversatividade require dunha análise moito máis profunda e exhaustiva da que lle poderíamos dedicar nesta comunicación, consideraremos como construcións coordinativas as tradicionalmente chamadas copulativas e disyuntivas.

⁴⁹ Como mostra desta confusión temos a solución presentada pola *Gramática Galega* de Álvarez / Regueira / Monteagudo, 1994, pp. 527-529, que desglosan a adversatividade galega en estruturas coordinadas e interordinadas. Solución esta que non nos semella acertada porque, aparte de non establecer claramente os límites entre os dous tipos de estruturas, supón deixar o camiño libre á vontade interpretativa de cadaquén.

O noso propósito é partir da conxunción –tamén nomeada nexo ou conector–, para acceder ó seu comportamento nas estruturas sintácticas; noutras palabras, efectuaremos un percorrido dende a morfoloxía ata a sintaxe, pero ese percorrido será sincrónico. Sincrónico porque estudiaremos só un momento da historia da lingua galega: o período medieval.

5. AS CONXUNCIÓNS COPULATIVAS

Coseriu, 1968, p. 40, defíneas como partículas que sinalan “una adición de términos generalmente equivalente, en los varios niveles de estructuración sintagmática”. A adición segundo este investigador pode ser de dous tipos en función do valor dado á estrutura: positiva e negativa.

5.1. A copulación positiva

Na lingua latina as estruturas coordinadas por copulación positiva realizábanse, sobre todo, gracias a catro conxuncións: *et*, *ac*, *atque* e *-que*⁵⁰. Estas formas caracterizábanse por ter certas connotacións específicas: *et* representaba a simple adición; *ac* / *atque* a adición + unidade ou gradación; *-que* a adición + unidade + equivalencia⁵¹.

Nas linguas románicas só sobrevive *et*, agás en romanés como se verá máis adiante. Sen embargo, en Italia, sinala Meyer-Lübke, 1974, p. 615, *atque* conservouse “sous la forme *a*”. A principal razón da imposición de *et* sobre as demais conxuncións é que o seu emprego era moito máis xenérico e adaptable ós contextos máis variados.

1. Unha ollada permite ver que a conxunción copulativa máis empregada é a derivada da latina *et*: *et* (pronunciada /e/) en francés antigo, sen que notemos a típica vacilación entre a grafía etimolóxica *et*, que é a que pervive hoxe en día no francés, e a grafía *e*; *e* en galego-portugués.

2. Sen embargo, no que se refire ó francés antigo, hai outro nexo que rivaliza con *et*. Falamos do adverbio *si* (do latín *sic*). Meyer-Lübke, 1974, p. 613, explica o seu emprego da seguinte maneira: “Puisque des propositions copulées par *si* peuvent sans changement dans leur signification, l’être aussi par *et si*, cela revient à dire que *si* peut adopter la signification de *et*”.

Vexamos algúns exemplos:

a –“Et celle vient maintenant a la teste, *si* la prent, et dit” (cap. VI, p. 151).

–“E ela foi logo aa cabeza *e* filhou-a e disse” (cap. 296, p. 234).

b –“et monte après ce que Eret fut montés; *si* se partent de leans” (cap. VI, pp. 153-154).

–“e sobiu em seu cavalo, depois que Erec sobiu no seu, *e* parti-se do castelo” (cap. 298, p. 235).

⁵⁰ En realidade son tres xa que *ac* e *atque* representan unha mesma forma: “el empleo de *ac*, *atque* viene dado por el entorno fonético, *ac* aparece sólo ante consonante y *atque* ante vocal y *h*” (Coseriu, 1968, p. 41). Outras conxuncións son *quoque*, *etiam* e as correlativas como *et... et*, *cum... cum*, *modo... modo*, etc.

⁵¹ Coseriu, 1968; cf. Jiménez Juliá, 1984, p. 214.

- c –“*si* met la main a l'espee, et s'appareille de moustrer la greigneur prouesse” (cap. VII, p. 160).
 –“*e* meteu mão a espada e guisou-se de se amostrar polo millhor” (cap. 307, p. 240).
 d –“*et si* vous dy je que ses maistres estoient de Romme” (cap. IX, p. 172).
 –“*E* digo-vos que seus meestres eram de Roma” (cap. 319, p. 246).

Polo tanto, o francés antigo podía escoller entre tres nexos para coordinar elementos gramaticais: *et*, *et si* e *si*; e no que se refire ós dous últimos o traductor sabía moi ben do seu valor coordinativo xa que as traduce sempre por *e*. Aínda que non se aprecian diferencias entre a coordinación efectuada con *et* e a efectuada con *si*, ás veces é posible vencellar *si* coa súa primitiva significación en tanto que “*si* attire l'attention sur la manière dont s'accomplit une action et qui est indiquée par quelque chose qui a précédé ou quelque chose qui suit” (Meyer-Lübke, 1974, p. 613):

- a –“Lors laisse le corps gisant a terre tout ainsi com il estoit devant, *et* vient a son cheval, *si* monte au plus tost qu'il peut” (cap. X, p. 190).

A combinación *et si* foi frecuente ata o século XVI, momento no que desaparece da lingua francesa. Non acontece así no romanés que, desta mesma combinación, en vez de escoller o primeiro elemento optou polo segundo como conxunción copulativa. O feito de que un adverbio adquira un valor coordinativo non nos debe sorprenden, xa que a fronteira entre adverbios e conxuncións no francés antigo, e xa no propio latín, especialmente en época tardía, non é clara⁵².

3. Da análise efectuada salientaremos os seguintes aspectos:

a) A conxunción *et* / *e* domina de tal modo o discurso que este se converte nunha suma de accións continua. De feito non hai case ningunha oración ou cláusula que non conteña unha ou máis conxuncións deste tipo. Estamos diante dun estilo que se aproxima ó polisindético, moi próximo do rexistro épico. Pode ser unha marca reveladora da oralidade latente nestas primeiras novelas e que é posta en relación coa linguaxe de tipo popular polos estudiosos⁵³. O certo é que a propia natureza estilística destes relatos apela á numerosa presenza da coordinación copulativa. Non esquezamos que en moitas ocasións o discurso narrativo non é máis ca unha enumeración de accións desenvolta por un mesmo suxeito. O relato artúrico vai focalizando alternativamente a forza dos acontecementos nos principais cabaleiros do rei Arturo. Case sempre estamos diante dunha perspectiva horizontal: o narrador conta, ou mellor dito describe con detalle enumerativo todo o que fai o heroe en cuestión. O que estamos a dicir pódese contrastar coa menor presenza da conxunción *et* / *e* nos diálogos:

- a –“*Et* cil fut sailliz avant, (...), *si* josterent ensemble, *et* fut ainsi avenu que messire Gauvain l'abbatit a celle joust, *et* le navra a mort. Cilz de la feste saillirent avant,

⁵² Moignet, 1984, p. 287.

⁵³ Stempel, 1961, pp. 236-237.

et demanderent a monseigneur Gauvain qui il estoit, *et* comment il avoit nom; *et* il leur descouvrit son estre” (p. 164).

–“*e* pediu-lhe justa. *E* o cavaleiro, (...), justou com el, *e* foi assi que o derribou Galvam *e* que o chagou a morte. Os da festa veerom a el *e* preguntaron-lhi quem era; *e* el se nomeou” (cap. 311, p. 242).

b –“*si* met erranment pié a terre, *et* laisse son cheval aler quel part qu’il veult après ce qu’il ly ot osté le frain, puis oste son heaume, *et* abat sa ventaille, *et* s’assist delés la fontaine, *et* regarde l’eau qui a merveilles estoit belle et clere; *si* pense qu’il demourra illec, *et* s’i reposera...” (p. 170).

–“*E* tolheu o freo ao cavalo *e* leixou-o pacer *e*, disí, tolheu o elmo *e* a avantalha *e* assentou-se cabo da fonte *e* catou a água que era mui fremosa e mui clara, *e* pensou que folgaria ali...” (p. 245).

É moi frecuente o seu emprego cando introduce un *verbum dicendi*:

a –“*et* leur crie” (p. 144).

–“*e* deu-lhis vozes” (cap. 289, p. 229).

b –“*et* luy dist” (cap. vi, p. 156).

–“*e* disse-lhi” (cap. 302, p. 237).

c –“*si* li dit” (cap. viii, p. 167).

–“*e* disse-lhe” (cap. 315, p. 244).

Como xa dixemos, a conxunción *et* / *e* inicia en moitísimas ocasións a secuencia lingüística; en non poucos casos é habitual que acompañe a unha conxunción / adverbio de tipo subordinativo, convértese case nunha partícula expletiva tal como reflicte, ás veces, o texto da *Demanda*, aínda que o máis normal é que figure tamén traducida:

a –“Et Meraugis occist l’autre frere, *et* quant le tiers voit ceste chose, (...)” (p. 144).

–“E Meraugis er matou o outro. Quando o terceiro esto viu (...)” (cap. 289, p. 229).

b –“Et quant il entent ceste parole, il en est si esbaïs que tout le cuer li fault” (p. 147).

–“Quando el esto ouviu, foi tam espantado que lhe faleceu o coração” (cap. 293, p. 232).

c –“Et lors haulce l’ espee et tourne d’ autre part son vis” (p. 151).

–“Entom ergeu a espada e tornou o rostro a outra parte” (cap. 296, p. 234).

Exemplos deste tipo, onde a conxunción do texto orixe non se traduce, repítense nos cinco capítulos que analizamos. Isto responde ó estilo máis arcaico do texto orixe con respecto á súa tradución, pero non podemos deixar de mencionar a posibilidade de que a renovación do século XV, a tradución intralingual, supuxera unha redución das oracións introducidas por *et* / *e* cando esta acompañaba a unha conxunción ou a un adverbio.

b). Ata o de agora vimos o emprego de *et* / *e* como nexos oracionais. Vexamos agora algúns exemplos nos que coordina sintagmas dentro da cláusula:

a –“Il fut vray que Lac *et* Dirat furent freres d’un pere *et* d’une mere” (cap. vi, p. 140).

–“Verdade foi que rei Lac *e* Dirac foram irmãos de padre *e* de madre” (cap. 285, p. 227).

- b – “terre grant *et* riche avoit conquise” (cap. VI, p. 140).
– “gram terra *e* rica havia conquista” (cap. 285, p. 227).
- c – “il en est tant doulent *et* tant honteux qu’il ne scet qu’il doye dire” (cap. VIII, p. 165).
– “houve tam gram pesar *e* tam gram vergonça que se non soube dar a conselho” (cap. 313, pp. 242-243).

Por norma a translación soe ser correcta; sen embargo, ás veces, o traductor opta por reducir estes sintagmas coordinados. A redución afecta ó termo menos xenérico ou menos importante segundo o concepto do traductor:

- a – “pour Dieu *et* par cortoisie souffrés que je aille aveques vous” (cap. VI, p. 137).
– “e rogo-vos *por Deus* que me leixedes ir com vosco” (cap. 281, p. 225).
- b – “Et messire Gauvain, qui estoit *fres et reposés*” (cap. X, p. 192).
– “E Galvam, que estava *folgado*” (cap. 343, p. 258).
- c – “(...) qu’il ot parlé a Eret *et* a Meraugis que l’*accord et la paix* fut entierement faicte” (cap. VI, p. 145).
– “(...) que falou com Erec *e* com Meraugis, assi que a *paz* foi feita” (cap. 291, p. 230).

É frecuente o seu uso en enumeracións que suxiren unha idea de conxunto:

- a – “ung pain d’orge assés noir, *et* assez dur, *et* assés malaisiés a mengier” (cap. VI, p. 158).
– “uu pam de orjo mui negro *e* mui duro *e* mui mau pera comê-lo” (cap. 304, p. 238).

A norma é que o traductor repita a conxunción diante de cada un dos elementos coordinados, pero hai excepcións coma o texto seguinte,

- a – “Gentilz chevaliers, bons, *et* preux, *et* hardis, courtois *et* enseignés” (cap. VII, p. 159).
– “bõõ homem, bõõ cavaleiro, bõõ de armas, bõõ de ardimento, bõõ de cortisia, ensinado, mesurado, prol, paação” (cap. 306, p. 239).

no que a presenza da conxunción do texto orixe é substituída polo procedemento estilístico da xustaposición que, en certo sentido, semella anómalo e que máis ben parece proceder da tradución intralingual practicada no século XV.

c). Ás veces, a conxunción *et* / *e* suxire un valor subordinativo:

- a – “si ne le feras tu pas, *et si* t’en prie” (cap. IX, p. 176).
– “Nom no queres fazer em nenhua guisa *e* rogando-te ende eu?” (cap. 325, p. 249).
- b – “occions les après leur pere, *si* ne nous viendra jamais mal par eulx” (cap. VI, p. 141).
– “matemos-los como matámos seu padre *e assi* nom nos viirá mal por eles” (cap. 286, p. 227).

Esta circunstancia dáse sobre todo en estruturas coordinadas nas que os verbos das accións sinaladas por cada membro son de tempos diferentes, chegando a supoñer unha sucesión lóxica. Así, no exemplo **b** vemos como a sucesión dos acontecementos narrados teñen que ver cunha acción do presente coordinada a outra do futuro, que é unha consecuencia do dito no primeiro membro, polo que o nexos é dotado dun claro valor consecutivo.

5.2. Copulación negativa

Na lingua latina había dous medios fundamentais para expresar a copulación negativa: *et non* e *nec* (*neque*). Para Coseriu, 1968, *nec* / *neque* era o nexo máis estendido no seu uso coordinativo en prexuízo de *et non* que se limitaría unicamente a formular a nomeada coordinación negativa pura (*A non B*), onde nega un segundo termo que entra en contradicción total ou parcial co primeiro termo. Sen embargo, neste apartado tampouco hai unanimidade. Así, outros estudiosos, entre eles Rubio, 1982, pp. 366-386, manifestan unha postura contraria e afirman que *et non* era preferida en non poucos contextos a *nec* / *neque*⁵⁴. Antes de proseguir queremos facer unha aclaración. Non imos tratar dos resultados de *et non*, xa que o único que se establece é unha coordinación de valor positivo seguida dun termo negativo e, polo tanto, as súas características sintácticas son asimilables ás xa comentadas para *et* / *e*. Este aspecto, como veremos, é apoiado pola translación que fai o traductor da *Demanda* da combinación *ne ne* do texto de saída.

Vexamos, xa que logo, os nosos textos e as conclusións que permiten establecer sobre a nomeada copulación negativa en francés antigo e galego-portugués:

a). De primeiras, salientaremos que as formas que temos son froito dunha normal evolución das conxuncións latinas: *ne* no texto orixe; *nem* no texto de chegada. A forma francesa, que non se debe confundir co adverbio de negación *ne* (do latín *non*), será concorrida no século XV por *ni* que acabará impoñéndose no século seguinte. No que se refire á situación do texto da *Demanda*, adquire certo relevo o feito de que non se aprecie a vacilación ortográfica que se rexistra na linguaxe documental, onde se produce unha clara diferenciación rexional no dominio do galego-portugués: o galego oscilaría entre unha forma *ne* (forma gráfica), *nin* e o portugués entre *ne*, *nen*, *nem*. O galego xeneralizaría a forma *nin* debido ó influxo do castelán e o portugués a forma *nem*⁵⁵. No texto da *Demanda*, en clara correspondencia coa forma francesa, temos *nem*. A ausencia de vacilación só vén a demostrar que o texto foi traducido por un portugués, ou que é unha das consecuencias da traducción intralingual do século XV.

b). *Ne* / *nem* emprégase, é obvio, en estruturas coordinadas nas que a relación entre os termos coordinados é negada total ou parcialmente. Se nos baseamos neste principio de diferenciación semántica, que non coordinativa, podemos delimitar dúas estruturas maioritarias:

1. Unha das estruturas máis repetidas é aquela na que coordina unha cláusula positiva a outra negativa. Nestes casos antecede de forma mediata ó adverbio negativo *ne*, resultando a combinación *ne ne* tan frecuente na lingua francesa medieval como moi ben sinala Foulet, 1930, p. 289. Vexamos algúns exemplos:

a –“et vit qu’il ploroit *ne ne* savoit de quoy” (cap. x, p. 183).

–“el viu (...) que chorava *e nom* sabia porquê” (cap. 335, p. 254).

⁵⁴ Véxase unha visión de conxunto en Jiménez Juliá, 1984, pp. 215-219.

⁵⁵ Maia, 1986, p. 877.

- b –“Souvengne vous de la Table Ronde, *ne* ne vous honnissez pour ung tel homme comme je suis” (cap. X, p. 192).
- “Nembre-vos o juramento e a menagem da Mesa Redonda (...) *e nom* escarneça-des nem confundades per uu tal homem como eu som” (cap. 342, p. 258).
- c –“Ha! Sainte Marie, Mere de pitié, secourés moy, *ne* ne me laissés encores mourir” (cap. X, p. 183).
- “Ai, Senhora Santa Maria, madre de piedade, socorre-me *e nom* me leixes ainda morrer” (cap. 335, p. 254).

O emprego de *ne* era moi estendido no *francien*, de tal maneira que aparecía sempre que o contexto informativo da secuencia lingüística adquiría ou suxería un matiz negativo, ou mesmo dubitativo. Sen embargo, co paso do tempo, a conxunción perdeu a súa forza funcional a prol de *et*, sobre todo, pero tamén de *ou*. Obsérvase que a translación da *Demanda*, nestes casos, é sempre *e nom*, nexo que encontraríamos hoxe na tradución da construción francesa: “Ah! Sainte Marie, mère de pitié, secourez-moi *et ne* me laissez *pas* encore mourir”. Estamos, polo tanto, diante dunha diferenza esencial entre as estruturas sintácticas francesas medievais e as galego-portuguesas: o uso de *e nom*, resérvase para a coordinación de termos, un de valor positivo e outro de valor negativo, mentres que o francés aceptaba un uso xeneralizado da conxunción *ne* para calquera contexto semántico-relacional negativo.

2. Outra estrutura habitual é aquela en que a coordinación se establece entre dous termos negativos, que poden ser ben sintagmas dentro da propia cláusula, ben cláusulas. Neste caso a *Demanda* ofrece, por norma, a conxunción *nem* como correcta tradución:

2.1. Coordinación de sintagmas dentro da cláusula:

- a –“en une plaigne si gaste qu’il n’y avoit *ne* erbe *ne* arbre, *ne* flour *ne* fruit, *ne* riens dont homme peust vivre a droit” (cap. VI, p. 146).
- “uu chão ermo em que nom havia ervas *nem* árvor *nem* flor *nem* fruto *nem* rem per que homem podesse viver” (cap. 292, p. 231).
- b –“onques ne veïstes si grant duel *ne* si grant cri” (cap. VI, p. 151).
- “nunca vistes tam gram doo *nem* tam grandes vozes” (cap. 296, p. 234).
- c –“qu’il ne povoit a soy traire *ne* pié *ne* membre *ne* plus que s’il eust perdue toute la force du corps” (cap. IX, p. 171).
- “que nom podia tirar a si pee *nem* mão *nem* nembro que houvesse” (cap. 318, p. 246).

En cada caso os sintagmas coordinados son do mesmo tipo de unidade, e desenvolven a función de complemento de obxecto directo e, como se pode apreciar, o máis normal é que a conxunción acompañe a cada un dos termos, agás o primeiro, aínda que hai excepcións coma nos exemplos **a** e **c**, onde o texto francés presenta a conxunción *ne* diante do primeiro termo: *erbe*, *pié*; no texto da *Demanda* reflíctese a tendencia actual e a conxunción non se emprega.

2.2. Coordinación de oracións ou cláusulas:

- a –“Sire, nenil, car je ne voy nulz escloz de cheval, *ne* je ne sçay quant il se depparti de moy” (cap. VII, p. 162).

- “Non disse el, que nom vejo sê rastro *nem* ar sei quando se de mim partiu” (cap. 309, p. 241).
- b –“Ilz ne s’entrecognurent pas par leurs armes qu’ils avoient changés de nouvel, *ne* jouste *ne* s’entredemanderent” (cap. VIII, p. 167).
- “Eles nom se conhecerom polas armas que trariam cambadas, *nem* se al demandarom justa” (cap. 315, p. 244).
- c –“qu’ilz *ne* peurent actaindre Eret, *ne* homme n’encontrerent qui nouvellez leur en sceust dire” (cap. VIII, p. 168).
- “que nom acalçarom Erec *nem* acharom quem lhe dele novas desse” (cap. 316, p. 245).

Como podemos apreciar nestes tres exemplos (unha pequena mostra dos numerosos casos que hai), a conxunción *ne* / *nem* coordina cláusulas negativas. O máis salientable é a diferenca que se dá entre a construción francesa, que esixe, polo menos na parte que analizamos, a presenza do adverbio *ne* diante de cada un dos verbos que se negan (de feito é a única lingua románica que a reclama, Meyer-Lübke, 1974, p. 780), e a construción do texto galego-portugués, no que a presenza do adverbio *nom* só é esixida diante do verbo da primeira cláusula. Quizais, todo consista nunha simple cuestión de forza funcional: a conxunción *nem* ten a suficiente forza para negar o verbo da cláusula que lle segue, mentres que *ne* non posúe esa forza e, por iso, necesita do reforzo que lle fornece o adverbio *ne* para poder negar o verbo da cláusula. En parte, aínda que é posible atopar outras explicacións, a perda de forza funcional de *ne* ten a súa razón de ser en que o seu valor é concorrido ás veces pola conxunción disxuntiva *ou* ou polo da conxunción copulativa *et*⁵⁶.

c). Outras particularidades:

* Ó igual que acontecía na copulación positiva, o traductor opta, nalgúns casos, por reducir os sintagmas coordinados a prol do termo máis xenérico e que, en certo senso, xa implica ó outro:

- a –“pour son cheval qu’il ne sentoît pas *assés fort ne assés viste*” (cap. VI, p. 158).
- “polo cavalo que nom sentia *tam arrizado*” (cap. 304, p. 238).

* Unha das notas interesantes é que *ne* se converte nunha conxunción disxuntiva cando é empregada nunha interrogativa tal como reflicte a tradución da *Demanda*⁵⁷:

- a –“Sire chevalier, veïstes vous huy *ne* arsoir ung chevalier qui porte unes armes blanches a ung lion vermeil?” (cap. VIII, p. 167).
- “Senhor cavaleiro, vistes hoje *ou* ontem uu cavaeiro que trage uas armas brancas com uu leom vermelho?” (cap. 315, p. 244).

⁵⁶ De feito, basta con ollar os casos presentados por Grevisse / Goosse, 1986, pp. 1568-1570 e pp. 1572-1573, para comprobar como o emprego da conxunción *ni* é sinalado como arcaico en bastantes casos, xa que a lingua actual prefire, en moitos dos contextos coma os que analizamos aquí, empregar a conxunción *et*. Véxanse tamén os casos xa vistos en que *ne* coordina un termo positivo a un negativo.

⁵⁷ Cf. Moignet, 1984, pp. 332-334.

Esta tendencia fíxose cada vez máis frecuente na lingua francesa como fan notar Grevisse / Goosse, 1986, p. 1574, ata tal punto que mesmo se emprega para coordinar elementos dentro dunha oración ou cláusula negativa. Feito este que as gramáticas severas rexeitan por incorrecto.

6. AS CONXUNCIÓNS DISXUNTIVAS

En termos relativamente sinxelos podemos dicir que a conxunción disxuntiva ofrece unha elección entre os termos coordinados. En oposición á conxunción copulativa, desune os significados, por iso recibe o nome de conxunción disociativa.

Na lingua latina os instrumentos principais para marcar a disociación eran as conxuncións *aut* e *vel*. A primeira, *aut*, expresaba a contrariedade ou disxunción exclusiva, isto é cando a realización dun dos membros exclúe a realización do outro, e *vel* a simple alternancia ou disxunción inclusiva, isto é, cando os dous membros presentan unha alternativa de tal modo que ningunha das accións sinaladas é excluída pola outra (Jiménez Juliá, 1986, p. 164). A repetición da conxunción diante de cada un dos termos coordinados considérase como un simple recurso estilístico (Jiménez Juliá, 1986, p. 169).

Nas linguas románicas, destas conxuncións a que perviviu foi *aut*, xa que *vel* se perdeu a non ser en galego medieval, onde se empregaba en certas exclamacións ou invocacións ou como conxunción co valor de *ou* (Magne, 1944, t. III, p. 288; Maia, 1986, p. 878). Sen embargo, o romanés emprega a forma *său*, derivada de *seu* (outra das conxuncións latinas que expresaban a disxunción, Meyer-Lübke, 1974, p. 258), e de *aut* (Cioranescu, 1958, s.v. *său*).

No texto francés, correspondente ós cinco derradeiros capítulos do *Roman de Erec*, atopamos uns dez casos de construcións coordinativas con *ou*, ás que lle corresponden outros tantos no texto da *Demanda*, aínda que hai dous casos que representan unha traducción diversa, como veremos.

A disxunción non gozou aínda de visións e análises profundas sobre a súa especificidade sintáctica, ata tal punto que podemos dicir que un dos estudos máis detallados que existen sobre o tema, aínda que referido á lingua castelá, é o artigo de Jiménez Juliá, 1986. De feito, na nosa lingua, a gramática establecida só lle dedica unhas vinte liñas⁵⁸.

Vexamos, xa que logo, a partir dos exemplos, que é o que podemos dicir sobre a disxunción nos nosos textos.

a –“Et puis que Dieu m’a cy amené n’en partiray jusques je me soye vengié des desloyaulx, *ou* ilz me tueront, *ou* je les occiray” (cap. VI, p. 139).

–“E pois me Deus aqui adusse, ja mais nom me partirei até que o vingue e, *ou* me eles matarám *ou* eu eles” (cap. 283, p. 226).

⁵⁸ Álvarez / Regueira / Monteagudo, 1994, pp. 526-527.

- b –“Il n’a priere ou monde que j’en o_sse. *Ou* je avray le chief de ceste demoiselle, *ou* Eret me mentira de convenant” (cap. vi, p. 148).
 –“Toda via nom val rem, nom farei rem por vosso rogo. *Ou* eu harei a cabeza desta donzela *ou* Erec me mentirá do que prometeu” (cap. 294, p. 232).
 c –“Messire Eret, la mort ne vient pas selon la volenté du pecheur, *ou* de cellui qui la desire, mais selon l’establissement de Damedieu” (cap. vi, p. 153).
 –“Dom Erec, a morte nom vem segundo a vontade do pecador *nem* daquel que a de-seja, mais assi como Deus quer” (cap. 298, p. 235).
 d –“ne sçay pas tres bien le nom de cellui qui cest cop fera, mais tant vous dy je bien que ce sera *ou* Eret, *ou* Lancelot du Lac” (cap. viii, p. 168).
 –“mais eu nom sei seu nome, mais pero sei que será Lançarot *ou* Erec” (cap. 316, p. 245).
 e –“lors se commence a pourpenser qu’il fera, s’il assaudra Eret, *ou* s’il le laissera en ce point” (cap. x, p. 190).
 –“e pensou *se* o cometeria logo *se* depois” (cap. 338, p. 255).
 f –“car pou advenoit de sepmaines qu’il n’en mourust ung *ou* deux” (cap. x, p. 201).
 g –“se o nom metesse a furto *ou* a treição e morresse por por armas” (cap. 334, p. 253).

a). Unha primeira constatación impónse: as estruturas disxuntivas adoitan presentarse, nos dous textos, despois de cláusulas negativas ás que completan dende o punto de vista semántico.

* É máis habitual que se presente a conxunción repetida diante de cada un dos membros que se coordinan. Este feito, como dixemos, estaba vencellado na lingua latina a un mero efecto estilístico de énfase, xa que dispoñían de dúas conxuncións (*aut* e *vel*) ben delimitadas *a priori* para sinalar a disxunción exclusiva e a disxunción inclusiva respectivamente. As gramáticas, tanto as históricas como as modernas e tanto as referidas ó galego e portugués coma as francesas⁵⁹, non afondan máis neste tema e semella que aceptan que a desaparición de *vel* (agás no galego medieval), o termo máis débil funcionalmente dentro do sistema dos nexos coordinantes, supuxo a incorporación do seu valor semántico a *aut*. A diferenciación dos valores da exclusión e da inclusión delimitaríase en función do contexto. En palabras de Jiménez Juliá, 1986, p. 168, a propósito do castelán, pero que faremos extensible ó galego, “todas las descripciones de la coordinación disyuntiva tienden a presentarla como un tipo uniforme de construcción, con variantes puramente contextuales y marcada mediante el nexo *o* u otros totalmente equi-

⁵⁹ Foulet, 1930, por exemplo non dedica ningunha páxina á conxunción *ou* en francés medieval; Moignet, 1984, pp. 331-332, só di que *ou* “signifie la coordination disjonctive, celle dans laquelle un terme exclut l’autre” e que “peut précéder le premier de deux termes”, sen mencionar ningunha particularidade sobre os dous valores diferenciados; e a gramática de Grevisse / Goosse, 1986, p. 1567, non aporta moitos máis datos. No que se refire á recente gramática histórica da nosa lingua, o tema é tratado en pouco máis de cinco liñas (Ferreiro, 1995, p. 365); practicamente o mesmo acontece en Maia, 1984, p. 878, e na gramática do galego actual (Álvarez / Regueira / Monteagudo, 1994, pp. 526-527). E podemos estender estas características as gramáticas do portugués antigo que só mencionan da conxunción a súa capacidade para expresar a disxunción: Huber, 1986, pp. 268-269 e 286-288; Nunes, 1989, pp. 352-355 e Mattoso Cámara, 1985, pp. 186-188. En ningunha destas gramáticas encontramos unha pequena explicación ó problema da exclusión e inclusión.

valentes”. Como demostrou Jiménez Juliá, 1986, a repetición da conxunción diante de cada un dos termos coordinados adquire na lingua castelá un claro valor distintivo e funcional: o de sinalar a disxunción exclusiva. Polo tanto, “no puede hablarse de reducción del sistema significativo de las coordinadas disyuntivas en el paso del latín al castellano: hubo, simplemente, una reducción de partículas significantes que fue sustituida por la doble utilización de una sola partícula” (p. 172). Así, en castelán a estrutura “**A o B**” ten os dous valores, mentres que a estrutura “**o A o B**” só ten o valor da exclusión.

¿É posible diferenciar nos textos medievais que comentamos os valores da inclusión e da exclusión a través das marcas sinaladas por Jiménez Juliá?

Sen pretender ser ousados ou pecar de xeneralizar unha tendencia a partir destes cinco capítulos, diríamos que o dobre emprego da conxunción (*ou...ou...*) en estruturas como **a** e **b** instaura unha relación entre os membros coordinados de disxunción exclusiva: a realización dun dos membros impide a realización do outro⁶⁰. Sen embargo, hai un caso no texto francés que pode impedir esta consideración, ou polo menos estendela, o **d**, que non presenta unha exclusión, senón máis ben unha alternativa. Unha alternativa suscitada polo propio verbo da cláusula, “ne sçay pas”: calquera dos dous, Lanzarote ou Erec, sen que o primeiro exclúa o outro, pode ser “qui cest cop fera”. A pesar das dúbidas, coidamos que a estrutura reflicte unha disxunción alternativa. Neste sentido, pode servir de apoio a tradución da *Demanda*, “Lançarot ou Erec”, onde non se repite o nexa.

Se aplicamos a repetición da conxunción ós casos de disxunción exclusiva parece claro que a disxunción inclusiva ou alternativa é expresada por “...ou...”, que, por ser o termo non marcado, pode tamén expresar a exclusión. Os textos de novo semellan concedernos a razón. Así, en estruturas como **e**, a relación expresada por “...ou...” é a de ofrecer dúas alternativas sen que ningunha presupón a exclusión da outra. A tradución que ofrece desta estrutura a *Demanda* parece coincidir con esta apreciación, xa que se emparenta coa nomeada coordinación distributiva, que é definida por algúns estudiosos como unha transición entre as construcións copulativas e as disxuntivas⁶¹. O valor de alternativa é tamén visible nos exemplos **c**, **f** e **g**. Interésanos especialmente o **c**, xa que a súa tradución por *nem* no texto de chegada repercute no dito con anterioridade sobre o valor disxuntivo que adquire a conxunción *nem* en certos contextos. Así mesmo, salientaremos a construción presente en **g**, xa que estamos diante do que se pode nomear disxunción de equivalencia: a elección ou alternativa prodúcese entre termos que son máis ou menos equivalentes semanticamente.

Polo tanto, é visible unha tendencia a empregar como disxunción de valor exclusivo o que en latín só era un recurso enfático, isto é a repetición da conxunción diante de cada un dos termos que participan da coordinación. Aínda así, é necesario realizar un estudo exhaustivo en todos os textos galego-portugueses e galegos para poder apoiar o que non constitúe máis que unha impresión ou unha hipótese.

⁶⁰ É o que Alcina Franch / Blecua, 1991, p. 1170, etiquetan de “oposición contradictoria o dilemática”.

⁶¹ R. Seco, 1990, p. 220.

Chegamos ó final dun longo percorrido interdisciplinar, no que vimos como diversas e variadas ciencias (historia, literatura, lingua, traductoloxía) servían para explicar a complicada contextualización da *Demanda do Santo Graal*. Nós, só nos baseamos nunha mínima parte da moita riqueza que se agacha nas súas liñas: a coordinación. Puidemos apreciar como a traducción responde, no que se refire a esta importante partícula relacional, a unha case perfecta adecuación e correspondencia. Dúas son as características fundamentais que opoñen o presumible texto de saída ó texto de chegada: a menor presenza da conxunción *e* no texto da *Demanda*, e que quizais responda á traducción intralingual do século XV, e a maior funcionalidade da conxunción *ne* con respecto a *nem*. Non hai significativas alteracións ou manipulacións no que se refire ó sistema coordinativo. A razón: estamos diante de dúas linguas románicas. Polo tanto, cobra unha especial importancia o tipo de discurso. O que queremos dicir é que habería que confeccionar un grande estudio comparativo da coordinación románica para cada un dos diferentes discursos literarios (poesía épica, poesía lírica, prosa histórica ou de ficción, etc.) que se orixinan a medida que se fixan as linguas románicas. Deste xeito seremos quen de valorar as diferencias entre as linguas en función do tipo de discurso, xa que non é o mesmo analizar a funcionalidade das conxuncións coordinativas na prosa e na poesía. Erro este que se comete ás veces, o que provoca xeneralizacións que non son do todo exactas.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcos LLorach, E., *Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1994, pp. 227-234, 313-322.
- Alcina Franch, J. / Blecua, J. M., *Gramática Española (Sintaxis)*, Barcelona, Ariel, 1991.
- Alvar, C., “Poesía Gallego-portuguesa y Materia de Bretaña: algunas hipótesis”, *O Cantar dos Trobadores. Actas do Congreso Internacional (Santiago, 26-29 abril 1993)*, Santiago de Compostela, Dirección Xeral de Cultura da Xunta de Galicia, 1993, pp. 31-51.
- Álvarez, R. / Regueira, X. L. / Monteagudo, H., *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia, 1994.
- Álvarez Martínez, M. A., “Oraciones subordinadas: esbozo de clasificación”, *Verba* 14, 1987, pp. 118-148.
- Baumgartner, E., *L'Arbre et le pain. Essai sur la Queste del Saint Graal*, Paris, Société d'édition d'enseignement supérieur, 1981.
- , *De l'histoire de Troie au livre du Graal*, Orléans, Paradigme, 1994.
- Beuchot, M., *La filosofía del lenguaje en la Edad Media*, México, Universidad Nacional Autónoma, 1981.
- Bezzola, R. R., *Les origines et la formation de la littérature courtoise en occident (500-1200). Troisième partie: La Société courtoise: Littérature de cour et littérature courtoise*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1967, t. 1.
- Bogdanow, F., *The Romance of the Grail*, New-York, Manchester University Press, 1966.
- , *La Queste-Mort Artu de la Post-Vulgate*, Paris, Picard, 1991.

- Buridant, Cl., “Translatio Medievalis. Théorie et pratique de la traduction médiévale”, *Travaux de Linguistique et de Littérature* XXI, 1, 1983, pp. 81-136.
- Bustos Tovar, J. J., “L’oralité dans les anciens textes castillans”, *Le passage à l’écrit des langues romanes* (ed. par Maria Selig, Barbara Frank et Jörg Hartman), Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1993, pp. 247-262.
- Castro, I., “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da post-vulgata”, *Boletim de Filologia* XXVIII, 1983, fasc. 1-4, pp. 81-98.
- , “Demanda do Santo Graal”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (coord. por Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani), Lisboa, Caminho, s.v.
- , “Materia de Bretanha”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (coord. por Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani), Lisboa, Caminho, s.v.
- , “Merlim”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (coord. por Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani), Lisboa, Caminho, s.v.
- Cioranescu, A., *Diccionario etimológico rumano*, Universidad de La Laguna, 1958.
- Coseriu, E., “Coordinación latina y coordinación románica”, *Actas III Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, 1968, pp. 35-57.
- Curtius, E. R., *Literatura Europea y Edad Media Latina*, México / Madrid / Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1989, t. I.
- Fernández Ocampo, A., *A esperanza bretona*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 2002.
- Ferreiro, M., *Gramática Histórica Galega*, Santiago, Laiovento, 1995.
- Folena, G., *Volgarizzare e tradurre*, Torino, Einaudi, 1991.
- Foulet, L., *Petite syntaxe de l’ancien français*, Paris, Champion, 1930.
- García Gondar, F. (dir.), *Repertorio Bibliográfico da lingüística galega*, Santiago, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias “Ramón Piñeiro”, 1995.
- García Gual, C., *Primeras novelas europeas*, Madrid, Istmo, col. Fundamentos 98, 1988.
- García-Sabell Tormo, T., “Sobre a traducción de textos literarios franceses na Idade Media: o capítulo 6 de Erec”, *Literatura Medieval. Actas IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Lisboa, 1-5 outubro 1991)*, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 315-324.
- Gili Gaya, S., *Curso Superior de sintaxis española*, Barcelona, Bibliograf, 1991, pp. 275-284.
- Gómez Redondo, F., *La prosa del siglo XIV*, Madrid, Júcar, col. Historia de la Literatura Española, 1994.
- Grevisse, M. / Goosse, A., *Le bon usage*, Paris / Gembloux, Duculot, 1986.
- Gutiérrez García, S., *Orixes da Materia de Bretaña. A Historia Regum Britannie e o pensamento europeo do século XII*, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 2002.
- Gutiérrez García, S. / Lorenzo Gradín, P., *A literatura artúrica en Galicia e Portugal na Idade Media*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2001.
- Holtz, L., *Donat et la tradition de l’enseignement grammatical*, Paris, Centre National de Recherche Scientifique, 1981.
- Huber, J., *Gramática do português antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Jiménez Juliá, T., “La llamada coordinación negativa en español”, in *Verba* 11, 1984, pp. 213-243.
- , “Disyunción exclusiva e inclusiva en español”, *Verba* 13, 1986, pp. 163-179.
- , “La construcción coordinativa en español”, *Verba* 14, 1987, pp. 271-345.
- Lapa, M. Rodrigues, “La Demanda do Santo Graal. Priorité du texte portugais par rapport au texte castillan”, *Bulletin des Études Portugaises* 1, 1931, pp. 137-160.
- , *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, Coimbra editora, 1981, pp. 239-291.
- , “Auguste Magne, A Demanda do Santo Graal”, *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, Coimbra, 1982, pp. 355-363.

- López García, D., *Teorías de la traducción (Antología de textos)*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, 1996.
- Magne, A., *A Demanda do Santo Graal*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1944.
- Maia, Clarinda de Azevedo, *Historia do galego-português*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação científica, 1986.
- Martines, V., “La versió catalana de la Queste del Saint Graal i l’original francès”, *Medievo y Literatura. Actas v Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Granada, 27 setembro-1 outubro 1993)*, Universidad de Granada, 1995, t. III, pp. 241-252.
- Marx, J., *Les littératures celtiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1967.
- Mattoso Câmara, J., *História e Estrutura da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão-Livraria Editora Ltda., 1985.
- Meyer-Lübke, W., *Grammaire des langues romanes*, Genève / Marseille, Slatkine Reprints / Laffitte Reprints, 1974, t. III (Syntaxe).
- Moignet, G., *Grammaire de l’ancien français*, Paris, Klincksieck, 1984.
- Moralejo, S., “Fuste historiado con leyenda épica (Tristán?)”, *Santiago, Camino de Europa. Culto y cultura en la peregrinación a Compostela (Catálogo da exposición)*, Xunta de Galicia, 1993, ficha 91, pp. 382-384.
- Morreale, M., “Apuntes para la historia de la traducción en la Edad Media”, *Revista de Literatura* xv, nº 29-30, 1959, pp. 3-10.
- Noia Campos, M. C., “Historia da traducción en Galicia no marco da cultura europea”, *Viceversa* 1, 1995, pp. 13-62.
- Nunes, Irene Freire, *A Demanda do Santo Graal*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1995.
- Nunes, J. J., *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Clássica Editora, 1989.
- Paredes Núñez, J., “La materia de Bretaña en la Literatura Peninsular (La Literatura Genealógica)”, *Literatura Medieval. Actas IV Congresso da Associação Hispánica de Literatura Medieval (Lisboa, 1-5 outubro 1991)*, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 233-237.
- Pauphilet, A., *Études sur la Queste del Saint Graal*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1980.
- Pensado y Tomé, J. L., *Fragmento de un “Livro de Tristan” galaico-português*, Santiago de Compostela, Cuadernos de Estudios Gallegos (Anejo XIV), 1967.
- Pickford, C. E., *Erec, Roman arthurien en prose*, Genève / Paris, Librairie Droz / Librairie Minard, 1959.
- , *L’évolution du roman arthurien en prose*, Paris, A. G. Nizet, 1960.
- Real Academia Española, *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1991, pp. 505-513.
- Riché, P., *Éducation et culture dans l’occident barbare VI^e-VIII^e siècles*, Paris, Seuil, 1962.
- Robins, R. H., *Breve historia de la lingüística*, Madrid, Paraninfo, 1987.
- Rodríguez, J. L., “O problema dos límites entre as literaturas galega e portuguesa na época medieval”, *Cadernos de Estudios Galegos* xli, 1993-1994, pp. 491-502.
- Rodríguez Sousa, M. E., “La adversatividad en español”, *Verba* 6, 1979, pp. 235-312.
- Rojo, G., *Cláusulas y oraciones*, Santiago de Compostela, *Verba* (anejo 14), 1978.
- Ron Fernández, X. X., “Entre traducción e intertextualidad: reflexiones sobre los *Lais de Bretonha* gallego-portugueses” en Juan Paredes / Eva Muñoz Raya (eds.), *Traducir la Edad Media. La traducción de la literatura medieval románica*, Granada, Universidad de Granada, 1999, pp. 423-449.
- Rossi, L., *A Literatura Novelística na Idade Média Portuguesa*, Biblioteca Breve (vol. 38), Venda Nova-Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, pp. 15-59.
- Rubio, L., *Introducción a la sintaxis estructural del latín*, Barcelona, Ariel, 1982.
- Ruiz Capellán, R., *Tristán e Iseo*, Madrid, Cátedra, 1985.

- Santoyo, J. C., "El siglo XIV: traducciones y reflexiones sobre la traducción", *La traducción en España siglos XIV-XVI* (ed. por Roxana Recio), León, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de León, pp. 17-34.
- Seco, M., *Gramática Esencial del español*, Madrid, Espasa-Calpe, 1989, pp. 143-150.
- Seco, R., *Manual de Gramática Española*, Madrid, Aguilar, 1990, pp. 215-223.
- Selig, M., "Le passage à l'écrit des langues romanes -état de la question", *Le passage à l'écrit des langues romanes* (ed. par Maria Selig, Barbara Frank et Jörg Hartman), Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1993, pp. 9-29.
- Serra Alegre, E. N., *La coordinación copulativa con y: condiciones de coordinabilidad*, Valencia, Universitat, 1988.
- Soberanas, A. J., "La version galaico-portugaise de la Suite du Merlin", *Vox Romanica* 38, 1979, pp. 174-193.
- Van Hoof, H., *Histoire de la traduction en occident*, Paris / Louvain la Neuve, Duculot, 1991.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, *Cancioneiro da Ajuda*, Halle a. S., Max Niemeyer, 1904, vol. II (investigações bibliographicas, biographicas e historico-litterarias).
- Vega, M. A. (ed.), *Textos clásicos de teoría de la traducción*, Madrid, Cátedra, 1994.
- Vidal Claramonte, M. C. A., *Traducción, manipulación, desconstrucción*, Biblioteca Filológica, Salamanca, Colegio de Salamanca, 1995.

PROCEDIMENTOS DE DETERMINACIÓN NO GALEGO MEDIEVAL. ESTUDIO DOS DETERMINANTES NA *CRÓNICA TROIANA*

Carme Silva Domínguez

Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUCCIÓN

A primeira consideración que me gustaría facer á hora de iniciar a exposición destas notas consiste en delimitar con maior exactitude o seu título idóneo, o que considero semellante a delimita-lo alcance e os obxectivos do presente traballo. Creo que o título máis axeitado para o que vén de seguido sería “Algunhas consideracións sobre os procedementos de determinación no galego medieval. Aproximación ó estudio do posesivo na *Crónica Troiana*¹”. Parece evidente que a delimitación inicial do traballo era considerablemente máis ampla, e viuse reducida na práctica por dúas razóns. A primeira delas foi a existencia neste mesmo foro dunha comunicación semellante no seu contido á miña, a asinada polo profesor Varela, e polo tanto a necesidade de non repetirmos ideas paralelas. A segunda razón pola que reducí o meu ámbito de traballo á hora de elaborar estas notas foi a manifesta imposibilidade de abarcar un ámbito tan amplo como o que me propoñía tratar fóra do marco dunha tese de doutoramento, que non é, evidentemente, o que veño expoñer aquí. Espero que, coa redución do ámbito de traballo e das pretensións do mesmo, non se reduza o interese das miñas observacións para os aquí presentes.

Os obxectivos desta comunicación non son, como se adiviña do anteriormente exposto, en absoluto conclusivos. Máis ben pretendo chama-la atención sobre varios tipos de frase nominal con posesivo característicos da lingua medieval. Algúns deles están fortemente presentes como obxecto de estudo da nosa tradición gramatical, e outros, aínda que non innovadores, si coñeceron quizais unha menor atención, pero todos están

¹ Utilizámola edición de Ramón Lorenzo (Lorenzo, R. (ed.) (1986): *Crónica Troiana*. Santiago: Real Academia Galega). Citámola no traballo CT. Xusto é agradecer ó “Proxecto Gramática Histórica Galega”, e en especial ó seu investigador principal, o doutor Xavier Varela, o permitimos utiliza-la copia informatizada do texto de que dispoñen.

necesitados, considero, dunha reflexión colectiva que poida esclarecer tanto a súa razón de ser en sincronía –na medieval, por suposto– como desde a perspectiva diacrónica e, neste sentido, a súa relación coas estruturas que os substitúen na lingua moderna. No fondo da cuestión sitúase un problema apaixonante, aínda que quizais irresoluble: as causas do cambio lingüístico, e en concreto a hipótese –manexada de forma consciente ou inconsciente por todos nós nalgún momento– de que as linguas cambian para melloraren nos seus puntos débiles, para ofreceren ó usuario un sistema cada vez máis sinxelo e práctico no seu funcionamento. Demando, pois, unha certa atención reflexiva con respecto ás estruturas ás que me referirei de seguido².

2. O PROBLEMA TEÓRICO: A DEFINICIÓN DE *DETERMINACIÓN* E AS UNIDADES SINTÁCTICAS IMPLICADAS NO PROCESO

Sería posible detérmonos nesta cuestión con certo detalle, aínda que un mínimo exame da bibliografía acerca do concepto supoñería ocupar con ela o resto da miña exposición. Esta é a razón pola cal optei por aceptar dúas das definicións que, ó meu modo de ver, poden ser consideradas clásicas no exame do fenómeno da *determinación*: a proposta por Coseriu (1962) e a máis matizada e extensa desenvolvida en Wilmet (1986). En esencia, para estes dous autores a determinación é un proceso complexo, no que se ven envoltas unidades de tipos diversos, que consiste, en palabras de Coseriu, en “actualizar e dirixir cara á realidade concreta un signo virtual” (p. 291). Centrándonos no ámbito nominal, do que se trata é de conseguir, a través de procedementos diversos, que un substantivo, *a priori* de extensión infinita ou descoñecida –é dicir, aplicable a un número non determinado de seres– poida ser utilizado nun acto de fala concreto para referirse de maneira inequívoca a determinada entidade ou conxunto de entidades. O proceso de determinación converte, xa que logo, o substantivo *árbore* na frase nominal *unha árbore*, pertinente, por exemplo, na secuencia *Teño unha árbore ó pé da casa*.

Aínda que cun aparato conceptual e cunha terminoloxía distinta, ámbolos investigadores anteriormente citados recoñecen dúas operacións diferentes no proceso de determinación, xeralmente realizadas con signos tamén diferenciados: a actualización propiamente dita, que corresponde en liñas xerais ó que acabo de expoñer, e aqueloutra operación consistente en delimita-la extensión do substantivo *a través do aumento da súa intensión*, é dicir, engadindo ós semas que o caracterizan outros máis, que serven para discriminalo como membro dunha subclase dentro da clase xeral. Poñemos en práctica este proceso cada vez que transformamos, por exemplo, *árbore* en *árbore centenaria*, sintagma co que nos referimos a un número de obxectos considerablemente máis limitado do que co substantivo só.

² Sobre a cuestión do cambio lingüístico, pode consultarse a lúcida aproximación de Aitchinson (1993).

No noso uso gramatical máis común demos en reserva-lo termo *determinación* para o primeiro proceso, quizais a falta dun termo global diferente³. Para o segundo proceso, utilizámo-lo termo *modificación*⁴. Na construción das frases nominais están implicadas ámbalas dúas operacións, do que resulta que na estrutura da maior parte das mesmas encontramos determinantes e modificadores. A diferenciación entre as unidades que desenvolven unha e outra función ten que ver con factores de diversa índole, aínda que os máis relevantes non son os máis obvios, os categoriais: é certo que xeralmente os determinantes pertencen á categoría pronominal e os modificadores á adxectivoal, ou ben estes son á súa vez sintagmas (frases adxectivas, preposicionais, etc.). Sen embargo, nada se opón á presenza dun pronome como modificador, como máis adiante veremos. De máis peso son os argumentos relativos ó diferente comportamento sintáctico e distribucional das unidades encargadas de levar adiante cada un dos procesos: así, argumentase que xeralmente os determinantes se sitúan á esquerda do substantivo ou, en todo caso, á esquerda dos elementos modificativos antepostos a este, que non se poden coordinar entre si nin con modificadores, etc.⁵. Xusto é dicir que ningunha destas probas formais é sen excepción, o que quizais alimentou a polémica acerca da necesidade e viabilidade dunha distinción estricta entre determinantes e modificadores. Desde o noso punto de vista, tal distinción é fundamental, non no nivel categorial, senón no nivel sintáctico. E isto porque, como sinalamos anteriormente, *determinación* e *modificación* son operacións semanticamente diferenciadas que conxuntamente, aínda que de distinta maneira, contribúen á constitución da frase nominal do galego.

Consideramos, así mesmo, a necesidade da distinción entre dúas funcións sintácticas, ligadas a cada un destes procesos semánticos, no tratamento tanto diacrónico como sincrónico de unidades como o pronome posesivo. Esta unidade constitúe un dos exemplos máis paradigmáticos da posibilidade de que o mesmo elemento funcione nuns exemplos como determinante e noutros como modificador, posibilidade que se relaciona con comportamentos formais diferenciados en cada caso.

3. O PRONOME POSESIVO: DEFINICIÓN. UN COMPORTAMENTO SEMÁNTICA E SINTACTICAMENTE AMBIVALENTE (DETERMINANTE, MODIFICADOR)

Toda vez que concordamos na necesidade de desterra-la definición semántica e errónea que vincula o posesivo co concepto cultural *posesión*, asociamos esta categoría pro-

³ Un exemplo: no traballo de Coseriu empréganse os termos *actualización* e *cuantificación*, pero non hai un nome conxunto para as operacións que tornan actual un substantivo virtual.

⁴ Resulta curiosa esta a unanimidade terminolóxica que se detecta en torno á etiqueta *modificador*, especialmente tendo en conta a maior heteroxeneidade categorial e estrutural das formas que desempeñan esta función na maior parte das secuencias.

⁵ Vid. un resumo moi detallado das probas formais que opoñen determinantes a modificadores en Uritani (1991).

nominal á dos persoais, como paradigmas relacionados coa expresión da deíxe persoal⁶. Empregando neste caso a definición do fenómeno deíctico persoal elaborada por Carbo-nero Cano (1979), temos que “supón unha indicación cara ós propios protagonistas do diálogo, o falante, o oínte ou un terceiro que non sexa ningunha destas dúas cousas”⁷ (p. 23, traducción nosa).

A diferenza do que ocorre cos pronomes persoais, que indican de seu unha das persoas gramaticais, os posesivos expresan unha relación entre calquera delas e outra entidade, de natureza moi diferente segundo os casos, como veremos de seguido con exemplos da lingua medieval. Este carácter de unidade relacional, que implica en ocasións a emisor e receptor –como elementos básicos do proceso de comunicación– pero que tamén pode expresa-la existencia dunha relación entre un elemento persoal diferente destes dous e presente no contexto comunicativo, fai do posesivo unha das unidades clave na consecución da cohesión textual, entendida esta no sentido de Halliday & Hasan (1976). Noutras palabras, o papel principal do posesivo de terceira e sexta persoas é o de contribuír á creación da unidade *texto*, axudando a debuxa-la trama de relacións existentes entre as entidades que desenvolven, en distintos niveis, a mensaxe. Como elemento relacionador, o pronome posesivo posúe unha serie de marcas morfolóxicas que posibilitan a localización, por parte do receptor da mensaxe, dos dous polos implicados na relación⁸.

Na sincronía lingüística que reflicte a *Crónica Troiana* e de entre os diversos elementos que compoñen a frase nominal, o posesivo é un dos que con máis claridade pode ser utilizado, segundo as circunstancias comunicativas o requiran, tanto en procesos de determinación como de modificación⁹. En efecto, a relación establecida entre dúas entidades e sinalada a través do posesivo pode servir como actualizador dunha delas, permitindo o paso do substantivo do mundo do virtual ó mundo das realidades concretas. Neste caso o posesivo aparece situado á esquerda do substantivo e como primeiro elemento da frase nominal:

(1) Foy moy priuado et moyto amado de seu señor (CT, p. 276).

Neste exemplo, o posesivo funciona como actualizador do substantivo *señor*, que pode ser utilizado nesta secuencia concreta en virtude da relación que une o seu referente co referente dun substantivo ou pronome persoal anterior.

⁶ Vid. para a definición do posesivo e do persoal o traballo de Schmidely (1983), especialmente pp. 49-68.

⁷ Vid. tamén para esta cuestión o traballo de Bobes (1971).

⁸ Como moi ben sinala Herrmann (1990), as diferentes linguas presentan niveis distintos de “facilitación” ó receptor do proceso de localización dos elementos implicados na relación marcada polo posesivo. O galego, ó non coñece-la existencia dun morfema, na terceira persoa, que dea conta da natureza individual ou plural do primeiro elemento da relación, pode sufrir máis ambigüidades ca outras linguas como, por exemplo, o francés, o italiano ou o inglés.

⁹ Isto pode contribuír a explicar, ó noso modo de ver, a duplicación de paradigmas que coñece o pronome en linguas románicas como o francés ou o castelán. Para esta cuestión, vid. Pino (en prensa).

Nada impide, sen embargo, a utilización do posesivo como elemento modificativo en frases nominais que coñecen outro –ou outros– determinante explícito ou mesmo a ausencia de todo elemento determinativo, deixando entón a realización do proceso de determinación ó contexto. Nesta segunda circunstancia, o posesivo restrinxe a extensión do substantivo a que acompaña de maneira similar a como o faría un adxectivo cualificativo. A principal diferenza entre estas dúas categorías á hora de actuaren como modificadores consiste en que o adxectivo aumenta a intensión (conxunto de semas característicos) do substantivo, en tanto que o posesivo restrinxe a súa extensión polo procedemento de marcar unha relación cun elemento diferente e xeralmente previo na elocución, pero sen que isto implique unha modificación dos semas característicos do substantivo.

Como modificador, o posesivo sitúase na lingua medieval de preferencia á esquerda do substantivo nuclear, inmediatamente despois do elemento determinativo:

(2) Et pois longa ment[e] ouuo pensado, chamou hũ seu amigo muy leal et muyto entendudo, de que fiaua muyto, et descobreulle toda sua fazenda (CT, p. 492).

No exemplo anterior, a función de actualización do substantivo está encargada ó pronome indefinido *un*, en tanto que a forma de posesivo desempeña un labor de modificador, o único restrictivo de entre os varios que rodean ó núcleo frástico, dado que delimita o alcance da extensión do substantivo *amigo*.

4. OS TIPOS DE RELACIÓN EXPRESADOS POLO POSESIVO

Como indicabamos anteriormente, o pronome posesivo pode ser utilizado como índice de calquera relación establecida entre unha entidade que presenta o sema [+humano]¹⁰ e calquera outra entidade das que forman parte do contorno daquela. A tipoloxía de relacións expresadas polo posesivo corresponden a aquelas que se poden establecer na vinculación dun ser humano e o seu contexto vital, e por tanto non deben ser obxecto dunha limitación apriorística e levada adiante desde o ámbito gramatical.

Os textos non deixan entrever grandes diferenzas na utilización do pronome posesivo para expresar diferentes relacións desde a Idade Media ata a actualidade. Podemos establecer, a modo de síntese, varias categorías:

a) Un primeiro grupo de exemplos está formado por aqueles casos de utilización do posesivo para expresar unha relación entre dúas entidades caracterizadas ambas por posuíren o sema [+humano]. Neste ámbito entran tanto os substantivos de parentesco coma aqueloutros que designan relacións laborais ou circunstanciais entre seres huma-

¹⁰ Cremos que en tódolos casos de utilización do pronome posesivo en que o elemento inicial da relación non presenta esta característica hai implicado, dalgunha maneira, un proceso de personificación ou humanización do mesmo.

nos. O emprego do posesivo neste campo aparece amplamente representado na lingua medieval:

(3) Et seus fillos et tódaslas outras conpañas auíã ende grã prazer (CT, p. 404).

(4) Pois que o ãno fuj acabado que Éutor fora morto, el rrey Priamo et seu linagẽ et todo o póboo da çidade fezerõ por el aniuersario (CT, p. 407).

b) Un segundo grupo de entidades aparece constituído por todos aqueles elementos, sexan ou non propiamente materiais, que se consideran en cada época integrantes da totalidade ‘ser humano’. Aquí poden situarse tanto as partes do corpo como as características que integran o espírito humano, así como as súas circunstancias vitais. Aínda a risco de abrir en exceso o grupo, sería este tamén o espacio natural daqueles elementos materiais que forman parte esencial da vida humana (vestidos, instrumentos de afeite ou de formación, etc.). En todos estes substantivos apreciamos, con maior ou menor claridade, un sema relacional que fai que na súa definición teña que haber sempre unha referencia ó ser humano que lles dá sentido:

(5) Amjgo, disso ela, bem uos juro que eu ey tamaño pesar ẽno meu coraçõ que nõ hã ẽno mũdo moller tã coyhada cõmo eu sõo (CT, p. 259).

(6) Et quanto do meu entẽdemento, se uos prouuer a todos, dizeruos ey hũa rrazõ (CT, p. 202).

(7) Et aa enytrada da porta fezeron soar hũ corno et cada hũ tirou sua espada moy toste (CT, p. 255).

É neste grupo de substantivos no que se basea a definición tradicional do posesivo como expresión do concepto cultural *posesión*. Sen embargo, a pouco que examinemos, vemos que a relación que expresa o posesivo é en cada caso diferente, de acordo coa natureza da entidade que actúa como segundo termo da mesma: todos conviremos en que a relación que liga o ser humano coas partes constitutivas do seu corpo ten pouco que ver coa que se establece, noutro caso, entre o ser humano e os seus obxectos persoais, por exemplo. Cómpre destacar, así mesmo, a importancia do contexto comunicativo á hora de determinar en moitos casos a natureza exacta desta relación. Como moi ben sinala Wolf (1974), o sintagma *o meu coche* non implica sempre e necesariamente a existencia dunha relación de pertenza dun ser humano con respecto a este obxecto, senón que ocasionalmente pode se-la expresión dun desexo –isto é, ‘o coche que me gustaría ter’–, dunha proximidade que non vai durar –‘o coche que aluguei’–, etc. A determinación exacta da natureza da relación non é pertinente desde a perspectiva lingüística, senón que máis ben interesa para o bo desenvolvemento do acto comunicativo, que fallará se o receptor non é capaz de reconstruír, en cada circunstancia, o valor exacto do posesivo.

Cremos necesario situar tamén neste segundo grupo aqueles casos de presenza do posesivo en sintagmas nucleados por substantivos que, a pesar de non seren exactamente relacionais –é dicir, que designan entidades claramente concibibles sen relación co ser humano– poden converterse en tales segundo as circunstancias de interlocución.

Non contamos neste caso con exemplos medievais, pero non cremos que a lingua neste período rexeitase, se así se lle requiriría, frases como *a miña choiva, o meu ceo*¹¹, etc.

c) Un terceiro grupo de substantivos que coñecen a utilización do posesivo son aqueles que se relacionan, semántica e morfoloxicamente, cun verbo, e polo tanto supoñen un tratamento substantival para a acción, estado ou proceso indicados por este. No caso deste grupo de unidades, o posesivo aparece para indica-la persoa gramatical que se atribúe a un dos actantes, é dicir, a unha das entidades implicadas na semántica verbal. Representa este tipo de formas un punto máximo de afastamento do pronome con respecto ó valor *posesión* que se lle atribúe tradicionalmente. Desde o punto de vista sintáctico, o máis frecuente é que o posesivo cubra o oco reservado, en circunstancias clausais normais, ó suxeito. A función semántica asociada a este suxeito non sempre é a de ‘axente’, sen embargo:

(8) Ante sō bē certo que ãno mūdo nō deseiará ela tãto cōmo a mina morte ou mīa prijōm (CT, p. 209).

(9) Nō ha rrey tã poderoso que contra nōs ousasse tomar guerra, saluo aquesta gente astroa de Troya, que por seu mal et por seu astragamento, moueron contra nōs esta entēçón (CT, p. 202).

Nos dous exemplos, parece claro que a acción se desenvolve sen a vontade do suxeito, que adopta a función semántica ‘paciente’. Un caso en que non ocorre isto é a secuencia seguinte:

(10) Et desgradeçēulle[slo] muyto per que[n] esto fora feyto sen seu outorgamento et contra sua defensóm (CT, p. 399),

en que o posesivo representa con claridade o axente do proceso controlado expresado polo verbo. Evidentemente, a diferenza entre unha circunstancia e a outra ten que ver coas necesidades de interpretación que xera a semántica verbal, e parece claro que o posesivo admite o cumprimento de calquera función semántica que se lle encomende.

Aínda que non localizamos exemplo ningún en que o posesivo desempeñe unha función na frase nominal equivalente ó complemento directo clausal¹², parécenos que non se pode descartar esta posibilidade como válida para a lingua medieval. Sen dúbida a menor frecuencia deste tipo de exemplos era unha realidade tanto daquela como o é na sincronía actual.

Probablemente estes tres grandes grupos de relación non esgotan as posibilidades virtuais do pronome posesivo, aínda que si concentran o maior número de exemplos de utilización desta unidade no contorno nominal. Cumpriría subliñar, por último, o cons-

¹¹ Wolf (1974) considera acertadamente a dependencia deste tipo de frases nominais con respecto ó contexto comunicativo global, que é o único capaz de esclarecer con exactitude o seu sentido.

¹² En exemplos como *a súa construción, a túa liberación* (Wolf, 1974) a interpretación máis plausible pasa por considera-lo posesivo como indicador da función semántica termo, a mesma que na estrutura clausal desempeña de preferencia o complemento directo.

tante transvasamento de exemplos desde o grupo c) ó b), do que pode ser boa proba o exemplo (8), interpretable como pertencente a ambos. De contino estase a produci-la *entificación* de procesos relacionados co ser humano –neste caso, o pasamento– que perden na mente do falante o vínculo co verbo correspondente e tenden a ser interpretados como realidades de natureza abstracta que gravitan na órbita do home.

5. A COMBINATORIA DO POSESIVO NA FRASE NOMINAL

Entendemos por combinatoria o conxunto de principios que regulan a ordenación lineal das distintas unidades na frase nominal. Desde unha perspectiva funcional, a posición prenuclear aparece asociada á función determinante, en tanto que a posnuclear se constitúe como propia do modificador. Unha tendencia que se constata na lingua medieval e que, en certo modo, se afianza cara á moderna, é a de situar en posición presubstantival o menor número de elementos posible, e así a maior parte das frases con posesivo da CT só coñecen a presenza dunha unidade nesta posición:

- (11) Casandra andaua assý coyada, braadando et mostrándolles sua coyta (CT, p. 263).

Neste caso, parece claro que é o posesivo o que desempeña a función semántica *actualizador*, ou, na terminoloxía máis común, *determinante*.

Cando esta función semántica aparece cuberta por algunha unidade distinta do posesivo, o máis xeral é que este manteña a súa situación á esquerda do núcleo, aínda que non desempeña a función semántica determinante, senón que actúa como modificador frástico. Isto ocorre cando é o artigo a unidade que realiza esta función:

- (12) Et eu troixe esta soombra d'aly onde uj aquela donzela, et troixe sua beldade et sua collor así pintada ẽno meu coraçõ (CT, p. 491).

O mesmo sucede cando o elemento que funciona como determinante pertence ó paradigma dos demostrativos:

- (13) Poys des oymays cõvẽnos de engeñar tal cousa per que os gregos rreçẽbã de nós dãn et onta, poys somos en esta sua terra (CT, p. 254).

E así ocorre tamén cando a frase nominal en que se inserta o posesivo aparece determinada por unha unidade pertencente ó paradigma dos indefinidos e cuantificadores:

- (14) Et deulles por caudillo hũ seu yrmão, que auja nome Donarte, et era moy fremoso et moyto ensinado (CT, p. 318).
 (15) Et se algũ quería mezclar algũ seu amigo cõ et rrey, el o sabía moy ben liurar per sua fremosa rrazõ (CT, p. 276).
 (16) Et gárdesse cada hũ que nõ faça a nehũ seu caualeyro pesar por nehũa rrazõ que seia (CT, p. 243).

(17) Pois eu en tã pouco tẽpo sã vençudo de amor e tã ferament desmayado, todos meus días aquí am de fijnr et meu pleito en esto se acabará (CT, p. 491-492).

No caso de que aparezan en posición prenominal un artigo e un indefinido, o posesivo mantén o seu lugar de proximidade máxima ó núcleo frástico:

(18) Como el rrey envjou os outros seus fillos et os outros caualleyros aa batalla (CT, p. 450).

Con todas estas unidades determinativas, soas ou en combinación, o comportamento distribucional do posesivo é idéntico. O mesmo podería parecer que ocorre con outra unidade determinativa, o numeral, e de feito os exemplos localizados sitúan sempre o posesivo inmediatamente á esquerda do núcleo frástico substantival:

(19) Et seu Reyno ficou a dous seus fillos que y avia (CT, p. 406).

Sen embargo, temos que ter en conta o feito de que, con esta unidade, a distribución contraria ten que ser tamén posible, dado que implica un cambio de significado motivado polo valor de *cuantificación totalizadora* (Hawkins, 1978) que presentan artigo e posesivo como determinantes frásticos. En efecto, se probamos a inverte-la posición das dúas unidades no exemplo anterior, observaremos un matiz de significación distinto. Tal e como está agora, o exemplo (19) pode ser parafraseado como “o reino ficou a dous dos seus fillos (é posible que teña máis)”. Se o posesivo fose o primeiro elemento determinativo, o seu valor de totalidade no contexto evitaría deixar aberta a posibilidade de que houboese máis individuos implicados nesta relación de parentesco. A paráfrase do exemplo sería, daquela: “o reino ficou ós seus dous únicos fillos”. Por iso cremos que ámbalas dúas combinatorias teñen que ser válidas na lingua medieval, dado que implican un valor semántico diferente, e que non é relevante desde a perspectiva sintáctica o feito de que unha delas sexa máis común cá outra.

Na frase nominal do galego medieval, tamén era posible situar á esquerda do núcleo frástico unidades pertencentes á categoría adxectivo. En combinación co posesivo, nos exemplos que localizamos este mantén con persistencia a súa disposición inmediatamente á esquerda do núcleo frástico:

(20) Et nõ ha cousa por que eu mays cofondudo et mays avergonçado podesse seer, nõ por que eu podesse buscar mayor meu dãnõ (CT, p. 449).

(21) Et d’ende adeãt nõno podiã leuar sen grã seu dãnõ (CT, p. 389).

(22) Demays fazemos y grã nosso dãnõ, ca elles fezeron entretãto cárcouas (CT, p. 306).

Sen embargo, outras testemuñas acerca da lingua medieval –e en concreto *Dono* (1978)– consideran numericamente máis frecuentes exemplos como os seguintes:

(23) Por la tua maa ventura serás destroyda (Dono [1978: 42]).

Dada a vinculación do posesivo á función determinativa, que desempeña en moitos casos, é sorprendente o feito de que unha unidade claramente modificativa apareza á súa

esquerda, como nos exemplos (20-22). Postos a buscar unha explicación para esta aparente anomalía, podemos ensaiar varias:

- a) Observamos en tódolos exemplos recollidos que o núcleo frástico é sempre o mesmo substantivo, a forma *dãno*. Así, poderíamos considerar que se trata dunha peculiaridade desta unidade substantival, unha especie de “frase feita” relacionada coa mesma.
- b) Tamén vemos como nos tres exemplos anteriormente reproducidos os adxectivos son máis cuantificadores do que cualificativos, e por tanto poden ter unha certa vinculación con respecto ós procesos de actualización, que son, en moitos casos, procesos de cuantificación¹³. Unidades semanticamente próximas a estas son consideradas por algúns autores como determinantes na sincronía actual –é o caso da forma *moito*¹⁴. Estaríamos, pois, diante de formas situadas na fronteira entre os adxectivos cualificativos e os cuantificadores. Para que esta observación teña validez, teríamos que comprobar que o posesivo non pode aparecer situado nesta posición con adxectivos claramente cualificativos.
- c) Por último, para explicar esta aparente anomalía distribucional podemos recorrer ó carácter enfático destas estruturas, e considerar que en condicións normais a distribución sería a contraria. O perigo desta explicación consiste na nosa imposibilidade de comprobar esta suposta carga emocional sobre os textos. Así e todo, e seguindo a observación de *Dono* reproducida con anterioridade, parece lóxico que se reserve a combinatoria menos frecuente para a expresión de contidos enfáticos, precisamente polo efecto de interese inmediato que pode produci-la anomalía distribucional.

A hipótese b) é, ó noso xuízo, aquela que presenta unha maior verosimilitude, pero teríamos que contar cun número máis elevado de exemplos para podermos concluír algo medianamente firme. En calquera caso, cremos que a análise correcta dos exemplos (20-22) pasa pola consideración do posesivo como modificador, que é ademais semanticamente restrictivo.

Aínda que moito menos frecuentes, contamos con exemplos no texto de posesivos pospostos ó núcleo frástico. *Dono* (1978: 44-48) destaca como na maior parte destes exemplos existe unha xustificación sintagmática para esta posposición, motivada na coordinación do posesivo cun modificador posposto. O carácter claramente modificativo do posesivo nestes exemplos é indubidable:

(24) Quen o contar quisesse todo, nã seria prazer seu nẽ daqueles que o oýsem, ante lles conuerria d’auer ende pesar et doo (CT, p. 460).

(25) As profecías uossas et de Lenus conpridas son (CT, p. 459).

¹³ A cuantificación é, segundo Coseriu, unha das operacións necesarias para actualiza-lo substantivo. Vid. Coseriu (1962: 298-299).

¹⁴ Así, por exemplo, no cadro de unidades determinativas que aparece en Varela (1982: 105).

Noutros exemplos en que esta ligazón sintagmática non se establece, Dono (1978: 46) aprecia matices enfáticos ou de contraposición que existen, para clarifica-lo significado da secuencia, a posposición do posesivo. Trátase sempre de exemplos en que o determinante é un artigo ou, en todo caso, un cuantificador, e o seu número é moi reducido.

De todo canto levamos exposto, podemos deducir que o posesivo na *Crónica Troiana* aparece situado na maior parte dos casos como último dos elementos prenucleares cando a frase leva outra unidade que desempeña a función determinativa ou ben utiliza o contexto como procedemento de determinación. As excepcións a este principio atópanse sempre unha xustificación sintagmática, que ten que ver coas virtualidades combinatorias da unidade e en especial co feito de que esta pode aparecer coordinada con modificadores categorialmente moi diversos.

Na comparación da lingua medieval coa moderna, observamos con claridade unha diferenza neste aspecto do comportamento sintáctico do posesivo, dado que na actualidade este tende a situarse á dereita do núcleo frástico sempre que apareza como determinante da frase nominal calquera unidade diferente do artigo (demostrativos, indefinidos, cuantificadores, etc.)¹⁵. O cambio diacrónico non é moi antigo, dado que na lingua do século XIX comprobamos cómo nas frases determinadas por demostrativo prefírese a situación prenuclear do posesivo¹⁶:

(26) Nesta nosa idade gustan os cantos dos cegos (Sainete, p. 93).

Postos a ensaiar unha explicación para este cambio distribucional, parécenos que a principal razón do movemento do posesivo ó sector frástico linealmente reservado para os modificadores ten que ver co esclarecemento da súa propia natureza como tal. En efecto, se na lingua medieval, como afirmabamos anteriormente, o posesivo pode ser, ora determinante, ora modificador, no paso á lingua moderna a unidade decántase pola segunda destas funcións sintáctico-semánticas, e polo tanto adopta preferentemente a distribución lineal propia da mesma. Só no caso de combinación co artigo determinado o posesivo prefere amplamente a situación prenuclear, probablemente en virtude dunha especial relación semántica e formal con esta unidade. Esta relación impide, na diacronía actual, a inserción de ningún tipo de formas determinativas ou modificativas entre ámbolos elementos, o que si era posible na lingua medieval.

¹⁵ A distribución contraria, continuísta con respecto á lingua medieval, é tamén posible, aínda que menos frecuente e máis sometida a restricións diatópicas e diafásicas.

¹⁶ Vid. para esta cuestión Silva Domínguez (1993).

6. ALGUNHAS PARTICULARIDADES ACERCA DO FUNCIONAMENTO DO POSESIVO NA LINGUA MEDIEVAL

6.1. Dous fenómenos de interese

Neste apartado tentaremos tratar dous fenómenos aparentemente non relacionados entre si pero que desde a nosa perspectiva poden ser explicados en función de factores comúns. Son os seguintes:

a) De todos é coñecida a progresiva penetración da forma articular nas frases nominais con posesivo, ata o punto de que na sincronía actual o seu uso está xa automatizado e é de regra, non sendo en certos casos considerados excepcionais e claramente regulamentados pola gramática¹⁷.

Observando os datos presentes en Hermida (1994: 299), chegamos á conclusión de que esta xeneralización é posterior á época medieval, na que aínda manda numericamente a frase sen artigo, que se emprega nun 75% dos casos. A presenza do artigo neste tipo de sintagmas é mesmo máis reducida na obra que nos ocupa, dado que a porcentaxe de ausencia da unidade se eleva nesta ata un 86, 79% do total de ocorrencias. A autora detecta tamén un progresivo aumento da estrutura articulada desde os textos máis antigos ata os máis serodios, aínda que en ningún caso o avance chega a acadalo 40% do total de ocorrencias da forma.

b) O segundo fenómeno que queremos contemplar neste apartado ten que ver coa frecuencia relativa do posesivo con respecto ó resto de unidades determinativas do sistema. Na lingua medieval, a nosa unidade aparece nun gran número de contextos en que non resulta viable desde a perspectiva moderna. Nalgúns casos, a unidade preferida na sincronía actual sería, con claridade, o artigo:

(27) Et os gregos et os troyaos uẽerõ ao câpo buscar seus amigos que y tijnã mortos, pera os soterrar et os queimar cõmo era custume (CT, p. 405).

(28) Et muyto mays quirría mia morte ca sofrer tal coyta como soffro noyte et día (CT, p. 494).

(29) Et era moy aposto et moy mesurado, et aujá seu cabelo lezne et ben aposto (CT, p. 275).

(30) Et Pares lles disse: Se uós leixardes de fazer tal doo, eu farei toda sua voontade da rreyñã (CT, p. 259).

Noutras circunstancias sintagmáticas, optaríase hoxe pola inserción da forma un:

(31) Et os outros estauã ja alý, et tomauã entre ssy seu cõssello que ajuntassen todas suas cõpañas et buscassen moytos naujos (CT, p. 265).

Mesmo a ausencia do determinante sería o indicado noutros casos, na sincronía actual:

¹⁷ Vid. para esta cuestión Álvarez e outros (1986: 152-153).

(32) Et seu padre envíao al rrey Cástor et al rrey Poleus, que lle den hũa dona que el rrey Talamõ tẽ presa, que he sua tía deste nosso rey et he filla de rrey Leomedon (CT, p. 252).

En moitos contextos, simplemente resulta excesiva a redundante presenza da marca de relación:

(33) Et dona Elena fazia senbrãt que quería morrer cõ pesar et cõ coyta, et fazia grã doo, et chamaua moyto seu señor Menelao et sua filla Herméona et seus yrmãos Polus et Cástor et seus amjgos et todos seus parêtes et sua herdade et seu paresçer et sua fre-mosura et sua onrra et sua rriqueza et seu prez et seu ben (CT, p. 250).

Os exemplos do tipo de (33) parécenos menos interesantes ca calquera dos anteriores, dado que son doadamente explicables por razóns de intensificación emocional. Sen embargo, este tipo de estruturas amosa tamén a existencia dunha certa permisividade cara á presenza dun número alto de posesivos nas cláusulas da lingua medieval.

6.2. Algunhas explicacións

De seguido revisarémo-las explicacións que a bibliografía propón para estes dous fenómenos, e posteriormente tentaremos ofrecer unha hipótese que proba a dar conta dos mesmos de maneira unitaria.

Que nós coñezamos, só Dono (1978: 48-85) tenta dar conta da elevada presenza do posesivo na lingua medieval. A partir da observación das secuencias en que a unidade aparece, esta autora conclúe que moitas delas son reflexivas, é dicir, non implican a introducción dunha persoa diferente do suxeito como primeiro termo da relación indicada polo posesivo. Dono lembra, para explicar esta particularidade, o funcionamento do pronome posesivo en latín, circunscrito ó ámbito da reflexividade e substituído fóra dela por formas de xenitivo do demostrativo. Segundo a súa hipótese, o pronome posesivo xeneralizouse no ámbito da reflexividade ó se perde-lo valor enfático que xeralmente ía asociado á súa presenza en latín. Como afirma Bassols (1975: 192),

“la lengua latina es mucho más parca que la española en el uso de pronombres posesivos; en realidad sólo los emplea cuando no pueden deducirse por el contexto, o bien en las antítesis o contraposiciones”.

O mesmo autor constata cómo en latín vulgar comeza a expansión do posesivo dentro do ámbito da reflexividade pero liberado dos valores enfáticos que o caracterizaban anteriormente.

Cómpre subliñar que a explicación de Dono é válida para exemplos do tipo de (28) e (29), en que o posesivo funciona como anafórico ou como deíctico, pero non dá conta das utilizacións desta unidade en estruturas catafóricas do tipo de (27) ou (30), en que o primeiro elemento da relación expresada pola unidade aparece situado como modificador na mesma frase nominal có posesivo. Nestes casos, a presenza do pronome xustifícase en función dun segmento discursivo que linealmente non o antecede, senón que se sitúa á súa dereita. O concepto de reflexividade carece de sentido para este tipo de

exemplos, e polo tanto desaparece a validez do argumento explicativo ensaiado pola autora.

Polo que se refire á primeira cuestión, as explicacións da presenza do artigo en frases nominais en que aparece un posesivo son moi numerosas e antigas, probablemente debido a que se trata dun fenómeno panrománico. Como hipóteses máis plausibles no noso ámbito de investigación, destacarémo-las de Lapesa (1971) e Hermida (1994). Resumindo moito, o primeiro autor subliña o valor enfático que o artigo achega ás frases con posesivo, polo que o seu emprego é pertinente en contextos marcados diafasicamente cun trazo de elevada intensidade emocional¹⁸.

De maior interese para nós é o traballo de Hermida, concibido especificamente para a nosa lingua. A autora considera que o sintagma articulado se emprega na lingua medieval para gramaticalizar unha oposición semellante á existente en latín entre *suus* e *illius*, entre sintagmas reflexivos ou concertados (marcados a través do posesivo só) e sintagmas non reflexivos (marcados pola combinación de artigo e posesivo). Os datos en que se apoia esta hipótese son exclusivamente cuantitativos, e consisten na efectiva maior presenza da estrutura articulada fóra do ámbito da reflexividade. Aínda así, constátase que o artigo penetra tamén nas estruturas concertadas, mesmo se o seu peso cuantitativo é considerablemente menor do que nas non concertadas.

No traballo de Hermida aparece localizado un factor, a reflexividade, que pode ter algún peso na explicación do fenómeno, pero as críticas que se poden aducir contra a súa hipótese teñen que ver, desde o noso punto de vista, coa interpretación que se ofrece para esta evidencia sintáctica. Desde unha perspectiva puramente funcional ou pragmática, preguntámonos qué interese tería o falante medieval no mantemento dunha diferenza de escasa rendibilidade desde a perspectiva comunicativa. Nin sequera a presenza ou ausencia de artigo, interpretada en termos de reflexividade fronte a non reflexividade, supón vantaxe de ningún tipo en estruturas ambiguas, á hora de decidir cal é o auténtico primeiro elemento da relación posesiva. Así, en (34),

(34) Et leuâtouselle hũ ardor dentro ãno corpo que, a poucas, fuj morto, ca así lle ficou Políçena scripta et pintada ẽno seu coraçõ et todas suas feyturas, et o cõtenẽt et o catar et os ollos, cõmo erã apostos et fremosos (CT, p. 400),

parece evidente que non é a presenza do artigo a que nos invita a escolle-lo antecedente preciso para o pronome, senón quizais a estrutura global da cláusula e o seu sentido, que impiden a selección da unidade máis próxima que cumpre os requisitos, o substantivo *Políçena*.

En suma, consideramos que unha modificación sintáctica de tanta envergadura como é a reestructuración dun número relativamente elevado de frases nominais ha de obedecer a circunstancias comunicativas máis evidentes. Cómpre, cremos, ofrecer unha nova interpretación dos datos que Hermida (1994) expón acertadamente no seu traballo.

¹⁸ Unha lúcida crítica a estes argumentos aparece en Hermida (1994: 300-301).

6.3. Cara a unha nova hipótese para a resolución do problema

As liñas que seguen tentan debuxar un novo camiño para a explicación dos dous comportamentos do posesivo descritos anteriormente. Deseñámolas desde a crenza profunda de que as motivacións do cambio lingüístico, sempre e cando este se produce de maneira autónoma nas linguas, teñen que ver co melloramento dos puntos escuros do sistema, daqueles que presentan unha eficacia comunicativa menor. Evidentemente, situamos estas liñas no nivel da hipótese, dado que cremos necesaria a revisión máis pormenorizada do corpus para chegarmos a conclusións de maior solidez.

O punto de partida da nosa reflexión consiste na negación da hipótese inicial do traballo de Hermida (1994: 298):

“Entre o artigo e os outros determinantes que poden concorrer neste mesmo contexto [as frases nominais con posesivo anteposto], anotamos unha clara diferenza: mentres que a anteposición dos demostrativos, numerais, indefinidos, etc., vai acompañada da introducción de nova información no enunciado, cando é o artigo o que precede ó posesivo non se observa ningunha diferenza semántica entre a súa presenza e a súa ausencia”.

Desde a nosa perspectiva, esta afirmación non é válida, dado que supoñería admitir a existencia de unidades con entidade sintáctica, pero sen valor semántico ningún. Consideramos, pois, que é necesario propoñer unha hipótese acerca de cal é o significado do artigo neste tipo de estruturas. Empregando o traballo de Renzi (1976: 10) en que se analizan os principais valores semánticos que o artigo foi adquirindo ó longo da súa historia, chegamos á conclusión de que a presenza do artigo nos sintagmas con posesivo ten que ver coa expresión do valor [+coñecido] e [+ textual], e especialmente con aqueles casos en que a súa presenza se xustifica a través dunha especificación sintagmática que o converte en catafórico. Traducindo o exemplo de Renzi (1976:10).

(35) O león que capturei onte....

Neste caso, a xustificación da presenza do artigo determinado na frase nominal é a introducción dun elemento coñecido, pero que se configura como tal gracias a un modificador restrictivo situado á dereita do núcleo frástico. Pois ben, a mesma interpretación catafórica podemos dar ás estruturas con artigo que nos ocupan no presente traballo. Así, por exemplo, en (36):

(36) Pero ño uosso acordo leyxo eu este pleito, et nõ uos farey longa rrazó, et dize-ruos ey a miã voõtade (CT, p. 292),

cremos que a interpretación do valor do artigo determinado pode ser semellante á ofrecida para (35), coa salvidade de que neste caso a especificación sintagmática que funciona como restricción ó significado do substantivo e xustifica a presenza do artigo é o propio posesivo. Parafraseando o exemplo, teríamos algo semellante a “direivos esta que é a miña vontade”, refacendo a estrutura sobre un esquema máis moderno.

Non descartamos tampouco a presenza de estruturas con artigo e posesivo en que o primeiro elemento teña un valor, na terminoloxía de Renzi, [+ textual] [2ª mención], como no exemplo (37)¹⁹:

(37) Veu un representante. Dixenlle ó representante....

Cremos que foron os valores de entidade coñecida por vía textual os que deron pé á entrada do artigo, especialmente como catafórico, na estrutura da frase nominal con posesivo. Consideramos, así mesmo, que si existía un matiz semántico diferencial na época medieval entre a presenza e a ausencia da unidade na frase nominal. Cómpre agora, xa que logo, explicar por qué era necesaria a introducción deste valor semántico, e poñer este en relación cos dous fenómenos para os que procuramos unha explicación.

Desde o noso punto de vista, a oposición entre estruturas con posesivo só e estruturas con artigo e posesivo é o equivalente medieval da moderna distinción entre estruturas con artigo só e estruturas con artigo e posesivo²⁰. Analizando esta cuestión noutro lugar²¹, chegamos á conclusión de que a raíz da oposición entre este par de estruturas é de natureza pragmático-informativa, e consiste en esencia na posibilidade que o sistema ofrece ó falante de focalizar (isto é, de conceder un maior relevo na xerarquía de entidades sobre as cales o texto proporciona información) determinado constituínte, ou ben de mante-la focalización normal desde a perspectiva sintáctica, e por tanto de conceder valor temático só á unidade que desempeña a función suxeito da cláusula. Cun exemplo: a oposición que se establece na sincronía actual entre (38) e (39)

(38) Meteu o brazo por onde non debera, e rompeuno.

(39) Meteu o seu brazo por onde non debera, e rompeuno (exemplos nosos),

non ten que ver co contido referencial transmitido, que é idéntico. Deixando a un lado a evidencia que fai de (39) unha estrutura pouco frecuente, observamos que a presenza do posesivo nesta cláusula focaliza²² un constituínte destinado, pola súa natureza semántica e sintáctica, a non acadar centralidade desde a perspectiva informativa por si mesmo. Así, en (38) diríamos que o único protagonista da información transmitida é o individuo que executa a acción, mentres que en (39) a frase nominal complemento directo acada unha centralidade maior. Por iso o posesivo resulta máis doadamente aceptable naqueles casos en que a focalización da frase é necesaria por razóns contrastivas ou enfáticas:

¹⁹ Lapesa (1972: 282) localiza, no seu corpus do castelán medieval, exemplos en que o artigo pode ser interpretado como anafórico en frases con posesivo.

²⁰ Ou con posesivo só, dependendo das circunstancias anteriormente aludidas e que rexen a posibilidade de construír, na sincronía actual, frases nominais con posesivo e sen artigo.

²¹ En Silva Domínguez (1998).

²² A mesma interpretación propónse, para o romanés moderno, en Popescu & Tasmowski (1988), e para o castelán e o romanés en Dumitrescu (1990). O concepto de *foco*, definido como a unidade referencialmente pertinente na memoria curta, atópase definido en Kleiber (1990 e 1991) e Wiederspiel (1989). Para os seus fundamentos teóricos poden consultarse os traballos de Givón (1983 e 1992).

(39b) Meteu o seu brazo, non o seu pé, por onde non debera, e rompeuno

ou cando a non previsibilidade pragmática do seu referente fai necesario destacala, como procedemento para evitar interpretacións erróneas:

(39c) Meteu o seu brazo (o do maniquí, que levaba para arranxar) por onde non debera, e rompeuno.

Dado que se trata dunha diferenciación de natureza informativa, a súa activación é fortemente dependente da vontade do falante e do estilo de lingua en que se encontra en cada momento. Así mesmo, o emprego xeneralizado da focalización, incluso en estruturas en que non se ve clara a necesidade de destacar un constituínte en concreto por riba dos demais, pode desvirtu-la súa razón de ser, desgasta-lo procedemento, facer que perda efectividade e que sexa necesario substituílo por outra oposición formal diferente. Isto foi o que sucedeu, cremos, no paso do latín ó galego medieval. Naquel sistema lingüístico, o procedemento non marcado, é dicir, o que non implica focalización do constituínte, é a ausencia de posesivo, mentres que a presenza desta unidade só se xustificaría en estruturas en que é pertinente subliña-la centralidade dunha das frases nominais que conforman a cláusula. Sen embargo, a xeneralización do posesivo no ámbito da reflexividade que se produciu en latín vulgar e que é a causa da proliferación deste tipo de unidades no galego medieval implica un desgaste do procedemento, a eliminación do termo non marcado e, polo tanto, a eliminación da oposición. Isto explica por qué a lingua medieval presenta un novo procedemento focalizador, a inserción do artigo determinado con valor catafórico.

A nosa hipótese explica, cremos, a proliferación do posesivo no ámbito da reflexividade, dado que esta implica xeralmente predictibilidade sintáctica e semántica, así como continuidade na focalización previa. Noutras palabras, nun exemplo como (40):

(40) Cōmo a rreyña Elena et as outras donas de Greçia que cō ela uijnã faziã seu doo (CT, p. 250),

o *tema* da cláusula coincide co suxeito; predicado e complemento directo presentan información nova sobre este foco previamente establecido. O complemento directo, constituínte onde se inserta o posesivo como determinante único, é previsible sintáctica e semanticamente, a modo case dun *acusativo interno* latino (Dono, 1976: 62). Non ten sentido, en principio, focaliza-la frase que desempeña esta función sintáctica, dado que se produciría un movemento da atención do receptor cara a unha unidade de escaso relevo informativo e mesmo con pouca autonomía sintáctica. Sen embargo, en (41):

(41) Sabede que el afirmou que aýnda auýa de vïjr tal sazô en que Troya perderia o sseu grã brío et o seu grã poder et o seu ben et a sua rriqueza, se Pares, seu fillo, adusesse moller de Greçia (CT, p. 249),

a presenza do artigo permite focaliza-lo contido do complemento directo e destacalo con claridade na perspectiva da información global que proporciona a secuencia. É evi-

dente o carácter enfático do complemento directo neste exemplo, especialmente se temos en conta que a estrutura da unidade que desempeña esta función non é máis ca unha amplificación en catro momentos na que se repite a mesma idea de fondo, desglosándoa nas súas partes constitutivas.

A razón pola cal se escolle focalizar preferentemente constituíntes clausais non reflexivos, evidente se considerámo-las cifras ofrecidas por Hermida, é ben sinxela: a reflexividade non é máis ca unha alusión á mesma entidade “en dous tempos”, entidade que é en principio xa focal, dado que é suxeito da cláusula. As estruturas reflexivas introducen xeralmente información acerca dun elemento constitutivo dun ser humano (sobre unha parte do corpo, unha cualidade, unha actividade, etc.) que en escasas ocasións ten en si mesmo un valor focal elevado, dado que a protagonista da información é a entidade a que este pertence, como totalidade. Nas estruturas non reflexivas, non existe esta evidente relación de dependencia entre as distintas entidades que protagonizan a información clausal, e polo tanto a focalización da segunda ou da terceira delas é máis posible, e mesmo máis necesaria.

Examinemos máis polo miúdo algunhas das estruturas con artigo que ofrece a lingua medieval. Polo carácter necesariamente focal do suxeito, é máis previsible a presenza da estrutura con artigo nesta función sintáctica:

(42) Et, sen falla, ño faziã torto, ca a sua fremosura ño auja par ño mundo (CT, p. 261).

Noutros casos o artigo, ademais de subliña-lo valor informativo do constituínte en que se inserta —e, por tanto, focalízalo— presenta un certo valor anafórico e evita a escolla dun erróneo primeiro elemento da relación expresada polo posesivo. Así, en (43)²³:

(43) Et porque os prados jazíã cubertos de mortos, en maneyra que ño podíã sofrer o seu odor, et cuántoslos vijã ben osmauã que moytos mays erã ja que os da primeyra uez (CT, p. 434),

o artigo é índice da vinculación do reflexivo non co antecedente inmediatamente anterior, que ademais é suxeito da cláusula en que aparece, senón con outro situado previamente.

A razón pola cal a lingua medieval escolle a inserción de artigo en frases con posesivo como procedemento para focalizar determinados constituíntes vén dada, cremos, pola propia semántica da unidade articular, e pola súa posibilidade de aparición en estruturas catafóricas do tipo das que Renzi (1976) denomina “de especificación sintagmática”²⁴. Estas construcións, en que o valor ‘coñecido’ do artigo se xustifica a través dun modificador frástico restrictivo situado á súa dereita, crean na mente do falante unha especie de expectación, dado que só cando se completa a frase nominal na súa totalidade lineal logra

²³ Dono (1978: 110) denomina estas estruturas como de artigo “antirreflexivo”.

²⁴ Vid. *supra*, exemplo (35). A referencia é Renzi (1976: 10).

este coñece-lo porqué da presenza do artigo determinado. O plus de atención que se consegue co artigo serve para focaliza-lo constituínte no que este se insire. Facemos nosas neste caso as observacións de Amado Alonso (1951) citadas por Dono (1978: 98), segundo as cales o artigo “pon un marco” á frase nominal, dotándoa de unidade de sentido e, engadimos, posibilitando a existencia de valores de relevo asociados a ela²⁵.

Queda pendente de explicación a presenza do posesivo en estruturas pleonásticas do tipo de (30) e (32). Nestes casos, a xustificación da unidade non pode vir dada por razóns de estrutura clausal, precisamente debido ó seu valor catafórico. Na lingua medieval, o emprego do artigo neste tipo de secuencias era tamén posible, aínda que minoritario. No paso á lingua moderna, o posesivo foi varrido totalmente deste ámbito sintáctico pola unidade articular.

Para explicar estas particulares ocorrencias do posesivo, partimos da evidencia da súa forte rendibilidade na lingua medieval, o que fai del un dos determinantes principais do sistema. Da mesma maneira có artigo, que no proceso que describe Renzi (1976) desborda os límites marcados pola etimoloxía e aparece en contextos nos que supón unha innovación, o posesivo puido iniciar tamén un movemento de expansión que o levou alén daquelas estruturas nas que a súa presenza estaba xustificada desde o latín. Ámbolos procesos poderían describirse en paralelo. Así, o artigo utiliza como trampolín de expansión aquelas ocorrencias en que o seu valor é [+coñecido] e [+textual]²⁶, e desde estas camiña cara a aquelas outras en que os seus valores son [+coñecido] e [-textual], como en (44), tradución do exemplo que aparece en Renzi (1976: 10):

(44) ¡Dame a man/ a chaqueta!

Pero precisamente son os exemplos do tipo (44) aqueles nos que o posesivo aparecía de preferencia na lingua medieval e estaba xustificado polo valor da unidade en latín, dado o seu carácter reflexivo:

(45) E(e)lena, cõ grã coyta que auía, mesaua seus cabelos, et ronpia suas faces (CT, p. 202).

Aínda que o artigo determinado era tamén posible neste contexto:

(46) Nástor era longo et anch[o], et deujá seer moy ualët segundo suas feyturas, et auja o nariz curuo (CT, p. 270).

Pois ben, da mesma maneira en que o artigo invade o terreo diacronicamente propio do posesivo, nada impide que na competencia entre determinantes que se establece sexa esta unidade a que se apropie de estruturas como (30) e (32) e desenvolva, ela tamén, valores textuais catafóricos, ocupando así un contexto sintáctico previamente reservado ó artigo, como descendente do demostrativo latino.

²⁵ Obsérvese que Amado Alonso fala de “marco de referencia” analizando precisamente un exemplo en que o artigo ten valor catafórico (1951: 128).

²⁶ Vid. *supra*, exemplos (35) e (36).

A historia da evolución desta competencia entre determinantes cara á lingua moderna consiste na progresiva expansión do artigo en boa parte dos usos propios do posesivo na lingua medieval. Isto pode ser examinado en dúas fronte. Por unha banda, o artigo consolida a súa posición nos valores [+coñecido] e [+textual], que lle correspondían etimoloxicamente pero nos que o posesivo penetrara na lingua medieval. Así, o exemplo (30) sería hoxe:

(30b) Eu farei toda a vontade da raíña,

ou ben

(30c) Eu farei toda a súa vontade, da raíña,

dependendo do valor restrictivo ou simplemente aclaratorio do modificador frástico.

Por outra banda, o artigo penetra con forza nos contextos [+coñecido] e [-textual], característicos do posesivo, e chega a substituír esta unidade nun número elevado de ocorrencias. A oposición medieval entre posesivo nu e artigo e posesivo, baseada, desde o noso punto de vista, no concepto pragmático de *foco*, mantense na lingua moderna, pero modifica a súa expresión no termo non marcado, que pasa a se-lo artigo.

As razóns deste triunfo do artigo, na competencia medieval establecida entre esta unidade e o posesivo, poden estar na súa superior rendibilidade, dada a forte expansión a múltiples ámbitos que a unidade sufriu desde o seu punto de partida latino ata a actualidade. Ademais, o funcionamento do artigo é máis simple có do posesivo desde o punto de vista morfolóxico, e evita a acumulación de información redundante que supoñía a presenza do posesivo en estruturas como (45). Posiblemente estas vantaxes explican a escolla dunha forma cun valor semántico máis xeral, o artigo, e que por tanto pode aparecer nun número superior de ocorrencias, fronte ó posesivo, limitado e en moitos casos excesivamente sobrecargado de información.

Todas estas consideracións aparecen aquí para demostra-la posibilidade de construír unha hipótese coherente que dea conta das diferentes innovacións que se observan no funcionamento do posesivo desde a diacronía medieval á moderna. Non obstante, cremos necesario un estudio máis detallado que abrangue tanto as frases nominais con posesivo como a función que estas realizan no nivel clausal. En calquera caso, consideramos necesario xustificar tódalas modificacións diacrónicas do sistema desde a perspectiva funcional, como procedementos que representan melloras na virtualidade comunicativa do enunciado.

7. ALGÚNS APUNTAMENTOS FINAIS

7.1. Os outros paradigmas do pronome posesivo: posesivo de respecto, posesivo de propiedade absoluta

Nun estudio que abrangue a maior parte dos textos conservados da época medieval, Dono (1978:123) non rexistra pegada ningunha do paradigma *de meu* na súa utilización

nominal, tal e como funciona naquelas áreas que o coñecen na actualidade e na variedade estándar²⁷. Si indica a presenza desta forma no nivel clausal, como unha especie de predicativo, e inmovilizada no masculino de terceira persoa.

A ausencia do paradigma de respecto *mi* é total no corpus medieval por nós manexado, o cal, xunto coa súa irregular distribución xeográfica na lingua moderna, pode ser un argumento en favor da súa condición de préstamo de luxo do castelán no galego.

7.2. O posesivo como modificador na frase adverbial

O noso corpus non rexistra exemplo ningún desta importante modificación distribucional da forma de posesivo. A súa ausencia da lingua literaria decimonónica, así como a súa aparición fluctuante na literatura e na oralidade contemporánea²⁸ fan sospeita-lo recente da innovación que permite estruturas como *diante miña*, ou polo menos a súa persistente vinculación, ó longo do tempo, a rexistros relacionados coa oralidade.

8. RECAPITULACIÓN

Nas páxinas que anteceden tentamos facer un exame pormenorizado dos principais fenómenos que afectan ó funcionamento dun dos constituíntes que máis variou diacronicamente dentro daqueles que integran a frase nominal do galego. Evidentemente, moitas preguntas quedan aínda por responder, e de seguro o avance na descrición e cuantificación dos datos permitirán moi axiña modificar e completar aqueles aspectos máis febles do noso traballo. Así esperamos que sexa.

BIBLIOGRAFÍA

- Aitchinson, J. (1993): *El cambio en las lenguas, ¿progreso o decadencia?*. Barcelona: Ariel.
- Alonso, A. (1951): “Estilística y gramática del artículo en español”, in *Estudios lingüísticos. Temas españoles*. Madrid: Gredos, pp. 125-160.
- Álvarez, R., Monteagudo, H. & Regueira, X. L. (1986): *Gramática galega*. Vigo: Galaxia.
- Bassols de Climent, M. (1975): *Sintaxis latina*. Madrid: C.S.I.C.
- Bobes Naves, M. C. (1971): *Las personas gramaticales*. Santiago de Compostela: Publicacións da Universidade.
- Carbonero Cano, P. (1979): *Deixis espacial y temporal en el sistema lingüístico*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad.
- Coseriu, E. (1962): “Determinación y entorno”, in *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, pp. 282-323.

²⁷ Vid. Álvarez e outros (1986: 222-223).

²⁸ Unha explicación máis extensa sobre a presenza da forma de posesivo na frase adverbial encóntrase en Silva Domínguez (1995).

- Dono, M. J. (1978): *O posesivo e outras formas de expresa-las mesmas relacións, na prosa galega medieval*. Universidade de Santiago de Compostela: Tese de licenciatura (inédita).
- Dumitrescu, D. (1990): "El dativo posesivo en español y en rumano", *Revista de la Sociedad Española de Lingüística*, 20, 2, pp. 403-429.
- Ferreiro, M. (1995): *Gramática histórica galega*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- Givón, T. (1983): "Topic Continuity in Discourse: an Introduction", in Givón, T. (ed.): *Topic Continuity in Discourse (a Quantitative Cross-Language Study)*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 4-254.
- Givón, T. (1992): "The grammar of referential coherence as mental processing instructions", *Linguistics*, 30, pp. 5-55.
- Halliday, M. A. K. & Hasan, R. (1976): *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- Hawkins, J. A. (1978): *Definiteness and Indefiniteness*. Londres: Croom Helm.
- Hermida, C. (1994): "O artigo co posesivo adxacente no galego medieval. Unha hipótese", in Lorenzo, R. (ed.): *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románica (Santiago, 1989)*, volume VI, pp. 297-308.
- Herrmann, M.-P. (1990): "Le rôle du déterminant dans l'accomplissement de la reprise lexicale: le cas du possessif", in Kleiber, G. & Tyvaert, J.-E. (eds.): *L'anaphore et ses domaines*. Paris: Klincksieck, pp. 183-197.
- Kleiber, G. (1990): "Marqueurs référentiels et processus interprétatifs: pour une approche plus 'sémantique'", *Cahiers de Linguistique Française*, pp. 241-258.
- Kleiber, G. (1991): "Anaphore-deixis: où en sommes-nous?", *L'information grammaticale*, 51, pp. 3-18.
- Lapesa, R. (1971): "Sobre el artículo ante posesivo en castellano antiguo", in *Sprache und Geschichte. Festschrift für Harri Meier*. Munich: Wilhem Fink Verlag, pp. 227-296.
- Pino, L. (1996): "Sobre as construcións artigo+posesivo+nome nas linguas románicas (achega para un estudio comparativo)", in Lorenzo, R. / Álvarez, R. (coords.): *Homenaxe á Profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 213-226.
- Popescu, L. & Tasmowski, L. (1988): "Thématicité et possessivité en roumain", *Lingvisticae Investigationes*, XII: 2, pp. 303-335.
- Renzi, L. (1976): "Grammatica e storia dell'articolo italiano", *Studi di grammatica italiana*, v, pp. 5-42.
- Schmidely, J. (1983): *La personne grammaticale et la langue espagnole*. Paris: Éditions Hispaniques.
- Silva Domínguez, C. (1993): "A combinatoria do posesivo na frase nominal", *Cadernos de lingua*, 8, pp. 135-155.
- Silva Domínguez, C. (1995): "As estruturas adverbiais do tipo de diante miña", *Cadernos de lingua*, 11, pp. 5-21.
- Silva Domínguez, C. (1998): "A alternancia e coexistencia de artigo e posesivo en frases nominais de carácter 'inalienable' do galego contemporáneo", in Kremer, D. (ed.): *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Vigo: Galaxia, tomo II, pp. 661-685.
- Uritani, N. (1991): *Alternancia del artículo en español*. Madrid: Publicaciones de la Universidad Complutense.
- Varela, F. X. (1992): *Os cuantificadores en galego moderno. A cuantificación pronominal*. Santiago de Compostela: Tese de doutoramento (inédita).
- Wiederspiel, B. (1989): "Sur l'anaphore. Du modèle 'standard' au modèle 'mémoriel'", *Travaux de Linguistique et de Philologie*, XXVII, pp. 95-113.
- Wilmet, M. (1986): *La détermination nominale*. Paris: P.U.F.
- Wolf, E. M. (1974): "Los posesivos y la estructura semántica del texto", in *Actas do XIV CILFR*, vol. IV, pp. 411-419.

APROXIMACIÓN HISTÓRICA ÁS FORMAS VERBAIS *DICIR, QUERER E FACER*¹

Xosé Soto Andión

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

DECLARACIÓN DE OBXECTIVOS

Na seguinte exposición abordamos desde a perspectiva histórica o estudo das formas verbais *dicir*, *querer* e *facen* acoutando a súa análise, por mor das restricións horarias, ós tempos de presente de indicativo, presente de subxuntivo e pretérito de indicativo. Proponémonos descubri-las formas destes verbos en tres momentos distintos da súa diacronía, tentando dar explicación dos máis relevantes cambios fonético-morfolóxicos. Baseámonos en glosarios, textos, gramáticas e estudos diversos.

As obras e estudos dos que botamos man son os que a seguir sinalamos:

- a) Para o Galego Medieval valémonos do corpus de documentos medievais e das bases paradigmáticas feitas sobre algúns destes documentos no proxecto *Gramática Histórica da Lingua Galega*, que se desenvolve no seo do I.L.G. Este proxecto está financiado pola Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellería de Educación da Xunta de Galicia. Velaquí a relación de obras: *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, *Crónica Troiana*, *Cantigas de Santa María*, *Vocabulario galego-portugués das Cantigas de Escarnio*, *Glosario do Cancioneiro da Ajuda*, *A Demanda do Santo Graal*, versión galega da *General Estoria*, Documentos de *San Esteban de Ribas de Sil*, *Fontes documentais da Universidade de Santiago*, *Galicia Histórica*, *Miragres de Santiago*, *Tratado de Albeitaria*, documentos de *San Pedro de Lobanes*, documentos de *San*

¹ Vaia esta nota de agradecemento, en primeiro lugar, para o prof. Ramón Mariño porque froito dun seminario de Terceiro Ciclo por el impartido xurdiu a idea de elaborar esta comunicación. Foi tamén el quen me proporcionou algúns manuais que axudaron a encamiñar este traballo. Do mesmo xeito, quero agradecer a Ernesto González Seoane as achegas bibliográficas que me facilitou. Por último, teño que agradecerlle ó prof. Xavier Varela a total liberdade que me deu, como colaborador do “Proxecto Gramática Histórica”, para utiliza-lo corpus de textos medievais que se atopan no devandito proxecto.

Salvador de Sobrado de Trives, Libro do Concello de Santiago, A vida e a fala dos devanceiros, Tenza do Hórreo, Historia do galego-portugués.

b) Galego Medio: *Relazón da carta xecutoria, sonetos de Gómez Tonel e Vázquez de Neira, Entremés famoso sobre a pesca no río Miño, Poemas das Festas Mineruais, Cartas a Gondomar, Poemas de Plácido e Anselmo Feixoo, Coloquio de vinte catro galegos rústicos, Proezas de Galicia, Poemas galegos de Cernadas de Castro, Tertulia de Picaños, Diálogo en la Alameda de Santiago, Gramática Gallega, Estudio fonético ortográfico e morfolóxico de textos do prerrexurdimento galego (1805-1837), A ortografía e a gramática do galego nos estudos gramaticais do século XIX e primeiros anos do XX.*

c) Galego Moderno: *ALGa, Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego, El verbo gallego, Dialectología da lingua galega.*

1. DICIR

1.1. Presente de Indicativo

O latín amosaba no presente de indicativo, para esta forma da 3ª conxugación latina, que no romance galego se acomodou no paradigma dos en *-ir*, os resultados seguintes: *ḍīco*, *ḍīcis*, *ḍīcīt*, *ḍīcīmūs*, *ḍīcītīs*, *ḍīcūnt*.

Galego Medieval

Os resultados que puidemos atopar para o galego medieval son os seguintes:

P1: *digo, dygo*. P2: *dizes, dis*. P3: *diz, djz, di, dez, dij, dize, dici*. P4: *dizemos, dizemus, dicimos, decemos, desimos*. P5: *dizedes, dyzedes, dicides*. P6: *dizen, dizem, dizẽ, di-sen, din*.

Na P2 e na P6 observamos resultados que se corresponden coas formas etimolóxicas das que proceden. Para o resultado pleno da P6 hai que partir dunha forma etimolóxica non documentada que é *DICENT. Esta substitución de *-unt* por *-ent* dunha forma da 3ª conxugación clásica pode deberse á analoxía coa segunda conxugación que posúe esta terminación. As reducidas *di*, *din* son analóxicas de *dis/diz*, que á súa vez xorde por analoxía cos resultados monosilábicos doutra forma verbal irregular como é *dar*: *dás, dá, dan*.²

As persoas cuarta e quinta teñen maioritariamente *i* como vocal radical, conformes co infinitivo *dizer*. Así mesmo amosan, fronte ó latín, cambio acentual volvéndose graves: *ḍīcīmūs*, *ḍīcītīs* → *dizemos*, *dizedes*.

² Amais disto “nas zonas de seseo final hai unha causa coadxuvante: despois da desafricación e do enxordeamento do *-z*, *diz* quedaba convertida en **dis*, que foi interpretada como *di+s*, cunha desinencia *-s* insólita nunha terceira persoa; por iso foi reducida a *di* (é dicir *di+-Ø*). Non é, sen dúbida, casual que as formas *dis*, *di*, *din* aparezan na área de seseo final (hoxe propagadas contra oriente) e *dices*, *dice*, *dicen* onde non o hai.” (ILG-RAG, 1995¹², p. 141).

A vocal radical pode ter diversas representacións gráficas, así o *i* amais da representación moderna ten *j* e *y*.

No século XV a terceira e a sexta persoas das formas etimolóxicas documéntanse reducidas, e temos por tanto *di*, *din*.

Galego Medio

O paradigma que rexistramos é o seguinte:

P1: *digo, dijo*. P2: *dis, dices, dises*. P3: *di, dis, dise, diz, dice*. P4: *dicimos, decimos, desimos*. P5: *dicides, decides, desedes, decís, desís*. P6: *din, dicen, disen, decen*.

A variante *dijo* na P1 débese á gheada xa existente na época. Na P3 e na P4 *dise*, *desimos* tamén se explican por outro fenómeno fonético como é o seseo.

Saco e Arce (*Gramática Gallega*, 1808, p. 104) dá na terceira persoa *dis* e *diz* como variantes cando estas formas seguidas de *que* se empregan como impersoais: “dis/diz que non foi certo”. Na actualidade fábase para este caso dunha forma soldada *disque* que se encadra entre as expresións de dúbida (Álvarez et al. 1986, p. 466), pero segue a mante-lo contido de impersonalidade.

Os resultados plenos da segunda, terceira e sexta persoas (*dices, dice, dicen*), característicos da lingua medieval aínda se ven nos textos do século XVIII alternando coas reducidas *dis, di, din*. As primeiras son formas en retroceso, pero nos Séculos Escuros e mais no Rexurdimento tiñan máis uso ca hoxe en día, pois documéntanse en textos da Provincia da Coruña (*Tertulia de Picaños, Diálogo en la alameda de Santiago...*), punto no que hoxe carecen de uso.

A quinta persoa amósanos casos con caída do *-d-* no sufixo de número e persoa alternando coa súa conservación, pero é un fenómeno que non chegou a callar, como nos demostra o galego actual no que este feito resulta ser algo esporádico.

Se nos documentos medievais se vían exemplos nos que alternaban as vocais radicais *i/e* no galego medio continúa esta alternancia: *dicimos/decimos, dicides/decides*. O resultado *decen* da P6 é bastante esporádico.

Galego Moderno

As solucións ás que chegou a lingua dos nosos días son:

P1: *digo*. P2: *dis, dices*. P3: *di, dice*. P4: *dicimos, decimos, decemos*. P5: *dicides, decides*. P6: *din, dicen*.

A P4 presenta unha forma arcaica con vocal temática *e* (*decemos*) rexistrada no suodoeste de Ourense e en puntos do occidente da Coruña.

Conviven na actualidade as formas reducidas coas etimolóxicas *dices, dice, dicen*. Estas últimas teñen menor extensión ca no galego dos Séculos Escuros e do Rexurdimento. En xeral, son empregadas por falantes da xeración vella, principalmente no interior de Pontevedra, e foron documentadas tamén no occidente e sur de Pontevedra así coma no galego oriental.

1.2. Presente de subxuntivo

O latín mostraba as seguintes formas para o presente de subxuntivo: *dīcam, dīcas, dīcat, dicāmus, dicātis, dīcant*.

Galego Medieval

Os resultados que documentamos no galego medieval son:

P1: *diga*. P2: *digas*. P3: *diga*. P4: *digamos*. P5: *digades*. P6: *digam, dygan, digam, digã*.

Os cambios en relación coas formas latinas obedecen ás evolucións fonéticas normais (caída de *-t*, sonorización de *-k*...).

Galego Medio

Este tempo amosa no galego medio un paradigma similar ó do galego medieval: *diga, dija, digas, diga, digamos, digades, digan*.

Galego Moderno

Non ofrece ningunha novidade en relación cos resultados xa vistos na lingua do galego medio, presentando unha raíz *dig-*.

1.3. Pretérito de indicativo

Dīcere ten un perfecto sigmático que posúe no latín clásico as formas seguintes: *dīxī, dīxīsti, dīxīt, dīxīmus, dīxīstis, dīxērunt*.

As formas do galego medieval son:

P1: *dixe, dixi, dix, disi, dissi, disse*. P2: *disseste, diseste, disesti, disesche*. P3: *disse, dise, diso, disso, dysso, diss, dix, dixe, dixo*. P4: *dissemos, disemos, desemos*. P5: *dissestes, disestes, desestes*. P6: *disseron, diserõ, disserõ, diserom, diseron, dixeron*.

A primeira, terceira e sexta persoas presentan na lingua medieval formas palatalizadas e sen palatalizar na raíz. Tamén aparece *dix* con perda da vocal final. O *-i* alterna co *-e* na primeira e segunda persoas.

A acentuación nas persoas do plural fíxose grave por analoxía cos resultados dos pretéritos fracos (lat. vulg. *cantāmus*).

Xa se ven casos de palatalización de *t* na desinencia *st* da P2 pola acción do *-i* longo final do latín: *-sche*. Son boa mostra disto a *Crónica Troiana* ou *La Traducción Galllega*. Esta evolución do *t* cara á palatal africada xorda documéntase con certa frecuencia en textos do século XIII e XIV. De aquí xurdiu o actual sufixo *-ches*. No portugués mantívose sen palatalizar.

Na P3 aparecen resultados en *-e* e en *-o*, as últimas son propias, sobre todo, da *Crónica Troiana* e das *Cantigas*.

Na P6 hai que falar dun cambio importante producido no latín vulgar, como foi o troco do *e* longo da terminación *-ērunt* por *e* breve que supón unha pronuncia aberta, a cal, a partir de aquí, se estenderá ás segunda, cuarta e quinta persoas.

Galego Medio

Dos textos que manexamos extraémo-las seguintes formas:

P1: *dixen, dixsen, dijen*. P2: *dixeche, dixeches, dixseches*. P3: *dixo, dix, dixso*. P4: *dixemos*. P5: *dixestes, dexestes, dixéchedes, dixéstedes*. P6: *dixeron, dixseron*.

Fronte á lingua medieval a P1 ofrece dunha maneira xeneralizada a desinencia de número e persoa -*n*: *dijen*. Para Williams (*Do latim ao português*, 1975³, p. 167) esa nasalización probablemente se desenvolveu primeiro nas formas fracas, nas que remataban en -*i* tónico, por analoxía coa forma *vin* (de *veni*) e despois foi irradiada ás fortes.

Vemos resultados palatalizados no radical (*dix-*) en tódalas persoas, por analoxía coa P1 que xa mostraba esta solución na época medieval. É un resultado harmónico co producido noutros pretéritos fortes como son *fixen, quixen*, que máis adiante veremos.

Na segunda persoa impúxose no galego medio o resultado palatalizado -*che* fronte ó etimolóxico -*ste*. A desinencia palatalizada pode aparecer ou non cun *s*, -*che/-ches*.

A terceira persoa do singular presenta a terminación -*o* coma no galego actual, fronte ós casos con -*e* do galego medieval. Para Williams (*op. cit.*, p. 168) “o -*o* da terceira persoa singular dos pretéritos fortes en galego tal vez se teña desenvolvido por imitación do -*o* da terceira persoa singular dos pretéritos fracos”. Ó seren incrementadas as formas *disse* cun sufixo número-persoal *o* (*disseo*) o *e* perderá silabicidade asimilándose ó fonema consonántico veciño, isto é, o palatal (cfr. Santamarina, 1974, p. 61).

A quinta persoa ten resultados co radical incrementado (-*de*) por analoxía coa P5 de tempos con *d* intervocálico. Tamén se ve a terminación -*chedes* por cruzamento coa segunda persoa do singular e mais cos tempos que teñen -*d-* na quinta persoa.

Galego Moderno

Os resultados que vimos para o galego medio son os que hoxe ten este tempo, cunha raíz *dix-* en todo o tema de perfecto.

A vocal temática é aberta nas P2, P4, P5 e P6.

2. QUERER

É un verbo que pertence á conjugación en -*er*, que inclúe os verbos da 2ª e 3ª latinas.

2.1. Presente de indicativo

As formas que ten o latín clásico para este tempo son as seguintes: *quærō, quærīs, quærīt, quærīmūs, quærītīs, quærūnt*.

Galego Medieval

O paradigma do galego medieval é:

P1: *quero, queiro*. P2: *queres*. P3: *quer, quere*. P4: *queremos*. P5: *queredes*. P6: *queren, querẽ, queren*.

A solución *queiro* da primeira persoa atópase no composto *conqueiro*³ (galego moderno *conquistar*) da *Crónica Troiana*.

Na P3 os verbos que tiñan un radical rematado en *-l*, *-r*, *-n*, *-s*, *-c* podían perde-lo *-e* átono final, que logo restauraron por analoxía cos restantes verbos da segunda conxugación (v. gr. *val* → *vale*). Nas *Cantigas* puidemos documentala forma plena e mais a atemática *quere/quer*. Para o resultado *queren* da sexta persoa debemos partir dunha forma non documentada no latín vulgar que sería **quaeren*.

Galego Medio

Nos textos do galego medio rexistrámo-las seguintes formas:

P1: *quero*. P2: *queres*, *qués*. P3: *quer*, *quere*. P4: *queremos*. P5: *queredes*, *querés*. P6: *queren*.

Con respecto á P3 Saco e Arce (*op. cit.*, p. 109) sinala que a forma íntegra *quere* úsase cando segue pronome átono *o*, *a*: *quéreo*, *quérea*. O resultado con VT Ø é o de máis uso, fronte ó que ocorre na actualidade. Na P2 tamén hai vacilación, tendo maior emprego a solución temática.

O sufixo número-persoal da P5 *-des* (<TIS) amosa conservación e perda do *-d-*. A caída deste *-d-* neste sufixo estaba máis estendida ca hoxe, que só aparece en puntos do galego oriental e do sudoeste de Pontevedra.

Galego Moderno

Na actualidade as solucións normativas e dialectais que temos son:

P1: *quero*. P2: *queres*, *ques*. P3: *quere*, *quer*. P4: *queremos*. P5: *queredes*. P6: *queren*.

A vocal radical tónica ten vocal aberta como regra xeral en conformidade coa etimoloxía.

Na segunda persoa a lingua continúa coa alternancia *queres/ques*. A primeira é maioritaria fronte á segunda, que tiña máis uso na etapa intermedia do galego. A forma contraída pode escoitarse no occidente da Coruña.

Mantense así mesmo na terceira persoa a alternancia medieval e do galego medio *quere/quer*, se ben a frecuencia de ámbalas formas nesas épocas e na nosa é ben distinta. Na actualidade *quere* é a solución xeneralizada no galego, *quer* só naquelas zonas posuidoras de trazos conservadores na lingua, como son o occidente da Coruña, o galego de Asturias e o Bierzo.

2.2. Presente de subxuntivo

O latín clásico tiña no presente de subxuntivo *quæram*, *quæras*, *quærat*, *quæramus*, *quærātis*, *quærant*. Pero debeu ser substituído por unha forma analóxica da segunda conxugación (**quæriam*) que non está documentada, pero que é necesaria para explicar a solución romance con metátese de iode.

³ Cfr. Nunes, 1989^o, p. 330.

Galego Medieval

Do presente de subxuntivo puidemos rexistrar:

P1: *queira, queyra, quera*. P2: *queiras, queyras, queras*. P3: *queira, queyra, quejra, quera*. P4: *queiramos, queyramos, queramos*. P5: *queirades, queyrades, querades*. P6: *queiran, queyrã, queran*.

A solución sen ditongo (*quera*) documentámola nas Cantigas de Santa María. Proceden directamente das formas do latín clásico (*quæram...*).

Galego Medio

Non temos cambios importantes en relación co galego medieval:

P1: *queira*, P2: *queiras*, P3: *queira*, P4: *queiramos*, P5: *queirades*, P6: *queiran/queyran*.

Galego Moderno

O paradigma dado para o Galego Medio é o que triunfa na actualidade:

P1: *queira, quira, quera*. P2: *queiras, quiras, queras*. P3: *queira, quira, quera*. P4: *queiramos, quiramos, queramos*. P5: *queirades, quirades, querades*. P6: *queiran, quiran, queran*.

As solucións con ditongo decrecente son hoxe as máis xeneralizadas e as que recolle a lingua estándar, nelas a vocal tónica realízase como aberta ou como pechada: *queiras/queiras*. As reducidas son minoritarias e documéntanse alternando coas outras no occidente da Coruña e no galego de Asturias, onde tamén se di *dica* por *deica*⁴.

2.3. Pretérito de indicativo

O latín clásico tiña un pretérito fraco que no latín vulgar foi substituído por un pretérito forte:

*Quæsvī > *Quēsī*
*Quæsvīstī > *Quēsīsti*
*Quæsvīt > *Quēsīt*
*Quæsvīmūs > *Quēsīmūs*
*Quæsvīstīs > *Quēsīstīs*
*Quæsvērūnt > *Quēsīrūnt*

Será deste paradigma forte de onde procedan as formas galegas e portuguesas.

Galego Medieval

P1: *quisi, quise, quyse, quige, quie, quigi, quiji, quix, quis*. P2: *quiseste, quigeste, quisiste, quesiste, quisische*. P3: *quis, quise, quisso, quiso, quizo*. P4: *quisemos*. P5: *quisestes, quizestes*. P6: *quiseron, quiserõ*.

Na P1 destaca a alternancia de formas palatalizadas e sen palatalizar no radical (*quige/quise*).

⁴ Cfr. Fernández Rei, 1979, p. 260.

A P3 na época medieval podía rematar en *-e* ou en *-o* segundo comprobamos nas formas recollidas nos textos. Para Clarinda de Azevedo Maia (1986, p. 806) en textos de Galicia as formas normais son as rematadas en *-o*, podendo aparecer esporadicamente formas en *-e*, pero en textos portugueses o habitual é a terminación en *-e*, sendo bastante raras as solucións en *-o*. Na *Crónica Troiana* son máis abundantes as formas en *-o*. A solución sen vocal final, como *quis*, atópase en D. Dinís. A caída da vocal ten unha explicación fonética, pois os verbos que posuían radicais que remataban en fricativa (*-s*, *-z*) podían perde-lo *-e* final. O *-e* mantiñase máis cando seguía pronome átono de terceira persoa: *quiseo*.

O *i* da primeira persoa do singular, antes *e*, pechou polo influxo do *-i* final e do iode (*quæsii>quesii*). Nas demais persoas o resultado *i* na vocal radical débese ó paso de *e* aberto a *e* pechado por ser pretónico e despois a *i* por causa de iode.

O iode da sexta persoa (*quesierunt*) será o que orixine a consoante palatal do radical *quix-*, nas demais persoas había *ii*, co cal a crase levou a formas sen palatalizar: *quis*, *quiseste*. Estes resultados sen palatalizar foron os que se estenderon, segundo se ve polas *Cantigas de Escarnio* e de *Santa María*. Aquí a raíz con palatal só aparece na primeira persoa. O triunfo da raíz sen palatal vese reforzado por outros perfectos sigmáticos como *mis*, *pris*.

Galego Medio

O paradigma é:

P1: *quixen*, *quixsen*, *quisen*, *quixem*. P2: *quixeche*, *quixeches*. P3: *quixo*, *quixso*. P4: *quixemos*, *quixsemos*. P5: *quixestes*, *quixsestes*. P6: *quixeron*, *quixseron*.

Consolidanse algunhas das solucións que presentaban os textos medievais, isto é, a terminación *-o* na P3 ou a palatalización da desinencia de número e persoa e da consoante final da raíz, como sucede noutros pretéritos fortes (*dixen*, *quixen*). En galego triunfou a raíz con consoante palatal xorda. En portugués triunfaron as formas sen palatalizar.

Galego Moderno

O galego de hoxe presenta o radical *quix-* en todo o tema de perfecto, con vocal temática aberta nas P2, P4, P5, P6 e resultado palatal xordo na consoante final da raíz, sonora na Limia Baixa e despalatalizada en puntos de seseo predorsal.

3. FACER

3.1. Presente de indicativo

O paradigma do latín clásico era *facĭo*, *facĭs*, *facĭt*, *facĭmūs*, *facĭtĭs*, *facĭūnt* (>^{*}*facent*).

Galego Medieval

As formas do presente de indicativo son:

P1: *faço, faç, fago, fasso, fazo, ffaço, fffago, fffazo*. P2: *fazes, ffazes, faes, fais*. P3: *faz, ffaz, fay, faze*. P4: *fazemos, fazemus, ffazemos, facemos, façemos, facimus, fasemos*. P5: *fazedes, ffazedes, facedes*. P6: *fazê, fazem, fazen, ffazem, fasetem*.

Na P1 solucións como *faço, fazo* teñen o resultado esperado do grupo *ki*. Á par destas, existe o resultado *fago* (vese na *General Estoria*), que hoxe os autores explican como froito dun proceso analóxico con outros verbos desta mesma conxugación, como *digo*⁵, e non como interferencia do castelán a partir de *hago*. *Fago* non se rexistra en textos portugueses agás en Gil Vicente que emprega esta forma para caracteriza-la fala dos xudeus e campesiños.

Na P2 e P3 os resultados *fais, fay* teñen diversas explicacións: son analóxicos do imperativo (*fai*) do propio verbo ou de verbos como *haber, ir (hai, vai)* ou son evolución fonética a partir dunha forma *faz* onde a africado *z* [dz] se interpretaría como unha desinencia persoal que por infrecuente foi substituída pola habitual *-e*, unha VT analóxica doutros verbos da segunda conxugación como *trae* que logo se pecha foneticamente en *i*.

O outro resultado da P3 *faz* explicase porque o *-e* final podía caer cando estaba precedido do son africado [dz].

Galego Medio

P1: *fago, fajo*. P2: *fas*. P3: *fai, fay, faz*. P4: *facemos*. P5: *facedes, faces*. P6: *fan, facen*.

O paradigma é o propio do galego común actual. Temos algún caso de redución da desinencia número-persoal na quinta persoa e algún exemplo moi esporádico do resultado etimolóxico na sexta persoa (*facen*) en Sarmiento. Nunha carta ó conde de Gondomar do ano 1603 hai algún resto esporádico da forma antiga *faz*.

Galego Moderno

O paradigma do galego moderno é o seguinte:

P1: *fago, faigo, faio*. P2: *fas, faces, fais, faes*. P3: *fai*. P4: *facemos, faguemos, faemos*. P5: *facedes*. P6: *fan, facen, fain*.

O *i* de *faigo* é analóxico de formas como *caibo*, esta raíz *faig-* rexístrase no nordeste da Coruña e noroeste de Lugo. A solución *faio* con iode antihiático, que remite a un infinitivo *faer* con perda de [y] por aspiración ó ser zona de gheada, atópase no sudoeste da provincia de Pontevedra. *Fago*, que é a solución regular no galego, tamén pode escoitarse no norte de Portugal.

Os resultados etimolóxicos *faces, facen* documéntanse esporadicamente no interior da provincia de Pontevedra. As solucións *fais/faes, fain* escóitanse no galego oriental e no occidente da Coruña e son analóxicas de *pois, poin*, en consonancia con *fai-poi* (el pon)⁶.

⁵ Cfr. Maia, 1986, p. 791 e Santamarina, 1974, p. 42. Esta solución xa fora dada por Meyer-Lübke que descarta que para estes resultados procedan dunha solución prerromance non documentada do tipo **faco* en lugar de *facio* (vid. Meyer-Lübke, 1914, p. 137).

⁶ Cfr. ILG-RAG, 1995¹², p. 145.

Na P4 temos un radical *fac-* que é o de máis uso; outro, *fagu-*, que se escoita na metade occidental de Ourense; e *fa-* tamén en puntos de Ourense e sudoeste de Pontevedra.

3.2. Presente de subxuntivo

O paradigma do latín clásico era *faciam*, *facias*, *faciat*, *faciāmus*, *faciātis*, *faciant*.

Galego Medieval

P1: *faça, faga*. P2: *faças, fazas, fagas*. P3: *faça, faga, faza, ffaça*. P4: *façamos, fagamos, façamus, fazamos*. P5: *façades, fagades, fazades, faxades, ffazades, ffaçades*. P6: *façan, façam, fagan, fazan, fazam, ffaçan, fazã*.

A raíz *faç-* é a evolución fonética normal do latín *faciam*. O radical *fag-* é, coma o presente de indicativo, analóxico de “dicir”: *diga*.

Galego Medio

Os textos do Galego Medio reflicten o triunfo da raíz analóxica *fag-* e o paradigma é similar ó do galego actual: *faga*/(*fassa*), *fagas*, *faga*, *fagamos*, *fagades*, *fagan*. Nunha das cartas a Gondomar do ano 1603 lese aínda a etimolóxica *fassa*, sen embargo Sarmiento no séc. XVIII xa non a emprega.

Galego Moderno

Na lingua actual hai un radical que é o da xeneralidade do galego, visto xa para o presente de indicativo, que é *fag-* (*faga*, *fagas*, *faga*...) e outros minoritarios, como *faig-* (*faiga*, *faigas*, *faiga*...), propio do nordeste da Coruña e noroeste de Lugo, e *fai-* no sur de Pontevedra.

3.3. Pretérito de indicativo

As formas que posuía o latín clásico eran *fēci*, *fecisti*, *fecit*, *fecimūs*, *fecistis*, *fecērūt*.

Galego Medieval

Presenta un cumprido paradigma de formas:

P1: *fiz, fize, fise, fisse, fice, fige, figi, figj, figy, fis, fix, fyz, fez, fezi, ffige, ffigis, ffigi, ffigin*. P2: *feziste, fezisti, fizische, fiziste, fizisti, fezeste, figeste, fezeche, fezesche, fezeschi, fezische*. P3: *fez, feze, fezo, ffez, ffeze, ffezo, fece, feç, feço, fes, fesso, fex, fizo*. P4: *fezemos, fezemos, feçemos, ffeçemos, fizemos*. P5: *fezestes, ffezestes, fecestes, feçestes, ffeçestes, fizestes*. P6: *fezerõ, fezerom, fezeron ffezerõ, ffezeron, feceron, feçerom, fefellerom, fefellerom, ffeçerom, ffeçeron, fizerõ*.

Facer ten un pretérito forte dos chamados en *-i*. Na P1 e P3 amosa resultados monosilábicos e bisilábicos. O paradigma máis común era *fiz*, *feziste*, *fezo*, *fezemos*, *fezestes*, *fezeron*, con [dz] na raíz.

Na P1 aparecen resultados con *i* no radical por metafonía do *-i* (*feci*>*fiz*, *figi*). É unha solución característica das *Cantigas de Santa María* e mais das *Cantigas de Escarnio*. Esta primeira persoa puido influír nas demais para que tamén aparezan nelas solucións con *i*. Así e todo, o máis xeral é o resultado etimolóxico con *e* na raíz (*fezemos*, *fezestes*).

Son de destacar, por infrecuentes, casos coma os que recolle Clarinda de Azevedo Maia de exemplos de primeira persoa rematada en nasal (*fyzin*) nalgún documento de fins do século XV⁷.

Na terceira persoa temos formas en consoante e en -o, estas últimas son as que predominan nos textos galegos fronte ós portugueses, que optan polas primeiras. A vocal final tamén se podía perder cando a raíz remataba en fricativa -z: *fez*. Igual que vimos para *dicir*, o -e mantiñase máis cando seguía pronome átono acusativo de terceira persoa: *fezeo*.

Os resultados propios do portugués como *fige*, *figeste*, con [ʒ] prepalatal sonora a carón do maioritario [dz], documentados xa no s. XIII, débense á analoxía con *quige*, *quigeste*.

Galego Medio

O paradigma é:

P1: *fixen*, *fixsen*. P2: *fixeche*, *fixeches*, *fixeste*. P3: *fixo*, *fiixo*, *fixso*. P4: *fixemos*, *fixse-mos*. P5: *fixestes*, *fixechedes*. P6: *fixeron*, *fixseron*.

Das formas medievais *fige*, *figeste* xorden estas que aquí vemos con radical *fix-*, que é o máis estendido nesta etapa da lingua e mais na actual, fortalecidas analoxicamente pola transformación dos antigos resultados do pretérito de “dicir” (*disse*, *disseste*) en *dixen*, *dixeches*. Unha excepción a isto son algunhas formas que aparecen na *Relazon* – texto do XVI copiado a mediados do XVII– onde se empregan as solucións medievais *fez-*, *fiz-*.

Paralelamente a *dicir-dixechedes* existe unha desinencia da quinta persoa incrementada e analóxica da segunda persoa, que é *fixéchedes*.

Galego Moderno

O paradigma actual é o seguinte:

P1: *fixen*, *ficen*, *figuen*, *fecen*, *fexo*. P2: *fixeches*, *ficeches*, *figueches*, *feciche*. P3: *fixo*, *fezo*. P4: *fixemos*, *ficemos*, *figuemos*, *fecemos*. P5: *fixestes*. P6: *fixeron*.

O radical maioritario e propio da lingua estándar é *fix-*. A solución *fíc-* é a etimolóxica e atópase no galego oriental, sobre todo na xeración vella. A raíz *figu-* escóitase na provincia de Ourense; xorde ben por analoxía co presente *fago* ou ben por analoxía con outros verbos da segunda como *trouguen*. Así mesmo, poden escoitarse resultados con VR e sen inflexionar (*fecen*, *fexo*) no galego oriental.

⁷ Cfr. Maia, 1986, p. 793.

De acordo co visto, cómpre concluír sinalando que os paradigmas triunfantes na actualidade xa agromaban no Galego Medieval e estaban case consolidados nos textos do Galego Medio.

A atracción e contaminación entre os paradigmas irregulares provocou que determinadas evolucións fonéticas non chegaran a callar do xeito esperado.

Das tres formas verbais que analizamos chama a atención a uniformidade na sincronía actual das solucións do pretérito en *dicir* e *querer* fronte a *facere*. No presente de indicativo foi relevante o paulatino triunfo das formas reducidas de *dicir* sobre as etimolóxicas, que aínda no século XIX ocupaban unha importante área xeográfica e na lingua actual quedaron reducidas ás áreas máis conservadoras ou á xeración máis conservadora, a xeración vella.

Táboas resumo dos paradigmas

	DICIR		
	Galego Medieval	Galego Medio	Galego Moderno
Indicativo presente	P1: <i> digo, dygo.</i> P2: <i> dizes, dis.</i> P3: <i> diz, dez, djz, dize, di, dij.</i> P4: <i> dizemos, dizemus, dicimos, decesmos, desimos.</i> P5: <i> dizedes, dyzedes, dicides.</i> P6: <i> dizen, disen, dizem, dizẽ, din.</i>	P1: <i> digo, dijo</i> P2: <i> dis, dices, dises.</i> P3: <i> di, dis, dise, diz, dice.</i> P4: <i> dicimos, decimos, desimos.</i> P5: <i> dicides, decides, desedes, decís, desís.</i> P6: <i> din, dicen, disen, decen.</i>	P1: <i> digo.</i> P2: <i> dis, dices.</i> P3: <i> di, dice.</i> P4: <i> dicimos, decimos, decemos.</i> P5: <i> dicides, decides.</i> P6: <i> din, dicen.</i>
Subxuntivo presente	P1: <i> diga.</i> P2: <i> digas.</i> P3: <i> diga.</i> P4: <i> digamos.</i> P5: <i> digades.</i> P6: <i> digan, dygan, digam, digã</i>	P1: <i> diga, diga.</i> P2: <i> digas.</i> P3: <i> diga.</i> P4: <i> digamos.</i> P5: <i> digades.</i> P6: <i> digan.</i>	raíz <i>dig-</i>
Indicativo pretérito	P1: <i> dix, dixi, dix, disi, dissi, disse.</i> P2: <i> disseste, diseste, disesti, disesche.</i> P3: <i> disse, dise, diso, disso, dyso, diss, dix, dixe, dixo.</i> P4: <i> dissemos, disemos, desemos.</i> P5: <i> dissestes, disestes, desestes.</i> P6: <i> disseron, disserõ, diserõ, diserom, diseron, dixeron.</i>	P1: <i> dixen, dixsen, dijen.</i> P2: <i> dixech, dixeches, dixesches.</i> P3: <i> dixo, dix, dixso.</i> P4: <i> dixemos.</i> P5: <i> dixestes, dexestes, dixechedes, dixestedes.</i> P6: <i> dixeron, dixseron.</i>	raíz <i>dix-</i>

	<i>QUERER</i>		
	Galego Medieval	Galego Medio	Galego Moderno
Indicativo presente	P1: quero, queiro. P2: queres. P3: quer, quere. P4: queremos. P5: queredes. P6: queren, querẽ, queren.	P1: quero. P2: queres, ques. P3: quer, quere. P4: queremos. P5: queredes, queres P6: queren.	P1: quero. P2: queres, ques. P3: quere, quer. P4: queremos. P5: queredes. P6: queren.
Subxuntivo presente	P1: queira, queyra, quera. P2: queiras, queyras, queras. P3: queira, queyra, quejra, quera. P4: queiramos, queyramos, que-ramos. P5: queirades, queyrades, quera-des. P6: queiran, queyrã, queran.	P1: queira. P2: queiras. P3: queira. P4: queiramos. P5: queirades. P6: queiran, queyran.	P1: queira, quira, quera. P2: queiras, quiras, queras. P3: queira, quira, quera. P4: queiramos, quiramos, que-ramos. P5: queirades, quirades, que-rades. P6: queiran, quiran, queran.
Indicativo pretérito	P1: quisi, quise, quyse, quige, quíie, quigi, quiji, quix, quis. P2: quiseste, quigeste, quisiste, quesiste, quisische. P3: quis, quise, quisso, quiso, quizo. P4: quisemos. P5: quisestes, quizestes. P6: quiseron, quiserõ.	P1: quixen, quixsen, quisen, quixem. P2: quixeche, quixeches. P3: quixo, quixso. P4: quixemos, quixse-mos. P5: quixestes, quixses-tes. P6: quixeron, quixseron.	radical quix-

	<i>FACER</i>		
	Galego Medieval	Galego Medio	Galego Moderno
Indicativo presente	P1: faç, faço, fago, fasso, fazo, ffaço, fffago, ffazo. P2: fazes, ffazes, faes, fais. P3: faz, ffaz, fay, faze. P4: fazemos, fazemus, ffazemos, facemos, fa-çemos, facimus, fasemos. P5: fazedes, ffazedes, facedes. P6: fazẽ, fazem, fazen, ffazem, fasem.	P1: fago, fajo. P2: fas. P3: fai, fay, faz. P4: facemos. P5: facedes, faces. P6: fan, facen.	P1: fago, faigo, faio. P2: fas, faces, fais, faes. P3: fai. P4: facemos, faguemos, faemos. P5: facedes. P6: fan, facen, fain.
Subxuntivo presente	P1: faça, faga. P2: faças, fazas, fagas. P3: faça, faga, faza, ffaça. P4: façamos, fagamos, façamus, fazamos. P5: façades, fagades, fazades, faxades, ffaza-des, ffaçades. P6: façan, façam, fagan, fazan, fazam, ffaçan, fazã.	P1: faga, fassa. P2: fagas. P3: faga. P4: fagamos. P5: fagades. P6: fagan.	P1: faga, faiga, faia. P2: fagas, faigas, faias. P3: faga, faiga, faia. P4: fagamos, faigamos, faiamos. P5: fagades, faigades, faiades. P6: fagan, faigan, faian.

Indicativo pretérito	P1: <i>fiz, fize, fise, fisse, fice, fige, figi, figj, figy, fis, fix, fyz, fez, fezi, ffige, ffigis, ffigi, ffigin.</i>	P1: <i>fixen, fixsen.</i>	P1: <i>fixen, ficen, figuen, fecen, fexo.</i>
	P2: <i>feziste, fezisti, fizische, fiziste, fizisti, fezeste, figeste, fezeche, fezesche, fezeschi, fezische.</i>	P2: <i>fixeche fixeches, fixeste.</i>	P2: <i>fixeches, ficeches, figueches, feciche.</i>
	P3: <i>fez, feze, fezo, ffez, ffeze, ffezo, fece, feç, feço, fes, fesso, fex, fizo.</i>	P3: <i>fixo, fiixo, fixso.</i>	P3: <i>fixo, fezo.</i>
	P4: <i>fezemos, fezemus, feçemos, ffeçemos, fizemos.</i>	P4: <i>fixemos, fixsemos.</i>	P4: <i>fixemos, ficemos, figuemos, fecemos.</i>
	P5: <i>fezestes, ffezestes, fecestes, feçestes, ffeçestes, fizestes.</i>	P5: <i>fixestes, fixechedes.</i>	P5: <i>fixestes.</i>
	P6: <i>fezerõ, fezerom, fezeron, ffezerõ, ffezeron, feceron, feçerom, festerom, festeron, ffeçeron, ffeçerom, ffeçeron, fizerõ.</i>	P6: <i>fixeron, fixse-ron.</i>	P6: <i>fixeron.</i>

BIBLIOGRAFÍA

- Álvarez, R. et al. (1986), *Gramática galega*, Vigo: Galaxia.
- Carta de don Diego das Achas e Petan a don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar* (Baiona, 20-9-1605). Custódíase na *Biblioteca de Palacio*, Madrid (2113. doc. 99).
- Carta de don Diego das Achas e Petán a don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar*. (Baiona, 84-160S). Custódíase na *Biblioteca de Palacio*, Madrid (2113, doc. 10).
- Carta de don Juan de Lanços y de Andrade a don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar* (Zamora, ca. 1598). Custódíase na *Biblioteca de Palacio*, Madrid (2135, doc. 20).
- Carta de dona Beatriz da Serra a don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar* (Baiona, 20-51603). Custódíase na *Biblioteca de Palacio*, Madrid (2137, doc. 0).
- Diálogo en la Alameda de Santiago entre Cristovo, Farruco, Bartolo e Freitoso*, Imprenta de J. Núñez Castaño, Santiago de Compostela, setembro de 1836 (Biblioteca Xeral da Universidade de Santiago de Compostela, RSE Misc. II-17 e RSE Misc. 44).
- Diálogo 2º En la Alameda de Santiago, entre los mismos Cristobo, Farruco, Bartolo, Freitoso y un Cura errante que toma parte en la conversación*, Imprenta de D. J. F. Campaña y Aguayo, Santiago de Compostela, 15 de novembro de 1836 (Biblioteca Xeral da Universidade de Santiago de Compostela, RSE Misc. 44).
- Diálogo tercero en la Alameda de Santiago, entre los mismos Cristobo, Farruco, Freitoso y el cura Consabido*, Imprenta de don J. F. Campaña y Aguayo, Santiago de Compostela, 31 de decembro de 1836 (Museo de Pontevedra, Legado Baltar, Impresos 4 -22-). Reprodúcese con case total exactitude en R Chacón (RCh), “Os primeiros textos en prosa. Tres novos textos”, *Grial*, núm. 93 (xull.-set., 1986), pp. 349-364.
- Domínguez Fontenla, J. (ed.), “Tratado de Albeitaría por Jordan Rubio, de Calabria”, *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, tomo XI (1936-1938), pp. 543-550 e tomo XII (1939-1940), pp. 109-115.
- Duro Peña, E. (ed.), *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1977.
- , “El monasterio de San Pedro de Lobanes”, *Compostellanum* 12, 2, 1968, pp. 287-322.
- , “El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives”, *Archivos Leoneses* 21, 49, 1967, pp. 7-86.

Feijoo y Montenegro, A. “E vos non vedes a teima”, en *Sagradas Flores del Parnaso, de la bien templada lyra de Apolo, que a la reverente catholica acción, de aver ido acompañando sus magestades al Ssmo Sacramento, que iba a darse por Viatico à una Enferma, el día 28 de noviembre de 1722. Cantaron los mejores cisnes de españa..*, Madrid, Imprenta de Juan de Ariztia, 1723, p. 135 (Biblioteca do Mosteiro de Poio, R.S. 36 / 3 / 7).

Feixó de Araujo, G., *Entremés famoso sobre a pesca do rio Miño*, (Biblioteca Nacional de Madrid, mss. 16717. Procede da biblioteca da casa ducal de Osuna), 1671.

Fernández Rei, F., *O Verbo. Contribución á dialectoloxía galega*, Tese de doutoramento, Facultade de Filoloxía, Universidade de Santiago de Compostela, 1979 (inédita).

—, *Dialectoloxía da lingua galega*, Vigo, ed. Xerais de Galicia, 1990.

—, “Conservadurismo e innovación no sistema de desinencias verbais do galego: o perfecto”, in D. Kremer (ed.): *ACTES DU XVIIIÈME Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Tübingen, Niemeyer, vol. 3, 1990, pp. 632-644.

Fernández y Neira, J. *Proezas da Galicia, explicadas baxo la conversación rústica de los dos compadres Chinto y Mingote*. Editado en facsímile, Bibliófilos Gallegos, Pontevedra, 1984.

Ferreiro, M., *Gramática histórica galega*, A Coruña, Laiovento, 1995.

Ferro Couselo, X., *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. 2 vols., Vigo, Galaxia, 1967.

Fiestas Minervales y/ aclamación perpetua de las Musas, à/ la inmortal memoria de el Ilus/trissimo, y Excelentissi/mo Señor/ D. Alonso de Fonseca/ El Grande, Arzobispo de Toledo, y de Santiago, / por/ su Escuela, y Vniversidad, /que/ afectuosamente las consagra, dedi/ca, y ofrece, al Excelentissimo Señor Conde de / Monte-Rey, su Protector, Valedor, / y Mecenaz:/ Por mano de el doctor D. Ioseph Vare/la y Vasadre, Retor de dicha Vniversidad, y Prior de la Santa y/ Apostolica Iglesia de el Señor Santiago: Con acuerdo de el/ Claustro; y por su comision; de el Secretario, que/ obediente las describe. Con licencia. En Santiago: Por Antonio Frayz. Año de 1697. Ed. Facsímil, con *Estudio literario das Festas Minervais Compostelanas de 1697* de X. Alonso Montero. Universidade de Santiago de Compostela, 1993.

García de Diego, V., *Elementos de gramática histórica gallega*, Universidade de Santiago de Compostela, anexo 23 de *Verba*, 1984.

Gómez Tonel, J., “Turbas corran as Agoas, poña luto”/ P. Vázquez de Neira, “Morte cruel esa tre-dora maña”, en *Relación de las exequias que hizo la real Audiencia del Reyno de Galicia a la Majestad de la reyna D^a Margarita de Austria, Nuestra Señora (q. Dios tiene) Descriptas y Puestas en Stilo por Iuan Gomez Tonel*

González Seoane, E. X., *A ortografía e a gramática do galego nos estudos gramaticais do século XIX e primeiros anos do XX*, Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 1992.

Instituto da Lingua Galega, *ALGa: Atlas Lingüístico Galego*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1990.

ILG/RAG, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, Vigo, Xerais, 1995¹².

La Tertulia de Picaños, Patria del célebre y honrado Vilas, capatáz de Carreteros; Conductor de efectos estancados de la Hacienda pública; Mayordomo que ha sido del Santísimo Sacramento; de la Patrona de su Parroquia; de S. Blas; de S. Antonio y Animas; porta-estandarte en muchas y diversas procesiones sacro-profanas; individuo de varias Cofradías, con voto decisivo en ellas, &c., Individuos que asisten a ella: Vilas, seu fillo Farruco, Pepe, Andruco, e Catuxo. Imprenta de D. J. F. Campaña y Aguayo, 31 de outubro de 1836 (Biblioteca Xeral da Universidade de Santiago de Compostela, RSE Misc. IX- 13).

Núm.2º. Sigue la Tertulia de Picaños. Asistentes a ella, los Consabidos Farruco, Pepe, Andruco, Catuxd, y un Abad recién llegado. Imprenta de D. José Fermin Campaña y Aguayo, Santiago de Compostela, 15 de decembro de 1836 (Biblioteca Xeral da Universidade de Santiago de Compostela, RSE Misc. IX -13).

- Lapa, M. Rodrigues, *Vocabulário galego-português*, Vigo, Galaxia, 1965. Reprod. In *Cantigas d'escarnho e mal dizer dos Cancioneiros medievais galego-portugueses*. Ed. de M. Rodrigues Lapa, Vigo, Galaxia, 1970².
- López Ferreiro, A. (ed.), “Liber Tenencie de Horreo o memorial de la hacienda, rentas, pensiones de la antigua Tenencia del Hórreo, escrita en 1438 por el canónigo Vázquez de Madayo”, *Compostellanum* 12, 1967, pp. 271-331.
- López Ferreiro, A., *Galicia Histórica. Colección diplomática*. Santiago de Compostela: tipografía galaica, 1901.
- Lorenzo, R., *La Traducción Gallega de la Crónica General y de La Crónica de Castilla*, 2 vols., Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975.
- , *Crónica Troiana*. Introducción e texto. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.
- Lucas Álvarez, M./ Justo Martín, M. J., *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie Bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237/1537)*. Edición diplomática, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1991.
- Magne, A., *A Demanda do Santo Graal* (Glossário), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- Maia, C. de Azevedo, *Historia do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra: INIC, 1986.
- Mariño Paz, R., *Estudio ortográfico, fonético e morfolóxico de textos do Prerrexurdimento galego*, Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 1991.
- , *Fr. M. Sarmiento: Coloquio de vinte e catro galegos rústicos*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995.
- Martínez López, R.(ed.), *General Estoria. Versión gallega del siglo XIV. Ms.O.I.1 del Escorial*. Oviedo: Publicacións de Archivum 14, 1963.
- Mettmann, W. (de.), *Cantigas de Santa María*, 4 vols., Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigen-sis. Reed. de Ed. Xerais de Galicia en 1981 (2 vols.).
- Meyer-Lübke, W., *Introducción al estudio de la lingüística romance*, traducción da segunda edición alemana por Américo Castro, Madrid, 1914.
- Michaëlis de Vasconcellos, C., *Glosario do Cancioneiro da Ajuda*, Revista Lusitana, vol. XIII, Lisboa, Livraria clássica Editora, 1921.
- Nunes, J. J., *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1989⁹.
- Obras en prosa y verso del cura de Fruime, D. Diego Antonio Cernadas y Castro, natural de Santiago de Galicia*, 7 tomos, Madrid, MDCLXXVIII. Por D. Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S.M. Con las licencias necesarias.
- P. Feijoo y Montenegro, “Escocytten que falo eu”, en *Sagradas Flores del Parnaso, de la bien templada lyra de Apolo, que a la reverente catholica acciòn, de aver ido acompañando sus magestades al Ssmo Sacramento, que iba a darse por Viatico à una Enferma, el día 28 de noviembre de 1722. Cantaron los mejores cisnes de españa..*, Madrid, Imprenta de Juan de Ariztia, 1723, p. 134 (Biblioteca do Mosteiro de Poio, R.S. 36 / 3 / 7).
- Pardo de Andrade, M., *Os rogos d'un gallego establecido en Londres, dedicados os seus paysanos para abrírlles os ollos sobre certas iñorancias, e o demais que vera o curioso lector*, Edicións Castrelos, Vigo, 1971.
- Pensado, J. L., *Mirages de Santiago*, Madrid: CSIC, anexo 68 de *Revista de Filología Española*, 1958.
- Piel, J. M., “A flexão verbal do português (Estudo de Morfologia histórica)”, *Biblos* 20, pp. 359-404.
- Relazon da carta xecutoria* (ca. 1515), en Fernando de Saavedra Rivadeneyra y Aguiar Pardo de Figueroa, *Memorial al Rey N. Señor, en que se recopila, adiciona y representa quanto los Cronistas, y otros autores han escrito, y consta por instrumentos, del origen, y antigüedad, descen-*

dencia, y sucesión, lustre y servicios de la casa de Saavedra, y de identidad y permanencia de su primitivo Solar, y estados en el reyno de Galicia, y de la linea primogénita, recta y troncal de varon de sus Posseedores, Cabeças y Parientes mayores, continuada desde los primeros siglos de su mas antigua fundacion, hasta el presente. Por don sucesor, y actual posseedor della, Año de 1674. Con licencia: En Granada, en la Imprenta Real de Francisco de Ochoa, en la Calle de Abenamar, pp. 137-138.

Rodríguez González, A., (ed.), *Libro do Concello de Santiago (1416-1422)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1992.

Saco e Arce, J.A., *Gramática Gallega*, Lugo, Soto Freire, 1868.

Santamarina, A., *El verbo gallego*, Universidade de Santiago de Compostela, anexo 4 de *Verba*, 1974.

Williams, E. B., *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da lingua portuguesa* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1961.

APROXIMACIÓN ÁS CAUSAIS E CONSECUTIVAS EN GALEGO MEDIEVAL¹

Ana Vidal Meixón

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUCCIÓN

Viaxamos ata o galego medieval por mor de atopar nel puntos de apoio firmes para entender moito do que acontece no galego de hoxe. Outro motivo importante da viaxe son os poucos estudos dedicados á lingua galega desta época, do que adoecen particularmente as consecutivas e causais.

O estudo é fundamentalmente práctico, aínda que nos vimos obrigados ás veces a acudir á teoría con vistas a unha mellor comprensión do tema.

A obra da que extraémo-lo corpus sobre o que traballamos é a *Crónica Troiana* (Lorenzo, 1985), elixímolos por varias razóns: por estar ben editada, por ser moi representativa da época medieval, por estar próxima á linguaxe coloquial de entón e por ser unha obra suficientemente ampla como para extraer dela unha cantidade representativa de exemplos. A *Crónica* é do século XIV e pertence ó chamado Ciclo Clásico, do cal forman parte as obras nas que se fala da destrución de Troia.

O corpus constitúeno aproximadamente 400 oracións consecutivas e 300 causais, sen embargo dedicaremos máis tempo ás causais, en grande medida porque existen máis estudos sobre elas que sobre as consecutivas.

Un dos maiores problemas que xorden coas causais e as consecutivas é que oscilan entre subordinación e coordinación nas distintas clasificacións defendidas polos estudiosos. Faremos un pequeno percorrido ó longo do tempo.

Se nos remontamos ás orixes, en latín distinguíanse entre oracións causais coordinadas e subordinadas e cada grupo dispuña das súas propias conxuncións, o primeiro de

¹ Este traballo foi realizado dentro do proxecto de Gramática Histórica, proxecto financiado pola Dirección Xeral de Política Lingüística da Consellería de Educación da Xunta de Galicia.

nam, enim, etenim e o segundo de *quod, quia, quoniam* e *quare*; no que se refire ás consecutivas tamén se dividían en dous grupos, segundo establecen Ernout e Thomas na súa *Syntaxe Latine* (1984², p. 344), o que empregaba *ut* cos correlativos *adeo, tam, talis, tantus, tantum* (que indican gradación) e o que empregaba *ut* con outros correlativos, sobre todo *ita* e *sic* (que indican maneira).

Na *Gramática Galega* de Álvarez, Regueira e Monteagudo (1989², pp. 530-31) introdúcense as dúas dentro das oracións bipolares (seguindo o funcionalismo de Rojo), que se opoñen ás oracións compostas por coordinación por existir entre as cláusulas que a conforman un maior grao de dependencia e por tratarse de só dúas cláusulas, mentres que nas coordinadas pode haber máis.

No *Esbozo* (RAE, 1986¹¹, pp. 548-553) ocúpase delas baixo o epígrafe de oracións subordinadas circunstanciais.

Cunha e Cintra na súa *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1991⁸, p. 581) consideran tanto as causais como as consecutivas oracións subordinadas adverbiais.

Hernández Alonso separa na súa *Sintaxis Española* (Álvarez, 1987, p. 132) dous grupos de adverbiais, por unha banda as que modifican o contexto da proposición principal enteira, o predicado verbal en conxunto, co que se refire as adverbiais circunstanciais, dentro das cales estarían as causais e, por outra, as que gardan unha relación exterior coa principal, é dicir, as que mediatizan, condicionan, se enfrontan, etc. á principal, grupo heteroxéneo no que se atopan as consecutivas.

Rojo en *Cláusulas y oraciones* (1978, p. 104) denomina a ámbalas dúas oracións bipolares, caracterizadas pola relación de interdependencia que existe entre as dúas cláusulas que compoñen cada unha delas.

Álvarez Martínez no seu interesante artigo “Las oraciones subordinadas: Esbozo de clasificación” (1987, p. 136) repasa as distintas clasificacións que se viñeron propoñendo e conclúe por mante-las causais no apartado das subordinadas adverbiais, posto que actúan como aditamento respecto do núcleo verbal oracional. As consecutivas, aínda sendo subordinadas ou dependentes, funcionan como adxacentes dun sintagma nominal e non dun verbo, de aí que as inclúa no grupo das adxectivas.

Narbona Jiménez (1990, p. 16) seguiu a clasificación tradicional de oracións subordinadas adverbiais pero con reservas diante do termo (tamén no caso de “circunstanciais”) de aí que opte por chamalas subordinadas adverbiais impropias.

Alarcos Llorach na súa *Gramática de la Lengua Española* (1994, pp. 365, 348) considera as causais dentro das oracións degradadas adverbiais impropias e as consecutivas oracións degradadas adxectivas, as que teñen antecedente e, as que non, grupos oracionais xustapostos, xa que as aparentes unidades conxuntivas como “por tanto”, “por conseguinte”, etc. poden eliminarse sen que a relación semántica entre as oracións se suprima.

A *Gramática del Español* de López García (1994, pp. 371, 220) sinala que a clase causal como tal é do tipo alter, é dicir coordinada, aínda que despois sufra interferencias

do tipo *alius* (ou interordinadas), mentres que considera as consecutivas como un sub-tipo do patrón comparativo.

Por último, outros autores dividen as adverbiais en tres grupos: circunstanciais, cuantitativas e causativas, no segundo grupo sitúan as consecutivas e no terceiro as causais. Tal é o caso de Rafael Seco, Gili Gaya e Marcos Marín (Álvarez, 1987, p. 132).

Adoptarémola terminoloxía de Rojo por se-la que segue a *Gramática Galega* e por se-la máis próxima ós nosos estudos.

CONSECUTIVAS

Consideramos oración bipolar consecutiva aquela que expresa unha relación de causa-efecto, ó igual cá causal, diferenciándose desta última en que o nexos introduce o efecto e non a causa. De todos xeitos se nos achegamos a algún dos exemplos de que dispomos vemos que a fronteira entre os dous tipos de bipolares se dilúe bastante ás veces, dando lugar a ambigüidades. É o caso desta oración de dobre interpretación: *Mais Polixemis ouue de nós merçee, et sacounos da priiôm (713/40)*² (“polo tanto sacounos da prisión”/“porque nos sacou da prisión”).

Para analiza-los nexos que aparecen imos segui-la clasificación defendida por Narbona Jiménez (1978) que manifesta ocuparse do grupo das tradicionalmente chamadas consecutivas subordinadas, xa que na gramática tradicional se viña distinguindo entre coordinadas (que eran enlaces extraoracionais) e subordinadas, aínda que despois no propio *Esbozo* (Real Academia Española, 1986¹¹, p. 552) se indique que é preferible englobalas nun só grupo (o das circunstanciais) xa que as consecutivas non poden unir elementos análogos dunha mesma oración, o cal é propio das conxuncións coordinadas.

Narbona establece tres grupos: consecutivas de intensidade, de maneira e de intensidade-maneira. Iremos vendo un por un.

Consecutivas de intensidade

Son as que se asemellan ás comparativas de igualdade por levar antecedente, cualificado de encarecedor por Alarcos, (1994⁴, p. 348). Pero distínguense delas por teren como correlativo a *que* e non a *como*. Na *Crónica* atopamos *tã* (coas variantes ortográficas *tan e tam*), *atã*, *tãto* invariable, *tãto,-a,-os,-as*, *atãto*, *tal-taes* e *tamaño*, este último, xunto con *atã* hoxe inexistentes. Ben raro é atopar-la combinación *así...que*, só acontece nun exemplo: *Conta a estoria que el rrey Acamas et el rrey Demafôn, uijndo perlo mar, ouuerõ entre si taes rrazões et así desapostadas que ia mays nũca se delas poderiã loar (703/4).*

² O primeiro número que está entre paréntese indica a páxina na que se atopa o exemplo e o segundo a liña. Os exemplos ou palabras tomados literalmente da *Crónica Troiana* aparecen en cursiva, os restantes entre comiñas.

Tã é o antecedente máis usado, oito veces por riba da combinación *tãto* + cláusula + *que* ou *tato que* en frecuencia (*et que a faría tã forte que ño temería a nehũa cousa*, 231/13-14; *Et tãto achaua delo que mais de mil uezes fuy ende cada hũ carregado*. 659/47; *Mays os yrmãos o acoytauũ anbos das espadas, tãto que, en pouca de ora, lle derõ tãtas feridas que lle despedaçarõ o elmo* 359/57). Pola contra de *tan* e *tam* temos un número mínimo de exemplos. Despois de *tãto* invariable temos que falar de *tãto*, *-a*, *-os*, *-as* (de construcións variadas, *Tãtas erã as gentes ajuntadas porla ueer que esto era hũa gram marauilla*. 709/17) a pouca distancia seguido por *tal* + substantivo + *que* e logo *tamaño* + cláusula ou substantivo + *que*, *tal que*, *atã* + nome + *que* e *atãto* + cláusula + *que* (*et c[a]eu en tal lugar que ño podía seer acorrudo dos seus*. 331/116; *Tamaño foy o auer que y acharõ que ño ha léngua de home que uoslo cõtãr podesse*. 226/13; *aquel caualo foy tal que nũca foy home ño mundo que sobre outro tal caualo caualgasse*, 322/154-55; *et foy dar cõ ela a outro caualeyro atã grã ferida que o matou*. 331/116; *esta loucura atãto durara que fora cõprada moy carament*, 676/132). *Tã* pode acompañar tanto a un substantivo coma a un adxectivo ou participio (a un participio en casos contados) e tamén a un adverbio. O máis frecuente é o segundo caso (adxectivo ou participio) seguido moi de cerca polo primeiro e logo, xa a certa distancia, aparece o *tã* + adverbio. O adxectivo que atopamos máis frecuentemente despois de *tã* é *grande*, seguido de *brauo*, que están de acordo coa grandeza que se lle quere transmitir ós feitos que se relatan, falamos sempre de seres e acontecementos excepcionais. No resto dos exemplos aparecen adxectivos moi variados, boa mostra da riqueza léxica da obra, iso si, predominan aqueles que fan referencia á descrición dunha persoa: *honrrado*, *desanparado*, *sesudo*, *entendudo*, *hurguloso*, *sañado*, etc.

No caso dos substantivos si que non temos variedade, domina de maneira esmagadora *ferida*, tamén en plural; lóxico se pensamos no protagonismo que as batallas teñen no libro.

Os adverbios encarecidos por *tã* acaban case todos eles en *ment*, a non ser *ben* e algún máis. Entre os adverbios en *ment* repítese bastante *brauament*.

Consecutivas de maneira

Son as introducidas por unha preposición + *maneyra* que ou por preposición + *gisa* que, máis abundante a segunda (*cayeu logo esmorido en meo da pressa, en maneyra que, se logo ño ouuera ajuda, ben podera y perder a uida*. 336/256; *passoulle o cãbays et chagoo, en gisa que lle seyó moyto sange*. 373/128). O segundo tipo non se emprega hoxe xa que a palabra *gisa* quedou entalada na lingua medieval. As consecutivas de maneira son moi poucas, 17 en total. Non rexistramos ningún caso en que se intercale un elemento antes do que.

Consecutivas de intensidade-maneira

Constitúen un grupo moi reducido, aínda que non tanto como o anterior, comparándoas coas de intensidade. É comprensible, xa que o texto estaba destinado a ser lido en alto,

polo que a expresividade e viveza que se buscaba conseguíase mellor coas consecutivas de intensidade ca con ningunhas outras.

O maioritario é a combinación preposición + *tal* + *gisa que* acompañada de preposición + *tal maneyra que* (*astragar tódalas outras cousas, en tal maneyra et en tal gisa que nhũa cousa n ficou que y derrubada n fosse*. 227/16), xa a distancia atopamos preposición + *tal gisa...que* (cun elemento intercalado entre *gisa* e *que*) e atopamos preposición + *tal maneyra...que* (tamén cun elemento anterior a *que*) (*en tal gisa foy desmayado que nõ soubo que fezesse* 225/143; *Et en tal maneyra os tijnã çercados que matauã delles moytos*, 225/156-7).

Fóra desta clasificación das consecutivas están os casos de consecutivas coordinadas por un lado (*Et ela téuosse por desonrrada et desamoo depoyz quanto mays pode*. 322/153-54), por outro daquelas estruturas que parecen truncadas porque falta nelas o antecedente (*Et deu hũa gran saetada a hũ rrey de Frisa, que o matou*. 350/14)³ e por último o grande número de consecutivas introducidas con *por ende*. Á combinación *por ende* déuselle habitualmente un valor causal ou díxose tamén dela que era un reforzo da causal (v. Marques, 1982, 316), pero nós inclinámonos máis pola postura de Narbona Jiménez (1978, p. 328), quen di que pode ter tamén o valor consecutivo. Nos exemplos do noso corpus este último é o maioritario (*tomade por mĩ uingança de Palomades, ca en uós he toda mĩa asperança. Por ende, por Deus, tornade logo aa batalla* 509/92; *son aquí ajuntados de tódalas partes do mũdo, et por ende será o posfaço mays grãde sobre este feyto* 524/45).

En canto á orde das consecutivas o xeral é que vaia primeiro o antecedente e despois o consecuente, aínda que nalgún caso illado aconteza ó revés (*Et começou de fazer tã grã dãnõ ãnos troyãos que hũa grã marauilla sería de cõtar, tã mortalment os desarmaua*. 360/89).

As consecutivas presentan o verbo habitualmente en indicativo, aínda que tamén o podemos rexistrar en subxuntivo (imperfecto ou presente, por esta orde). O tempo maioritario é o pretérito, seguido bastante cerca polo imperfecto, e xa a distancia polo condicional. No uso do imperfecto ten moito que ve-lo emprego reiterativo de *que era hũa gram marauilla* como segunda cláusula e no uso do condicional o emprego de *que mays non podería* e variantes.

Fixémonos agora nas correlacións entre tempos e enlaces. Entre os enlaces máis representativos (*tã, tal gisa que, tal maneyra que*) é maioritario o uso do pretérito, seguido a unha certa distancia polo imperfecto. É lóxico que teñamos en cabeza o pretérito xa que se presta moi ben a establecer un contraste brusco co antecedente, conseguindo maior efectismo, e é ademais o tempo da narración.

Por último reservamos un tempo ó estudio da colocación do pronome átono no consecuente destas oracións. Pareceunos interesante facelo debido á importancia deste

³ Estas estruturas serviron de importante apoio para defende-lo achegamento das consecutivas ás comparativas a estudiosos como Sánchez Salor ou Narbona Jiménez (1990, p. 78).

apartado dentro do galego en xeral. En absolutamente tódolos casos o pronome aparece proclítico ó verbo, tal como dicta a norma hoxe. A maioría das veces o pronome vai inmediatamente despois da conxunción *que* (*et en tã pouco nos tēen que nos nō derō Anssýona*. 242/10). Só en contadas ocasións se intercala un elemento entre ambos: un CCM (o que máis, *Et todos nos quirĩã tã grã mal que de grado nos tallarã as cabeças, se podese*. 714/17-18), os indefinidos *todo* e *nada* (*et deulle tã grades golpes que todo o abalou* 372/82, *En derredor de alý auía a terra tã rrica e tã auondada que nada nō lles ñ guaua* 688/18), aínda que con *todo* temos algún exemplo no que non é así (*et deu hũa tã grã ferida a Vlixas per çima do elmo que llo fendeu todo* 351/24-25), ou o adverbio de tempo *logo* (*hũa tã grã ferida en meo do uētre que logo lle fezo seýr as tripas* 358/12. Caso estraño é o da intercalación dun suxeito seguido do adverbio de negación *non*: *et ferio cō toda sua força tã brauament per çima do elmo que escudo, nē loriga, nē arma que trouxesse nō lle prestou nehũa cousa* 374/170. Atendendo ó conxunto da obra o máis chocante da colocación do pronome con respecto a hoxe é que o adverbio *non* vaia detrás do pronome (menos habitual nos nosos días) e non antes.

CAUSAIS

Consideramos oración bipolar causal a aquela na que unha das cláusulas que a conforman expresa a causa, o motivo ou a razón dos feitos relatados na outra.

Vexamos cales son os nexos máis empregados. Á cabeza témo-la conxunción *ca*, característica da lingua medieval, hoxe perdida por ocupa-lo seu posto *porque*; as causas da súa desaparición non están claras, quizais por ser considerada propia da lingua culta e literaria. O número total de *ca* é unhas seis veces superior ó do que lle segue en frecuencia que é *porque* (*Por ende ueña a morte quando quiser, ca eu nō quero mays uiuer hũ día*, 668/27; *Et tornou de moy mao talēt, porque lle tollerã seu preso*. 333/159), a pouca distancia deste último está *que* (hoxe pouco usado) seguido de cerca por *poys/pois*, que aparece en máis do dobre de ocasións que *poys que* (*Et nō auía y tal que o podese apoderar que o muy de grado nō matase, que o desamauã todos mortalment*. 706/13; *Treedor, rrenegado pois nō ás coyado de ñ ñē de Troya* 661/15; *Mays, ja poys que assý he, nós partámonos de questes* 225/138-9), e a moita distancia atopamos *comoquer que* (propio da época medieval) e *cōmo*, e achamos exemplos illados de *de que* (*Et cōmoquer que era sua nora, sabede que Écuba moyto a amaua*, 262/4; *cōmo era moy bon cauleyro et moy ardido, fēzoas yr todas çēto a uelas tēdidās*. 307/11-12; *fezo onrrar moyto et seruir a rreýna Élena, porque lle pesaua moyto de que a vija chorar* 260/4.) Posto que rexistrámolo en moi poucas ocasións, pero non o podemos incluír porque aparece cun significado distinto ó de hoxe, o de “aínda que”, “anque”. Merecen atención tamén os casos de aglomeración de dous nexos como *ca comoquer que*, *ca pois* e *ca pois que*. Entendemos que se debe a un reforzo da causal en busca dunha maior expresividade. Trátase de

exemplos contados: *ca, a cōmoquer que elles brauos vijnã, ben sey que cō taes se acharõ que lles endurarã a batalla*. 346/41; *Agora tēemos tenpo de demandar noso auer, ca, pois o pleito asý está, oiemays nõ lles leyxemos fazer os muros*, 656/4; *ca, pois que el sofria doo et pesar, nõ quiria que eles sen pesar fosem*. 696/7.

Hai que ter un coidado particular cos nexos *poys* e *que* xa que poden levar a confundir-la consecutiva cunha temporal ou cunha de relativo respectivamente (*Poys que Ércoles ouuo esta resposta de todos seus amjgos, fezo fazer quinze naos* 217/42; *dou mill caualeyros ardidos et ualentes et ben gornidos et bem armados pera el tomar uingança de Agistus, que lle a seu padre auia morto* 706/9).

Se queremos ter algunha referencia de nexos doutros textos medievais podemos ir por exemplo ó estudio que sobre o *Setenario* de Afonso X realiza Marques (1982, p. 306), con ela coincidimos na orde dos tres primeiros conectores máis usados, despois ela fala do uso de *como*, *comoquier*, *por razón que*, *pues*, *pues que* e nós seguimos por camiños distintos. Noutros estudos como o de Mattos e Silva de portugués medieval *porque* está á cabeza (1984, p. 697).

Hai que ter tamén presentes os casos de ausencia de nexos propiamente causais, estánonos a referir ós casos nos que atopamos causais cunha estrutura coordinada, por medio da conxunción copulativa *et* (*ca elles aujã o castelo moy forte, et tijñano moy ben bastiçido de homes et de armas* 287/6) ou cunha xustaposición (*fezo adubar suas naues en hũ lugar que chamã Amolese, que muyto lles era mester* 723/5).

En canto á posición dos nexos van sempre en segunda posición xunto co membro causal que introducen *ca*, *que* e *de que*, vai sempre en primeira posición *cōmo*, practicamente sempre *comoquer que* e os outros nexos varían na súa colocación: o máis habitual é atoparnos *poys* na primeira cláusula encabezando o membro causal, o conector *poys que* está a un 50% de posibilidades e por último quédanos *porque* que só en poucas ocasións aparece nun primeiro lugar.

Por outra banda é interesante ter en conta o modo e os tempos verbais das causais. O seu modo verbal é o indicativo, feito no que coincidimos cos estudiosos. Só temos un caso en subxuntivo (*Et cōmoquer que sse el ben defendesse, el estaua alý a grã meosca-bo de ssy* 359/59) non sabemos debido a qué, xa que no resto dos exemplos ese mesmo nexos *cōmoquer que*, aparece con indicativo.

O tempo que prevalece é o imperfecto seguido moi de cerca polo pretérito e xa a algo máis de distancia polo presente. Nun segundo nivel estarían os tempos en pasiva e o pluscuamperfecto, seguido a poucos pasos polo futuro. Nos límites significativos da cola están os tempos compostos. Exemplo curioso de causal e discutible é o que atopamos cun xerundio como predicado (*Despois que Antenor pasou per muytos traballos et per moytos perigoos, cōmo uos ey contado, ouuo a tomar porto, querendo ou nõ* 688/3).

Nun texto en prosa das características da *Crónica Troiana* é comprensible que encontremos sobre todo imperfecto e pretérito, por se-los tempos da descrición e da narración respectivamente.

Podemos relaciona-los tempos verbais con cada un dos conectores, o resultado vén apunta-lo que acabamos de dicir, imos atopar-los tres tempos que tiñamos en cabeza: predominan case de igual xeito imperfecto e pretérito con *porque* e *que*, nun nivel semellante pretérito e presente con respecto a *poys* e *poys que* e no caso da conxunción *ca* relaciónase sobre todo co imperfecto e o presente seguidos desde non moi lonxe polo pretérito.

A colocación dos pronomes átonos no membro causal destas oracións non presenta diferencias con respecto ás consecutivas. Sempre atopámo-lo pronome proclítico, iso si, fai menos acto de presenza que nas consecutivas e resulta máis raro aínda atopalo precedido por algún elemento, aínda que a excepción existe: *et falsoulle o escudo e a lo-riga, que nehña cousa ño lle prestou* (311/83-84).

Pero non podemos deixar atrás un aspecto controvertido das causais, non podemos esquece-la vella práctica de establecer dous grupos dentro delas: o das que expresan a causa lóxica do feito que se indica na oración principal (“Está enfadado porque trae mala cara”) e o das que expresan a causa real (“Está enfadado porque mallou nel o pai”). Estes dous grupos remóntanse ós de coordinadas e subordinadas da época latina polo que é claro que o feito está intimamente relacionado coa clasificación xeral das causais, o cal tocamos nos inicios, pero merece atención á parte de tódolos xeitos. Pioneiro desta diferenciación foi Bello na súa *Gramática* de 1847 que falaba de “porque” coordinante (de onde virán as posteriores causais lóxicas) e subordinante (termo antecedente das chamadas causais reais); os seus sucesores traballaron xa con todo o grupo de conxuncións causais. En xeral, ben seguiron a mesma liña variando ou non a terminoloxía (Lapesa, Marcos Marín, a RAE en 1931), ben manifestaron que as causais constitúen un grupo intermedio entre a coordinación e a subordinación (Hernández Alonso) ben as clasificaron todas como subordinadas, xa que as causais carecen de conxuncións coordinantes propiamente ditas, éelles case imposible unir elementos análogos dentro dunha oración simple (O *Esbozo* da RAE, 1986, Gili Gaya).

Debemos ter en conta que, se a distinción entre os dous tipos é difícil de establecer ás veces, esta complica-se cos cambios de terminoloxía ou coa confusión entre conceptos tan elementais como causa e motivo, empregados con significados distintos por Alarcos (*Gramática* 1994) e como sinónimos por Narbona Jiménez ou Lapesa, por exemplo.

Lapesa, seguido polo seu discípulo Marcos Marín, preocúpase de propor unha serie de criterios dos que partir para establece-las diferencias entre causais do enunciado (ou subordinadas segundo a terminoloxía tradicional) e causais da enunciación (ou coordinadas). Nós aplicámoslos a unha parte representativa do corpus para ver se funcionaba no galego medieval, e aproveitamos para comprobar se se tendía máis cara a un tipo de causais que cara outro e para localizar nexos especializados nalgún deles. Os criterios empregados son varios, por razóns de tempo só citaremos algúns:

1. Estamos ante unha causal coordinada (terminoloxía que non aceptaría Lapesa, pero que nos empregamos para simplificar) se se transforma en consecutiva si-

tuando en primeiro lugar o membro que expresa a causa, sen conxunción, e pondo en segundo lugar o outro membro introducido polo nexa “logo”. Por exemplo, da oración *Et era moy rrico et de grã ualor, que era señor de dez çidades* (303/76) podemos tirar estouta: “era señor de dez çidades logo era moy rrico”, de aí que sexa coordinada. Pero a oración *Agamenô, poyslo veu tã triste, cõfortoo moy ben* (263/7) non podemos transformala en “veuno tã triste logo cõfortoo” nin na moderna “veuno triste logo consolouno”, de aí que sexa causal subordinada.

2. Outro criterio é o seguinte: a causal coordinada admite a transformación en condicional facendo que a causa pase a constituí-lo condicionante e o membro non causal se converta en condicionado. Volvendo ós exemplos anteriores, *Et era moy rrico, que era señor de dez çidades*, podemos deixalo en “Se era señor de dez çidades era moy rrico”; pola contra *poyslo veu tã triste, cõfortoo moy ben* non admite a transformación “Se o veu tã triste cõfortoo moy ben” (“Se o veu triste consolouno”), de aí que neste segundo exemplo esteamos ante unha causal subordinada.

3. Por último, verémo-la proba de equiparación copulativa (idea de Marcos Marín), que conserva o matiz causal coa inversión, como primeiro membro colócase a causa. Se é posible estamos diante dunha causal subordinada. No exemplo primeiro non é posible: “era señor de dez çidades et era moy rrico”, a conxunción simplemente suma, non hai unha relación causa-efecto. É coordinada por tanto. No exemplo segundo si: “veuno tã triste e cõfortoo” (“veuno triste e consolouno” no galego moderno); é subordinada.

Pero aínda que en xeral se pode chegar a conclusións productivas a partir destes criterios, en ocasións a proba da transformación con “logo” presenta dúbidas, ou ben unha determinada oración obedece tanto ás características dun tipo de causal como ás do outro. Por exemplo na oración *elles, porque aujã acabada tal guerra a ssua voõtade, rrendiã graças aos deuses* 227/29, a consecutiva é admisible: “aujã acabada tal guerra a ssua voõtade logo rrendiã graças aos deuses” (“A guerra rematara felizmente logo daban gracias ós deuses”), sen embargo as outras probas lévannos cara as causais subordinadas. Con todo, foi un bo método para chegarmos a conclusións. Nós aplicámolo só a unha parte do corpus, a un total de 45 oracións aproximadamente, agrupadas por nexos, cunha maior representatividade daquelas que inclúsen os nexos máis abundantes. Resultou ser case o dobre o número das causais subordinadas ou de causa real. En cambio se temos en conta os distintos nexos as solucións varían, son maioría as causais coordinadas con *poys que*, son maioría as subordinadas con *porque* e *cõmoquer que* e co resto dos nexos maniféstase un uso bastante indisciplinado cara un camiño ou o outro.

Segundo vemos *porque* responde bastante ben ó que esperaríamos del, xa que algúns estudiosos afirman que inicia sempre causais subordinadas⁴ e contrapónena ó nexa *ca*

⁴ Como Siebenmann nun traballo realizado sobre o *Lazarillo*, (Lapesa, 1978, p. 180).

introdutor de causais coordinadas⁵. Este último punto non concorda sen embargo co que xorde a partir do texto porque a conxunción *ca* encabeza un número semellante de coordinadas e subordinadas.

CONCLUSIÓN

Finalmente só nos resta redactar unha pequena conclusión. Antes de nada despexaremos incógnitas e explicáremo-lo porqué do maior número de consecutivas que de causais no corpus, e a razón fundamental é que as primeiras abundan nas partes do libro nas que se contan batallas (que son moitas). Estas oracións son moi axeitadas para engrandecer e dramatiza-lo acontecido nestas loitas, de aí o seu uso reiterado.

Sen embargo, se ben se diferencian no número hai moitos outros aspectos nos que son similares: en relacionar unha causa cun efecto, en oscilar entre a coordinación e a subordinación, en emprega-lo modo indicativo sobre todo (imperfecto e pretérito fundamentalmente) e en implica-la posición proclítica do pronome, de aí que as abordemos conxuntamente neste traballo.

BIBLIOGRAFÍA

- Alarcos Llorach, E., *Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Real Academia Española, Espasa Calpe, 1994⁴.
- Alcina Franch, J. / Blecua, J. M., *Gramática Española*, Barcelona, Ariel, 1989⁷.
- Alonso, M., *Evolución sintáctica del español*, Madrid, Aguilar, 1964².
- Álvarez Martínez, M^a. A., “Las oraciones subordinadas: Esbozo de clasificación”, *Verba* 14, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1987, pp. 117-148, .
- Álvarez, R. / Regueira, X. L. / Monteagudo, H., *Gramática Galega*, Vigo, Galaxia, 1989².
- Bassols de Climent, M., *Sintaxis Latina*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Patronato “Menéndez y Pelayo”, 1973.
- Bellini, G., *Sintaxis española*, Milán, Cisalpino-Goliárdica, 1987.
- Bello, A., *Gramática de la Lengua Castellana*, Madrid, EDAF, 1984.
- Carrera de la Red, F., *Las expresiones causativas en las obras de Gonzalo de Berceo*, Logroño, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Estudios Riojanos, 1982.
- Cunha, C. / Cintra, L., *Nova gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa, 1991⁸.
- Ernout, A. / Thomas, F., *Syntaxe Latine*, Paris, Klincksieck, 1984².
- Fiol, V., *Sintaxis Latina*, Barcelona, Bosch, 1984.
- Gili Gaya, S., *Curso superior de sintaxis española*, Barcelona, Bibliograf, 1976, pp. 296-298.
- Hernández Alonso, C., *Sintaxis Española*, Valladolid, Industrial Litográfica, 1982⁵, pp. 111-112, 123-126, 135-140.

⁵ Feito defendido por Marques (1982, p. 305) e por Mattos e Silva (1989, pp. 189, 690).

- Lapesa, R., “Sobre dos tipos de subordinación causal”, *Estudios ofrecidos a E. Alarcos Llorach* 3, Oviedo, 1978, pp. 173-205.
- López García, Á., *Gramática del Español (I. La oración compuesta)*, Madrid, Arco/Libros, 1994.
- Lorenzo, R., *Crónica Troiana*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.
- Marcos Marín, F., *Aproximación a la Gramática Española*, Madrid, Cincel, 1975³, pp. 224, 266 e 267.
- *Curso de Gramática Española*, Madrid, Cincel, 1980, pp. 389-393.
- Marques Ranchhod, M. E. de Almeida, “Las conjunciones causales en el *Setenario* de Alfonso x el Sabio”, *Boletim de Filologia*, 27, Lisboa, 1982, pp. 299-322.
- Mattos e Silva, R. V., *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Estudos Gerais, 1989.
- Metzeltin, M., “Les idées de causalité et d’implication dans les historiens hispaniques du Moyen Age” en *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 6, 1981, pp. 57-80.
- Narbona Jiménez, A., *Las proposiciones consecutivas en español medieval*, Granada, Secretariado de publicaciones de Granada, Col. Filológica XXVIII, 1978.
- “Las proposiciones consecutivas en español medieval”, *Verba*, 7, Santiago de Compostela, Univ. de Santiago de Compostela, 1980, pp. 415-419.
- *Las subordinadas adverbiales impropias en español (II)*, Málaga, Librería Ágora, 1990.
- Pottier, B., *Systématique des éléments de relation. Étude de morphosyntaxe structurale romane*, Paris, Klincksieck, 1962.
- Real Academia Española, *Esbozo de una nueva Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Espasa-Calpe, 1986¹¹.
- Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, Vigo, 1987⁷.
- Rivera Cárdenas, F., “Sobre el parentesco histórico y estructural de las comparativas de igualdad y las consecutivas”, *Alfinge*, 3, 1985, pp. 115-24.
- Rojo, G., *Cláusulas y oraciones*, Anejo 14 de *Verba*, Santiago de Compostela, Secretariado de publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, 1978.
- Seco, R., *Manual de gramática española*, Madrid, Aguilar, 1979, pp. 222-223, 230 e 245.
- *Gramática esencial del español*, Madrid, Aguilar, 1979, pp. 122-124.

ESTUDIO DE LAS DIVERGENCIAS ENTORNO A LAS TRADUCCIONES IBÉRICAS DEL CAP. IX DEL *EREC EN PROSE*¹

Agustín Vilariño Martínez

Universidade de Santiago de Compostela

El propósito de este estudio es tratar de localizar y analizar las divergencias textuales de carácter semántico para con ello averiguar sus posibles causas y como éstas modifican, en determinadas ocasiones, algunos aspectos en el contenido del relato del *Erec* en las versiones portuguesa y castellana respectivamente. Esto nos llevará a precisar, por una parte, algunas características de los traductores y, por otra, si existe algún indicio que nos permita determinar en qué medida alguno de ellos ha servido de ejemplar para llevar a cabo la correspondiente traducción. Pero antes, daremos unas observaciones generales, por una parte, sobre el *Erec* y las versiones de los textos peninsulares, por otra, sobre las concepciones medievales de la traducción.

Por otro lado, con esta comunicación sólo hemos pretendido ir algo más allá de lo que lo hicieron hasta ahora otros estudios similares sobre esta temática de la divergencia textual en el proceso de traducción interlingual, pues en ellos no se hace más que meros listados de los distintos casos sin intentar buscar una explicación del porqué o del motivo que causó esas transgresiones textuales.

EL *EREC* Y LAS VERSIONES PENINSULARES

Se sabe que desde el s. XIII, y sobre todo en el XV, se han realizado numerosas traducciones, traslaciones y prosificaciones de relatos en rima redactados en los albores de la Edad Media, fundamentalmente entre los siglos XI y XII. Muy pocas veces fueron iniciativas propias de los traductores o de los prosistas, sino que tanto los unos como los otros

¹ Pickford (1959); Magne (1944); Freire (1995) y *La Demanda* (19..).

eran contratados por reyes, príncipes, duques de importantes cortes, etc. Aunque común en todo el mundo conocido en aquella época, nosotros centraremos el estudio sobre todo en el país franco.

En ese período de la Baja Edad Media, aparte del monarca galo, también había un centro muy importante: la corte de Borgoña del duque Felipe el Bueno (1419-1469)². El movimiento se inicia bajo el reinado de Felipe IV el Hermoso (1285-1314), pasando luego por los reinados de Felipe VI y Juan el Bueno para alcanzar su apogeo bajo Carlos V el Sabio (1364-1380). La causa de estas prosificaciones fue, para J. M. Viña Liste (1993, p. 34), porque “*se ha considerado que la sustitución del verso por la prosa en los relatos de ficción revela una voluntad de conferir a éstos un aura de verosimilitud historicista*”. Por otra parte, G. Doutrepoint (1969, pp. 14-5) afirma que estas prosas “*si on remonte attentivement et patiemment le courant, nous ramènent parfois à des sources particulières et fort reculées, dont la connaissance ne peut être indifférente à qui veut apprécier la richesse de notre vieille poésie nationale, en explorer les origines et en comprendre la formation, [... on peut trouver aussi] un parler emphatique, grandiloquent, en même temps qu'un parler simple (celui, souvent, de la conversation et de la narration), [... mais aussi] des particularités locales qui sont instructives sur le problème, encore mal débrouillé, de l'unification du français à la veille de la Renaissance ou, pour mieux dire, sur les entraves qui ont empêché cette unification d'être plus rapide qu'elle ne l'a été effectivement, [et enfin, elle peut nous permettre] d'enquêter, avec curiosité et profits sur l'évolution de goût que décèle dans la société contemporaine la modernisation d'une partie notable de la littérature épique et romanesque des siècles précédents, [c'est-à-dire], savoir comment des thèmes littéraires se transforment en passant d'un siècle ou d'un milieu dans un autre, combien, combien ils s'y colorent de l'esprit, des tendances, de l'atmosphère de cet autre siècle ou de cet autre milieu*”.

Por otra parte, no sólo se hicieron prosificaciones, traslaciones, sino también lo que se denomina *entrelacement* (o entrelazado) que consiste en combinar elementos de peripecias de varias historias “*de dos o más héroes, dejando las de uno durante un tiempo para seguir las de otro, y en ocasiones haciéndolas confluir finalmente*” (Viña Liste, 1993, p. 41). Algo así ha acaecido en el ciclo de la *Post-vulgata* (1230-1240) y que se conoce como el *Roman du Graal* de Robert de Boron. Su papel fue el de llevar a cabo un “*proceso de racionalizar los mitos célticos en un sentido cristiano y presentarlos como si se tratara de una historia verídica*” (Viña Liste, 1993, p. 40). Los textos que forman parte de este *Roman du Graal* son una recopilación de la historia del Grial que se divide en *José de Arimatea*, *Historia de Merlín* y *La Demanda*. Aunque no conservamos la obra completa en un sólo manuscrito, si la poseemos fragmentada, pero en varios códices. En la tercera parte, la de *La Demanda* que es la que nos interesa, tanto en la versión portuguesa como castellana encontramos los cinco últimos capítulos de los diez que consta el *Erec en prose*. ¿Será este entrelazado obra de Robert de Boron o de los traductores de las versiones ibéricas?

² Doutrepoint (1969, p. 3); Lafortune-Martel (1984, pp. 111-119); Lusignan (1989, pp. 303-306).

El capítulo que nos interesa relata el momento en el que Erec, luego de derrotar a Galván se va de su lado. En su camino llega a una fuente en donde pierde sus fuerzas tras beber en ella. Estando en ese estado, se acercan a él y a la fuente, tres doncellas y una dama de edad que les narra la historia de aquel manantial que recibe el nombre de “Fuente de la Virgen”. La historia se inicia en la época del rey Uterpendragón. En aquel entonces, el rey de aquel país tenía un hijo y una hija. Un día el hermano se pierde en el bosque. Tres días más tarde, muerto de hambre y de sed y canso de errar por los caminos, se le aparece el demonio, con figura de hombre, cerca de la fuente y le explica quien es en realidad el padre de su hermana Aglinde. El demonio se la pide al muchacho. Unos días más tarde, después de que todos se hayan ido de caza, el muchacho lleva su hermana y al maestro de ésta a la fuente. Una vez allí, desenfunda la espada y da muerte al maestro. Luego, creyendo que su hermana no es tal intenta tomarla por la fuerza. Ella, viéndose acosada y ultrajada en su honor, se arrodilla y pide a Dios que la saque de semejante trance con tal fervor que el hermano que se encontraba encima cae muerto. Su padre aparece en ese momento. Una vez informado, queda claro que la fuente es la vivienda del demonio. Desde ese día, como recuerdo del ultraje que padeció Aglinde, todos y todas que no sean vírgenes pierden al acercarse y beber de ella sus fuerzas. Sólo Galahad podrá anular el encantamiento de la “Fuente de la Virgen”.

LOS TRADUCTORES Y EL CONCEPTO DE TRADUCCIÓN EN LA EDAD MEDIA: TEORÍAS

Los traductores medievales y humanistas que intentaban traducir se encuentran en las cancillerías, las cortes y los altos dignatarios tanto profanos como religiosos. Después de haber estudiado latín en algún centro religioso y llevarlo a la práctica, también se ha familiarizado con las lenguas extranjeras durante sus estancias y sus viajes por esas tierras de Dios, con lo cual su conocimiento de esas lenguas suele ser limitado, además de ser aprendida oralmente *in situ*. Cuando se ponga a traducir, deberá “y *mettre de longues heures pour finir sa besogne le plus vite possible, mais sans avoir le temps pour des préparations ou des révisions*” (Wittlin, 1971, p. 601). Se aprovechará, de buen grado, de cualquier tipo de ayuda que le pueda auxiliar en su tarea, tal como una traducción en otra lengua que conoce y entiende mejor, comentarios llenos de paráfrasis, etc. No debemos olvidar que a menudo “*il suit le manuscrit qu'on lui a apporté, sans se préoccuper de problèmes textuels; ce n'est pas son devoir de critiquer le texte à traduire, comme on ne lui demande pas non plus de l'interpréter. Il traduit donc les passages difficiles autant que possible mot à mot, en passant les problèmes au lecteur*” (Wittlin, 1971, p. 601).

Por otra parte, esos traductores debían dirigir sus miradas hacia el mundo antiguo en donde encontraron dos concepciones sobre esa arte. La primera de ellas y de mayor antigüedad es la expuesta por Cicerón (46 a. C.) que nos dice que cuando el traduce no lo hace “*como intérprete, sino como orador, con la misma presentación de las ideas y de las figu-*

ras, si bien adaptando las palabras a nuestras costumbres. En las cuales no me fue preciso traducir palabra por palabra, sino que conservé el género entero de las palabras y la fuerza de las mismas. No consideré oportuno el dárselas al lector en su número, sino en su peso” (Vega, 1994, p. 77), es decir, es mejor traducir el sentido y no la forma o la palabra. La otra, algo posterior (finales del s. IV), es la de San Jerónimo (1962, I, 57,5, p. 492) que aunque sigue apoyando la teoría de la traducción *ad sensum*, al afirmar que “*si alguien con la traslación no sufre la gracia y donaire de la lengua, traduzca a Homero palabra por palabra al latín; y aún diré más: intérpretele en su misma lengua en prosa, y verá el ridículo estilo que resulta: el más elocuente de los poetas apenas si acertará a hablar*”. Pero hace una excepción a un tipo concreto de texto y él mismo lo confiesa y proclama “*en alta voz que, aparte las Sagradas Escrituras, en que aun el orden de las palabras encierra misterio, en la traducción de los griegos no expresa palabra de palabra, sino sentido de sentido*” (Jerónimo, 1962, I, 57,5, p. 490) y salvo en este caso todos los demás textos hay que traducirlos “*conforme a la propiedad de la lengua*” (Jerónimo, 1962, II, 106,3, p. 186), porque “*como hacen los elegantes intérpretes no he trasladado palabra por palabra*” (Jerónimo, 1962, II, 114,2, p. 352), es decir, para que una traducción sea elegante no debe hacerse *ad verbum* sino *ad sensum*.

Ya en la Edad Media encontramos algunos autores que trataron esta cuestión. En la Península ibérica fueron sobre todo de origen árabe. Así, en 1199, Maimónides escribe una carta a Ben Tibbon donde dice que “*el traductor debe, sobre todo, aclarar el desarrollo del pensamiento, después escribirlo, comentarlo y explicarlo de modo que el mismo pensamiento sea claro y comprensible en la otra lengua. Y esto sólo se puede conseguir cambiando a veces todo lo que le precede y le sigue, traduciendo un solo término por más palabras y varias palabras por una sola, dejando aparte algunas expresiones y juntando otras, hasta que el desarrollo del pensamiento esté perfectamente claro y ordenado y la misma expresión se haga comprensible, como si fuera típica de la lengua a la que se traduce*”³. Esta importante carta de Maimónides que hubiese podido iniciar en la Península una sólida tradición propia, sin embargo, no tuvo lugar, tal vez, porque al no formar parte de sus obras, permaneció para casi todo el mundo desconocida, y también porque el idioma utilizado debió resultarles muy poco accesible para las futuras sociedades cristianas de los siglos XIII-XV.

Años más tarde, en 1345, Sem Tob Adrutil traduce una obra al hebreo de Ismael de Toledo y en ella se detiene en destacar las dificultades a la hora de traducir. Para él, “*chaque langue a sa manière particulière de s’exprimer, différente des autres. Si quelqu’un qui traduit un ouvrage d’une langue dans une autre veut le traduire mot à mot, lettre à lettre, sans dévier à droite ou à gauche, il n’échappera pas à la corruption du sens et à son altération ... chaque langue a son style qui n’est pas celui des autres; pour cette raison seule, il faut que tout traducteur (...) doit modifier, changer, antéposer et postposer, sup-*

³ Vega (1994, p. 87); Santoyo (1987, pp. 11-12).

primer, parfois des mots, à plus forte raison en ajouter, sans crainte ... mais chaque fois qu'il trouvera une traduction adéquate pour chaque mot en maintenant la compréhension du sujet, sans trouble ni lourdeur, tout est pour le mieux et il va sans dire que c'est excellent" (Rothschild, 1989, pp. 297-8).

Sea lo que fuere, los autores medievales conocen bien las teorías que circulaban entre los eruditos de la Edad Media. Algunas de las teorías provienen, como dice V. Boccheta (1970, pp. 22-3), de un paisaje de la Biblia, en donde se dice en el *Génesis* (1960, 2, 19) que "*Jehová Dios formó pues de la tierra toda bestia del campo, y toda ave de los cielos, y las trajo a Adán para que viese cómo las había de llamar, y todo lo que Adán llamó a los animales vivientes, ese es su nombre*", y tal vez fue de ahí donde nació la concepción de que todos los nombres tienen algo de divino y, por lo tanto, han de conservarse perpetuamente. También es necesario recordar que para los autores del medioevo, ellos no eran los verdaderos autores de lo que escribían sino meros instrumentos por los que se expresaba la divinidad.

No sólo existen autores que meditan sobre la forma de llevar a cabo una traducción correcta de un texto a otra lengua, sino que encontramos también sus críticas a traducciones hechas en la época, así a modo de ejemplo sólo citaremos la que aparece en el *Roman de la Rose* (1974, vv. 5035-39) sobre las traducciones de *De Consolatione* de Boecio porque para el autor del *Roman* "*sería una obra de mucho provecho para la gente poco docta si se hicieran de ella buena traducción*". La causa de esta crítica podría ser porque en la Edad Media la lengua latina era algo artificial lo que hacía que traducir una obra a cualquiera de los nuevos idiomas que hablaban se les hacía extremadamente difícil para aquellos que lo intentaban llevar a cabo. Tal vez algo similar acontecía entre las diversas lenguas románicas a la hora de trasladar un texto de uno de esos idiomas más o menos conocido por el traductor de turno. Recordemos también que la mayoría de esas traducciones eran por encargo o mandato de nobles que no eran capaces de entender la lengua en la que estaba escrita o por desconocimiento de la misma, o incluso sólo por el prestigio que dicho texto daría a su biblioteca.

ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS DIVERGENCIAS ENTRE LOS TEXTOS IBÉRICOS

Las variantes existentes entre los tres textos las podemos agrupar en una serie de transgresiones de mayor o menor relevancia. En este análisis son las siguientes:

- 1) *La supresión*: consiste en la omisión total del texto y puede variar de una sola palabra a una oración e incluso un fragmento del texto más o menos amplio.
- 2) *La interpolación*: es un fenómeno opuesto a la supresión, esto es, añadir algo al texto base que utilizamos para la traducción.
- 3) *La traducción libre*: es traducir un fragmento del texto base de manera libre y para ello alguna vez se suprime algún dato o matiz o se añade también. Alguna

vez es un resumen compendiando sólo las ideas más generales. En otros casos puede incluso provocar importantes modificaciones en el relato del texto base.

4) *La discordancia*: abarca todas las deformaciones graves que llevan a cambios tanto de sentido como de contenido por adaptación cultural, religiosa, filosófica, etc. de los conceptos del texto base, por errores en el manuscrito empleado, por una lectura incorrecta, etc.

5) *La imprecisión léxica*: es la modificación leve léxica al utilizar una palabra a menudo de un campo semántico afín, aunque causando ciertas variaciones por no ser sinónimas. Así encontramos casos de:

A) Divergencia en el instante de un proceso

–*De celle dame advint ainsi que elle **conceut** de moy une fille* (L. 168-9)

–*Daquela dona aveo assi que **houve** de mim ûa filha* (319, 34)

–*de aquella dueña avino assi que **ovo** de mi una fija* (158, 3-4)

El francés nos presenta el inicio del proceso de gestación, el portugués y el castellano la conclusión de ese proceso.

B) Mayor o menor precisión conceptual de una idea

–*et attache chacun son **cheval** a ung arbre*, (L. 42)

–*e atou cada ûa seu **palafren** per essas árvores*, (315, 12-3)

–*e ataron los **palafrenes** a los arboles*, (155, 40)

Aquí tenemos los dos fenómenos: mayor precisión en los textos castellano y portugués con respecto a la montura, el francés queda claro que cada una ata su caballo a un árbol, en las versiones ibéricas no está determinada dicha precisión, porque en el portugués se nos especifica, como el francés, que cada una de ellas ata su caballo aunque no sepamos si quedan separados o juntos, pero se diferencia del francés, en que especifica en que árboles, es decir, en esos y no en otros; en el castellano no existe ninguna de esas precisiones, el traductor sólo se detiene en presentarnos los dos hechos más importantes que atan los caballos, sin saber si es cada una el suyo o si es una de ellas que los ata a todos, y en que los atan *a los árboles* sin determinar, como el francés, si es un caballo por árbol o más, o como el portugués, a esos árboles y no a otros.

C) Falsas sinonimias

–*dont cil ly **parloit*** (L. 201-2)

–*que o demo **dizia*** (321, 3)

–*quel diablo **dezia*** (158, 30-1)

Aunque a primera vista los verbos *parler* ‘hablar’ y *dizir/dezir* ‘decir’ semejen sinónimos, si los analizamos más detenidamente no lo son. Pues, el primero aludiría al acto de habla, mientras que el segundo al acto de expresión por medio de la palabra oponiéndose así a otros medio de expresión.

D) Cambios en los constituyentes léxicos que puede o no llevar consigo alguna alteración discordante

–*A l'endemain s'en partit* (L. 7-8)

–*Na manhaã, partiu-se* (314, 7)

–*Y el otro dia de mañana partiose* (155, 8-9)

Textualmente los tres textos divergen entre sí, pues, mientras que el francés nos indica que la partida de Erec tendrá lugar al día siguiente sin determinar en que momento del día lo hace, por contra, el portugués nos especifica que la partida ocurrirá por la mañana, sin concretar textualmente el día en que acometerá su ida. Sin embargo, el castellano nos especifica que la partida de Erec será al día siguiente por la mañana, con lo cual será la unión de modo textual de las ideas expresadas léxicamente por las versiones francesa y portuguesa. Pero si analizamos el contexto en el que aparece, entonces podremos afirmar y afirmamos que no existe contextualmente ninguna divergencia entre los tres textos aunque sí textualmente, como vimos.

E) cambio del punto de referencia

–*vint il a la fontaine* (L. 126)

–*e foi aa fonte* (318, 11)

–*e fuesse para la fuente* (157, 15-6)

La imprecisión léxica radica aquí entre por una parte el texto francés y por otra las versiones castellana y portuguesa. Como hemos señalado ésta se sitúa en el distinto empleo verbal. Así, mientras en el francés tenemos el verbo *venir* que indica 'la llegada al lugar en donde se encuentra la persona que habla', en los otros dos es el verbo *ir* cuyo significado es indicar 'el movimiento de un lugar para otro y cuyo centro de atención es la persona que realiza el desplazamiento'. Esto nos lleva, por lo tanto, a determinar que el texto francés diverge de los otros dos por la perspectiva distinta indicada por el verbo.

6) *El cambio de registro*: es el cambio de número, es decir singular por plural, una frase positiva por una negativa, o a la inversa.

7) *La diferencia de tratamiento*: es el cambio de tratamiento entre los personajes: tuteo por voseo, el cambio del título nobiliario o de cortesía, etc.

8) *La corrección*: es cuando el traductor corrige algún dato por considerarlo erróneo en el texto base.

9) *La inversión*: es el cambio de la posición en una enumeración o en un proceso escénico de sus elementos.

10) *La traslación*: es la colocación de una parte del texto más o menos extensa en otro lugar del texto. Alguna vez ocurre que las palabras o las características de un personaje son atribuidas a otro⁴.

⁴ Lorenzo (1985, pp. 35-70).

Después de presentar todo este espectro de posibilidades divergentes, más de uno pensará si en las traducciones sólo existen aspectos negativos. Por supuesto que no, incluso aspectos aparentemente negativos como la supresión, la interpolación, algún caso de traducción libre, etc., pueden resultar beneficiosos para la traducción para así evitar la repetición o la insistencia sobre ideas semejantes o iguales en el texto base lo que podría causar una traducción pesada e incomprensible para el lector de esa lengua receptora. También puede ser causado por las teorías y los conceptos que aparecen en el texto y que es necesario adaptar a las concepciones socio-políticas, culturales, etc. propias de esa lengua. Pero la mayor parte del texto traducido suele ser el adecuado en todos los aspectos tanto de forma como de contenido.

Como hemos dicho al inicio de este estudio nuestro propósito es buscar las divergencias e intentar explicar que es lo que las ha causado. Por lo restringido del espacio que tenemos sólo vamos a ver unos cuantos casos para que entiendan y vean de modo práctico lo que hemos pretendido realizar y que en bastantes casos creemos haber conseguido descifrar un porqué de esa divergencia.

1. El título

–*Comment Eret arriva aupres d'une fontaine ou soubdainement perdit sa force si ce fust par enchantement, et y arriva une dame o trois demoiselles* (cap. IX)

–*A fonte da Virgem* (cap. XLVIII)

–*Como Erec derribo Galuam e no quisso la corona ni la donzella* (cap. CLV)

Existe una serie de diferencias entre los tres textos:

A) Mientras en el texto francés y portugués la obra está dividida en grandes capítulos, el castellano no es más que una enumeración por párrafos, que sirven como capítulos, pues cada uno de ellos está compuesto por un resumen en el que especifica el contenido del texto que encabeza. También en el portugués según las ediciones aparece ese breve resumen recopilador del contenido del fragmento consiguiente.

B) Mientras el texto francés y castellano el centro narrativo se basa en el personaje de Erec, en el portugués ese papel lo realiza la fuente.

C) Mientras el contenido del título francés y portugués es el adecuado al contenido de la narración, en el castellano diverge y como muy bien especifica la edición de Sevilla de 1535, éste correspondería al capítulo CLIII, en vez del CLV. Realmente es así, si se analiza algunos otros títulos de la edición. Este título mantiene una serie de discordancias con respecto al contenido del texto que encabeza. Pues, en él se nos informa de cómo vence Erec a Galván, lucha que no tiene lugar en este capítulo sino en el CLIII. La segunda diferencia es la inexistencia de referencia alguna a la segunda parte del título dado. Dicha discordancia no aparece en los demás títulos que nos conciernen (CLV-CLXII).

D) Tal divergencia se podría entender como una supresión, o tal vez como una supresión-interpolación. Si profundizamos un poco, constatamos entre los títulos un propósito distinto. Así, mientras el título francés y castellano, pese a la imperfec-

ción de este último, podría ser sólo entendido como una supresión-interpolación, aunque en realidad el propósito y el carácter de ambos es idéntico: avanzar al lector a modo de resumen el contenido de lo que se narra a continuación. Algo semejante a lo que ocurría en las *Cantigas de Santa María* de Alfonso X que situaba al inicio unos versos, llamados por él mismo *razon*, que eran una especie de resumen condensando, por una parte, las ideas que luego se desarrollaban a lo largo de la cantiga y, por otra, también emitía “*el juicio o pensamiento que se deduce del milagro que se narrará inmediatamente después*” (Alfonso X el Sabio, 1988, p. 46). Pero, ahora, si los oponemos al título portugués, entonces sí que la divergencia es mayor y no estaríamos ante una supresión-interpolación, sino ante una corrección, al recuperar el nombre original de la historia, pues con él el traductor no nos avanza nada del contenido del relato que nos va a presentar a continuación.

E) Todo esto nos llevaría a interpretar los diferentes títulos como algo perteneciente a concepciones distintas. Así, el título francés y castellano seguirían el molde habitual clerical de dividir y estructurar una obra para así localizar con mayor rapidez lo que se busca a la hora de consultar el texto. Sin embargo, el del portugués, nos presentaría un título, tal vez más verídico con la realidad primera y que posiblemente la gente conociese esa historia bajo esa epígrafe, tal como nos lo confirma la doncella cuando dice *e de mim seerá hoije-mais esta fonte chamada, mentre o mundo durar, “fonte da virgem”* (Magne, 1944, XLVIII, 326, 20) o el narrador cuando nos dice más adelante, *Dès aquel tempo, foi chamada “fonte da virgem”* (Magne, 1944, XLVIII, 327, 1-2).

2. La supresión

—*ne pooit parler ni mot dire* (L. 27-8)

—*et perdeu a fala* (315, 4)

—*e perdio la fabla* (155, 27)

A) Las versiones castellana y portuguesa coinciden en la forma de traducir lo expresado en el texto francés. Pero, aunque a primera vista sea así, nosotros creemos que tergiversa la intención del autor francés. Para nosotros, la expresión francesa *ne pouvoir parler ni mot dire* nos presenta la incapacidad total de hablar. En terminología aristotélica, vendría a decir así como que Erec pierde la potencia y el acto de habla, esto es, la facultad de hablar como ser humano y la de expresarse verbalmente. Por ello, las versiones ibéricas no especifican más que el valor del término más genérico.

B) Estamos ante un caso de supresión por falsa redundancia textual de una frase copulativa, o también conocida como un “doblete amplicatorio” que San Jerónimo desaconsejaba, pero que “*se convirtieron en norma y modelo para casi todos los traductores de la Edad Media*” (Alvar, 1989, p. 25)⁵.

⁵ Morreale (1959, pp. 10-23).

3. La impresión léxica

–*Adont ly apparut l'Ennemy* (L.109)

–*apareceu-lhe o demo* (315,19)

–*apareciole un diablo* (156,60)

A) A primera vista podemos creer que estamos ante casos de imprecisiones léxicas por estar ante palabras diferentes. Pero si profundizamos, nos damos cuenta que es un caso peculiar de imprecisión léxica que llamamos *cambio de denominación sinonimia* al emplear términos distintos pero aludiendo a una misma realidad. En este caso, son nombres dados por los padres de la Iglesia y los Profetas a lo largo de sus relatos en las Santas Escrituras y textos teológicos para referirse a *Satán*. Pero en San Jerónimo (1962, I, 21, 11, p. 134) encontramos una enumeración de una parte de esos nombres que recibía y que dice así: “*ahora se junta a un príncipe de este mundo, es decir, el diablo, al gobernador de estas tinieblas, al que la Escritura da los nombres de hombre enemigo, juez de iniquidad, dragón, satanás, martillo, perdiz, Belial, león rugiente, leviatán, tenninim, y muchos otros*”.

B) Esto ocurre en nuestros textos 17 veces⁶ y en todos ellos cada lengua emplea el mismo término para aludir al dios del mal. Aunque entre ellos hay dos casos⁷: uno en que el término francés *Ennemy* ha sido sustituido por el pronombre demostrando *cil* y el otro está ausente textualmente, aunque no contextualmente. Existen también otros dos casos en los que el texto francés y castellano coincide en el término empleado (*diable/diablo*)⁸ en oposición al portugués que utiliza el de siempre (*demo*). Y finalmente, sólo en una ocasión, los tres coinciden en el empleo del mismo término (*diable/diablo/diáboo*)⁹. Algo semejante también ocurre con los vocablos que se refieren a Dios¹⁰ y a las Santas Escrituras¹¹ respectivamente.

4. La interpolación

–*il ne pavoit a soy traire ne pié ne membre* (L. 26)

–*nom podia tirar a si pee nem mão nem membro que houvesse* (315, 3-4)

–*no pudo mecer pierna ni braço, ni mienbro que en si ouiesse* (155, 24-5)

⁶ Los 17 casos de utilización distinta de *Satán*, poniendo primero el texto francés que pondremos en negrita para así ser más fácil localizar los distintos casos, el castellano luego y finalmente el portugués son éstos: **122/** 157, 12/ 318, 8; **141/** 157, 28/ 319, 10; **154/** 157, 39-40/ 319, 21; **164/** 157, 50/ 319, 31; **201/** 158, 31/ 321, 3; **204/** 158, 33/ 321, 5; **210-211/** 158, 33-34/ 321, 11-12; **214/** 158, 41/ 321, 15; **226/** 158, 53/ 321, 25-26; **236/** 159, 1/ 322, 1; **246/** 159, 13/ 322, 9; **255/** 159, 22/ 322, 17; **256/** 159, 18/ 322, 18; **263/** 159, 35/ 323, 4; **322/** 161, 18/ 325, 14; **333/** 161, 28-29/ 326, 4; **340/** 161, 35/ 326, 10-11.

⁷ **201/** 158, 31/ 321, 3 y **333/** 161, 28-29/ 326, 4.

⁸ **130/** 157, 20-21/ 319, 1 y **158/** 157, 14/ 319, 25.

⁹ **127-128/** 157, 18/ 318, 13.

¹⁰ **311/** 161, 11-12/ 325, 9.

¹¹ **73/** 156, 23/ 323, 23.

A) A primera vista tanto en los textos castellano y portugués constatamos que hay cierta diferencia en oposición a la versión francesa, pues en ellos aparecen un sintagma más.

B) Esa diferencia la podríamos interpretar en un primer momento como una interpolación al no aparecer en el texto francés. Pero, por el contenido, también podría ser una interpolación con cierto carácter redundante e incluso algo absurdo por el empleo posterior de la palabra *miembro*, pues si no puede mover los pies ni luego, por añadidura en los textos ibéricos, las manos, entonces ¿qué otros miembros podría mover? Esta recuperación también podría ser por influjo de proverbios, dichos, expresiones, etc., semejantes a *atado de pies y manos*¹².

Tal vez hayamos encontrado la solución a este problema por una lectura casual. Si así fuese, entonces estaríamos ante un caso de corrección del texto base. El ejemplo al que aludimos es uno de San Jerónimo (1962, II, 84,5, p. 16) que dice: “*Cuando nosotros les decimos si la carne resucitada tendrá cabellos y dientes, pecho y vientre, manos y pies y demás miembros íntegramente*”, aquí la palabra *miembros* se refiere a las demás partes de la anatomía no nombradas. No es el único ejemplo que hemos encontrado en San Jerónimo, así en éste (1962, I, 184, 11, p. 107-8) nos dice: “*yo, empero, que miro con los ojos para desear y tengo mi mano por tropiezo y peco con el pie y con cualquier otra parte de mis miembros*”, es decir, todo su cuerpo es impuro al pecar con él. Éstos dos ejemplos de nuestro religioso dan cierto sentido a nuestros textos peninsulares que vendrían a decir algo así como ‘no podía mover ni los pies ni las manos ni ninguna otra parte de su cuerpo’.

C) Entre los textos portugués y castellano existe una divergencia al cambiar este último las partes del cuerpo. En vez de pie y mano, traduce por *pierna y brazo*. Tal vez se explicaría porque el traductor interpretó que la parte mencionada en el texto base utilizado para la traducción no aludía sólo al pie sino al conjunto, esto es a la pierna, y lo mismo acontecería con la mano. Aunque existe esa divergencia textual entre la versión castellana y la de los otros dos textos aquí analizados, no creemos que la haya en el plano contextual, porque bien podría ser que ellos al referirse a una parte de ese miembro aludan a su totalidad.

¹² Esta expresión indica la incapacidad de alguien a resolver su situación. Si la analizamos por separado los elementos de la coordinación y profundizamos en ella, tendríamos que, por una parte, *atado de manos* vendría a indicar el enfrentamiento del individuo a lo que le preocupa. Por ello, la alusión alegórico-simbólica a las *manos*, porque es la parte de la anatomía humana que se suele emplear para resolver las cosas y los hechos. Por otra, en cuanto a los *pies* sería la actitud contraria, es decir, la huida de la situación en la que se halla, pues es la parte de la anatomía que indica movimiento. Esto nos lleva a percibir el verdadero sentido de esta expresión alegórico-simbólico. Esta sería la indicación de la incapacidad del individuo a enfrentarse a su situación y también a huir de ella por él mismo, es decir, está condenado a padecerla sin remedio, salvo si alguien le ayuda. Algo así lo encontramos en el *Roman de la Rose*, cuando habla sobre el poner el hombre su confianza en una mujer porque entonces “*Qui se fie en fame, il se pert;/ Et li las qui en li se fie/ Savés qu’il se fait? il se lie/ Les mains et se cope la geule;*” (vv. 16.376-16.379: “*confiar en ellas es estar perdido,/ y al loco que llega a tal confianza,/ ¿sabéis que le ocurre? Pues que se está atando/ de pies y de manos,/ se está colgando*”, cito por la traducción de Juan Victorio, cf. Guillaume de Lorris/Jean de Meun (1987)).

Después de haber explicado estos casos a modo de ejemplo, vamos a enumerar cuales son en nuestra opinión las causas posibles y probables de que existan las divergencias textuales entre las tres versiones aquí estudiadas. Hemos señalado sólo las causas más frecuentes, aunque no descartamos que existan más¹³:

- 1) evitar redundancias o ideas ya aparecidas anteriormente en el texto o incluso por insistencia temática;
- 2) evitar palabras o algún dato de mayor extensión, no prescindibles para el contenido del relato que podría hacer que la traducción resultase pesada y poco clara;
- 3) porque las intenciones del traductor son distintas de las del autor;
- 4) las interpolaciones de las traducciones en muchos casos no son más que recuperaciones de datos ya expresados anteriormente y su papel sería de servir como mero recordatorio para el lector. También ocurren casos en los que el traductor anticipa algún dato que aparecerá luego en el relato;
- 5) por el distinto tipo de enfoque en la narración, pues en lugar de centrarse en un personaje se centra en otra referencia cualquiera;
- 6) adaptación cultural de toda índole: religiosa, filosófica, etc.;
- 7) por una mala lectura, una mala interpretación, un estado deficiente del manuscrito utilizado en la traducción, un error del copista a la hora de fijar el texto tanto del autor como del traductor;
- 8) por datos desaparecidos o nuevamente recuperados por ser deducibles contextualmente;
- 9) por el empleo de distintos conceptos para expresar realidades, iguales o idénticas;
- 10) por razones de orden lógico o de sentimiento los elementos pueden variar de posición en el texto o incluso de función.

Todas estas causas provocan en mayor o menor grado una serie de divergencias entre los textos aquí analizados¹⁴. Aunque debido a lo restringido del espacio lo único que reflexionemos sean los diversos tipos que podemos distinguir en esas distorsiones narrativas.

Podemos discernir tres grandes tipos: 1) que denominaremos *divergencias reales*, abarcaría todos aquellos casos en los que los tres textos presentan cada uno distinta realidad (18 casos)¹⁵; 2) que llamaremos *divergencias dos contra uno*, serían aquellos en los

¹³ Como muy bien han podido percibir, nuestro estudio se ha ceñido en localizar y explicar en qué consiste y qué es lo que causa las divergencias intertextuales entre los tres textos aquí analizados, pero siempre desde un punto de vista más semántico que sintáctico. Por ello, esperamos con cierta impaciencia el estudio de nuestro compañero y amigo X. X. Ron Fernández sobre la coordinación gallego-portuguesa medieval, analizada sobre *A Demanda do Santo Graal*, aporte alguna matización tanto sobre las características del traductor como sobre las divergencias y similitudes en el empleo de la coordinación entre el texto francés del *Erec en prose* y *La Demanda do Santo Grial*.

¹⁴ En las cifras que vamos a dar a continuación al hablar de los tipos sólo entrarán aquellos cuyas divergencias impliquen cierta diferencia relevante y por ello son excluidos la mayoría de los casos de imprecisión léxica, las leves variaciones semánticas, las inversiones, etc. salvo excepción.

¹⁵ Los 18 casos de *divergencias reales* son: el título del capítulo de los tres textos: **13/** 155,13-14/ 314,11; **43-44/** 155,41-42/ 315,14; **67-68/** 156,15-16/ 316,13; **89/** 156,40/ 317,4; **100/** 156,50/ 317,12; **100/** 156,51/ 317,12; (de

que dos de los textos se oponen al tercero (111 casos). Éstos podrían ser divididos en grupos que abarcarían todas las posibles combinaciones entre las tres versiones¹⁶: A) francés-portugués contra castellano (61 casos)¹⁷; B) castellano-portugués contra francés (54 casos)¹⁸ y C) castellano-francés contra portugués (6 casos)¹⁹; 3) que definiremos como *falsas divergencias*, serían aquellos en los que los tres textos dan distintos conceptos para referirse a una misma realidad. Podríamos hacer una distinción entre los 47 casos que componen este tipo: A) presencia léxica pero sin divergencia contextual (30 casos)²⁰; B) ausencia léxica pero sin divergencia contextual (17 casos)²¹.

este caso también hay que añadir dos más el **102/** 156,53/ 317,14 y **237/** 159,3/ 322,2; **108/** 156,59-60/ 317,19; **123/** 157,13-14/ 318, 9-10; **201/** 158,30/ 321,2-3; **219-220/** 158,48-49/ 321,19-20; **261-262/** 159,33-34/ 323,2-3; **301-302/** 161, 2-3/ 325,2 y **316-317/** 161,2-3/ 325,2.

¹⁶ Tenemos que señalar que en los distintos grupos que hemos determinado, el orden de los constituyentes no implica ninguna preferencia de ese texto sobre el otro, sino que el único requisito seguido fue la inicial con la que se escribe el idioma correspondiente.

¹⁷ Citamos los casos francés-portugués contra el castellano: **3/** 155,3-4/ 314,2; **4-5/** 155,5/ 314,4-5; **9/** 155, 10/ 314, 9; **15-17/** 155,16-7/ 314,12-4; **19/** 155,19-20/ 314,15; **20-21/** 155,20/ 314,16-18; **25-26/** 155,24-25/ 315,3; **51-52/** 156,1-2/ 316,1-2; **62/** 156,12-13/ 316,9-10; **74-76/** 156,25-26/ 316,18-20; **76-77/** 156,26-27/ 316,20-21; **83-85/** 156,33-36/ 316,25-27; **87-88/** 156,38-39/ 317,2-3; **88-89/** 156,39-40/ 317,3-4; **90/** 156,40-41/ 317,5; **93-94/** 156,45/ 317,8; **95-96/** 156,46/ 317,8-9 (otros casos idénticos a éste son: **98/** 156,48-49/ 317,11; **106/** 156,57/ 317,17 y **229/** 158,56/ 321,28); **105/** 156,56-57/ 317,16-17; **111/** 157,1/ 318,1; **118/** 157,7-8/ 318,6; **118-119/** 157,8-9/ 318,6; **128-129/** 157,18-19/ 318,13; **131/** 157,21-22/ 319,2; **136/** 157,26/ 319,6; **140/** 157,27-28/ 319,9; **143/** 157,29/ 319,12 (otros ejemplos similares a éste son: **155/** 157,40/ 319,22; **161-163/** 157,46-49/ 319,38 y **304-305/** 161,4-5/ 325,3); **159/** 157,44/ 319,26; **176-177/** 158,8-9/ 319,37; **179-180/** 158,12/ 319,38-39; **180-182/** 158,12-14/ 319,39-40; **191/** 158,20/ 320,4; **191-192/** 158,20-21/ 320,4-5; **192/** 158,21/ 320,5; **194/** 158,23-24/ 320,7; **195-196/** 158,23-24/ 320,7; **213/** 158,40/ 321,14; **216-217/** 158,43-44/ 321,17; **234/** 158,61/ 321,32; **235/** 158,62/ 321,32; **239-241/** 159,7-9/ 322,5-6; **258/** 159,26/ 322, 20-21; **259/** 159,29/ 322,21; **261-262/** 159,33-34/ 323,2-3; **268-269/** 159,39-40/ 323,8-9; **270-282** (supresión en el texto castellano de esta parrafada. Pero existe diferencias entre el texto francés y portugués. Veamos cuales: **272/** 323,12; **275/** 323,15; **276-277/** 323,16-17; **279/** 323,19 y **280/** 323,20); **283/** 160,1/ 324,1 (2 aspectos); **331/** 161,26-27/ 326,2; **333/** 161,28/ 326,4; **341-342/** 161,36-37/ 326,12; **344-345/** 161,40/ 326,14-15; **349/** 161,44-45/ 326,18-19; **359-360/** 162,9/ 327,8; **360-361/** 162,9-11/ 327,9-10 y **361/** 162,11/ 327,10).

¹⁸ Citamos los 54 casos de castellano-portugués contra el francés: **2/** 155,2/ 314,2; **14-15/** 155,16/ 314,12; **17-18/** 155,18-19/ 314,15; **26/** 155,25-27/ 315,3-4; **27/** 155,27/ 315,4; **28/** 155,27/ 315,4; **49-50/** 155,46-47/ 315,17-18; **55/** 156,5/ 316,5 (otros ejemplos similares a éste son: **112/** 157,2/ 318,2 y **121-122/** 157,12/ 318,8); **59/** 156,9/ 316,7; **62-63/** 156,12-13/ 316,9-10; **86-87/** 156,36-38/ 317,1-2; **92/** 156,43/ 317,6; **101/** 156,51-52/ 317,13; **111/** 157,2/ 318,1-2; **114-115/** 157,4/ 318,3; **116/** 157,6/ 318,4-5; **141/** 157,28/ 319,10; **144/** 157,31/ 319,13; **146/** 157,32-33/ 319,14-15; **146/** 157,34/ 319,15; **150-151/** 157,37/ 319,18; **152/** 157,38/ 319,19; **156/** 157,41-42/ 319,22-23; **159/** 157,44/ 319,26; **164/** 157,50/ 319,31; **167-168/** 158,2-3/ 319,33; **174/** 158,6-7/ 319,36; **175/** 158,7/ 319,36-37; **177-178/** 158,9/ 319,38; **187-191/** 158,18-20/ 320,3-4; **200/** 158,29/ 321,1-2; **222-223/** 158,49/ 321,21; **230/** 158,57/ 321,29; **231/** 158,59/ 321,30-31; **232/** 158,60/ 321,31 (3 aspectos); **245/** 159,12/ 322,8; **296-297/** 160,16/ 324,13; **298-299/** 160,18/ 324,14-15; **299/** 160,18/ 324,15; **309/** 161,7-9/ 325,7; **311/** 161,12/ 325,9; **311-312/** 161,12-13/ 325,9; **313/** 161,13/ 325,9-10; **318/** 161,16-17/ 325,12; **336/** 161,31-32/ 326,7 y **337/** 161,32-33/ 326,7-8).

¹⁹ Citamos los 6 casos de castellano-francés contra el portugués: **2/** 155,2-3/ 314,2; **4/** 155,5/ 314,4; **45-47/** 155,42-44/ 315,15-16; **201/** 158,29-30/ 321,2; **294-295/** 160,14-15/ 324,11-3 y **361/** 162,12/ 327,10).

²⁰ Citamos los 30 casos de las *falsas divergencias* del grupo A: tenemos que indicar las referencias citadas en las notas nº6, 7, 8, 9 y también otros casos como el **55-57/** 156,5-6/ 316,4-5; **263/** 159,34-35/ 323,4; **297-298/** 160, 17-18/ 324,13-14; **321/** 161,17/ 325,12-13; **339/** 161,35/ 326,10; **345-346/** 161,40-42/ 326,15-17 y **353/** 162,3/ 327,2.

²¹ Citamos los 17 casos de las *falsas divergencias* del grupo B: **135/** 157,25/ 319,5; **173/** 158,6/ 319,35-6; **179/** 158,10/ 319,38; **218-219/** 158,45-46/ 321,18; **228/** 158,55/ 321,28; **239/** 159,6/ 322,4; **242/** 159,9/ 322,6; **257/**

Esto nos lleva a deducir unas cuantas observaciones:

- 1) mayor número de casos en los tipos 2 y 3 con 111 y 47 respectivamente;
- 2) en el segundo tipo, de entre los tres grupos, los dos primeros son los más abundantes, lo que nos llevaría a deducir, tal vez, ciertas pistas sobre el papel más o menos relevante entre ellos;
- 3) aunque a simple vista parece que hay más divergencias entre ellos, una vez analizados los casos, constatamos que no son tantos ni tan graves;
- 4) de un total de 186 casos que hemos enumerado como divergencias de cierta importancia, en 29 de ellos alguno de nuestros textos no ha especificado algún detalle de modo textual aunque sí contextualmente, o que se pueda deducir por lógica;
- 5) en las versiones castellana y portuguesa tenemos algún caso en los que borran las antiguas muestras de oralidad del texto francés, debido a que ahora la transmisión es más bien escrita y dedicada a un lector;
- 6) muchos de los casos en que se dan estas divergencias son causadas por supresiones o interpolaciones, pues de los 186 casos en 79 son supresiones y en 26 interpolaciones. Las restantes se deben a otras causas.

CONCLUSIONES

Para rematar con este estudio de las divergencias vamos a dar una serie de conclusiones sobre distintos aspectos para cumplir con nuestros propósitos. Por una parte, sobre las características de los traductores, por otra, sobre el grado de dependencia y relación que existe entre los tres textos. Pero antes de enumerar estas observaciones finales, acudiremos una vez más al testimonio de San Jerónimo (1962, II, 97,3, p. 96), cuando nos habla a propósito de sus intenciones sobre el hecho de realizar una traducción que *“confieso haber trabajado en ellos para mantener la elegancia del texto con pareja gracia en la traducción. Mi discurso, corriendo dentro de líneas bien determinadas y no saliéndose del carril en pasaje alguno, no debiera perder los ríos de su elocuencia y tenía que aspirar a trasladar las mismas cosas con las mismas palabras. Ahora, que lo haya o no logrado, es punto que dejo a vuestro juicio”*. Si éste es el propósito del traductor, queda claro que los dos que hemos analizado discrepan de ello en bastantes ocasiones siempre y cuando se tome o se crea que la versión francesa es la utilizada para realizar su tarea. Nuestros traductores se caracterizan por:

- 1) en las dos versiones que supuestamente se hacen a partir del texto francés, existen fragmentos que coinciden de modo fidedigno con él, pues ésta llega a tal extremo que casi es una traducción *ad verbum* que incluso en algún caso el traductor fuerza por ello la sintaxis de su lengua;

- 2) no estamos seguros de que tanto uno como el otro dominaran el texto original a la perfección debido a las numerosas imperfecciones presentes en sus versiones;
- 3) el dominio de la lengua tal vez fuese perfecto aunque el número de imprecisiones léxicas, a pesar de que gran parte de ellas, son debidas al distinto punto de referencia del que se narra la acción, nos puede llevar a dudarlo. Tal vez, sólo sean eruditos bilingües que al conocer, por una parte, la mayoría de las reglas gramaticales de las lenguas y, por otra, haber aprendido de oídas unas lenguas extranjeras durante sus viajes y estancias por Occidente, desconocían las sutilezas que existen en y entre ellas;
- 4) sus errores son en algún caso por deseo de verosimilitud o mejor aún, tal vez no existan tales errores si el texto que emplearon no es la versión francesa que conservamos hoy;
- 5) las divergencias textuales nos llevan a afirmar, no como Pickford, que el análisis comparativo, en su caso sobre los nombres propios, “*soutient la théorie de cette version fut la première à être traduite. Comme le suggère Rodrigues Lapa, il semble que la Demanda espagnole repose sur une base portugaise plutôt que sur une base française*”²².

Esta última característica sobre los traductores nos va a servir para adentrarnos en el análisis del grado de dependencia y relación existente entre los tres textos. Creemos que la afirmación de Pickford y de Rodrigues Lapa precisan cierta matización. Es cierto que la versión portuguesa coincide en muchos momentos de manera literal con el *Erec en prose*. También, no es menos cierto, que la versión castellana tiene más puntos en común con el texto portugués, sobre todo, cuando éste se diferencia de la versión francesa. Todo ello, nos llevaría a afirmar evidentemente la propuesta de Pickford y de Rodrigues Lapa. Sin embargo, existe algo que nos impide ser tan tajantes en esta afirmación. Porque, entonces, siendo así, ¿cómo se explicarían las similitudes castellano-francesas que divergen con lo expresado en el texto portugués?

Antes de dar una posible solución, analizaremos esos 6 casos de coincidencia entre las versiones francesa y castellana en oposición a la portuguesa. Veámoslas:

- 1)
 - monseigneur Gauvain qu’il avoit abatu voyant maint preudomme*, (L. 2)
 - Galuan, donde lo derribo ante todos los buenos hombres que ay estauan*, (155, 2-3)
 - Galvam que derribara ante uû homem boô* (314, 2)

La divergencia radica en que mientras los dos primeros el número de los espectadores que presencian la derrota de Galván es indefinido, pero plural; por contra, en el tercero se ha reducido su número a uno sólo;

- 2)
 - il chevaucha tout le jour entier sanz aventure qui a compter face*, (L. 4)

²² Pickford(1961, pp. 215-216); Lapa (1930, pp. 1-30); Lapa (1976, pp. 227-250).

–*que anduuo todo aquel dia sin aventura fallar que de contar sea* (155, 5)

–*que entrou no foresta sem aventura achar que de contar seja* (314, 4)

El texto portugués precisa el lugar por donde se desarrolla la aventura y lo hace por anticipación, pues ese dato aparecerá unas cuantas líneas más adelante (L. 6/155, 7/314, 6). Por contra, los dos primeros no lo hacen textualmente, aunque sí contextualmente.

3)

–*si met erranment pié a terre, et laisse son cheval aler* (L. 17)

–*descendio del caualllo por folgar un poco, e quito el freno al caualllo* (155, 17)

–*deceu-se por se guarar da sesta e por folgar uû pouco, e tolheu o freo ao cavalo* (314, 14)

Los dos primeros especifican textualmente que Erec se baja del caballo. Sin embargo, el portugués no lo hace léxicamente aunque por lógica resulta evidente que debe descender del caballo para quitarle el freno;

4)

–*sa mere la royne qu'il cuidoit qui eust fait ce murtre* (L. 201)

–*que cuydo bien que hiziera aquella maldad* (158, 29-30)

–*sa madre, que os criara, que fezera aquila aleivosa*, (321, 2)

En los dos primeros, el verbo francés *cuidier* y el castellano *cuidar*, poseen ambos el valor de ‘pensar, creer’. Sin embargo, el texto portugués diverge de ellos, tal vez por una mala lectura o quizás lo más probable a una interpretación errónea del verbo *cuidier*, pues por similitud al verbo portugués *cuidar* cuyos valores son ‘prestar atención, atender, criar’. Tal vez podemos estar ante un caso de “falso amigo”;

5)

–*que vous ne m'appartenés fors de nourriture, ne que la plus estrange damoiselle du monde* (L. 294-5)

–*que con vos no ha sino criança, ca deudo tanto he con vos como la más estraña del mundo* (160, 14-5)

–*ca al nom hei convosco fora usança, ca de linhagem tanto hei convosco com a mais estranha do mundo* (324, 11-3)

Aquí lo que diferencia los dos primeros del tercero, es que este último añade una segunda subordinada causal sobre la cuestión ya expresada en la causal que los tres textos reproducen. Esto nos lleva a constatar que en el texto portugués estamos ante una creación de un doblete redundante de empleo frequentísimo en las literaturas medievales (Alvar, 1989, p. 29).

6)

–*tant com Eret y estoit en tel maniere* (L. 361)

–*e Erec como le contecio* (162, 11-2)

–*quando jazia i Erec assi mal-treito como vos disse* (327, 10)

Los dos primeros no muestran como el tercero que el relato va a retomar el hilo narrativo en el momento preciso en el que llegan las doncellas y la dama junto a Erec tumbado sin fuerzas al lado de la fuente llamada “fuente de la Virgen”. Ello lo lleva a cabo mediante la *captatio benevolentiae* “como os dije” y que tanto el texto castellano como francés no integran en su relato.

Estas divergencias textuales que contraponen por una parte la versión portuguesa a las castellana y francesa por otra, aunque sólo sean las de mayor relevancia, tampoco debemos olvidar que no hemos incluido casos, como leves matizaciones, inversiones de los elementos, etc., por no causar grandes variaciones intertextuales como las que aquí hemos expuesto. A pesar de ello, no creemos que haya que tildar de falsarios a los traductores, tanto por estos casos como por todos los que hemos tratado al determinar los distintos tipos de divergencias que hemos encontrado a lo largo de las versiones castellana y portuguesa, porque, al no ser capaces de remontarnos ni de poseer el manuscrito que han empleado, no podemos condenar su autoridad ni su profesionalidad. Tampoco debemos dejar en el olvido todos los factores en contra de ellos, como los errores de los copistas, los continuos cambios de toda índole en la transmisión de los textos, las exigencias del que había ordenado o solicitado la traducción sobre la manera de como deseaba que fuese la traslación que demandaba, etc., porque, como bien dice A. Ribas Pujol (1995, p. 59), “*el texto literario vive de su singularidad y el traductor que no lo percibe se equivoca*”.

Todo esto hace que nosotros propongamos por una parte que el texto francés que hoy conservamos de este capítulo no es, debido a las características del traductor, la versión utilizada por el texto portugués con lo cual explicaría sin duda algunas de las divergencias existentes entre ellos. Lo mismo podemos afirmar del castellano con respecto al francés. Por otra, la versión española, pese a tener bastantes puntos en común, no es una traducción del texto portugués, porque aunque coincida con ella en gran parte de las divergencias con respecto al texto francés, también diverge de ella debido a las coincidencias que existen entre esta versión española y el texto francés. Una vez expuestas estas tres afirmaciones concluimos que el modelo francés utilizado era próximo al texto del *Erec en prose* conservado hoy en día, pues mantenía grandes fragmentos literales y también algunas divergencias con éste, debido a los cambios motivados por la transmisión, refundición, etc. Tal vez para poder determinar una relación más estrecha entre estos textos o un supuesto texto francés cercano a nuestras versiones, debamos analizar los otros cuatro capítulos más profundamente tanto semánticamente como sintácticamente, y no sólo, como en algún caso, reducir el estudio a una mera enumeración de las divergencias y similitudes textuales sin dar ni la más mínima explicación u observación al respecto. Sea lo que fuere, hoy nos vemos en la obligación de proceder con cautela y dejar que estudios más amplios puedan determinar la cuestión con mayor precisión, aunque quizás no se llegue a ninguna parte mientras no se descubran más restos sobre esta materia. Tampoco debemos en absoluto en nuestro afán de intentar encontrar soluciones para todo, ser toscos y torpes en nuestras investigaciones y conclusiones que, en muchas ocasiones, lo único que hacen es engrosar y

engrosar sin límite la bibliografía sin razón de ser, creando así una serie de obstáculos, dificultades e impedimentos que harán que otros más hábiles se desvíen de la ruta principal para perderse entre los surcos y recovecos de esos callejones a veces absurdos y retrasando de ese modo la posibilidad de desenmarañar los ocultos y secretos tesoros existentes en nuestras literaturas.

BIBLIOGRAFÍA

Sobre los textos

- Freire Nunes, I., *A Demanda do Santo Graal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
La Demanda del Sancto Grial, con los maravillosos fechos de Lanzarote y de Galaz su hijo: segunda parte de la Demanda del Sancto Grial, Reprod. facs. de la edición de Sevilla, 1535, España: s.n., 19..
 Magne, A., *A Demanda do Santo Graal*, Río de Janeiro, 1944.
 Pickford, C.E., *Erec roman arthurien en prose*, Paris, Droz-Ainard (TLF), 1959.

Texto de referencia

- Alfonso X el Sabio, *Cantigas de Santa María*, ed. Jesús Montoya, Madrid, Cátedra, 1988.
 Guillaume de Lorris et Jean de Meun, *Le Roman de la Rose*, ed. Daniel Poirion, Paris, Garnier-Flammarion, 1974.
 Guillaume de Lorris/Jean de Meun, *Roman de la Rose*, ed. de Juan Victorio, Madrid, Cátedra (Col. *Letras Universales*), 1987.
La Santa Biblia: antiguo y nuevo Testamento, antigua versión de Casiodoro de Reina (1569), Sociedades Bíblicas en América Latina, 1960 (revisada).
 Lorenzo, R., *Crónica troiana*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, R.A.F., 1985.
 San Jerónimo, *Cartas*, 2 vols., ed. Daniel Ruiz Bueno, Madrid, Biblioteca de autores cristianos, 1962.

Sobre bibliografía consultada

- Alvar, C., “Traducciones en el s. xv: el caso del *Árbol de Batallas*, de Honoré Bouvet”, *Miscellanea in Studi in onore di Aurelio Roncaglia*, Mucchi, editore Modena, 1989, 1989, pp. 25-34.
 Blatt, F., “Remarques sur l’histoire des traductions latines”, *Classica et Mediaevalia*, 1938, pp. 217-242.
 Boccheta, V., *Horacio en Villegas y Fray Luis de León*, Madrid, Gredos, 1970 (sobre todo pp. 10-23).
 Doutrepoint, G., *Les mises en prose des épopées et des romans chevaleresques du XIV^e au XV^e siècle*, Genève, Slatkine Reprints, 1969 (réimpression de l’édition de Bruxelles, 1939).
 Lafortune-Martel, A., “Fête noble en Bourgogne au xv^e siècle”, *Cahiers d’Études Médiévales* 8, Montréal-Paris, Bellarmin-Vrin, 1984.
 Lusignan, S., “Le topique de la *translatio studii* et les traductions françaises de textes savants au xvi^e siècle”, *Colloque international du CNRS “Traductions et Traducteurs au Moyen Âge*, 26-8 mai 1986, Paris, 1989, pp. 303-315.
 Morreale, M., “Apuntes para la historia de la traducción en la Edad Media”, *Revista de Literatura* xv (nº 29-30), 1959, pp. 3-10.
 Pickford, C.E., “La priorité de la version portugaise de la *Demanda do Santo Graal*”, *Bulletin Hispanique* 63, 1961, pp. 210-6.

- Ribas Pujol, A., "Las traducciones de *Mémoire d'Hadrien* de Marguerite Yourcenar: Regularidades en las divergencias", *La traducción: metodología, historia, literatura: ámbito hispano-francés*, eds por Francisco Lafarga, Albert Rivas & Mercedes Tricas, Barcelona, PPU, 1995, pp. 49-59.
- Rodrigues Lapa, M., "A Demanda do Santo Graal". *Prioridade do texto português*, Lisboa, 1930.
- Rodrigues Lapa, M., *Lições de literatura portuguesa: época medieval*, Coimbra, Limitada, 1976 (sobre todo pp. 227-250).
- Rothschild, J.-P. , "Motivations et méthodes des traductions en hébreu du milieu du XII^e à la fin du XV^e siècle", *Colloque international du CNRS "Traductions et traducteurs au Moyen Âge*, 26-28 mai 1986, Paris, 1989, pp. 279-302.
- Santoyo, J. C., *Teoría y Crítica de la traducción: antología*, Publicaciones de la Universidad Autónoma de Barcelona, Bellaterra, 1987 (sobre todo pp. 7-44).
- Vega, M. A., *Textos clásicos de teoría de la traducción*, Madrid, Cátedra, 1994 (sobre todo pp. 13-49 y 77-93).
- Viña Liste, J. M., *Textos medievales de caballerías*, Madrid, Cátedra, 1993.
- Wittlin, C. J., "Les traducteurs au moyen âge: observations sur leurs techniques et difficultés", *Actes du XIII^e Congrès international de linguistique et philologie romanes*, (tenu à l'Université Laval, Québec, Canada du 29 août au 5 septembre 1971), Vol. II, édité par les Presses de l'Université de Laval, pp. 601-611.

SECCIÓN 2
HISTORIA DA LINGUA

LINGUA E ESCRITURA NA COMPOSTELA DO SÉCULO XV

Mercedes Alonso Pequeno
Mercedes Vázquez Bertomeu

Fac. de Xeografía e Historia. Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUCCIÓN

Dous séculos antes de que Gutemberg desencadeara a máis grande revolución na elaboración e reprodución de textos, o galego –no seu uso escrito– veu substituír o latín como lingua documental predominante na Terra de Santiago, igual que o fixera en toda a Galicia medieval.

Os primeiros textos documentais íntegros aparecen neste territorio no século XIV¹ (tardamente se se compara co precoz desenvolvemento da literatura lírica) e os últimos rexístranse –aínda que xa como testemuño excepcional– nos anos centrais do século XVI².

Os notarios empregan a lingua dos seus clientes á hora de redactar contratos e esta, obviamente, non lles pode ser allea. Así, dada a situación do galego como lingua única do territorio, a gran maioría dos textos atoparémolos na nosa lingua, que constitúe o vehículo de comunicación de tódolos sectores sociais.

Sen embargo, esta situación, na que o galego se está a desenvolver como un sistema lingüístico normal, e na que vai acurtando posicións fronte ó latín, é brevísima, porque o proceso de castellanización lingüística e cultural de Galicia dará comezo demasiado pronto.

O avance do século XV marca unha nova disposición no panorama galego coa forte presenza do castelán, que abre unha fenda na escrituración en galego. A colaboración dunha marfalla de feitos políticos, sociais e económicos é condicionante decisiva á hora

¹ O conxunto de textos nados no ámbito capitular compostelán datan dos primeiros anos do séc. XIV, aparecen con atraso respecto a outras institucións que xa deixaran a redacción latina medio século antes.

² H. Monteagudo: “Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)” en E. Fidalgo e P. Lorenzo (coords.): *Estudios galegos en homenaxe ó Profesor Giuseppe Tavani*. Santiago de Compostela, 1994, pp. 169-183.

de que estoura lingua romance se expanda cun éxito asoballante nos rexistros escritos do territorio compostelán.

A comparecencia do castelán non pasara de ser pura anécdota ata entón, pero agora, co amparo que o poder lle presta, incorporará un gran factor de desequilibrio á relación existente entre o latín (lingua de alta cultura reservada a usos moi formais) e o galego (a lingua documental).

Xunguido a esta forzada diversidade idiomática, dáse un fenómeno de interese: a existencia de varios repertorios gráficos segundo a lingua que se empregue. Así, o galego emprega uns tipos escritorios propios fronte ós utilizados para a escrituración doutros códigos lingüísticos. A circunstancia de que na Compostela medieval se traballe sobre o legado escriturario común, ata chegar a consecución dun sistema independente que se recoñece como propio, fainos pensar en que puido ter nacido como feito diferencial, primeiro fronte ó latín, e despois fronte ó castelán, que estaba a invadir o seu espacio vital.

Esta variedade de repertorios gráficos preséntase nunha zona relativamente pequena: a Terra de Santiago, e nun ámbito, o estudiao por nós, aínda máis restrinxido: o capitular. E resulta máis interesante se temos en conta que este multigrafismo non é orixinal do caso compostelán³.

O mundo da escrituración ten neste período unha grande importancia individualizadora, xa que tamaño, forma e tipo de letra fúndense nunha unidade coa lingua, construindo, se se nos permite chamarlle así, un *macrosigno* que adquiriría neste contexto o significado de ‘romance galego’.

A singularidade do modelo escritórico galego, como xa o fixera respecto ó latín, mantívose a pesar da forte penetración do castelán e só se abandona xunto co uso escrito da nosa lingua. Este abandono que traerá tan graves consecuencias para o galego, deuse no inoportuno momento en que ía aparecer o xenial invento que tantas bondades trouxo consigo, e das que a lingua galega non poderá disfrutar, salvo raras excepcións ata o séc. XIX.

Hoxe, e isto é para todos evidente, non existe –xeralmente– relación entre o modelo escritórico e a lingua da que se fai uso no texto. A pesar de que a escritura impresa estivo fortemente relacionada coa escritura manual nos primeiros tempos, tendeu cada vez máis a universalización dos tipos.

2. O PROCESO DIGLÓSICO NA TERRA DE SANTIAGO

Anterior á penetración do castelán, a situación que se nos presenta non difire daquela na que se atopan as demais linguas romances peninsulares: dáse a coexistencia do galego

³ S. Carmona: *Antropología de la escritura*, Barcelona, 1994, p. 101; A. Petrucci: “Funzione della scrittura e terminologia paleografica” en *Paleographica, diplomatica et archivistica. Studi in Onore di G. Batelli*. Roma, 1979, p. 10; A. Petrucci: *La scrittura di Francesco Petrarca*. Città del Vaticano, 1967, p. 71.

para usos coloquiais xunto ó latín formal para usos administrativos, literarios, etc. O romance vai ocupando gradualmente os usos da lingua hexemónica nunha cadea ascendente que podemos representar do seguinte modo:

usos coloquiais → poesía → prosa xurídica → prosa administrativa.

A medida que o romance gana terreo no uso dos distintos niveis tamén conquista un certo grao de elaboración, intelectualízase debido ás novas funcións que ten que ir cumprindo. Neste sentido adquiren unha importancia crucial os escribáns que serán os encargados de fixa-la lingua máis ou menos conscientemente.

No ámbito capitular compostelán, e quizais noutros cabidos galegos, os textos emanan dun grupo no que os seus membros posúen unha bagaxe cultural media relativamente alta, alfabetizados e versados en latín. Os seus notarios son, con frecuencia, membros da comunidade e, cando non, clérigos que posiblemente se formaron na escola catedralicia. Polo tanto, a lingua latina permanece de modo xeral como referencia á hora de escribir en romance.

A repercusión deste feito ponse de manifesto ó botar unha ollada ás actas capitulares. Permitennos percibir unha lingua escrita moi uniforme, tanto na representación dos sons, como na ortografía e separación das palabras. En definitiva, obsérvanse menos vacilacións e indecisións incluso nas anotacións marxinais. A dificultade non é pequena se temos en conta que o romance presenta numerosos sons que non tiñan correspondencia en latín, o cal obrigaba ó emprego das letras latinas con valores fónicos distintos ós que orixinalmente posuían e á creación de novos signos gráficos⁴.

Hai un certo grao de reflexión e experimentación coa lingua, unha intervención semiconsciente na procura do rexistro máis axustado, así como un tímido intento de codificación lingüística pola vía da comparación con aquela na que están alfabetizados e coñecen ben (o latín), á procura dunha variedade rica, culta e tecnicamente máis apta.

E, se ben o reino de Galicia non ten unha corte que actúe como centro, Santiago, constituído na práctica en cabeza do reino galego polo gran poder e autonomía do que é dono o seu prelado, posuiría tódalas características para poder ser considerado o verdadeiro núcleo unificador e xerador dun estándar culto, que ve tronzada a súa natural evolución coa irrupción do castelán, e que, pola contra, irase converter nun importantísimo foco de expansión da lingua foránea.

O proceso castelanizador encarréirase a mediados do século XIV despois dos conflitos producidos pola sucesión ó trono da coroa de Castela, que abrangue o antigo reino de Galicia, e que fan provocar a infiltración dos primeiros continxentes de elementos casteláns, e, con eles, o idioma⁵. A gran nobreza galega apoiou a causa do perdedor don

⁴ H. Monteagudo Romero: "Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e latín na Idade Media en Galicia" en *Revista de Administración Galega*, 1, 1985, pp. 85-108.

⁵ R. Carballo Calero: "A fortuna histórica do galego" en *Problemática das linguas sen normalizar situación do galego e alternativas*, IGSP, 1983, pp. 107-128.

Pedro I. A victoria por parte de don Enrique de Trastámara trouxo como consecuencia un importante cambio social e o ascenso da nobreza de segundo rango, entre as que se conta a casa de Andrade ou a de Altamira, a posicións de primeira fila. Gran parte do persoal galego que ocupaba postos na administración foi substituído por casteláns. Aínda que na Idade Media existía gran permeabilidade sobre todo nas clases altas no que atinxe a ocupar postos clave na administración ou na Igrexa por xente vida de fóra —estas xentes estranxeiras eran asimiladas con rapidez— este novo grupo non vén co talante de ser asimilado e conservará a súa lingua de orixe⁶.

A preeminencia do castelán sobre as outras variedades lingüísticas dos reinos de Castela e León viña de bastante atrás (mediados do século XIII) e a estas alturas era a lingua oficial de *facto* no reino⁷.

Nos primeiros momentos a situación que se nos presenta en Santiago é a dun bloque social relacionado coa administración e coa aristocracia, que segundo a súa orixe emprega nos seus usos falado e escrito dúas linguas intercomprensibles. Noutras palabras, dáse un *bilingüismo pasivo*. A rixidez dunha sociedade como a do medievo supón a existencia do castelán neste ámbito exclusivamente e nestas circunstancias podería pensarse que se ía manter estable durante moito tempo.

Non obstante, as castes dominantes galegas vense obrigadas a relacionarse coa cúpula nobiliar foránea, e desde o momento en que, para este trato, se dá o abandono do galego en favor do castelán, comezan a actuar os mecanismos subxectivos que levan a erixir unha lingua en símbolo dun determinado status.

O *bilingüismo activo* no máis alto da pirámide social inaugura a primeira fase da *asimilación*, nun principio *selectiva*, que xa se adivinaba cando este núcleo se instalou en Galicia con todo o seu séquito estranxeiro, constituíndo un *foco diglósico extraño e non asimilado*⁸.

En palabras de R. Ninyoles, a *diglosia*⁹ é a coexistencia conflictiva nunha comunidade de dous códigos lingüísticos, definidos xerarquicamente como lingua dominante A e dominada B, segundo a distribución entre os diferentes grupos sociais, e o seu uso condicionado pola función que nesa comunidade se lle ten asignada a cada lingua.

Por outra parte, a proximidade lingüística de ámbolos dous romances determinará en gran medida a amplitude dos fenómenos de interferencia lingüística. Este grao de parentesco vai ser un factor coadjuvante na futura identificación do galego como variedade

⁶ Vid. nota 4.

⁷ H. Monteagudo Romero: “A lingua galega no século XVI” en *Fraí Antonio de Guevara e a cultura do Renacemento en Galicia*, Lugo, 1993, pp. 25-38.

⁸ R. Chacón, citado en H. Monteagudo: *Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e latín*.

⁹ O concepto de *diglosia* en sociolingüística débese a Charles Ferguson (1959) e que despois Joshua Fishman lle daría un sentido máis amplo; en España foi introducido por Rafael Ll. Ninyoles que o define en oposición a *bilingüismo* tendo este un carácter individual, de uso non condicionado e non conflictivo de dúas linguas distintas. Vid. Monteagudo, H.: “Entrevista con Rafael Ll. Ninyoles” en *Grial* 107, 1990, pp. 359-369.

baixa do castelán, que se recoñecerá como *teito lingüístico*¹⁰ ou variedade alta da nosa lingua, e como consecuencia suporá un grave quebranto na depuración dun estándar culto do *idioma cuberto*¹¹.

A estes factores sociais e políticos que precipitaron o ascenso do castelán no seo da sociedade galega e que fixeron perder a consistencia interna que lle concedía a unidade lingüística e a gran autonomía de que disfrutaba, hai que engadir o forte clima de violencia social e as guerras irmandiñas de 1431 e 1467 e a adopción dunha posición política dubitativa, e en ocasións equivocada, por parte da debilitada nobreza galega ó apoiar á que vai se-la perdedora, Juana “la Beltraneja”, na loita polo trono de Castela.

A forte política centralizadora dos Reis Católicos ía constrinxir ata a fin o estado relativo de autonomía existente en Santiago, que atopará o seu máis firme valedor por motivacións persoais no arcebispo Fonseca e que sitúa o centro do poder fóra de Galicia a partir de 1474¹².

Na Terra de Santiago ten suma importancia que un cargo tan cobizado como o arcebispado fora moi pronto ocupado pola nobreza castelá. Desde os primeiros anos do XV, o arcebispado compostelán gozaba de rendas moi elevadas, e ás funcións eclesiásticas uníanselle outras de tipo político de alto rango. Case se pode falar dun vicerreinado. Na década dos 60 ocupa o posto a dinastía dos Fonseca, ata o segundo tercio do XVI, e aínda que se pode pensar nunha relativa galeguización: Afonso II de Fonseca diríxese ó Cabido en galego repetidas ocasións, mentres que o seu fillo Afonso III de Fonseca faino puntualmente e no relativo a cousas de menor importancia¹³. O que existe, na nosa opinión, é unha “galeguización” de comportamentos, porque os Fonseca participan plenamente na dinámica sociopolítica galega pero son personaxes claramente vinculados a Castela (Salamanca). Non hai máis que pensar na introducción de cóngos próximos a eles e case todos casteláns; ae esta ligazón co poder central fomentada polos Fonseca puxo fin a un estado de semiindependencia que ata entón si existira. Neste contexto, unha lingua administrativa propia deixa de ter sentido no momento en que hai que falar cunha administración que posúe outra distinta.

A situación desestabilízase completamente dende o momento en que resulta imprescindible o dominio da lingua castelá para a promoción social. Comeza a experimentarse unha lenta mobilidade social, a través da carreira burocrática, e a partir de agora é de ex-

¹⁰ Os conceptos de *teito lingüístico* e *idioma cuberto* forman parte da formulación de Žarko Muljačić e que os autores Fernández Salgado e Monteagudo Romero poñen en relación co concepto de *diglosia* en B. Fernández Salgado / H. Monteagudo Romero: “Do galego literario ó galego común. O proceso de estandarización na época contemporánea” en H. Monteagudo (ed.) *Estudios de sociolingüística galega*, Vigo, 1995, pp. 99-176.

¹¹ Vid. nota nº 10.

¹² Antes da chegada ó trono en 1474 dos Reis Católicos as relacións con Castela non deberon ser moi fortes.

¹³ H. Monteagudo: “Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e latín na Idade Media en Galicia” en E. Fidalgo e P. Lorenzo (coords.): *Estudios galegos en homenaxe ó Profesor Giuseppe Tavani*. Santiago de Compostela, 1994, pp. 169-183.

trema importancia a instrucción –sobre todo legal–, co cal gañan relevancia os centros de ensino que, como sucedeu co núcleo de poder, están fóra de Galicia. A Universidade de Santiago fundouse a finais do XV pero non funcionou realmente ata moito despois. Neste mesmo momento, o Estudio de Salamanca, verdadeira universidade da arquidiócese compostelá, deixa de selo sen que o Estudio de Santiago chegue a substituíla.

A reestructuración lingüística que empezara no máis alto da pirámide social ábrese cara abaixo, traballando os mecanismos de substitución nun sentido *horizontal* desde o momento en que sectores da nobreza baixa e da fidalguía cidadá van uníndose ás camadas dominantes.

Se temos en conta que na segunda metade do XVI o bilingüismo diglósico está fondamente asentado en Galicia –evidencia que se nos mostra pola case inexistencia de manifestacións escritas na nosa lingua ata o XIX– e pensamos na súa relación co latín, sendo este o vehículo de certos modos específicos de comunicación e lingua da Igrexa, a nosa lingua experimenta o *proceso diglósico* común a tódalas linguas romances, para despois principiar un longuísimoo período no que os elementos activos en conflito van se-los romances galego e castelán. Esta conexión establecida entre ambos vén marcada polas transformacións políticas, sociais e económicas que convulsionan a sociedade medieval.

Con este estado de cousas, no *continuo proceso diglósico do galego*¹⁴ felizmente interrompido pola etapa de normalidade do século XIV ó XV, cremos ver, na especial forma de escrituración compostelá, un fío conectivo do proceso, que sería utilizada como marca distintiva respecto ás outras linguas, e que logra o seu maior grao de perfección no século XV.

Por outra parte, era a etapa en que o galego afrontaba un camiño diverxente do seguido polo portugués e que, dende as orixes ó século XIV, fixeran xuntos¹⁵. Período que poderíamos considerar un dos pasos na *elaboración*¹⁶ lingüística do galego, e que renace no XIX sen que exista para os seus artífices o máis mínimo coñecemento dos logros do pasado.

¹⁴ C. Cáccamo: “Cara unha caracterización da diglósia galega: historia e presente dunha dominación lingüística”, *Grial*, 79, 1983, pp. 23-42.

¹⁵ A. Santamarina: “Norma e estándar” en H. Monteagudo (ed.): *Estudios de sociolingüística galega*, Vigo, 1995, pp. 53-98.

¹⁶ Žarko Muljačić establece unha caracterización sociolingüística das variedades lingüísticas románicas (1983), na que revisa o modelo de Heinz Kloss (1958), e na que conceptos como o de *distancia* (*Abstand*) e elaboración (*Ausbau*) fan referencia respectivamente ás características *naturais* e internas de toda variedade lingüística e ás relacionadas co compoñente *artificial* ou función social e cultural que na comunidade se lle concede a cada unha das linguas empregadas. Muljačić organiza arredor da *Abstand Galego-Portuguesa* os dous *Ausbau*: galego e portugués que se foron consolidando con diferente fortuna. Por outra parte, o profesor Muljačić concibe como dinámicos os factores *distancia* e *elaboración* que poden cambiar a través de determinados procesos sociolingüísticos. Vid. “Do galego literario ó galego común. O proceso de estandarización na época contemporánea” en H. Monteagudo (ed.): *Estudios de sociolingüística galega*, Vigo, 1995, pp. 99-176.

3. O MODELO GRÁFICO GALEGO

O conxunto de textos outorgados no ámbito capitular compostelán son unha fonte de gran valor, xa que constitúen unha serie ininterrompida de escritos practicamente na súa totalidade en romance. Estes datan dos primeiros decenios do séc. XIV, con certo retraso respecto a outras institucións que medio século antes abandonaran a redacción latina, e incumben a case todo o territorio da diócese compostelá.

O enraizamento do multigrafismo na Terra de Santiago e en Galicia aínda está por valorar, o que si é evidente é que os escritores –polo menos os capitulares– identifican formas que habitualmente se cualifican de *rústicas* cun sistema gráfico propio da lingua local, que se diferencia claramente do que empregan cando compoñen ou trasladan textos en lingua latina ou noutros romances.

Sen dúbida, a escritura en galego é a que presenta maior variedade de formas, xa que é a máis utilizada e é a que dominan en toda a súa amplitude os escritores.

Aínda que non é o noso propósito abordar cuestións paleográficas, si nos parece interesante introduci-las características máis sobresaíntes da escrituración no campo capitular. Os tipos caligráficos utilizados concordan, en liñas xerais, co estilo propio das escrituras do século XV. Existen, sen embargo, dúas circunstancias que merecen destacarse: por un lado, a diferencia existente entre a escritura de **documentos públicos** que fan efecto fóra da institución e as **actas e escritos internos**, e que apunta á existencia de escrituras cursivas fortemente personalizadas; e por outro a existencia de **catro sistemas gráficos diferenciados**, un para cada unha das linguas nas que se escriben documentos: galego, latín, castelán e portugués.

A administración colexiada do cabido fai necesario o rexistro por escrito dos acordos comunitarios e a xustificación das accións persoais. Neste contexto, a escritura adquire un forte valor instrumental na xestión e na toma de decisións. A autoría material destes documentos de uso interno correspóndelles ós cóengos, e ás veces ós propios notarios, que empregan unha escritura fortemente personalizada. Cada individuo crea, partindo do modelo gráfico básico, a súa propia variante de xeito que poden illarse claramente as distintas autorías. Este proceso é un elemento definidor dun grupo moi acostumado a ler e escribir, é dicir, familiarizado co feito escrito.

Pola contra, nos documentos de carácter público a escritura despersionízase, dando lugar a un modelo máis uniforme.

A cuestión dos ciclos gráficos na Galicia medieval foi estudiaa polo Prof. Lucas Álvarez en varios traballos: a súa conclusión máis evidente é a existencia dun ritmo propio na sucesión dos diversos tipos escritóricos¹⁷. A este dato hai que engadir outro que é

¹⁷ M. Lucas Álvarez: “Características paleográficas de la escritura gótica gallega: escritorios notariales compostelanos”, *Cuadernos de estudios gallegos*, 5, 1950, pp. 53-86. Idem: “Paleografía gallega. Estado de la cuestión”, *Anuario de Estudios medievales*, 21, 1991, pp. 419-469.

ben coñecido por calquera investigador que consultara documentación galega: a aparencia *rústica* que presenta a escritura neste territorio.

Esta mesma circunstancia foi posta de manifesto polo mesmo autor, que chega a definir para o período gótico unha *letra gótica galega documental*. O Prof. Lucas describe para o período gótico, que chega ata a 2ª metade do século XIV, unhas características que se seguirán a manter nos ciclos posteriores:

- gusto polo trazo groso.
- deseño descoidado das letras.
- tendencia á separación dos signos
- preferencia polas formas redondeadas.

A variedade de **tipos paleográficos documentais** do XV, sempre dentro das características expostas, iníciase con modelos que poderían denominarse precortesáns. A súa aparición dátaa Lucas Álvarez na década dos 40 do século XIV. Algúns escritos dos primeiros anos do XV mostran aínda formas un tanto angulosas, algunhas duplicacións de letras, algunhas curvas e trazos superfluos –signos característicos do período gótico– anque en menor medida que nos anos seguintes.

A escritura cortesá non chega a alcanzar a sofisticación da castelá, pero si o fai nalgúns dos seus elementos nas primeiras décadas do século XV. Nos anos 20 détéctanse signos e elementos que se cualifican de modo habitual como pertencentes ó sistema de escrituras cortesás, pero que alternarán con outras formas: o **a** formado por dúas curvas cóncavas unidas pola parte superior e o de lineta, pero tamén deseños máis antigos realizados en dous golpes de pluma; o **d** uncial aínda que é máis habitual o de trazo recto; o **g** simple realizado en dous trazos; o **p** de formas sinxelas; o **r** redondo pero tamén con forma de martelo; o **s** en espiral, xunto co de dobre curva e o alto, ademais do que ten un ollo na parte inferior e vai en posición final ou intermedia e marcando un son de difícil definición e adopta forma de 5; o **v** formado por dúas liñas curvas, a primeira das cales é máis alta e tende a volver sobre os signos anteriores; o **z** de trazo horizontal prolongado ou caído. Nos anos centrais do século e máis frecuentemente canto máis tardío é o texto, o **o** precedido dun semicírculo.

As maiúsculas son inda gotizantes pero cada vez máis soltas e áxiles. Os nexos concrétnanse case unicamente nos grupos **ct**, **st** e **sc**. O signo abreviativo xeralmente empregado é o guión e o signo ∞, que tamén pode significar -eir ou -ar. En xeral téndese cara formas redondeadas e robustas, con caídos e hástiles que saen da liña, pero non dun modo ostentoso.

Progresivamente esta escritura escasamente dinámica ganará velocidade e con iso, vencerá a inercia dos signos separados e da simplicidade. Esta inclinación alcanza o cénit nas **cursivas notariais** dos anos 80 e 90. Neste grupo, as tendencias xerais aprécianse xa desde os anos 20. A letra é moi rápida e dinámica, sen perder por iso o escaso gusto pola unión de signos dun golpe, a tendencia a diminuír a cadencia e contraste entre hástiles e caídos, que se curvan sobre a liña ou se acurtan. A estrutura dos signos

defórmase para ganar velocidade ó deseñarse nun só trazo as formas envolventes; os signos abreviativos enlazados a outra letra e os nexos multiplícanse orixinando formas novas pero perecedeiras.

Polo contrario, nos **códices** a escritura permanece fortemente influenciada polos modelos góticos. Son cursivas textuais ou formatas, que eles mesmos denominan *letera formada*. É unha escritura pesada, na que a verticalidade desapareceu, as letras descompoñense en varios trazos, os nexos redúcense ós grupos *st* e *sc*, a tendencia á separación de palabras acentúase, consérvase a duplicación dalgunhas letras e os signos abreviativos redúcense a unha leve marca.

No século XV, a pesar da evolución constatada séguense a manter as mesmas características diferenciais observadas no período gótico: preferencia polo trazo grosso, deseño descoidado das letras, tendencia á separación dos signos e gusto polas formas redondeadas. Estes elementos conformarían o modelo gráfico identificado co galego.

En fin, se ben non existe unha creación dun modelo gráfico novo tampouco se trata dunha absorción do sistema imperante no reino castelán. Podería ser unha reinterpretación, unha adaptación de formas novas, máis áxiles e modernas, en función da tradición e da idiosincrasia da lingua propia.

4. OUTROS REPERTORIOS GRÁFICOS: A DIFERENCIACIÓN

A existencia posible dun sistema ou modelo de escritura propio dedúcese da presenza na documentación doutros repertorios. O seu emprego está en función da lingua do acto documentado. Esta variedade permite desterrar –alomenos nun primeiro momento– a idea tradicional que atribúe a peculiar aparencia da escritura medieval en romance á impericia e escasa habilidade dos escribas. Non existe dúbida de que en moitos casos esta teoría é ben certa, pero –á luz destas circunstancias– non pode en ningún caso dársele un carácter xeral.

4.1. O latín

Os textos escritos en latín proceden en xeral da actividade eclesiástica: son sentencias, nomeamentos e, máis raramente, privilexios. Algúns foron redactados e escritos por cregos composteláns, outros son simples copias de documentos outorgados noutras institucións, especialmente na curia romana. Os mencionados textos compoñense cun repertorio gráfico que imita ás escrituras curiais pontificias e as súas formas miúdas, estilizadas e elegantes. Esta é unha práctica compartida polos notarios do cabido, cóngos e os apostólicos¹⁸, nos cales é difícil atopar un texto latino que non empregue estas variedades de procedencia foránea.

¹⁸ Arquivo da Catedral de Santiago (ACS), legado nº 669 A-B, fº 89r-92r (1483), 160r-161r (1517); ACS, Carpeta Documentos Soltos 1, nº 18, 24-1, 26-1, 27; ACS, Carpetas Documentos Soltos 16, nº 12; ACS, Carpeta

4.2. O castelán

O castelán, xa durante o século XV é unha lingua sobradamente introducida en Galicia como para que polo menos os notarios e escribáns urbanos a dominen.

Cando se trata de dar forma a documentos en castelán, úsanse preferentemente as formas pertencentes ó modelo cortesán. A pesar de que esta variedade é o referente básico da escritura en galego do momento, as formas son diferentes. O texto échese de formas curvas e feitura envolventes, con bucles e lazos, nexos e enlaces entre letras e incluso palabras, o conxunto gana en dinamismo, alixeirándose do peso e rixidez das formas galegas¹⁹. Neste caso si que se aprecia a intención de reproducir coa maior exactitude posible o modelo castelán, sen reelaboración algunha do sistema.

4.3. O portugués

Os escasos documentos en portugués, que en realidade son traslados de textos redactados por notarios de alén Miño, presentan unha escritura posiblemente moi similar á orixinal e, en todo caso, radicalmente diferente ós sistemas que existen no reino castelán e cercana ós repertorios lusos²⁰.

É posible que esta variedade sexa simplemente unha repetición ou copia dos modelos escriturarios foráneos, é dicir, que se limiten a copiar a aparencia do modelo, pero sobre todo no caso latino e portugués certos indicios apuntan a que os notarios coñecen suficientemente estes repertorios. Compóñense con frecuencia escritos en latín, pero non son só documentos estereotipados como as concesións ou títulos de beneficios, senón tamén textos máis narrativos e complexos como as sentencias ou testemuños que requiren do escritor maior habilidade que a de encher un formulario. No caso portugués, ó carecer dos escritos orixinais resulta moi difícil establecer a suficiencia de quen escribe. Sen embargo, nestes traslados desenvólense sistematicamente certas abreviaturas que, se ben aparecen marcadas no texto do mesmo xeito que en galego, resólvense de modo diferente como os **-m** finais ou algunhas formas verbais e abreviaturas que inclúen os dígrafos **lh** e **nh** (que normalmente se abrevian). Non obstante, cabe a posibilidade de que xa estiveran así nos orixinais.

Documentos Soltos 18, nº 5, 8; ACS, Libro de Posesións e Anexións, fº 258r; ACS, Tombo de Tenencias 3, fº 291r; ACS, Tombo E, fº 103v, 106v, 115r-115v.

¹⁹ ACS, legado nº 669 A-B, fº 89r-92r (1483), ACS, Actas Capitulares I, fº 215v-216r, 249r-250v; ACS, Carpeta Documentos Soltos 19, nº 34; ACS, Libro de Constitucións 3, fº 91v.

²⁰ ACS, Carpeta Documentos Soltos 15, nº 74 (1444); ACS, Carpeta Documentos Soltos 19, nº 36 (inserido), 37; ACS, Tombo D, fº 29r-30v (1446); ACS, Tombo E, fº 108r-110r.

—No período medieval, a lingua galega acadou unha certa madurez. Segue as mesmas pautas de desenvolvemento das linguas próximas: adaptación das formas gráficas do alfabeto latino ós sons propios ou creación de variedades técnicas para responder ás novas necesidades dos diferentes usos escritos da lingua. O uso instrumental do galego neste período, que vai dende o século XIV ó XV, supón o asentamento da linguaxe xurídica en Santiago, como pode apreciarse nos documentos da última centuria. Aínda que se rexistren variedades persoais e zonais, a estrutura dos contratos é máis fixa e a terminoloxía e sintaxe menos dubitativas, debido á práctica adquirida ó longo do tempo.

—Parece existir nos escritores unha clara consciencia do galego como lingua cun sistema gráfico propio e diferenciado. A pesar de que non se trata dun repertorio orixinal, innovador nin de creación propia, senón unha reelaboración do que tamén predominaba no reino de Castela. Este evidente intento diversificador levaríanos a pensar nunha finalidade diferencial que se materializa na fisionomía das letras.

—No territorio da Terra de Santiago tomado como base deste estudio podería existir un centro difusor destes procesos. Só no ambiente eclesiástico compostelán pode concibirse o nacemento e desenvolvemento dunha linguaxe xurídica e eclesiástica en galego que se espalle uniformemente por todo o seu espacio de influencia.

—O emprego dun repertorio gráfico específico para o galego, que podería interpretarse como sinal diferencial fronte ó latín primeiro e logo fronte ó castelán, vese perturbado e influído polos usos gráficos deste último a finais do XV e detéctase un paulatino acercamento cara ó estilo castelán á vez que os textos se inzan de castelanismos, e que responde á distinta consideración en que se ten a lingua e os antigos tipos gráficos de que esta facía uso. Este fenómeno explicárase nunha realidade diglósica que se está a padecer nas terras compostelás.

ALGÚNS DOCUMENTOS GALEGOS NA SEVILLA DO XIII

Xosé Henrique Costas González

Universidade de Vigo

1. Cúmprese agora cen anos xustos des que D. Andrés Martínez Salazar publicara nunha revista española¹ un texto medieval galego algo interferido por castelanismos léxicos e morfolóxicos. Tratábase dun texto redactado o 1 de agosto de 1285, e nada nos sorprendería daquel documento se non fose polo lugar onde fora composto: Sevilla. Noutro número desta mesma publicación dábase conta dunha vintena de documentos “gallego-leoneses” (*sic*) que, anecdoticamente, figuraban entre a documentación medieval sevillana².

No seu libro *Historia de las hablas andaluzas*, de 1993, o profesor Frago Gracia volve insistir na sobranceira presenza etno-lingüística galega na Sevilla medieval e da súa contribución para o nacemento do particularismo fonético andaluz. Frago xa non insiste tanto na presenza ou ausencia de documentos galegos, a penas menciona o xa comentado de Martínez Salazar que el coñece a través do volume de Ostos/Pardo³, pero si aporta abundantísima información acerca de numerosos galeguismos en textos sevillanos do XIII, como veremos máis adiante⁴.

2. É hoxe lugar común entre os historiadores da reconquista recoñecer que nas repoboacións dos territorios andaluces conquistados ós musulmáns no século XIII interviñe-

¹ A. Martínez Salazar, (1896: 232-233).

² José Villa-amil y Castro, nunha breve nótula publicada nun número de 1898 da madrileña *Revista Crítica de Historia y Literatura*, cita por referencias unha noticia dun estudioso hispalense na que dá conta da presenza destes textos galegos entre a documentación medieval sevillana coñecida na época. Nesta revista publicanse moitas referencias á Galicia medieval: bibliografía de diarios de peregrinos e viaxeiros, textos galegos medievais, pequenos estudos sobre a época castrexa, etc., etc.

³ P. Ostos e M.^a L. Pardo (1989: 317-318).

⁴ J. A. Frago Gracia (1993: 69-76).

ron con importancia colonos das máis diversas nacións setentrionais ibéricas. Así, á par de repoboadores casteláns, rexístrase unha importante afluencia de colonos astur-leoneses e galegos e, en moita menor medida, vasco-navarros, aragoneses e cataláns, xunto a unha mínima achega demográfica de xentes portuguesas, francesas ou xenovesas instaladas en puntos moi concretos da xeografía andaluza.

A historia é clara ó nos informar dunha composición demográfica moi heteroxénea na Andalucía reconquistada no século XIII, con xentes de diversas nacións, linguas e variantes lingüísticas⁵. Son tamén nidas as noticias que nos proporcionan a idea de que no occidente andaluz predominou o elemento repoboador do noroeste peninsular, é dicir, astur-leonés e galego, a xulgar polos restos toponímicos e polos apelidos de moitos dos primeiros poboadores⁶.

Todos estes elementos étnico-lingüísticos, tanto peninsulares coma, en moita menor medida, extrapeninsulares, tiveron que se castelanizar ó se-lo castelán lingua principal do reino conquistador e, en certa maneira, lingua-ponte para a comunicación entre os diversos elementos que chegaban a coloniza-lo mediodía do Reino de Castela. Deste xeito, e en opinión dos distintos autores, írbase producindo unha nivelación lingüística do castelán sobre a base de variantes peninsulares entrecruzadas, nivelación esta da que xorden xa con anterioridade ó século XV os particularismos das falas andaluzas⁷:

“Y como (...) comprobaremos, ni aun los individuos cultos nacidos en Galicia, Asturias y algunas zonas leonesas tras varios años de estancia en Sevilla lograban desprenderse de todas sus peculiaridades idiomáticas maternas cuando empleaban el castellano, lo cual a no dudarlo suponía una suerte de fermento dialectalizador”.

⁵ Existen evidencias documentais da repoboación de Camas (Sevilla) con cen besteiros cataláns, ou de Coria del Río (Sevilla) con cento cincuenta arquiros cataláns e as súas familias, no reinado de Afonso X. Hai tamén constancia documental de que nesta mesma época a badía de Cádiz estaba sendo colonizada maioritariamente con vascos e cántabros, que nas repoboacións de Xerez e Carmona (Sevilla) os leoneses eran o elemento étnico-lingüístico sobranceiro, ou que no barrio xerezano do Algarve os portugueses constituían a maioría da poboación cristiá. Véxase González Jiménez (1988: 48-65 e 157).

⁶ Frago Gracia (1993:56-57) inclúe unha relación de primeiros repoboadores; entre os nomes achegados podemos sobrancear Diego Ferrández de Asturias, Esteban Páez de Tuy, Juan Domínguez portogalés, Juan Ferrández de Limia, Pedro Pérez de Zamora, Alonso Gallego, Juan de Toro, Juan Zamorano, Pedro de Salamanca, Pedro García gallego, Pedro de León, etc.

No índice de persoas sinaladas na documentación sevillana do XIII por Ostos/Pardo (1989:435-463) figuran veciños de Sevilla de orixes claramente galegas: Alfonso García de Sotomayor, Gómez García de Sotomayor, Fernán Pontiz (Pontes), Esteban Páez de Tuy, Esteban Pérez (cóengo en Ourense), Fernán Eanes Sanjurjo, Fernán Sil, Garci Martínez gallego, Gonzalo Ibáñez Sanjurjo, Juan de Castroverde, Juan Fernández de Limia (pertigueiro maior da Terra de Santiago), Juan Pérez gallego, Juan Pérez Guimaráns, Marina La Gallega, Pay Núñez, etc. Comenta Frago Gracia (1993:59) que “Cuando había masivos desplazamientos de gentes que acudían a llenar espacios de colonización, la referencia toponímica del apellido al menos ayudaba a determinar la procedencia de los emigrados”. É sorprendente observar numerosos vocábulos galegos vivos aínda hoxe na linguaxe popular de Andalucía occidental. Véxase M. Alvar *et alii* (1961-1973) *Atlas lingüístico y Etnográfico de Andalucía*, 6 vols., Granada: Universidad.

⁷ Frago Gracia (1993:61-62). Tamén é esclarecedora do pensamento deste autor a seguinte cita: “...bajo la apariencia de una acusada unidad, la lengua española de los siglos XVI y XVII se hallaba fuertemente quebrada en el plano fonético, ruptura en la que mucho habían tenido que ver las hablas andaluzas, cuya diferenciación, intensa en este nivel, se había fraguado en anteriores centurias.” (Frago Gracia 1993: 40).

Os textos andaluces do século XIII proporcionánnos unha valiosa información sobre a variación lingüística inicial, que non era meramente estilística, senón, fundamentalmente, de carácter etnolingüístico e rexional. Nalgúns textos conservados da Sevilla recén conquistada⁸ o castelán oficial está lixeiramente tinxido con pinceladas dialectais ou, máis claramente, aparece rechamantemente pintado con interferencias doutras linguas peninsulares, nomeadamente o astur-leonés e, en maior medida, o galego da época.

É cando menos sorprendente que, a pesar da unificación idiomática prosística promovida por Afonso X en todo o Reino de Castela, ou malia o predominio de nobreza e colonos casteláns entre os repoboadores do val do Guadalquivir, é sorprendente –dicimos– que moitos textos presenten leonesismos ou galeguismos tan impactantes, que algúns outros presenten correccións cara ó castelán de *lapsus* galegos, ou que outros poucos cheguen ata os nosos días en forma de mestura galego-castelá ou nun galego salpicado de castelanismos. Isto non fai senón suscita-las seguintes reflexións:

a) Que os notarios e escribas noroccidentais asentados na Sevilla do XIII, a pesar dos intentos uniformizadores de Afonso X, non dominaban o castelán e seguían a cometer numerosas interferencias das súas linguas de nación.

b) Que os notarios e escribas galegos redactaban tamén en galego, estivesen na parte do reino onde estivesen, para a clientela da súa mesma nacionalidade.

Debemos ter moi presentes que os documentos notariais da Sevilla do século XIII se rexían e redactaban sobre a base duns formularios bastante ríxidos e repetitivos, e, xa que logo, duns documentos a outros o único que varía son os nomes dos compradores e vendedores, testemuñas, notario, bens transferidos, emprazamento das propiedades, etc. O resto, a literatura do documento, era exactamente igual dun texto a outro, polo que aínda que non soubese ben o castelán, un escriba leonés ou aragonés podería perfectamente copia-lo formulario dun documento anterior sen que se lle notase a orixe.

Pois, así e todo, non son poucos os textos nos que aparecen leonesismos e galeguismos, sobre todo galeguismos, de tipo morfolóxico, léxico e sintáctico, ou mesmo expresións e frases enteiras en galego inseridas nos documentos sevillanos en castelán, boa proba do escaso dominio que desta última lingua tiñan os notarios que servían ós repoboadores. Hai, mesmo, textos rectificadores por man anónima, nos que un galeguismo morfolóxico ou léxico é corrixido posteriormente, xa sexa nos anos inmediatos ou mesmo séculos máis tarde⁹. Non podemos afirmar nada daqueles textos que son copia

⁸ Fernando III conqueriu Sevilla no ano 1248 e axiña promoveu a súa repoboación con cristiáns dos diversos reinos e nacións do norte peninsular. A primeira vaga de colonos non se adaptou ás novas terras e maioritariamente volveu ós seus lugares de orixe. A segunda vaga, entre 1255 e 1265 e composta maioritariamente por casteláns, astur-leoneses e galegos, foi a que se asentou definitivamente na cidade e nos seus arrabaldes. “Los nuevos vecinos eran muy inferiores en número a los antiguos. A ello se le unió el absentismo de la primera oleada repobladora que, abandonando casas y propiedades, volvieron a sus lugares de origen. Alfonso X, por consiguiente, se vio obligado a anular las disposiciones de su padre y a autorizar nuevamente a la ciudad a disponer de haciendas y lugares en beneficio de nuevos repobladores”, Ostos/Pardo (1989:21). Cumpria, xa que logo, escriturar publicamente tódolos negocios e contratos xerados por esta nova situación.

⁹ Nun documento datado o 24 de abril de 1292 e redactado por Domingo López lese *ena* (en + a) na frase “...yo Esteuan Bernaldez, capitan mayor *ena* mar por nuestro sennor el rey....” Esta contracción galega é co-

doutros anteriores, non sabemos como podería se-lo orixinal, pero si que son sospeitosos aqueloutros documentos que son copia duns anteriores, e polo tanto copia corrixida, e aínda así presentan algúns galeguismos. E mesmo hai textos que podemos considerar plenamente galegos, se ben presentan algúns castelanismos.

Achéganse aproximadamente a un cento os notarios e escribas públicos que exercían na Sevilla da segunda metade do XIII¹⁰, pasando de trece no ano 1253, cando Afonso X acada o poder, a algo menos dun cento a comezos do século XIV. Na actualidade, e faltando aínda bastante documentación por consultar, pódese asegurar con case completa seguridade que arredor dunha ducia destes notarios e escribas instalados en Sevilla eran galegos de nación. Uns porque o declaran explicitamente, outros porque cometen frecuentes galeguismos na súa prosa documental, e outros, os menos, porque redactan tamén en galego. Á parte, debemos considerar aqueloutros escribas presumiblemente galegos que dominarían o castelán e dos que polo de agora só temos referencias nominais.

A colonia galega da segunda metade do XIII en Sevilla debeu ser importante social e economicamente, pois fóra das adquisicións de terras, mesquitas e casas nas novas zonas de conquista, os galegos seguían posuíndo terras en Galicia e comerciando nelas ou con elas¹¹. Pero co tempo estes colonos galegos foron perdendo lazos co país de orixe e acabaron integrándose na nova sociedade de aluvión e adoptando unha nova lingua: este castelán amalgamado de múltiples acentos e fonéticas que está na base da diverxencia dialectal andaluza.

3. Os documentos sevillanos ós que tivemos acceso son os contidos no volume recopilatorio de Ostos/Prado (1989)¹². Como recoñecen estes autores, falta aínda moito material por expurgar que dormita en arquivos eclesiásticos (Córdoba, Ourense, Cádiz, Coria, Salamanca, etc.) e fondos particulares, e falta tamén aínda algún material por reler, pois bastantes destes documentos son coñecidos unicamente a través das lecturas de autores

rixida anos máis tarde por riba con *en la e*, ó final do texto, figura un engadido con letra distinta no que se le: “*ay raydo e emendado en esta carta o dize ena*”. Neste mesmo texto achamos outros probables galeguismos non corrixidos, como estruturas do tipo “...*todos tres hermanos...*”, “*Et por lo conplir obligamos a...*”, etc.

¹⁰ Pilar Ostos e M^a Luisa Pardo (1989) recolleron documentos sobre os que traballaron principalmente do Arquivo da Catedral de Sevilla, pero tamén do Arquivo Municipal e dos mosteiros de Santa Clara e San Clemente da capital hispalense. Algúns textos foron recuperados dos fondos do Arquivo Histórico Nacional, do Diocesano de León e do da Catedral de Burgos. É cando menos curioso un parágrafo no que manifestan “Asimismo, tenemos constancia de la existencia de otros documentos que entrarían de lleno en este estudio en los Archivos de la Catedral de Córdoba y de Orense, pero nuestro deseo de una consulta directa no ha tenido eco”, Ostos/Pardo (1989: 14).

¹¹ Nun documento do 1 de setembro de 1285 redactado en Sevilla polo escribán público galego Roy Pérez, un tal Lorenzo Páez véndelle a Martín Leboreiro o couto de Sant Viçenço e de Arnoya, “que es en el obispadgo de Orense”. Ostos/Pardo (1989: 318-319). Noutro de 4 de febreiro de 1264 véndense terras no “coto de Çerradello e de Laen (sic) e de Soto Mayor de Ambía e de Piuca e de Ramir en todos los otros cotos..” que están todos “en término de Limia”. Vid Ostos/Pardo (1989: 244-245).

¹² Ostos/Pardo editan un cento de documentos. Temos noticia do volume de A. Ballesteros (1962) *Sevilla en el siglo XIII*, que contén uns douscentos cincuenta documentos, pero é este un libro que non puidemos consultar.

como Menéndez Pidal (18: 470-471) ou mesmo o xa dito do noso Martínez Salazar (1896: 232-233) no caso dun documento galego desta cidade. Acontece tamén que na colección de documentos estudados por Ostos/Prado, con textos redactados entre os anos 1253 e 1300, hai anos enteiros sen documentación ningunha, ben porque non a acharon, ben porque na escolma de textos non incluíron ningún dalgúns anos en particular. Son os anos ou períodos: 1258, 1260, 1269-1271, 1273, 1279, 1281, 1283 e 1287-1288.

A existencia de documentación en galego na segunda metade do XIII en Sevilla é un feito incontestable, tivemos acceso a un deses textos e, á parte, moitos outros textos presentan galeguismos sangrantes e correccións moi mal disimuladas de formas galegas por formas castelás. Agora ben, ¿u-la vintena de documentos galegos dos que se fala na *Revista Crítica de Historia y Literatura* en 1898? Tódolos autores recoñeceron e recoñecen que aínda falta moita documentación por consultar, algunha en mans privadas e moita en mans eclesiásticas, ¿figuraré algún no referido volume de Ballesteros ou quizais nesa parte ignota aínda non estudiada? ¿terían acceso os estudiosos de finais do século pasado a algunha documentación hoxe esquecida, extraviada ou destruída¹³? ou, por último, ¿chamaríanlle “galegos” a unha serie de textos salpicados de galeguismos que foron redactados por notarios e escribas galegos instalados en Sevilla?

4. Vexamos unha mostra destes galeguismos nos textos sevillanos. No ano 1254 o notario Esteban Tomás redacta un documento onde se aprecian evidentes galeguismos (“...todos los *omes* que esta carta *viren*...”, “...escançiano que *foy* del rey don Ferrando...”), ultracorreccións (“...este herdamiento sobredicho que vos yo *viendo*...”, “...otro omme *qualquiere* que vos...”¹⁴), e alteracións vocálicas insólitas noutros textos que denotan impericia na lingua castelá (“*cuntados*”, “*veniere*”). Vinte anos máis tarde, Esteban Tomás continúa a cometer erros semellantes nos seus documentos; leva vinte anos en Sevilla e aínda non domina o castelán. Con data de 9 de agosto de 1272 lemos nun texto deste notario formas sen ditongar propias do galego-portugués: “...que la meiores siempre e después que *for* meiorada...”, “...en *bona* uerdat...”, ou outras presumiblemente ibero-occidentais como “... e sometemosnos al juyzio de la *ygres*a...”. Catro meses despois, outro documento deste mesmo notario segue a ofrecernos exemplos abondos de formas galegas: “...vendida sana e *bona*...”, “...e *fumos* todos muy bien pagados. Et si en algún tienpo quisiermos *dizer* que non resçebimos...”, “...a pleyto que si alguna cosa *peichar*¹⁵ por esta fiadura...”, “...del mes de *nouembre*...”, etc., etc.

¹³ Algúns autores editan textos medievais sen indicar de onde os copiaron ou onde están os orixinais, secasi non é nada doado verificar estes textos, saber simplemente se aínda existen.

¹⁴ A forma *viendo*, con ditongo incomprensible, aparece no lugar de *vendo*, do verbo *vender*. Sobre a equivalencia *quer* = *quiere* fórmase por falsa analoxía *qualquer* = *qualquiere*.

¹⁵ *Peichar* debe ser un cruce do galego-portugués *peitar* co castelán *pechar*.

Casos semellantes ós antes expostos de Esteban Tomás ímolos achar en documentos de Ruy ou Roy Pérez, Ferrán Domínguez, Alfonso Ferrández, Remon Pérez, Remon Gili, Alfonso Pérez, Martín Ruíz, Ferrán Lorenzo, Juan Ferrández, etc., todos eles en activo entre os anos 1253 e 1298. Sabemos por unha serie de trazos lingüísticos que estes notarios galegos aprenderan o castelán central de Castela, moi presumiblemente pasarían pola escola de tradutores de Toledo, cita obrigada para notarios, escribas e tradutores do reino afonsino.

Agora ben, a pesar disto, ningún dos escribas citados se libra da inclusión involuntaria de galeguismos na súa prosa castelá. Roy Pérez, o único notario que se identifica como galego –“yo Roy Pérez, gallego, so testigo” lese nun documento de 1275– repite frecuentemente o numeral *dizeseys* ou *dezeseys* (3-1-1278, 9-5-1278, etc.), e no xa citado documento de compra-venda de terras no bispado de Ourense, incorre en ultracorreccións ou expresións enteiras en galego: “...e que lo ayades todo *complidamente a monte e a fonte* por vn cauallo e un manto...”. Outro notario, Ferrant Domínguez, escribe formas como *bona*, *maordomos* ou *deziembre* nun documento do 2-12-1275. Formas sen ditongar como *bona*, *nova*, *trezentos*, *serva*, *soldos*, etc., etc., aparecen con relativa frecuencia en notarios como Ferrán Yuannez, Remon Gili, Remón Pérez, etc.; ultracorreccións como *onradamente* ou *libremiente* son propias da prosa de Ferrán Yuannez. Alfonso Ferrández, por exemplo, non ten clara a distinción dos artigos casteláns *el* e *lo* e confúndeos nun documento do 1.300: “que nos pudiésemos ayudar o amparar contra vos *lo* comprador sobredicho”; ou Domingo López, o 24-2-1292, “(campo)...en linde con *lo* de Don Bregón e con *lo* de donna Eluira...”.

Mentres que a maioría dos notarios sevillanos se decantan por solucións léxicas do tipo *salidas*, *granadal* ou *algorfa*, os notarios presumiblemente galegos empregan con exclusividade *exidas*, *milgranal* ou *sobrado*, respectivamente. Son tamén notarios galegos os que empregan formas como *camear* / *cambear*, *ficar*, *lamber* ou *devisa* / *devesa*, fronte ós *camiar*, *fincar*, *lamer* e *dehesa* dos notarios casteláns. Probablemente, de pescudarmos unha chisca máis no apartado léxico obteríamos algunhas outras diferencias e poderíamos determinar con maior precisión a galeguidade ou non do escriba, se o texto é copia dun orixinal galego ou castelán, etc., etc.

Un aspecto sobre o que repara Frago Gracia¹⁶ verbo dos usos escriturarios destes notarios, é a case total impericia dos notarios galegos e asturianos na representación das grafías correspondentes ós fonemas sibilantes. Mentres que os notarios casteláns demostran, en xeral, un dominio aceptable da distinción gráfica SS/S e Ç/Z en posición inter-

¹⁶ “Y un hecho más de conformidad entre los miembros del grupo notarial gallego-leonés, que considero de la mayor importancia lingüística, es que de los escribanos reseñados, y por lo que los manuscritos que de ellos he leído indican, parecen distinguir la oposición /s/-/z/ Martín Ruiz, Juan Ferrández y Alfonso Ferrández, mientras que inequívocamente confunden estas dos sibilantes Antón Ordóñez, Ferrán Ibáñez, Esteban Tomás, Ferrán Domínguez, Remón Gili, Remón Pérez y Ferrán Lorenzo” (Frago Gracia 1993: 74). “...comete asimismo errores reveladores de igualación /s/ con /z/ aquel Ruy Pérez que por personal confesión nos hace partícipes de su condición de gallego” (*Ibidem*, 75).

vocálica, só tres dos galegos posúen ese mesmo dominio; o resto do colectivo notarial galego confunde estas grafías, proba de que xa se estaba operando na súa fala o fenómeno enordecedor das sibilantes, a desfonoloxización, ou, quizais, proba de que non tiñan tal distinción xorda/sonora no eido das sibilantes.

Polo de agora todo son indicios e suposicións, noticias sen confirmar e restos moi sospeitosos, pero estamos certos de que coa investigación, expurgación e lectura deses documentos localizados mais, ata hoxe, inaccesibles, poderemos achar textos que testemuñan a vitalidade da nosa lingua alén das nosas fronteiras entre as colonias galegas do medievo. Proba do que estamos a afirmar pode constituilo o documento que a seguir reproducimos, un texto mesturado con máis galego ca castelán, e mesmo con ultracorreccións (“...que sea por ello maltito ou *maldicha* atroena sétima gearaçon...”, ou “...por ruego *desto* escudero...”). Xohán Fernández, fillo de Ferrán Eanes Sanxurxo e María Lourenzo de Golfin, fai testamento e ordena que o enterren en San Paulo de Sevilla, pero que os funerais llos fagan en Santa María de Monfero... o corpo fica en terra allea pero a alma volve á propia terra.

“Era m^a CCC^a XXIII^a et el quot el pmo día dagosto. *Sepan* quantos viren este escrito como este *es* testamento que *yo* Johan fferrández *fiyo* que *fu* de ferrán eanes sanjurgio et de Marina lourenço de Golffim, pmante mando ocorpo eaalma adeus ea sancta María eo corpo a enterrar *al Monestero* de sam Paulo de Seuilla, et mando *amj hermano* Gonzaluo rodrigiz jograr que dé por *mj* alma assancta María de Monffero St.^a soldos que me deue do caambjo do Roçim quelle *cambé* et que me digam y misas por eles quantas forem gisado *los* monges. Et mando y assancta María de Monffero enpura doaçon p *mj* alma et de *mjs* parentes quanta heredit eu ey et deuo por auer de voz de *mj* madre *sobredicha*. et quen quer de *mj* parte o da *agena quegella* enbargar que sea por ello maldito ou maldicha atroena sétima gearaçon. disto *fueron* testigos ffirer (*sic*) Johan de Vilalombrosa. Gonçaluo yuanes sanjurgio, ts. Johan gonzales, ts. Johan Amigo, ts. Johan garci escriuano de Seuilla escriuj. *Don Oro su huespada en cuya casa ssefinó*.

Et *yo* Johan Gonzalez por *ruego* *desto escudero* et de Gonçaluo yuanes fiz escriuir et puge *mj* ssignal et confirmo.”¹⁷

(Sevilla, 1 de agosto de 1285).

BIBLIOGRAFÍA

- Frago Gracia, J. A. (1993): *Historia de las hablas andaluzas*, Madrid: Arco/Libros.
González González, J. (1951): “Reconquista y repoblación de Castilla, León, Extremadura y Andalucía (siglos XI al XIII)”, en *La reconquista española y la repoblación del país*. Zaragoza, pp. 163-206.

¹⁷ Martínez Salazar non di de onde tirou este texto, por iso Ostos/Pardo non o puideron cotexar co orixinal, “Carecemos de más datos de los que señala dicho autor en su publicación” Ostos/Pardo (1989: 318). ¿Puido pasa-lo mesmo cos outros textos supostamente en galego? ¿ulos?

- González Jiménez, M. (1980): *En torno a los orígenes de Andalucía. La repoblación del siglo XIII*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad.
- Martínez Salazar, A. (1898): "Documentos medievales", *Revista Crítica de Historia y Literatura*, año I nº 7, Madrid, pp. 232-233.
- Menéndez Pidal, R. (1966): *Documentos lingüísticos de España. I Reino de Castilla, Madrid*: CSIC (reimpresión da primeira edición).
- Ostos Salcedo, P. / Pardo Rodríguez, M.^a L. (1988): "Los escribanos públicos de Sevilla en el siglo XIII", en *Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, Valencia, pp. 513-559.
- Ostos Salcedo, P. / Pardo Rodríguez, M.^a L. (1989): *Documentos y notarios de Sevilla en el siglo XIII*, Madrid: Fundación Matritense del Notariado.

PRIMEIROS PASOS DO GALEGO NA RADIODIFUSIÓN: 1933-1936. A PRIMEIRA RADIO GALEGA

Víctor F. Freixanes

Facultade de Ciencias da Información. Universidade de Santiago de Compostela

Entre os retos ou desafíos que a contemporaneidade presenta ás linguas minorizadas ou culturas sen estado, enfrontadas ós necesarios cambios da modernidade, un dos máis decisivos para o seu desenvolvemento, e mesmo para a súa supervivencia, é o relacionado coa súa presenza ou exclusión dos medios e das novas tecnoloxías da comunicación de masas, cuestión que aparece co propio século, fundamentalmente a partir do anos 20, e que simboliza en si mesma o gran proceso de *modernización*, adaptación e profunda transformación das respectivas realidades sociais.

Así como a imprenta, a partir do século XV, e logo a prensa dende o XVIII e XIX establecen un novo espacio —cualitativo e cuantitativo— baseado na alfabetización e no texto escrito fronte á sociedade tradicional (de transmisión oral), e teñen o seu momento histórico mais representativo na revolución francesa de 1789 e nos procesos de modernización social e política que con ese modelo se difunden en todo occidente, a radio (igual que o cine e a televisión) marca unha nova fronteira xa no presente século. Caracterizada polo público de masas, as audiencias indiscriminadas, os grandes espacios, a internacionalización de mercados propia da segunda revolución industrial, a superación cada vez maior das fronteiras informativas, unha nova concepción da industria do ocio e mesmo do espectáculo, etc., que se radicaliza ó longo de todo o século e, da man da televisión e da informática, anuncia dende hai tempo unha nova realidade: mesmo a necesidade dunha nova orde internacional para os próximos anos.

O século XX é, sen dúbida, o século da tecnoloxía da comunicación de masas. Non é este o lugar para acometer unha análise miúda da significación deste fenómeno tan venclado por outra banda ó proceso de *modernización* das culturas e das sociedades. O propio concepto de *modernidade*, concibido como cambio e adaptación permanente, transformación das estruturas sociais e, xa que logo, dos hábitos culturais da colectividade, aparición de novos procesos económicos, hexemonía dunhas determinadas clases

sobre outras, instalación de modelos políticos específicos, etc. está abondo estudiado e entendo que non precisa de maior detalle.

Aínda que a invención da radio establecémosla convencionalmente en 1899, data en que Marconi consegue enviar unha mensaxe telegráfica dunha beira á outra do canal da Mancha, é a partir da década dos anos 20 cando podemos empezar a falar verdadeiramente de experiencias estables e primeiros gromos dunha explotación sistemática do medio, que axiña se converterá –sobre todo nos Estados Unidos de Norteamérica– no gran vehículo de información de masas e no auténtico xermolo ou desencadeante dos estudos sociolóxicos, técnicos e comunicacionais da nova sociedade.

A primeira experiencia de empresa radiofónica privada é de 1919 nos Países Baixos. Por aquelas datas, en Inglaterra, a Compañía Marconi desenvolvía actividades estables orientadas na mesma dirección logo dalgúns ensaios anteriores de carácter experimental. En 1924 o número de aparatos receptores na Gran Bretaña era xa de un millón, fronte ó ano anterior (330 mil); mentres que nos Estados Unidos, de 50 mil en 1921, había 4 millóns en 1925¹, o que dá unha idea do crecemento acelerado e da aceptación social do medio, verdadeiramente espectacular.

En España, a primeira lexislación sobre a radiodifusión é de 1924². Desas datas son as primeiras emisoras de Barcelona, Madrid, Cádiz, Sevilla, San Sebastián, Asturias... Hai que agardar á década dos 30 para ver aparecer as primeiras iniciativas en Galicia. O 5 de xaneiro de 1933, na primeira plana do xornal *El Compostelano* publícase unha información da denominada Liga Santiaguesa ProEstatuto de Autonomía que literalmente di:

Rescindiendo el contrato con la empresa que primeramente se había comprometido a instalar la emisora radiofónica, van muy avanzadas las gestiones con la entidad “Unión Radio”, filial de la Compañía Telefónica Nacional de España, para establecer la estación que desde nuestra vieja urbe ha de avivar la llama para que el magno acontecimiento de la consecución de nuestra Autonomía Regional sea un hecho cada vez más sentido y más querido por los ciudadanos de Galicia.

En estos días han llegado a Santiago dos ingenieros de esta entidad que están al habla con la Liga Santiaguesa y que vienen inspirados por los mejores deseos de servir desinteresadamente la causa y los intereses de Galicia y de Santiago, interés que tiene el precedente magnífico de la sesión de clausura de la Asamblea de Municipios radiada gratuitamente a América y que tanta impresión causó en el alma de nuestros hermanos de tras el Océano.³

Un dos devanditos enxeñeiros era Ricardo María de Urgoiti, director executivo de Unión Radio, empresa constituída en 1924 que, ó abeiro da nova lexislación republicana

¹ Albert/Tudesq, p. 14-15.

² Garitaonandía, 1989, p. 130-140.

³ “Pro Estatuto. Liga Santiaguesa”. *El Compostelano* (5.1.1933).

(1932), viña activando a construción dunha rede de emisoras en todo o Estado para a explotación dunha gran cadea de radiodifusión comercial⁴.

Xa en 1929 Unión Radio tiña proxectos para Galicia, logo de establecer emisoras en Madrid, Cataluña, o País Vasco e Andalucía. De primeiras pensábase en Vigo como gran centro emisor comarcal, e mais noutro de carácter local na cidade da Coruña, Santiago non figuraba nos primeiros proxectos. Sen embargo foi nesta cidade onde se estableceu a primeira emisora: Unión Radio Galicia, EAJ-4, que inicia a súa programación nos primeiros meses de 1933.

Desde luego el prestigio de la Unión Radio —continúa a nota da Liga Pro-Estatuto en *El Compostelano*— hace coincidir las mejores esperanzas en cuanto al éxito de la emisora desde el punto de vista técnico; todos conocemos la red que tiene establecida en España y ningún radioescucha habrá dejado de oír sus emisoras de Madrid, Valencia, San Sebastián, etc.

La de Santiago de Compostela será instalada con arreglo a la técnica más seria y depurada, y esperamos que satisfará las ansias de los gallegos que están pendientes de nuestro programa.⁵

Arturo Maneiro Vila e Xosé Ramón Pousa, entre outros, estudiaeron con certo detalle o proceso de constitución da emisora compostelá⁶. Eu mesmo, noutro lugar, téñome parado máis de vagar neste acontecemento, abofé que emblemático da nova realidade da comunicación que a partir deste momento empeza a estar presente entre nós⁷.

En marzo de 1934, da man de Francisco Hervada García-Sampedro, aparece Radio Coruña; Radio Pontevedra tamén é de marzo dese ano, neste caso iniciativa do avogado e comerciante Enrique Vázquez Lescaille; Radio Vigo comeza a emitir no mes de abril, fundada por Santiago Montenegro Costas e Emilio Torrado Lima; Radio Ourense é de 1935, aínda que xa o seu fundador, o industrial Ramón Puga Noguerol, ensaiara algunhas emisións de carácter experimental, e Radio Lugo tamén é dese mesmo ano, propiedade de Ramón Beberide Ledo natural de Vilafranca do Bierzo que foi o seu director ata o seu falecemento en 1980. Velaquí a primeira estrutura da radiodifusión galega, conxunto de emisoras privadas que logo, a partir dos anos 40, xa nunha nova realidade política, despois da guerra civil, pasan a formar parte como asociadas da Sociedade Española de Radiodifusión (SER), en parte continuadora do espírito dos fundadores da primeira Unión Radio.

⁴ As empresas que constituíron a Unión Radio eran AEG-Telefunken, Aeolian S. A., Compañía General de Electricidad (Lámparas Metal), Compañía General de Telegrafía sin Hilos (Marconi), Compañía Telefónica Nacional de España, Electrodo S. A., Omnium Ibérico Industrial (Radiola), Sociedad Española de Acumuladores Tudor, Sociedad Ibérica de Construcciones Eléctricas (Radio Corporation of America) e Bell S. A. (Western Electric). O 17 de xuño de 1925 inaugurouse en Madrid a primeira estación de Unión Radio.

⁵ *El Compostelano*. Op. cit.

⁶ Maneiro Vila, 1993, e Pousa Estévez, 1994.

⁷ Freixanes, *CEG* p. 54-60, e 1994.

Interésanos neste traballo comentar a presenza da lingua galega naquelas primeiras emisións ¿Cal era a realidade social do idioma naqueles anos? A profesora Carme Hermida estudou o período inmediatamente anterior: a etapa do Rexurdimento, ata a primeira década do século⁸. Segundo as súas estimacións, practicamente o 80% da sociedade tiña entón o galego como lingua primeira, cando non única, e en galego (dentro dos parámetros propios da sociedade tradicional baseada na transmisión oral) producíase a socialización dos individuos unicamente nas cidades certos sectores da burguesía ascendente, o alto funcionariado e os representantes da vella fidalguía e das institucións dirixentes (a Administración, a Igrexa, a Universidade) empregaban formalmente o castelán, aínda coñecendo e usando o galego na súa relación coas clases populares.

No primeiro tercio do século XX a situación era practicamente a mesma. En 1900, por exemplo, o 88,7% da poboación vivía en núcleos de menos de mil habitantes segundo o profesor Barreiro Fernández. En 1930, esa porcentaxe era do 88,4% o que dá unha idea da inmovilidade e da estabilidade do sistema. O proceso de estragamento da cultura tradicional en Galicia é un fenómeno bastante recente, prodúcese sobre todo na década dos cincuenta e sesenta, que é cando de certo podemos dicir que a sociedade galega se transforma radicalmente cara a modelos urbanos e castelanizadores; e aínda así, no ano 1970 o profesor Beiras Torrado estimaba unhas porcentaxes de ruralidade en Galicia do 71,5%, se entendemos por poboación rural “a que non está integrada nas sete principais agrupacións urbanas”⁹, únicos núcleos que neses momentos superan os 50.000 habitantes.

Esta era a realidade social da lingua nos anos 30, cando aparecen as primeiras emisoras de radiodifusión: un país instalado masivamente no seu idioma, con moi altos índices de ruralidade e de analfabetismo, economicamente atrasado, mal comunicado, sometido a relacións políticas de dependencia e submisión, pero con minorías cada vez mais conscientes desta situación e, xa que logo, decididas a asumir o protagonismo do cambio social.

Con estes núcleos minoritarios e sensibles, que en termos de socioloxía política poderíamos cualificar como a *intelligentsia* ascendente naqueles momentos (sectores da pequena burguesía con formación universitaria ou próximos ós movementos políticos e culturais do *galeguismo*), con estes núcleos, digo, entran en relación os dirixentes de Unión Radio cando deciden poñer en marcha a primeira experiencia de radiodifusión no país. E viceversa: dende o primeiro momento, a Liga Santiaguesa ProEstatuto de Autonomía, constituída por persoeiros significados e comprometidos coa reivindicación autonomista que había de callar no plebiscito de xuño do 36, decátanse das enormes posibilidades dun medio de comunicación e unha tecnoloxía que certamente estaba chamada a transformar dun xeito radical os referentes, culturais da sociedade.

⁸ Hermida, 1992, p. 23-25.

⁹ Beiras Torrado, 1972, p. 215.

En febreiro de 1933 o mesmo xornal *El Compostelano*, acaso o órgano de prensa que máis activamente apoia a nova emisora, recolle a intervención do doutor Sal Lence nos micrófonos da Unión Radio Galicia, inaugurada había pouco:

El viernes pronunció su anunciada conferencia en la estación emisora Unión Radio Galicia en Compostela, el ilustre doctor Sal Lence, de La Coruña, que se expresó en gallego, como hace siempre que habla en público, por pertenecer al partido galleguista. Dijo —entrando en la primera parte de su discurso— que era para él un gran motivo de alegría el que ya contáramos con una Estación Radio emisora de Galicia, con la cual estaba alcanzada la primera parte de sus insistentes ruegos a la Comisión del Estatuto. La segunda parte —añade— estriba en dotar a los Ayuntamientos rurales de aparatos receptores adecuados. Recordó sus campañas de prensa a favor de la Telefonía rural, y dijo que la radio y el cine, cuando se saben emplear bien son dos medios formidables para civilizar a los pueblos, y sirven para abrir surco en el cerebro y en la conciencia de los hombres.¹⁰

La Liga Santiaguesa ProEstatuto era de feito a principal animadora naqueles momentos da reivindicación autonómica para Galicia dentro do marco político da Segunda República seguindo os pasos dos vascos e dos cataláns. Viña animada inicialmente dende o propio concello compostelán e presidíaa Salvador Cabeza de León, presidente tamén do Seminario de Estudos Galegos. Nela participaban entre outros Eladio Rodríguez González, Manuel Iglesias Corral, Rodrigo Sanz, Santiago Montero Díaz, Alexandre Bóveda, Avelino López Otero, figuras coñecidas do galeguismo cultural ou político. Cando en decembro de 1932 se reúnen en Compostela representantes dos municipios de toda Galicia para establecer a definitiva redacción do proxecto de Autonomía, unha das preocupacións da Liga e mais da Comisión de Propaganda da mesma, era sensibilizar a poboación, sobre todo a aqueles sectores máis arredados ou desconfiados das preocupacións políticas, non só a prol da causa autonomista, senón dos grandes temas que naquel momento condicionaban o futuro da sociedade galega.

Aun no hace mucho tiempo —continúa *El Compostelano*— que la palabra hablada, y la escrita en el periódico, la revista y el libro eran los únicos medios posibles de ilustrar a las gentes. Hoy aquella palabra emitida ante un micrófono conmueve el éter que llena el espacio y, con ritmo y longitudes de onda distintas, atraviesa instantáneamente los puntos más apartados de la tierra. Hoy, al más remoto campesino de la más remota aldea, le es dado, mediante un aparato receptor recoger en su antena las noticias diarias de todo cuanto de interés pueda ocurrir en el mundo.¹¹

Dende o primeiro momento, practicamente dende a súa inauguración, a emisora compostelá incorpora entre os seus colaboradores a primeira nómina do galeguismo.

¹⁰ “En torno del Estatuto: Radio-Difusión y Autonomía Gallega. Conferencia del Dr. Sal Lence”. *El Compostelano* (6.2.1933).

¹¹ *Ibidem*.

Antón Fraguas, daquela profesor na Universidade, foi o primeiro locutor de continuidade encargado durante o período de probas de abrir e pechar a programación que se emitía dende unhas primeiras modestas instalacións na praza da Universidade e tiña a antena no outeiro de Santo Domingo de Bonaval. Da man de Fraguas e mais polas xestións do delegado da Compañía Telefónica en Santiago, Agustín Parello, que nas “tertulias” do café Español entrara en relación cos galeguistas, comezou a colaborar dun xeito estable un dos personaxes que máis populares se farían nestes anos, Xosé Mosquera Pérez, tamén chamado “O vello dos contos” a quen se lle encomendou primeiro unha serie de programas de divulgación da cultura popular coa idea de interesar as audiencias rurais, e axiña continuou con seccións de teatro, contos e refráns, diálogos, etc., de gran aceptación.

Galiza conta hoxe c’ unha boa Estación Emisora de radiotelefonía en Santiago qu’ está desenrolando unha interesante laboura a prol da cultura galega –podemos ler nas páxinas da revista *Nós* por aquelas datas (xullo, 1933).

Ademais das sesións de música galega e das conferencias de divulgación cultural e política (Sebastián González, Xurxo Lorenzo, Enrique Raxoy, Álvaro de las Casas, etc.) estableceu unha Seición Infantil, na quinta feira de cada semán, adicada por inteiro aos rapaces menores de dezaseis anos. O elemento principal d’ela é o recitador coñecido Pol-“O Vello dos Contos”, a quen seus admiradores veñen de render un sentido homenaxe.¹²

Mosquera Pérez (San Pedro de Carballal. En festa. A Coruña, 1895-Santiago de Compostela, 1965) dirixía daquela o grupo teatral “Cativeces” na liña de animación cultural e didáctica que iniciaran as Irmandades da Fala, e tiña especiais condicións para a declamación e a interpretación. Frecuentaba as tertulias de Ánxel Casal e Camilo Díaz Baliño, que neses momentos traballaban nas publicacións da editorial Nós, e era militante activo do Partido Galeguista. A devandita homenaxe celebrouse nos baixos do Hotel Compostela o 18 de xuño dese mesmo ano, promovido por un coñecido industrial de curtidos, Jacobo Varela de Limia, e coa participación de máis de trescentas persoas, entre outras o alcalde da cidade, López Pol.

Engade a revista *Nós*:

O Sr. Mosquera Pérez, exercita con estilo propio a arte na que despintou Xoselín. Contos de nenos, folklóricos ou orixinais, fábulas, leiciós en col de cousas galegas, adiviñas e brincadeiras tradicionais forman o programa d’esas sesións.¹³

Non todo o mundo o entendía así. Algúns meses despois, en outubro, o boletín *A Nosa Terra* dá conta das dificultades que o popular actor e locutor tiña coas autoridades. Baixo titular de “O Vello dos Contos, preso”, informa o voceiro do PG:

¹² “A cultura galega hoxe en día”. *Nós*, nº 115. Ourense. Día de Galicia, 1933.

¹³ *Ibidem*.

Pol-o discurso que ontes pronunciou ante o micrófono de Unión Radio, o popular Vello dos Contos foi denunciado e posto a disposición da autoridade xudicial por orde gubernativa.

Temos de facer notar eiquí a nosa protesta enérxica contra do esceso de celo de quen teuimou ollar no discurso, o que ningún radiouvinte de Galiza viu, aínda escoitándoo moitos cuia patente de republicanismo está por riba de comadreo e anécdotas politiqueras.¹⁴

O galeguismo entende dende o primeiro momento que o novo medio é un vehículo extraordinariamente eficaz e cheo de posibilidades para a comunicación, mesmo para o adoutramento de sectores da poboación –certamente maioritarios– que ata agora viviran afastados de calquera discurso cultural, social e político. “Non vos quepa dúbida”, chega a dicir Mosquera Pérez na súa intervención na homenaxe de xuño do 33, “na emisora nosa pode estar todo un rexurdimento racial verdadeiramente espléndido, insospeitado” No fondo, aínda que neste caso interesadamente (a prol dunha proposta política concreta), era o discurso da *modernidade*: a necesaria socialización da poboación de Galicia arredor dun proxecto común (o dos galeguistas), capaz de superar os mecanismos de dependencia ou relacións de carácter persoal que a sociedade agraria tradicional mantiña.

O programa de Unión Radio Galicia –Emisora Compostelana, segundo *El Eco de Santiago*– o 21 de marzo de 1933 era o seguinte:

De 14,30 a 15,30:

Música de Rossini, “Airiños aires” de Freire, “Fantasía” de Thomas, “Danza Japonesa” de Yeshitomo, “Moros y cristianos” de Sérrano, “Muchachas de Viena” de Zichrer, “Rapsodia noruega” de Lalo e “Contos” de Mosquera Pérez, que ó primeiro eran dez minutos, pero que axiña foron ampliándose a máis tempo, segundo o demandaba a audiencia.

De 20 a 21 horas:

Música de Balakirew, Paganini, Copin, Rabel, Albéniz e outra vez “recital de poesías gallegas a cargo del señor Mosquera Pérez”¹⁵.

En total dúas horas de emisión.

Antón Fraguas reconece hoxe que o novo medio de comunicación producía daquela unha especial seducción e curiosidade, tanto nas masas coma nas minorías intelectuais, e que a presenza do galeguismo e das “forzas vivas” da cidade nos micrófonos foi dende o principio moi importante, “decisiva para que Unión Radio e a Compañía Telefónica se decidisen a montar a emisora en Compostela e bautizala, ademais, co nome de Radio Galicia”¹⁶.

¹⁴ “O Vello dos Contos, preso”. *A Nosa Terra*, 313 (9.10.1933).

¹⁵ *El Eco de Santiago* (21.3.1933). Tanto *El Eco de Santiago* coma o xornal *El Compostelano* recollen puntualmente a programación da emisora e comentan de cando en vez as intervencións máis sobranceiras.

¹⁶ Declaracións persoais de Antonio Fraguas.

O día 30 de abril de 1933, en horario de sobremesa, prográbase un “pasatempo” en lingua galega, peza orixinal nun acto escrita por Ricardo Frade Giráldez (Santiago de Compostela, 1939) cun reparto de catro actores no que, no papel de Xan, aparece o propio Antón Fraguas.

La emisora de Santiago –proclamaba un editorial de El Eco de Santiago en 1934– ha prestado y presta beneficios enormes a la ciudad y a la cultura gallega, porque sus emisiones llegan a toda la región. Viene a ser como un exponente diario del espíritu compostelano que extiende su influencia alentadora a toda Galicia¹⁷.

“Toda a documentación existente sobre Unión Radio Galicia de Santiago (...) demostra que a motivación inicial para poñer unha emisora en Compostela era o desexo de dar difusión radiada á propaganda do Estatuto de Autonomía”, afirma Maneiro Vila no seu estudio sobre a emisora compostelá¹⁸. Dende o punto de vista das persoas vencelladas á Liga Santiaguesa ProEstatuto así foi certamente, aínda que non faltaron problemas dende a outra parte, os técnicos e propietarios de Unión Radio. Como sucedera noutras cidades as empresas radiofónicas buscaban daquela un dobre apoio: por unha banda comercial e, por outra, intelectual e de prestixio. Iso explica, segundo algúns informantes a instalación dos estudos na praza da Universidade e maila ampla nómina de persoas de recoñecida sona no ámbito cultural que dende o primeiro día son invitadas a participar na programación, que se apoia basicamente na intervención de oradores en directo e na emisión de gravacións musicais, pero tamén explica certas diferencias que nun primeiro momento seica mesmo atrasaron a inauguración da emisora ó queren marcar ámbalas dúas partes unhas certas regras de relación claras: o compromiso coa causa. da autonomía e os valores culturais galegos por unha banda e a independencia necesaria para a explotación comercial da empresa¹⁹.

“Los primeros locutores y, posteriormente, el cuadro de actores de la emisora eran profesores y alumnos de la vecina Universidad que encontraban en la radiodifusión una *experiencia excitante*” escribe Xosé Ramón Pousa²⁰. Filgueira Valverde, Antón Fraguas, Lois Tobío, Manuel Beiras García, o citado Sal Lence, o doutor Sebastián González (delegado do Partido Galeguista), Osorio Tafall, Ramón Valenzuela, Luis Iglesias

¹⁷ “La radiodifusión nacional”. *El Eco de Santiago* (25.1.1934).

¹⁸ Maneiro Vila, 1993, p. 62.

¹⁹ Paga a pena profundar algo máis nestas diferencias que sen dúbida existiron sobre todo nos primeiros momentos da emisora e que, segundo algúns contemporáneos mesmo atrasaron a inauguración da mesma. O apoio da Liga Compostelana ProEstatuto decidiu ós directivos de Unión Radio a montar en Santiago de Compostela a primeira experiencia de radiodifusión galega, mesmo contra os proxectos iniciais de instalarse en Vigo e na Coruña. Foi unha activa xestión dos composteláns e, probablemente do propio concello e do seu alcalde, animador da Asemblea Pro Estatuto. Unión Radio, sen embargo, mantivo en todo momento o control do persoal técnico e dos primeiros equipos profesionais da emisora. A documentación a penas existe e, polo de agora, non temos máis ca comentarios e lembranzas dalgúns dos protagonistas. Velaquí un dos grandes problemas para o estudio das empresas de comunicación en Galicia: a carencia case total de arquivos e documentación minimamente organizada.

²⁰ Pousa Estevez, 1994, p. 32.

(catedrático de Bioloxía da Facultade de Ciencias, que daba consellos ós labregos para a mellor explotación e aproveitamento das terras), Afonso Rodríguez Castelao, Alexandre Bóveda, Suárez Picallo, Álvarez Dopazo, Lino Torre, Álvaro de las Casas, Xurxo Lorenzo, etc. son algúns dos colaboradores daqueles días. A meirande parte deles exprésanse en galego.

A revista *A Nosa Terra* dá conta nunha crónica, datada a finais de 1933, da asemblea “que tivo lugar no paraninfo da Universidade con representacións oficiais e partidos políticos pra decidir a data en que se ten que plebiscitar o estatuto aprobado pola Asemblea de Concellos”. Presidía o Comité Central da mesma, segundo a devandita publicación, Bibiano Osorio Tafall, e faláron entre outros Poza Juncal por Acción Republicana, Carnero Valenzuela polo Partido Federal, Insua, polos Republicanos Galegos e Alexandre Bóveda polo Partido Galeguista. O acto concluíu cunhas afervoadas palabras do secretario do Comité, o señor Rajoy Leloup, quen

(...) deu ante o micrófono da Unión Radio unha documentada e sentida conferencia chamando a todol-os galegos ao cumprimento do deber i escitando o sentimento dos cidadáns pra salvar a Galicia do aitual estado de preterición en que se atopa.²¹

Xa en plena campaña estatutaria, no mes de maio e nos primeiros días de xuño, a mesma publicación anuncia mitins galeguistas a prol da autonomía nas principais po-boacións galegas coa presenza case sempre dos micrófonos das “emisoras locais”²². Nas derradeiras semanas sobre todo a actividade vólvese especialmente intensa, case frenética:

Polas emisoras de Radio de Galicia –A Cruña, Lugo, Ourense, Santiago, Vigo e Pontevedra– están dándose a cotío conferencias e charlas encol de moitos aspectos do Estatuto²³.

E aínda máis:

Esta semana comenzou a súa viaxe por toda Galicia o Cine Movil que percorrerá a zona rural, especialmente, e as feiras facendo unha interesantísima e eficaz propaganda escrita e oral²⁴.

Houbo un precedente importante que cómpre salientar por ser case que emblemático na historia do medio e porque, probablemente, foi a chispa que acendeu o interese do galeguismo pola nova experiencia de comunicación que se lle ofrecía. O 21 de novembro de 1932 *El Eco de Santiago* publica un artigo a iniciativa do seu director Celestino

²¹ “No paraninfo da Universidade. Asamblea de representacións pra fixar a data plebiscitaria do Estatuto”. *A Nosa Terra*, 317 (27.11.1933).

²² *A Nosa Terra*. 418 (12.6.1936). Información dos actos de propaganda galeguista nos tres meses anteriores ó plebiscito.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

Sánchez Rivera, propoñendo que a través da Compañía Telefónica se retransmitisen a todo o mundo as conclusións da Asemblea de alcaldes reunida para ratificar o anteproxecto de Estatuto de Autonomía. Seica a Telefónica estaba disposta a poñer gratuitamente os medios técnicos necesarios.

A cerimonia de clausura da Asemblea foi o 19 de decembro, cun programa no que se incluía unha salutación do presidente da corporación compostelá, Raimundo López Pol, música galega, himno español e himno galego, as badaladas da Berenguela e unha resposta, dende a outra beira do Atlántico do presidente do Centro Galego de Buenos Aires, daquela a comunidade emigrante máis poderosa e activa. Disque toda América puido escoitar as badaladas da campá da catedral. Pero non Galicia, agás Santiago de Compostela. Entón aínda non había no país emisora ningunha. A transmisión fíxose vía Madrid a través da liña telefónica e dende alí, a través dunha estación de 20 kW de potencia e lonxitude de onda de 14,38 metros, enviaron o sinal a 10.500 km de distancia, cara a capital arxentina²⁵.

Catro anos despois, o 5 de xullo de 1936, unha emisión semellante tería lugar dende o salón de actos da Facultade de Medicina. Dábase conta da proclamación do Estatuto e dos resultados do plebiscito do 28 de xuño. Daquela xa existía a EAJ-4 e as emisoras de Coruña, Vigo, Pontevedra, Lugo e Ourense con programacións todas elas de carácter moi similar: abondoso repertorio musical e conferencias ou intervencións radiadas, representacións de teatro lido, contos, rexoubeos populares, algúns poucos avisos sociais e de carácter comercial, etc.

Mais ¿cal era a lingua destas primeiras emisións?

Dende os micrófonos de Radio Pontevedra, Ramón Valenzuela fixo popular outro personaxe paisano, “O Vello dos Cestos”, en parte inspirado no de Mosquera Pérez. A súa participación foi moi activa durante a campaña estatutaria. O propio Valenzuela escribiu guións para Unión Radio Galicia que desgraciadamente non se conservan como tampouco a meirande parte da documentación deste período. É a través de testemuños orais e da memoria de particulares, ademais de notas e algunhas referencias na prensa, como podemos reconstruír os feitos.

En Radio Coruña as emisións a prol da Autonomía foron constantes con participación entre outros de Ramón Villar Ponte, Silvio de Santiago (que en Caracas, anos máis tarde, había de poñer en marcha “Hora de Galicia”, audición radial promovida pola Asociación Lar), Santiago Domínguez, Manuel Insua, Fernández del Riego e “un avogado novo”, Luis Seoane²⁶.

Unha gran parte destas intervencións eran en galegos sobre todo cando se trataba de retransmisión de mitins nas vilas e nas aldeas con participación do Partido Galeguista

²⁵ Maneiro Vila, 1993. Participaron na experiencia, ademais da Compañía Telefónica Nacional de España, a Compañía Internacional de Radio, Unión Telefónica del Río de la Plata e Radio Splendide de Buenos Aires.

²⁶ Maneiro Vila, 1993, p. 154.

ou programas dirixidos expresamente á audiencia rural. Polas características do medio, a radio ofrece dende o primeiro momento a posibilidade de chegar a unha audiencia tradicionalmente afastada do discurso escrito e da alfabetización.

Do interese que dende o primeiro momento esperta a radio na *intelligentsia* galeguista, que é a que se compromete activamente coa lingua nestes momentos dan conta outras iniciativas diversas, non só de carácter cultural e político. A revista *Logos* de Pontevedra, por exemplo, informa no seu número 44 (xaneiro, marzal de 1935) da emisión dunha programación especial de Semana Santa dende a emisora Radio Pontevedra. Practicamente toda era en galego, con intervencións de Filgueira Valverde, Xerardo Álvarez Limeses, Pedret Casado, Blanco Porto, etc.²⁷.

Tamén en Pontevedra o grupo “Labor Galega” dispoñía de unha hora semanal de emisión de carácter cultural en galego, ademais doutros espazos na programación xeral da emisora nos que participaban Filgueira Valverde, Iglesias Vilarelle, García Vidal e os equipos dos “Ultreya”. Chamábase o espazo “A hora de Labor Galega” e incluía música, comentarios, recensións de conferencias, noticia de libros, etc., neste caso con clara intención de rexistro culto, non populista na súa preocupación por instalar a lingua en ámbitos de audiencia non exclusivamente rurais. O mesmo grupo programou para a devandita emisora representacións de teatro, con obras como *Sinxebra* de Cotarelo Valledor ou *A fiestra valdeira* de Rafael Dieste entre 1934 e 1936²⁸.

A guerra civil tronzou o posible desenvolvemento da lingua galega no medio, como tronzou o desenvolvemento histórico das institucións de identidade nacional e de autogoberno. A comunicación –e polo tanto o idioma no que esta se establece– explícase dende as estruturas e os mecanismos de poder (de socialización) que en cada momento actúan na sociedade, evoluciona e modifícase segundo os avatares históricos e mais é expresión ou espello das circunstancias políticas que condicionan o corpo social. Deixamos para outra ocasión o relatorio da presenza do idioma nas emisións radiofónicas da emigración americana, principalmente en Buenos Aires, onde Núñez Búa e Xosefa Menéndez “A Anduriña” facían programas para a colectividade emigrada en 1932, por exemplo, igual que Fernando Iglesias “Tacholas”, Maruxa Boga, Maruxa Villanueva ou Varela Buxán dende os micrófonos de Radio Prieto ou Radio Ribadavia. Esta breve recensión límitase moi conscientemente ás primeiras emisoras de radio que na década dos 30 inician as súas actividades no país.

Non é que a primeira radiodifusión galega, que nace no marco da Segunda República, se expresase en galego, non, aínda que o galego empezase a ter daquela unha consideración ascendente consonte co pensamento político que inspiraba un novo modelo de sociedade. A lingua destas novas empresas da comunicación é o castelán, como o castelán vén sendo o código dominante das institucións sociais de modernización en Ga-

²⁷ “Unha Semán Maior pol-a Radio”. *Logos* 44 (xaneiro-marzal, 1935), p. 55.

²⁸ Información de Filgueira Valverde.

licia dende o século XV, lingua das clases sociais hexemónicas dende a desfeita da nobreza nos derradeiros anos da Idade Media. As primeiras iniciativas da radiodifusión nacen entre nós da pequena burguesía vilega, comerciantes espelidos e profesionais inquedados, interesados no fenómeno dunha nova tecnoloxía que empezaba a estar de moda en todo o mundo. Trátase dun fenómeno urbano baseado asemade nunha cultura urbana, conectada co exterior, igual que o foi a prensa no século XIX –e o cine, e a fotografía– oposta no plano simbólico á cultura agraria do campesiñado e fundamentada a súa viabilidade empresarial na economía libre de mercado. O vehículo de expresión lingüística había de estar consonte, pois, cos modelos culturais, sociais, políticos e comunicacionais dominantes, onde o castelán era a lingua primeira (única) e o galego –agás as minorías ás que fixemos referencia– tiña carácter marxinal nin sequera hostil, simplemente ignorado.

Sen embargo, a realidade política da Segunda República (1931-1936), introduce un horizonte de cambio social unhas expectativas, un novo estado de opinión (acompañado de propostas políticas e ideolóxicas) que facilita o desenvolvemento de valores, usos e actitudes novas verbo tamén do idioma. Os medios de comunicación, aínda sendo tan decisivos na conformación do modelo social, non son motores, senón espello ou reproductores dos valores dominantes. O galego como lingua de uso e como código de representación, símbolo de identidade nacional do país, está presente dende os primeiros momentos da radio, ben dun xeito vehicular, para chegar ás audiencias rurais instaladas no idioma, ben dun xeito reivindicativo e culto, na tradición dos precursores e nas coordenadas ideolóxicas do galeguismo ascendente. Ese estado de opinión que salientamos (esa ideoloxía, poderíamos dicir) viña agromando de atrás, de décadas anteriores e debemos explicala dende a progresiva toma de consciencia por parte de cada vez máis amplas minorías (a *intelligentsia*, segundo A. D. Smith)²⁹ a prol da identidade nacional e, en parte, a prol da identidade lingüística, na medida en que esta constitúe unha das marcas diferenciais máis sobranceiras daquela. É un fenómeno que volverá a darse, en termos moi semellantes, nos anos de transición do franquismo a democracia (1975-1980). A posibilidade dun novo marco histórico, unha nova mentalidade hexemónica baseada na estima dos valores propios, aparece vencellada ós procesos de cambio social e político: o posible e cíclico salto histórico cara á modernidade. Nese proceso, a lingua –“realidade simbólica” de comunidades ou nacións na procura da súa identidade– ten unha significación obxectiva e desencadeante.

²⁹ Smith, 1973, p. 130 e ss.

- Albert, P./Tudesq, J. *Histoire de la Radio-Télévision* (1981). Trad. portuguesa: *Historia de Rádio e Televisão. Da Telegrafia sem fios à Radiodifusão*. Lisboa: Notícias.
- Beiras Torrado, Xosé Manuel. *O atraso económico de Galicia*. Vigo: Galaxia. 1972.
- Freixanes, Víctor F. “Radiodifusión” en *Gran Enciclopedia Galega*, T. XXVI.
- Freixanes, Víctor F. *A lingua galega nos medios de comunicación. Proposta de análise dos aspectos simbólicos e comunicacionais da lingua a través das institucións de socialización*. 2 vols. Universidade de Santiago de Compostela. Facultade de Filoloxía. 1994. Tese de doutoramento. Inédita.
- Garitaonandía, C. “El despertar de un nuevo medio: la radio”, en Timoteo Álvarez, J. *et al. Historia de los medios de comunicación en España*. Barcelona: Ariel, 1989.
- Hermida, Carme. *Os precursores da normalización. Defensa e reivindicación da lingua galega no Rexurdimento (1840-1891)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1992.
- Maneiro Vila, Arturo. *Historia da Radiodifusión en Galicia (I)*. A Coruña: Fundación Caixa Galicia, 1993.
- Pousa Estévez, Xosé Ramón. *El sistema radiofónico gallego*. Bellaterra. Universitat Autònoma de Barcelona. 1994. Tese de doutoramento. Inédita.
- Smith, Anthony D. *Theories of Nationalism*. Londres. 1971. Trad. castelán: *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976.

UNHA BIOBIBLIOGRAFÍA DO PADRE MARTÍN SARMIENTO (1695-1772)

Ramón Mariño Paz

Instituto da Lingua Galega. Facultade de Filoloxía. Universidade de Santiago de Compostela

Vaia por diante, para empezar, o aviso de que, se hai unha biobibliografía que o interesado na figura do Padre Martín Sarmiento non pode deixar de consultar, esa non é outra cá que o propio beneditino escribiu baixo o título de *Catálogo de los pliegos que yo, Fray Martín Sarmiento, beneditino y profeso de San Martín de Madrid, he escrito de mi mano, pluma y letra sobre diferentes asuntos*. Por máis que na actualidade o público lector non ten acceso a esta obra máis ca a través de edicións non merecentes de creto que nin sequera parten do correspondente autógrafo, coído que así e todo cómpre seguir recomendando a lectura dalgunha das ditas edicións, pois atoparanse nelas declaracións persoais que me parecen imprescindibles para apreciar xustamente a traxectoria humana e intelectual de Frei Martín. A este *Catálogo* voume referir en repetidas ocasións nas liñas que seguen¹.

Tal vez a primeira impresión que produce a simple lectura da produción escrita do Padre Sarmiento desde 1718 ata aproximadamente 1770, pouco antes do seu pasamento, é a de que nos encontramos ante unha obra en bruto, desordenada, mesmo caótica, carente da coherencia e a sistematicidade que seguramente só lle poderían proporcionar-las honores da imprenta e as necesarias revisións e correccións que estes levan consigo. Produce tamén, por outra parte, a sensación de se-la obra dunha mente sorprendentemente inquieta, vivaz, tan capaz de interesarse nos máis variados temas da historia

¹ O manuscrito autógrafo está depositado na Biblioteca Nacional de Madrid (mss. 17.642). Domínguez Fontela (1924) publicou non a transcripción deste autógrafo madrileño, senón a dun manuscrito que custodiaba a Biblioteca Provincial de Ourense e que desapareceu no incendio que esta sufriu en 1927. Máis tarde Viñas Cortegoso (1952) publicou unha edición con interpolacións do Padre José de Goyanes, quen, segundo Pensado (1972: 17-18), debeu de ir engadindo, sobre o orixinal, noticias e declaracións autobiográficas tiradas de diversas obras do Padre Sarmiento. Este texto interpolado polo Padre Goyanes reproducíuse en *Cuadernos de Estudios Gallegos* 27 (1972), pp. 328-342, e volveu a reproducilo Filgueira Valverde (1994: 123-138). Referíreme a esta obra polo nome con que habitualmente é coñecida, *Vida y viajes literarios de Fray Martín Sarmiento*, que é o título que Goyanes lle puxo á copia que, segundo di, fixera do autógrafo de Sarmiento.

natural, a botánica, a etimoloxía e outras ciencias e saberes máis ou menos cultivados na súa época como presta a elaborar precisos e autorizados dictames sobre mesteres tan técnicos e incluso domésticos como poidan se-los que versan sobre a mellor maneira de levantar unha ponte de un único arco sobre o río Sil (escrito sen data mencionado na *Cronología de los escritos del R. P. M. F. Martín Sarmiento* da colección Medina Sidonia), sobre a defensa dos dereitos e as propiedades da súa congregación benedictina (en 1735, 1743 ou 1763) ou —a pedimento do propio rei Felipe V e logo de Fernando VI— sobre como decorar convenientemente o novo Palacio Real (1747). Produce, en fin, a impresión esperable da obra manuscrita e pouco revisada, en xeral non destinada á publicación e en boa parte feita por encargo², dun dos poucos intelectuais que durante o século XVIII español puido brillar á altura do Padre Feijoo pola diversidade, profundidade e actualidade dos seus intereses e coñecementos.

A consulta da cronoloxía dos escritos do Padre Sarmiento á que remito no anexo deste artigo permite apreciar, sen menoscabo da xa mencionada variedade temática, que o famoso bieito pontevedrés escribiu fundamentalmente sobre cuestións relacionadas coa historia natural, a botánica, a linguaxe e as linguas (con particular atención e dedicación á lexicografía, á etimoloxía, á onomástica e á lingua galega), a literatura, a historia, a xeografía, a correcta disposición e organización de bibliotecas e arquivos e o que el estimaba unha necesaria reforma do ensino na España do seu tempo. Como é lóxico e esperable, o viveiro no que se nutre o discurso intelectual de Sarmiento non é outro que unha voraz inclinación á lectura que andando o tempo o levou a reunir unha magnífica biblioteca persoal que en 1772, meses antes da súa morte, constaba duns 7.500 volumes; ora ben, este gusto pola lectura xa debía de ter certa firmeza en 1710, ós seus quince anos, cando, segundo conta na *Vida y viajes literarios*, se afeccionou infinito a le-la Biblia (cf. Filgueira Valverde 1994: 123). Na mesma autobiobibliografía verá o seu lector como esa paixón de lector o conduciu a encerrarse durante o verán de 1714 na biblioteca do convento madrileño de San Martín, que tiña ó redor dos dez mil volumes, moveuno a rexistrar “a gusto” —di el mesmo— a biblioteca do colexio de San Vicente de Salamanca en 1716 ou fixoo volver sobre a biblioteca madrileña de San Martín no verán de 1718. Son estes, evidentemente, anos de formación nos que varias das materias que máis intensamente o apaixonarán na súa madurez non están aínda no seu pensamento, que se ocupa sobre todo, como el mesmo deixou anotado na *Vida y viajes literarios*, de cuestións tales como a xeografía, a cronoloxía (é dicir, a relación cronoloxicamente ordenada dos feitos históricos), a mitoloxía, a aritmética e, con particular dedicación e traballo, dos alfabetos de moi diversas linguas. De aquí sairá o primeiro manuscrito rexis-

² Pensado (1972: 27-28), que calcula que máis de dous tercios da obra do bieito pontevedrés responde a consultas ou encargos que lle fixeron destacadas autoridades da corte borbónica do seu tempo, incluídos os reis, fai unha observación que estimo de interese para nós: “Parece un poco extraño que fuesen a consultar sobre temas del presente a un extraño personaje que vivía encerrado en el pasado y entre las paredes de una celda y rodeado de libros. No debe sorprendernos porque todos ellos sabían que aquel monje estaba al día en la información bibliográfica europea y suministraba, por lo menos, una información histórica del problema consultado, siempre aprovechable”.

trado na *Cronologia* da colección Medina Sidonia: o *Pangrammaticon Lexicon, sive Clavis Omnium Alphabetorum Novo-Veterum*, de 1718.

Unha das tarefas a que máis tempo dedicou entre os últimos anos vinte e os primeiros trinta foi a da defensa da figura e a obra do Padre Feijoo, por quen sentía un respecto e admiración tan grandes que chegou en 1732 a publica-la *Demonstración crítico-apologética del Theatro Crítico Universal*, o único libro que deu á imprenta ó longo da súa vida. Conste, ademais, que a súa colaboración co mestre de Casdemiro non se limitou á publicación desta obra apoloxética de 1732: como xa indicou Maraño (1934: 138-147), Sarmiento colaborou activamente con Feijoo durante anos, ben subministrándolle bibliografía e erudición diversa necesaria para a redacción dos discursos e cartas eruditas, ben corrixindo –coa autorización do amigo– os orixinais que este non dubidaba en someter á súa consideración.

A produción manuscrita saída da pluma de Frei Martín entre os seus corenta e cincuenta anos, entre 1735 e 1745, parece dominada case en absoluto polos dictames, informes, cartas e aprobacións de libros, cousas que non deixará de facer ata a súa morte. Ora ben, entre todo aquilo que escribiu nos seus corenta e tantos anos salientan, naturalmente, as *Memorias para la Historia de la Poesía y Poetas españoles*, que tiña rematadas en 1745. Nunha biobibliografía coma esta, que ante todo quere ofrecer unha visión da traxectoria intelectual de Sarmiento, non se lle pode ocultar ó lector o dato de que estas *Memorias* foron unha obra de encargo que en 1741 lle pediu o cardeal Valenti Gonzaga. É o propio Frei Martín quen na *Vida y viajes literarios*, onde en varias ocasións declara que nunca foi poeta nin tivo inclinación á poesía, advertiu que, se escribiu as devanditas *Memorias para la Historia de la Poesía y Poetas españoles*, fíxoo por obedecer ó cardeal Valenti (cf. Filgueira Valverde 1994: 124). E aínda engade que cando no verán de 1745, estando en Pontevedra, recibiu unha carta do cardeal comunicándolle que recibira os cincuenta pregos orixinais que lle enviara, “ya no pensé más en ellos, ni en Poetas, ni Poesías” (cit. en Filgueira Valverde 1994: 129). Estou seguro de que, aínda admitindo que non era a poesía o asunto ó que máis o inclinaba o seu xenio intelectual, hai que ver algo de exceso en todas estas observacións de Sarmiento, que ó cabo era persoa interesada en moitas e variadas materias e que ademais escribiu cun encomiable espírito crítico as *Memorias* que lle encargara o cardeal Valenti. A elas, sen dúbida ningunha, poden aínda hoxe acudi-los historiadores da literatura seguros de atopar, se non noticias ignoradas, si cando menos xuízos de grande valor. Mais permítaseme, como lingüista que son, que chame a atención particularmente sobre o espléndido capítulo titulado “Caracteres, Escritura, y Lengua vulgares de los Españoles” (Sarmiento 1775: 94-122), no que a lingüística histórica moderna tería moi pouco que corrixir.

Como probablemente irá comprobando xa o lector, a obra de Frei Martín ata este momento é diversa, heteroxénea, produto de encargos e encomendas na maioría dos casos. Mais, por riba desta diversidade, realmente viva e efectiva ó longo da totalidade da súa traxectoria intelectual, non me semella excesivo nin produto do voluntarismo

afirmar que se percibe en toda a súa obra, xa desde o interese polos alfabetos dos anos mozos, unha constante que se irá perfilando, definindo, conforme vaia pasando o tempo e que terminará funcionando a xeito de fio conductor e vertebrador: a preocupación lingüística. Parécenme, por tanto, xustas as seguintes palabras de Pensado (1970: 19): “día a día nos vamos convenciendo de que todas sus obras están tocadas por una preocupación lingüística que hace difícil prescindir de cualquiera de ellas, ya que en todas está siempre presente el lingüista, el filólogo, el eterno observador de la lengua, y sus explicaciones van siempre buscando la raíz de los significados”. A preocupación lingüística de Sarmiento ten, en consecuencia, unha orixe etimolóxica, e esta súa paixón etimolóxica non é outra cousa cá mellor resposta que ó seu entender lle podía dar á súa preocupación de contribuír á mellora da educación e a instrución da mocidade, dos pobos, viciada –coidaba el– por un problema de comunicación derivado da xeral ignorancia do significado exacto dun importante número de palabras. O profesor Pensado (1970: 17), interpretando o pensamento do Padre Sarmiento, explicaba hai anos as razóns deste problema de comunicación, que se daba

en Castilla porque la juventud no domina su lengua, en Galicia porque enseñan una lengua desconocida, el latín, con otra lengua igualmente desconocida, el castellano. En todo el país porque las palabras y las cosas andan desatadas, porque casi hay dos lenguas, una la científica, la de los libros, que no tiene soportes reales dado que al estudiar de memoria no queda en la mente de los estudiantes más que palabras y no ideas; y otra la vulgar, que prácticamente es ignorada, por no decir despreciada, del erudito. Un problema lingüístico, semántico, de comunicación, es la causa del atraso de su patria, se produce en el momento mismo de comenzar la educación de la juventud, al atiborrarle la cabeza con palabras e ideas que no tienen fundamento en la realidad de las cosas. El estudio de las palabras, de sus etimologías, es el camino para clarificarlas, para desentrañar su verdadero significado.

Parécenme novamente atinadas as observacións de Pensado, pero en realidade para se asegurar do carácter aglutinador que os estudos etimolóxicos teñen no conxunto da obra de Sarmiento non é preciso acudir ó que dela dixeron os seus analistas e intérpretes, por máis que estes estean moi cualificados. Cando en 1766, ó escribir nos *Elementos Etimológicos según el Método de Euclides* mesmo coma se dun diario persoal se tratase, bota Frei Martín a vista atrás e pensa no que foi o traballo intelectual da súa vida, redacta unhas poucas liñas que valen perfectamente como resumo de calquera biobibliografía que del se faga:

Por los años de 1730 descubrí en mí un genio dedicado a etimologías, y así fui juntando más de treinta pliegos con voces castellanas, distribuidas en pliegos por el A.B.C., pero todas las voces eran castellanas. Despues di en juntar muchas voces gallegas con sus etimologías. Desde entonces acá escribí muchos y diferentes papeles a varios asuntos, y hice dos jornadas a Galicia en donde recogí muchísimas voces gallegas puras, porque allí tomé por asunto hacerme cargo de los nombres gallegos de la historia natural, y con la etimología que se me ofrecía de pronto, reduciéndolos a la lengua latina.

Para colocar todas esas voces y frases gallegas con algún método, imaginé formar un contexto gallego de todas, y con el fin de formar un *Glosario* o *Comento* de cada una de ellas en particular. Comencé ese *Glosario*, y aunque ya tengo escritos sesenta pliegos, no ha pasado de la vigésima parte de todo el contexto o tejido de voces gallegas. En ese *Glosario* me tomé la libertad de amontonar muchas etimologías gallegas y castellanas, para desentrañar mejor las voces y significados, que siempre es mi fin principal, mirando la analogía de las letras, como medio para ese fin (in Paz 1930: 734).

Coido que nesta reflexión o Padre Sarmiento deixou claramente sentadas tres cuestións fundamentais relativas á súa traxectoria intelectual: 1) o papel de motor e de elemento aglutinador que os estudos etimolóxicos desempeñaron no conxunto de seu labor intelectual; 2) o punto de inflexión que na súa carreira supuxo a viaxe a Galicia de 1745, complementada tempo despois pola de 1754-1755; e 3) o papel representado nese itinerario intelectual polas coplas galegas do *Coloquio de 24 gallegos rústicos* e o seu correspondente comento ou glosario.

Logo dunha serie de traballos diversos que escribe entre 1718 e o final dos anos vinte, o monxe pontevedrés “descobre” ós 35 anos, en 1730, a súa vocación de etimólogo, ó primeiro centrada só nas voces castelás e tempo despois interesada moi especialmente nas galegas, pero en todo caso sempre presente: “amontonar muchas etimologías gallegas y castellanas para desentrañar mejor las voces o significados [...] –escribe en 1766, no ocaso da súa vida– siempre es mi fin principal, mirando la analogía de las letras como medio para ese fin”. Véxase, en efecto, como mesmo desde 1730, ano das *Conjeturas para establecer algunas Etimologías de Voces Castellanas por alfabeto*, non abandonará xa nunca o labor de etimólogo, ben producindo obras plenamente centradas nesa disciplina que ou pretenden senta-los seus principios elementais (*Apuntamientos para un Discurso Apologético sobre Etimologías*, 1758; *Elementos Etimológicos según el Método de Euclides*, 1766) ou buscan estudar etimoloxicamente determinados materiais (*Onomástico Etimológico Latín-Gallego de los nombres de Lugares, apellidos y frutos de Galicia*, 1769; etc.), ben espaxando observacións etimolóxicas en moitas obras que tiñan como obxecto principal outra materia, ben escribindo traballos dedicados a unha disciplina tan intimamente ligada á etimoloxía como a onomástica (*Etimología del nombre del lugar de San Martín de Sacar de Bois*, 1758; *Origen de la voz Escorial*, 1762; o mesmo *Onomástico Etimológico Latín-Gallego*, 1769; etc.).

As dúas viaxes principais a Galicia, e particularmente a primeira (a de 1745), marcan ostensiblemente un antes e un despois no percorrido intelectual do Padre Sarmiento ou, cando menos, no conxunto da súa produción científica. Véxase como a pesar de que el mesmo recoñece que a súa obra é variada (“escribí muchos y diferentes papeles a varios asuntos”), non deixa de anotar que a partir das súas viaxes a Galicia tomou por ocupación principal a de se facer “cargos de los nombres gallegos de la historia natural, y con la etimología que se me ofrecía de pronto, reduciéndolos a la lengua latina”. De feito, na cronoloxía dos seus escritos da colección Medina Sidonia percíbese claramente que os

títulos referentes a temas de historia natural e botánica, inexistentes entre 1718 e 1745, só empezan a aparecer a partir deste último ano, cando el, que xa contaba con cincuenta, toma as notas do *Viaje Geográfico del Autor a Galicia e Historia Natural* e dá comezo ós *Apuntamientos para una Botánica Española*. De alí en diante os manuscritos sobre estes temas fanse numerosos: *Catálogo de Voces de la Lengua Gallega recogidas por el Padre Sarmiento en sus viajes de 1745 y 754*, *Pensamientos Crítico Botánicos para una Historia Natural de los Vegetables en España* (1754), *Noticia de algunos vegetables extraños que ya están connaturalizados en España* (1756), *Pájaro Flamenco* (1757), *Betula o ave-dul* (1759), *Planta Carqueixa* (1761), *Sobre el vegetable Seixebra* (1762), *Hierba Lesta* (1767), etc. Dá, en fin, a sensación de que a viaxe a Galicia de 1745, logo arrequeitada pola que fixo na década dos cincuenta, proporcionoulle a Frei Martín unha riquísima base de datos de diverso tipo que abonda para explicar que, se ata o dito ano de 1745 a súa produción escrita non é especialmente abundante (véxase que incluso presenta períodos en branco, coma os de 1719-1722, 1724, 1728-1729, 1732-1734 e 1736-1742), desde aquel momento increméntase de maneira notable, xa que nos últimos vintecincos ou vinteseis anos da súa vida boa parte do seu traballo intelectual consistiu en irle dando o debido tratamento ó material que tiña recolleito. ¿De que se compoñía, pois, aquel tesouro que o noso monxe trouxo de Galicia cando chegou a Madrid nos primeiros días do mes de febreiro de 1746? ¿Que viñera a buscar aquí en 1745? A resposta témola na seguinte pasaxe da *Vida y viajes literarios de Fray Martín Sarmiento*:

[En 1745] fui al Capítulo General a Valladolid, y desde allí pasé a divertirme a Galicia. Tomé y llevé conmigo un libro en 4º y en blanco para ir escribiendo en el mi Diario, y todos mis viajes. Apunté todos los lugares por donde pasaba, y todas las inscripciones con que tropezaba. También apunté todos los vegetales que veía, con sus nombres gallegos de frutos y frutas. Todos los pescados, conchas y mariscos. Todas las aves y animales. También me fecundé de muchas voces gallegas vulgares, y el *Diario* ocupó 20 pliegos. Ocupé otros veinte pliegos en 4 cuadernos de las voces gallegas que oí en Pontevedra y el resto de Galicia (cit. en Filgueira Valverde 1994: 128).

Para el, dinos a seguir, esta viaxe de 1745 supuxo uns descubrimentos, unhas revelacións fundamentais no discorrer da súa particular viaxe intelectual: “Con esta ocasión me aficioné infinito a la hist. natural, a la Botánica y a la lengua gallega, y a averiguar el origen y etimología de cada voz gallega, reduciéndola al latín. El año de 1730 escribí sobre las *Etimologías de las voces castellanas*, sin pensar en las etimologías de las voces gallegas hasta 1745” (cit. en Filgueira Valverde 1994: 128). Este ano, pois, acabou por configurarse, como xa dixeran antes, no gran punto de inflexión da traxectoria intelectual de Sarmiento: antes del nada había na súa obra escrita de especial interese nin pola historia natural, nin pola botánica, nin pola lingua galega e as súas etimoloxías; despois del case todo o que o noso monxe fixo tivo unha relación máis ou menos directa con algunha desas parcelas do saber. E é que, como xa indicou Pensado (1975: 16), o obxectivo principal daquela viaxe de 1745, que fora o de “fecundarse en el conocimiento de

las cosas y sus nombres, fue conseguido en tal manera que de esta fuente nace la mayor parte de la información desplegada en el terreno histórico, filológico, botánico o naturalístico, a partir de 1746”.

Así, pois, se a afección sarmentina á historia natural e á botánica parece fundamentalmente filla dunha idade tan madura coma a dos cincuenta anos, algo moi semellante cómpre dicir verbo do seu interese pola lingua galega e polas cousas galegas en xeral. Pouco hai relativo a Galicia nos escritos que o noso autor produciu entre 1718 e 1745, pero de aí en diante será esta constantemente unha das súas referencias fundamentais en todo tipo de obras, e especialmente, claro está, naquelas que abordan de pleno algún tema galego: *Viaje Geográfico del Autor a Galicia e Historia Natural* (1745), *Catálogo de Voces de la Lengua Gallega recogidas por el Padre Sarmiento en sus viajes de 1745 y 754*, *Sobre el Cerco de Pesquería de Pontevedra y Geografía de esta villa* (1749), *Lista de los Lugares del Reino de Galicia en 750* (1750), *Colección de voces Gallegas en Coplas* (1751), *Viaje geográfico del Autor a Galicia* (1754), *Carta al Padre Terreros sobre el Origen de la Lengua Gallega y sobre la Paleografía* (1755), *Confirmación de que el origen de la fábula del Meco y del Chasco nació fuera de Galicia* (1757), *Castellanos de Orense* (1758), *Origen de la voz gallega Mixiriqueiro contra los portugueses* (1759), *Problema Chorográfico para describir a Galicia con un nuevo método* (1762), *Situación y clima de Pontevedra* (1764), *Onomástico Etimológico Latín-Gallego* (1769), etc.

Dado o xa mencionado interese fundamental de Sarmiento polos estudos etimolóxicos en xeral, non pode estrañar que un dos temas galegos ó que probablemente dedicou máis horas de traballo desde 1745 ata os derradeiros meses da súa vida fose precisamente o das etimoloxías das voces galegas e, nun nivel superior, o da orixe do noso idioma. Non hai que esquecer que el mesmo escribía en 1766 que des que fixera a viaxe de 1745 tomara a firme determinación de se ocupar da raíz dos nomes galegos de historia natural “reduciéndolos a la lengua latina”. Esta foi para el unha tarefa creo que prioritaria na última e cientificamente máis productiva fase da súa vida, entre 1746 e 1772, aínda que é certo que durante certos períodos a deixou nunha especie de barbeito. Co ánimo de ilustrar axeitadamente o glosario etimolóxico que á volta de Galicia decidiu facer, Frei Martín formou a idea de inseri-las voces galegas que tiña recollidas nos seus papeis nun contexto que contribuíse a clarificar adecuadamente o seu significado. Así, o “contexto o tejido de voces gallegas” ó que alude no fragmento dos *Elementos Etimológicos según el Método de Euclides* que anteriormente transcribín non é outra cousa có *Coloquio de 24 gallegos rústicos* (1746), o primeiro poema extenso da tradición literaria galega moderna. Repárese, xa que logo, en que a nosa historia quixo que o autor do –insisto– primeiro poema extenso da nosa tradición literaria moderna non fose un poeta propiamente dito, senón un intelectual que nos deixou escrita unha confesión tan pouco susceptible de interpretacións coma a seguinte: “Jamás he sido poeta y nunca me ocupó mucho tiempo el leer poetas” (cit. en Filgueira Valverde 1994: 123). Frei Martín, pois, non compuxo o

Coloquio de 24 gallegos rústicos concibíndoo como un fin en si mesmo, por pura vocación poética, senón entendéndoo como un medio útil para facilitarlle a consecución daquilo que verdadeiramente perseguía: o estudio semántico e etimolóxico do léxico galego que recollera nas súas viaxes a Galicia³. Por conseguinte, o lector das súas coplas, se probablemente non experimentará un grande pracer estético ó achegarse a elas, cando menos poderá te-la certeza de que se está asomando a un verdadeiro tesouro lexical deza-oitesco oportunamente complementado polo seu erudito glosario e tamén a unha das primeiras tentativas modernas de lle dar unha determinada forma escrita á lingua galega.

Mencionei nos inicios desta biobibliografía un dato que quedou pendente e que sen dúbida merece agora un comentario: o único libro que Frei Martín deu en vida súa á imprenta foi a *Demonstración crítico-apologética del Theatro Crítico Universal*, publicada en 1732 para saír en defensa do seu mestre Feijoo cando o monxe pontevedrés contaba con trinta e sete anos e estaba aínda nos comezos da súa traxectoria intelectual. Á parte disto, o único que accedeu persoalmente a publicar foi a *Aprobacion da Ilustracion Apologética al Primero y Segundo Tomo del Theatro Crítico Universal* que en 1729 sacou á luz o Padre Feijoo, un *Soneto al impugnador del Theatro Crítico* en 1749 e a *Dedicatoria á Flora Española* (1762-1764) do seu amigo don José Quer. Quérese dicir, pois, que logo da experiencia case inaugural da *Demonstracion* Frei Martín soamente consentiu en que se lle imprimisen dúas pequenas pezas (nunca libros) que, por outra banda, eran máis ca nada dúas significativas declaracións públicas de amizade. Por tanto, dá a impresión de que, se desde 1732 ata 1772, durante corenta anos, non quixo entregar para o prelo practicamente nada do moito que escribiu, tal comportamento debeu de obedecer en boa medida a unha natural resistencia súa a saír á luz pública facéndose notar, pero en parte tamén a unha decisión meditada, a algunha poderosa razón derivada dunha probabilísima mala experiencia vivida a propósito dos esforzos empregados na defensa da figura e a obra de Feijoo a principios dos anos trinta⁴. Ó meu parecer, o xenio austero do Padre Sarmiento debeu de sentir estas estériles polémicas como a confirmación de que, nun mundo en que era moita a pedantería oca e ignorante e moi pouca a crítica leal e avisada, resultaba preferible retraerse e compartila aventura intelectual non cunha masa máis ou menos ampla de lectores, senón cun selecto e reducido grupo de amigos.

³ Non deixan lugar a dúbidas as palabras que a este respecto escribiu nalgunhas das súas obras. En *Vida y viajes literarios de Fray Martín Sarmiento* lemos isto: “Con ocasión de la muerte de Felipe V y la exaltación de Fernando VI, salieron diferentes poesías en varias lenguas. Yo que me hallaba con una infinidad de voces y frases gallegas, quise tentar *el coordinarlas* en un metro pueril y claro” (cit. en Filgueira Valverde 1994: 130; a cursiva é miña). No prólogo que precede ó *Coloquio de 24 gallegos rústicos* tamén é moi claro: “aunque no soy poeta y estas coplas son las primeras que hize en este metro, idioma y estilo, importa poco que no sean buenas, pues mi asunto ha sido juntar muchas voces gallegas particulares y escribirlas con su verdadera *orthografía*, que observé en varios instrumentos en lengua gallega que lei en Pontevedra y en otras partes con singular gusto” (Sarmiento 1995: 111; a cursiva é miña).

⁴ Precisamente así o ve Pensado (1972: 9): “Convencido de la esterilidad de las polémicas que se desarrollaron en torno a la obra del maestro ovetense, decidió no volver a publicar más nada”.

Do carácter modesto e inclinado ó retiro do Padre Sarmiento xa falaba en 1730 o seu mestre e amigo Feijoo, quen ademais ponderaba as súas admirables capacidades intelectuais:

Mi religión tiene un sujeto, que en la edad de treinta y cinco años es un milagro de erudición en todo género de letras divinas y humanas. En cualquiera materia que se toque, da tan gratas, tan individuadas las noticias, que no parece se oyen de su boca, sino que se leen en los mismos autores de donde las bebió. Es de tan feliz memoria como de ágil y penetrante discurso, por lo que las muchas especies que vierte a todos asuntos salen apuradas con una sutil y juiciosa crítica. En sujeto tan admirable sólo se conoce un defecto, y es que peca de nimia, o muy delicada, su modestia. Es tan enemigo de que le aplaudan, que huye de que le conozcan. De aquí y de su grande amor al retiro de su estudio pende que, asistiendo en un gran teatro, es tan ignorado como si viviese en un desierto. Bien veo que el lector querría conocer a un sujeto de tan peregrinas prendas; pero no me atrevo a nombrarle, porque sé que es ofenderle (Feijoo 1924: 282).

A determinación de non publicar e de abstraerse no posible de todo aquilo que non fose a súa vida de retiro e estudio constantes déixaa Sarmiento ben clara na carta preliminar dirixida ó cardeal Valenti Gonzaga ó principio das *Memorias para la Historia de la Poesía y Poetas Españoles*, escritas entre 1741 e 1745, onde falaba da “ignata repugnancia” que sempre tivera e tiña “á todo lo que es comercio humano fuera de mí mismo, y de mi celda, y á desear, y apetecer, fuera de Dios, cosa que no tenga en mi celda, ó en mi mismo” (Sarmiento 1775: XVI-XVII). Unha xustificación por extenso deste comportamento que o levaba a vivir retirado sen se prestar ás angueiras da publicación redactouna nun escrito rematado en 1758 que titulou *El porque sí y porque no del Padre Martín Sarmiento*:

Porque sí vive siempre tan retirado.

Y porque no se pone al oficio de escritor (Sarmiento 1988: 25).

Entre os dous porqués existía, segundo el mesmo dicía, unha “conexión natural” (Sarmiento 1988: 79): vivía retirado porque esa era a única maneira que vía para evitalas contradicións que inevitablemente lle crearía a hipocrísia reinante no trato social da época; non publicaba porque publicar supoñeríalle ó cabo entrar de feito no xogo social, e el non estaba disposto a sacrificala súa tranquilidade e conformidade consigo mesmo a cambio do problemático aplauso do mundo:

No sé hablar sino como pienso: por eso debo vivir tan retirado del mundo, que no gusta de esas conformidades. No sé escribir sino como hablo y como pienso: por eso debo huir de tomar la pluma y ponerme al mecánico oficio de escritor, que debe abandonar aquellas conformidades para hacer fortuna en serlo (Sarmiento 1988: 29-30)⁵.

⁵ Véxase tamén o que lle dicía a José Antonio de Armona nunha carta que lle remitiu o 24 de xuño de 1761, incluída na Colección Dávila da Biblioteca Nacional de Madrid e publicada por Pensado (1972: 81-84): “La cordura está en no manifestar lo que se piensa sin necesidad a cualquiera que viene a tentarlo. El mayor peli-

Domina neste *El porque sí y porque no* un ton desengañado e mordaz e un desexo amargurado de poñer ó descuberto a hipocrisía, a vaidade e a ociosidade triunfantes na corte borbónica do XVIII, ó tempo que o seu autor desmente a fama de misántropo e de home de xenio áspero que chegou a ter no Madrid do seu tempo. Na miña opinión, as seguintes palabras de *El porque sí y porque no* poden valer como síntese da súa tese fundamental:

Pase que el retiro ocasionado de un negro humor melancólico e hipocondríaco habitual induzca un genio cual los impostores han fingido en mí; siendo cierto que esos mal acompleccionados huyen por lo común de toda sociedad humana. Pero siendo el retiro ocasionado por una libre reflexión, este retiro es un fuerte conjuro contra todo género de melancolía. Yo vivo muy alegre solo, porque puedo vivir en compañía. No así el hipocondríaco; pues porque la compañía le ofende, sólo aspira a estar solo. A esto es consiguiente huir de los hombres. Al contrario, yo no huyo de los hombres, sino de las maulas, trapacerías, embudos y embestiduras de paseantes en Corte (Sarmiento 1988: 39-40)⁶.

Igualmente claro se mostrou a este respecto Frei Martín cando, vencendo as súas inveteradas prevencións fronte ó trato epistolar, escribía unha carta –publicada por Pensado (1972: 76-78)– en resposta a outra anterior que lle mandara don José Antonio Armona. Era o 15 de maio de 1761 e o Padre Sarmiento, que lle rogaba a Armona que non lle escribise máis para así non perturba-la tranquilidade do seu retiro no convento de San Martín, afirmaba que, se el non publicaba nada, facíao porque esa era a única maneira que vía para preserva-lo sosego e quietude da súa vida. Tanto lle temía ó desacougo que ó seu entender lle produciría o trato cos impresores coma ó derivado da acollida desfavorable que a súa publicación podería ter:

Pero jamás pienso ni pensaré en escribir cosa alguna para que se imprima, como tan escarmentado ya en cabeza ajena. Despues de escrita la materia es preciso sufrir,

gro de la tranquilidad humana es decir lo que se piensa. Decir lo contrario de lo que se piensa es ignominia de la racionalidad y de la sociedad humana. ¿Pues qué remedio? El que yo he escogido; es vivir retirado en un rincón, abstraerme de todo comercio mundano, político, literario y epistolar, y vivir sólo para Dios, para mí y para cuatro amigos. Estos, según el número de convidados, ni deben ser menos que *tres*, como las *Gracias*, ni más que nueve, como las *Musas*” (p. 81).

⁶ Do carácter voluntario da súa soidade, do seu retiro, escribiu Sarmiento en diversas ocasións, e sempre insistindo en que por nada do mundo cambiaría o gozo da aventura intelectual que día a día vivía na súa cela de San Martín polos afáns e desacougos do trato social. Isto é o que lle dicía ó conde de Campomanes nunha carta que lle enviou o 19 de setembro de 1761: “Yo no escribo por interés; no por vanagloria; no por captar Protectores para después cazar tajadas; no para estafar el dinero al Publico vendiendole Gato por Libre. No para dar de comer a libreros e impresores; no para que los Jueces que intenden en caso, se den un baño de piedra marmol, y me empalaguen de negativas. No para dar que reir, mofar, satyrizar, critiquizar, en las Gradas de S. Phelipe a los Literatos de Esquelas y de Papeles varios. Escribo, porque no tengo otra cosa que hazer, viviendo tan solo, y retirado, en mi rincón. Escribo, porque no tengo con quien hablar. [...] Escribo solo por conversar con alguno; y quiero me hagan conversacion una mal tajada pluma; un tintero que necesita de Aguja para marear para hallar el punto en donde está su tinta, y un papel con los Octaplos de Origenes” (in Simón Díaz 1972: 313). Realmente, coido que, ante afirmacións coma esta e mailas outras xa transcritas, non será excesivo concluir que Sarmiento se mostraba un tanto extremoso nos seus receos ante os “enganos” e a “vaidade” do mundo exterior ó seu convento. Pero nisto foi verdadeiramente irreductible.

aguantar y esperar una cuarentena de semanas, antes que el impresor le ponga la primera mano. Las desazones con los impresores ya son antiguas, pero no sé si lo son las que cada día suceden, viendo el autor que a la mitad de la impresión se pone *nihil transeat*; se pone embargo y se da por perdido todo lo hecho.

Hoy más que nunca son muy peligrosas las resultas de un libro después de impreso. Aunque guste a muchos y muchos le aplaudan, como no guste a dos o tres... [...]

Así responda Vmd. a Mr. de La Condamine que yo no dejo de escribir de vez en cuando sobre algunos puntos, pero que España no está para imprimir, ni aun para saber sino cada uno para sí mismo. Jamás me ha arrastrado interés, ni vanagloria, y estoy en que, si esas dos pestes no reinasen en la República Literaria, habría pocos escritores que imprimiesen (Pensado 1972: 77).

Así, pois, Frei Martín revélase, polo menos desde 1730, cando Feijoo fala del no seu discurso sobre as “Glorias de España”, como un home modesto e como celoso gardián da súa intimidade e da tranquilidade do seu retiro conventual. O seu carácter rexo e tal vez un tanto obstinado deulle azos para ir rexeitando decididamente todo aquilo que o puidese perturbar ou inquietar, ben se tratase da publicación de libros e folletos, ben dun réxime de visitas, cartas e consultas para el excesivamente xeneroso e mundano. O doutor Gregorio Marañón chegou a ver nel o comportamento propio dun psicópata depresivo, e probablemente con certo fundamento: “su aislamiento –escribiu Marañón (1934: 144)–, su hosquedad y la defensa que hace de ésta denuncian a un psicópata depresivo, que concuerda con su arquitectura corporal rechoncha o pícnica”. O caso é que, debido a unha obstinación quizais enfermiza, o paso do tempo non fixo outra cousa que endurecer e volver cada día máis inatacable aquilo que en diversas ocasións Filgueira Valverde denominou o “pertinaz ineditismo” do benedictino pontevedrés.

Esta firme determinación de non dar nada ó prelo desde 1732 tivo, evidentemente, repercusións directas na propia conformación interna da súa obra. O carácter desordenado, conversacional case, do seu estilo explícase en boa medida polo feito de que o Padre Sarmiento, cando non redactaba cartas ou elaboraba informes por encargo dalgunha eminente autoridade, escribía fundamentalmente para si mesmo ou para o reducido grupo dos que gozaron do seu trato persoal, un pouco á maneira de quen, ó ir redactando día a día o seu diario, non se preocupa de volver sobre o escrito para pulilo e ordenalo. Esta circunstancia non é en absoluto desdeñable, pois determina que o pensamento de Frei Martín Sarmiento non sempre chegue a nós de forma clara e inequívoca, senón –cando menos ás veces– enturbiado por certa escuridade e mesmo pola contradicción. Como xa indicou Lázaro Carreter (1985: 116),

sus obras acusan sensiblemente la falta de organización definitiva que habrían tenido si su autor hubiera pensado, por un momento, publicarlas. Tienen, por el contrario, un carácter de notas volanderas, aunque eruditísimas, escritas en un estilo llano y familiar, en las que la idea no adquiere un armonioso desarrollo, sino que su curso se ve continuamente turbado por digresiones extemporáneas y anécdotas fuera de lugar. Esto, que da a sus escritos un aire desagradable y espontáneo, supone un grave obstáculo

cuando queremos averiguar el pensamiento definitivo del autor. Lo que afirma unas veces lo niega otras, o, lo que es más corriente, olvida sus anteriores afirmaciones y se desvía por caminos distintos.

Sobre o seu estilo desamañado ou, para dicilo coas súas propias palabras, sobre a súa falta de estilo, falou o mesmo Sarmiento en *El porque sí y porque no*, a súa mordaz e desenganada autoxustificación: “No sé hablar sino como pienso. No sé escribir sino como hablo” (Sarmiento 1988: 29). E aínda, na mesma obra, afirmaba secamente: “aquí no hay que buscar estilo, ya porque soy incapaz de tenerle, ya porque escribo como hablo” (p. 36). O seu estilo, pois, non é máis ca unha manifestación externa da súa vontade de leva-la súa coherencia ata onde lle fose necesario. Ese xeito de escribir desamañado, conversacional⁷, sintacticamente pouco acabado e por veces pródigo en léxico e fraseoloxía moi expresivos e populares, ten que ver, por conseguinte, con todas aquelas razóns que o bieito tiña para non publicar (o seu *porque non*) e, xa que logo, co hábito de escribir para si mesmo ou para un reducido grupo de persoas e nunca pensando na imprenta.

Tamén é de toda xustiza a afirmación de Lázaro Carreter acerca da abundancia de digresións e excursos innecesarios nos manuscritos de Frei Martín. Quen teña certa familiaridade cos seus escritos creo concordará comigo en que o percorrido lineal das súas argumentacións a miúdo se ve alterado por anécdotas que lle acordan subitamente e que lle parece que veñen ó caso, por noticias autobiográficas⁸, por citas e pasaxes diversas dos clásicos, da Biblia ou de autores modernos ou incluso por extensas disquisicións sobre temas relacionados coa historia natural, a botánica, a lingua ou calquera outra materia das que el máis amaba e cultivaba. Todo isto acaba conformando unhas obras en xeral amenas e variadas pero nas que, pola abundancia de digresións que conteñen e pola sintaxe non sempre pulida que presentan, pode facilmente o lector chegar a perde-lo fio argumental e, en definitiva, a non comprender cabalmente o pensamento do autor.

Tal vez o mellor expoñente desta maneira de traballar de Sarmiento sexa a *Obra de Seiscientos Sesenta Pliegos*, redactada entre 1762 e 1766, cando xa andaba polos setenta anos. Tratábase en principio dunha demorada exposición *Sobre Foros de los Benedictinos en Galicia e Historia Natural de España*, e con este título consta na *Cronología* dos

⁷ Nas *Memorias para la Historia de la Poesía y Poetas Españoles* dixo que nesa obra quixera fuxir “de todo estilo que no sea llano, y natural; yá porque así lo pide el asunto, yá porque *tampoco mi genio se acomoda á escribir con mas aliño, que con aquel que me es connatural en la conversacion*” (Sarmiento 1775: 6; a cursiva é miña).

⁸ José Luis Pensado ten sinalado en diversas publicacións que as noticias autobiográficas que Sarmiento deixou espaxadas polos seus escritos son tantas que non resultaría moi custoso escribir con elas unha biografía súa recadándoas aquí e acolá e logo ordenándoas. E paréceme especialmente atinada unha observación de Pensado (1978: 130) en que se afirma que no único libro que Frei Martín deu ó prelo na súa vida, a *Demonstración crítico-apologética* de 1732, as noticias persoais non asoman para nada e a obra perde o carácter de diario, de cousa escrita para un mesmo e non para o público, que presenta a meirande parte dos restantes escritos do bieito.

seus escritos baixo o rótulo do ano 1763. Quería con ela dar resposta a un alegato dos avogados da Coruña en que estes defendían a idea de que da pobreza e atraso de Galicia había que responsabilizar fundamentalmente á orde benedictina, que era a propietaria de grande parte do reino. Ora ben, a cantidade das digresións a que nela se entrega e o admirable exercicio de erudición de que fai gala terminaron convertendo esta obra nun voluminoso compendio de case tódalas materias que a el lle interesaron ó longo da súa vida. Non estraña que, en razón precisamente das súas dimensións, este traballo, que enche os tomos XIII, XIV, XV, XVI e XVII da Colección Medina Sidonia, pasase a coñecerse xeralmente non polo título que na *Cronologia* se lle dá, senón por outro que alude á súa formidable extensión e que xa utilizou o mesmo Padre Sarmiento: *Obra de Seiscientos Sesenta Pliegos*⁹.

É esta obra, sen dúbida, un dos exemplos máis representativos do tipo de traballo intelectual ó que durante décadas se entregou un home sabio, en boa medida autodidacta, voluntariamente alleo a toda caste de círculos ou confrarías literarias, retirado na súa cela tal vez cun pequeno toque de amargura, se cadra un psicópata depresivo —como pensaba Gregorio Marañón—, un home, en fin, que, como el mesmo dixo, dedicou moitas das horas dos seus setenta e sete anos de vida a “leer, estudiar y escribir” (Sarmiento 1988: 40).

⁹ Sobre esta obra fixo Dubuis (1972: 147-148) unha observación que creo merece ser recordada aquí: “El carácter polémico de la *Obra de los 660 pliegos*, si da vehemencia a la expresión, a veces casi populachera, pudo ser obstáculo para un examen más sereno y más profundo de los temas debatidos”.

Anexo

A CRONOLOGIA DE LOS ESCRITOS DEL REVERENDÍSIMO PADRE MAESTRO FRAY MARTÍN SARMIENTO

Xa vai dito máis arriba que o Padre Sarmiento, obedecendo a unha determinación repetidas veces expresada, unicamente publicou en vida un libro, o titulado *Demonstración crítico-apologética del Theatro Crítico Universal* (1732), escrito en defensa do Padre Feijoo. A fonte principal para o coñecemento dos seus manuscritos non é outra cá colección de escritos do Padre Sarmiento que en 1772, o ano da súa morte, mandou reuni-lo seu amigo o duque de Medina Sidonia. Na actualidade están depositados na Biblioteca de Medina Sidonia de Sanlúcar de Barrameda quince volumes desta colección, que xunto cos tres que custodia o Museo de Pontevedra serán proximamente editados polo Consello da Cultura Galega.

Desta Colección Medina Sidonia, que non deixaba de ter algún autógrafo de Frei Martín, derivaron, por unha parte, unha copia incompleta que actualmente se encontra na Real Academia da Historia e, por outra, a copia –por veces bastante descoidada– que a finais do século XVIII ordenou facer don Pedro Francisco Dávila e que hoxe custodia a Biblioteca Nacional de Madrid (a Colección Dávila). Segundo Pensado (1972: 18-19), a Colección Dávila non sempre segue de maneira fiel a súa fonte, que é a Colección Medina Sidonia. Téñase en conta, por tanto, que bastantes das obras de Frei Martín Sarmiento coñecémolas hoxe en día non a través de autógrafos, senón por apógrafos e, así mesmo, que, segundo o profesor Pensado ten dito en diversas publicacións, os copistas que lles deron traslado ás súas obras actuaron a miúdo moi descoidadamente.

A Colección Medina Sidonia levaba un índice titulado *Cronologia de los escritos del Reverendísimo Padre Maestro Fray Martín Sarmiento* que se copiou por dúas veces na Colección Dávila. Fixo a súa edición Pensado (1972: 67-74) e posteriormente reproducíuna en dúas ocasións Filgueira Valverde (1981: 71-79; 1994: 97-104). Aínda que esta cronoloxía non dá noticia de tódolos escritos producidos polo Padre Sarmiento ó longo da súa vida, é en todo caso suficientemente representativa e permite sen problemas tirar conclusións válidas acerca do conxunto dos traballos que quixo levar a cabo e da súa traxectoria intelectual. Por esta razón, a súa consulta en calquera das tres edicións anteriormente indicadas revélase como un complemento moi aconsellable da lectura desta biobibliografía.

- Domínguez Fontela, J. (1924): "Fray Martín Sarmiento. Su autobiografía", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense* 7, 155, pp. 153-172.
- Dubuis, M. (1972): "En torno a unas reflexiones de Fr. Martín Sarmiento acerca de la despoblación de España", *Cuadernos de Estudios Gallegos* 27, pp. 122-148.
- Feijoo, Fr. B. J. (1924): "Glorias de España", in *Teatro crítico universal*. Selección, prólogo y notas de Agustín Millares Carlo. Madrid: Ediciones de "La Lectura", vol. 3, pp. 122-300.
- Filgueira Valverde, J. (1972): "El P. Sarmiento en el Museo de Pontevedra", *Cuadernos de Estudios Gallegos* 27, pp. 74-103.
- Filgueira Valverde, X. (1981): *Fray Martín Sarmiento*. A Coruña: Banco del Noroeste.
- Filgueira Valverde, J. (1994): *Fray Martín Sarmiento (1695-1772)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- Lázaro Carreter, F. (1985): *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, 2ª ed. Barcelona: Crítica; 1ª ed.: anexo XLVIII da *Revista de Filología Española*. Madrid: CSIC, 1949.
- Marañón, G. (1934): *Las ideas biológicas del Padre Feijóo*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Paz, J. (ed.) (1928-1931): "Escritos Filológicos del Padre Sarmiento. Elementos etimológicos, según el método de Euclides", *Boletín de la Real Academia Española* 15 (1928), pp. 670-674; 16 (1929), pp. 244-255 e 366-382; 17 (1930), pp. 275-290, 571-592 e 721-742; 18 (1931), pp. 118-135.
- Pensado, J. L. (1970): "Estudio preliminar", in Fr. M. Sarmiento (1970): *Colección de voces y frases gallegas*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca: Universidad, pp. 7-70.
- Pensado, J. L. (1972): *Fr. Martín Sarmiento, testigo de su siglo*. Salamanca: Universidad [2ª ed.: Salamanca: Xunta de Galicia, 1995].
- Pensado, J. L. (1975): "Introducción", in Fr. Martín Sarmiento (1975): *Viaje a Galicia (1745)*. Edición y estudio por J. L. Pensado. Salamanca: Universidad, pp. 7-39.
- Pensado, X. L. (1978): "Feijoo e Sarmiento: dúas vidas sin paralelo", *Grial* 60, pp. 129-154.
- Sarmiento, Fr. M. (1775): *Obras póstumas del Rmo. P. M. Fr. Martín Sarmiento. Tomo primero. Memorias para la Historia de la Poesía y Poetas Españoles*. Dadas a luz por el Monasterio de S. Martín de Madrid y dedicadas al Excmo. Sr. Duque de Medina-Sidonia. Madrid: Joachim Ibarra. Reed: Buenos Aires: Emecé, 1942. Ed. facsímil da de 1775: Lugo: Alvarellos, 1988 [con "Prólogo" de E. Rivas Quintas].
- Sarmiento, Fr. M. (1988): *El porque sí y porque no*. Edición crítica, introducción y notas de Michel Dubuis, Nicole Rochaix y Joël Saugnieux. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII/Université Lumière de Lyon.
- Sarmiento, Fr. M. (1995): *Coloquio de vinte e catro galegos rústicos*. Edición de Ramón Mariño Paz. [Santiago de Compostela]: Consello da Cultura Galega.
- Simón Díaz, J. (1972): "El P. Sarmiento en los archivos de Campomanes y de Silos: seis cartas más", *Cuadernos de Estudios Gallegos* 27, pp. 306-321.
- Viñas Cortegoso, L. (1952): *Vida y viajes literarios, número y calidad de los escritos del Rvdmo. P. Fray Martín Sarmiento*. Vigo: Monterrey.

BREVE CONTRIBUCIÓN Ó CATÁLOGO DA TRADUCCIÓN Ó GALEGO DURANTE A SEGUNDA METADE DO S. XIX

Antonio Puentes Chao

IESP de Santa Comba

1. INTRODUCCIÓN

Como o propio título indica, este traballo só pretende ser unha pequena contribución ó estudio do que significou durante unha parte do chamado fenómeno do “Rexurdimento” a presenza de traducións doutras linguas ó galego, feito este que sen dúbida debeu de axudar en boa medida a que a nosa lingua e literatura incorporasen influencias das linguas e literaturas próximas (e non tanto) e que a esas alturas posuían un prestixio moi superior. O adianto aquí ofrecido enmárcase dentro dun estudio máis amplo e ambicioso que se pretende levar a cabo nun futuro.

Para a súa realización procedemos a consultar unha serie de publicacións periódicas escritas integramente en galego aparecidas ó longo da segunda metade do século XIX, coa intención de localizar aqueles textos que constituísen unha traducción ou versión dun orixinal nunha lingua diferente.

As publicacións consultadas son as seguintes: *As Burgas* de Ourense (**AB**)¹, *A Fuliada* de Betanzos (**AF**), *A Fuliada* da Coruña (**AFL**), *O Galiciano* de Pontevedra (**OG**), *A Monteira* de Lugo (**AM**), *O Novo Galiciano* de Pontevedra (**ONG**), *A Tia Catuxa*, tamén de Pontevedra (**ATC**) e *O Tio Marcos d’a Portela* de Ourense (**OTM**).

Sen embargo é necesario facer unha serie de puntualizacións a este respecto:

- a) Ó tratarse de semanarios, revistas, etc. aparecidos no século pasado, en moitos casos a súa conservación ata os nosos días foi deficiente, xa que na maioría destes casos non existen edicións modernas que contribúan á conservación de tan interesante patrimonio (agás **AM** e **OTM**, dos que temos edicións facsimilares), e simplemente contamos co que poidamos atopar nas hemerotecas dalgúns dos arquivos

¹ En cada unha destas publicacións figura ó final, e entre parénteses, a abreviatura mediante a cal faremos, no sucesivo, mención a ela.

e bibliotecas da nosa terra. Polo tanto non sempre puidemos consultar todos os números dados á luz no seu momento (non se conservan ou non fomos capaces de localizalos), e mesmo nalgúns casos só accedemos a unha ínfima parte de todo o volume publicado na súa época. Así, de **AB** tan só puidemos consultar os n.^{os} 2 ó 7 (incluídos) (30-12-1894 ó 3-2-1895) e o n.^o 10 (3-3-1895); de **OG** non vimos o n.^o 1 (8-8-1884) nin os correspondentes ó 20-3-1887, 8-1-1888, 15-1-1888, 22 e 29-1-1888 (tal vez non se publicaron), 13-5-1888 e 6-1-1889²; en **ONG** non vimos o n.^o 1 (19-8-1888), e o último que consultamos foi o n.^o 25 (10-2-1889), onde aparecen artigos que acaban cun “continuarase”; así mesmo, de **ATC** tan só traballamos cos n.^{os} 2 a 5 (6-10 a 3-11-1889) e 11 a 18 (4-1 a 22-2-1890); por último, de **AF** só comprobamos os n.^{os} 8, 13 e 20 (5-5, 9-6 e 29-7-1887) e de **AFL** os n.^{os} 2 ó 24 (9-2 ó 26-7-1888).

b) Á hora de localizar os textos, estes non sempre ofrecen datos claros e precisos sobre a súa procedencia ou non doutra lingua, polo que ás veces se presentan dúbidas, as cales procuramos ir resolvendo na medida do posible, pero que nalgúns casos sempre estarán a expensas de novos datos que poidan xurdir nun futuro. Do mesmo xeito é bastante habitual que se produzan ambigüidades no referente a quen é o autor e quen o traductor, ambigüidades que non sempre fomos capaces de elucidar de forma totalmente fiable, polo que é posible que os datos ofrecidos a este respecto sexan susceptibles de modificación á luz de posteriores informacións.

En calquera caso, da consulta de todo este material obtivemos un conxunto de 60 textos nos que, dunha ou doutra forma, se nos indicaba con certa claridade a súa procedencia doutra lingua. Deses textos pasamos a dar conta nos apartados seguintes.

2. PUBLICACIÓNS E DATAS MÁIS RICAS EN CANTO A TRADUCCIÓNS OFRECIDAS

Antes de ofrecer datos concretos neste sentido debemos dicir que, polo que puidemos observar, era frecuente que un mesmo texto aparecese en máis dunha publicación (estas intercambiábanos ou copiábanos; téñase en conta que falamos de xornais que tiñan, en moitos casos, un número moi concreto de lectores asiduos e dentro dunha área xeográfica moi determinada), razón pola cal as cantidades parciais superan na súa suma ó número total, ó seren algúns textos contabilizados en máis dunha ocasión.

A publicación máis prolífica neste sentido foi **OTM**, cun total de 26 textos (entre abril de 1876 e xuño de 1889). A continuación está **OG** con 18 textos (entre novembro de 1885 e xuño do 1889). En terceiro lugar temos **AM** con 15 textos (de outubro de 1889 a decembro de 1890). **ONG** publica 3 textos (de setembro a decembro de 1888). E

² Indicamos só a data porque a partir do n.^o 123 prodúcese un auténtico caos no que á numeración se refire (números repetidos, voltas atrás, etc.), polo que o único que é de fiar é a data de publicación.

por último **AF** tan só nos ofrece 1 texto (xuño de 1887), mentres que tanto os números consultados de **ATC** como de **AB** e de **AFL** non presentan en ningún dos seus artigos indicacións ou indicios de que estes poidan ser o froito dunha traducción.

OTM non só é o que ofrece un maior volume de escritos deste tipo (o que é normal, se temos en conta que a súa publicación perdurou no tempo máis ca ningunha outra das aquí estudias), senón que ademais é o que empeza a facelo nunha data máis temperá, polo que, salvo datos máis precisos, podemos consideralo o “precursor” deste tipo de publicacións dentro do que é a “prensa” integramente escrita en galego (claro que esta afirmación non deixa de ser unha obviedade se temos en conta que foi precisamente **OTM** o primeiro de todos eles e, en palabras de Alonso Montero –1989, p. XXXVII– tamén “o mellor de todos”). **OG** ocupa o segundo lugar, non só no que a cantidade de textos se refire, senón tamén no que respecta ó abano de anos durante o cal nos ofrece este tipo de presencias (faino durante 5 anos do total de 6 que ve a luz); e mesmo é o segundo en ser o que en data máis temperá recolle a iniciativa de presentar artigos consecuencia dunha traducción. **AM** só viu a luz durante 2 anos, polo que é lóxico que nos ofrezca un menor número de textos obxecto da nosa análise, pero sen embargo atopámonos con que nos ofrece unha media de 7,75 textos por ano de publicación, polo que desde este punto de vista a orde varía totalmente e pasa a ser a primeira e máis importante, por diante de **OTM** (2,8 t./ano –dos 9 de publicación que consideramos–³) e de **OG** (3 t./ano) –e tamén por diante de **ONG** (con 1,5 t./ano)–. Son **ONG** e **AF** (con 3 e 1 texto, respectivamente), xunto con **ATC**, **AB** e **AFL** (nos que non atopamos traducións) os que teñen unha relevancia menor, o que por outra parte é normal, considerando, ben a escasa cifra de números aparecidos, ben os poucos ós que conseguimos ter acceso.

No que se refire ós anos nos que teñen lugar un maior número de aparicións, observamos que o ano 1890 supera a todos os demais con diferenza, ó contabilizarmos nel un total de 14 textos aparecidos nas diferentes publicacións consultadas⁴; é este o ano de “auxe” de **AM**, na cal se publica a totalidade destes 14 textos, polo que unha vez máis nos atopamos con que este semanario demostra un especial e destacado interese en ofrecer ós seus lectores este tipo de documentos; non en van esta revista ten con respecto ás outras da súa época escritas en galego, en palabras de Carme Hermida e Antón Santamarina (1989, p. XXV) “un matiz ideolóxico diferencial”, que se manifesta no seu subtítulo *Somanario d'intreses rexionales e literatura*, e, tal e como afirman Hermida e Santamarina (*ibidem*) “entre as primeiras reivindicacións rexionalistas está o idioma”, todo o cal diferencia esta publicación das demais, xa que “a maior parte das súas antecesoras teñen outros intereses primarios” e “no caso que nos ocupa, a lingua galega, a súa defensa e ilustración, é o obxectivo principal; por iso a revista nos fornece moita informa-

³ 1876-1877, 1883-1889.

⁴ De novo debemos ter en conta que hai textos que, por apareceren publicados en máis dunha ocasión (e ás veces en anos diferentes), se atopan así mesmo contabilizados tantas veces como foron publicados.

ción de interese lingüístico e sociolingüístico” e, engadimos nós, fai un particular esforzo en intentar demostrar un dos principios básicos de calquera proceso de normalización dunha lingua: a súa total validez para reproducir todo tipo de escrito igual que calquera outra. A continuación sitúase o ano 1889 con 10 textos, e despois os anos 1885 e 1886 con nove textos cada un, para logo, nos anos intermedios 1887 e 1888, obtermos un total de 7 textos en cada un deles. Nas datas anteriores a este sexenio o número diminúe significativamente, contabilizándose 1 texto no ano 1876, tamén 1 no 1877, 5 no 1883 e finalmente 2 no 1884. En resumo, podemos apreciar que no sexenio 1885-1890 atopamos un 86% dos textos obxecto da nosa análise, o que non debe de ser froito da casualidade se temos en conta que nestas datas culmina o que se deu en chamar nacemento da conciencia galega coa presenza en toda a súa forza do Rexionalismo (que xurdiu á par dos movementos rexionalistas vasco e catalán, lingua esta da que atopamos varias mostras de traducción) e que ó redor destes anos se produce o que poderíamos cualificar de “eclosión” do movemento da renacemento galega, coa presenza de feitos tan significativos como a aparición da editorial *Biblioteca Gallega* (1885), a publicación de *Queixumes dos pinos* (1886), da terceira edición –ampliada con respecto ás anteriores– de *Aires da miña terra* (1886), do *Divino Sainete* (1888), do *Catecismo do labrego* (1889) ou de *El Regionalismo* de Brañas (1889), a obra base do movemento político do mesmo nome e anteriormente citado.

3. OS XÉNEROS OBXECTO DE TRADUCCIÓN

Sabido é que durante o Prerrexurdimento e o propio Rexurdimento o xénero máis cultivado e que, desde logo, supuxo un maior e mellor impulso para o proceso normalizador do galego foi o da poesía. En efecto, ó ser este o “xénero do sentimento” (que sintonizaba ben cunha lingua que se consideraba capacitada para expresar “calquera sentimento”) considerouse máis adecuado para enarborar a bandeira da defensa da lingua, defensa que agora estaba en gran medida provocada polo, precisamente, sentimento de aprecio que, cada vez máis, se lle estaba a ter. Isto provoca un aumento progresivo na utilización da lingua escrita (maioritariamente na poesía, como dicíamos), tal e como moi ben explica Hermida (1992a, p. 147) (os subliñados son nosos):

Certifica-la existencia dos elementos que facían del (do galego) unha lingua apta para a escrita foi un dos principais labores que houbo que realizar para potencia-la creación da literatura. Por iso, a partir dos primeiros momentos da Renacemento, os distintos autores centraron os seus esforzos en mostráreno como unha lingua que posuía unhas características especiais, superiores ás doutras linguas, para expresar determinado tipo de sentimentos. (...) Había que demostrar que permitía a elaboración estilística, é dicir, (...) que nas mans dun escritor se mostraba dócil para adaptarse ó ritmo propio da literatura, especialmente da poesía.

E a continuación a propia autora (*ibidem*, p. 148) fai unha serie de alusións a críticos e estudiosos da época que referendan o dito, con afirmacións tales como a de Ginard⁵ cando di que “*el idioma en que habla la musa inspirada de Curros, es uno de los más flexibles y que mejor sirven á la poesía*”.

Pois ben, 33 dos textos encontrados son poesía⁶, é dicir, un 55% do total, o cal parece lóxico se consideramos o anteriormente exposto. A variedade é grande: atopamos o que poderíamos cualificar de poesías “narrativas”, sátiras políticas, pezas dialogadas, fábulas, etc., claro que, pola contra, tamén nos encontramos con traducións de pezas moi afamadas e coñecidas (logo falaremos diso), o que, unha vez máis, parece ser un intento por demostrar que a galega é unha lingua tan válida como a latina, a castelá... (linguas das que se fan esas traducións) para plasmar eses mesmos contidos.

Os restantes 27 textos están en prosa (o 45%). Esta porcentaxe é moi elevada, e non se corresponde en absoluto coa produción en galego do momento, na que predominaba a poesía, como xa vimos, o que vén indicar que parece haber unha intención de encher coas traducións o baleiro que había naqueles momentos con respecto ás publicacións prosísticas, que se atopaban en franca minoría en relación co xénero poético. Pero esta idea exprésaa á perfección Manuel Comellas, precisamente un dos tradutores cos que nos atopamos nestas publicacións (xa que del temos unha tradución dun fragmento do *Génie du christianisme* de Chateaubriand), quen nun artigo publicado no 1875 en *El Heraldo Gallego* dicía o seguinte⁷:

Nosos enemigos (sabédolo millor qu'eu) por non saberen xa que desiren, din qu'o linguaxe gallego é fala de bestas, que con il, soilo pódese falar de cousas d'a montaña, mais non centíficas, nin moito menos; que non se hachan n-il diciós que monten o mesmo qu'as escollidas d'outras lengoas (...) Inda faltanos un pouco de camiño pra confundilos, e necesario traballar hastra sair con vitoria n-o terreo centífico ó mesmo que n-o poético; e, hai que decilo, non temos un libro d'isa clas, escrito en gallego. ¿Por qué? Non séi. Eu, probe de min (...) choro esa faltiña e (...) quero dar unha proba d'o que val o melosiño linguaxe gallego n'iste terreo, inda virxen. Si tivera con qué, veríades un libriño; son probe e soilo podo hachar un currunchito n'os papeis que se pubrican n-a miña terra.

Parece que esta idea de Comellas de traballar “n-o terreo centífico ó mesmo que n-o poético” para cultivar ese terreo “inda virxen” da prosa é extensible ó resto de tradutores do momento.

Dentro deste apartado da prosa podemos facer unha sub-clasificación: 15 deses textos constitúen o que poderíamos cualificar de “prosa literaria”, o resto (12) (o 20% do

⁵ R. Ginard de la Rosa, “Un libro y un poeta”, en *El Independiente*, 27 (7-7-1881), 1-2.

⁶ Non parece este o momento de entrarmos en disquisicións terminolóxicas, polo que ó falarmos de poesía estémonos a referir simplemente a calquera texto que estea escrito en forma de versos e que posúa algún tipo de rima (cousa que, por outra parte, tampouco sería totalmente imprescindible).

⁷ Manuel Comellas, “Recreacións centíficas”, en *El Heraldo Gallego*, Ourense, 33 (12-8-1875), 249-250. Collido de Hermida (1992b, pp. 97-98).

total) son prosa non literaria (artigos de opinión sobre temas varios, comentarios políticos, mesmo ensaios lingüísticos...).

4. AS LINGUAS TRADUCIDAS⁸

Dos 60 textos cos que traballamos temos 20 (o 33%) nos cales non se nos indica a lingua da que proceden, nin tampouco se nos ofrecen datos suficientes como para poder precisalo de forma fidedigna.

Naqueles textos (os 40 restantes, é dicir, un 67% do total) nos que temos constancia da súa procedencia lingüística a lingua máis traducida é o castelán (concretamente son 27 os textos que, ou ben así o indican, ou ben se pode deducir e concluír das diferentes informacións que nos fornecen), o que, por outra parte, parecía bastante esperable, cremos que por, fundamentalmente, dúas razóns: en primeiro lugar esa é a lingua coa que indiscutiblemente se ten un maior contacto, e que, consecuentemente, se coñece e se domina mellor por un maior número de hipotéticos tradutores; en segundo lugar non debemos esquecer que, durante os séculos anteriores, a marxinação lingüística á que se viu sometido o galego estivo provocada pola incesante e crecente presión do castelán; así pois, á hora de demostrar que a galega era unha lingua útil, fermosa, apta e adecuada, o “inimigo” que había que bater era sen dúbida aquela lingua que sistematicamente viñera substituíndo á propia en todos os usos “cultos” (dos que a escrita, na súa totalidade, forma parte fundamental), e nada mellor que unha tradución para facer ver que todo aquel texto que estivese en castelán, fose prosa ou poesía, podía aparecer exactamente igual en galego.

A segunda lingua máis traducida é o catalán, con 4 textos. A explicación de que sexa a segunda en presenza tamén é doada: debemos recordar que nos estamos movendo fundamentalmente ó redor do sexenio 85-90 (V. *supra*), durante o cal está en pleno vigor o movemento Rexionalista. O Rexionalismo xorde á par do movemento rexionalista catalán, co que comparte o mesmo proxecto de intento de organización do estado español de forma descentralizada, polo que nestas datas as relacións entre as dúas comunidades se acentúan, tal e como explica Hermida (1993, p. 39):

A partir do ano 1885 nótase (en Cataluña) unha progresiva mudanza neste escaso coñecemento da realidade cultural e política de Galicia debido, fundamentalmente, a dúas razóns. Por unha banda á propia situación galega pois a década dos oitenta supón a consolidación definitiva do rexurdimento cultural e mailo nacemento e progresivo asentamento da ideoloxía política denominada rexionalismo. A segunda razón do

⁸ Tamén aquí debemos ter en conta que en determinados casos é posible que as informacións dadas polos propios textos sexan inexactas: cando o tradutor recorre a unha lingua intermedia (normalmente o castelán) en lugar de traducir directamente daquela da que di ter traducido o artigo, casos estes moitas veces imposibles de detectar.

cambio é a aparición no mercado editorial de determinadas revistas de ideoloxía rexionalista, tanto no ámbito catalán coma no galego. (...) Isto é, a través do intercambio de publicacións, as diferentes noticias galegas chegan puntualmente a Cataluña ...

Ata tal punto hai unha boa comunicación entre as dúas comunidades que o propio Brañas publica a súa obra máis significativa a este respecto, *El Regionalismo. Estudio sociológico, histórico y literario*, en Cataluña (concretamente en Barcelona no ano 1889) e alentado por cataláns. En definitiva, prodúcese unha identificación entre a lingua catalana e a nosa, identificación que vén provocada en gran medida pola comunión ideolóxica existente entre os círculos nacionalistas das dúas comunidades, todo o cal provoca un especial interese en dar a coñecer aquí aquelas obras e personalidades máis importantes do mundo político-cultural catalán (como son concretamente Joaquim Rubió i Ors ou Apel·les Mestres).

A terceira lingua máis traducida é o francés, con 3 textos (xunto co latín, do que agora falaremos). Aínda libre da preponderancia da lingua inglesa, o francés era unha lingua con gran prestixio internacional, estudada polas clases sociais máis cultas, e, consecuentemente, relativamente ben coñecida. Francia e a súa lingua eran identificadas naqueles tempos coa cultura e co poder.

Pero tampouco podía faltar, por suposto, a presenza de linguas máis clásicas, como o latín (3 textos) ou o hebreo (2 textos). No caso do latín, ademais, é significativo destacarmos que dúas das composicións procedentes desa lingua aparecen presentes en máis dunha publicación, co cal temos que supoñer que a súa difusión foi maior, polo que, engadida esta perspectiva, deberíamos considerar a presenza de traducións da lingua latina en terceiro lugar, despois da castelá e da catalana, e por diante da francesa.

Por último temos 1 único texto traducido desde o portugués, cantidade esta desde logo moi exígua para tratarse dunha lingua tan próxima á nosa (tanto lingüística como culturalmente). A explicación pensamos que pode estar, simplemente, no xa tradicional “vivir de costas” a Portugal que na nosa patria se deu a partir da consolidación dese país como estado independente, o cal provocou que por parte das clases populares se produxise un progresivo e continuado descoñecemento e desinterese da súa cultura.

En conclusión, se facemos un cálculo porcentual entre aqueles textos dos que temos datos sobre a súa procedencia lingüística, extraemos os seguintes resultados:

- De procedencia castelá 67,5%
- De procedencia catalana 10,0%
- De procedencia francesa.....7,5%
- De procedencia latina 7,5%
- De procedencia hebrea 5,0%
- De procedencia portuguesa.....2,5%

Por outra parte, debemos ter sempre en consideración, á hora de abordar unha tradución, a posibilidade de que esta sexa feita a través dunha lingua intermedia, e non directamente da súa fonte orixinal: pois ben, se isto non parecía pensable nos casos das

linguas contemporáneas, tampouco no que se refire ás traducións desde o latín, dado que sabemos os nomes dos tradutores e cóstanos que eran uns bos coñecedores desa lingua (Saco e Arce, García Mosquera e Pérez Ballesteros) (e mesmo desde o hebreo, se nos fiamos da información que do tradutor –Pérez Ballesteros– se nos dá na *Gran Enciclopedia Gallega*, s.v. *Pérez Ballesteros, José*, cando se nos di que “... dio a la imprenta (...) una traducción, hecha directamente del hebreo...”).

5. OS AUTORES MÁIS TRADUCIDOS

O autor máis traducido é, precisamente, o catalán Joaquim Rubió i Ors (del son 3 dos 4 textos procedentes desa lingua). Rubió i Ors, un dos principais expoñentes da *Renai-xença* catalana, nacera en Barcelona no ano 1812 e morreu no 1899 (xustamente dez anos despois de apareceren publicados os tres artigos, e ademais en tres semanarios diferentes –e nalgún outro da época que non entra agora no obxecto do noso estudio⁹). Este autor, con estudos de física, francés, teoloxía, literatura, latín... adquiriu sona cos artigos de costumes publicados na prensa do momento e, sobre todo, cando no ano 1839 aparece a que foi a máis popular das súas poesías co pseudónimo *Lo Gaiter del Llobregat* (O Gaiteiro do Llobregat) (posteriormente publicaría un libro con ese mesmo título). Precisamente é esa unha das poesías que se nos ofrecen deste autor, traducida por Pérez Ballesteros para a edición políglota do libro que leva ese mesmo título. E que mellor que as palabras do propio Pérez Ballesteros na súa presentación sobre este autor, esta poesía e o seu significado (con motivo do cincuentenario da súa publicación)¹⁰ para entendermos a decisión dos semanarios galegos do momento de a incluír nas súas páxinas (os subliñados son nosos):

Al querer explicar el catalanista Sardá, la causa del extraordinario éxito de las poesías del *Gaiter*, y, admirado de que una simple manifestación literaria apasionase de tal suerte los espíritus, en el momento histórico en que hondamente los traían perturbados sobreexcitaciones de otra índole, incompatibles á primera vista con aquella inocente distracción, nos dice: “Rubió y Ors había encarnado y resumido en sus versos un conjunto de aspiraciones y sentimientos que flotaban en la atmósfera moral de Barcelona y de Cataluña.” “A nadie, tal vez, se le ocurría preguntarse: por qué razón el idioma en que rezaba y enamoraba y hacía sus negocios y sostenía sus amistades, el idioma de sus padres y de sus hijos, el idioma que oía en el hogar y en el templo, por qué razón, aquel idioma, que era su vida, había de quedar reducido como instrumento literario á serlo simplemente de cuatro sainetones chocarreros, sin que ni una sola vez sir-

⁹ Por exemplo en *Galicia Regional*, n.º 3 (marzo de 1889), 135-139 (unha delas) e n.º 4 (maio de 1889), 279-281 (outra).

¹⁰ En *Galicia Regional*, n.º 3 (marzo de 1889), 135-139. Probablemente de aquí a collería despois *O Galiciano* (n.º 218, 14-04-1889, 4-5).

viase en papeles y letras de molde para aquello mismo que en la conversación corriente y diaria hallaba en él espontáneo y dócil vehículo.”(...)

Rubió y Ors fue el primero que tuvo la gloria de escribir en catalán poesías serias, en el diario de mayor circulación del principado; (...)

Sus poesías, en todos los géneros, (...) dejan comprender fácilmente el entusiasmo con que fué acogido dentro y fuera de España (...) el pensamiento de celebrar el quincuagenario de la regeneración de la literatura catalana, á la cual sirvió de enseña la publicación de la poesía *El Gayter del Llobregat*.

Parece claro que Cataluña é o espello no que, agora máis que nunca (debido ó Rexionalismo), se mira a intelectualidade do rexurdimento galego. E é o exemplo desta comunidade o que se quere transmitir ós lectores.

Despois de Rubió i Ors, os autores máis traducidos son Ramón de Campoamor, Gustavo Adolfo Bécquer e Leopoldo Martínez Padín, con dúas composicións cada un, todas elas do castelán.

Debemos empezar por Campoamor porque unha das súas composicións aparece repetida en dous números distintos de *OTM* (e a outra cóstanos que ademais de en *ONG* aparece tamén en, polo menos, outra revista da época que agora non é obxecto do noso estudio¹¹). Campoamor (1817-1901) foi un destacadísimo escritor no seu tempo, pero mellor que as nosas para explicalo, escoitemos as palabras de Ruiz de la Peña (1994, p. 18):

... en su época uno de los escritores más reputados (más de cincuenta años gozando del fervor incondicional de los lectores)...

Porque no es sólo que Campoamor causara entusiasmo entre las legiones de sus fieles lectores y en la turba de poetastros convertidos al modelo de su singular escritura, sino que los propios contemporáneos (el temidísimo Clarín, el sarcástico ensayista y político conservador Pidal y Mon, la novelista Emilia Pardo Bazán, el erudito y perspicaz lector Menéndez Pelayo y, aun, el príncipe de los poetas *fin de siècle*, Rubén Darío) mostraron de forma más o menos constante (...) su admiración por la obra campoamoriana.

Este autor, hoxe esquecido, destacou fundamentalmente polas súas poesías, en especial polas *Doloras*, poemas que provocaron a aparición de moitos imitadores e causaron un furor tal na segunda metade do XIX que desta obra se publicaron trinta edicións ata o ano 1902. Por suposto, como non podía ser menos, as traducións ás que nos estamos a referir son dúas “Doloras” (“O Gaiteiro de Xixón” e “¡Quen soupera esquirbir!”).

Cremos sobrado dicir nada sobre Bécquer. Este destacado autor romántico adquiriu sona gracias ás súas *Rimas*, das que proceden as súas dúas traducións (“Porque son, nena, os teus ollos...” –a n.º 12– e “Eu acerqueim’os grandes percipicios...” –a n.º 47–). É lóxico que se inclúan composicións dos románticos españois tendo en conta que, en certa medida, o movemento rexurdimentista galego comungou co romanticismo no refe-

¹¹ En *Galicia Humorística*, no n.º correspondente ó 15-1-1888, 11-12.

rente a que este creou un ambiente favorable para a recuperación do autóctono naquelas nacionalidades carentes de estado.

A razón de nos ofrecer traducións de Martínez Padín (1823-1850) pensamos que é outra ben distinta: trátase dun galego que, xa antes dos anos 50, igual que os seus contemporáneos Francisco Añón, Alberto Camino, etc., escribía sobre Galicia, e, aínda que en castelán, obras tan importantes como a súa *Historia política, religiosa y descriptiva de Galicia*, de onde están collidas as dúas traducións deste autor. Seguramente pensou D. Amador Montenegro, o seu traductor e editor de *AM*, que había que dar a coñecer ó público unha personalidade como a deste periodista, poeta e historiador, tan ilustre para o prerrexurdimento galego a pesar da súa prematura morte ós vinteseite anos.

6. OUTROS AUTORES AFAMADOS OBXECTO DE TRADUCCIÓN¹²

Dentro deste apartado poderíamos facer unha subclasificación en dous grupos: os escritores nas linguas do estado español e os das linguas de fóra de España.

No primeiro dos grupos, unha vez máis, atopamos o catalán e o castelán.

O autor catalán que nos quedaba por comentar (recordemos que das 4 composicións procedentes desta lingua 3 eran de Rubió i Ors) é Apel.les Mestres (1854-1936), debuxante, músico e escritor, faceta na que o “seu concepto de l’obra d’art com a manifestació total el duqué a negar la independència dels gèneres”¹³, e na que acometeu tamén labores de traducción, como da obra *Intermezzo* do autor alemán Heine.

Do castelán tradúcense textos de, entre moitos outros escritores galegos da época do rexurdimento¹⁴ (practicamente todos tiñan, total ou parcialmente, obra en castelán), Rosalía e Alfredo Brañas. De Brañas, como non podía ser menos, ofrécesenos un “Discurso” rexionalista pronunciado por este autor en Santiago o 9 de marzo de 1890. De Rosalía, como moi ben informa Alonso Montero (1989, p. xxxix) publícase a versión galega das dúas primeiras páxinas do seu artigo “El cadiceño”, que fora publicado no 1866 (claro que o seu traductor, o señor López Prado, non indica a súa procedencia, atribuíndose o texto como propio).

De entre as linguas foráneas ó estado español podemos destacar as traducións de Chateaubriand, Heine e un clásico, Horacio. Do francés Chateaubriand (1768-1848), considerado unha das figuras máis importantes do primeiro romanticismo francés, temos dous fragmentos do que sen dúbida é unha das súas obras máis importantes e coñecidas, *Génie du christianisme* (1802), na que fai unha apoloxía do cristianismo. Do

¹² Non se trata de facer unha lista exhaustiva, senón, simplemente, de indicar algúns que nos parecen especialmente significativos.

¹³ *Gran Enciclopedia Catalana*, s.v. *Mestres i Oñós, Apelles*.

¹⁴ Juan Barcia Caballero, Ventura Ruiz Aguilera, Heraclio Pérez Placer...

tamén romántico alemán Heine (1797-1856) preséntanos Amador Montenegro Saavedra (V. *infra*) unha poesía, case con toda probabilidade traducida a través dalgunha das varias versións que por aquel entón, e polo menos desde o ano 1856, había ó castelán. Por ultimo, do latino Horacio (65-8 a.C.), sobre todo coñecido na actualidade pola súa *Epistola ad Pisones*, preséntasenos, por duplicado en *OTM* (e tamén noutras revistas varias do momento¹⁵) a xa popular versión do “*Beatus ille...*”, o 2º dos seus *Epodos* (que non *Odas*, como na composición se indica), feita por José García Mosquera; tal vez as razóns de facela constar neste semanario (mesmo por dúas veces) respondan ós seguintes argumentos: a) é xa unha composición moi coñecida por aqueles momentos; b) é unha das poucas, e tamén das primeiras, mostras de traducción directa¹⁶ dun clásico latino ó galego; c) “é peza de grande perfeición prosódica, estilística e lingüística (...) e nela o galego atinxe unha prestancia nova, ao se fundir as voces enxebres coa elocución clásica na que latexa o gosto humanístico”¹⁷; d) aquel mesmo motivo que Alonso Montero (1992, pp. 530-531) indica como razón do propio García Mosquera para a escribir cando di que “todo fai supoñer que a índole do poema, inzado de elementos rurais e de adhesión á vida campesiña (non mísera), foi a condición que invitou ó humanista Xosé García Mosquera a facer falar a Horacio en galego”.

7. TRADUCTORES MÁIS FRECUENTES

Os dous homes que, con diferenza, máis se dedican ó labor de ofrecer traducións nas publicacións consultadas son José Pérez Ballesteros e Amador Montenegro Saavedra, cun total de 5 textos cada un deles.

Pérez Ballesteros (1833-1918) traduce dous salmos de David (o 2 e o 103), un “Cántico de viernes santo”¹⁸, e dúas poesías do catalán (a xa citada “O gaiteiro d’o Llobregat” e “Doores e consolos”, ambas as dúas de Rubió i Ors). Este humanista, licenciado en Filosofía e Letras e doutor en Dereito, posuía coñecementos dabondo para realizar esas traducións, e ademais tiña un particular gusto pola poesía; neste sentido, como membro que era da asociación “Folklore gallego”, creada por Emilia Pardo Bazán na Coruña, traballou na recompilación e na divulgación da poesía popular galega, publicando, entre outras moitas obras, o seu coñecido *Cancionero popular gallego y en particular de la provincia de la Coruña* (1885-86). Foi membro de diferentes corporacións científicas e literarias de varios países e ademais un dos 40 numerarios fundadores da Real Academia Galega.

¹⁵ *El Heraldo Gallego*, *Liga*, etc.

¹⁶ García Mosquera posuía “un grande dominio das linguas mortas e vivas.” (Carballo Calero, 1981, p. 87).

¹⁷ Carballo Calero, 1981, p. 88.

¹⁸ Da primeira aparición destas tres informa xa Carballo Calero, 1981, pp. 110-111.

Amador Montenegro (1864-1932), poeta e membro tamén da Real Academia Galega, fai as traducións para o semanario do que é fundador e director: *A Monteira* de Lugo (asinando sempre simplemente coas iniciais A. M.). As tales traducións son unha de Heine (posiblemente a través dalgunha versión castelá), unha de Apeles Mestres (“O emperador d’a China”, a única mostra que atopamos deste autor, pois as outras do catalán eran de Rubió i Ors), unha de Ventura Ruiz Aguilera (concretamente “La gaita gallega”, a mesma que reproducira Rosalía en *Cantares Gallegos*¹⁹) e as dúas xa citadas de Leopoldo Martínez Padín. Debemos ter en conta ademais que é moi posible que algunhas das traducións presentes en *AM* das que non se dá indicación do traductor ou nas que simplemente consta un “traducido pola Redacción d’A Monteira” sexan así mesmo obra do propio Montenegro, un dos que máis traballaba, senón o que máis, por sacar puntualmente á luz o semanario.

8. OUTROS TRADUCTORES DE ESPECIAL RENOME

Dentro deste capítulo podemos empezar, polo especial papel que xogou no momento histórico no que nos estamos a mover, por Alfredo Brañas (1859-1900), o creador da teoría do Rexionalismo. Este home, profesor da Universidade compostelá, magnífico escritor e orador, estendeu moi axiña a súa fama por toda España, e especialmente por aquelas comunidades que se sentían máis identificadas coas súas teorías rexionalistas (caso de Cataluña). Escribiu poemas tanto en galego coma en castelán, e a todo isto temos que lle engadir o seu gusto pola traducción, ata o punto de que tiña o proxecto de facer unha versión moderna das *Cantigas de Sta. María*, de Afonso X. De Brañas atopamos en *ONG* (e noutras do momento, como antes indicamos) unha traducción dun poema de Campoamor, tan de moda, como xa dixemos, por aquel entón.

Así mesmo temos tamén unha de Saco e Arce (1835-1881) do latín (“*Staba mater...*”) (non foi a única que fixo desta lingua), da que xa daba conta tamén Carballo Calero (1981, p. 113-114). E tampouco falta outro destacado precursor, como é Xoán Manuel Pintos (1811-1876), que xa na súa coñecida obra *A Gaita Gallega* (1853) nos ofrecía a traducción do *Carmen* latino do Padre Amoedo dedicado a Pontevedra; nesta ocasión Pintos figura como traductor tamén dun poema dedicado a Pontevedra, que, supostamente, estaba escrito orixinariamente en francés.

9. CONCLUSIONES

Á luz destas informacións parece que se pode concluír que aquel conxunto de personalidades que ó longo da segunda metade do s. XIX estaban a realizar un importantísimo

¹⁹ V. Alonso Montero, 1989, p. XXXIX.

esfuerzo por facer do galego unha lingua habitual tamén a nivel escrito (de aí o seu empeño en publicaren estes semanarios escritos exclusivamente na lingua patria) eran plenamente conscientes da importancia que o xénero da traducción podía ter neste sentido, fundamentalmente como instrumento dignificador da lingua, ó equiparala non só ás linguas modernas con prestixio, senón tamén ó demostrar que era igualmente apta para accedermos ó coñecemento dos nosos clásicos. E neste sentido, partindo dun principio de lóxica coherencia, céntranse algo máis nó xénero poético, porque saben que a poesía ten unha máis longa tradición na nosa lingua e que por tanto a súa lectura resulta máis cómoda e fluída e, ó mesmo tempo, coas súas rimas, xogos de palabras e figuras retóricas, deleita especialmente os particulares gustos dos potenciais lectores do momento; pero, por outra parte, intentan tamén, e en gran medida, promover a prosa, xa que son conscientes da escasa presenza que esta tiña naquela época.

Evidentemente prodúcese unha comunión entre a creación literaria e a ideoloxía política. É precisamente no centro do período Rexionalista onde atopamos un maior índice de textos froito dunha traducción, tal vez nun intento de, por unha parte, dar a coñecer aquelas linguas que podían identificarse na súa situación coa nosa, e, por outra, ofrecer un contraste o suficientemente exemplificante de que Galicia posúe unha lingua propia e diferenciada, cualificada e desenvolvida, adecuada e válida.

A “loita” máis grande e máis desigual prodúcese co castelán, lingua que, como indicabamos, é obxecto dun maior número de traduccions, porque é así como mellor se pode demostrar a igual validez que un ou outro idioma teñen para expresar os mesmos conceptos. Sen embargo é probable que iso sexa tamén froito dunha razón máis simple: o castelán é a lingua coa que, queiramos ou non, temos unha maior familiaridade e un maior contacto, e da que, por tanto, mellor coñecemos non só as súas estruturas senón tamén os seus textos literarios (recórdese ademais que practicamente todos aqueles que nesta época se dedican á aventura de escribir en galego —entre eles os nosos tradutores— teñen así mesmo obra en castelán).

Non só se procede a traducir aquelas personalidades de máis prestixio, senón que outras veces se presentan artigos que polo seu contido pro-galego poidan ser de especial interese para o lector. Por tanto apréciase unha finalidade non só estritamente lingüística senón tamén didáctica ós máis diferentes niveis.

E, finalmente, aínda que non entramos a valorar a corrección lingüística, a realización destas traduccions é unha evidencia máis do inxente labor que os autores do noso rexurdimento (que son maiormente os que figuran como realizadores delas) fixeron en prol da normalización do galego, a lingua que consideraban súa e da que se negaban a verse privados.

- AA. VV., *Diccionario enciclopédico hispano-americano*, Barcelona, Montaner y Simón ed., 1887-1910.
- , *Enciclopedia universal ilustrada europeo americana*, Espasa-Calpe, 1927.
- , *Gran Enciclopedia Catalana*, Barcelona, Enciclopèdia Catalana, S.A., 1970-1980.
- , *Gran Enciclopedia Gallega*, Santiago de Compostela / Gijón, Silverio Cañada ed., 1974-1991.
- Alonso Montero, Xesús, “A *Monteira*: de re litteraria”, en *A Monteira. Somanario de intreses rexionales e literatura*, Dirección Xeral de Política Lingüística, Xunta de Galicia, 1989, pp. XXXVII-XL.
- , “Horacio en galego: catro epodos descoñecidos de 1910”, en *Grial*, 116, outubro-decembro 1992, pp. 530-539.
- Carballo Calero, Ricardo, *Historia da literatura galega contemporánea*, Vigo, Galaxia, 1981³.
- Hermida Gulías, Carme e Santamarina, Antón, “A *Monteira* e a recuperación idiomática de Galicia”, en *A Monteira. Somanario de intreses rexionales e literatura*, Dirección Xeral de Política Lingüística, Xunta de Galicia, 1989, pp. XXV-XXVII.
- Hermida Gulías, Carme, *Os precursores da normalización*, Vigo, Edicións Xerais, 1992a.
- , *A reivindicación da lingua galega no rexurdimento (1840-1891)*, Consello da Cultura Galega, 1992b.
- , *Rosalía de Castro na prensa barcelonesa (1863-1899)*, Patronato Rosalía de Castro, 1993.
- Ruiz de la Peña, Álvaro, “Anotaciones superficiales sobre Campoamor”, *Ínsula. Revista de letras y ciencias humanas*, 575, novembro de 1994, pp. 18-19.

PUBLICACIÓN PERIÓDICAS OBXECTO DO ESTUDIO

- A Fuliada*, A Coruña, 1888-...
- A Fuliada*, Betanzos, 1887.
- A Monteira*, Lugo, 1889-1890.
- As Burgas. Literatura e artes*, Ourense, 1894-...
- A Tia Catuxa*, Pontevedra, 1889-1890.
- O Galiciano*, Pontevedra, 1884-1889.
- O Novo Galiciano*, Pontevedra, 1888-1889.
- O Tio Marcos d'a Portela*, Ourense, 1876-1889.

A HISTORIA MODERNA DO GALEGO E O CONTINUO POSCRIOULO

I.M. Roca

University of Essex

1. OS CRIoulos

Hai no mundo un grupo de linguas chamadas “crioulos” (cen e algo actualmente), que revisten unhas características moi especiais. Estas linguas fálanse maiormente nas costas e moitas illas (notoriamente nas Antillas) das zonas ecuatoriais americanas, africanas e asiáticas. A primeira vista, estes crioulos parecen unha deformación das principais linguas europeas, tales como o inglés, o francés, o portugués ou o castelán, como mostran os seguintes textos de crioulos portugueses e españois, tirados de Holm (1988) (dou as glosas galegas e castelás, respectivamente, liña por liña debaixo dos textos crioulos):

CRIOULO PORTUGUÉS DE GUINEA-BISSAU:

i ten ba un minjer ki ten ba manga de konpadre... i ora ki si omi sai si
había unha muller que tiña moitos amigos, e así que seu home sae, os seus

konpadre tabai pa kasa di minjer... e ta bin na ten relason seksual ku ki minjer...
amigos van á casa da muller.. e van a ter relación sexual con aquela muller...

un dia agora ku kuartu konpadre chiga la...e entra tudu, e ten relason seksual
Un día destes catro amigos chegan alí, e entran todos, e teñen relacións sexuais

ku munjer e kaba, omi chega, i bati porta
coa muller, e acaban. O home chega e peta na porta.

CRIOULO PORTUGUÉS DE MACAO:

Eu fazê este carta p'ra dizê a vós se ácaso mandà dinhêro para mi, nunca bom
Eu fago esta carta para dicirlle [que] se acaso me manda diñeiro, non é bo

mandá o nóta d'este laia firma...porque sabado vem telegrama para fichá
 mandar o billete desta compañía, porque o sábado veu [un] telegrama para pechar
 banco, eu ficá perdida dôs nota de cinco pataca e muito pessua tem
 [o] banco. Eu perdín dous billetes de cinco “patacas”, e moitas persoas teñen
 mesmo nota.
 os mesmos billetes

PORTUGUÉS BRASILEIRO NON-ESTÁNDAR (ACRIOULADO):

Aí quano foi um dia, o irmão dele que era me doído foi disse, “Mamãe, me dê cinc
 (Aí cando foi) Un día, o irmán del, que era medio parvo, dixo: “Mamae, déame cinco
 cruzero que vou divinhá as palavra da princesa.” Ela disse, “Ma meu fillo, seu
 cruceiros, que vou adiviñar as palabras da princesa.” Ela dixo: “Mais, meu fillo, teu
 irmão que era muito sabido foi nu divinhou. Vosê que té doído é, vai divinhá?”
 irmán, que era moi listo, non adiviñou. [E] ti que es parvo, ¿vas adiviñar?”

CRIOULO CASTELÁN DE BOZAL (FILIPINAS):

Manque yo múri, ese otá, en ese otá, yo mimo tá hí. To día uté
 Aunque yo muera, esa roca, en esa roca, yo mismo estaré ahí. Todos los días usted
 habla con mí. Yo ta compañá to yijo. Mañana yo ikú. Ikú ese cane
 hablará conmigo. Yo acompañaré a sus hijos. Mañana muero. Muero, esa carne
 na má, pellejo mío sí, se pedé... Pero yo tá hí.
 nada más, mi pellejo sí, se perderá. Pero yo estaré ahí.

¿De ónde saíron as linguas crioulas? Existen varias teorías sobre a súa orixe, que naturalmente non é este o lugar adecuado para avaliar, polo que me limitarei a dar un esbozo dun dos posibles escenarios históricos conectados co nacemento destes crioulos.

Imaxino que todos temos a experiencia de intentar comunicar con xente que non fala ningunha das linguas que nós coñecemos (aínda que hoxe esta situación é cada vez máis infrecuente, pola crecente extensión mundial do inglés). Cando nos encontramos nunha situación deste tipo, intuitivamente botamos man de todos os recursos comunicativos non-lingüísticos que levamos dentro: xestos da cara, xestos coas mans, debuxos no aire ou nun cacho de papel, etc. Se a situación se repite (por exemplo, se se trata dunha praia á que acudimos diariamente a xogar á pelota nun lugar estranxeiro onde estamos de vacacións), é moi probable que tamén desenvolvamos cos nosos interlocutores un código lingüístico rudimentario, aprendendo algunhas palabras clave de entre as que oímos, e se cadra construíndo frases curtas e cunha sintaxe moi elemental, parecida á que usan os nenos e que nós ás veces usamos con eles. Historicamente, este tipo de fala ten xurdido en moitos lugares do mundo por motivos de comercio e tamén, infelizmente, de escravitude. No caso da escravitude, os escravos tiñan que comunicarse, non só cos seus amos,

que como sabemos falaban linguas europeas (inglés, francés, portugués, holandés, castelán), senón tamén entre si, pois os amos separaban deliberadamente ós escravos dunha mesma lingua e etnia para evitar rebelións.

Os códigos rudimentarios de que veño falando cóñecense na literatura en lingua inglesa co nome de “pidgins” (singular “pidgin” [ˈpɪdʒɪn]). Os crioulos evolucionan a partir dos pidgins da maneira seguinte. Como xa teño dito noutros relatorios (vid. por ex. “O falante nativo na enquisa sociolingüística da RAG”), a base da linguaxe é biolóxica (non cultural, como erroneamente aínda se pensa en moitos círculos: os aspectos culturais da linguaxe son só unha consecuencia da súa bioloxía). En concreto, a materia biolóxica do cerebro humano inclúe un programa para a adquisición dunha lingua desde o momento do nacemento (o que algúns chaman “bioprograma”), e por iso todos os nenos do mundo adquiren a lingua do seu ambiente, con independencia de factores sociais, económicos, etc., e tamén do coeficiente intelectual do neno (pero non, naturalmente, se o seu cerebro ten un defecto FÍSICO que interfere coa adquisición da lingua). Ora, para adquirir unha lingua, o neno ten necesidade de escoitala, da mesma maneira que para poder respirar ten que ter aire ó redor. No caso de sociedades que usan pidgins, sen embargo, os nenos que nacen non oen unha lingua normal do tipo que necesita o bioprograma para activar o seu proceso adquisitivo, senón un código moi rudimentario, que é o que son os pidgins por definición. O que se supón que fixeron estes nenos (espontaneamente e sen podelo evitar, debido ó bioprograma) é desenvolver este código rudimentario nunha lingua de características normais, ou sexa, con todas as propiedades das linguas normais. As linguas así desenvolvidas dos pidgins son precisamente os crioulos. A semellanza léxica de moitos destes crioulos coas linguas dos poderes imperiais débese, naturalmente, a que estas son as linguas de poder que escoitaban os escravos e nas que basearon os pidgins que eventualmente deron lugar ós crioulos.

A formación dos crioulos de que estamos a falar tivo lugar hai xa algún tempo, cando as condicións sociais eran favorables ó fenómeno. Actualmente, sen embargo, a rapidez e intensidade das comunicacións de todo tipo e a extensión da escolarización fan que se intensifique o contacto entre os crioulos e a lingua estándar coa que están conectados a nivel léxico. Como resultado disto pode emerxer o que se ven chamando “continuo poscrioulo”, ou sexa, unha situación na que o crioulo vai mudando por etapas cara a esta lingua estándar. Naturalmente, o que muda non é o crioulo en si, senón a conducta lingüística dos seus falantes, que cada vez insiren na súa fala máis palabras ou formas de palabras estándar. Por exemplo, a frase *eu deille un* é [aɪ geɪv hɪm wʌn] en inglés estándar (ortograficamente *I gave him one*), e [mɪ gi: æm wʌn] en crioulo tradicional guianés. O que encontramos na realidade lingüística de Güiana non é, porén, só unha destas dúas versións, ou sexa, a versión inglesa estándar (cun certo sotaque guianés, como é lóxico) ou a versión crioula que acabamos de ver. O que encontramos en vez é toda unha gama de variantes, os dous extremos das cales son precisamente as dúas versións en cuestión, como se recolle no cadro a seguir, tirado de Bell (1976:136):

1	ai	gerv		him	wan	
2						
3	a					im
4						i:
5		grv		him		
6				im		
7				i:		
8		dɪd	grv			
9		dɪ	gr			
10		dɪd				
11	dɪ	gi:	hi:			
12		gr				
13						
14						
15	mɪ	bɪn	gi:	i:		
16				gi:		æm
17						
18						

Como podemos ver, no repertorio güianés existen toda clase de formas intermedias (chamadas “mesolectos” polos especialistas) entre os dous extremos do continuo (o crioulo máis cerrado, ou “basilecto”, e o inglés estándar, ou “acrolecto”). O tipo de fala que os falantes escollen e usan depende do seu grao de cultura e da formalidade da situación, e tamén da súa idade, pois as xeracións máis novas van perdendo o basilecto (ou sexa, as formas crioulas máis tradicionais) e achéganse máis ó acrolecto (o inglés estándar), mesmo se non chegaren sempre a el.

2. CASTELANIZACIÓN DO GALEGO

A esta altura é necesario explicar a relevancia disto todo ó caso galego. Moitos lectores estarán sen dúbida pensando, e con razón, que o galego non é un crioulo, pois non naceu a consecuencia do imperialismo posrenacentista, senón que evolucionou naturalmente do latín, como é ben sabido e é ocioso argumentar aquí. Antes de mostrar que existen semellanzas de feito entre a situación do galego e a destes crioulos temos que nos referir ó estado actual do galego, que, como todos sabemos, sofre unha influencia asoballante do castelán desde hai séculos, mesmamente dun xeito abafante contemporaneamente. Esta influencia nótase a todos os niveis da lingua:

Non estamos a falar obviamente do empréstimo que funciona en calquer lingua do mundo e que é asimilado á corrente léxica do idioma en cuestión, que o nacionaliza e o fai seu, senón do que ingresa no galego por outra vía: a da imposición do español (...); ela tamén se deixa sentir na sintaxe, na fonética e na morfoloxía, até o punto de que na caracterización intrínseca do galego actual, cremos que non hai un só trazo deturpado que poda ser analizado sen contarmos coa presión do español (García Negro 1991: 308, nota 67).

No caso específico do léxico, o peso do castelán faise sentir de varias maneiras. En primeiro lugar, moitas palabras enxebres desaparecen sen deixar rastro:

O alarmante empobrecemento, que se está a producir no léxico das novas xeracións de falantes, non dá lugar á vacilación. [Referímonos en principio só ós sectores que teñen o galego como lingua materna e habitual na súa comunicación. Nos sectores neofalantes, a cuestión xa non é alarmante: é dramática]. De pais a fillos e de avós a netos o inventario terminolóxico sofre mutilacións a cotío, que afectan fundamentalmente ós conceptos con máis tradición no noso vocabulario (Graña 1990: 49 [nota 4 entre corchetes]).

Outras palabras son simplemente substituídas polo seus cognatos casteláns:

No rexistro oral-popular (empregado pola inmensa maioría dos falantes) é onde pululan os castelanismos máis flagrantes que, lonxe de estaren en retroceso, día a día estanse consolidando: *abuelo, águila, almendra, anzuelo, árbol, arcilla, besugo, bolsillo, calle, capilla, cigüeña, cuchara, deuda, duda, escuela, estrella, isla, luna, mueble, paloma, piel, polvo, codo, reina, tabla...* son só unha pequena mostra dos que se poden catalogar por centos (Graña 1990: 55-56).

Noutros casos, o termo galego sobrevive a lado do castelán, pero con sentido restrinxido:

Cando no galego existen varios termos pra definir unha mesma acción, cada un deles especializado en aspectos determinados da mesma, por influencia do termo castelán, que posee soamente unha ou dúas formas pra definir tódalas acepcións, o galego reduce algúns destes termos, recollendo nun só tódalas acepcións... Algunhas palabras castelás que entran no galego non chegan a desplazar totalmente a forma orixinaria xa que ó se poñer en contacto as dúas formas, galega e castelá, no vocabulario, cada unha delas especialízase nunha acepción (Noia Campos 1982: 95).

Un aspecto pouco coñecido da castelanización do galego dáse no terreo dos modismos, pois as expresións seculares son substituídas cada vez máis por calcos do castelán. ¿Cantos galegofalantes urbanos (e non digamos xa neofalantes) saben que en galego tradicional “andarse polas ramas” é *falar dos biosbardos* (entre outros), “en boca cerrada non entran moscas” *non hai mellor palabra cá que está por dicir*, “estar en Babia” *estar na verza*, “falar polos codos” *botar a lingua a pacer*, “irse polos cerros de Úbeda” *mexar fóra do testo*, “non soltar prenda” *non dar chío*, “por se as moscas” *polo si ou polo non*, “saí-lo tiro pola culata” *saí-las contas furadas*, “sen comelo nin bebelo” *sen o cheirar*, “subirse á parra” *empoleirarse*, “te-la sartén polo mango” *te-la vara e a besta*, e así a oito (vid. Graña 1993)?

O denominador común disto todo é, xa que logo, a penetración do galego polo castelán e a emerxencia dunha fala híbrida, que obviamente non é castelán, pero que tampouco é galego strictu sensu. Esta fala híbrida foi denominada “chapurrao” por C. García (1975), aínda que probablemente sexa máis enxebre referirse a ela como “mestura” (agradezo a X.L. Regueira os seus comentarios sobre o tema). Naturalmente, a mestura non é unha fala unificada, e presenta moitos graos de castelanización, segundo o lugar e o individuo de que se trate.

Outra fonte de castelanización, neste caso na lingua escrita, constitúea a traducción dereita do español. Repárese por exemplo nos fortes paralelismos entre os seguintes anacos das dúas versións da historia da cerámica de Sargadelos tiradas do prospecto que acompaña o medallón conmemorativo con que atentamente se nos obsequiou ós congresistas:

Hace doscientos años funcionaba en Sargadelos un complejo industrial que fue diseñado en su totalidad con un rigor semejante al que se quisiera hoy para la moderna industria.

Interesa señalar que utilizando los criaderos de mineral de hierro, las tierras refractarias y la riqueza forestal carbonizada de una misma comarca, con un río represado con gran ciencia, el ilustrado Antonio Raimundo Ibáñez, al que el pueblo hizo Marqués de Sargadelos, concibió y realizó a finales del siglo XVIII una siderurgia integral que representó en España una de las primeras manifestaciones del capitalismo industrial.

Como pode verse, as dúas versións correspóndense practicamente palabra por palabra. É verdade que se trata dun rexistro culto e obxectivizante que favorece a similitude, pero o máis probable é que o texto fora redactado en castelán e despois vertido ó galego, abrindo así a cancela a interferencias de todo tipo. E é interesante constatar que a versión francesa do mesmo texto non ten o forte carácter de traducción literal que ten a galega:

Hace doscientos años funcionaba en Sargadelos un complejo industrial que fue diseñado en su totalidad con un rigor semejante al que se quisiera hoy para la moderna industria.

Interesa señalar que utilizando los criaderos de mineral de hierro, las tierras refractarias y la riqueza forestal carbonizada de una misma comarca, con un río represado con gran ciencia, el ilustrado Antonio Raimundo Ibáñez, al que el pueblo hizo Marqués de Sargadelos, concibió y realizó a finales del siglo XVIII una siderurgia integral que representó en España una de las primeras manifestaciones del capitalismo industrial.

Un caso semellante ofrécennolo as dúas versións seguintes dun mesmo suceso aparecidas respectivamente en *O Correo Galego* e *El Correo Gallego* (6.1.1994):

O desbordamento do Umia afectou, dun xeito especial, á súa marxe dereita, unha zona sen dragar aínda e que padece con especial incidencia os efectos da crecida do nivel das augas. A auga anegou parte dalgunhas leiras e asolagou as rúas de Laureano Salgado e Real, no centro da vila. Esta última rúa xa forma parte inseparable da historia das inundacións que o Umia provoca case sistematicamente, ano tras ano, na vila de Caldas.

Hai douscentos anos funcionaba en Sargadelos un complexo industrial que foi deseñado na súa totalidade cun rigor semellante ao que se quixera hoxe pra a moderna industria.

Cómpre suliñar que utilizando os criadeiros de mineral de ferro, as terras refractarias e a riqueza forestal carbonizada dunha mesma comarca, cun río represado con gran ciencia, o ilustrado Antonio Raimundo Ibáñez, ao que o povo fixo Marqués de Sargadelos, concibiu e realizou a finais do século XVIII unha siderurgia integral que representou en España unha das primeiras manifestacións do capitalismo industrial.

Il y a deux cents années il y avait à Sargadelos un complexe industriel dont le plan était tracé avec une rigueur semblable à celle qu'on voudrait aujourd'hui pour la moderne industrie.

Il faut souligner qu'en utilisant les gisements de métal de fer, les terres réfractaires et la richesse forestière carbonisable d'une même contrée, avec un fleuve endigué avec grande sagesse, l'illustré Antonio Raimundo Ibáñez, nommé par le peuple Marquis de Sargadelos, conçut et réalisa vers la fin du XVIII^{ème} siècle une sidérurgie intégrale qui a représenté en Espagne l'une des premières manifestations du capitalisme industriel.

El desbordamiento afectó principalmente a la margen derecha del río Umia, una de las zonas que está aún sin dragar y que, por tanto, es de las que más padece las consecuencias de estas crecidas del nivel de las aguas: el agua anegó parte de algunas fincas e inundó las calles Laureano Salgado y Real, esta última una "clásica" de Caldas de Reis cuando de inundaciones se trata.

A semellanza entre as dúas versións é tal que non sería disparatado consideralas variantes estilísticas dunha mesma lingua. Repárese en concreto que, mesmo se estes dous textos non se corresponden palabra por palabra, as diferencias entre eles son moi superficiais, porque a traducción literal do texto galego evidentemente tamén é un bo castelán:

O desbordamento do Umia afectou, dun xeito especial, á súa marxe dereita, unha zona sen dragar aínda e que padece con especial incidencia os efectos da crecida do nivel das augas. A auga anegou parte dalgunhas leiras e asolagou as rúas de Laureano Salgado e Real, no centro da vila. Esta última rúa xa forma parte inseparable da historia das inundacións que o Umia provoca case sistematicamente, ano tras ano, na vila de Caldas.

El desbordamiento del Umia afectó, de un modo especial, a su margen derecha, una zona sin dragar aún y que padece con especial incidencia los efectos de la crecida del nivel de las aguas. El agua anegó parte de algunas fincas e inundó las calles de Laureano Salgado y Real, en el centro de la villa. Esta última calle ya forma parte inseparable de la historia de las inundaciones que el Umia provoca casi sistemáticamente, año tras año, en la villa de Caldas.

Unha vez máis, o máis probable é que o texto castelán sexa o primario, isto é, que as noticias se reciban nesta lingua e se vertan despois ó galego, en vez de ser pensadas e expresadas “desde o galego”, na feliz expresión que ten usado noutros contextos o profesor Alonso Montero. Naturalmente, a situación é peor aínda no caso da lingua oral da radio e a televisión, onde moitas veces non hai materialmente tempo para a corrección.

3. REINVENCIÓN DO GALEGO

O galego literario ofrece un marcado contraste coa castelanización de que vimos falando, como ilustra o seguinte texto de *A Esmorga* de Blanco Amor (p. 56-57):

Cando me vén moi extremoso, é coma se algo fose medrando dentro de min, sen ser eu, e coma se me fosen a estalar os pulsos, i éncheseme o peito dunha forza tal coma se se me fose a esfrangullar dun esboiro... Pero outras veces vénme manseliño, agarimoso, coma cando un está canso e se bota a durmir e escomenza a afundirse, a afundirse... que é cando máis medo me pon, e ás veces acordo de socato, porque teño cavilado que este mergullamento tan manseliño non pode parar máis que na morte... E ao mellor é a morte que anda degorante de min para me levar a par de si sen doenza, coma quen se dorme... Moitas veces doume ao viño por me librar diso, anque non ande de esmorga. O viño é o único que me ceiba do “pensamento”, que me desamargulla deste deixarme ir afundíndome para dentro, que non pode parar mais que na morte... non sei se vostede me entende, pero agora xa o sabe.

Como aquí non estamos a falar de literatura nin de estética, senón da situación real da lingua, non imos xulgar a calidade literaria da novela, que é innegable. O que si salientarei é que neste texto aparecen moitas palabras que é moi improbable que existan na fala actual de ninguén (ou polo menos na de moitos), e aínda menos probable que ocorran acuguladas deste modo na conversa. O contraste entre este anaco de *A Esmorga* e os fragmentos do folleto de Sargadelos e de *O Correo Galego* que examinamos máis

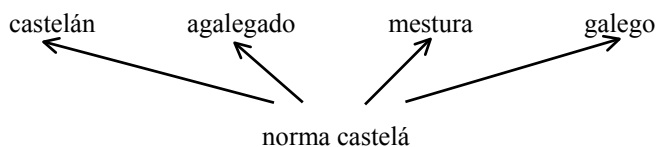
enriba é evidente, como tamén é evidente a diferenca entre este texto e a fala galega real espontánea, que practicamente non ten reflexo literario ningún máis ou menos desde Rosalía de Castro. Algúns poden pensar que esta situación dáse en todas as linguas, pero isto non é así, como demostra, por exemplo, o seguinte texto castelán do noso Álvaro Cunqueiro (1968:21) (mostras similares poden apañarse a vontade de calquera texto escrito na lingua de Cervantes):

Volviendo a mi señor, y hablando de mí, os diré que soy su correo, no tengo mujer ni hijos y vivo en un palomar, enseñando palomas mensajeras y canes guardianes. Ya mi padre tuvo el oficio y del suyo lo heredé, siendo pues verdadero que viene de casta el tener encanto para los animales, saber sus voces secretas, hablar al arrullo con las palomas y al ronquido con los canes y entenderlos cuando entre ellos se conciertan.

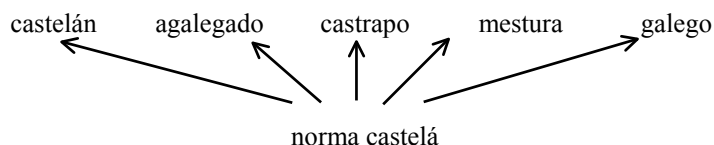
Con estar escrito no típico estilo “arcaico” cunqueirano, as únicas expresións que non son correntes no castelán actual son *mi señor*, *can*, e *verdadero* no sentido de “verdad”, e o resto do texto podía ser usado por calquera falante en calquera conversa. Esta é a situación normal cando se escribe nesta lingua, pero non en galego, onde (¡todos!) os escritores fan esforzos considerables por apartarse da fala común para crear unha lingua artificiosa que non sempre é intelixible ós galegofalantes tradicionais non avezados nela.

4. A “POSCRIOULIZACIÓN” DE GALICIA

Como estamos a ver, a situación lingüística de Galicia non é puramente bilingüe, cunha contraposición nítida entre o castelán e o galego máis puros, senón que inclúe unha chea de niveis entre eles. Repárese que tamén no castelán de Galicia hai moitas variedades segundo o grao de “galeguización” (recórdese por exemplo que o castelán de Valle Inclán tense cualificado acertadamente de galego con palabras castelás). O profesor Constantino García esquematizou esta complexa realidade do modo seguinte (1975:342):



Entre o agalegado e a mestura parece conveniente incluír o castrapo, ou sexa, o tipo de castelán mal falado usado por falantes tradicionais do galego:



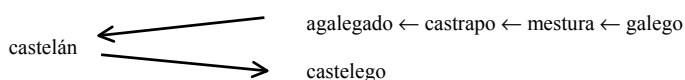
Obviamente, esta situación semella un continuo poscrioulo do tipo que mencionamos antes, co castelán na posición de acrolecto, cara ó que os mesolectos galegos van achegándose. A semellanza vese aínda máis claramente se modificamos lixeiramente o diagrama anterior, como segue:

castelán ← agalegado ← castrapo ← mestura ← galego

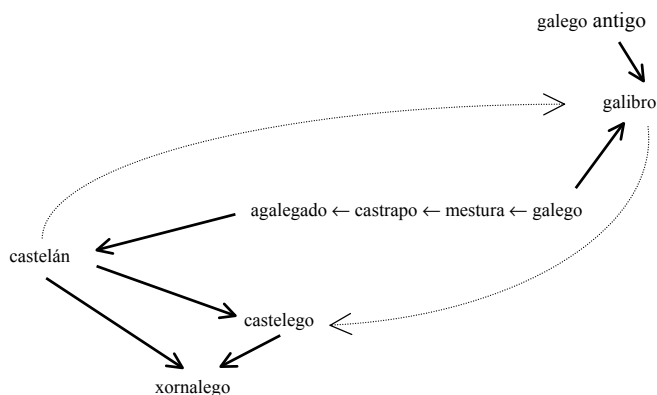
A clave da cuestión é que, mesmo se historicamente o galego e o castelán son linguas irmás, o sentimento psicolóxico popular contemporáneo (e non só contemporáneo) é que o castelán é a lingua correcta, e o galego unha dexeneración dela que cómpre superar. No modelo que acabo de dar está así implícito un continuo poscrioulo, mesmo que simplificado. En particular, ó ascendermos a escala social (e descendermos a cronolóxica) o galego tórnase en mestura, que á súa vez devén castrapo e este castelán agalegado, o cal vai cambiando na dirección do castelán puro e simple (eu coído que na actualidade xa hai moitos galegos en Galicia que falan castelán non-agalegado). Como digo, tanto o esquema de C. García como a miña elaboración del simplifican a realidade, que inclúe moitos grados de mestura, agalegamento, etc., de modo semellante ó que vimos acontecer no continuo poscrioulo de Güiana. Naturalmente, para aprehender a totalidade desta similitude cómpre facer mentes que unha lingua contén outros niveis amais do léxico: fonético, prosódico, fonolóxico, morfolóxico, sintáctico, fraseolóxico, semántico, estilístico.

Antes de rematar quero chamar a atención sobre outro aspecto moi importante, e penso que ata agora ignorado, do continuo lingüístico galego. Trátase precisamente do caso oposto ó que vimos examinando, ou sexa, do abandono do castelán polo galego típica dos neofalantes.

O primeiro dilema destes neofalantes é que tipo de galego van adoptar. Usualmente adoptan un galego literario (tirado de libro e por tanto parcialmente artificial), e non o galego popular da fala tradicional, castelanizada por etapas, segundo estamos a ver. Algúns destes neofalantes chegan a alcanzar un nivel de competencia notable, dentro das limitacións propias da fonte lingüística que escollen (libros máis que labios), pero é evidente que a maioría non o conseguen, e permanecen a un nivel que pode definirse de castelán relexificado: simplemente, estes neofalantes falan en castelán, cambiando só a morfoloxía e algunhas palabras, tipicamente tiradas dunha lista estereotipada (cf. por ex. *intre*, *atopar*, *agardar*, *xeito*, etc.), como se se tratase dun rexistro máis do castelán, e non dunha lingua de seu, cos seus niveis distintivos adicionais (fónico, prosódico, sintáctico, fraseolóxico, semántico, estilístico, etc., como xa dixen). Este “castelego” (facilmente observable nos medios de comunicación oral), engádese, pois, ós mesolectos da comunidade galegofalante xa mencionados, para completar o cadro do continuo poscrioulo que presenta a fala dos galegos no momento presente:



A esta altura convirá incluír no perímetro deste esquema os dous tipos de lingua escrita ós que me referín antes, e que bautizarei mnemonicamente “galibro” (galego de libro literario) e “xornalego” (galego de periódico, folleto, etc.):



É importante observar que o estou a chamar castelego non se reinsire de cheo no cadro do galego tradicional, e por tanto real, senón que constitúe unha etapa evolutiva independente, construída sobre unha base castelá, e non galega (aínda que, naturalmente, con conexións co galego, a través do galibro, como indica no diagrama a liña de puntos correspondente).

Como dixo recentemente un dos máis destacados estudiosos do galego, que vou deixar no anonimato, nunha conferencia que deu no estranxeiro (en castelán, por razóns de intelixibilidade), “en gallego vale todo”. Todo, todo non vale (*I gave him one*, por exemplo, non pode pasar por galego). O que si vale é máis ou menos calquera mestura de galego e castelán: velaquí o continuo poscriciouro de Galicia.

REFERENCIAS

- Bell, R. (1976) *Sociolinguistics: Goals, Approaches and Problems*. London: Batsford.
- Blanco Amor, E. (1991⁵) *A Esmorga*. Vigo: Galaxia.
- Cunqueiro, A. (1968) *Flores del año mil y pico*. Barcelona: Táber.
- García, C. (1975) “Interferencias lingüísticas entre el castellano y el gallego”. *Revista Española de Lingüística* 6: 327-43.
- García Negro, P. (1991) *O galego e as leis*. Vilaboa, Pontevedra: Edicións do Cumio.
- Graña, X. (1990) “O léxico patrimonial galego: algúns aspectos do seu empobrecemento”. *CADERNOS de Lingua* 2: 47-58.
- Graña, X. (1993) *Vacilacións, interferencias e outros “pecados” da lingua galega*. Vigo: Ir Indo.
- Holm, J. (1988) *Pidgins and Creoles* (2 vols.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Noia Campos, M.C. (1982) “Interferencias léxicas entre as linguas galega e castelá”. *Grial* 75: 91-99.

TRADUCCIONS E VERSIONS DO ALEMÁN Ó GALEGO: INVENTARIO DE 1896 A 1996

Miguel Anxo Seixas Seoane

“A este lugar vienen los pueblos bárbaros y los que los habitan en todos los climas del orbe, a saber: francos, normandos, escoceses, irlandeses, los galos, los teutones, los fíberos, los gascones, los bávaros /.../ y las demás gentes innumerables de todas las lenguas, tribus y naciones vienen junto a él en caravana y falanges, cumpliendo sus votos en acción de gracias para con el Señor y llevando el premio de sus alabanzas. Causa alegría y admiración contemplar los coros de peregrinos al pie del altar venerable de Santiago en perpetua vigilancia: los teutones a un lado, los francos a otro, los italianos a otro; están en grupos, tienen cirios ardiendo en sus manos; por ello toda la iglesia se ilumina como con el sol en un día claro. /.../ Allí pueden oírse diversidad de lenguas, diversas voces en idiomas bárbaros; conversaciones y cantilenas en teutón, inglés, griego, y en otros idiomas de tribus y gentes diversas de todos los climas del mundo. No existen palabras ni lenguaje en los que no resuenen sus voces”.

O texto pertence o *Liber sancti Jacobi* “*Codex Calixtinus*”¹ de c. 1160 que amais de evoca-la presenza de xentes de fóra contén referencias lingüísticas dunha idade lonxana².

Pouca información sobre Galicia podemos tirar do interesante libro de G. Hoffmeister, *España y Alemania*³ e menos da voz “Alemania” da *Gran Enciclopedia Galega*⁴. Debemos de acudir a outros documentos históricos para conseguir máis novas lingüísticas pois non tódolos peregrinos a Compostela deixaron as súas testemuñas e mes-

¹ *Liber sancti Jacobi* “*Codex Calixtinus*”, 1992, pp. 198-200. É unha reedición mellorada da tradución feita ó castelán por A. Moralejo, C. Torres e J. Feo. Do comezo do texto citado hai versións en alemán, castelán, francés e inglés nos folletos dos “Cursos Internacionales de la Universidad de Santiago de Compostela”, 1996.

² Sobre este particular ver amais J. L. Pensado, 1961, pp. 319-340.

³ Editado alemán en Berlín en 1976 a versión en castelán, de Isidro Gómez Romero, publicouse en Madrid en 1980.

⁴ Vol. 1, pp. 228-229.

mo algúns son mencionados polo lugar de procedencia sen sabérmo-los seus nomes. Segundo Klaus Herbers (1993, p. 122): “Do tempo da querela das investiduras proceden as primeiras probas de peregrinos, dos que a viaxe a Santiago de Compostela, fora, con bastante seguridade, programada e en principio realizada. En setembro do ano 1072 o arcebispo Siegfried de Maguncia púxose en camiño cara a Galicia, coa fin de rezar alí. Tal como se deduce do testemuño do historiador Lambert von Hersfeld (1025-1081/85), estaba supostamente aburrido das funcións do seu cargo. A verdade é que non conseguiu chegar a Galicia /.../ Aproximadamente pola mesma época, a condesa Richardis de Sponheim visitaba Compostela. O conde Eberhard de Nellenburg (†1078/79), coa súa dona, Ida, emprendeu tamén na década 1070 unha peregrinación ó noroeste de España. Tamén neste caso parecen combinarse os desexos de reforma e a busca da salvación persoal. Probablemente haxa que incluír tamén entre os primeiros peregrinos alemáns a un abade do mosteiro de Fulda”⁵.

Algúns destes peregrinos escribiron da peregrinaxe e o primeiro alemán en facelo é Peter Rieter en 1428, logo virán outros relatos⁶. Destaca o de Arnaldo von Harff nacido en 1471 no pobo do mesmo nome na Baixa Renania. Logo da morte do seu pai matricúlase na Facultade de Artes (Letras) da Universidade de Colonia ós doce anos. Os datos que del sabemos proceden da súa obra. Di Vicente Almazán (1988, p. 363): “Existe una cierta contradicción en la evaluación de su talento lingüístico. Por una parte demuestra una gran curiosidad e interés por la lengua de muchos de los países que visita, así como por algunos alfabetos cuando estos son diferentes del latino (griego, árabe, hebreo, etc.). Por otra parte la manera en que transcribe los nombres de lugar o las palabras extranjeras que oye, indica ser una persona de oído muy deficiente”. El escribiu o libro *La peregrinación del caballero von Harff de Colonia, a través de Italia, Siria, Egipto, Arabia, Etiopia, Nubia, Palestina Turquía, Francia y España* en dúas xeirás. Durante a viaxe anotaba os nomes, as distancias e outros apuntamentos e de volta con esas liñas tecía todo en forma de libro escrito en ripuario lingua mais afin ás falas dos Países Baixos que ó alemán e que serviría de guía a outros viaxeiros. Continúa Almazán “Como Arnaldo tenía gran interés por las lenguas y fueron muchas las que oyó por su periplo es interesante ver que a medida que recorre los numerosos países anote el alfabeto o nos dé una muestra de esa lengua, escribiendo un vocabulario de unas veinte palabras o frasecillas —el número varia— y es, por

⁵ O artigo leva ó final unha nota bibliográfica sobre o tema “Santiago e / en Alemaña”. A maior abastanza, o catálogo inclúe a máis completa bibliografía de tema xacobeo. Para este mesmo catálogo escrito en castelán os artigos escritos en alemán foron traducidos ó castelán e para o catálogo en galego, dende o castelán.

⁶ Ibidem. Cfr. o capítulo VIII do citado catálogo da exposición, “A memoria peregrina. Relatos e testemuños da peregrinación”, dedicado ós textos escritos por algúns deses viaxeiros a Compostela. Un deses relatos, o de Hermann König von Vach, foi traducido do alemán ó castelán por Antonio García Vázquez-Queipo e publicado por A. López Ferreiro, *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela: Imp. y enc. del Seminario Conciliar Central, 1907, vol. 9, pp.178-194; hai edición facsímile feita en Santiago de Compostela por edicións Sálvora en 1983. Traducido do alemán ó galego por Xosé M. García Álvarez, está a ser revisado para ser editado polo Consello da Cultura Galega e o Consorcio da Cidade de Santiago. Vid. amais P. Caucci von Saucken, G. A. Garrido, 1994 e K. Herbers, 1999.

consiguiente, el pionero de los numerosos manuales existentes en las librerías de nuestros días de “alemán para viajeros” o de cualquier otra lengua. Arnaldo incluye en su libro vocabularios de nueve lenguas: esloveno, albanés, griego, árabe, hebreo, turco, húngaro, euskera y bretón” (p. 368). Este rico viaxeiro e curioso deixa escasos datos sobre Galicia e Santiago de Compostela, a parte menos interesante da súa viaxe despois de pasar por Euskadi onde anota: “En el País Vasco existe una lengua propia, muy difícil de escribir, de la que recuerdo algunas palabras que escribo a continuación” (p. 376). E pasa o escritor a anotar en vasco da alta Navarra as seguintes palabras: hoxe, viño, auga carne, queixo, sal, avea, palla; os números: un, dous, tres, catro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez, e as frases: ¿Quen vai?, ¿Canto custa?, un pousadeiro, Deus che dea bo día e Linda moza, ¿queres deitarte comigo? Palabras esenciais para se entender e facer máis pracenteira unha viaxe, pero non nos dixo cousa da lingua galega.

“En 1581, según la relación de Lassota, los extranjeros confiesan, por lo general, con un italiano que llaman *Linguarium*, por motivo de las lenguas italiana, española, francesa, alemana, latina, eribata (rutena) (*sic*) y otras que habla muy bien”⁷. Son os linguaxeiros da Catedral de Santiago de Compostela que aparecen en diferentes documentos e que testemuñan o coñecemento doutras linguas de Europa en Santiago de Compostela durante a idade moderna. Aínda hoxe se le nas cartelas dos confesionarios da basílica “Pro lingua germanica et hungarica”.

Pouco máis se pode tirar dos libros de viaxes tocante o coñecemento do alemán neses arredados tempos⁸. Será Gessner coa súa tradución de *La muerte de Abel* de 1785, segundo G. Hoffmeister (1980, pp. 140-142) o primeiro autor de fala alemana en ser traducido ó castelán a través do francés, logo virán Kotzebue, Schiller, Goethe, Heine... Este atraso débese a que: “Todavía hacia 1800, la literatura se hallaba en España sometida a la censura de la inquisición y sólo al regreso de los emigrantes –tras la muerte de Fernando VII en 1833– se puso fin al Clasicismo español” (*Ibidem*, pp. 156-157 e ss.). Mentres Fisher no *Voyage en Espagne aux années 1797 et 1798* (Pageard, 1958, p. 16) di que os instrumentos de traballo para aprende-lo alemán non faltan en Madrid, W. von Humboldt, que non estivo en Galicia, no seu diario di que a literatura alemana é totalmente ignorada en España. Na súa segunda viaxe estudiou sobre todo a lingua vasca, asentando os piares da lingüística comparada e preguntábase “¿Como debe a monarquía española tratar a nación vasca para que as súas enerxías e actividade resulten do maior proveito para España?”

Ángel González Palencia⁹ menciona un expediente relativo a *Werther* depositado entre 1802 e 1804 pero prohibese a impresión da obra. A primeira tradución ó castelán

⁷ L. Vázquez de Parga, 1992, tomo I, p. 153.

⁸ Para unha visión xeral da tradución ó galego vid. X. González Gómez, 1990, pp. 11-16: “Apuntes para unha historia das traducións ao galego” e M^a C. Noia Campos, 1995, pp. 13-62.

⁹ R. Pageard, 1958, p. 10.

imprimírase en 1803 en París e a primeira obra de Goethe publicada en España é *Germán y Dorotea*, publicada en 1812 e reeditada en 1819; unha versión ó castelán do texto francés de Bitaubé, *Hermann et Dorothee*¹⁰, fanada e alterada. En 1819 *Las pasiones del joven Werther* aparecen simultaneamente en Barcelona e Valencia e en 1835 sae en Barcelona a súa tradución directamente ó castelán feita por José Mor de Fuentes que o corrixe e reedita en 1849. Neste ano *La Época* publica no seu folletín *La pasión del joven Werther* e cara a 1856 *Las Novedades* edita esa obra e pouco antes un *Fausto*; poema dramático de Goethe precedido de la leyendas popular de Johann Fausto, uno de los inventores de la imprenta, escrita por Wielman, tomado probablemente das *Vielliees Littéraires Illustrées* francesas. Estes folletíns reuníanse logo en volumes. Coñécese a Goethe a través das traducións francesas e en Barcelona a través das italianas. O mesmo ocorre con outros autores e así o galego Ramón de la Sagra, mercé ó seu francés, será o seu primeiro en dar a coñece-las doutrinas de Kant en España¹¹. Outro exemplo da divulgación das versións francesas ofréceno-lo Rosalía de Castro na novela de mocidade, *La hija del mar*, 1859, que no comezo do capítulo XIV cita as últimas liñas de *Werther* en francés: “Des ouvriers portèrent le corps, aucun prêtre ne l’accompagna...”. Outra escritora de orixe galega, Emilia Pardo Bazán, comenta en *Revista de España*, nº 440, de xuño de 1886, “de Goethe estamos casi tan familiarizados con la primera parte de Fausto; nuestras abuelas no dejaron de leer a hurtadillas *Las pasiones del joven Werther*, sin enterarse de que el romántico novelista era un semidios y moraba en el Olimpo”¹².

En Galicia o coñecemento da lingua alemana será autodidacta e de lectura para accederen ó significado dos textos. De por parte rarea a documentación e a información e aínda está por facer unha exploración dos xornais e das revistas dende a súa aparición en 1800 deica ós nosos días¹³. Están, xa que logo, por descubrir e cartografar esas illas asolagadas para mellor coñece-lo noso arquipélago literario. Con todo, M^a Luz Figueroa Lalinde (1993, pp. 128-131) documenta a presenza alemana en Galicia e o problema suscitado entre a Xunta de Galicia e o cónsul de Alemaña na Coruña que solicita a exención do servizo das armas para os súbditos alemáns en virtude do tratado asinado entre España e Alemaña de 1725. María do Carme Fariña dános uns apuntamentos do estudio do alemán no Instituto “Arcebispo Xelmírez” en Santiago de Compostela: “En relación coa cátedra de Inglés e Alemán, esta contaba cun só catedrático na persoa do Dr. D. Antonio Vasadonna, o cal ocuparía dita cátedra desde 1847 a 1852.

¹⁰ París, Estrasburgo: Didot Le Jeune, 1800.

¹¹ E. González López, 1983, pp. 52-55.

¹² R. Pageard, 1958, p. 54. O volume inclúe ó cabo unha relación das traducións e adaptacións das obras de Goethe ó castelán e ó catalán. Para outros escritores alemáns traducidos ó catalán cfr. J. Llovet ed., 1995.

¹³ A nosa achega é unha exposición das traducións e versións ó galego impresas en libro ou que foron escenificadas en Galicia, polo tanto non inventariamos tódalas que xacen nas publicacións periódicas, aínda que de cando en vez se mencionen polo seu contexto no discurso. O relatorio de A. Puentes Chao, “Breve contribución ó catálogo da tradución ó galego durante a segunda metade do s. XIX”, é unha primeiro paso de cara a un censo das traducións ó galego na prensa, neste caso concretamente na monolingüe.

O método empregado para as cátedras de linguas vivas era o seguinte: “método Ahu” en Inglés e Alemán”¹⁴. A partir de 1857-58 créanse as cátedras de lingua e literatura alemana na Universidade de Madrid e revélase o maxisterio de Julián Sanz del Río, introductor do krausismo en España¹⁵, que fala na universidade central de literatura e as linguas de orixe xermánica mentres no Ateneo de Madrid se ensina a lingua xermana.

En *O Tío Marcos da Portela* do 23 de xuño de 1889¹⁶ reproduce en galego o relato “O doutor sábeo-todo” dos irmáns Grimm e en *A Monteira* do 15 de marzo de 1890¹⁷, un poema de H. Heine en galego anosado por Amador Montenegro. Traducidos ambos dende o castelán probablemente son os primeiros autores xermanos documentados, polo de agora, vertidos ó galego, aínda que sexa indirectamente. A Fanny Garrido, Francisca González Garrido, escritora en castelán e en galego, viúva do músico Marcial del Adalid, e casada logo co científico José Rodríguez Mourelo (1857-1932) débémolle traducións do alemán ó castelán de Heine e de Goethe¹⁸.

No libro de prosa e verso, editado en 1896, de Eugenio Carré Aldao, *Brétemas*¹⁹, inclúense varias traduccións; entre elas os poemas “Os tecelás de Silesia” de Heine e outro do mesmo autor sen título cun primeiro verso que di “¿Quén o reló inventou? ¿Quén atreveuse”; son de certo versións feitas a través doutra lingua, non sabemos cal, pero probablemente fose dende o castelán. No primeiro número do *Boletín de la Academia Gallega*²⁰ aparece traducido ó castelán o estudio de J. Cornu, “Neugalizische Formenlehre”.

Serán os científicos e os investigadores os que primeiro se acheguen directamente ó alemán como José Rodríguez González (1770-1824), Ramón Varela de la Iglesia (1845-1922), Cándido Ríos Rial (1845-?), Ángel Baltar Cortés (1868-1934), Miguel Gil Casares (1871-1931), M. Varela Radío 1873-1962), Ángel Varela Santos (1877-1944),

¹⁴ M^a C. Fariña Casaldarnos, 1996, pp. 122.

¹⁵ Cfr. X. L. Barreiro Barreiro, 1991; P. Mayobre, 1994 e R. López Vázquez, 1994.

¹⁶ Ourense, n^o 281, pp. 1-2. Aparece escrito “irmáns Grin” (sic) e non consta o nome do traductor. Esta descuberta e a da nota seguinte fóinos dada por Antonio Puentes Chao. Hai edición facsímile, moi mal reproducida, de *O Tío Marcos da Portela*, A Coruña: Edman, 1989.

¹⁷ Lugo, n^o 24, p. 190. Hai edición facsímile do semanario *A Monteira*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1989.

¹⁸ “Garrido, Fanny” en *Gran Enciclopedia Gallega*, vol. 15, p. 215 e A. Marco, 1993, pp. 41-44.

¹⁹ A Cruña, 1896, pp. 13-14 e 31. A fonte procede da voz “Alemania” da *Gran Enciclopedia Gallega*, vol. 1, sen asinar, pero redactada por Xesús Alonso Montero. Anteriormente, o 21 de setembro de 1959, X. Alonso Montero na conferencia “Consideraciones sobre la literatura gallega moderna” dictada no Club de Amigos de Alemania de Palencia fíxose eco destas e doutras versións do alemán ó galego; vid. *Diario Palentino*, 22 de setembro de 1959.

²⁰ Aparece no apéndice á “Grammatik der portugiesischen Sprache”, in G. Gröber (ed.): *Grundriss der romanischen Philologie*, vol. 1. Strassburg: Karl J. Trübner, 1906, pp. 1031-1034. A tradución ó castelán é de F. Martínez Morás: “Morfología del gallego moderno”, *Boletín de la Real Academia Gallega* 1 (1906-1907), pp. 7-9, 28-30, 52-54, 75-77, 99-101. Cfr. X. L. Regueira Fernández, 1991, vol. 2, pp. 170-171. Está escrito *Neugalizische*, non *Neugalicische*.

Roberto Novoa Santos (1885-1933), Juan Rodríguez Sardiña (1894-1978), Juan Varela Gil (1897-1969), Isidro Parga Pondal (1900-1986), José Pérez López-Villamil (1904)²¹ e outros.

Estes homes de ciencia acudirán a Alemaña en busca do coñecemento e aprenderán a lingua, con bolsa e sen bolsa de estudos, e tentarán que os seus discípulos aprendan ese idioma dos descubrimentos científicos pero tamén da filosofía e do saber á que se achegou o sabio Ángel María José Amor Ruibal a grande esperanza para a filosofía e para a filoloxía, o esquecido pensador e traductor Eloy Luís André²² ou o lingüista José Canedo. O falso músico e traductor Francisco Ferreirós Ponte, coñecido co pseudónimo de Franz Einsenschmied, nunca existiu²³. Xohán Vicente Viqueira ten dous poemas²⁴, un sen titular e “Filine”, vertidos dende o alemán ó galego, do “Wilhelm Meister” de Goethe así como “Segredo” do “Divan”. De Federico Hebbel traduce “Cantiga do vran” que data en novembro de 1919. El desde 1898 viviu en Madrid e fora alumno da “Institución Libre de Enseñanza” e a influencia de Francisco Giner, co que viviu en Galicia longas tempadas dende neno, foi capital na súa vida. Tras licenciarse en filosofía na universidade de Madrid en 1911 vai a Alemaña deica 1914 pensionado pola “Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas”²⁵. Morre en 1924 cando se funda o Instituto de Idiomas (alemán, francés, inglés, latín e grego) na Universidade de Santiago de Compostela. Anos despois, a partir de 1926, o profesor de filoloxía Abelardo Moralejo Lasso incorpórase á Facultade de Filosofía e Letras compostelá. Neste mesmo ano comezábase a ensina-lo bacharelato alemán e español no Colexio Alemán de Vigo²⁶, onde reside o Cónsul Honorario da Unión da Alemaña do Norte dende 1868 e logo de Alemaña²⁷.

²¹ *Diccionario histórico das ciencias e das técnicas de Galicia. Autores 1868-1936.*

²² Cfr. “Luis André, Eloy Anselmo”, en G. Díaz Díaz, 1991, pp. 850-852 e R. López Vázquez, 1996.

²³ O artigo de Xoán M. Carreira, “Lembranza do compositor e filósofo Francisco Ferreirós Ponte (1884-1942)”, en *Escrita* 3, 1984, p. 6, é unha aduanada argallada polo propio autor e todo o que se di nel é inventado.

²⁴ *Ensaio e poesías*, Vigo: Galaxia, 1974, pp. 237-241.

²⁵ Para comprendérmo-las iniciativas e innovacións que supuxo en Galicia a formación destes e doutros profesores e inspectores vid. A. Costa Rico, 1996.

²⁶ Posuía un edificio de seu propiedade do estado alemán. Os sete profesores e os libros viñan de Alemaña. O local foi requisado polos aliados en 1945 e cerrado deica 1951 ano en que volve a impartir clases noutros lugares deica 1976; ano en que ante a escasa porcentaxe de alumnos e de alumnas de orixe alemana o goberno xermano deixa de o subvencionar e péchase. Cfr. M. de la Fuente, 1991, p. 4.

²⁷ As cidades que a compoñían a unión da liga nórdica eran Oldenburg, Hamburgo, Bremen e Lübeck. En 1867 acordan o nomeamento e designan a Manuel Bárcena y Franco que acepta o 14 de outubro de 1868 e é nomeado o 18 de novembro 1868. O 7 de xaneiro de 1869 confirmase oficialmente o seu nomeamento e o 25 de xuño 1871, Manuel Bárcena, acepta xa como cónsul do Imperio Alemán cun delegado en Marín e Carril. Trala enfermidade do seu pai o seu fillo vinculeiro, Fernando Bárcena y de Andrés, desempeñará o cargo dende 1909 deica 1923-1924. Dende esa data deica 1945 o cónsul honorario de Alemaña en Vigo foi Richard Kindling.

Unha parte considerable da literatura galega divulgouse principalmente a través das publicacións periódicas que tiñan unha maior tiraxe e ás que podían acceder un maior número de lectores. De José Iglesias Roura, morto en Mera en 1930, escribiu Eladio Rodríguez: “Poeta de corazón y fibra, y gran conocedor de nuestro idioma, que para él no tenía secretos ni ofrecía dificultades, comenzó por traducir al gallego los más famosos poemas de los principales autores alemanes, italianos, franceses y catalanes; y estas traducciones, gustadas solamente por un reducidísimo círculo de amigos a quienes tímidamente las leía, fueron publicadas contra su voluntad en algunas revistas, merced a lo cual pudieron ser admiradas y elogiadas de todos, ya que ninguna desmerecía del original y aun a veces lo superaban, al ser vertidas al gallego con una pureza de dicción y un dominio de nuestro léxico, que no suelen poseer todos los que escriben en la lengua nativa”²⁸. Non todos estaban identificados coa lingua natural de Galicia e a pesar de coñece-lo alemán non podían verter esas obras a unha lingua cativa e con escasos lectores e moitos que teñen aquí as súas raíces crecerán en busca da luz e deixarán os seus froitos en terra allea como Antonio Garrido Villazán, Ramón Salgado Toimil, María Vinyals y Ferrés, Emilio Fernández Vaamonde, Manuel Souto Vilas, Ramón Iglesia Parga e tantos outros. Ramón María Tenreiro Rodríguez é un deles, nacido na Coruña en 1879 e residente en Madrid dende 1908 onde estivo encargado da sección crítica de libros de *La Lectura*, será escritor e traductor de obras do alemán ó castelán²⁹. O mesmo acontece con María Mercedes Vázquez, irmá do poeta Luís Vázquez Fernández Pimentel, que nas revista luguesas *Ronsel* e *Yunque* traduce directamente ó castelán³⁰, ou con Antonio García Vázquez Queipo ou con Carmen Rodríguez Carballeira³¹, coñecida por Hildegart (1914-1933) residente en Madrid, que se desvincula da lingua de Galicia nos seus escritos e nas súas traducións.

A galeguización a partir da creación das Irmandades da Fala en 1916 fai que o galego pouco a pouco se vaia manifestando e creando as súas propias publicacións. A primeira en aparecer é o xornal *A Nosa Terra* e máis tarde a revista *Nós*. No número 109 de *A Nosa Terra*, do 1 de xaneiro de 1920, publicáronse dous poemas de Detlev von Liliencron, “Duas millas ô trote” e “Morto no trigal” feitas por Roberto Blanco Torres; posteriormente, no número 111, do 25 de xaneiro de 1920, volverá aparecer a tradución do poema “O neno” de Hebbel feita indirectamente ó galego por R. Blanco To-

²⁸ A Coruña, *Boletín de la Real Academia Gallega* 228, 1 de novembro de 1930, pp. 273-274.

²⁹ Traduce ó castelán: *El túnel* de Kellermann; *Judith*, *Herodes*, *Marienne* e *Los Nibelungos* de Hebbel; *San Francisco de Asís* de Joergensen, *Clavijo* e *Afinidades electivas* de Goethe, *Triunfo y tragedia* de Erasmo de Rotterdam, *María Antonieta* e *María Estuardo* de Zweig e adapta *El califa Cigüeña* y otros cuentos de Hauff.

³⁰ “Poemas de Albert Sergel” *Ronsel* 1, maio de 1924, p. 8, “Poetas de Alemania” *Ronsel* 2, xuño de 1924, p. 14 e “Del libro “Das Schwalbenbuch” de Ernst Toller”, *Yunque*, 6, decembro de 1932. Hai edición facsímile de *Ronsel*, Barcelona: Sotelo Blanco Edicións, 1982. Tamén o hai do número 6 de *Yunque* editada co libro *Día das Letras Galegas 1997. Ánxel Fole*, edición ó coidado de Xesús Alonso Montero, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1997.

³¹ E. Hackl, 1987, e R. Cal, 1991.

res³². No número 38 da revista *Nós*, do 15 de febreiro de 1927, aparece un artigo, “Letras d’afora. Rainer María Rilke”, asinado por R. O., iniciais de Ramón Otero Pedrayo³³, que traduce a partir da lingua orixinal uns anacos de prosa e dous poemiñas de *Vergers* e *Les Quatrains Valaisans*, escritos en francés polo propio Rilke³⁴. Ó mesmo ocorre con outro poema escrito tamén orixinalmente en francés, “Qui nous dit que tout disparaisse?”, deste mesmo autor, “A unha amiga”, versión de Amado Carballo reproducese en *A Nosa Terra* o 1 de outubro de 1927³⁵. Estes poemas que aquí se citan testemuñan a recepción de Rilke en Galicia, pero ó estaren escritos en francés por un escritor alemán quedan excluídos do noso inventario.

A editorial *Nós* publica a disertación de R. Otero Pedrayo *Lembranza de Goethe. Conferenza dita o 6 de Marzal do 1932 pra celebrare o centenario de Goethe, na Asociación de Alumnos do Instituto de Ourense seguida da traducción d’unha parte do segundo Fausto*³⁶. Segundo C. Buján (1991, pp. 43-44) “Esta traducción, non sempre ben axeitada ó orixinal alemán, con adaptacións métricas por veces non moi logradas, presenta amais diso dous problemas: o primeiro sería o de saber se está feita verdadeiramente sobre do orixinal, e non a través doutra lingua, como eu supoño pola traducción mesma, anque non teña probas absolutas diso; o segundo problema, mais curioso aínda, é a razón da escolla deses versos precisamente”. No número de nadal de 1932 da revista pontevedresa *Logos* aparece a traducción “Agostiño inmorredoiro” de Erich Przywara, sen asinar, dende o alemán³⁷. Na revista *Nós*, dous anos máis tarde encontramos de Hölderlin: “Adeus”, “Idades da vida” e “Primavera”³⁸ por Álvaro Cunqueiro. Nestes anos a Universidade de Santiago de Compostela, que se ía concienciando do ser de Galicia, xa

³² No periódico *El Compostelano* do 13 de novembro de 1926 aparecerá a traducción doutro poema de Hebbel titulada “O neno do pozo”. “Morto no tragal” será publicado de novo en *El Compostelano* do 13 de setembro de 1928 e “Duas millas ô trote”, no do 10 de xuño de 1929.

³³ Ourense, pp. 17-18. Hai edición facsímile da revista *Nós*, Oleiros: Ediciones Edivar, 1988 e recóllese tamén en *Otero Pedrayo na Revista Nós 1920-1936 (Escolma)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1988, pp. 159-160.

³⁴ Para a recepción de R. M. Rilke en Galicia ve-lo estudio de Jaime Santoro de Membiela (1998).

³⁵ A Coruña, *A Nosa Terra (Idearium das Irmandades da Fala)* 241, p. 4, baixo o epígrafe “Líricos da Alemaña”. Hai edición facsímile de *A Nosa Terra*, A Coruña: Ediciones Edivar (para Nova Galicia edicións) 1989. Vid. Luís Amado Carballo, *Poesía Galega Completa*. Ed. de Luis Alonso Gargado, Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións, 1994, p. 166.

³⁶ Santiago de Compostela: *Nós*, 1932. Aparece no suplemento da edición facsímile da revista *Nós*, Oleiros: Ediciones Edivar, 1988, vol. II.

³⁷ *Logos. Revista de Cultura Relixiosa* 24, nadal do 1932, pp. 184-187. Nos seus números esta revista inclúe citas en alemán de V. A. ou de Paulino Pedret Casado. Os sacerdotes que estudiaban no Colexio Español de Roma podían aprender alemán e practicalo no verán en Alemaña no canto de voltar a Galicia. Hai edición facsímile de *Logos*, Barcelona: Sotelo Blanco Edicións, 1983.

³⁸ Ourense, *Nós* 130, outubro de 1934, pp. 151-152. Sobre a presenza de Hölderlin noutras linguas ver A. Ferrer, pp. 103-111 e concretamente na galega ver J. Kabatek, 1999, pp. 1147-1165.

contaba cunha colaboradora de alemán Otilie Ulbrich. Antón Capelán (1996, p. 63)³⁹ fornéceno-lo dato dun compañeiro dela tamén alemán, Guillermo Adolfo Bauman (sic), dedicado ó ensino do seu idioma en Compostela. El foi arrestado e deportado o 11 de abril de 1933; ela permaneceu aquí e fixo mal.

Tralo levantamento do exército contra a República o 18 de xullo de 1936 todo este agromar da lingua e da cultura de Galicia foi cencenado. A recuperación da memoria de Galicia, do seu ser e do seu ter, comeza en 1950 coa creación da editorial Galaxia e da súa revista *Grial*.

Pola súa conta A. Cunqueiro, en Mondoñedo, editaba un folletoño *Hölderlin. Poesía*⁴⁰ valéndose dunha traducción ó francés dos poemas alemáns. En Pontevedra sae contra 1951 o volume de Celso Emilio Ferreiro e Antonio Blanco Freijeiro, *Musa alemá* (versión de 6 poetas)⁴¹. Trátase da conxugación entre un historiador da arte que coñece o alemán e un poeta galego. No limiar de Aquilino Iglesia Alvariño di: “Unha traducción poética sálvase pol-o que ten de revelación máxica, esto é, polo que de poetas teñan os tradutores, que por ningunha outra cousa, e neste punto as de Ferreiro e Freixeiro cumpren esa condición de maneira acabada” Os poetas escolmados son de Friedrich Holderlin: “As Parcas” e “Canzon do destiño”; de Heinrich Heine: “Eramos nenos”, “O piñeiro” e “Lorelei”; de R. Dehmel: “Anno Domini 1812”, “Apos de un choivasco” e “O xilgaro”; de Rainer Maria Rilke: “Cabaleiro”, “Outono”, e “Vixilia”; de Agnes Miegel: “Os Nibelungos” e de Franz Werfel: “O lobican”, “Canzon dos mortos” e “Os apaixonados”.

No número 7 da revista *Alba*, en 1951, sae unha selección e versión en verso feita por Celso Emilio Ferreiro de tres páxinas⁴² de *Die Weise von Liebe und Tod des Cornets Christoph Rilke* co título de “O canto do namoro e da morte do corneta Cristobal Rilke”.

A Editorial de los Bibliófilos Gallegos, fundada en 1949, que convocou un concurso de traducción ó galego de calquera obra da literatura universal en 1951, concédelle o premio a obra *Cancioneiro da poesía céltica*⁴³, de Julius Pokorny, algunhas destas ver-

³⁹ Nos institutos de bacharelato a partir de 1939 había que escoller dous idiomas; un xermánico, alemán ou inglés e outro románico, italiano ou francés. A. Capelán, 1996, pp. 124-131, documenta o desleixo da Universidade de Santiago de Compostela na posguerra cara ó galego e a benquerencia de certos profesores cara ó imperialismo xermano.

⁴⁰ É unha edición de autor baixo o selo de Edizós do Pescador de Cana, 1950. Segundo X. González Gómez, 1991, p. 8: “contén varios poemas do alemán traducidos e publicados en Mondoñedo onde avisa que se baseou nas versións de Jouve-Klossowski”.

⁴¹ Editouno Sabino Torres na colección Benito Soto, vol. extraordinario I. Non foi incluído na reedición facsímile da colección Benito Soto, Pontevedra: Deputación Provincial, 1990.

⁴² Vigo, sen paxinar. Hai edición facsímile de *Alba*. Hojas de Poesía-Follas de poesía (A Coruña, 1948-Vigo, 1956) Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-C. I. L. L. “Ramón Piñeiro”, 1995. Nese mesmo número 7 de *Alba* na sección “Crítica de libros” por Vérulo Marqués (pseudónimo de Ramón González Alegre) hai unha recensión de *Musa alemá*.

⁴³ Publicouno a Editorial de los Bibliófilos Gallegos dentro da colección “Biblioteca de Galicia”, Santiago de Compostela, 1952. Hai edición facsímile, non venal e numerada, feita polo Consello da Cultura Galega en 1991. Co título de *Cancioneiro da poesía céltica* sae en Vigo: Galaxia, 1991. “Dombate Poesía”, 15.

sións xa saíran no suplemento do Sábado do xornal santiagués *La Noche*. A tradución do *Alkeltische Dictungen* fixérona man a man Celestino Fernández de la Vega, coñecedor autodidacta do alemán e Ramón Piñeiro López. Dentro desa mesma editorial saíran os *Versos de alleas terras e de tempos idos. Paráfrasis galegas*⁴⁴, con poemas de Goethe, “O rei das Elfes”; de Schiller, “O reparto do mundo” e “Os Cruzados”; de Heine, “O Eco”, “A encomenda do cabaleiro”, “O Cabaleiro”; de Niembsch, “Canción”; e de Franz Werfel, “O can de lobo” e “O laio dos mortos”; traducións todas traídas da man de Ramón Cabanillas a través do francés e do castelán.

A pesar do seu coñecemento do alemán o lugués Manuel García Blanco, autor en 1912 de *Consideraciones sobre la decadencia y rehabilitación de la lengua gallega*, non nos doou ningunha versión. Unha mostra da realidade galega aqueloutrada e cunha lingua imposta e ponte obrigada para acceder á cultura de fóra aparece en *Terra brava. Contos da solaina*⁴⁵ onde un protagonista galegofalante que entende o alemán cando o traduce faino (in)conscientemente en castelán. No número 15 da revista *Alba* dáseno-la “Versión gallega del “Requiem für einen Knaben” (requiem pra un neno) de Reiner M^a. Rilke” por Ramón González Alegre⁴⁶.

“O cultivo da lingua galega como instrumento de cultura, decote incrementado con novos vieiros, conta con unha brillante tradición no campo da espresión poética e comeza tamén a tela no da prosa literaria. Pola contra, como instrumento espresivo do pensamento filosófico culto carece aínda de tradición.

Ó traducíremos “Vom Wesen der Wahrheit”, de Martín Heidegger, quixemos contribuir á aítual iniciación do noso idioma niste campo fundamental da espresión cultural. Coi-damos que o ter acreditado eficaz aptitude espresiva diante de un pensamento tan sutil e riguroso como o de Heidegger, garantízalle amplamente á lingua galega a posesión de máisimas posibilidades pra a manifestación de un vigoroso e rico pensamento orixinal.

Que ista tradución veña a arrequecer tales posibilidades é a única cobiza que nos moveu a facela”.

Este é o prólogo da conferencia de Martín Heidegger, *Da esencia da verdade*⁴⁷ que conta “con unha carta-prólogo especial para ista edición”. A tradución, introducción e notas son de Celestino Fernández de la Vega e Ramón Piñeiro. O contacto co filósofo alemán débese a un militar franquista de carabineiros, o lugués Domingo Carvallo, que despois da guerra civil fora lector de español en Friburgo⁴⁸. Coñecedor do alemán era

⁴⁴ Santiago de Compostela: Bibliófilos Gallegos, 1955. Biblioteca de Galicia IX.

⁴⁵ A primeira edición é de 1955, nós citamos pola 2ª ed., Vigo: Galaxia, 1976, pp. 333-334. Cfr. R. Carballo Calero, 1982, pp. 239-242.

⁴⁶ Vigo, febreiro de 1956, sen paxinar. Aparece escrito Reiner no canto de Rainer e “Requiem für einen Knaben” en vez de “Requiem auf den Tod eines Knaben”.

⁴⁷ Vigo: Galaxia, 1956.

⁴⁸ C. Fernández de la Vega, 1975, p. 42: “Domingo Carvallo, casi desconocido entre nosotros porque su única obra *Die ontische Struktur* fue publicada en Alemania, en 1961, con un “Begleitwort” del premio Nóbel Heisenberg, y acaba de editarse al castellano”. Hai edición facsímile da revista *Ronsel*, Barcelona: Sotelo Blanco Edicións, 1982.

Vicente Martínez Risco y Agüero que estivo en Alemaña e cita textos e libros en alemán nos seus escritos⁴⁹, pero que non traduciu nada ó galego que se saiba⁵⁰.

Antón Capelán (1996, p. 140) dános información sobre a desgaleguización da Universidade de Santiago de Compostela neses anos. A finais de 1962 créase a sección de filoloxía románica da Facultade de Filosofía e Letras da Universidade de Santiago de Compostela o cal supoñía unha oportunidade para rescatar á abandonada lingua galega. O lector de alemán daquela era o xornalista Walter Haubrich.

Na revista *Grial* aparecían de cando en vez textos de fóra traducidos ó galego por diferentes autores⁵¹. Un deses tradutores é Álvaro Cunqueiro que amais anosa letras alleas no suplemento literario de *Faro de Vigo*. Unha breve escolla desas versións, feita por X. González Gómez, están recompiladas en *Flor de diversos. Escolma de poetas traducidos*⁵².

Así e todo, a literatura alemana non se asoma só na poesía e na prosa senón que tamén subiu ós escenarios. Bertolt Brecht será o principal protagonista nos teatros galegos dende 1966. *Terror e miseria do Terceiro Reich*, composto por catro textos, “Zapatos negros”, “Axuda de inverno”, “A delación” e outro máis⁵³, é unha tradución directa dende o alemán ó galego por Manuel Lourenzo aínda inédita o non cursa-lo delegado provincial do Ministerio de Información e Turismo da Coruña, Francisco Serrano Castilla, a autorización a Madrid para poder ser escenificada en 1966. É a primeira tradución directa de M. Lourenzo⁵⁴. Ante esa prohibición volve sobre outra obra de Bertolt Brecht, *A feira dos criados*, 1966, un anaco de *O señor Puntilla e o seu criado Matti*, versión galega dende o castelán de Manuel Lourenzo e levada á escena polo Facho da Coruña en 1966. Dese mesmo ano é a peza de M. Frisch, *O señor bonhome e os incendiarios*, versión galega dende o castelán de M. Lourenzo e de H. Harguindey e re-

⁴⁹ Para as relacións de Risco con Alemaña véxase J. L. Varela, 1995, pp. 255-268; M^a X. Lama, 1995, pp. 269-282 e F. Meyer, 1995, pp. 283-300; 1996, pp. 331-350.

⁵⁰ Risco contesta a unha pregunta de C. Polo, 1971, p. 185: “Hoy nada me anda en la cabeza. Únicamente una traducción del alemán: “Die Verratane Armee”, de Heinrich Gerlach, un reportaje-novela sobre el desastre de Stalingrado, que tuvo una gran difusión y una gran resonancia en Alemania. Estoy terminándola”. Supoñemos que de a ler e que tiña intención de a traducir ó castelán entón.

⁵¹ Cfr. Índices elaborados por Manuel González González e María Carmen Prieto Guibelalde dos cen primeiros números. A primeira versión rexistrada do alemán é de Álvaro Labrada (Álvaro Cunqueiro), “Final do Castelo” de Kafka, *Grial* 3, 1964, pp. 100-102.

⁵² Vigo: Galaxia, 1991, pp. 17-27. No suplemento de *Faro de Vigo*, entre outros, publicou o 9 de marzo de 1969, “Un Deus ben pode” e o 21 de decembro de 1969, “Día de outono”, ambas de Rilke e valéndose da versión ó castelán do historiador e tradutor bergantiñán Jaime Ferreiro Alemparte; o 1 de marzo de 1970, “O triste” de H. Heine; o 24 de xaneiro de 1971, “Canción dos catro puntos cardinais” de F. Durrenmatt; o 16 de xaneiro de 1977, “A primavera volveu” de Rilke; o 27 de novembro de 1977, “O intre da disculpa” de Karl Krolow. A información é de Xesús González Gómez, quen, por certo, traduciu dende o francés un poema ó galego de Hans Magnus Ezensbertger que publicou en *El Progreso*, Lugo, o 14 de febreiro de 1971.

⁵³ Estes datos son verbais e os outros proceden de Manuel Lorenzo e Francisco Pillado, 1987.

⁵⁴ M. Lourenzo estivera dous anos, 1962 e 1963, en Colonia e Düsseldorf, aprendendo a lingua alemana.

presentada tamén polo Facho. O doutor e escritor Domingo García-Sabell, que estivera en Alemaña, traduce *Problemas humanos*⁵⁵ de Eduard Spranger que prologa e anota. En 1968 editorial Galaxia non publica o *Diario irlandés* de H. Böll, traducción, inédita aínda, feita directamente dende o alemán por Pedro Varela Gesto⁵⁶. Aínda que non todos dominan a lingua xermana non renuncian a presentarnos e representarnos aquí as súas ideas con outras palabras. *O que dixo si, o que dixo non*, de B. Brecht escenificado pola Aula de Teatro do Liceo de Betanzos en 1968 é unha versión galega dende o castelán de Xesús Alonso Montero.

Dende 1968 a facultade de Filosofía e Letras da Universidade de Santiago de Compostela conta co primeiro profesor numerario de lingüística e literatura galegas, en 1970 créase o Instituto da Lingua Galega⁵⁷ e en 1972, Ricardo Carballo Calero, gaña a Cátedra de Lingüística e Literatura Galegas. Nestes anos de investigación e documentación para descubri-lo galego falado e escrito continúan as escenificacións por Galicia de B. Brecht con *O mendiño e o can morto*, no 1974, co grupo de teatro O Facho, versión galega dende o castelán de Xosé Luís Rodríguez Pardo. Nese ano Ediciones Júcar concibe o proxecto de publicar “A nosa biblioteca universal” dirixida por Xesús Alonso Montero. Para esa colección Joám Trillo traduce da lingua orixinal á galega o libro *Contemplación*, o conto *A sentencia* e *A metamorfosis* de Kafka que nunca se chegaron a imprimir; o mesmo aconteceu con *Medo e miseria do III Reich* de Bertolt Brecht do que é tradutor Basilio Losada⁵⁸. Chegar, chegouse a publicar polo Partido Comunista de Galicia, pero non a distribuír, *O manifesto do Partido Comunista*⁵⁹ traducido por Xoan Andeiro, pseudónimo de Joám Trillo, entre outubro de 1974 e xaneiro de 1975.

Despois da morte do xeneral Francisco Franco comeza a Reforma Política e a Transición e séguese a representar a B. Brecht, *O circo de tiza caucasián*, 1976, grupo de Teatro Círculo de Perlío, versión galega dende o castelán de Celestino Ledo e no mesmo ano e do mesmo autor veremos unha adaptación da súa *Antígona*, mesturada con textos doutras “Antígonas” montada polo G. T. Histrión 70, en versión galega dende o castelán ou o francés de Xosé López Cid. Akal editor saca en 1976 o *Manifesto do Partido Comunista*⁶⁰ de K. Marx - F. Engels, traducido do alemán por Isaac Alonso Estravís. A Escola Oficial de Idiomas de A Coruña, creada en 1974, ensina dende outubro de 1977 a lingua alemana. Un clásico da literatura para nenos tamén se manifesta no mundo do teatro, os irmáns Grimm. *O flautista de Hamelin*, 1978, trasladado dende o

⁵⁵ Vigo: Galaxia, 1966.

⁵⁶ Segundo información verbal de Xesús Ferro Ruibal confirmada polo propio autor.

⁵⁷ “Momentos de la Universidad”, en *La Universidad de Santiago*, 1980, p. 98-99.

⁵⁸ “Alemania”, en *Gran Enciclopedia Gallega*, vol. 1, pp. 228-229.

⁵⁹ S. I.: Nova Galicia, 1976.

⁶⁰ Madrid, colección Arealonguiña, 20.

castelán de Anxos Cuña Bóveda, é presentado polo Grupo de Teatro do Centro Social Mariñamansa de Ourense. O ano seguinte volve outra obra de B. Brecht, *O demo no tellado* da Escola Municipal de Teatro de Narón; unha adaptación de Manuel Lourenzo dende o alemán de *Lux in tenebris* ó galego. En 1980 a Compañía Luís Seoane dános *Dansen*⁶¹ de B. Brecht, versión dende o castelán ó galego do actor Miguel Pernas. Deste mesmo ano, 1980, é a edición xustaposta dos poemas alemáns e a súa tradución ó galego de *Os sonetos a Orfeu*⁶² de Rainer Maria Rilke por Lois Tobío, membro do Seminario de Estudos Galegos. Dous anos máis tarde reaparece B. Brecht con *A cruzada dos nenos*, 1982, adaptación dun poema dende o castelán de Anxos Cuña Bóveda para o Grupo de Teatro Carmelitas de Ourense. A revista *Dorna. Expresión poética galega*, reaparecida este ano, incorpora ó longo dos seus números traducións⁶³. A publicación de *Os contos de Grimm. Escolma*⁶⁴ feita dende o castelán por Eubensei en 1983 será reeditada en 1986. *A serpe branca*⁶⁵ de J. e W. Grimm tamén é unha tradución indirecta.

En 1983 créase a Asociación Galega de Tradutores, constituída por unha ducia deles, que elaborou unha lista de 40 títulos para seren traducidos dende as linguas orixinais ó galego. As traducións pagadas pola Xunta de Galicia entregáronse ás diferentes editoriais que publicaban en galego. Ó final foron o 44, é dicir, catro de conroga, por seren algúns títulos de poucas páxinas e ó longo do tempo fôronse ofrecendo nos escaparates das librerías galegas, mais non incluíron finalmente ningún título da literatura alemana.

A cultura xermana segue a falar no teatro onde fai a súa aparición Kafka e de Le Fel, *Informe do día despois*, 1984, do Teatro Troula coproducido polo Centro Dramático Galego e dirixido por Xesús Medal, anosado probablemente dende o castelán e Karl Valentin, *Isto non é serio señores*, tradución de textos breves dende o francés, *Cabaret Satirique*, ó galego de Manuel Guede Oliva para a Cooperativa de Teatro Caritel de Ourense. Tradución directa do alemán de Manuel Lourenzo é o *Woyzeck* de G. Büchner posto en escena en 1984 polo Centro Dramático Galego da Xunta de Galicia. Pola súa conta a Compañía Luís Seoane ofrece ese ano *Fausto, lenda áurea dos santos da montaña*: traducións de textos do inglés, Marlow, do alemán, Goethe, e propios, sen mesturar, nunha versión moi libre de Manuel Lourenzo. No libro de J. R. Vidal Romani,

⁶¹ *Cadernos da Escola Dramática Galega* 24, 1981.

⁶² Sada: Edicións do Castro, 1980.

⁶³ No nº 7, 1982, pp. 14-15, Xosé Mª Díaz Castro traduce o poema “María, ben sei...” de R. M. Rilke; no 9, 1985, pp. 208-209, Henrique Monteagudo versiona o texto “Infelicidade sen arelas” de Peter Handke; no 17, xaneiro de 1991, p. 14, Xosé Mª Díaz Castro anosa un poema seu escrito en alemán; nº 21, 1995, pp. 111-122, Ursula Heinze dános unha introducción, selección e tradución de textos de Christian Saalberg.

⁶⁴ Sada: Edicións do Castro, 1983. En 1991 publicouse una escolma deles no volume nº 20 da “Biblioteca 114” de *El Correo Gallego* de Santiago de Compostela.

⁶⁵ Vigo: Galaxia, 1983. A Chalupa 8. Tradución dende o castelán de Xabier Senín Fernández.

*Isidro Parga Pondal. Vida e obra*⁶⁶, o autor do mesmo traduce ó galego un poema composto e escrito en alemán por Ramón Otero Pedrayo e Vicente Risco nunha excursión o monte Pindo en 1936.

A incorporación da lingua e da literatura galega ás escolas e ós institutos de Galicia e a necesidade de educar os fillos e as fillas na lingua galega, así como as ordes de convocatoria de axudas á tradución de obras o galego da Consellería de Cultura da Xunta de Galicia dende 1985, fai que se estimulen as traducións⁶⁷. Valentín Arias López traduciu dende o castelán ó galego toda “Colección rato Pérez”⁶⁸ que incluía relatos para nenos da literatura universal, entre eles están varios contos de Jakob & Wilhelm Grimm, *Hänsel e Gretel*; *O paxaro do engano*, *O pescador e a súa muller*, editadas en 1984; *A pastora dos gansos*, *As tres linguaxes*, *A raíña das abellas*, en 1985, *Raponcia*; *As tres plumas* e *Nevebranca e Rosavermella*, en 1986. Ramón Lorenzo e Ursula Heinze traducen do alemán de Mira Lobe, *Ingo e Drago*⁶⁹ e *A pantasma do castelo*, e, de Elisabeth Heck, *O dragón novo*⁷⁰.

En abril 1986 cúbrese a cátedra de lingua e literatura xermánicas da Universidade de Santiago de Compostela, creada no 1985 e en xuño de 1986 sae a revista *Ólisbos*⁷¹. Rosa María López Gato traduce *Cando Tina berra* de Tilman Röhrig e con Xosé Luís Regueira *O rei Túnix* de Mira Lobe⁷² e Xosé Reimúndez *As aventuras do varudo Va-*

⁶⁶ Traslaba: Fundación Ramón Otero Pedrayo, 1984, pp. 30-32.

⁶⁷ O recoñecemento de Galicia como Nacionalidade Histórica co seu *Estatuto de Autonomía* de 1981 outórgalle competencias lingüísticas ó goberno autónomo. O Real Decreto 1981/ 79 do 20 de xullo de 1979 regula durante a etapa preautonómica a incorporación da lingua galega ó ensino en Galicia, xunto coa orde ministerial que a desenvolve o 1 de agosto de 1979. Nestes textos contéplase o ensino da lingua galega como materia de carácter obrigatorio na educación preescolar, no ensino xeral básico, formación profesional e no bacharelato. O Decreto 81/ 1982 do 29 de abril, que substitúe ó anterior, e no 101/ 1982 que establece e regula o ensino da lingua e literatura galegas no curso de orientación universitaria establecen os dereitos lingüísticos dos escolares e estudantes de Galicia. A Lei de Normalización Lingüística 3/ 1983 do 15 de xuño amplía os dereitos lingüísticos de tódolos galegos e galegas. Tocante á lei vid. P. García Negro, 1991 e *Compendio de Lexislación sobre a Lingua Galega nas Administracións Local e de Xustiza*, 1993.

⁶⁸ Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

⁶⁹ Madrid: Ediciones SM, 1985. Serie azul de O barco de vapor, 2.

⁷⁰ Ambas editadas en Madrid: Ediciones SM, 1986. Serie branca de O barco de vapor 1 e 2, respectivamente.

⁷¹ No nº 1, p. 35, Robert Kluge traduce o “Lyriches intermezzo” de H. Heine; no nº 3, maio de 1987, p. 11, Gabriela Jaskulla e Xoán L. Blanco, “Unha vida seria” de Ulla Hahn e “Consello” de Thomas Brasch; no nº 4, febreiro de 1988, pp. 14-23, Laureano Araujo Cardalda, “Saúdos de Iódok” do libro *Historias de nenos* de Peter Bichsel; no nº 6, maio de 1989, pp. 45-47, Laureano Araujo Cardalda, “A viaxe a Oletzko” de Siegfried Lenz; no nº 8, 1989, pp. 19-23, Laureano Araujo Cardalda, “Primeira conclusión perante a lei” de F. Kafka; no nº 9, 1989, pp. 9-15, Laureano Araujo Cardalda, “O elixido” de *Der Tod in Venedig* de Thomas Mann; no nº 11, abril de 1992, p. 20, un poema de Bertold Brecht, traducido dende o castelán e sen asinar, cun primeiro verso que di: (*Non vos deixedes seducir*); no nº 15, maio de 1994, pp. 20-21, un poema de Franck Meyer traducido por el mesmo do alemán ó galego; e no 16, xaneiro de 1995, pp. 9-11, sae outro poema do alemán ó galego, “Pero parece que si”, tamén de Franck Meyer.

⁷² Ambas en Vigo: Galaxia / Madrid: Ediciones SM, 1987. Anteriormente Rosa M^a. López Gato e Xosé Luís Regueira Fernández traduciran ó galego o artigo inédito de Esser, Ursula, “O galego, lingua en elaboración”, *Grial* 93, 1986, pp. 334-343.

nia⁷³ de Otfried Preussler. Lois Tobío, en 1987, ofréceno-lo texto teatral de Bertolt Brecht, *Nai coraxe e máis os seus fillos*⁷⁴ e a Comunidade Económica Europea aproba a Resolución do Consello e dos Ministros de Cultura de 9 de novembro de 1987 sobre o fomento da traducción de obras importantes da cultura europea. (87 / C 309 / 03).

O *Cuarteto*⁷⁵ de Heiner Müller, traducido por Manuel Lourenzo sobe a escena con Teatro do Atlántico en 1988, ano no que comezan a ensinar alemán a Escola Oficial de Idiomas de Ourense e a de Pontevedra creadas en 1987. Dese mesmo autor, Heiner Müller, represéntase *Hamletmaschine*⁷⁶ o 1 de novembro de 1989 no Teatro Principal de Santiago de Compostela polo grupo Matarile Teatro. *Liberdade bremana* de R. W. Fassbinder, estreada e publicada polo Teatro do Atlántico é unha traducción dende o alemán de M. Lourenzo dese mesmo ano.

Os novos demandan libros e pouco a pouco vai agromando unha literatura para nenos e nenas de diferentes idades. As editoriais de Galicia e de fóra que editan en galego importan textos para procurar satisfacer esa sede dos rapaces e das rapazas⁷⁷. Moitas destas obras son traduccions directas de escritoras e escritores alemáns como Isolde Heyne, *Cita en Berlín*⁷⁸; Ursula Wölfel, *Zapatos de lume e sandalias de vento*⁷⁹ anasados por Rosario Álvarez e Xosé Xove; Peter Härtling, *Esta era Hirbel*⁸⁰, traduccions de X. M. García e Elisabeth Shaible; Chr. Nöstlinger, *Querida Susi, querido Paul*⁸¹ tamén de X. M. García; Achim Bröger, *A avoa e mais eu*⁸² e Uwe Timm, *O cocho de carreiras Rudi Fuciños*⁸³ ambos traducidos por Amelia Rodríguez Sanmartín; W. Wippersberg, *A bruxa de Xulia*⁸⁴. Traducción indirecta é a de *Puntiño e Antón*⁸⁵ de Erich Kästner.

⁷³ Madrid: Ediciones SM, 1987. Serie laranxa de O barco de vapor, 3.

⁷⁴ Sada: Edicións do Castro, 1987.

⁷⁵ Publicado no caderno do espectáculo leva incorporacións dramatúrxicas de Anxo A. Rei Ballesteros que non están na traducción orixinal.

⁷⁶ A traducción do alemán ó castelán fixoa Antonio Fernández Lera e do castelán ó galego Santiago Vidal.

⁷⁷ Este inventario non analiza, nin valora, as traduccions do alemán ó galego. Pende por investigar, xa que logo, as orixes e as consecuencias destas e outras importacións en Galicia. Algunhas consideracións tocante a isto poden verse en S. Cruces, 1993, pp. 59-65; en M^a P. Bertólez Cue, 1997 e P. Vilaboi, 1997. Para a súa presenza no mundo infantil galego cfr. a tese de doutoramento de Blanca Ana Roig Rechou, 1996, cunha lista da produción infantil dende o seu inicio deica 1994, este incompleto. Vid. amais, coordinado pola mesma autora, “Bibliografía comentada sobre a literatura infantil e xuvenil en galego en 1994” en *Adaxe* 12, 1996, pp. 151-171.

⁷⁸ Madrid: Ediciones SM, 1989. Gran angular, 3. Traducción de Xosé Reimúndez Fernández.

⁷⁹ Vigo: Galaxia, 1989.

⁸⁰ Vigo: Galaxia, 1989.

⁸¹ Madrid: Ediciones SM, 1989. Serie azul de O barco de vapor, 9.

⁸² Vigo: Galaxia, 1989. Árbore, 16.

⁸³ Vigo: Galaxia, 1989. Árbore, 18.

⁸⁴ Vigo: Galaxia, 1989. Árbore, 20.

⁸⁵ Madrid: Alfaguara, 1989. Traducción de M^a Carme Ares Vázquez.

O 24 de abril de 1990 estreábase *A Creación*⁸⁶ de Haydn no Auditorio de Galicia co seu texto en alemán e en galego. Os sete números da colección “Fago Cousas” de Sabine Lohf⁸⁷ foron traducidos por Xosé Reimúndez Fernández; L. Willems, *Ás veces son un xaguar*⁸⁸ por X. M. García e E. Schaible; *O infernalcohololeosatanarqueolóxico ponche dos desexos*⁸⁹, de Michael Ende, é tradución do alemán de Ramón Lorenzo e Ursula Heinze, aínda que tamén se dan traducións indirectas como *Tranquila tragaleguas: a tartaruga teimuda*⁹⁰ de Michael Ende. O mundo do ensino segue ós poucos pedindo as súas lecturas e así temos escollas de Kant, de Nietzsche e de Marx⁹¹ mentres os máis pequenos e as máis pequenas len de Mira Lobe, *A avoiña da maceira*⁹²; de Christine Nöstlinger, *Querida avoa ... a túa Susi*; e de Otfried Preussler, *A parva de Agostiña*⁹³. Os rapaciños e as rapaciñas poden ler, dende 1991, a Ursula Wölfel, *O xaxileo azul*⁹⁴; a Walter Wippersberg, *Max, ave de mal agoiro*; a Hanna Johansen, *O parrulo e o moucho* e *O parruliño que sempre chegaba tarde*, a Achim Bröger, *Mamá vou esperar a papá*⁹⁵; a Frederik Hetman, *As aventuras de Billy-Joe*⁹⁶. *Félix, Félix*⁹⁷ de Hanna Johannsen e *Polgariño*⁹⁸ dos Grimm enriquecen o mapa literario do galego. *A metamorfose seguido de A sentenza*⁹⁹ de F. Kafka xorde en 1991 igual que *A historia de Ana*¹⁰⁰ de Urs

⁸⁶ O concerto repetiuse o 25 de abril no Teatro Rosalía de Castro da Coruña e o 26 de abril de 1990 no Centro Cultural Caixa Vigo. No libreto reproducese o texto en alemán e en galego traducido por Joam Trillo, aínda que non consta o seu nome.

⁸⁷ Vigo: Galaxia, 1990.

⁸⁸ Madrid: Ediciones SM, 1990. Gran angular, 11.

⁸⁹ Madrid: Ediciones SM, 1990. Gran angular, 8. Hai outra edición de 1994. Serie vermella de O barco de vapor, 22.

⁹⁰ Madrid: Alfaguara, 1990. Tradución de Luísa Blanco Rodríguez dende a versión ó catalán, *Tranquila trampeltreu*.

⁹¹ Biblioteca de filosofía. *Textos*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1990. Os textos de Kant e de Nietzsche foron traducidos por X. M. García Álvarez e Elisabeth Schaible o de Marx por Xoán Currais Porrúa.

⁹² Barcelona: Juventud, 1990. Tradución de Xulián Maure Rivas, que estudiara tres cursos de alemán en Salamanca.

⁹³ Publicadas en Vigo: Ediciones SM, 1990. Serie azul de O barco de vapor, 5 e Serie branca de O barco de vapor, 5, respectivamente; traducidas por X. Maure Rivas.

⁹⁴ Madrid: Ediciones SM, 1991. Serie branca de O barco de vapor, 8. Tradución de Rosa María López Gato.

⁹⁵ Editadas as tres en Vigo: Galaxia, 1991.

⁹⁶ Publicadas todas en Vigo: Galaxia, 1991 e traducidas por Xosé Reimúndez Fernández.

⁹⁷ Vigo: Galaxia, 1991. Árbore, 26. Tradución de María de la O Fernández Estévez.

⁹⁸ Vigo: Galaxia, 1991. Árbore, 40. Versión galega dende o castelán de Xabier Senín Fernández.

⁹⁹ Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións, 1991. Tradución de Xosé Manuel García Álvarez.

¹⁰⁰ Madrid: Ediciones SM, 1991. Gran angular, 12. Tradución de Xosé Manuel García Álvarez e de Elisabeth Schaible.

Fiechtner, *O apache branco*¹⁰¹ de Thomas Jeier e *O cabalo de ouro*¹⁰² de Federica de Cesco, ano en que aparece a segunda entrega de *Os contos de Grimm. Escolma II*¹⁰³. No teatro ese ano escenifícase *A resistible ascensión de Artur Ui*¹⁰⁴ de Bertolt Brecht polo grupo Eis da facultade de filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela e tocante á música podíamos escoitar en galego dúas óperas de W. A. Mozart, *Bastián e Bastiana* e *O empresario*¹⁰⁵ e un oratorio, *A Paixón segundo San Mateo*¹⁰⁶ de J. S. Bach. Os días 28 e 29 de febreiro de 1992 interprétase, falada e cantada en galego, a ópera de Carl M^a. von Weber, *Abu Hassan*¹⁰⁷ na inauguración do Teatro Principal de Ourense. Nese ano sae de Uwe Timm, *O merlo pirata*¹⁰⁸, *O pai dun asasino*¹⁰⁹ de Alfred Andersch, *A moeda de cinco marcos*¹¹⁰ de Klaus Kordon, *Seis ensaios sobre o Camiño de Santiago*¹¹¹ e créase en Vigo no curso 1992-93 a licenciatura de Traducción e Interpretación na facultade de Humanidades da Universidade de Vigo.

Hai outra obra traducida inédita de B. Brecht, *A muller xudía*, vertida por Manuel Lourenzo que non chegou a ser representada. No catálogo da exposición *A escultura española do século XX. Pequeno formato*¹¹² inclúense traduccions indirectas. De 1993 tamén é a adaptación de *Leoncio e Helena*¹¹³ de George Büchner e na música intérpre-

¹⁰¹ Madrid: Ediciones SM, 1991. Gran angular, 13. Traducción de Xosé Reimúndez Fernández.

¹⁰² Madrid: Ediciones SM, 1991. Gran angular 19. Traducción de Alexandre Pérez Rodríguez e Ricardo Fernández Sabín.

¹⁰³ A Coruña. Edicións do Castro, 1991. Versión galega de Eubensei (Manuel Beiras García). Ó cabo de cada conto vén o seu título en alemán.

¹⁰⁴ Estreouse o 31 de xaneiro de 1991 no Teatro Principal de Santiago de Compostela. A dirección foi de Fernando Dacosta e a traducción, dende o castelán, dos propios actores da obra.

¹⁰⁵ Ambas representadas o 11 de febreiro de 1991, no Auditorio de Galicia de Santiago de Compostela, o 13 e 14 no Teatro Rosalía de Castro da Coruña e o 17 de marzo no Teatro da Beneficencia de Santa Marta de Ortigueira. Na primeira parte interpretábase *Bastián e Bastiana*, traducida e adaptada do alemán por Joam Trillo; esta no programa, por erro, apónselle a J. Martinho Montero Santalla que é o traductor só de *O empresario*, interpretada na segunda parte do concerto. Nestas dúas óperas homes e mulleres falaban e cantaban en galego.

¹⁰⁶ Escenificada o 26 de abril de 1991 no Auditorio de Galicia en Santiago de Compostela. Unha programación por orde cronolóxica de tódalas actuacións presentadas aparece en *Auditorio de Galicia. Un lustro de cultura 1989-1994*, 1994, pp. 188-213.

¹⁰⁷ Representouse de novo o 7 de marzo de 1992 no Teatro García Barbón de Vigo. A traducción e adaptación é de Xoán Trillo e nela os e as protagonistas falaban e cantaban en galego.

¹⁰⁸ Vigo: Galaxia, 1992. Árbore, 64. Traducción de Alberto Álvarez Lugrís.

¹⁰⁹ Vigo: Galaxia, 1992. Árbore, 54. Traducción de María de la O Fernández Estévez.

¹¹⁰. Madrid: Ediciones SM, 1992. Serie azul de O barco de vapor, 9. Traducción de Rafael Chacón.

¹¹¹ Vigo: Galaxia, 1992. Ensaio e investigación, 16. Traducción de Xosé Reimúndez Fernández.

¹¹² Santiago de Compostela: Auditorio de Galicia, 1993. O catálogo inclúe dous textos traducidos ó galego dende o castelán por Mariluz González Domínguez e que foran previamente traducidos por Ursula Koene-grachts dende o alemán: “¿Que é a pequena escultura moderna? Un pequeno resumo” de Thomas Knubben e “A pequena escultura internacional. Unha visión do mundo e da arte universal” de Christoph Brockhaus.

¹¹³ Adaptación dende o castelán de Begoña Muñoz Saa. Vid. *Leoncio e Helena*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, colección Centro Dramático Galego, 5.

tanse no Auditorio de Galicia en Santiago de Compostela as óperas *A frauta máxica*¹¹⁴ e *O rapto no serrallo*¹¹⁵ de Mozart e le-las súas versións en galego dende o castelán nos libretos. En libro entregouse a traducción e adaptación do texto de Michael Haller, *Tratado de contraponto e de composición contrapontística*¹¹⁶. Para os nenos e as nenas tradúcese *Os tolos de Vilasimpona*¹¹⁷ de Otfried Preussler, *Tinfo, o monstro de tinta*¹¹⁸ de Ursel Scheffler, *O segredo do mestre Xoaquín*¹¹⁹ de Sigrid Heuck, *Moon Jonas*¹²⁰ de Nicole Meister, *O xastriño valente* dos Grimm e outra vez *O frautista de Hamelín* de K. G. Nievitz¹²¹.

Para o ensino sae o volume de *Historia da filosofía. F. Nietzsche, K. Marx, H. Marcuse*¹²² con escritos alemáns traducidos dende o castelán e na música interprétase *A Paixón segundo San Xoán*¹²³ de J. S. Bach. O segundo número da revista *Anuario de estudos galegos 1993*¹²⁴ incorporará ó seu compendio bibliográfico anual unha lista coas traduccions de obras literarias ó galego. A enxerta en Galicia de fillos e fillas de galegos e galegas emigrantes que se educaron e estudaron en países de fala alemana tamén comeza a rebentar e tráennos á nosa lingua as *Opinións dun pallaso*¹²⁵ de Heinrich Böll, *A morte en Venecia*¹²⁶ de Thomas Mann e *A lenda do santo bebedor*¹²⁷ de Joseph Roth.

¹¹⁴ A ópera interpretouse o 18 de maio de 1993 e o folleto contén o texto en alemán, galego e castelán. Non consta o nome do traductor ou traductora dende o alemán nin o/a do castelán ó galego.

¹¹⁵ A estrea foi o 20 de maio de 1993.

¹¹⁶ Ourense: AGAL, 1993. Traducción e adaptación de Joam Trillo.

¹¹⁷ Madrid: Ediciones SM, 1993. Serie laranxa de O barco de vapor, 18. Traducción de Xosé Reimúndez Fernández.

¹¹⁸ Madrid: Ediciones SM, 1993. Serie azul de O barco de vapor, 10. Traducción de Vicente Rodríguez.

¹¹⁹ Madrid: Ediciones SM, 1993. Gran angular, 24. Traducción de Xacinto Losada.

¹²⁰ Madrid: Ediciones SM, 1993. Gran angular, 25. Traducción de Xosé María Babarro e Xosé Grande.

¹²¹ Ambas editadas en Santiago de Compostela: Edicións Sálvora, 1994. Traducción do castelán e adaptación de Ramón Álvarez Losada.

¹²² A Coruña: Bahía edicións, 1994. Trátase dos capítulos titulados “F. Nietzsche” de Mercedes Expósito García e Inés Fernández Buján, pp.7-125 e “Karl Marx” de Francisco J. Martínez Martínez, pp. 127-210.

¹²³ A estrea foi o 24 de marzo de 1994 no Auditorio de Galicia e o folleto inclúe o texto en alemán, a súa traducción ó castelán e dende este a súa versión en galego.

¹²⁴ Vigo: Galaxia, 1994, pp. 296-297. O primeiro número de *Anuario de Estudios Literarios Galegos 1992*, publicouse en 1993.

¹²⁵ A Coruña: Tambre, 1994. Presentación, traducción e notas de Laureano Araujo Cardalda.

¹²⁶ A Coruña: Tambre, 1995. Presentación, traducción e notas de Laureano Araujo Cardalda.

¹²⁷ Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións, 1995, colección Medusa Narrativa. Traducción de Laureano Araujo Cardalda.

Dentro do mundo infantil hai que citar *Espinacas sobre rodas*¹²⁸ de Renate Welsh, *A brava Sofía*¹²⁹ de Lukas Hartmann e *Hansel e Gretel*¹³⁰ dos Grimm.

A primeira licenciatura en filoloxía xermánica da Facultade de Filoloxía da Universidade de Santiago de Compostela gradúase en 1994 e un estudante de alemán primeiro en Madrid que logo se licencia coa segunda en 1995 ofréceno-las *Elexías de Duino*¹³¹ de Rainer Maria Rilke. Nese mesmo ano aparece o primeiro número da publicación anual *Viceversa. Revista galega de traducción*¹³². Dende o outono de 1994 no xornal *O Correo Galego* sae unha sección titulada “Poetas” na que se inclúen autores de fóra traducidos ó galego por Ursula Heinze. Moitos deles son de fala alemana e aparecen recollidos no libro *Versos de terras distantes*¹³³. Esta sección diaria aínda continúa a se enriquecer cada día e a nos dar novos textos poéticos. Aparece un novo título de Michael Ende *O longo camiño a Santa Cruz*¹³⁴ e os catálogos das exposicións *Imaxes e visións. Arte mexicana, entre a vangarda e a actualidade*¹³⁵ e *Signos e milagres. Niko Pirosmani (1862-1918) e a arte contemporánea*¹³⁶ organizadas polo Centro Galego de Arte Contemporánea en 1995, incluían textos traducidos do alemán. Na música volven outravolta *A Paixón segundo San Xoán*¹³⁷ de J. S. Bach e *A Creación*¹³⁸ de J. Haydn.

¹²⁸ Vigo: Galaxia, 1995. Árbore, 81. Traducción de Xosé Reimúndez Fernández.

¹²⁹ Vigo: Galaxia, 1995. Árbore, 83. Traducción de Serafin Villanueva Bembibre.

¹³⁰ Santiago de Compostela: Edicións Sálvora, 1995. Traducción e adaptación do castelán de Ramón Álvarez Losada.

¹³¹ A Coruña: Edicións Espiral Maior, 1995. A Illa Verde, 14. Edición bilingüe. Traducción de Jaime Santoro.

¹³² Vigo, 1995. No seu primeiro número non inclúe ningún texto traducido do alemán, pero ofrece un inventario das obras traducidas e publicadas en Galicia durante todo o ano 1993 e parte do 1994 de calquera lingua ó galego, directa ou indirectamente. No anexo recompila as *Actas do 1º Simposio Galego de Traducción* celebrado en Vigo do 30 de setembro ó 2 de outubro de 1993.

¹³³ Santiago de Compostela: Compostela, colección Afa 1. Selección e traducción de Ursula Heinze de Lorenzo. O volume, non venal, editouse canda o número 500 do xornal *O Correo Galego* en 1995. Así mesmo en *Dorna* 21, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1995, dános unha introdución, selección e traducción de textos de Christian Saalberg, pp. 111-122.

¹³⁴ A Coruña: Everest Galicia, 1995. Colección Rañaceos. Traducción de Basilio Losada.

¹³⁵ Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1995. Traducción do alemán ó galego de Michaela Andrea Kuchenreuther. Esta traductora, xunto con Manuel Luís Stiller, traduciu “Schibboleth, Salmo e outros poemas” de Paul Celan, en *A Trabe de Ouro* 28, outubro, novembro, decembro de 1996, pp. 573-580. Na mesma revista publícase “Rose Ausländer: o exilio da verba” de Dolors Sabaté Planes, traducción de Manuel Outeiriño, con poemas traducidos do alemán ó galego coa axuda do ourensán, natural de Rabodegalo, Manuel Luís Stiller, pp. 567-572.

¹³⁶ Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1995. Deste catálogo unicamente o artigo de Bice Curiger, “Songs of Innocence and Experience”, foi traducido do alemán ó galego, aínda que non consta o nome do traductor ou traductora.

¹³⁷ A interpretación foi o 21 de marzo de 1996 no Auditorio de Galicia. O folleto inclúe o texto en alemán, a súa traducción ó castelán e ó galego, esta feita dende o castelán.

¹³⁸ O acto musical foi o 24 de maio de 1996 no Auditorio de Galicia. O libreto con texto en alemán foi traducido ó castelán por José López Calo e dende o castelán ó galego por Mariluz González Domínguez, aínda que o seu nome non consta.

Nos catálogos da exposición *O espírito da América prehispanica. 3.000 anos de cultura*¹³⁹ e de *Arnulf Rainer. Campus Stellae*¹⁴⁰ hai artigos en alemán traducidos ó galego. No teatro represéntase *Terror e miseria da Nación Poderosa*¹⁴¹ de Bertolt Brecht e na narrativa contamos cunha escolla dos *Contos de Hoffmann*¹⁴² feita ó dereito dende o alemán ó galego mentres permanecen inéditos os *Diálogos suízos*¹⁴³ de Urs Widmer. No ensino o volume de *Historia da filosofía*, editado en outubro de 1996, ten un capítulo dedicado a I. Kant¹⁴⁴ con textos alemáns traducidos dende o castelán. Finalmente, neste ano, publícase o anuario *Informe de literatura 1995*¹⁴⁵ que contén un rexistro das traducións e versións feitas de calquera lingua ó galego. Remata aquí a nosa pesquisa de obras traducidas ou versionadas en libro ou para a escena que abranguea dende 1896 ata o ano 1996, ambos incluídos¹⁴⁶. Sabemos que aínda permanecen inéditas, *O pai*, de Heiner Müller tradución de Manuel Lourenzo para o grupo UVEGA que non se representou por non haber subvención e *Poesía Completa* de Günter Grass traducida por Ursula Heinze e que están no prelo *Fausto*¹⁴⁷ de J. W. Goethe, *Cartas a un poeta novo* de Rainer Maria Rilke, o conto *A condena* de F. Kafka¹⁴⁸; *Conversas con Kafka* de Gustav Janouch¹⁴⁹; as *Notas marxinais ó cancionero portugués antigo*¹⁵⁰ de Carolina Michäelis de Vasconcelos; a adaptación de Erich Kästner de *As maravillosas viaxes e aventuras por terra e por mar do Barón Münchhausen*¹⁵¹; *A confusión do interno Törless*¹⁵² de

¹³⁹ Santiago de Compostela: Auditorio de Galicia, 1996. Só un texto deste catálogo foi traducido por alguén dende o alemán ó castelán e dende este ó galego por Mariluz González Domínguez, o de Ferdinand Anton, “A área andina meridional na época preincaica”.

¹⁴⁰ Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996. Neste catálogo tódolos artigos foron traducidos do alemán ó galego por Diana Fraíz Lorenzo, agás un, o de Antonio Saura.

¹⁴¹ Estreada o 18 de abril de 1996 no auditorio Gustavo Freire de Lugo pola Aula de Teatro Universitaria de Ourense da Universidade de Vigo. A dirección e tradución dende o castelán foi de Fernando Dacosta.

¹⁴² Lugo: TrisTram. Selección, tradución e prólogo: Marta Ares Fontela e María Xesús Lama López.

¹⁴³ Traducidos directamente dende o alemán ó galego por Isabel Blanco Picallo.

¹⁴⁴ A Coruña: Bahía edicións, 1996, pp. 517-655. Trátase do capítulo titulado “Immanuel Kant” de Alfonso C. Santos Sedano.

¹⁴⁵ Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - C. I. L. L. Ramón Piñeiro, 1996.

¹⁴⁶ Un complemento a este relatorio é a relación dos textos en lingua galega traducidos ou versionados ó alemán, directa ou indirectamente, de F. Meyer, 1996, pp. 15-18 e a de M. A. Seixas Seoane, 1999, pp. 1167-1181. Cfr. G. Hoffmeister, 1980, para unha panorámica dos intercambios literarios entre os países de fala alemana e os de fala hispana.

¹⁴⁷ Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1997. Tradución en verso de Lois Tobío.

¹⁴⁸ Traducido dende o alemán ó galego por Silvia Montero Küpper sairá nunha colección de relatos que publicará a editorial Ir Indo.

¹⁴⁹ Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1997. Tradución de Xoán Fuentes Castro.

¹⁵⁰ Vigo: Galaxia, 1997. Tradución de Xosé Manuel García Álvarez coa colaboración de Elisabeth Schaible.

¹⁵¹ Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1997. Tradución de Carme Barreiro García.

¹⁵² Vigo: Ir Indo, 1997. Tradución de Rocío Montero Fornos.

Robert Musil e máis *O parable ascenso de Arturo Ui*¹⁵³ de Bertolt Brecht; libros que xunto cos que han de vir nos vindeiros anos seguirán a amplia-la xeografía literaria da lingua de Galicia.

BIBLIOGRAFÍA

- Almazán, Vicente, “El viaje a Galicia del caballero Arnaldo von Harff en 1498”, *Compostellum*, 33. *Sección de Estudios Jacobeos* 3-4, 1988, pp. 363-384.
- Auditorio de Galicia. Un lustro de cultura 1989-1994*, Santiago de Compostela: Auditorio de Galicia, 1994.
- Barreiro Barreiro, Xosé Luís, *Indalecio Armesto: Filósofo, Republicano, Masón*, Santiago de Compostela: Universidade. Servicio de Publicacións, 1991.
- Bertólez Cue, María Paz, “Literatura infantil e xuvenil en Galicia: de 1979 á actualidade”, *Actas do IV Congreso Internacional de Estudios Galegos* (Universidade de Oxford. 26-28 de setembro de 1994), Oxford: Oxford Centre for Galician Studies, 1997, pp. 355-364.
- Buján, Carlos, “Lembranza de Goethe e de Otero Pedrayo”, *Dorna. Expresión Poética Galega* 4, Santiago de Compostela, 1982, pp. 42-45.
- Cal, Rosa, *A mi no me doblega nadie. Aurora Rodríguez: su vida y su obra (Hildegart)*, Sada: edicións do Castro, 1991. Documentos pra a historia contemporánea de Galiza, 85.
- Capelán Rey, Antón, *Contra a Casa da Troia (e II)*, Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1996.
- Carballo Calero, Ricardo, “Sobre Terra brava”, *Libros e autores galegos. Século XX*, A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1982.
- Caucci von Saucken, Paolo, “La literatura odepórica compostelana”, *El Camino de Santiago*, S. Moralejo Álvarez (coord.), Santiago de Compostela: Fundación Alfredo Brañas, s. d., pp. 43-59.
- Compendio de Lexislación sobre a Lingua Galega nas Administracións Local e de Xustiza*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993.
- Costa Rico, Antón, *A reforma da educación (1906 - 1936) X. V. Viqueira e a historia da psicopedagogía en Galicia*. Sada: Edicións do Castro, 1996. Documentos para a historia contemporánea de Galiza, 123.
- Couceiro Freijomil, Antonio, *Diccionario bio-bibliográfico de escritores*, Santiago de Compostela: Editorial de los Bibliófilos Gallegos, 1951-1953.
- Cruces, Susana, “A posición da literatura traducida no sistema literario galego”, *Boletín Galego de Literatura* 10, 1993, pp. 59-65.
- Díaz Díaz, Gonzalo, “Luis André, Eloy Anselmo”, *Hombres y documentos de la filosofía española, Madrid*, C. S. I. C., vol. 4 (H-LL), 1991.
- Diccionario histórico das ciencias e das técnicas de Galicia. Autores 1868-1936*, Sada: Edicións do Castro, 1993.
- Fariña Casaldamos, María do Carme, *O Instituto “Arcebispo Xelmírez” de Santiago de Compostela: Historia documental (1845-1857)*, Santiago de Compostela: Universidade. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1996. Fonseca: Textos Históricos; 4.
- Fernández de la Vega, “Los de ‘Ronsel’”, *Ronsel. Número conmemorativo del cincuentenario de su publicación 1924-1974*, 15 de xaneiro de 1975.
- Ferrer, Anacleto, “Bemerkungen bezüglich der Rezeption Hölderlins in Spanien”, *Hölderlin Jahrbuch* 29, Stuttgart-Weimar, 1994-1995, pp. 103-111.

¹⁵³ Santiago de Compostela, 1997. Traducción de Sonsoles Cerviño López.

- Figuerola Lalinde, M^a Luz, *La Guerra de la Independencia en Galicia*, Vigo: Asesores y Editores Leo, 1993.
- Fuente, Manuel de la, "De la Casa Alemana al Colegio Alemán", *Faro de Vigo*, 11 de xuño de 1991.
- García Negro, Pilar, *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*, Pontevedra: Edicións do Cumio, 1991.
- Garrido, Gustavo Adolfo, *Aventureiros e curiosos. Relatos de viaxeiros e estranxeiros por Galicia. Séculos XV-XX*, Vigo: Galaxia, 1994. Galicia no espello.
- González Gómez, Xesús, *Álvaro Cunqueiro traductor*, A Coruña: Fundación Caixa Galicia, 1990.
- González Gómez, Xesús, *Flor de diversos. Escolma de poetas traducidos*, Vigo: Galaxia, 1991.
- González López, Emilio, *Un gran solitario: don Ramón de la Sagra. Naturalista, Historiador, Sociólogo y Economista*, A Coruña: Caixa Galicia, 1983.
- Gran Enciclopedia Gallega*, Gijón, 1974.
- Hackl, Erich, *Auroras Anlaß*, Zürich: Diogenes Verlag A. G., 1987.
- Herbers, Klaus, "Peregrinos, escritores e outros difusores do culto xacobeo en Alemaña", *Santiago, Camiño de Europa. Culto e cultura na peregrinación a Compostela*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, pp. 121-139. Hai edición en castelán.
- Herbers, Klaus, "La imagen de Galicia y de Compostela en los relatos de peregrinos de los siglos XV y XVI", *Actas do V Congreso Internacional de Estudios Galegos* (Universidade de Tréveris, do 8 ó 11 de outubro de 1997), Trier: Galicien-Zentrum der Universität Trier, 1999, pp. 205-213.
- Hoffmeister, Gerhart, *España y Alemania. Historia y documentación de sus relaciones literarias*, Madrid: Gredos, 1980.
- Kabatek, Johannes, "Hölderlin en galego", *Actas do V Congreso Internacional de Estudios Galegos* (Universidade de Tréveris, do 8 ó 11 de outubro de 1997), Trier: Galicien-Zentrum der Universität Trier, 1999.
- Lama, María Xesús, "Alemaña e Mittleleuropa", *Congreso Vicente Risco*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1995. Difusión cultural, 4.
- La Universidad de Santiago*, Santiago de Compostela: Publicaciones de la Universidad, 1980.
- Liber sancti Jacobi "Codex Calixtinus"*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992. Edición facsímil da realizada en 1951 polo C. S. I. C. e o Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos.
- Llovet, Jordi (ed.), *Lecciones de Literatura Universal. Siglos XII a XX*, Madrid, Barcelona, Girona: editorial Cátedra, 1995.
- López Vázquez, Ramón, *A filosofía krausista en Galicia*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - C. I. L. L. Ramón Piñeiro, 1994.
- López Vázquez, Ramón, *O pensamento rexeneracionista de Eloy Luis André (Do europeísmo ó galeguismo)*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia - C. I. L. L. Ramón Piñeiro, 1996.
- Lourenzo, Manuel e Pillado, Francisco, *Dicionário do teatro galego (1671-1985)*, Barcelona: Sotelo Blanco Edicións, 1987.
- Marco, Aurora, *As Precursoras. Achegas para o estudo da escrita feminina (Galiza 1800-1936)*, A Coruña: La Voz de Galicia, 1993. Colección Biblioteca Gallega.
- Mayobre, Purificación, *O krausismo en Galicia e Portugal*, Sada: Edicións do Castro, 1994.
- Meyer, Franck, "Os alemáns vistos por Risco, visto por un alemán. Exemplo dun contacto intelectual", *Congreso Vicente Risco*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1995. Difusión cultural, 4, pp. 283-300.
- Meyer, Franck, "Cervexa, salchichas, ideas pesadas. A imaxe de Alemaña en Camba, Risco e Tobío", *Grial* 131, 1996, pp. 331-350.
- Meyer, Franck, "(Über) Galicische Literatur in deutscher Übersetzung. Eine kommentierte Bibliographie", *Galicien Magazin* 2, 1996, pp. 15-18.
- Meyer, Franck, "O papel das traducións no caso Galicia-Alemaña na actualidade", *Grial* 137, 1998, pp. 99-107.

- Noia Campos, M^a, “Historia da traducción en Galicia no marco da cultura europea”, *Viceversa. Revista Galega de Traducción* 1, 1995, pp. 13-62.
- O libro galego, onte e hoxe*. Catálogo da exposición bibliográfica. Santiago de Compostela, maio-xuño 1979. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1981.
- O libro galego, onte e hoxe 1988*. Catálogo da exposición bibliográfica. Santiago de Compostela, maio, 1988. Santiago de Compostela: Federación de Libreiros de Galicia, 1989.
- O libro galego, onte e hoxe 1993*. Catálogo da exposición bibliográfica. Santiago de Compostela, xaneiro 1995. Santiago de Compostela: Federación de Libreiros de Galicia, 1994.
- O mundo editorial galego. Revisión dunha década 1978-1988*, Santiago de Compostela-Vigo: Concello de Santiago de Compostela / Concello de Vigo, 1990.
- Pageard, Robert, *Goethe en España*, Madrid: C. S. I. C., 1958.
- Pensado Tomé, José Luis, “Aspectos lingüísticos de la Compostela medieval”, *Vox Romanica*, vol. 19, fasc. 2, 1961, pp. 319-340.
- Polo, Carlos, *Galicia, en sus hombres de hoy*, s. l., 1971.
- Regueira Fernández, Xosé Luís, “A contribución alemana á lingüística galega”, en M. Brea / F. Fernández Rei (eds.): *Homenaxe ó profesor Constantino García*, Santiago de Compostela: Universidade. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1991, II, pp. 155-178.
- Roig Rechou, Blanca Ana, *A literatura galega infantil*, microforma, Santiago de Compostela: Universidade. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1996.
- Roig Rechou, Blanca Ana (coord.), “Bibliografía comentada sobre a literatura infantil e xuvenil en galego en 1994”, *Adaxe: revista da Escola Universitaria de Santiago* 12, 1996, pp. 151-171.
- Santoro de Membiela, Jaime, “Presencia de Rilke en Galicia”, *Grial* 137, 1998, pp. 57-71.
- Seixas Seoane, Miguel Anxo, “Galicia nas linguas do mundo: inventario de textos en galego e de Galicia traducidos ó alemán”, *Actas do V Congreso Internacional de Estudos Galegos* (Universidade de Tréveris, do 8 ó 11 de outubro de 1997), Trier: Galicien-Zentrum der Universität Trier, 1999, pp. 1167-1181.
- Varela, José Luis, “Sociedade e cultura xermanas en Risco”, *Congreso Vicente Risco*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1995. Difusión cultural, 4, pp. 255-268.
- Vázquez de Parga, L.; Lacarra, J. M^a; Uría Riu, J., *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 1992. Edición facsímile da realizada en 1948 polo C.S.I.C. Incorpora “Apéndice. Bibliografía (1949-1992)”.
- Vilaboi, Pilar, “As diversas tendencias nas publicacións galegas no 1993”, *Actas do IV Congreso Internacional de Estudos Galegos* (Universidade de Oxford. 26-28 de setembro de 1994), Oxford: Oxford Centre for Galician Studies, 1997, pp. 397-410.

FORMAS GALLEGAS EN LA DOCUMENTACIÓN NOTARIAL: 1550-1665

Maria Zaleska

Facultade de Xeografía e Historia. Universidade de Santiago de Compostela

Cuando hay que acercarse a los textos originales para iniciar una investigación, éstos pueden sorprendernos por su construcción lingüística. El lenguaje en el que están escritos nos acompañará a lo largo de cada una de nuestras zambullidas en el pasado de manera que nos permiten, al mismo tiempo que un mayor conocimiento de su forma de afrontar la vida, tener noticia de su lenguaje y, en algunos casos, de algún que otro rasgo de su carácter. Todo ello enriquecerá nuestro estudio. Y deberemos tenerlo en cuenta ya que de alguna manera veremos nuestra investigación a través de lo que él no ha dejado escrito. Debido a estas consideraciones pensé que podría ser interesante ofrecer una pequeña digresión sobre este tema.

Hay que decir que todo lo que sigue es una simple digresión mental hecha desde el punto de vista de una “lectora/investigadora” de textos con fines históricos y no lingüísticos. Por ello no es mi intención introducirme en campos ajenos sino solamente mostrar algunos de esos textos, a modo de ejemplo sobre lo dicho, más que nada como consideración didáctica para estudiantes de distintas ramas de la Filología y de la Historia, para que tomen conciencia de la importancia de estos instrumentos y las posibilidades que entraña el aprovechar la información que nos brindan para aumentar nuestro conocimiento sobre todos los aspectos que ofrecen al que se acerca a ellos.

La posible sorpresa inicial que pueda causar la construcción lingüística en que se articula el texto se debe a la aparición de ciertas formas más o menos usuales dentro de una conversación informal o dentro de una correspondencia personal pero no así en círculos legales, oficiales, en los que podría esperarse un lenguaje más cuidado, pues incluso las podemos encontrar expresadas en más de un sólo idioma. Esto es posible e incluso frecuente en ambientes bilingües o plurilingües, en los que las formas gramaticales, tanto en la formación de las palabras como en la construcción de oraciones se mezclan irremediablemente, a veces a pesar de tener sumo cuidado en su dicción y organización.

También se dice de aquellos “hombres de la pluma” que escribían los textos de sus actos jurídicos como hablaban y, derivada de esta característica, encontramos distintas

formas o aspectos en sus signos gráficos que representarían la pronunciación correspondiente: estaríamos ante el fenómeno del ceceo y el seseo dependiendo de que empleasen la “z” o por el contrario las “c” con o sin cedilla, pues en numerosas ocasiones se olvidaban en el último momento de añadir ésta en su lugar; rasgo éste que no es exclusivo de los textos gallegos sino también de los castellanos de esa misma época.

Tenemos pues tres aspectos principales a observar:

1º Formas de construcción en sustantivos y adjetivos

2º Formas de construcción en verbos. Se entiende la voz y el tiempo verbal.

3º Formas de construcción sintáctica que dan un matiz, podríamos decir, ajeno a la lengua en la que se expresan, es decir, que los hablantes de la lengua en la que está redactado el documento las sienten como algo extraño, foráneo a esa lengua, atendiendo a la conformación propia del momento histórico en el que se desarrolla el texto.

Tenemos por otro lado que partir, o tener en cuenta, del carácter mismo de los textos jurídicos propios de estos textos notariales. En ellos encontramos unas fórmulas diplomáticas, jurídicas ya establecidas, con poca posibilidad de cambio. Están realizadas como arquetipos prefijados dentro de la tipología documental, de manera que se pueden organizar para dar forma a cada documento uniendo unas frases a otras con un texto libre entre ellas o sin él.

Según esto podríamos decir que en cada documento hay unas frases a las que se puede recurrir, incluso se deben usar, y otras libres que son la parte cambiante del documento, aquella que le da unicidad y lo hace diferente de los demás, como por ejemplo el nombre del autor y del destinatario, la explicación del asunto de que trata el documento, etc.

Veremos pues algunos ejemplos de los casos anteriormente expuestos.

1. FORMAS DE CONSTRUCCIÓN EN SUSTANTIVOS Y ADJETIVOS

Distinguiremos entre ambas partes gramaticales.

1. **Sustantivos.** También cabe hacer una distinción teniendo en cuenta los nombres propios y los comunes.

a. *Propios*: Se refiere sobre todo al tratamiento de los apellidos terminados en “o”. Son en general palabras que en otros lugares pueden ser utilizadas como adjetivos. Así nos encontramos con apellidos como Blanco, Rubio, Negro, etc., cuando son llevados por una mujer cambian su forma masculina en “o” por la femenina en “a”. Se escribirá *Joan Blanco / Maria Blanca. Martín Rubio / Esperança Rubia, Felipe Negro / Felipa Negra.*

Por contra los apellidos patronímicos terminados en *-ez* son invariables como hoy día.

b. *Comunes*: Se refieren sobre todo a :

* nombres de profesiones que cambian el sufijo *-ero* castellano por el *-eiro* gallego: *cordelero / cordeleiro.*

* Nombres comunes de todo tipo: referentes a cosas, granos: *çenteo*, *edificios*: *monsterio* / *monesteiro*.

* Nombre común más cardinal u ordinal que lo acompaña. Podemos encontrar *duas casas* / *casas duas*.

2. **Adjetivos.** Tenemos que distinguir las formas en sí mismas y la situación del adjetivo respecto del sustantivo al que acompaña.

a. Las formas en sí mismas pueden utilizar la expresión castellana o la gallega indistintamente a lo largo de los textos de un mismo notario, pero no suele darse en el mismo documento.

b. La situación respecto del sustantivo: los encontramos delante y detrás dándole en cada caso un carácter peculiar, sobre todo en el primer caso.

II.- FORMAS DE CONSTRUCCIÓN EN VERBOS

Debemos matizar el empleo de la voz y el tiempo.

1. La *voz pasiva* se emplea en ocasiones en las que ahora no se haría pero eso parece más una cuestión de “sentimiento de las cosas o de la vida”. Así de una casa arruinada en la que no se puede vivir porque sólo tiene las cuatro paredes se dice que es “*que solamente un formal de casa no puede ser vivida*”.

2. Los *tiempos verbales* y el uso del indicativo o subjuntivo son las ocasiones en donde de una forma más clara se hace uso del sentimiento verbal desde el gallego, aunque las formas propiamente dichas sean castellanas o ambivalentes. Aquí si es donde se puede hacer más hincapié en las distinciones.

Tenemos pues:

* Un tiempo que es igual en castellano que en gallego, pero a su lado puede ir alguna forma gramatical que lo acerca de una manera más o menos profundamente al gallego.

* Un tiempo en indicativo cuya forma es gallega pero cercana a la castellana.

* Un tiempo en subjuntivo con las mismas características que el grupo anterior.

* Un tiempo en subjuntivo propio del idioma gallego y que conforma todo el período alejándolo de las formas castellanas con las cuales choca, pero no por eso deja de entenderse. Me refiero sobre todo a las formas de infinitivo conjugado o de pretérito.

3. Perífrasis verbales

III. FORMAS DE CONSTRUCCIÓN SINTÁCTICAS

Afectan sobre todo a la subordinación en sus distintas clases.

Apéndice Textual

La documentación aportada pertenece al Fondo del Archivo de la Real e Ilustre Cofradía del Rosario de Santiago. Los escribanos que la redactaron eran gallegos y en algún caso habían llegado del Reino de Castilla hacía más o menos tiempo.

Apartado N° 13 F. 12 v. 3-6-1559

La muger de Alonso Perez Regidor
 La muger de Francisco Yañez mercader
 La muger de Alvaro Garcia notario del Ospital
 La muger de Barcia
 La *Borralla* ...
 La muger que fue de El Brion...
 La *Picada* muger que fue de Marcos Picado.
 La muger que fue de Juan de Castro
 La muger que fue de FuenPedrina

Apartado N° 27 F. 22 r./v. 11-8-1562

E luego en contenyente ... , dende agora nombraba e nombro por su teniente de tal mayordomo, por su ausençia, quando el no se hallase en esta çibdad, para vsar el dicho cargo y estubiese ausente, a Pedro Nunez escribano de la dicha çiudad que estaba presente, a quien dio y otorgó su complido poder, y aquel que avia e tenja para poder en su ausençia usar y exçercer el dicho cargo de tal mayordomo, como el lo vsaria y exerçeria sy presente fuese y azer en ello y en lo dello dependiente a quello que se requiera y sea nesçesario, ... y dando de todo cartas de pago y estando en juizio y aziendo en todo y en parte judiçial y estrajudiçialmente todo aquello qual aria / y hazer podria sy presente fuese, avnque se requiera su presencia, ponía con otro su mas ilimitado e abundoso poder, porque aquel que tenia para lo que dicho es y lo dello dependiente le daba, dio y otorgo, con sus ynpendençias y dependençias, anexidades e connexidades y con libre e general administraçion e con poder de jurar e constituir, en lo tocante a pleitear. Y se obligo de dar por firme lo por el hecho y lo rellebo de lo que le podia rellebar y otorgo este poder e firmolo de su nonbre, y el dicho Pedro Nunez ansy açeto el dicho cargo y poder.

Apartado 141 F. 113 r. 15-8-1577

“... e dixo quel queria ser confrade de la dicha Confradia ... siendo servidos sobre dello. Vbo algunos de los dichos confrades que lo contradezian, deziendo no lo podia ser”.

Apartado N° 1702 F. 135 r. 17-4-1617

“... parecia ... ministril, y dixo que el deseaba serbir a la Madre de Dios y ser su confrade en esta santa Cofradia. Y por quanto sienpre los ministriles auian sido confrades y recebidos para *taneren* en las procesiones, y los dias de Nuestra Senora y mas dias

en que la Cofradia *hiciese* fiesta o procesion; y que el seria cofrade de la misma manera que lo abia sido Juan Careira el Viexo. Que pedia y suplicaba a los dichos cofrades le *ademetiesen* por tal, que el entraria con las mismas calidades y condiciones que abia entrado el dicho Juan Careira, no se despederia ni dexaria de tocar en todas las procesiones y en los dias de Nuestra Senora so pena de pagar cinquenta ducados para la Cofradia. Y, visto y mirado por los dichos cofrades, hordenaron que, atento que con solo el dicho ... no se podia regucigar las prosisiones y fiestas de la Madre de Dios, y así, entrando los mas ... con las calidades que conbiene ... *se recibira* por cofrade como los mas...”.

Apartado N° 1713 F 138 v./139 r. 22-5-1617

En este cabildo, rescibieron por cofrade y ermano desta santa hermandad y Cofradia al Dotor Rouco de Parga, hierno del Regidor Juan Porra, mayordomo, por esento de cofrade, mayordomo e bicario, con tanto que a de serbir en defender y alegar y consultar todos / los pleitos y cosas de la Cofradia que le fueren encargadas en esta ciudad bibiendo en ella o en otra parte donde hestubiere y bibiere con mucho cuydado y brebedad, *sin por racon dello se le dar ny pagar* cosa alguna. Y con esto, y pagando cien reales para la çera de la Cofradia, le rescibieron por tal ermano y cofrade esento. El qual dicho Dotor Rouco en el dicho cabildo lo açeto ...”.

Apartado N° 304 F. 6 r./v. 20-11-1619

“... yo notario notifique el dicho auto de atras a Martin Rubio el Moço en su persona que dixo lo *obedezia* y en quanto a su cunplimiento que el hes vno de quatro herederos que fincaron de Martin Rubio el Biejo su padre que pide se les notifique este auto para que lo cunplan y en el ynter no le pare *perjuizio* y con temor de las sensuras ablando devidamente apelaba del dicho auto y su efeto para delante Su Santidad y su Nuncio delegado y protesto el Real auxilio de la fuerza y esto respondio”.

Apartado N° 547 F. 187 r.19-6-1621

“...y son pensiones que los foreros y personas que biben las dichas casas lo pagan pidiendosele ... sin pleito y hesto lo saben los testigos *por lo aber bisto ser y pasar* sin aber otra cosa en contrario...”.

Apartado N° 550 F. 188 v. 17-7-1621

“... e yo escriuano digo le obedezco y *hestoy prestes de lo cunplir*. Y en fe dello lo signo.”

Apartado N° 553 F. 189 r. 23-7-1621

“...e yo el dicho escriuano tome e rescibi juramento en forma sobre de vna senal de cruz que *yço* con su mano derecha e *prometio de dezir berdad de lo que supiese* e por que *fuese preguntado*”.

Apartado N° 528 F. 173 r./v. Y sig. 24-5-1622

“... al qual el testigo pago los marabedis de la dicha entrada segun *constara* de su carta de pago a que se refiere”.

Apartado N° 2408 F. 24 r. 11-4-1630

“En este cauildo, el dicho Bartolome Lopez de Basadre propuso, como bien sauian dichos cofrades, el pleito que la Vniversidad desta ciudad abia puesto a esta Cofradia por algunos vienes *raizes* de los que fincaron de Pedro de *Serzedá*, y se letigaba delante el Senor Domingo de *Samora* Conde, oydor deste Reyno, questaba besitando la dicha Vniversidad. El qual pleito estaba bisto en defensa y *para aberse de determinar*, y el Dotor Ballesteros, abogado que lo auia defendido, estaua yndispuesto y no podia por su persona informar al Senor oydor, y era *nesçesario* encargarle a otro letrado... Pedia a los dichos cofrades *ordenasen* lo que en esto se deuia azer. Botose que el dicho Sebastian Lopez, procurador que asta aora seguio este pleito, acuda a su defensa y lo comunyque con letrado que para este efeto busque, para que informe y aga las diligencias nesçesarias. Y lo que gastare sea por cuenta de la Cofradia y se le pague”.

Apartado N° 2461 F. 48 v. 8-7-31

“En este cauildo, el dicho mayordomo propuso a los dichos cofrades de, como bien saben y les hes notorio por bista de oxos, los grandes tenporales aguas y bientos que de muchos dias a hesta parte a abido y ay en esta çiudad y alderredor della, causa de no poderse azer la cosecha del pan. Y en muchas partes a echo muchas roynas, y si no cesa seran muchas mas. Con lo qual muchos pobres an dexado sus tierras y *recoxidose* a esta ciudad donde ay muy gran numero dellos, y el pan se ha encarecido de manera que los pobres no pueden llegar a comprarlo...”.

Apartado 2466 F. 51 v. 7-12-1631

“En este cabildo, propuso el dicho Antonio Sanchez, Teniente de mayordomo, en como sabian y les hera notario y beyan por bista de oxos, en como la capilla desta santa/⁵²r. Cofradia estava con mucho peligro de querese caher y hera nezesario reparalla y redeficalla. Lo qual estaba tratado por muchas vezes y sobre dello se auian echo cabildos, los quales no abian tenido efeto y *se asperaba* otra mayor ruyna, que *ordenasen* dar remedio. A lo qual ... dixo que ... maestro de canteria, se ofrezia a azer dichas obras conforme a vna traza que tenia echa dandole el dinero que tubiese esta santa Cofradia *a quenta de lo en que se conzertasen*. Y por lo demas, le diesen la renta *en lo que fuese razon* para se yr pagando, y que dellos daria cada vn ano para los gastos y espensas de dicha Cofradia. Y abiendose tratado en razon dello, los dichos cofrades ordenaron que el dicho ... trate y asiente ... el reparo que puede tener la dicha capilla y *lo que costara*, o si se a de azer de nuebo...”.

Apartado N° 2728 F. 182 v. 24-9-1638

“En este cauildo, el dicho mayordomo propuso en como Diego Feliz Çedron *se auia falesçido* desta presente bida; y como el dicho Juan Despinosa suplicaua a dicha Co-

fradia le onrasen con la *zera* en su entierro y onras. Que pagaria lo que los dichos cofrades ordenasen. Y, auiendose botado y conferido, hordenaron fuese dicha Cofradia a dicho entierro y onras por 14 duc., los quales se obligo de pagar dicho Juan Despinosa so pena de execucion y costas. Con lo qual se *feneçio* dicho cauildo, y dicho mayor-domo lo firmo por si y los demas, segun costunbre. Y en fee dello lo firmo...”.

Apartado N° 2877 F. 234 r./v. 8-6-1643

“En este cabildo, el dicho Antonio Martinez, mayordomo que al presente hes desta dicha Cofradia, ... dixo que nonbraba y nonbro para mayordomos desta dicha / Cofradia a Alonso Basante y Don Juan Moreno, cofrades della, para que el dicho Pedro Alvarez Rancaño, mayordomo su *anteçesor*, *escoxa* en vno dellos que sirba esta dicha Cofradia desde oy asta otro tal dia del año que *berna* de 1644”.

Apartado N° 3633 F. 255 r. 1-2-1665

“En este cabildo, el dicho Juan de Quintana maiordomo que a sido desta Cofradía, dixo que en el cabildo general que se abia echo de eleccion de oficios se abia nonbrado por contadores della para tomarle las quantas del año de su maiordomia a Gregorio de Mandayo y Cristual Xil y *por no se aberen tomado* asta aora y aberse muerto dicho Cristoual Xil. Y ansi *pidia* a dicho maiordomo y cofrades *nonbrasen* otro contador”.

Apartado 3677 F. 266 v./267 r. 6-9-1665

“En este cauildo, propuso dicho mayordomo en como querian entrar por hermanos y cofrades de ella Don Medro Vazquez de Ulloa, Gregorio Mendez y Bartolame de Amenado/^{267 r.}, escriuano de Su Magestad, en quienes concurren las calidades necesarias para serlo. Que, sin envargo la Cofradía lo mirase. Y, visto por todos dichos cofrades, de vna conformidad, dijeron que, por conoçer lo que dice dicho mayordomo, hes cierto les admetian y admitieron, Y luego, les mandaron entrar como lo hicieron y dellos y cada vno en particular reciuieron juramento y ellos lo hicieron segun se requiere, que guardaran las constituciones de dicha Cofradía segun que confesaron tenerlas entendido. Y que luego pagaran cada vno diez ducados por raçon desta entrada ... La qual *admiçion* hacen con la *exceñion* ordinaria y como se admitieron a los mas cofrades, segun lo mençionan las admisiones y cauildos antecedentes y *oseruançia* que tiene en ello la Cofradía ... Y los dichos diez ducados y mas que van referidos como los veinte y treinta sucediendo el caso pagaran pena que *consiente seren* compellidos y ejecutados por la uia mas sumaria que mas aya lugar ...”

Apartado N° 3689 F. 271 r./v. 9-9-1665

“En este cauildo, se dio quenta por dicho mayordomo a dichos cofrades en como la lampara que estaua en la capilla de dicha Cofradía que corria por quenta el *ensendido* della y dar el aseite para ella Don Luis Prego de Solis en conformidad de la clausula del testamento del Dotor Don Bernardino Yanes Prego de Solis, su padre, del Consejo de Su Magestad y su Oydor en la / Real Audiencia de Sevilla, y cofrade que fue de di-

cha Cofradía, no se ensendia y por muchos vezes que auia ido a dicha capilla la uia muerta, ni asta aora se auia otorgado escritura en razon de lo susodicho con dicho Don Luis Prego. Que, en razon dello, *acordasen*, dicha Cofradía, *lo que le pareciere...*”.

Apartado 3718 F. 284 r./v. 28-6-1666

“... y vienes, auidos y por auer, y que consienten, asi mismo, *seren compelidos* y apremiados a todo ello y parte ...”.

SECCIÓN 6

ONOMÁSTICA

NOTAS SOBRE A ONOMÁSTICA MEDIEVAL DA TERRA DE BERGANTIÑOS

Raquel Aira González

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

O presente traballo ten como obxectivo facer unha breve análise dalgunhas formas onomásticas bergantiñás presentes en sete documentos medievais inéditos (datados entre 1423 e 1487) que, procedentes do desaparecido mosteiro beneditino de San Mamede de Seavia, están custodiados no arquivo do mosteiro compostelán de San Paio de Antealtares. Aínda que este traballo vai ser presentado como unha comunicación no congreso que conmemora os 25 anos da creación do Instituto da Lingua Galega, as súas orixes remóntanse moito máis atrás, concretamente ós comezos dos cursos de doutoramento do bienio 1995-97, que foi cando emprendémo-la difícil tarefa de lectura e transcripción dos sete documentos mencionados.

Baseándonos na lectura feita, o que pretendemos é aproveitar algúns topónimos e antropónimos que aparecen neses documentos para facer un estudio deles, e dar así, unha pequena visión de cómo era o sistema de denominación persoal e as formas toponímicas nunha zona da comarca bergantiñá nun período de tempo concreto como é o do século XV. Para poder conseguir este fin, baseámonos principalmente nos sete documentos obxecto de estudio. Tales documentos teñen unha grande importancia, xa que nos proporcionan información sobre unha zona da xeografía galega da que case non temos referencias medievais, por tratarse dunha zona periférica dependente da diocese de Santiago e por non existir nela congregacións monacais importantes que puidesen achegar-nos documentos referentes á Idade Media. Ademais, tamén consultámo-las máis importantes coleccións documentais medievais galegas publicadas, que nos permitiron ir vendo, na maioría dos casos, os distintos estadios que presentaron ó longo da súa evolución as formas antroponímicas e toponímicas estudadas. De grande axuda nos foron, no caso da toponimia, determinados mapas topográficos do Instituto Xeográfico Nacional, que nos deron unha visión de conxunto da zona á que se refiren os documentos e gracias ós cales puidemos coñecer-la localización actual dos topónimos.

A. Fórmulas de nominación¹

O corpus antroponímico ofrecido polos sete documentos de Seavia non é moi grande. Con todo, podemos reducir as fórmulas de denominación persoal que aparecen neles a tres². As fórmulas ás que nos referimos son as seguintes:

- Prenome + segundo nome **patronímico** + {complemento}
- Prenome + segundo nome **delexical** (alcume)
- Prenome + segundo nome de **orixe** (topónimo) + {complemento}

1. Prenome + segundo nome patronímico + {complemento}

Esta fórmula de nominación persoal aparece na súa forma simple pero tamén complementada por outros elementos, como son: a indicación da profesión do individuo en cuestión ou unha referencia toponímica que indica o seu lugar de residencia ou de nacemento.

1.1. Prenome + segundo nome patronímico

Os apelidos patronímicos que aparecen nos documentos presentan fundamentalmente o sufixo patronímico *-ez/-es*. Trátase de formas fosilizadas, xa que no século XV o procedemento patronímico (de calquera tipo) para a creación de segundos nomes xa case non era productivo.

Os apelidos patronímicos non se documentan en galego ata o século IX. Ata este século a denominación persoal víñase realizando mediante un nome único, pero chegou un momento en que foi necesario crear segundos nomes para individualizalas persoas e evita-las confusións provocadas pola pouca variedade do elenco de prenomes existentes na altura. Tres foron as vías ás que se recorreu para a súa creación:

- A filiación (indica-lo nome do pai)
- A procedencia (mediante un topónimo)
- Un nome adicional (alcume ou hipocorístico)

Foi a indicación do nome do pai a opción máis empregada. Un dos procedementos utilizados para a formación deses segundos nomes patronímicos foi o emprego de sufixos patronímicos³ (*-az*, *-es*, *-ez*, *-iz*, *-is*...) unidos ó nome do pai; así unha persoa da que o pai se chamase *Petro* apelidárase *Pétriz* (<*Petro* + *-iz*). Sen embargo, este mecanismo

¹ Á hora de analizármolo sistema de denominación persoal prescindimos dos nomes de certos personaxes do mosteiro que, por seren membros daquela congregación, eran perfectamente identificados mediante un único nome acompañado da súa categoría eclesiástica ("Gonçaluo frade") sen necesidade de ningunha especificación máis, o que non era viable na 'vida civil', posto que daría lugar a moitas confusións.

² Só unha vez aparece a denominación mediante nome único: *dona Costança*. Tamén nunha única ocasión témo-la fórmula *prenome* + 2º *nome* + 3º *nome* (alcume): Áluaro Gómez Consello.

³ Outro procedemento foi o de empregarlo sintagma *filius/-a* + *de* + *nome do pai*. Nos documentos de Seavia temos un exemplo deste tipo: Mariña *filla que foy de Lopo do Monte*.

deixou de ser productivo aproximadamente no século XVI⁴, de maneira que eses apelidos, creados mediante sufixos patronímicos, quedaron fosilizados na lingua e se foron transmitindo de xeración en xeración a través dos séculos⁵. Son eses apelidos xa fosilizados os que aparecen nos nosos documentos.

Afonso Rrodrigues

Áluaro Gomes (=Áluaro Gomes de Vila Noua)

Áluaro Gómez (=Áluaro Gómez Consello)

Fernán Afón⁶

Fernán Mjgeéns

Gil Fernandes (= Gil Fernandes de Ryboo esscudeiro)

Gil Peres

Iohán Lopes

Johán Vasques (=Johán Basques=Johán Vasques d'Abregoi o uello)

Juan Gómez

Lionor Gomes (=Liognor G[omes])

Sancha Rrodrigues

Juan Gómez

1.1.1. Prenome + patronímico + profesión

Neste caso os nomes de profesión non terían valor onomástico pois só nos indican o oficio desempeñado polo personaxe a quen se refiren⁷.

Afonso Áluares notario da Vestearía

Fernán Mygés abade do mosteyro de Sam Mamedt de Syauea (=Fernán Mjguez abade do mosteyro de San mamede de Seauea=Fernán Mjgeéns abade do moesteiro de Ssan Ma[m]ede de Sseauja)

Garçía Pérez notario público

Johám Yanes notario

Pero Gonçáluez escriuano

Rruj Díaz es[cudeiro]

Vasco Fernandes criado do abade

⁴ Aínda que se adoita da-lo século XIII como momento en que deixa de ser rendible o procedemento patronímico para a formación dos segundos nomes, nós atopamos exemplos no século XVI nos que aínda funciona tal mecanismo.

⁵ Nos documentos de Seavia obsérvase unha certa tendencia a leva-los fillos o mesmo apelido có pai. Isto corrobora a nosa afirmación de que no século XVI deixa de ser rendible o procedemento patronímico para a creación do segundo nome:

-Álvaro Gomes de Vila Noua é o pai de Lionor Gomes.

-Álvaro Gomes Consello é o pai de Juan Gómez.

⁶ Chama a atención a resistencia de *Afón* (e variantes) a admiti-lo sufixo patronímico, de feito, non deixou descendentes en galego con tal sufixo.

⁷ Só consideramos que os nomes profesionais teñen valor onomástico cando desempeñan a función de segundo nome e, polo tanto, son o trazo individualizador da persoa.

1.1.2. Prenome + patronímico + topónimo

Neste tipo de cadeas onomásticas o topónimo só ten valor diferenciador, xa que serve para evita-la confusión de persoas que teñen apelidos moi comúns.

Só nunha ocasión esta fórmula se ve acrecentada por unha especificación, ‘o uello’, que permite diferencia-la persoa en cuestión fronte a outra do mesmo lugar coa que comparte o mesmo nome pero que é máis nova.

Áluaro Gomes de Vila Noua (=Áluaro Gomes)

Basco Rrodrigues de Garauellos (=Vasco de Garavellos)

Johán Vasques d’Abregoi o uello (=Johán Vasques=Johán Basques)

Rroy Gonçalues de Freyxo

1.1.2.1. Prenome + patronímico + topónimo + profesión

Este tipo de nominación é moi completa, xa que case inclúe tódolos elementos posibles nunha cadea onomástica, só lle faltaría o terceiro nome.

Gil Fernandes de Ryboo esscudeiro (= Gil Fernandes)Gonçal Lopes de Rríó Bão
escudeiro

Como se pode comprobar, a variedade que presentan os apelidos patronímicos que aparecen nos textos de Seavia non é moi grande. Esta variedade redúcese aínda máis se temos en conta que a maioría deles é de orixe xermánica⁸.

Chama a atención o feito de que todos estes apelidos patronímicos ocupan hoxe en día os primeiros lugares na orde de frecuencia de apelidos galegos⁹, cousa que, por outro lado, non é anormal se temos en conta que, debido á herdanza¹⁰, os apelidos que tiñan superioridade numérica nos séculos XV e XVI seguiron sendo hoxe os máis frecuentes. Isto móstranos que os apelidos patronímicos eran, non só no século XV senón tamén na Idade Media e épocas posteriores, os máis numerosos e tamén os que presentaban menor variedade de formas en comparación cos apelidos delexicais e os de orixe.

2. Prenome + segundo nome alcume

Tódolos apelidos dos documentos de Seavia que proceden de alcumes¹¹ (agás *Varela*) teñen un correlato no galego común. Estes apelidos delexicais pódense clasificar da seguinte maneira:

⁸ Para máis información sobre a etimoloxía destes apelidos patronímicos vid. Boullón Agrelo (1999).

⁹ Segundo unhas estatísticas feitas por D. Kremer nos anos oitenta a partir de listas electorais, os apelidos galegos máis frecuentes son: *Rodríguez, Fernández, González, García, Pérez, López, Martínez, Vázquez, Álvarez, Gómez, Iglesias, Castro, Blanco, Sánchez, Domínguez, Alonso, Varela, Otero, Rey, Suárez, Díaz, Lorenzo, Vidal, Piñeiro...*

¹⁰ A xenealoxía natural que se segue actualmente no sistema do español (a mesma que para o galego) non vai máis alá do século XVII.

¹¹ Os alcumes son aqueles sobrenomes motivados por algunha atribución persoal: particularidade física, moral, biográfica ou profesional.

2.1. *Alcumes referidos a cargos, dignidades ou oficios*

Fernán Pedreiro

Gonçaluo Barreiro

Juan Byspo

Gonçalo Caualoero

2.2. *Alcumes que fan referencia a calidades físicas ou morais*

Fernán Rronbón

Juan Gordo

Rroy Feuereiro

2.3. *Alcumes de carácter abstracto*

Áluaro Conselo (=Áluaro Gomez Consello = Áluaro Gómez)

Joham Varela (=Joham Barela)

Como xa apuntamos, *Varela* é o único destes apelidos que non ten correlato no galego común; é dicir, en galego non témo-lo apelativo *varela*.

Os distintos autores son unánimes á hora de considerar este segundo nome como procedente dun alcume, pero mostran as súas reservas á hora de explicala súa etimoloxía. Parece que se trata dun apelido de orixe galega, por iso os estudiosos póneno en relación co substantivo *vara* e afirman que sería un diminutivo desta. Esa é a interpretación á que os leva a terminación *-ela*, que na maioría dos casos ten valor diminutivo en galego. Algúns coma Machado (1984: 1459) tamén apuntan a posibilidade de que este apelido teña orixe toponímica, posto que na nosa comunidade hai varios lugares chamados *Varela*.

3. *Prenome + {de}+ topónimo + {complemento}*

Esta fórmula, igual có que ocorría coa primeira, aparece unhas veces na súa forma simple e outras acrecentada por unha indicación da profesión.

3.1. *Prenome + de + topónimo*

Neste caso o topónimo funciona coma un verdadeiro apelido porque substituíu totalmente o segundo nome.

Afom do cassal vello

Fernán de Carualás

Gomes d'Abregoy (=Gomes d'Abregoj)

Iohán do Rrío

Johán de Sabaseda

Johán do Canpelo

Lopo do Monte

Maria do Canpo

Rruj de Bouças

Vasco da çidade da Cruna

Vasco de Garauellos

Vasco do Caruallal (*Vascoo do Carballal*)

3.1.1. Prenome + de + topónimo + profesión

Fernán de Mjra abbade do mosteiro de Sam Mamede de Seyaueya

Ffernán do Canal clérigo

Martino do Souto clérigo

Gonçaluo de Paaços escudeiro

Loppo de Ruus notario público (=Loppo de Rruus notario público)

Vasco de Ruus notario público

3.2. Prenome + nome étnico

Podemos afirmar que, de maneira xeral, nos documentos galegos pertencentes á Idade Media o lugar “de onde” se expresa por medio da preposición *de*. Sen embargo, algunhas veces os escribas optan pola solución clásica do adxectivo xentilicio, deste xeito, os topónimos pasan a formar parte do léxico común mediante distintos procedementos de sufixación, dando nome ós habitantes dos respectivos lugares.

Cabe destaca-la alta frecuencia de aparición na documentación medieval do nome étnico *galego* (presente tamén nos documentos de Seavia). Nalgunhas coleccións documentais este apelido étnico pode explicarse como designativo de persoas que emigraron de Galicia, tal explicación non é válida para os documentos galegos. Nestes últimos debe tratarse dunha maneira de designar unha persoa ‘natural de Galicia’ fronte a unha ‘estranxeira’.

Fernán Galegus (= Fernán Galego escusador)

3.2.1. Prenome + nome étnico + profesión

Fernán Galego escusador

B. Os prenomes

Respecto ós prenomes o máis salientable é a pouca variedade que presentan. Só temos nomes coma *Afonso (Afom)*, *Áluaro*, *Vasco (Vascoo/Basco)*, *Fernán (Ffernán/Fernandus)*, *Garçia*, *Gil*, *Gomes*, *Gonçalo (Gonçaluo/Gonçal)*, *Johán (Iohán/Juan)*, *Lopo (Loppo)*, *Martino*, *Pero*, *Rroy (Rruj)* para home, e *María*, *Mariña*, *Sancha*, *Lionor (Liognor)*, *Costança* para muller. Polo demais, estes prenomes non son nada fóra do común nesa época porque, como di E. Rivas (1991: 16), “entre o séc. XIV e XV aparecen quince nomes moi repetidos: *Johan*, *Payo*, *Gonçalvo*, *Afonso*, *Álvaro*, *Roy*, *Pedro ou Pero*, *Martiño*, *Vasco*, *Mendo*, *Diego ou Diago*, *Fernán*, *Estevo...*”.

Se atendemos á orixe destes prenomes, vemos un gran predominio dos que teñen orixe latina (*Costança*, *Lopo*, *Pero*, *Sancha...*) e tamén xermánica (*Afonso*, *Áluaro*, *Fernán*, *Gonçaluo*, *Rroy...*), o que pon de manifesto unha vez máis a grande influencia destes pobos na onomástica galega (o mesmo ca na española)¹².

¹² Para máis información sobre a etimoloxía destes prenomes vid. Boullón Agreló (1999).

2. TOPONIMIA

Practicamente tódolos topónimos que aparecen nos sete documentos están localizados na zona de Seavia ou nas súas proximidades.

Como non é de estrañar, o elenco toponímico ofrecido polos textos de Seavia está constituído polo que tradicionalmente se vén chamando topónimos maiores e topónimos menores. Este elenco presenta unha gran variedade no que respecta á súa tipoloxía: temos exemplos de hidrotopónimos (*Río, Agoalada...*), fitotopónimos (*Carballás, Bouça, Sabaceda, Cereixa, Ervecedo, Freixo...*), antropotopónimos (*Rus, Abregoi...*), orotopónimos (*Coristanco, Cores...*)... Sen embargo, non imos tratar aquí aquelas formas toponímicas que non ofrecen dúbida en canto á orixe ou que xa foron suficientemente estudias nos distintos traballos sobre toponimia galega ou hispánica en xeral. A nosa atención centrarase, por un lado, naqueles topónimos que son problemáticos á hora de determina-la súa etimoloxía, e por outro, naqueles que presentan algunha característica que nos pareceu interesante.

1. *Abregoi

Documentación: Esta forma sempre aparece nos documentos de Seavia formando parte de nominacións persoais e presenta unha gran variabilidade na grafía. Non atopamos testemuños deste topónimo noutras fontes medievais galegas.

“Gomes d’*Abregoy*” (1438, DocSeavia)

“Gomes d’*Avregoy*” (1438, DocSeavia)

“Gomes d’*Abregoy*” (1438, DocSeavia)

“F. Gomes d’*Abrigoy*” (1438, DocSeavia)

“Johán Vasques d’*Abregoi*” (1481, DocSeavia)

A identificación deste topónimo é dubidosa. M. Lucas (1977: 341) afirma que se trata do actual lugar de **Agrilloi** pertencente á parroquia de San Lourenzo de Agualada sita no concello de Coristanco. En realidade, de tódolos topónimos existentes na zona á que se refiren os documentos este é o que máis se semella a **Abregoi**, pero parécenos demasiado grande a diferenza de forma que hai entre o topónimo que a nós nos aparece e o que propón Lucas para que sexan o mesmo, pois ben podemos estar ante un topónimo que existía na época medieval pero que desapareceu hoxe en día como ten pasado outras veces.

Tampouco temos clara a súa etimoloxía. O máis probable é que proceda, pola súa terminación final *-oi*, dunha forma en xenitivo *-ONI>-oi*. Se isto é así, **Abregoi** parece estar relacionado con topónimos galegos como **Abregaos**<AFRICANOS e **Abregón**<AFRICANUM. Pola semellanza coas formas anteriores seguramente procede dun nome de posesor *AFRICONIUS en xenitivo, a partir da expresión *(VILLA) AFRICONI(I)>**Abregoi**¹³. Piel (1947: 343, 382) cita varios topónimos galegos que seguen a mesma evolu-

¹³ Atopamos unha única documentación deste antropónimo nun documento de Sobrado datado no ano 1000. *Abregoni abba* (TSobrado I, 167).

ción: *(VILLA) PAPPONI(I)>**Papoi** (A Coruña), (VILLA) VASCONI(I)>**Bascoi** (A Coruña), *(VILLA) MUNDONI(I)>**Mondoi** (A Coruña). O problema está en que de ter ese étimo dificilmente podería evolucionar a **Agrilloi**, no caso de que, como dixemos antes, sexa certo o que afirma Lucas. Ademais disto, **Agrilloi** parece estar máis relacionado con topónimos compostos do tipo *substantivo común + nome de posuidor* en xenitivo (Piel 1953/55: 53), pero neste caso os seus formantes non son nada transparentes, xa que, se ben podemos identifica-lo primeiro elemento co substantivo *agro*, como en **Agromán** (agro de MANNIUS), non podemos face-lo mesmo co nome do posuidor, que non nos resulta transparente.

Outra posibilidade, pouco probable, é que esteamos ante un topónimo de orixe xermánica onde estaría presente o sufixo gótico de valor descoñecido *-oi*, que aparece noutros topónimos hispánicos como *Ganoi*, *Trasoi*, *Saroi*... Respecto á parte inicial *Abreg-*, non sabemos a ciencia certa cal sería o seu valor. Podería este topónimo presenta-la mesma raíz có prenome feminino **Abragasia**¹⁴, que quizais sexa un híbrido formado polo elemento xermánico *Abr-* ou *Ebr-* + *-asia* (sufixo que podería ter orixe prerromana ou ser tomado de nomes grecolatinos coma *Anastasia*, *Euphrasia*...). Con todo, quedaría sen explica-lo valor do segmento intermedio *-eg-*.

2. Ardaña

Documentación: “frygýa de San Saluador d’Eruezedo et de Santa María d’Ardaña” (1423, DocSeavia)

Trátase da freguesía de Santa María de Ardaña pertencente ó concello coruñés de Carballo.

Non se sabe con certeza cal é a súa orixe. Podería estar relacionado cos topónimos **Ardán** (Marín), **Ardá** (Coruña), **Ardanué** (Huesca), **Ardão** (Portugal) e facer referencia á forma feminina en xenitivo dun nome de posuidor *ARDA, -ANIS. Este é un antropónimo que está formado sobre a base gótica *hardus* ‘duro, difícil’. **Ardaña** debeu ser nun principio *(VILLA) ARDANEA.

Aínda que é pouco probable, tamén pode tratarse dunha *VILLA HADRIANAE (feminino do prenome latino *Hadrianus*), pois en Portugal tense documentado o nome de Santo Adrião como *Santo Ardão*.

3. Baiordo

Documentación:

- “*Bayordo* fregisía de San Paayo de Coristanqo” (1481, DocSeavia)
- “o noso casal da Castineira de *Boordo*” (1481, DocSeavia)

Baiordo é unha aldea da parroquia de San Paio de Coristanco no concello de Coristanco.

Este topónimo presenta unha etimoloxía escura. Podería estar relacionado con topónimos como **Baiobre**, **Baio**, **Baia**, **Baiuca**, **Baión** (que anteriormente foi **Boione**) e

¹⁴ Este prenome aparece nun documento do TSamos datado no ano 975: “Abragasia cum filia una”, pág. 140.

Baieira. Segundo Moralejo (1977: 63) estes topónimos terían como base o latín BADIUS (<célt. **badios*), que podía ser nome persoal ou adxectivo ('de cor roxa ou amarelada').

4. Bormoio

Documentación: “o casal de *Uormoyo* sito ena fregissía d’Agoalada” (1481, DocSeavia).

Trátase dunha aldea da freguesía de San Lourenzo de Agoalada pertencente ó concello de Coristanco.

A orixe deste topónimo é dubidosa. Parece estar formado sobre a base indoeuropea (probablemente céltica) **borm-* ‘calor, fervenza’. Esta base **borm-* (e variantes **Born-/ *Borb-*) está moi presente na toponimia española, así temos **Bormate** (Albacete), **Bormas** (Albacete), **Bormujos** (Sevilla)...

5. Centiña

Documentación: “lugar *Centijna* con o agro de Ferradaas” (1435-1440, DocSeavia)

Trátase dunha aldea da parroquia de San Paio de Coristanco pertencente ó concello do mesmo nome.

A **Centiña** semella estar relacionada con *centeo*< CENTENUM, base sobre a que se formaron moitos outros topónimos existentes no noso territorio como: **Centeal**< CENTENALEM, **Centeás-Centeais-Centeáns**< CENTENALES, **Centieiras**< *CENTENARIAS con perda do -n- intervocálico e con peche do -e- en -i- ante -ei- por disimilación; **Centeos-sas**< CENTENOSAS; **Centelo**< CENTENELLUM... En Galicia, agás **Centieiras**, non atopamos formas derivadas de CENTENUM con -i- no radical¹⁵. **Centiña** debe proceder dunha forma *CENTENEA con inflexión do ‘e’ por influxo do iode.

6. Cerqueda

Documentación: “freyesías de Sam Mamede de Seauea et de Santa Maria de Traba et de San Cristouoo de *Çerqueda*” (1438, DocSeavia).

Trátase da parroquia de San Cristovo de Cerqueda pertencente ó concello coruñés de Malpica de Bergantiños.

Este topónimo é un dos poucos derivados que deixou en Galicia o latín CERQUUM. CERQUUM é unha disimilación de QUERCUS ‘carballo’. Polo tanto, **Cerqueda**< CERQUETAM (CERQUUM + -ETAM sufixo locativo abundancial) significa ‘lugar poboado de carballos’.

7. Coristanco

Documentación: “Johán Vasques d’Abregoi o uello morador en Bayordo fregisía de San Paayo de *Corintanqo*” (1481, DocSeavia).

Como xa se especifica na documentación, trátase da freguesía de San Paio de Coristanco pertencente ó concello coruñés de Coristanco.

¹⁵ Fóra de Galicia atopamos **Las Centiniegas** (Asturias).

Este topónimo é, polos elementos que o constitúen, de orixe prerromana. Cabeza (1992: 172) pensa na posibilidade de que proveña, na súa primeira parte, da base prerromana *KOR- ‘pedra, altura rochosa’, deste xeito aludiría ó outeiro rochoso onde se atopa. Respecto á terminación *-anco*, Moralejo (1977: 31) considéraa tamén prerromana e pona en relación coa terminación *-anca*, presentes ámbalas dúas en topónimos coma **Bardanca, Breanca, Cusanca, Labanca, Mayanca** ou **Listanco**.

8. Ferradás

Documentación: “agro de *Ferradaas*” (1435-1440, DocSeavia)

Debido a que o documento no que aparece este topónimo non nos proporciona datos sobre a súa localización non podemos situalo actualmente, pois non hai ningún lugar así chamado próximo á zona de Seavia.

A súa orixe está no étimo latino FERRATALES. FERRATALES é un derivado formado sobre FERRUM. A terminación latina *-ALES* ten neste topónimo valor abundancial.

9. Mira

Documentación: “Don Fernán de *Mjra* abbade do mosteiro de Sam Mamede de Seyaueya” (1481, DocSeavia)

Trátase da freguesía de Santa María de Mira pertencente ó concello coruñés de Zas.

Sobre a orixe deste topónimo existen algunhas hipóteses:

1. Autores coma X. A. Palacio (1981: 838) cren que está relacionado co antropónimo *Mira*. Para afirmar isto baséanse en que na documentación portuguesa medieval se pode atopa-lo apelido *Mirazi* (a. 981) e o topónimo *Villa Miraes* (a.1258) (<*VILLA MIRANIS), que fan supor un nome de persoa *Mira*, o cal explicaría ese topónimo en Galicia e en Portugal. *Mira* (tamén *Miro*), hipocorístico de *Geldemiro*, formouse a partir do gótico *mêreis* ‘famoso’, que atopamos como elemento final nos nomes de orixe xermánica rematados en *-miro/-mir/-mil*.
2. Outros autores coma Elixio Rivas (1994: 137) pensan nunha raíz indoeuropea M-R ‘auga parada’, que no noso territorio pode presentar varias bases: *MAR- *MER- *MIR- *MUR-. Sobre a base *MIR- formaríanse os topónimos **Mira, Mirandela, Miraces, Miralles, Miranxe, Miranzo, Mirallos**¹⁶...
3. Outra posibilidade é que **Mira** sexa un topónimo relacionado co verbo *mirar* (Piel/Kremer 1976: 204)¹⁷.

Cremos que a hipótese máis axeitada é a que considera **Mira** coma un antropotopónimo.

10. Oca

Documentación: “tarreo de Ruminar que jaz en braço com a leira de Sam Martiño d’*Oca*” (1487, DocSeavia)

¹⁶ Moralejo (1977: 338) relaciona co verbo mirar topónimos coma **Miranzo, Mirallos, Mirón**...

¹⁷ Estes autores tamén consideran a alternativa de que se trate dun antropotopónimo.

Trátase da freguesía de San Martiño de Oca pertencente ó concello de Coristanco.

A etimoloxía deste topónimo non está clara. Pode estar relacionado co substantivo *ocre* tomado do francés *ocre*, e este do latín OCHRA “especie de terra amarela”, que á súa vez se tomou do grego *ωχρα*, de *ωχροζ* “amarelo”. Neste caso o topónimo faría referencia á cor amarelada do terreo dese lugar.

11. Rus

Documentación:

- “Vasco de *Ruus*, notario público jurado” (1443, DocSeavia)
- “Vasco de *Ruus*, notario público jurado” (1438, DocSeavia)
- “Loppo de *Rruus*, notario público jurado” (1423, DocSeavia)
- “Loppo de *Ruus*, notario público jurado” (1435-1440, DocSeavia)

Trátase da freguesía de Santa María de Rus pertencente ó concello de Carballo.

Polas documentacións medievais que temos, sabemos que estamos ante un antropónimo que se conservou na toponimia.

Segundo Elixio Rivas (1991: 503) trátase dun antropotopónimo que tivo a súa orixe nunha *VILLA RUDERICI, xa que así nolo indican as documentación medievais:

- “Maria Arie de *Rues*, de feligresia sancte Marie de *Rues*” (1316, doc. 35 DocUnivSantiago)
- “Fernando Affonso de *Ruys*” (1325, doc. 61 DocUnivSantiago)
- “Gomes Eanes d’Anseriz fillo de Aras de *Ruus*” (1401, doc. 261 DocUnivSantiago)
- “villam cum ecclesiola sua nomine *Rus*” (1113, HC 193)

A evolución que propón E. Rivas é a seguinte: *(VILLA) RUDERICI >Ro(d)ric >Roiz/Ruis/Rues/ >Ruus >**Rus**.

12. Sabaceda

Documentación: “Johan de *Sabaseda*” (1443, DocSeavia)

Trátase dunha aldea da parroquia de San Mamede de Bazar pertencente ó concello de Santa Comba.

Sabaceda vén do latín SABUCETAM<SABUCU + ETAM (sufixo abundancial). O descendente máis habitual en Galicia de SABUCETAM é **Sabucedo**. Sen embargo, o topónimo que nos ocupa ten unha evolución diferente debido a que nel se produciu unha asimilación *u-a* que non é estraña na lingua.

13. Seaia / Seavia

Seaia nos documentos refírese ó arciprestado da diocese de Santiago que comprende os concellos de Malpica de Bergantiños, e parte dos de Cabana e Ponteceso¹⁸. **Seavia** é unha parroquia pertencente ó concello de Coristanco.

Non se sabe a ciencia certa cal é a orixe destes topónimos. Nun primeiro momento, pensamos que ámbolos dous partían dun étimo común, pois presentan unha forma moi

¹⁸Tamén é unha aldea da parroquia e concello de Malpica de Bergantiños.

parecida. Inducidos pola súa semellanza con **Santa Baia** cremos que poderían ser unhas das numerosas e variadísimas formas que adoptou na boca do pobo o nome da santa hispánica máis popular, *Santa Eulalia*. Sen embargo, as documentacións medievais que atopamos non só nos fixeron rexeitar tal hipótese, senón tamén a idea de que se remontasen ó mesmo étimo.

SEIA

Documentación:

- “en terra de Bregantinos e de *Sseaya*” (1423, DocSeavia)
- “[en te]rra de Bregantinnos et de *Sseaya*” (1435-1440, DocSeavia)
- “en Bergantinos et en *Seaya*” (1443, DocSeavia)
- “en terra de Bregantinos et de *Seaya*” (1443, DocSeavia)
- “en toda terra de Bregantinos et *Seaya*” (1487, DocSeavia)

Resultounos moi doado atopar documentacións medievais de **Seaia** por ser un arciprestado. Sempre aparece como *Salagia* ou *Selagia* (e variantes de caso) agás nos documentos de Sobrado que aparece como *Seaca*¹⁹.

- “archipresbyteratus, vidilicet Bisancos, Trasancos et *Salagiam*” (1102, HC I 34)
- “Bisancos, Trasancos, *Salagia*” (1102, HC II 56)
- “ualle *selagie* locum predictum ubi dicunt nemenio” (1105, doc. 18 apén. III DocSantiago)
- “Barcala, *Salagia*, Gentines” (1110, HC I 36)
- “Sonariam, *Salagiam*, Bregantinos” (1115, HC I 103)
- “monasterium antealtarium in terra de *Selagia*” (1169, doc. 2 CDGH)
- “regalengum de *Seaca*” (1176, doc 34 TSobrado II).
- “in illa terra de *Seaca*” (1176, doc 34 TSobrado II).

Como se pode observar, as formas medievais de **Seaia** nada teñen que ver con *Santa Eulalia*, máis ben parecen indicar que estamos en presenza dun topónimo de orixe prerromana do que ignorámo-la súa significación.

Seaia podería vir dunha forma *SELABRIGA ou *SALABRIGA, na que podemos identificar o elemento final *-briga*²⁰ (termo de orixe celta que ten moita presenza na toponimia non só galega senón hispánica en xeral). Máis difícil resulta identificar a parte inicial. Segundo Piel (1953-55: 66), pode conter este topónimo o elemento prelatino (indoeuropeo para Elixo Rivas) *sal-/sel-* ‘río, auga’, frecuente en hidrónimos da Península, coma os ríos **Sales** (Ourense), **Xallas** (Coruña), **Sado** (Portugal) ou **Sabor** (Portugal). Tamén se pode pensar que este topónimo ten como base o elemento inicial de orixe cel-

¹⁹ Esta forma parécenos sospeitosa pois é a única que atopamos que presenta un -c-. Este -c- ben podería ser un -i- que, debido a unha mala lectura, foi confundido cun -c-, cousa que non nos resultaría estraña, pois na época medieval poden presentar formas moi parecidas. Por outro lado, tamén é posible que fose un ç representado por c, o que cremos pouco probable, xa que hoxe en día non quedan vestixios del no nome do topónimo.

²⁰ Neste caso *-briga* segue a mesma evolución ca en **Mendoia**<NEMETOBRIGA.

ta *SELE- (<SED-LON ou *SED-LIS ‘asento, lugar para sentarse’), de onde proceden, segundo Corominas (1971: II, 219), o castelán *sel* ‘lugar onde descansa o gando na montaña’, o vasco *zelai* ‘campo’, o topónimo *Selaya* (Santander) e o apelido *Celaya*.

SEAVIA

Documentación:

- “Fernán Mygés abade do mosteiro de Sam Mamedt de *Syaueta*” (1423, DocSeavia)
- “Fernán Mjgéz abade do mosteyro de Samamede de *Seauea*” (1423, Doc Seavia)
- “Gil abade de Sant Mamede de *Seauea*” (1443, DocSeavia)
- “Fernán Mjgeéns abade do moesteyro de Ssan Mamede de *Sseauija*” (1435-1440, DocSeavia)
- “Fernán de Mjra abbade do mosteiro de Sam Mamede de *Seyaueya*” (1481, DocSeavia).
- “Johám abbad do mosteiro de Samamed de *Seyabia*” (1487, DocSeavia)

Máis difícil nos resultou atopar documentacións de **Seavia**, xa que, se algunha importancia tivo este lugar algunha vez, debeu ser polo seu mosteiro benedictino, cenobio pequeno e de escasa relevancia do que atopamos moi pouca información²¹:

- “scm. mametem in *seauiia*”, (830, doc. 2 apén. II DocSantiago).
- “Didacus Ordonii dei gracia de *Siavia*”, (1191, doc.59 TC)
- “avuncli mei abbatis donni Didaci Ordonii de *Siavya*”, (1191, doc.59 TC).
- “Ad *Siauiam* .v. mod^s de pane”, (1199, doc. 20 CDGH).

Como se pode ver, **Seavia** tampouco pode estar relacionado con *Santa Eulalia* nin pode te-lo mesmo étimo que **Seiaia**.

Cremos que **Seavia** ben puidera ter como orixe unha forma *SENABRIGA²², que é de onde virían topónimos galegos como **Seabra** e **Xiabre**, e casteláns como **Sanabria**. Hai que ter en conta que nos documentos de Ribas de Sil transcritos por Duro Peña aparece o topónimo SENABREGA ou SANABREGA, hoxe desaparecido, de maneira que non é desatinado pensar en *SENABRIGA como punto de partida. O que nos podería parecer raro é o paso de *-briga>-via*, pero se lle botamos unha ollada ás evolucións que presenta esta terminación nos distintos topónimos peninsulares nos que está presente, observamos varios resultados²³, dos que un é o paso de *-briga* a *-ia*²⁴ (cast. *-ya*), solución á que se chega mediante unha fase intermedia con difícil, pero posible, perda do *-r-* (*-briga>-via/-bia>ia*). Nesta fase intermedia é na que quedaron estancados topónimos como *Seavia* e *Alcobia*<ARCOBRIGA (Portugal).

²¹ Para máis información sobre a historia do mosteiro de San Mamede de Seavia vid. Jerónimo del Hoyo (1950: 250); García M. Colombás (1980: 76 e ss); López Alsina (1988: 158 e ss) e Lucas Álvarez (1977).

²² En relación con esta etimoloxía para **Seavia** agradecemos-las suxestións que nos fixo G. Navaza, xa que nos foron de grande utilidade e nos serviron de punto de partida.

²³ *MUNDOBRIGA>*Munébrega* (Zaragoza), CONIMBRIGA>*Coímbra*, LONGOBRIGA>*Longroiva* (Portugal)...

²⁴ *Mendoia*>NEMETOBREGA (Trives), *Tordoa*>*TURODOBRIGA (Coruña), *Oia*>ABOBRIGA ou AVOBRIGA (Pontevedra)...

Por último, se analizámo-la palabra *SENABRIGA comprobamos que está formada por un elemento inicial de orixe preindoeuropeo **sen* ‘monte’ e por outro de orixe celta -*briga* ‘fortificación, castro, castelo’; é dicir, *SENABRIGA significa ‘fortificación no monte’. Non sabemos se é pura coincidencia ou non, pero nunha das aldeas da parroquia de **Seavia** houbo un castro.

3. CONCLUSIÓN

Unha vez analizado o sistema de nominación persoal que reflicten os textos nos que baseámo-lo noso estudio, queremos salienta-lo feito de que no século XV en Galicia as opcións que había para os prenomes eran moi poucas, de aí que as fórmulas de nominación persoal estean formadas fundamentalmente por dous elementos, o prenome e o segundo nome. Nestas os apelidos de orixe xogan un papel importante pois son fundamentais para diferencia-las persoas.

Polo que respecta ós topónimos, destaca o feito de que a maioría dos casos estudia-dos son formas exclusivas de Galicia, non existen nin en Portugal nin no resto do estado español. Moitas veces a determinación da orixe destes topónimos é difícil e arriscada pois, ó non termos como base un nome apelativo e ó non atoparmos documentacións medievais que nos guíen, debemos recorrer a explicacións substratísticas que non sempre son satisfactorias, pero que son un punto de arranque para o comezo de novas investigacións.

A pesar de tódalas dificultades que encerran os estudos toponímicos e antroponímicos, debemos ter en conta a grande importancia que para a lingüística galega ten a onomástica, que, aínda que por definición é a ciencia que se encarga do estudio dos nomes propios, posúe unha grande dimensión histórica, pois pode ser unha boa aliada á hora de confecciona-la gramática histórica do galego. Efectivamente, os alcumes e os topónimos proporcionannos en moitas ocasións as primeiras datacións de moitos termos do léxico común (aquelas formas que están tiradas de documentos privados perfectamente datados e localizados), o que supón unha valiosa contribución para o establecemento da cronoloxía da lingua. Tamén o estudio diacrónico da dialectoloxía galega se pode ver enriquecido polo material que lle pode achega-la onomástica, xa que os topónimos dunha determinada zona reflicten os fenómenos dialectais que caracterizan a variedade lingüística falada nese lugar.

FONTES

CDGH = López Ferreiro, A. (1901): *Colección diplomática de Galicia Histórica*. Santiago de Compostela: Tipografía galaica.

- DocUnivSantiago = Justo Martín, M.^a J. / Lucas Álvarez, M. (1991): *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie Bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237/1537), edición diplomática*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- DocSantiago = López Ferreiro, A. (1989-1911): *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*. 11 vols. Santiago de Compostela: Imprenta del Seminario.
- DocSeavia = Documentos inéditos procedentes do mosteiro de San Mamede de Seavia e custodiados no arquivo do mosteiro de San Paio de Antealtares.
- HC = Suárez, M. / Campelo, J. (1988): “Historia Compostelana”, en *Corpus Christianorum. Continatio Mediaevalis* LXX.
- TC = Mouriño Serantes, M. (1967): *El tumbo C de la Catedral de Santiago (II)*. Tese de Licenciatura (inédita). Santiago de Compostela.
- TSamos = Lucas Álvarez, M. (1986): *El tumbo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII)*. Santiago de Compostela: Caixa Galicia.
- TSobrado = Loscertales de García de Valdeavellano, P. (1976): *Tumbos del monasterio de Sobrado de los Monjes*. Madrid: Servicio de publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia.

BIBLIOGRAFÍA

- Boullón Agrelo, A. I. (1999): *A antroponimia medieval galega (ss. VIII-XIII)*. Tübingen: Niemeyer.
- Cabeza Quiles, F. (1992): *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a súa orixe e o seu significado*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Corominas, J. (1971): *Tópica Hespérica*. Madrid: Gredos.
- Del Hoyo, J. (1950): *Memorias del Arzobispado de Santiago*. Porto: Porto y Cía. Editores.
- García M. Colombás, M. B. (1980): *Las señoras de San Payo. Historia de las Monjas Benedictinas de San Pelayo de Antealtares*. Santiago de Compostela: Caixa de Aforros de Galicia.
- López Alsina, F. (1988): *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Centro de Estudios Jacobeos.
- Lucas Álvarez, M. (1977): “San Mamed de Seavia, Monasterio beneditino en la tierra de Bergantiños (Galicia), anexo de San Payo de Antealteres”, en *Homenaje a Don José María Lacarra de Miguel IV*, pp. 330-343.
- Machado, J. P. (1984): *Dicionário Onomástico Etimológico da língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Moralejo Lasso, A. (1977): *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Pico Sacro.
- Palacio Sánchez, X. A. (1981): *Toponimia del ayuntamiento de Pantón (Lugo)*. Tese de doutoramento (inédita). Santiago de Compostela.
- Piel, J. (1947): “Nomes de ‘possessores’ lantino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa” *Biblos* 23, 143-202, 283-407.
- Piel, J. / Kremer, D. (1976): *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen*. Heidelberg: Carl Winter.
- Piel, J.: (1953-55): “Notas de toponímia galega”, *Revista Portuguesa de Filologia* 1-2, 51-72.
- Rivas Quintas, E. (1982): *Toponimia de Marín*, Anexo 18 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade.
- Rivas Quintas, E. (1991): *Onomástica persoal do noroeste hispano*. Lugo: Alvarellos.
- Rivas Quintas, E. (1994): *Lingua galega, niveis primitivos*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- Sacau Rodríguez, G. (1996): *Os nomes da terra de Vigo. Estudio etimológico*. Vigo: Instituto de Estudios Vigüeses.

APROXIMACIÓN Á TOPONIMIA DE SAN XURXO DE CODESEDA

Xesús Domínguez Dono

Universidade de Santiago de Compostela - Seminario de Lexicografía (RAG)

INTRODUCCIÓN

A finalidade deste relatorio é a de presentar unha breve e modesta aproximación á práctica do estudo toponímico, para o cal seleccionamos unha serie de topónimos maiores pertencentes á parroquia de San Xurxo de Codeseda, no Concello da Estrada, a partir do nomenclátor oficial proporcionado polo Concello, elixindo os topónimos en función das aparicións que tivesemos documentadas en testemuños medievais, concretamente no inventario que o Cabido de Santiago ordenou facer no 1419 dos bens do Mosteiro de San Xurxo de Codeseda, recollido por F. Pérez Rodríguez no Apéndice Documental do artigo “San Jorge de Codeseda. Un monasterio femenino bajomedieval”, in *Studia Monastica*, 3, 1991. pp. 50-85¹. Isto farase así, para ter un punto de apoio documentado entre a solución actual e a posible orixe do topónimo tratado².

ESTUDIO DOS TOPÓNIMOS

1. Xeotopónimos³

1.1. Litotopónimos

1.1.1. Barro

Topónimo de probable orixe prerromana podendo provir de *BARRO, “lama ou arxila”⁴,

¹ Desde agora as referencias a este apéndice faranse coas siglas A. D., seguidas da foliación do manuscrito e a páxina do artigo.

² Débese advertir que nos basearemos na transcripción feita por F. Pérez Rodríguez no artigo citado, sen podermos ter verificado a correcta lectura nos manuscritos orixinais, polo que sempre teremos presente un determinado e impreciso grao de erro diante das solucións achegadas.

³ Considerando como tales, aqueles que se refiren a aspectos xeomorfolóxicos do terreo, como os *orotopónimos* (elevacións, chairas...), *litotopónimos* (pedras e minerais), *hidrotopónimos* (referentes á auga)... A clasificación feita para a exposición do presente traballo basease nas teorías expostas por García Arias, 1995, pp. 61-62.

⁴ Rivas Quintas, 1982, pp. 32-33.

sobre a posible forma precelta *BAR-, “altura”⁵, aínda que non hai uniformidade de criterios entre os investigadores para delimita-la exacta orixe prerromana⁶.

No caso que nos ocupa documentámo-la forma mantendo solución idéntica á actual, “*Item eno lugar de Barro...*”⁷.

1.2. Hidrotopónimos

1.2.1. O Arnado

Hidróónimo tamén de posible orixe prerromana formado sobre a raíz indoeuropea *AR-, *ARN-, “corrente de auga” ou “canle escavada por un río”⁸ documentándose casos similares en toda Europa, (Arne <Fr.>, Arno <It.>, Aar <Suíza>, e en Galicia (Arnego, Arnoia, etc.), tamén significando “asentamento próximo a un río” (Arnois, xunta o río Ulla)⁹.

No noso caso aparece esta raíz unida ó sufixo latino de participio -ATUM¹⁰ documentándose tamén na zona a forma deste topónimo con síncope da dental intervocálica (ARNAO)¹¹, produto da convivencia das dúas formas na fala, diferenciándose na actualidade no obxecto da designación, posto que esta última forma mencionada correspóndese, xeograficamente, cun monte ó pé do que se atopa o lugar de O Arnado, valgada próxima a un regato, tendo testemuñado “...*partindo pola meatade do monte Arnado...*”¹², dándose unha transposición ou evolución diferenciada nos obxectos de designación.

1.2.2. Fontenlo

Con orixe en FONS, -TIS latino, “fonte”, a través do seu derivado FONTANUS, por medio de construcións tipo FONTANA (AQUA)¹³ máis o diminutivo latino -ĒLLUM¹⁴, “fonte pequena”, sendo a orixe dunha gran familia de topónimos en Galicia, tanto con nasal (Fontenlo/a), como sen ela (Fontelo/a)¹⁵.

Moralejo explica a alternancia de formas poñéndoa en relación coa distribución territorial das variantes -an/-ao en Galicia, facéndoa derivar dunha forma hipotética *fontãela,

⁵ Rivas, 1982, § 5.

⁶ Cf. Corominas / Pascual, I, 1980, s.v. *barro I*; Moralejo Lasso, 1977, p. 29, n. 15.

⁷ A. D. 159v/78.

⁸ Rivas, 1982, § 32.

⁹ Cf. Moralejo, 1977, p. 18; Crespo Pozo, 1973.

¹⁰ Rivas, 1982, p. 8.

¹¹ Cf. *Mapa Topográfico Nacional de España (1:25.000), 153-I*, Instituto Geográfico Nacional, 1994.

¹² A. D. 158v/76.

¹³ Corominas / Pascual, II, 1980, s.v. *fuelle*; Rivas, 1982, § 77, p. 123.

¹⁴ García de Diego, 1984, p. 189.

¹⁵ Cf. Moralejo, 1977, pp. 85-98.

con -ae- nasais (<FONTANELLA¹⁶), con contracción das vocais e desnasalización (⇒Fontao, Fontela, etc.), ou ben cunha condensación e reposición da nasalidade en posición posterior á vocal contracta¹⁷: fontãelo > fontẽelo > fonte(n)lo.

O testemuñado da pé ó exposto “*Item eno lugar de Fonteelo...*”¹⁸ onde, dependendo da verosimilitude da transcripción, podería aparecer grafado coa nasalidade, o que tiraría cara a solución actual.

1.2.3. *Insuela*

Diminutivo formado co sufixo -ELLA¹⁹ sobre a forma INSŪLA²⁰, “illa”, aínda que este topónimo parece referirse ós prados próximos a un río²¹, o que, neste caso, se corresponde coa realidade xeográfica actual, documentándoo do mesmo xeito, “...*lugar que dizen Insuela...*”²².

1.2.4. *Umia (Río)*

En dúas ocasións atopamos esta forma como “*río da Humea*”²³, parece te-la mesma orixe que o hidrónimo Eume a partir da raíz prerromana *embh- / *ombh- / *ṁbhm-, do que procede IMBER latino, “chuvia”, e a voz celta AMBE “río” (< *ṁbhis), ou mellor, dunha base *ūgʷsm-i-s de *ʷegʷ- / *ugʷ-, “húmido”, de onde se orixina o latino ŪMŌR / ŪMĪDUS²⁴.

Poderíamos, pois, supoñer unha evolución normal de Umia provindo de ŪMĒDA.

2. Fitotopónimos²⁵

2.1. *Codeseda*

É este un grupo das significacións toponímicas con gran riqueza de exemplos, formándose principalmente co sufixo abundancial -ETUM > -edo²⁶, como neste caso, a partir do latín CŪTĪS(S)U, “codeso”, e este do grego “ΚΥΤΙΣΟΣ”²⁷, aparecendo na documentación

¹⁶ Cf. Machado, III, 1977, 3ª ed., s.v. *fonte*.

¹⁷ Moralejo, 1977, p. 91,

¹⁸ A. D. 159v/78.

¹⁹ Vid. n. 15.

²⁰ Corominas / Pascual, III, 1980, s.v. *isla*.

²¹ Rivas, 1982, § 79, p. 125.

²² A. D. 159/78.

²³ A. D. 158v/76 e 165/83.

²⁴ González-Pardo, 1987 p. 27.

²⁵ Consideramos como tales aqueles que se refiren ás plantas e ó mundo vexetal en xeral.

²⁶ Piel, 1989, [1940], p. 203; Moralejo, 1977, p.22.

²⁷ Corominas / Pascual, II, 1980, s.v. *codeso*; Machado, 1977: II, 175; Rivas, 1982, § 123, p. 162.

achegada por López Ferreiro na *Historia de la Santa A. M. Iglesia Catedral de Santiago*, v, 120²⁸, como “Coteseta”. Na que nós manexamos aparece testemuñado en vintetrés ocasións como *Codeseda*²⁹ e en seis como *Codeseda*³⁰.

Coa mesma orixe dáse na actualidade o topónimo “Codesal” (na mesma parroquia e case que lindeiro co que estamos a estudar), tendo como único cambio o emprego doutro sufixo abundancial -al < lat. -ALE, que entrou en competencia con -edo/a, chegando mesmo a substituílo³¹.

2.2. *Filgueiras*

Do latín FILIX, -IS³², “fento”, deriva FĪLĪCTUM, que deu orixe ó colectivo *FIL(I)CARIA, “lugar con fentos”³³, de onde provén o galego “Filgueira” por sonorización da xorda intervocálica e metátese do iode.

O testemuño que nos ocupa presenta o grafismo *Felguerras*³⁴, do que poderíamos supoñer unha mala lectura³⁵ sobre a posible grafía *felgueeras, ou *felgueiras (¿?).

2.3. *Fragoso*

Tamén temos neste caso a presenza dun sufixo abundancial latino -OSU/A > -oso/a³⁶ unido á raíz “Fraga-”, que á súa vez proviría do latín *FRAGUS, e esta do verbo FRANGUERE, “romper”³⁷, que nun principio designaría un terreo áspero e abrupto, para pasar logo a referirse a un lugar tamén abrupto, pero con vexetación, con mato, ou simplemente un bosque. Recollémolo no A. D., “...*eno lugar de Fragoso*...”³⁸.

3. Antrotopónimos³⁹

3.1. *Xubrei*

En toda a bibliografía consultada non temos atopado ningún comentario sobre este topónimo, excepto en Piel-Kremer, 1976, que o fan derivar do antropónimo xermánico Si-

²⁸ Citamos a través de Rivas, 1982, p. 162.

²⁹ A. D. 158/75, 159v/78, 162v/80 [3], 163/80, 163v/81 [4], 164/81 [2], 164 /82 [2], 164v/82 [2], 164v/83, 165/83 [4], 166/84, 166v/84. Entre corchetes figura o número de aparicións en cada folio.

³⁰ A. D. 158/75, 158v/76 [2], 159v/78, 164/82, 164v/83.

³¹ Piel, 1940, p. 204.

³² Ernout / Meillet, 1932, [1985, 4ª ed.], p. 234.

³³ Corominas / Pascual, III, 1980, s.v. *helecho*.

³⁴ A. D. 159v/78.

³⁵ Cf. *supra* n. 2.

³⁶ Piel, 1940, p. 205.

³⁷ Rivas, 1982, § 169.

³⁸ A. D. 159/78.

³⁹ Xeralmente con base en antropónimos de posesores.

ge-fredus (Sige-, “victoria, trunfo”)⁴⁰, con palatalización da consoante inicial e bilabialización da fricativa labiodental.

Na documentación medieval examinada temos testemuñada a forma *Insobrei*⁴¹, que identificamos coa actual, aínda que non temos datos suficientes para explica-la aparición do posible prefixo documentado *IN-, que podería tratarse de tal prefixo unido ó antropónimo proteticamente por contaminación sintáctica, o que adoita acontecer⁴², ou ben unha mala grafía do amanuense ou un erro de segmentación.

3.2. Marcenlos

Posiblemente esteamos diante dunha forma en diminutivo proveniente dun nome de posuidor, similar na súa orixe a outros topónimos tipo Marcelle (que partiría do antropónimo latino MARCELLUS⁴³), ou cun contacto máis directo con topónimos do tipo de Marzás ou Marzán (aínda que non temos documentado ningún topónimo deste estilo coa terminación -enlos), presupoñendo a súa orixe sobre a base latina de MARCIUS⁴⁴, como Marzás, sobre un hipotético *MARCANI(S) + -ELLU⁴⁵, coa conseguinte evolución de C+iode ante consoante cara a unha fricativa interdental xorda actual (...>[θ]) con inflexión da vocal tónica que pecha un grao, *marçene + -ellus, podéndose dá-lo mesmo fenómeno que explique a presenza da nasal que en Fontenlo⁴⁶. De tódolos xeitos, esta non é unha explicación definitiva, dado que as solucións en xenitivo de nomes de posesores latinos presentan, de xeito xeral, terminación -E, (entre outras)⁴⁷, mentres que a que nos ocupa se afasta desta tónica (-ENLOS), debéndose pensar nalgún tipo de cruzamento do que non podemos achegar probas. Témoloo documentado como *Marçeenllos*⁴⁸.

4. Agrotopónimos⁴⁹

4.1. A Grela

Do latín AGER, -I, “campo” ou “herdade”⁵⁰, evolucionando sobre un plural neutro cunha síncope da vocal postónica *AG(E)RA, que pasou con significado colectivo⁵¹, máis o di-

⁴⁰ Piel / Kremer, 1976, § 237.8, p. 239.

⁴¹ A. D. 159/78.

⁴² Cf. *infra* § 4.1.

⁴³ Forneiro Lloves, 1978, p. 31.

⁴⁴ Machado, 1984, s.v. *Marcelino*¹ e *Marcelo*¹; Rivas Quintas, 1991, p. 239.

⁴⁵ Forneiro, 1978, p. 87.

⁴⁶ Cf. *supra* § 1.2.2.

⁴⁷ Piel, 1948, pp. 154-155.

⁴⁸ A. D. 159v/78.

⁴⁹ Neste apartado agruparemos aqueles topónimos que teñan un significado dependente das estruturas agrarias, principalmente das referidas ós sistemas de propiedade e asentamentos rurais.

⁵⁰ Ernout, 1932, pp. 14-15.

⁵¹ Rivas Quintas, 1985, p. 471.

minutivo -ELLA. Atopámolo con dobre grafía nos textos, *Agrela*⁵² e *Agrella*⁵³, aparecendo hoxe en día cun erro de segmentación que considera o A- inicial como prótese de artigo, A-Grela.

4.2. O Currelo

Construído co sufixo diminutivo -ELLU sobre a raíz CURR-, tería o significado de “construción circular de pedra para garda-lo gando” ou, nalgúns lugares “construción para o refuxio do pastor e cerca anexa”, sendo a súa orixe celta en *COR(R)-, “círculo de pedras”⁵⁴. Documentámolo como *Currelos*⁵⁵, forma que se mantén viva no léxico co significado xa comentado, servindo na actualidade, toponimicamente falando, para designar nesta parroquia, tanto un lugar concreto de asentamento poboacional, como unha zona xeográfica máis ampla (Currelos), dentro da que se encontra o primeiro⁵⁶.

4.3. A Devesa

Documentado como *Deuesa*⁵⁷, procedente do latín tardío DEFENSA (coa sonorización do -F- intervocálico, a pesar do prefixo)⁵⁸, e provindo este do participio de DEFENDERE, para designa-la “*terra defensa”⁵⁹, ou terreo cercado ou acoutado.

Debemos facer nota-la aparición na documentación examinada dunha referencia a unha “*deuesa da Silua Scura*”⁶⁰, que podería se-la mesmo que nos ocupa, co engadido dunha diferenciación fitotoponímica, “silva scura”, posiblemente polo frondoso do lugar.

4.4. As Quintas

Termo que provén do latín QUINTANA, “a do quinto lugar”, de QUINTUS, -A, -UM, pasando a significar “quinta parte dunha herdade”⁶¹, dos froitos entregados ó dono ou a propiedade mesma”⁶², evolucionando coa desaparición da nasal intervocálica, o que se demostra polas grafías que posúe nos textos, *Quintaas*⁶³.

⁵² A. D. 158v/77.

⁵³ A. D. 159v/78.

⁵⁴ Rivas, 1982, § 285, p. 267.

⁵⁵ A. D. 159v/78.

⁵⁶ Recordemos que nos atopamos nunha zona onde se mantén moi viva a tradición dos “curros”, ou “rapa das bestas” (en Sabucedo, máis concretamente), tomando o nome do cercado circular de pedra onde se realiza.

⁵⁷ A. D. 159v/78.

⁵⁸ Corominas / Pascual, II, 1980, s.v. *dehesa*.

⁵⁹ Rivas, 1982, § 291, pp. 270-271.

⁶⁰ A. D. 158v/76.

⁶¹ Rivas, 1982, § 337, p. 302.

⁶² Corominas / Pascual, II, 1980, s.v. *cinco*.

⁶³ A. D. 159v/78.

4.5. Vilaboa

Partindo da VĪLLA romana, “casa de campo”⁶⁴, houbo un proceso de evolución no significado do termo para pasar a designar determinados tipos de asentamentos de poboación que implicaban unha serie de compoñentes agrarias. Estas “granxas” romanas fóronse estendendo pola xeografía formando topónimos de designación do posuidor (Vilagarcía, Vilaxoán, Viladónega⁶⁵, etc.), ou de condicións ou referencias externas das mesmas (Vilaseca, Vilanova, etc.), como a do caso que nos ocupa, VILLA + BONA, a cal documentamos en tres ocasións e con dous tipos de grafías *Billaboa*⁶⁶ e *Villaboa*⁶⁷. Estas construcións con VĪLLA son moi frecuentes canto máis nos retrotraemos no tempo, sufrindo despois, perdas da primeira forma compositiva nalgúns casos, mentres que noutros, o segundo termo do topónimo evolucionou foneticamente.

CONCLUSIÓN

Como podemos ver, o enbedamento da lingua co latín tamén se mostra na toponimia, con máis razón se cabe, pois, dos topónimos aquí traballados once deles teñen esta procedencia: **Codeseda, (Codesal), A Devesa, Filgueiras, Fontenlo, Fragoso, A Grela, Insuela, Marcenlos, As Quintas, Vilaboa.**

Séguelle en número de aparicións os de orixe prerromana (cinco): **O Arnado, Barro, O Currelo, Río Umia**, (entre eles o dubidoso **Dónega**), e un exemplo de posible procedencia xermánica: **Xubrei**.

O principal sistema de composición de topónimos é a sufixación:

- Con sufixo de diminutivo: -ĒLLUM: **O Currelo, Fontenlo, Insuela e Marcenlos.**
- Con sufixos abundanciais: -ETUM: **Codeseda**; -OSO: **Fragoso**; (-AL: **O Codesal**).
- Con sufixo de participio latino -ATUM: **O Arnado.**

⁶⁴ Corominas / Pascual, v, 1983, s.v. *villa*.

⁶⁵ Nos documentos do Mosteiro de Codeseda atopámo-la referencia ó topónimo *Donega* (A. D. 158v/77), que a pesar da identificación xeográfica que Pérez Rodríguez fai del (Cf. no seu artigo, n. 13, p. 77), nós non o puidemos localizar. Este é, para Menéndez Pidal, 1976, p. 163.), un topónimo de posuidor procedente do latín DŌMĪNA, a través de DOM(I)NICA, que pasou a designa-la posuidora dunha herdade, manténdose en topónimos coa conservación da vocal postónica debido á sonorización da consoante xorda intervocálica, como Viladóniga, Viladonga (*ibidem*, Menéndez Pidal, p. 164), documentándose incluso como Quintana Donega (*ibidem*, Menéndez Pidal, p. 164, n. 1.). Poderíamos estar diante dun destes casos, pois coincide territorialmente cos topónimos Villa- e Quintana, podendo esta formar parte dun antigo composto que se desdoubrou, desaparecendo unha das súas compoñentes.

Outra explicación é a que achega esta solución cara ó nome prerromano *En(n)eco* (vid. Floriano, 1950, p. 337, e Rivas, 1991, p. 239), que deu como solución o apelido “Ónega”, coa variante “Dónega” por aglomeración (DE + ONEGA).

⁶⁶ A. D. 158v/77; 159/78.

⁶⁷ A. D. 159/78.

Tamén temos un caso de composición de substantivo + adxectivo: **Vilaboa**, sendo o resto substantivos.

Xa para rematar, citarémo-la presenza de, polo menos, un caso de erro de segmentación, **A Grela** < Agrela, xa que dubidamos da identidade de situación na forma medieval documentada para **Xubrei** (*Insobrei*).

BIBLIOGRAFÍA XERAL

- Corominas, J. / Pascual, J. A. (1980-91), *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, 6 vols., Madrid, Gredos.
- Crespo Pozo, Fr. J. S., “25 topónimos de Xunqueira de Ambía y su municipio: Su significación y breve etimología” *Grial*, 39, 1973, pp. 87-92.
- Ernout, A. / Meillet, A. (1932), *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, París, Klincksieck, [1985, 4ª ed.].
- Floriano, A. G. (1950), “La antrotoponimia en el registro coriense”, en *El libro registro de Corias*, Oviedo, CSIC.
- Fornheiro Lloves, M. (1978), *Topónimos latinos de poseores en la provincia de Orense*, Tese de licenciatura, Santiago de Compostela, (inérita).
- García Arias, X. Ll. (1995), *Toponimia: teoría y actuación*, Uviéu, Academia de la Llingua Asturiana, Llibrería Llingüística.
- García de Diego, V. (1984), *Elementos de Gramática Histórica Gallega, (Fonética-Morfología)*, ed. facsímile, Anexo *Verba* 23, Santiago de Compostela, Universidade.
- González-Pardo, I. M. (1987), *Toponimia del Concejo de Pontedeume y Cartas Reales de su Puebla de Alfóz*, A Coruña, Deputación Provincial.
- Machado, J. P. (1977³), *Dicionário etimológico da lingua portuguesa*, 5 vols., Lisboa.
- (1984), *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Confluência.
- Mapa Topográfico Nacional de España* (1:25.000), 153-I, Instituto Geográfico Nacional, 1994.
- Menéndez Pidal, R. (1976⁸), *Orígenes del español*, Madrid, Espasa-Calpe.
- Moralejo Lasso, A. (1977), *Toponimia gallega y leonesa*, Santiago de Compostela, Pico Sacro.
- Piel, J. (1948), “Nomes de poseedores latino-cristãos na toponimia asturo-galego-portuguesa”, separata de *Biblos*, 23, pp. 143-202 e 283-407.
- (1989), “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, in *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, [1940].
- Piel, J. / Kremer, D. (1976), *Hispano-gotisches Namenbuch*, Heidelberg, Carl Winter.
- Pérez Rodríguez, F., “San Jorge de Codeseda. Un monasterio femenino bajomedieval”, in *Studia Monastica*, 3, 1991, pp. 50-85.
- Rivas Quintas, E. (1982), *Toponimia de Marín*, Anexo *Verba*, 18, Santiago de Compostela, Universidade.
- (1985), *A Limia*, Ourense, Deputación de Ourense.
- (1991), *Onomástica persoal do Noroeste hispano*, Lugo, Alvarellos.

NOMES DE PERSOA DE BERDOIAS (A CORUÑA), DE 1761 A 1860

Xosé M^a Lema Suárez

IES “Antón Losada Diéguez”, A Estrada

Esta comunicación pretende facer unha cala nos nomes de persoa en uso na zona rural galega. Investiguei unha centuria (1761-1860) na parroquia de **San Pedro de Berdoias (concello de Vimianzo - A Coruña)**, freguesía situada na Terra de Soneira, na zona central da Costa da Morte. O traballo é continuación doutro anterior, xa publicado, no que estudiara os nomes da mesma parroquia no período 1607-1760 (Lema 1993: 117-134)¹. Nun futuro próximo pretendo continuar co estudio desta comunidade rural cos corenta anos que restan do séc. XIX e con todo o séc. XX ata a actualidade.

Para a realización da investigación limíteime a consulta-los libros bautizados de Berdoias. Unha vez máis, agradezo ó párroco, Ramón Romero Carril, tódalas facilidades dadas para esta consulta.

Os datos que presento teñen uns obxectivos semellantes ós xa enunciados no traballo anterior, que podemos considerar como primeira parte do conxunto:

- 1º. Ter unha visión porcentual dos nomes dos bautizados, nenos e nenas, máis usados ó longo da segunda metade do séc. XVIII e da primeira do XIX.
- 2º. Establecer comparanzas porcentuais dos nomes máis usados nos séculos XVII, XVIII e os sesenta primeiros anos do XIX.
- 3º. Observar se se introducen nomes exóticos (ou, pola contra, se é que máis ben se tende a mante-la onomástica tradicional da zona). Causas.
- 4º. Os nomes compostos. Ver se se vai xeneralizando o uso de dous ou máis nomes –iniciado no séc. XVIII–, e cales son as combinacións máis usadas para home e muller. Influencia dos padriños e dos pais.
- 5º. Determinar de quen toma o nome o bautizado: do pai ou da nai, do padriño ou da madriña, do crego oficiante, do santo patrón da parroquia, do santo do día, etc.

¹ Este traballo tivera como base unha comunicación que, co título “Les prénoms de personne d’une paroisse rurale galicienne: Berdoias (1607-1760)”, foi presentada no XVIII Congreso Internacional de Ciencias Onomásticas (18. Internationaler Kongress für Namenforschung), convocado polo International Committee of Onomastic Sciences (ICOS), que tivo lugar en Tréveris (Alemania) os días 12-17 de abril de 1993.

6º. Nomes e clases sociais: comprobar se a diferenza de clases –entre a fidalguía e o campesiñado– determina o uso ou a introducción de certos nomes. Observar, así mesmo, se os fillos de nai solteira e de pai descoñecido (*pai incógnito*: p.i.) reciben alguén tipo de discriminación á hora da imposición do nome.

7º. O grao de castelanización dalgúns nomes diferenciais co castelán: ¿consumouse definitivamente a castelanización bastante avanzada que se observaba xa a principios do séc. XVII? ¿Persisten aínda algunhas galegas diferenciais?

8º. Outras particularidades (a castelanización dalgúns apelidos, por exemplo).

No presente estudo investiguei un total de 1116 partidas, das que 579 foron de homes e 536 de mulleres (máis unha na que, por esta-lo folio en mal estado, non se puido verifica-lo nome do bautizado, nin a qué sexo pertencía). Chama a atención que haxa tanta diferenza entre o número de homes e mulleres (43 homes máis) cando no período que estudiara anteriormente (1607-1760) había exactamente o mesmo número para cada sexo (452 homes e 452 mulleres). Pensando na posible descendencia futura destes nados, cómpre engadir que as cifras de homes/mulleres quedan un pouco máis equilibradas coa alta porcentaxe de mortalidade infantil, máis alta nos nenos ca nas nenas: neste período morreron na infancia 143 nenos e 108 nenas.

Comparando cifras, non cabe dúbida de que a natalidade aumentou nestes cen anos que estudiamos con respecto ós case 150 anos anteriores. Xa se apreciara desde principios do séc. XVIII este aumento de poboación nesta parroquia: isto coincide cos datos xerais da historia demográfica galega, feito que os historiadores atribúen á mellora na alimentación, pero tamén é certo que agora xa decididamente os cregos toman máis en serio as anotacións dos bautizados nos libros, engadindo aínda máis datos por orde dos visitantes pastorais. Sen embargo, lembremos que a aparente centuria do séc. XVII (1607-1699) queda, en realidade, reducida a uns 63 anos, pois o libro primeiro de bautizados de Berdoias (o de 1607-1746), bastante estragado, non recolleu ó completo tódolos datos dos nados/as deste século: quedaron sen rexistrar os dez anos que van de 1618 e os case vinte de 1673 a 1692 (Lema 1993: 118). Por outra parte, ó estaren aínda os cregos pouco afeitos, dá a impresión de que non se rexistran neste libro tódolos bautismos.

1. OS NOMES MÁIS FRECUENTES (PERÍODO 1761-1860)

Cadro 1: *Os nomes masculinos máis frecuentes (1761-1860)*²

nome	1761-1860 (99 anos)		1761-1799 (38 anos)		1800-1860 (60 anos)	
	total	(porcentaxe)	total	(porcentaxe)	total	(porcentaxe)
1. Joseph/ Josef/ José	83	(14,33%)	25	(10,33%)	58	(17,2%)
2. Manuel	64	(11%)	17	(7%)	47	(13,94%)

² Para esta relación só se tiveron en conta os nomes únicos e os primeiros nomes (no caso dos compostos).

3. Andrés	51	(8,8%)	22	(9%)	29	(8,6%)
4. Juan	38	(6,5%)	27	(11,15%)	11	(3,26%)
5. Francisco	33	(5,69%)	13	(5,37%)	20	(5,93%)
6. Domingo	29	(5%)	15	(6%)	14	(4,15%)
7. Pedro	23	(3,97%)	9	(3,71%)	14	(4,15%)
8. Vicente	23	(3,97%)	9	(3,71%)	14	(4,15%)
9. Ramón	21	(3,62%)	8	(3,3%)	13	(3,85%)
10. Pablo	20	(3,45%)	11	(4,5%)	9	(2,67%)
11. Benito	18	(3,1%)	5	(2%)	13	(3,85%)
12. Simón	17	(2,93%)	2	(0,82%)	15	(4,45%)
13. Ángel	16	(2,76%)	8	(3,3%)	8	(2,37%)
14. Miguel	15	(2,6%)	7	(2,89%)	8	(2,37%)
15. Antonio	13	(2,24%)	4	(1,65%)	9	(2,67%)
16. Gregorio	12	(2%)	5	(2%)	7	(2%)
17. Joaquín/ Joachin	11	(1,89%)	1	(0,41%)	10	(2,96%)
18. Bernardo	9	(1,55%)	4	(1,65%)	5	(1,48%)
19. Silbestre	8	(1,38%)	3	(1,23%)	5	(1,48%)
20. Mathías	8		6		2	
21. Thomás	6		5		1	
22. Rafael	5		1		4	
23. Felipe	4		4		0	
24. Jacobo	4		1		3	
25. Salvador	4		1		3	
26. Agustín	3		0		3	
27. Caetano/ Cayetano	3		3		0	
28. Ignacio	3		3		0	
29. Luis	3		1		2	
30. Roque	3		2		1	
31. Ventura	2		1		1	
32. Bernabé	2		1		1	
33. Carlos	2		1		1	
34. Frutuoso	2		2		0	
35. Luciano	2		0		2	
36. Alberto	1		1		0	
37. Alejos	1		1		0	
38. Ambrosio	1		1		0	
39. Baltasar	1		0		1	
40. Blas	1		1		0	
41. Cornelio	1		0		1	
42. Christobal/ Christoval	1		0		1	
43. Diego	1		1		0	
44. Eusebio	1		0		1	
45. Fernando	1		0		1	
46. Gabriel	1		0		1	
47. Jacinto	1		0		1	
48. Marcos	1		0		1	
49. Martín	1		0		1	
50. Santiago	1		1		0	
51. Sebastián	1		0		1	
52. Theodoro	1		0		1	
53. Valentín	1		1		0	
54. Victorio	1		0		1	
55. Xorge	1		0		1	

Un total de 55 nomes diferentes para os primeiros nomes dos homes (no caso dos nomes compostos). Como segundos nomes tamén se coñecen algúns máis como *Clemente*, *Eugenio*, *Fidel*, *Florencio*, *Hilario*, *Inocencio*, *Mauricio*, *Modesto*, *Pasqual/Pascoal*, *Saturnino*. Con estes acadámo-la cifra de 65 nomes diferentes (no período anterior había 87; polo tanto, o elenco vese reducido notoriamente).

1.1. Os nomes máis habituais dos homes: algunhas observacións

No período que agora estudiamos, no cadro dos homes (cadro 1) dun total de 579 bautizados, pódese observar un total de 55 nomes diferentes (para os primeiros nomes, no caso dos compostos; a cifra ascende a 65 tendo en conta ós segundos). No período que estudiara anteriormente (1607-1760) había 74 primeiros nomes masculinos diferentes, e un total de 85 contabilizando tamén os segundos e terceiros (Lema 1993: 118-121).

Facendo comparanza entre este período e o anterior, vemos que agora o nome de maior uso xa é **José** (sobre un 14% do total dos masculinos), que desbancou do primeiro lugar a **Juan**, que pasa xa a un discreto cuarto lugar (do 20% do período anterior a un 6,5% de agora). En troques, *José* ascende meteoricamente desde o sétimo posto do período anterior, onde contaba con tan só un 3,76% do total.

O ascenso de *José* está en consonancia co aumento da devoción a este santo, que, segundo D. González Lopo (citado por Saavedra 1991: 42), ten como punto de partida a segunda metade do séc. XVII.

A simplificación da súa grafía vaise apreciando a medida que entramos no séc. XIX, pois durante os tres primeiros tercios do séc. XVIII os escribáns berdoieses mantiveron a forma máis etimolóxica *Joseph*; despois, aproximadamente entre 1770 e 1820, grafouse *Josef*, para xa xeneralizarse decididamente *José* a partir da terceira década do séc. XIX.

José é un dos nomes que máis acompañamento leva dun segundo, pois rexistramos “combinacións” moi variadas, polo menos nunha ocasión: *José Carlos*, *José Domingo*, *José Fidel*, *José Juan*, *Joseph Ramón* e *José Ramón*, *José Rafael*, *José Saturnino*, *José Silbestre*, *José Simón*, *José Vicente*, *José Andrés*, *Josef Benito*, *Josef Clemente*, *Josef Francisco*, *Josef Pablo*, *José Manuel* (dúas veces), *Josef Florencio* (dúas veces). A combinación con Antonio –outro nome en alza– aparece en seis ocasións (2 veces *Joseph Antonio* e 4 *Josef Antonio*), pero a combinación de maior éxito foi a de *José María*, nome composto que levaron 10 bautizados; aínda que hai un *Josef María* nado en 1786, pódese dicir que o primeiro que na parroquia levou este nome composto e que, a partir del, se empezou a usar habitualmente, foi *José María Pérez* no ano 1837, fillo de *Juana Pérez*, moza solteira; así e todo, a forma combinatoria do nome teríamos que atribuírllela ó padriño e a madriña, pois estes chamábanse *José* e *María*³. No ano seguinte, tres nenos máis recibirían o mesmo nome⁴.

³ Libro Terceiro de Bautizados de Berdoias 1819-1855, fol. 58, a°.

⁴ Non deixa de ser curioso que o nome composto do párroco *Josef María Suárez Rioboo*, que rexeu a parroquia durante máis de cincuenta anos (polo menos de 1780 a 1837) non influíra para nada na imposición desta forma combinada na súa freguesía: só un neno –xa citado, o de 1786– foi bautizado por el con este nome.

O segundo posto na nosa listaxe pasa a ser agora para **Manuel** (11% do total), outro nome en alza xa desde finais do séc. XVIII (ascende desde o noveno posto e tan só o 1,76% do período anterior). Este nome tamén admite variados compañeiros de segundos nomes: *Agustín, Andrés, Ángel, Bartolomé, Domingo, Joaquín, Luís, Modesto, Ramón, Antonio* (en tres ocasións), *José* e *Simón* (en tres ocasións) e *Benito* catro veces). Como nos restantes casos, estas variantes combinatorias son na súa maior parte produto da xuntanza dos nomes do padriño e da madriña (p.ex.: os padriños dun *Manuel Benito* de 1794 eran *Benito Regueira* e *Manuela do Canto*, e os doutro de 1818 chamábanse *Manuel de Leis* e *Benita Gonzales*). Con todo, tamén hai combinacións co nome do padriño ou da madriña co do pai ou da nai e mesmo co do crego oficiante, que debía ter certo interese en populariza-lo seu nome (os padriños dun *Manuel Simón* de 1836 eran *Manuel Canosa* e *Manuela Alborés*, pero o presbítero que oficiou a cerimonia bautismal chamábase *Simón Manuel de Leis*: xa veremos no apartado correspondente como case tódolos *Simón* destes anos foron bautizados por el).

Andrés (con case un 9% do total) ocupa o terceiro lugar da clasificación deste período, manténdose no mesmo lugar e máis ou menos coa mesma porcentaxe do período anterior. Tamén admite como acompañantes de segundos unha variada gama onomástica, semellante á dos anteriores.

Como xa adiantamos, **Juan** pasou do primeiro ó cuarto posto, con tan só un 6,5% do total. O quinto posto é para **Francisco**, que avanza un posto con relación ó período anterior e acrecenta lixeiramente a súa porcentaxe (dun 5,3% a un 5,69%). O sexto lugar ocúpao **Domingo**, un nome que progresivamente vai perdendo uso a medida que avanzamos no séc. XVIII; lembremos que no período anterior gozaba dun segundo posto, quizais pola influencia dos frades dominicanos e das súas misións, moi activas durante os séculos XVII e XVIII, orientadas a propaga-lo rezo do rosario en familia: a devoción á Virxe do Rosario incrementábase notoriamente nestas dúas centurias. Unha tradición atribuíralle, equivocamente, a invención do rosario a san Domingos de Guzmán (Ferro Ruibal 1992: 231). Agora pasa dun 10% de uso á metade, xustamente.

A continuación ven **Pedro**, que baixa bastante con relación ó período anterior (do 4º posto e un 7,3% de porcentaxe, ó 7º e a penas un 4%). Lembremos que san Pedro é o patrón da parroquia, pero a imposición deste nome nos bautizados débese na súa maior parte ó padriño correspondente (dun total de 23 bautizados tiveron un padriño chamado *Pedro*); polo tanto, tamén aquí debeu ser escasa a influencia do patrón parroquial á hora de escoller nome para os cativos, cousa que coincide con outras calas realizadas noutros lugares de Galicia (Saavedra 1991: 42).

Os nomes que veñen a continuación –**Vicente** (8º), **Ramón** (9º), **Pablo** (10º), **Benito** (11º) e **Simón** (12º)– pasan de a penas seren utilizados no período anterior a írense situando nos primeiros postos. Despois, **Ángel** (13º) e **Miguel** (14º) seguen estando pola zona media. **Antonio** (15º) é outro dos que sofren un notable descenso (antes estaba no 5º lugar). Os restantes nomes masculinos a penas teñen incidencia na onomástica berdoies, agás **Gregorio, Joaquín, Bernardo, Silvestre, Mathías** ou **Thomás**.

Cadro 2: Os nomes femininos máis frecuentes (1761-1860)⁵

nome	1761-1860 (99 anos)	1761-1799 (38 anos)	1800-1860 (60 anos)
	536 nenas total (percentaxe)	188 nenas total (percentaxe)	348 nenas total (percentaxe)
1. María	169 (31,52%)	66 (35%)	103 (30%)
2. Josefa.	64 (12%)	14 (7,44%)	50 (14,36%)
3. Manuela.	47 (8,76%)	10 (5,3%)	37 (10,63%)
4. Andrea.	35 (6,5%)	8 (4,25%)	27 (7,75%)
5. Juana.	32 (6%)	16 (8,5%)	16 (4,6%)
6. Benita.	26 (4,85%)	12 (6,4%)	14 (4%)
7. Francisca	19 (3,5%)	9 (4,8%)	10 (2,87%)
8. Rosa	17 (3,17%)	4 (2%)	13 (3,7%)
9. Dominga	12 (2,2%)	5 (2,65%)	7 (2%)
10. Vicenta/ Vizenta	12 (2,2%)	4 (2%)	8 (2,3%)
11. Thomasa	8 (1,5%)	3 (1,6%)	
12. Antonia	7 (1,3%)	4 (2%)	3 (0,9%)
13. Bernarda.	6	1	5
14. Juliana.	6	4	2
15. Joaquina	5	0	5
16. Elena.	4	1	3
17. Ramona	4	0	4
18. Teresa	4	1	3
19. Ana María	3	3	0
20. Angela	3	1	2
21. Leocadia	3	1	2
22. Rafaela	3	0	3
23. Bárbara	2	1	1
24. Carmela	2	0	2
25. Christina	2	2	0
26. Escolástica	2	2	0
27. Felipa	2	2	0
28. Florencia	2	2	0
29. Isabel/ Isavel	2	0	2
30. Lorenza	2	1	1
31. Micaela	2	0	2
32. Pascua/ Pasqua	2	1	1
33. Paula	2	2	0
34. Salbadora	2	1	1
35. Agustina	1	0	1
36. Alonsa	1	1	0
37. Athanasia	1	1	0
38. Cándida	1	1	0
39. Cecilia	1	1	0
40. Conceición	1	0	1
41. Dolores	1	0	1
42. Fabiana	1	1	0
43. Florentina	1	0	1
44. Gabriela	1	0	1

⁵ Como no caso dos masculinos, só se tiveron en conta os nomes únicos e os primeiros nomes.

45. Genubeba	1	0	1
46. Gerónima	1	0	1
47. Gregoria	1	0	1
48. Ignacia	1	1	0
49. Inés	1	1	0
50. Inocencia	1	0	1
51. Justa	1	1	0
52. Luisa	1	0	1
53. Matilda	1	0	1
54. Nicolasa	1	0	1
55. Perfecta	1	0	1
56. Rosaria	1	0	1
57. Sebastiana	1	0	1
58. Silbestra	1	0	1

Un total de 58 nomes diferentes para os primeiros nomes (no caso dos compostos). Como segundos ou terceiros tamén se coñecen os seguintes nomes femininos: *Agatha*, *Dorothea*, *Eladia*, *Eusebia*, *Getrudis* [sic], *Socorro*, *Viutoria* [sic]. Con estes, o elenco de nomes diferentes femininos elévase a 65, cifra moi semellante á do período anterior (69).

1.2. Os nomes máis habituais das mulleres: algunhas observacións

No tocante ós nomes das mulleres (cadro 2), unha vez máis **María** segue ocupando con moita diferenza o primeiro posto (169 bautizadas dun total de 536: o 31,52% do total, porcentaxe case coincidente coa observada no período anterior). A presenza do nome da nai de Cristo é aínda maior se temos en conta que entra frecuentemente como segundo nome, tanto para mulleres como para homes (lémbrese o ímpeto dos *José María* a partir do segundo tercio do XIX).

En segundo termo, e a unha distancia moi considerable, sitúase **Josefa** (64 nenas, 12% do total), que despraza ó modesto 9º lugar a **Dominga** (2,2%). *Josefa* e *José* están nestes momentos nunha relación inversamente proporcional a *Dominga* e *Domingo*, pois os dous primeiros van ascendendo no uso na medida en que os segundos entran en decadencia: quizais os frades dominicanos non puxeran tanto interese en espallalos unha vez que os obxectivos marcados xa estaban cumpridos, co asentamento practicamente definitivo do costume do rezo do rosario entre os fieis.

Como acontecía coa forma masculina, **Manuela** é un nome en continuo ascenso xa desde finais do séc. XVIII; pasa do lugar 24º da listaxe do noso traballo anterior (só tres bautizadas con este nome en preto de 150 anos) ó terceiro (47 bautizadas, cunha porcentaxe do 8,76%), desbancando do mesmo a **Andrea** (agora no 4º lugar), un nome que non sufriu o paso do tempo e que se mantivo nos niveis máis altos de uso ó longo de todo o séc. XVIII e nos primeiros sesenta anos do XIX; mesmo incrementou a súa porcentaxe (dun 5,53% pasou a un 6,34%).

Tamén **Juana** e **Francisca** seguen estando “de moda”, manténdose nos postos altos (5º e 7º postos, e cun 6% e un 3,5% de porcentaxe, respectivamente). **Benita** (posto 6º), **Rosa** (8º) e **Vizenta** (10º) reciben un forte impulso neste período, pois no anterior ocupaban posicións moi baixas. **Antonia** (12º) e **Ana** (19º) sufriron importantes baixas, pois no período

anterior ocupaban, respectivamente, os postos 5º e 9º. Por outra banda, no incremento do uso de nomes ata agora pouco habituais como **Thomasa, Bernarda, Juliana** ou **Joaquina**, teñen moito que ver no asunto os nomes dos padriños ou das madriñas, e mesmo o do crego oficiante da cerimonia bautismal.

2. COMPARACIÓNS PORCENTUAIS POR SÉCULOS (XVII, XVIII E XIX)

Unha vez analizados os cambios observados dun a outro período, presentamos a continuación uns cadros comparativos por séculos, que sen dúbida nos van dar unha visión máis diáfana dos cambios onomásticos rexistrados nesta parroquia rural.

Cadro 3: *Relación comparada por séculos (XVII, XVIII e 1ª met. do XIX) dos nomes dos bautizados de Berdoias: homes*⁶

séc. XVII 1607-1699 (63 anos) ⁷ 161 nenos		séc. XVIII 1700-1799 (99 anos) 533 nenos		séc. XIX 1800-1860 (60 anos) 337 nenos	
nome	total (porc.)	nome	total (porc.)	nome	total (porc.)
1. Juan/ Joan	36 (22,36%)	1. Juan	81 (15,2%)	1. José	58 (17,2%)
2. Domingo/-s	20 (12,42%)	2. Andrés	46 (8,6%)	2. Manuel	47 (14%)
3. Andrés	13 (8%)	3. Joseph	40 (7,5%)	3. Andrés	29 (8,6%)
4. Alonso, Pedro	11 (6,83%)	4. Domingo	39 (7,3%)	4. Francisco	20 (5,93%)
5. Francisco	10 (6,2%)	5. Pedro	31 (5,8%)	5. Simón	15 (4,45%)
6. Antonio	9 (5,6%)	6. Francisco	27 (5%)	6. Domingo, Pe- dro, Vicente	14 (4,15%)
7. Alberte/-o	5 (3%)	7. Manuel	26 (4,9%)	7. Benito, Ramón	13 (3,85%)
8. Bartolomé	4 (2,5%)	8. Antonio	20 (3,75%)	8. Juan	11 (3,26%)
9. Anxel/-g-, Martín	3 (1,9%)	9. Angel, Pablo	13 (2,4%)	9. Joaquín	10 (2,96%)
10. Bernabé, Luis, Simón	2	10. Ignacio, Mi- guel, Vicente	11	10. Antonio, Pablo	9
11. Benito, Bentu- ra, Ciprián, Cle- mente, Christobo, Gregorio, Guillel- mo/-e, Ignacio, Isi- doro, Lorenzo, Mathías, Miguel, Paulo, Phelipe, Roque, Rosendo, Sancho, Thimoteo, Thomás, Viçente	1	11. Mathías	10	11. Ángel	8

⁶ Unicamente se tiveron en conta, para esta relación, os primeiros nomes (no caso dos nomes compostos). Respéctase a ortografía orixinal.

⁷ Xa advertín que o primeiro dos libros de bautizados de Berdoias (o de 1607-1746) non recolle na súa totalidade as partidas dos nacidos/as do séc. XVII, quedando sen rexistra-los dez anos que van de 1618 a 1628 e mailos case vinte de 1673 a 1692.

(34 nomes diferentes)	12. Tomás	9	12. Gregorio	7
	13. Benito, Ramón	8	13. Bernardo, Silbestre	5
	14. Luis	6	14. Rafael	4
	15. Bernardo, Simón	5	15. Agustín, Jacobo, Salvador	3
	16. Caetano, Jacobo, Julián, Lorenzo, Silbestre	4	16. Luciano, Luís, Mathías	2
	17. Alberto, Carlos, Frutuoso, Rafael, Salvador	3	17. Balthasar, Bentura Vernabé, Carlos, Cornelio, Christóbal, Eusebio, Fernando, Gabriel, Jacinto, Marcos, Martín, Roque, Sebastián, Theodoro, Tomás, Victorio, Xorge	1
	18. Agustín, Alejos, Ambrosio, Bacilio, Bartolomé, Blas, Christobal/-v-, Diego, Fernando, Gabriel, Joaquín, Lucas, Raimundo	2	(46 nomes diferentes)	
	19. Alonso, Adriano, Bentura, Bernabé, Bonaventura, Mauro, Marcos, Martín, Guillelmo, Julián, Lorenzo, Estebo, Félix, Florencio, Jacinto, Matheo, Melchor, Nicolás, Paulino, Plácido, Patricio, Quirino, Rodrigo, Balthasar, Santiago, Theodoro, Thimoteo, Valentín, Xorge	1		
	(74 nomes diferentes)			

No que respecta á *onomástica masculina* (cadro 3), observamos que en Berdoias **Juan** se mantivo no primeiro lugar durante os séculos XVII e XVIII, para quedar relegado, nos sesenta primeiros anos do séc. XIX, ó oitavo lugar (a porcentaxe baixou dun 22,36% no primeiro dos séculos citados, a un 15% no segundo e a un 3,26% no terceiro).

Domingo ocupa o segundo lugar no XVII (12,42%; neste século aínda subsistía nas partidas a forma galega **Domingos**), para ir baixando un pouco ó cuarto posto no XVIII (7,3%) e un pouco máis no XIX (ó 6º, co 4%).

Andrés mantense cunhas porcentaxes practicamente idénticas –superiores ó 8 por cento– ó longo das tres centurias, e sen baixar do terceiro lugar.

Alonso, que ocupaba o 4º posto no XVII, desaparece por completo nos séculos seguintes. Hai que ter en conta a presenza, a principios do Seiscentos, da familia fidalga dos Alonso de Lema II, que impuxo o seu nome a dous fillos e figura de padriño nalgúns bautismos parroquiais da época (Lema 1993: 131).

Pedro e Francisco, en troques, seguen a estar “de moda” ó longo destes 250 anos sen a penas variaren nos seus postos (ambos entre o 4º e o 6º) nin de porcentaxes.

Alberto –que no XVII aínda mantiña viva a variante *Alberte* (forma galega máis diferencial)– vai descender do 7º posto, en que se atopaba na primeira das centurias, ata desaparecer por completo da onomástica berdoiesa no séc. XIX.

Ángel é outro dos nomes que van mantendo o tipo en Berdoias ó longo dos anos, en torno ós dez primeiros postos, aínda que con porcentaxes moi modestas.

Joseph, nome que non contaba para nada na onomástica do séc. XVII berdoiesa, vai entrar con forza no Século das Lucas, onde axiña vai ocupa-lo terceiro lugar cunha porcentaxe importante; o seu ascenso é imparable –en consonancia co aumento progresivo da devoción a este santo iniciada xa no séc. XVII– e no séc. XIX vai pasar decididamente ó primeiro posto, cunha porcentaxe do 17% do total dos nenos nados na freguesía no período 1800-1860.

Unha evolución moi semellante é a de **Manuel**, inexistente en Berdoias no Mil Seiscentos, pero que xa no séc. XVIII ocupa o sétimo lugar con case un 5% dos bautizados homes; na centuria decimonona ascende decididamente ó segundo lugar (14% de porcentaxe), a escasa distancia do primeiro posto e a bastante distancia do terceiro.

Comparando estes datos con outros estudos en curso doutros investigadores, temos que dicir que os oito nomes de home máis frecuentes entre os berdoieses do séc. XVIII cadran abondo cos xerais de Galicia: tanto no mundo rural dezaoitescos galego coma no urbano os nomes máis correntes de home eran, por esta orde, Xoán, Antón, Domingos, Francisco, Xosé, Pedro, Andrés e Manuel, que se impoñían ós dous tercios dos bautizados (Saavedra 1991-IV: 42). Aínda que non hai coincidencia exacta nos postos –agás Xoán–, tamén na nosa parroquia da Costa da Morte estes eran os oito nomes que levaron 310 varóns berdoieses dos 533 que naceron no chamado Século das Lucas, o que supón case o 60% dos bautizados.

No séc. XIX, en Berdoias mantéñense dentro dos oito primeiros postos, *José, Manuel, Andrés, Francisco, Domingo, Pedro* e, a duras penas, *Juan*. *Antonio* vai quedando descolgado. O máis notorio vai ser agora a destacada 5ª praza que acada **Simón** (con case un 5% dos bautizados), cando nos séculos anteriores era practicamente inexistente na onomástica parroquial; tal ascenso foi debido, sen dúbida, ó máis que posible labor propagandístico ou

proselitista –e quen sabe se coercitivo tamén– dun presbítero con este nome de pía, oficiante de moitos bautismos entre 1825 e 1850, período no que naceron practicamente todos os nenos de Berdoías con este nome.

Polo que respecta á variedade de nomes desta freguesía soneirá, salta á vista que o séc. XVIII é o máis prolífico en canto á onomástica masculina –tamén o será na feminina, como veremos de contado–, pois dunha relación de 34 nomes diferentes no séc. XVII, pasamos a contar con máis do dobre no séc. XVIII (74 nomes diferentes), descendo notoriamente no XIX a 46. A variedade de nomes deste século tamén parece ser alta en Galicia en xeral: a mediados do mesmo en Santiago documéntanse 116 nomes para 3150 cabezas de casa (Saavedra; *ibidem*).

Finalmente, tamén se pode observar que as xa escasas formas galegas diferenciais dalgúns nomes –coma **Joan, Domingos, Alberte, Christobo, Guillelmo e Guillelme, Paulo**– que no séc. XVII aínda resistían á invasión das alleas castelás, xa desapareceron por completo no séc. XVIII. Unicamente queda por aí un “despistado” **Caetano** que mesmo vai resistir medio camuflado pola aparencia castelá do seu sufixo *-ano* –a forma popular galega da zona seguramente habería de ser *Caitán* ou *Quietán*– deica o XIX.

Cadro 4: *Relación comparada por séculos (XVII, XVIII e 1ª met. do XIX) dos nomes dos bautizados de Berdoías: mulleres*⁸

séc. XVII		séc. XVIII		séc. XIX	
1607-1699 (63 anos)		1700-1799 (99 anos)		1800-1860 (60 anos)	
139 nenas		639 nenas		348 nenas	
nome	total (porc.)	nome	total (porc.)	nome	total (porc.)
1. María	46 (33%)	1. María	166 (26%)	1. María	103 (30%)
2. Dominga	27 (19,42%)	2. Juana	34 (5,32%)	2. Josefa	50 (14,36%)
3. Catharina / Cathalina	16 (11,6%)	3. Dominga	31 (4,84%)	3. Manuela	37 (10,63%)
4. Andrea/ Andresa	6 (4,3%)	4. Andrea	27 (4,2%)	4. Andrea	27 (7,75%)
5. Francisca	5 (3,5%)	5. Josefa	26 (4%)	5. Juana	16 (4,6%)
6. Alberta, Christina, Mariña/-n	4 (2,9%)	6. Francisca	23 (3,6%)	6. Benita	14 (4%)
7. Antonia	3 (2,15%)	7. Antonia	21 (3,3%)	7. Rosa	13 (3,7%)
8. Jacinta/ X- Josepha/-f- Lorenza/-s/-ç- Lucía, Tareçia/ Teresa	2	8. Benita	20 (3,12%)	8. Francisca	10 (2,9%)
9. Ádega, Angela, Basilia, Benita, Egidia, Isabel, Juana, Locaia/ Leocadia, Margarida, Michaela, Paula	1	9. Ana	16 (2,5%)	9. Vicenta	8 (2,3%)

⁸ Como no caso dos nomes dos homes, só se tiveron en conta os primeiros nomes nesta relación (no caso dos nomes compostos); respéctase a ortografía orixinal.

(25 nomes diferentes)	10. Manuela	13 (2%)	10. Dominga	7 (2%)
	11. Christina, Rosa	8	11. Bernarda, Joaquina, Thomasa	5
	12. Angela	7	12. Ramona	4
	13. Vizenta	6	13. Antonia, Elena, Rafaela, Teresa	3
	14. Ignacia	5	14. Ángela, Carmela, Isabel, Juliana, Leocadia, Micaela	2
	15. Alberta, Juliana, Pasqua/-c-, Thomasa	4	15. Agustina, Bárbara, Concepción, Dolores, Florentina, Gabriela, Genubeba, Gerónima, Gregoria, Inocencia, Lorenza, Luisa, Matilda, Nicolasa, Pascua, Perfecta, Rosaria, Salvadora, Sebastiana, Silbestra	1
	16. Isabel, Leocadia, Lorenza, Paula	3	(44 nomes diferentes)	
	17. Alonsa, Anathasia, Balthasara, Bárbara, Bernarda, Escolástica, Filipa, Florencia, Gabriela, Jacinta, Lucía, Micaela, Sebastiana, Vizenta	2		
	18. Agatha, Agustina, Athanasia, Bárbara, Caietana, Cándida, Cecilia, Cipriana, Clara, Crescência, Cristoba, Elena, Fabiana, Florentina, Inés, Jacoba, Justa, Juxta, Mariana, Raphaela, Rosalia, Rufina, Salvadora, Teresa	1		
	(62 nomes diferentes)			

No relativo á *onomástica feminina* de Berdoias de 1607 a 1860 (cadro 4), salta á vista o decidido predominio de **María** ó longo de todo o longo período de máis de 250 anos que levamos estudiado, cunhas porcentaxes moi semellantes nos tres séculos (33% no séc. XVII,

26% no XVIII e 30% nos primeiros sesenta anos do XIX) e a considerable distancia dos nomes que ocupan as restantes prazas, inclusive a segunda.

Dominga é quen ocupa o segundo lugar no séc. XVII (case un 20% das bautizadas), pero vai baixar ó terceiro no XVIII (escasamente un 5% das bautizadas) e ó 10º no XIX (só un 2%).

Paradoxalmente, **Juana** —ó contrario ca *Juan*— a penas existía na onomástica parroquiana do XVII, pero vai ascender meteoricamente ó segundo posto no XVIII (e, aínda así, coa modesta porcentaxe de pouco máis do 5 por cento), para baixar ó quinto lugar no XVIII (pero a penas de porcentaxe: un 4,6%).

A **Catharina** do séc. XVII —que axiña a van ir castelanizando progresivamente os escribáns e cregos: pasará a *Cataliña* e *Catalina*—, no 3º posto neste século (e case o 12% das bautizadas de Berdoias) desaparecerá por completo da relación onomástica desta parroquia nos séculos seguintes.

Andrea vai ser dona e señora da cuarta praza, cunhas porcentaxes en torno ó 4 por cento nos dous primeiros séculos, que subirán ó 7,5% no XIX. Temos noticia de que este, afortunadamente, está agora bastante de moda na Galicia actual, e está ben que estea, pois está dentro da tradición secular da onomástica galega. Convén salientar que durante o séc. XVII e boa parte do XVIII alternaba coa variante *Andresa*, que practicamente acabaría por desaparecer antes da entrada no século seguinte. ¿Cuestión de estética? Sen dúbida ningunha: a ben seguro que lles soaba máis “fino” ó oído Andrea que Andresa.

Francisca tamén se mantén dentro dos primeiros lugares desta freguesía rural —¡sempre houbo *Farrucas* en calquera das nosas parroquias!—, con porcentaxes semellantes (en torno ó 3%). O mesmo se pode dicir das **Antonias**.

As **Alberta**, **Christina** e **Mariña/Marina** que ocupaban a sexta praza no séc. XVII desapareceron por completo da listaxe nos séculos seguintes.

Como acontecía coas súas formas masculinas, **Josefa** e **Manuela** —practicamente inexistentes no séc. XVII—, entran con forza no XVIII e acadan xa na primeira metade do XIX os postos 2º e 3º, respectivamente (cunha porcentaxe do 14,36% a primeira e do 10,63% a segunda).

Na Galicia do séc. XVIII tamén o nome de *María* era o de maior uso, pois levábano un 35-55% das nenas bautizadas (en Berdoias a porcentaxe baixa notoriamente destas cifras), vindo a continuación *Ana*, *Antonia*, *Rosa*, *Xoana* e *Catarina* (Saavedra; *ibidem*). Como se pode ver, neste caso non hai moita coincidencia cos datos berdoieses.

No tocante á variedade de nomes, tamén o séc. XVIII é o máis prolífico en Berdoias (62 nomes diferentes). No XVII o número era máis baixo (25 nomes, cifra semellante á dos homes), e nos anos que levamos investigados no XIX xa había 44 nomes diferentes (cifra case coincidente coa dos homes).

Finalmente, cómpre salientar, así mesmo, a desaparición das formas diferenciais galegas dalgúns nomes femininos, aínda vixentes no XVII, tales como **Catharina** ou **Catarina** —chegouse a pasar a un híbrido que aínda persiste hoxe na toponimia galega, *Cataliña*—, **Mariña**, **Ádega**, **Locaia**, **Margarida**, **Tareçia**, etc.

3. OS NOMES POUCO HABITUAIS E ¿EXÓTICOS?

No período 1761-1860, a pesar da notoria variedade onomástica (55 nomes distintos para homes, 58 para mulleres) non se aprecian en Berdoias nomes moi exóticos ou pouco habituais.

Entre os masculinos, quizais poidamos salienta-la presenza dun **Cornelio** en 1840, fillo de moza solteira, quen recibiría o nome do seu padriño berdoiés. Outros nomes masculinos que apareceron por vez primeira na freguesía foron: **Simón, Eusebio, Fernando, Martín e Victorio**. Gran parte dos outros nomes con un ou dous representantes como máximo xa existían no período que estudiamos anteriormente: **Bentura, Carlos, Frutuoso, Alejos, Ambrosio, Baltasar, Theodoro, Thimoteo, Xacinto, Xorge, Santiago**, etc. Chama a atención a escasa presenza deste último, pois só un neno nado en 1789 foi bautizado co nome do importante santo titular do Arcebispado –patrón de España, ademais– nestes cen anos (e, aínda por riba, e meniño vai e morre párvulo...), e iso que a parroquia principal de Berdoias, a veciña Berdeogas, o ten como patrón; a todo isto habería que engadir que posiblemente o nome fose imposto pola súa madriña, chamada *Jacoba*. Establecendo as comparacións, quizais houbese máis nomes “raros” no período anterior de 1607-1760: *Bona-ventura, Fructo, Quirino, Benicio, Fulgencio, Cosme Damián, Ponciano, Romualdo, Juan Crisóstomo, Juan Nepomuceno, Pedro Crisólogo*, etc. [Lema 1993: 125].

Entre os femininos xa hai máis nomes inhabituais na onomástica dunha parroquia rural galega, tales como **Escolástica** (dúas nenas, de 1782 e 1784), **Florencia** (outras dúas, de 1788 e 1795), outras dúas **Salvadoras** (unha de 1798 e a outra de 1823) e, xa cunha soa representación: **Athanasia, Cándida, Cecilia, Concepción** (*sic*), **Dolores, Fabiana, Florentina, Genubebe** (*sic*; tan raro lles debería soar...), **Gerónima, Inocencia, Justa, Matilda** (*sic*, rematada en *-a*, como mellor corresponde coa súa etimoloxía: do xermánico *maht + hiltia* [Ferro Ruibal 1992: 375]), **Nicolasa, Perfecta, Rosaria** (tamén rematada en *-a*, como aínda subsiste popularmente, quizais porque así semella “máis feminina”), **Sebastiana, Silbestra**. En contra do que se puidese pensar nun principio, unicamente nos casos de *Florencia, Matilda* e unha das *Salvadoras* coinciden os nomes das bautizadas cos das madriñas (ou padriños); nos outros casos, ningún dos padriños ou das madriñas pode leva-la culpa de querer propaga-lo seu propio nome nas afilladas.

4. OS NOMES COMPOSTOS

Como xa sinalamos no noso traballo anterior, o uso xeneralizado dos nomes compostos documentámolo nesta parroquia a partir da primeira metade do séc. XVIII, tanto masculinos como femininos (Lema 1993: 126).

No período que agora nos ocupa, acrécentase o uso de dous nomes –rara vez se chega a tres– para nenos e nenas nados na segunda metade do séc. XVIII e na primeira do XIX.

Poucas particularidades temos que salientar ó respecto, pois practicamente tódolos nomes das nosas listaxes se combinan entre si, tanto para homes como para mulleres.

Deste xeito, o nome masculino co que se ensaiaron máis combinacións foi **José**, con 19 (*J. Andrés, J. Antonio, J. Benito, J. Carlos, J. Clemente, J. Domingo, J. Fidel, J. Florencio, J. Francisco, J. Juan, J. Manuel, J. María, J. Pablo, J. Rafael, J. Ramón, J. Saturnino, J. Silbestre, J. Simón e J. Vicente*). *José María* foi a combinación que máis se popularizou (10 bautizados a levaron), tendo como punto de partida o ano 1837, como xa adiantamos. Case a metade dos Xosés (37 dos 83 totais) levaron o seu nome “reforzado” cun segundo.

Con **Andrés** fixéronse 15 combinacións : *A. Antonio, A. Antonio Vizente, A. Benito, A. Bernardo, A. Domingo, A. Francisco, A. Hilario, A. Juan, A. Manuel, A. Pablo, A. Pascoal, A. Ramón, A. Sebastián, A. Silbestre, A. Vicente*. Máis da metade dos que levaron este nome levaron un segundo detrás (29 bautizados dun total de 58).

Manuel admitiu 14 combinacións: *M. Agustín, M. Andrés, M. Angel, M. Antonio, M. Bartolomé, M. Benito, M. Domingo, M. José, M. Joaquín, M. Modesto, M. Ramón, M. Simón e M. Vicente*; un total de 23 bautizados dun total de 63.

Juan admitiu 12: *J. Alexo, J. Andrés, J. Antonio (6), J. Antonio Ramón, J. Benito, J. Francisco, J. Ignacio, J. Inocencio, J. Ramón, J. Simón e J. Thomé*. Un total de 24 bautizados dos 38 que levaron este nome; coa entrada do séc. XIX baixou moito o uso dos “combinados” con este nome.

Pablo admitiu 10 combinacións: *P. Antonio, P. Carlos, P. Fernando, P. Gregorio, P. Juan Antonio, P. Manuel, P. Ramón Miguel, P. Silbestre, P. Simón e P. Tomás*. Case tódolos bautizados que as levaron (13 de 20 bautizados) naceron no séc. XVIII; dá a impresión de que non “casaban” ben uns nomes cos outros para o gusto da xente, de xeito que, coa entrada do XIX, se volveu ó uso único do primeiro nome.

Francisco admitiu 9 combinacións, que levaron menos da metade dos bautizados co nome do santo de Asís (13 de 33, repartidos case equitativamente entre os dous séculos): *F. Antonio (5), F. Benito, F. Bernardo, F. José, F. Manuel, F. María de San Ramón, F. Ramón, F. Simón e F. Vizente Antonio*.

Domingo só admitiu 5 combinacións, pero unha delas de moito éxito, *D. Antonio*, que, con 14 bautizados que a levaron, supón case a metade dos bautizados (29 en total). Quizais esta combinación teña unha longa tradición na Costa da Morte, abonde con lembra-lo máis famoso dos personaxes bautizados con ela: o arquitecto barroco *Domingo Antonio de Andrade*, nado en Cee en 1639. Os outros segundos nomes para *Domingo* foron: *Caetano, Pasqual, Ramón e Vicente*.

En fin, os padriños e pais berdoieses foron moi dados por este tempo ó uso dos nomes compostos, ensaiando combinacións ben variadas e dispares, quizais porque así quedaba solucionado o dilema de qué nome se lle ía poñer ó bautizado ou bautizada, se o do padriño ou o da madriña. Deste xeito, tamén **Ángel** combinou con *Antonio, Benito, Ramón* e houbo quen se chamou *Ángel Custodio*; **Bernardo** con *Cándido* e *Ramón*; **Carlos** con *Antonio* e *Juan*; **Diego** con *Francisco*; **Gregorio** con *Antonio, Manuel, Mauricio, Ramón e Simón An-*

tonio; **Joaquín** con *José, Pedro e Santiago*; **Miguel** con *Antonio e Ramón*; **Pedro** con *Antonio, Francisco, Frutuoso, Ignacio Ramón e Tomás Antonio*; **Ramón** con *Eugenio, Gregorio Mathías, Joaquín Manuel, Simón e Vicente*; **Rafael** con *Antonio, Felipe e Gregorio*; **Salvador** con *María*; **Roque** con *Antonio*; **Sebastián** con *Carlos*; **Victorio** con *Manuel* e **Xorge** con *Domingo*; **Thomás** con *Antonio e Vizente* e, finalmente, **Vicente** con *Antonio, Antonio Francisco, Joachin e Ramón*. Chama a atención que **Antonio** só “combinase” unha única vez (con *Simón*). En fin, que da extensa gama dos 55 nomes masculinos diferentes deste período, os padriños berdoieses só deixaron soíños, “sen parella” combinatoria, a 14: **Agustín, Ambrosio, Blas, Cornelio, Christobal, Eusebio, Frutuoso, Jacinto, Jacobo, Luis, Marcos, Santiago, Silvestre e Theodoro**.

Con todo, a pesar das aparencias, o número de nenos bautizados de Berdoias neste período de 1761 a 1860 cun nome único superou amplamente ós de nome composto: 434 (75%) fronte a tan só 145 (25%). Lembremos que o número total de bautizados varóns era de 579.

Os padriños e madriñas das nenas berdoieses deste período tamén foron amigos de estableceren abundantes combinacións cos nomes das súas afilladas. Como era de esperar, a meirande parte delas con **María** (28 en total): *M. Agustina, M. Andrea, M. Angela, M. Antonia, M. Antonia Christina, M. Benita, M. Bernarda, M. Carmen e M. del Carmen, M. Dolores, M. Dominga, M. Francisca, M. Ignacia, M. Inocencia, M. Juana* (e unha *M. Joana*), *M. Joaquina, M. Josefa, M. Luisa, M. Manuela, M. Manuela Andrea, M. Micaela, M. Nicolasa, M. Paula, M. Rosa, M. Teresa, M. Thomasa e M. Vicenta*. A variante combinatoria de máis éxito foi a de *M. Antonia* (26 bautizadas); *M. Josefa* (14), *M. Rosa* (10) e *M. Carmen/ M. del Carmen* (10) tamén foron moi usadas. Esta última non se pon de moda ata a segunda década do séc. XIX: *M. del Carmen Caamaño* foi na parroquia a primeira bautizada con este nome (1816). Das 169 bautizadas berdoiesas que levaron este nome, tan só 42 foron *María* “a secas”: un nome que xa daquela se prefería acompañado, tanto no séc. XVIII coma no XIX. Tal como nos tempos de agora mesmo, como calquera pode observar.

A considerable distancia queda **Josefa** e as súas combinacións (14 en total, a maior parte no séc. XIX): *J. Andrea* (4), *J. Antonia, J. Benita, J. Dominga, J. Dorotea, J. Eladia, J. Fabiana, J. Gregoria, J. Joaquina* (4), *J. Manuela* (4), *J. María* (4), *J. María Thomasa, J. Vizenta*. Desde logo, non tiveron excesivo éxito –é de supoñer que non se usasen a cotío, dada a dificultade para pronuncia-los dous nomes seguidos–, e nin sequera chegaron á metade das bautizadas as nenas que as levaron (27, fronte ás 37 que foron *Josefa* a secas).

Despois veñen **Andrea**, con 13 combinacións (con *Agostina Manuela, Alonsa, Antonia, Benita, Bernarda, Carmen, Dominga, Gertrudis, Josefa, Manuela, María, Thomasa e Vizente*), **Manuela** con 9 (con *Agustina, Andrea, Aniceta, Antonia, Justa, María, Rosa e Vicenta*), **Dominga** con 8 (con *Andrea, Eusebia, Francisca, Leocadia, Rosa, Tomasa e Vicenta*), **Benita** con 5 (con *Ana, Andrea, Carmela, Manuela e Paula*), **Rosa** con outras 5 (con *Andrea, Carmen, Josefa, Manuela e María*). Con catro combinacións aparecen **Francisca** e **Juana**, e con tres **Vicenta**; con dúas **Ángela, Antonia, Bárbara, Bernarda, Elena**

e **Paula** (nomes todos eles xa de pouco uso). Mesmo en nomes con tan só unha ou dúas bautizadas, os padriños preferiron darlle compañía ó nome principal, a pesar de que as combinacións resultasen pouco compatibles e pronunciabiles: **Ángela Carmela, Bárbara Elena, Bernarda Gregoria, Cándida Francisca, Cecilia Juliana, Conceición Vitoria, Christina Vizenta, Felipa Josefa, Gabriela Juana, Gregoria Micaela, Juliana Cecilia, Leocadia Lorenza, Lorenza Benita, Luisa Carmela, Nicolasa Francisca, Paula Antonia, Ramona Manuela, Silbestra Juana**, etc.

A flexibilidade combinatoria do nome de *María* (127 bautizadas con este nome levan un segundo, fronte a tan só 42 sen el) provoca que o número de nenas berdoiesas de nome composto (300; un 56%) supere ás de nome único (236; un 44%). Lembremos que a totalidade das bautizadas ascendía a 536. A tendencia nos restantes nomes femininos é semellante á dos masculinos; é dicir, que sexa maior o número das persoas que levan un só nome. *Josefa* vai combinado en 27 ocasións e 37 vai só; *Juana* só vai combinado en 6 ocasións (26 veces vai só); *Manuela* vai acompañado en 12 ocasións e 35 non; *Rosa* leva compañía 5 veces e 11 non, etc. En resume, xuntando uns e outros, vemos que do total de 1116 bautizados/as de Berdoias analizados neste período, máis da metade levaron un único nome: 670 (un 60%) fronte a 446 que o tiveron composto (un 40%).

Por outra parte, cómpre observar que na onomástica feminina de Berdoias destes cen anos, hai unha porcentaxe maior de nomes solitarios ca no caso dos masculinos: 24 dun total de 58. Ningún deles se puxo máis dunha vez. Son estes: **Agustina** (repárese na existencia dunha **Agostina** de segundo), **Alonsa, Athanasia, Carmela, Dolores, Escolástica, Fabiana, Florencia, Florentina, Genubeba, Gerónima, Ignacia, Inés, Inocencia, Isabel, Joaquina, Justa, Matilda, Micaela, Pasqua, Rafaela, Rosaria, Salbadora e Sebastiana**.

5. DE QUEN TOMA O NOME O BAUTIZADO

Determinar de quen toma o nome o bautizado é un dos aspectos máis interesantes da onomástica, pois tanto pode explica-la renovación da mesma en determinadas comunidades como o grao de mantemento dos nomes tradicionais.

Caben varias posibilidades:

- a) que se poña o nome do pai ou da nai;
- b) que se poña o nome do padriño ou da madriña (ou dos dous combinados);
- c) que se poña o dalgún dos avós;
- d) que se poña o nome do santo do día do nacemento ou do día en que se celebra o bautizo;
- e) que se poña o nome do santo da parroquia ou do titular dun santuario comarcal de gran devoción;
- f) que o párroco ou o crego oficiante do bautismo –un presbítero ou crego ecónomo, axudante do titular nestes oficios– inflúa nos pais ou padriños impondo o seu nome ou outro da súa elección.

g) que o párroco ou crego oficiante impoña determinados nomes ós bautizados por el para populariza-la devoción a algún santo ou santa –ou advocación da Virxe– dos que son devotos ou introductores do seu culto⁹.

h) que o crego oficiante ou o párroco impoña un nome feo ou ben raro ós fillos “ilexítimos” para “castiga-lo pecado” da nai de por vida con este *nome-estigma* na persoa do inocente meniño.

Xa indicamos en páxinas anteriores a influencia que tiveron certas ordes relixiosas en determinadas épocas na propagación dos nomes (os dominicanos durante os séculos XVII e XVIII, co adaxo da propagación do rezo do rosario) ou de que se revitalizasen as devocións a certos santos (como a de san Xosé a partir do séc. XVII).

Estes son os datos que achegamos para o período que acabamos de estudar en Berdoias (1761-1860), en base ás observacións das simples coincidencias dos nomes de pía do pai/nai ou do padriño/madriña cos seus correspondentes afillados ou afilladas. Convén advertir que tivemos en conta tamén os segundos nomes –non só os primeiros–, pois comprobamos que uns e outros con moita frecuencia loitan por deixa-la súa “pegada” ou marca onomástica no bautizado/a: se non pode ser no primeiro nome, que sexa no segundo, logo.

Cadro 5: *De quen toman o nome os bautizados*

a) imponse o nome do pai:

- *nenos co nome do pai*: 1 [0,08% do total dos bautizados/as (1116)/ 5,79% dos homes (579)].
- *nenas coa forma feminina do nome do pai*: 2 [0,18% do total dos bautizados/as (1116)/ 0,37% do total das mulleres (536)].

b) imponse o nome da nai:

- *nenas co nome da nai*: 11 [0,98%/ 2%].
- *nenos coa forma masculina do nome da nai*: 3 [0,26%/ 0,5%].

c) imponse o nome do padriño:

- *nenos co nome do padriño*: 373 [33,42%/ 64,42%].
- *nenas coa forma feminina do nome do padriño*: 102 [9%/ 19%].

d) imponse o nome da madriña:

- *nenas co nome da madriña*: 218 [19,53%/ 40,7%].
- *nenos coa forma masculina do nome da madriña*: 36 [3,2%/ 6,2%].

⁹ Caso paradigmático o do crego Francisco Bretal Mariño, introductor do culto á Virxe de Aránzazu na parroquia de Coucieiro (Muxía) –freguesía cercana a Berdoias, por certo– entre 1785 e 1788, conseguindo construír unha ermida para ela no lugar de Trasufre. Tal debía se-la devoción que este crego tiña pola Virxe de orixa vasca (en Galicia transformada en Virxe do Espiño) que, unha vez trasladado á parroquia de Santa Cristina de Veá, cercana á Estrada, fixo erguer outro santuario e, dos 44 bautizos de nenas que fixo nesta parroquia entre 1790 e 1797, 41 delas levaron o nome de *Aranzazú* (así, acentuado na última sílaba); só tres cativas non o levaron. En decembro de 1797, cando F. Bretal xa non estaba de párroco, aínda un neno foi bautizado co nome de *Andrés María de Aranzazú* (datos amablemente facilitados por Manuel Vilar Álvarez). Para o curioso culto a esta Virxe en Galicia, véxase: F. Bouza Brey (1970): “El culto a Nuestra Señora de Aránzazu en Galicia”, *Compostellanum*, vol. XVI, nº 2 (pp. 255-263) e M. Vilar Álvarez (1995): “Festa e identidade nunha parroquia de Nemancos”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, t. XLII, fasc. 107 (pp. 445-466).

e) imponse o nome do padriño e da madriña:

- *nenos co nome do padriño e da madriña*: 48 [4,3%/ 8,3%].
- *nenas co nome da madriña e do padriño*: 83 [7,4%/ 15,5%].

f) imponse o nome dos pais e dos padriños (por se-lo mesmo):

- *nenos/as co nome do pai ou da nai + o do padriño ou madriña*: 61 [5,5%].

g) imponse o nome do crego oficiante da cerimonia bautismal¹⁰:

- *nenos co nome do crego oficiante*: 22 [2%/ 3,79%].
- *nenas co nome feminino do crego oficiante*: 4 [0,35/ 0,74%].

h) imponse o nome do día:

- observamos 43 casos (0,35% do total dos bautizados), coa particularidade de que en 6 deles coincidía tamén o nome do padriño ou da madriña.

i) imponse o nome do patrón da parroquia:

- un tan só, posiblemente. Dos 23 **Pedros** que naceron neste período, 19 recibiron o mesmo nome có padriño; dos catro posibles restantes, un deles –*Pedro Canosa* (n. 1851)– foi bautizado o 29 de xuño, día da festa do patrón da parroquia.

j) imponse o nome dun santo ou santa de devoción na comarca:

- non observamos caso ningún. Na parroquia non hai ningún santuario de devoción. O máis importante e coñecido da comarca ó da Nosa Señora da Barca (Muxía), pero daquela quizais aínda non había o “atrevemento” de bautizar ás nenas co nome de *Barca*, como é hoxe usual –xa desde hai ben anos– na vila muxiá e arredores. Tampouco influíu, a partir de 1788, o inicio do culto a Nosa Señora de Aránzazu (a Virxe do Espiño ou *A Santiña*) na non distante freguesía de Coucieiro, parroquia de onde proceden moitos dos padriños e madriñas.

En resumo, que se ve ás claras que prevalece o **nome do padriño ou da madriña** –ou dos dous á vez–, pois imponse en 861 partidas de bautismo (o que supón máis das tres cuartas partes dos bautizados: un 77%). A imposición do nome dos pais e das nais é asombrosamente anecdótico: só en 17 casos (1,5%).

Comparando estas cifras e porcentaxes cos do período anterior, observamos que na segunda metade do XVIII e na primeira do XIX increméntase notoriamente a imposición do nome dos padriños (de 1607 a 1760, con ser maioritaria, tal imposición a penas superaba o tercio do total dos bautizados/as; agora sobe ás tres cuartas partes). Moita importancia estaban adquirindo os padriños por esta época, polo que se ve, tanta que ata é posible que lles condicionasen ós pais o dereito de lles transmitiren o seu nome ós afillados ou afilladas, se non de primeiro, si de segundo. Esta é a nosa suposición, quizabes moi aventurada.

Entre os nomes máis comúns, non hai padriño ou madriña que se resista a non transmiti-lo seu propio nome ó seu afillado ou afillada (con frecuencia a varios afillados); deste

¹⁰ Neste caso as cifras son só aproximativas, pois só reparamos no caso de cregos que tiñan nomes pouco comúns coma *Simón*, *Bernardo*, *Benito*, *Pablo*, etc. Dos oficiantes con nomes máis comúns (*Manuel*, *Antonio*, etc.) é máis difícil obter datos fiables, de aí que é moi posible que as cifras achegadas haxa que multiplicalas quizais por dou ou por tres.

xeito, un *Andrés Romero* de finais do XVIII e principios do XIX apadriñou a varios *Andrés* e *Andreas* (e unha *Andrea* pode ser madriña doutra *Andrea* ou dun *Andrés*). En 1769 *Andrés de Caamaño* e *Antonia de Lema* apadriñaron unha nena á que chamaron *Andrea Antonia* (estes “acordos” ¿salomónicos? danse a oito). Sen embargo, tódolos **Ángel** habidos (e as dúas **Ángela**) debéronlle o seu nome ós correspondentes padriños, sen que o nome de nin-gunha das madriñas contase para nada.

Algúns dos nomes considerados “raros” ou pouco habituais debéronse ós padriños ou madriñas, como *Frutuoso de Caamaño*, que bautiza dous nenos a finais do XVIII co nome de seu, ou *Jacinto Vecino* e *Jacobo de Antelo* na terceira década do XIX, *Josef Florencio* en 1788, *Thomé Riveiro* con *Josepha Thomasa* en 1765, *Caetano Carvallo* en 1775, *Leocadia Pérez* en 1839, etc., etc. E foi unha tal *Jacoba Pérez* quen bautizou o único *Santiago* destes cen anos.

Así e todo, con certa frecuencia algúns padriños e madriñas con nomes “raros”, quizais xa considerados na época un tanto feos ou de difícil pronunciación, parece que se retraen á hora de transmiti-lo seu propio nome ós afillados ou afilladas: en 1851 un *Domingo* e unha *Tomasa* bautizan unha nena cos nomes de *Dominga Tomasa*, pero unha *Tomasa Patiño* de 1814 non se atrevera a poñerlle o seu nome a unha afillada; nin tampouco as *Nicolasas* (en 1844 *Nicolasa Cantorna* bautiza unha *Josefa*), nin unha *Sebastiana* de 1784, madriña ‘*in solidum*’ foi quen de impoñerlle a forma masculina do seu nome a un neno, ó que chamaría *Juan*. Unha *Getrudis* [sic] só nunha ocasión se atreve a transmiti-lo seu exótico nome (e ponllo de segundo á afillada *Andrea Getrudis*) Tamén teñen reparos as *Fabianas*, *Floren-cias*, *Gregorias*, entre outras. Algo tería que haber no ambiente para que un *Bonifacio de Caamaño* –que tivo varios fillos en torno á terceira década do séc. XIX–, ou unha *Mechora Pérez* –tamén nai de familia numerosa contra finais do XVIII, non aparezan apadriñando a ningún neno ou nena na parroquia. ¿Non os chamarían ó compadreo por medo a que cisma-sen en transmiti-los seus respectivos nomes? Só é unha suposición.

¿Quen eran os padriños? Hai de todo. En moitas ocasións son os avós, especialmente os da casa patrucial (aínda hoxe en día subsiste en Galicia o costume de chamar “padriño” ou “madriña” ós avós da casa, aínda que realmente non o sexan), pero outras tantas son os tíos paternos ou maternos¹¹. Hai pais que quixeron facer compadres a amigos e veciños, espe-cialmente se estes eran dos máis ricos da freguesía (obsérvase nas partidas a abundancia de afillados que teñen algúns veciños con *don*). Con frecuencia hai formas combinadas (un avó e unha tía, un tío e unha avoa, un tío materno e unha tía paterna, un pai e unha filla, unha nai e un fillo, etc.). A procedencia dos padriños está repartida entre os que viven na propia parroquia e os das freguesías da redonda de Berdoias, dun radio en torno ós dez qui-lómetros (Cambeda, Vimianzo, Calo, Baíñas, Vilastose, Coucieiro, Moraima, Olveira, Mo-raime, Leis, Cereixo, Carnés, San Pedro do Porto, etc.); tamén os hai procedentes de fre-

¹¹ Os pais tiñan que convidar a unha cea o día do bautizo ós padriños; se estes eran da propia casa, aforrábanse o convite.

guesías de entre 10 e 20 quilómetros (Soesto, Salto, Bamiro, Zas, etc.); raramente veñen de parroquias de lonxe, agás excepcións contadas (no séc. XIX hai unha familia, xa asentada en Berdoias, que procede de Sta. María de Bardaos, comarca das Mariñas; contra 1850, hai unha madriña portuguesa, *Joaquina Paiba*, xa casada na parroquia; tamén foi nai).

Os avós non acadan en Berdoias a maior porcentaxe de apadriñamentos, por unha razón moi clara: a prematura mortalidade das persoas anciás na época. Non temos datos exhaustivos, pero cando en torno a 1820 algúns escribíans empezan a especificar nas partidas se os catro avós están vivos ou defuntos, obsérvase a simple vista a alta porcentaxe de vellos prematuros que finaran sen coñeceren a moitos dos seus netos.

Un caso especial é o dos **presbíteros** ou **cregos patrimonialistas** ou **ecónomos**, “vicecuras” ou axudantes do párroco que ofician os bautismos “con licencia expresa” dos curas párrocos. No asunto da transmisión dos nomes ós bautizados van ter máis importancia có propio párroco titular, posto que eran eles e non este os encargados da meirande parte das cerimonias bautismais. Algúns van influír de cheo nos pais ou nos padriños dos bautizados para que impoñan ós nados o nome deles, e algúns ben que o conseguiron, non sabemos por qué tipo de métodos coercitivos. Ignoramos qué teima especial debían ter algúns destes cregos axudantes en transmitiren os seus nomes ó maior número de bautizados posible. É difícil facer un estudio exhaustivo, habida conta de que moitos destes presbíteros tiñan nomes comúns para a súa época (*Domingo, Antonio, Manuel*, etc.).

Cando o nome do presbítero é pouco habitual, está clara a súa influencia cando nas cerimonias que el oficiou abundan extraordinariamente os nenos ou nenas co nome del. Isto aconteceu co presbítero *D. Pablo Antonio Marcote y Canle* (outras veces, *Pablo da Canle*), que oficiou bautismos entre 1775 e 1785 (sendo crego titular don Francisco García): bautizou, polo menos a tres *Pablos* e unha *Paula* (ningún dos padriños tiña este nome); outros seis *Pablos* que cristianizou tiñan padriños co mesmo nome.

O presbítero *D. Bernardo de Leis y Romero*, entre 1779 e 1806, foi padriño de dúas *Bernardas* e bautizou polo menos a 12 *Bernardos* e 6 *Bernardas* (tres deles non tiñan padriños con este nome).

Outro presbítero, *D. Benito Regueira*, home que teimou durante máis de trinta anos en asinar co apelido castelanizado (*Reguera*), debeu ter moito que ver na imposición dos nomes dos 26 ou máis *Benitos* e *Benitas* do período en que el oficiou (de 1780 a 1815); en seis ocasións ningún dos padriños levaba ese nome.

D. Andrés Balthasar de Leis y Caamaño (oficiou de 1811 a 1830), bautizou unha *Andrea* e un *Andrés* que non tiñan padriño con este nome. Ó ser un nome moi común, non podemos saber en cantos bautismos máis influíu.

O caso máis claro é o do presbítero *D. Simón Manuel de Leis y Lema*, activo entre 1827 e 1850. Dos 17 nenos que levaron en Berdoias este nome, 14 son do tempo en que el oficiou; houbo 11 nenos que levaron este nome, a pesar de que nin o padriño nin a madriña se chamaban así, e entrevistou tamén impoñéndoo como segundo nome dos compostos: os únicos nenos chamados *Francisco Simón* (nado en 1829), *José Simón* (1834), *Juan Simón* (1833),

Manuel Simón (1834 e 1836), *Pablo Simón* (1834) e *Ramón Simón* (1828), sen dúbida levaron a súa marca. Curiosamente, este presbítero –nado en Berdoias en 1802– debía o seu primeiro nome ó santo do día en que o bautizaron, e non á transmisión do padriño (este impuxera o segundo) [doc. 17].

Tamén os curas párrocos haberían de influír moito na propagación dos seus nomes de pía; quizabes non tanto coma os presbíteros, pois eles a penas bautizaban, visto que delegaban nestes seus axudantes. Quizais non sexa casualidade o incremento de nenos de nome *Joseph* nos anos en que foi rector de Berdoias *D. Joseph de Cervigón* (entre 1740 e 1760). En troques, *D. José María Suárez Rioboo* (párroco desde 1780 a 1837) non logrou impoñer en ningunha ocasión o seu nome composto (quizais unha vez tan só, en 1786).

6. NOMES E CLASES SOCIAIS

6.1. Os de arriba: fidalguía e labregos ricos

No período que estudiamos anteriormente (de 1607 a 1760) fixamos referencia a unhas familias fidalgas que aínda vivían na parroquia de Berdoias: a de *don Alonso de Lema II* e a do seu fillo e herdeiro *don Martín de Castiñeira* –que viviron no séc. XVII– e maila de *don Rodrigo Sancho de Leis Vermúdez* –da primeira metade do séc. XVIII– (Lema 1993: 130-131).

Alonso de Lema II dividira as súas terras da parroquia de Berdoias en dous vínculos, o de Berdoias e o de Boallo, que acabarían confluindo no seu fillo Martín de Castiñeira ó morreren os seus dous fillos chamados Alonso. Martín de Castiñeira casou dúas veces: da súa primeira muller –*dona María Sánchez de Leis y Vaamonde*– tivo a *don Martín Rodríguez de Leis*, a quen lle transmitiu o vínculo de Boallo. Da súa segunda esposa –*dona María Alvares de Carantoña*– tivo como primoxénito a *don Rosendo de Lema y Carantoña*, a quen legaría o vínculo de Berdoias; andando o tempo, os descendentes deste vinculeiro marcharían da parroquia e pasarían a residir no concello lugués de Burón, converténdose primeiro en “lucenses y luego en cortesanos” (Martínez-Barbeito 1986: 114). Estes *Lema* nobres –que, ademais, pecaban de endogamia, pois só casaban con outros *Lema* ou cos *Leis*, agás excepcións– desapareceron da freguesía e, no período do noso presente estudio, xa non contan como veciños.

Os que si puideron contar para o noso presente estudio son os descendentes do vínculo de Boallo. *Don Martín Rodríguez de Leis* casou con *dona Luisa Bermúdez de Araújo*, sendo a súa filla e herdeira *dona María Quiteria Bermúdez de Castro*, que casaría con *don Francisco de Leis Villardefrancos*, de quen foi fillo *don Rodrigo Sancho de Leis Vermúdez* (Martínez-Barbeito 1986: 123-125). Deste último señor xa temos constancia de que vivía na súa casa de Boallo (Berdoias) polo menos entre 1749 e 1761, pois temos documentadas as partidas de nacemento de sete dos seus fillos (Lema 1993: 131). Casado este fidalgo ga-

lego con *dona Josepha Vicenta Santiyán y Valdivieso* –que viñera de Cantabria–, hai que dicir que, con todo, que o seu fillo primoxénito e vinculeiro do coto de Boallo –*don Joseph de Leis y Santiyán*– non nacera en Berdoias, senón en Soesto –onde tamén tiñan casa e terras– en 1747 (Martínez-Barbeito 1986: 125). Este don Joseph de Leis tivo tres fillas, as que transmitiu o seu nome de pía (*Josepha Vicenta*, *María Josepha* e *Josepha Ramona*), pero ningunha delas naceu xa en Berdoias, pois non hai constancia documental dos seus respectivos bautismos no libro de bautizados.

Se na primeira parte do noso estudio onomástico (Lema *ibidem*) vimos que os nomes dos fillos e fillas de Rodrigo Sancho de Leis e de María Josepha Santiyán, todos eles compostos e certamente inhabituais neste illado medio rural (*Luisa Francisca* (1749), *Rodrigo Joseph Pedro Silvestre* (1754), *María Quiteria* (1755), *Juan Nepomuceno Bernardo* (1756), *Manuela Josepha* (1757), *Luis Vicente Theodoro* (1758) e *Bernardo Cándido* (1761)¹², rompían dalgún xeito coa onomástica tradicional da parroquia con este certo toque de distinción clasista, de aquí en adiante xa non imos atopar fillos de fidalgos nados na freguesía. Posiblemente marchasen da casa patrucial e da parroquia tódolos fillos e fillas de Rodrigo Sancho de Leis e María Josepha Santiyán. Sabemos que o vinculeiro, Joseph de Leis y Santiyán, foi catedrático en Santiago e alcalde maior da cidade (Martínez-Barbeito 1986: 628), e é posible que os seus irmáns e irmás tamén o seguisen no seu éxodo para a cidade compostelá; polo menos, nos libros de bautizados non aparecen máis, nin como pais ou nais, nin como padriños ou madriñas.

Desprovistos de fidalguía, en Berdoias non imos apreciar nada especial nos nomes dos bautizados ó longo desta centuria estudada. Fixemos un seguimento dos padriños e madriñas de certa linaxe –os sinalados nas partidas cun *don* (*Dn.*) ou *dona* (*D^a*) antes dos seus nomes– por se os seus pais puidera ser que pertencesen a algunha familia ilustre, ou por se “distinguían” ós seus afillados con algún nome especial. Moitos dos padriños con *don* eran presbíteros –algúns deles irmán do pai ou da nai–, e nada atopamos de particular: a meirande parte dos nomes impostos son os seus propios e os pais das criaturas parecen ser labregos normais da parroquia. Estes presbíteros mesmo non teñen inconveniente en apadriñaren fillos de nais solteiras: don Manuel Pérez apadriña en 1860 a *Andrés Manuel*, fillo de Joaquina Pais e de pai incógnito, e don Manuel de Leis apadriña a *Manuel Benito* (1819), fillo da súa irmá solteira.

Hai outros padriños con *don* que, por pertenceren a outras parroquias veciñas, non sabemos se eran fidalgos ou non. Tampouco se aprecia nada especial no nome de pía dos seus afillados ou afilladas, limitándose a transmitirlle-los seus respectivos nomes ou os de uso corrente pola comarca: *D. José Cantorna*, da veciña freguesía de Berdeogas, aparece varias veces como padriño de *José Pazos* (1821), de *Josefa Fernández* (1823), de *José Camaño* (1827), de *Francisca de Lema* (1829), de *José Fernandes* (1830), de *José Vicente Paz* (1835), etc. *D. Thomás Cervigón*, tamén da veciña Berdeogas, é outro dos máis buscados

¹² Este último incluímolos agora, como consecuencia das investigacións para o presente estudio.

para apadriñar: *Juan Thomé Paz* (1775), *María Thomasa Cibrán* (1777), *Thomás García* (1771), *Thomás Vizente Canosa* (1768), *Thomasa dos Santos* (1768), etc., etc.

Con todo, ben puidese haber certas excepcións cando observamos que aparecen certos nomes pouco habituais: en 1765, *D. Joseph de Aguiar*, fidalgo de Vimianzo, apadriña a unha nena chamada *Gerónima*. Tamén temos que facer mención do nacemento do último dos fillos –con este tiveron oito– dos fidalgos de Boallo, Rodrigo Sancho de Leis de María Josepha Santiyán: *don Bernardo Cándido de Leis* (1761), apadriñado polo seu tío materno *don Bernardo Valdivieso*, estudante. E, ¿que dicir de *Ramón Joaquín Manuel Caamaño* (1851), que tivo a honra senlleira de ser bautizado por un alto eclesiástico compostelán, *Doctor Don Ramón Francisco Caamaño*? (doc. 19). É posible que o pai deste rapaz, Bonifacio Caamaño (oriúndo da veciña freguesía de Cambeda) fose irmán do oficiante, quen non cabe dúbida de que escureceu totalmente ós padriños, pais e mesmo ó neobautizado con tanta recua de títulos que mandou poñer na partida.

6.2. Os de abaixo: os fillos naturais

Continuando coa análise da procedencia dos nomes, entramos no outro extremo da pirámide social co estudio dos nomes dos chamados *fillos ilexítimos*, de pai incógnito (p.i.), por se na imposición do seu nome na pía bautismal puidesemos detectar algún tipo de discriminación, pois tense falado da existencia de cregos oficiantes que, para castigar á nai “pecadora” e ó fillo ou fillas produto do “pecado”, teimaron en lle impoñer ó bautizado un nome-estigma, raro e ben feo, para que para sempre se levase marcada a vergonza da transgresión do código moral.

En primeiro lugar, cómpre empezar dicindo que neste período estudiado contabilizamos 124 *fillos naturais*, denominación común nas partidas (61 nenos e 63 nenas); é dicir, os fillos de nai solteira, viúva ou de casada co marido ausente. Esta cifra equivale ó 11,11% dos bautizados deste período. Dos últimos 40 anos do séc. XVIII son 26 bautizados e 98 dos primeiros 60 anos do XIX: todo parece indicar un notable aumento de fillos fóra do matrimonio a medida que nos adentramos na centuria anterior (14,3% dos 685 bautizados nados no XIX).

Dos 124 fillos de pai descoñecido, 3 tamén o foron de nai, pois foron depositados pola mesma na porta dalgún veciño; outros tres foron recoñecidos posteriormente polo seu pai (en casando este coa nai) e houbo un a quen a nai lle imputou a paternidade a un veciño casado, tendo un contencioso con el perante a xustiza xurisdiccional de Vimianzo, exercida polo meiriño do conde de Altamira (doc. nº 4).

A non ser raras excepcións –como as nais que despois casaron cos respectivos pais dos seus fillos–, as nais solteiras son produto da situación socioeconómica da época, tanto dos sistemas tradicionais de herdanza –o réxime de mellora, que favorece só a un dos fillos por familia– como ás crises agrícolas que trouxeron consigo épocas de fame. Non imos entrar a analizar isto, pois xa o fixeron os nosos historiadores especializados nesta época (Barreiro Fernández, Ramón Villares, Pegerto Saavedra, Fernández Prieto, etc.)¹³. Nos libros de bau-

¹³ Para unha rápida visión da situación da muller rural por esta época –hai xa outros estudos máis exhausti-

tizados non se nos especifica a situación social ou económica dos pais ou nais, pero é lóxico pensar que a inmensa maior parte destas nais solteiras eran pobres caseteiras sen terras de seu, humildes xornaleiras. Isto apréciase sobre todo naquelas que teñen máis de un fillo (hai algunha que chega a ter cinco).

No noso estudio destes cen anos contabilizamos un total de 81 nais solteiras, aproximadamente (algunha que tivo moitos fillos, é posible que, en realidade, fosen dúas do mesmo nome: por exemplo, unha *Josefa Peres*, con cinco fillos, dous deles no mesmo ano –1816– e co mesmo nome –*José*–), unha posiblemente viúva –non se di moi claramente– e tres casadas (dúas delas co marido ausente –“viúvas de vivos”– e unha terceira convivindo con el, pero o crego ten claro que este non fora o pai). Non contabilizámo-las tres nais descoñecidas –as que clandestinamente depositaron as súas criaturas á porta dalgún veciño–, porque sen dúbida estas mulleres non eran da freguesía, como é lóxico pensar, pois axiña se sospeitaria delas.

Do total absoluto de 85 *nais de fillos naturais*, a meirande parte delas só tivo un único fillo –polo menos no período estudado– (60 nais en total; tres delas haberíanos de “lexitimar” despois, en casando cos respectivos pais das criaturas), 13 tiveron dous fillos, 2 tiveron 3, unha tivo 4 e tres tiveron 5. É de supoñer que seguramente estas últimas, as que tiveron dous fillos ou máis, fosen mulleres moi pobres, sen nada de seu.

A análise dos apelidos destas nais tamén nos pode facer supoñer que varias nais solteiras do mesmo apelido é posible que fosen da mesma familia (nais e fillas, irmás, etc.): isto pódenos revela-lo estado pouco afortunado destas familias de desherdadas: hai nove nais de apelido *Lema* e outras tantas de apelido *Paz*; dez apelidadas *Peres* ou *Pérez*; seis apelidadas *Caamaño* e *dos Santos* (simplificado en *Santos*, a mediados do XIX); o apelido (*de*) *Pazos* lévao unha e *Domínguez*/ *Domínguez*, *Gonzales*/ *González* e *Varela* lévano tres; despois hai representantes dos *Álvarez*, *Alborés*, *Antelo*, *Barrientos*, *de Brenlle*, *Caberta*, *Canosa*, *do Canto*, *Costa*, *Espasandín*, *Fernandes*, *García*, *de Leis*, *Martínez*, *Pais*, *Rodríguez*, *Romero*, *Sánchez*, *Vázquez*, *Vilarnobo* e *Vieites*. O repertorio patronímico é ben abundante, de xeito que poucas familias quedan sen a “mácula”, aínda que á nosa sociedade rural da época pouco ou nada lle habería de importar, seguramente. Por outra banda, cómpre lembrar que estes apelidos eran (son) do máis común pola comarca, de xeito que había Caamaños pobres e Caamaños ricos (lémbrese a *Ramón Joaquín Manuel Caamaño*, nado en 1851, fillo de *Bonifacio Caamaño* e bautizado con ben máis solemnidade da habitual –a súa partida ocupa tres páxinas do libro de bautizados– polo alto eclesiástico compostelán *Doctor Don Ramón Francisco Caamaño* [doc. 19]).

De entre as nais solteiras, salientámo-lo caso de *Andrea dos Santos*, que denuncia ó pai da súa filla, *Andrés Romeu*, home casado e xuíz pedáneo da parroquia de Berdoias, ante a xustiza da xurisdicción de Vimianzo (doc. 4). Unha historia de toda a vida, a paternidade non admitida. Repárese como a nai mesmo lle chega a poñer á filla (*Andrea*) a forma feminina do nome do pai.

vos–, véxase o capítulo titulada “Mocedad, herencia y, no siempre, casamiento” (pp. 203-231) do espléndido libro de P. Saavedra (1994).

Capítulo á parte merecen esas tres nais casadas con fillos que non foron do marido. Dúas delas eran esposas de maridos emigrados, un en Madrid e o outro no Brasil, auténticas “viúvas de vivos”. A nosa Rosalía de Castro –de quen tomamos esta expresión xa clásica– ben se decatou do habitual que a mediados do XIX estaban sendo estas mulleres casadas, abandonadas durante anos e anos ou xa para sempre polos seus maridos emigrados. O crego –encargado da vixilancia moral do seu rabaño– especifica nunha das partidas –a de *Juana Manuela* (nada en 1840)– que o marido da nai estaba ausente no Brasil desde había cinco anos (doc. 16).

Atención sociolóxica especial merece o caso da outra muller casada, que tivo tres fillos (*Domingo*, 1797; *Mathías*, 1798 e *María*, 1803) tendo ó seu esposo (*Thomás Barrientos*) ausente en Madrid. Puidera pensarse que este viría por curtos períodos ó lar natal, pero o crego, implacable, a pesar de cualifica-lo primeiro dos fillos como “lexítimo”, só fai mención dos avós maternos e non dos paternos (doc. 6), facendo o mesmo con ocasión do segundo fillo ó ano seguinte –*Mathías*, 1798–, a quen evita xa denominar “lexítimo” (doc. 7). Curiosamente, este fillo sería apadriñado por *Mathías Barrientos*, irmán maior do pai ausente (os dous, fillos de Raymundo Barrientos e nados en Berdoias en 1753 e 1757, respectivamente); a madriña (Floencia Varela) era a muller do padriño e quizais irmá da nai. O parentesco entre os compadres era por partida dobre, pois estaban casados irmáns con irmás (cuñados cruzados). Sen embargo, en aparencia, non parece pasar nada anormal nesta familia coa situación creada ó ter esta muller xa dous fillos que non eran do marido legal, pois mesmo o irmán e cuñada deste lle apadriñan un (que vai leva-lo nome do padriño). Pódese pensar que, para salva-la honra familiar, os “tíos paternos” toman como afilado ó neno para demostrar que o cativo era fillo lexítimo do lexítimo home de Francisca, posiblemente procreado nunha visita fugaz do ausente. Pero, polo que se ve, nin o crego oficiante “comungou” con isto nin tampouco haberían traga-los veciños.

Pero tamén podemos pensar –¿por que non?– na tan ponderada permisividade que disque tradicionalmente sempre houbo no rural galego (onde só en raras excepcións se marxina á nai solteira ou ós seus fillos): ¿por qué non pensar que a propia familia desta “viúva de vivo” habería de se-la primeira en comprende-la situación desta muller ante a prolongada ausencia do marido emigrado? Todo parece indicar que este non volveu pola freguesía nunca máis: polo menos non aparece partida ningunha con el como padriño. Na partida do terceiro fillo de Francisca –e último, polo que parece–, *María* (1803), o crego volve subliña-la ausencia do cónxuxe e a salientar tan só os avós maternos.

Rematando con este apartado, hai outra nena, (*María*, 1798), filla natural de nai casada, pero tampouco do home legal desta, o cal, á diferencia dos anteriores, non estaba emigrado, senón que aínda “andaba por alí”. Non sabemos se convivía coa muller baixo o mesmo teito ou estaban separados. De calquera xeito, o crego oficiante do bautismo –privilexiado pescudador das vidas dos seus veciños– deixa ben claro na partida que a meniña non era filla do esposo da señora (doc. 8).

nome bautizado/a		posible procedencia do nome
Andrea	1767	<¿do posible pai? (Andrés Romeu)
Andrea	1775	<padriño (Andrés)
Andrea	1852	<?
Andrea	1856	<padriño (Andrés)
Andrea Dominga	1835	<padr. (Andrés) + madr. (Dominga)
Andrés	1816	<?
Andrés Antonio	1776	<padriño (Andrés)
Andrés Manuel	1860	<madr. (Andrea) + padr. (Manuel)
Angel	(1799)	<padriño (Angel)
Angel	(1806)	<padriño (Angel).
Angel	1824	<padriño (Angel)
Antonia Josefa	1845	<madr. (Antonia) + padr. (José)
Antonia	1785	<nai Antonia
Antonio	1768	<padriño (Antonio)
Benita	1801	<madrinha (Benita)
Bernarda	1843	<padriño (Bernardo)
Bernardo	1820	<padriño (Bernardo)
Bernardo	1830	<madrinha (Bernarda)
Carmela	1846	<madrinha (Carmela)
Cornelio	1840	<padriño (Cornelio)
Domingo	1772	<padriño (Domingo)
Domingo	1797	<padriño (Domingo)
Domingo Antonio	1762	<padriño (Domingo Antonio)
Domingo Pasqual	1800	<padriño (Domingo)
Escolástica	1782	<santa do día (Sta. Escolástica)
Esteban	1840	<santo do día (Sto. Estevo)
Francisca Manuela	1835	<madrinha (Francisca)
Francisco	1797	<?
Francisco Benito	1848	<padriño (Francisco)
Francisco Manuel	1839	<padriño (Francisco)
Gabriela Juana	1847	<padr. (Gabriel) + madr. (Juana)
Gregoria Micaela	1815	<santo do día (S. Gregorio Nacianceno)
Isabel	1829	<madrinha (Isabel)
Joaquín	1846	<padriño (Joaquín)
Joquin Pedro	1848	<padriño (Joaquin)
José	1857	<padriño (José)
José	1860	<nai (Josefa)
José	1828	<?
José Fidel	1849	<padr. (José) + madr. (Josefa)
Jose Manuel	1842	<padriño (José)
José María	1855	<padriño (José)
José María	1837	<padr. (José) + madr. (María)
José Ramón	1838	<padr. (José) + nai (Josefa)
José Silbestre	1841	<padr. (José) + santo do día (san Silvestre)
Josef Clemente	1796	<padr. (Josef) + madr. (Josefa)
Josefa	1821	<madrinha (Josefa)
Josefa	1824	<?
Josefa	1857	<madrinha (Josefa)
Josefa Andrea	1807	<madr. (Josefa) + padr. (Andrés)
Josefa Gregoria	1834	<padriño (José)
Josefa Joaquina	1858	<padr. (José) + madr. (Joaquina)
Josefa María	1820	<nai (Josefa) + madr. (María)
Josefa	1845	<?
Josefa	1859	<madrinha (Josefa)

Juan	1848	<padriño (Juan)
Juan Antonio	1800	<padriño (Juan)
Juan Simón	1833	<padr. (Juan) + madr. (Juana) + nai (Juana) + crego oficiente (Simón)
Juana	1774	<madríña (Juana)
Juana	1835	<madríña (Juana)
Juana	1849	<madríña (Juana)
Juana Manuela	1840	<madríña (Juana)
Leocadia	1788	<madríña (Leocadia)
Manuel	1815	<padriño (Manuel)
Manuel	1822	<padriño (Manuel)
Manuel	1843	<padriño (Manuel)
Manuel	1845	<?
Manuel Angel	1858	<madr. (Manuela) + padr. (Angel)
Manuel Benito*	1794	<madr. (Manuela) + padr. (Benito)
Manuel Benito	1819	<padriño (Manuel)
Manuel Vicente	1850	<padr. (Manuel) + madr. (Vicenta)
Manuela	1825	<?
Manuela	1836	<madríña (Manuela)
Manuela	1838	<padriño (Manuel)
Manuela	1818	<madríña (Manuela)
Manuela	1828	<madríña (Manuela)
Maria	1769	<?
Maria	1798	<nai (María)
María	1803	<?
María	1822	<madríña (María)
María	1828	<?
María	1844	<?
María	1847	<?
María	1851	<madríña (María)
María	1853	<madríña (María)
María	1860	<?
María	1848	<?
María*	1849	<madríña (María)
Maria Andrea	1774	<padriño (Andrés)
María Antonia*	1797	<madríña (Antonia)
Maria Carmen	1841	<madríña (Maria Carmen)
Maria Joaquina	1863	<madr. (María) + padr. (Joaquín)
Maria Josefa	1845	<madr. (María) + nai (María) + padr. (José)
María Juana	1828	<madríña (Juana)
Maria Manuela	1854	<madríña (María)
Maria Manuela	1858	<madríña (Manuela)
María Manuela	1858	<madr. (María) + padriño (Manuel)
María Rosa	1780	<?
María Rosa	1781	<madríña (Rosa)
María	1807	<?
Mathias	1773	<?
Mathías	1798	<padriño (Mathías)
Miguel	1827	<padriño (Miguel)
Miguel	1855	<padriño (Miguel)
Pablo Carlos	1777	<crego oficiente (Pablo) + padr. (Carlos)
Pedro	1833	<padriño (Pedro)
Pedro Antonio	1812	<padriño (Pedro)
Pedro Antonio	1816	<padriño (Pedro)
Rafaela	1817	<santo do día (san Rafael)
Ramona	1810	<¿santo do día? (san Ramón)
Roque	1797	<padriño (Roque)
Rosa	1833	<madríña (Rosa)

Rosa María	1860	<madr. (Rosa) + nai (María)
Silbestre	1802	<padriño (Silbestre)
Silbestre	1825	<padriño (Silbestre)
Simón	1827	<crego oficiante (Simón Manuel)
Simón	1830	<crego of. (Simón Manuel)
Simón	1832	<crego of. (Simón Manuel)
Simón Manuel	1836	<crego of. (Simón Manuel)
Simón Pedro	1831	<crego of. (Simón M.) + padr. (Pedro)
Valentín	1840	<?
Vicente	1844	<madríña (Vicenta)
Vicente	1854	<madríña (Vicenta)
Vicente Antonio	1790	<padriño (Vicente)
Victorio Manuel	1838	<¿santo do día? (san Victorino)

*Posteriormente lexitimados co casamento dos pais

Analizando os nomes dos fillos naturais destes cen anos, non observamos ningún tipo de discriminación onomástica neles, pois tódolos nomes son do máis común por aquela época e a penas os hai “raros” ou feos. Entre os nenos predominan os *José* (10), *Manuel* (8), *Simón* (5), *Domingo* (4), *Ángel*, *Francisco*, *Juan*, *Pedro* e *Vicente* (3), *Bernardo*, *Joaquín*, *Mathías*, *Miguel*, *Silbestre* (2), e os *Cornelio*, *Esteban*, *Pablo Carlos*, *Roque*, *Valentín* e *Victorio Manuel* (con un). Entre as nenas as máis numerosa volven se-las *Marías* (23), vindo logo a distancia as *Josefas* (9), *Andreas*, *Manuelas* (5), *Juanas* (4), *Antonias* e *Rosas* (2), *Benita*, *Carmela*, *Escolástica*, *Francisca*, *Isabel*, *Gabriela Juana*, *Gregoria Micaela*, *Rafaela* e *Ramona* (con un).

Destes 124 rapaces, 83 recibiron o seu único nome ou algún deles (no caso dos compostos) do que levaban o padriño ou a madriña (o que supón o 70% do total), 4 bautizados do nome do padriño ou madriña coincidente co da nai; dous bautizados o nome do padriño ou madriña coincidente co do crego oficiante; un no que coincide o nome do padriño ou madriña co da nai e a forma feminina co nome do crego oficiante e outro máis no que coincidía o nome do padriño ou madriña co santo do día. Sumando todo isto, temos que a influencia dos nomes dos padriños –dunha ou doutra forma– ascende ó 74% (sobre 91 bautizados).

O nome da nai impúxoselle a tres bautizados, e o do posible pai, a un). O crego oficiante conseguiu impoñe-lo seu nome –relegando o dos padriños– a catro bautizados (foi don Simón Manuel de Leis, en torno a 1830, gran propagador do seu primeiro nome: dous nenos máis o levaron, pero neste caso xa coincidía co dos padriños).

O nome do santo do día do bautismo púxoselles, con certeza, a catro bautizados (*Escolástica*, 1782; *Gregoria*, 1815; *Esteban*, 1840; *Rafaela*, 1817); a estes hai que engadirlles outros dous posibles (*Ramona*, 1810 e *Victorio*, 1838), que naceron días arriba, días abaixo da data da festa de san Ramón e de san Victorino. Hai un caso (*José Silbestre*, 1841), no que o padriño impón o primeiro nome (*José*) e o segundo tomouse do día do santo en que se celebra o bautismo (san Silvestre, festa que se celebra na significativa data do derradeiro día do ano). Como se ve, nin sequera nos nomes impostos pola data do día do bautismo se aprecia discriminación (o máis “raro” pode ser *Escolástica*, pero cómpre engadir que por aquela época houbo outra nena con este nome filla de “lexítimo matrimonio”; *Gregoria* era

tamén un nome bastante usado, o mesmo ca *Silvestre*). Outro nome inhabitual, *Cornelio* (1840) fora posto por un padriño que tamén levaba este nome tan latino.

6.3 Nomes e santo do día do nacemento ou do bautismo

Quen non toma o nome nin do padriño nin da madriña, nin do pai ou da nai, nin dun teimoso crego proselitista, hai que pensar que se lle impoña o nome do santo do día en que naceu ou en que se bautizou. Regularmente é do día en que se bautiza, non do que nace, como se pode comprobar polas partidas. Tampouco hai unha rigorosidade extrema, pois abonda con que os bautizados nazan ou se bauticen días arriba, días abaixo da data da festa dun santo ou santa significativo, como, por exemplo, san Xosé.

Cadro 7: *Bautizados que recibiron o nome do santo ou santa do día do seu bautismo (Berdoias: 1761-1860)*

nomes bautizados/as e datas dos bautismos	santo/a e data da súa festa: día/mes
Agustín Caamaño (29/8/1828)	<Sto. Agostiño: 28/8 (DNG: 107)
Andrea Peres (29/11/1787)	<Sto. Andrés: 30/11)
Ángel Antonio Caamaño (3/5/1797)	<Sto. Anxo Carmelitano: 5/5 (DNG: p. 138)
Carlos Antonio de Pazos(4/11/1793)	<S. Carlos Borromeo: 1/11 (DNG: p. 186)
Carlos Juan Lema (5/11/1841)	<id anterior.
Escolástica Rodríguez (22/2/1784)	<Sta. Escolástica: 10/2 (DNG: 250)
Escolástica de Lema (3/2/1782)	<id anterior.
Esteban Domínguez (27/12/1840)	<Sto. Estevo: 27/12 (DNG: 254)
Fabiana Camaño (21/1/1790)	<S. Fabián: 20/1 (DNG: 263)
Felipa Josefa Pérez (11/5/1783)	<S.Filipe apóstolo: 11/5* (DNG: p. 272)
Florentina de Pazos (25/5/1834)	<Sta. Florencia: 23/5 (DNG: 275)
Francisco Pérez (2/10/1858)	<S. Francisco de Asís: 4/10
Gregoria Micaela González (19/5/1815)	<S. Gregorio Nacianceno: 9/5* (DNG: 290)
Gregorio Ramón Barrientos (13/3/1831)	<S. Gregorio Magno: 12/3* (DNG: p. 290) + padriño Gregorio.
José Caamaño (18/3/1838)	<San Xosé: 19/3.
José Alborés (20/0/1848)	<id
Josef Alborés (19/3/1779)	<id
Josef Vilarnobo (20/3/1789)	<id
Josef Andrés de Canosa (17/3/1781)	<id +madriña Josefa
Josef María Pérez (19/03/1785)	<San Xosé
Josefa Peres (26/3/1810)	<id + padriño José
Josefa Pérez (22/3/1856)	< id + padriño José
Juan de Lema (25/6/1798)	<San Xoán: 24/6
Juan Manuel Lema (24/6/1842)	<id
Juana de Pazos (22/6/1796)	<id
Juana Domingues (26/4/1796)	<id
Luciano Manuel Leis (7/1/1840)	<S. Luciano de Antioquía: 7/1 (DNG: 339)
María Carmen Caamaño (14/8/1843)	<Sta. María: 15/8 (+madr. María Carmen)
María Inocencia Canosa (28/12/1785)	<Stos. Inocentes: 28/12.
María Nicolasa Paz (12/9/1804)	<S. Nicolao de Tolentino: 10/9 (DNG: 396)
María Nicolasa de Lema (11/9/1813)	<id
Micaela de Lema (24/9/1829)	<S. Miguel: 29/9
Nicolasa Francisca Albores (3/12/1802)	<S. Nicolao de Bari: 6/12 (DNG: 396) + madriña Francisca.
Pedro Canosa (29/6/1851)	<S. Pedro: 29/6 + patrón parroquia
Rafael Antonio Camaño (25/10/1808)	<S. Rafael: 24/10* (DNG: 445)
Rafael Felipe Peres (22/10/1824)	<id
Rafaela Paz (24/10/1817)	<id
(José) Silbestre Santos (30/12/1841)	<S. Silvestre: 31/12 (DNG: 486) + padriño José.

Silbestra Juana Canosa (31/12/1802)	<id + padr. Juan
Silbestre de Pazos (31/12/1806)	<id
Simón Manuel de Leis y Lema (28/10/1802)	<S. Simón apóstolo: 28/10 (DNG: p. 488) + padr. Manuel
Vicente Antelo (22/1/1844)	<S. Vicente: 221/1 (DNG: 522) + madr. Vicenta
Victorio Manuel Caamaño (27/2/1838)	<S. Victorino: 25/2 (DNG: 525)
* Celebración tradicional, anterior á actual reforma do Concilio Vaticano II.	

(DNG: *Diccionario dos Nomes Galegos*, de Ferro Ruibal 1992)

Un total de 43 bautizados, nenos e nenas, recibiron o seu nome do santo ou santa do día en que se bautizaron (ou en base á súa proximidade), o que supón só un 3,8% do total. Hai 6 *Josés* e 2 *Josefas*; 2 *Silbestres* e unha *Silbestra*; 2 *Rafael* e unha *Rafaela*; 3 *Nicolasas*; 2 *Carlos*; 2 *Escolásticas*; un *Gregorio* e unha *Gregoria*; e tan só nunha oportunidade: *Agustín*, *Andrea*, *Ángel*, *Esteban*, *Fabiana*, *Felipa*, *Florentina*, *Francisco*, *Luciano*, *María* –¡unha soa!–, *Inocencia*, *Micaela*, *Pedro* –coincidente coa festa do patrón parroquial–, *Simón*, *Vicente* e *Victorio* (tomado este dun san Victorino).

7. A CASTELANIZACIÓN DA ONOMÁSTICA, PRACTICAMENTE CONSUMADA

O apartado da progresiva castelanización onomástica ocupárame varias páxinas do meu anterior estudio (período 1607-1760), pois o proceso estaba en marcha, habendo aínda algún que outro testemuño do pasado. Polo séc. XVII aínda aparecían as formas galegas dalgúns nomes (*Joan*, *Estebo*, *Christobo*, *Mariña*, *Guillelmo*, *Catharina*, *Margarida*, *Locaia*, *Alberte*, *Thomé*, *Lourenço*/ *Lourenso*, *Amaro*, *Caetano*, etc. Agora, neste período tan avanzado, dá a impresión de que a castelanización dos nomes xa está consumada, e a penas rexistramos algún que outro *Caetano* ou *Agostina* medio despistados ben entrando o séc. XIX. Sen embargo, na fala popular e en libros non tan formalistas coma estes dos bautizados (i.e., os libros de fábrica e confrarías relixiosas) aparecen aínda por esta época algúns nomes propios en galego (véxase Lema 1991: 122-132).

Ben entrado o séc. XIX aínda se aprecian *os apelidos* con formas ben galegas, pero iso é xa para outro estudio ben pomenorizado. Reparemos, non obstante, na persistencia do sufixo *-es* para os apelidos patronímicos ata case a metade do XIX: contra 1830 e anos posteriores aínda detectamos nalgúns *Peres*, *Fernandes*, *Gonzales*, *Sanches*, *Albares*, etc. (alternando coas formas rematadas en *-ez*, que empezan a xeneralizarse máis decididamente por esta época: todo parece indicar que este sufixo é outro dos froitos da castelanización, quizais –polo menos neste caso–, máis serodia do que se pensaba)¹⁴.

A mediados do XIX tamén, grosso modo, os escribíns teiman no seu empeño de elimina-las preposicións (e as correspondentes contraccións cos artigos) que caracterizaban a

¹⁴ Advirtamos que a fala desta parroquia de Berdoias está comprendida, dentro do Bloque occidental de falas, dentro da área Fisterrá Norte [F. Fernández Rei (1990): *Dialectoloxía da lingua galega*; Xerais, Vigo, p. 38] e, polo tanto, acusa o seseo ó completo, tanto o implosivo coma o explosivo. Non obstante, coidamos que tal característica dialectal do noso idioma non influíu neste caso –nunhas datas xa bastante avanzadas– no castelán escrito dos escribíns do séc. XIX (repárese en que nunca escriben *Gonsales*, senón *Gonzales*).

maior parte dos apelidos galegos: *Andrea de Lema*, *Manuel dos Santos*, *Simón de Leis*, *Pedro de Alvite*, *Nicolasa de Antelo*, *Miguel do Gando*, *Rosa do Canto*, *Antón do Monte*, etc., van pasar, por obra e gracia dos escribáns do segundo tercio do XIX, a ser: *Andrea Lema*, *Manuel Santos*, *Simón Leis*, etc. Non cabe dúbida de que tal artificial e caprichosa amputación privou ós nosos patronímicos de parte do seu selo distintivo galego: ¿non vai sendo hora de que se recupere agora o perdido?

Hai apelidos que tamén se traduciron sistematicamente, xa por obra do escribán, xa polo propio interesado. Xa falamos da persistencia turrón de finais do XVIII e principios do XIX en asinar como *Benito Reguera*, en tanto que o escribán lle mantiña no texto das partidas o seu auténtico e transparente *Regueira* (véxanse os doc. 6 e 7). En 1860 nunha partida aparece unha madriña chamada *María da Fonte*, e no reverso do folio transformárona por arte de maxia en *María da Fuente*, pois igual a xente non entendía... (Libro 3º de Bautizados de Berdoias, fol. 18 aº e rº). Por 1842 houbo un frustrado intento de pasa-lo apelido *Vilarnobo* a *Villarnobo* (Libro 3º, fol. 80, rº). Por 1849 fálase dunha avoa materna chamada *Casimira do Outeiro* (Libro 3º, fol. 101, aº), unha das últimas “reliquias” —seguramente, deste apelido tan galego, de clara orixe toponímica, hoxe completamente desaparecido (traducíronse todos, sistematicamente, a *Otero*, coma se nos invadisén durante o século pasado centos de familias castelás deste apelido). Moito antes, xa no séc. XVIII, moitos *Romeu* deberon pasar a *Romero*.

Habería que falar tamén da convivencia das formas seseantes e ceceantes (*Sendón* e *Cendón*). Sobre a orixe do apelido *Rey* amosamos un documento moi diáfano nos apéndice documentais: puxéronllo no hospicio de Santiago a un neno de pai e nai descoñecidos (doc. 13).

Finalmente, cómpre dicir que ata o segundo tercio do séc. XIX as fillas non tomaban o apelido do pai, senón o da nai. Quizais as reformas liberais destes anos tivesen moi que ver con estes cambios máis racionais. E tamén coa acentuación da castelanización..., que se viu incrementada polos gobernos liberais barbaramente uniformadores.

BIBLIOGRAFÍA Á QUE SE FAI REFERENCIA

- Arquivo parroquial de Berdoias (A Coruña): *Libro 1º de Bautizados* (1607-1746), *Libro Nuevo [2º] de Bautizados* (1746-1818), *Libro 3º de Bautizados* (1819-1855), *Libro 4º de Bautizados* (1854-1899).
- Ferro Ruibal, X. (dir.) (1992): *Diccionario dos Nomes Galegos*; Ir Indo, Vigo.
- Lema Suárez, X. M^a (1991): “Interferencias lingüísticas do galego no castelán de Galicia dos Séculos Escuros. Algunhas calas nunha comarca rural: a Terra de Soneira”, *Cadernos de Lingua* 3, pp. 111-133.
- (1992): “Os nomes de persoa dunha parroquia rural galega: Berdoias (1607-1760)”, *Cadernos de Lingua* 8, pp. 117-134.
- Martínez-Barbeito, C. (1986): *Torres, pazos y linajes de la provincia de La Coruña*; Everest, León.

Saavedra, P. (1991): “O papel da Igrexa na evolución da Galicia moderna”, *A Trabe de Ouro* 8, pp. 29-48.

— (1994): *La vida cotidiana en la Galicia del Antiguo Régimen*; Crítica, Barcelona (trátase da versión castelá, corrixida e aumentada, de *A vida cotiá en Galicia de 1550 a 1850*; Universidade, Santiago de Compostela, 1992).



APÉNDICE DOCUMENTAL

DOC. 1: UNHA PARTIDA NORMAL DE NACEMENTO DO SÉC. XVIII

Ano 1778.

(á marxe: “*Pedro*”).

“En la fr^a. de Sn. Pedro de Verdoias a dos días deel mes de maio de este año de mil siete cientos setenta y ocho yo Dn. Fran^{co}. Paz Presuítero vecino de la fr^a. de Sn. Martin del Son [Ozón] con lizencia de Dn. Fran^{co}. Garcia cura proprio baptize solem-nem^{te}. y puse los santos oleos aun niño hijo de Marcos de Leis natural del lugar de Verdoias y de Fran^{ca}. de Lema su muger becinos de dho, lugar y fr^a. de Verdoias pusele por nombre Pedro fue Padrino Pedro Barrientos del lugar de Grijoa de dha. fr^a. a quien aduerti el espiritual parentesco y la obliga^{on}. de enseñarle la doctrina Xptiana., nacio el dia antecede[ent]e y p^a. que conste lo firmo con el cura dia ut supra = [sinaturas: Francisco Garzia, Francisco Antonio Paz].

(*Libro Nuevo [2º] de la Iglesia Parroquial y feligresia de Sn. Pedro de Berdoyas, 1746-1818, fol. 76, rº*).

DOC. 2: O VISITADOR PASTORAL ORDENA POÑE-LOS NOMES DOS AVÓS NAS PARTIDAS

“Visita del año de 1778

En la felig^a. de Sn Pedro de Berdoyas a primero de Ag^{to}. del año de mil setez^s. setenta y ocho, el Sr. Liz^{do}. Dn. Miguel Campo Quevedo Visitador general deeste Arzobispado pr. el Illmº. Sr. Dn. Fran^{co}. Alexandro Boca Negra Arzobpo. y Sr. de S^{to}. del Consejo y continuando su Visita general y personal la hizo de este libro y partidas de Baptizados las que por hallarse con la debida formalidad aprueba en quanto pueda y haia lugar y preuiene que alo sucesiuo en las que se ofrescan el cura exprese los nombres delos Abuelos paternos y maternos y sus vecindades pena de dos ducados en que su mrd. [merced] le declara incurso y aplica a la fabrica por cada vez y partida en que omitiese esta circunstancia los que se entreguen al maiordomo Fabriquero y de ellos se le haga cargo en las quantas que diere (...).”

(*Id*, fol. 77, aº).

DOC. 3: UNHA PARTIDA DE NACEMENTO NORMAL DESPOIS DE 1778

1793.

(á marxe: “Verdoyas/ Carlos Antº/ de/ Gregorio de Pazos”)

“En la Parroquial ygl^a. de Sn. Pedro de Verdoyas a quatro días del mes de noviembre año de mil siete^{os} noventa y tres, yo Dn. Benito Regueira [sic] Prbo. de licencia de dn. Josef M^a Suarez Rioboo Ror. y Cura propio de ella baptice solemnemente i puse los

Santos oleos en el mismo dia qe. nacio aun Niño hijo legitimo del Matrimonio de Gregorio de Pazos natural deesta fra. y de Pasqua de Camaño su muger natural de la de Santiago de Verdeogas y vz^{os}. de ella. es nieto pr. su Padre de Manuel de Pazos y Paula Blanco su muger naturales y vz^{os}. dela dha. de Verdoyas, y pr. su Madre de Manuel Camaño y Josefa Camaño su muger dela dha. de Verdeogas pusele nombre Carlos Ant^o fueron sus Padrinos Fran[cis]co de Pazos tio paterno y Maria Ant^a. de Lema de esta vecindad a q[ui]e[n]es declare Parent[es]co i mas obligaciones i para qe. conste lo firme con el R[ect]or al dia mes i año de arriba.” [asinado: Dn. Josef M^a Suarez Rioboo e Benito Reguera [sic]].
(*Id*, fol. 141, a^o).

DOC. 4: NAI SOLTEIRA MANTÉN UN CONTENCIOSO CUN HOME CASADO, POR NEGAR ESTE A PATERNIDADE DA FILLA DELA

1767.

(á marxe: “Andrea/ Berdoias”)

“En la yglesia Parroquial de San Pedro de Berdoias a ocho dias del mes de Junio año de mil seteci^{os}. sesenta y siete yo Dn. Miguel Anguel [sic] Vermudez cura Rector deesta fr^a. y de la de San[tiag]o de Berdeogas prinsipal y anexo bautisé solemnemente y puse los santos oleos a una niña, e. nasio la noche antes hixa natural de Ana do santos soltera hixa lexitima de Petronila do santos viuda vez^{na}. deel lugar y fr^a. de Berdoyas; ss^{te}. quien es el Padre dela niña tiene autualmente la dha. Ana do santos question, y (...?) pendencia ante la Justi^a. dela Jurizdi^{on}. de Bimianso con Andres Romeu casado y Juez pedaneo dela misma fr^a de Berdoias y dela de Sn. Martin de Castrelo, pusele n[ombr]e Andrea: fue su padrino yn solidum Antonio de Albores casado y vez^o del zitado lugar y fr^a de Berdoias, aduertile su obliga^{on} y parentesco y p^a q. conste lo frimé [sic] ut supra”.
(*Id*, fol. 48, r^o).

DOC. 5: FILLA NATURAL DESPOIS “LEXITIMADA” POLO CASAMENTO DOS PAIS

1797.

“En la Parroquial ygl^a. de Sn. Pedro de Verdoyas a diez i seis dias del mes de octubre de mil siete^{os}. noventa y siete yo Dn. Andres de Leis Presbo. de licencia de Dn. Josef M^a. Suarez Rioboo cura de ella y de la de Santiago de Verdeogas baptice solemnemente i puse los santos oleos al otro dia qe. nacio a una niña hija de Juana de Lema soltera natural i vezina de esta fr^a. su Padre incognito es nieta pr. su Madre de Antonia de Lema de la misma vecindad tambien su Abuelo incognito pusele n[ombr]e Maria Ant^a. fueron sus Padrinos Andres de Lema y Antonia de Lema dela misma vecindad ...”

[escrito á marxe con distinto tipo de letra: “Esta niña se legitimó pr. el matrimonio de Pedro Dominguez su Padre con la Juana de Lema su Madre, y consta en el Libro de Casados al folio tr^a. y dos”].

(*Id*, fol. 158, a^o).

**DOC. 6: DOMINGO, FILLO *LEXÍTIMO* DE FRANCISCA VARELA, VIÚVA DE VIVO (MARIDO AUSENTE EN MADRID).
O PRESBÍTERO B. REGUEIRA CASTELANIZA O SEU APELIDO**

1797.

(á marxe: “Grixoa/ Dom^o. de/ Fran^{ca}. Varela”).

“En la Parroquial ygl^a. de Sn. Pedro de Verdoyas a trece dias del mes de febrero año de mil siete^{os}. noventa y siete yo Dn. Benito Regueira [sic] Prbo. de licencia de Dn. Josef M^a. Suarez Rioboo cura pripio de ella baptice solemnemente i puse los santos oleos al otro dia qe. nacio aun niño hijo legitimo de Francisca Varela muger de Tomas Barrientos ausente en la Villa de Madrid naturales y vz^a. aquella de esta de Verdoyas es nieto pr. su madre de Dom^o. Lopez y Maria Varela naturales y vez^{os}. de esta citada fr^a. i lugar de Grixoa de ella, pusele nombre Domingo, fueron sus padrinos Dom^o Vilarnobo y Florencia Varela de esta vecindad... (asinado: Dn. Josef M^a. Suarez Rioboo, Benito Reguera [sic]).

(Id, fol. 155, a^o).

DOC. 7: SEGUNDO FILLO DE FRANCISCA VARELA EN AUSENCIA DO SEU MARIDO (XA NON SE ESPECIFICA SE É *LEXÍTIMO* OU NON); PADRIÑOS: OS SEUS TÍOS ¿PATERNOS?

1798.

(á marxe: “Grixoa/ Matias/ de/ Fran^{ca}. Varela”)

“En la Parroquial Yglesia de Sn. Pedro de Berdoyas a veinte y un dias del mes de Junio año de mil setecientos noventa, y ocho yo dn. Benito Regueira [sic] Pr[esbiter]o de licencia de dn. Jose Maria Suarez Riobo Cura propio de ella y dela de Stiago de Berdeogas baptizé solemnemente y puse los Santos oleos al otro dia qe. nacio a un Niño hijo de Francisca Varela muger de Thomas Barrientos ausente, es nieto pr. su madre de Domingo Lopez y Maria Varela su muger naturales, y vecinos dela citada de Berdoyas, pusele nombre Mathias fueron sus padrinos Mathias Barrientos, y Florencia Varela su muger de esta vecindad a quienes declaré lo necesario, y para qe. conste lo firmé con el Rector al dia, mes, y año de arriva”. (asinado: Dn. Josef M^a Suarez Rioboo, Benito Reguera [sic]).

(Id, fol. 160, r^o).

DOC. 8: OUTRA PATERNIDADE BEN DUBIDOSA..., E O ESPOSO NON ESTABA EMIGRADO

1798.

(á marxe: “Pena del Frade/ Maria/ de/ M^a. Peres”).

“En la Parroquial yglesia de Sn. Pedro de Verdoyas a veinte y cinco dias del mes de Marzo año de mil siete[cient]os noventa y ocho yo Dn. Josef M^a Suarez Rioboo cura propio de ella y dela de Santiago de Vergeogas baptice solemnemente i puse los santos oleos en el mismo dia que nacio a una Niña hija de Maria Peres Muger de Francisco de Lema vz^{os}. de esta fra., y natural la Maria Peres de St^a. Maria de Brandañas es nieta pr. su Madre de Blas

Moledo y Agueda Peres naturales i vez^{os}. de la citada de Brandañas pusele nombre Maria fieron sus Padrinos Felipe de Lema y Andrea Sanches de esta vecindad ...”
(*Id.*, fol.159, r^o).

DOC. 9: BAUTISMO DUN NENO EXPÓSITO

1799.

(á marxe: “Angel/ Verdoyas”).

“En la Parroquial yglesia de Sn. Pedro de Verdoyas a catorce días del mes de octubre año de mil siete[cient]os noventa y nueve yo Dn. Bernardo de Leis y Romero de licencia de Dn. Josef M^a Suarez Rioboo cura propio de ella y de la de Santiago de Berdeogas baptice solemnemente i puse los santos oleos a un Niño de Padres incognitos qe. se hallo la mañana de hoy ala puerta de Angel Cantorna vz^o de esta dha. de Verdoyas, pusele nombre Angel fue su Padrino el mismo Angel Cantorna quien...”
(*Id.*, 175, r^o).

DOC. 10: OUTRO NENO EXPÓSITO: ¿NON OS ADOPTA NINGUÉN?

1806.

(á marxe: “Verdoyas/ Angel/ Espósito”)

“En la Parroquial ygl^a de Sn. Pedro de Verdoyas a treinta y un días del mes de D[i]ciemb[re] año de mil ochoci[ent]os seis yo Dn. Pedro de Leis Prsbo. Patrimonial de ella de orden de Dn. Josef M^a Suarez Rioboo R[ect]or propio de la misma y su principal baptice solemnemente i puse los Santos oleos a un Niño qe. se halló al amanecer de este día ala puerta de Dom^o. Ant^o. Peres vz^o. de esta fr^a. pusele nombre Angel fueron sus padrinos Angel de Lema y Tomasa Patiño de esta vecindad...”
(*Id.*, 194, r^o).

DOC. 11: UN NENO RECIBE O NOME DO SANTO DO DÍA (*SILBESTRE*) EN QUE RECIBE O BAUTISMO (O MESMO DÍA E ANO CÓ BAUTIZADO ANTERIOR)

1806.

(á marxe: “Grixoa/ Silbestre/ de/ Ramón/ Pazos”)

“En la Parroquial ygl^a de Sn. Pedro de Verdoyas a treinta i un días del mes de D[i]ciemb[re] de mil ochoc[ient]os y seis yo Dn. Pedro de Leis ... baptice solemnemente i puse los Santos oleos al otro día qe. nacio a un Niño hijo legitimo de Ramon de Pazos y Leocadia Brenlle su Muger naturales i vz^{os}. de esta fra. es nieto por su Padre de Christoval de Pazos y Maria Rodrig[ue]z su Muger i por su Madre de Juan Romero y Maria Brenlle aora difunta naturales i vz^{os}. de esta dha de Verdoyas, pusele nombre Silbestre fueron sus padrinos Gregorio Romero y Ana Rodriguez de esta vecindad...”
(*Id.*, fol. 195, a^o).

DOC. 12: JOSÉ SILBESTRE RECIBE O PRIMEIRO NOME DO PADRIÑO E O SEGUNDO DO SANTO DO DÍA DO SEU BAPTISMO (É FILLO DE NAI SOLTEIRA)

1841.

(á marxe: “Lugar da Bouza/ José Silbestre, hº/ natural de Teres/ Santos/ Murió en 27 de/enº de 1842)

“En la Yglesia Parroquial de San Pedro de Berdoyas a treinta y un dis del mes de Diziembre año de mil ochocientos cuarenta y uno; yo el Infra escrito cura economo de esta Ygl^{la}. y su principal la de Santiago de Berdeogas bautizé solemnemente a un niño hijo natural de Teresa Santos, soltera, y vecina en esta parroquia y lugar da Bouza de ella = ignoranse su Padre y Abuelos Paternos, y Maternos lo son, Manuel Santos, y Casamira [sic] do Outeiro, Difuntos y vecinos que fueron dela parroquia de Sn. Juan de Cambeda = pusele nombre al niño José Silbestre = fueron sus Padrinos José Perez y Santos, y su muger Florencia Lema de esta parroquia ...”

(*Libro 3º de Bautizados de Sn. Pedro de Berdoyas*, 1818-1855, fol. 78, rº)

DOC. 13: APELIDO REY PARA UN NENO DO HOSPICIO

1842.

[á marxe: “Grigoa/ Andres, hº de/ Manuel Rey]

“En la Yglesia Parroquial deSn. Pedro de Berdoyas a veinte y cuatro dias del mes de Agosto año de mil ochocientos cuarenta y dos, yo el Ynfraescrito cura economo de esta Yglesia ... bauticé solemnemente y puse los Santos oleos al segundo dia en que nació a un niño, hijo Lex^{mo}. del matrimonio de Manuel Rey y su muger Rosa Villarnobo [sic], esta natural y vecina del lugar de Grigoa [sic] de esta misma parroquia, y aquel aparecido en la Inclusa nacional dela Ciudad de Santiago; ignoranse los Abuelos Paternos, y maternos los son Antonio Vilarnobo [sic] Difunto, y su muger Benita Gonzalez vecinos de aquel referido lugar de Grigoa, pusele nombre al niño Andres = fueron sus Padrinos Andres Vilarnobo [sic] de estado soltero y tio materno, y Elena Paz tambien soltera vecinos de esta referida parroquia...”

(*Id*, fol. 80, rº)

DOC. 16: UNHA VIÚVA DE VIVO (EMIGRADO NO BRASIL DESDE HABÍA CINCO ANOS) DÁ A LUZ UNHA FILLA

1840.

(á marxe: “Lugar de Berdoyas/ Juana, hª natural de/ Mariana Espasandin./ Murio Parvula”)

“En la Yglesia parroquial de Sn. Pedro de Berdoyas a diez y nueve dias del mes de Enº. el año de mil ochocientos y cuarenta, yo el ynfraescrito Cura Ecónomo de esta y su Pr[incip]al, bauticé solemnemente y puse los santos oleos al otro dia en que nació a una niña hija natural de Mariana Espasandin, esta muger lexitimamente casada con

Manuel Suarez vecinos de esta parroquia, y su marido ausente pasa de cinco años en el Brasil a distancia de esta segun voz comun de trescientas leguas; pusele nombre a la niña Juana Manuela, fué su madrina in solidum Juana Martinez, casada y vecina dela parroquia de Sn. Tiago de Berdeogas...”

(*Id.*, 71, aº)

DOC. 17: O FUTURO PRESBITERO *SIMÓN MANUEL DE LEIS Y LEMA* RECIBIU O SEU NOME DO SANTO DO DÍA EN QUE O BAUTIZARON (TÓDOLOS FUTUROS *SIMÓN* DA PARROQUIA LLE DEBERÁN A EL O SEU NOME)

1802

(á marxe: “Verdoyas/ Simon/ Manuel/ de/ Fran^{co}. / de / Leis”).

“En la Parroquial Ygl^a de Sn. Pedro de Verdoyas a veinte y ocho dias del mes de octubre año de mil ochocientos i dos yo Dn. Benito Regueira Prsbo. de lizencia del infra escrito cura propio deella baptice solemnemente i puse los Santos Oleos al otro día qe. nacio a un Niño hijo legitimo del matrimonio de Fran[cis]co de Leis, natural de Sn. Zipriano de Villaestose i de Maria de Lema su muger natural i vz^os. de esta de Verdoyas es nieto por su Padre de Pedro de Leis e Ynes Peres su muger naturales i vez^os. de la citada de Villaestose, i por su Madre de Manuel de Lema y Antonia de Lema su Muger naturales vz^os de esta de Verdoyas pusele nombre Simon Manuel fueron sus Padrinos los mismos Manuel e Antonia de Lema Abuelos maternos...”

(*Libro Nuevo* [2º]..., fol. 183, rº-184, aº).

DOC. 18: O PRESBITERO –OFICIANTE DE BAUTISMOS– *SIMÓN MANUEL DE LEIS* TRANSMITE OS SEUS NOMES Ó BAUTIZADO (E NON OS PADRIÑOS OU OS PAIS)

1838.

(á marxe: “Berdoyas/ Simon Manuel, hº de Manuel Albores”)

“En la parroquial Iglesia de Sn. Pedro de Berdoyas á seis dis del mes de Abril el año de mil ochocientos treinta y ocho, el ynfraescrito cura economo de esta, y su Pr[incip]al la de Sn. Tiago de Berdeogas, correspondiente ala Prob^a. dela Coruña, Arzobispado de Santiago, bautize solemnemente y puse los santos oleos al otro día en que nacio, aun niño, hijo Lexmo. de matrimonio de Manuel Albores y su muger Rafaela Paz, naturales y vecinos de esta parroquia y referida Prov^a., y de oficio Labradores: sus Abuelos paternos Domº. Antonio Albores y su Difunta muger Benita Perez, de oficio Labradores y de esta referida parroq^a., y Maternos Vicenta Paz, de estado soltera, y abuelo desconocido; sele puso por nombre al niño Simon Manuel = fueron sos Padrinos, Domingo Antonio Albores Abuelo paterno, y Andrea Perez, Viuda, y vecina de la parroquia de Sn. Martin de Ozon, en esta referida Prov^a. y Arzobispado; siendo a todo ello testigos José Perez, Carpintero, y su hijo José, vecinos de esta parroquia...”

(*Libro 3º de Bautizados*..., fol. 60, rº).

DOC. 19: UN ALTO ECLESIAÍSTICO COMPOSTELÁN VEN OFICIAR UN BAUTISMO A BERDOIAS: ¿BAUTIZADO DE FAMILIA ILUSTRE?

1851.

(á marxe: Berdoyas/ Ramon Joa/quín Manuel/ Caamaño/ hº de/ Bonifacio,/ y Maria Lema”).

“En la iglesia parroquial de San Pedro de Berdoyas a diez y ocho de Setiembre de mil ochocientos cincuenta y uno, el Doctor Don Ramon Francisco Caamaño, del Gremio y Claustro y Regente de primera clase en la facultad de jurisprudencia de la Universidad Literaria de Santiago, Licenciado en Sagrados Canones, Abogado de los tribunales Superiores de España, Ecsaminador Sinodal del Arzobispado, Rector propio de Santa Maria la Antigua dela Corticela de Compostela, con licencia espresa de Dn. Manuel Romero Abad, Parroco de la referida y de su principal Santiago de Berdeogas en el arziprestazgo de Nemancos, Provincia dela Coruña, baptizé solemnemente, y puse los Santos oleos á un niño qe. nacio a las ocho de la noche del dia antecedentes, hijo de legitimo matrimonio de Bonifacio Caamaño, natural de San Juan de Cambeda y de Maria Lema, natural y vecinos ambos de la de Berdoyas; abuelos paternos Benito Caamaño y Lucia Sanchez difuntos naturales de Cambeda: maternos, Andres Lema y Josefa Cantorna difuntos, naturales dela de Berdoyas; pusele pr. nombre Ramon Joaquin Manuel: fue su padrino insolidum Manuel Pazos, vecino de Berdoyas, a quien adverti el parentesco espiritual y mas obligaciones, qe. previene el ritual Romano. Presenciaron el acto sagrado el Licenciado D. Joaquin Alvarez y Cedron, Abogado de los tribunales nacionales, vecino de San Pedro del Allo, y José Perez dela referida de Berdoyas. Y para que conste lo firmo con el Sr. Cura.” (seguen as sinaturas de: Manuel Romero e Dr. D. Ramon Francisco Caamaño).

(*Id*, fol. 109 aº e rº, 110 aº).

XENTILICIOS E NOMES PERSOAIS NA TOPONIMIA DE CHANTADA

Luz Méndez
Gonzalo Navaza

TVG, Santiago de Compostela
Universidade de Vigo

Nunha primeira ollada ós topónimos maiores de Chantada, igual ca noutros concellos da zona, chama a atención o volume do elemento antroponímico. Dun conxunto de 340 nomes de lugar, pasan de 80 os que teñen orixe no nome dun posesor.

Todo parece indicar que a estrutura poboacional e o modo de ocupación do territorio do concello de Chantada, tal e como os coñecemos hoxe (xa no seu estadio final no que se refire á dispersión e ós pequenos núcleos rurais) quedan practicamente definidos desde o período que vai desde mediados do século VIII ata non máis alá do ano 1000, é dicir, nos primeiros séculos da chamada Reconquista. Boa parte das entidades de poboación do concello deben de responder ás repoboacións¹ que se levaron a cabo no sur da diocese de Lugo desde comezos dese período, exemplificadas no famoso testamento do bispo Odoario.

A abundancia de antropotoponimia xermánica non significa, naturalmente, que eses lugares teñan a súa orixe no período suevo e visigodo. É sabido que nos primeiros tempos da Reconquista, especialmente a partir do reinado de Afonso II, as sedes episcopais convértese en importantes focos de colonización e repoboación en todo o reino astur (galaico-astur, se preferimos). Estendeuse entón o chamado *sentimento neogoticista* «que despertó la conciencia de una continuidad entre el Estado hispanogodo y el reino astur, su legítimo restaurador», en palabras do historiador García de Cortázar, sentimento especialmente alentado por «una clerecía nostálgica de los días de gloria y privi-

¹ Por *repoboación* non debemos entender en Galicia exactamente o mesmo ca noutras áreas. Os historiadores e os toponimistas xa se teñen ocupado da «conhecida cuestión de saber se houve, ou non houve, um despovoamento considerável de vastas zonas do noroeste da Península, resultante das repetidas invasões de hostes muçulmanas, a que se referem as crónicas medievais», en palabras do profesor Piel, quen aducía que «tanto o arcaísmo, como o invulgar volume dos nomes de poseedores de feição arcaica (...) dificilmente se conciliam com a ideia de vastas terras galaicas tornadas ermas, e que necessitassem de ser repovoadas» (Piel, 1984, p. 7).

legio»² da época sueva e visigoda. Parece razoable vincular con este sentimento non só a supervivencia senón tamén a vixencia e revitalización da antroponimia xermánica máis ou menos latinizada.

Ademais dos topónimos de orixe antroponímica, que enumeramos ó final desta comunicación, queremos referirnos a algúns de carácter inequivocamente colonizador que teñen orixe nun xentilicio. Deste xeito podemos coñece-lo lugar de procedencia dos poboadores. Son os seguintes:

Fondoreses, lugar da parr. de Requeixo. O sufixo *-eses* (< ENSES) indica que se trata dun xentilicio, e na documentación medieval de Oseira atopámolo como *Fondoreses*, *Fondorenses*, *Fundoreses*. Supoñemos que o topónimo do que deriva é *Fondedor*, lugar do concello de Vilalba, polo que o noso *Fondoreses* sería resultado dunha haplloxía de *Fondedoreses*. Non temos documentación que nos permita aclarar-la orixe de *Fondedor*, aínda que o primeiro elemento semella conte-lo común *fonte*.

Mondoeses, lugar da parroquia de Vilaúxe, contén tamén un xentilicio en *-ENSES*, moi posiblemente *MONDONENSES. Poderíamos relacionalo con *Mondoñedo* (non como derivado desta forma do topónimo, senón por exemplo como variante do xentilicio culto *mindonienses*) ou co nome dunha parroquia do concello de Oza dos Ríos hoxe chamada *Mondoi* < MUNDONI. Piel e Kremer suxiren unha orixe a partir dun nome latino *MUNDONIUS, derivado do cognome MUNDIUS (HGN, 190/1). Así e todo, o lugar de procedencia deses *mondoses* podería ser ben máis próximo, se como cremos ten relación cun antigo topónimo, hoxe desaparecido, que rexistramos como *Mondoy* nun documento do ano 897 que o localiza na veciña parroquia de Líncora (*Lvcensia* 5, p. 163).

Interésanos considerar tamén unha serie de topónimos galegos que proceden de xentilicios derivados do nome da antiga xurisdicción chamada *Terra de Asma*. *Asma* é o nome do río que atravesa a zona correspondente máis ou menos ó actual concello de Chantada. A propia vila de Chantada figura adoito nos documentos medievais como (*A Pobra de*) *Chantada de Asma*. Sobreviviu o nome *Asma* nas denominacións das parroquias de *San Fiz de Asma*, *San Salvador de Asma*, *San Xurxo de Asma* e *Santa Uxía de Asma*, ademais de *Santa Cristina de Asma* no veciño concello de Carballedo.

Resulta problemática a orixe deste topónimo *Asma*. Coma outros hidrónimos importantes, ten orixe prelatina. Poderíamos pensar que contén o sufixo indoeuropeo, probablemente celta, átono *-(S)AMA*, de valor aumentativo (cf. *Ledesma* < BLETISSAMA ou outros topónimos como *Osmá*, *Masma*, etc.) que foi estudiado por Menéndez Pidal (1940, 26/1, p. 77) e outros. O radical podería estar emparentado coa raíz *AR-*, tamén indoeuropea, que significa ‘río’ (Dauzat / Deslandes / Rostaing, 1982, pp. 20-21; Rivas, 1994, pp. 61-62). Foneticamente cremos que non hai obxección para unha etimoloxía *ARSĀMA, que supostamente tería o significado de ‘río grande’.

² J. A. García de Cortázar, *La época medieval*. Historia de España Alfaguara, Alianza Universidad, Madrid, 1973, p. 133.

Dos xentilicios derivados do nome *Asma* formáronse unha serie de topónimos doutras áreas xeográficas máis meridionais onde se instaláron colonos procedentes desta terra. Son os seguintes:

Armeses, lugar e parroquia do concello de Maside. A grafía actual, que reproduce o rotacismo de *s* na primeira sílaba, atopámola xa na documentación medieval, onde alterna coa forma con *s* que evidencia a súa orixe, coma nun «*Domingo Eanes d'Asmeses notario*» do ano 1312 (*Oseira*, nº 1371).

Nos topónimos derivados do xentilicio en -ANOS produciuse unha falsa segmentación ó interpreta-la primeira sílaba como o artigo feminino dun común *as maos*, *as maus* ('as mans'). Dado que nos nomenclátore non figuran polo regular os artigos, estes topónimos permaneceron como formas de orixe escura para os especialistas, e en publicacións recentes aínda se lles atribúe orixe preindoeuropea hispanocaucásica (Rivas, 1994, pp. 93-94). Todos eles están na provincia de Ourense:

As Maus (San Pedro), parroquia e lugar no concello de Vilar de Barrio

As Maus de Salas (Santa Baia), parroquia e lugar no concello de Muíños.

As Maus, lugar da parroquia de Ordes, concello de Rairiz de Veiga

As Maus, lugar da parroquia dos Baños, concello de Bande.

As Maus, lugar da parroquia de Tosende, concello de Baltar.

Quizais poderíamos engadir un topónimo portugués que o *Dicionário corográfico* recolle como *Mãos* no concello de Ponte de Lima, freguesía de *Estorãos*, do cal, non obstante, non temos información que nos indique se mantén un artigo feminino que confirme a nosa hipótese. Repárese en que o nome da parroquia a que pertence é tamén un xentilicio de repoboación ASTURIANOS, paralelo de *Esturáns* de Vigo e de *Astureses* en Boborás, este co mesmo sufixo có mencionado *Armeses*³.

De modo paralelo, poboacións procedentes doutras áreas da franxa meridional da diocese de Lugo participaron na repoboación ou colonización de terras meridionais. Así os *Sarreaus* (de Sarria) e *Bresmaus* (de Terra de Brosmos, en Lemos), ambos na provincia de Ourense, ou os *Cambeses* (de Camba) e *Dezaos* (de Deza), que mesmo deixan pegada na toponimia portuguesa (*Cambeses*⁴, *Doçãos*).

Os topónimos de orixe antroponímica do concello de Chantada a que fixemos referencia son os seguintes:

1. **Adá**, lugar e parroquia (Santa Baia). Segundo Piel e Kremer procedería dun (VILLA DE) ATANE, dun nome persoal de orixe xermánica *Ata*, var. de *Atta* (Piel-Kremer, HGN, 28/5). Aparece na documentación medieval como *Adaam* (ano 1268, *Oseira* nº 957), *Adaan* (ano 1284, *Oseira* nº 1170), *Adae* (ano 1303, *Lv-censia* 5, p. 139). Esta última forma concorda cunha orixe a partir de ATANE ou ATANI, pero o resultado actual resulta excepcional, pois esperaríamos *Adán* ou

³ Non temos datos para poder fixar unha cronoloxía, ou para supor que sexa posible fixala, a partir da diferente derivación con -ANOS e con -ENSES nestes xentilicios.

⁴ Hai tamén *Cambeses* no concello de Vigo.

Adai (cf. outros topónimos aparentemente idénticos *Adai*, nome de tres parroquias e tres lugares nos concellos do Corgo, Lugo e O Páramo).

2. *Adaúlfe*, lugar da parroquia de Líncora, de ATAULFI, xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica (HGN, 28/4).

3. *Amorín*, lugar da parr. de Argozón, do xenit. AMORINI dun nome de orixe latina AMORINUS (Piel, 1948, 19).

4. *Andemil*, lugar da parroquia de Vilaúxe, do xenitivo ANDAMIRI ou ANDEMIRI dun nome persoal de orixe xermánica (HGN, 14/6).

5. *Ansemil*, lugar da parr. de Argozón, de ANSEMIRI, xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica (HGN, 17/8) .

6. *Ansoar*, lugar da parr. de Fornas, do xenitivo ANSUARII dun nome persoal de orixe xermánica (HGN, 17/4).

7, 8. *Argozón*, nome de parroquia (San Vicente ou San Vincenzo de Argozón) e dun lugar na de San Miguel do Monte. Posiblemente do xenitivo dun nome persoal xermánico; tal vez dun derivado en -ONE emparentado con *Aragunte*, *Aragundia* (HGN, 18/2). Piel-Kremer non inclúen *Argozón* no HGN. Na documentación medieval de Oseira rexistrámolo coa dobre variante e *Argozón e Argonzón*, *Argonçon*.

9. *Aspai*, nome dunha aldea en Santa Uxía de Asma. Procede do xenitivo ASPADII dun nome persoal baixolatino ASPADIUS, de orixe controvertida (HGN, p. 25/2).

10. *Asper*, nome dunha aldea da parroquia de Brigos. Do xenitivo dun nome persoal de probable orixe latina: *Asperius* ou *Esperius* (Schulze, 162, 254; Piel 1948, 130a) ou *Hesperius* (Piel, 1974, 38).

11. *Axulfe*, lugar da parr. de San Pedro de Viana, do xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica AGIULFUS (HGN, 5/13).

12. *Baltar*, lugar da parr. de Brigos. Do xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica BALTARIUS (Piel, HGN, 37/1).

13. *Basán*, nome de dous lugares da parroquia de Chantada: *Basán Grande* e *Basán Pequeno*. Piel (*Verba* 9, 1982) fai derivar estes topónimos do xenitivo dun nome latino BASSIANUS, derivado do adxectivo BASSUS, ‘baixo’. De BASSIANI esperaríamos **Baxán*, polo que parece preferible explicar estes topónimos a partir doutro antropolónimo latino BASSANUS (Schulze § 350), igualmente derivado de BASSUS.

14. *Belesar*, nome de lugar e parroquia e agora tamén nome oficial dun grande encoro no Miño, procede do xenitivo dun nome persoal xermánico BELISARIUS (HGN, 42/5).

15. *Bermún*, nome de lugar e parroquia, procede do xenitivo dun nome persoal xermánico UER(E)MUNDUS (HGN, 298a).

16. *Boán*, lugar da parroquia de Muradelle. Deste lugar deriva o apelido dunha célebre familia ourensá dos séculos XVI e XVII da cal se ocupou Ferro Couselo nun coñecido traballo. Podería proceder do xenitivo dun nome persoal de orixe latina BOLANUS (Schulze, 533).

17. **Brandián**, nome dun lugar da parroquia de Vilaúxe. De BRANDILANE, forma do acusativo dun nome persoal de orixe xermánica BRANDILA (HGN, 49/4).
18. **Burgás**, lugar de Santa Cruz de Viana, procede de **BURGALANIS**, xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica BURGALA (HGN, 51/1b).
19. **Caibe**, lugar da parroquia de Requeixo. Malia a aparencia de xenitivo de poseedor, non podemos precisar a qué antropónimo remonta.
20. **Centulle**, lugar da parroquia de San Xurxo de Asma, corresponde ó xenitivo do nome latino CENTULLIUS (Schulze, 149, 403, 407), ou da variante CENTULLUS que Kremer rexistra nun nome hispánico do ano 900 *Alderito Centullus* (*Cognomina*, I, n. 18).
21. **Camporramiro** é nome de parroquia. O segundo elemento é o nome persoal *Ramiro*, de orixe xermánica RANAMIRUS (HGN, 216/7).
22. **Cartemil**, lugar da parroquia de Nogueira, corresponde ó xenitivo dun nome persoal xermánico CARTEMIRUS (HGN, 54/3)
23. **Casdemiro** lugar da parroquia de Adá. Interpretámolo como **Casa de Miro**. O segundo elemento é o nome persoal de orixe xermánica MIRO (HGN, 185/6).
24. **Derramán**, lugar da parroquia de Santa Uxía de Asma. Podería corresponder ó xenitivo dun nome persoal pero non dispomos de documentación que permita confirmalo. Parece ousado suxerir unha relación co nome medieval peninsular *Abderramán*, de orixe árabe.
- 25, 26. **Eiriz**, lugar da parroquia de Brigos, e o segundo elemento de **Vilar de Eiriz**, na do Mato, corresponden a un xenitivo AGIRICI, dun nome persoal de orixe xermánica AGERICUS ou AGIRICUS, romance *Eirigo* (HGN, 5/120).
27. **A Elfe**, lugar da parroquia de Arcos. Semella forma con falsa segmentación interpretando como artigo feminino o A- inicial. Pode corresponder ó xenitivo dun nome persoal de orixe latina latino ADELPHUS ou ADELPHUS (Duval 1977, 332), rexistrado na documentación galega do século IX (Piel, 1958, 5, p. 63).
28. **Enviande**, lugar da parroquia de Pedrafita, do xenitivo dun nome xermánico EVENANDUS (HGN 81/2).
- 29, 30. **Esmeriz** (*Santa Mariña*) e **Esmoriz** (San Xillao) proceden de dous nomes de orixe xermánica que en realidade constitúen dúas variantes diverxentes dun mesmo: ERMERICUS / ERMORICUS (HGN, 78/18). Na documentación medieval de Oseira atopamos indistintamente *Es-* e *Er-* na sílaba inicial dos nomes das dúas parroquias. Interpretámola grafía con *s*, que prevaleceu, como ultracorrección dun suposto rotacismo.
31. **Formariz**, nome dun lugar da parroquia de Vilaúxe, procede do xenit. dun nome de orixe xermánica FROMARICUS (HGN, 108/7).
- 32, 33. **Freán** (parr. de Argozón) e **Freán** (parr. de Líncora) proceden do xenitivo do nome medieval FROILA, de orixe xermánica (HGN, 106/9) como confirman as formas *Froán*, *Froam* con que aparecen na documentación medieval de Oseira.

34. *Gomesende*, lugar da parr. de Arcos, procede do xenit. doutro nome xermánico GOMESINDUS (HGN, 144/12).

35. *Gordón*, lugar da parr. de Argozón, semella proceder dun antropónimo, aínda que non podemos precisar de cál. Na documentación medieval de Oseira presenta a forma actual. Kremer (Cognomina, IV, 51) rexistra exemplos medievais de GORDÓN como sobrenome que moi probablemente contén o adxectivo común gordo (< lat. GÜRDUS, quizá voz de orixe hispánico, segundo Corominas, DCECH, s.v. *gordo*). Este cognome podería explica-lo noso topónimo.

36. *Güimil*, lugar da parr. de Nogueira. Doutro nome xermánico GOIMIRUS (HGN, 132/3).

37. *Guxeva*, lugar da parr. de Argozón provén dun nome feminino de orixe xermánica GUDIGEVA (HGN, 146/4).

38. *Lamamartinga* figura no Madoz como *caserío* da parroquia de Requeixo. Non figura nos nomenclátors nin temos noticia de que exista hoxe. O seu segundo elemento semella unha forma adxectivoal MARTÍNICA, derivada do nome persoal MARTINUS.

39. *Lamasindín* é o nome dunha entidade recollida no Madoz na parroquia de Arcos e cualificada como *cas.* (“caserío”), aparentemente desaparecida na actualidade. O seu segundo elemento corresponde ó xenitivo dun nome persoal de orixe xermánica SENDINUS ou SINDINUS (HGN, 241 /24).

40, 41. *Marín* (lugar da parr. de Chantada) e o segundo elemento de ***Lamamarín*** (na parroquia de Merlán) proceden do xenitivo do nome persoal latino MARINUS (Kajanto, 81, 308).

42. *Mariz*, lugar e parroquia (San Martiño). Do xenit. doutro nome xermánico MALARICUS (HGN, 179/1), como proba a forma medieval *Maariz*.

43. *Meixide*, lugar da parr. de Merlán, e ***Meixide Grande***, na de San Fiz de Asma). Piel (1937, p. 55) atribúe este e outros topónimos galegos idénticos ó xenitivo dun nome persoal latino MAXITUS, emparentado con MAXIMUS.

44. *Melide*, lugar da parr. de Camporramiro. Procede do xenit. dun nome de orixe latina MELLITUS (Kajanto, 284).

45. *Merlán*, nome de lugar e parroquia, procede posiblemente de MERILANE, dun nome persoal xermánico MERILA (HGN, 185/204). Na documentación medieval de Oseira alternan para o nome da parroquia as denominacións de *San Tomé do Freixo* e *San Tomé de Merlán*. Para o lugar rexistramos sempre as grafías *Merlam*, *Merlan* (só nun caso *Morlam*, pero *Merlam* no mesmo documento: *Oseira* nº 845, ano 1259), non sendo nun doc. do ano 1274 onde vemos «*na vila de Rolle et na vila de Merela sub sino de san Tome de Freyxeo*» (*Oseira*, nº 1050).

46. *Mouricios*, nome de lugar e parroquia (San Cristovo), semella conte-la forma de plural do nome persoal *Mauricio*, MAURITIUS, de orixe latina (Kajanto, 206). Na única documentación medieval relativa a este nome de que dispomos, aparece

como *Sancto Christophoro de Morinços* (Oseira, nº 790, ano 1257), o que aparentemente contradí a nosa proposta etimolóxica.

47. Mouriscados, nome de lugar na parroquia de Arcos. Tamén contén unha forma plural, coma o anterior, posiblemente por alusión a un grupo familiar de poboadores. A forma singular corresponde a un nome persoal medieval de orixe latina MAURICATUS (Cortesão, OM, p. 214), con relativa presenza na toponimia galega a partir do xenitivo MAURECATI > *Morgade*. O noso topónimo supón unha forma *MOURISCADO resultante da interferencia do adxectivo e substantivo comúns *mourisco* (o mesmo ca nun topónimo de Lalín *Mouriscade* < MAURI(S)CATI, onde a presenza do -s- interferido tamén impediu a perda da vocal pretónica e a conseguinte monotongación ante o -r final de sílaba).

48. Mundín, nome de dous lugares nas parroquias de Adá e Vilaúxe. Do xenitivo MONDINI dun nome de orixe xermánica MONDINUS (HGN, 190/7).

49. Muradelle (San Paio), nome de parroquia, semella conter igualmente o xenitivo dun nome de posesor. Tamén poderíamos pensar nun nome común *Muradella*, diminutivo de *Murada*, con posterior palatalización da vocal final por efecto da consoante palatal, como en *Cidadelle* (antigo Ciudadella), *Cameselle* (Camesella), etc. Pero a documentación medieval, sempre con -e final, non aboa esta interpretación, polo que preferímo-la hipótese antroponímica. Con tod,o non atopamos nos repertorios onomásticos unha forma que dea explicación do topónimo. Podería pensarse nun derivado de MAURUS, pero habería que explica-la monotongación da sílaba inicial. Kremer (*Cognomina*, IV, 62) rexistra un sobrenome altomedieval AMORATUS, probablemente derivado de AMORE; o xenitivo dun diminutivo *AMORATELLUS podería dar explicación do noso topónimo.

50. Muxilde, lugar da parroquia da Laxe. Procede posiblemente dun nome de orixe xermánica MODEGILDUS (HGN, 188, que non obstante non inclúen este topónimo galego).

51. Nande, lugar da parr. de Mouricios. Do xenitivo dun nome persoal xermánico NANDUS (HGN, 191/10).

52, 53. Nandulfe, 2 lugares nos concellos de Pedrafita e San Salvador de Asma. Dun nome xermánico NANDULFUS (HGN, 191/9).

54. Paderne, lugar da parr. de Muradelle. Do xenitivo dun antroponimo latino PATERNUS, derivado de PATER (Schulze, 192).

55. Podente, lugar da parr. de Merlán. Do xenitivo do nome POTENTIUS (Schulze, 525) de orixe latina (Piel, 1937, 53, p. 60).

56, 57, 58. Quinzán da Vila, en Adá, *Quinzán das Peras* en Argozón e *Quinzán do Monte* en San Miguel do Monte, posiblemente do xenit. dun nome de orixe latina QUINTIANUS (Kajanto 35, 153) antes ca do nome xermánico QUINTILA (HGN, 189/9), co que posiblemente se relacionan os topónimos *Quintián* (4 na prov. de Lugo).

59. *Randolfe*, lugar da parr. de Bermún. Do xenitivo dun nome xermánico RAN-DULFUS (HGN, 217/4).

60. *Regoufe*, lugar da parr. de Esmeriz. Do xenit. dun nome xermánico RECAUL-FUS (HGN, 219/26a)

61. *Rolle*, lugar da parr. de Merlán. Posiblemente do xenitivo dun nome de orixe latina RULLUS (Kajanto, 265) ou RULLIUS (Schulze, 424).

62. *Sabadelle* (Santa María), parroquia. Do xenitivo do nome de orixe latina SAB-BATELLUS, diminutivo de SABBATIUS (Kajanto, 62, 135).

63. *Sabadón*, lugar da parr. de Vilaúxe. Semella proceder do xenitivo dun nome persoal emparentado co anterior, correspondente ó derivado co sufixo -ONE en lugar de -ELLU.

64. *Sandiás*, lugar da parroquia de Vilaúxe. Do xenitivo SANDILANIS dun nome xermánico SÁNDILA (HGN, 231/9).

65. *Senín* ou *Xenín*, lugar da parroquia de Merlán. Non dispomos de documentación medieval deste topónimo. Dado que non sendo nos nomenclátors de 1981 e 1986 atopamos sempre *Senín* (así no Madoz, na *Xeografía* de Carreras y Candi e nos demais nomenclátors), podemos pensar que esta é a forma tradicional, polo que sería idéntico a outros *Senín* da xeografía galega e ó segundo elemento dun *Vilassenín* de Ordes, estudado por Piel (1984, 53, pp. 21-22), que o profesor alemán relaciona cun hipotético *SENNINIUS de orixe latina, emparentado co SENNIANUS ou o SINNIUS recollidos por Kajanto e Forcellini, respectivamente.

Se fose a tradicional a forma con palatal inicial *Xenín* que figura nos nomenclátors recentes, e que efectivamente ten presenza na fala convivindo coa outra, entón cabería remonta-lo topónimo ó xenitivo doutro nome persoal de orixe latina *GENNINUS, relacionado con GENNIUS (Schulze, 357).

66. *Señorín*, lugar da parr. de Camporramiro. Do xenitivo dun nome de orixe latina SENIORINUS (Kajanto, 294).

67. *Sernande*, lugar da parr. de Nogueira. O *r* da primeira sílaba é producto dun rotacismo do *s* ante consoante sonora. A forma orixinaria sería SESNANDE, do xenit. dun nome de orixe xermánica SISNANDUS (HGN, 248).

68. *Soilán*, nome de dous lugares nas parroquias de Pereira e Pesqueiras. Proceden de SUNILANE, dun nome xermánico SUNILA (HGN, 246/11).

69. *Soutariz*, lugar da parroquia de Vilaúxe. Piel-Kremer (HGN 6/13) suxiren unha orixe en SALTU ALARICI, cun segundo elemento correspondente ó xenitivo do nome xermánico ALARICUS. Na documentación máis antiga que posuímos figura como *Sautariz* (ano 1148, *Oseira*, nº 20).

70. *Ulfe*, lugar da parroquia de Vilaúxe, como noutros topónimos idénticos, corresponde en realidade a unha forma *Aúlfe*, onde o *a-* inicial foi interpretado como artigo. Do xenitivo dun nome xermánico ADULFUS (HGN, 3/23c).

- 71. Uriz**, lugar da parroquia de Muradelle. Do xenit. dun nome de orixe xermánica ONORICUS (HGN, 203/7).
- 72. Usuriz**, lugar da parr. de Bermún. Do xenit. dun nome xermánico OSORICUS (HGN, 205/9).
- 73. Vidal**, lugar da parr. de Pesqueiras. Do xenit. dun nome de orixe latina VITALIS (Kajanto, 274).
- 74. Vilaúxe**, nome de parroquia (San Vicente), tamén chamada *A Sariña*. Piel explicao como procedente de *Villa Ursi*, dun nome persoal latino URSUS ‘oso’ (1984, 54, p. 22).
- 75. Vilaver**, lugar da parr. de Vilaúxe. O segundo elemento corresponde ó xenitivo VALERII dun nome persoal de orixe latina VALERIUS (Kajanto, 165).
- 76. Vilaxuste** sería a forma actual do *Vilaiuste* que aparece na documentación medieval como denominación alternativa da parroquia hoxe coñecida como Santiago de Requeixo (*Oseira*, vol. II, p. 1420). Contén o xenitivo dun nome de orixe latina IUSTUS (Piel, 1948, 183).
- 77. Xedive**, lugar da parr. de Pereira. Corresponde ó xenitivo GENITIVI dun nome persoal de orixe latina GENITIVUS ou GENETIVUS (Kajanto, 312), e é paralelo do topónimo *Xendive* do concello de Lobios (Piel, 1982, p. 147).
- 78, 79, 80. Xillán** (lugar na parroquia de Pedrafita) e mais *Xillán de Baixo* e *Xillán de Riba* (lugares na parroquia de Requeixo) proceden do xenitivo IULIANI do nome de orixe latina IULIANUS (Kajanto, 35, 148). Na documentación do séc. XIII aparece como *Iullam* (*Oseira*, n^{os} 692, 1136, etc.), e no Madoz como «*Jullán o Sillán*». Coma noutros casos semellantes, prevaleceu a forma con palatalización da vocal pretónica entre consoantes palatais. Na actualidade ten moita presenza na fala a variante con despalatalización da consoante inicial *Sillán*. Con este debemos relacionar tal vez o topónimo *Penasillás* da parroquia de Laxe, que aparece no Madoz como «*Penajullás o Penasillás*» e que probablemente correspondente a un PINNAS IULIANAS.
- 81. Xoanín**, lugar da parr. de Laxe. Corresponde ó xenitivo de JOHANNINUS (Cortese, OM, p. 184).
- 82. Zaquín**, lugar da parr. de Chantada. Pedro Cunha Serra (1967, p. 18) asigna para este topónimo, o mesmo ca para un paralelo *Cequim* de Bragança, unha orixe a partir dun nome persoal ou alcume de orixe árabe *Zaquñy*.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

- Cortese, OM = Cortese, A. A., *Onomástico medieval português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912.
- Dauzat, A. / Deslandes, G. / Rostaing, Ch., *Dictionnaire étymologique des noms de rivières et de montagnes en France*, Klincksieck, Paris, 1982.

- DCECH = Corominas, J. / Pascual, J. A., *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Gredos, Madrid, 1980-1991.
- Duval, N., "Index des noms propres discutés et commentés", *Actes du Colloque International sur l'onomastique latine*, C.N.R.S., Paris, 1977.
- Frazão, A. C. Amaral, *Novo dicionário corográfico de Portugal*, Ed. Domingos Barreira, Porto 1981.
- HGN = Piel, J. M. / Kremer, D., *Hispano-gostisches Namenbuch*, Carl Winter, Universitätsverlag, Heidelberg, 1976.
- Kajanto, I., *The Latin Cognomina*. Giorgio Bretschneider Editore, Roma, 1982 (2ª ed.).
- Kremer, *Cognomina* = Kremer, D., "Bemerkungen zu den mittelalterlichen hispanischen cognomina", *Aufsätze zur Portuguesischen Kulturgeschichte*, Münster Westfalen, (1970/1980): (i), 10 (1970), pp. 124-183; (ii), 11 (1971), pp. 141-187; (iii), 12 (1972/73), pp. 101-188; (iv), 13 (1974/75), pp. 157-188; (v), 14 (1976/77), pp. 191-273; (vi), 16 (1980), pp. 117-205; (vii), 17 (1981/82), pp. 47-146.
- Lvcensia* 5 = (anónimo) "Nomenclátor toponímico medieval de la diócesis. Atribuido a Buena-ventura Cañizares". *Lvcensia*, nº 5, Lugo, 1992, pp. 137-185.
- Menéndez Pidal, R., *Manual de gramática histórica española*, Espasa-Calpe, Madrid, 1940.
- Oseira* = Romaní Martínez, M., *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira*, Tórculo, Santiago de Compostela, 1990 (vols. I e II), 1993 (vol. III).
- Piel, J. M. / Kremer, D., *Hispano-gostisches Namenbuch*, Carl Winter, Universitätsverlag, Heidelberg, 1976.
- Piel, J. M., "Lateinisches Namengut in portugiesischen und galizischen Orstnamen", *VKR* 10, Hamburg, 1937.
- Piel, J. M., *Nomes de possesores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, sepª de *Biblos*, vol. XXIII, Coimbra, 1948.
- Piel, J. M., "Ramalhete de antroponímia galega", *Homaxe a Ramón Otero Pedrayo*, Galaxia, Vigo, 1958, pp. 61-65.
- Piel, J. M., "Respiga de antroponímia galega de origem latina", *Verba* 9, Santiago de Compostela, 1982, pp. 125-151.
- Piel, J. M., "Novíssimas achegas à história da tradição antroponomástica mais antiga latina no Noroeste galaico", *Verba* 11, 1984, pp. 5-24.
- Rivas Quintas, E., *Lingua galega, níveis primitivos*, Laiovento, Santiago de Compostela, 1994.
- Schulze, W., *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Widmann, Berlin, 1966 (2ª ed.).
- Serra, P. Cunha, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do noroeste peninsular*, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1967.

LOS APODOS SEGÚN ALGUNOS DOCUMENTOS MEDIEVALES GALLEGOS

César Oro

Howard University

Muchos son los temas que se pueden descubrir en la rica y abundante documentación gallega que ha llegado hasta nosotros con fechas anteriores al siglo XIV. Elegidos los apodos como tema de esta comunicación, queda a su vez precisado el período que cubre, ya que sólo he encontrado apodos en medio centenar de documentos fechados entre 1243 y 1299. El año 1299, para limitar el período de tiempo que abarca este trabajo, es una fecha arbitraria pero significativa, pues el siglo XIV ya no es auténticamente medieval sino de transición al Renacimiento, como todos sabemos.

I. METODOLOGÍA

A. El corpus

El método usado en esta investigación no es exhaustivo. ¿Se puede ser exhaustivo en un estudio humanístico? Digamos sin embargo que sí se ha analizado un corpus representativo basado en cerca de trescientos documentos. El resultado ha sido una lista de más de cien apodos semejantes a éstos: “Juana, dita ‘Rosquilleira’” o “Juan, dito ‘Barballoas’”. Algunos de estos motes se han localizado una sola vez y otros han sido localizados varias veces. Por otra parte, para no crear inconvenientes debidos a copias defectuosas, traduzco las citas al castellano y mantengo exclusivamente el apodo entrecomillado según aparece en la transcripción de los documentos.

B. La presentación del material

Brindo las citas de la siguiente manera (uso la palabra ‘amosegado’ como ejemplo): [1285-H.32A.- “Cita” pp. 1119¹, ls 2-3². OS: Doc. 1177, pp. 1118-1119. AHN: Pergam.

¹ ‘pp.’ ha de interpretarse como página o páginas, según los casos.

Carp. 1536/17]³. Hay otras citas simplificadas como en ‘auegosso’. [“Cita” pp. 261, ls 19. (Cfr. *Varrio*)]. Esta signatura ha de entenderse así: ‘Auegosso’ se localiza en la línea 19 de la página 261. El resto de la información está bajo el apodo ‘Varrio’. Es decir, ‘Auegosso’ y ‘Varrio’ aparecen en el mismo documento.

II. EL TEMA

Uno puede preguntarse por qué estudiar los apodos. Estas dos razones parecen válidas:

- (a) Porque a través de ellos podemos observar una parcela de la sicología del pueblo gallego (y la de cualquier otro pueblo) en la que el humor juega un papel fundamental.
- (b) Porque se puede enriquecer el léxico gallego con palabras que supuestamente no abundan en otras fuentes.

A. Definición del apodo y otras puntualizaciones

Es necesario aclarar un poco lo que es un apodo (< Lat. APPUTARE ‘comparar’). En inglés lo llaman ‘nickname’, pero no parece tener en la cultura sajona la misma significación, relevancia y alcance que en la cultura hispana. Baso esta idea en que, por ejemplo, ‘oil’ (aceite, petróleo) es un ‘nickname’ que corresponde a ‘black gold’ (oro negro) e ‘Ireland’ (Irlanda), es un ‘nickname’ de ‘Emeral Isle’ (Isla Esmeralda). La definición misma de ‘nickname’ es poco precisa y no nos ayuda gran cosa. He aquí la definición de ‘nickname’ que da un diccionario inglés (traduzco): “Un nombre usado en lugar de otro nombre”. Sin entrar en matices, parece que nos movemos en el terreno de la sinonimia⁴.

Pasemos ahora a definir el apodo en gallego y castellano con criterios de autoridad. En gallego se dice ‘alcume’ (var. ‘alcuño’). Comienzo por esta interesante y gráfica definición de apodo que nos da Blanco-Amor en una novela y que, por lo bien lograda, no necesita comentarios; “O Juan Fariña é o Eladio Vilarchao, que están aí nos papéis, son o Bocas e o Milhomes polos alcumes, que é como eiquí nos coñecemos todos e que non ofenden a ninguén, porque Xan e Aladio poden ser calisquera, pro o Bocas e o Milhomes só poden ser os que son, ...”⁵.

² ‘ls’ ha de interpretarse como línea o líneas, según los casos.

³ Esta signatura debe leerse así: [1285-H.32A] quiere decir un día no mencionado [32], del mes de agosto [H], del año 1285. (Una [A] en lugar de la [H] correspondería a enero y una [M] correspondería a un documento que no indica el mes). La [A] de [32A] sólo tiene sentido cuando hay más de un documento de la misma fecha, lo que se indicaría con una B, C, etc. Sigue la cita “entrecomillada”. [pp..., ls...] indican la página y la línea donde se encuentra ‘amosegado’. [OS] indica el título de la fuente, en este caso *Colección Diplomática do Mosteiro de Oseira*; 2 Vols. (Cfr. Apend. II. a). La segunda abreviatura [pp] indica la página o páginas donde se encuentra el documento. [AHN] indica el archivo que guarda el original (Cfr. Ap. II, b). A continuación se brinda a veces información sobre el material en que está escrito el documento original, generalmente pergamino. Y concluye la cita indicando que se trata del documento número [17] de la carpeta [1536].

⁴ Apuntemos incidentalmente que ‘apodo’ tiene *grosso modo* los siguientes sinónimos: ‘alias’, ‘mote’, ‘remoquete’, ‘sobrenombre’ y los sintagmas nominales ‘mal nombre’ y ‘nombre postizo’.

⁵ Eduardo Blanco-Amor. *A Esmorga*. Vigo: Galaxia (3.^a ed.), 1975. Traducción de la cita: “Juan Fariña y Eladio Vilarchao, que están ahí en los papeles, son O Bocas y O Milhomes según los apodos, que es como aquí nos conocemos todos, y que no ofenden a nadie, porque Juan o Eladio puede ser cualquiera, pero O Bocas y O Milhomes sólo pueden ser los que son, ...”.

El *Diccionario Xerais* (Ares et alii), bajo *alcume* dice: “Mal nome que se lle pon a unha persoa”. Por su parte, María Moliner define ‘apodo’ o ‘mote’ así: “Sobrenombre aplicado a veces a una persona, entre gente ordinaria, y muy frecuentemente en los pueblos, donde se transmite de padres a hijos”.

Precisemos un poco estas definiciones.

1. Un apodo puede aplicarse a todo un pueblo, como cuando los mexicanos llaman *Gringos* a los habitantes de EE.UU. o los angloparlantes llamaban *Don* a los españoles, aludiendo al hoy algo ‘gastado’ primer título de distinción social.
2. También se puede apodar una cosa, como cuando el pueblo español llamó a la Constitución de 1812 “la Pepa” para poder gritar ¡Viva la Pepa! sin irritar a los invasores franceses allá por los tiempos de Napoleón.
3. Otra observación. El ‘apodo’, según María Moliner, “abunda entre gente ordinaria”, lo que no deja de ser cierto ¿Quién no recuerda, pongo por caso, a alguien motejado *O Chosco* ‘*El bizco*’? Pero si oteamos nuestra historia y nuestra literatura comprobaremos que esto ocurre también en otros estratos sociales (monarcas, escritores, personajes de ficción, etc.) y que el apodo no siempre tiene connotaciones negativas. Por ejemplo, Alejandro *Magno* (siglo IV a. C.), Solimán, *El Magnífico* (siglo XVI) o Carlos *Martel* (siglos VII/VIII) cuyo mote ‘Martel’ (martillo) le viene de que “aplastó a los moros como de un martillazo”.
4. Una precisión adicional al término ‘apodo’. En los tiempos bíblicos, y a veces en el mundo clásico, resultaba más que difícil diferenciar ‘nombre’ y ‘apodo’. Así nos encontramos con variedad de palabras para hacer referencia a cada individuo de la especie humana, el ‘homo sapiens’ que, visto desde nuestra perspectiva, va a tener una denominación específica. Supongamos una familia con dos hermanos (-as). Como es obvio, hay que distinguir estos dos individuos y para ello usamos el ‘nombre propio’, ‘nombre de pila’ o, quizás más expresivo, el ‘given name’ inglés. A continuación vienen los apellidos o ‘nombres de familia’. En el mundo hispano-hablante tenemos dos apellidos. Esto no ocurre en otras culturas. Pero, ¿se puede aplicar esto retrospectivamente a partir de la famosa cita bíblica “*In principium erat Verbum*”⁶? En este pasado remoto ‘nombre’ y ‘apodo’ carecen de semas diferenciales.

B. Ejemplos de apodos famosos desde el mundo antiguo hasta el medievo

(Dejemos a un lado a nuestro bíblico padre Adán que podría dar tema para una larga disertación). Del llamado mundo clásico escojo al azar un ejemplo que puede ser el poeta cómico griego *Menandro*, que significa ‘ira del hombre’ ¿Es Menandro un nombre o un apodo? En Roma, si no recuerdo mal, el célebre orador *Cicerón* se llamaba Marco Tulio. Su apodo *Cicerón* lo hereda de familia por una verruga del tamaño de un garbanzo (CICER, -ERIS, en latín) que un pariente suyo había tenido en la nariz. De ahí le viene el mote al orador latino. *Cicerón* se acerca, por lo menos en su origen, al típico apodo o ‘alcume’, según lo usamos en nuestros días.

⁶ *El Evangelio según san Juan*, 1.

En el mundo cristiano *Jerónimo* quiere decir ‘nombre sagrado’. Posteriormente, en tiempo de los visigodos encuentro, entre otros muchos nombres, *Rodrigo* e *Isidoro* que significan respectivamente ‘lobo audaz’ y ‘don de igualdad’.

En resumen, parece apropiado afirmar que en aquellos tiempos no había una línea divisoria precisa entre el ‘nombre de pila’ y el ‘apodo’.

C. Los apodos a partir del medievo

Podría añadir muchos ejemplos, tanto del mundo antiguo como del medievo, pero no lo considero necesario.

Sólo voy a recordar de paso algunos apodos famosos de tiempos más recientes, unos que corresponden a monarcas, otros a hombres de letras y un tercer grupo que corresponde a caracteres de ficción.

1. Apodos regios

Si repasamos una breve lista cronológica de nuestros monarcas, encontraremos apodos a diestra y siniestra que unas veces ennoblecen al monarca y otras veces no tanto. En algunas ocasiones nos hacen reír y en otras no. Aquí presento algunos ejemplos: Guillermo, *el Conquistador* y Alfonso X, *el Sabio*. Del siglo XV es Felipe I, *el Hermoso*. Del siglo XVI es Felipe II, *el Prudente*. En el siglo XIX encuentro al advenedizo José Bonaparte, alias *Pepe Botella*, y a Fernando VII, *el Deseado*.

2. Apodos famosos del mundo de las letras

Veamos ahora algunos apodos que corresponden a autores de carne y hueso. Al Siglo de Oro pertenecen *El Manco de Lepanto* y *El Fénix de los Ingenios*. Del siglo XIX me viene a la mente Francisco Martínez de la Rosa, *El Pastelero*. Un poco más cerca de nosotros está el patriarca B. Pérez Galdós a quien llamaban *El Garbancero*. Creo que en la actualidad hemos sofisticado nuestras relaciones humanas y ya no abusamos tanto del apodo en la vida real, pero sí se sigue usando profusamente a nivel popular y, por supuesto, en la literatura.

3. Apodos en personajes de ficción

Finalmente hay otra clase de apodos que son producto del ingenio de nuestros escritores. Sin gran esfuerzo mental puedo mencionar a *Trotaconventos* de nuestro genial Arcipreste (siglo XIV). Del siglo XV es *La Celestina* que pasó a ser nombre común para designar un oficio casi tan antiguo como la Humanidad misma. Del siglo XIX es *La Regenta*, de Clarín. Otros apodos (dígase *Rinconete*, *Cortadillo*, *El Buscón*, *Leporello*, etc.) están muy bien representados en la literatura de todos los tiempos, sin que el presente sea una excepción. Si me ciño a la literatura gallega, me viene a la mente *O Rañolas* de *Os dous de sempre* de Castelao. Pero donde realmente hay un lujo de apodos es en la novela *A Esmorga*, a la que ya he hecho referencia. En las páginas diecinueve y veinte de esta joya literaria hay apodos como Juan Fariña, *O Bocas*, *O Alifante*, *O Peitodemacho*; y Eladio Vilarchao también respondía por *O Milhomes*, *O Papaganduxos*, *O Setesayas* y *O Maricallas*.

Cipriano Canedo entendía por *O Castizo*, *O Tiñoso* y *O Puchapodre*. Por allí también merodea *O Narizás*, dueño de una taberna y *A Raxada*, representante del mundo de la ‘vida alegre’.

Con esta breve introducción paso a escudriñar qué ocurría en la literatura legal en la Galicia del siglo XIII, siglo grande en verdad para la creatividad gallega. Es el período en el que se escriben las *Cantigas de Santa María* y otros cancioneros de todos conocidos. Alguien acertadamente llamó a estos autores ‘Os Devanceiros’ entre los que hay que contar a los redactores de documentos legales que también contribuyeron al enriquecimiento de la lengua gallega. En nuestros archivos abundan cartularios y pergaminos aislados que contienen documentos de distinta índole como foros, testamentos, compraventas, donaciones, sentencias arbitrales, concordias, pesquisas, etc., todo un tesoro documental que poco a poco y mediante transcripciones rigurosas nos ayudarán a conocer mejor la lengua gallega en su primer período de esplendor.

III. ESTRUCTURA DEL APODO EN GALLEGO

Un ejemplo de apodo aparece típicamente así: [Nombre] + [,] + [una de las formas del paradigma de ‘dito’ [dito, -a, -os, -as, ditu, dicto, etc.]] + [el apodo propiamente dicho]. Esta fórmula es válida para aproximadamente el 95 por ciento de los casos. El resto son excepciones cuya primera característica es la ausencia de ‘dito’. Helas aquí:

- a) Adjetivo sustantivado mediante el presentador ‘o’. Esta es la fórmula: nombre + apellido + [,] + presentador + apodo. P. e. “Juan Peláez, ‘o auegoso’” (Hoy diríamos ‘o avogoso’).
- b) Un apodo que simplemente desplaza al nombre. P. e. “... nuestra casa en la que moró ‘Barbas de Leyte’...” (Este apodo es a su vez un sintagma nominal sujeto).
- c) Nombre + apodo en función adjetival en incidencia directa. P. e. “...Fernán ‘Bocho’”.
- d) Nombre + apellido + apodo (como un segundo apellido). Casos: “Pedro Yáñez ‘Carne aceda’” y “Pedro Pérez ‘Pam a Costas’”.
- e) Por último, nombre + apellido + relacionante preposicional ‘de’ + apodo. Caso: “Pedro Yáñez de ‘Carne Aceda’”.

Todos los demás casos se ajustan a la estructura normal.

IV. CLASIFICACIÓN DE LOS APODOS SEGÚN LA DIFICULTAD DE SU CONTENIDO

En este espacio procedería presentar las citas que constituyen la base de este trabajo. Son datos objetivos que llenan varias páginas de texto. Debido precisamente a razones de espacio, prefiero presentarlas en el Apéndice I. En él aparecen en orden alfabético más de un centenar de apodos, unos con una relación signo / referente más o menos in-

teligible y otros que ofrecen dificultades serias para una razonable interpretación. Precisamente uso este nivel de dificultad para desentrañar su contenido formando tres grupos que llamaré A, B y C.

Dado que los estudios de lengua no corresponden precisamente a lo que solíamos llamar ciencias exactas, tampoco estas divisiones son compartimientos estancos. Quiero decir que la línea divisoria entre A, B y C es una línea imprecisa donde a veces un apodo puede encajar en un grupo o en otro. Adelantemos que mientras el grupo A resultará ser el más preciso, puesto que se trata de palabras que figuran en los glosarios y diccionarios disponibles, en el otro extremo está el grupo C, cuyo corpus está formado por términos que, por lo general, no figuran en nuestros léxicos y diccionarios. Este hecho me lleva a la observación de que falta un diccionario del gallego antiguo que podríamos llamar “Diccionario gallego de términos medievales” y que sería algo así como una réplica del *Diccionario de Autoridades* castellano. Si lo tuviéramos, este trabajo sería mucho más fácil de llevar a cabo.

El grupo B, por otra parte, es el más inestable. Es posible que gran parte de los apodos de forma de frase preposicional aludan al topónimo de donde viene el antropónimo. En este caso estarían los apodos precedidos por ‘da’, ‘de’, ‘do’, como ‘Da Fonte’, ‘De Mudelis’, ‘Do Cassal’, que figuran en Torres Luna y/o en Moralejo. Por tanto, los agrupo en la sección B. Por su parte, ‘Da Lagarteira’, ‘De Jenroço (Janroço/Jenrozio)’ y ‘Do Canto’ estarán en el Grupo C, dado que no he comprobado que sean topónimos.

Precisemos un poco más cada grupo.

Grupo A. Apodos de contenido explícito

Son los más asequibles. Por lo general ni hace falta el diccionario. Se trata de apodos cuya interpretación resulta fácil dentro de los parámetros de la cultura. Ejemplo: “Juan, dito *Carneiro*”. Aquí pretendo agrupar los apodos buscando características comunes, dígame apodos que significan cualidades físicas, carácter, paciencia, control de las emociones, suavidad en las respuestas, agilidad en las reacciones, etc. He aquí los subgrupos:

1. Animales y vegetales (aves, cuadrúpedos, peces y plantas). Así, loro: “Don Arias Pérez, dito *loro*”. Pasarín/Passaryn (asumo que se trata de un diminutivo de pájaro): “Pedro Fernández, dito *Pasarín*” (1277). “Pedro Fernández, dito *Passaryn*” (1281). Pombo: “Juan Martín, ‘dito *Poonbo*’”. Gata: “... de María Pérez, dita *Gata*”. Sardiña: “Pedro Domínguez, dito *Sardiña*”. Pereiro y pexegueiro: “Domingo Yáñez, ‘dito *Pereyro*’ y “Juan Yáñez, ‘dito *Pessegeyro*’”.
2. Carácter fuerte, valiente, fiero, porfión, etc. Así, Bravo: “Roy Fernández, dito *Bravo*”. Y el mismo Ferro: “Hernando Yáñez, dicto *Ferro*”.
3. Carácter inmaduro; connotaciones negativas como dominante, patán, porfión, etc. Así, Boleca: “Mayor Yáñez, dita *Boleca*”. Carneiro: “Ruiz Martínez, dito *Carneiro*”. Leona: “Doña Teresa, dita *Leona*”. Ribaldo: “Juan Martínez..., dito *Ribaldo*”⁷.

⁷ Ribalde, en el *LBA* del Arcipreste [1461 b], significa ‘bribón, villano’.

4. Características físicas: color de la piel, hermosura, marcas, cicatrices, etc. Así, Albelo: “Juan Martínez, dito *Aluelo*”. Albo: “Pedro Pérez, dito *Aluo*”. Amosegado: “Esteban Yáñez, dito *Amosegado*”. Bela: “...mayor Fernández, dita *Bela*”. Castaño: “Yo, Martín, dito *Castaño*”. Louro: “Pedro Yáñez, dicto *Louro*”. Mourinho: “Juan Domingos, dito *Mouriño*”⁸.

5. Defectos físicos: narigón, bembón, barrigón, etc. Así, Betegón: “Pedro Meogo ... dito *Betegón*”. Bicos: “Juan Yáñez, dito *Bicos*”. Bocho: “Fernán *Bocho*”. Boto: “Juan Pérez, dito *Boto*”. Broco: “Pedro Yáñez, dito *Broco*”. Feixe: “Juan ... escudeyro, dito *Feyxe*”. Gago: “Martín Pérez, dito *Gago*”. Redondo: “Martín Pérez, dicto *Redondo*”.

6. Dignidad, autoridad, pompa, etc. Así, Bispo, o-: “Juan Martínez, dito *Obispo* [o bispo]”. Rey: “Payo Pérez, dito *Rey*”. Temón: “Juan Yáñez, dito *Temón*” (aunque se trate de una parte de un útil de labranza, puede denotar autoridad).

7. Moda, capricho. Así, Gedella: “Pedro Pérez, dito *Gedella*”.

8. Oficios, lugar donde se trabaja. Así, Cantina: “María Fernández, dicta *Cantina*”. Cocineiro: “García Mártiz, dito *Coçiñeyro*”. Fariña: “Pedro Yáñez, dito *Fariña*”. Ferreyro: “Roy Pérez, dito *Ferreyro*”. Fuseiro⁹: “Martín Ares, dito *Fuseyro*”.

9. Otros defectos o virtudes, como hablador, poca formalidad, irritable, dominante, de pocas palabras, etc. Así, Bulla: “Pedro Yáñez, dito *Bulla*”. Cabrita: “Domingo Paiz, dito *Cabrita*”. Seco: “Rodrigo Martínez, dito *Seco*”.

10. Nacionalidad y parentesco. Así, Gallego: “Domingo Yáñez, dito *Gallego*”. Gascón: “Arias Martínez, dito *Gascón*”. Parente: “Pedro Pérez, dito *Parente*”.

11. Profesiones, negocios. Así, escribano: “Frey Juan Pérez, dito *Escribán*”. Escudero: “Pedro Pelaiz, dito *Escudeiro*”. Mercader: “Pedro Pérez, dito *Mercador*”. Maestro: “Pedro Yáñez, dito *Mestre*”.

12. Sintagma descriptivo en aposición, humor. Así, Barbas de Leyte: “Pedro Yáñez, *Barbas de Leyte*”.

Todavía podría añadir una división más con unos apodos que no encajan bien en este grupo. Se trata de apellidos comunes de hoy pero que pueden tener otras denotaciones. Son los siguientes: Lado: “... Alfonso Martínez, dito *Lado*”. Otros casos: *Conllazo/Collazo*, *Costas*, *Ferreiro*, *Ferro*, *Gallego*, *Guerra*, *Rey* y *Seco*.

Grupo B. Apodos de contenido inferible

Este grupo de apodos puede descifrarse en todo o en parte con la ayuda de diccionarios especializados y otras fuentes escritas sumada al bagaje cultural del investigador. Normalmente son apodos que están atrapados dentro de un período cronológico de uso y por ello los diccionarios comunes no suelen registrarlos. Con un diccionario de términos medievales resultaría más fácil elaborar esta sección. A falta de ese diccionario, me han

⁸ Mourinho parece un diminutivo cariñoso de *mouro*.

⁹ Dícese del que hace o vende husos.

resultado muy útiles los autores Moralejo, Rodríguez González, y Torres Luna & otros, particularmente en los apodos en forma de frases preposicionales introducidas por **da-**, **de-** y **do-**.

Veamos unos casos:

1. **Coquín** era una especie de sereno que recorría las calles de Santiago pidiendo por las ánimas del purgatorio y por el alma del arzobispo don Alonso de Fonseca. Se documenta en 1295-H.23A. Cita: “Martín Díaz del Campo, dito *Coquín*” pp. 383, ls 26 (Cfr. Rey).
2. **Corna**. Se trata de una concha marina grande de forma de caracol con un agujero en la punta. Al soplar por este agujero se produce un sonido muy fuerte. Cita: “Estaban presentes: ... Pedro Pérez, ditu *Corna*” 1253-F.02A.
3. **Da Devesa**: 1276-A.03A. “Domingo Pérez, dito *da Devesa*” A Devesa, Municipio de Ribadeo, Lugo.
4. **Da Fonte**: 1268-J.06A. “Gil Gílez, dito *da Fonte*”. Topónimo.
5. **De Mudelis**: 1253-F.02A. “Frater Fernandus ... ditus *de Mudelis* (latín)”. Localizo un **Mudelos** en el municipio de O Carballiño, Ourense.
6. **De Valiñas**: 1271-M.32A. “Payo Pérez ..., dito *de Valiñas*”. San Andrés de **Valiñas**, municipio de Barro, Pontevedra.
7. **Do Casal**: 1293-L.25A. “Pedro Yáñez, dito *do Cassal*”. Topónimo.
8. **Do Pombal**: 1293-L.25A. “Juan Núñez, dito *do Poonbal*”. Topónimo.
9. **Do Río**: 1271-M.32A. “Juan Peláez, dito *do Río*”. Topónimo.
10. **Do Valle**: 1281-H.24A. “Payo Yáñez, dicto *do Valle*”.
11. **Gees**. 1253-F.02A. Renuncié varias veces a aventurar un referente a esta palabra pensando que se trataba de un error tipográfico. Sin embargo, ya no me parece aventurado afirmar que se trata de un paisano del sur de España (jaenés o jiennense por más detalles) al que le gustó el verde-esmeralda de las tierras de Galicia. Cita: “Estuvieron presentes: ... Martín Pérez, dito *Gees*”.
12. **Mealla/Mealha** (1287-K.01A). “Era metade de um dinheiro”, según explica el *Elucidario*. Para Rodrigues Lapa es simplemente una “pequena moeda”. También se documenta en *Cantigas de Santa María*. Cita: “... per Alfonso Pérez, dito *Mealla*”. También en la pp. 368, ls 45 de este mismo documento.
13. **Pedreira** (1286-F.24A), es una máquina de guerra para arrojar piedras y también es una cantera. Aquí parece más bien un apelativo de familia como ‘Os Pedreira’. Cita: “Señoras: ... María Rodríguez, dicta *Pedreyra*”.

Grupo C. Apodos de difícil interpretación

Este tercer grupo está formado por un puñado de apodos en cuyo contenido, en principio, no podemos penetrar por la simple razón de que no están en los diccionarios. Ejemplo: “Alfonso, dito *Befas*”. Está en las fuentes; pero su contenido está oculto. Habría que aventurar un significado o no pronunciarse. En el mejor de los casos, sería una especulación, sin olvidarnos de que cabe la posibilidad de un error de los amanuenses o de los transcritores.

Por estas razones, a continuación va una simple lista de apodos en orden alfabético: *Barda*, *Befas*, *Belto*, *Besna*, *Bochaam*, *Boubea*, *Campaaro*, *Canato*, *Capoche*, *Carne*

Aceda, Carrega, Danzayogos, De Carne Azeda, Durros, Espeille, Folatu, Fouçón, Fremorra, Goça, Laiynelas, Melleiro, Pam a Costas, Porcote, Regallado, Sardía, Tabaseyro, Tibouba, Topete, Varrio y Xarpa.

Puedo alargar esta lista con los sintagmas ‘Da Lagarteyra, De Jenroço (Janroço/Jenrozio) y “Do Canto” por no poder probar que se trata de topónimos como ya queda dicho. El apodo **Sancho**, por demasiado conocido, resulta complicado. Si el genial carácter creado por Cervantes hubiera sido anterior al año 1280, fácilmente se disolvería la complejidad. Pero no fue así. La duda permanece; mientras en la Edad Media hubo famosos reyes que se llamaron Sancho, hoy conozco honorables ciudadanos que también se apellidan Sancho. ¿Por qué se usó Sancho como apodo en el siglo XIII? Cita: “Pedro Yáñez, dito *Sancho*” (Cfr. Broco).

A GUISA DE CONCLUSIÓN

El uso de los apodos es seguramente universal. En Galicia su uso estuvo muy arraigado no sólo a nivel legal sino también a nivel literario y a nivel popular, como se ha hecho patente en las páginas que preceden. Pero debo puntualizar que en la actualidad el apodo ya no se usa para designar personas célebres ni objetos. El porqué reside quizás en las propias condiciones del mundo contemporáneo sujeto a una racionalidad que se pretende nuestra porque está dirigida a construir formas de comunicación que trascienden las fronteras nacionales.

El apodo particulariza, aprisiona al individuo apodado en una característica (o en una familia) y esto en el mundo moderno se percibe como una “incorrección política”. Pero en las comunidades locales o regionales, el apodo no tiene esta connotación de “prejuicio” y todavía se presenta como un especificador del miembro de la comunidad.

El uso del apodo en Galicia está declinando al mismo ritmo que el campo se moderniza. Pero todavía les queda a los sociolingüistas mucho que estudiar y decir en cuanto a las relaciones humanas del pueblo gallego, soñador, pragmático y ‘retranqueiro’, particularmente en cuanto al uso de los apodos.

Y para concluir, dos puntualizaciones: Primera: que aunque las fuentes que uso son documentos legales, esto no implica que el apodo, como se hace patente en el apéndice, no tenga valor determinativo al lado del nombre a quien acompaña casi en un cien por ciento de los casos. Segunda: Los apodos recuperan a veces palabras hoy muertas que deben ocupar el lugar que les corresponde en el diccionario histórico gallego que todos esperamos. Es ésta, a mi juicio, otra razón de peso para seguir estudiando este tema en profundidad.

A continuación presento un centenar de apodos en orden alfabético, desde ‘Aluelo’ hasta ‘Xarpa’.

Albelo. 1272-D.28A. “... cómo a mí, Juan Martínez, ‘dito *Aluelo*’, demandó Adán Fernández, vestuario ...” pp. 34, ls 1-2. GHCD: Tomo II, Doc. 9, pp. 34-35. También se documenta en la línea 15 de este mismo documento.

Albo. 1269-I.20A. “Yo... hago pleito y unbo con Pedro Pérez, ‘dito *Aluo*’, de Gunderen y ...” pp. 151, ls 2-5. DAG: Doc. 30, pp. 151. AHN: Pergam., S. Julián de Samos; Benedictinos.

Amosegado. 1285-H.32A. “... Yo Esteban Yáñez, ‘dito *Amosegado*’, por mí y ...” pp. 1118, ls 2-3. OS: Doc. 1177, pp. 1118-1119. AHN: Pergam., Carp. 1536/17. También se documenta en la pp. 1119, ls 28 de este mismo documento.

Auegoso. “Juan Peláez, ‘o *Auegoso*’, ...” pp. 261, ls 19. (Cfr. Varrio).

Barbas de Leyte. 1299-E.32B. “... y la mitad de nuestra casa en la que moró ‘Barbas de Leyte’, ...” pp. 1222, ls 6-7. OS: Doc. 1286, pp. 1221-1222. ACO: Pergam., Monac., No. 1707.

Barda. 1274-L.15A. “Testigos: F. Fernández, ‘dito *Barda*’, ...” pp. 400, ls 29-30. RAM: Doc. 200, pp. 399-400. AA: Pergam., Ramirás, mazo 13/35b.

Befas. “... Alfonso Pérez, ‘dito *Befas*’, ...” pp. 383, ls 8-9 (Cfr. Rey).

Bela. 1279-L.06A. “..., Mayor Fernández, ‘dita *Bela*’ exigió a su hija Teresa Tomé ...” pp. 1087, ls 2-3. OS: Doc. 1143, pp. 1087. AHN: Pergam. Carp. 1535/19.

Belto. 1287-E.05A. “... o Pedro Yáñez, dito *Belto*, clérigo de Señorín”¹⁰ pp. 1135, ls 11-12. OS: Doc. 1193, pp. 1135-1137. AHN: Pergam. Carp. 1537/3.

Besna. 1273-C.28B. “... como yo, doña Toda Pérez, ‘dita *Besna*’, doy y otorgo a don Pedro Fernández ...” pp. 977, ls 1-2. OS: Doc. 1028, pp. 977-978. ACO: Pergam. Monást., No. 1087.

Betegón. “... a vos/ti”¹¹, Pedro Meogo de Juvencos, ‘dito *Betegón*, y a toda vuestra voz ...” pp. 997, ls 2-3 (Cfr. Carrega).

Bicos. 1290-E.04A. “Juan Yáñez, ‘dito *Bicos*’, fraile de San Esteban, ...” pp. 61, ls 13-14. SCR: Doc. 22, pp. 60-61. AHPO: Pergam. Monac.

Bispo. “D. Juan Martínez, ‘dito o *bispo*’, ...” pp. 383, ls 23-24 (Cfr. Rey).

Bochaam. 1272-M.32A. “... Martín Pérez, ‘dito *Bochaam*’, y mi mujer Teresa ...” pp. 971, ls 2-3. OS: Doc. 1021, pp. 971-972. ACO: Pergam., Monast. No. 1065.

Bocho. “‘Fernán *Bocho*’ “. pp. 215, ls 4 (Cfr. Porcote).

Boleca. 1294-E.26A. “... (le) damos a vos Mayor Yáñez, ‘dita *Boleca*’, ... una casa nuestra ...” pp. 163, ls 2-3. SPR: Doc. 43, pp. 163-64. ACO: Pergam., Monac., No. 1603.

Boto. 1290-D.22A. “... le damos a vos/ud., Juan Pérez, ‘dicto *Boto*’, y la primera mujer ...” pp. 162, ls 3. SPR: Doc. 40, pp. 161-62. ACO: Pergam., Monac., No. 1533.

Boubea. 1284-J.08A. “... y Juan Pérez, ‘dito *Boubea*’, de Lestroue,¹² en nombre y en voz de ...” pp. 13, ls 5-6. FD: Doc. 11, pp. 13-14. AHUS: Pergam., Serie Ha., No. 9. (También en la ls 9 de este mismo documento).

¹⁰ Señorín: Parroquia de San Roque de -, municipio de O Carballiño, Ourense.

¹¹ Aunque el voseo no tiene que ver con el apodo (ni se usa hoy en España, pero está vivo en algunos países de la América que habla español), parece interesante puntualizar que se han encontrado usos de voseo en el siglo XIII. Nótese que el *usted* (<vuestra merced) no aparece hasta principios del siglo XV. En la palabra BETEGON podemos leer: “A vos, Pedro Meogo de Juvencos, ‘dito *Betegón*’ “. Para otros ejemplos de voseo Cfr. BOLECA, BOTO, DO POMBAL, MESTRE y algunos más.

¹² Lestrove: Parroquia de Dodro, municipio de Padrón, A Coruña.

- Bravo.** 1258-I.08A. "... os damos fiadores y deudores ... Roy Fernández, 'dicto *Bravo*', en C moravedis et ..." pp. 783, ls 19. OS: Doc. 818, pp. 783-784. ACO: Pergam., Monast., No. 809.
- Broco.** 1280-B.11A. "Pedro Yáñez, 'dito *Broco*',... dijo por verdad que ..." pp. 1090, ls 1-2. OS: Doc. 1147, pp. 1089-1092. ACO: Pergam., Monast., No. 1319. (Broco también se documenta en la pp. 1091, ls 18 de este mismo documento; y en el Doc. 1240, pp. 1177, ls 10).
- Bulla.** "... Pedro Yáñez, dito *Bulla*, ..." pp 125, ls 34 (Cfr. Dançayogos).
- Cabrita.** 1270-A.07A. "... y solicitados por testigos ... Domingo Paiz, 'dito *Cabrita*' ..." pp. 58, ls 9-11. DG: Doc. 22, pp. 57-58. AGG.
- Campaaro.** 1273-K.10A. "... y diesen ... su investigación hecha a placer de ambas partes por Pedro Yáñez de Allariz, 'dito *Campaaro*', y por ..." pp. 79, ls 16-18. BMO: Tomo III, Doc. 69, pp. 79-80.
- Canato.** 1290-E.08A. "Testigos: ... Domingo Juan de Carragoso, 'dito *Canato*'". pp. 1154, ls 15. OS: Doc. 1215. pp. 1154. AHN: Pergam., Carp. 1537/6.
- Cantina.** 1280-E.20A. "Señoras: ... María Fernández, 'dicta *Cantina*'" pp. 425, ls 29-33. RAM: Doc. 227, pp. 424-425. AA: Pergam. Ramirás: Mazo 9/4.
- Capoche.** "Y a esto estuvieron presentes ... Fernán Núñez, 'dito *Capoche*', ..." pp. 1098, ls 6-8 (Cfr. Do Valle).
- Carne Aceda.** 1293-L.25A. "... a vos Pedro Yáñez '*Carne Aceda*' y ..." pp. 132, ls 3. BVM: Doc. s/n, pp. 132. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1814/10.
- Carneiro.** 1272-C.17A. "... testigos: ... Ruiz Martínez, 'dito *Carneiro*','" pp. 180, ls 7-11. DHI: Doc. 109, pp. 178-180.
- Carrega.** 1274-B.15A. "Yo, Marina Pérez, 'dita *Carrega*', por mí y por toda mi voz, ..." pp. 997, ls 1. OS: Doc. 1049, pp. 997. ACO: Pergam., Monast. No. 1121.
- Castaño.** 1288-K.30B. "... yo, Martín, 'dito *Castaño*', enfermo del cuerpo pero ..." pp. 45, ls 2-3. VFD: Tomo I, Doc. 31, pp. 45-46. AHO: Pergam.
- Coçiñeiro.** "García Martínez, 'dito *Cociñeyro*'" pp. 214, ls 27 (Cfr. Porcote).
- Conllaço.** 1274-L.05A. "Testigos: ... J. López, 'dito *Conllaço*'" pp. 398, ls 27-29. RAM: Doc. 199, pp. 397-398. AA: Pergam., Ramirás, mazo 13/35.
- Coquín.** "... Martín Díaz del Campo, 'dito *Coquín*', ..." pp. 383, ls 26 (Cfr. Rey).
- Corna.** 1253-F.02A. "Estaban presentes: ... Pedro Pérez, 'ditu *Corna*', ..." pp. 662, ls 11-13. OS: Doc. 702, pp. 662. AHN: Pergam. Carp. 1525/20.
- Costas.** 1299-K.32A. "Testigos: don Pedro Domínguez, 'dito *Costas*', y ..." pp. 1225, ls 29. OS: Doc. 1288, pp. 1224-1225. AHN: Pergam. Carp. 1538/12.
- Da Fonte.** 1268-J.06A. "... yo, don Gil Gilez, 'dito *Da Fonte*', ... me reconozco y me otorgo por pagado..." pp. 118, ls 2-4. DAG: Doc. 3, pp. 118. AHN: Pergam. 212. Lugo, S. Julián de Samos, Benedictinos.
- Da Devesa.** 1276-A.03A. "Estuvieron presentes: ... Domingo Pérez, 'dito *Da Devesa*'" pp. 36, ls 17-18. VFD: Doc. 23, pp. 35-36. AHO: Pergam., Sta. Clara de Allariz.
- Da Lagarteira.** 1289-C.01A. "Testigos:...Martín Fernández, 'dito *Da Lagarteyra*', ..." pp. 372, ls 3. RC: Tomo XX, Doc. 22, pp. 371-372. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1808/11.
- Dançayogos.** 1288-H.13A. "... que e la par de la otra casa ... en la que ahora mora Esteban de Juanes, 'dito *Dançayogos*', ..." pp. 125, ls 6-7. BVM: Doc. s/n, pp. 125. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1808/6.
- De Carne Aceda.** "Pero Yáñez *De Carne Azeda* y ..." pp. 132, ls 23-24 (Cfr. Carne Azeda).
- De Jenroço.** 1260-D.06A. "Yo, Pedro Pérez, 'dito de *Jenroço*', notario jurado del Rey ..." pp. 29, ls 1-2. DG: Doc. 11, pp. 28-29. AGG.
- De Mudelis.** "Qui presentes eran: frater Fernandus monachu Ursarie, 'ditus *De Mudelis*', ..." pp. 662, ls 11 (Cfr. Corna).
- De Valiñas.** "Testigos ... Payo Yáñez de Paradela, 'dito *De Valiñas*', ..." pp. 943, ls 13-15 (Cfr. Do Río).

- Do Canto.** 1276-B.22A. “Estuvieron presentes ... Pero Yáñez, ‘dito *Do Canto*’, caballero” pp. 271, ls 28-31. CDGH: Doc. 60, pp. 270-271. AA.
- Do Casal.** “... y Pedro Yáñez, ‘dito *Do Cassal*’, y ...” pp. 132, ls 3-4 y ls 24 de este mismo documento (Cfr. Carne Azeda).
- Do Pombal.** “... y a vos/usted Juan Núñez, ‘dito *do Poonbal*’, ...” pp. 132, ls 6 (Cfr. Carne Azeda). También se documenta en la pp. 132, ls 26. (Cfr. Carne Azeda).
- Do Río.** 1271-M.32A. “Testigos ..., Juan Peláez, ‘dito *Do Río*’” pp. 943, ls 13-15. OS: Doc 991, pp. 943. AHN: Pergam., Carp. 1532/14.
- Do Valle.** 1281-H.24A. “Estuvieron presentes: ... dom Payo de Juanes, ‘dicto *Do Valle*’, clérigo y ...” pp. 1099, ls 16-17. OS: Doc. 1155, pp. 1098-1099. ACO: Pergam., Monast. No. 1284.
- Durros.** “... como ante ... Juan Pérez, ‘dito *Durros*’, ciudadano de ese mismo lugar ...” pp. 79, ls 1-3 (Cfr. Campaaro).
- Escribán.** 1299-B.10A. “Y cuyos maravedís le pagó frey Juan Pérez, ‘dito *escribán*’, ...” pp. 1216, ls 12-13. OS: Doc. 1281, pp. 1216. AHN: Pergam., Carp. 1538/9.
- Escudeiro.** 1276-L.02A. “... que fue hijo de Pedro Peláez, ‘dito *Escudeyro*’, ...” pp. 49, ls 3. SCR: Doc. 16, pp. 49-50. ACO: Pergam., Monac., Carp. 1253. L 244/d.
- Espeille.** 1286-H.24A. “Estuvieron presentes: Pedro Yáñez, ‘dito *Espeille*’, testigo” pp. 1127, ls 13. OS: Doc. 1184; pp. 1126-1127. AHN: Pergam., Carp. 1536/18.
- Fariña.** 1273-C. 28A. “... testigos: Juan Pérez de Çentroes y Pedro Yáñez, ‘dito *Fariña*’, cavallos” pp. 976, ls 14-15. OS: Doc. 1027, pp. 976-977. AHN: Pergam. Carp. 1533/8. También se localiza en el Doc. 1028, pp. 978, ls 22 (Cfr. Besna).
- Feixe.** 1288-B.07A. “... Juan ... escudero, ‘dito *Feyxe*’, ...” pp. 1144, ls 17. OS: Doc. 1201, pp. 1143-1044. AHN: Pergam., Carp. 1537/4.
- Ferreiro.** 1282-F.30A. “... testigos llamados y rogados para esto Roy Pérez, ‘dito *Ferreyro*’, y ...” pp. 81, ls 6-7. DG: Doc. 37, pp. 80-81. AGG.
- Ferro.** “Estuvieron presentes: Hernando Yáñez, ‘dicto *Ferro*’, de campaya” pp. 311, ls 24-25 (Cfr. Mourinho).
- Folatu.** 1271-L.11A. “Estuvieron presentes: ... Vasco Pérez, ‘dito *Folatu*’, testigo” pp. 152, ls. 18-20. MONT: Doc. 58, pp. 151-152. AHN: Pergam., Clero Orense, Carp. 1485/4.
- Fouçón.** 1269-B.20A. “Estuvieron presentes y son testigos: ... Juan Muñiz de Grova, dito *Fouçón*, ...” pp. 919, ls 29-32. OS: Doc. 965, pp. 918-919. AHN: Carp. 1532/1.
- Fremorra.** 1286-F.24A. “... y mi mujer Dominga Yáñez, ‘dita *Fremorra*’, que fue hija de ...” pp. 210?, ls 3-4. MSC: Doc. 96, pp. 210-211?. SFSC, Leg. 3/9.
- Fuseiro.** 1273-E.12A. “... a mi... me mandó ... que formalizase tal acuerdo con Martín Ares, ‘dito *fuseyro*’, y con su mujer y ...” pp. 981, ls 2-5. OS: Doc. 1032, pp. 981-982. AHN: Pergam., Carp. 1532/11.
- Gago.** 1291-A.28A. “... yo, Martín Pérez, ‘dito *Gago*’, de Prado, por mi ...” pp. 1159; ls 1-2. OS: Doc. 1221, pp. 1159-1160. AHN: Pergam., Carp. 1537/8. También se documenta en la pp. 125, ls 8 (Cfr. Dançayogos).
- Gallego.** “Domingo Yáñez, ‘dito *Gallego*’” pp. 214, ls 24 (Cfr. Porcote).
- Gascón.** “... Arias Martínez, ‘dito *Gascón*’, ...” pp. 383, ls 8 (Cfr. Rey).
- Gata.** “... fillo de Juan Pérez de Escariz¹³ y de María Pérez ‘dita *Gata*’, ...” pp. 1216, ls 4 (Cfr. Escriván).
- Gedella.** 1285-H.19A. “Estuvieron presentes: ... Pedro Pérez, ‘dito *Gedella*’, y ...” pp. 292, ls 24-25. SER: Doc. 57, pp. 291-292. ACO: Pergam., Monac., No. 1405.
- Gees.** 1267-I.06A. “Estuvieron presentes: ... Martín Pérez, ‘dito *Gees*’” pp. 146, ls 16-18. MONT: Doc. 55, pp. 145-146. AHN: Pergam., Clero Orense, Carp. 1484/1474? No. 20.

¹³ Escariz: Parroquia de -, municipio de A Estrada, Pontevedra.

- Goça.** 1275-E.05A. "... como yo Marina Juanes, 'dita *Goça*', por mí y por toda mi voz, vendo ..." pp. 67, ls 2-3. DG: Doc. 28, pp. 67-68. AGG.
- Guerra.** "Estuvieron presentes: Juan Pérez, 'dito *Guerra*', y ..." pp. 118, ls 16 (Cfr. Da Fonte).
- Janrozco.** 1261-M.34A. "Yo, Pedro Yáñez, escribí por mandato de Pedro Pérez, 'dito *Janroço*', notario jurado del Rey ..." pp. 43, ls 22-23. DG: Doc. 13, pp. 31-43. Años: 1258-1261. AGG. También encuentro *Jenrozio* en la pp. 43, ls 25, de este mismo documento.
- Lado.** 1288-K.18A. "Estuvieron presentes: ... Alfonso Martínez, 'dito *Lado*', carpintero" pp. 370, ls 35-37. RC: Tomo xx, Doc. 21, pp. 370. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1808/8.
- Laiynelas.** "Estuvieron presentes: ... Juan Martínez, 'dito *Laiynelas*,..." pp. 370, ls 35-38 (Cfr. Lado).
- Leona.** 1282-A.09A. "y doña Teresa, 'dita *Leona*', por sí et por su hijo Juan Don, ..." pp. 1101, ls 4. OS: Doc. 1158; pp. 1100-1101. AHN: Pergam., Carp. 1536/8.
- Loro.** 1251-H.02A. "..., testificamos en favor de don Arias Pérez, 'dito *Loro*', ..." pp. 621, ls 7-8. OS: Doc. 662, pp. 621. ACO: Pergam., Monast., No. 675. También en la ls 8 de este mismo documento.
- Louro.** 1280-L.01A. "Yo Pedro Yáñez, 'dicto *Louro*', por mí y por mi voz vendo a ..." pp. 200, ls 1-2. MSC: Doc. 92, pp. 200-201. SFSC: Pergam., leg. 2/29.
- Mealla.** 1287-K.01A. "... per Affonso Pérez, 'dito *Meala*', por ..." pp. 368, ls 42. RC: Tomo xx, Doc. 19, pp. 368. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1807/22. También en la pp. 368, ls 45 de este mismo documento.
- Melleiro.** "P. Yáñez, 'dito *Melleiro*'," pp. 214, ls 23. (Cfr. Porcote).
- Mercador.** "Testigos: ... Pedro Pérez, 'dito *Mercador*', de Ourense" pp. 400, ls 29-31 (Cfr. Barda).
- Mestre.** "... uendo et outorgo a ti/vos Pedro Yáñez, 'dito *Mestre*', ... cuanta herencia y ..." pp. 943, ls 3-4 (Cfr. Do Río).
- Mouriño.** 1299-J.25A. "... como hubiese contienda y demanda entre Juan Martínez... y Juan Domínguez, 'dito *Mouriño*', de Seyra¹⁴, ..." pp. 310, ls 2-5. MSC: Doc. 141, pp. 310-311. SFSC: Pergam., Leg. 3/17.
- Pan a costas.** "Pedro Pérez *Pam a costas*" pp. 215, ls 11 (Cfr. Porcote).
- Parente.** 1295-E.04A. "... yo, Pedro Juglar, hijo que fui de Pedro Pérez, 'dito *Parente*', por mí y ..." pp. 99, ls 4-5. DG: Doc. 48, pp. 99-100. AGG.
- Pasarín.** 1277-E.01A. "... a ti/vos, mi hermano Pedro Fernández, 'dito *Pasarín*', y a ..." pp. 743, ls 2-3. SMM: Doc. 29, pp. 743-744. AHN: Pergam., Clero Lugo, Meira; Carp. 1138/11. Con diferente ortografía encuentro **Passarym**. 1281-K.04A.- "... yo, Pedro Fernández, 'dito *Passarym*', con autorización de mi mujer, ..." pp. 125, ls 1-2. DAG: Doc. 6, pp. 125-126. AHN: Pergam. 218, Meira, Lugo, Bernardos, Sta. María.
- Pedreira.** 1286-F.24A. "Señoras: ... María Rodríguez, 'dicta *pedreyra*'," pp. 425, ls 29-30 (Cfr. Cantina).
- Pereiro.** 1294-C.06A. "... en el pleito que tenemos ... con Domingo Yáñez, 'dito *Pereyro*', que mora en el casal ..." pp. 321, ls 29-30. EMS: Doc. 56, pp. 320-322. RAG (Fondo documental Manuel Murguía). También en la pp. 322, ls 22 de este mismo documento.
- Pexeguiro.** "Juan Yáñez, 'dito *Pessegeyro*, ..." pp. 311, ls 26 (Cfr. Mouriño).
- Pombo.** "Testigos ... Juan Martín 'dito *Poonbo*' ..." pp. 943, ls 15 (Cfr. Do Río).
- Porcote (por cote?).** 1291-G.04A. "Lorenzo Yáñez, 'dito *Porcote*' ..." pp. 214, ls 29. BMO/DACO: Vol I, pp. 212-216. ACO?. Pergamino cosido al tomo 3.º de Privilegios.
- Redondo.** 1282-H.24A. "... hijos e hijas que somos de Martín Pérez, 'dicto *Redondo*', y de Marina Pérez ..." pp. 85, ls 4-6. DG: Doc. 39, pp. 84-86. AGG.

¹⁴ Seyra: Parroquia de San Lourenzo de -, municipio de Ríos, A Coruña.

- Regallado.** "... y Payo Yáñez, 'dito *Regallado*', de Nantón,¹⁵ ..." pp. 13, ls 30 (Cfr. Boubea).
- Rey.** 1295.H.23A. "..., Payo Pérez, 'dito *Rey*', ..." pp. 382, ls 27-28. ES: Trat. 74, Apéndice 41, pp. 380-383. ACL.
- Ribaldo.** 1297-L.22A. "Item yo, Juan Martínez de Piellas, 'dito *Ribaldo*', me quito ..." pp. 1201, ls 9. OS: Doc. 1264, pp. 1201-1202. ACO: Pergam., Monast., No. 1680.
- Sancho.** "Yo, Pedro Yáñez, 'dito *Sancho*', escribí este cuestionario por mandado ..." pp. 1091, ls 33 (Cfr. Broco). También se documenta en las ls 35 y 37 de esta misma pp. y documento.
- Sardía.** "... estuvieron presentes Domingo Juanes, 'dito *Sardía*', de Villar y ..." pp. 132, ls. 33 (Cfr. Carne Azeda). También se documenta Juan Sardía en la ls 35 de este mismo documento.
- Sardiña.** 1270-L.28A. "... testigos ... Pedro Domínguez, 'dito *Sardiña*', y otros muchos" pp. 131, ls 53. BVM: Doc. s/n., pp. 130-131. AHN: Pergam., Clero Oya, Carp. 1814/9.
- Seco.** 1298-G.06A. "..., Rodrigo Martínez, 'dito *Seco*', ..." pp. 1208, ls 21. OS: Doc. 1271, pp. 1207-1208. AHN: Pergam., Carp. 1538/5.
- Tabaseiro.** 1292-G.21A. "Y Martín Pérez, 'dito *Tabaseyro*', donssorez, jurado y ..." pp. 319, ls 40. EMS: Doc. 54, pp. 313-320. AHN: Pergam., Clero Sobrado, Carp. 544/11.
- Temón.** 1281-K.06A. "Estos son testigos ...: Juan Yáñez, 'dito *temón*', del Casar, ..." pp. 1100-ls 23-25. OS: Doc. 1156, pp. 1099-1100. AHN: Pergam., Carp. 1536/6.
- Tibouba.** "... como yo Lope Uermuit, 'dito *Tibouba*', por mí y por ..." pp. 57, ls 5-6 (Cfr. Ca-brita).
- Topete.** "... Martín Pérez, 'dito *Topete*', ..." pp. 383, ls 5 (Cfr. Rey).
- Varrio.** 1290-D.13A. "... Juan Pérez ... y Miguel Míguez, 'dito *Varrio*', dieron la llave ..." pp. 260, ls 4-5. BMO: Tomo XII, Doc. 13, pp. 260-261.
- Xarpa.** "... y Martín Sánchez, dito *Xarpa*, en nombre y en voz de estes ..." pp. 13, ls 11-12 (Cfr. Boubea).

APÉNDICE II. LAS FUENTES

a) Libros y colecciones

- BMO.** *Boletín de la comisión de Monumentos de Ourense*. Ourense: 18 Vols. 1898-1958.
- BMO/DACO.** *Documentos del Archivo de la Catedral de Ourense*. Ourense: 2 Vols., Vol. I. 1914; Vol. II, 1923.
- BVM.** *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII*. M^a. del Carmen Pallares Méndez y E. Portela Silva. Santiago de Compostela: Monografías de la Universidad de Santiago de Compostela, 9. Secretariado de Publicaciones, 1971.
- CDGH.** *Colección diplomática de Galicia histórica*. A. López Ferreiro, Santiago de Compostela, 1901.
- DAG.** "Documentos antiguos de Galicia". *Anuari de L'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, Vol. VII, 1943, pp. 113-192.
- DG.** *Documentos gallegos de los siglos XII al XVI*. *Archivo General de Galicia*. A. Martínez Salazar, A Coruña: 1911.
- DHI.** *Documentos para la historia de las Instituciones de León y de Castilla: (siglos X-XIII)*. E. de Hinojosa. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1919.
- EMS.** *El monasterio de Sobrado: un ejemplo de protagonismo monástico en la Galicia medieval*. A Coruña: Diputación Provincial. Publicaciones, 1979.
- ES.** *España Sagrada*. Tomo 41. Apéndice 41, pp. 380-385. H. Flórez y M. Risco, 42. Vols.

¹⁵ Nantón; Parroquia de San Pedro de -, municipio de Cabana, A Coruña.

- FD.** *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1991.
- MONT.** *Monasterio de Santa María de Montederramo*. Manuel Varela Espiñeira. 1968 (Manuscrito).
- MSC-I.** *Monasterio de Santa Clara de Santiago de Compostela*. M^a. Gloria Eiján Moyano (Manuscrito).
- OS.** *Colección Diplomática do mosteiro de Sta. María de Oseira (Ourense) 1225-1310*, (2 Vols). Miguel Romani Martínez.
- RAM.** *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media*. Manuel Lucas Álvarez, Pedro Lucas Álvarez. Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1988.
- RC.** *Compostellanum* (39 Vols.). Santiago de Compostela: Archidiócesis: 1956-.
- SCR.** *El monasterio de Santa Cristina de Ribas de Sil*. Elisa Fernández Suárez. Santiago de Compostela, 1958 (Manuscrito).
- SER.** *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*. E. Duro Peña. Ourense: Instituto de Estudios Ourenseños “Padre Feijoo”, 1977.
- SMM.** *El Monasterio de Santa María de Meira*. Santiago de Compostela (Manuscrito).
- SPR.** *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*. E. Duro Peña. Ourense: Instituto de Estudios Ourenseños “Padre Feijoo”, 1972.
- VFD.** *Vida e fala dos devanceiros*. Xesús Ferro Couselo. 2 Vols. Vigo: Galaxia, 1967.

b) Archivos

- AA.** Archivo Antealtares. Santiago de Compostela.
- ACDT.** Archivo del Convento de Dominicos de Tuy. Pontevedra.
- ACL.** Archivo Catedral de Lugo. Lugo.
- ACO.** Archivo Catedral de Ourense. Ourense.
- AGG.** Archivo General de Galicia. A Coruña.
- AHN.** Archivo Histórico Nacional. Madrid.
- AHO/AHPO.** Archivo Histórico (Provincial) de Ourense. Ourense.
- AHUS.** Archivo Histórico Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela.
- RAG.** Real Academia Galega. A Coruña.
- SFSC.** Archivo San Francisco / Santa Clara. Santiago de Compostela.

BIBLIOGRAFÍA

- Alfonso X, O Sabio. *Cantigas de Santa María* ed. por W. Mettmann. 2 Vols. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, [1981].
- Ares Vázquez, M^a. Carme et alii. *Diccionario Xerais da Lingua*, 1^a. ed. 1986; 4^a. ed. 1993. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1986.
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional (antigo Colocci-Brancuti)* ed. por Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado. Vol. VIII. Lisboa: Revista de Portugal, 1949-1964.
- Corominas, Joan. *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1961.
- Fernández Salgado, Benigno y otros. *Diccionario de dúbidas da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1991.
- Lorenzo, Ramón. *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. 2 Vols. (I Texto, II Glosario). Ourense: Instituto de Estudios Orensanos, “Padre Feijoo”, 1977.
- Moralejo Lasso, Abelardo. *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Pico Sacro, 1977.
- Rodríguez González, Eladio. *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*. 3 Vols. Vigo: Galaxia, 1958-1961.

Torres Luna, M^a. Pilar de et alii. *Municipios y parroquias de Galicia*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade, 1989.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de. “Glossario do Cancioneiro de Ajuda” en *RL* XXIII, 1920. 1-95.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases*. Ed. crítica de Mário Fiúza. (2 Vols.). Porto/Lisboa: Civilização, 1983-1984.

ASPECTOS XERAIS DA TOPONIMIA DE MONFORTE

Remedios Sánchez Estévez

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

Sempre que nos achegamos ó estudio da toponimia dunha área xeográfica determinada a perspectiva de traballo dependerá, en gran medida, do obxectivo da nosa investigación, sexa esta de carácter etimolóxico, centrada no establecemento de clasificacións semánticas, no estudio gráfico de documentos antigos ou no estudio comparativo con topónimos doutras linguas, sabendo de antemán que o traballo máis completo sería aquel que dese conta de todos estes aspectos.

No presente traballo o obxectivo principal é a clasificación e estudio do nome das parroquias que forman o concello lugués de Monforte de Lemos, atendendo á súa etimoloxía e relacionándoos, na medida do posible, con outros nomes que presenten étimos similares.

Comezamos facendo unha comparanza entre as diferencias que presentaba a situación a finais do s. XVIII en relación co momento presente, no que agardámo-la saída do novo nomenclátor.

Na actualidade o territorio pertencente ó concello divídese en 26 parroquias rurais (30 se temos en conta que a vila de Monforte alberga no seu seo catro parroquias).

A finais do s. XVIII (1785), ademais da vila, o concello dividíase territorialmente nas seguintes xurisdiccións¹: o chamado *Cóto Nuévo*: unha parroquia; o *Cóto Viéjo*, trece; *Monforte de Lemos*, que albergaba só a vila; *Moreda*, unha; *Sober*, outra (hoxe pertencente a Monforte); *Tor*, dúas e *Valverde*, unha.

Segundo isto, o número total de parroquias era 20 porque as restantes ou ben non aparecían rexistradas ou estaban incluídas dentro doutros concellos, como é o caso de Santa María de Vaamorto que pertencía á xurisdicción do Incio.

Xa a finais do s. XIX (1845) recolle Madoz no seu *Diccionario* unha división moi próxima á actual con 26 parroquias (ou 27 contando as dúas de Monforte: S. Vicente do Pino e Sta. María da Régoa)².

¹ Clasificación feita por Amor Meilán no seu libro *Geografía General del Reino de Galicia*.

² P. Madoz: *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de ultramar*.

A única parroquia que non aparece rexistrada en ningún dicionario anterior a este século é a do **Chao do Fabeiro**, que é de recente creación e está incluída no nomenclátor de 1970. Os lugares que hoxe pertencen a esta parroquia eran, noutro tempo, aldeas da veciña Santa María de Vaamorto.

O número total de topónimos era, segundo Madoz 193 a mediados do s. XIX; no 1973 o nomenclátor reflicte un número máis ou menos similar e co tempo créanse novos núcleos de poboación.

No traballo de investigación de campo realizado este ano constatamos 307 nomes de lugares pertencentes ás parroquias rurais, polo tanto, houbo un incremento de 114 lugares dende finais do s. XIX ata hoxe, o que supón un aumento de case un 60%.

Nos textos medievais manexados non aparecen recollidos tódolos nomes dos lugares, pero si os nomes das 27 parroquias.

A continuación analizáremo-lo nome das mesmas, tendo en conta que a maior parte dos topónimos proceden de nomes de persoa, xentilicios ou nomes comúns, aínda que existen topónimos de orixe escura sobre os cales só podemos formular hipóteses por medio de aproximacións fonéticas con outros topónimos.

Dado o extenso número dos mesmos, tentaremos facer unha clasificación atendendo ó campo semántico ó que pertencen, agrupándoos pola súa orixe etimolóxica en “fitotopónimos”, “orotopónimos”, “nomes de propietarios” e un grupo final baixo o epígrafe “outros topónimos” onde aparecerán algúns de diversa índole.

FITOTOPÓNIMOS

O grupo dos **FITOTOPÓNIMOS** (topónimos referidos a nomes de plantas) está formado polas parroquias de: **Caneda, Fiolleda, Moreda, As Nocedas e Piñeira**.

A etimoloxía destes nomes parece bastante transparente dada a forma que presentan. Proceden do latín: CANNA, FENUCULU, *MORA (do latín clásico MORUM), NUX, NUCIS, e PINUM, respectivamente.

No que atinxe ó topónimo “Moreda” existe a posibilidade dunha segunda interpretación³, que recolle Elixio Rivas Quintás e que fai referencia á existencia dunha base indoeuropea *mor- co significado de “rocha” ou “monte”.

A estas formas engádeselle o sufixo abundancial -ETUM/-ETAM, que está na base de moitísimos topónimos do noso contorno como Abeledos ou Eivedo.

No caso de “Piñeira” o sufixo é o latino -ARIUM/-ARIAM, que pode non especificar un colectivo senón o propio nome da árbore como en “nogueira”, “figueira” ou “piñeiro”.

Este topónimo aparecía no 1705 como Piñeyra de Gándara⁴.

³ E. Rivas Quintás: *Toponimia de Marín*.

⁴ *España dividida en provincias e intendencias*.

Existen varios lugares que presentan estas bases etimolóxicas: “O Moreda”, “Moreiras”, “Canabal” ou “Canedo”.

Contamos con documentación medieval de todas estas formas dende o 1098 no “Nomenclátor toponímico de la diócesis [de Lugo]” (citado como “LUCENSIA”) atribuído a Buenaventura Cañizares e tamén nos arquivos de diversos mosteiros.

- *Caneda, villa, sub aula S. Eolaliae* –1161– (LUCENSIA)
- *casali meu de Supperado que est in Caneda* –1220– (OSEIRA)⁵
- *Fenolea, S. Cosme, parrochia* –1177– (LUCENSIA)
- *Sancti Iuliani de Moreda, in Lemos, similiter in ecclesia* –1238– (OSEIRA)
- *Martinus Petri, prelatas sancti Iuliani de Moreda* –1255– (OSEIRA)
- *...vos vendo todo o herdamento que eu hey en San Juliao de Moreda* –1267– (OSEIRA)
- *Nuzeda, S. Esteban* –1194– (LUCENSIA)
- *Monforte ecclesia Sancti Stephani de Nuzeda* –1194– (OLANO)⁶
- *in Monteforti XXII solidos; in Pignaria L solidos* –1240– (OSEIRA)

OROTOPÓNIMOS

O segundo grupo de topónimos está formado polos orotopónimos e son en total seis: O Chao do Fabeiro, Monte, Monforte, A Penela, Ribasaltas e Valverde. Estes nomes fan referencia á configuración do terreo.

O Chao do Fabeiro

Deste topónimo non temos recollida documentación medieval porque, como xa adiantamos na introducción, é unha parroquia de creación relativamente recente.

É un topónimo formado por dous nomes comúns, o primeiro referente á orografía e o segundo, un fitotopónimo.

“Chao” < lt. PLANUS e designa en toponimia “un lugar sen alturas”. É frecuente a aparición deste nome cun determinativo, coma neste caso.

“Fabeiro” < lt. FABARIUM, formado a partir da base latina FABAM mailo sufixo abundancial que lle confire a idea de colectividade.

Monte e Monforte

< lt. MONS, MONTIS. Aparece moitas veces determinado, como é o caso de “Monforte” co adxectivo latino FORTEM ou cun diminutivo como acontece con “Monticelo” (< -ELLUM), na parroquia de Chavaga.

⁵ M. Román Martínez: *A colección diplomática do Mosteiro Cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense)*, (1025/1310).

⁶ V. de Olano Silva: “Toponimia gallega”.

- *Affonso Rodriguez, morador en Eyravedra, Gonçalvo Pérez de Santa Mariña do Monte* –1314– (DEVANCEIROS)⁷
- *por que soyan andar de san frañisco para santa marina do monte* –1401– (OLANO)
- *Monteforti qui olim dicebatur Pinus* –1199– (OLANO)
- *Monforte in ripa Cave* –1120– (OLANO)
- *Facta carta apud Monfortem* –1213– (RIBAS DE SIL)⁸
- *Montis Fortis sub parrocchia sancti Vicencii* –1258– (OSEIRA)

A Penela

- *Penela, sub signo S. Mariae de Noceda* –1246– (LUCENSIA)

Diminutivo do nome común “pena” < lt. PINNA. O sufixo procede do lt. –ELLAM co significado de “pena pequena”.

Esta forma presenta o artigo en tódolos nomenclátors, agás no do ano 1970 no que tódolos topónimos aparecen recollidos sen artigo. Nas testemuñas medievais a advocación desta parroquia parece pertencer á veciña parroquia das Nocedas, sen embargo, a confusión puido ser debida á proximidade das mesmas.

Outros lugares que presentan este étimo son: “A Pena”, barrio de Monforte, e distintas aldeas de Seoane, Valverde, A Vide e Vilamarín.

Ribasaltas

< lt. RIPA, que ten o significado de “beira dun río ou do mar” mailo adxectivo ALTUS, que mantén a forma culta.

- *Monforte Ripas Altas* –1098– (OLANO)
- *Ripis Altis, S. Petrus de, ecclesia* –1194– (LUCENSIA)
- *Monforte ecclesia sancti petri de ripis altis* –1194– (LUCENSIA)

Nalgunhas ocasións este adxectivo seguiu a evolución patrimonial chegando á forma “outo”. No latín popular formouse o derivativo *ALTARIUM, orixe de numerosísimos topónimos na nosa xeografía. Dentro do noso concello temos “Outeiro”, “Outeiriño”, “O Outeiro” ou “Outarelo”.

Do substantivo RIPAM deriva “Ribela”, na parroquia de Sindrán.

As dúas partes que forman o topónimo “Ribasaltas” aparecen unidas nos nomenclátors modernos a partir de 1970, sen embargo nos documentos medievais sempre se rexistran como formas independentes, empregando ou <v> indistintamente. A vacilación nas grafías foi constante ata os nosos días, e así preséntasenos a forma con nos nomenclátors modernos do 70 e do 81, mentres que nos do 86 e no do 90 aparece con <v>.

⁷ X. Ferro Couselo: *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de Documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*.

⁸ E. Duro Peña: *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*.

Valverde

- *Valle viridi* –1215– (LUCENSIA)
- *Valle viridi cum ecclesia* –1239– (LUCENSIA)

É outro composto formado pola unión do nome “val”, do lt. VALLIS e o adxectivo “verde”, (< VIRIDIS), que no latín clásico significaba “vigoroso, vivo”.

Recollemos moitos derivados deste substantivo latino: “O Val”, “Val de Bolo”, “Val de Ourense”, etc.

O *Cóto Real de Valverde* formaba xurisdicción independente no ano 1785 e era señorío do mosteiro de San Vicente do Pino.

Deste segundo grupo, formado polos orotopónimos, a documentación máis temperá data do ano 886 (referida a Santa Mariña do Monte), e foi extraída do arquivo do mosteiro de Oseira.

NOMES DE PROPIETARIOS

Un terceiro grupo de topónimos está formado polos **NOMES DE POSUIDORES**, propietarios de terras que perpetuaron os seus apelativos ó longo do tempo e son, basicamente, topónimos derivados de nomes latinos, xermánicos e prerromanos.

Propietarios latinos

Son cinco as parroquias monfortinas que levan o nome de antigos **PROPIETARIOS LATINOS**: Marcelle, Tor, A Vide e Vilamarín.

Marcelle

- *in Vesossimo ecclesia de Marcilii* –1120– (OLANO)
- *Marcelli ecclesia* –1133– (LUCENSIA)
- *...cautum de Marcelle* –1233– (RIBAS DE SIL)

Voz procedente do lt. MARCELL(I)US, derivado da forma MARCUS, relacionada, á súa vez, co lt. MARS.

Tor

- *Tor* –1098– (LUCENSIA)

Procede do lt. TURIUS na forma do xenitivo TURI. Existen no concello de Monforte dúas parroquias veciñas que levan a mesma denominación.

Esta evolución é a mesma que atopamos no topónimo “Pol” (na parroquia de Vaamorto), que procede do lt. PAULUS en xenitivo ou no topónimo “Tol”, do nome latino TULLIUS.

Fronte a esta interpretación, que parece bastante acertada, algúns autores ofrecen a posibilidade de que sexa un nome procedente da mesma voz “tor” que en sánscrito significa “altura”.

- *Abiti, villa* –1098– (LUCENSIA)
- *in villa que vocitant Vide* –1193– (OSEIRA)
- *duo casalia...et aliud in Vidi* –1228– (OSEIRA)
- *et Arias Iohannis rector ecclesie de Vide* –1259– (OSEIRA)
- *et per hereditatem de Vite* –1259– (OSEIRA)

Este topónimo ofrece, a primeira vista, dúas posibilidades de interpretación.

A primeira é consideralo un fitotopónimo, polo tanto, como nome común “vide” o seu étimo é o latín VITIS, procedente do verbo VIEO, que significa “atar”. Deste xeito, entendémo-lo <a> como artigo engadido posteriormente á palabra.

A segunda posibilidade é que sexa un derivado dun nome de posesor latino (AVITUS) na súa forma de xenitivo. Neste caso o <a> forma parte do antropónimo.

Elixio Rivas Quintás na súa “Toponimia de Marín” recolle unha terceira posibilidade de explicación: que o nome proceda dun orónimo con raíz *bit- / *bet-, variante de *pit / *pet-.

A interpretación máis común nos falantes foi a de relaciona-lo topónimo coa “vide” e o <a> pasou a se-lo artigo, tendo como resultado unha falsa segmentación.

Este mesmo fenómeno aconteceu co topónimo “Agolada”, na provincia de Pontevedra.

Unha vez feita esta aclaración, pensamos que o nome debería aparecer como “Avide” (todo xunto), xa que así se recolle no ano 1098 na documentación medieval anteriormente indicada: “villa Abiti”.

Vilamarín

O último topónimo desta serie é Vilamarín, nome formado por dúas palabras. A primeira: “Vila” < lt. VILLA. Na Idade Media había dous tipos de VILLA: a do labrego e a do señor, á que máis adiante se lle chamou PALATIUM. Desta forma saíron tódolos topónimos que presenta a forma “pazo”: “Pazo”, “Pazos”, “Paciocova”, etc.

No que atinxe á forma “vila”, existen moitos outros nomes derivados dela como “Vilanova”, “Vilamaior”, “A Vila”, “Cima de Vila”, “Vilela”...

No caso de “Vilamarín” atopámonos diante dun nome latino que vai engadido a un substantivo que designa unha entidade de poboación.

- *Villa Marin* –1222– (LUCENSIA)

Marín < lt. MARIN(I)US, a partir do xenitivo MARINI.

A forma galega Vilamarín só aparece recollida no nomenclátor de 1981.

Propietarios xermánicos

O segundo grupo de nomes derivados de antropónimos é o dos **PROPIETARIOS XERMÁNICOS**. Estes constitúen un elemento moi importante na toponimia peninsular en relación coa frecuencia de onomásticos persoais medievais desta orixe. Os nomes xermánicos do N.O. remontarían, segundo Gamillscheg e Sachs, á monarquía visigoda e, en menor medida, ós nomes de orixe sueva.

Gullade

O primeiro topónimo é Gullade, rexistrado nos arquivos do mosteiro de Oseira baixo a forma “Guillade” en xenitivo. Os nomes persoais rematados en <-i> no xenitivo pasan, polo xeral, a <-e>.

- *Fonte Guillade* –1473– (OSEIRA)

Con respecto á base, existe un elemento de terminoloxía do Dereito <*gild*-> co significado de “orzamento, contribución”, que explicaría este topónimo.

Guntín

O segundo é Guntín, un antropónimo godo que, como a maior parte deles, pasou ó latín coa terminación maioritaria en <-us> e así aparece no latín medieval como GUNTINUS / GUTINUS, nome procedente do gótico *gunpi, co significado de “loita, combate”.

- *villa de Guntin* –1098– (LUCENSIA)
- *Martin Suares de Gontin* –1265– (DEVANCEIROS)

Existen moitas variantes deste nome en toda Galicia: Gundín, Agudín, Gondán, etc., que derivan dos prefixos *gund-* / *gunt-* e poden aparecer tanto no primeiro lugar da palabra coma no segundo, formando neste último caso nomes de muller, por exemplo “Aldegundia”.

Os antropónimos xermánicos con terminación <-inus> implican unha adaptación do sufixo godo <-eins>, que no xenitivo derivou na solución <-ín> para a Península Ibérica (<-im> no caso de Portugal).

Sindrán

O topónimo Sindrán, do que temos documentación bastante tardía (mediados do s. XIV), só aparece rexistrado como apelativo.

- *Johan Sindran* –1325– (RIBAS DE SIL)

Trátase dun xenitivo de posuidor que presenta unha terminación propia dos nomes que pasaron ó latín rematando en <-anem> e deron como solución os resultados <-án>, <-á> ou <-ão> (nasalizada).

A primeira parte da palabra podería estar en relación coa forma **sanps*, que significa “verdadeiro”, e atopámolo como segundo elemento da composición en formas como “Gresande” ou “Guisando”.

Outra posibilidade sería a forma **segh-*, que deixou representacións no céltico, grego e xermánico.

Distriz

O último topónimo deste subgrupo é Distriz, nome que fai referencia a un antropónimo dun propietario hispano-visigodo que reflicte a dobre procedencia na formación do mesmo.

- *in ripa Cave, villam Desteriz* –1120– (OLANO)
- *o nosso cassar de Destrys, que he no couto de Monforte* –1355– (RIBAS DE SIL)

DEXTER era un cognome clásico ó que se lle engadiu a forma <-ricus>, derivada de *-reiks*, que significa “que ten autoridade, poderoso, rico”. Deste xeito naceu o composto DEXTERICI. O máis frecuente é que a forma <-rigo> evolucione a -riz / -ris, e de aí que atopemos “Desteriz” ou “Destriz” en Ourense e “Distriz” en Monforte.

A alternancia no vocalismo átono entre a vocal palatal de grao medio e a palatal pechada <e> / <i> mantense aínda hoxe entre os falantes que pronuncian “Destriz” ou “Distriz” indistintamente.

Nomes prerromanos

O último subgrupo de topónimos que proceden de nomes de propietarios da terra é o que deriva de **NOMES PRERROMANOS**. Só temos dous exemplos: Vascós e Lemos.

Vascós

Reflicte o nome dun pobo primitivo do que temos noticia a través do latín VELASCONES e así aparece recollido na documentación medieval.

- *Velascones S. Martini ecclesia* –1175– (LUCENSIA)
- *Sancto Martino de Velascones* –1175– (OLANO)

Este nome presenta o sufixo prerromano *-asc-*, presente noutros topónimos galegos como Tarascón ou Viascón.

Os nomenclátore empregados recollen a forma con , agás no ano 1785, que presenta o <v> etimolóxico no libro *España dividida en provincias e intendencias*.

Lemos

- *Moreda, in Lemos, similiter* –1238– (OSEIRA)

Forma a segunda parte do topónimo que lle dá nome ó concello. Procede do étnico LEMAVI.

É case xeral, e aceptado por todos, o feito de que o topónimo “Lemos” procede do antigo pobo lemavo (xa Ptolomeo falaba da existencia dos “lemavios” na zona ocupada polo val no que se sitúa hoxe Monforte), sen embargo, existe outra tese que pon en relación este termo con outros nomes de lugar como “Limia” ou “Lameiro” facendo fincapé no feito de que o río Cabe, que baña a vila, ó seu paso por Monforte deixa ó longo do seu percorrido os seus pousos en forma de lama e este feito é o que explica o topónimo. Esta interpretación foi recollida por Fernando Cabeza Quiles no leu libro *Os nomes de lugar*⁹.

OUTROS TOPÓNIMOS

Ata este momento a agrupación de topónimos facíase tendo en conta o significado dos mesmos e o feito de que a cada grupo lle pertencía un número máis ou menos amplo de nomes. Os que restan por analizar estarán incluídos baixo o epígrafe **OUTROS TOPÓNIMOS**.

⁹ F. Cabeza Quiles: *Os nomes de lugar*.

MOS, xa que cada un ten un significado e etimoloxía diferente. Son: Vaamorto, Chavaga, A Parte, Reigada, Rozavales e Seoane.

Vaamorto

- *Vado mortuo* –1175– (OLANO)
- *Sancta Maria de Vado morto* –1243– (LUCENSIA)

Procede do lt. VADO MORTUO e indica un “paso” nun camiño ou no río. O adxectivo “morto”, neste contexto, pode relacionarse coa improductividade do mesmo.

Tódolos documentos recollen a forma antietimolóxica con , tendo en conta a grafía de VADO.

Chavaga

- *iglesia da san Joan de Chavaga* –s. XV– (RIBAS DE SIL)

Topónimo de orixe escura que non ten correspondencia con outras formas galegas.

Recole Palomar Lapesa un antropónimo prerromano coa forma CLAUICI (en xenitivo), que presenta un prefixo CLAU-. Este prefixo corresponde á raíz *KLEU, que significa “oír” e forma nomes célticos¹⁰, sen embargo, a nosa forma, ademais de presenta-la palatalización do grupo CL- inicial, partiría dunha forma feminina, inusual na formación de topónimos.

A Parte

Topónimo relacionado coas divisións xurídicas que se facían dos territorios e procede do acusativo latino do nome común PARS, PARTIS.

- *Purcis, vilia de Lemos* –891– [Partis, hoxe “A Parte”, parroquia] (LUCENSIA)

Nos nomenclátors apareceu con ou sen artigo sen seguir un criterio coherente, e así no 1810 en Villarroel aparece como “Sta. María de Parte”, e no 1845 Madoz recólleo como “Sta. María de la Parte”. A partir do 1981 sempre aparece o nome da parroquia co artigo.

Reigada

- *...et deinde cum vineis da de Reigada et deinde cum Iohanne Fernandi* –1267– (RAMIRÁS)

Trátase dun hidrotopónimo procedente do lt. REGO, palabra que algúns autores atribúen a unha base *recu, de orixe prerromana e que puido mesturarse co nome céltico “rica”, que significa “fenda” (< indoeuropeo).

A base feminina “rega” < lt. RICA. O significado achégase ó do substantivo “rega” como “acción de regar”.

Existen moitos derivados deste significado latino dentro do concello: “O Rego”, “O Regueiro”, “A Regueira”, etc. Os sufixos -ARIUM / -ARIAM, neste caso son indicativos dunha relación de pertenza ou semellanza e xa están lexicalizados.

¹⁰ M. Palomar Lapesa: “Antroponimia prerromana”.

Rozavales

- *cum fratribus de Runciavalle* –1220– (RIBAS DE SIL)
- ... *ad confrariam de Rozavales 1 solidum* –1227– (OSEIRA)
- *A Santa María de Roavales, des 3 moravedis* –1302– (DEVANCEIROS)
- *Sant'Antón e a Santa Maria de Roavales* –1338– (DEVANCEIROS)

Topónimo relacionado cos labores da terra que indica un proceso de explotación da mesma. O nome está formado por dúas palabras, a segunda das cales (=“val”) xa foi explicada ó falar do orotopónimo “Valverde”.

A primeira procede do verbo latino *RUPTIARE, que tiña o significado de “cavar”, “labra-la terra por primeira vez” e procedía á súa vez do participio latino RUPTUS (=roto), verbo RUMPERE (=romper).

O topónimo “Rozavales” presentou sempre a grafía en tódolos nomenclátore, excepto no *Diccionario nomenclátor* de Villarroel (= “Rozavalles”), con <v>(1810).

Seoane

- *monasterio de S. Ioanne de Cinissa* –1088– (OLANO)
- ...*entre nos e os cabaleyros de Soutelo e de Seoane* –1279– (DEVANCEIROS)

É un haxiotopónimo que procede dun nome de santo en latín: SANCTI JOHANNIS. Trátase dun santo titular dunha igrexa que lle deu nome á poboación que a arrodeaba.

Nos documentos da Idade Media aparece o nome S. Ioanne unido ó lugar de Cinissa, hoxe “Cinsa”, lugar da parroquia de Vaamorto. O nome do mosteiro formou o topónimo “Seoane”.

JOHANNIS supón a latinización dunha forma hebrea co significado de “Deus é misericordioso”. O nome actual procede do xenitivo latino popular en <-i>. Na época medieval o patronímico adoptou a forma “Eanes”. Temos documentación da forma “Seoane” de finais do s. XI ata finais do s. XIII.

DOCUMENTACIÓN ESCRITA

Ata este momento falamos da análise dos topónimos e, unha vez foron expostas as posibles etimoloxías, indicaremos a **DOCUMENTACIÓN ESCRITA** que temos dos mesmos.

Durante todo o s. X, XI, e ata o XV temos constancia das formas analizadas en repetidas ocasións nos documentos antes mencionados e noutras fontes de información como os arquivos dos mosteiros de Oseira e Ribas de Sil, así coma no libro *A vida e a fala dos devanceiros* de Ferro Couselo.

En liñas xerais mantéñense os topónimos tal e como foran recollidos nos primeiros nomenclátore, sen grandes modificacións, a non se-la restauración de grafías etimolóxicas no caso de Vaamorto, Vascós, Rozavales (con <v>) e Ribasaltas (con).

Para rematar vou adianta-lo problema derivado da deturpación de nomes galegos debida á presión do castelán e favorecida pola administración pública e polo papel da Igrexa.

É relevante o feito de termos como nome de parroquia unha forma castelá e que esa mesma forma apareza en galego para referirse ó nome dun lugar. Por exemplo, o *Diccionario geográfico-estadístico-histórico* de Madoz recolle o nome “Villamarín” ó lado de “Cima de Vila” (alternancia “vila” / “villa”); a advocación desta parroquia é “San Félix” fronte á aldea de “San Fiz” en Marcelle (unha denominación oficial e outra tradicional).

Noutras parroquias coma Moreda existen aldeas coma “Ciudad” ou “Iglesia” ó lado doutras aldeas chamadas “Outeiro” ou “Regueiro”.

Estes fenómenos poñen de manifesto o problema da restauración dos nomes que, a partir do s. XVI, foran alterados pola presión do castelán. Algúns deles foron simples traducións do galego ó castelán, por exemplo “Eirexa” ou “Cabana”, que pasaron a chamarse “Iglesia” e “Cabaña”; outros adaptáronse ó sistema fonético do castelán, por exemplo “Barja” ou “Mareje” no canto de “Barxa” e “Marexe”. Algúns grupos convertéronse en formas híbridas como “Junqueira” ou “Freijo”, que manteñen o ditongo decrecente galego pero adaptáronse ó sistema fonético castelán, substituíndo o fonema fricativo prepalatal xordo polo fricativo velar.

O risco de alteración do topónimo será maior canto máis grande sexa o núcleo de poboación. A coexistencia de dúas denominacións para un topónimo foi, durante moitos anos, un feito natural que está sendo corrixido polo Goberno Galego coa actual revisión dos mesmos nas aldeas de Galicia e que agardamos sexa rematada no menor tempo posible.

BIBLIOGRAFÍA

- Amor Meilán, Manuel: *Geografía General del Reino de Galicia*, Vol. IX, Ediciones Gallegas, A Coruña, 1980.
- Cabeza Quiles, Fernando: *Os nomes de lugar*, Ed. Xerais, Vigo, 1992.
- Cañizares del Rey, Buenaventura: “Nomenclátor toponímico medieval de la diócesis”, *Lucensia* 5 (1992), pp. 139-185.
- Caro Baroja, Julio: *Los pueblos del Norte*, Txertoa, San Sebastián, 1977.
- Doç, Miguel: “Antroponimia latina” en *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Vol. I, CSIC, Madrid, 1960, pp. 389-419.
- Duro Peña, Emilio: *El Monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, Ourense, 1977.
- España dividida en provincias e intendencias*, Tomo I, Imprenta Real, 1789.
- Ferro Couselo, Xesús: *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de Documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, Vol. I, Galaxia, Vigo, 1967.
- González Fernández, Isabel: “Sufijos nominales en el gallego actual”, *Verba*, anexo 11, 1978.

- Hubschmid, Johannes: "Toponimia prerromana" en *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Vol. I, CSIC, Madrid, 1960, pp. 447-493.
- Madoz, Pascual: *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de ultramar*, Madrid, 1845.
- Menéndez Pidal, Ramón: *Toponimia prerrománica hispánica*, Gredos, Madrid, 1968.
- Moralejo Lasso, A.: *Toponimia gallega y leonesa*, Pico Sacro, Santiago de Compostela, 1977.
- Olano Silva, Víctor de: "Toponimia gallega", *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares* 1 (1945), pp. 653-666.
- "Toponimia gallega", *Boletín de la Comisión provincial de Monumentos Históricos y artísticos de Lugo*, T. VIII (1967-68), pp. 121-129 e T. IX (1974-75), nº 59-60.
- Palomar Lapesa, Manuel: "Antroponimia prerromana" en *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Vol. I, CSIC, Madrid, 1960.
- Piel, J. M.: "Nomes de possessores latino-cristiaos na toponímia astur-leonesa-portuguesa", *Biblos* 23,1 (1947), pp.143-202 e 23, 2 (1947), pp. 283-407.
- "Antroponímia germánica" en *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Vol. I, CSIC, Madrid, 1960, pp. 421-444.
- "Toponímia germánica" en *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Vol. I, CSIC, Madrid, 1960, pp. 531-560.
- "Consideracións xerais sobre toponimia e antroponimia galega", *Verba* 6 (1979), pp. 5-11.
- "Respiga de antroponímia galega de orixe latina", *Verba* 9 (1982), pp. 125-152.
- "Novísimas achegas à historia da tradición antroponomástica mais antiga latina no Noroeste galaico", *Verba* 11 (1984), pp. 5-24.
- Rivas Quintás, Elixio: *Toponimia de Marín*, *Verba*, anexo 18, 1982.
- "Familias léxicas e campos semánticos prerromanos" en M. Brea / F. Fernández Rei (coords.): *Homenaxe ó profesor Constantino García*, T. I, Universidade, Santiago de Compostela, 1991, pp. 427-441.
- Romaní Martínez, Miguel: *A colección diplomática do Mosteiro Cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense), (1025-1310)*, Tórculo, Santiago de Compostela, 1989.
- Santamarina, Antón: "Problemas para la restauración de topónimos gallegos" en *Actas de las I Jornadas de Onomástica. Toponimia*, Vitoria-Gasteiz, 1986, pp. 239-246.
- Villarreal, José de: *Diccionario nomenclátor de las ciudades, villas, aldeas, caseríos, cotos, ventas, castillos y prioratos de todo el reyno de Galicia*, Santiago de Compostela, 1810.

ASPECTOS XERAIS DA TOPONIMIA DO CONCELLO DE LALÍN

Afonso Toimil Castro

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

Ó afrontar un estudio de toponimia galega, sexa este referido á toponimia maior (nomes de cidades, vilas, parroquias, lugares, barrios, etc.) ou referido á toponimia menor (nomes de montes, ríos, regueiros, prados, leiras, veigas...) o autor pode escoller diferentes perspectivas: clasificación de topónimos atendendo á antropotoponimia, á orotoponimia, á fitotoponimia..., centrarse no seu estudio etimolóxico, na castelanización que sufriron estes ó longo dos séculos, etc. Como resultado obvio, o mellor traballo sería aquel que se centrase en todos estes puntos e mesmo se podería mellorar con propostas de restauración naqueles topónimos onde a deturpación sufrida fose moi forte. No que atinxe a este traballo, a decisión final foi a de comprobar, a través das distintas fontes escritas consultadas, a desaparición dalgún topónimo e a aparición de moitos outros, como veremos, así como a de estudar a castelanización que sofren os topónimos do Concello de Lalín cotexando fontes escritas do s. XIX e do XX. As fontes que empregamos son: o *Diccionario Geográfico-estadístico-histórico de España y posesiones de ultramar* de don Pascual Madoz, a *Geografía del Reino de Galicia* de Carreras i Candi e os nomenclátors de 1970, 1981, 1986 e 1991, ata chegar á publicación no mes de xullo de 1996 no DOG (Diario Oficial de Galicia), da forma oficial das 428 entidades de poboación recollidas en todo o concello.

Para trata-la castelanización sufrida pola toponimia galega en xeral e pola de Lalín en particular é inevitable falar do proceso de castelanización lingüística de Galicia. Como é sabido de todos, a nosa lingua nace do desenvolvemento que o latín falado experimenta no noroeste da península Ibérica, sufrindo un proceso de evolución paralelo ó dos outros romances fillos do latín e chegando á Idade Media xa consolidado como lingua. É precisamente nesta época, non superada posteriormente, cando o galego vive unha situación «normalizada», xa que é a lingua do pobo e a lingua da cultura, a lingua da Igrexa, xunto co latín, e a lingua da Administración; isto, basicamente, e de forma

moi sucinta, é o que ocorre ata o s. XV. A partir deste século e ata o s. XIX, por razóns de sobra coñecidas e que agora non cómpre mencionar, a historia escrita do galego cóntase pola súa ausencia e a lingua que se emprega para usos formais vai se-la castelá; o primeiro tercio do s. XX é realmente esperanzador, recobrando o galego eidos que tiña perdidos desde había séculos, pero a Guerra Civil trunca de novo tódalas expectativas e agárdanlle á nosa lingua 40 anos de moi dura represión. A fixación escrita de topónimos non vai estar alleo a estas tendencias.

Para o estudio da castelanización dos topónimos hai que sinala-lo papel negativo que a institución eclesiástica representou desde moi cedo en Galicia no desenvolvemento do galego, xa que en tódolos países de Europa con situacións lingüísticas semellantes á nosa (Cataluña, País Vasco, A Bretaña...) a Igrexa sempre foi fiel á lingua do seu pobo. Mesmo en momentos onde a represión lingüística foi máis forte, caso da época franquista, o papel da Igrexa catalana e vasca foi fundamental, cando aínda hoxe en moitas parroquias e vilas galegas non se escoita unha misa en galego. Este asoballamento reflíctese moi ben na nosa toponimia, sobre todo, como comprobaremos logo, na advocación do topónimo, que foi sistematicamente castelanizada.

Ó compara-los topónimos que aparecen nas distintas fontes consultadas coa forma oficial que hoxe teñen, produto da publicación do DOG, pódese comprobar que un número elevado deles manteñen a mesma forma, ben porque foneticamente non teñen trazos característicos galegos, ben porque lexicamente son opacos; é o caso de topónimos como *Golmar*, *Bermés*, *Madriñán*, *Rodís*, etc. (poderíamos citar moitos máis). Pero, do mesmo xeito, tamén se pode apreciar que hai unha cantidade moi importante deles que foron castelanizados dunha maneira ou doutra (hai que distinguir, por unha parte as fontes consultadas que foron publicadas antes da *Lei de normalización lingüística* (Lei 3/83), que en canto ó proceso de castelanización se poden agrupar conxuntamente, das que son publicadas despois de marzo do 83, e centrarse, finalmente, na recuperación total que recolle a toponimia de Lalín publicada polo DOG do 19 de xullo de 1996). As distintas formas en que o proceso de castelanización se manifesta son:

–Por hibridación: é dicir, cando a forma toponímica está formada por substantivo+substantivo, substantivo+adxectivo e un dos elementos é castelanizado. *Fuente cabalos*, *Sotolongo*.

–Adaptación do sistema fonético galego ó castelán. Isto provoca que o son prepalatal fricativo, xordo do galego [š] do sistema fonético castelán sexa substituído polo son velar, fricativo, xordo [x] que non existe en galego; esta equivalencia é habitual entre galego e castelán como se comproba en moitísimas parellas de palabras (*tojo-toxo*, *cojo-coxo*, etc.). Son numerosísimos os exemplos que podemos atopar: *Moneijas*, *Méijome*, *Jaján*, *Abonjo*, *Gesta* polos galegos *Moneixas*, *Méixome*, *Xaxán*, *Abonxo*, *A Xesta*.

–As equivalencias galego-castelás l-ll (*polo-pollo*), n-ñ (*cana-caña*), ñ-n (*viño-vino*) explican a castelanización de topónimos coma *Villameá* (recollido no Carreras i

Candi), da *Peña*, do *Espino*, de *Villatuje* pola forma galega *Vilameá*, *A Pena*, *O Espiño* e *Vilatuxe*, respectivamente. Hai que salientar, sen embargo, que as formas *Vila-Villa* convive na toponimia galega, aínda que a forma normativa sexa, obviamente, *Vila*.

Tamén as equivalencias galego-castelás que se atopan en palabras do léxico común como *maior/mayor*, *maio/mayo* explican os topónimos *Goyás*, *Costoya*, *Sampayo* que recollen os nomenclátors no canto dos galegos *Goiás*, *Costoia* e *Sampaio*, respectivamente.

–Traducción: É sistemática na advocación do topónimo, porque tódalas que non coinciden co castelán son traducidas. É necesario facer un pequeno inciso, xa que non tódalas fontes consultadas recollen a advocación do nome da parroquia, como é o caso do nomenclátor de 1970, e só a partir de 1986 aparece esta en galego. No Madoz e no Carreras i Candi, de 51 parroquias que conforman o Concello de Lalín segundo eles, 20 teñen a advocación en castelán e as restantes, como xa antes sinalamos, non a teñen porque a forma coincide co castelán. Exemplos: *San Juan de Anzo*, *San Esteban de Cadrón*, *San Martín de Cello*, *San Pedro Feliz da Xesta*, *San Adriano de Madriñán*, *San Lorenzo de Moimenta* e *Santa Eulalia de Losón*. Resulta curioso que moitas veces na mesma fonte se rexistre a advocación en castelán *San Pedro Feliz (Gesta)* e na mesma parroquia o lugar sexa *Sanfiz* coa forma en galego. Tamén é moi frecuente *San Martín* e *Sanmartiño*. Recollemos, así mesmo, o topónimo *Santabaia* e a advocación *Santa Eulalia*. A parroquia de *Villanueva (San Juan)* aparece coa forma traducida denominándose un dos lugares *Vilanova*. Outro dos topónimos que sempre ten a forma en castelán é o de *Eirexe*, *Eirixe*, *Eirexa* por *Iglesia*.

Pero que a forma toponímica apareza deturpada non se debe só á castelanización, senón que existen outros factores que imos tratar de sistematizar. O feito de analizar unha zona xeográfica concreta, o Concello de Lalín, é a causa de que dentro destes topónimos non existan variantes dialectais, como podería ocorrer, por exemplo, se o estudio abarcase a toponimia maior da comarca do Deza, que engloba máis concellos e as diferencias lingüísticas xa agroman. O que si hai é un problema gráfico debido a que o idioma galego, ata a publicación das *Normas ortográficas e morfolóxicas da lingua galega* en outubro de 1982, viviu sen un padrón normativo oficial como referente. Así, ollando os nomenclátors e as fontes consultadas ata 1981, encontramos parellas do tipo *Votos/Bo-tos*, *Casas-Bellas/Casas-Vellas*, *Hermide/Ermida*.

Outra das deturpacións que se observa é a referida á inconsistencia do vocalismo átono galego, aparecendo recollidos pares de topónimos como *Cázome* por *Cáceme*.

Percibimos, así mesmo, outro tipo de alteracións fonéticas:

- *Torobedo/Torguedo*. O primeiro posúe unha vocal anapítica “o”, amais da confusión fonética do son bilabial, oclusivo, sonoro [b] co velar, oclusivo, sonoro [g] común en palabras do tipo *tuburio* por *tugurio*.

- Nos topónimos *Santullo/Soutullo* hai unha confusión gráfica primeiro entre a vocal “a” por “o” e segundo entre a consoante “n” pola vocal “u”. Esta segunda confusión tamén está presente na parella de topónimos *Euxame/Enxame*.
- Vacilación no ditongo *oi/ui*. Na zona descrita é característico o ditongo *oi*, sen embargo rexístrase das dúas maneiras: *Tuimil/Toimil*, *Muimenta/Moimenta*.
- O Concello de Lalín está dentro da isoglosa que delimita o fenómeno fonética da gheada. Só se recolle un caso de topónimo afectado transcrito no Madoz como *Rejoufe* e con iota; esta é a tendencia normal, xa que este fenómeno está considerado como vulgar, non só polos foráneos senón tamén polos propios galegos e é rara a súa presenza nos nomenclátors.
- Hai tres casos onde o son prepalatal, fricativo, xordo [ʃ] está representado pola letra “f”: *Far*, *Anzufao* e *Padrufao*, recollidos os tres no Madoz, probablemente por unha interpretación gráfica errónea, confundindo un iota “j” cun efe “f”.
- Por último, sinalar un caso de *e* paragórico recollido no topónimo *Vale* no Madoz, que non se atopa en ningún nomenclátor posterior.

Hai que deixar caro que, así como os casos de castellanización expostos son comúns ás fontes consultadas de data anterior a 1963, estes últimos son tirados do Madoz, sobre todo, e do Carreras i Candi, en menor medida, en parte porque esta última fonte ofrece unha información moi pouco exhaustiva, non recollendo máis ca 170 lugares e 51 parroquias.

Os nomenclátors de 1986 e de 1991, practicamente idénticos, contabilizando ámbolos dous a mesma información toponímica (384 topónimos), son os primeiros que ofrecen unha información galeguizada, pero na que hai que facer matizacións. A advocación nalgúns topónimos, os menos, segue coa forma non galega: *Barcia* (*San Esteban*), *Madrinán* (*San Adrián*), *Vilatuxe* (*San Lorenzo*). Noutros o proceso de galeguización non chegou a termo: *Lalín* (*Santa María dos Doores*). Ademais, sabemos que moitas formas toponímicas en galego, así como en castelán, levan artigo (o caso que a todos nos ven á mente é o da *Coruña*) sendo nestes nomenclátors onde se empeza a recoller por primeira vez este tipo de información; pero, todo hai que dicilo, aínda que a intención foi boa, o resultado non o foi tanto. Leva artigo dun xeito sistemático o topónimo *Eirexa*, que se restaurou para todo o concello, cando nalgunhas parroquias a forma do topónimo é a de *Eirixe*, *Eirexe* e nunca con artigo. Non llelo poñen, por exemplo, ás parroquias da *Veiga* e da *Xesta*. Isto é algo que hai que salientar por que é unha información que non aparece nas fontes escritas, e cando aparece, cómpre prestarlle atención. Para unha boa restauración é conveniente ir á parroquia e cotexa-la información con varios informantes, xa que o artigo é un elemento importante do topónimo.

Polo que se refire á desaparición/aparición dos topónimos temos que recorrer á estatística para comprobarmos que en século e medio o incremento destes é moi relevante, xa que ollando o número de topónimos recollidos no Madoz temos un total de 51 parroquias e 297 lugares que conforman 348 topónimos. Actualmente son 428 os topónimos oficiais do Concello de Lalín repartidos entre 48 parroquias e 380 lugares; polo tanto, nun só concello e segundo as fontes escritas que serviron de soporte para este traballo, hai un incremento moi importante de 80 topónimos con respecto ós datos que nos ofrece un dicionario exhaustivo como é o Madoz e un aumento tampouco nada rexeitable con respecto ó nomenclátor de 1991. Se comparámo-los datos recollidos no Carreras i Candi 1930 (poboación do concello 18.807 persoas) cos que aparecen no nomenclátor de 1991 (poboación 20.360 persoas), vemos que a poboación no rural descende bastante con respecto a hoxe, tendo en conta que no momento actual viven no núcleo urbano preto de 10.000 persoas; sen embargo o incremento de topónimos alí é altísimo; parece, pois, un paradoxo, que aumenten as entidades de poboación e diminúa a poboación. As explicacións, non sendo nós especialistas interpretando datos deste tipo, poderían se-las seguintes:

–A primeira é que os nomenclátoreos nunca recolleron tódalas entidades de poboación e isto apréciase facilmente porque no de 1991 prodúcese unha diminución con respecto a hoxe de 44 topónimos; é obvio que no Concello de Lalín non houbo en 5 anos ese incremento.

–Tendencia dos topónimos novos a aparecer preto de novas vías de comunicación (estradas, ferrocarril), que a principios deste século estaban por construír como se pode ver no Carreras i Candi (p. 594):

“No tiene carretera alguna, pero hay una proyectada desde Prado a unir con la de Lalín a Santiago. El ferrocarril en construcción desde Orense a Santiago, trozo desde Orense a La Coruña, pasará por esta parroquia”.

A estación de tren do concello está na parroquia de *Botos*; nesta parroquia, contrastando os nomenclátoreos, atopamos un incremento de tres topónimos, denominándose un, por certo, *A Estación*. Na parroquia de *Prado*, estrada Santiago-Ourense, o lugar denominado *O Alto da Pena* aparece por primeira vez como tal na toponimia que publica o DOG, no mes de xullo de 1996. Salientar tamén que hai topónimos que xa se denominan coa forma castelá *A Carretera*, aínda que hai reticencias a aceptalos.

Outro dos aspectos a ter en conta para explica-la aparición de novas entidades de poboación é, en principio, outra aparente contradicción: a diminución de poboación no mundo rural está provocada pola alta taxa de emigración, sen embargo os que construíron, nunha porcentaxe alta, casas novas que conforman hoxe a paisaxe aldeá non foron outros cós emigrantes. O nacemento de lugares novos é produto da construción de casas, que simplemente coa aparición de dúas ou tres xa conforman un lugar e, polo tanto, a aparición dunha nova entidade de poboación que probablemente vai recibir un nome dun lugar da toponimia menor xa existente. Facendo o traballo de recollida de topóni-

mos, hai casos de lugares constituídos por ese número tan reducido de vivendas. En canto á desaparición de topónimos, afortunadamente é case inexistente, podendo citar só na parroquia de Doade dous: *Lebojil* e *Bustelo* e na de *Botos* o de *Lamela*... O que si se aprecia é unha redistribución de formas toponímicas debido primeiramente á non coincidencia no número de parroquias que por unha banda propoñían as fontes do século pasado e principios deste, e por outra as máis recentes; así, as que eran parroquias de *Alperiz*, *Erbo*, *Fontecabalos*, *Palio* e *Pena* son hoxe lugares das parroquias de *Parada*, *Pal-mou*, *Sello*, *Rodís* e *Xaxán*, respectivamente. E o que era lugar da parroquia de *Goiás*, *San Ramón da Veiga*, é actualmente unha parroquia.

Por último, e xa para rematar, facer mención ó proceso de restauración que comezou plasmándose nos nomenclátors de 1986 e 1991, coas eivas xa comentadas e que rematou coa recollida de datos percorrendo cada unha das 48 parroquias que ten o concello, preguntándolles ós informantes o nome dos lugares, cotexando a información nos casos de dúbida e pasando despois pola Comisión de Toponimia da Xunta de Galicia, salientando que algúns topónimos xa só conservan na fala viva a forma castelá; de aí a urxencia da restauración. Aínda que este traballo xa tiña que estar rematado inmediatamente á publicación da Lei de normalización lingüística do 3/83, que no seu artigo 10 prescribe: «Os topónimos de Galicia teñen como forma única a galega. 2. Correspóndelle á Xunta de Galicia a determinación dos nomes oficiais dos municipios, territorios, núcleos de poboación, das vías interurbanas e dos topónimos (*sic*) de Galicia», o feito é que nunca chega tarde e hoxe é xa unha realidade que as 428 entidades de poboación do Concello de Lalín posúen a forma que sempre tiveron que ter.

BIBLIOGRAFÍA

- Carreras i Candi, F. (dir.), *Geografía de Galicia, provincia de Pontevedra* por Gerardo Álvarez Limeses, Barcelona, 1936.
- Instituto Nacional de Estadística (INE), *Nomenclátor 1970. Pontevedra* Madrid, 1973.
- INE, *Nomenclátor 1981. Pontevedra*, Madrid, 1984.
- INE, *Nomenclátor 1986. Pontevedra*, Madrid, 1990.
- INE, *Nomenclátor 1991. Pontevedra*, Madrid, 1993.
- Madoz, Pascual, *Diccionario Geográfico-estadístico-histórico de España y posesiones de ultramar*, Madrid, 1845.
- Santamarina Fernández, A., “Problemas para la restauración de topónimos gallegos” en *Actas de las I Jornadas de Onomástica, Toponimia*, Vitoria-Gasteiz, 1986, pp. 239-246.

SECCIÓN 7
LINGUA DE AUTORES E ESTILÍSTICA DA LINGUA

O LÉXICO DA MONTAÑA EN A. NORIEGA VARELA

Carme Ares Vázquez
Primitivo Iglesias Sierra

Escola Universitaria de Maxisterio (Lugo). Universidade de Santiago de Compostela
IB A Nosa Señora dos Ollos Grandes-Lugo

Con esta comunicación pretendemos contribuír ó estudio do léxico empregado polo poeta mindoniense Antonio Noriega Varela (1869-1947) na súa produción literaria. Limitámonos á súa obra *D'o Ermo*, libro central da súa creación poética, e para a nosa análise seguímo-la última edición feita baixo a responsabilidade do propio poeta: *D'o Ermo*, Tip. La Voz de la Verdad, Lugo, 1946, 4ª ed.¹ coa que se corresponden, polo tanto, as indicacións de páxina e verso ou versos que aparecen ó lado de cada palabra ou contexto.

Non pretendemos facer unha análise exhaustiva de todo o corpus léxico da obra. O obxecto do presente traballo é a caracterización do léxico co que Noriega fai referencia á **montaña**, tema recorrente na súa obra.

¹ Esta edición vén sendo unha recompilación da obra poética completa do autor que inclúe *A Virxen y-a paisaxe*, *Montañesas*, *D'o Ermo*. Na súa dilatada traxectoria poética, A. Noriega, en realidade, non escribiu máis que un libro que pasou por sucesivas transformacións. Carballo Calero (1981:522, nota 1) presenta o seguinte cadro das sucesivas edicións do libro de Noriega:

1ª edición: *Montañesas*, Luear, 1904.

2ª edición: *Montañesas*, Mondoñedo, 1910.

3ª edición: *Do Ermo*, Ourense, 1920.

4ª edición: *Do Ermo*, Ourense, 1920.

5ª edición: *Do Ermo*, Mondoñedo, 1928.

6ª edición: *Do Ermo*, Lugo, 1946.

Desde a primeira edición de *Montañesas* (Luear, 1904) ata a chamada edición luguesa de *D'o Ermo*, o poeta vai mudando de parecer, e engade e retira ó seu antollo textos e dedicatorias.

O seu corpus literario é maior, como podemos observar no libro de X. R. Freixeiro Mato, *Antonio Noriega Varela. Estudio e edición da Obra Completa*, servizo de publicacións da Deputación provincial de Lugo, 1994, onde observamos outros textos de natureza e calidade diversa, desde poemas que entroncan coa liña marcada polos libros editados a outros que mostran unha nova cara do autor (poemas de carácter satírico, humorísticos, de política, de circunstancias... etc.). Pero, para a análise dun campo tan específico como o que enunciámos no título da nosa comunicación pareceunos máis conveniente limitarnos ó estudio de *D'o Ermo*, pola homoxeneidade temática das súas composicións.

Se Cabanillas foi “o poeta da Raza” a Noriega recoñéceselle o distintivo de se-lo “**cantor da montaña**”. Pero o concepto **montaña** leva consigo outras valencias e derivacións máis amplas que non achamos na obra do poeta de Mondoñedo. No 1969, Aquilino Iglesia Alvariño (1969:14) acoutaba e definía do seguinte xeito o escenario lírico de Noriega:

“Eu situaría a súa montaña entre Lindín, Cadavedo e Montouto. Por estas parroquias que anainan no seu colo –brando de brétemas– a cibdade enfermiña de Mondoñedo, maxino eu ó poeta [...]. Mais esta concepción da montaña, cheia de vida, rechoucheante de niños e seivas novas, onde a roseira de Ovidio e de Catulo abre as súas rosas, roxas i apaixonadas, coa inxénua naturalidade que pedía o desterrado do Ponto Euxino, está moi lonxe do concepto de montaña fragosa, de vida profunda e interior, con erosións seculares na súa pele, como versos ciclópeos das edades remotas do caos orixinario. I está moi lonxe do ermo isolado do eremita, que él lembra, con todo, algunhas veces [...] e que só atravesa un córvo milagreiro, con un pan no pico para o estilista anxelizado”.

Non se trata, pois, dunha acepción totalizadora da palabra **montaña**. Os referentes da poesía norieguesa hai que sinalos, antes que na **montaña**, no seu significado máis amplo, *nos concretos temas da esencia e do vivir montańeses*, que o poeta interiorizou como propios. Noriega foi o **poeta da montaña** que sitúa xeograficamente nas terras altas de Abadín e Pastoriza (Montouto, Romariz, Cadavedo, Lindín... etc.), con ampliación á meseta central da provincia, a denominada Chaira ou Terra Cha de Lugo. Verdadeiro *locus amœnus*, nela a alma do poeta atopará morada ideal e acomodo ós ritmos que o vivir montańés lle marque.

Son moitas as pasaxes da súa obra que caracterizan positivamente este medio físico. É ben significativo o sexto poema do libro *Montañesas* que el titula “A Montaña” onde aparecen os elementos que contribúen á formación dunha paisaxe e dunha modalidade de vida tipicamente galega vista e xulgada desde a perspectiva de Noriega. Paga a pena que reproduzámo-lo poema:

Loas que che brindo son
os meus versos, irta serra,
porque adoro a tradición,
y-en par d’o teu corazón
gardal-as d’a nosa terra.

Non me namora o mar fero,
que á moitos tanto lles gusta;
á tí, montaña, ch’eu quero,
e non morro, porqu’espero
gozar d’a tua paz agusta.

Teño d’ollo hay moitos anos
vivir na máis brava cume
d’a Galicia, entr’os peisanos,
que, sentados nos escanos,
invernan preto d’o lume.

D’o que vai pra terra extraña
contan que aló ben s’apaña;
pro pol-o millor tesouro
non troco as froliñas d’ouro
con que te vistes, montaña.

Si no mundo hay bes seguros,
que se logran sin conxuros,
que non demandan traballos,
son os teus aires, tan puros,
y-as sombras d’os teus carballos.

¡Cánto a miñ’alma se reve
na singular fermosura
d’os encaixes con que a neve,
sin esquecer uz nin sebe,
amortaxarte precura!

Cendales e nebra mesta
de cando en veces che presta
pra que te conserves briza,
y-o abandon-al-a tua cresta
nos toxos s'esgarrapiza.

Ó enfundirse o sol detrás
d'as xigantes cabeceiras
coido que a abrasarte vas,
ou que refrexando estás
laparadas d'as fogueiras.

Cando a sombra te asoballa
ben si a lua t'agasalla,
o mellor si non recelas
que te prive a luz qu'espalla
d'unh'aureola d'estrelas...

Lucindo xoyas benditas
¡sempre, montaña, te vexa!
tel-os cruceiros pr'as citas,
pr'os devotos as ermitas,
pr'os mortos o adral d'a igrexa.

Nas tuas covas frecuentadas
pol-os espritos d'o mal

hay diamantes ás presadas,
reinas moras encantadas
e palacios de cristal.

Tu'a é Santa Compañía,
tu'a Pantasma, qu'espía
as bouzas y-esperta o medo
pra que se recollan cedo
as nenas que van á fía.

Non é gallego quen t'axe,
quen, serra, che teña zoña,
xa qu'herdaches o linguaxe
enxebre, o típico traxe,
y-a gaita e máil-a zanfoña.

¡Concédame o Ceyo a mín
que volv'a donde subín
co-a bota na moca ó lombo
y-os queixumes d'o violín!

Lembrando festas sonadas
inda quizá bailarei,
¡jou, montaña!, nas ruadas,
co-as fillas d'as ben amadas
carpazonas, que roldei. (pp. 55-58)

Tamén no poema “Saben as ilusiós miñas” de *D'o Ermo*, que ben pode considerarse emblema do seu discurso poético, aparecen expostas boa parte das claves que nos permiten dexerga-los principios lingüísticos e estéticos nos que se funda o corpus lírico do poeta:

Saben as ilusiós miñas
d'un carreiriño brañego,
entr'orballedas espiñas.

Despértamo a lus febea,
y-a través d'os piñeirales
devagariño serpea.

Ó pé d'un Cristo s'enrosca
dond'a queiroguenta serra

e máis ourizada e fosca,
E por un ermo s'estende,
que d'un sabugo s'ufana
y-a rosmaniño recende.

.....
.....

Con moitos predíos a bravo,
meu pazo ideal vos brindo
d'o carreiriño no cabo.
(p. 139)

Ademais destas dúas composicións, das que podemos extrae-la consideración que da montaña ten o autor, poderíamos citar outras moitas que, sumadas a estas, ofrecen unha imaxe integradora e precisa da posición e consideración do poeta verbo deste mundo ga-

lego que el tan ben coñecía e co que sempre se sentiu identificado. No poema “A miña terra” lemos:

A que a y-alma me cautiva
a que a inspiración me exalta
a que m’acolheu piadosa,
a miña terra é a montaña (115.1-4)

A **montaña** acada, pois, unha grande resonancia en Noriega, fronte **ó val** e **ó mar**:

É torpe o mar, que se quebra
n’un grau d’a area, y-é meigo
o val; pero as serranías
son veciñanzas d’o ceyo! (161.1-4)

Tema recorrente na súa poesía, aparece sempre cunha caracterización positiva.

A **montaña** é o seu amor:

Quixeran ser rigueiriños
y-alcanzárono as folepapas;
o meu amor (a montaña)
debalde teimou con elas. (190.1-4)

onde procura embreñarse²:

Embreñarme procuro, e feliz fora
si xa de meu tivera unha casiña
na fragosa montaña, que alí mora,
divorciada d’o mundo, a y-alma miña. (200.1-4)

ou:

Na montaña bravía, Pai d’o Ceyo!
D’o ermo silencioso no ermo seyo
Embreñarme procuro prontamente. (201.9-11)

A montaña (“os selvosos lugares”) é quen o namora e o inspira:

Asaz selvosos lugares,
cautivade os meus amores!,
provocade os meus cantares. (130.1-3)

É a que lle permite unha vida anónima, afastado dos rúidos do mundo:

Aló na terra virxen, terra esquivia
¡Donde nunca apareza unha alma viva!
(Tanto aborrezco tropezar co-a xente) (201.12-14)

² Palabra formada a partir de *breña*. *Embreñarse* equivale aquí a introducirse de cheo na vida e costumes da montaña, a partir do referente simbólico de *breña*.

onde acha a paz:

A ti, montaña, ch'eu quero,
e non morro, porqu'espero
gozar da tua paz augusta (55.8-10)

e coa que quere permanecer unido despois de morto:

porque, ben mirado, a morte
máis me ha d'unir co-a montaña. (156.7-8)

Desde o punto de vista léxico interesa salienta-los adxectivos cos que o poeta a cualifica:

- *Brava*. Fera, salvaxe, difícil de someter: “brava cume” (55.12).
- *Bravía*. Brava, fera, salvaxe: “montaña bravía” (201.9).
- *Briza*. Vizosa, moi verde: “pra que te conserves briza” (56.18).
- *Escalvada*. Calva, pelada, sen herbas, matas nin plantas: “escalvada montaña” (172.1).
- *Esquiva*. Áspera, esgrevia: “terra virxen, terra esquiva” (201.12).
- *Fragosa*. 1) Escarpada, esgrevia; 2)ateigada de vexetación: “na fragosa montaña” (200.3), “N’hai fragosa montaña tan esquiva” (210.4).
- *Hirsuto (monte)*. Duro, áspero: “no seyo d’o hirsuto monte” (107.8).
- *Irta*. Tesa, dura: “irta serra” (55.2).
- *Irtos (montes)*: “os irtos montes” (61.5).
- *Queiroguenta*. Poboada de queirogas: “queiroguenta serra” (139.8).
- **Virxen*. Virxe; non explorada: “terra virxen, terra esquiva” (201.12).

A **montaña** aparece, pois, cualificada por adxectivos que debuxan un cadro de aspe-reza, dureza e illamento.

Ó igual cós adxectivos sinalados, conforme ás necesidades deste medio, eminentemente rural, estrutúrase lexicamente a lingua empregada por Noriega e observamos que unha boa porcentaxe deste léxico pertence a campos semánticos relacionados directa ou indirectamente coa montaña.

O material é abundante porque, como dixemos anteriormente, o significado que o lexe-ma **montaña** ten para o poeta é amplo e variado.

No tocante á disposición do material recompilado, distribuímolos en varios apartados, dentro dos que inserimos as diferentes palabras, seguindo unha orde alfabética, brevemente definidas, sempre no seu contexto poético, e acompañadas de alomenos un exemplo contextualizador aclarativo do seu uso.

Noriega, ás veces, fai concesións a formas castelás; neste caso aparecerá precedida dun asterisco, figurando ó lado a forma estándar. As formas con flexión numérica son presenta-das xeralmente en singular. Dentro dalgúns apartados incluímos diversos subapartados, para unha mellor e máis precisa estruturación do léxico manexado.

Pasamos agora a examina-los elementos léxicos que conforman a montaña norieguesa.

1. PAISAXE³

Noriega non usa só o lexema **montaña**, senón que bota man doutros sinónimos, entre os que cabe destacar **monte** e **serra** para referirse globalmente a esa natureza que tanto exalta:

Non hay quen faga un labor:
¡cantos marchan no vapor,
mozos d'o val e d'a serra
que van deixar n'outra terra
a virtú d'o seu sudor. (36.16-20)

Delimitamos tres subapartados para a estruturación deste punto:

1.1. Partes da montaña (orografía)

Cómpre destaca-la abundancia de sinónimos que emprega para designa-lo cume, a cima, a parte máis alta dun monte. Rexistrámo-los seguintes:

- *Bico*: “¡Levántate, nebra / d'o bico d'a serra” (192.1-2).
- *Cimbro*: “No cimbro d'aquela serra” (25.1), “son breñoso-los cimbros donde inverna” (195.12). Tamén: 67.8; 112.2.
- *Crista*: “E mostrándome a crista d'a montaña” (160.3).
- *Curuto*, *curutiño*: “Vexo a neve, vexo a neve / no curuto da montaña” (69.12), “d'a serra no curutiño” (95.8).
- *Picouto*: “onde a musa d'os picoutos / triste, com'os pinos, canta” (69.7-8).
- *Píncaro*: “N'hay píncaro en Galicia máis deserto”(210.3).
- *Testa*: “O sol y-o mar á montaña / ¡muito lle poden querer!, / coróalle o sol a testa / e bicalle o mar os pés” (141.1-4).

Para a aba, a pendente ou declive do monte rexistramos:

- *Encosta*: “ôs seixos albos d'a fragosa encosta” (140.11).
- *Ladeira*: “A Virxe “d'a Clamadoira” / vel-a alá nunha ladeira / botándoll'a bendición...” (27.1-2).
- *Lomba*: “Si a casaña ond'eu vivía / está n'unha lomba fría...” (149.6-7).

Para a parte baixa fai referencia *ós pés* da montaña, en oposición á *testa* (parte máis alta): “coróalle o sol a testa / e bicalle o mar os pés...” (141.3-4).

Ademais da montaña, aparece tamén, aínda que cun rexistro moi escaso, **o val**, terreo baixo, depresión xeográfica entre montañas: “baixarei ôs vales / quero ver as cerdeiras” (114.2-3. Tamén: 61.5-6; 108.5) e, soamente unha vez, a palabra **chaira**, extensión considerable de terreo chan ou con poucas ondulacións: “o sosego d'as chairas me namora” (200.5).

³ Para a *flora*, elemento configurador da paisaxe, incluímos un apartado específico que figura a continuación deste.

1.2. Diferentes terreos que se configuran

Consonte á ausencia de vexetación ou á presenza dunha produción característica Noriega establece as seguintes diferenciacións:

- *Breña*. Terreo inculto cheo de mata: “Quen n’estas breñas s’embreñe / xurar pode que s’enclaustra” (80.13-14).
- *Breñal*. Terreo onde abunda a breña: “Festiña d’os breñales, linda abrúla / Pois o ermo afrixe, ¡seu rigor quebranta!” (203.1-2).
- *Campo*. Denominación xenérica para o terreo extenso que está fóra das poboacións: “O Campo frorido e ledó” (122.4). Tamén: 77.1.
- *Carballeira*. Lugar poboado de carballos: “Y-as carballeiras, donde o malvís canta” (203.4).
- *Chousa*. Terra de labor cerrada: “Ó vel-o drento da chousa / foi Carmen poñerse maja” (63.5-6). Tamén: 171.6.
- *Ermo*⁴. Terreo pobre e solitario, de escasa vexetación: “D’o ermo silencioso, no ermo seyo” (201.9) Tamén: 92.10; 94.8; 102.2; 103.22; 107.11; 127.2; 145.3; 176.1; 177.2; 193.1; 193.10; 203.2⁵.
- *Fraga*. Terreo onde hai moitas árbores e mato espeso: “rapaz, morou n-as fragas recadado, / en compañía d’un can, gardand’o gado” (133.3-4).
- *Piñeiral*, **pinar*⁶. Terreo poboado de piñeiros: “A brétema, ¿tu sabes?, é ceguiña / Os piñeirales pouco a pouco explora” (170.1-2). Tamén: 139.5; 210.1; 223.3. “brétema espesa / cobre os pinares” (180.2-3). Tamén: 167.3; 194.4.
- *Pomar*, *pumariño*. Terreo plantado de maceiras ou outras árbores froiteiras: “Sal d’us pomares” (60.1); “Zreixiñas frescas, vermellas, / ledicia d’os pumariños” (91.1-2).
- *Rega*. Prado, xeralmente próximo á casa, que rega ben dunha corrente continua ou das escorras dun camiño ou dos currais: “indo pr’a rega / no chivadoiro / topei con ela” (64.2-4).
- *Restreva*. Restreba, terreo sen cultivar: “pide ligós a restreva” (206.6).
- **Retamal*. Xesteira, lugar no que hai xestas: “Y-o retamal (seu privado) / albas froliñas ll’ofrenda” (190.9-10).

⁴ D’o *Ermo*, como indicabamos ó principio, é o título fundamental da obra poética de Noriega. Como se deduce do seu significado, “terreo pobre e solitario, de escasa vexetación”, é o lugar idealizado polo poeta onde habitan os seres máis pequenos e insignificantes que espertan nel un sentimento de amor e solidariedade. É moi frecuente a referencia ó *ermo* na poesía de Noriega, pero é no poema “O trono da paz” (páx. 127) onde mellor podemos atopar-la súa caracterización.

⁵ *Ermo* aparece tamén como adxectivo (*ermo,-a*) co significado de “deserto, despoboado, solitario”: *ermo cantío* (191.11), *erma igrexa* (201.8). Tamén: 166.5; 169.8; 178.8; 201.9.

⁶ Ó lado da forma propia *piñeiral* atopámo-la forma castelá **pinar*. Como vemos nos exemplos, nos nomes rematados en -l hai un uso sistemático do plural co mantemento do -l-, formas normais tanto no galego de Mondoñedo coma no galego central e occidental. Vémoslo en substantivos como *breñales*, *piñeirales*, *toxales*, etc. e noutros moitos exemplos: *pombales* (71.3), *navales* (110.11), *petruciales* (173.1), *cruelles* (216.9), etc.

- *Souto*. Terreo poboado de castiñeiros: “Y-alegra os souts, donde arrola a rula” (203.3).
- *Toxal*. Lugar onde medran os toxos: “Y-áurea pompa d’un toxal frorido” (212.4). Tamén: 98.3; 98.10; 135.16; 149.2-3.

1.3. Outros elementos que configuran a paisaxe norieguesa⁷

- *A aldea*: 78.15; 81.15; 207.3.
- *A casa*: 79.1; *as casiñas* d’os labregos : 179.6; *as casonas*: 179.5; *o pazo*: 139.14; 140.2; 144.4.
- *A igrexa*: 80.11; 180.4; 201.8; *a ermita*: 150.5; 207.14; 210.4; 210.9; 235.5; *os cruceiros*: 178.3; 179.4; *o adro*: 201.8; *o camposanto*: 201.8.
- *Os carreiros*: 139.2; 203.9.
- *Os muiños*: 178.2.
- *O chivadoiro*⁸. Chibadodiro: 64.3.
- *Os predíos*: 139.13.
- *As covas*: 80.20.
- *As fontes*: 28.2; 78.11; 104.7; 125.1; 163.3; 176.6; 203.7; 207.11; *as fonteliñas*: 187.11; 193.4; *o pozo*: 25.2; *a pucharquiña*: 185.1; 225.6; *o río*: 13.2; *o rigueiro*: 13.4; 108.1; *o remansiño*: 144.5; 177.8; *as lagoas*: 110.5.
- *O cantiño*: 191.11; *os croyos*: 42.5; *as penas altas*: 70.14; 80.12; *os penedos*: 21.8; 129.6; 167.6; 168.2; 178.8; 194.6; 195.3; *as rocas*: 179.7 e *os seixos*: 114.10; 168.2; 195.11.
- *O niño* dos paxaros: 177.4.

Son estes os elementos que, xunto coas árbores, arbustos, plantas e flores –que veremos nun apartado específico–, configuran a paisaxe da montaña norieguesa e que conforman o marco xeográfico da súa poesía. Un mundo sinxelo, que el constrúe con palabras sinxelas levándonos, a través desta simplicidade formal, a unha visión idealizada da natureza como lugar apropiado para o compracente transcorrer da vida⁹. Noriega révese na comunión con esta paisaxe sinxela contemplándoa desde unha perspectiva de melancólica compracencia.

2. FLORA

O medio natural anteriormente visto complementábase con este apartado de seres vivos pertencentes ó reino vexetal:

⁷ Polas limitacións do traballo non incluímos exemplos, remitimos, iso si, ós rexistros en que aparecen as palabras citadas.

⁸ O *chivadoiro* é o lugar onde se reúne ou separan (chiban) os rabaños ó ir ou volver do pasto.

⁹ A preferencia polos motivos sinxelos concorda co herdo da súa formación escolástica. Desde os clásicos latinos –Ovidio, Virxilio e Horacio– arrinca unha liña poética sustentada na visión idealizada da natureza. Noriega recolle esta tradición e sobe ó ermo, á montaña, para canta-la humildade das cousas.

2.1. Árbores

- *Abedoeira*. Bidueiro; árbore da familia das betuláceas, con follas pequenas, bicudas e dobremente serradas ou dentadas; “Nas follas novas d’as abedoeiras / tremelucen doíñas de rocío” (184.5-6). Tamén: 142.6.
- *Acibro*. Acivro, acevo, xardón; árbore aquifoliácea de follas brillantes e espiñentas, e madeira branca e moi dura: “Y-ô hostile acibro que ond’a murta nace” (92.4). Tamén: 178.14.
- *Carballo*. Árbore da familia das fagáceas, de madeira moi dura, talo e pólas xeralmente retortas que dá como froito a landra: “Ás froliñas d’a urze, y-âs d’o espiño, / y-â ramaxe pomposa d’o carballo” (197.7-8). Tamén: 79.5; 127.3; 145.7; 179.3; 204.8; 211.1.
- *Castiñeiro*. Árbore da familia das cupulíferas, de froito comestible: “Auguiña d’a súa fonte, / sombra d’os seus castiñeiros” (77.8).
- *Caxigo*. Árbore das fagáceas, semellante ó carballo; aciñeira: “pra rebuldar co-as follas d’os caxigos” (200.8). Tamén: 36.5.
- *Cerdeira*. Árbore da familia das rosáceas que ten como froito as cereixas: “quero ver as cerdeiras / co-a airosa pompa d’as froiñas brancas” (114.3-4). Tamén: 121.6.
Nunha ocasión fai referencia ó seu froito: “zreixiñas frescas” (91.1).
- *Loureiro*. Árbore de follas de cor verde escura, que nas zonas altas se planta ó redor do cerco das casas para facer de cortaventos: “Loureirños verdes / ô redor d’a miña casa” (168.10.11). Tamén: 36.7; 47.10.
- *Pino, piñeiro*. Árbore da familia das abietáceas de tronco alto e recto e follas aguzadas agrupadas en feixes: “co-a queixa vaga d’o harmonioso pino” (195.4). Tamén: 69.8; 94.9; 128.16; 132.13; 187.9; 209.14; 226.14.
“Xentil piñeiro, repara: / ¡Oh, canta neve o separa / d’unha cerdeiriña en flor!” (121.3-6). Tamén: 125.7; 172.2; 191.4; 207.12.
Nunha ocasión fai referencia á súa folla, coa denominación de *frouma*: “e (de xoellos na fróuma / que xunta co angázo), deuma” (202.7-8).
- *Pravia*. Pradairo, árbore de follas anchas e lobuladas, flores pequenas en acio e madeira dura que se dá principalmente en terreos húmidos: “As sombras d’as právias” (169.7). Tamén: 104.8.
- *Salgueiro*. Árbore salicácea de pólas erectas e follas lanceoladas e sedosas, que medra especialmente en lugares húmidos: “donde se dan os bôsmozos / com’os salgueiros na lama” (169.14-15).

2.2. Arbustos

- *Buxo*. Arbusto da familia das buxáceas, de follas perennes, de madeira moi dura e compacta: “mociñas repinicasadas / e rapaces coma buxos” (47.5).

- *Carpaza, carpazo*¹⁰. Arbusto da familia das cistáceas, de flores amarelas que abunda nos montes baixos; carqueixa: “eses lobos d’as carpazas / si non ventan malas trazas...” (83.4-5); “as froliñas d’un carpazo” (185.5.).
- *Carqueixa*. Carpaza: “Nosa Señora “de Covas” / roldadiña de carqueixas” (5.10). Tamén: 21.6.
- *Espiño*. Arbusto rosáceo de flores brancas e follas espiñentas: “no seyo d’o hirsuto monte: / ben na pola d’un espiño, / ben â beira d’unha fonte” (107.8-10).
- *Esvedro*. Érbodo; arbusto da familia das ericáceas que nace nos lugares pouco soleados dos montes baixos e dá froitos comestibles de cor vermella chamados morotes ou amorogos: “a ramaxe d’un esvedro” (185.6).
- *Murta*. Mirta, mirto, arbusto da familia das mirtáceas, de follas perennes, pequenas e duras e cheiro agradable: “y-ô hostile acibro que ond’a murta nace” (92.4).
- *Sabugo, sabugueiro*. Bieiteiro, arbusto caprifoliáceo, de flores brancas: “E por un ermo s’estende / que d’un sabugo s’ufana / y-a rosmariño recende” (139.10-12); “No mais ermo cantiño, un sabugueiro” (191.11). Tamén: 85.4.
- *Uz, urce*. Arbusto ericáceo de follas e flores pequenas, de cor abrancazada ou encarnada, e de madeira moi dura; breixo. Só aparece unha vez a forma *uces* (35.5); nos outros rexistros atopámo-la variante *urce*: “Bendita a urce d’os montes” (163.4). Tamén: 187.7; 197.7; 201.5.

2.3. Plantas

- *Abrollo*. Planta do xénero *Tribulus* de talos longos e froitos esféricos cubertos de fortes pinchos e pugas: “Pisa cardos, pisa abrollos” (166.5).
- **Azaya*. Cantroxo, planta da familia das labiadas: “e recendentes azayas” (169.3).
- *Cabrifonllo*. Cabrifollo, cadrifollo, madreSelva, planta rubideira da familia das caprifoliáceas con flores amarelas e rosáceas de aroma intenso: “Mellor cabrifonllos / e recendentes azayas” (169.2-3).
- *Cardo*. Planta silvestre de follas espiñentas da familia das compostas, das cactáceas e das umbelíferas: “d’o bravío cardo” (127.5). Tamén: 140.8; 166.5; 178.1; 187.8; 195.14.
- *Centeo*. Planta herbácea da familia das gramíneas, con grans semellantes ós do trigo, que se cultiva en zonas altas: “Y-entr’o meu verde centeyo” (81.11).

¹⁰ A partir da denominación deste arbusto, carpaza / carpazo, formará o poeta a palabra *carpazona*, designativa da muller campesiña que habita na montaña. Véxase o apartado 4.

- *Edra*. Hedra, planta rubideira da familia das araliáceas, de cor verde e folla perenne: “...viste d’édra / as informes paredes d’os muiños” (178.1-2). Tamén *yedra* (155.12).
- *Espadana*. Planta tifácea de follas semellantes a espadas: “son brancas com’a folerpa / seguidas com’a espadana” (62.9-10).
- *Fento*. Planta do grupo das criptógamas, que se caracteriza por ter follas grandes, alternas e moi divididas e, talos rastreiros e subterráneos; felgo, feito: “Sen máis amores qu’os d’un triste fento” (203.10).
- *Garnicela*. Madreselva, planta arbustiva voluble: “Garnicelas d’os fra-guellos” (62.13).
- *Liño*. Planta linácea moi empregada como materia téxtil: “Bendito o liño na estriga” (163.5).
- *Lirio*. Planta da familia das iridiáceas, con flores grandes a modo de campás de varias cores: “Y-a par d’un lirio” (143.4).
- *Marcuriao*. Mercurial, planta herbácea anual da familia das euforbiáceas, con follas lanceoladas e de marxe dentada e, flores verdosas. O seu zume emprégase como purgante: “c’os marcuriaos, co-a nocella” (173.13).
- **Musgo*. Carriza, brión, mofo que medra nos lugares húmidos enriba das pedras, no chan, na cortiza das árbores, etc.: “É ¡cousiña humilde!, o musgo” (179.1). Tamén: 178.8.
- *Nocella*. Planta gramínea con nós na raíz que se estende rapidamente sendo moi nociva para a agricultura; herba das doas: “c’os marcuriaos, co-a nocella” (173.13).
- *Rosmaniño*. Romeo, planta labiada de follas estreitas e escuras e flores li-liáceas que se presenta normalmente coma un arbusto. É moi recendente e ten propiedades medicinais: “y-a rosmaniño recende” (139.12).
- *Silva, silveira*. Nome xenérico de varias plantas rosáceas, de talos longos, delgados e espiñentos, e follas redondas e espiñentas; o seu froito é a amora: “inda que as silvas o prenden” (188.7). Tamén: 29.3; “deixádeas entr’as silveiras” (83.2).
Nunha ocasión fai referencia ó seu froito: “para evocar, entr’eles, meigas horas / en qu’ensartei amoras, / e, radiante de gozo, fun ôs grilos” (136.10-12).
- *Toxo*. Planta arbustiva de follas espiñentas e flores amarelas de un a dous metros de altura: “Y-ama a flor mareliña, porqu’é triste, / Y-a presenza d’o toxo porqu’é bravo” (195.7-8). Tamén: 62.3; 98.2; 107.14; 175.4; 181.20; 188.6; 206.5.
- *Xesta*. Planta arbustiva leguminosa de talo leñoso de cor verde, con moitas pólas delgadas e flexibles, e de flores brancas e amarelas: “as froldas

xestas d'a montaña" (61.2). Tamén: 78.6; 85.16; 95.4; 96.8; 116.4; 132.2; 164.2.

2.4. Flores

- **Amapola*. Papoula, flor da papoula: “roxas com’as amapolas” (52.17).
- *Azucena*. Flor da planta do mesmo nome; é branca, grande e moi olorosa: “Émulo d’os perfumes d’azucena” (191.8). Tamén: 225.10.
- *Rosa*. Flor da roseira: “fresca rosa” (119.1). Tamén: 120.3; 132.12; 225.13.

Ademais destas, citadas nominalmente, aparece outra denominación xenérica para as flores da montaña que son as súas preferidas: *frolañas brañegas* (87.13), *froles selvasas* (144.14), *exemplares frolañas* (199), *flores do ermo* (193.1), etc. Entre estas merecen mención especial:

- *A flor do toxo*, “froles d’ouro” (85.11). Tamén: 98.2; 54.11-12; 149.2-3; 195.7; 212.4. e
- *As flores albas das xestas*, 61.2; 78.6; 95.4; 96.8.

3. FAUNA

Formando parte da vida montañesa aparecen os animais, que configuran unha paisaxe vivinte, fermosa e esgrevia. Encontramos:

3.1. Aves

As aves están bastante presentes nos poemas de *D’o Ermo*. Aparecen nominalmente citadas as seguintes:

- *Bubela*. Ave insectívora da familia dos upúpidos, de cheiro moi desagradable: “Vai alto o sol pousa a cesta, / bubeliña d’a montaña...” (116.1-2).
- *Coruxa*. Ave de rapina nocturna, considerada de mal agoiro: “oy’ô merlo, encantado, / y-a funérea coruxa ponme grima” (135.5-6).
- *Corvo*. Estornión, paxaro córvido de cor negra: “Bando agoreiro de corvos / asoma ô lonxe, solene” (187.8-9). Tamén: 195.10.
- *Estornelo*. Paxaro da familia dos estúrnidos: “alí van os estornélos, / xente d’o vento!” (43.15). Tamén: 45-10.
- *Galo*. Ave macho da orde das galináceas: “Pretiño d’el canta o galo” (206.13). É a única ave doméstica que aparece citada, e neste único rexistro.
- *Gueivota*. Ave palmípede que vive nos ríos, costas ou lagos: “fuxen pr’a terra as gueivotas” (111.4). Tamén: 113.2; 168.12. É a única ave mariña que rexistramos.

- *Laberca*. Ave pequena, granívora da familia dos aláudidos, de cor parda e ventre branco: “Laberquiña que t’axotas / d’as degaradas gueivotas” (113.1-2).
- *Malvís*. Especie de tordo de pluma verde escura: “Yás carballeiras, donde o malvís canta” (203.4).
- *Merlo*. Paxaro dentirrostro; cochoxa, cochorra: “Os meus amores / traen ôs merlos nas palmas” (168.13-14). Tamén: 135.5).
- *Pazpallár*¹¹. Ave galinácea común nos nosos campos desde principio do verán, emigrando no outono: “o pazpallár ledo canta” (81.12).
- *Pintasilgo*. Paxaro cantor; xílgaro: “Donde o lobo ten o tobo / –pintasilguiño no ovo— / vai drento d’os corazóns” (171.1-3).
- *Pomba*. Ave de tamaño medio, cabeza pequena, pico e ás curtas, cola longa e dedos libres: “Pombiña branca” (146). Aparece cun uso metafórico para se referir a unha moza pastora.
- **Rui señor*. Rousinol, paxaro dos dentirrostros, célebre polo seu canto: “Y-os requiebro d’os meigos rui señores” (193.3). Tamén: 191.15.
- *Rula*. Ave migratoria columbiforme: “Y-alegra os souts, donde arrola a rula” (203.3).

Ademais destas, que aparecen nominalmente citadas, fala Noriega do *paxariño*: “E cando ás maus d’o Filliño / vai pousarse un paxariño / asegura...” (120.9-11). Tamén: 165.4 e 123.5.

Todas, agás *a coruxa*, *o corvo* e as *gueivotas*, aparecen con connotacións positivas, contribuindo á creación dun medio agradable, ben polos seus cantos, ben pola súa presenza.

3.2. Insectos

- *Grilo*. Insecto ortóptero de cor negra que produce un son estridente: “e, radiante de gozo, fun ôs grilos” (136.12).
- *Vagalume*. Insecto nocturno; lucecú, vella das papas: “pra que c’os vagalumes e co-as contiñas / d’a rosada non linden as estreliñas” (124.5-6). Este mesmo insecto aparece coa denominación *verme de luz*: “É un vermiño de luz o amigo caro / D’o meu núme saudoso” (132.9-10). Tamén: 135.9.
- *Volvoreta*. Bolboreta, insecto voador lepidóptero con ás de cores vistosas; papoia: “como unha volvoretiña / se pousa...” (225.3-4).

3.3. Animais domésticos

- *Año*. Cría da ovella; cordeiro: “Y-entraremos com’añiños” (83.3). Aparece como símbolo da submisión.
- *Bacoriño*. Porco pequeno; leitón: “con cortellos, pra criar / dous bacoriños d’a teta” (41.17-18).

¹¹ Noriega emprega a variante *pazpallar*, documentada nunha boa parte da provincia de Lugo, fronte á máis estendida *paspallás* da que existen moitas variantes en galego: *cascallás*, *pantallás*, *parpallás*, etc.

- *Boi*. Animal macho vacún, castrado, que se dedica ós labores agrícolas: “e pr’os bois nas manxadoiras” (205.7). Tamén: 74.1; 116.9.
- *Cabalo*. Mamífero équido de carga: “Ahí ven San Martiño / no seu cabaliño” (192.3-4).
- *Cabra*. Mamífero ruminante femia, da familia dos bóvidos, de pelo áspero e cornos curvados: “Ó menos eu non coñezo / outra que teña máis cabras” (78.5-6).
- *Can*. Mamífero carnívoro doméstico: “en compañía d’un can, gardand’o gado” (133.4) Tamén: 128.13 e 182.23.
- *Cocho*. Mamífero paquidermo doméstico; porco: “Vai descalzo ás feiras / ond’os cochos durme / e sin luz se deita” (67.7-9).
- *Ovella*. Mamífero ruminante femia, da subfamilia dos ovinos e da familia dos bóvidos: “Cantaruxando os rapaces / marchan detrás d’as ovellas” (205.5-6). Tamén: 54.11; 78.7; 163.8; 173.11.
- *Rancho*. Mamífero paquidermo doméstico; cocho, porco: “Ánimas e San Antonio / m’os defenda: ¡dous ranchiños, / que trouxo a muller d’a feira...” (51.5-7).
- *Vaca*. Mamífero ruminante femia, da familia dos bóvidos, que se emprega como animal de traballo e para aproveita-lo seu leite, a súa carne, etc.: “Unha música lle reina: / a d’as esquilas das vacas” (78.9-10).
- *Xato*: Cría da vaca; cuxo, tenreiro: “Y-hay un netiño que chora / Y-on xato, ceibo, que breca” (206.15-16).

3.4. Animais do monte¹²

- *Cobra*. Réptil ofidio sen pés, de corpo cilíndrico e longo: “d’as cobras que de noite maman nas vacas” (44.8).
- *Lobo*. Mamífero carnívoro da familia dos cánidos. É o máis frecuente na poesía de Noriega: “Y-o ulular asobiado / d’os lobos, fúrtalle a calma” (79.15-16). Tamén: 70.4; 83.4; 97.4; 115.1; 121.3; 124.2; 173.11; 174.1; 188.8; 210.11.
- *Teipa*. Toupa; mamífero insectívoro, subterráneo e cego; toupeira: “¡co-m’as teipas me quede si cho conozo!” (45.14).

3.5. Invertebrados

- *Araña*. Arácnido que segrega fíos de seda cos que tece unha especie de tea: “Ou d’as redes d’araña un ténue fio / Toda humilde beleza me namora” (132.7-8).
- *Verme*. Invertebrado de corpo brando; coco, bichoco, becho: “¡Es un vermeño? Deixa que ch’eu cante” (193.12). Tamén: 97.1; 189.11; 226.10.

¹² Aparecen citados outros dous animais que se incluírían neste apartado: *raposo* e *zorro*, pero son dous substantivos que teñen sentido figurado, referido ás persoas, e, polo tanto, cunha acepción de “persoa astuta e mal intencionada”. Véxase *raposo* (66.7) e *zorro* (83.10).

Como suxeitos da acción fundamental que transcorre na montaña sobresaen os tipos humanos, as personaxes que viven neste medio. É a xente da montaña a que salvagarda a tradición e coa que o poeta se identifica. Aparecen estes referentes:

- *Brañega*. Muller campesiña que habita na montaña: “ós vinte c’unha brañega / saleu d’a igrexa casado” (68.3-4). Tamén: 52.14. O poeta designa así ás mozas montañesas que el amou na súa mocidade e, como sinónimos, emprega: *carpazona* (ver máis abaixo); *garridas rapazas* (78.8.); *moza churrusqueira* (92.5); *moza montañesa* (40.2; 52.1.); *serranas* (69.18; 92.5); *toscalleironas rapazas* (69.4). Son as “*esforzadas mulle- res*” ás que lles dedica moitos dos seus versos, entre os que cabe desta- ca-lo poema así titulado (pp. 69-70). Son mulleres fortes, rexas, total- mente integradas no seu medio.
- *Brañego*. Home campesiño que habita na montaña: “Eses gallardos brañe- gos / que contestaban ós cegos” (38. 16-17). Tamén: 58.3; 105.1; 107.1; 174.14. Emprega como sinónimos: *labregos* (180.17; 182.13; 183.6); *montañés* (82.24; 84.11), *moradores dos agros* (119.9-10); *lamote* (ver máis abaixo) e *paisanos* (78.1 e 84.29).
- *Carpazona*. Palabra formada a partir de *carpaza* ou *carpazo* (arbusto da familia das cistáceas, de flores amarelas e que abunda nos montes bai- xos). É, xunto con *brañega*, o designativo máis característico utilizado polo autor para referirse á muller campesiña que habita na montaña: “pensei qu’estaba na feira / de Gontán, xunto d’aquelas / carpazonas como estrelas / que bailaban a muiñeira” (52. 7-10). Tamén: 39.3; 70.5; 86.3; 140.1; 203.14.
- *Cura*. Crego, sacerdote: “O vello cura, home xusto...” (84.19).
- *Chairego*. Habitante da chaira: “E non vexo no feirón / o chairego farfan- tón / y-a carpazona xentil” (39.1-3).
- *Frauteiro*. Home que toca a frauta: “toca o frauteiro” (43.9).
- *Gaiteiro*. Home que toca a gaita: “runfra o gaiteiro” (83.20).
- *Labrego*. Ver *brañego*.
- *Lamote*. En sentido figurado, home rústico: “un lamote de Galicia / tre- maba com’o vincallo / diant’as barbas d’un godallo” (37.12-14).
- *Neno*. Persoa de poucos anos: “pr’o monte os nenos / van co-as ovellas” (181.5-6). Outras veces emprega *rapaces* (205.6) e *rapaciños* (43.13; 83.22; 210.14).
- *Pastora*, *pastor*. Persoa que coida o gando; pegureiro: “Linda serrana, moza churrusqueira, / Que nos montes d’Argán eres pastora / E no Fondal d’a Graña tecedeira” (92.6-8). Tamén: 92.73; 102.5; 119.7; 146.4.

- *Pegureira*. Persoa que coida o gando; pastora: “Lembranzas son de lindas pegureiras” (209.5).
- *Peilau*. Pailán, home rústico e ignorante: “Facendo cruces no chau / co-a sua moca o peilau / jaganchaba por vencela!” (39.5-7).
- *Pelellón*. Home rústico: “figurand’o que non é / un pelellón d’o lugar / vai á vila pra tomar / c’os bachilleres café” (35.7-10).
- *Petrucio*. Patrucio, home vello: “Alí van os petrucios, qu’aran a terra” (43.17). Tamén: 82.18.
- *Pícara*. Rapaza nova: “ou s’as pícaras novas, máis dadiveiras, / máis cadelas tiveran nas faldriqueiras” (43.11-12).
- *Segador*. Persoa que sega: “ô par dos segadores” (211.11).
- *Vella*. Muller de idade avanzada: “alí van as vellas tolas falar de santos” (44.3). Tamén: 84.1; 133.2; 133.11.
- *Vilega, vilego*. Veciños ou naturais dunha vila¹³: “¡entre cantas vilegas se lev’a palma!” (44.22). Tamén: 82.8.
- *Vinculeiro*. Fillo mellorado dunha familia: “¡Est’é o vinculeiro / d’o cimbro d’a serra!” (67.10-11).
- *Xirifeira*. Muller fina e buliceira: “Díxenll’á unha xirifeira / ¿quéresme levar ó lado / pra entrar pomposa na feira?” (75.1-3).
- *Xornaleiro*. Persoa que traballa a xornal: “nin se vía un xornaleiro / entr’as gadoupas d’a usura” (37.9-10).

5. ROUPA E CALZADO

- *Dengue*. Peza de roupa feminina que cobre a parte superior do corpo; as súas puntas crúzanse diante do peito e abotóanse no lombo: “¿Tes un dengue colorado?, / non podes ter millor cousa”. Tamén: 6.14; 12.6; 33.5; 131.6.
- *Camisa*. Peza de vestir que cobre o torso; chambrá: “¿que camisa lle dispoño / a de seda, ou a d’holanda” (63.11). Tamén: 73.18.
- *Cirigolas*. Cirolas, calzóns longos que cubrían as coxas por completo pero sen chegar ós pés: “Qu’o frauteiro de Zoñán, / anque viste cirigolas, / en tendo a fruta na man...” (47.12).
- *Faldriqueira*. Bolso pequeno que levaban as mulleres debaixo da saia ou da camisa: “ou s’as pícaras novas, máis dadiveiras, / máis cadelas tiveran nas faldriqueiras” (43.11-12). Tamén: 5.24; 75.5.

¹³ *Vila* era como popularmente se denominaba nas parroquias da Montaña á cidade de Mondoñedo.

- *Farrapo*. Roupas vellas e rachadas; trapo: “N-us farrapos envolto, ¡meu nenño!” (133.1).
- *Fatelo*. Peza de vestir que levaban as mulleres por encima da saia e debaixo do mandil: “¡seña o fateliño novo / con que t’eu vexa no ceyo!” (129.8-9).
- *Mandil*. Peza de roupa que se coloca por riba doutra como protección: “A incredulidade hostil / tapa a cara c’o mandil” (173.6-7).
- *Mantela*. Peza de roupa coa que cobren as mulleres a cabeza e as costas: “...entrou no corro / sacudindo a mantela” (48.10). Tamén: 181.2).
- *Mantelo*. Peza de roupa en forma de capa que se ata á cintura e protexe a parte dianteira de medio corpo para abaixo: “na vida dos meus abós / un mantelo ¡era un tesouro!” (33.12-13). Tamén: 29.11.
- *Monteira*. Peza de roupa para abrigo da cabeza, xeralmente de pano ou la: “fun o vinteito á feira / e non vin unha monteira / nin un dengue colorado” (33.3-5).
- *Pano*. Peza de tea con que as mulleres cobren a cabeza: “Teu paniño encarnado me namora / Linda serrana...” (92.5-6).
- *Saya*. Saia, Peza de roupa feminina que, cinguida á cintura, cobre as pernas: “¡e íspense pra entrar nos rolos / sin andar erguendo as sayas!” (70.19-20).
- *Xustillo*. Peza de roupa interior feminina sen mangas; corpiño: “desfix’o seu xustilliño / pra me facel-o meu” (29.15-16).
- *Zoca*. Calzado de madeira dunha soa peza rematado en punta: “¡Y-a facer pares de zocas!” (41.19). Tamén: 45.18.
- *Zoco*. Calzado de coiro con piso de madeira: “Pr’aforral-os zocos / vai descalzo ás feiras” (67.6-7).

6. INSTRUMENTOS E LABORES AGRÍCOLAS

6.1. Instrumentos

- *Angazo*. Instrumento en forma de peite que serve para xuntar palla, herba, estrume, etc.; anciño: (“e de xoellos na fróuma / que xunta co angazo), déuma” (202.7-8).
- *Arado*. Instrumento para abrir regos na terra: “Y-abría sucos c’o arado” (37.5). Tamén: 163.9.
- *Carro*. Vehículo de tracción animal: “que teño dous bois na corte / pra me levaren o carro” (116.9-10). Tamén: 42.13.
- *Criba*. Utensilio para limpar de corpos estraños os grans, as sementes, etc.: “axíran na criba as aveas” (206.14). Tamén: 107.3.

- *Enciño*. Anciño, angazo: “e si o mar n’a cuspe fora / enciños hay pra cortal-a” (70.17-18).
- *Eixado*. Aixada, ferramenta formada por unha pa de ferro colocada perpendicularmente nun dos cabos do mango: “sin quitá-las maus d’o eixado” (174.6). Tamén: 68.5.
- *Fouce*. Ferramenta formada por unha folla de ferro curva con mango de madeira: “Y-os toxos demandan fouces” (206.5). Tamén: 189.1.
- *Fouciña*. Fouce de folla estreita e mango curto: “entr’as que pra sega van, / fouciña d’ouro su brazo...” (7.19).
- **Ligón*. Legón, aixada de pa máis longa e estreita cá normal: “pide ligós a restreva” (206.6).
- *Maza*. Instrumento que se emprega para mazar: “¡peor non fora si c’unha maza / me desen golpes pra me matar” (214.4-5).

6.2. Labores

- *Fía*. Acción de fiar: “Baixan cantando pr’a fía” (208.3). Tamén: 94.12.
- *Malla*. Acción e efecto de malla-los cereais: “cando volvemos pr’a malla / de xantar con carn’e viño” (50.9-10).
- *Sega*. Acción de segar; seitura, ceifa: “Neniño chamou o gado; / ós dez anos foi á sega” (68.1-2). Tamén: 7.18.

Encontramos outros sintagmas que fan alusións a labores agrícolas: *suca-las terras* (205.10); *desbrava-la terra* (205.2).

7. ELEMENTOS ATMOSFÉRICOS

- *Aire*. Vento, ar: “Ufánase d’aires puros” (78.9). Tamén: 85.18; 106.3.
- *Auga*. Refírese sempre á chuvia: “Sol a queima, y-auga a molla” (166.1); “Y-esa que a y-auga / cai ás caldeiras” (181.7-8).
- *Brétema*. Condensación do vapor de auga na atmosfera; néboa: “Tod’está cego: / brétema espesa / cobr’os pinares” (180. 1-3). Tamén: 83.15; 132.1; 166.12; 170.1; 197.4; 201.3; 210.2. Aparece tamén o sinónimo *nebra* (ver máis abaixo).
- *Folerpa*. Partícula de neve que cae: “É de prat’a folerpiña” (164.1). Tamén: 114.13; 190.2.
- *Nebra*. Néboa. Só aparece un rexistro; predomina a forma *brétema*, anteriormente vista: “¡Levántate, nebra; / d’o bico da serra!” (192.1-2).
- *Neve*. Auga xeadá que cae en forma de folerpas: “Vexo a neve, vexo a neve / no curuto d’a montaña” (69.1-2). Tamén: 70.10; 85.11; 92.13; 104.1; 110.6; 150.10; 183.2; 187.3; 195.14; 210.11.

- *Nordesía*. Vento fresco do norte: “loitando co-as nordesías / que lles fan verquél-as bágoas” (70.15-16).
- *Nube*. Condensación do vapor de auga no aire por diminución da temperatura atmosférica: “cándidas nubes m’a velan” (190.8).
- *Orballo*. 1) Chuvia miúda e persistente que ten aparencia de néboa; 2) relento nocturno que molla: “Mais me desulumbra o orballo / que transforma un toxal en xoyería” (135.14-15). Tamén: 138.1; 145.8; 197.4.
- *Pedrazo*. Sarabia forte con pedra de groso tamaño, prexudicial para as colleitas: “d’o pedrazo, que murchas pon as patacas” (44.7).
- **Rocío*. Orballo: “Fulgurante doña de rocío” (132.3).
- *Saraíva*. Sarabia, auga conxelada que cae en forma de gran; pedra, pedrazo: “Viste d’inverno corozas / pra resistir a saraíva” (79.13-14).
- *Sol*. Calor que procede da estrela central do noso sistema solar planetario: “dáll’o aire, dáll’o vento, / dalle a raziña d’o sol” (26.23-24). Tamén: 166.11. Aparecen moitas outras referencias ó sol, pero como astro.
- *Trebón*. Chuvia repentina, abundante e de curta duración: “De vrau ergue as maus ô Ceyo / si os trebós no na asolagan” (79.17-18).
- *Trono*. Estrondo producido por unha descarga eléctrica na atmosfera: “que si se tumba no escano / inda os tronos n’a despertan” (205.13-14).
- *Xistra*. Vento moi frío mesturado con auga e neve: “corre tal xistra / que as maus degresa” (180.7-8).
- *Zarzallo*. Chuvia miúda: “Vagaroso chover... Este zarzálo / Que alxófares espalla, de mansiño” (197.1-2).

8. BAILES E INSTRUMENTOS MUSICAIS

8.1. Bailes

- *Muiñeira*. Baile popular que executan unha ou máis parellas soltas e con diversas mudanzas: “–¡Faigo ben!, pol-o d’hoxe, sonche solteira. / –Pois destoncias... beilémol-a muiñeira” (76.13-14). Tamén: 49.3.
- **Ribeirana*. Ribeirá, baile popular, típico da comarca do Ribeiro: “...runfra o gaiteiro / tocand’ unha ribeirana” (83.20-21).

8.2. Instrumentos musicais

- *Bombo*. Instrumento de percusión que se fai soar cun mazo: “mais pr’as romaxes procura / o bombo, o tambor y-a gaita” (79.11-12). Tamén: 81.5.
- *Castañolas*. Instrumento de percusión composto de dúas pezas cóncavas de madeira, ligadas cun cordel ós dedos que as fan bater unhas contra outras: “a miña lev’o pandeiro / e a tua as castañolas” (19.3-4).

- *Frauta*. Instrumento de vento, en forma de tubo con varios buracos redondos que se tapan cos dedos ou con chaves: “d’os salouquiños d’a frau-ta” (69.12). Tamén: 47.7; 47.13; 69.12; 103.21.
- *Gaita*. Instrumento músico de vento formado por un fol e varios tubos: “¡espertade, vos pido!, soa a gaita” (61.4). Tamén: 35.4; 78.12; 128.5.
- *Pandeireta*. Instrumento de percusión formado por unha armazón circular rixida, na que van as ferreñas, e cuberta por un lado cunha pel: “ouvín o ruxe-ruxe d’a panteireta” (43.2).
- *Pandeiro*. Instrumento de percusión cunha estrutura rixida cilíndrica cuberta con pel polos dous lados: “a miña lev’o pandeiro / e a tua as castañolas” (19.3-4). Tamén: 47.6.
- *Tambor*. Instrumento de percusión formado por unha caixa cilíndrica, oca, cuberta polas súas bases cunha pel moi estirada: “o bombo, tambor y-a gaita” (79.12).

BIBLIOGRAFÍA

- Carballo Calero, R., *Historia da literatura galega contemporánea*, Galaxia, Vigo, 1981, 3ª ed.
- Freixeiro Mato, X. R. *A cara oculta de Noriega Varela (biografía e textos esquecidos)*, Laio-vento, Santiago de Compostela, 1992.
- *Antonio Noriega Varela. Estudio e edición da Obra Completa*. Servicio de publicacións da Deputación Provincial, Lugo, 1994.
- Iglesia Alvariño, A., “*A lingua dos poetas do norte de Lugo*”, R.A.G., A Coruña, 1964.
- *Noriega Varela, poeta da montaña*. Galaxia, Vigo, 1969.
- Otero Pedrayo, R., *O libro dos amigos*. Ediciones Galicia do Centro Gallego de Buenos Aires, Buenos Aires, 1953.
- “Limiar” a *D’o Ermo*, Escolma. Publicacións da Real Academia Galega, A Coruña, 1969, pp. 9-21.

NOTAS SOBRE O LÉXICO DE JOSÉ CRECENTE VEGA EN *CODESEIRA*

Xosé María Carballeira Anllo

IESP de Ourense

0. UNHA BREVE NOTA INTRODUCTORIA

Trátase como xa indica o título do relatorio dunha análise da lingua empregada por José Crecente Vega en *Codeseira* basicamente desde o plano léxico-semántico e desde a perspectiva da lingua na actualidade. Queda para outra ocasión un estudio polo miúdo dos aspectos máis estrictamente gramaticais do texto.

O non dispoñer da primeira edición da obra¹ fixo imposible unha análise comparativa especialmente no que se refire a un estudio das posibles modificacións e/ou correccións e, sobre todo, ó tratamento dalgunhas formas ou solucións.

Desa lectura e análise do léxico pódense adiantar algúns trazos que resaltan xa a primeira vista e dos que de seguido vou dar conta de xeito máis detallado.

- Tendo en conta a extensión da obra –relativamente breve– o léxico empregado é variado e rico.
- A maior parte del (88%) é un léxico común que se pode cualificar sen grandes problemas como estándar, mesmo atendendo ó concepto actual deste termo.
- A presenza de voces estrañas ó galego é absolutamente minoritaria: os castelanismos aproxímanse ó 3,5% e os hipergaleguismos andan ó redor do 0,5%.
- Non chega tampouco ó dez por cento (7,95%) a porcentaxe de voces de procedencia claramente dialectal ou alteradas por algún fenómeno de tipo fonético.
- Iso significa que aproximadamente o 96% do léxico é plenamente galego.

¹ A feita na Imprenta do Seminario Conciliar de Santiago de Compostela en 1933.

No léxico de *Codeseira* obsérvanse elementos que pertencen inequivocamente á zona lingüística do autor —a Chaira luguesa²—: *alboio* ‘alpendre’, *carroula* ‘xoguete infantil’, *furado* ‘burato’, *coda* ‘códea’, *marelo* ‘amarelo’, *raño*, *teipa* ‘toupa’, a carón de outros que son absolutamente estraños para esa zona, uns de carácter léxico: *eira*, *eido*, *eito*, *fento*, *milllo*, *ninguén*, *pór*; e outros de tipo morfosintáctico:

- *ti*, como forma tónica de suxeito do pronome de 2ª persoa,
- *vós*, como forma tónica de suxeito do pronome de 5ª persoa,
- a solución *-án* en voces como *gran*³, *irmán*, *vrân*,
- a existencia, de forma esporádica, de seseo prenuclear: *avesiña* (Coma o teu repinicar/ aquela azul avesiña / foise perdendo no âr. 64.2); ou posnuclear: *rapás*⁴, *tisnar*, *paspallar*, *parés*.

Esta mestura de elementos pertencentes a áreas lingüísticas diferentes, froito probablemente do seu coñecemento directo⁵ ou das súas lecturas, pode explicarse como unha certa tendencia á elaboración ou emprego dun galego común literario que transcenda a situación dialectal e, en certa forma, anormativa, propia da lingua da época. Intento común a outros escritores desta e anteriores épocas, probablemente alimentado polas lecturas do autor.

2. CASTELANISMOS

A presenza de formas caracterizables como castelanismos é escasa. A penas un 3,5% dos termos empregados polo autor responden a esa cualificación. Dentro deles hai que distinguir varias formas:

Castelanismos de orixe gramatical

- modificación do xénero: a forma *cortinaxe*⁶ en ...que estás sèmpre acariñando / co-as tuas frescas mauñas / as paredes do silencio / e os cortinaxes da brisa (79.14); **o arbre* por a árbore (...entre os arbres barulleiros. 77.3).

² José Crecente Vega naceu en Santa María de Outeiro, concello de Castro de Rei (Lugo) en plena Terra Chá o ano 1896 e morreu en Segovia en 1948.

³ En contraste tamén aparece a forma *grao*, aínda que sexa máis frecuente *gran*:...roi o grao louro e duro (26.12).

⁴ Sen embargo ofrece noutro contexto *rapaza*: As rapazas do lugar / van-o mantendo de esmòla (70.11).

⁵ Polos seus estudos e pola súa condición de sacerdote tivo que estar en contacto con falantes de diferentes zonas de Galicia: Xubia, Narón, Santiago de Compostela, Mondoñedo foron algúns dos lugares nos que se desenvolveu a súa actividade e nos que probablemente adquiriu algúns destes termos ós que se alude.

⁶ Non é unha solución sistemática como demostra a forma *pelaxe*: (*hei-te pôr de boa pelaxe*...14.11).

- emprego como reflexivas de formas verbais non reflexivas en galego: *pandear*: (Cando o seu dono a acariña / pandéase, e tan quedíña / se queda coma unha pèdra. 13.11); *durmir*: (Detrás dos curros, no fondal da veiga, / a carballeira dórmese. 37.2).
- emprego da perífrase *ir+ inf.* coa preposición *a* como nexo (...xa amosan cando a man vai a collel-as. 55.6).

Tratamento á parte merece a construción dos posesivos que, moi frecuentemente, presenta unha estrutura *posesivo + substantivo* sen o artigo inicial preceptivo no galego común. Sendo unha fórmula tan propia do galego resulta estraño que esta norma sexa transgredida en tantas ocasións. Despois dunha análise pormenorizada desas construcións e os seus contextos vese que, do total, un 30% corresponde á estrutura *posesivo + substantivo*, e o 70% á de *artigo + posesivo + substantivo*.

Dese 30% hai que excluí-las que corresponden a estruturas que no estándar galego se constrúen sen artigo: exclamacións (¡Bendita Nosa Señora!), con nomes de parentesco (meus irmáns, sua nai,...). O resto hai que explicalo por razóns métricas: a presenza do artigo en tódolos casos suporía unha sílaba máis, innecesaria para a métrica do verso.

Castelanismos ortográficos

Só se detecta un caso: **barrer* por *varrer* (Xa barre o forno o basallo / de loureiro. 23.7). Tamén se podería incluír neste apartado a tendencia sistemática a colocar til nos ditongos decrecentes finais.

En calquera caso é preciso ter en conta que a análise está partindo da perspectiva da existencia dun estándar no galego actual, no que, por outra parte, algúns dos desvíos comentados son solucións relativamente novas.

Castelanismos léxicos

Atópanse en escaso número e presentan diferentes formas:

Termos adaptados á estrutura lingüística do galego

- **fonética**: **lexos* por *lonxe*; con emprego máis frecuente da forma castelanizada: (¿pra onde vou, preguntades? / -Là pra lexos, moi lexos. 82.10); **parexa* por *parella* (E parexas de lèdos paxariños / agrúchanse , piando / na quéntura dos pinos. 35.6). **sabandixa* por *píntega* (...co cantar das sabandixas. 78.14).
- **léxico-fonética**: **parpadexar* por *palpebrexar* (Bendito o parpadexar da lampariña devòta... 75.1); ou **lampariña* por *lampadiña*.

Formas híbridas, as que presentan unha mestura das dúas linguas

**arrededor*⁷ por *arredor* (...e rinse e falan / arredor do remòl. 23.13); **siñal* por *sinal* (Xa hai siñales de fartura. 24.6).

⁷ Noutros contextos, sen embargo, figura a forma correcta galega *arredor*. (...das silvas que medraban arredor. 49.7).

Formas plenamente castelás

**Batir* por bater (Vèntiño das azas longas, / sèmpre a batir, a batir. 66.2) **campana*⁸ por campá (Toca às Avemarias a campana da aldea... 36.4); **hasta*, **hastra* por ata; **romería* por romaría (Ti viñas da romería, 94.3); **salir* por saír (O sol que sale da furada. 59.3); **solo* por só (...entre trasgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sòlo. 11.3); e **vereda* por vereia (a auga de trebón limpa a vereda. 92.12).

Como se pode comprobar, trátase en case tódolos casos de formas que aínda na actualidade seguen formando parte da fala propia de rexistros coloquiais.

3. POPULARISMOS

Emprego aquí este termo para designar formas que presentan algunha alteración fonética na súa estrutura e que adoitan ser catalogadas tamén como vulgarismos.

Son formas afectadas por fenómenos de adición ou supresión de sílabas. Entre os de adición pódense sinalar:

- **Prótese:** adición dunha sílaba no inicio da palabra; neste caso sempre é a vocal a- : **amacicar* por macicar (...e cando oièu amacicar no toxo... 30.5); **amostrar*⁹ por mostrar (...amostras a quèn te mira... 77.4); **apodrecer* por podrecer (Bendita cruz xa vèlla / que ô vènto, â auga, ô sol, / non apodreçe nunca. 85.19); **apousar* por pousar (...hastra que atòpa unha flor / nunca se quèr apousar. 96.12).
- **Epéntese:** inclusión dunha vocal antihiática; sempre se trata do -i- entre dúas vocais que están en situación de hiato: **ceio* por ceo (O sol ardía no cèio. 87.2); **oièu* por oeu=oíu (...e cando oièu amacicar no toxo... 30.5); **ideia* por idea (...a sombra dunha ideia na mirada... 30.2).

Entre os fenómenos de supresión recóllense os seguintes:

- **Aférese:** perda da sílaba inicial da palabra: **garimoso* por agarimoso (...un garimoso roular. 70.2); **ña* por miña (Mais... ñas ansias de poeta / ti non-as rimas, fontíña. 78.21); **là* por alá (...là vai pensando sin pensar en nada. 30.4).
- **Síncope:** perda dun fonema ou unha sílaba no interior da palabra. É o fenómeno deste tipo máis frecuente no poemario. Rexístrase nas formas: **arbre* por árbore (...entre os arbres barulleiros. 77.3); **croar* por coroar (...todas croadas de espiñas. 78.16); **dreito*¹⁰ por dereito (os pelos dre-

⁸ Obsérvase, sen embargo, a presenza da forma *campañña* nun contexto moi próximo (...lámben-se duas vacas tocando as campaiñas. 36.6).

⁹ Probable resultado do cruzamento entre *amosar* e *mostrar*.

¹⁰ Tamén se rexistra a forma plena *dereito* (...de frèba moi limpa, dereita, sin nós. 15.6).

tos co frío. 9.4); **espranza* por esperanza (E unha espranza no peito. 83.1); **parcer*¹¹ por parecer (...veciños que, ô parcer, bèn se querían... 47.3); **pro*¹² por pero (Pro no-é pol-o bèn que canto... 10.7). Finalmente a forma sincopada da preposición pra.

- **Apócope:** afecta a formas que perden a súa sílaba final -de: **claridá* por claridade (...a claridá dos teus òllos. 77.5); **escuridá* por escuridade (o lume do vagalume que aluma na escuridá. 74.18); **señardá* por señardade no título dun dos poemas.

Máis infrecuente resulta o apócope que se rexistra en formas como **follax*¹³ por follaxe (verde e espeso o follax-leito das pegas. 37.7) ou **tranquil* por tranquilo (...pace tranquilo no curro e todo o raña. 29.2), con perda da vocal final. É un fenómeno pouco habitual, pero non estraño no nivel vulgar e no rexistro coloquial da lingua.

Dentro deste epígrafe denominado xenericamente popularismos habería que dar razón tamén dalgúns fenómenos de alteración vocálica e consonántica.

Rexístrase algún caso de **harmonización vocálica**: **pequiniño* por pequeniño (Mentras súa nai non-o beixa / o pequiniño non anda. 69.4); **pirguiceiro* por preguiceiro tamén con metátese do *r* (Os sapos pirguiceiros... 35.1); **repinicar* por repenicar (Coma o teu repinicar / aquela azul avesíña / foise perdendo no ár. 64.1); **surrir* por sorrir (E surríu, e rezóu. 84.20) e de **metátese**: o xa comentado de **pirguiceiro* por preguiceiro e **pròbe* por pobre (Por ti de pròbe hei salir... 14.1).

Como sinalaba máis arriba moitas de estas formas son de uso frecuente nos rexistros coloquiais da nosa fala.

4. HIPERGALEGUISMOS

Son moi pouco abundantes respecto do total do léxico e corresponden sempre a termos con forma semellante no castelán, polo que poderían explicarse claramente como efectos do diferencialismo.

Así **brilar* por brillar (Dixo o mërlo: -¡Cómo brila!. 87.3); **cristaiño* por cristalino (...eu ben sei que ti consonas / esas notas critaiñas... 78.8); **chouza* por choza (Da chouza nun escuro corrulliño... 43.1); **inmobre* por inmóbil (¿Qué fai sin xenegarse, sèmpre inmobre?. 40.1); **montesiño,-a* por montesío (¡Quén me dera respirar teus arumes montesiños... 10.3); **prantar* por plantar (E prantóu a floriña ventureira... 50.6);

¹¹ Recóllese tamén a forma *parés* (parés un gran xigante que caíu ferido...39.5) con apócope e seseo posnuclear, pero sen síncope.

¹² Tamén se rexistra a forma plena *pero* (...pèro dará-me o sol. 44.8).

¹³ Aparece tamén a forma plena *follaxe* (...entre o follaxe espeso das silvas e loureiros. 35.8).

**segredo*¹⁴, -a por secreto, -a (A forza segreda. 81); **supricante* por suplicante (Bota unha mirada ô ceio / supricante e reverente... 20.7); *tépido*¹⁵ por tépedo (Mañán tépida de outono... 19.1).

5. OS SEMICULTISMOS

Dentro da tónica xeral de emprego dun galego moi próximo a un estándar, cómpre de-ter-se aínda que sexa brevemente, polo pouco usual que resulta nos escritores da época, no correcto uso que fai o autor dos semicultismos. Así, agás algún hipergaleguismo xa comentado anteriormente, rexístranse maioritariamente formas semicultas tratadas con absoluta corrección normativa: *branco* (Ceibe a tua boca grande / branca nève miudiña. 27.6); *brando* (Xa está no tendal a masa / en brandos pas repartida. 23.4); *fraco* (E an-que hoxe é unha pataca / e coma os caínzos fraca... 13.6); *frauta* (Os sapos pirguiceiros... salen a tocar a frauta às veiras dos camiños... 35.3); *nobre* (¿Quizais se lembra dun pasado nobre?. 40.2); *pracer* (A min prácen-me as folliñas... 53.1), (¿con qué pra-cer te aloumiño... 14.5); ou *sopro* (O teu sopro voandeiro,... 27.13).

6. PLANO LÉXICO-SEMÁNTICO

Hai un trazo léxico-semántico que merece unha pouca de atención. Trátase da presenza de parellas de palabras de significa afin ou idéntico e que coas que se pode establecer distintos grupos a partir das súas semellanzas:

Formas lexicamente próximas e semanticamente idénticas

Alumar/alumear (e *alumeador*) (Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escuridá. 74.18) / (...un nòvo sol alumea; 19.2); *despertar/espertar* (Todo de-spèrta do sono / tranquil da noite serea... 19.3) / (O monte pol-a ría está encantado / e deitado a soñar, no-espèrta nunca. 40.6); *amarelo/marelo*: (Flores de toxo, floriñas, / pe-quiniñas, amarèlas. 55.3). / (Fèntiño prisioneiro, / que esvaído e triste / e marèliño, o pròbe, coma a cera... 43.5); *gran/grao*: (Hoxe foi dia de malla / e hai grandes pilas de gran / ben cubèrtiño de palla. 22.3) / (...roí o grao louro e duro. 26.12).

Trátase en xeral de escollas condicionadas polo contexto métrico ou por unha razón puramente estilística. En tódolos casos a diferenza entre as dúas formas da parella é diatópica: entre a forma propia da lingua da zona do autor (*alumar*, *despertar*, *marelo*, *grao*) e outras doutra zona (*alumear*, *espertar*, *amarelo*, *gran*).

¹⁴ Rexistra tamén a forma correcta do substantivo *segredo* (Si no-atòpo compaña / lèvo a dos meus segredos. 83.21).

¹⁵ Podería tamén clasificarse como lusismo.

Formas lexicamente diferenciadas e semanticamente idénticas

Beizo/labio (Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña / pillá o camiño da fonte, / mète os beizos na túa pía... 80.4) (Teño os labios degresados... 80.9); *beixar* (e *beixo*)/*bicar* (Méntras sua nai non-o beixa / o pequiniño non anda. 69.3); *maínzo/millo* (Tèrras onde coller, si axuda a sòrte, / o maínzo a faltar, trigo e patacas; 17.6), (...hei'te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha... 14.2); *pinga* (e *pingota*)/*gota* (Que inda teño / unhas gotas de sangue / rebulindo e fervendo. 82.18) / (bendita a pinga de orballo / que trème na hèrbiña verde... 74.13).

Agás a parella *beizo/labio* na que se observa unha evidente intención diferenciadora productiva dunha situación diglósica, xa que *beizo*, termo propio galego correspondente co castelán 'belfo', alude ó do animal (Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña / pillá o camiño da fonte, / mète os beizos na túa pía... 80.4), mentres que *labio*, forma coincidente coa castelá, refírese ó da persoa (Teño os labios degresados... 80.9).

No resto dos casos a utilización dunha ou doutra forma obedece a razóns de escolla estilística do autor entre termos claramente sinónimos, ou, por mellor dicir, homoséimicos producidos por variante diatópica¹⁶.

Confluencia de formas pertencentes a niveis ou sistemas diferentes

Trátase, nestes casos, de parellas de formas nas que se opón: ben unha forma galega a un castelanismo: **arrededor/arredor* (...e rinse, e falan / arredor do remòl, 23.13. / (cinta branda d'arredor da tua cintura; 26.18); *lonxe/*lexos*: (Quén queira chegar bèn lonxe / ¡cántas vòltas ten que ir dando!. 96.15) / (¡pra ónde vou, preguntades? / -Là, pra lèxos, moi lèxos... 82.10); ou ben unha forma estándar a un popularismo: *de-reito/*dreito*: (Quèro unha aguillada (...) de freba moi limpa, de reita sin nós. 15.6) / (tél-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío. 9.4); *ninguén/*naide*: (Pro ningún pensa que medróu bastante... 48.5) / (E a min porque chòran, chòran, / sin que seipa nada naide. 53.4).

Probablemente a falta de uniformidade que denotan estes últimos casos se deba á carencia dunha lectura correctora por parte do autor ou á diferente intención que puido presidi-la elaboración do poemario ó longo de diferentes épocas.

7. ALGÚN CASO DE INCONSECUENCIA SEMÁNTICA

Obsérvanse dous casos, ligados entre si, dunha clara incoherencia semántica. Trátase de *arume*, empregado polo autor co significado de 'recendo', 'olor' (dan-lle seu arume as flores, / sombra e caricia as hèrbas, 68.3) ou de 'aire' 'atmosfera' (quèn me dèra respirar

¹⁶ Vidal Lamiquiz: *Lengua Española*. Ariel, Barcelona, 1987, p. 218.

/ teus arumes montesiños / na limpeza do teu âr, 10.3). É máis que probable que se trate dun cruzamento entre *arume* e *aroma* na súa acepción de ‘recendo agradable’ ou, seguramente, produto dunha mala comprensión na lectura do poema de Pondal. En calquera caso queda moi lonxe do significado propio ‘folla do piñeiro’.

Outro caso, como dicía, ligado ó anterior é o da forma derivada *arumante*, de probable invención do autor. Emprégao co significado de ‘recente’ ‘aromante’ (a pròbe flor tristeira / di-lle, toda arumante e mimosiña... 50.17).

Un cruzamento ortográfico-léxico-semántico debe ser tamén o que se produce na palabra *avenza* = avinza que o autor emprega co significado de ‘gando miúdo’ no canto de *habenza* < lat. HABENTIA.

En fin, poden ser todos eles casos de transferencia semántica por proximidade dos lexemas, aínda que os sentidos cos que os emprega o autor sexan totalmente diferentes. En calquera caso, parecen ‘inconsecuencias’ dificilmente xustificables nunha persoa, como é o caso do noso autor, á que se lle supón unha profunda formación latinista.

8. UNHA NOTA SOBRE AS CONVENCIONS ORTOGRÁFICAS QUE EMPREGA O AUTOR

Cómpre indicar antes de nada que a intención que parece guiar ó autor no emprego dunha ortografía determinada é a de lograr unha representación da lingua da forma máis fonética posible, marcando aqueles trazos fonéticos que el considera relevantes (timbre vocálico, encontros de vocais, etc.) con algún tipo de marca gráfica.

Representa de forma case sistemática o timbre aberto dos fonemas vocálicos medios anterior e posterior /e/ /o/ co acento grave (è, ò), e o correspondente pechado, sen ningún tipo de sinal (e, o) tanto en posición tónica como pretónica: (cansado de vivir chòra que chóra, / o pròbe do fèntiño atopóu na parede un furadiño, 43.9). Lembranza esta da ortografía de Aquilino Iglesia Alvariño como tamén sinala Carballo Calero¹⁷.

As vocais que el supón resultado dunha contracción, ben espontánea ou ben consolidada na lingua quedan marcadas co acento circunflexo (^): *pôr* (Déixa-me pôr á túa veira...78.19); *râs* (escóitan-se nas regas os grau-grau barulleiros / das rês. 35.5); *âr* (quèn me dèra respirar / teus arumes montesiños / na limpeza do teu âr. 10.4); *remôs* por remoes (Becerríña que remôs, / ti has-me de dar puchos bos. 13.7); **trâs* por traes (A que trâs, como é tan grande, /lèva dunha vez abondo. 95.3).

Esta mesma marca aparece noutros casos en que a situación non responde en ningún caso a unha contracción: **quêr* apócope de quere: (Ti no aleitar has de ser unha fonte, si Dios quêr 13.2); **quêrs* por queres (quêrs-me tornalo vènto... 92.2); *vrân*: (Na eira arrecénde a vrân. 22.1).

¹⁷ R. Carballo Calero: *Historia da literatura galega contemporánea*. Galaxia. Vigo, 1981³, p. 561.

Por veces mesmo o uso non é totalmente coherente. Así sinala con circunflexo a contracción da preposición *a* co artigo *o* (*ô*), pero non fai o mesmo coa resultante da preposición *a* co artigo feminino *a*, á que unhas veces marca con acento agudo (*á*): e outras, con circunflexo (*âs*): (salen a tocar a frauta âs veiras dos camiños. 35.3), (Bendita cruz xa vèlla que, ô vènto, â auga, ô sol... 85.18).

Outro signo gráfico que aparece é o guión curto coa función de marca-la relación fónica de dous sons contiguos establecida por fonética sintáctica. Pode se-la de:

- alomorfo do artigo ou do pronome co verbo: (que tel-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío. 9.3).
- o alomorfo do artigo coa preposición por: (Pro no-é pol-o bèn que canto;... 10.7).
- o alomorfo da conxunción copulativa e seguido dunha vocal: (que tel-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío. 9.3).
- nasal alveolar final + pronome: (Non ten gracia / ben-o sei. 10.6).
- negación apocopada + vocal (Pro no-é polo bèn que canto... 10.7).
- contracción da preposición en co demostrativo e co pronome persoal de 3ª persoa (Maxinando n-isto eu,... 11.8); (...zoupa que zoupa sèmpre n-él. 59.5).
- asimilacións espontáneas do tipo: (Diòl-a arrequènte... 20.4).
- posición do pronome átono enclítico: (...roxóu-se o forno bèn roxo. 23.2), (estortillóu-no a róda... 32.12).

O apóstrofo aparece tamén nalgunha ocasión cunha función similar á do guión: sinala-la relación fónica entre dous sons contiguos:

- unha contracción de preposición + artigo¹⁸: milagre d'El Señor. 48.12
- negación + pronome átono: ¡Cántas cousas che contara / si n'as foras a contar! 65.8
- preposición + pronome: Preguntei cal d'elas era... 93.11
- pronome + pronome: Pro se un vèntiño m'as lèva / outro vèntiño m'as trai. 95.7.

Esta situación pode responder, como xa se apuntaba máis arriba: ben á carencia dunha lectura correctora, ou á xestación máis ou menos longa no tempo do propio poemario¹⁹. En todo caso son deficiencias explicables considerando o estado da lingua na época do autor. A inexistencia dunha norma é razón suficiente para comprender e mesmo xustifica-las que podíamos considerar pequenas inconsecuencias dentro dun texto que globalmente se pode considerar coherente desde o punto de vista lingüístico.

¹⁸ Pero en: As rapazas do lugar / coidan dél con moita ansia (70.14) non hai ningunha marca de contracción.

¹⁹ A primeira edición é de 1933 e a segunda de 1965, 17 anos despois da morte do autor. Dentro delas non tódolos poemas teñen data, pero algún sinala a de 1928, curiosamente ano da publicación de *Como falan os brañegos* de Noriega Varela, (é párroco de Xubia) e noutro figura a de 1933 (está en Santiago de Compostela).

Para rematar esta análise do léxico de Crecente Vega, velaí algunhas conclusións que xorden de xeito claro.

A primeira é que resulta sorprendente nun escritor desa época o emprego dun galego globalmente tan libre de elementos espurios e, ó tempo, tan próximo ó estándar actual.

A segunda conclusión, derivada da anterior, é a confirmación de que o estándar da lingua galega que empezou a fixarse con criterio normativo hai relativamente poucos anos non é o resultado dunha escolla caprichosa nin un invento do ILG. A través deste e doutros textos pódese comprobar como estándar actual é basicamente o mesmo có destes escritores enriquecido e aumentado polas achegas –anteriores e posteriores– dos usuarios da lingua.

BIBLIOGRAFÍA

- Ares Vázquez, C. et alii, *Diccionario Xerais da Lingua*, Vigo, Xerais, 1993⁴.
 Carballo Calero, R., *Historia da Literatura Galega Contemporánea*, Vigo, Galaxia, 1981³.
 Crecente Vega, J., *Codeseira. Poemas*, Lugo, Talleres Tipográficos “Celta”, 1965².
 Franco Grande, X. L., *Diccionario Galego-Castelán*, Vigo, Galaxia, 1972².
 Noriega Varela, A., *Como falan os brañegos*, A Coruña, Nós, 1928.

Anexo

O léxico

NOTAS INTRODUCTORIAS Ó LÉXICO

Hai tres tipos de entradas:

- as que figuran en letra **VERSAL** son as que se corresponden co galego estándar
- as que figuran en **negra redonda** son formas do galego popular ou dialectal
- as que aparecen en **negra cursiva** son as consideradas como non galegas: castelanismos, hipergaleguimos...

As entradas que figuran entre corchetes ou parénteses cadrados [**ARRECENDER**] corresponden a formas do paradigma reconstruídas, que non aparecen así no texto pero que se poden refacer a partir das existentes no mesmo.

En cada entrada dáse, ademais da categoría gramatical, a correspondencia no estándar actual, aínda que sexa idéntica. Se é o caso, ofrécese numeradas correlativamente as diferentes acepcións que presenta esa entrada ó longo de todo o poemario. Sempre van acompañadas dun exemplo explicativo. Os números que figuran ó final de cada exemplo remiten á páxina e ó verso na que se pode atopar²⁰.

Nas formas da entrada non se conservan as convencións tipográficas empregadas polo autor que son obxecto dun comentario específico máis arriba. Sen embargo nos exemplos aducidos mantense a ortografía propia do autor.

²⁰ Esta localización é válida para a edición empregada que ten a seguinte notación: J. Crecente Vega, *Codeseira. Poemas*. Talleres Tipográficos Celta, Lugo, 1965 (2º edición).

A¹ art.f. A (*Non é moi grande a becerra, ... 12.13*) (*Mèrca unha puchicha, diaño, / anque seña coma un año, / pra empezal-a nosa vida. 12.8*) (*...os ósos ispidiños / coma as pedras dos camiños, ... 12.19*).

A² pr. pers. Forma átona oblicua do pronome persoal de 3ª persoa feminino (*...vendo-a vivir tan probe e tan cativa... 50.2*) (*De vólta pol-a veira do camiño, / atopéin-as a cêntos. 92.8*).

A³ contrac. da preposición *a* e o artigo feminino *a* (*...á conta dos meus xornás / merquei òntes na Barqueira. 12.11*) (*...salen tocar a frauta ás veiras dos camiños, ... 35.3*).

ABAIXO adv. Abaixo, en dirección descendente (*Próbe do que andar non pode costa abaixo e costa arriba; 97.8*).

ABANAR v.t. Mover con suavidade; abanear (*E a min [prá-ceme] porque cai amodo / sin abanar as hèrbiñas; 53.8*).

ABONDAR v.i. Abondar, bastar, ser suficiente (*Non che abondou con me deixares cêgo... ; 92, 3*) (*Outra n'aloumiñaréi; / sabendo que é mula, abonda; 96, 8*).

ABONDO adv. En cantidade suficiente, abondo (*[a terra] tiña sustanza abondo/ para viviren os dous acomodados*) (*a [sella] que trás, como é ta grande, / lèva dunha vez abondo; 95, 4*).

ABRIGO s.m. Abrigo; protección, refuxio (*Se chove, hai un abrigo; 83, 18*).

ABRIR v.t. 1. Abrir, provoca-lo funcionamento de algo (*...un recendo a cocedura / que abre as ganas de comer; 24, 8*). 2. Abrir; deixar franco o paso ou acceso a un sitio (*Chegou á porta. Abríronlle para a corte; ... 30, 4*).

ACARIÑAR v.t. 1. Acariñar, facer caricias ou aloumiños (*E logo hasta é tan mansiña... ! / Cando o seu dono a acariña, pandéase... ; 13, 10*); (*[Fontiña] que estás sêmpre acariñando / coas tuas frescas mauíñas/ as paredes do silêncio... ; 79, 11*); (*O vento ten mans ruínas: acariña as follas verdes / e as secas arreumuiña-as; 98, 2*). 2. Acariñar, rozar ou tocar suavemente unha cousa (*-E a min [prá-ceme o ventinho] porque as [follas] acariña... ; 54, 3*).

ACEIRO s.m. Aceiro (*E bèn enferrada [unha aguillada] con ferrón de aceiro, ... 16, 1*).

ACESO,-A adx. Aceso, que está en todo o seu esplendor (*[Eu sei] que o traballador sedênto / cando o sol, aceso, pica/ a ti corre [fontiña]; 79, 20*).

ACIOS s.m. pl. Folgos, ánimos, forzas (*[Deixádeme ir] Que inda teño algúns acios/ para andar; 82, 15*).

ACOCHAR v.t. Acochar, estar oculto (*Os sapos pirguiceiros / cansados baixo as pedras de estar acochadiños, ... 35, 2*); (*E cando iba salindo, un sapo vèllo, / acochado entre as pedras da parede, ... 44, 2*).

ACOMODADO,-A adx. Acomodado, en boa situación económica (*[a terra] tiña sustanza abondo / para viviren os dous acomodados; 48, 4*).

ACHAR v.p. Acharse; atoparse de certa maneira (*Á noite hachóuse farto [o cabalo], e, o rabo ergueito / e a quina ó ár, botou unha carreira; 29, 7*).

ACHEGAR v.p. Achegarse, aproximarse (*Non ganará quèn non se achega nada / nin quèn moito se achega; 91.1/2*).

ADENTAR v.t. Adentar; darlle unha dentada a algo (*Adentéi unha mazá / por ver como sabía; 95.13*).

ADIANTE adv. Adiante, en dirección á fronte (*E aquí cai, e*

alí se èrgue, / camiño adiante foi.; 85, 4).

ADICAR v.t. Dedicar; ofrecer algo como mostra de cariño ou admiración (*Hoxe adicoche o meu canto; 10, 5*).

ADIVIÑANZA s.f. Adiviñanza, adiviña; frase que contén un enigma que hai que descifrar (*Adiviñanzas; 59*).

ADOECER v.i. Adoecer; te-la enfermidade da rabia; rabear (*[Nada me pón medo]. Nin os cás adoecidos... ; 93, 10*).

AFEITO,-A adx. Afeito; que ten un costume ou hábito adquirido (*Pacendo toda a tarde, bèn afeito, / chegou dendes do fondo á cabeceira; 29, 5*).

AFINCADO,-A part. de afincar. Establecido, arraigado (*A terra en onde estaban afincados...; 48, 1*).

AFOGAR v.t. Afogar; matar a alguén somerxéndoo na auga; (*Den miñas penas ó vento / para que as afôge no mar; 95, 5*).

AFORRAR v.t. Aforrar; non gastar e gardar parte do diñeiro que se posúe ou se gana (*E aforra que aforrarás; hoxe un can, mañán dous cas, ... ; 12, 9*).

AGACHADO,-A adx. Agachado; oculto, anasado (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mèrla namoradiña; 57, 3*).

AGORA adv. Agora, a partir deste momento; (*Agora, santo bendito, / cando queirêdes, levái-me; 97, 15*).

AGOSTO s.m. Agosto, mes de agos (*..está disposto / para facer a sementeira / do que ha de recoller no agosto; 20.4*).

AGRO s.m. Leira, terra cultivada (*Diól-o arrequente no forno e nos agros; 24, 14*).

AGRUPAR v.p. Engruñarse; estar ou poñerse engruñado (*E parexas de lèdos paxariños / agrúchanse, piando, na quentura dos niños; 35, 7*) (*Flores de toxo, florina, / agrupadas entre espiñas... ; 56, 2*).

AGUILLADA s.f. Aguillada (*A miña aguillada; 14, 1*) (*Quero unha aguillada que seña un tesouro; 15, 2*).

AGURGULLAR v.i. Agurgullar; formar burbullas (*Bendito o agurgullar / da fonte... ; 74, 7*).

AGUZAR v.p. Aguzar, afiar (*Estab sêmpre espeta que te espeta / na ténra violeta / as suas fêras espiñas aguzadas*).

AHÍ adv. Aí, nese lugar (*Déixa-te estar ahí, que estás millor; 48, 10*).

AI interx. Ai, como expresión de dor ou pena (*Ventiño, si vas para alá, / ¡ai!, lévame canda a ti; 66, 8*).

AÍNDA adv. Aínda, inda (*Preguntéi cal d'elas era; / disque non se sabe aínda; 93, 12*).

ALÁ adv. 1. Alá, naquel lugar (*Alá no chan de Outeiro; 47, 1*). Alá (*O paso fôrte / e a sombra dunha idea na mirada, / lá vai pensando sin pensar en nada; 30, 4*) (*¿De onde veño, decides? / -Lá, de lexos, moi lexos; 82, 6*) (*¿Para onde vòu, preguntades? / -Lá para lexos, moi lexos; 82, 10*) 2. Alén, no outro lado de (*Pro inda teño demèntes / de pasar, tarde ou cedo, para alá de Montemór; 84, 17*).

ALANGREAR v.i. Alangrear; estar sen forzas ou vigor por causa da fame (*Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña / pillu o camiño da fonte; 80, 1*).

ALBOIO s.m. Alboio; construción que se emprega para garda-los aveños de labranza; alpendre (*Co seu hórreo na eira, e seu alboio... ; 18, 5*).

ALCONTRAR v.t. Encontrar, atopar; dar con algo que se busca (*...a ti corre i-en tialcontra / nõva forza de vida. 79.21*).

ALDEA *s.f.* Aldea; lugar de pouca poboación (*hei facer dela unha vaca / coma as millores da aldea*; 13, 8); (*Co-a sua risada colorada / fai rebulir a aldea enteira*; 59, 2).

ALDEÁN,-ANA *adx.* Aldeán; propia da aldea (*xuntos en paz vivía / sua vida aldeán*; 47, 5) (*Letanía aldeán*; 73, 1).

ALEGRÍA *s.f.* Alegría; sentimento de gozo (*cinta branda / d'arredor da tua cintura; é alegría y-é contento*; 26, 19).

ALEITAR *v.t.* Aleitar, dar leite (*Ti no aleitar has de ser / unha fonte, si Dios quèr*; 13, 21).

ALENTO *s.m.* 1. Alento, bafo; aire que se expulsa ó respirar (*O dono do meu querer / ha de ser tanto do xeito / que seipa ulir unha flor / sin-a murchar co alento*; 96, 4). 2. Alento, aire necesario para respirar (*Para o que tén falla de alento / unha rachiña de vento*; 104, 7). 3. Alento, ánimo (*E unha forza segreda / que me dá moito alento*; 83, 5). 4. Alento, empregado metaforicamente como 'o po da fariña' (*Teu alento / polvorènto; branco e puro; / teu alento, flor de escanda, néboa virxen*; 26, 13, 15).

ALGÚN; -UNHA *indef.* Algún (*E por si algún día chega unha ocasión*; 16, 5).

ALÍ *adv.* Ali, naquel lugar (*tocando aquí e alí sua tocata sin fin*; 3, 5) (*E aquí cai, e alí se èrgue*; 85, 3).

ALINDAR *v.t.* Alindar; coidar do gando cando paze (*erma e triste codeseira / ónde eu alindei meu gado*; 9, 8).

ALMA *s.f.* Alma, espírito (*E unha risa na alma*; 82, 20).

ALOUMIÑAR *v.t.* Aloumiñar, acariciar; facer unha caricia rozando suavemente coa man (*¿Con qué pracer te aloumiño, / miña pucha, meu cariño, ...*; 14, 5) (*Aloumiñei unha mula / por saber se era traidora...*; 96, 5).

ALTAR *s.m.* Altar (*Bendito o parpadexar / da lampariña devota / que aluma diante do altar*; 75, 3).

ALUMADOR,-ORA *adx.* Que aluma, que dá luz (*Deu-lle El Señor o seu lumiño, / seu branco lume alumador*; 60, 5).

ALUMAR *v.t.* Alumar; proxectar un obxecto luminoso a súa luz sobre algo; alumear (*Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escuridá*; 74, 18).

ALUMEAR *v.t.* Alumear; alumar; proxectar un obxecto luminoso a súa luz sobre algo (*Mañán tépida de outono / un novo sol alumea*; 19, 2).

alleu,-a *adx.* Alleo; que non é propio dun (*Ben ditoso é o labrego que se pòda / valer en sí, sin traballar no alléu*; 17, 2).

amacicar *v.t.* Macicar; bater en algo cun macico (*...e cando oiéu amacizar no toxo / mioqueiro rinchóu, pedindo un goxo*. 30, 5).

AMAIAR *v.i.* Amaiar; quedar sen forzas (*Foi nas horas caídas / dunha tarde amaiada*; 31, 2).

AMARELO,-A *adx.* Amarelo (*Flores de toxo, floriñas, / pequiniñas, amarèlas*; 55, 3).

AMÉN *interx.* Amén (75, 7).

AMENEIRO *s.m.* Ameneiro (*...naceron dous ramallos: un de espiño / e outro de ameneiro*; 45, 4) (*...murchóu-se o ramalho de ameneiro*; 46, 3).

AMIGO,-A *s.m.* 1. Amigo, persoa coa que se ten unha relación de afecto e confianza (*teño sede, miña amiga*; 80, 12). 2. Termo para facer referencia á concorrència, ó lector (*Mirade, meus amigos, / mirade cómo veño!*; 81, 1); (*Deixáde-me ir, amigos...*; 82, 8/11).

AMO *s.m.* Amo; patrón, persoa que ten outras a soldo (*Meu amo botóu-me fóra / non tivemos que berrar*; 94, 5).

AMOR *s.m.* 1. Amor, sentimento de afecto e cariño dunha persoa cara a outra (*Dá-lles a todas seus beixos / de amor branco de neniño*; 70, 20); (*Señor, / pol-o teu amor*; 103, 2). 2. Amor, sentimento abstracto (*Bendita a Vida e o Amor*; 75, 4). 3. Amor, sentimento amoroso (*Puxen o amor nunhas bágoas / de profundo sentimento*; 95, 9).

AMOSAR *v.t.* 1. Amosar, poñer algo á vista (*Non hai outras como ellas, / que xa amosan as espiñas / cando a man vai a collel-as*; 55, 5). 2. Presentar, poñer diante (*Para o pròbe que amosa a man / un bocadiño de pan*; 103, 4).

amostar *v.t.* Mostrar; amosar; poñer algo de manifesto (*...amostras a quèn te mira / a claridá dos teus ollos...* 77, 4).

ANADA *s.f.* Colleita, esp. a de cereais (*Xa témol-a anada enteira / na eira*; 21, 1).

ANCHO,-A *adx.* Ancho (*Ancho o curral*; 18, 5).

ANDAR *v.i.* 1. Andar, ir dun lado a outro (*Si no-hai lume nas casas(...) quèro seguir andando*; 84, 5). 2. Andar, funcionar un mecanismo (*Mentras súa nai non-o beixa / o pequiniño non anda*; 69, 4). (*Bendita a auga do río / que fai verdegar o prado / e fai andar o muiño*; 74, 6). 3. Andar, circular vagar (*e unha congoxa lonxana / que anda pol-o ár perdida*; 79, 8). 4. Andar; segui-lo seu curso unha cousa (*Volta aquí e volta alá, / vai o río andando, andando*; 96, 13). 5. Andar; ter capacidade de movemento (*pròbe do que andar non pòde / còsta abaixo e còsta arriba*; 97, 8). 6. Andar; vivir dunha determinada maneira ou nun determinado estado (*ten òso e armadura / para botar boa figura / o día que ande bèn chea*; 13, 4).

ANIMAL *s.m.* Animal; ser non humano (*¿Qué é tolamía? Non é tal / que anque seña un animal / tamèn co cariño mèdra*; 13, 15).

ANO *s.m.* Ano, período de tempo indeterminado; tempo (*Ha de ser ano de hinchènte / que está moi cargada a espiga*; 21, 5).

ANOITECER *v.i.* Anoitecer; cae-la noite (*Anoitecer*; 35, 1).

unque *conx.* Aínda que; anque (*E anque é hoxe unha pataca / e coma os caínzos fraca, ...*; 13, 5). (*Non quèro compañeiro riseiriño / que non seipa reñer anque lle reñan*; 92, 10).

ANSIA *s.f.* 1. Ansia, atención extrema que se pon nunha cousa (*As rapazas do lugar / coidan dèl con moita ansia*; 70, 14). 2. Ansia, padecemento espiritual moi forte; angustia (*Mais... [mi]ñas ansias de poeta / ti nos as rimas, fontaña!*; 78, 21).

ANUBRAR *v.t. fig.* Obnubilar (*ti serás meu bèn de Diòs, / para que a fame non me anubre*. 13, 20).

AÑO *s.m.* Año; cordeiro novo (*Mèrca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año...*; 12, 7).

apodrecer *v.i.* Podrecer; apodrentar (*Bendita cruz xa vèlla / que ò vento, à auga, ò sol, / non apodréce nunca...* 85, 19).

apousar *v.t. e v.i.* Pousar; deterse (*O pensar da volainiña / é moi bonito pensar: / hastra que atòpa unha flor / nunca se quèr apousar*. 96, 12).

AQUEL,-ELA *dem.* Aquel (*ledo o fentiño aquel*; 44, 10); (*á triste flor aquela*; 49, 10).

AQUÍ adv. Aquí (*tocando aquí e ali / súa tocata sin fin; 33.5*) (*Deixáde-me ir, amigos / que inda aquí non me quedo; 82.8*).

ÂR s.m. 1. Aire; ar; atmosfera (*quén me dera respirar / teus arumes montesiños / na limpeza do teu ár; 10.4*). 2. Aire, ar; vento (*rabo ergueito / e a quina ó ár, botou unha carreira; 29.8*).

ARADO s.m. Arado (*[a aguillada]nin limpa un arado nin fênde un terrón; 16.4*).

arbore s.m. Árbore (fem.) (*A min prácen-me as folliñas / porque lles dan bèn ós arbres. 53.2*). (...entre os arbres barulleiros...; 77.3).

ARDER v.i. 1. Arder, estar algo moi quente ou abrasándose (*Teño os labios degresados / teño a boca toda ardida; 80.10*). 2. Arder, producir moita calor (*O sol ardía no ceio; 87.2*).

ARGALLEIRO,-A adx. Argalleiro, que argalla, que xoga (*o teu sopro voandeiro, / viravóltas argalleiro; 27.14*).

ARMADURA s.f. Armadura, estrutura de corpo (*Vên de pasar fame pura; / prò ten òso e armadura / para botar boa figura, 13.2*).

ARRECENDER v.i. Arrecender, recender; desprender bo olor unha cousa (*Na eira arrecênde a vran; 22.1*).

arrededor (de) loc. prep. Arredor de (...e rinse, e falan / arredor do remól; 23.13).

ARREDOR adv. Arredor (*sufrindo as espiñadas feridoras / das silvas que medraban arredor; 49.7*). **Arredor de** loc. prep. Arredor de (*cinta branda / d'arredor da tua cintura; 26.18*).

ARREMUÑAR v.t. Arremuiñar; amontoa-lo vento algo (*[o vento]acariña as follas verdes / e as secas arremuiña-as; 98.3*).

ARREQUENTAR v.t. Arrequentar; aumenta-lo volume ou cantidade de algo reunido anteriormente (*¡Diól-a arre-quênte...!; 20.14; 21.8; 22.6*).

ARRIBA adv. Arriba (*Pròbe do que andar non pòde / còsta abaixo e còsta arriba; 97.8*). (*¿Qué hai alá por arriba, meu señor? / Por arriba, meu home, o que hai é vento. 48.8/9*).

ARRINCAR v.t. Arrincar; sacar de raíz algo que está plantado (*Unha man compasiva (...) / arrincóu a violeta; 50.4*).

ARROLADOR,-ORA adx. Arrolador, que arrola ou adormece cun son agradable (*Vèntiño, vènto lixeiro, / fresquiño e arrolador. 65.2*).

ARROLAR v.t. Arrolar; cantar suavemente a un neno para que durma (*Se no muíño se escoita / un garimoso roular / non é que roule o muíño / é que o arrola sua nai; 70.4*).

arumante adx. Recendente; aromante (*a pròbe flor tristeira / di-lle, toda arumante e miñosiña, ... 50.17*).

ARUME s.m. 1. Aire, atmosfera (*quén me dera respirar / teus arumes montesiños / na limpeza do teu ár; 10.3*). 2. Recendo, olor agradable (...dan-lle seu arume as flores, / sombra e caricias as hêrbas; 68.3) (*Bendito o arume das flores / que recênde pol-o chan; 74.12*).

ASÍ adv. Así, desta maneira (*Mirando un día para o señor xigante / así pregunta, cobizoso, o fênto; 48.7*).

ATERECER v.i. Aterecer, quedar teso por causa do frío (*Para o que aterêce de frío / unha raióla o desfío; 104.4*).

atervar] Buscar algo que non se ve (*O mèrlo atervóu onde / súa noíva estaba; 57.5*).

ATOPAR v.t. 1. Atopar, dar con algo por azar (*Cansado de vivir, chòra que chòra, / o pròbe do fèntiño / atopóu na parede un furadiño; 43.9*). (*Algún tèmpo despóis / atoparon un mòrto / là riba en Montemòr; 85.7*). 2. Atopar, dar con algo que se busca (*Si no-atòpo compañía, / lèvo a dos meus segredos; 83.20*) (*o pensar da volainiña / é moi bonito pensar: / hastra que atòpa unha flor /nunca se quèr apousar; 96.11*).

ATRÁS adv. Atrás (*A de atrás paróuse un pouco, / a de diante deu a volta; 94.11*).

AUGA s.f. Auga (*O muíño é un neno branco nado da auga no inverno; 71.2*) (*Bendita a auga do río / que fai verdegear o prado / e fai andar o muíño; 74.4*) (*Bendito o agurgullar / da fonte que sempre tèn / auguiña fresca que dar. 74.9*).

AUGUIÑA V. **auga**

AUMENTAR v.t. Aumentar; incrementa-lo volume ou cantidade algo que se posúe (*Diól-o aumente. 24.10*).

AVE s.f. Ave (...atoparon un mòrto / là riba en Montemòr / xa comesto das aves/ ...; 85.9).

AVEMARÍA s.f. Avemaría, oración dedicada á Virxe (*Toca ás avemarias a campana da aldea... 36.4*).

avenza s.f. Habenza; gando miúdo (...enchendo as corre-doiras vèn a avenza pra á casa. 36.2).

avesiña s.f. Ave pequena (*Coma o teu repenicar / aquela azul avesiña / foise perdendo no ár...; 64.2*).

AXIÑA adv. Axiña, con rapidez (*Roula, foula, bule axiña / que o teu pilo de fariña / pouco a pouco mèdra, mèdra; 27.7*).

AXUDAR v.t. Axudar; contribuír a que ocorra algo ou que salga ben (*Tèrras onde coller, si axuda a sorte, / o maíno a faltar, trigo e patacas; ... 17.5*).

AZA s.f. Á; cada unha das extremidades que teñen algúns animais e que lles serven para voar (*Vèntiño das azas longas / sèmpre a voar, a voar; 65.5*).

AZUL adx. 1. Azul (*aquela azul avesiña / foi-se perdendo no ár; 64.2*) (*Despóis que se lavou vèu-se mirar/ no espello azul do mar; 61.6*). // s.m. 2. O ceo (*Soltando-as van, mèntas de frío / trèmen no azul as estrelliñas; 60.8*).

BABALLA s.f. Baballa; restos de comida que quedan pegados ó redor da boca (*Dan-lle de comer na cunca, / despóis límpan-lle as baballas; 70.16*).

BÁGOA s.f. Bágoa, lágrima (...bèn sei que ti consonas / esas nòtas cristiñas / -às veces laios e bágoas, / às veces beixos e risas-; 78.9) (*Puxen o amor nunhas bágoas / de profundo sentimento; 95.9*).

BAIXAR v.t. 1. Baixar, rebaixar (*Non me baixóu unha perra / dos trinta, e fixen boa feira; 12. 15*). 2. Baixar, descender dun lugar ou nivel a outro máis baixo (*Na veira do carreirairo / en onde baixa o escairo pra o camiño; 45.2*) (...e todo o que pasaba, / pra baixar ó camiño, / botaba as mans ó humilde ramalliño; 45.7).

BAIXIÑO adv. Baixiño; en voz moi baixa (*Anxela dime baixiño: / ¿Sabes en qué penso homiño?; 12.1*).

BAIXO prep. Baixo, debaixo de (...Os sapos pìrguceiros / cansados baixo as pedras de estar acochadiños; 35.2) (...repousan os pantasma todos xuntos / deitados baixo a sombra dos carballos; 38.5).

barrer v.t. Varrer; pasa-la vasoira (*Xa barre o forno o basallo / de loureiro*. 23.7).

BARULLEIRO,-A adx. Barulleiro, que produce un barullo agradable (...e escóitan-se nas regas os “grau-grau” barulleiros; 35.4) (...entre os arbres barulleiros (amostras a quen te mira / a claridá dos teus ollos; 77.3).

basallo s.m. Vascullo; vasoira feita de ramallos (*Xa barre o forno o basallo / de loureiro*. 23.7).

BASTANTE adv. 1. Bastante, en cantidade ou extensión suficiente (*Pro ninguén pensa que medróu bastante*; 48.5). // s.m. 2. O bastante, o suficiente (*A muller de Antón de Bante / prènde un pouquiño na fala / pèro non prènde o bastante*; 98.12).

batir v.t. Bater; mover (*Ventiño das azas longas, / sèmpre a batir, a batir*; 66.2).

BEBER v.t. Beber, inxerir líquido (*Bebe auga fría / que si beberas / mouro ribeiro / cèrto xaceras*; 25.4) (*Eu quèro beber, beber; / fartar-me de esa auga fría*; 80.7).

BECERRIÑA. V. **BECERRO**.

BECERRO,-A s. Becerro; vaca nova (*Non é moi grande a becerra*; 12.13) (*Beceriña que remós, / ti has-me de dar puchos bos*; 13.17).

beira]. V. **VEIRA**.

BEIXAR v.t. Beixar, bicar, darlle bicos a alguén (*Mèntras sua nai non-o beixa / o pequiniño non anda*. 69.3) (*Sua nai, a esconsolada, / como non tèn que lle dar / chéga-se onde a él e beixa-o...* 70.7).

BEIXO s.m. Beixo, bico, rozamento cos labios con intención afectiva (*Dá-lles a todas seus beixos / de amor branco de neniño*. 70.17). (*Eu sei que as pradèlas mórta os teus beixos recitan*; 79.18).

BEIZO s.m. Beizo; labio do animal (*Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña / pilla o camiño da fonte, / mète os beizos na tua pía...* 80.4).

BELO,-A adx. Belo, fermoso (*Sodes as máis bèlas flores*. 56.5).

BEN adv. 1. Ben, con valor modal (*Non tèn gracia; ben o sei*. 10.6). 2. Ben, moi, con valor cuantitativo (*Pacendo toda a tarde, bèn afeito, / chegou dendes do fondo á cabeceira*; 29.5) (*Quèn queira chegar bèn lonxe...* 96.15).

bendecir v.t. Bendicir (*Diòl-a bendiga*; 21.7); (*Bendito seña o calor do ovo...*; *Bendita seña a raxeira...* 73/74). (...inocènte fontaña / que estás sèmpre bendecendo / co-a tua auga bendita...; 79.3).

BERRAR v.i. Berrar, reñer, discutir (*Meu amo botóu-me fòra / non tivèmos que berrar*; 94.8).

BICAR v.t. Bicar, beixar; dar bicos (...que ó marmulo se quedou dormido / do río de Xubia, que lle bica os pés; 39.8).

BOCA s.f. 1. Boca; abertura que dá acceso a un lugar (*¡Ouh, qué guapo é o boliño / que está na boca do forno!*; 24.4.). 2. Boca; burato de entrada ó aparato dixestivo situado na parte inferior da cara (*Teño os labios degresados; / teño a boca toda ardida*; 80.10).

BOCADIÑO. V. **BOCADO**.

BOCADO s.m. Bocado, anaco de comida que se introduce na boca de cada vez (*Para o pròbe que amos a man / un bocadiño de pan*; 103.4).

BOLO s.m. Bolo, peza de pan (*O teu sopra voandeiro, / vra-vòlta argalleiro, / será bolo no meu forno...* 27.15) (*¡Ouh, qué guapo é o boliño / que está na boca do forno!*; 24.3.).

BONJ,-OA adx. 1. Bo, proveitoso; que deu beneficio (*Non me baixóu unha perra / dos trinta, e fixen boa feira*; 12.16). 2. Bo, fermoso, de formas equilibradas (*prò ten òso e armadura / pra botar boa figura*; 13.3). 3. Bo, de calidade (*Beceriña que remós, / ti has-me de dar puchos bos, ...* 13.18).

BONITO,-A adx. Bonito, fermoso (*¡Qué bonito neboeiro / teu lixeiro / zarzallar!*; 27.1) (*O pensar da volainha / é moi bonito pensar*; 96.9).

BOQUEADA s.f. Boqueada; acción de abri-la boca, esp. as que corresponden coa agonía (*E naquél intre, disque / dixo, dando as boqueadas*; 32.15).

BORRACHO,-A adx. Borracho, bédedo (*Debecido, borrachón, / que das vòlta nun pé sólo / coma un tolo*; 25.1).

BORRACHÓN. V. **BORRACHO,-A**.

BOTAR v.t. 1. Botar; producir un ser algo que nace del (*prò ten òso e armadura / pra botar boa figura*; 13.3). 2. Botar, dirixir algo cara a algún lugar (*Bota unha mirada ó cèio / supricante e reverènte*; 20.6). 3. Botar, realizar algo (...botóu unha carreira. 29.8). 4. Botar, facer que algunha cousa vaia parar a algún sitio (...botaba as mans ó humilde ramallíño; 45.8). 5. Botar, lanzar algo con forza ou violencia (*Non che abondóu con me deixares cègo / e inda me quèrs botar terra nos ollos*. 92.4). 6. Botar, despedir a alguén dun sitio ou traballo (*Meu amo botóu-me fòra / non tivèmos que berrar*. 94.8). // v.p. 7. Botarse, lanzarse a (*botóu-se á corredoira / e marchou de viaxada*; 32.4). 8. Botarse, extenderse algo (*Pròbe do coxo en camiño: bótase-lle a noite encima*; 97.6).

BRANCO,-A adx. Branco, desa cor (*Teu alènto / polvorènto, / branco e puro*; 26.15) (*Ceibe a tua boca grande / branca nève miudiña*. 27.6) (*Qué bonita a risa branca / na tua cara de pedra*; 27.10) (*O O muíño é un neno branco / nado da auga do invèrno*. 71.1).

BRANDO,-A adx. Brando, mol, que é facilmente deformable (*Xa está no tendal a masa / en brandos pas repartida*. 23.4).

BRANDOEIRO s.m. Brandoeiro; cercado de táboas que rodea a moa do muíño, e onde cae a fariña (...cousiña tola, / como rebola / na dura pedra do brandoeiro. 25.3).

BRAVÍO s.m. Bravío; cheiro a natureza salvaxe (*Codeseira de codesos / que recèndes a bravío*; 9.2).

BRAVO,-A adx. Bravo; referido ás árbores, nadas espontaneamente (...ja vara nacéu; / feita dun caxòto dun carballo bravo; 16.11).

BRAZO s.m. fig. Póla, ramallo (*Codeseira de codesos / que recèndes a bravío; / que tèl-os braziños tesos...* 9.3).

brilar v.i. Brillar, lucir con moito resplandor (*O sol ardía no cèio. / Dixo o mèrlo: ¡Cómo brila!*; 87.3).

BRISA s.f. Brisa, vento suave (...que estás sèmpre acarinhando / co-as tuas frescas muiñas / as paredes do silencio / e os cortinaxes da brisa; 79.14).

BRUXA s.f. Bruxa; muller que practica a bruxería por un pauto co demo (*E un deles é mourao, e desenmeiga / os nenos enmeigados pol-as bruxas*. 37.5).

BULIR v.i. Bulir; moverse apuradamente (*Roula, foula, bule axiña*, ... 27.7).

CABALO s.m. Cabalo, animal equino (*Por onde pasa o dente do cabalo / é como si pasase unha gadaña*; 29.3).

CABECEIRA s.f. Cabeceira; cada un dos extremos dun terreo (*Pacendo toda a tarde, bèn afeito, / chegóu dendes do fondo á cabeceira*. 29.6).

CABER v.i. Caber, ser capaz de acoller unha cousa a outra dentro de si (*E unha casaña, en pedra pedrexada; / grande a lareira, para que a rolada / de nenos queipa ó rënte do remól*. 18.3).

CABO s.m. Cabo, extremo dunha cousa (*Quero unha agui-lada que seña un tesouro, / que non teña falta dende a punta ó cabo*, 15.2).

CACAREXAR v.i. Cacarexar; canta-la galiña ou galo estridentemente e, por ext., calquera ave (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mërla namoradiña*. 57.4).

CADA indef. Cada (*O pan noso de cada día*; ... 19.1).

CAER v.i. 1. Caer; vir abaixo un corpo por efecto do seu propio peso (*-eito a eito, / como nun fecundo leito / vai caendo espaxada / a semënte*... 20.12) (*E a min porque cai amodo / sin abanar as hërbiñas*; 53.7). 2. Caer, perde-lo equilibrio un corpo (...*parés / un gran xigante que caíu ferido*... 39.6).

CAÍDO,-A adx.fig. Caído, último (*Foi nas horas caídas / dunha tarde amaiada*; 31.1).

CAÍNZO s.m. Cainzo; armazón tecido de canas ou varas (*E anque é hoxe unha pataca / e coma os cainzos fraca*,... 13.6).

caír V. CAER.

CAIXA s.f. Caixa, ataúde (...*coma se foran caixas de difuntos*. 38.6).

CAL interrog. Cal (*Preguntei cal d'elas era*; 93.11) 2. comp. Cal, como (*cal xigantón inmenso*... 47.6).

CALAR v.i. Calar, manterse en silencio (...*e os nenos, que nunca calan*,... 23.10).

CALMA s.f. Calma; actitude tranquila e sosegada (*E indo de camiño / co-a sua santa calma*, ... 32.7).

CALOR s.m. Calor (fem.); temperatura superior á normal (*Bendito seña o calor / que do ovo fai salir / o pitiño piador*. 73.1) (*“¡Ouh, qué morno calorinho / ouh, qué calorinho morno*. 24-2).

CALVARIO s.m. Calvario; sufrimento, conxunto de traballos que pasa un (...*o meu calvario / subindo vou co-a miña cruz pesada*. 92.13).

CAMA s.f. 1. Cama, leito (*Cavilando coma un tolo, / entre trasgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sólo* ... 11.3). 2. p. ext. Cama, lugar de descanso (*Bendita seña a raxeira / que saca o vërme da cama / e o grilo da grileira*. 73.5).

CAMBIAR v.t. Cambiar, substituír unha cousa por outra (*Nin que te peines á moda, / nin que cambiél-o vestido*. 93.12).

CAMIÑANTE s. Camiñante (*Hoxe unha cruz de pau / no sitio onde ficóu / amostra ós camiñantes*... 85.13).

CAMIÑAR v.i. Camiñar, andar, viaxar (*Pra o que ás escuras camiña / o claror dunha estreliña*. 104.5).

CAMIÑO s.m. 1. Camiño; dirección ou actividade vital (*¿Sabes en qué penso homiño? / En pillar outro camiño*. 12.3). 2. Camiño, espacio de terreo polo que se transita (*Na veira*

do carreiro / en onde baixa o escairo pra o camiño... 45.2). 3. Camiño, dirección (*Eu sei que o gando, alangreando, / cando o ceibo da cortiña / pilla o camiño da fonte*, ... 80.3). 4. Camiño, viaxe (*Seguir camiño quero*. 83.15) **Ir de camiño**; andar, dirixirse a un lugar (*E indo de camiño / coá sua santa calma*... 32.6). **En camiño**, no medio da viaxe (*Pröbe do coxo en camiño*. 97.5).

CAMPAIÑA s.f. Choca, campaiñaque se pendura do pescozo dalgúns animais (...*lâmben-se duas vacas tocando as campaiñas*. 36.6).

campana s.f. Campá (*Toca ás Avemarias a campana da aldeia*... 36.4).

CAMPEIRO s.m. Campeiro, prado (*No medio dun campeiro / alá no chan de Outeiro*,... 47.1).

campia s.f. Campiña, campo (*Amin prâce-me a ròsada / porque refresca a campia*. 52.6).

CAN¹ s.m. Can, animal da familia dos cánidos (*Tès sede fëra / fame de can*,... 26.5) (...*nada me põn medo*. (...)) / *Nin os cäs adoecidos*. 83.10).

CAN² s.m. Can, denominación antiga das moedas de cinco ou dez céntimos e, p. ext., moeda de pouco valor (*E aforra que aforrarás, / hoxe un can, mañán dous cas*,... 12.10).

CANDA prep. Canda, con (...*léva-me canda a ti*... 66.8).

CANDO conx. Cando (*E logo hasta é tan mansiña... ! / Cando o seu dono a acariña / pandéase*,... 13.10).

CANSADO,-A adx. Cansado, canso, enfatiado (*Vai o sol na furada. Os sapos pinguiceiros / cansados baixo as pedras de estar acochadiños*,... 35.2) (...*cansado de estar sólo*... 31.5) (...*cansado de vivir*... 43.7).

CANSAR v.i. Cansar, fatigarse (*Se canso, hai un valado / pra me servir de leito*. 83.16).

CANTAR v.i. 1. Cantar, emitir sons harmoniosos coa voz (*Pro no-é pol-o bën que canto; / é porque che teño lei*. 10.7). 2. p.ext. Emitir sons agradables unha cousa (*A min prâce-me o ventinho / porque ás follas fai cantar*. 54.2). 3. Cantar; chirria-lo carro (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto máis cargado millor canta*. 92.16). // v.t. 4. Emitir harmoniosamente unha melodía (*Cantando o teu larán-larán / larpando vas canto che dan*. 26.8). // s.m. 5. Cantar, canto (...*co cantar das sabandixas*; ... 78.14).

CANTAREIRO,-A adx. Cantareiro, que canta ou que lle gusta moito cantar (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto máis cargado millor canta*. 92.15).

CANTARUXAR v.i. Cantaruxar; cantar a media voz (*Nos ramos do loureiro / cantaruxaba o mërlo namorisqueiro*; 57.2).

CANTÉ interx. Canté; oxalá (*“Ter vacas miñas ¡Canté!* 11.5).

CANTO s.m. Canto, cantar, canción (*O paspallar é poeta, / o seu canto “paspallar”*. 67.2).

CANTO,-A indef. Canto (*Cantando o teu larán-larán / larpando vas canto che dan*. 26.9) (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto máis cargado millor canta*. 92.16) (*Cántas cousas che dixëra / si non foras falador!* 65.3).

CARA a prep. Cara a, en dirección a (...*atopóu na parede un furadiño, / e por él se metéu de cara a fõra*. 43.10).

CARA s.f. Cara, rostro (*¡Qué bonita a risa branca / na tua cara de pedra!* 27.11). (...*o paso incërto, a cara ergueita, a vista mórta*,... 33.4).

CARBALLEIRA *s.f.* Carballeira; bosque de carballos (*Detrás dos curros, no fondal da veiga, / a carballeira dórme-se. ... 37.2*).

CARBALLO *s.m.* Carballo cerqueiro (*Quercus robur*) (...*feita dun caxoto de carballo mouro; 15.3*) (*É a cerna dos seus carballos coma o ferro, etèrna. 37.3*).

CARGADO,-A *adx.* 1. Cargado, que leva moita carga (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto máis cargado millor canta. 92.16*). 2. Cargado, cheo (*Ha ser ano de hinchente / que está moi cargada a espiga. 21.6*).

CARICIA *s.f.* Caricia, aloumiño; demostración de afecto (*dan-lle seu arume as flores, / sombra e caricias as hèrbas. 68.4*).

CARIÑO *s.m.* 1. Amor, sentimento amoroso que se ten con alguén (*Doncela dos meus cariños, 10.1*). 2. Cariño; sentimento de afecto (...*que anque seña un animal / tamén co cariño mèdra. 13.16*).

CARREIRA *s.f.* Carreira; acción de correr (*Á noite hachóu-se farto, e, o rabo ergueito / e a quina ô ár, botóu unha carreira. 29.8*).

CARREIRO *s.m.* Carreiro, camiño estreito para unha soa persoa (*Na veira do carreiro... 45.1*) (*o carreiro esbaraba, ... 45.5*).

CARRO *s.m.* Carro (*jestortillóu-no a ròda / dun carro que pasaba! 32.13*). (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto mais cargado millor canta. 92.15*).

carroula *s.f.* Xoguete infantil formado por unha roda sostida por un pao que se fai xirar polo chan: Neste caso, dedbe te-lo sentido simplemente de 'roda' para referirse á do muíño (*Roula, roula; roula, roula. / Dalle voltas a carroula; 26.11*).

CAS (DE) *prep.* En casa de (*Hoxe hai fèsta en cas Farruco; 93.5*).

CASA *s.f.* 1. Casa, vivenda (*Sòlo miral-a convida / i-hènche de fartura a casa. 23.6*). 2. Casa, edificio destinado a vivenda (*É unha casiña, en pedra pedrexada; 18.1*). 3. Casa, lugar onde vive un animal (*O sapo máis romántico / dos sapos da comarca, / cansado de estar sòlo / no escuro da sua casa; ... 31.6*).

CASAMENTO *s.m.* Casamento; voda (*Eu casar, casar caséi; / ben ou mal, eso non digo, / que nesto de casamentos/ disque no-hai nada sabido. 93.3*).

CASAR *v.t. e v.i.* Casar, contraer matrimonio (*Eu casar, casar caséi; / ben ou mal, eso non digo, / que nesto de casamentos/ disque no-hai nada sabido. 93.1*).

CASCABEL *s.m.* Cascabel, axóuxere (*Pasa tocando os seus lixeiros / cascabeliños de cristal. 60.11*).

CASCABELEIRO,-A *adx.* Cascabeleiro; que soa coma un cascabel (*Tua risa cascabeleira, / gaita, gaitiña riseira, / dá-me ganas de chorar. 61.5*).

cáseque *adv.* Case (...*tan inflado / que cáseque estou-paba... 32.11*).

casualmente *adv.* Casualmente; por casualidade (*Da chouza nun escuro corruliño, / vèu nacer, casualmentes, un fèntiño. 43.2*).

CATIVEIRO,-A *adx.* Cativo, de pouca calidade (...*vívía unha violeta ... / tan pròbe e cativoira... 49.4*).

CATIVO,-A *adx.* Pequeno, de escaso tamaño e calidade (*Unha man compasiva / -vendo-a vivir tan pròbe e tan ca-*

tiva... 50.2).

CAVILAR *v.t. e v.i.* Cavilar, pensar profundamente nun asunto (*Cavilando coma un tolo, / entre trasgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sòlo... 11.1*).

CAXIGO *s.m.* Caxigo; carballo novo que aínda non alcanzou todo o seu desenvolvemento (*[A carballeira] Tèn caxigos para cestos e talègas; 37.6*).

CAXOTO *s.m.* Caxato, póla delgada e dura pola que ruben as plantas (*[a aguillada] feita dun caxoto de carballo mouro... 15.3*).

CEDO *adv.* Cedo, pronto, canto antes (*Pro inda teño demèntes / de pasar, tarde ou cedo, / para alá de Montemór... 84.16*).

CEGO,-A *adx. e s.* Cego, sen vista (...*vai o cego tocando / o violín. 33. 6*) (*Non che abondóu con me deixares cègo... 92.3*).

CEIBAR *v.t. e v.p.* 1. Ceibar, deixar libre a un animal (*Era hora e ceibóuse. 30.1*) (*Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña... 80.2*). 2. *v.t.* Ceibar, soltar, lanzar (*Ceibe a tua boca grande / branca nève miudiña. 27.5*).

ceio *s.m.* 1. Ceo, bóveda celeste (*O sol ardía no cèio. 87.2*). 2. Ceo, morada de Deus (*Bota unha mirada ó cèio / supricante e reverènte. 20.5*).

CENTO *s.m.* Cen; en pl. expresa moita cantidade (*De vòlta, pol-a veira do camiño, / atopèin-as a cèntos. 92.8*).

CERA *s.f.* Cera (...*e marèliño, o pròbe, coma a cera... 43.5*).

CERCA (DE) *loc. prep.* Perto de, cerca de (*Quèro estar cerca do cèio... 97.11*).

CERNA *s.f.* Cerna, parte interior máis dura do interior do tronco dalgunhas árobres (...*É a cerna / dos seus carballos coma o fèrro, eterna. 37.2*).

CERTO *adv.* Certamente, de certo (*Bebe auga fría / que si beberas / mouro ribeiro / certo xaceras. 25.8*).

CESTO *s.m.* Cesto; cesta pequena xeralmente cunha asa de lado a lado (*Tèn de gran un cesto cheio; 20.5*) (*Tèn caxigos pra cestos e talègas; 37.6*).

cinlleiro,-a *adx.* Senlleiro; único na súa especie (...*vendín vaca cinlleira, / merquei maronda. 99.7*).

CINTA *s.f.* Cinta; tira de tecido estreita e longa para atar ou cinguir (...*cinta branda / d'arredor da tua cintura; ... 26.17*).

CINTURA *s.f.* Cintura, parte máis estreita do corpo humano entre o tórax e as cadeiras (...*cinta branda / d'arredor da tua cintura; ... 26.18*).

CLARIDÁ[DE] *s.f.* Claridade, calidade do que é limpo, transparente (...*amostras a quèn te mira / a claridá dos teus ollos... 77.5*).

CLARO,-A *adx.* Claro, limpo, transparente (*Fontiña serea e clara, 77.1*).

claror *s.m.* Resplandor, luz (*Pra o que ás escuras camiña / o claror dunha estreliña. 104.6*).

CO, COA *Co, coa*; resultado do encontro da preposición co artigo masculino *o* e co artigo feminino *a*, respectivamente, Presenta como plurais *cos* e *coas*.

COBIZOSO,-A *adx.* Cobizoso, cheo de envexa (*Mirando un día pra o señor xigante / así pregunta, cobizoso, o fènto... 48.7*).

COCEDURA *s.f.* Cocedura; acción de cocer pan (*Xa hai sinais de fartura: / un recendo a cocedura / que abre as ganas de comer.* 24.7).

COCER *v.t.* Cocer (*Xa queda o pan a cocer;* 24.5).

CODA *s.f.* Coda, códea; parte externa endurecida do pan (*[Ben ditoso o labrego] ... que tén pra dar os fillos unha coda;* 17.3).

CODESEIRA *s.f.* Codeseira, lugar poboado de codesos ou no que abundan moito (*Codeseira de codesos / que recêdes a bravío;* 9.1).

CODESO *s.m.* Codeso; arbusto ramoso de flores brancas (*Codeeira de codesos / que recêdes a bravío;* 9.1).

COIDAR *v.t.* Coidar, prestar coidados e atencións a unha persoa (*As rapazas do lugar / coidan dél con moita ansia.* 70.14).

COIRO *s.m.* Coiro; pel, membrana exterior que cobre o corpo do home e dos animais (*...as pèrniñas tremendo, / e rasguñado o coiro / e de chagas cubèrto.* 82.3).

COLOR *s.m.* Color (fem.), tonalidade que ofrece a pel humana ou as plantas e animais cando están cheas de vida (*...vivía unha violeta... / tan pròbe e cativiera / que xa se iba quedando sin color...* 49.5).

COLORADO,-A *adx.* 1. Colorado, cheo de color (*Co-a sua risa colorada / fai rebulir a aldea enteira.* 59.1). 2. Colorado, ruborizado (*Púxeche-te colorada / ó pasar por onde a min.* 98.13).

COLLER *v.t.* 1. Coller, colleitar un produto da terra (*Tèrras onde coller, si axuda a sorte, / o mainzo a fartar, trigo e patacas;* 17.6). 2. Coller, recoller algo (*Collin auga nun cribo, / collin que non collera.* 99.3). 3. Coller, agarrar algo coa man (*Non hai outras como elas, / que xa amosan as espiñas / cando a man vai a collel-as.* 55.6).

COMA *conx.* Coma (*Cavilando coma un tolo/ ...* 11.1). (*É a cerna / dos seus carballos coma o ferro, eterna.* 37.3).

COMADRE *s.f.* Comadre; muller chismosa e murmuradora (*As comadres do lugar / foron lavar todas xuntas. / Non houbo de quén falar.* 98.4).

COMARCA *s.f.* Comarca, bisbarra, redonda (*O sapo máis romántico / dos sapos da comarca,* 31.4).

comezo *s.m.* Comezo, inicio; punto ou elemento desde o que se inicia algo (*En ti vexo o meu porvir, / o empèzo do meu vivir, / o comèzo do meu gado.* 14.4).

COMER *v.t. e v.i.* Comer, tomar alimentos (*Dan-lle de comer na cunca, / despóis limpan-lle as baballas.* 70.15).

COMESTO,-A *part.* de comer; comido, comesto (*...atoparon un mórto / (...) / xa comèsto das aves /...* 85.9).

COMO *conx.* 1. Como, con valor modal (*...pensaba na cama eu sólo / como pór-me en gado meu.* 11.4). 2. Como, con valor interrogativo (*¿Ti cómo farás, José... ?;* 11.7). 3. Como, con valor exclamativo (*Dixo o mèrlo: ¡Cómo brila!* 87.3).

COMPAÑA *s.f.* Compañía, acompañamento, compañía (*Si no-atopo compañía, / lèvo a dos meus segredos.* 83.20).

COMPAÑEIRO,-A *s.* 1. Compañeiro, que está ó lado, que acompaña (*E mirando pra a sua compañeira / a pròbe flor tristeira...* 50.15). (*Non quèro compañeiro riseiriño / que non seipa reñer anque lle reñan.* 92.9). // *adx.* 2. Compañeira, que dá compañía (*Veu que tiña tsnadas as meixelas / e que se riasn tolas as estrelas / da tolamia da noiva com-*

pañeira. 62.4).

COMPASIVO,-A *adx.* Compasivo; cheo de compaixón (*Unha man compasiva...* 50.1).

CON *prep.* Con (*Con què pracer te aloumiño...* 14.5).

CONGOXA *s.f.* Congoxa, tristeza e aflicción grande (*...e unha congoxa lonxana / que anda polo ár perdida;* 79.7).

CONSELLO *s.m.* Consello, recomendación que se lle fai a alguén (*...a modo de consello, / díxolle hinchando o fól.* 44.3).

CONSOLO *s.m.* Consolo, alivio da pena ou da fatiga (*A min práce-me a fontaña / porque a sua auga é un consòlo.* 54.6).

consonar *v.t.* Consoar; harmonizar, facer soar conxuntamente (*...que eu bèn sei que ti consonas / esas notas cristaiñas (...)/ co ruxe-ruxe das follas;* 78.7).

CONTA *s.f.* Conta. **Á conta** *de;* con cargo a, gracias a (*á conta dos meus xornás / merquéi onte na Barqueira.* 12.11).

CONTAR *v.t.* Contar, narrar (*Moito en segredo m'ó contou un fado:* 40.4). (*Cántas cousas che contara / si n'as foras a contar;* 65.7).

CONTENTO *s.m.* Contento, alegría desbordante (*...é alegría i-é contento / i-é fartura / no forgar.* 26.19).

CONTINUO,-A *adx.* Continuo, constante (*...quèro oír os teus vèrsos, / a tua música continua;* 78.7).

CONVIDAR *v.t.* Convidar, incitar, esperta-lo apetito (*Sólo miral-a convida / i-hènche de fartura a casa.* 23.5).

CORREDOIRA *s.f.* 1. Corredoiira, camiño (*...botóu-se á corredoira / e marchou de viaxada.* 32.4). 2. Corredoiira, camiño de carro (*enchendo as corredoiiras vèn a avenza pra á casa;* 36.2).

CORRER *v.i.* 1. Correr, moverse con velocidade (*Vèntiño que vas tan lèdo, / corre, corre, ri que ri.* 66.6). 2. Acorrer, acudir en busca de axuda ou amparo (*...que o traballador sedèto, / cando o sol, aceso, pica, / a ti corre i-en ti al-contra / n'ova forza de vida;* 79.21). 3. Correr, estenderse (*Deixa que corra a tua auga / pol-a pradèla sin vida...* 80.13).

corrullo *s.m.* Currunchio, recanto (*Da chouza nun escuro corullliño, / vèu nacer, casualmentes, un fèntiño.* 43.1).

CORTE *s.f.* Corte, dependencia onde se gardan os animais (*Chegáu á porta. Abríronlle pra a corte;* 30.4). (*Eu sei que o gado, alangreando, / cando o ceibo da cortiña...* 80.2).

CORTINAXE *s.m.* Cortinaxe (fem.) (*...os cortinaxes da brisa...* 79.14).

COSTA *s.f.* 1. Costa, terreo en pendente, encosta (*...pròbe do que andar non pòde / còsta abaixo e còsta arriba.* 97.8). // *s.f.pl.* 2. As costas, parte posterior do corpo humano; lombo (*...quèro unha aguillada que me sirva entón / pra medirlle as còstas a algún pillabán.* 16.8).

COUSA *s.f.* 1. Couse, calquera obxecto animado ou inanimado (*...soñara moitas cousas.* 31.7). 2. Couse, ser non humano (*Cando as cousas falaban.* 41). 3. Termo afectivo, cariño, queridíño (*Bebe auga fría / que si beberas / mouro ribeiro / certo xaceras, cousiña tola, / como rebola / na dura pèdra do brandoeiro.* 26.1).

COXO,-A *adx. e s.* Coxo (*pròbe do coxo en camiño...* 97.5).

CRAVUÑAR *v.t.* Cravuñar, enderezalo fio da gadaña (*Cra-*

vuñáron-se as gadañas. / chamáron-se os gadañeiros. 68.5).

CRER v.t. Crer, confiar (*E crido no consello do veciño...* 48.11).

CRÍAR v.t. 1. Criar, alimentar (*A mazá criara o verme / deu-me que cuspir pra un día;* 95.15) // v.p. 2. Criarse, medrar (...*feita dun caxoto de carballo mouro / criado entre silvas nun terreo escravo.* 15.4) (*murchouse o ramallíño de ameneiro / e criouse o de espiño rexo e forte.* 46.4).

CRIBO s.m. Cribro, utensilio de malla para limpa-lo gran (*Collín auga nun cribro. / collín que non collera.* 99.3).

CRISTAIÑO,-a adx. Cristalino; límpido, claro (...*eu bèn sei que ti consonas / esas notótas cristaiñas...* 78.8).

CRISTAL s.m. Cristal, vidro (*Pasa tocando os seus lixeiros / cascabelíños de cristal;* 60.11).

croar v.t. Coroar; rematar (...*todas croadas de espiñas;* 78.16).

CRUZ s.f. 1. Cruz, símbolo formado por daus cruzados perpendicularmente (*Hoxe unha cruz de pau / no sitio onde ficóu / amosta ós camiñantes...* 85.11). 2. Cruz; peso carga, traballo (...*o meu calvario / subindo vou co-a miña cruz pesada.* 92.14).

CUBERTO,-A part. de cubrir; cheo, ategado (...e *rasguñado o coiro / e de chagas cuberto...* 82.4) // adx. 2. Cuberto, tapado (*Hoxe foi día de malla. / e hai grandes pilas de gran / bèn cubertiño de palla...* 22.4).

CUME s.m. Cume; parte máis alta dun monte (*Por tras do cume do monte / erguéuse a lua a mirar.* 94.1).

CUN, CUNHA Resultado do encontro da preposición *cone* o indefinido *un/unha* (...*unha nena onde á fonte c-un rapás parrafea;* 36.1). (*Cunha sola palabriña / canta o que quere cantar*, 68.11).

CUNCA s.f. Cunca, recipiente cónico para comer ou beber (*Dan-lle de comer na cunca. / despois limpan-lle as baba-las.* 70.15).

CURRAL s.m. Curral; recinto cercado situado diante ou ó carón da casa labrega no que se recolle o gando,... (*Ancho o curral. Ventás de cara ó sol...* 18.5).

CURRO s.m. Curro; espazo cercado de terreo onde se deixan ceibos os animais (*Sin medo á espora nin da tralla ó estalo. / pace tranquilo no curro e todo o raña.* 29.2) (*Detrás dos curros, no fondal da veiga;* 37.1).

CURUXA s.f. Curuxa, ave de rapina de costumes nocturnos (...*carballos ócos -casas das curuxas-* 37.8).

CUSPIR v.t. Cuspir, lanzar con forza desde a boca cuspe (*A mazá criara o verme / deu-me que cuspir pra un día.* 95.15).

CHAGA s.f. Chaga, ferida aberta (...*rasguñado o coiro / e de chagas cuberto...* 82.4).

CHAMAR v.t. Chamar, convocar (*Cravuiñáron-se as gadañas. / chamáron-se os gadañeiros.* 68.6).

CHAN s.m. 1. Chan, lugar liso e sen elevacións; chaira (*No medio dun campeiro / alá no chan de Outeiro...* 47.2) (*Bendito o arume das flores / que recende pol-o chan.* 74.12).

CHE Forma átona do *pr. pers.* de 2ª persoa (*Hoxe adicoche o meu canto.* 10.5) (*Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei.* 10.8).

CHEGAR v.i. 1. Chegar; ir ou vir parar a algún sitio (...*Chegou á porta.* 30.3). 2. Chegar, aparecer, presentarse (*E por si algún día chega unha ocasión...* 16.5). // v.p. 3. Achegarse; aproximarse (*Súa nai, chégase onde a él e béixa-o;* 70. 7).

cheio,-a adx. 1. Cheo; repleto (*Tèn de gran un cesto cheio.* 20.5). 2. Cheo, que reborda (...*Cheio de maxestá, parés / un gran xigante que caíu ferido...* 39.5).

CHOIO s.m. Choio, traballo (*Quèn esto tèn ¿para que quèr máis choio?* 18.6).

CHOIVA s.f. Choiva, chuvia (*Unha noite de choiva. / nos seus tempos de noiva...* 61.1).

CHORAR v.i. Chorar (...*E a min porque chòran, chòran. / sin que seipa nada naide.* 53.3) (*Tua risa cascabeleira. / gaitiña, gaita riseira, dá-me ganas de chorar.* 63.8).

CHORIMA s.f. Chorima, flor do toxo (*Chorimas,* 55).

chouza s.f. Casopa; choupana (*Da chouza nun escuro corru-liño...* 43.1).

CHOVER v.i. Chover (*Se chòve hai un abrigo.* 83.18).

DAR v.t. 1. Dar; conceder (*¿quèn me dera respirar / teus arumes montesiños...* 10.2). 2. Dar, proporcionar (*Bece-rrriña que remós. / ti has-me de dar puchos bos*, 13.18) (*Diòl-o arrequènte no forno e nos agros / e día gozo d'él á vivos e finados...* 24.15). 3. Dar, producir, crear (...*Quèro unha aguillada / das millor feitiñas que puido dar Diòs.* 15.8).. 4. Doar, ceder gratuitamente (*Cantanto o teu la-rán-larán / larpando vas canto che dan.* 26.9). 5. Dar, estar á mercede de algo esp. un fenómeno climático (*Fòra dará-lle o frío e mail-o vento.* 44.6). 6. Dar, sentar, caer ben ou mal unha cousa (*A min prácen-me as folliñas / porque lles dan bèn ós arbres.* 53.2). 7. Dar, entregar (*Din miñas penas ó vento...* 95.5). **Dar voltas**, dar voltas, xirar (*Debe-cido, borrachón. / que das vóltas nun pè solo / coma un tolo.* 25.2) **Da-la volta**; volver cara onde un viña (*A de atrás paróuse un pouco. / a de diante deu a volta;* 94.12). **Da-las boqueadas**, agonizar (*E naquél intre, disque / dixo, dando as boqueadas: ...* 32.15). **Dar que + inf.**; obrigar (*A mazá criara o verme / deu-me que cuspir pra un día.* 95.16).

DE prep. De (*codeseira de codesos...* 9.1) (*¿Ou non val Pépe d'Hermida /mais que pra tirar dun raño?* 12.4).

debecido,-a adx. Devecido, que manifesta unha ansia incontrolada (*Debecido, borrachón. / que das vóltas nun pè solo...* 25.1).

degorido,-a adx. Degoirado (*Degorido, borrachón. / que das vóltas nun pè solo...* 27.17).

DEGRESAR v.t. Degresar, agretar por efecto do frío (*teño os labios degresados,* 80.9).

DEITAR v.t. Deitar, estar tumbado (...*repousan os pantamas todos xuntos. / deitados baixo a sombra dos carba-llos...* 38.5).

DEIXAR v.t. 1. Deixar, permitir, consentir (*O que é se Diòs te me deixa / de teu dono n'as tær queixa.* 14..13). 2. Deixar, desentenderse de algo ou de alguén (*Deixái-no. que vai tolo - / a xènte marnulóu.* 85.1). 3. Deixar, producir un determinado efecto (*Non che abondóu con me deixares cègo...* 92.3). **Deixarse estar**, non reaccionar, non actuar (*Deixa-te estar ahí. que estás millor.* 48.10).

DEL, DELA Resultado do encontro da preposición *de* cos

pronomes *el, ela*. O sue plural é *deles, delas*.

delor. V. DOR.

DEMO *s.m.* Demo (*¡Nin o demo do inferno!* 83.13).

DENDE *prep.* Dende, desde (*Quèro unha aguillada... / que non teña falta dende a punta ó cabo, ...* 15.2).

dendes (de) *prep.* Dende, desde (*Pacendo toda a tarde, bèn afeito, / chegôu dendes do fondo á cabeceira* 29.6).

DENTE *s.m.* 1. Dente, peza ósea da boca (*Por onde pasa o dente do cabalo / é como si pasase unha gadaña* 29.3). 2. Dente, púa dun angazo ou outra ferramenta (*...tên ... o pelo repulxado / coma os dentes dun restrelo* 12.21).

deporondar *v.t.* Dependurar, estar unha cousa colgada de algo (*A roseira orgullosa / de ver-se tan pomposa / co-as súas rósas a rir, deporondadas*, 50.11).

DEREITO,-A *adx.* 1. Dereito, teso, recto (*...tél-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío* 9.4). 2. Dereito, recto, sen desviacións (*Quèro unha aguillada (...) de freba moi limpa, dereita, sin nós* 15.6).

DERRADEIRO,-A *adx.* Derradeiro, último, definitivo (*...amostra ós camiñantes (...) / o leito derradeiro / do tolo de Ribóns* 85.15).

DESCOLORIDO,-A *adx.* Descolorido, esvaído; sen a color que lle é natural (*O sol desque vèn o invèrno / sèmpre está descolorido* 93.16).

desemparado,-a *adx.* Desamparado, abandonado (*Xèmes triste da Folqueira / no ermo desemparado, ...* 9.6).

DESENMEIGAR *v.t.* Desenmeigar, librar dun meigallo ou feitizo (*E un deles é mourao, e desenmeiga / os nenos enmeigados pol-as bruxas* 37.4).

DESFACER *v.p.* Degoirar, consumirse (*Sua nai, a esconsolada, / como non têm que lle dar / chéga-se onda a él e bèixa-o, / logo desfái-se a chorar* 70.8).

desfío *s.m.* Acción de desfiar; desfilamento (*Pra o que aterèce de frío / dunha raiôla o desfío* 104.4).

DESPERTAR *v.i.* Despertar, espertar, deixar de durmir (*Todo despèrta do sono / tranqil da noite serea* 19.3).

DESPOIS *adv.* 1. Despois, con posterioridade (*Dan-lle de comer na cunha, / despóis limpan-lle as baballas* 70.16) (*dimpòis sobre a terra quènte / i espelida, / (...) vai caendo esparexida a semènte...* 20.8). 2. Con valor adxectivo, despois, posterior (*Algún tèmpo despóis/ atoparon un mórtó...* 85.6). // 3. *conx.* Despois (de) que (*Despóis que se lavou, vèuse a mirar / no espello azul do mar* 61.5).

DESQUE *conx.* Desque, desde que (*...e desque bèbe, rebrinca* 80.6).

DEST(E),-A Resultado do encontro da preposición de do demostrativo este, esta (*Deixa que corra a tua auga / (...) pol-o ermo resequido / desta segura infinita...* 80.16).

DETRÁS (DE) *loc.prep.* Detrás de (*Detrás dos curros, no fondo da veiga, ...* 37.1).

DEVOTO,-A *adx.* Devoto, que manifesta devoción (*Bendito o parpadexar / da lampariña devòta / que aluma diante do altar* 75.2).

DÍA *s.m.* 1. Día, xornada (*Hoxe foi día de malla, ...* 22.3). 2. Día, tempo, momento impreciso (*E por si algún día chega unha ocasión...* 16.5). 3. Día, tempo que dura a claridade do sol (*E inda bèn non mirara a luz do día, / lèdo o fèntiño aquel, medraba e ría...* 44.9). 4. Día, período de vintecatro

horas (*A mazá criara o vèrme / deu-me que cuspir pra un día* 95.16).

DIANTE *adv.* Diante, enfronte (*“Ei marèlo pra diante* 36.3). // **Diante de**, diante, enfronte de (*Bendito o parpadexar / da lampariña devòta / que aluma diante do altar* 75.3).

DIAÑO *s.m.* Diaño, espírito familiar de carácter burlón (*Mèrca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año, ...* 12.6).

DICIR *v.t.* 1. Dicir, expresar algo con palabras (*Aanxela dime baixiño* 12.1). 2. Dicir, expresar, manifestar; contar (*¡Cántas cousas che dixèra / si non foras falador!* 65.3).

DIFERENTE *adx.* Diferente, distinto (*E foi así moi diferente a sòrte / dos ramallos da veira do carreiro* 46.1).

difunto,-a *s.* Defunto (*...coma se foran caixas de difuntos* 38.6).

dimpòis. V. DESPOIS.

Dios *s.m.* Deus, ser supremo (*Ti no aleitar has de ser / unha fonte, si Dios quèr, ...* 13.22) (*Dió-la bendiga*, 21.7). // *s.m.pl.* Deuses pagáns (*A mesma noite xème en seus ramallos; / e nela, díoses mouros da negrura* 38.3).

disgracia *s.f.* Desgracia, acontecemento adverso (*Foi tanta a pena da disgracia sua, / qwuè ni-unha noite dende entón durméu* 62.6).

DISPOR *v.t.* Dispor, dispoñer, preparar (*Do eido na cabeceira / o labrègo está disòto / pra facel-a sementeira / do que ha de recoller no agosto* 20.2).

DISQUE *adv.* Disque, seica (*E naquèl intre, disque / dixo, dando as boqueadas* 32.14) (*Disque non se quèr casar / unha das fillas da Rita* 93.9).

DITOSO,-A *adx.* Ditoso; que posúe felicidade (*Ben ditoso é o labrègo que se pòda / valer en sí, ...* 17.1).

DO,DA Resultado do encontro da preposición *dee* os artigos *o, a, os, as*.

DON *s.m.* Don, tratamento de cortesía. Aparece soamente nas dedicatorias dalgúns poemas).

DONA *s.f.* Dona, muller, esposa (*Amiña dona rica / saléu-me macuqueira* 99.1).

DONCELA *s.f.* Doncela, rapaza. Neste caso é un uso metafórico para referirse á codeseira (*Doncéla dos meus cariños, ...* 10.1).

DONO,-A *s.* Dono, amo, persoa á que pertence algo material ou imaterial (*Cando seu dono a acariña, / pandéase, ...* 13.10) (*O dono do meu querer...* 96.1).

DOR *s.f.* Dor, dolor; pesar do espírito (*...arrincóu a violèta / murchiña co-a delor* 50.5). (*Flores de toxo, floriñas, / agruchadas enntre espiñas / coma as flores, xa murchiñas, / das miñas profundas dôres...* 56.4).

DOURADO,-A *adx.* Dourado, da cor do ouro; amarelo (*Xa están os trigos dourados / recoilleitos e medados* 21.3).

DOUS, DUAS *num.* Dous, dúas (*E aforra que aforrarás, / hoxe un can, mañán dous cás, ...* 12.10). (*E no curral seus rezos marmullan duas veciñas* 36.5).

DOUTRO,-A Resultado do encontro da preposición *de* co indefinido *outro,-a* (*Eu vin ir duas volainas / voa, voa, unha tras d-outra* 94.10).

dreito,-a. V. DEREITO,-A.

DUN, DUNHA Resultado do encontro da preposición *de* e o indefinido *un. unha.* (*¡Ou non val Pèpe d'Hermida / máis*

que pra tirar dun raño? 12.5). (*O paso fôrte / e a sombra dunha idea na mirada*, ... 30.2).

DURADEIRO,-A *adx.* Duradeiro; que pode durar moito tempo (...*porque unha aguillada que non tèn ferrón / ni-é honra do dono, ni-é pau duradeiro*, ... 16.3).

DURMIR *v.i.* 1. Dormir, quedar durmido (*Detrás dos curros, no fondal da veiga, / a carballeira dórmese*. 37.2). 2. Dormir, permanecer descansando en estado de inconsciencia (*Foi tanta a pena da disgracia sua, / que ni-unha noite dende entón durmêu*. 62.7).

DURO,-A *adx.* Duro, difícil de romper ou de dobrar (...*roi o grau louro e duro*. 26.12).

E *conx.* E (...*erma e triste codeseira*... 9.7) (...*tél-os braciños tesos / y-os pelos direitos co frío*. 9.4).

EI *interx.* Eh ("Ei marêlo para diante". 36.3).

EIDO *s.m.* Eido, terreo de cultivo (*Do eido na cabeceira*... 20.1).

EIRA *s.f.* Eira; espacio de terra pavimentada ou non que está próximo á casa e onde se malla (*Con seu hórreo na eira, e seu albôio*. 18.4) (*Xa têmol-a anada enteira / na eira*. 21.2).

EITO *s.m.* Eito, cada unha das porcións en que se divide un terreo para ser traballado (*Dimpôis sobre a terra quênte / y-espelida, / -eito a eito, / como nun fecundo leito / vai caendo espaxecida a semênte*... 20.10).

EL, ELA *pr. pers.* El, ella (...*o prôbe fêntiño / atopôu na parede un furadiño / e por êl se metêu de cara a fôra*. 43.10) (*Moito cacarexas, / -dille êl.- I-ela responde:..* 57.8) (*Non hai outras coma elas*, ... 55.4).

EMPEZAR *v.t.* Empezar, iniciar, comezar algo (*Mêrsa unha puchiña, diaño, / anque sexa coma un año, / pra empezal-a nôsa vida*. 12.8).

EMPEZO *s.m.* Empezo, comezo de algo (*En ti vexo o meu porvir, / o empêzo do meu vivir*, ... 14.3).

EN *prep.* En (*Algún tẽmpo despois / atoparon un môrto / lâriba en Montemôr*, ... 85.8).

ENCANTAR *v.t.* Encantar, aplicar sobre algo ou alguén artes de maxia (*O monte pol-a ría está encantado*, ... 40.5).

ENCIMA *adv.* Encima, enriba (*Prôbe do coxo en camiño; / bôtase-lle a noite encima*. 97.6).

ENFAIXAR *v.t.* Enfaixar, cingir algo a modo de faixa (*Ráianlle os vieiros seu lombazo mouro, / enfaixado de toxos e de pinos*. 39.4).

enferrar *v.t.* Ferrar, coloca-lo aguillón na aguillada (*E bèn enferrada con ferrón de aceiro*, ... 16.1).

ENFRIAR *v.t.* Enfriar, arrefriar, poñer algo máis frío do que estaba (...*hai grandes pilas de gran / bèn cubertiño de palla, / pra que no'o enfrie o relênte*. 22.5).

ENGURRAR *v.t. e v.p.* Engurrar(se), acovardarse (*Malia ô hôme engurradiño*. 98.7).

ENMEIGAR *v.t.* Enmeigar, realizar sobre alguén un meigallo (*Eun dles é mourao, e desenmeiga / os nenos enmeigados pol-as bruxas*. 37.5).

ensanguinar *v.t. e v.p.* Ensanguentar, encher ou manchar de sangue (...*os pês ensanguinados / de trispar tanto seixo*; 81.5).

ENTEIRO,-A *adx.* Enteiro, completo, que non lle falta nada (*Xa têmol-a anada enteira / na eira*. 21.1).

ENTÓN *adv.* Entón, entónces, nese momento (...*quêro unha aguillada que me sirva entón / pra medirlle as côstas a algún pillabán*. 16.7).

entramentras *adv.* Entrementes, mentres, entretanto (*Deixáde-me ir, amigos, / entraméntras folguexo*, ... 82.12).

ENTRAR *v.i.* Entrar, penetrar no interior dun lugar (*Bendita seña a trunfal / luz do sol, e a raiôliña / que entra pol-o fachinal*. 74.3).

ENTRE *prep.* Entre, no medio de (*Cavilando coma un tolo, / entre trasgolo e trasgolo*... 11.2) (*E cando iba salindo, un sapo vèllo, / acochado entre as pèdras da parede, / a modo de consello, díxolle hinchando o fôl*: 44.2).

ENTREMEDIAS *adv.* Entremedias, no medio de (*Entre medias das silvas dun valado*... 49.1).

ENXUGAR *v.t.* Enxugar; seca-la humidade ou a auga (*Cando quixen enxugal-as / xa as enxugara o vènto*. 95.12).

ERGUEITO,-A *part.* de erguer; ergueito, erguido (*Á noite hachôuse farto, e, o rabo ergueito / e a quina ô âr, botôu unha carreira*. 29.7).

ERGUER *v.t.* 1. Erguer, levantar algo (*e por si algún día chega unha ocasión / en que Xan labrêgo pòda erguel-a man*, ... 16.6) // *v.p.* 2. Erguerse, poñerse de pé (*E aquí cai, e alí se êrgue*, ... 85.3). 3. Erguerse, sobresaír unha cousa por riba do que a rodea (*Por tras do cume do monte / erguêuse a lua a mirar*. 94.2).

ERMO,-A *adx.* 1. Ermo, deserto, deshabitado (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pôn medo*./ (...) *Nin os camiños ermos*. 83.9). // *s.m.* 2. Ermo, terreo sen cultivar (*Xêmes triste da Folgueira / no ermo desamparado*, ... 9.6).

esbarar *v.i.* Esvarar, ser esvaradio (*O carreiro esbaraba, / e todo o que pasaba*, ... 45.5).

ESBRANCUXADO,-A *adx.* Esbrancuxado, de cor branca pálida (*Branca peneira que peneira / unha fariña esbrancuxada*. 60.2).

escairo *s.m.* Esqueiro; escaleira rústica e pequena nun valado ou muro (*Na veira do carreiro / en onde baixa o escairo pra o camiño*... 45.2).

escanda *s.f.* Especie de trigo, propia de países fríos e terreos pobres, que ten a palla dura e curta, e o gran resulta difícil de pelar (...*teu alênto, flor de escanda, / nêboa virxen, cinta branda*... 26.16).

escarapelar *v.t.* Escarapolar, quitarlle a casca ou carapela a algo (*No forno escocida i-escarapelada, / de freba moi limpa, dereita, sin nós*. 15.5).

escocer *v.t.* Cocer, preparar algo mediante o lume ou a calor (*No forno escocida i-escarapelada, / de freba moi limpa, dereita, sin nós*. 15.5).

ESCOITAR *v.t.* escoitar; dispoñe-lo oído para percibir algo (...*e escôitan-se nas regas os "grau-grau" barulleiros / das rás*. 35.4).

esconsolado,-a *adx.* Desconsolado, aflixido (*Sua nai, a esconsolada, / como non tèn que lle dar*... 70.5).

ESCRAVO,-A *fig.* Escravo, sufrido, difícil (...*feita dun caxoto de carballo mouro / criado entre silvas nun terreo escravo*. 15.4).

escuridá(de) *s.f.* Escuridade, falta de luz e de claridade (*Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escuridá*. 74.18).

ESCURO,-A *adx.* 1. Escuro, sen luz (*Da chouza nun escuro*

corrullíño, vèu nacer, casualmentes, un fèntiño. 43.1). // *s.m. 2.* Escuridade, lugar escuro (...*cansado de estar sòlo / no escuro da sua casa...* 31.6). *As escuras*, ás escuras, sen luz (*Pra o que ás escuras camiña / o claror dunha estrelíña. 104.5).*

ESE,-A, *o dem.* Ese (*jesa é a aguillada que quèro ter eu!*, 16.12) (*Eu casar, casar caséi; / ben ou mal, eso non digo, ... 93.2).*

ESMAGAR *v.t. fig.* Esmagar, cansar estremadamente (*Mirade, meus amigos, / mirade como veño! / Esmagado e molido...* 81.3).

ESMOLA *s.f.* Esmola, caridade, donativo que se lles dá ós pobres (*As rapazas do lugar / van-o mantendo de esmola. 70.12).*

ESPALEXER *v.t.* Esparexer, estender, derramar (...*como nun fecundo leito / vai caendo espaxada / a semènte...* 20.12).

ESPELIR *v.t.* Espelir, facer algo máis esponxoso (*Dimpóis sobre a terra quènte / i-espelida ... 20.9).*

ESPELLO *s.m.* Espello, obxecto no que se ve algo reflectido (*Despóis que se lavóu, vèuse a mirar / no espello azul do mar. 61.6).*

esperguizar *v.p. 1.* Espreguizar, estira-los membros para desentumece-los músculos (...*esprguizóu-se o hòme, / estiróu bèn as zancas...* 32.2). *2. fig.* Esvaecer, difuminar (...*as luces que pestenexan / as sombras que se esperguizan; ... 79.6).*

ESPERTAR *v.i.* Espertar, despertar; deixar de durmir (*O monte pol-a ría está encantado; / e deitado a soñar, no-esperta nunca. 40.6).*

ESPEO,-A *adx.* Espeso, denso, que está moi xunto ou apertado (...*entre o follaxe espeso das silvas e dos loureiros. 35.8).*

ESPETAR *v.t.* Espetar, cravar, introducir un obxecto aguzado nun corpo (...*estaba sèmpre espeta que te espeta / na tènra violeta / as suas fèras espiñas aguzadas. 50.12).*

ESPIGA *s.f.* Espiga; parte superior do talo dalgunhas plantas na que está a semente (*Ha de ser ano de hinchènte / que está moi cargada a espiga. 21.6).*

ESPIÑA *s.f. 1.* Espiña, púa leñosa dalgunhas plantas (...*estaba sèmpre espeta que te espeta / na tènra violeta / as suas fèras espiñas aguzadas. 50.13).* *2. fig.* Punta, extremo en forma de punta (*e co-a delor das estrelas, / todas croadas de espiñas; 78.16).*

ESPIÑADA *s.f.* Espiñada; ferida producida ó cravar unha espiña (*E pasaba chorando horas e horas, / sufrindo as espiñadas feridoras / das silvas que medraban arredor. 49. 6).*

ESPIÑAR *v.t.* Espiñar, ferir con espiña (...*botaa as mans ó humilde ramallíño / e ó de espiño ninguén, porque espiñaba. 45.9).*

ESPIÑO *s.m.* Espiño, nome de diversas plantas espiñentas (*Na veira do carreiro / en onde baixa o escairo pra o camiño / naceron dous ramallos; un de espiño / e outro de ameneiro. 45.3).*

ESPORA *s.f.* Espora; instrumento de metal para estimulalo cabalo (*Sin medo á espóra nin da tralla ó estalo, / pace tranquí no curro e todo o raña. 29.1).*

espranza *s.f.* Esperanza, estado do ánimo de conseguilo que desexamos (*Que inda teño! (...)* e unha esperanza no peito. 83.1).

ESQUELETO *s.m.* Esqueleto, corpo (*¡Con qué pracer te aloumiño, / miña pucha, meu cariño, / a de esqueleto ispidiño...* 14.7).

esquerquenarse *v.p.* Encrequenarse; anasarse, dobrearse (*Os pès esquerquenadiños / tèn...* 12.17).

ESTADEA, SANTA *s.f.* Estadea, visión fantástica e esquelética que aparece polas noites envolveita nunha saba branca (...*nada me pón medo. (...) Nin a Santa Estadea. 83.12).*

ESTALAR *v.i.* Estalar, producir un ruído seco algo (...*Do ramallo / as follas verdes estalan...* 23.9).

ESTALO *s.m.* Estalo, ruído seco que produce algo ó estalar (*Sin medo á espóra nin da tralla ó estalo...* 29.1).

ESTAR *v.i. 1.* Estar, atoparse nun determinado estado ou disposición (*Do eido na cabeceira / o labrègo está dispòsto / pra facel-a sementeira...* 20.2). *2.* Estar, permanecer nun lugar, situación, etc. (*Dèixa-te estar ahí, que estás millor. 48.10)* (*quèro estar cerca do ceio / e poder mirar ó lonxe. 97.11).*

ESTIRAR *v.t.* Estirar, estender ben algo (...*estiróu bèn as zancas, ... 32.3).*

estortillar *v.t.* Esmagar (...*jestortillou-no a ròda / dun carro que pasaba! 32.12).*

ESTOUPAR *v.i.* Estoupar; rebentar algo de súpeto e con violencia (...*nflado, tan inflado / que cásque estoupaba...* 32.11).

ESTRELA *s.f.* Estrela, astro brillante (...*Soltando-as van, mèntras de frío / trèmen no azul as estrelíñas. 60.8)* (*veu que tiña tisdadas as meixelas / e que se rían tolas as estrelas / da tolamia da noiva compañeira. 62.4).*

ESTROFA *s.f.* Estrofa (...*que estás marmulando estrófas / de sinxelas poesías...* 77.8).

ESTRUME *s.m.* Estrume, mato para meter na corte como leito dos animais (...*e bos estrumes pra meter na corte, ... 17.7).*

esvaer *v.t.* Esvaecer, desmellorar, perde-la cor (*Fèntiño prisioneiro, que esvaído e tristeiro, ... 43.4).*

ETERNO,-A *adx.* Eterno, sen fin (...*É a cèrna / dos seus carballos coma o ferro, eterna. 37.3).*

EU *pr. pers.* Eu (...*erma e triste codeseira / onde eu alindéi o meu gado. 9.7).*

FACER *v.t. 1.* Facer, actuar (*¡Ti cómo farás, José...? 11.7)* (*Faigo coma o carriño cantareiro / que canto máis cargado millor canta. 92.15).* *2.* Facer, converter algo en certa cousa (...*hei facer dela unha vaca / coma as millores da aldeia. 13.7).* *3.* Facer, producir algo (*Con fariña e con forraxe / teño de facerche un traxe; 14.10).* *3.* Facer, realizar algo (*Do eido na cabeceira / o labrègo está dispòsto / pra facel-a sementeira...* 20.3). (**Facer boa feira**; realizar un bo negocio (*Non me baixóu unha perra / dos trinta, e fixen boa feira. 12.16).* **Facer falla**, ser necesario (*“Ter vacas miñas! Canté! / pro fai falla tén un pé. 11.6).* **Facer + inf.**, perífrase modal de valor obrigativo (*A min práce-me o vèntiño / porque ás follas fai cantar. 54.2).*

fachinal *s.m.* Fachinelo; ventá pequena feita na parede (*Bendita seña a trunfal / luz do sol, e a raióliña / que entra pol-o fachinal. 74.3).*

FADO *s.m.* Fado, divindade mitolóxica que presaxiaba o futuro (*Moito en segredo m'o contóu un fado: 40.4).*

FALA *s.f.* Fala, acción de falar. **Prender na fala**, tatear (*A*

mullèr de Antón de Bante / pènde un pouquiño na fala, / però non prènde o bastante. 98.11).

FALADOR,-ORA *adx.* e *s.* Falador, indiscreto, incapaz de gardar un segredo (*¡Cántas cousas che dixèra / si nin foras falador! 65.4).*

FALAR *v.i.* 1. Falar; charlar, conversar (*...reloucan, e rinse, e falan / arrededor do remòl: 23.13).* 2. Falar, opinar, comentar (*Non houbo de quèn falar. 98.6).* 3. Falar, te-la capacidade de comunicarse mediante signos orais (*Cando as cousas falaban. 41).*

FALTA *s.f.* Falta, defecto, imperfección (*Quèro unha aguillada que seña un tesouro, / que non teña falta dende a punta ó cabo,... 15.2).*

FALTAR *v.i.* Faltar; estar ausente unha persoa (*¡Pròbe! Cando a nai lle falte / tèn de quedar-se tolleito. 71.4).*

FALLA *s.f.* Falta, carencia (*Pra o que tèn falla de alento / unha rachiña de vènto. 104.7).* **Facer falla**, ser preciso (*“Tèr vacas miñas! ¡Cantè! / Prò fai falla tèr un pè. 11.6).*

FAME *s.f.* 1. Fame, alimentación escasa (*Ven de pasar fame pura; 13.1).* 2. Fame, desexo de comer (*Tès sede fèra, / fame de can, ... 26.5).*

FAMENTO,-A *adx.* Famento, cheo de fame (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pòn medo. (...)/ nin os lobos famentos. 83.11).*

FARELO *s.m.* Farelo, casca exterior do gran que se separa da fariña ó moer e que se empregaba como penso dos animais (*Tocóulle pouco farelo, / que nada di coma o pelo / se vèn de ce man pròbe o gado. 12.22).*

FARIÑA *s.f.* Fariña, po resultante de moer-lo gran esp. dos cereais (*Con fariña e con forraxe / teño de facerche un traxe; 14.9).*

FARTAR *v.t.* Fartar, encher, saciar (*Eu quèro beber, beber; / fartar-me de esa auga fría. 80.8).* **A fartar**; en abundancia, con profusión (*...tèrras onde coller, si axuda a sòrte, / o mainzo a fartar,... 17.6).*

FARTO,-A *adx.* Farto, cheo, saciado (*À noite hachóu-se farto, e, o rabo ergueito / e a quina ó ár, botóu unha carreira. 29.7).*

FARTURA *s.f.* Fartura, abundancia (*xa hai sinais de fartura: 24.6).*

FECOND,-A *adx.* Fecundo, fértil (*-eito a esito, / como nun fecundo leito / vai caendo espaxada / a semènte... 20.11).*

FEIRA *s.f.* Feira, reunión para o intercambio e compra e venda de produtos agrícolas, gando e manufacturas (*Fun á feira do Monte, / fun que non fora: / vendín vaca cinlleira, / merquéi maronda. 99.5).* **Facer (boa) feira**, saír gañando nun negocio (*Non me baixóu unha perra / dos trinta, e fixen boa feira. 12.16).*

FEITO,-A *adx.* Feito, ben elaborado (*...Quèro unha aguillada / das millor feitiñas que puido dar Diòs. 15.8).*

FENDER *v.t.* Fender, abrir ou rachar un corpo sólido sen dividilo totalmente (*...unha aguillada que non tèn ferrón / (...) / non limpa un arado nin fènde un terrón. 16.4).*

FENTO *s.m.* Fento, planta das criptógamas; fieito, felgo (*Da chouza nun escuro corrullíño, / vèu nacer, casualmentes, un fèntiño) (...d'entón quedóu-se o fènto pequiniño. 48.13).*

FERIDO,-A *adx.* Ferido (*...parès / un gran xigante que cauí ferido... 39.6).*

FERIDOR,-ORA *adx.* Feridor, que produce ferida (*E pasaba chorando horas e horas, / sufrindo as espiñadas feridoras / das silvas que medraban arredor. 49.7).*

FERO,-A *adx.* 1. Fero, cruel (*...estaba sèmpre espeta que te espeta / na tènra violeta / as suas fèras espiñas aguzadas. 50.14).* 2. Fero, feroz, (*Tès sede fèra, / fame de can... 26.4).*

FERRO *s.m.* Ferro (*...É a cèrna / dos seus carballos coma o fèrro, eterna. 37.3).*

FERRÓN *s.m.* Ferrón, punta de ferro ou aceiro que se coloca na punta das aguilladas e na dos peóns e buxainas (*...unha aguillada que non tèn ferrón / ni-è honra do dono, ni-è pau duradeiro... 16.2).*

fertuna *s.f.* Fortuna, sorte favorable (*A mórte e mail-a fertuna / vèn por un mèsmo sendeiro,... 97.1).*

FERVER *v.i.* Ferver, estar axitado. **Ferve-lo sangue no corpo**, estar moi excitado (*Que inda teño / unhas gotas de sangue / rebulindo e fervendo. 82.19).*

FESTA *s.f.* Festa, reunión para divertirse (*Hoxe hai fèsta en cas Farruco; / casou Rosa con Rosendo. 93.5).*

FICAR *v.i.* Ficar, permanecer, quedar nun sitio ou estado (*Hoxe unha cruz de pau / no sitio onde ficóu... 85.12).*

FIGURA *s.f.* Figura, forma exterior dun corpo (*...prò tèn òso e armadura / pra botar boa figura... 13.2).*

FILLO,-A *s.* Fillo (*Ti no aleitar has de ser / unha fote, si Diòs quèr, / e ós meus fillos hei mantèr / co leitíño do teu ubre. 13.23).* (*Disque non se quèr casar / unha das fillas de Rita... 93.10).*

FIN *s.m.* Fin (fem.), final, remate (*...tocando aquí e alí sua tocata sin fin, / vai o cego tocando o violín. 33.5).*

FINADO,-A *adx.* e *s.* Finado, morto (*Diòl-o arequènte no forno e nos agros / e día gozo d'èl á vivos e finados... 24.15).*

FLOR *s.f.* Flor, parte reproductora dunha planta (*Teu alento / polvorènto, branco e puro; teu alento, flor de escanda,... 26.16).* (*Flores de toxo, floríñas, / pequiniñas, / amarèlas. 55.1).*

FOGAR *s.m.* Fogar, casa onde se nace ou vive (*...é alegría i-è contènto / i-è fartura / no fogar. 26.21).*

FOL *s.m.* 1. Fol, bolsa de aire coa que se fai soa-la gaita (*“¡Pròbe de min! Rompéron-me / o fòl da miña gaita... 32.17).* 2. *fig.* Fol, peito (*...un sapo vèllo, / (...) / a modo de consello, / díxolle hinchando o fòl: 44.4).*

FOLGANZA *s.f.* Folganza, preguiza, falta de ganas de traballar (*Botóu-me por folganza, / fun-me por non traballar. 94.7).*

FOLGO *s.m.* 1. Folgo, aire necesario para respirar (*Qèrs-me tornal-o vènto, / quèrs-me tapal-o folgo. 92.2).* // *pl.* 2. Folgos, alento, vida (*Quèro seguir andando. / Quèro seguir correndo. (...) / Hastra caír sin folgos. 84.9).*

FOLGUEXAR *v.i.* Folguexar; ter folgos, ter alento e vida (*Deixáde-me ir, amigos, / entramèntas folguexo... 82.12).*

FOLLA *s.f.* Folla, órgabo das plantas (*...Do ramallo / as follas verdes estalan,... 23.9).* (*Bendita a pinga de orballo / que trème na hèrbiña verde / e na folla do ramallo. 74.15).*

folllax. V. **FOLLAXE**.

FOLLAXE *s.m.* Follaxe (fem.) (*...agrúchanse, piando, na*

*quentura dos niños, / entre o follaxe espeso das silvas e loureiros. 35.8) (...verde e espeso o follax -leito das pe-
gas-; 37.7).*

FONDAL *s.m.* Fondal, parte máis baixa dun terreo en declive (*Detrás dos curros, no fondal da veiga, ... 37.1).*

FONDO *s.m.* 1. Fondo, extremo baixo dun terreo (...*chegóu dendes do fondo á cabeceira. 29.6).* 2. Fondo, profundo, rico (*A terra en onde estaban afincados, / por ser terra de fondo, / tiña sustanza abondo / pra viviren os dous acomedados. 48.2).* 3. Fondo, parte inferior dunha cousa oca (*A min prácea-me a fontaña / porque a súa auga é un consólo. / E a min pórque deixa ver / todo canto tén no fondo. 54.8).*

FONTE *s.f.* 1. Fonte, manantial de auga que brota da terra (*A min prácea-me a fontaña / porque a súa auga é un consólo. 54.6).* 2. Fonte, instalación para canalizar e conserva-la auga dun manantial (...*pilla o camiño da fonte, / mète os beizos na tua pia... 80.3).* 4.*fig.* Fonte; aquilo do que flúe en abundancia un líquido (*Ti no aleitar has de ser / unha fonte, si Diòs quèr,... 13.22).*

FÓRA *adv.* Fóra, na parte exterior (*Pro, señor fêto, ¿pra onde vai vostede? / Fòra darálle o frío e mail-o vèto. 44.6).*

FORNO *s.m.* Forno; instalación para coce-lo pan (*Con leña seca de toxo / roxóu-se o forno bèn roxo. 23.2).*

FORRAXE *s.m.* Forraxe, palla do millo ou do cereal que se emprega como alimento do gando (*Con fariña e con forraxe / teño de facerche un traxe; ... 14.9).*

FORTE *adx.* 1. Forte, duro e resistente (*murchouse o ramallíño de ameneiro / e criou-se o de espiño rexo e forte. 46.4).* 2. Forte, vigoroso, seguro (...*O paso fôrte / e a sombra dunha idea na mirada, / là vai pensando sin pensar en nada. 30.1).*

FORZA *s.f.* Forza, ánimo (...*a ti corre i-en ti alcontra / nõva forza e nõva vida. 79.22).*

FOULAR *v.i.* Foular, levantar po o muiño ó moer (*Roula, foulá, bule axiña, / que o teu pilo de fariña / pouco a pouco médra, médra. 27.7).*

FRACO,-A *adx.* Fraco, que ten poucas carnes (*E anque é hoxe unha pataca / e coma os cainzos fraca, hei facer dela unha vaca... 13.6).*

FRAUTA *s.f.* Frauta (...*Os sapos pinguiceiros, / cansados baixo as pedras de estar acochadiños, / salen a tocar a frauta ás veiras dos camiños, ... 35.3).*

FREBA *s.f.* Freba, fibra vexetal; freba (...*de freba moi limpa, dereita, sin nós. 15.6).*

FRESCO,-A *adx.* Fresco, moderadamente frío (*Vèntiño, vèto lixeiro, / fresquiño e arrolador. 65.2)* (*Bendito o agurgullar / da fonte que sèmpre tèn / auguiña fresca que dar. 74.9).*

FRESCURA *s.f.* 1. Frescura, calidade de fresco (*si no-hai auga nas fontes / hai frescura no vèto. 84.2).* 2. Frescura, limpeza, transparencia (...*amostras a quèn te mira / a claridá dos teus ollos / e a frescura da tua lingua; 77.6).*

FRÍO,-A *adx.* 1. Frío, a temperatura baixa (*Bebe auga fría / que si beberas / mouro ribeiro / cèrto xaceras,... 25.5).* // *s.m.* 2. Frío, falta de calor (...*tél-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío. 9.4).*

FURADA *s.f.* 1. Furada, tobo onde se acocha un animal (...*mirando para fõra / na boca da furada,... 32.1).* 2. Fu-

rada, cova (*Co-a súa risada clorada / fai rebulir a aldea enteira. / O sol que sale da furada. 59.3).*

FURADIÑO. V. **FURADO.**

FURADO *s.m.* Furado, buraco (...*o pròbe do fèntiño / atopóu na parede un furadiño... 43.9).*

GADAÑA *s.f.* Gadaña, ferramenta cortante para sega-la herba (*Por onde pasa o dènte do cabalo / é como si pasase unha gadaña. 29.4).*

GADAÑEIRO,-A *s.* Gadañeiro, gadañador, persoa que sega con gadaña (*Craviñáron-se as gadañas, / chamáron-se os gadañeiros. 68.6).*

GADO *s.m.* Gando, gado, conxunto de animais ou reses mansas (...*erma e triste codeseira / onde eu alindéi meu gado. 9.8).*

GAITA *s.f.* Gaita, instrumento músico de vento (*Gaitiña, gaita riseira / que vas vertendo no ár / a risa da muiñeira... 63.1).*

GALLEIRO *s.m.* Galleiro, colgador; aquí parece te-lo sentido de 'despensa' (*O teu sopra voandeiro, (...) será pan no meu galleiro. 27. 16).*

GANA *s.f.* Gana, desexo, vontade de facer algunha cousa (*Xa hai sinais de fartura: / un recendo a cocedura / que abre as ganas de comer. 24.8).*

GANAR *v.i.* Ganar, obter un beneficio, unha recompensa mediante un esforzoz (*Non ganará quèn non se achega a nada / nin quèn moito se achega. 91.1).*

garimoso,-a *adx.* Agarimoso; doce e agradable (*Se no muiño se escoita / un garimoso roular... 70.2).*

GASTAR *v.t.* Gastar; usa-lo diñeiro para adquirir algo (*Bèn ditoso o labrègo (...) que tèn (...) un peso para gastar; ... 17.4).*

GOTA *s.f.* Gota; pinga; porción minúscula dun líquido (*Que inda teño / unhas gotas de sangue / rebulindo e fervendo. 82.18).*

GEXO *s.m.* Goxo, cesto (...*e cando oiéu amazarar no toxo / mioqueiro rinchóu, pedindo un goxo. 30.6).*

GOZO *s.m.* Gozo, pracer, disfrute (*Diòl-o arrequeñe no forno e nos agros / e día gozo d'èl a vivos e finados... 24.15).*

GRACIA *s.f.* 1. Gracia; algo que agrada ou atrae na forma de dicir ou face-las cousas (...*estás marmulando estrófas / de sinxèlas poesías / co-a gracia que Diòs che deu / pra que foses graciosiña; 78.1).* 2. Gracia; calidade que fai algo agradable (*Hoxe adicoche o meu canto. / Non tèn gracia; ben-o sei. 10.6).*

GRACIOSO,-A *adx.* Gracioso, que di ou fai as cousas con gracia (...*estás marmulando estrófas / de sinxèlas poesías / co-a gracia que Diòs che deu / pra que foses graciosiña; 78.2).*

GRAN¹ *s.m.* Gran; semente e froito dos cereais e outras plantas (*Hoxe foi día de malla, / e hai grandes pilas de gran / bèn cubertiño de palla,... 22.3)* (...*roi o grao louro e duro. 26.12).*

GRAN². V. **GRANDE.**

GRANDE *adx.* Grande, de certo tamaño ou extensión (*Non é moi grande a becerra,... 12.13)* (...*parès / un gran xigante que caíu ferido... 39.6).*

grao. V. GRAN¹.

grau-grau *s.m.* Palabra onomatopeica para representalo son que producen as ras cando croan (...e escóitan-se nas regas os "grau-grau" barulleiros / das rás. 35.5).

GRILEIRA *s.f.* Grileira; tobo onde se acocha o grilo (*Bendita sexa a raxeira / que saca o vërme da cama / e o griliño da grileira.* 73.6).

GRILO *s.m.* Grilo, insecto (*Bendita sexa a raxeira / que saca o vërme da cama / e o griliño da grileira.* 73.6).

GUAPÓ,-A *adx.* Bonito, fermoso, guapo (*¡Ouh, qué guapo é o boliño / que está na boca do forno!*. 24.3).

habenza V. AVENZA.

HABER *v.t.* Haber; existir (*Si no-hai lume nas casas / ¡hai estrelas no céu!*. 84.3). **Haber** **+(de) + inf.** 1) perífrase que expresa futuridad (*Becerríña que remós, / ti has-me de dar puchos bos...* 13.18). 2) probabilidade, desexo (*O dono do meu querer / ha de ser tando do xeito / que seipa ulir unha flor...* 96.2). **Hóubo-che tēr que contar**, perífrase coa que expresa ironicamente unha realidade suposta (*Por tras do cume do monte / erguéu-se a lua a mirar. / Ti viñas da romería. ¡Hóubo-che tēr que contar!*. 94.4).

hasta *adv.* Ata, incluso (*E logo hasta é tan mansiña...* ! 13.9)

hastra *prep.* Ata (*hastra ver o que pòdo / hastra ver a onde chego. / Hastra caír sin folgos. / Hastra caír morrendo;* 84.7/8/9/10).

hencher *v.t.* Encher, ocupar un espacio con algo (*Sólo miral-a convida / i-hênche de fartura a casa.* 23.6) (...*henchendo as corredoiras vèn a aveza pra à casa.* 36.2).

HERBA *s.f.* Herba; pequena planta faerógama non leñosa (...*E a min porque cai amodo / sin abanar as hêrbiñas*) (...*Dan-lle seu arume as flores, / sombra e caricias as hêrbas.* 68.4).

hinchar *v.t.* Inchar, encher unha cousa de aire (...*un sapo vèllo (...)* / *a modo de consello, / díxolle hinchando o fól:* 44.4).

hinchente *s.f.* Enchente, fartura na colleita (*Ha de ser ano de hinchente / que está moi cargada a espiga.* 21.5).

HOME *s.m.* 1. Home, individuo do sexo masculino (*Ni-unha falta triste dende a punta ô cabo; / que digan os homes: ¡a vara nacêu;* / 16.10) (*Si chego, un trunfo máis. / si morro, un home menos.* 84.14). 2. Home, esposo (*Anxela dime baixiño: / ¿Sabes en que penso homiño? / En pillar outro camiño.* 12.2). 3. Home, personificación dun animal; neste caso o sapo (...*mirando para fôra / na boca da furada, / esperguizôu-se o hôme,*... 32.2).

HONRA *s.f.* Honra; motivo de orgullo (...*porque unha aguillada que non tén ferrón / ni-é honra do dono, ni-é pau duradeiro,*... 16.3).

HORA *s.f.* 1. Hora, tempo oportuno para realizar unha cousa (*Era hora e ceibouse.* 30.1). 2. Hora, período de tempo máis ou menos preciso (*Foi nas horas caídas / dunha tarde amaiada.* 31.1) (*E pasaba chorando horas e horas,* ... 49.6).

HÓRREO *s.m.* Hórreo; cabaceiro (*Con seu hórreo na eira, e seu albóio.* 18.4).

HOXE *adv.* 1. Hoxe, no tempo presente (*Hoxe adicoche o meu canto.* 10.5) (*Hoxe unha cruz de pau / no sitio onde fi-*

cóu / amostra ôs camiñantes... 85.11). 2. Hoxe, no día presente (*Hoxe foi día de malla, / e hai grandes pilas de gran...* 22.2).

HUMILDE *adx.* Humilde, modesto polo tamaño (...*e todo o que pasaba, / pra baixar ô camiño, / botaba as mans ô humilde ramallíño...* 45.8).

i. V. E.

ideia *s.f.* Idea; pensamento de realizar unha cousa determinada (...*O paso fôrte / e a sombra dunha ideia na mirada / là vai pensando sin pensar en nada.* 30.2).

IDILIO *s.m.* Idilio, relación entre namorados (*Idilio.* 57).

ILUSIÓN *s.f.* Ilusión; imaxe mental de algo inexistente que se toma como real (...*e unha ilusión que, xa mórta, / resucitôu volainíña;* 79.9).

INCERTO,-A *adx.* Incerto, inseguro, indeciso (...*o paso incêrto, a cara ergueita, a vista mórta, / (...)* vai o cego tocando / o violín. 33.4).

INDA *adv.* 1. Aínda, inda (*E inda bèn non mirara a luz do día, / lèdo o fentiño aquel, medraba e ria...* ; 44, 10) (*Déixade-me ir, amigos... que inda teño demêtes / de chegar a onde quero;* 82, 15). 2. Nin sequera (*Deixáde-me ir, amigos, / que inda aquí non me quedo;* 82, 8)

INFERNO *s.m.* Inferno (*deixáde-me ir, amigos, / que nada me pôn medo. (...)* ¡Nin o demo do infêrno! 83.13).

INFINITO,-A *adx.* Infinita, inmensa, inacabable (*Deixa que corra a tua auga / (...)* / *pol-o ermo resequido / desta secura infinita.* 80.16).

INFLAR *v.t.* e *v.p.* Inflar(se), facheendar (...*soñando o que soñara, / inflado, tan inflado / que cáseque estoupaba...* 32.10).

INMENSO,-A *adx.* Inmenso, enorme (...*xuntos en paz vivían / sua vida aldeán / -cal xigantón inmêso e ô lado un neno- / un fentiño pequeno / e un pino grande,*... 47.7).

inmóbren *adx.* Inmóbil, que non se move (*¿Qué fai sin xene-garse, sêmpre inmóbren?*. 40.1).

INOCENTE *adx.* Inocente, sen malicia (...*santa, inocênte fontíña,*... 77.2).

INTRE *s.m.* Intre, momento breve de tempo entre dúas situacións (*E naquêl intre, disque / dixó,* ... 32.14).

INVERNO *s.m.* Inverno; estación máis fría do ano (*O muiño é un neno branco / nado da auga do invêrno.* 71.2).

IR *v.i.* 1. Ir, dirixirse cara a un sitio (*Pro, señor fênto, ¿pra ónde vai vostede?* 44.5). 2. Ir, marchar (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pôn medo.* 83.7). 3. Ir, ter un determinado estado (*Deixái-no, que vai tolo-* 85.1) // *v.p.* 4. Irse, marchar dun lugar (*Botôu-me por folgazana, / fun-me por non traballar.* 94.8). **Ir+ inf.** perífrase con valor de futuro inmediato (...*e os nenos, que nunca calan, / hoxe que van tēr pan mól,* / 23.11) (...*que xa amosan as espiñas / cando a man vai a collel-as.* 55.6). **Ir+ xerundio**; perífrase aspec-tual de valor progresivo (...*vai caendo espaxexida / a semênte.* 20.12) (*¡Vôlta aquí e vôlta alá / vai or io andando, andando.* 96.14).

IRMÁN *s.m.* Irmán (*Pra meus irmáns.* 37).

ispido,-a *adx.* 1. Espido, nu, sen protección nin cobertura (*Os pês esquerquenadiños / tèn, e os ôsos ispidiños / coma as pèdras dos camiños,*... 12.18). 2. *fig.* Espido, con pouca carne, fraco (...*miña pucha, meu cariño, / a de esqueleto ispidiño / e pelo repuluxado!*. 14.7).

lá. V. ALÁ.

LA art. Alomorfo do artigo feminino a. V. a.

LABIO s.m. Labio (de persoa) (*Teño os labios degresados; / teño a boca toda ardidá; 80.9).*

LABREGO,-A adx. 1. Labrego, labrador (*E por si algún chega unha ocasión / en que Xan labrègo pódá erguel-a man,... 16.6).* // s. 2. Labrego, labrador (*Do eido na cabeceira / o labrègo está dispòsto / pra facel-a sementeira... 20.2).*

LADO s.m. Lado, parte lateral dun corpo. **Ó lado**, a carón, á beira (*...cal xigantón inmènso e ó lado un neno-, 47.6).*

LAIO s.m. Laio, lamento, xemido (*...esas nòtas cristaiñas / -às veces laios e bágoas, ... 78.9).*

LAMA s.f. Lama, lodo (*Cando chòve miudo todo é lama; 92.11).*

LAMBER] v.t. Lamber, pasa-la lingua por algo (*...e lám-ben-se duas vacas tocando as campaiñas. 36.8).*

lampariña s.f. Lámpada (*bendito o parpadexar / da lampariña devòta / aluma diante do altar. 75.2).*

larán-larán s.m. Formación expresiva (*Cantando o teu larán-larán! larpando vas canto che dan. 26.8).*

LAREIRA s.f. Lareira, lar (*É unha casina, en pèdra pedrexada; / grande a lareira, para que a rolada / de nenos queipa ó rènte do remòl. 18.2).*

LARPAR] v.t. Larpar, comer algo de forma esaxerada (*Cantando o teu larán-larán! larpando vas canto che dan. 26.9).*

LARPEIRO,A adx. Larpeiro, que lle gusta o que se indica (*...larpeiro de auga, / larpeiro de pan).*

LAVAR v.t. 1. Lavar (*As comadres do lugar / foron lavar todas xuntas. 98.5).* // v.p. 2. Lavarse; limparse con auga ou outro líquido (*...lavóu-se bèn a lúa / para salir de rúa. 61.3).*

LEDO,-A adx. Ledo, alegre (*...E parexas de lèdos paxariños / agrúchanse, piando, na quèntura dos niños, 35.6).*

LEI s.f. Lei **Ter lei a alguén**, sentir simpatía por alguén (*...Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei. 10.8).*

LEITE] s.m. Leite (*...e os meus fillos hei mantèr / co leiteño do teu ubre. 13.24).*

LEITIÑO. V. LEITE.

LEITO s.m. 1. Leito, lugar de descanso (*Tèn caxigos pra ces-tos e talègas; / verde e espeso o follax - leito das pegas-; 37.7).* 2. Sepultura (*...o leito derradeiro / do tolo de Ribóns. 85.15).*

LEMBRAR] v.t. e v.p. Lembrar(se) (*Ningúen dèl se lembraba. 85.5).*

LEÑA s.f. Leña, madeira cortada para o lume (*Con leña seca de toxo / roxóu-se o forno bèn roxo. 23.1).*

letanía s.f. Ladaíña, enumeración de peticións breves (*Leta-nia aldeán. 73).*

LEVAR] v.t. 1. Levar, transportar algo (*Vendo que a levaba a auga / Rósiña choróu, choróu. 94.15).* 2. Levar, guiar, dirixir (*Vèntiño, ¿si me levaras / a onde eu quixèra ir!. 66.3).* 3. Levar, arrebatar (*Pro se un vèntiño m'as lèla / outro vèntiño m'as trai. 95.7).* ¡**Madia che lèval!**; xa o creol; así calquera; ¡*madia che lèva a cantar!. 67.8).*

lèxos. V. lonxe.

LIMPAR] v.t. 1. Limpar, quita-la suciedade de algo (*Dan-lle de comer na cunca, / despois limpan-lle as baballas. 70.16).* 2. Limpar, quita-lo que resulta inútil ou inservible (*...nin limpa un arado nin fènde un terrón. 16.4).*

LIMPEZA s.f. Limpeza, calidade do que está limpo (*¿quèn me dèra respirar / teus arumes montesiños / na limpeza do teu ár!. 10.4).*

LIMPO,-A adx. Limpo, sen impurezas nin imperfeccións (*...de freba moi limpa, dereita, sin nós. 15.6).*

LINGUA s.f. Lingua, obxecto que presenta a forma dese órgano. Neste caso parece referirse ó chorro de auga da fonte (*...amostras a quèn te mira / a claridá dos teus ollos / e a frescura da tua lingua; 77.6).*

LIÑO s.m. Liño (*Tèn o liño pra coller, / tèn o trigo pra se-gar,... 67.5).*

LIXEIRO,-A adx. 1. Lixeiro, suave, sen intensidade (*¿Qué bonito neboeiro / teu lixeiro / zarzallar! 27.2).* 2. Lixeiro, de pouco peso (*Pasa tocando os seus lixeiros / cascabèl-las de cristal. 60.10).* 3. Lixeiro, delicado, suave (*Vèntiño, vènto lixeiro, / fresquiño e arrolador. 65.1).*

LO¹ art. Alomorfo de o. V. o¹.

LO² Alomorfo do pr. pers. de 3ª persoa masculino o. V. o².

LOBO s.m. Lobo (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pón medo.(...) Nin os lobos famentos. 83.11).*

LOGO adv. Logo, despois (*E logo hasta é tan mansiña... ! 13.9).* (*...chèga-se onde a èl e bèixa-o, / logo desfá-i-se a chorar. 70.8).*

LOMBAZO. V. LOMBO.

LOMBO] s.m. Lombo (*Ráianlle os vieiros seu lombazo mouro, / enfaixado de toxos e de pinos. 39.3).*

LONGO,-A adx. Longo, que ten lonxitude (*Vèntiño das azas longas / sèmpre a voar, a voar. 65.5).*

LONXANO,-A adx. Distante, afastado; que está a moita distancia (*...e unha congoxa lonxana / que anda pol-o ár per-dida; 79.7).*

LONXE adv. Lonxe, a distancia (*Quèn queira chegar bèn lonxe / ¡cántas vòltas tèn que ir dando! 96.15).* **Ó lonxe**, a distancia (*...quèro estar cerca do cèio / e poder mirar ó lonxe. 97.12).* (*¿pra onde vóu, preguntades? / -Là pra lèxos, moi lèxos... 82.10).*

LOUREIRO s.m. Loureiro, árbore aromática (*Xa barre o forno o basallo / de loureiro. 23.8).* (*Nos ramos do loureiro / cantaruxaba o mèrlo namorisqueiro. 57.1).*

LOURO,-A adx. Louro, de cor entre castaño e dourado (*...roi o grao louro e duro. 26.12).*

LÚA s.f. Lúa, astro nocturno satélite da Terra (*...lavóu-se bèn a lúa / para salir de rúa. 61.3).*

LUAR s.m. Luar, luz clara da lúa; lúa (*A auga tivo que ver / co meigallo do luar. 69.6).*

LUGAR s.m. Lugar, pequeno núcleo de poboación (*As rapa-zas do lugar / coidan dèl con moita ansia. 70.13).*

LUME s.m. 1. Lume, fogo (*Si no-hai lume nas casas / ¡hai estrelas no cèio!. 84.3).* 2. Lume, luz, resplandor (*Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escur-idá. 74.17).* 3. Lume, calor excesiva (*Era unha mañán de lume. 87.1).*

LUZ s.f. Luz, claridade (*E inda bèn non mirara a luz do día, / lèdo o fèntiño aquel, medraba e ría... 44.9).* (*Bendita seña*

a trunfal / luz do sol, e a raioliña / que entra pol-o fachi-nal. 74.3).

LLE Forma átona do *pr. pers.* de 3ª persoa que funciona como Obxecto Indirecto (*Tocóulle pouco farêlo, / que na-dia día coma o pelo / se vên de man prôbe o gado. 12.22).*

maciñeiro *s.m.* Maceira; árbore froiteira; maciñeira (...*Pasan zoando entre os maciñeiros / os roncós. 35.5).*

macaqueiro,-a *adx.* Que non ten máis que aparencia (*A miña dona rica / salêu-me macaqueira. 99.2).*

MADIA *interx.* Madia; úsase nas expresións **¡Madia leva!** co significado de ‘así calquera’, ‘¡home claro!’ (*¡madia che leva a cantar!.* 67.8).

MAÍNZO *s.m.* Mainzo, millo (...*Têrras onde coller, si axuda a sôrte, / o mainzo a faltar, trigo e patacas; 17.6).*

MÁIS *adv.* Máis; denotando superioridade (*¿Ou non val Pépe d’Hermida / máis que pra tirar dun raño?.* 12.5).

MAIS *conx.* 1. Mais, pero; con valor adversativo (*Mais ... ñas ansias de poeta / ti non-as rimas, fontíña!.* 78.21). 2. Mais; con valor couplativo co reforzo de *e* (*Fôra, darálle o frío e mail-o vento. 44.6).*

MAL¹ *adv.* Mal, de forma contraria a como debe ser (*Eu cas-sar, casar casêi; / ben ou mal eso non digo... 93.2).*

MAL² *adx.* Mal, apócope de *malo* (*Mal consello. 43).*

MALIA *interx.* Malia; expresión para indica condena, censura (*Malia ô hôme engurradiño. / Malia quén se pón a andar / e dá vólta do camiño. 98.7).*

MALPOCADO *interx.* Malpocado; expresa lástima, compai-xón, pena (...*arrincóu a violeta -¡malpocado!- / murchiña co-a delor. 50.4).*

MAN *s.f.* 1. Man; extremidade do corpo (...*e todo o que pa-saba, / pra baixar ô camiño, / botaba as mans ô humilde ramalliño... 45.8).* 2. Man, axuda (*Unha man compasiva / (...) / arrincóu a violeta... 50.1).* 3. Man, propiedade, per-tenza (...*nadía di coma o pelo / se vên de man prôbe o gado. 12.24).* 4. *fig.* Man, calquera obxecto material ou non que toca ou pode tocar (*O vento tèn man ruiñas: ... 98.1)* (*(fontíña) estás sêmpre acariñando / co-as tuas frescas mauíñas / as paredes do silencio... 79.12).*

MANSO *adx.* Manso, dócil, que non ten condición brava (*E logo hasta é tan mansiña... ! 13.9).*

MANTER *v.t.* Manter, proporcionar alimento e todo o neces-ario para vivir (...*e os meus fillos hei mantêr / co leiteño do teu ubre. 13.23).*

MAÑÁ *s.f.* 1. Mañá, parte do día (*Mañán tépida de outono / un nôvo sol alumea. 19.1)* (*Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escuridá. 74. 16).* // *adv.* 2. Mañá, ó día seguinte (*Hoxe un can, mañán dous cas... 12.10).*

mañán. *V. MAÑÁ.*

MAR *s.m.* Mar (*Despóis que se lavôu, vêu-se a mirar / no es-pello azul do mar. 61.1).*

MARCHAR *v.i.* Marchar; irse dun lugar (...*botôpu-se à co-rredoia / e marchôu de viaxada. 32.5).*

MARELO,-A *adx.* 1. Marelo; amarelo, dise da vaca coa pe-laxe desa cor (“*Ei marêlo pra diante*”—*un labrêgo que pasa. 36.3).* 2. Marelo; amarelo; da cor da cera, pálido (*Féntiño prisioneiro, / que esvaldo e tristeiro, / e marêliño, o prôbe, coma a cera, ... 43.5).*

marmular *v.t.* 1. Murmurar; dicir algo en voz baixa (...*estás marmulando estrôfas de sinxelas poesias... 77.7).* 2. Murmurar; falar en voz baixa (*Deixái-no, que vai tolo- / a xênte marmulôu. 85.2).*

marmullar *v.t.* Murmurar; dicir algo en voz baixa (...*e no curral seus rezaso marmullan duas veciñas... 36.5).*

marmullo *s.m.* Murmurio; rumor xordo (...*parês / un gran xigante que caíu ferido / ou que ô marmullo se quedôu dormido / do río de Xubia, que lle bica ôs pés. 39.7).*

MARONDA *adx. e s.f.* Maronda; estéril (...*vendín vaca cin-lleira / merquêi maronda. 99.8).*

MAS Resultado do encontro do pronome átono de 1ª persoa *me* co de 3ª persoa *as* (*Pro se un vèntiño m’as lèva / outro vèntiño m’as trai. 95.7).*

MASA *s.f.* Masa; mestura homoxénea feita de auga e fariña (*Xa está no tendal a masa / en brandos pas repartida. 23.3).*

MATAR *v.t.* 1. Matar; dar morte (*Parês que quêr matal-o âr, / zoupa que zoupa sêmpre n-êl. 59.4).* 2. Matar, apagar; fa-cer cesar un desexo (*Mais esta sede que mata, / ti non a matas, fontíña!.* 80.17).

maxestá[de] *s.f.* Maxestade; atributo de quen ou do que ins-pira respecto e submisión (*Cheio de maxestá, parês / un gran xigante que caíu ferido... 39.5).*

MAZÁ *s.f.* Mazá; froita da maceira (*Adentêi unha mazá / por ver como sabía. / A mazá criara o vêrme; deu-me que cus-pir pra un día. 95.13).*

ME Forma oblicua do *pr. pers.* de 1ª persoa que funciona como complemento sen preposición (...*quén me dera res-pirar / teus arumes montesiños... 10.2)* (*ô xardín fun por flores, / reñêu-me o xardiñeiro. 92.6).*

MEDAR *v.t.* Medar; facer medas cos mollos de cereal (*Xa están os trigos dourados / recolleitos e medados. 21.4).*

MEDIO,-A *s.m.* 1. Medio, zona ou punto que está equidis-tante dos extremos (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mèrla namoradiña. 57.3).* // *adv.* 2. Medio; a medias, non inteiramente (*O sol pasôu-lle un día pol-a pôrta / â triste flor aquela media môrta. 49.9).*

MEDIR *v.t.* Medir. **Medirle as costas a alguén;** darlle unha boa malleira (*quêro unha aguillada que me sirva entón / pra medirle as côstas a algún pillabán. 16.8).*

MEDO *s.m.* Medo; estado do ánimo de quen sente un perigo ou molestia (*Sin medo â espôra nin da tralla ô estalo, / paze tranquil no curro e todo o raña. 29.1)* (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pon medo. 83.7).*

MEDRAR *v.i.* 1. Medrar; aumentar de tamaño ou estatura un ser vivo (*¿Que é tolamia? Non é tal, / que anque seña un animal / tamén co cariño mèdra. 13.16).* 2. Medrar; facerse algo máis grande, máis numeroso, máis intenso (*Roula, foula, bule axiña, / que o teu pilo de fariña / pouco a pouco mèdra, mèdra. 27.9).*

MEIGALLO *s.m.* Meigallo; feitizo provocado por unha meiga ou, *por ext.*, por algo que cativa (*A auga tivo que ver / co meigallo do luar. 69.6).*

MEIXELA *s.f.* Meixela; cada un dos lados da caa; fazula (*Prôbe lûa rêuira! / Veu que tiña tsnadas as meixêlas / e que se rían tolas as estrelas... 62.2).*

MENOS *adv.* Menos; en menor número, grao ou intesidade (*Si chego, un trunfo máis. / Si morro, un home menos. 84.14).*

MENTE *s.f.* **Ter (de) mentes de**, ter intención de realizar algo (*Prò inda teño demèntes / de pasar, tarde ou cedo, / pra alá de Montemôr*,... 84.15).

MERCAR *v.t.* Mercar; adquirir algo mediante diñeiro; comprar (*Merca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año, / pra empezal-a nòsa vida*. 12.6).

MERENDA *s.f.* Merenda; comida campestre (*De merenda en merenda, / e de tenda en tenda*,... 33.1).

MERLO, -**A** *s.* Merlo; paxaro (*Nos ramos do loureiro / cantaruxaba o mèrlo namorisqueiro*. 57.2) (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mèrta namoradiña*. 57.4).

MESMO, -**A** *adx.* Mesmo; reforzo que indica que é precisamente aquilo que se nomea (*A mèsma Noite xème en seus ramallos*; 38.2). **2.** Mesmo; igual (*A môrte e mail-a fertuna / vèn por un mesmo sendeiro*... 97.2). // *s.m.* **3.** O mesmo, a mesma cousa (*Se chòve, hai un abrigo. / E se me mollo jé o mesmo!*. 83.19).

METER *v.t.* Meter; poñer algo no interior dunha cousa ou dun lugar (...e bos estrumes pra meter na corte, 17.7) (...atopóu na parede un furadiño, / e por el se metéu de cara a fóra. 43.10).

MEU, **MIÑA** *pos.* Meu, miña (*A miña pucha*. 11) (*Doncela dos meus cariños*,... 10.1) (*Mais ... ñas ansias de poeta / ti non-as rimas, fontia!*. 78.21).

MILAGRE *s.m.* Milagre; suceso atribuído a intervención divina (*E crido no consello do veciño, / -milagre d'El Señor! / d'entón quedóu-se o fênto pequiniño*.- 48.12).

MILLO *s.m.* Millo; maíno (...*hei-te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha*... 14.12).

millor *adx.* **1.** Mellor; máis bo (...*hei facer dela unha vaca / coma as millores da aldea*. 13.8). // *adv.* **2.** Mellor; máis ben (*Déixa-te estar ahí, que estás millor*. 48.10).

MIMOSO, -**A** *adx.* Mimoso, mequeiro; amigo dos mimos (...*a pròbe flor tristeira / di-lle, toda arrumante e mimosiña, / namèntas que surri*. 50.17).

MIN *pr. pers.* Min; forma tónica oblicua do pronome de 1ª persoa (*¡Pròbe de min! Rompéron-me / o fôl da miña gaita*... 32.16).

mioqueiro, -**a** *adx.* Mioqueiro; mimoso, mequeiro (...*cando oiéu amazicar no toxo / mioqueiro rinchóu, pedindo un goxo*. 30.6).

MIRADA *s.f.* **1.** Mirada; xeito de mirar (*Bota unha mirada ô cèio / supricante e reverènte*. 20.6). **2.** Mirada; vista (...*O paso fôrte / e a sombra dunha ideia na mirada, / là vai pensando sin pensar en nada*. 30.2).

MIRAR *v.t.* **1.** Mirar; observar (*Sòlo miral-a convida / i-hênche de fartura a casa*. 23.6). **2.** Mirar, fixa-la vista en algo ou alguén (*E mirando pra a súa compañeira / a probe flor tristeira / di-lle*: 50.15).

MÍUDO, -**A** *adx.* **1.** Míudo, pequeno; fino (*Ceibe a túa boca grande / branca nève miudiña*. 27.6). // *adv.* **2.** Míudo, con miudeza (*Cando chòve miudo todo é lama*. 92.11).

MO Resultado do encontro do pronome átono de 1ª persoa me co de 3ª persoa o (*Moito en segredo m'o contóu un fado*: 40.4).

MODA *s.f.* Modo; uso ou costume pasaxeiro (*Nin que te peines á moda, / nin que cambiel-o vestido*. 93.13).

MODO *s.m.* Modo; xeito de facer (...*un sapo vèllo (...) a modo de consello, / díxolle hinchando o fôl*: 44.3). **A modo**; a

modo, despaio (*E a mín porque cai amòdo / sin abanar as hèrbiñas*. 53.7).

MOITO, -**A** *adx.* **1.** Moito, abundante (...*soñara moitas cousas*. 31.7). // *adv.* **2.** Moito, en cantidade (*Moito cacarexas*,... 57.7).

MOL *adx.* Mol, brando (...*hoxe que van tẽr pan mòl, / reloucan, e rinse, e falan*... 23.11).

molido, -**a** *adx.* Moido, cheo de cansazo e golpes (*Esmagado e molido, / suando a règo, a règo*;... 81.3).

MOLLAR *v.t.* Mollar, humedecer cun líquido (*E se me mollo jé o mesmo!*. 83.19).

MONTE *s.m.* Monte; montaña (*Por tras do cume do monte / erguéuse a lua a mirar*. 94.1).

montesiño, -**a** *adx.* Montesiño; propios do monte ou da natureza pura (*¡quẽn me dera respirar / teus arumes montesiños / na limpeza do teu ár!*. 10.3).

MORNO, -**A** *adx.* Morno; temperado, pouco quente (*¡Ouh, qué morno calorinho, / ouh qué calorinho morno!*. 24.1).

MORRER *v.i.* **1.** Morrer; deixar de vivir (*Si morro, un hõme menos*. 84.14). **2.** Morrer, extinguirse; apagarse algo (...*unha ilusión que, xa mórta, / resucitóu volainiña*; 79.9).

MORTE *s.f.* Morte; terminación da vida (*A môrte e mail-a fertuna / vèn por un mèsmo sendeiro*,... 97.1).

MORTO, -**A** *adx.* **1.** Morto, sen vida (*Eu sei que as pradèlas mórta / õs teus beixos resucitan*; 79.17). **2.** Morto, apagado (...*o paso incèrto, a cara ergueita, a vista mórta*,... 33.4). // *s.m.* **3.** Morto; defunto (*Algún tẽmpo despóis / atoparon un mórto / là riba en Montemôr*,... 85.7).

mourao, -**á** *adx.* Negral; dise dunha especie de carballo (*E un deles é mourao, e desenmeiga / os nenos enmeigados pol-as bruxas*. 37.4).

MOURO, -**A** *adx.* **1.** Mouro, escuro (...*si beberas / mouro ribeiro / cèrto xaceras*,... 25.7). **2.** Mouro, negral; dise dunha especie de carballo (...*feita dun caxoto dun carballo mouro*... 15.3). **3.** *fig.* Mouro; aciago, funesto; de influencia negativa (*A mèsma Noite xème en seus ramallos; / e nela, dioses mours de negrura, / repousan os pantasma todos xuntos*, 38.3).

MOVER *v.t.* Mover; poñer en movemento (...*se queda com unha pèdra, / sin moverse bèn nin mal*. 13.13).

MUIÑEIRA *s.f.* Muíneira; baile (*Gaitiña, gaita riseira / que vas vertendo no ár / a risa da muíneira*... 63.3).

MUIÑO *s.m.* Muíño; instalación accionada por auga para moe-lo gran (*Se no muíño se escoita / un garimoso roular / non é que roule o muíño / é que o arròla sua nai*. 70.1).

MULA *s.f.* Mula; animal equino (*Aloumiñei unha mula / por saber si era traidora. / Outra non-aloumiñaréi; sabendo que é mula, abonda*. 96.5).

MULLER *s.f.* Muller; esposa (*A mullèr de Antón de Bante / prènde un pouquiño na fala, / però non prènde o bastante*. 98-10).

MUNDO *s.m.* Mundo; parte do Universo habitada polos homes (...*Diòl-o arrequẽte / o pan no forno / e o Bèn pol-o mundo todo*. 24.13).

MURCHAR *v.t.* Murchar; perde-lo brillo e a frescura as plantas e as flores (...*murchóu-se o ramalliño de ameneiro / e crióuse o de espiño rexo e forte*. 46.3) (...*que seipa ulir unha flor / sin-a murchar co alènto*. 96.4).

MURCHO,-A *adx.* Murcho; dise da planta que perdeu a frescura e a viveza (*Unha man compasiva / (...) arrincou a violeta... / murchiña co-a delor.* 50.5).

MÚSICA *s.f.* Música; son melodioso (*déixa-me pôr de ti prêto, / (...) / que quero oír os teus versos, / a tua música continua;* 78.6).

n' V. NON.

NACER *v.i.* 1. Nacer; empezar a ter vida (*Da chouza nun escuro corrulhão, / vêu nacer, casualmentes, un fêntiño.* 43.2). 2. Nacer; ter orixe (...*que digan os homes: ja vara nacêu;* 16.10). 3. Nacer; xurdir (*O muíño é un neniño / branco, nascido da auga.* 69.2) (*O muíño é un neno branco / nado da auga no invérno.* 71.1).

NADA *indef.* 1. Nada; ningunha cousa (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pón medo.* 83.7). // *adv.* 2. Nada; en ningunha cantidade, extensión ou intensidade (*Non ganará quén non se achega nada / nin quén moito se achega.* 91.1).

nadia *indef.* Nada (*Tocóulle pouco farêlo, / que nadia di coma o pelo / se vên de man próbe o gado.* 12.23).

NADO,-A V. NACER.

NAI *s.f.* Nai; muller respecto do seu fillo (*Mêntas sua nai non-o beixa / o pequiniño non anda.* 69.3).

naide *indef.* Ninguén (*E a min porque chòran, chòran, / sin que seipa nada naide.* 53.4).

namentras *adv.* Namentres; mentres (*di-lle, toda arumante e mimosiña, / namêntas que surri;* 59.18).

NAMORADO,-A *adx.* Namorado, que sente a paixón do amor (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mèrla namoradiña.* 57.4) (*Lúa namorada.* 60).

NAMORISQUEIRO,-A *adx.* Namorisqueiro; namoradizo; penso a namorarse (*Nos ramos do loureiro / cantaruxaba o mèrlo namorisqueiro.* 57.2).

NAQUEL Resultado do encontro da preposición *en* co demostrativo *aquel* (*E naquêl intre, disque / dixo,* 32.14).

nascido,-a V. nacer.

NÉBOA *s.f.* Néboa; brêtema (...*teu alento, flor de escanda, / néboa virxen, cinta branda*... 26.17).

NEBOEIRO *s.m.* Neboeiro; néboa espesa (*¡Qué bonito neboeiro / teu lixeiro / zarzallar!* 27.1).

NEGRURA *s.f.* Negrura, escuridade; noite (*A mësma Noite xême en seus ramallos; / e nela, dioses mouros da negrura,* 38.3).

NEL, NELA Resultado do encontro da preposición *en* cos pronomes *el, ela* (*A mësma Noite xême en seus ramallos; / e nela, dioses mouros da negrura,* 38.3) (*Parés que quêr matal-o ár / zoupa que zoupa sêmpre n-ê.* 59.5).

NENO,-A s. 1. Neno; persoa de poucos anos (...*grande a la-reira, para que a rolada / de nenos queipa ô rênte do remól.* 18.3). 2. Neno, fillo (*O neno tira-lle ô pai.* 69.8). // *s.f.* 2. Nena, rapaza (*Unha nena onde á fonte c-un rapás parrafea.* 36.1).

nesto *V. NISTO.*

NEVE *s.f.* Néve e, *por ext.*, po branco (*Ceibe a tua boca grande / branca neve miudiña.* 27.6).

ní V. NIN.

NIN *conx.* Nin; e non; tamén non (...*sin moverse bèn nin mal.* 13.13) (...*porque unha aguillada que non tén ferrón /*

ni-e honra do dono, ni-ê pau duradeiro, / nin limpa un arado nin fênde un terrón. 16.3-4).

NINGUÉN *indef.* Ninguén; ningunha persoa (*Pro ninguén pensa que medróu bastante.* 48.5).

NIÑO *s.m.* Niño; acubillo das aves (...*E parexas de lèdos paxariños / agríchanse, piando, na quèntura dos niños,* 35.7).

NISTO Resultado do encontro da preposición *en* co demostrativo *isto* / *esto* (*Maxinado n-isto eu, / Anxela dime bai-xiño:* 11.8) (*Eu casar, casar casêi; / ben ou mal, eso non digo, / que nesto de casamêntos / disque no-hai nada sabido.* 83.3).

NO Alomorfo do pronome persoal de 3ª persoa masculino *o*. *V. o².*

NÓ *s.m.* Nó; parte avultada do talo das plantas (...*de freba, moi limpa, dereita, sin nós.* 15.6).

NO(S), NA(S) Resultado do encontro da preposición *en* e os artigos *o(s), a(s)* (...*E parexas de lèdos paxariños / agríchanse, piando, na quèntura dos niños,* 35.7) (*Xêmes triste da Folgueira / no ermo desamparado, ...* 9.6) (*Diòl-o arrequênte no forno e nos agros...* 24.14) (*Foi nas horas caídas / dunha atrde amaiada.* 31.1).

no. V. NON.

NOBRE *adx.* Nobre; ilustre, distinguido (*¿Quizáis se lembra dun pasado nobre?* 40.2).

NOITE *s.f.* Noite; parte do día sen luz do sol (*Todo despêta do sono / tranquil da noite serea.* 19.4). **Á noite;** ó chega-la noite (*Á noite hachouse farto,* 29.7). **Botarse a noite encima;** collelo a un noite (*Pròbe do coxo en ca-miño: / bótase-lle a noite encima.* 97.6).

NOIVA *s.f.* Noivo; namorado (*o mèrlo atervóu onde / sua noiva estaba.* 57.5).

NON *adv.* Non (*Non tén gracia; ben-o sei.* 10.6) (*Cántas cousas che contara / si n'as foras a contar!* 65.8) (...*que nesto de casamêntos / disque no-hai nada sabido.* 93.4).

NOSO,-A pos. Noso (*O pan noso de cada día...* 19) (*Mërca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año, / pra em-ppezal-a nosa vida.* 12.8).

NOTA *s.f.* Nota musical (...*eu bèn sei que ti consonas / esas nòtas cristaiñas*... 78.8).

NOVO,-A *adx.* 1. Novo, recén nacido (*Mañán tépida de outo-no / un nôvo sol alumea.* 19.2). 2. Novo, renovado (...*en ti alcontra / nôva forza e nôva vida.* 79.22).

NUN, NUNHA Resultado do encontro da preposición *en* co indefinido *un, unha* (...*un caxoto dun carballo mouro / criado entre silvas nun terreo escravo.* 15.4) (*Puxen o amor nunhas bágoas / de profundo sentimento.* 95.9).

NUNCA *adv.* 1. Nunca, en ningún momento (...*e os nenos, que nunca calan,* 23.10). 2. Nunca, en ningún tempo; xamais (*Bendita cruz xa vèlla / que, ô vènto, á auga, ô sol, / non apodrece nunca*... 85.19).

ña. V. MIÑA

o¹ art. 1. O (*Hoxe adicoche o meu canto.* 10.5). (...*que tél-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío.* 9.3).

o² pr. prs. Forma oblicua do pronome persoal de 3ª persoa masculino (...*chêga-se onda a êl e bêixa-o,* 70.7) (*Dixo a teipa: eu non-o vexo.* 87.4) (*Diòl-o arrequênte...* 22.6) (...*jestortillóu-no a ròda / dun carro que pasaba!* 32.12).

o³ *contrac.* da preposición *a* e o artigo masculino *o* (...*que non teña falta dende a punta ó cabo*,... 15.2) (...*que ten pra adr ós fillos unha coda*; 17.3).

OCASIÓN *s.f.* Ocasión; oportunidade para facer algo (*E por si algún día chega unha ocasión / en que Xan labrégo pòda erguel-a man*,... 16.5).

OCO,-A *adx.* Oco; que está baleiro no interior (*Tèn caxigos pra cestos e talègas; / verde e espeso o follax -leito das pegas-; / carballos òcos -casas das curuxas-*, 37.8).

OÍR *v.t. e v.i.* Oír, percibi-los sons a través do oído (*Abríronlle pra a corte; / e cando oièu amazar no toxo*,... 30.5) (*-Moito cacarexas, / -dille él- I-ela responde: / -Pra que me óas, anque non me vexas*, 57.9).

OLLO *s.m.* Ollo; órgano da visión (*E unha luz diante os òllos / que me aluma o sendeiro*, 83.2).

ONDE *adv.* 1. Onde (...*erma e triste codeseira / onde eu alimentéi meu gado*, 9.8) (*Ne veira do carreiro / en onde baixa o escairo pra o camiño*,... 45.2). // *interrog.* 2. Onde (¿*de onde veño, decides? / -Là de lèxos, moi lèxos*,... 82.5). **Onde a**, onda (...*chêga-se onde a él e bëixa-o*,... 70.7) (*Unha nena onde á fonte c-un rapás parrafeá*, 36.1).

ontes *adv.* Onte; no día que precede a hoxe (...*á conta dos meus xornás / merquei ontes na Barqueira*, 12.12).

ora *conx.* Agora que (*Non é moi grande a becerra, òra que é moito por terra*, 12.14).

ORACIÓN *s.f.* Oración; pregaría (*Oración*; 24.9).

ORBALLO *s.m.* Orballo; vapor de auga condensado que cae pola noite (*Bendita a pinga de orballo / que trème na hèrbia verde*,... 74.13).

ORGULLOSO,-A *adx.* Orgulloso; vaidoso (*A roseira orgullosa / de ver-se tan pomposa / co-as suas ròsas a rir*,... 50.9).

osamia *s.f.* Osamenta; esqueleto (...*atoparon un mòrto / (... / xa comèsto das aves / e co-a òsamia ó sol*, 85.10).

ÓSO *s.m.* Óso, peza do esqueleto (*Os pès esquerquenadiños tèn, e os òsos ispidiños*,... 12.18).

OU *conx.* Ou (¿*Ou non val Pèpe d'Hermida / máis que pra tirar dun raño?* 12.4).

OUH *interx.* 1. Ouh, expresando alegría (¿*Ouh, qué morno caloríño, / ouh qué caloríño morno!*, 24.1). 2. Ouh, expresando dolor (¿*Ouh Ankos! Cheio de maxestá, parés / un gran xigante que caíu ferido*,... 39.5).

OUTONO *s.m.* Outono; estación do ano (*Mañán tépida de outono / un nõvo sol alumea*, 19.1).

OUTRO,-A *indef.* Outro (¿*Sabes en qué penso homiño? / En pillar outro camiño*, 12.3) (...*Non hai outras com elas, / que xa amosan as espiñas / cando a man vai a collee-as*, 55.4).

OVO *s.m.* Ovo (*bendito seña o calor / que do òvo fai salir / o pitiño piador*, 73.2).

PACER *v.i.* Pacer (*Sin medo á espóra nin da tralla ó estalo! paze tranquilo no curro e todo o raña*, 29.2).

PAI *s.m.* Pai (*O neno tíralle ó pai*, 69.8).

PALABRA *s.f.* Palabra (*O paspallar é poeta, / sabe sentir e soñar. / Cunha sola palabriña / canta o que quère cantar*, 68.11).

PALLA *s.f.* Palla, cana das plantas gramíneas (*Hoxe foi día de malla, / e hai grandes pilas de gran / bèn cubertiño de palla*,... 22.4).

PAN *s.m.* 1. Pan; masa de fariña e auga que se emprega como alimento des pois de cocela (*Xa queda o pan a cocer*, 24.5) (*Pra o p'robe que amosa a man / un bocadiño de pan*, 103.4). 2. Pan; cada unhas porcións que se fan desa masa (*Xa está no tendal a masa / en brandos pas repar-tida*, 23.3).

PANDEAR *v.i.* Pandear; dobrar (*Cando o seu dono a acariña / pandéase, e tan quedíña / se queda coma unha pèdra*, 13.11).

PANTASMA *s.m.* Pantasma; fantasma (fem.) (*A mèsma Noite xème en seus ramallos; / e nela, dioses mouros da negrura, / repousan os pantasma todos xuntos*,... 38.4).

PAPADO *s.m.* Papado; grollo de líquido que se bebe dunha vez (...*mète os beizos na túa pía / e bëbe a grandes papados, / e desque bëbe, rebrinca*, 80.5).

PARA *prep.* Para (*Quén esto tèn ¿para que quèr mais chòio?*, 18.6) (¿*Ou non val Pède d'Hermida / máis que pra tirar dun raño?* 12.5).

PARAR *v.p.* Pararse, deterse (*A de atrás paróuse un pouco, / a de diante deu a volta*, 94.11).

parcer. V. PARECER.

PARECER *v.i.* 1. Parecer, ter un certo aspecto (...*Cheio de maxestá, parés / un gran xigante que caíu ferido*,... 39.5). // *s.m.* 2. Parecer, xeito de pensar; opinión (...*veciños que, ó parcer, ben se querían, / xuntos en paz vivían / sua vida aldeán*,... 47.3).

PAREDE *s.f.* 1. Pared, muro feito de pedras (...*o pròbe do fèntiño / atopóu na parede un furadiño*,... 43.9). 2. fig. Pared; muro infranqueable (...*estás sèmpre acariñando / co-as tuas frescas mauíñas / as paredes do silèncio / e os cortinaxes da brisa*,... 79.13).

parexa *s.f.* Parella (*E parexas de lèdos paxariños / agríchanse, piando, na quèntura dos niños*,... 35.6).

parpadexar *v.i.* Palpebrexar; pestenexar; escintilar (*Bendito o parpadexar / da lampariña devòta / que aluma diante do altar*, 75.1).

PARRAFEAR *v.i.* Parrafeear; parolar (*Unha nena onde á fonte c-un rapás parrafeá*, 36.1).

PASADO *s.m.* Pasado; tempo xa transcorrido (¿*Quizáis se lembra dun pasado nobre?* 40.2).

PASAR *v.i.* 1. Pasar; cruzar por diante (...*estortillóu-no a ròda / dun carro que pasaba!*, 32.13). 2. Pasar; sobrepasar; ir máis alá (*Pro inda teño deèntes / de pasar, tarde ou cedo, / pra alá de Montemòr*,... 84.16). // *v.t.* 3. Pasar; padecer, soportar (*Vèn de pasar fame pura; / ...* 13.1).

PASO *s.m.* Paso, maneira de andar (...*o paso incèrto, a cara ergueita, a vista mòrta*,... 33.4).

PASPALLAR *s.m.* Paspallás; ave (*O paspallar é un poeta, / o seu canto "paspallar"*, 67.1).

PATACA *s.f.* Pataca (*Tèrras onde conller, si axuda a sòrte, / o mainzo a fartar, trigo e patacas*; 17.6).

pau *s.m.* Pao; anaco de madeira xeralmente cilíndrico (...*porque unha aguillada que non tèn ferrón / ni-é honra do dono, ni-é pau duradeiro*,... 16.3).

PAXARO *s.m.* Paxaro, ave de pequeno tamaño (*E parexas de lèdos paxariños / agríchanse, piando, na quèntura dos niños*,... 35.6).

PAZ *s.f.* Paz, convivencia harmónica (...*xuntos en paz vivían / sua vida aldeán*,... 47.4).

PÉ *s.m.* 1. Pé, parte terminal da extremidade inferior (*Os pés esquerquenadiños / tén, e os ósos ispidiños...* 12.17). 2. Pé; axuda, base da que partir (*"Ter vacas miñas! ¡Canté! / Prò fai falla tén un pé.* 11.6). **Ó pé**, ó pé, a carón, ó lado de (*E prantou a floriña ventureira / ó pé de unha roreira / do se xardín en flor.* 50.7).

PEDIR *v.t.* Pedir; solicitar (...e cando oiéu amazarar no toxo / mioqueiro rinchou, pedindo un goxo. 30.6).

PEDRA *s.f.* Pedra, materia mineral (inferior (*Os pés esquerquenadiños / tén, e os ósos ispidiños / coma as pedras dos camiños.* 12.18). 2. Pedra; moa do muíño (...cousiña tola, / como rebola, / na dura pedra do brandeiro, 26.3).

pedrexado,-a *adx.* Feito en pedra (*É unha casiña, en pedra pedrexada;* 18.1).

PEGA *s.f.* Pega; ave (*Tén caxigos pra cestos e talegas; / verde e espeso follax -leito das pegas-;* 37.7).

peñar(se) *v.p.* Peitear(se) (*Nin que te peines á moda, / nin que cambiél-o vestido.* 93.13).

PEITO *s.m.fig.* Peito, interior dunha persoa; corazón (*É unha risa na alma. / É unha esperanza no peito.* 83.1).

PELAXE *s.f.* Pelaxe; revestimento de pelo dos animais (*hei-te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha...* 14.11).

PELO *s.m.* 1. Pelo, filamento dérmico (...que tel-os braciños tesos / i-os pelos dretos co frío. 9.4)). 2. Pelo; pelaxe (...que nadia dí coma o pelo / se vén de man pròbe o gado. 12.23).

pelra *s.f.* Perla (*As frescas pêlras do resío.* 60.9).

PENA *s.f.* 1. Pena; aflicción (*Foi tanta a pena da disgracia sua, / que ni-unha noite dende entón durmêu.* 62.6). 2. Pena, dor, angustia (*Din miñas penas ô vènto / pra que as afoue no mar.* 95.5).

PENEIRA *s.f.* Peneira (*Branca peneira que peneira / unha fariña esbrancuxada.* 60.1).

PENEIRAR *v.t.* Peneirar; pasar algo pola peneira (*O peneireiro a peneirar.* 59.6).

PENEIREIRO,-A *adx.* 1. Peneireiro; que peneira (*A branca lua peneireira.* 60.3). // *s.m.* 2. Peneireiro; o que traballa coa peneira (*O peneireiro a peneirar.* 59.6).

PENSAR *v.t.* 1. Pensar; cavilar; ter un pensamento (*Cavilando coma un tolo / entre trasgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sólo / como pôrme en gado meu.* 11.3). 2. Pensar; crer; considerar (*Pro ningún pensa que medróu bastante.* 48.5). // *s.m.* 3. Pensar; pensamento (*O pensar da volainiña / é moi bonito pensar:* 96.9).

PEQUENO,-A *adx.* 1. Pequeno; de pouco tamaño (...xuntos en paz vivían / (...)/ un fentiño pequeno / e un pino grande,... 47.7). // *s.m.* 2. Pequeno, neno (*Mentras sua nai non-o beixa / o pequeniño non anda.* 69.4).

PERDER *v.p.* 1. Perderse; desaparecer (*Coma o teu repincar / aquela axul avesiña / foise perdendo no ár...* 64.3). 2. Perderse; extraviarse (...e unha congoxa lonxana / que anda polo ár perdida; 79.8).

pergamino *s.m.* Pergamiño (*Coma un señor nos vèllos pergamino / tén na vèlla Libunca o seu tesouro.* 39.1)

PERNA *s.f.* Perna; extremidade inferior (...o vestido rasgado, / e as pèrniñas tremendo,... 82.2).

PERO *conx.* Pero (*Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei.* 10.7) (*Bèn-o sei, bèn-o sei -lle dixo o fènto- / ¡pèro daràme o sol... ! 44.8).*

PERRA *s.f.* Perra; antiga moeda de cinco céntimos (*Non me baixou unha perra / dos trinta, e fixen boa feira.* 12.15).

PESADO,-A *adx.* Pesado; que produce sufrimento (...o meu calvario / subindo voou co-a miña cruz pesada. 92.14).

PESO *s.m.* Peso; moeda, con valor xenérico (...que tén pra dar ós fillos unha coda, / un peso pra gastar;... 17.4).

PESTENEXAR *v.i.* Pestenexar; escintilar (...as luces que pestenexan / e as sombras que se esperguizan; 79.5).

PÍA *s.f.* Pía, recipiente grande para a auga (...mète os beizos na tua pía / e bèbe a grandes papados,... 80.4).

PIADOR,-ORA *adx.* Piador (*bendito seña o calor / que do ovo fai salir / o pitiño piador.* 73.3).

PIAR *v.i.* 1. Piar, emitir sons as aves (*E parexas de lèdos paxariños / agrúchanse, piando, na quèntura dos niños,*... 35.6). // *s.m.* 2. Piar; son que producen as aves (...co piar dos paxariños; 78.13).

PICAR *v.i.* Picar; quantar moito o sol (...que o traballador sedènto, cando o sol, aceso, pica,... 79.20).

PICO *s.m.* Pico, monte alto, rematado en punta (*Quèro vivir là no pico, / no pico de penamoure;* 97.9).

PILA *s.f.* Morea (*Hoxe foi día de malla, / e hai grandes pilas de gran...* 22.3).

PILO *s.m.* Morea (...o teu pilo de fariña / pouco a pouco mèdra, mèdra. 27.8).

PILLABÁN,-ANA *s.* Pillabán; bribón (...quèro unha aguillada que me sirva entón / pra medirlle as còstas a algún pillabán. 16.8).

PILLAR *v.t.* Pillar; coller, tomar (...pilla o camiño da fonte, / mète os beizos na tua pía,... 80.3).

PINGA *s.f.* Pinga; gota; pequena porción de líquido (*bendita a pinga de orballo / que trème na hèrbiña verde...* 74.13).

PINGOTA *s.f.* Pingota; pinga grande (*Pingótas.* 87).

PINO *s.m.* Pino; piñeiro (*Ráianlle os vieiros seu lombazo mouro, / enfaixado de toxos e de pinos.* 39.4).

pirguiceiro,-a *adx.* Preguiceiro; nugalán (*Vai o sol na furada. Os sapos priguiceiros,*... 35.1).

PITO *s.m.* Pito, polo (*Bendito seña o calor / que do ovo fai salir / o pitiño piador.* 73.3).

PODER *v.t.* e *v.i.* Poder; te-la capacidade física ou mental para algo (*Quèro seguir correndo. / Hastra ver o que pòdo.* 84.7).

POESÍA *s.f.* Poesía (...estás marmulando estrófas / de sinxelas poesías / co-a gracia que Diòs che deu... 77.8).

POETA *s.m.* Poeta (*O paspallar é poeta, / o seu canto "paspallar".* 67.1)

POETISA *s.f.* Poetisa (...dèixa-me pôr de ti prèto, / miña santa poetisa, / que quèro oír os teus vèrsos,... 78.4).

POLO, POLA Resultado do encontro da preposición *por* cos artigos *o(s)*, *a(s)* (*Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei.* 10.8) (...e desenmeiga / os nenos enmeigados pol-as bruxas. 37.5) (*O monte pol-a ría está encantado* ,... 40.2).

polvoreito,-a *adx.* Poirento; cheo de po (*Teu alènto / polvorènto, / branco e puro;* 26.14).

POMPOSO,-A *adx.* Pomposo (*A roseira orgulloso / de ver-se tan pomposa / co-as suas rósas a rir,*... 50.10).

POR *prep.* Por (*ó xardín fun por flores; / reñeu-me o xardiñeiro.* 92.6).

PÓR v.t. 1. Pór; poñer, colocar (*Deixa-me pôr á tua veira...* 78.19). 2. Poñer; transformar (...*hei-te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha...* 14.11). 3. Poñer; producir (*Deixáde-me ir, amigos, / que nada me pón medo.* 83.7). // v.p. 4. Poñerse, aplicarse (*Malia quén se pón a andar / e dá vólta do camiño.* 98.8). **Pórse colorado**; ruborizarse (*Píxeches-te colorada / ó pasar por onde a mín.* 98.13).

PORQUE conx. Porque (*Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei.* 10.8).

PORTA s.f. Porta (*Chegáu á porta. Aabrironlle pra a corte;*... 30.4). **De porta en porta**, mendigando (...*de tenda en tenda / e de porta en porta, / o paso incerto,*... 33.3). **Pasar algo pola porta**; ter sorte, ter unha oportunidade (*O sol pasau-lle un día pola porta / á triste flor aquela media morta.* 49.9).

PORVIR s.m. Porvir, futuro (*En ti vexo o meu porvir, / o empèzo do meu vivir,*... 14.2).

POUCO,-A indef. 1. Pouco, en cantidade escasa (*Tocóu-lle pouco farêlo,*... 12.22). // s.m. 2. Pouco, breve período de tempo (*A de atrás paróuse un pouco,*... 94.11). 3. Pouco, pouca cantidade (*A mullèr de Antón de Bante / prende un pouquiño na fala,*... 98.11).

POZO s.m. Pozo (*hei-che facer unha sella / para vir á auga ó pozo.* 95.2).

pra. V. PARA.

PRACER v.i. 1. Pracer, agradar (*A mín prácen-me as folliñas / porque lles dan bèn ós arbres.* 53.1). // s.m. 2. Pracer, agrado (*¡con qué pracer te aloumiño, / miña pucha, meu cariño,*... 14.5).

PRADELA s.f. Pradela; prado pequeno (*Tèn o niño na pradela;* 68.2).

PRADO s.m. Prado (*Bendita a auga do río / que fai verdegar o prado / e fai andar o muiño.* 74.5).

prantar v.t. Plantar; introducir na terra un vexetal para que medre (*E prantóu a floriña ventureira / ó pè de unha roseira*... 50.6).

PREGUNTAR v.t. Preguntar (*Mirando un día pra o señor xigante / así pregunta, cobizoso, o fênto:* 48.7)

PRENDER v.i. Prender; tropezar. **Prender na fala**; taxear (*A mullèr de Antón de Bante / prènde un pouquiño na fala; / pèro non prende o bastante.* 98.11).

PRETO DE loc. prep. preto de, xunto a (...*déixa-me pôr de ti prèto, / miña santa poetisa,*... 78.3).

PRIMEIRO adv. Primeiro, en primeiro lugar (...*as duas corre que corre / a ver cal chega primeiro.* 97.4).

PRISIONEIRO,-A adx. Prisioneiro; preso (*Fèntiño prisioneiro, / que esvaído e tristeiro,*... 43.3).

pro V. PERO.

probe adx. e s. 1. Pobre; que carece do necesario para vivir (*Por ti de pròbe hei salir.* 14.1). 2. Pobre, misero, desgraciado (*Fèntiño prisioneiro, / que esvaído e tristeiro; / e marelleño, o pròbe, coma a cera,*... 43.5). 3. Pobre; de escaso tamaño ou calidade (...*vivía unha violeta -¡malpocado!- / tan pròbe e cativèira,*... 49.4).

PROFUNDO,-A adx. fig. Profundo, intenso (...*agruchadas entre espiñas / coma as flores, xa murchiñas, / das miñas profundas døres*... 56.4).

PROMESA s.f. Promesa (...*eu bèn sei que ti consonas / esas nótas cristiáns / (...)-co-as promesas das espigas,*... 78.12).

PUCHO,-A s. Pucho, xato, becerro (*Becerríña que remós, / ti has-me dar puchos bos,*... 13.18) (*Miña becerriña teixa, / meu cariño, miña pucha!* 14.16).

PULIDO,-A adx. Pulido, alisado (*Pulida e xeitoso. Quèro unha aguillada*... 15.7).

PUNTA s.f. Punta, extremo máis aguzado (...*que non teña falta dende a punta ó cabo,*... 15.2).

PURO,-A adx. 1. Puro, limpo, sen mestura (*Teu alento / polovorènto / branco e puro*... 26.15). 2. Puro, simple (*Vèn de pasar fame pura;* 13.1).

QUE¹ pr. rel. 1. Que (*Codeseira de codesos / que recèdes a bravío;* 9.2). // pr. inter. 2. Que (*Sabes en qué penso homiño?* 12.2).

QUE² conx. Que (*Vendo que a levaba a auga / Ròsiña choróu, choróu.* 94.16).

QUEDAR v.i. 1. Quedar, permanecer nun sitio ou nun estado (*Xa queda o pan a cocer.* 24.5). // v.p. 2. Quedarse; permanecer nun sitio (*Deixáde-me ir, amigos, / que inda aquí non me quedo.* 82.8). 3. Quedarse; permanecer nun estado (...*d'entón quedóu-se o fênto pequiniño.* 48.13).

QUEDO,-A adx. Quedo, quieto, tranquilo (*Cando seu dono a acariña / pandéase, e tan quedíña / se queda coma unha pèdra,*... 13.11).

QUEIXA s.f. Queixa, motivo de protesta (*O que é se Diòs te me deixa / de teu dono n'has tèr queixa.* 14.14).

QUEN pr. rel. 1. Quen (*Quèn esto tèn ¿para que quèr máis chò?* 18.6). // pr. inter. 2. Quen (*¡quèn me dera respirar / teus arumes montesiños*... 10.2).

QUENTE adx. Quente, coa temperatura elevada (*Dimpóis sobre a terra quènte / i-espelida.* 20.8).

QUENTURA s.f. Quentura; calor (*E parexas de lèdos paxariños / agrúchanse, piando, na quèntura dos niños,*... 35.7).

QUERER v.t. 1. Querer; desexar algo (*Quèro unha aguillada que seña un tesouro,*... 15.1). 2. Querer; ter intención de (*Qèrs-me tornalo vènto; / quèrs-me tapalo figo.* 92.1) // v.p. 3. Quererse; terse afecto (...*veciños que, ó parcer, bèn se querían, xuntos en paz vivían*... 47.3).

quina s.f. Crina, pelo longo e áspero do pescozo e rabo dos cabalos e outros animais (*Á noite hachóu-se farto, e, o rabo ergueito / e a quina ó ár, botóu unha carreira.* 29.8).

QUIZAIS adv. Quizais; quizás (*¿Quizais se lembra dun pasado nobre?* 40.2).

RA s.f. Ra, animal batracio (...*e escóitan-se nas regas os "grau-grau" barulleiros / das rás.* 35.5).

RABO s.m. Rabo; apéndice final da columna vertebral dalgúns animais (*Á noite hachóu-se farto, e, o rabo ergueito / e a quina ó ár, botóu unha carreira.* 29.7).

RACHA s.f. Racha; ráfaga; racheira (*Pra quèn tèn falla de alento / unha rachiña de vènto.* 104.8).

RACHIÑA. V. RACHA.

RAIAR v.t. Raiar; facer ou marcar raías (*Ráianlle os vieiros seu lombazo mouro,*... 39.3).

RAIOLA s.f. Raiola; raio de luz do sol (*Pra o que aterece de frío / dunha raiola o desfío.* 104.4) (*Bendita seña a trunfal / luz do sol, e a raióliña / que entra pol-o fachinal.* 74.2).

RAMALLO s.m. 1. Ramallo; póla pequena e frondosa dunha árbore (*A mesma Noite xème en seus ramallos;* 38.2). 2. Ramallo; póla arrincada dunha árbore (*Do ramallo / as fo-*

llas verdes estalan... 23.8).

RAMO *s.m.* Ramo; póla pequena ou secundaria dunha árbore (Nos ramos do loureiro / cantarixaba o mèrlo namoris-queiro. 57.1).

RAÑAR *v.t.* Rañar; pacer sen deixar nada (...*pace tranquilo no curro e todo o raña.* 29.2).

RAÑO *s.m.* Raño; sachó (*¿Ou non val Pèpe d'Hermida / máis que pra tirar dun raño?* 12.5).

rapás *s.m.* Rapaz; mozo (*Unha nena onde á fonte c-un raás parrafeá.* 36.1).

RAPAZA *s.f.* Rapaza; moza (*As rapazas do lugar / van-o mantendo de esmola.* 70.11).

rasguñar *v.t.* Rabuñar; rascar ou arañar con algo (...*e rasguñado o coiro / e de chagas cubèrto...* 82.3).

RAXEIRA *s.f.* Raxeira; período de tempo soleado (*Bendita seña a raxeira / que saca o vèrme da cama / e o griliño da grilleira.*).

REBOLAR *v.t.* Rebolar; arrebolar; rasar; quita-lo que reborda dunha medida (...*cousiña tola, / como rebola / na dura pèdra do brandeiro.*- 26.2).

REBRINCAR *v.i.* Rebrincar; brincar, xogar (...*bèbe a grandes papados, / e desque bèbe, rebrinca.* 80.6).

REBULIR *v.i.* 1. Rebulir; animarse, cobrar vida (*Co-a sua risada colorada / fai rebulir a aldea enteira.* 59.2). 2. Rebulir, axitar-se (...*Que inda teño / unhas gotas de sangue / rebulindo e fervendo.* 82.19).

RECENDER *v.i.* Recender; desprender bo olor unha cousa (*Bendito o arume das flores / que recènde pol-o chan.* 74.12).

RECENDO *s.m.* Recendo; arrecendo (*Xa hai siñales de furtura: / nun recendo a cocedura / que abre as ganas de comer.* 24.7).

RECOLLEITO,-A *part.* de recoller. Recolleito (*Xa están os trigos dourados / recoilleitos e medados.* 21.4).

RECOLLER *v.t.* Recoller; face-la colleita (...*o labrègo está disposto / pra facel-a sementeira / do que ha de recoller no agosto.* 20.4).

REFRESCAR *v.t.* Refrescar; diminuí-la calor dunha cousa (*A mín pr'ce-me a ròsada / porque refresca a campia.* 53.6).

REGA *s.f.* Rega, lugar con árbores á beira dun regato (...*e escóitan-se nas regas os "grau-grau" barulleiros das rás.* 35.4).

regado *s.m.* Regada; pasteiro; prado de herba pequena (...*e bos regados pra mantel-as vacas.* 17.8).

REGO *s.m.* Rego. **Suar a rego**; suar a fio, copiosamente (*Mirade, meus amigos, / mirade como veño! / Esmgado e molido, / suando a rëgo, a rëgo;* 81.4).

REGUEIRO *s.m.* Regueiro; regato (*A auga lèda dos regueiros.* 60.12).

REI *s.m.* Rei; o máis notable dun grupo (...*e un pino grande, grande, o rei do chan.* 47.8).

RELENTE *s.m.* Relente; relento, humidade da noite (...*hai grandes pilas de gran / bèn cubèrtillo de palla, / pra que no'o enfrie o relènte.* 22.5).

RELOUCAR *v.* Reloucar; tolear de gusto ou de pracer (...*e os nenos, que nunca calan, / hoxe que van tēr pan mól, / reloucan, e rínse, e falan / arrededor do remól.* 23.12).

REMOER *v.t.* Remoer; mastigar novamente o alimento (*Be-*

cerriña que remós, / ti has-me de dar puchos bos... 13.17).

REMOL *s.m.* Remol; rescaldo; borralla que queda con brasa miúda (...*grande a lareira, para que a rolada / de nenos queipa ô rënte do remól.* 18.3).

RENTE, *A loc. prep.* A rente de, a carón de (...*grande a lareira, para que a rolada / de nenos queipa ô rënte do remól.* 18.3).

REÑER *v.i.* Reñer; reprender (*Ô xardín fun por flores, / reñeu-me o xardiñeiro.* 92.6).

REPARTIR *v.t.* Repartir; distribuir en partes (*Xa está no tendal a masa / en brandos pas repartida.* 23.4).

repiegar *v.i.* Empegar; deixar de moverse o rodicio do muiño por quedar totalmente cuberto de auga (*O muiño non moi con pouca auga / pro co-a moita repiëga.* 91.4).

repinicar *s.m.* Repenique; repenicar; toque vivo e redobrado dun instrumento musical (*Coma o teu repinicar / aquela azul avesiña / foise perdendo no ár...* 64.1).

REPOUSAR *v.i.* Repousar; descansar (...*e nela, dioses mouros da negrura, / repousan os pantasma todos xuntos.* 38.4).

repuluxado,-a *adx.* Teso, rispeto; espenuxado (o pelo) (...*o pelo repuluxado / coma os dentes dun restrelo.* 12.20).

resequido,-a *adx.* Reseco; moi seco (*Deixa que corra a tua auga / (...) / pol-o ermo resequido / desta secura infinita...* 80.15).

RESGAR *v.t.* Resgar; rachar (...*o vestido resgado, / e as pèrniñas tremendo, / e rasguñado o coiro...* 82.1).

RESÍO *s.m.* Resío; fresco da noite (*As frescas pelras do resío.* 60.9).

RESPIRAR *v.t.* Respirar; absorber e exhalar aire (*¡quèn me dera respirar / teus arumes montesiños...* 10.2).

RESPONDER *v.t.* Responder; contestar; dicir algo como resposta (*Moito cacarexas, /-dille él. - I-ela responde respònde: / Pra que óias, anque non me vexas.* 57.8).

RESUCITAR *v.i.* Resucitar; volver a vivir (...*e unha ilusión que, xa mórta, / resucitáu volainiña;* 79.10).

REVERENTE *adx.* Reverente, que amosa reverencia ou respecto (*Bota unha mirada ô cèio / supricante e reverènte.* 20.7).

REXO,-A *adx.* Rexo, robusto (*murchouse o ramalliño de ameneiro / e criouse o de espiño rexo e forte.* 46.4).

REZAR *v.t.* Rezar; pronunciar pregarías (...*E surriu, e rezóu.* 84.20).

REZO *s.m.* Rezo; oración; pregaría (*E no curral seus rezos marmullan duas veciñas...* 36.5).

RÍA *s.f.* Ría (*O monte pol-a ría está encantado, ...* 40.5).

RIBA *adv.* Arriba (*Algún tẽpo despois / atoparon un mórto / là riba en Montemór...* 85.8).

RIBEIRO *s.m.* Ribeiro, viño (*Bebe auga fría / que si beberas / mouro ribeiro / cèrto xaceras...* 25.7).

RICO,-A *adx.* Rico; que posúe moitos bens (*A miña dona rica / saéu-me macuqueira.* 99.1).

RIMAR *v.t.* Rimar; facer que rime un verso con outro (*Mais... ñas ansias de poeta / ti non-as rimas, fontiaña!* 78.22).

RINCHAR *v.i.* Rinchar; emitilo sue son propio o cabalo (...*e cando oièu amazicar no toxo / mioqueiro rinchóu, pedindo un goxo.* 30.6).

RÍO *s.m.* Río (*Bendita a auga do río / que fai verdegar o prado... 74.4*).

RIR *v.i.* 1. Rir; exterioriza-la alegría por medio do riso (*Vèntiño que vas tan lèdo, / corre, corre, ri que ri. 66.6*). // *v.p.* 2. Rirse, brularse algo ou de alguén (*Veu que tiña tisnadas as meixelas e que se rían tolas as estrelas / da tola-mia da noiva compañeira. 62.3*).

RISA *s.f.* Risa, acción de rir (*¡Qué bonita a risa branca / na túa cara de pedra! . 27.10*).

RISADA *s.f.* Risada; gargallada (*Co-a sua risada colorada / fai rebulir a aldeia enteira. 59.1*).

RISEIRO,-A *adx.* Riseiro; que ri facilmente (*Tua risa casabeleira, / gaitiña, gaita riseira, / dá-me ganas de chorar. 63.6*) (*Non quero compañeiro riseiriño / que non seipa reñer anque lle reñan. 92.9*).

RODA *s.f.* 1. Roda (a do carro) (*¡estortillou-no a ròda / dun carro que pasaba! . 32.12*). 2. Roda; moa do muíño (*Dalle à ròda, dalle ô torno. 27.12*).

ROER *v.t.* Roer; moer (*...roi o grao louro e duro. 26.12*).

ROLADA *s.f.* Rolada, conxunto de fillos (*...grande a lareira, para que a rolada / de nenos queipa ô rète do remòl. 18.2*).

ROMÁNTICO,-A *adx.* Romántico; sentimental (*O sapo máis romántico / dos sapos da comarca . 31.3*).

ROMAXE *s.f.* Romaxe; romaría; peregrinación a un santuario (*Fun a San Andrés de lonxe, / fixen a miña romaxe. 97.14*).

ROMERÍA *s.f.* Romaría; festa (*Ti viñas da romería. 94.3*).

ROMPER *v.t.* Romper; partir (*Rompéron-me / o fòl da miña gaita... 32.16*).

RONCÓN *s.m.* Ronco; verme, gusano (*Pasan zoando por entre os maciñeiros / os roncós. 35.6*).

ROSA *s.f.* Rosa; flor (*A roseira orgullosa / de ver-se tan pomposa / co-as suas rósas a rir, ... 50.11*).

ROSADA *s.f.* Rosada; resío; orballo (*A mín práce-me a ròsada / porque refresca a campía. 53.4*).

ROSEIRA *s.f.* Roseira, planta das rosáceas (*A roseira orgullosa / de ver-se tan pomposa / co-as suas rósas a rir, ... 50.9*).

ROULAR *v.i.* Roular; dar voltas a roda do muíño (*Se no muíño se escoita / un garimoso roular / non é que roule o muíño, / é que o arròla sua nai. 70.3*).

ROXAR *v.t.* Roxar, quenta-lo forno a temperatura elevada (*Con leña seca de toxo / roxóu-se o forno bèn roxo. 23.2*).

RÚA *s.f.* Rúa. **Saír de rúa**, andar de paseo (*...lavóu-se bèn a lúa / para salir de rúa. 61.4*).

RUEIRO,-A *adx.* Amigo de pasear e lucirse (*Pròbe lúa rueira! 62.1*).

RUÍN, **ruíña** *adx.* Ruín; perverso (*o vènto tèn mans ruínas: / acariña as follas verdes / e as secas arremuiña-as. 98.1*).

RUÍNA *s.f.* Ruína. // *pl.* Ruínas, restos (*¿pensará nas ruínas de Libunca? . 40.3*).

RUXE-RUXE *s.m.* Ruxe-ruxe; rumor (*...que eu bèn sei que ti consonas / esas nótas cristaiñas (...) / co ruxe-ruxe das follas, 78.11*).

sabandixa *s.f.* Pintega (*...co cantar das sabandixas. 78.14*).

SABER *v.t.* 1. Saber; coñecer (*¿Sabes en qué penso homiño? . 12.2*). 2. Saber; ter unha determinada instrucción (*Non quèro compañeiro riseiriño / que non seipa reñer anque lle*

reñan. 92.10). 3. Saber; ter sabor (*Adentéi unha mazá / por saber como sabía. 95.2*).

SACAR *v.t.* Sacar; quitar algo ou a alguén do interior dun sitio (*Bendita seña a raxeira / que saca o vèrme da cama... 73.5*).

salir *v.i.* 1. Saír; pasar de dentro a fóra (*E cando iba salindo, un sapo vèllo / acochado entre as pèdras da parede, ... 44.1*). 2. Saír; aparecer, manifestarse (*O sol que sale da furada. 59.3*). 3. Saír; resultar (*A miña dona rica / saléu-me macuqueira. 99.2*).

SAN,-(?) *adx.* San; saudable (*Bendito o vèntiño san. 74.10*).

SANGUE *s.m.* Sangue (*Que inda teño / unhas gotas de sangue / rebulindo e fervendo. 82.18*).

SANTO,-A *adx.* 1. Santo; con valor enfático (*E indo de cammiño / co-a sua santa calma, ... 32.7*). 2. Santo, aplicado por extensión, a seres que carecen dese atributo, como elemento ponderativo (*Fontiña serea e clara, / santa, inocènte fontaña... 79.2*). 3. Santo, aplicado por extensión a seres supostamente divinizados (*Nin a Santa Estadea. 83.12*). // *adx. e s.* 4. Santo; persoa canonizada pola Igrexa (*Fun a San Andrés de Lonxe, / fixen a miña romaxe. / Agora, santo bendito, / cando queirèdes, levai-me. 97.15*). // **Miña santa**, fórmula de tratamento (*...teño sede, miña santa; / teño sede, miña amiga. 80.11*).

SAPO *s.m.* Sapo; batracio (*O sapo máis romántico / dos sapos da comarca, / cansado de estar sòlo... 31.3*).

SE¹ *conx.* Se (*...que nadia di coma o pelo / se vèn de man pròbe o gado. 12.24*) (*...si Dios quèr, ... 13.22*) (*Si no-atòpo compaña, / lèvo a dos meus segredos. 83.20*).

SE² *pr. ref.* Se; forma átona do pronome de terceira persoa (*Cando o seu dono a acariña / pandéase, e tan quedaña / se queda... 13.11*) (*Ninguén dèl se lembraba. 85.5*).

SECO,-A *adx.* Seco; referido a vexetais sen a humidade que proporciona a saíba (*Con leña seca de toxo / roxóu-se o forno bèn roxo. 23.1*).

SECURA *s.f.* Secura; sensación de sede (*Pra o que morre de secura / unha sede de auga pura. 104.1*).

SEDE *s.f.* Sede; necesidade e desexo de beber (*Mais esta sede que mata / ti non-a matas, fontaña! . 80.17*).

SEDENTO,-A *adx.* Sedento; que ten sede (*...o traballador sedènto, / cando o sol, aceso, pica, / a ti corre i-en ti al-contra / nõva forza e nõva vida. 79.19*).

SEGREDO *s.m.* Segredo (*Si no-atòpo compaña, / lèvo a dos meus segredos. 83.21*). // **En segredo**, secretamente (*Moito en segredo m'o contóu un fado: 40.4*).

segredo,-a *adx.* Secreto; oculto (*A forza segreda. 81*).

SEGUIR *v.t.* Seguir; continuar (*Seguir camiño quèro. 83.15*).

SEIXO *s.m.* Seixo; pedra (*...os pès ensanguinados / de tris-par tanto seixo; 81.6*).

SELLA *s.f.* Sella; recipiente para a auga (*Hei-che facer unha sella / para vir à auga ô pozo. 95.1*).

SEMENTE *s.f.* Semente (*...vai caendo espárexida a semente... 20.3*).

SEMENTEIRA *s.f.* Sementeira; labores para sementar (*...o labrègo está disòsto / pra facel-a sementeira... 20.3*).

SEMPRE *adv.* Sempre (*¿ué fai sin xenegarse, sèmpre inmo-bre? 40.1*) (*Parès que quèr matal-o àr, / zoupa que zoupa sèmpre n-él. 59.5*).

SENDEIRO *s.m.* Sendeiro; carreiro (*E unha luz diante os ollos / que me aluma o sendeiro.* 83.3).

SENTIMENTO *s.m.* Sentimento (*Puxen o amor nunhas bágoas / de profundo sentimento.* 95.10).

SENTIR *v.t.* Sentir; ter sentimentos (*O paspallar é poeta / sabe sentir e soñar.* 68.10).

señardá[de] *s.f.* Señardade; saudade (*Señardá.* 63).

SEÑOR,-ORA *adx. e s. 1.* Señor; persoa de condición elevada (*Coma un señor nos vèllos pergaminos / tèn na vèlla Libunca o seu tesouro.* 39.1). **2.** Señor, fórmula de tratamento (*Pro, señor fnto, ¿pra ónde vai vostede?.* 44.5). **3.** Con maiúscula, tratamento específico dirixido a Deus, á Virxe, ... (*Deu-lle El Señor o seu lumiño / seu branco lume aludador.* 60.4) (*Bendita Nosa Señora.* 75.5).

SER[*v.* **1.** Ser, ocorrer (*Pro no-é pol-o bèn que canto; / é porque che teño lei.* 10.8). **2.** Ser, formar parte dun grupo (*...que anque seña un animal / tamén co cariño mèdra.* 13.15 9).

SERENO,-A *adx.* Sereno; tranquilo apracible (*Todo despèrta do sono / tranquil da noite serea.* 19.4).

SERVIR *v.i.* Servir; valer, ser útil (*...quèro unha aguillada que me sirva entón / pra medirlle as cóstas a algún pillabán.* 16.7).

SEU, SÚA *pos.* Seu, súa (*Cando seu dono a acariña...* 13.10) (*...cansado de estar sólo / no escuro da sua casa...* 31.6) (*E no curral seus rezos marmullan duas veciñas...* 36.5) (*...co-as suas rósas a rir...* 50.11).

si V. SE¹.

SILENCIO *s.m.* Silencio, ausencia de son (*...estás sèmpre acariñando / co-as tuas frescas maiúñas / as paredes do silencio...* 79.13).

SILVA *s.f.* Silva, planta rosácea que medra espontaneamente (*E no medio das silvas, agachadiña, / cacarexaba a mèrla namoradiña.* 57.3).

sín *prep.* Sen (*...se queda coma unha pèdra, / sin moverse bèn nin mal.* 13.13).

SINXELEZA *s.f.* Naturalidade; espontaneidade (*Sinxelezas.* 53).

SINXELO,-A *adx.* Sinxelo; natural, sen complicación (*...estás marmulando estrófas / de sinxèlas poesías...* 77.8).

siñal *s.f.* Sinal, signo perceptible que manifesta algo (*Xa hai siñales de fartura:* 24.6).

SITIO *s.m.* Sitio, lugar, punto (*Hoxe unha cruz de pau / no sitio onde ficóu...* 85.12).

SOBRE *prep.* Sobre (*Dimpóis sobre a tèrra quènte / i-espelida.* 20.8).

SOL *s.m.* Sol (*O sol ardía no cèio.* 87.2) (*Bendita seña a trunfal / luz do sol, e a raióliña / que entra pol-o fachinal.* 74.2).

solo,-a *indef. 1.* Só, sen compañía (*...entre tarsgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sólo...* 11.3). **2.** Só; único (*Cunha sola palabriña / canta o que quère cantar.* 68.11). // *adv. 3.* Só, soamente (*Sólo miral-a convida / i-hènche de fartura a casa.* 23.5).

SOLTAR [*v.t.* Soltar, desprender (*Soltando-as van, mèntras de frío / trèmen no azul as estreliñas.* 60.7).

SOMBRA *s.f. 1.* Sombra; espacio sen luz (*...deitados baixo a*

sombra dos carballos. 38.5). **2. fig.** Sombra; preocupación (*O paso fòrte / e a sombra dunha idea na mirada...* 30.2).

SONO *s.m.* Sono, acción de durmir (*Todo despèrta do sono / tranquil da noite serea.* 19.3).

SOÑAR *v.t.* Soñar; fantasear (*...mirando o que non vira, / soñando o que soñara...* 32.9).

SOPRO *s.m.* Sopro; acción de soprar (*O teu sopro voandei-ro...* 27.13).

SORTE *s.f. 1.* Sorte; fortuna (*Tèrras onde coller, si axuda a sòrte...* 17.5). **2.** Sorte, destino (*E foi así moi diferènte a sorte / dos ramallos da veira do carreiro:* 46.1).

SUAR [*v.i.* Suar, transpirar (*Esmagado e molido, / suando a règo, a règo;* 81.4).

SUBIR [*v.t.* Subir, levar algo desde abaixo arriba (*...o meu calvario / subindo vou co-a miña cruz pesada.* 92.14).

SUFRIR [*v.t.* Sufrir, padecer, soportar (*E pasaba chorando horas e horas / sufrindo as espiñadas feridoras / das silvas...* 49.7).

supricante *adx.* Suplicante (*Bota unha mirada ô cèio / supricante e reverènte.* 20.7).

surri[r] [*v.i.* Sorrir (*E surriú, e rezóu.* 84.20).

SUSPIRO *s.m.* Suspiro (*...e cos suspiros das nenas;* 78.17).

sustanza *s.f.* Sustancia; elementos nutritivos (*...por ser terra de fondo, / tiña sustanza abondo...* 48.3).

TAL *indef.* Tal (*¿Qué é tolamia? Non é tal...* 13.14).

TALEGA *s.f.* Talega, bozo que se lles pon ás vacas (*Tèn caxigos pra cestos e talègas;* 37.6).

TAMÉN *adv. 1.* Tamén; igualmente (*...que anque seña un animal / tamén co cariño mèdra.* 13.16). **2.** Tamén, ademais (*Tamén tí... ?* 49).

TAN *adv.* Tan (*E logo hasta é tan mansiña...* 13.9).

TANTO,-A *indef.* Tanto (*...Foi tanta a pena da disgracia sua;* 62.6).

TAPAR [*v.t.* Tapar, obstaculizar (*Quèrs-me tornal-o vènto, / quèrs-me tapal-o folgo.* 92.2).

TARDE *s.f. 1.* Tarde, última parte do día (*Pacendo toda a tarde, bèn afeito...* 29.5). // *adv. 2.* Tarde; despois do tempo conveniente (*Pro inda teño demèntes / de pasar, tarde ou cedo, / pra alé de Montemôr...* 84.16).

TE *pr. pers.* Forma átona do pronome persoal de segunda persoa (*¿Con qué pracer te aloumiño, / miña pucha, meu cariño...* 14.6) (*...hei-te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha.* 14.12).

TEIPA *s.f.* Teipa; toupa (*Dixo a teipa: Eu non-o vexo.* 87.4).

TEIXO,-A *adx.* Teixido, de cor parda escura (*¿Miña becერიña teixa...* 14.15).

TEMPO *s.m. 1.* Tempo; duración das cousas ou acontecementos (*Algún tèmpo despóis...* 85.6). **2.** Tempo, época (*Unha noite de choiva, / nos seus tèmpos de noiva...* 61.2).

TENDA *s.f.* Tenda, establecemento comercial (*De merenda en merenda, / e de tenda en tenda...* 33.2).

TENDAL *s.m.* Tendal; táboa na que se pon o pan antes de metelo no forno (*Xa está no tendal a masa / en brandos pas repartida.* 23.3).

TENRO,-A *adx.* Tenro, delicado (*...estaba sèmpre espeta que te espeta / na tènra violeta / as suas fèras espiñas aguza-das.* 50.13).

tépido,-a *adx.* Tépedo, tibio, moderado (*Mañán tépida de outono...* 19.1).

TER *v.t.* Ter, posuír (*Ter vacas miñas! ¡Canté!* 11.5). // **Ter de + inf.** perífrase modal con valor obrigativo (*Con fariña e con forraxe /teño de facerche un traxe;* 14.10). **Ter que + inf.** perífrase modal con valor obrigativo (*meu amo botóu-me fóra / non tivemos que berrar.* 94.6).

TERRA *s.f.* 1. Terra; parte sólida do planeta (*Non che abon-dou con me deixares cego / e inda me queres botar terra nos ollos,* 92.4). 2. Terra, comarca na que se vive (*A terra en onde estaban afincados, / por ser terra de fondo,*... 48.1). // *pl.* 3. Terras, conxunto de terreos que posúe unha persoa (*Terras onde coller, si axuda a sorte, / o mainzo a fartar, trigo e patacas,* 17.5).

TERREO *s.m.* Terreo, terra (...*feita dun caxoto de carballo mouro / criado entre silvas nun terreo escravo.* 15.4).

TERRÓN *s.m.* Terrón, masa de terra compacta e pequena (...*porque unha aguillada que non tén ferrón / (...) nin limpa un arado nin fende un terrón.* 16.4).

TESO,-A *adx.* Teso, duro, rixido (...*tél-os braciños tesos / i-os pelos dreitos co frío.* 9.3).

TESOURO *s.m.* Tesouro, aquilo que ten moito valor para un (*Quero unha aguillada que seña un tesouro,*... 15.1).

TEU,TÚA *pos.* Teu, túa (*¡quén me dera respirar / teus aru-mes montesiños / na limpeza do teu ár!*...10.3/4) (*cinta branda / d'arredor dad tua cintura,*... 26.15) (...*co-as tuas frescas mauiñas*... 79.12).

TI *pr. pers.* Forma tónica do pronome persoal en función de suxeito (*¡Ti cómo farás, José!*... 11.7).

TIRAR *v.t.* 1. Tirar, facer forza para mover algo (*¿ou non val Pépe d'Hermida / máis que pra tirar dun raño?*... 12.5). 2. Tirar; lanzar, arroxar (*Ó pasar veira do río / Rósa unha rósa tirou.* 94.14). // *v.i.* 3. Tirar; parecerse a alguén (*o neno tíralle ó pai.* 69.8).

TISNAR *v.t.* Tisnar, enfeluxar (*Próbe lúa rueira! / Veu que tiña tisnadas as meixelas*... 62.2).

TOCAR *v.t.* 1. Tocar; corresponderlle algo a alguén (*Tocóu-lle pouco farêlo,*... 12.22). 2. Tocar; facer soar un instru-mento musical (...*tocando aquí e alí sua tocata sin fin, / vai o cego tocando /o violín.* 33.5). 3. Tocar, entrar en con-tacto con algo (*E a mín porque as acariña / cáseque sin lles tocar.* 54.4).

TOCATA *s.f.* Tocata, peza musical (...*tocando aquí e alí sua tocata sin fin, / vai o cego tocando /o violín.* 33.5).

TODO,-A *indef.* 1. Todo, enteiro (*Todo despêta do sono / tranquil da noite serea.* 19.3). // *adv.* 2. Todo, enteiramente (...*a próbe flor tristeira / di-lle, toda arumante e mimo-siña,*... 50.17).

tolamia *s.f.* Tolemia; loucura; acto propio dun tolo (...*e que se rían tolas as estrelas / da tolamia da noiva compañeira.* 62.4) (*Qué é tolamia? Non é tal,*... 13.14).

TOLEIRÓN,-ONA *adx.* Toleirón; toleirán; atolado (*Debecido, borrachón, / que das vóltas nun pé sólo / coma un tolo. / ¡Toleirón!* 25.4).

TOLO,-A *adx.* 1. Tolo, que perdeu o xuízo (*Como non tén que lle dar / a próbe vólvese tola.* 70.10). 2. Tolo, ofuscado (*Cavilando coma un tolo, / entre trasgolo e trasgolo / pen-saba na cama eu sólo*... 11.1). 3. Tolo, incontrolado (...*cousiña tola, como rebola / na dura pèdra do bran-*

doeiro. 26.1). 4. Tolo, necio, insensato (*Veu que tiña tis-nadas as meixelas / e que se rían tolas as estrelas / da tolamia da noiva compañeira.* 62.4).

TOLLEITO,-A *adx.* Tolleito; impedido (*¡Próbe! Cando a nai lle falte / tén de quedar-se tolleito.* 71.4).

TORNAR *v.t.* Tornar; apartar, separar (*Quêrs-me tornal-o vènto, / quêrs-me tapal-o folgo.* 92.1).

TORNO *s.m.* Torno; elemento xiratorio (*Dalle á ròda, dalle ó torno.* 27.12).

TOXO *s.m.* Toxo; planta espiñenta (*Con leña seca de toxo / roxóu-se o forno bèn roxo.* 23.1).

TRABALLADOR,-ORA *s.* Traballador (...*o traballador sedènto, / cando o sol, aceso, pica, / a ti corre*... 79.191).

TRABALLAR *v.i.* Traballar; realizar un traballo (*Bèn ditoso é o labrego que se pòda / valer en sí, sin traballar no alleu;* 17.2).

TRAER *v.t.* Traer, conducir algo a onde está un (*A que trás, como é tan grande, / lèva dunha vez abondo.* 95.3).

TRAIADOR,-ORA *adx.* Traidor, falso (*aloumiñei unha mula / por saber si era traidora.* 96.6).

TRALLA *s.f.* Tralla; vara curta cunha correa na punta (*Sin medo á espóra nin da tralla ó estalo,*... 29.1).

tranquil[o],-a *adx.* 1. Tranquilo, calmo, sosegado (*To des-pêta do sono / tranquil da noite serea.* 19.4). 2. Tranquilo; sen inquietude (...*pace tranquil no curro e todo o raña.* 29.2).

TRAS *prep.* 1. Tras, por detrás de (*Por tras do cume do monte / erguéuse a lua a mirar.* 94.1). 2. Tras, despois de (*Eu vin ir duas volainas / voa, voa, unha tras d-outra.* 94.10).

trasgolo *s.m.* Sono sobresaltado (*Cavilando coma un tolo, / entre trasgolo e trasgolo / pensaba na cama eu sólo*... 11.2).

TRAXE *s.m.* Traxe; vestido, aspecto exterior (*Con fariña e con forraxe / teño de facerche un traxe;*... 14.10).

TREBÓN *s.m.* Trebón, troada (*Cando chove miudo todo é lama; / a auga de trebón limpa a vereda.* 92.12).

TREMER *v.i.* Tremer; axitarse (*Soltando-as van, mèntras de frío / trèmen no azul as estreliñas.* 60.8).

TRIGO *s.m.* 1. Trigo (*Terras onde coller, si axuda a sorte, / o mainzo a fartar, trigo e patacas;* 17.6). // *pl.* 2. Trigo, espiga (*Xa están os trigos dourados / recolleitos e medados.* 21.3).

TRINTA *num.* Trinta (*Non me baixou unha perra / dos trinta, e fixen boa feira.* 12.16).

trispár *v.t.* Tripar; pisar (...*os pès ensanguinados / de tris-par tanto seixo;* 81.6).

TRISTE *adx.* 1. Triste; cheo de tristeza (*Xèmes triste da Fol-gueira / no ermo desamparado, / erma e triste codeseira*... 9.5). 2. Triste; mínimo, insignificante (*Ni-unha falta triste dende a punta ó cabo;*... 16.9).

TRISTEIRO,-A *adx.* Tristeiro; triste (*Fèntiño prisioneiro, / que esvaído e tristeiro,*... 43.4).

TRISTURA *s.f.* Tristura; tristeza (*¿E de noite? ¡qué medo! ¡qué tristura!* 38.1).

trunfal *adx.* Triunfal (*bendita seña a trunfal / luz do sol,*... 74.1).

trunfo *s.m.* Triunfo; éxito (*Si chego, un trunfo máis. / si mo-rro, un home menos.* 84.13).

UBRE *s.m.* Ubre (...os meus fillos hei mantêr / co leiteño do teu ubre. 13.24).

UCHA *s.f.* Hucha; arca grande para garda-lo gran e outras cousas (...hei-te pôr de boa pelaxe / co millo da miña ucha... 14.12).

ULIR *v.t.* Ulir; percibi-lo cheiro de algo (*O dono do meu querer / ha de ser tanto do xeito / que seipa ulir unha flor / sin-a murchar co alento.* 96.3).

UN, UNHA *indef.* Un, unha (*Cavilando coma un tolo...* 11.1) (*Mërca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año...* 12.6) (*Que inda teño / unhas gotas de sangue...* 82.18).

VACA *s.f.* Vaca (...*hei facer dela unha vaca / coma as millores da aldea.* 13.7).

VAGALUME *s.m.* Vagalume (*Bendita a luz da mañá / e o lume do vagalume / que aluma na escuridá.* 74.17).

VALADO *s.m.* Valado, muro; valo (*Entre medias das silvas dun valado / (...) vivía unha violeta...* 49.1).

VALER *v.i.* 1. Valer, servir para (*¿Ou non val Pèpe d'Hermita / mais que pra tirar dun raño?* 12.5). // *v.p.* 2. Valerse, ser autosuficiente (*Bèn ditoso do labregu que se pòda / valer en sí, sin traballar no allèu;* 17.2).

VARA *s.f.* Vara; pao delgado (...*que digan os homes: ja vara nacèu;* ... 16.10).

VECÍÑO,-A *s.* Veciño, que viven xuntos (*E crido no consello do veciño...* 48.11) (*No medio dun campeiro / ... veciños que, ô parcer, ben se querían...* 47.3) (*È no curral seus rezos marmullan duas veciñas...* 36.5).

VEIGA *s.f.* Veiga; terreo á beira dun río (*Detrás dos curros, no fondal da veiga, / a carballeira dôrmese.* 37.1).

VEIRA *s.f.* 1. Beira, parte lateral dun camiño, río, etc. (*salen tocar as frutas ás veiras dos camiños;* 35.3). // *prep.* 2. A carón de, pola beira de (*Ô pasar veira do río / Rôsa unha rôsa tirou;* 94.13). **Â túa veira;** á túa beira, ó teu lado, ó teu carón (*Déixa-me pôr á tua veira / miña santa poetisa...* 78.19).

VELLO,-A *adx.* 1. Vello; antigo (*Coma un señor nos vèllos pergamino...* 39.1). 2. Vello, de idade avanzada (*E cando iba salindo, un sapo vèllo...* 44.1). 3. Vello, gastado polo tempo (*Bendita cruz xa vèlla / que, ô vento, á auga, ô sol...* 85.17).

VENDER] *v.t.* Vender (...*vendín vaca cinlleira, / merquéi maronda.* 99.7).

VENTÁ *s.f.* Ventá (*Ventás de cara ô sol...* 18.5).

VENTO *s.m.* 1. Vento; aire en movemento (*Vèntiño, vènto lixeiro, / fresquiño e arrolador.* 65.1). 2. Vento, aire que se respira (*Quêrs-me tornal-o vènto, / quêrs-me tapal-o folgo.* 92.1).

VENTUREIRO,-A *adx.* Ventureiro, espontáneo (*E prantóu a floríña ventureira / ô pé de unha roseira / do seu xardín en flor.* 50.6).

VER *v.t.* 1. Ver; percibir co sentido da vista (*Unha man compasiva / vendo-a vivir tan pròbe e tan cativa-* 59.2). 2. Ver, comprobar (*Hastra ver o que pòdo. / Hastra ver a onde chego.* 84.8). // *v.p.* 3. Verse; observarse (*A roseira orgullosa / de ver-se tan pomposa...* 50.10).

VERDE *adx.* 1. Verde, desa cor (*Tèn caxigos pra cestos e talègas; / verde e espeso o follax...* 37.7). 2. Verde; que non está seco ou maduro (*O vènto tèn mans ruiñas: / acariña as follas verdes / e as secas arremuiña-as.* 98.2).

VERDEGAR *v.i.* Verdegear; verdear; poñerse de cor verde (*Bendita a auga do río / que fai verdegear o prado / e fai andar o muíño.* 74.5).

VEREDA *s.f.* Vereá; carreiro (*Cando chòve miudo todo é lama; / a auga de trebón limpa a vereda.* 92.12).

VERME *s.m.* Verme; animal invertebrado (*A mazá criara o verme;* ... 95.15).

VERSO *s.m.* Verso (...*déixa-me pôr de ti prèto, / miña santa poetisa, / que quero oir os teus vèrsos...* 78.5).

VERTER] *v.t.* Verter; ciscar (*Gaitiña, gaita riseira / que vas vertendo no âr / a risa da muiñeira...* 63.2).

VESTIDO *s.m.* Vestido; roupa (...*o vestido resgado, / e as pèrniñas tremendo...* 82.1).

VEZ *s.f.* Vez. **Dunha vez;** de cada vez (*A que trás, como é tan grande, / lêva dunha vez abondo.* 95.3). **Âs veces,** por veces (...*ti consonas / esas nôtas cristaiñas / -âs veces laios e bâgoas, / âs veces beixos e risas-* 78.9).

VIAXADA *s.f.* Viaxe (...*botóu-se â correioira / e marchou de viaxada.* 32.5).

VIDA *s.f.* 1. Vida, espacio de tempo que se vive (*Mërca unha puchiña, diaño, / anque seña coma un año, / pra empezal-a nòsa vida.* 12.8). 2. Vida, estado ou actividade dun ser vivo (*Bednita a Vida e o Amor.* 75.4). 3. Vida, vitalidade (*Deixa que corra a tua auga / pol-a pradèla sin vida,* ... 80.14).

VIEIRO *s.m.* Vieiro, vereá, carreiro (*Raianlle os vieiros seu lombazo mouro,* ... 39.3).

VIOLETA *s.f.* Violeta; flor (*Entre medias das silvas dun valado / -floriña ventureira- / vivía unha violeta...* 49.3).

VIOLÍN *s.m.* Violín, intrumento músico (...*tocando aquí e alí sua tocata sin fin, / vai o cego tocando / o violín.* 33.7).

VIR *v.i.* 1. Vir, proceder (...*nadia di coma o pelo / se vèn de man pròbe o gado.* 12.24). 2. Vir, dirixirse a onde está o que fala (*Henchendo as correioiras vèn a avenza pra á casa.* 36.2). 3. Vir, chegar (*O sol desque vèn o invèrno / sèmpre está descolorido.* 93.15). **Vir+** *inf.* perifrasede aspectual (*Da chouza nun escuro corruliño, / vèu nacer, casualmentes, un fèntiño.* 43.2).

viravoltas *s.m.* Viravoltas; viraventos (*O teu sopro voandeiro, / viravóltas argalleiro,* ... 27.14).

virxen *adx.* Virxe, en estado puro, non tocado (...*nèboa virxen,* ... 26.17).

VIVIR *v.i.* 1. Vivir, existir (*Cansado de vivir chòra que chòra,* ... 43.7). 2. Vivir, morar, habitar (*Entre medias das silvas dun valado / (...) vivía unha violeta...* 49.3). // *v.t.* 3. Vivir, levar un certo tipo de vida (...*xuntos en paz vivían / sua vida aldeán...* 47.4). // *s.m.* 4. Vivir, vida (*En ti vexo o meu porvir, / o empèzo do meu vivir,* ... 14.3).

VIVO,-A *adx.* Vivo, que ten vida (*Diòl-o arrequeñte no forno e nos agros / e día gozo d'èl a vivos e finados...* 24.15).

VOANDEIRO,-A *adx.* Voandeiro; que non está fixo (*O teu sopro voandeiro, viravóltas argalleiro,* ... 27.13).

VOAR *v.i.* Voar, sosterse ou desprazarse polo aire (*Eu vin dúas volainas / voa, voa, unha tras d-outra.* 94.10).

volaina *s.f.* Volvoretá (*Eu vin ir dúas volainas / voa, voa, unha tras d-outra.* 94.9) (*O pensar da volainiña / é moi bonito pensar: / hastra que atópa unha flor / nunca se quèr apousar.* 96.9).

VOLTA *s.f.* 1. Volta, xiro (*Debecido, borrachón, / que das*

vóltas nun pé sòlo... 25.2). **2.** Volta, regreso (*A de atrás paróuse un pouco, / a de diante deu a volta.* 94.12). **3.** Volta, rodeo (*Qên queira chegar bèn lonxe / ¡cántas vóltas tèn que ir dando!* 96.16). **4.** Volta, curva dun río (*Vólta aquí e vólta alá / vai o río andando, andando.* 96.13).

VOLTAR v.i. Voltar; retornar (*¡Fóron-che fèstas , gaitiña, / que non terán de voltar!*. 64.5).

VOLVER v.p. Volverse, converterse en (*Como non tèn que lle dar / a pròbe vólvese tola.* 70.10).

VÓS Forma tónica do pronome persoal de 2ª persoa plural (*¡Sodes vós as flores miñas!*. 56.6).

VOSTEDE Forma tónica do pronome persoal de 2ª persoa de uso respectuoso (*Pro, señor fènto, ¡pra ónde vai vostede?*. 44.5).

vrân s.m. Verán (*Na eira arrecènde a vrân.* 22.1).

XA adv. Xa (*Xa témol-a anada enteira/ na eira.* 21.1).

XACER v.i. Xacer; quedar postrado (*Bebe uga fría / que si beberas / mouro ribeiro / cèrto xaceras...* 25.8).

XARDÍN s.m. Xardín (*Ó xardín fun por flores, / reñeu-me o xardineiro.* 92.5).

XARDINEIRO,-A s. Xardineiro (*Ó xardín fun por flores, / reñeu-me o xardineiro.* 92.6).

XEITO s.m. Xeito; modo; maneira de ser (*O dono do meu querer / ha de ser tanto do xeito / que seipa ulir unha flor...* 96.2).

XEITOSO,-A adx. Xeitoso, apropiado, axeitado (*Pulida e xei-*

tosa. Quèro unha aguillada... 15.7).

XEMER v.i. Xemer; manifestar pena ou dor (*Xémes triste da Folgueira / no ermo desamparado...* 9.5) (*A mèsma Noite xème en seus ramallos;* 38.2).

XENEGAR v.p. Xenegar; mover, sacudir (*¡Qué fai sin xenegarse, sèmpre inmobre?*. 40.1).

XENTE s.f. Xente; conxunto de persoas (*Deixái-no, que vai tolo- / a xente marmulóu.* 85.2).

XIGANTE s.m. Xigante (...*parés / un gran xigante que caíu ferido...* 39.6) (*-cal xigantón inmènso e ó lado un neno-* 47.6).

XIGANTÓN. V. XIGANTE.

XORNAL s.m. Xornal, salario (...*á conta dos meus xornás / merquéi òntes na Barqueira.* 12.12).

XUNTO,-A adx. Xunto, reunido (...*repousan os pantasma todos xuntos.* 38.4) (*As comadres do lugar / foron lavar todas xuntas.* 98.5).

ZANCA s.f. Zanca; perna longa do home ou dun animal (...*esperguizóu-se o hòme, / estiróu bèn as zancas...* 32.3).

ZARZALLAR v.i. Zarzallar; chuviañar (*¡Qué bonito neboeiro / teu lixeiro / zarzallar!*. 27.3).

ZOAR v.i. Zoar; zuni-las abellas ou outros insectos (*Pasan zoando por entre os maciñeiros / os roncós.* 35.5).

ZOUPAR v.t. Zoupar; bater, dar golpes (*Parés que quèr matar-o ár / zoupa que zoupa sèmpre n-él.* 59.5).

A LINGUAXE ERÓTICA NO GALEGO MEDIEVAL: FODER

Emilio Montero Cartelle

Facultade de Filoloxía. Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUCCIÓN

Non hai moito tempo escribín un traballo sobre as “claves para o estudio do eufemismo e do disfemismo no galego medieval”¹, no que reflexionaba e exemplificaba cos problemas que derivan da análise destes fenómenos lingüísticos nunha etapa da lingua diferente da actual. Sabía dende o primeiro momento que ía atopar coas dificultades propias de calquera estudio que adoptara a perspectiva diacrónica. Pronto, non obstante, me decatei de que a linguaxe erótica presentaba unhas características moi especiais que condicionaban seriamente a elección do corpus, a súa interpretación e a necesidade de contar cunha metodoloxía que se adecuara ós obxectivos buscados.

Como en calquera outra linguaxe especializada, a súa constitución e a súa renovación veñen determinadas por motivacións sociais, aínda que, a diferenza das demais, os impulsos que producen os cambios responden a factores de aceptación ou rexeitamento por parte da comunidade, que non se atopan ou non teñen noutras a repercusión que acadan nesta. A relatividade é, polo tanto, un dos trazos que mellor a definen, pero tamén dos que máis dificultan a súa análise, xa que nin a sociedade é homoxénea, nin, como reflexo dela, o léxico sexual, que varía en función de parámetros tan especiais como ser home ou muller, pertencer a unha clase social ou a outra, proceder do campo ou da cidade, utilizar un rexistro culto, coloquial ou vulgar, etc.².

A falta de competencia lingüística constitúe deste xeito un dos problemas fundamentais no momento de acercarse á linguaxe erótica. Por moitos coñecementos técnicos que se teñan da lingua da época, as esixencias que impoñen as súas peculiaridades non sempre son doadas de cumprir se non se ten a sensibilidade que dimana do uso da propia

¹ Este é precisamente o título do artigo que publiquei na *Homenaxe ó Prof. Dr. D. Ramón Lorenzo*, editado por D. Kremer (1998).

² Cf. para estas cuestións Montero Cartelle (1981: 30-36).

lingua. Non abonda con reuni-lo maior número posible de voces, nin sequera con estar capacitado para acceder ó seu significado ou á acepción concreta con que se está a utilizar nun contexto preciso. Hai que ir máis aló e intentar percibi-lo rexistro lingüístico do que proceden e discerni-las connotacións que espertaban no seu entorno. Nin sequera hai que desbota-la posibilidade dunha contaminación por parte do noso saber lingüístico como falantes dunha lingua nun momento dado, con tódolos problemas que iso implicaría de propoñer una caracterización de acordo a criterios actuais, que pouco ou nada teñen que ver coa sincronía que se está a analizar.

As fontes para o seu estudio adquiren deste xeito unha importancia fundamental, pois deben reproducir-la presión do entorno sociocultural sobre os membros de cada un dos estamentos da sociedade medieval. Por iso creo que máis importante que o número de obras que compoñen corpus é a súa variedade, dada a ineludible necesidade de coñecer-los temas sometidos a interdicción³, a súa intensidade e as actitudes e respostas que provoca. Obviamente, haberá que sacarlle o máximo rendemento ós traballos históricos e sociolóxicos que haxa da época, pero, ó final, será sempre fundamental a selección de textos coa que se vai traballar.

Unha atención especial merecen as *fontes xurídicas*, ben sexan documentos notariais ou foros⁴, pois, aínda que non abundan en testemuñas do léxico sexual, ofrecen a posibilidade de obter unha idea bastante precisa da reacción da sociedade ante determinados feitos, que si son importantes para entende-la linguaxe erótica. A súa información será fundamental no coñecemento do grao de aceptación ou rexeitamento de certos temas e da súa verbalización para o que basta con interpretar correctamente a lexislación e as sancións a que dá lugar a súa transgresión⁵.

As *fontes literarias* son o eixe sobre o que xira o corpus. Considero, por exemplo, fundamental que a selección teña en conta a ineludible necesidade de acoller obras profanas e relixiosas para ter así acceso ó estamento que, en boa medida, determinou a vida sexual de tódalas épocas e as formas de expresións que, inicialmente exclusivas da Igrexa, o seu maxisterio estendeu a tódalas capas sociais. A este tipo pertencen *Miragres de Santiago* e *Tratado de confissom*, que, aínda que portugués, teño moi presente porque o permite a comunidade cultural e lingüística nese tempo entre ámbalas dúas sociedades e, sobre todo, porque resulta sumamente ilustrativo dos niveis acadados pola interdicción sexual e da súa repercusión na elección dos recursos lingüísticos. Reflicte a postura da Igrexa ante case os mesmos temas que preocupaban ó lexislador, ó tempo que utiliza

³ Utilizo *interdicción* no sentido amplo de “coacción externa ou psicolóxica que orixina o eufemismo”, reservando *tabú* o *tabú lingüístico* para a “interdicción máxico-relixiosa”. Cf. para estas precisións Montero Cartelle (1981: § 2.2., pp. 22-26).

⁴ Para esta ocasión, manexei o *Foro Real* (Ferreira, 1987), os *Fueros municipales de Santiago y de su tierra* (López Ferreiro, 1985), os *Fueros municipales de Orense* (Martínez Sueiro, 1978) e a colección de documentos *A vida e a fala dos devanceiros* (Ferro Couselo, 1967).

⁵ M^a Carmen Pallares (1993), partindo dunha concepción similar, reconstruíu a vida da muller medieval, o seu papel na sociedade, no matrimonio, no traballo, cubrindo facetas como o concubinato, a prostitución, etc.

unha terminoloxía moi próxima á do poder lexislativo, que vén a confirma-lo seu carácter de termos propios, carentes de connotacións, sobre os que deseña-la análise e a adscrición das outras voces ás categorías de eufemismos e disfemismos. Da literatura profana merecen unha especial mención as *Cantigas d'escarnho*, que nos introducen nun mundo diametralmente oposto no que o sexo e a linguaxe eran conceptuados dunha forma moi diferente, podendo achegarse pola súa mediación a tódolos rexistros, dende o máis literario ata o máis vulgar e obsceno.

2. A INTERDICCIÓN SEXUAL: *FODER*

Con estas premisas vou presenta-lo que pode se-la análise dun termo do que todos temos bastante clara a súa caracterización e a súa pertenza a un rexistro lingüístico moi preciso. Trátase da palabra *foder*, da que, como punto de partida, interesa destacar que só se rexistra nas *Cantigas d'escarnho* nas que era a forma máis frecuente para expresa-lo acto sexual.

Se deste dato se deduce que era a voz máis estendida para denomina-lo coito, só se estaría a valorar unha das súas facetas, a relativa ó seu nivel de incidencia. Creo que hai que ir máis aló e deducir da súa omisión noutras obras un sistemático e consciente rexeitamento, que se explica en función do rexistro do que procede e das connotacións que espertaba. Agora ben, esta primeira impresión hai que fundamentala, para o que se pode subliñar que á mesma conclusión induce o contido e lectura da cantigas nas que se documenta, sempre, en opinión de Lapa, “obsceñísima” (cantiga 23), “extremadamente atrevida” (cantiga 37) e incluso “pornográfica” (cantiga 39). A modo de exemplo do seu uso concreto, elixín unha composición na que Afonso Eanes do Cotón se presenta ante una abadesa como un recén casado sen experiencia sexual e solicítalle que o adoutrine con promesas que van dende rezar por ela ata recordarlle que gañará o ceo por ensinar ó que non sabe. O poema adquire así un ton entre irreverente e vulgar, que non é alleo nin á combinación do relixioso co sexual, nin á sistematicidade con que utiliza e explota as connotacións de *foder*:

“E se eu ensinado vou
de vós, senhor, deste mester
de *foder* e *foder* souber
per vós, que me Deus aparou,
cada que per *foder*, direi
Pater Noster e enmentarei
a alma de quen m’ ensinou” (37: 15-21).

A diferenza dos eufemismos que, salvo contadas excepcións, se contaminan e cambian de categoría ou desaparecen, os disfemismos presentan unha dinámica evolutiva moi dispar. A súa estabilidade a tódolos niveis é moito maior. Poden caer en desuso,

pero dificilmente se desprenderán das súas asociacións e pasarán á categoría dos eufemismos. A porcentaxe dos que se manteñen ó longo de tódalas etapas dunha lingua é moi superior á dos que desaparecen. *Foder* non é unha excepción, polo que do mesmo xeito que isto nos leva a relacionalo co *foder* actual, tan obsceno e vulgar como o medieval, tamén se pode face-lo propio coa forma latina da que procede.

Non é esta a primeira vez, nin será a última, na que se formule a posibilidade de explicar os trazos disfemísticos dunha palabra, aducindo que xa en latín presentaba as mesmas características. É evidente que, para aceptalo, deben darse unhas premisas mínimas, como que as súas primeiras documentacións sexan inequivocamente obscenas, así como que tamén suceda o propio na maioría das linguas romances ou, polo menos, nas que participan dunha tradición cultural común. As dúas condicións cúmprense na presente ocasión. De *futuere*, ó contrario que de *cunnus*⁶ ou de *coleus*⁷, non hai testemuñas directas de que estaba “marcado”, pero a súa traxectoria na lingua latina é bastante transparente. A súa presenza circunscríbese á sátira, en especial a Marcial, e ós graffiti pompeianos, o que fai presupoñer a Bonfante (1937: 74) e a Enrique Montero (1991: 121-124) que foi unha palabra de marcado carácter vulgar, fortemente expresiva e claramente obscena. Presentaba, polo tanto, os mesmos trazos que o galego *foder* e o castelán *joder*, o que parece que condicionou a evolución desta última. Corominas-Pascual explican a conservación da aspiración polo “carácter brutal de la palabra, que se presta a una pronunciación enérgica y achulada”. Recoñecen, ademais, que “es difícil hacer la historia del empleo de un vocablo de este tipo, por lo común evitado en los textos” (*DCELH*, s.v. *cojón*), algo no que coinciden novamente as linguas latina⁸, galega e castelá⁹, conferindo unha dimensión moi especial a relación que establecía anteriormente entre a súa ausencia dos textos e a forte presión social a que estaba sometida.

⁶ A seguinte recomendación de Cicerón, citada por Enrique Montero (1991: 29-30), é tan clara, directa e esclarecedora que non precisa comentarios:

“Quid, illud non olet unde sit, quod dicitur ‘cum illis’, ‘cum’ autem ‘nobis’ non dicitur, sed ‘nobiscum’?
Quia si ita diceretur, obscenius concurrerent litterae, et etiam modo, nisi autem interposuisssem, concurrissent”
(Cicerón, *orat.* 45, 145).

Cfr. Montero Cartelle (1995: 432-433), onde recollín un exemplo da cantiga 23, na que se xoga coa contracción da preposición *con* e o artigo *os* (*con* + *os* = *conos*) para provocar a asociación fonética que Cicerón aconsellaba evitar.

⁷ Adams recoñece explicitamente que “the obscene word for ‘testicle’ was *coleus* (etymology obscure)”, ó tempo que aduce exemplos de Petronio que confirman a súa capacidade para xerar usos derivados moi similares ós actuais, como “si nos coleos haberemus” (1982: 66), co mesmo significado que o actual *ter collóns*, *ter ovos*, cast. *tener cojones*, *tener huevos*.

⁸ Segundo Enrique Montero, *futuere* naceu “envuelto en tonos satíricos, en Catulo. No hay ningún testimonio o alusión anterior a su existencia, si bien podemos presuponer que existió entre el pueblo por su abundancia en las inscripciones y por la geminación expresiva, popular y antigua *fu(t)uo* tipo *ba(t)uo*” (1991: 121).

⁹ Coa excepción do breve paréntese que representan os foros do século XIII, non reaparece ata a época dos *Cancioneros*, que, como as *Cantigas*, foron permeables a tódolos rexistros e a tódolos temas. En Montero Cartelle (1997) analizo a importancia da lírica galaico-portuguesa para comprender o salto cualitativo que se percibe no léxico sexual da lírica castelá do XV, ó tempo que explico a posibilidade de utiliza-las voces comúns a ambas para suplir as lagoas e acceder dende calquera das dúas linguas ó rexistro lingüístico do que procedían e ás connotacións que as caracterizaban.

É moi probable que a súa propia expresividade a protexera do desgaste, sobre todo porque a súa especial capacidade para xerar usos translaticios se foi renovando ó longo da historia da lingua. Con todo, o seu seguimento non resulta doado. Ó problema xa mencionado da reticencia que manifestan os textos a utilizala, debe engadirse a disociación que sempre houbo entre a lingua escrita e a falada, onde, con toda seguridade, naceron a maioría das acepcións e valores que nos poden interesar. A súa escasa documentación denota unha forte implantación de *foder* e o inicio dunha tendencia que se consolidará co tempo. Tal vez ese longo camiño tivo o seu inicio nun procedemento tan simple e productivo como é a comparación, sobre todo cando ten un ton claramente despectivo como o que utiliza Afonso Eanes do Cotón para resalta-la súa inexperiencia sexual:

“que ben vos juro que *non sei*
mais que un asno de foder” (37: 6-7).

Non menos vulgar, obscena e directa é a frase *foder a caralho cheo*, de estrutura e contido moi similar a do castelán actual *joder a calzón quitado*, que Cela recolle co significado ‘joder mucho, sin comedimiento’ (*Enciclopedia erótica*, s.v. *joder*). Esa foi a miña interpretación nunha primeira aproximación, tal vez condicionado polo desexo de atopar paralelismos coa sincronía actual, sen decatarme de que, para o estado de lingua do que procede, era máis doado propoñer un sentido máis literal, no que se destacaba o vigor máis que a predisposición ó acto sexual. O contexto admite as dúas lecturas. Documentábase nunha cantiga no que xoga un papel fundamental a ambigüidade sobre a capacidade sexual dun mozo mouro, do que Estevan da Guarda parece querer saber se xa está maduro para manter relacións carnaís. A resposta é taxativa:

“ca maestr’ Ali diz que dias á
 que sabe d’ Álvaro Rodríguez que já
fod’ este mouro a caralho cheo” (117: 19-21).

A frecuencia e a difusión de *foder* pódese medir tamén tomando como referencia as súas posibilidades para xerar derivados e compostos, que non só manteñen as características do elemento base, senón que presentan matices máis agresivos e despectivos que aquel. Tal vez, esa sexa a razón pola que son obxecto dunha especial atención nas obras de tipo xurídico, nas que se recollen coa única finalidade de penaliza-la súa utilización, ofrecendo unha información de primeira man sobre o rexeitamento social que provocaban. Así sucede, por exemplo, con *fudodinculi*, que no *Foro Real* de Alfonso X se equipara a *cornudo* e a *puta* na súa consideración social e nas implicacións que derivaban da súa verbalización:

“Qual quer que [deostar] outro o lhy disser falso ou trehedor ou *fudodinculi* ou erege, ou a molher de seu marido disser puta, desdigao ante o alcaide e ant’os omees boos (...) e peyte .ccc. soldos” (265: 89-93).

Procede do latín *FUTUTUS IN CULUM* e ten o significado ‘homosexual’, o mesmo que as formas castelás *fudidenculo* y *fududinculo*, “documentadas copiosamente, en calidade de

insultos, en fueros del s. XIII” (Corominas-Pascual, *DCELH*, s.v. *joder*), nos que se pode rastrea-lo seu proceso de formación a través das expresións *fotudo iculo* (*sic*)¹⁰, *yo te fodí por el culo*¹¹ e similares, como “*yo te fodí por diuso*” (*Fuero de Plasencia*, 40: 10).

Sorprenderíame que as cantigas non tivesen aproveitado a forza expresiva e denigratoria destes compostos. Por iso, parécese natural que se fagan eco da súa expresividade, recorrendo a *fududancia*, segundo Lapa, “muito conhecido dos documentos legais, que o sujeitavam a penalidades” (1970: 28, n. ou v. 15). Pola miña banda, só o documento nas *Cantigas* baixo esa forma e sempre como adxectivo que modifica a *velha* en cinco das súas seis ocorrencias. Na sexta, combínase con *puta*. Xa non se asocia á homosexualidade, nin ó amor lesbio, senón que está utilizado cunha intención claramente vexatoria, que predomina sobre calquera significado concreto. Pode, de tódolos xeitos, propoñerse a acepción ‘fodedora’ (Arias Freixedo, 1993: 94), pero iso implicaría limitalo en exceso. Habería que ter en conta as facetas que derivan de aplicar a unha muller unha práctica contra natura, con todo o que iso presupón de vicio e de predisposición ás relacións sexuais baixo calquera das súas modalidades. É a suma de todo o que o converte nun dos insultos máis agresivos, que, segundo as circunstancias, se aplica a unha camareira¹², a unha muller de aparencia e forma de vestir pintorescas¹³ ou a un bispo que, asaltado e roubada a súa roupa, recorda unha vella ama de cría:

“leixaron-me qual fui nado no meio da rua;
e un rapaz tinhoso –que o Deus por en estrua!–
chamava-mi “*minhana, velha fududancia!*” (71: 16-18).

Curiosamente, é nunha cantiga obscena e inzada de imaxes sexuais, na que a súa intencionalidade despectiva se manifesta dun xeito máis evidente, salvo que, porque modifique a *puta*, se lle busque unha acepción técnica que faga referencia ó tipo de prostituta ou a un dos servizos que ofrecía. Parece, de tódolos xeitos, pouco probable que así fose:

“e, mentr’ ouverdes a besta, de pran,
cada u fordes, todos vos faran
onra doutra *puta fududancia*” (211: 19-21).

¹⁰ Cela rexístrao como deosto no *Fuero de Avilés* (*Enciclopedia erótica*, s.v. *culo*).

¹¹ É moito máis frecuente que a anterior e de consecuencias desproporcionadas:

“Otrossi qual quier que a alguno dixiere: “*Yo te fodi por el culo*”, si pudiere ser prouado que aquello uerdat es, amos sean quemados. Et si non, sea quemado aquel que tal maldat dixiere” (*Fuero de Alcaraz*, 81: 10-14, p. 242).

¹² Afonso Eanes de Cotón converte unha airada diatriba contra unha doncela de cámara (“covilheira velha” (45: 1) nunha feroz crítica contra tódalas da súa profesión, polas que sempre se considerou maltratado (“ca nunca *velha fududancia* vi / que me non buscasse mal, se podesse” (45: 5-6), das que sempre fuxiu (“e por esto rogu’ eu de coraçon / a Deus que nunca meta semeldon / antre min e *velhas fududancias*” (45: 10-12) e ás que sempre odiou: “ca Deus me tolha o corp’ e quant’ ei, / se eu *velha fududancia* sei / oje no mundo a que gran mal non queira” (45: 16-18). “Des que fui nado, quig’ eu sempre mal / a *velha fududancia* peideira” (45: 23-24).

¹³ “Vi-a cavalgar indo pela rua, / mui ben vistida en cima da mua; / e dix’ eu: -Ai, *velha fududancia*, / que me semelhadess ora mostea!” (28: 13-16).

Os editores das cantigas a penas prestaron atención ó significado de *fodido*, tal vez porque nas súas dúas únicas ocorrencias perciban unha acepción que a súa competencia lingüística asimila ás das formas actuais tanto do galego como do castelán. Creo que non é así e, aínda que fose, habería que destacalo. Na cantiga na que Pero da Ponte critica abertamente a homosexualidade, *fodidos*, máis que unha execratio con tódolos matices que leva consigo, ten o mesmo sentido que o *fodido* do castelán da época, no que só ou na frase *fijo de fodido* era un dos insultos máis graves que se podía aplicar a un home: “qui a otro dixiere *fodido* o *fijo de fodido* peche x morauedis” (*Fuero de Plasencia*, 35: 19). A acepción ‘homosexual’ paréceme a máis apropiada para unha composición na que, por riba, *maridos* “è chiaro che qui si tratta dei pederasti attivi”, tal como afirma Panunzio (1967: 155 n. ó v. 3):

“Eu digo mal, com’ ome fodimalho,
quanto mais posso daquestes *fodidos*
e trob’ a eles e a seus *maridos*” (340: 1-3).

Un uso distinto ten na cantiga 200, que reproduce por tres veces o substantivo *fodido*, aínda que nesta ocasión cun significado moito máis xenérico e próximo á simple execratio. É difícil, a pesar de todo, precisar máis o seu contido, sobre todo se, como recoñece Lapa, *al* pode ser dende unha forma arcaica por *ao* ata un erro en lugar da interxección *ai* (1970: *Vocabulario*, s.v. *al*). Nese caso a acepción anterior sería posible, do mesmo xeito que serían igualmente válidas as outras:

Un sangrador de Leirea
me sangrou estoutro dia,
e vedes que me fazia:
andand’ a buscar a vea,
foi-me no cuu apalpar:
al *fodido* irá sangrar
sangrador en tal lugar!” (200: 1-7; cf. tamén os vv. 13-14 y 20-21).

A serie complétase co adxectivo *fodimalho*¹⁴ que, na cantiga 325, se aplica ós animais para indicar o momento no que adquiren a súa madurez sexual, mentres que Pero da Ponte o atribúe a si mesmo na 340. É factible que busque desa maneira dar maior énfase e consistencia a súa crítica sobre a homosexualidade, poñendo de relevo xa no primeiro ver-

¹⁴ Aínda que nos manuscritos figure *fadimalho* e *fadimalhas*, según a lectura que propón Lapa, pois, tal como razoa Valeria Bertolucci (1963: 119-120), de aceptarse estas formas produciríase unha ruptura entre o significado que lle correspondería polo seu étimo e o sentido que adquire nos dous textos nos que se documenta. Habería que remitilo a base *fado* (lat. *FATUM*), ó igual que os adxectivos castelás da época *fademajo* y *fademaliento* (cf. Corominas-Pascual, *DCLH*, s.v. *fado* y *majo*) e o portugués *fadimalha*, e o seu significado denotaría ‘desgracia’, ‘mala sorte’, acepcións moi difíciles de compaxinar co contido das cantigas das que proceden. Se se acepta a súa proposta, agruparíase, pola contra, co galego *fodinallas* y *fodedallo*, ambos claramente relacionados con *foder* (FUTUERE) e con máis posibilidades, polo tanto, de adapta-lo seu significado ó sentido do texto. O primeiro aparece rexistrado no *Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego* de L. Carré Alvarellos co significado ‘órgaos xenitais’ e no de Alonso Estravís, *Diccionario da lingua galega*, coas acepcións, ‘órgaos da reprodución’ e ‘capaz de producir ou xerar’. Non teño constancia da súa vixencia no galego actual; mentres que, do segundo, si. Carme Hermida Gulías comunicoume que se aplica na montaña pontevedresa (Forcarei) ó neno ou cousa que molesta.

so que, a pesar de equipararse ós animais na intensidade, irracionalidade e irrefrenabilidade dos seus instintos sexuais, el nunca os canalizaría cara ó contacto sexual cos homes:

“Eu digo mal, com’ *ome fodimalho*,
quanto mais posso daquestes fodidos” (340: 1-2).

Lapa faino derivar de *futimacula*, que non só se axusta ó significado ‘marca, sinal de que se está apto a fornicar’ (1970: 342 n. ó v. 1), senón que dá consistencia á hipótese anterior. O efecto buscado nacería precisamente de aplicarse Pero da Ponte un termo e un concepto específico do reino animal. Incluso no suposto de que *fodimalho* fose o resultado dun cruce con *almallo* (latín *animalium*), vixente hoxe co significado ‘boi ou touro semental’, a hipótese anterior non habería por qué modificala. Segue equiparándose a un animal e mostrando que os seus instintos son tan primarios como os que rexen naquel e, a pesar diso ou por iso, considérase moralmente xustificado para satirizala sodomía. Tampouco tería moita importancia aceptar calquera outro étimo dos propostos, como *fazer malho* co significado ‘che fá [con evidente senso erótico] come un martelo’, porque implica unha idea de violencia que reitera a forza e intensidade dos seus apetitos sexuais, co que se estaría ante o mesmo plantexamento.

A capacidade de combinación de *foder* foi moi grande. Xunto ás formas anteriores, nas cantigas rexístrase tamén o substantivo *fodestallo* coa acepción ‘costume, vicio de foder’. Calquera proposta sobre a súa orixe tropeza sempre coa dificultade que implica a falta de documentación noutros textos, o que produce a impresión dun hápax, que tanto pode proceder dun cruce de palabras de difícil reconstrución, como do desexo consciente de manifestar-la propia capacidade creativa, actuando sobre a forma e o significado. Este pode ser o caso de *fodestallo*, no que percibo matices despectivos que, como propón Valeria Bertolucci, tal vez veñan do sufixo “-*aculu* che ha valore strumentale oppure peggiorativo: in questo seconde senso si avrebbe forse *fodestallo* un equivalente di *foder astroso* del v. 9” (1963: 120). O problema vén da necesidade de completa-la explicación cun novo sufixo, -*ista*, que precedería ó anterior. Esta opción parece máis factible que pensar na combinación de *foder* e *destallo*, porque, aínda que o castelán *destajo* estea presente en textos da época (cf. Corominas-Pascual, *DCELH*, s.v. *tajar*), a acepción que interesa é moito máis tardía. A súa obscenidade está asegurada sexa cal sexa a interpretación que se lle vea:

“E pois eu entendo que ren non valho
nen [ar] ei por outra bondad’ a catar,
non quer’ eu perder este *fodestallo*
nen estas putas nen [aque]jest’ entençar” (286: 13-16).

3. CONCLUSIÓNS

O feito de tomar como referencia da aproximación á linguaxe erótica do galego medieval unha palabra que coincide nas súas connotacións coa forma léxica actual, non debe

facernos perde-la perspectiva de que o estudio da interdicción sexual noutras etapas da lingua presenta problemas que só se poden solucionar co concurso dunha adecuada elección das fontes. Dos textos hai que deducilo todo, dende as formas de expresións e os seus significados ata a súa aceptación ou rexeitamento por parte da sociedade, pasando polos rexistros lingüísticos dos que proceden. Non é esta unha característica exclusiva do léxico sexual, aínda que, con toda probabilidade, a presión social que gravitou sobre el en tódalas épocas e, con maior intensidade, na medieval lle deu uns trazos moi especiais. As fontes para o seu estudio adquiren neste contexto unha importancia fundamental non só porque delas procede o corpus co que se traballa e os datos para interpretalos lingüística e socioloxicamente, senón porque, por riba, constitúen o punto de referencia para aprecia-la reacción dos distintos estamentos sociais ante a interdicción sexual.

No caso de *foder*, a resposta maioritaria é o silencio, que representa unha das formas máis drásticas da expresión eufemística e reflicte con claridade a forza da interdicción a que estaba sometida. A súa concentración nas *Cantigas*, lonxe de ser un problema para a súa caracterización, é unha evidencia da súa vulgaridade e obscenidade. Son precisamente estes trazos os que determinaron a súa omisión, por unha banda, e, por outra, o seu uso naqueles poemas nos que a temática e os obxectivos invitaban a recorrer á lingua falada para extraer dela toda a súa expresividade.

A escasa incidencia nos *Foros* confirma as apreciacións anteriores. Mostran o impacto dos seus derivados e compostos na sociedade de entóns e a súa reacción ante estes auténticos improprios. As penas, por esaxeradas que poidan parecer, reflicten tanto a gravidade da inxuria, como a improcedencia de recorrer a unha forma de expresión que en si mesma era considerada unha verdadeira execratio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Fontes

Alfonso X: *Foro Real*, 2 vols. Edição, Estudo Linguístico e Glosario de José de Azevedo Ferreira, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

Cantigas d'escarnho e del mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses, 2ª edición, revista e acrescentada pelo Prof. M. Rodrigues Lapa, Vigo, Galaxia, 1970.

Cantigas d'Amor dos trovadores galego-portugueses. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes, e glossário por José Joaquim Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Cantigas d'Amigo dos trovadores galego-portugueses. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário por José Joaquim Nunes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

Crónica Troiana. Introducción e texto por Ramón Lorenzo, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.

Ferro Couselo, Xesús (1967): *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*, Vigo, Galaxia.

- López Ferreiro, A. (1985): *Fueros municipales de Santiago y de su tierra*, Madrid.
- Martínez Sueiro, M. (1978): *Fueros municipales de Orense*, Ourense, La Popular.
- Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por José L. Pensado, Madrid, CSIC, 1958.
- Tratado de confissom* (Chaves, 8 de agosto de 1489). Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

2) Estudios

- Arias Freixedo, X. Bieito (1993): *Antoloxía da poesía obscena dos trobadores galego-portugueses*. Edición, comentario e glosario. Santiago de Compostela, Ed. Positivas.
- Bertolucci Pizzorusso, Valeria (1963): *Le poesie di Martin Soares*, Bologna, Libreria Antiquaria Palmaverde.
- Bonfante, G. (1937): *Los elementos populares en la lengua de Horacio*, Madrid.
- Cela, Camilo J.: *Enciclopedia del erotismo*, 4 vols., en *Obras completas*, Tomos XIV, XV, XVI e XVII, Barcelona, Ed. Destino, 1982-1986.
- Corominas, J. y J. A. Pascual (DCECH): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 6 vols., Madrid, Gredos, 1980-1991.
- Lapa, M. Rodrigues (1970): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, Vigo, Galaxia.
- Montero Cartelle, Emilio (1981): *El eufemismo en Galicia (Su comparación con otras áreas romances)*, Santiago de Compostela, Universidade.
- Montero Cartelle, Emilio (1995a): “Claves para o estudio do **eufemismo** e do **disfemismo** no galego medieval”, en Kremer, D. (éd.) *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, Galaxia, Vigo, 1998, 1049-1060.
- Montero Cartelle, Emilio (1995b): “La interdicción sexual en el gallego medieval: la expresión de los órganos sexuales femeninos”, *Verba*, 22 (1995), 429-447.
- Montero Cartelle, Emilio (1997): “El léxico erótico en el castellano medieval: claves para su estudio”, en García Turza, Claudio, F. González Bachiller & J. Mangado Martínez (eds.): *Actas del IV Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Logroño, Universidad de La Rioja, 1998. Volumen II, 307-320.
- Montero Cartelle, Enrique (1991): *El latín erótico. Aspectos léxicos y literarios*, Sevilla, Universidad.
- Pallares Méndez, M^a Carmen (1993): *A vida das mulleres na Galicia medieval. 1100-1500*. Santiago de Compostela, Universidade.
- Panunzio, Saverio (1967): *Pero da Ponte: Poesie a cura di S. Panunzio*, Bari.

ACHEGAMENTO Á ONOMÁSTICA NA NARRATIVA GALEGA DE ÁLVARO CUNQUEIRO

María Xesús Nogueira Pereira

Facultade de Humanidades de Lugo. Universidade de Santiago de Compostela

Aínda que son numerosos os traballos que se ocuparon da lingua literaria do autor de Mondoñedo¹, non foi a onomástica unha cuestión que xerara abondosos estudos. Este dato contrasta coa grande riqueza do repertorio onomástico cunqueiriano, reflexo dunha faceta máis da súa desbordante imaxinación, así como das engrenaxes do motor inesgotable da súa poética ó que, en máis dunha ocasión, chamou “memoria deformante”².

Este feito semella estar en relación coa escasa atención recibida, dentro da propia lingüística, pola onomástica literaria³. No caso que agora nos ocupa, fóra do estudio pioneiro de Christian Ionescu⁴, tan só contamos con referencias parciais ó tema.

A extensión do obxecto de estudio fixo obrigada unha restricción das lindes do meu achegamento á cuestión da antroponimia ó corpus da narrativa galega do escritor de mindoniense⁵. En ningún momento pretendín elaborar un estudio exhaustivo da cuestión, como tampouco levar a cabo un traballo de carácter estatístico. O meu obxectivo foi reflexionar sobre algúns aspectos concretos do traballo do escritor na elaboración do seu propio inventario antroponímico.

¹ Para unha caracterización xeral da lingua cunqueiriana *vid.* fundamentalmente Álvarez Blanco, 1982; Blanco, 1993; Fernández Rei, 1982; García González, 1991; Hermida, 1993 e Varela, 1993.

² O escritor explicaba así esta dimensión da súa poética: “Eu teño unha memoria deformante, é dicir, se eu leo agora un texto que me sorprendeu dalgún xeito, cando o recordo dentro dalgún tempo, sinto a invencible necesidade de perfeccionalo, de facelo máis expresivo ou significativo” (Risco / Soldevila, 1989: 107). Non debemos esquecer este razoamento á hora de achegármolos á cuestión da antroponimia.

³ *Cfr.* Ariza, 1981; García Gondar, 1995; Instituto da Lingua Galega, 1996.

⁴ Ionescu, 1993.

⁵ *Merlín e familia* (1955), *As crónicas do sochantre* (1956), *Escola de menciñeiros* (1960), *Si o vello Sinbad volveuse ás illas* (1961), *Xente de aquí e de acolá* (1971) e *Os ouros feirantes* (1979). En todos os casos empregamos a edición da Obra en Galego Completa, vols. III e IV, *Narrativa e Semblanzas*, Vigo, Galaxia, 1982 e 1983, respectivamente.

O estudio foi elaborado sobre unha base de datos na que recollín os cerca de mil antroponimos que están presentes no corpus mencionado. Nela incluíñ información estruturada en campos diversos, como a lingua na que supostamente se expresa o antroponimo, as características das fórmulas, os datos sobre os personaxes ós que corresponden, o discurso metaonomástico, etc. O aquí exposto non é outra cousa que uns primeiros resultados dun estudio cunhas fronteiras infindamente máis amplas.

A riqueza onomástica da obra cunqueiriana foi recoñecida polo profesor Ionescu cando, a propósito das dificultades de tradución destes textos a outras linguas, afirma que

la abundancia de nombres, junto a la pluralidad de formas utilizadas y la reiteración onomástica representa una característica sistemática del texto cunqueiriano⁶.

Tal riqueza é unha das consecuencias máis notables da confluencia no texto de mundos heteroxéneos⁷. A isto cómpre engadir aínda dúas cuestións. Por unha banda, a estrutura en pequenas unidades que comparte a totalidade da produción literaria do mindoniense. Por outra, a dimensión humana da súa obra, explicada polo escritor en máis dunha ocasión⁸.

No que respecta ó repertorio de nomes, cómpre distinguir entre aqueles que teñen correspondencia cun inventario real e os que son froito da creatividade do escritor. Estes últimos presentan un grande interese para a estilística da lingua, pois permítennos descubrir os procedementos dos que o autor bota man para o seu traballo lingüístico e creador.

A SELECCIÓN ANTROPONÍMICA. A CUESTIÓN DO XÉNERO

Resulta obvio afirmar que a temática dunha obra condiciona a selección antroponímica dos seus personaxes, así como a súa onomástica en xeral. Se nos centramos no noso obxecto de estudio, tal afirmación supón recoñecermos *a priori* a existencia dun microcorpus antroponímico diferenciado dentro da narrativa galega do escritor. Refirome a aquel formado polas tres obras de narrativa curta, *Escola de menciñeiros* (1960), *Xente de aquí e de acolá* (1971) e *Os outros feirantes* (1979). Tal especificidade no que respecta á antroponimia, que xa foi posta de manifesto por C. Ionescu⁹, responde, ó meu xuízo, a

⁶ Ionescu, 1993: 15.

⁷ A. Tarrío fala dun mesturado mundo “artúrico-arábigo-mediterráneo-galego” (cfr: Tarrío, 1994: 312). A propósito da heteroxeneidade da onomástica do autor, C. Ionescu explica: “El inventario antroponímico es heterogéneo en cuanto a la procedencia de sus componentes, puesto que, aparte del grupo numericamente dominante de nombres gallegos comprende muchos elementos pertenecientes a la onomástica latina, castellana, catalana, francesa, italiana, alemana, inglesa, irlandesa, búlgara, árabe, turca, indú, china” (Ionescu, 1993: 20).

⁸ O mindoniense concibiu o traballo do escritor como o oficio de “contar a totalidade humán, que il pola sua parte ten a obriga de alimentara con novas miradas” (Cunqueiro, 1963: 184).

⁹ Ionescu, 1993.

un proxecto poético particular, desenvolvido a partir do ano 60 polo escritor de Mondoñedo, que cristalizou nas obras máis arriba citadas¹⁰. Neste sentido, podemos establecer unha primeira división no que se refire á antroponimia da narrativa cunqueiriana, que responde fundamentalmente a unha cuestión xenérica:

a) Antroponimia da narrativa curta

O autor recorre habitualmente a un sistema antroponímico galego, a non ser naqueles casos nos que se pretende marcar, por determinadas circunstancias, algún trazo do personaxe. Por outra banda, nestas obras desenvólvese un discurso metaonomástico particular.

É común ás obras que compoñen este microcorpus a presenza da fórmula onomástica¹¹ composta polo nome propio seguido dun sintagma preposicional con información relativa fundamentalmente á toponimia¹² –*Coxo de Entrebo* (E.¹³), *Lamego de Mouriz* (F.)– ou á familia –*Jovita de Andrés* (F.), *Manuel do Areeiro* (X.)–. Son tamén moi frecuentes as fórmulas compostas por substantivo + adxectivo, expresando este idade ou condición: *Reinaldo Novo* (F.), *Puga Vello* (X.), *Leiras Vello* (X.) ou *Pedro Bravo* (F.). Menos frecuentes son neste tipo de narrativa as fórmulas do tipo *Manuel o Baito* (X.).

b) Antroponimia da narrativa longa

O inventario de nomes nestes libros ten un carácter moito máis heteroxéneo, ó depender directamente dos eixes temáticos das distintas obras. Isto explica o feito de que sexa probablemente *Merlín e familia* a narración que presenta unha maior variedade no que respecta ós nomes dos personaxes, ó transcorrer a acción nas terras galegas de Miranda, lugar a onde acoden personaxes de diversos países na procura da axuda de don Merlín. Unha maior homoxeneidade presentan o *Si o vello Sinbad volvese ás illas* e *As crónicas do sochantre*. Na primeira das obras observamos un sistema onomástico coherente co ambiente oriental no que transcorre a acción, nutríndose para iso dun sistema onomástico arábigo, persa e chinés no que abundan os elementos que teñen a súa orixe na literatura, concretamente na obra *As mil e unha noites*. Polo que respecta ás *Crónicas*, a obra bota man dun sistema onomástico fundamentalmente francés, dada a súa ambientación nas terras bretonas.

En xeral, nestas obras hai un maior predominio de antroponimos alleos ó noso sistema onomástico, integrados por veces mediante curiosos procedementos que comentarei máis adiante.

¹⁰ “Hai, ó noso ver, entre os tres libros de retratos galegos unha relación abondo fundamentada como para falar dun verdadeiro proxecto de unidade, pormenorizadamente explicado polo escritor en diferentes momentos” (Nogueira, 1995: 180).

¹¹ Entendemos por fórmula “la expresión constituída por uno o más nombres propios que, en una situación dada identifica sin posible ambigüedad un referente determinado (Ionescu, *op. cit.*: 24).

¹² *Cfr.* Ionescu, *op. cit.*: 24.

¹³ Nas referencias correspondentes ás obras de Cunqueiro empregamos o seguinte sistema de abreviaturas: *M.*, *Merlín e familia*; *C.*, *As crónicas do sochantre*; *E.*, *Escola de menciñeiros*; *S.*, *Si o vello Sinbad volvese ás illas*; *X.*, *Xente de aquí e de acolá*; *F.*, *Os outros feirantes*.

A pesar de que no conxunto da narrativa de Cunqueiro, especialmente a escrita en lingua galega, hai un constante exercicio de intertextualidade que se manifesta tamén no sistema onomástico, podemos afirmar que a narrativa longa supón, a respecto da triloxía de retratos, unha vontade de estender os mundos narrados máis alá da propia colectividade galega.

A FORMACIÓN DO SISTEMA ANTROPÓNIMICO CUNQUEIRIANO. NOTAS PARA UNHA CLASIFICACIÓN

Como se indicou máis arriba, non é a miña pretensión elaborar un traballo exhaustivo verbo da antroponimia da narrativa cunqueiriana. É por iso polo que a clasificación aquí proposta consiste máis ben nun primeiro intento de sistematización, que nos permita reflexionar sobre algunhas cuestións puntuais.

Aínda que unha parte da bibliografía sobre a narrativa do mindoniense prestou unha considerable atención ós personaxes, abordando ó tempo, e dunha maneira marxinal, a súa onomástica, foi o profesor Christian Ionescu quen elaborou unha primeira sistematización da cuestión. Partindo do corpus formado pola narrativa curta, considerou o inventario onomástico un elemento fundamental no carácter de unidade que estas tres obras posúen:

Sin duda ninguna, el sistema onomástico del autor mindoniense es un proyecto literario que aprovechando toda esta larga tradición se realiza por una compleja estrategia¹⁴.

Ionescu identificou un inventario antroponímico que responde á seguinte tipoloxía funcional: nome individual, apelido, sobrenome e sobrenome colectivo. No que se refire á motivación destes nomes, isto é, á intencionalidade coa que se empregan puntualmente no texto, contemplou unha primeira clasificación baseada na oposición *natural* / *cultural*, elaborando dentro desta última unha tipoloxía na que se estudia a integración e reutilización de nomes hipercodificados correspondentes a referencias culturais de diversa índole¹⁵.

Sen embargo, resulta máis interesante aínda, para un estudo conxunto da obra do mindoniense, a identificación que o profesor romanés realizou dun “discurso metaonomástico¹⁶”, que leva implícita unha reflexión sobre aqueles momentos nos que as distintas voces narrativas do texto cunqueiriano teorizan sobre o nome como signo. Penso que este enfoque supón unha importante achega a unha das cuestións que está no cerne da poética cunqueiriana, como é a capacidade discursiva sobre cuestións diversas do feito literario.

¹⁴ Ionescu, 1993: 33.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ “Una característica importante de la onomástica de los relatos es lo que llamaremos discurso “metaonomástico”, o sea, la información proporcionada por la voz autorial y las numerosas voces narrativas e incluso personajes que muestran un constante y notable interés en varios aspectos de la denominación personal” (Ionescu, *op. cit.*: 17). Acerca da información que ofrece este discurso *vid. op. cit.*: 18-19.

Outra achega, ó meu entender importante, ó estudio da onomástica de Cunqueiro vén dada por unha análise das claves literarias da súa narrativa. Trátase da identificación, levada a cabo polo profesor Anxo Tarrío, dunha oposición fundamental que enfronta os termos “mítico” e “pragmático”¹⁷. Tal dualidade maniféstase a varios niveis dentro do texto. Polo que respecta á cuestión dos nomes, este enfrontamento reflíctese na existencia de dous tipos de personaxes, en relación coas coordenadas espacio-temporais: uns, os personaxes míticos, posúen onomástica de raizame mitolóxica e libresca, e desenvolven a súa actividade nuns ámbitos pechados, contaminados a miúdo por especial cerimoniaisidade e prestixio. Fronte a eles sitúanse uns personaxes “domésticos, é dicir, do plano pragmático ou máis achegados á realidade convencional cotiá”¹⁸, designados a miúdo por un sistema onomástico non marcado no sentido que acabamos de sinalar. O *Merlín* é a obra que Tarrío escolle para exemplificar esta dualidade, ó enfrontar personaxes “míticos” coma *Don Merlín* ou *Dona Ginebra* a outros como *Xosé do Cairo*, *Manoeliña de Calros* ou *Casilda*.

Tendo en conta estes dous estudos, de enfoque distinto aínda que, ó meu ver complementario, na descrición que expoño a seguir pretendín, antes que elaborar unha tipoloxía exhaustiva, identificar algúns procedementos que interveñen na elaboración do inventario antroponímico da narrativa cunqueiriana. Unha sistematización deste tipo hanos levar, sen dúbida, a unha reflexión sobre as verdadeiras dimensións da creatividade do escritor de Mondoñedo no seu traballo lingüístico.

Na selección do elenco de nomes que conflúen na narrativa galega de Cunqueiro interveñen, cando menos, os seguintes procedementos:

1. Recorrecencia a nomes existentes no inventario colectivo galego

Este procedemento é, como se dixo, o máis frecuente nos tres libros de retratos, aínda que tamén ten a súa importancia nas obras de narrativa longa, especialmente no *Merlín*. O inventario selecciona, en xeral, nomes procedentes do sistema onomástico galego, algún deles moi estendido¹⁹: *Manuel* (X.), *Manuela* (F.), *María* (X., F.), *Xosé* (M., F.), *Xan* (F.), *Antonio* (E.), *Antón* (G.), etc. Outras veces recórrese ás formas correspondentes do castelán, aínda que en boa parte destes casos isto supón unha vontade de diferenciar, por unha ou outra razón, o personaxe. A individualización a respecto da colectividade vén dada, en ocasións, pola súa orixe, como ocorre no caso do sarxento murciano *Jesualdo Fábregas* (X.). Outras veces, a utilización do castelán está en relación cunha cuestión xerárquica, plasmándose así no texto o perfil dunha sociedade diglósica. Tal é o caso do avogado lucense *José Benito Pardo* (X.). No relato “O paraugas Xacinto” establécese unha oposición entre as formas galega e castelá do nome do protagonista, reservada esta última para un discurso no que, imitando o rexistro legal, preténdese

¹⁷ Tarrío, 1989: 60 e ss.

¹⁸ *Ibidem*: 61.

¹⁹ *Cfr.* Ferro (coord.), 1992: 41 e ss.

unha identificación verdadeira do protagonista Xacinto, estrañamente engulido por un paraugas. No fragmento que segue apréciase claramente esta oposición:

Xacinto, dentro do paraugas, berraba pola boca do puño. Acudiron a muller, os sogros e máis os cunhados.

—Son Xacintiño!, decíalle á muller.

—*¡Si eres Jacinto Onega Ribas casado con María García Verdes, da una prueba!. (X.)*

Con todo ser este o sistema que predomina nas obras da triloxía, é frecuente atopar antropónimos deste tipo nas obras de narrativa longa. Moitas veces, estamos diante de casos híbridos, nos que os nomes quedan falsamente integrados nun sistema onomástico mediante distintos procedementos, dos que cómpre salientar os que seguen:

a) As fórmulas de tratamento. É frecuente a combinación de fórmulas de tratamento do noso inventario con antropónimos alleos. Así, rexístranse casos como *Almirante Erquy (C.)*, *Alteza Gamal Bardasí das Sospeitas (S.)*, *Cabaleiro de Combours (C.)*, *Canichá de Persia (S.)*, *Don Rossini (C.)*, *Dona Tear (M.)*, etc. Estas fórmulas cumpren unha función claramente integradora.

b) A traducción do nome que designa a un personaxe, sobre todo cando se trata do seu alcume. Ás veces procédese a unha simple substitución pola forma galega, como sucede co nome do personaxe bretón *Ana Eloisa (C.)*. Outras, sen embargo, recórrese á traducción, resultando formas coma *Cangrexo de Ouro (S.)*, *Congrio (S.)*, *Dama Frol de Pexegueiro (S.)*, etc.

c) A traducción do sobrenome ou do alcume, que dá lugar a formas híbridas, ás que xa noutro momento fixen alusión, como *Arfe o Vello (S.)*, *Bruc o Roxo (X.)*, *Crozón o Besgo (C.)*, *Mamers o Coxo (C.)*, etc.

No que respecta á formación de hipocorísticos, o inventario nútrese basicamente dos procedementos do sistema antroponímico galego, sobre todo da sufixación diminutiva, rexistrándose formas como *Antonciño (X.)*, *Anxeliña (F.)*, *Leiriñas (X.)*, *Pepe (E., X., F.)*, *Pepiño (X., F.)*, *Xaniño (E.)*, etc. De igual maneira que acontece cos nomes, tamén se recorre en ocasións ó sufixo diminutivo castelán, especialmente cando se quere engadir algún tipo de marca ó personaxe: *Rosendito (X.)*, *Ramonita Verdes (E.)*, *Chelito (F.)*, etc.

Como é obvio, aqueles nomes que funcionan cun sentido semanticamente neutro, co significado de ‘individuo’, pertencen na súa maioría ó sistema onomástico galego: *Señor Antón (E., X.)*, *Pedro (F.)*, *Augenio (E.)*, *José, Francisco (E.)*, *Bras (E.)*, *Vitoriano (E.)*, *Xan (F.)*, *Marica (E.)*, *Fulana (E.)*. Así, o personaxe do Ventureiro “chamaba á silla pólo seu nome, i a silla viña”:

—¿Cal nome?

—Fulana ou Marica ou o que fora (E.)

Antón de Leivas, pola súa banda, acordou ir ó menciñeiro de Liñares, Secundino, quen sempre lle comentaba que se adiantaba en dar as doencias de Xan ou Pedro aos millores médicos de Lugo (F.).

2. Inclusión de nomes que teñen a súa motivación en personaxes reais

É un lugar común afirmar que a narrativa de Cunqueiro se atopa a medio camiño entre os mundos ficticios e a realidade máis cotiá. Isto explica que no inventario onomástico aparezan cunha certa frecuencia nomes correspondentes a individuos cunha existencia real, pertencentes a momentos ben diferentes da historia. Moitos destes nomes corresponden a contemporáneos do propio autor, como é o caso dos escritores *Antonio Zozaya* (X.), *Ramón del Valle Inclán* (X.) e *Leiras Pulpeiro* (E.), *Raimundo de Miguel* (X.), autor dun diccionario de latín, ou o avogado máis arriba citado, *José Benito Pardo*, *Pepe Benito* (X.).

Un grupo particular de nomes fai referencia a personaxes reais que tiveron un especial protagonismo na biografía do mindoniense. Referímonos ó profesor *Cotarelo Mor* (X.), *Serxio Moirón* (E., X.) –que alterna coa forma *Sergio*– (X.), *Xusto Moirón* (E.) e *Elisa* (E.) –parentes de Cunqueiro–, *Vicente Risco* (F.) ou *O Pallarego* (E., X.²⁰) Dentro deste grupo debemos incluír tamén o nome do propio escritor, *Álvaro* (X., F.), que se rexistra en varias ocasións²¹.

Outros nomes que englobamos dentro deste conxunto designan personaxes históricos de diferentes épocas. Normalmente, funcionan no texto a modo de referencias, e con frecuencia provocan brucas anacronismos, recurso este do que o escritor botou man a miúdo. Moitos destes nomes fan referencia a personaxes da historia universal: *Pitágoras* (X.), *Hitler* (X.), *Marco Polo* (S.), *Napoleón* (F.), *De Gaulle* (F.), *Hernán Cortés* (X.), *Leonardo da Vinci* (X.), etc. Dentro deste grupo, son frecuentes aqueles que designan personaxes da monarquía hispánica, como *Alfonso XII* (F.), *Jaime I* (X.), *Isabel II* (X.).

Cómpre destacar neste apartado, dada a súa curiosidade, a adaptación á lingua galega dalgúns nomes. Así, no caso de *Catalina dos Médicos* (M.) recórrase á tradución, pouco frecuente na tradición onomástica deste personaxe na nosa lingua, do apelido familiar italiano. Tamén resulta rechamante a tradución de Alejandro (Magno), que aparece mencionado simplemente como *Alexandre* (S.). Noutro momento, faise referencia ó investigador Benjamin Franklin, remarcando a súa orixe mediante o seu sobrenome na fórmula *Franklin Americano* (C.).

3. Inclusión de nomes tirados da tradición literaria

Finalmente, un bo número de antroponimos teñen a súa orixe na literatura. Trátase dun dos procedementos máis característicos da narrativa cunqueiriana, sobre o que moitas

²⁰ Para as cuestións relacionadas coa biografía de Cunqueiro *vid.* Armesto, 1991; Fernández del Riego, 1991; Nicolás, 1994. Tense insistido no feito de que unha boa parte dos antroponimos cunqueirianos teñen a súa orixe en personaxes reais das terras mindonienses, desfigurados mediante procesos diversos. A cuestión é complexa, pois levaríanos a un estudio minucioso de tales procedementos de deformación, non tendo, en ocasións, máis información que a memoria colectiva. R. Raimunde apunta este feito, sobre todo no que se refire ás obras de narrativa curta, aínda que, lamentablemente, non ofrece datos obxectivos nos que fundamentar o estudio (Raimunde, 1993).

²¹ A esta cuestión dediquei noutro lugar algunhas páxinas. *Vid.* Nogueira, en prensa.

veces teorizou o propio escritor. Cómpre reparar no feito de que tanto o *Sinbad* como o *Merlín* teñen como protagonistas principais dous personaxes da tradición literaria²².

Unha boa parte dos antropónimos con orixe na tradición literaria pertencen a un dos mundos que nutren unha boa parte da ficción cunqueiriana. Referímonos ó coñecido como materia da Bretaña, ó que pertencen antropónimos lendarios, a miúdo integrados dentro dun sistema onomástico máis próximo ó lector mediante a fórmula de tratamento, recurso que comentei máis arriba: *Don Merlín* (M.), *Doña Ginebra* (M.) ou *Don Parsifal* (M.).

Ó teatro, outro dos elementos cunha presenza fundamental na literatura de Cunqueiro, pertencen tamén algúns antropónimos de orixe libresca. As referencias onomásticas están tomadas fundamentalmente do teatro do seu admirado Shakespeare. Nótese tamén aquí o esforzo por integrar estes elementos dun sistema onomástico alleo mediante as fórmulas de tratamento: *Dona Ofelia* (M.), *El Rei don Hamlet* (M.), *Enrique IV* (X.).

Outros nomes pertencen a sistemas onomásticos diversos, designando personaxes das literaturas cabaleiresca –*Don Amadís* (M.), *doña Oriana* (M.)–, oriental –*Sinbad*–, clásica –*Don Ulises de Itaca* (S.)–, e outras *Ashavero*, *O Xudeo Errante* (C.), *Tristán* (M., F.), *Isolda* (F.), *Don Quijote* (M.), etc.

Tense falado en ocasións da dimensión metaliteraria –metaonomástica, neste caso– da narrativa de Cunqueiro. O procedemento, consistente na introducción, a través das voces narrativas confluíntes no texto, de reflexións sobre diversos aspectos da propia poética, ilustra tamén o recurso do que acabo de falar. Así, acerca do personaxe de *Madame Clarina de Saint Vaast* (C.), podemos ler o que segue:

Tiñanme posto o nome de Clarina, porque miña nai lera unha novela na que había unha señora namorada deste mesmo nome, durante a súa preñez, e todos concordaron que da novela pasaron aos meus ollos as verdes cores daquela doña Clarina [...] (C.).

Un estudio á parte merecerían os nomes que teñen a súa orixe inmediata na relixión: nomes de deuses –*Xehová* (F.), *Señor Alá* (X.)–, personaxes bíblicos –*Adán* (X.), *Eva* (X.)–, coránicos –*Mahoma* (F.)–, e sobre todo os nomes dos santos. As limitacións deste traballo obríganme a prescindir do seu tratamento.

3. Nomes pertencentes a outros sistemas onomásticos

A presenza destes elementos é, como dixemos, moito máis notable nas obras e narrativa longa. Con todo é considerable o número de nomes alleos ó noso sistema onomástico na narrativa de Cunqueiro²³.

Non pretendo neste lugar aportar datos estatísticos que determinen a importancia das distintas linguas na conformación do sistema onomástico cunqueiriano. Limitareime a sinalar a preponderancia dos sistemas onomásticos orientais, francés, inglés e italiano.

²² Estes antropónimos están presentes nos respectivos títulos das obras. O recurso é frecuente tamén na súa narrativa escrita en castelán. Repárese nos títulos *Las mocedades de Ulises* e *Un hombre que se parecía a Orestes*.

²³ Isto pódese confrontar co que ocorre no léxico. E. Montero rastrexou a presenza de estranxeirismos na obra galega de Cunqueiro (Montero Cartelle, 1993: 111-112).

Se consideramos a narrativa de Cunqueiro participe dunha poética realista²⁴, debemos entender unha boa parte destes elementos como estratexias mediante as que o narrador procura, por parte do receptor, a súa credibilidade diante do que lle está a contar. En todo caso, parece claro que a función máis xenérica destes antropónimos é manter a coherencia narrativa do discurso. É por iso polo que me parece especialmente interesante o tratamento que reciben tales nomes, sobre todo naqueles casos nos que non teñen correspondencia con ningún inventario real, senón que son froito da creatividade do autor. Na miña opinión, é este un dos momentos que revelan todo o potencial creativo do autor de Mondoñedo.

Dos procedementos empregados, considero de interese os que seguen:

1) *A procura do tópico*

En numerosas ocasións, o criterio que semella estar detrás da selección de nomes non pertencentes ó noso inventario é o de facer doado o seu recoñecemento. Deste xeito, recórrase a nomes cunha grande extensión dentro dunha lingua, que permiten unha rápida identificación, funcionando mesmo na conciencia colectiva a modo de tópicos. Referímonos a formas coma *François (M.)* ou *Pierre (C.)* –do francés–, *Giuseppe (C.)*, *Nettuno (C.)* e *César Valentino (C.)* –do italiano–, *Esmeraldino da Cámara Mello de Lima*, *Vizconde de Ribeirinha (M.)* –do portugués–, *Cristóforos (M.)* e *Teotikes Papadopolus (S.)* –do grego–, *Li (F.)* –do chinés²⁵–, etc.

Neste senso é importante recoñecer a función das fórmulas de tratamento, ó constitúen por veces sintagmas mediante os que doadamente se pode recoñecer a pertenza a un sistema onomástico concreto. Reparemos en casos coma o de *Excelencia Novás (M.)* –portugués–, *Signorina Carla (M.)* –italiano–, *Monsieur Labaule (C.)* e *Demoiselle de Toul-Goulic (C.)* –francés–.

2) *Os xentilicios*

Outras veces, observamos un esforzo por parte do autor por facer doada a descodificación –e conseguinte identificación no inventario onomástico correspondente– dunha determinada fórmula. Tal esforzo materialízase na inclusión dun xentilicio que actúa como sobrenome, esclarecendo a orixe da base á que modifica. Así ocorre coas fórmulas *Julián el Charro (M.)* e *Don Jovito Bejarano (M.)*, *Boris de Bulgaria (X.)*, *Federico Sicilián (S.)*, *Eliás Hebreo (C.)*, *Don Gabir Árábigo (M.)* e o xa mencionado caso de *Mister Franklin Americano (C.)*.

3) *As adaptacións*

Un recurso frecuente no tratamento dos antropónimos estranxeiros, ó que xa se fixo alusión máis arriba, é o da adaptación ós esquemas da lingua galega. Así ocorre en casos coma o do *Duque de Lancastre (M.)* –Lancaster– ou o xa comentado de *Catalina dos Mé-*

²⁴ Cfr. Tarrío, 1989: 33 e ss.

²⁵ Repárese na ortografía de nomes como *François*, *Giuseppe* ou *Ribeirinha* (cursivas miñas).

dicos (M.) –Medici–. Outro caso de adaptación atopámolo no personaxe de Gafaloniero, que aparece na peza “Romeo e Xulieta, famosos namorados”, incluída nas *Crónicas do sochantre*. Este procedemento aplicase tamén ás fórmulas de tratamento, atopando expresións do tipo *Mestre Flute* (M.) –Mister– ou o *Soldán de Melinde* (S.) –Sultán–.

4) *As imitacións*

En ocasións, os nomes incluídos no inventario son un produto da ficción cunqueiriana. Nestes casos recórrese habitualmente á técnica da imitación, tanto da estrutura fónica como da ortografía da lingua en cuestión.

Ben imaxinativo resulta o procedemento mediante o que o nome do escritor adopta, mantendo os caracteres latinos e bases léxicas da lingua galega, unha forma pseudoárabe como *AlFaris ibn Iaquim AlGaliz* (S.), isto é, Álvaro o fillo de Joaquín (pai de Cunqueiro) o Galego²⁶. Un procedemento semellante está presente no nome completo do cego Abdalá: *Abdalá ibn Ismael AlMalaquí* (S.).

Noutros casos son a imitación da estrutura fónica dunha lingua, e a combinación dos seus elementos, as ferramentas das que Cunqueiro bota man á hora da construción dos seus antropónimos. Pensemos en exemplos como *AlGari* (S.), *Al-Malaik* (S.), *Al Jach Malilcú* (S.) ou o *Mandarín Tufú* (S.).

5. *O significado*

Con certa frecuencia, os nomes pertencentes a inventarios onomásticos alleos, son substantivos cun significado doadamente identificable para un lector con coñecementos básicos da lingua en cuestión. Por outra banda, cómpre reparar na relación deste contido semántico coa caracterización do personaxe, pois moitas veces podemos descubrir trazos de ironía na escolla deste inventario.

Esta intencionalidade pode observarse en moitos dos nomes integrados no sistema onomástico inglés, como *Lady Spindle* (M.) –‘fuso’–, *Lord Sweet* (M.) –‘doce’–, *Lady Fog* (M.) –‘néboa’–, *Mister Francis Gallows* (M.) –‘forca’–. Lembremos o oficio de frautista de cámara do *Mestre Flute* (M.) –‘fruta’–, ou a fragilidade de *Lady Tear* (M.) –‘bágoa’–.

Outras veces, algún dos elementos da fórmula antroponímica achega información relacionada coa caracterización do personaxe. Así ocorre, por exemplo co apelido castelán no *Señorito de Humoso* (M.). Mediante este procedemento tamén se resalta a coraxe do *Coronel Gastón de Febus de Sauvages* (C.).

Un procedemento máis curioso é o que está presente na denominación de *Don Omega* (M.), “reloxeiro maior de Suíza”. Neste caso, emprégase unha firma comercial abondo lexicalizada como fórmula antroponímica. Hai, por tanto, unha transposición semántica, dun obxecto inanimado a un personaxe, dos trazos que designan prestixio e nacionalidade.

Noutras ocasións a fórmula introdúcese nun inventario recoñecible para o lector mediante a tradución (ou suposta tradución) dun dos elementos da mesma, normalmente o

²⁶ Vid. novamente Nogueira, en prensa.

sobrenome ou alcume. Isto dá lugar a curiosas fórmulas cun carácter híbrido, do tipo *Ruz o Mouro* (S.), *Firadusi das Roseiras* (M.), procedemento que xa foi comentado máis arriba.

Un caso paradigmático, e mesmo ilustrativo dos antropónimos que acabamos de comentar é o constituído pola fórmula *Felices Pascuas* (X.). A confusión xerada pola ambigüidade do sintagma que constitúe a fórmula é un dos temas centrais do relato. O narrador principal ofrece, como tantas veces ocorre no texto cunqueiriano, unha explicación acerca da orixe do nome do personaxe, presentado no título como *Pascuas de Lurres*:

Non se non sabe si a broma foi do pai, o señor Arximiro, ou do padriño, don Pedro Pardo –que asegún il viña en liña dereita do Mariscal, seu homónimo, degolado na praza de Mondoñedo–. Ao neno puxéronlle de nome Felices, e como se apelidaba Pascuas García, quedou en Felices Pascuas García (X.).

Por unha banda, podemos apreciar como a preocupación pola orixe do nome non só afecta á voz narrativa, senón que é tamén compartida polos personaxes. O caso que agora nos ocupa non está exento de humor, pois é a coincidencia cun nome e un apelido, por outra banda dunha grande frecuencia, o que lle serve para reivindicar o seu parentesco cun personaxe de prestixio como é o Mariscal Pardo de Cela. Mais o que verdadeiramente nos interesa aquí é o feito de que o significado do sintagma que constitúe a fórmula onomástica do protagonista condiciona o desenvolvemento posterior do relato. Así, “Pascuas de Lurres andivo toda a vida amolado coa broma de Felices Pascuas” (p. 127). A cuestión onomástica desempeña, por tanto, unha función nuclear no relato.

CONCLUSIÓNS. O DISCURSO SOBRE O NOME

A heteroxeneidade dos mundos de ficción do escritor de Mondoñedo ten o seu reflexo na rica antroponimia deste corpus narrativo. Dentro del, individualízanse as tres obras de narrativa curta, nas que se aprecia unha especial coherencia na selección e tratamento do sistema antroponímico.

En toda a narrativa cunqueiriana, e, de maneira especial, nos seus tres libros de retratos, predomina un sistema onomástico que ten a súa correspondencia no inventario real galego. A historia, e en especial os seus protagonistas lendarios, así coma a literatura, son dúas fontes de importancia na onomástica literaria de Cunqueiro.

O escritor exhibiu ó longo das súas páxinas un exercicio constante da imaxinación. O fabulador deixou no inventario onomástico unha boa pegada da súa creatividade, segundo podemos rastrexar tanto na selección como no tratamento dos nomes que compoñen o seu inventario.

Por outra banda, o nome ten un lugar destacado na narrativa cunqueiriana. Ademais da presenza dun discurso onomástico en toda súa obra, a cuestión ocupa en ocasións o centro da diéxese, actuando a miúdo como desencadeante da acción. Así ocorre en relatos coma

o xa mencionado “Pascuas de Lurres”. Tamén “Tristán García” ou “Os do capitán de Lousada” exemplifican perfectamente esta dimensión do texto cunqueiriano. O protagonista do primeiro deles, Tristán²⁷, semella estar determinado polo seu nome a procurar unha Isolda por muller, “segundo lera nunha famosa novela”. O relato resólvese ó descubrir que a Isolda que el atopara –logo de saber que unha muller dese nome vivía en Venta de Baños– era unha velliña vendedora de churros. A confusión entre o status da realidade e o da imaxinación, derivado neste caso das resonancias literarias do seu nome, mantense ata o final, como se pode comprobar na resposta que Isolda dá a Tristán:

–¡Tristán!, ¡Tristán querido!, puido decir ao fin. ¡Toda a miña mocidade agardando a conocer un mozo que se chamase Tristán! ¡E como non viña, caseime cun tal Ismael, que era de Madrid! (F.).

Esta idealización baseada nunha interpretación particular do antropónimo é tamén o elemento central de “Os do Capitán de Lousada”, quen, sen coñecer a orixe do seu alcume, propóñense facelo realidade no seu malogrado fillo. Tamén neste caso se mantén a confusión ata o final, como se pode apreciar nas palabras coas que o pai consola á nai pola morte do rapaz:

–¡Cala, miña Ermitas, cala! ¡Ao millor, cando chegue ao ceo, xa están todos formados! (F.).

Outra manifestación do interese cunqueiriano pola antroponimia da súa literatura é a inclusión no *Merlín* e nas *Crónicas* de senllos índices onomásticos²⁸. Estes textos, que cumpren ademais unha importante función narrativa, ofrecen os datos máis relevantes dos distintos personaxes –entre eles, case sempre a súa orixe–, recollendo ademais a súa fórmula de tratamento.

O antropónimo ocupa, por tanto, un lugar de importancia na narrativa de Cunqueiro. O pouso de innúmeras lecturas e a súa desbordante imaxinación, que transgrede as regras do espazo e do tempo, contribuíron á formación dun inventario antroponímico dunha grande riqueza, onde se mesturan tradicións culturais ben diferentes. O nome alcanza por veces un valor sagrado, e por iso Lamas Vello, o menciñeiro de Santalla de Oscos, pensaba que “tódalas doencias teñen un nome humán, que os médicos non saben; os médicos sábenlles ás doencias en xeneral un nome centífico, e por iso precisan dunha cencia pra curar, con menciñas científicas” (E.).

²⁷ Cómpre reparar no contraste entre un nome de claras connotacións literarias (Tristán) cun apelido dunha grande extensión no noso sistema (García). A existencia de dous status, o mítico e o cotián, representados respectivamente no nome e no apelido, está xa presente no título. Para un comentario máis pormenorizado deste relato *Vid.* Nogueira, 1993: 72-76.

²⁸ Polo que respecta á narrativa castelá, inclúen un índice onomástico *Las mocedades de Ulises, Un hombre que se parecía a Orestes*, e *Vida y fugas de Fanto Fantini della Gherardesca*, así como *Cuando el viejo Sinbad vuelva a las islas*, traducción de *Si o vello Sinbad volvese ás illas*, realizada polo propio escritor.

- Álvarez Blanco, R. (1982): “O pronomes persoal”, en VV. AA., *Homenaxe a Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 246-266.
- Ariza, M. (1981): *Intento de bibliografía de la onomástica hispánica*, Cáceres.
- Armesto Faginas, X. F. (1991): *Cunqueiro: unha biografía*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- Blanco, L. (1993): “Algunhas particularidades das palabras compostas na obra de Álvaro Cunqueiro”, in *Congreso Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 123-137.
- Cunqueiro, A. (1963): “Imaxinación e creación –notas pra unha conferencia”, *Grial* 2, pp. 170-184.
- Fernández del Riego, F. (1991): *Álvaro Cunqueiro e o seu mundo*, Vigo, Ir Indo.
- Fernández Rei, F. (1982): “Anotacións ó léxico de Álvaro Cunqueiro”, en VV. AA., *Homenaxe a Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 341-384.
- Ferro Ruibal, X. (coord.) (1992): *Diccionario dos nomes galegos*, Vigo, Ir Indo.
- García Gondar, F. (coord.) (1995): *Repertorio bibliográfico da lingüística galega. Desde os seus inicios ata 1994 inclusive*, Santiago de Compostela, Centro de Investigación Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro.
- García González, C. (1991): *Contribución ó léxico de Álvaro Cunqueiro*, A Coruña, Seminario de Lexicografía, Real Academia Galega.
- González González, M. (1982): “Anotacións á morfoloxía de Cunqueiro”, en VV. AA., *Homenaxe a Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 187-245.
- Hermida, C., (1993): “O influxo dialectal na obra de Álvaro Cunqueiro”, en *Congreso Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 35-60.
- Instituto da Lingua Galega (1996): *Guía bibliográfica de lingüística galega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- Ionescu, C. (1993): “La onomástica en Cunqueiro. Antroponimia de los relatos cortos”, en *Congreso Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 15-33.
- Montero Cartelle, E. (1996): Intervención na mesa redonda “Cunqueiro ante a lingua”, en *Congreso Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 111-122.
- Nicolás, R. (1994): *Entrevistas con Álvaro Cunqueiro*, Vigo, Nigra.
- Nogueira, M. X. (1993): *Os outros feirantes. Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco.
- (1995): *A narrativa curta de Cunqueiro: un proxecto de unidade*, Tese de Licenciatura inédita, Universidade de Santiago de Compostela.
- (en prensa): “A autorrepresentación onomástica na obra de Álvaro Cunqueiro”, actas do Congreso Internacional de Onomástica Galega *Frei Martín Sarmiento*, organizado polo Instituto da Lingua Galega, Asociación Galega de Onomástica e Real Academia Galega, celebrado en Santiago de Compostela os días 2, 3 e 4 de setembro de 2002.
- Raimunde Noreña, R. (1993): “Mondondedo em Cunqueiro”, *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza*, A Coruña, Agal, pp. 507-520.
- Risco, A. / Soldevila, A. (1989): “Entrevista con Álvaro Cunqueiro”, *Boletín Galego de Literatura* 2, pp. 107-119.
- Tarrío Varela, A. (1989): *Álvaro Cunqueiro ou os disfraces da melancolía*, Vigo, Galaxia.
- (1994): *Literatura Galega. Aportacións a unha historia crítica*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- Varela, X. (1993): “Álvaro Cunqueiro, experimentador nos dominios gramaticais”, en *Congreso Álvaro Cunqueiro*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 61-70.

OS INSULTOS. UNHA CALA NA SÚA EXPRESIVIDADE

Paulino Novo Folgueira

Radio Galega

*Non hai cousa deshonestas,
que non se poida expresar
con palabras honestas.*

(Giovanni Boccaccio, *Contos do Decamerón*, epílogo)

Raras veces foi tratado o tema directamente, se ben os paremiólogos saben ben da súa presenza e incluso teñen dedicados algúns capítulos a estudar ou facer observacións desta fonte expresiva da lingua que ofrece ilimitadas lecturas sobre a socioloxía dun pobo, sobre a creación e adaptación popular de palabras e sobre a semántica en xeral. Non debemos esquecer que os insultos aparecen explícitos en moitos ditos e refráns, algúns de claro estilo epigramático: *Home folgazán, no traballo llo verán, Labrador barallán non colle viño nin pan, Muller que moito se arremanga é unha maturranga, Ruín será na casa quen o vai pregoar á praza, Alfaiate das mentiras que todo o pano fai trizas*, etc.

O insulto é unha ofensa verbal que tende a provocar ou irritar. Propiamente, como derivado de SALTARE, leva implícito a idea de *saltar contra alguén*, sen embargo a aldraxe pode resultar suavizada e mesmo gratuíta dependendo do grao de carga negativa da palabra e do contexto, porque o insulto non deixa de ser un rexistro máis da expresividade dunha lingua e vai adquiri-las connotacións que esa mesma lingua, como vehículo de comunicación dun pobo que comparte un código e un contexto, lle vai conferindo. A nós, por exemplo, o insulto arxentino *boludo* vains soar estranxeiro e curioso, e nunca adquirirá a carga que para un porteño supón; igualmente é distinto o matiz que ten *fatuo* con respecto á súa evolución *fato*, o primeiro pertence a un rexistro máis elevado có segundo, aínda que pareza paradoxal situa-los insultos en rexistros elevados da fala, o que tamén permite falar de distintos universos do discurso. Non cabe dúbida de que insultos do tipo *soez*, *zafio*, *vacuo* ou o anterior *fatuo* non son de todo populares e pódense situar nun rexistro culto.

De tódolos xeitos, este traballo intenta recoller aquelas palabras interxectivas que claramente se empregan para provocar e tamén aqueloutras que, sen procuraren agravio, destacan unha calidade negativa do individuo.

Comprobamos que se produce un gran intercambio de insultos entres linguas que os vai facendo universais, e esta universalidade tamén a imos percibir na tendencia a que acaben sendo comúns e mesmo permutables os seus usos, á marxe da orixe e contexto primixenio que puido ter cada un. Sen embargo existen especializacións de cada lingua, co que o insulto se particulariza na semántica e nos contextos, incluso con matices dramáticos propios de entoación, de dicción ou de acompañamento de acenos. Un dato importante no galego neste sentido é a expresividade dos sufixos, que nalgún momento poden colorear ou conferir gran viveza e vehemencia, ó expresaren non só os valores propios do sufixo, senón tamén os emocionais, os de compaixón ou os pexorativos, como sinala Xosé Ramón Freixeiro Mato no seu libro *Os diminutivos en galego* (pp. 109 e ss.), pensemos en *pardillo*, en *brután*, en *pandote*, en *nugallán*, en *godallo* (que rima con carallo, unha palabra malsoante) ou nas formas medievais *carallote* ou *conón*. Mesmo poden ter presenza algúns sufixos casteláns (caso de *-illo*, con marcado carácter pexorativo), que sempre van significar unha enfatización a maiores provocada polo paso a outro código (sucede o mesmo ca con algunhas interxeccións: ¡bien! ¡moi bien!).

A universalización dos insultos permítenos comproba-la coincidencia de insultos en linguas que están en contacto ou mesmo establecer coincidencias con outras linguas que non teñen esa proximidade. Sen embargo irán adquirindo valores e usos propios en función das persoas a quen llelos oíamos e das situacións e aplicacións que se lles dea, do mesmo xeito que os nomes de persoa adquiren connotacións dependendo dos individuos que coñecemos que os levan. Pero esa universalización tamén se manifesta nos significados, xa que a tendencia vai ser que se fagan comúns e perdan o matiz orixinal. É o caso de *bribón* (orixinariamente ‘o que inspira mágoa’) ou de *parvo* (‘pequeno’).

Entre os factores que inflúen nesa patrimonialización dos insultos están os de carácter sociolóxico, psicolóxico e histórico. Sen o axente da tradición, non teríamos *meco* (un personaxe lendario), nin *cachamuñas* (personaxe histórico), nin *choqueiro* (personaxe do Entroido, aínda que tamén habitante de Redondela), nin *zascandil*; sen o noso particular sentido do humor quedaríamos sen *parafuseira* (‘prostituta’) ou sen a gracia para crear insultos compostos do tipo *furafollas*, *pousafoles*, *furafoles*, *fervellasverzas*, *fervellocaldo*, *caramucheiro*, *caganabos*, que demostran o auténtico xenio e enxeño lingüístico; tam pouco sen a nosa concreta xeografía coñeceríamos *goldracha* (que nos recorda a lama); igual que sen a experiencia de pasar fame non se crearían tantos insultos que fan referencia a comer con voracidade: *lampantín*, *papón*, *lurco*, *larpeiro*, *lambón*, *comellón*, etc.

FORMACIÓN DOS INSULTOS

Un insulto, ante todo, ten que ser contundente, ten que propiciar unha pronunciación rotunda, que soe forte, sen ambigüidades, con autonomía suficiente para que transmita toda a carga expresiva e non haxa que repetilo. Por eso na súa creación vai influí-la presenza

dalgunhas consoantes, sobre todo as oclusivas e as africadas, polo modo de articulación, e bilabiais, labiodentais e palatais, polo punto; e tamén as repeticións á maneira de aliteracións como *memo*, *bobo*, *lelo*, *papón* ou *tonto*. Estas dúas causas poden provoca-lo paso a insulto dalgunha palabra que orixinariamente non tería motivos, é o caso de *basto* (que tardou en aplicarse a persoas), *pendello* (que recorda unha construción), *badulaque* (que era un guiso ou unha chanfaina de mala calidade), *badoco* (que era unha froita que se abría antes de caer da árbore), etc. O éxito destes insultos confirmanolo a abundancia de variantes sobre algúns destes que se ofrecen a ser moi usados: sobre a base de *pel* podemos atopar *pelgacho*, *pelelleira*, *perilleira*, *pelendre*, *pelenxín*, *pelercho*, *pelexa*, *pelexo* ou *pelagatos*; como *pailán* hai *pailaroco*, *paifoco* ou *paiolo*; sobre *papón* hai *papamoscas*, *papanatas*, *paparote* ou *papán*; sobre *chafallas* hai *chafalleiro*, *chafulleiro*, e relacionados *chapuceiro*, *chambón* e *chambrón*; a partir de *trampa* están *trapalleiro*, *trapallas*, *trapazas*, *trampón*, *trampullón*, *tramposo*, *trampuzas*, *trampeiro*, *trafulleiro*, *trapaceiro* ou *sacatruceiro* (de *sacatruza* ‘trampa, mentira’). Queda claro que os insultos teñen unha eufonía particular que moitas veces pode coincidir coa cacofonía convencional.

Tamén nesta adaptación ó mundo dos insultos poden aparecer evolucións semánticas de palabras levadas por analoxía fónica, como ocorre con *pámpano* (que ten moitas acepcións, entre elas ‘bacelo da videira’ ou ‘terrón grande’, pero que o seu parecido con insultos do tipo *pampo*, *papón*, *pailán*, *paifoco*, ou *pandote* provoca a súa inclusión nesta familia), con *bodoque* (que é un ‘nó dun bordado’ ou unha ‘bóla de barro’, pero que se ve influenciado por *badoco*), con *baldragas* (que era un xogo semellante ás damas, por *baldreu*), ou *tunante* por *moinante*. ¿De que outro xeito entenderíamos que *pánfilo*, etimoloxicamente ‘o que todo é amor’, incluso foi nome de persoa, chegase a ser insulto máis ca pola proximidade fónica con outros existentes? (Incluso pode haber outra explicación que nos leve igualmente a unha analoxía de formación con *zascandil*: *pánfilo* era o grito que acompañaba un xogo que tiña o mesmo nome e no que se pasaba un misto de man en man, *zascandil* era o que se berraba cando caía o candil e se apagaba a luz). Estas creacións de metasemia non se producen só en galego; en castelán, por exemplo, *manperlán* é un listón de madeira que cobre o bordo dos banzos, sen embargo, inexplicablemente, tamén ‘pícaro, astuto’. Asegúrolles que eu teño oído como insultos *sátiro* e *sádico*, sen dúbida a través dun proceso de malapropismo e disfemismo, descoñecendo os seus contidos sémicos referidos á lascivia, pero tendo consciencia de que podían ser de natureza negativa.

Incluso poden funcionar como insultos outras palabras ás que nun contexto determinado se lles aplica unha entoación irónica, adquirindo mesmo un sentido contrario ó que lles é propio (*¡guapa!*, *¡éche boa, é!*); a retranscrición galega propicia moitos destes exemplos, aínda que tamén se dan exemplos de claro artificio literario: *vouche chamar o que ninguén che chamou: ¡Muller honrada!*

Entre as procedencias dos insultos tamén podemos incluí-las de substantivos que destacan as actitudes dunha persoa: un *agonías* é o pesimista e o que se queixa continuamente; un *ciencias* é o que resulta insoportable por intentar demostrar que sabe de todo.

Pódense facer, ademais, adaptacións de palabras castigadas por teren un significado considerado socioloxicamente pouco limpo; é o caso de *furcia*, *puta* e demais derivados, ou *maricón*, *maricallas* e tamén derivados, *pixo*, etc., palabras ás que, por outra parte, ás veces se lles buscaron eufemismos imaxinativos, como as formas medievais *burato*, *chaga* ou *covón* para o órgano sexual feminino (o último tamén para o pube), *cabalo* para o pene, *compaños* para os testículos, *lavrar* para fornicar, ou a metonímica voz *parafuseira*, que emprega Castelao para a muller que fai visitas amorosas ó veciño.

Tamén se tiran insultos dos alcumes, que non deixan de selos eles tamén, anque dunha maneira admitida e tácita. Recordemos que os cognomes latinos tiñan case sempre a súa procedencia precisamente nestes sobrenomes que facían referencia a características físicas ou morais. E relacionados cos sobrenomes están os nomes de personaxes que se universalizaron a través dos seus trazos negativos: ser un *xudas* é ser traidor, un *barrabás* é o indócil e perturbador, un *tartufo* un hipócrita (como debuxou Molière o personaxe con tal nome), un *xudeu* un avaro e usureiro. E un proceso semellante sofren algúns xentilicios que forman sinónimos pexorativos a partir do mesmo xentilicio: ser *galego* en Arxentina ou Portugal non se refire precisamente a ningún aspecto positivo, *portugués* noutros sitios pode ir acompañado desa connotación, e non digamos *sudaca*; pero incluso a oposición *chairego* e *ribeirego* pode ter tamén aires de insulto; ou *godo*, que a algúns emigrantes a América llelo chamaban recordando a presunción de nobreza que tivera este pobo fundador da monarquía medieval española. Neste grupo aínda incluíriamos aqueloutros que denominan pexorativamente habitantes dun lugar: *gato* para o que naceu en Madrid, *picheleiro* o de Santiago, *lagarto* o de Lira; os de Ferrol ós da Coruña chámanlles *cascarilleiros* e ós de Mugardos *pulpeiros*, os de Camariñas chaman ós de Muxía *corvos* e estes a aqueles *carneiros*.

E non podemos esquecer outra boa fonte de insultos, dos insultos que quizais máis están no bico da lingua: os tomados de nomes de animais. Aquí non hai distincións entre animais autóctonos ou foráneos, de todos se recolle algunha “calidade”. Podemos empezar polo propio *animal* para denominar unha ‘persoa bruta’ e logo seguir por *pimpín* (un paxaro pequeno que se compara cun ‘home pequeno’), *serpe* (‘persoa pérfida’), *loro* (‘que fala moito’), *laverca* (‘persoa fraca’), *besta* (‘persoa ruda e ignorante’), *zorro* (‘persoa falsa’ ou ‘fillo de solteira’; no feminino tamén ‘prostituta’). A orixe é do castelán ou *raposo*, *moucho* (‘persoa opaca, non transparente’), *mulo* (‘persoa teimosa’), *xirafa* ou *longueirón* (‘persoa alta’), *hipopótamo*, *cachalote* ou *foca* (‘unha persoa gorda’), *hiena* (‘persoa moi mala’), *gato* (‘ladroón astuto’). Sen embargo non temos unha creación redundante como teñen en castelán *mojigato*, en catalán *gatamoixa*, en italiano *gatta mògia*, en francés *chattemite* e incluso en portugués, como topónimo, *Muxagata*, e outros de uso aínda máis común como *burro*, *porco*, *cabrón* ou *galiña*.

Obsérvanse tamén outros campos léxicos especialmente activos: da comida tomáronse *badulaque* (guiso de mala calidade), *panoli* (insulto valenciano para o que tomaba pan con aceite, *pa amb oli*, con analogía de *finoli* para favorece-la chegada a insulto) ou *botelo* (in-

sulto valdeorrano); das vestimentas quedounos *tabasco* (prenda de pano tosco) ou *talabarte* (escudo que cobre o corpo); das construcións *pendello*, *trasto*, etc. E dentro dos campos léxicos existen aqueles que se manexan exclusivamente en gremios (*palletas* é un insulto que manexan entre si os gaiteiros para referirse a un que lle custa afinar; tamén o Padre Sarmiento recolle *aforragaitas*, que debía ter un uso parecido. *Sopragaitas*, en cambio, está exportado. No eido da igrexa, atopamos para o sancristán *rapavelas* e *bispiño*, os dous recollidos xa por Eladio Rodríguez; a forma tamén estendida *chupacirios* é castelá). De tódolos xeitos, estas amplitudes semánticas están apoiadas na sonoridade das palabras.

Ademais dos insultos procedentes destas formacións, hai outros moitos xerados pola propia lingua a través de evolucións semánticas (que aparecerán no glosario posterior coa indicación do seu proceso) e aqueloutros que nos foron chegando doutras linguas. Podemos facer un penteadado dalgúnhas orixes para comproba-la riqueza que se manifesta neste aspecto tan peculiar da lingua: de procedencia prerromana temos *godallo* e *vellaco*; do latín atopamos *bruto* (que foi tamén cognome), *parvo* (que orixinariamente era ‘pequeno’), *idiota* (nun principio ‘particular, reservado’, xa procedía do grego co mesmo significado), *imbécil* (que era ‘débil’), *tonto* (‘atónito’), *pánfilo* (tamén do grego, ‘home de ben’), *fato*, *crápula*, *estúpido* ou *miserable*; do francés chegounos *truán* (que á súa vez proviña do céltico), *moinante* (de moina ‘esmola’), *chapuiceiro*, *palurdo*, *baldreu*, *pimpante* ou *galopin*; do italiano temos *canalla* (que tamén o hai no francés); do xermano quedounos *langrán* e *bastardo*; do árabe contamos con *cazorro*, *mesquiño*, *gandul* ou *zafío*; e do mozárabe temos *badulaque*; do catalán recollemos *badoco* ou *traste*; do castelán *zopenco* e *cateto* (que é unha voz andaluza); incluso dispoñemos de insultos que teñen procedencias máis curiosas, como *zulú* (un pobo africano), *zombi* (un deus do culto do vudú), *candongá* (de orixe africana), *baldragas* (de Bagdad), *mameluco* (que era un soldado escravo do antigo Exipto), *camándula* (de Camaldoli, unha vila toscana), ou algún que lles podemos escoitar ós indianos como *boludo* ou *atorrante*; e imos incluír aquí tamén aqueles que proceden dunha onomatopea, como poden ser *chafalleiro*, *lelo* ou *memo*, que van ser sempre comúns a varias linguas.

Como podemos observar, a internacionalidade dos insultos queda patente e comprobaremos que moitos deles son compartidos por varias linguas. Van ser poucos aqueles dos que poidamos dicir que son xenuínos de Galicia, aínda que serían tódolos compostos, outros que van perdendo uso (como *tabasco*) e os que quedan limitados xeograficamente: *fato* na zona nororiental de Lugo, *zolado* (‘desvergonzado’, ‘persoa que leva mala vida’, pode gardar relación co castelán *zolocho* ‘simple, pouco espabilado’) e *botelo* ‘comellón’ en Valdeorras, *sonzo* ‘atontado, bobo’ en Pontevedra, por exemplo. Sen embargo, a casuística da presenza de insultos en diferentes linguas amosa curiosidades como que en galego non dispoñemos dalgún existente no castelán e mais no portugués; é o caso de *ribaldo* (do fr. ant. *ribalt*, mod. *ribaudo* ‘impúdico’; á súa vez do xermano *hriba* ‘prostituta’ ou *riber* ‘bribón’), que nas dúas linguas veciñas significa ‘rufián’ e mesmo o hai en catalán (*ribald*), en italiano (*ribaldo*) e no francés.

Dos seus significados, usos e contextos é pouco o que se pode concluír; no apartado dedicado á presenza na literatura comprobaremos que nin os escritores máis pulcros coa lingua chegan a facer un uso especializado do significado dos insultos; dispoñemos dun exemplo que nos acae perfectamente para o caso: *larafuzas* (que tamén ten as variantes *larafuceiro*, *larufas* e *larafouzas*) ten o significado de ‘sucio’ (procede do verbo *larafuzar*, de orixe incerta, que designa a acción de remexe-lo porco co fociño ou de emporca-la cara e as mans comendo), pero atopamos un uso del do escritor Carlos Casares, na súa colaboración de *La Voz de Galicia*, como sinónimo de ‘chulo’, mentres que tamén noutro xornal, *Faro de Vigo*, comprobámo-la súa utilización polo debuxante Quesada co sentido de ‘crido, iluso’. A tendencia é a facelos comúns e coincidentes, que, por outro lado, é o que explica boa parte das súas evolucións semánticas.

PRESENCIA NA LITERATURA

A lingua literaria tamén foi bocapodre e manexou estes rexistros da lingua groseiros e insolentes que por tradición foron considerados vulgares e rústicos. O xenio literario na incorporación e tratamento dos insultos vai consistir na fidelidade que o autor garde á creación e uso reais; terá que ser unha utilización natural ó contexto (incluso esixida) e demostrará a mesma imaxinación e expresividade que lle son inherentes, sen facer abusos innecesarios nin deforma-lo auténtico sentido do insulto. Un exemplo dese xenio artístico podémo-lo ver no popular alcume *Fendetestas* do protagonista de *O bosque animado* de Wenceslao Fernández Flórez, que recrea a ferocidade lendaria daquel que se bota ó monte e serve, asemade, para caricaturizalo, a través da esaxeración, cando se coñece a humanidade do personaxe. Incluso a literatura pode remocicar ou dar nova vida literaria a palabras que estaban desprestixiadas, lembremos que Cervantes en *El Quijote* recollía algúns insultos arcaicos.

O antecedente máis sobranceiro debeu ser Marcial cos seus epigramas, pero ninguén pode tirar ningunha pedra, porque en tódalas literaturas houbo xéneros ou creacións populares que deron acubillo a estas palabras; recordemos, por exemplo, o *sirventés* provenzal ou o *strambotto* italiano (*estrabot* francés, *estribot* catalán).

De tódolos cultivadores destas artes, un destaca como continuador do bilbilitano pola mestría e o enxeño: Francisco de Quevedo Villegas. Introduce, coido que por vez primeira, os insultos nos sonetos, demostrando habilidade para a creación dalgúns (*calvatrueno* co sentido de ‘maleducado, aldeán’), variedade de sinónimos (para *prostituta* podemos atopar *perendeca*, *tusona*, *daifa*, *gomia* ou *tarasca*) e artificios literarios sobre algún (“mejor es, si se repara, / para ser gran caballero, / el ser *ladrón* de dinero / que ser *Ladrón* de Guevara”), ademais dun abundante aproveitamento dos sufixos, cos que consegue matices pexorativos: *mediquillo*, *maridillo*, *dominguillo* ‘moneco de farrapos contra o que turra o touro’, *Gongorilla* (“Yo te untaré mis obras con tocino, / porque no

me las muerdas, Gongorilla”), personaxe que, como é sabido, vai recibir moitos outros (“cíclope, antípoda faz, / eres poco verme e mucho pus”), ou *orejoncito* que dedica a outro dos seus personaxes preferidos, Juan de Alarcón, a quen chama “licenciado orejoncito”. Claro que pode resultar tan vexatorio e gravoso coma un insulto un simil dos que gasta Quevedo, tamén con este personaxe: “quien puede ser almorrana / de la peor rabadilla”.

Centrándonos na nosa literatura, témonos que remitir á Idade Media para retoma-las cantigas de escarnio, as de maldicir e tamén algunha tenzón. A pesar do seu ton indecente, non son moitos os insultos que aparecen; sen embargo repítense os tomados de nomes de animais (*camela*, *bodallo*, *cochón*, *sabuxo*) e algúns que quedaron en total desuso: *peón* ‘home de baixa estatura’, *mesela* ‘mesquiña’, *sandeu* e *sandía* ‘louco, sen xuízo’ (o Padre Sarmiento recolle a forma *sandío*, analóxica do feminino, hoxe desaparecida), *caçurro* ‘sucio’, *alaxán* ‘aldeán’, *braadador* ‘xogar berrador’ ou *gargantón*, eufemismo de ‘borracho’.

Máis actuais resúltannos as *Cien Voces Gallegas para ridiculizar a un patán* do Padre Sarmiento, que están recollidas nos seus *Escritos Filolóxicos*, completados con dez para as mulleres, ás que lles pon esta nota: “*No he puesto en la tabla más de las cien voces por ser el número redondo y 10 para ridiculizar a las mujeres. Vea aquí algún secuaz de Duarte Núñez y vean algunos castellanos cuánta es la abundancia de voces que tiene la lengua gallega para significar una misma cosa ridiculizada*”. Entre estes cen que recolle o Padre Sarmiento aparecen nomes de animais (*arroaz*, *animal*, *macaco*), incluso de vexetais (*laranxo*, *cirolas*, *cirolán*), tamén nomes que designan persoas que exercen un oficio (*cazoleyro*, *labrego*, *manteigüeyro*, *porqueyro*), moitos compostos (*faramalleiro*, *mazabarrigas*, *rascamulas*, *tumbalobos*, *lapacaldos*), outros totalmente actuais e en uso (*baldragas*, *choqueiro*, *lampantín*, *lacazán*, *palurdo*), algúns dos que non coñecíamo-lo uso como insulto (*felpudo*, *cañón*, *nubeiro*, *lareyro*) e outros dos que descoñecíamo-la súa forma (*codeo*, *canaves*, *escoler*, *estantiga*, *zancado*, *zorregapei*, *macanque*, *sangoal*).

Para comproba-la presenza dos insultos na literatura deste século escollín dous autores da Xeración Nós, Castelao e Otero Pedrayo, das súas obras *Os dous de sempre* e *O mesón dos ermos*; o libro *Contos da néboa* de Ánxel Fole; tres contemporáneos co único criterio de seren moi concienciados cos aspectos lingüísticos: Gonzalo Navaza, que se prodigou pouco en *Erros e Tánatos*, Darío Xohán Cabana, en *Fortunato de Trasmundi*, e Bieito Iglesias en *Miss Ourense*; e a novela *Land Rover*, do escritor Suso de Toro, pola proliferación de insultos que presenta e as calidades espontáneas da obra.

En *O mesón dos ermos* seguramente sexa onde Otero Pedrayo máis se desinhibe, chegando incluso a facer enumeracións de insultos. Atopamos nel *bruxa*, *demo*, *candonga*, *porca*, *brouxa* (tal vez relacionado con *brouca* ‘folgazanería’), *lacazán*, *xurafaz* (‘o que xura moito’ e de aí ‘cruel, inhumano’), *desleigado*, *xudeu*. E logo atopamos un bo número de alcumes que lle están ben próximos ó insulto: *Bocareu*, *Teixugo*, *O Torto*

de Santa Comba, *O Lobicán*, *O Virulé*, *O Tumbalobos* (este último documentado polo padre Sarmiento como insulto).

En *Os dous de sempre*, Castelao tamén fai un bo despregue de insultos: *comellón*, *eivado*, *lambón*, *lacazán*, *condanada*, *lurco* ('devorador insaciable'), *larchán* (igual ca *lercho* 'lingoreteiro', 'lacazán'), *candonga choca* ('prostituta enferma'), *rallante* (de *rallar* 'ser pesado'), *larpán* (coma *larpeiro*, pero, se cabe, máis contundente), *calamidá*. Percibimos unha preferencia polos insultos que fan referencia á boa alimentación: *larpán*, *lurco*, *lambón*, *comellón* (tamén hai un personaxe alcumado *Comellón de mazáns*), *galloufeiro* (de *gallofa* 'comida que se daba ós peregrinos'), *alarbio* ('home que come moito', 'home grande'). Fai enumeracións de insultos a maneira de admiracións: *¡Lacazán!* *¡Panarra!* ('home simple e parvo'), *¡Cangrena!* ('roñoso, tacaño'), *¡Sanguexuga!* *¡Sarna!* *¡Pensabas que non hai máis que facer fillos ou qué?* *¡Alarbio!* *¡Lurco!*, *¡Cobarde!* *¡Porco!* *¡Así che saquen os ollos cun compás!*, *¡Panarra!* *¡Plepa!*, *¡Babiona!* (derivación de *babiolo* 'bobo, necio') *¡Toupeira!* Tamén os usa en castelán (no mercado castelán): *sinvergonza* (híbrido) e *guarra*; aparecen tamén en alcumes: *Comellón de mazáns*, *O Barrote*, *A Xarda*, *O Aspirina*; ou en símiles: "*cando Pedriño saíu do leito parecía un longueirón*"; e mesmo chama *milicos* ós militares arxentinos cando está na Pampa.

Ánxel Fole en *Contos da néboa* utiliza insultos contundentes e de gran sonoridade: *golfante* (*¿E de que vos rides tanto, golfantes?*); *xudas* (*Cando hai trece homes, sempre hai un xudas*); *pasmón* (*Córrelle o seguro, pasmón*); *condenado* (*Velaí como corre o condenado*); *cabrito* (*¡Xa sei quen es ti, cabrito!*); *burra* (*Os parecéis en todo, principalmente en que sois dos burras*), enfatizado co cambio de xénero; *disgraciado* (*¡Para que vexas, disgraciado, que hai Dios*). Utiliza, tamén, algún sufixo pexorativo (*Agora imos contigo, xastrico*) e locucións (*O enterrador*, *Boca ladroa* ou *Ises crenes de comenencia fanlles crer ó outros que cren*). Ten ademais un bo número de alcumes que raian co insulto: *Andresiño O Cabezudo*, *Papaovos* (*chamábanlle así ... porque unha vez comera il soliño ... tres ducias de ovos cocidos*), *Parrula* (*A Parrula era unha rapaza pequenota ela e grossa, que petaba moito ó andar*), *Natillas*, *Chata*, *O Valente de Cospeito*, ... e outros, tamén nomes propios, buscados cun claro criterio de sonoridade e gracia: *Chilindrainas*, *Currecurre*, *Cacharulo*, *Pansofo* (*grosso e pequenote il, coma un porrón, dispensando*), *Fadrique*, *Pándigo*, *Don Ruberto Raposo*, *Don Xocas* (en ámbolos casos o tratamento de *don* é irónico), *Don Inda* (... *porque vostede ten o costume de decir "inda me enodia" por "que noxo"*), *Telesforo*, ou o nome de can *Ventoso* (*tiña un can de perdices que lle chamaban Ventoso. Todo o mundo cría que lle chamaban asina porque cheiraba coma as calazas ... Mais eu ben sabía que o seu dono lle puxera tal nome do mes "ventoso" do calendario da Revolución Francesa, por ser nado neste mes*).

En Gonzalo Navaza, na súa única obra narrativa de momento, *Erros e Tánatos*, atopamos pouca proliferación de insultos; no relato *O Home do Saco*, usa *sacaíntos* (*aparecíase a figura terrible daquel sacaíntos enxoito falándome con voz de ogro de conto*)

e mangallón (*Amadeo da Groba, un mangallón que levantara os sacos de mineral de tres en tres*). Dous, pero colocados, como se observa polo seu contexto, con tino.

Algún máis emprega Darío Xohán Cabana en *Fortunato de Trasmundi*: *mamalón* (así lles chama o capitán do equipo de Cuspedriños de Riba ós xogadores), que repetirá máis veces; *prosmeira* (*¡Mira quen foi falar! ¡A vella prosmeira!*), de *prosmeir* ‘dicir parvadas’ ou ‘repetir cousas’, igual ca *prosmá* ‘persoa lenta’ e co mesmo significado de *paniogueiro*, que tamén aparece no texto (*paréceme que es aínda ben paniogueiro, pero dá gusto estar contigo*), tal vez relacionado con *panoio* ou *panoco*; tamén aparece *pedante* (*Mira que es ben pedante*); *parvo* (...*desque fixeches o parvo*); *loubán* (*¡Camada de loubáns!*), que procede de *louvar*, pero ten analoxía con outros insultos. Este escritor testemuña no seu exercicio literario a expresividade popular dos insultos e a gracia –común co seu mestre Cunqueiro– para a glosolalia; un exemplo é o adxectivo *putapénico*, que se ben non é insulto, leva parte dun.

Bieito Iglesias en *Miss Ourense* fai un despregue deles e ten o mérito de recoller (igual ca noutros campos léxicos) os que se usaban en Ourense nos anos sesenta, que era cando actuaba o inspector Gumersindo Nespereira. Atopamos: *parvo* (*¡Se non houbese parvos coma ti!*); *serranchín* (...*hai un detido de acó e un rabaño de serranchíns que lataron de Angola*); *mamado* (...*un loro que insultaba dende unha galería: ¡Mamado, mamado!*); *pailán* (*¡Déixame en paz, pailán!*); *candonga* (*Ela foi a que o encalatro. ¡Esa candonga!*), unha voz africana co sentido de ‘mal amañado’, ‘folgazán’, *malandro* (*¡Ti, malandro, pon as mans á vista!*), en relación co italiano *malandrino*; *galopin* (*É o que lle cómpre a estes galopíns, que lle dean polo pau*), un ‘rapaz sucio e mal vestido’, ‘desvergonzado’, do francés *galopin*, id; *rillote* (*os dous rillotes recibiron permiso para retirarse*), que ten o significado de ‘pillabán’ e procede de *rillar* (a evolución non está moi clara, pero podemos engadir que en portugués, tamén derivado de *rilhar*, hai *rilhoto* ‘excremento seco’, co que poderíamos estar ante un deses insultos tomados dunha palabra malsoante).

Por último, *Land Rover*, de Suso de Toro, amósanos un amplo repertorio con insultos de tódalas castes: *parvo* (en numerosas ocasións); *trapallas* (*trapallas, que es un trapallas*); *cabrón* (tamén moi recorrido); *cismón* (*Abelardo, ti sempre fuches un cismón*); *badulaque* (*¿Para que pensas que te teño, badulaque*); *condenado* (*Condenado, es igual a teu pai*); *pousón* (*Es pousón, coma teu pai*) ‘con ganas de pousar, de deixar de traballar’; *malpocado* (*Ese foi un malpocado*); *bruxa* (*foi esa bruxa*); *baboso* (*baboso, ti pagas por ir coa miña muller*). Utiliza moitos insultos de nomes de animais: *bicho* ou *becho* (varias veces); *raposo* (*¿Onde vas, raposo?*); *porco* (*Es un porco*); *burra* (*Muller, pedíraslle o café con leite, burra*). Hainos deses que se poden catalogar fortes: *puta do carallo* (*Putas do carallo, case me saca un ollo*); *merda* (*O merda aquel que non quería pagar*); *carallo bobo* (*Xa viñera outra vez antes, un carallo bobo*); *hostias* (*Don Antonio. Don Hostias*); *mala puta* (...*de aquí non marchades nin ti nin o rapaz, mala puta*) e *fillo de puta*; *carallento* (*O vello, ese carallento*); *maricón* (*O maricón do meu home*).

Aparecen tamén algúns de creación expresiva: *carallolavela* (*Oes ti, carallolavela, baboso, ti pagas por ir coa miña muller*); *antroido* (*Bastante desgracia tivo casar cun antroido así*); incluso un metonímico *bigotito* (*Díxenllo ao policía, o bigotito ese da comisaría*). Ademais neste libro aparecen dous alcumes con transparente contido despectivo: *Rata* e *Trampas*.

Pero tampouco vaíamos pensar que a presenza dos insultos é maior na literatura galega. Só para cotexar, comprobamos que tamén un escritor Nobel como Gabriel García Márquez dá boa conta deles en *Del amor y otros demonios*: *remiendavirgos, abortera, nigromante, deslenguado, Judas Iscariote, puta, engendro, gorrina, judío agazapado, cocotóloga insigne* (irónico), *bobaliconas, verdugo, tigre, bestia de los infiernos, bestia de Belzebú*, etc.

ESTUDIO DALGÚNS INSULTOS

O Padre Sarmiento recollera *Cien voces gallegas para ridiculizar a un patán*, un número redondo que seguro non se correspondía coa proliferación real dos insultos no momento aquel. Eu neste apartado propúxennme escoller outros “cen”, que tampouco son os únicos, pero si os máis empregados ou aqueles que poden resultar máis curiosos ó interresado nestes recunchos expresivos da lingua. Para que poidan establecer un cotexo con aqueles do século XVIII, refiro antes os enumerados por frei Martiño: *almallo, arroaz, adraman, alarbe, aforra gaitas, animal, bausan, baldragas, baldrocas, boleyro, cirolas, cirolan, congorzo, cortezudo, codeo, cazoleyro, calazeyro, carrejón, cañón, canaves, centulo, choqueyro, castroeyro, calaneran, emprevellas, esculapeyro, escoler, estantiga, farouteyro, felpudo, farrulleyro, farfulleyro, faramalleyro, furta bestas, fura belos, gurumante, gorzon, galdrupeyro, galdrumeyro, godallo, lanudo, laparo, labrego, lapa caldos, lambon, lamboiras, lamboeyro, lambaz, lambuzas, lambuzeyro, lambisqueyro, lampantín, lanfón, larpón, larpeyro, larouzas, lara fouzas, lampreuro, loboeyro, lacoeyro, lacuzeyro, lacazan, labanco, laberco, laranxo, lareyro, larengo, longueyron, maloutan, matulas, mullidas, mazacote, mazabarrigas, manteigueyro, marrahum, macanque, macaco, nubeiro, ninguén, nugallan, palurdo, porqueyro, polaynudo, palanquin, rasca mulas, respalleyro, sangoal, sandio, toleyro, toleyron, talludo, tumba lobos, trancho, taleyqueyro, vergante, xoubio, zancado, zimbon, zorrega pei e (101) mixizqueyro; para as mulleres unicamente tiña dez: *antaruja, bruja, bieyteira, paldrida, cagalloeyra, meiga, pieyra, vellougueyra, mecineyra e zorregueyra*.*

ATORRANTE. É un insulto arxentino que non se usa en Galicia, pero que se lles pode oír a algúns indios que estiveron alá. Úsase co sentido de ‘vagabundo, folgazán’. Está tomado do verbo *torrar* ‘estar quieto, vivir sen traballar’ (de tostarse

por estar paralizado); de tódolos xeitos é unha derivación estraña por tratarse dun participio activo. Hai outra versión máis imaxinativa que circula por Buenos Aires, que remite a orixe a uns canos dos sumidoiros do río Paraná que estaban fabricados por *A. Torrant* e ós que ían durmi-los vagabundos porteños.

BADANAS. ‘desaseado, desleixado’. A súa evolución haina que confrontar coa innumerable serie de insultos que xerou *pel* ou con *baldreu*, que tamén se aplica a unha persoa sucia aínda que o seu significado primixenio era ‘pel curtida’.

BADOCO. ‘rústico, non instruído’. Procede do catalán *badoc* ‘aberto’ (que se aplica ás froitas que se abren na planta antes de seren apañadas) e tamén ‘distráido’. Á súa vez está tomado do occitano *badaluc* ‘parvo’, derivado de *badar* ‘estar distraído’. En castelán tamén hai *badomía* ‘disparate, equivocación’. O éxito deste insulto garda relación con outros análogos do tipo *badulaque* ou *bodoque*.

BADULAQUE. ‘sen moito xuízo’, ‘pouco traballador, golfo, preguiceiro’, ‘que fala sen tino’. Ten orixe mozárabe. En Arxentina designa a un ‘home groseiro’. En galego só ten a acepción de insulto hoxe, pero noutrora foi un guiso feito con entrañas de porco (miga de pan, allo, pemento, ...) e en castelán tamén foi unha chanfaina de mala calidade ou un potingue para a cara. A acepción de insulto é debida, sen dúbida, a que tomaban aqueles *badulaques* as xentes que non tiñan outra cousa para comer, a xente plebea e rústica.

BALDRAGAS. ‘home de carácter feble, pusilánime’. Tomado de *baldraque* ‘cousa de pouco valor’, que á súa vez procede de *Baldrac*, da cidade de Bagdad, en Iraq, onde había un xogo semellante ás damas que era moi sinxelo de xogar e que lle deu o nome. Non ten nada que ver con *baldreu*, aínda que o parecido axudou ó seu asentamento como insulto. Ten a variante *baldrocas* (tanto esta variante como a entrada aparecen documentadas polo Padre Sarmiento).

BALDREU. ‘persoa sucia e mal amañada’, tamén pode ser ‘prostituta’. Está tomado do francés e o seu significado orixinal era ‘pel de ovella’ (Cfr. *badana* e derivados de *pel*).

BANDALLO. ‘persoa sucia, de mal aspecto’. Por debaixo desta acepción está a de ‘farrapo, trapo’, da que parten tantos insultos (*baldreu*, *badanas*, *pelele*, *pallaso*, *monigote*). É un derivado de *banda* ‘fita, faixa’. A evolución haina que entender coma estoutros insultos citados e a partir do trapo como algo que está sucio e é deformable, recordémo-lo modismo “poñer a un coma un trapo”.

BASTARDO. ‘fillo de muller solteira’. Varias teorías apuntan a un lugar que indicaría onde se concibiu ese fillo: *bankert*, alemán, ‘sobre un banco’; *hornungr*, escandinavo, ‘recuncho’; *sebenc*, occitano, ‘sebe, zarro’; **bansti*, xermano, ‘palleira, celeiro, sitio onde se garda o gran’. Esta última é a que goza de máis méri-

tos, reforzándose cos modismos “fillo de paleiro” e “can de paleiro”, con igual significado.

BASTO. ‘tosco, sen pulir, inculto’. Insulto de procedencia latina, tomado do verbo *bastar* no sentido de ‘abastecer’ e de aí ‘espeso, groso’ e logo o actual significado. Aplicouse primeiro a cousas e logo a persoas.

BOBO. ‘de curto entendemento, moi simple’. está tomado do latín *balbur* (que foi cognome co sentido que temos nós o apelido *Tato*) ‘tato, tatexo’. En portugués tamén teñen *bôbo*, aínda que se agardaría un ditongo *ou*, por eso se pensou nun posible castelanismo, pero inflúen as dúas bilabiais. A construción é similar a outras reiterativas do tipo *tonto* ou *memo*. Este insulto existe no catalán (*balb* ‘pasmado’), no francés (*baubi* ‘abraiado’), no occitano (*bobs* ‘necio’), no sardo... *A sopa boba* é a comida que se dá ós pobres nos conventos, unha sopa moi líquida; seguramente non teña nada que ver con este insulto, senón co italiano *bòbba* ‘sopa’, polo onomatopeico lingüeteo do que come a sopa. Si que puido influí-lo insulto para adxectiva-lo *paxaro bobo*, que sempre está moi teso, ou para a expresión *bobo de Coria* (como *bobo de Capirote*), personaxe proverbial, símbolo da tontería e a mentecatez.

BODOQUE. ‘persoa de poucos alcances’, ‘bébedo’. O bodoque é un nó do bordado (que se fai cun molde chamado bodoqueira) ou unha bola de barro que se lanzaba coa béstia. Sen dúbida, inflúe no seu paso a insulto a proximidade fónica con *badoco* ou mesmo a interferencia con *embodocarse* ‘poñerse bébedo’.

BOTARATE. ‘home de pouco xuízo’. Procede do cruce de *boto* ‘necio’ (tamén podía ser un coiro pequeno no que bota-lo viño, e xa estamos outra volta cos coiros e pelexos, tan prolíficos en insultos) con algún outro insulto analóxico do tipo *capirote*, *patarata*, *matalote*, *paparote*. É común ó galego, portugués e castelán; e tamén en Centroamérica co sentido de ‘persoa gastadora’, resultado da etimoloxía popular de *botar* ‘tira-lo diñeiro’.

BRIBÓN. ‘enganador’, ‘pedichón’, ‘vago’. Procede de *bribia* ‘arte de enganar’ ou ‘elocuencia para pedir inspirando mágoa’, e esta á súa vez de *blibia* (forma antiga con metátese de *biblia*, gr. ‘libro’). Os primeiros *bribóns* pedían inspirando dó, e para eso recorrían a citas ou oracións extraídas da biblia ou doutros textos sagrados. De igual contido semántico e evolución é *pordiosero*, insulto transparente, obviamente castelán.

BRUTO. ‘rudo, irracional, sen cultivar’. Tomado do lat. *bruttu* ‘besta, animal irracional’. Foi cognome latino que incluso levou o primeiro cónsul de Roma Lucio Xunio Bruto. Ten a variante *brután*.

CACHAMUÍÑAS. ‘trangalleiro’, ‘que non para, que enreda’. Está relacionado co carácter do personaxe que lle dá nome, un militar ourensán, de Cachamuíña, que

xa se destacara pelexando contra os franceses nos Pirineos. Cando estes chegan a Galicia, encargan a González del Valle –que era o seu auténtico nome– que organice as guerrillas. Enfróntase cos franceses en San Clodio, en Arenteiro (O Carballiño), afástaos a Portugal por Tui. Chegou a pelexar nalgunha ocasión con balas no corpo e nunca aceptou as tentacións que lle fixeron os franceses de cambiar de bando; esto dá idea deste carácter decidido que o obrigaba a non parar.

Como este nome de guerrilleiro chega a popularizarse desta maneira, así tamén o poden facer outros nalgún momento (Maletas, Gafas, Foucellas, Curuxas) ou a propia denominación *maqui* (voz corsa que designa o lugar onde se agochaban guerrilleiros).

CACHIRULO. ‘de pouca estatura e complexión forte’, ‘espabilado’. Está tomado de *cacha* ‘as dúas pezas do mango da navalla’ e esta á súa vez de *capula* ‘empuñadura da espada’ de *capere* ‘coller’. Non teñen nada que ver con esta evolución *mangante* nin *mangallón* (Cfr.). Estas pezas do mango da navalla tamén se lles chama *cachas*, polo evidente parecido, e de aí podemos atopar algunhas acepcións que nos acerquen á evolución que leva ó insulto: *cachete* é un espesor da carne que se pode aplicar ás meixelas infladas (dunha persoa gorda), en portugués *cachaza* é o pescozo do porco (tamén gordo) e *cachola* unha cabeza desproporcionada ou que pensa pouco. Ten a variante *cacharulo* e a expresión *ó cacharulo* emprégase para designa-la forma en que as mulleres atan o pano á cabeza.

CAGÁN. ‘covarde, medoso’. Fai referencia á posibilidade de andar de ventre ante a presenza de algo que meta medo. Ten as variantes *cagainas* e *cagalla* e tamén propicia insultos compostos do tipo *caganabos*.

CALAMIDADE. ‘persoa que fai mal aquilo que lle mandan’. A súa orixe remítenos ó lat. *CALAMITATEM* ‘desgracia colectiva, infortunio, adversidade’. A evolución pasa por aplicarse ás persoas con sentido de ‘desgraciado por falta de saúde’ e de aí deriva a insulto.

CAMÁNDULA. ‘persoa preguiceira’, ‘hipócrita’. O nome está tomado dunha vila italiana da Toscana (Camaldoli), na que se fundou a orde monástica dos Camaldulenses, que seguía a regra de san Bieito pero en versión máis austera e eremita; sen embargo, foi unha palabra relacionada sempre coa hipocrísia, parece que hai o concepto popular da hipocrísia como característica inherente ós frades. *Camándula* tamén pode ser un rosario de un ou tres deces (polo menos serviu tamén para unha acepción positiva). Ten a variante *camanduleiro*.

CANALLA. ‘ruín’, ‘de conducta desprezable’. Tomado do italiano *canaglia*, que se forma sobre a base de *can*; o símil é evidente. En francés tamén teñen *canaille* prestado do italiano.

CANDONGO. ‘folgazán’, ‘persoa que anda en chismes’. Palabra de orixe africana, que ten a variante *candongueiro*. Eladio Rodríguez recolle no seu dicionario as dúas formas, pero unicamente en feminino.

CATETO. ‘palurdo, rústico’. É insulto castelán, dunha voz andaluza. Pode ser deformación de **pateto*, derivado de *patán* e *patoso*; axuda a súa terminación semellante a *paleto*. En portugués teñen *pateta* ‘persoa necia, idiota’.

CAZURRO. ‘teimudo, insociable, reservado’, ‘malicioso’. Aplicase pexorativamente ós leoneses. Establecéronselle varias orixes, entre elas a de *can* ou o árabe *quadûr*, pero a máis acertada parece a do ár. *cadzur* ‘insociable’. Tivo distintos significados, na Idade Media era sinónimo de ‘groseiro’ (había *xograres cazurros*, mesmo ás veces enfrontados a outros xograres, que eran os que usaban maneiras desvergonzadas).

CRÁPULA. ‘vicioso’, ‘libertino’. Procede do latín CRAPULA ‘borracheira’ e este á súa vez do grego. A borracheira ampliouse a outros vicios ou entendeuse a embriaguez como principio xerador doutras perversidades.

CHAFALLEIRO. ‘o que non se esmera, o que non ten coidado no que fai’. É unha forma deverbativa sobre *chafullar* ‘facer algo sen xeito’, de orixe onomatopeica; o seu sentido orixinario era ‘esmagar, apisoar’, de aí a onomatopea (en fr. hai *s’esclaffer* ‘soltar unha gargallada de risa’, en cat. *esclafir*, id., en italiano *schiaffare* ‘dar unha labazada’). Así se entende a frase *estar chafado* ‘o que queda estragado por un golpe’.

CHAMBÓN. ‘pouco habilidoso’, ‘o que negocia con cousas vellas’. Pode ter a súa procedencia no verbo *cambiar* ou no port. ant. *chamba* ‘perna’ (Cfr. *patán*).

CHAPUCEIRO. ‘o que traballa sen coñecementos ou sen coidado’. Sen dúbida este insulto garda relación semántica cos dous anteriores, ademais de coincidir fonicamente, sen embargo os étimos coidamos que son distintos. Neste caso a orixe está en *chapuza* ‘traballo mal feito’, tomado do fr. *chapolis* ‘toco gordo de madeira que se emprega para traballar encima del’ (*chapolisier* é un carpinteiro bruto). Barallouse unha posible procedencia de *chapa*, pero resulta difícil.

CHOQUEIRO. ‘persoa farrapenta, mal amañada’, ‘falador, chismoso’, ‘persoa que toca as campás’, tamén designa unha máscara do Entroido ourensán que leva unhas chocas, de onde puido deriva-lo paso a insulto. Ten a variante *chocalleiro*. A orixe de *choca* está no lat. tardío CLOCCA ‘campá’, con posible antecedente onomatopeico do céltico. O modismo *andar tocando a choca* emprégase cando unha persoa fala indebidamente. Este insulto tamén o tiña rexistrado o Padre Sarmiento.

CHULO. ‘presumido, vaidoso’, ‘de comportamento desvergonzado’, ‘home que vive das mulleres que prostitúe’. En portugués tamén ten a dobre acepción de ‘groseiro, rústico’ e ‘proxeneta’. Procede do italiano *ciullo* ‘nenó’ (hoxe en desuso), redución de *fanciullo*, íd., á súa vez diminutivo de *fante* (coma o noso *infante*). Para a explicación que xustifique a evolución semántica haise que remontar a cando as prostitutas tiñan un criado “novo” que era vítima dos maltratos dos rufiáns; logo, á forza de ser usado neses ambientes e irse popularizando, acabou por tomar matices desfavorables ata acabar por referir ó propio rufián. Ten a variante *chuleta*, que para nada hai que relacionar coa palabra homógrafa que designa a carne da costela (esta de orixe valenciana), se ben puido influír este parecido para a súa formación.

ESTÚPIDO. ‘torpe’, ‘groseiro, indolente, insensible’. Procede do latín *STUPIDUS* ‘estupéfacto, atordado’. Trátase dun insulto recente, por eso se pensou que puidera ser un galicismo, pois en Francia ten máis historia. Para localizalo no seu significado cómpre relacionalo con outras palabras familiares: *estupéfacto* ‘abraiado’ ou *estupor* ‘asombro, espasmo’, incluso ‘parálise’.

FATO. ‘falto de razón, ridículo, vaidoso’. É o mesmo ca *fatuo*, sen ben este non é tan popular. Procede do latín *FATUUS* ‘soso, insensato, extravagante’. Na Ríoxa e en Asturias vulgarizouse en *fato*, por eso en Galicia só se rexistra na metade norte de Lugo. Non ten nada que ver co homógrafo *fato* ‘rabaño’.

FERVELLASVERZAS. ‘persoa que non para queda, bulebulé, fuxefuxe’. Non me vou parar nestes insultos compostos por seren de creación espontánea, simplemente remito a orixe deste concreto ó verbo *fervellar* ‘xoguetear, divertirse xogando’, ‘ferver lentamente’ e ó adxectivo *fervedo* ‘axitado, alporizado’. Sobre esta base rexístrase unha prolífica variedade: *fervellasfabas*, *fervello*, *fervellocaldo*, etc., todos con igual significado. Esta rica multiplicidade obsérvase noutras mostras de insultos compostos, como é o caso de *furafollas* ‘persoa atravesada, que non para queda’ (ten tanta actividade que ata fura as follas; tamén dá nome a un paxaro pequeno semellante ó carrizo), *furaolas* ‘persoa preguiceira’ (por non moverse ata se detén a facer algo tan inútil como é facer buratos ás olas).

FURRICAS. ‘medoso, covarde’, ‘amarrado’. Ten a variante *furricoso*. A súa procedencia está en *furrica* ‘cousa de pouca consistencia ou de mala calidade’, ‘feces brandas características da diarrea’; esta última estaría en relación coa evolución de *cagán* (polo movemento de ventre que pode provocar unha situación de medo) e mesmo se ten que ter en conta que se trata dunha palabra malsoante, boa fonte para moitos insultos.

GALOPÍN. ‘rapaz mal vestido e sucio’, ‘desvergonzado, pícaro’. Está tomado do francés *galopin*, íd. Haino que relacionar con *galopar* e *galope*, igualmente gali-

cismos, de onde se derivou o significado para o rapaz que facía recados e para eso tiña que andar correndo (galopando).

GANDUL. ‘vagabundo’, ‘preguiceiro’. Ten a variante *gandulo*, que pode mostrar acepcións cariñosas. Antigamente foi ‘mouro ou indio novo’. Procede do árabe *gandûr* ‘rapaz que agrada ás mulleres e que pode ser pendenciador’.

GAÑÁN. ‘mozo de labranza e servicios nunha casa de labranza’, ‘home tosco’. Pode te-la súa orixe no árabe *gannam* ‘pastor’ ou no francés *gaaignont* ‘labrego’. A forma portuguesa *ganhao* considérase castelanismo. De parecida evolución é *pastrán* ‘torpe’, ‘sucio’ do lat. *PASTORE* ‘pastor’.

GODALLO. ‘desordenado’, ‘sucio’. Tamén pode ser ‘cabra de máis de dous meses’ ou ‘cabra en época de celo’. Por un lado esta última acepción puidéranos remitir a insultos do tipo *cabrón*, por outro estaríamos ante un caso de analoxía fónica con *bodallo* ‘porco’ (forma medieval) ou con *espantallo*, *pingallo*, *trapallo*, *carallo*, etc., sen xustificación semántica. Aparece referido nos insultos recollidos polo Padre Sarmiento.

GOLDRACHA. ‘persoa sucia’. Derivado de *goldra* ‘lama branda’, ‘aporcallado’. Ten a variante *goldrallo* con terminación despectiva que podemos poñer en relación coas citadas para a palabra anterior (vid. *godallo*).

IDIOTA. ‘ignorante’. Está tomado do latín *idiota* ‘ignorante’, ‘groseiro’ e á súa vez do grego, onde tiña o significado de ‘particular, reservado’. Conservouse sempre como insulto, aínda que houbo momentos en que tamén tiña a acepción de ‘profano’, ‘que non é técnico nunha profesión’.

IMBÉCIL. ‘pouco intelixente’. Procede do latín *IMBECILLIS* ‘débil, fraco, enfermo’, ‘feble de espírito’. Estamos perante un caso de metatonía, pois esperaríase acentuación aguda, sen que eso signifique que sexa galicismo (aínda que en francés tamén existe este insulto; tamén en italiano co acento etimolóxico); quizais puido influír outra forma latina, *IMBELLIS*, basicamente co mesmo significado.

LACAZÁN. ‘preguiceiro’, ‘que non quere traballar’. Derivación de *lacón* ‘pata dianteira do porco’, ‘a súa carne curada’, de andar cos “lacóns” ó aire por non parar a cose-los pantalóns. Para chegar a esta forma hai que contempla-la influencia analóxica de *folgazán* sobre *folgar*, na súa acepción de ‘tomar alento’ (recordemos que o étimo é *FOLLIS* ‘fol’) e logo de ‘descansar’. Ten a variante *laoeiro*, id., que recolle tamén o Padre Sarmiento.

LAMPANTÍN. ‘lambón’, ‘folgazán’. De *lapar* ‘tragar con voracidade’, ‘apoderarse do que non é dun’. Ten a variante *lapantín*, que sería a esperada, xa que a outra toma o *m* por contaxio de trabazón de nasal. O Padre Sarmiento recolle a forma que figura como entrada.

LANGRÁN. ‘vago, folgazán’, ‘persoa alta e desproporcionada’. Pódense barallar dous antecedentes ou incluso un cruce dos dous; por un lado o xermano *landern* ‘vaguear’, e por outro unha evolución sobre *largo* ou *longo*, tendo en conta a interferencia histórica destes dous adxectivos. Cómpre lembra-la presenza de dúas acepcións de *largo* en castelán: ‘liberal, dadivoso’ e ‘astuto, listo’, co que se pode xustificar unha hipotética evolución a insulto do adxectivo. Son sinónimos deste insulto: *mangallón*, *talandrán* e *talirán*.

LARAFUZAS. ‘sucio’. Ten as variantes *larafuceiro* e *larufas*, e incluso *larafouzas* rexistrada xa polo Padre Sarmiento. A primeira parte deste composto tennos que levar a unha forma que nos recorde o porco (o *Diccionario Xerais da Lingua* indica unha forma, mal transcrita, *lareirón* ‘porco doméstico’, indocumentada, aínda que con posibilidades de cruce con *larada*; si, en cambio, existe *lareirón* ‘ignorante’) e a segunda a *fociño* ou *fozar* ‘move-la terra’, que nos explican os significados do verbo *larafuzar* ‘remexe-los porcos co seu fociño na comida’ e de aí ‘emporca-la cara e as mans ó comer’, de onde facilmente se extrae o insulto.

LELO. ‘aparvado, abraiado, pasmado’. É unha palabra onomatopeica, de creación expresiva.

LERCHO. ‘persoa que fala máis do que debe’, ‘lacazán’, ‘o que come e bebe en exceso’. Ten as variantes *lerchán* e *larchán*. Pode ter unha orixe prerromana e está relacionado con *lercha* ‘cousa pequena, ruín’, ‘persoa sucia’, evolución de *lisca* (do celta **vlisca* ‘vara’). Non se albiscan asideiros semánticos partindo desta *lisca*, a non ser unha imaxinativa creación a partir do hipotético *vlisca* semellante a exemplos do tipo *pendón*, *langrán* ou *lareiro*.

LORO. ‘persoa que fala moito’. O insulto patrimonial galego con este significado sería *bardallas* (‘o que fala por falar’, onomatopeico), sen embargo incluímos este no glosario porque é moi actual, aínda que dubidosamente galego, e para incorporar un curioso antecedente: O francés antigo *perruquet* ‘loro’ (mod. *perroquet*), con orixe probable no cast. *perico*, propiciou que esta palabra servise para insultar ós membros da Administración de Xustiza que colocaban na cabeza unha “perruca” que recordaba, coas doses oportunas de ironía e imaxinación popular, o aspecto do paxaro.

MAMELUCO. ‘torpe’, ‘necio’. Ten a súa orixe no árabe, onde designaba a un membro da milicia composta por escravos no antigo Exipto.

MANGANTE. ‘folgazán’. Ten a variante *mangallón*, aínda que este tamén pode ser ‘persoa alta’ (Vid. *langrán*). Trátase dunha evolución do verbo tomado da xerga xitana *mangar* ‘pedir, mendigar’, de onde tamén *mangante* ‘mendigo’. Puidérase establecer unha relación con *mandanga* ‘tranquilidade, pachorra’.

MARULO. ‘testán’, ‘parvo’, ‘persoa robusta’. Ten a variante *marulán*. Pódense barallar dúas hipóteses etimolóxicas: 1. Do lat. MARE ‘macho’, que explica a última acepción. 2. do lat. MAURU ‘mouro’, que ó longo da historia tamén tivo a acepción de ‘pagán, non bautizado’, da que facilmente se puido tira-lo insulto. Derivado deste étimo hai en castelán *morochó* ‘persoa robusta, ben conservada’, en clara relación semántica coa nosa palabra. Puidérase pensar nalgunha dificultade fonética que explicase a evolución, sen embargo atopamos no asturiano, tamén derivado de MAURU, *maruxo* (‘mozo que leva a egua ó cabalo’, faena que se encargaba a un gallegu) unha posible axuda, que ademais nos proporciona o significado negativo que hoxe ten *marulo*.

MECO. ‘que non ve, cego’; pode confundirse con *memo* por proximidade acústica. Tomado do latín MOECHU ‘fornicador’, ‘adúltero’. O *Meco* en Galicia é un personaxe lendario ó que se lle achacan as culpas de tódolos males, por eso é castigado colgándoo dunha figueira. En moitos sitios invócase ó *Meco* para que os nenos se porten ben. No Grove fálase dun *Meco*, seminarista, que na segunda metade do séc. XVII burlaba as mulleres ata que o fixeron colgar dunha figueira en castigo dos seus abusos. Nalgures o *Meco* é unha máscara que porta unha vasoira na man, coa que restrega a xente para sacarlle os meigallos. Noutras culturas tamén se comprobaban evolucións parecidas, como o castelán *mojiganza* ‘personaxe que se colgaba dun pao en festas públicas’, que derivou *bojiguero* ‘farsante’ e pasou ó catalán *moixiganga* e ó portugués *bugiganga*.

MEMO. ‘tonto, simple’. Insulto castelán, aínda que introducido no galego, onde é adxectivo co significado de ‘brando’ e substantivo co de ‘cartilaxe’. En castelán é onomatopeico do tateo e está tomado da expresión *hacerse memo* ‘facerse o parvo’ antes de adquirir autonomía.

MENTECATO. ‘necio’, ‘simple’. Ven do latín MENTE CAPTUS ‘collido da mente’, que non ten toda a razón.

MESQUÍÑO. ‘pobre, mísero’, ‘avaro’, ‘desventurado, desgraciado’. Está tomado do árabe *miskín* ‘carente de bens, pobre’. É un arabismo presente en tódolos romances occidentais.

MEXERICO. ‘amaneirado, de formas mecosas’, ‘o que anda en chismes’. Ten a variante *mexeriqueiro* ou as formas con harmonización vocálica en *i*; o Padre Sarmiento recolle a forma *mixizqueyro*, de curiosa transcripción. Detrás destas formas está o verbo *mexericar*, *íd.*, probablemente relacionado con *mexer* e *remexer* ‘revolver, sacudir’, ‘calumniar’. En castelán estaría relacionado con *mecer*, de onde se puido deriva-la acepción de ‘mecoso’.

MIMARRALLEIRO. ‘o que recibe neitegadas en exceso’. Ten a variante *mimarracheiro* e en portugués hai as formas *mimalheiro* e *mimalho*. Están creados so-

bre *mimo*, de creación expresiva, onomatopeica das voces da nai ó neno ou dos amantes. Outro insulto sinónimo deste é *caramelán*.

MISERABLE. ‘desgraciado, digno de compaixón’, ‘desprezable polo seu pouco valor’, ‘tacaño, avaro’, ‘ruín, mesquiño’. Procede do latín MISER ‘infortunado, desgraciado’, do que tamén hai o adxectivo *mísero*. Victor Hugo chama *miserables* na súa obra homónima ás vítimas dunha orde social inxusta.

MOINANTE. ‘persoa que anda a vender polas feiras, ás veces enganando’, ‘o que simula pobreza para obter beneficios ou aplica métodos cariñosos para conseguir algo’. Está construído sobre *moina* ‘hipócrita, astuto, falso’, un préstamo francés de orixe grega, onde tiña o significado de ‘esmola’. A forma castelá *mohino* ‘amorado, de mal humor’ non ten nada que ver con esta palabra. Confróntese con *tunante*.

MONIGOTE. ‘ignorante’. Pode tratarse dunha forma despectiva de *monago* ‘o que axuda á misa’ ou dunha creación sobre *moneco*, ó igual ca *monifate* ‘moneco ou figura ridícula’ (de MANU FACTI ‘feito á man’) e *monicreque* ‘títere’, ‘persoa fachendosa’ (de *moneco* maillo lat. CROCU ‘escena teatral’). Non se pode descartar unha interferencia das dúas teorías.

NUGALLÁN. ‘folgazán, preguiceiro’. Ten as variantes *nugalleiro* e *nugallas*. Están creados sobre *nugalla* ‘preguiza, galbana’, do lat. NUGALIA ‘frivolidade, maldade’. En portugués non o hai, si en castelán a forma *nugalis* coa acepción etimolóxica de ‘frívolo’. A terminación de *nugallán* é analóxica de *folgazán*, íd. Aparece rexistrado polo Padre Sarmiento.

PAILÁN. ‘rústico’. Son da familia *pailaroco*, *paifoco* e *paiolo*. Podemos barallar tres teorías para explica-la orixe destes insultos: 1. De PAILA ‘vasilla, prato ou fonte grande e pouco fonda’. Puido xurdir por insultar ó que fregaba as pailas ou por identificación de leva-la paila (=patela) na cabeza recordando o sombreiro ancho que ten caracterizado a unha persoa rústica (Cfr. *paleto*). 2. Do nome propio *Paio*, moi común nalgún tempo, pola tendencia social a xogar con variantes dos nomes, con fin cariñoso ou despectivo (*Poñerse coma un Pepe*). 3. De PAGUS ‘pago, aldea, comarca’; semanticamente explicable do mesmo xeito ca *aldeán*.

PALETO. ‘rústico’. Creado sobre a forma *pa* ‘apeiro’. En castelán *paleto* era un gamo ou un cérvido calquera coa cornamenta aberta (polos cornos anchos que recordaban a forma dunha pa). De aí derivouse a insulto por facer unha comparación dos cornos co sombreiro ancho que identificou tantas veces á persoa rústica (Cfr. *pailán*).

PALURDO. ‘rústico’. Está construído sobre a forma francesa *balourd* ‘torpe, lento, atontado’, con alteración de oclusivas bilabiais por influencia analóxica de insulto

tos do tipo *paleta* ou *patán*. En portugués teñen *palúrdio*, tamén por alteración dalgúns insultos con esta terminación. Este é outra voz das documentadas polo Padre Sarmiento.

PÁMPANO. ‘aparvado’. Ademais da acepción de insulto, presenta outras moi heteroxéneas: ‘terrón moi grande’, ‘bacelo tenro da videira’, ‘folla da vide’, un peixe (*peixe pampo*) ou unha variante de *pálpebra*. Esta última vai se-la única que pode posibilita-la súa acuñación como insulto, xa que nalgúns sitios da provincia de Ourense *pámpano* pode designa-la persoa que ten as pálpebras caídas. De tódolos xeitos non explica con convicción a evolución, e quizais teñamos que apuntar a outro proceso de palabra, non moi usada, que se adapta como insulto por proximidade fónica con insultos do tipo *papón*, *panoio*, etc.; teoría que se reforza con *pampo*, variante deste.

PANCHO. ‘gordo’, ‘orgullosa’. Ven do lat. *PANTEX* ‘barriga’. Hai un peixe que leva ese nome (semellante ó ollomol) por te-la barriga ancha. Tamén é un dos moitos hipocorísticos do nome propio Francisco.

PANDOTE. ‘persoa á que se lle atribúe a culpa de todo’, ‘o que soporta burlas e bromas’. Procede do verbo *pandar*, aplicado ós xogos (así *pandote* tamén é o que “panda” no xogo da panda ou o peón que recibe os golpes de tódalas buxainas), tomado do lat. *PANDUS* ‘arqueado, curvado’. Hai unha expresión castelá que pode explica-lo paso a insulto, *estar pando*, que se utiliza para referirse á barriga inchada, e de aí a levanta-la cabeza e bota-lo corpo para adiante, co que adquire a acepción de ‘vaidoso’. Como a curvatura pode ser convexa ou cóncava, tamén a actitude de humillación se consegue coa curvatura de cabeza baixa e corpo debruado, que pode orixina-los significados arriba indicados.

PÁNFILO. ‘tranquilo’, ‘bondadoso’, ‘aparvado’. Do lat. *PAMPHILU* e á súa vez do grego co significado de ‘bondadoso’; aínda que tamén era nome de persoa ‘o que todo é amor’, composto de *PAN* ‘todo’ e *FILO* ‘amor’. Hai un xogo denominado *pánfilo* no que se pasa un misto de man en man; antes de que a chame queime a un dos participantes débese berrar “pánfilo”. Este xogo estableceríanos unha similitude con outro insulto, *zascandil*, que tamén corresponde ó berro proferido cando a luz se apaga porque o candil caeu ó chan.

PAPÓN. ‘atontado, aparvado’. Ten as variantes *papán*, *paparote*, *páparo*, *papamoscas*, *papanatas*, etc. Baixo esta extensa familia está *papa* ‘comida en xeral’, empregada como voz infantil, de verbal de *papar* ‘comer con voracidade’. Xa nos referimos anteriormente á boa fonte que supúñan para os insultos as palabras relacionadas coas comidas, de tódolos xeitos para explicar esta serie creada sobre *papa* cómpre ter en conta a inducción por proximidade de insultos derivados de *pasmar* e, incluso, podemos contempla-la acepción figurada de *papar* como ‘aspi-

rar aire’, de onde non resultaría difícil deriva-los insultos (pensemos nalgúnhas frases xeradas por este verbo do tipo *papar frío* ou *papar medo*).

PARVO. ‘curto de intelixencia, ignorante’, ‘pasmado, atontado’. É un dos insultos que teñen o seu significado desnaturalizado, pois na orixe del está o lat. *PARVU* ‘pequeno’, do que tamén temos *párvulo*, que conserva o sentido etimolóxico. A explicación que permite o seu paso a insulto está no símil que se establece entre un neno e a súa normal ignorancia. En galego hai o derivado *parvada* e tamén *parva* para unha comida pequena (abreviación do lat. *REFECTIO PARVA*).

PASMÓN. ‘asombrado’, ‘con cara de continuo abraio’. Ven de *pasmar*, á súa vez de *pasmo* ‘parálise pasaxeira causada por enfriamento’. A variante *paspán* é un híbrido deste insulto e de *papán*.

PATÁN. ‘persoa rústica e ignorante’. Está creado sobre *pata*, pola identificación da persoa rústica cos seus pes grandes, que semellan maiores polo seu calzado tosco. Outras variantes son *patoso*, *patoeiro*, *patorriño* (con posible sentido cariñoso) ou *patulea* ‘xente ruidosa’.

PATRAÑEIRO. ‘mentireiro’. Ten a variante *patrañas*. A *patraña* (ou *pastraña*) era un conto ou fábula de pastores (o étimo é *pastor*, id.), de onde resulta doado establece-la evolución (Cfr. *gañán*).

PELELE. ‘persoa simple ou inútil’. É unha palabra de orixe incerta que daba nome a unha figura humana feita de palla e trapos que servía de diversión pública (Cfr. *meco*).

PELGACHO. ‘persoa descoidada ou desmellorada’, por ampliación de ‘pel enrugada’ (tamén pode usarse para o ubre seco). Vimos anteriormente que palabras relacionadas coa pel xeraban moitos insultos (*badanas* ou *baldreu*), por tanto imos atopar tamén moitos insultos derivados desta voz: *perilleira* ou *pelelleira* ‘moza guapa, ironicamente’; *pelendre* ‘pobre, farrapento’; *pelenxín* ‘o que frecuenta a taberna’ (pode facer referencia á pel do odre que garda o viño); *pelercho* ‘persoa anciá e consumida’ (ten moita pel); *pelexa* ‘prostituta’ (por alusión ó que vende; en castelán tamén hai *pelagra*); *pelexo* ‘persoa ebria’, ‘prostituta’; ou a máis popular *pelandusca*. En castelán teñen *perigallo* que, ademais de ‘pelexo da gorxa’, pode ser ‘persoa alta e delgada’ e parece proceder do portugués *perigalho* ou *pelegalho* ‘pel do pescozo’. A forma *piltrafa* (‘pel frouxa’) tamén é castelá.

No mesmo campo semántico, *pelar* xerou *pelagatos* ‘home desprezable e pobre’ e en castelán *pelagallos*, que, curiosamente, se aplica a unha persoa baixa que non ten oficio nin ocupación honesta (*perigallo* era alto e delgado).

PELOURO. ‘ruín’, ‘ebrio’. O *pelouro*, ademais de ser un ‘canto pequeno do río’ ou o xogo que se fai con el, pode significar unha ‘borracheira de augardente’, en rela-

ción con *peloura* ‘augardente de caña que toman os mariñeiros ó chegaren do mar’. Cabe, de todas formas, a influencia fónica da variedade de insultos xerada sobre a base de *pel*.

PENDELLO. ‘persoa inútil’, ‘persoa que estorba’. É posible que veña de *prender*, que se podería explicar pola acepción que ten *pendello* de ‘construcción anexa á casa para gardar apeiros’, no sentido de estar prendido á casa. Esta mesma acepción que nos remite á arquitectura é a mesma que xera ‘construcción de mala calidade’ e de aí chega a insulto. O castelán *pendejo*, insulto frecuente en México, nada ten que ver con este, senón coa acepción de ‘pelo do pube’ (de *pente*), que por ser palabra tabú, mal soante, ten camiño aberto para chegar a insulto, como temos observado. En portugués teñen tamén como insulto *pentelho* ‘mal individuo’, relacionado co anterior.

PENDÓN. ‘persoa alta’, ‘muller de mala vida’, ‘persoa de vida desordenada’. Tomado do lat. PINNA ‘amea’, ‘pluma, crista ou *penacho* das aves’; a derivación a *pena* ‘rocha’ establécese ó recordar un penedío as ameas dunha muralla. O *pendón* é o pao dunha bandeira ou insignia militar (tamén pode se-lo tronco principal dunha árbore) ou por metonimia a bandeira mesma. Para a primeira acepción de ‘persoa alta’ hai unha clara comparación, para a de ‘desordenado’ hai unha explicación imaxinativa que fala dos arrestados nun campamento que eran castigados onda un pendón; a acepción de ‘prostituta’ haina que entender como derivación desta última, salvo que tamén a imaxinación a relacionase coas plumas que puideran levar. En galego temos un insulto de evolución similar a este na súa primeira acepción, *lareiro* ‘pao longo do que se colgan os chourizos’, que deriva o significado a ‘persoa alta’, aínda que tamén se aplica á persoa que non sae da casa ou, por extensión, a un individuo efeminado.

PÍCARO. ‘ruín, malicioso’, ademais de ‘neno, cativo’. Posiblemente estea formado sobre *picar*, a través de ocupacións que desenvolveron os pícaros clásicos relacionadas con este verbo (*picador de touros*, por exemplo), e influenciado polo francés *picard* (que nos daría *picardía*), por alusión a unha provincia gala de onde se toma o nome.

PILLO. ‘astuto, espabilado’. Ten a variante *pillabán* (en castelán tamén *pillastre*, *pilluelo*, *pillín* e *pillastrón*). Hai dúas teoría, unha remítenos ó verbo *pillar* no sentido de ‘roubar, saquear’ ou ‘sorprender a alguén desprevido’, outra lévanos ó latín PILEUS ‘sombreiro’ e tamén ‘trapo’, da cal se podía pasar a insulto como sucede en *bandallo*, *meco* ou *pelele*, e incluso se pode producir un símil igual ó que observamos en *pailán* ou *paleto*.

PIMPANTE. ‘fachendoso’. Está tomado do francés *pimpant* ‘ufano, presumido’, relacionado co inglés *pimp* ‘alcaíote’, e haino en portugués (neste idioma presenta

tamén a derivación *pimpao* ‘atrevido, valente’) e en castelán, con igual significado. No seu asentamento puido influí-lo parecido fónico co nome de paxaro e tamén insulto *pimpín* (onomatopeico do seu rechouchío, aínda que recibe unha ducia de nomes máis tamén inspirados no seu trino).

PINGALLO. ‘persoa mal vestida, farrapento’. Está construído sobre o verbo *pingar* na acepción de ‘untar’ (no castelán *pringar*, que tamén terá os insultos *pingajo* e *pinganillo*), por estar untado, con roña e cotra que se pega á roupa e ó corpo. Simililar a este sería o composto *sacarroña*, aínda que se usa co sentido de ‘refungón’. A terminación segue o modelo de *godallo*.

REFUNGÓN. ‘rosmón, protestón’. Tomado de *refungar*, *íd.*, forma con base en *fungar*, onomatopeica da respiración nasal con ruído, o que se emite cando un está enfadado.

REMOSQUEDO. ‘o que non para quieto’. Do verbo *remoscar*, *remosquear* ou *remosquexar* ‘andar de un lado para outro’, con base en *mosca*. Haino que pór en relación con *moscar* ‘bota-las vacas a correr cando as pica unha mosca’. En castelán *mosqueado* úsase para referirse a algo que ten pintas, como se tivese moscas; a acepción de estar resentido por crer que lle toman o pelo é figurada.

TABASCO. ‘tosco, groseiro’, ‘aloucado’. É un insulto exclusivo do galego, con orixe en *tabardo* ‘prenda de vestir longa confeccionada en pano tosco’ (de orixe francesa). En castelán hai *tabardillo* para aplicar a unha persoa aloucada, aínda que tamén pode ser sinónimo de *tifo* porque se manifestaba con manchas que cubrían o corpo enteiro, o mesmo có tabardo. Existen máis insultos relacionados coa confección: *talabarte* (tamén de orixe francesa, *cfr.*), *bodoque*, *bandallo*, ou incluso un curioso *balandrán* ‘vestido eclesiástico’ (tamén pode ser unha especie de camión, segundo nolo describe García Márquez en *Del amor y otros demonios*: “Apenas si salía de la alcoba, y aun entonces andaba a la cordobana, o con un *balandrán* de sarga sin nada debajo que la hacía parecer más desnuda que sin nada encima”) que, se ben non é insulto, propiciou o título, revelador do carácter satírico do libreto, para un periódico de circunstancias que sacaron os republicanos pontevedreses para meterse coas misións da Compañía de Xesús.

TAINANIÑA. ‘persoa apoucada, pusilánime’. Ten a variante *taineiro*. Do substantivo *taina* ‘preguiza’, supostamente evolución do lat. *THEMA* (que presenta unha curiosa acepción de ‘primitivo, simple’). Dise en galego a frase *face-la taina* no sentido de ‘estar a folgar’.

TALABARTE. ‘lacazán’, aínda que Eladio Rodríguez recolle no seu dicionario a acepción ‘persoa que gasta moito’. O *talabarte* era orixinariamente un cinto de coiro do que colga a espada ou un escudo que cobre o corpo, tomado do francés

talevart ‘escudo grande’. Este insulto está en relación con outros xerados polo léxico da confección: *bandallo*, *bodoque* ou *tabasco*.

TONTO. ‘necio, inxenuo’. Ten tres posibilidades de formación que facilmente poden presentar interferencias: 1. Do lat. ATTONITO ‘estupefacto’, con evolución semántica clara, pero fonética difícil. 2. Do lat. TONDERE ‘rapar’. 3. De creación expresiva apoiada na redundancia de consoantes e na analoxía con *bobo*, *memo*, *chocho*, *lelo*, etc.

TRAPALLEIRO. ‘mentireiro, enganador’, ‘desordenado’, ‘chapuceiro’. Ten as variantes *trapallas*, *trapazas*, *trampón*, *trampullón*, *tramposo*, *trampuzas*, *trampeiro* (distinto de *trapeiro*), *trafulleiro* e *trapaceiro*. En proximidade semántica está *sacatruceiro*, de *sacatruza* ‘trampa, mentira’. Están construídos sobre a base *trampa* ou *trapa*, común a moitos romances, relacionado orixinariamente con ‘pisar’, por onomatopea do ruído que se fai ó dar pasos (**tramp*); logo foi o engano que se facía no chan para que o “pisasen” os animais e quedasen atrapados, de onde se derivarían facilmente as acepcións que nos ocupan.

É curiosa a coincidencia contradictoria que se establece entre esta palabra *trampa* ou *trapa*, relacionada con concepto de ruído, e a orde da *Trapa* (do cister, fundada en Trappe, Francia), que se define precisamente pola contemplación en silencio.

TRASTE. ‘persoa inútil’. Ten a variante *trasto*. Trátase dunha derivación de ‘moble ou utensilio inútil’ con orixe no lat. TRANSTRUM ‘banco de remeiro’ (de onde tamén se tomou *traste* para indica-las separacións de medio ton no mastro da guitarra, por comparación cos bancos dun barco de remos). Considérase un catalanismo, de *trast*.

TRUÁN. ‘desvergonzado, mentireiro’, ‘moinante, que vive de enganar’. Está tomado do francés e este do céltico *trog* ‘desgraciado’.

TUNANTE. ‘festeiro’, ‘vagabundo, moinante’. De *tuno* ‘desvergonzado’ (de onde tamén chega a denomina-lo membro dun grupo musical universitario), con orixe no francés *tune* ‘hospicio de mendigos’, ‘esmola’. Detrás desta forma francesa está o título *Roi de Thunes*, o xefe dos vagabundos franceses, a quen se lle deu este nome en resposta ó Duque do Baixo Exipto, que era o xefe dos xitanos no París do século XV. Non sabemos se había abundancia de tunecinos entre os mendigos da cidade que xustificase tal denominación. A forma *tunante* explícase por analoxía con *moinante*, co que pode ser perfectamente permutable.

VELLACO. ‘enganador’, ‘malvado’, ‘pícaro’. A súa procedencia é opaca, quizais celta, sen embargo está presente no portugués (considerado castelanismo), no castelán e tamén no italiano.

ZAFIO. ‘tosco, groseiro’. É de orixe árabe, se ben non hai acordo para establece-lo étimo e Coromines acaba remitíndoo a un cruce de palabras árabes. Haino tamén

en castelán e en portugués (*sáfio*). Tamén de orixe árabe e con parecido fónico e semántico é *zaino*, que ademais de ser ‘cabalo de cor castaña’ tamén é insulto en castelán (‘traidor, falso’) e en portugués (‘vellaco, libertino’).

ZARAPALLEIRO. ‘trapalleiro, chapuceiro’, ‘farrapento’, ‘estrafalario’. Ten a variante *zarapallón* e está relacionado con *zarapallada* ‘lío, argallada’ (tamén pode ser ‘batuxada’ ou ‘chuvia miúda’). Pode ter unha procedencia onomatopeica ou estar relacionado co éuskaro *zarria* ‘farrapo’ (en bable hai *zarapayo*, *íd.*) ou co castelán *zarapatel* ‘guiso de tomate, cabaza e pemento’ (considerado lusismo). Tanto a familia do trapos como a dos alimentos pobres comprobamos que xeraron un bo número de insultos.

ZASCANDIL. ‘home atordado, sen personalidade, introvertido’, ‘argalleiro, enganador’. Estes significados tan opostos créanse a partir da expresión *zas candil* que se dicía cando caía ou se tiraba un candil para que a luz se apagase, en caso de bronca. *Zas* é onomatopeico do golpe que o candil producía. Confróntese con *pán-filo*.

ZOMBI. ‘introvertido’, ‘ido’. É unha voz africana que no culto vudú designa a un deus-serpe a quen se lle atribúen poderes sobrenaturais para poder devolve-la vida a un cadáver. O suxeito, o corpo sen vida, é o que se toma como base para o insulto, no sentido de estar medio morto.

ZOQUETE. ‘persoa moi torpe’. É posible que proceda de *zoco* ‘calzado de coiro con piso de madeira’, establecendo unha relación da tosquidade do calzado con esa mesma característica da persoa (Cfr. *patán* e *paleto*). De tódolos xeitos, Coromines ve unha orixe no árabe *suqât* ‘cousa inservible, obxecto sen valor’, pero para eso parte doutros significados que ten *zoquete* en castelán (‘pedazo de madeira ou de pan que queda sobranter’) e non hai en galego; e incluso outros, como García de Diego, contemplan a orixe céltica que deu o aragonés *zoca*, o catalán *soca* ou o francés *souche* ‘tronco ou toco dunha árbore’. Se aceptasemos estes étimos, teríamos que aceptar *zoquete* como castelanismo, pois non temos en galego eses significados, nin para esta palabra nin para *zoco* (Eladio Rodríguez incorpora no seu dicionario estes significados, pero vese que copia literalmente do da RAE). Relacionado con esta palabra está *tarugo* (común ó portugués e ó castelán, non ó galego, aínda que o suxiren algúns dicionarios), que do significado de ‘cravo de madeira’ adquiriu modernamente no castelán o de ‘torpe, aparvado’.

ZOTE. ‘ignorante’, ‘torpe, tardo en aprender’. Está presente, con distintas variantes, en case que tódolos romances (port. *zote*, fr. *sot*, it. *zótico*). A orixe é incerta, probablemente de creación expresiva, semellante a *tonto* ou *sonzo* (rexistrado en Pontevedra, igual ca *zonzo* en castelán). Algúns estudiosos falan de posible galicismo, pero non se entendería o port. *zote* con sonora.

ZOUPÓN. ‘lento’, ‘torpe’. Ten as variantes *zampo*, *zoupeiro*, *zampallán*, *zoupello*, *zoupudo*, creados sobre *zoupar* ‘pegar’, onomatopeico. O castelán *zopenco* ‘tonto’ está construído sobre *zopo* ‘a man ou o pe torcido ou contrafeito’ ou ‘persoa que ten eses defectos’.

ZULÚ. ‘pouco sociable, salvaxe, bruto’. Coma *zombi* é un insulto exótico que nos remite a unha tribo africana, en Sudáfrica, que fixo unha gran resistencia ó racismo branco.

A LINGUA GALEGA DE ÁNSEL FOLE

Armando Requeixo

Ánxel Fole (Lugo, 1903-1986) é sen dúbida un dos narradores galegos máis importantes deste século. Aínda que na nosa fala tamén cultivou outros xéneros como o teatro, o ensaio xornalístico ou, moito máis puntualmente, a poesía, a súa fama como escritor veulle dada pola publicación dos seus libros de relatos: *Á lús do candil* (1953), *Terra brava* (1955), *Contos da néboa* (1973) e *Historias que ninguén cre* (1981).

Trataremos aquí de achegarnos, moi panoramicamente, a algunhas das cuestións lingüísticas máis salientables na obra deste narrador lugués. Neste sentido, analizaremos primeiramente cal foi a súa actitude fronte á lingua, a súa conciencia sociolingüística, e cal o papel que, segundo el, debía mante-lo escritor galego no proceso de normalización e normativización da lingua.

Nun segundo momento, revisarémo-la caracterización gramatical que os estudiosos teñen feito de *Á lús do candil* e *Terra brava* como textos lingüisticamente dialectais, por ver de confirmar ou rebater tales presupostos¹.

1. POSICIONAMENTO SOCIOLINGÜÍSTICO E PRAXE LINGÜÍSTICA

Ánxel Fole sempre defendeu unha serie de posicionamentos sociolingüísticos ós que, para el, todo escritor en galego sensibilizado con esta problemática debía sumarse. Neste sentido, e de xeito moi resumido, salientariamos entre tales principios:

- a) A necesidade de que os escritores en galego fosen conscientes da súa responsabilidade no proceso normativizador e normalizador do idioma (Fole, 1956, p. 25 e 1973, p. 8).

¹ Os dous traballos máis exhaustivos sobre este particular onde se sentan as bases do dialectalismo lingüístico dos libros de relatos de Ánxel Fole poden lerse en Rodríguez Fer, 1981, pp. 44-55, quen trata deste problema en *Á lús do candil*, *Terra brava* e *Contos da néboa*, e, xa aplicado en exclusividade a *Á lús do candil*, en Alonso Girgado, 1993, pp. 71-78.

b) A referencia ineludible que para tales escritores debería se-la fala popular, fonte da que terían que beber á hora de crear para enriquece-la lingua (Fole, 1956, p. 25; 1973, p. 8; 1983, p. 21).

c) A conveniencia de recoller nas súas obras toda a riqueza dialectal do galego –incluídos os seus arcaísmos– e de reixeita-la extraordinaria “complicación” que supuña un lusismo “desquiciante” (Fole, 1983, p. 21; Casares, 1984, p. 94).

d) E por último, a aposta por un idioma “nacionalizado”; noutras palabras, imposto polo uso normalizado e non por esixencias lexislativas. O galego, para Fole, tiña que ir gañando prestixio literario e popular en tódolos niveis, sen necesidade de leis coercitivas que, ó seu ver, non axudarían en nada á mellora da situación sociolingüística (Fole, 1983, p. 21; Rodríguez López, 1988, p. 100).

Tendo presente este ideario, non é estraño que na propia obra narrativa de Fole, os *alter ego* do autor e os narradores a través dos que verte Fole as súas propias ideas lingüísticas, expresen por veces de modo inequívoco estas mesmas opinións. Así ocorre, por poñer un só exemplo, cos personaxes de “O grande parladoiro” de *Terra brava*, que critican o “descaste” do pobo que deixa “perder e derrama-la” súa fala, menos rica cada nova xeración; personaxes que tamén cifran na literatura a esperanza dun futuro para o galego, sempre que este volva os seus ollos cara ós dialectos populares, en detrimento do creacionismo lingüístico de certos autores; personaxes, en fin, que incluso se pronuncian sobre o problema ortográfico, mostrándose partidarios dunha norma foneticista simplificadora que achegue máis aínda a escrita á fala viva (*vid.* Fole, 1955, pp. 59-62).

Ora ben, hai que aclarar, finalmente, que todas estas preocupacións sociolingüísticas, moi presentes noutros xéneros cultivados por Fole como o ensaio xornalístico, no tocante ó relato, sen embargo, constitúen só *motivos* puntuais que en ningún caso chegan a ser eixe temático dos seus contos.

2. Á PROCURA DA VERDADEIRA LINGUA DE FOLE: FILTROS EDITORIAIS E OUTROS RUÍDOS

É difícil describir hoxe, moitos anos despois da publicación dos diversos libros de relatos de Fole, o complexo e vizoso sistema lingüístico do que se serviu o autor para a elaboración dos seus relatos. Dificulta, aínda máis, o de por si xa traballoso labor, o feito de teren sufrido tódolos seus volumes de contos algún tipo de *peneira* lingüística antes da súa publicación: no caso de *Á lús do candil* o libro foi mecanografado e *revisado* polo seu amigo Francisco Fernández del Riego; en *Terra brava* a axuda mecanográfica veu da man de Ramón Piñeiro; previa publicación de *Contos da néboa*, Xosé María Álvarez Blázquez levou a cabo numerosas *readaptacións* lingüísticas na obra; e, finalmente, en *Historias que ninguén cre* o equipo corrector de Edicións Xerais de Galicia introduciu criterios lingüísticos *homoxeneizadores* que modificaron, notablemente, a lingua empregada por Fole na redacción orixinal do volume.

Polo tanto, escribir hoxe sobre a lingua dos relatos en libro de Ánxel Fole é escribir *esencialmente* sobre os usos idiomáticos do autor, aínda que, dalgún xeito, sexa un pouco tamén escribir sobre os hábitos lingüísticos daquelas outras persoas achegadas ó propio Fole que xogaron un papel decisivo na publicación final das súas obras.

Ó problema, así formulado, súmase aínda un último obstáculo analítico: a manipulación operada nas sucesivas edicións dos volumes que conforman a tetraloxía foleana. Efectivamente, entre as primeiras edicións de *Á lús do candil*, *Terra brava*, *Contos da néboa* e *Historias que ninguén cre* e posteriores edicións producíronse unha serie de modificacións que, nalgúns casos, alteraron substancialmente os textos de partida. Por conseguinte, aquí servímonos para a nosa análise das primeiras edicións publicadas de cada libro², por considerar que estas, coas excepcións sinaladas, reproducen máis fielmente a redacción orixinaria do propio Fole.

Ora ben, todo o anteriormente sinalado non implica a imposibilidade dunha análise fidedigna dos usos lingüísticos dos libros de relatos de Ánxel Fole, senón máis ben a necesaria relatividade coa que deben observarse os datos obtidos tras do seu estudio, que indican tendencias máis ca usos sistemáticos, pois os distintos filtros ós que aludiamos – vista a falta dos correspondentes textos autógrafos –, dilúen calquera posibilidade *definitiva* de análise.

Feitas estas consideracións previas, estamos en disposición xa de revisa-la problemática afirmación da crítica especializada segundo a cal *Á lús do candil* reproduciría os falares propios da zona do Courel e *Terra brava* os do Incio.

3. GALEGO FALADO, AÍNDA QUE SEXA ESCRITO

O título que encabeza este epígrafe está tomado da obra do propio Fole. Concretamente apareceu no limiar “Terra do Caurel” pertencente a *Á lús do candil* (vid. Fole, 1953, p. 23). Con el tentaba o autor xustifica-lo polimorfismo lingüístico daquel libro que, segundo confesaba no mesmo lugar, reproducía os falares típicos das terras courelás. Este dato, xunto co colofón incluído en *Terra brava*, onde se aclaraba que os relatos alí recollidos estaban escritos no galego característico da bisbarra do Incio na que acontecían as historias do libro³, foron suficientes para que tódolos comentaristas e estudiosos posteriores da obra de Ánxel Fole consideraran estas afirmacións como inamovibles. A situa-

² Isto é, a edición de 1953 de *Á lús do candil* (Fole, 1953), a edición de 1955 de *Terra brava* (Fole, 1955), a edición de 1973 de *Contos da néboa* (Fole, 1973) e a edición de 1981 de *Historias que ninguén cre* (Fole, 1981).

³ Textualmente:

Os contos de *Terra brava* suceden na bisbarra do Incio. O galego usado polo autor é o falado alí. Carlos Maside fixo os grabados da coberta, e Xohán Ledo os que van co testo. Usáronse na impresión os grabados en madeira orixinaes, agás dous (*Tres historias do pazo de Lucencia* e *Por us pelos*) (Fole, 1955).

ción acabou constituíndo un lugar común despois de que, a primeiros dos 80, o profesor Rodríguez Fer —ó que logo seguirían a práctica totalidade dos investigadores— declarara:

Como queda dito, Fole capta o galego na súa variada riqueza dialectal. Deste xeito, reproduce magnetofónicamente a fala de cada comunidade tal como, por exemplo, describe os seus costumes. A lingua cumpre así a función de ser un elemento máis da súa testemuñal visión de conxunto.

En consecuencia, *A lús do candil* reflexa a variedade dialectal falada no Caurel, *Terra Brava* a falada no Incio e *Pauto do demo* a falada en Quiroga. Todas tres variedades correspondentes ao chamado dialecto central do galego (Rodríguez Fer, 1981, p. 45).

Tentaremos no que segue ponderar, axeitadamente, a veracidade destas declaracións, por ver de subscribilas ou, se for o caso, rebatelas razoadamente.

Se superpuxeramos sobre un mapa dos concellos de Galicia o mapa dialectal galego confeccionado por Francisco Fernández Rei (1990, p. 108)⁴ a partir dos materiais do *Atlas Lingüístico Galego*, observariamos que, para o caso de *Á lús do candil*, a denominada bisbarra do Caurel, conformada polos concellos de Folgoso do Courel, Quiroga e Ribas de Sil, atópase nunha encrucillada isoglósica na que converxen tres diferentes falares: o característico da subárea lucense inserido na área lucu-auriense do bloque central, o propio da subárea auriense pertencente tamén á área lucu-auriense do bloque central, e o específico da microsubárea do Courel, incluído na subárea da Fonsagrada-O Courel-O Bierzo correspondente á área oriental-central do bloque oriental.

Unha primeira ollada ós relatos recollidos en *Á lús do candil* descóbrenolo feito de que a posible caracterización da lingua empregada por Fole neste libro como a característica da microsubárea courelá do bloque oriental é, definitivamente, desestimable, posto que o trazo morfolóxico distintivo na diferenciación entre o bloque central e o oriental (a oposición na formación do plural dos nomes agudos rematados en *-n*), evidencia a imposibilidade de que a lingua empregada en *Á lús do candil*, con plurais do tipo *escambrós*, *xardós*, *municíós*, etc., poida responder á propia de ningunha área que non pertenza ó bloque central.

Polo tanto, só resta examinala posibilidade de que a lingua de *Á lús do candil* se corresponda coa utilizada nalgunha das dúas subáreas do bloque central anteditas, toda vez que os trazos necesarios para a adscrición de *Á lús do candil* como falar propio do bloque central se cumpren (plurais do tipo *choupís*, *comús*, etc.), ausencia de gheada e seseo case totais, emprego do ditongo *oi*, terminacións substantivas *-ao*, *a* derivadas dos sufixos latinos *-anum*, *-anam*, emprego do pronome persoal suxeito *ti* e só moi esporadicamente da forma *tu*, vocal temática *i* etimolóxica na 2ª persoa de singular dos perfectos fracos da 2ª conjugación —tipo *esquenciches*—, e a terminación verbal na 2ª persoa do plural do presente de subxuntivo *-des*, —como en *vexades*.

⁴ A partir de agora, e agás indicación contraria, tódolos trazos caracterizadores das distintas áreas, subáreas e microsubáreas lingüísticas aludidas pertencen á caracterización elaborada por Fernández Rei (1990), que obviaremos citar no sucesivo.

No referente á posibilidade de que *Á lús do candil* reflectise a fala ben da subárea lucense ben da auriense da área lucu-auriense, hai que dicir que a lingua de *Á lús do candil* parece –no gramatical– o resultado dunha mestura de ambas. O trazo que diferencia para Fernández Rei ás dúas sería o da distinción ou non distinción das contraccións dos pronomes persoais *llo* fronte a *llelo*, que aparece no caso da subárea lucense e non aparece no caso da subárea auriense. *Á lús do candil* reflecte tal distinción, polo que podería pensarse que reproduce –cando menos parcialmente– o falar da subárea lucense. Se pasámo-la peneira de formas que Fernández Rei dá como caracterizadoras de tales subáreas teríamos que, dos dezasete fenómenos diferenciais de ámbalas dúas subáreas, Fole emprega máis ou menos a metade segundo os falares propios da subárea lucense (uso de *catro*, *gardar*, etc.; ausencia de *gheada*; presente de subxuntivo do verbo dar como *dea*, *deas*; utilización do radical *fix-* no verbo *facer*; emprego de *poñer*; formas *vides*, *vide* do verbo *vir*; uso maioritario dos adverbios *eiquí* e *acó* e *alí* e *aló*; uso do adverbio *hoxe*, etc.) e a outra metade segundo os falares propios da subárea auriense (distinción entre os pronomes *lle/lles* e *llo/llelo*; utilización do verbo *sair*; emprego do alomorfo do artigo *-lo*; presenza do verbo *ouvir*; formas pronominais *connosco*, *convosco*; uso do verbo *ter*; emprego maioritario de *faguer*, etc.).

Xa que logo, do visto pódese concluír que, no que ó plano morfosintáctico en sentido amplo se refire, a lingua de *Á lús do candil* pertencería á área lucu-auriense, pero con características tanto da subárea lucense coma da subárea auriense. Ademais, posto que as terras courelás responden ó espazo xeográfico de ambas subáreas, débese concluír que no que atinxe a boa parte da sintaxe e morfoloxía de *Á lús do candil* esta responde á declaración foleana explícita no libro e á caracterización posterior de Rodríguez Fer.

Ora ben, cabería preguntarse: ¿todo o plano morfosintáctico responde, efectivamente, ó xeito propio de falar de tales áreas? Máis aínda: ¿correspóndense o resto dos niveis lingüísticos cos falares daquelas zonas?

Á primeira pregunta habería que responder rotundamente non. Hai características do plano morfolóxico de *Á lús do candil* que non responderían a tales falas. A modo de exemplo poderíamos cita-las seguintes:

- a) A existencia alternante de plurais que nunca chegarían a convivir nunha mesma zona como *principás* / *xornaes* / *cumiales* e, no mesmo espazo, tamén *azúes*, *mandiles* / *xabaráis*, etc.; e o mesmo ocorre con *cás* / *mañáns*...
- b) A non presenza en todo o libro do pronome persoal suxeito *tu*, propio dos falares da área lucu-auriense.
- c) Un sistema de demostrativos con hipercaracterización do vocalismo (*íste*, *ísta*, *ísto*...) en tódalas formas de tódolos xéneros, números e persoas inexistente en toda Galicia –alomenos que saibamos.

Con respecto ó segundo problema formulado (se o resto dos niveis lingüísticos responden á fala das subáreas amentadas), hai que responder: primeiramente no plano fónico que o seseo implosivo final dalgunhas palabras de *Á lús do candil* como *lus* ou *crus* non só non é propio dos falares da área lucu-auriense, senón que non se atopa na prác-

tica totalidade das provincias de Lugo e Ourense. Ademais, no que ó plano léxico-semántico se refire –precisamente aquel que, segundo a crítica, xustifica maiormente ó libro como reproductor daqueles falares– tampouco neste caso podemos dicir, con propiedade, que a lingua empregada sexa a daquelas terras. Podería selo no caso de voces como *eslumecer*, *alustrar* ou *esfragarse*, pero qué ocorre con exemplos como *ourilocente*, *forteza* (por *fortaleza*), *roita* (por *ruta*), *cibdade*, *poente* (por *poñente*), etc., etc. Polo tanto, cómpre subliñar que, só en parte o léxico de *Á lús do candil* responde ó léxico vivo na súa época (e tamén na actualidade) da comarca courelá, pois en moitos casos algunhas palabras non só non se rexistran en absoluto naquela zona, senón que non o fan en ningún punto do territorio de fala galega.

Concluindo habería que dicir que a lingua de *Á lús do candil* responde só **parcialmente**, tanto no que se refire ó plano morfosintáctico –isto é, na gramática, no esqueleto de toda fala viva– coma no que atinxe ó plano léxico-semántico, ó falar prototípico das terras courelás que, segundo a crítica máis autorizada, reproducía “magnetofonicamente” *Á lús do candil*. En realidade, Fole empregou aqueles falares só como **dialecto base** dos relatos do libro, que logo modificaría e completaría con moitas adicións –a tódolos niveis lingüísticos– tomadas tanto da dialectoloxía galega doutras zonas coma da vizosa tradición literaria enxebriata anterior á Guerra Civil, na que Fole *aprendeu* –como tódolos creadores da súa época– boa parte do seu galego.

Se repetímo-la operación arriba proposta da superposición de mapas dos concellos de Galicia e do *ALGa* agora para o caso de *Terra brava*, decatáronos axiña de que o concello do Incio quedaría, xeolingüisticamente falando, no interior da subárea lucense da área lucu-auriense do bloque central. Pasemos, pois, a considera-la posibilidade de que *Terra brava* responda a tal modelo lingüístico.

Dende logo, *Terra brava*, cos seus plurais *oposicións*, *complicacións*, *preocupacións*, etc., pertencería a un falar característico do bloque central. É máis, o feito de que aparecen *il* para o pronome suxeito e a forma hipercaracterizada *iste* para o demostrativo, ou uns poucos casos de radical *pud-* no verbo *poder*, así como a distinción –máis ou menos sistemática– das vocais temáticas das terceiras persoas do pretérito dos verbos da 2ª e 3ª conjugación (*volvéu*, *aparecéu*, *acontecéume*, etc., fronte a *seguíu*, *vivíu*, *engadíu...*), todo fai pensar que *Terra brava* respondería ó falar propio da área lucu-auriense dentro da cal estaría a subárea lucense.

Se retomamos novamente o citado cadro no que Fernández Rei precisa as formas que permiten diferenciar entre as falas da subárea lucense e as da auriense dentro da área lucu-auriense e o aplicamos ós usos lingüísticos de *Terra brava* teríamos de novo que, empezando polo trazo que marca a isoglosa entre a subárea lucense e a auriense, é dicir, a distinción ou non de *llelo* / *llo* (que no libro aparece e non aparece en iguais proporcións), tódolos fenómenos de *Terra brava* neste nivel apoian a tese de que, en liñas xerais, o libro reproduciría os falares de ambas subáreas a partes máis ou menos iguais (seguiría os modelos da subárea lucense no emprego das formas *catro*, *gardar*, etc.; no

uso do alomorfo do artigo *-lo*; na diferenciación *cheirar/ulir*; na utilización do verbo *facer*, etc. Pola contra, seguiría os modelos da subárea auriense no emprego do verbo *pór*; no uso das formas *vindes*, *vinde* do verbo *vir*; no emprego do verbo *sair*, etc.).

Podería daquela pensarse que, para o caso de *Terra brava*, as afirmacións coas que iniciabamos este epígrafe —que facían á lingua de *Terra brava* un calco dos falares do Incio— son certas. Se puiden parecer que *Terra brava* transcribe aqueles dialectos non é así en realidade. De feito, hai decisivos factores tanto no que atinxe ó nivel morfosintáctico coma no que di do nivel léxico-semántico e incluso fónico, que nos convencen desta afirmación. Maticemos isto último.

No plano morfosintáctico os mesmos fenómenos que negaban a posibilidade de que *Á lús do candil* fora espello das falas da subárea lucu-auriense imposibilitan agora que *Terra brava* reproduza eses dialectos. Recordemos: plurais dos nomes agudos rematados *vocal + l* como *-ales*, *-ás*, *-iles*, *-ís*, *-úes*, etc., ausencia de ocorrencia ningunha do pronome suxeito *tu* —propio das falas da área lucu-auriense—, e sistema de demostrativos con vocalismo hipercaracterizado en tódalas formas, xéneros e números inexistente en parte ningunha da nosa dialectoloxía.

Por outra banda, e igual que ocorría no caso de *Á lús do candil*, tamén aquí o seseo das formas *lus* ou *crus* non se explicaría se queremos facer de *Terra brava* reproductor da lingua da subárea lucu-auriense. E igualmente no plano léxico-semántico sería difícil xustificar con tal adscrición dialectal a aparición de vocábulos como *poedoir* —por unha pita—, arcaísmos que non se rexistran xa na fala como *vegada*, *capíduo* ou *tído*, ou a convivencia de formas que nunca se dan no mesmo espazo lingüístico como *felgo*, *fíento* e *fento*, ou *esquecer* e *esquencer*, etc.

Todo isto convénenos do feito de que tampouco *Terra brava* reproduce falar ningún concreto da dialectoloxía galega. Sérvese como **substrato dialectal base** das falas das subáreas lucense a auriense da área lucu-auriense do bloque central, pero incorpora a este —como fixera en *Á lús do candil*— numeroso material lingüístico doutras zonas e algún outro ó que chega por vía literaria.

Xa que logo, parece evidente que as correspondencias matemáticas *Á lús do candil* = lingua do Courel e *Terra brava* = lingua do Incio son, así enunciadas, falsas. O máximo ó que se podería chegar sería a considerar que, tanto en *Á lús do candil* coma en *Terra brava*, Fole parte desas falas para, aplicando un criterio **interdialectal**, chegar a un singular crisol lingüístico, que incorpora elementos diversos non reducibles a ningunha fala concreta do noso territorio e que constitúe unha alfaia demasiado preciosa para ser froito dunha única cristalización, porque á fin, como dicía Fole, a fala é o que se fala.

- Alonso Girgado, Luís, “Introducción”, en Ánxel Fole, *Á lús do candil*, Vigo, Galaxia, 1993¹¹, pp. 7-78.
- Casares, Carlos, *Conversas con Ánxel Fole*, Vigo, Galaxia, 1984.
- Fernández Rei, Francisco, *Dialectoloxía da lingua galega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1990.
- Fole, Ánxel, *Á lús do candil*, Vigo, Galaxia, 1953.
- *Terra brava*, Vigo, Galaxia, 1955.
- “A loita pol-a lingoa”, *Galicia Emigrante* 20, 1956, p. 25.
- *Contos da néboa*, Vigo, Castrelos, 1973.
- *Historias que ninguén cre*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1981.
- “O noso idioma hai que nacionalizalo”, *El Progreso*, 21-8-1983 (Entrevista a Fole).
- Rodríguez Fer, Claudio, *A Galicia misteriosa de Ánxel Fole*, Sada-A Coruña, Ediciós do Castro, 1981.
- Rodríguez López, Manuel, *Viaxes con Ánxel Fole*, Sada-A Coruña, Ediciós do Castro, 1988.

O ESTRANXEIRISMO LÉXICO NA OBRA NARRATIVA DE RAMÓN OTERO PEDRAYO

Xosé M. Salgado

Facultade de Filoloxía. Universidade de Santiago de Compostela

1. CONSIDERACIÓN PREVIA

Os termos lexicais analizados así como as citas de textos de Otero Pedrayo tomáronse dos libros e edicións que se indican a continuación, consignándose tamén a abreviatura empregada para designa-la obra respectiva. O noso propósito inicial foi o de cinguirnos exclusivamente á obra narrativa do autor ourensán; de tódolos xeitos, e como se pode apreciar polos títulos examinados, as nosas pescudas foron máis alá, traspasando os lindes deste eido.

EN: *Escrito na néboa*, A Cruña, Lar, 1927.

CV: *Os camiños da vida*, novela en tres partes: I “Os señores da terra”; II “A maorazga”; III “O estudante”, A Cruña, Nós, 1928.

AS: *Arredor de sí*, A Cruña, Nós, 1930.

VP: “Vidas non paralelas”, *Nós*, 76, 77 e 78, 1930.

L: *A lagarada*, A Cruña, Nós, 1929.

PL: *Pelerinaxes*, A Cruña, Nós, 1929.

CC: *Contos do camiño e da rúa*, Santiago de Compostela, Nós, 1932.

RG: *A romeiría de Gelmírez*, Santiago de Compostela, Nós, 1934.

FV: *Fra Verner*, Santiago de Compostela, Nós, 1934.

D: *Devalar*, Santiago de Compostela, Nós, 1935.

ME: *O mesón dos ermos*, Ourense, Aláuda, 1936.

P: *O desengano do prioiro ou o pasamento da alegría co grande auto epilodal e xusticieiro dos fêretros de Floravia*, Vigo, Monterrey, MCMLII.

VC: *Entre a vendima e a castañeira*, Vigo, Galaxia, 1957.

SR: *O señorito da Reboraina*, Vigo, Galaxia, 1960.

ES: *O espello na serán*, Vigo, Galaxia, 1966.

TM: *Teatro de máscaras*, Vigo, AA. AA. de Ramón Otero Pedrayo, 1975.

SN: *Contos de Santos e Nadal*, Vigo, Galaxia, 1988.

Polo tempo en que Otero e os seus compañeiros de viaxe choutaron as barreiras impostas por unha cultura “allea, falsa e ruín, vulgar e filistea”¹ que lles impedía pousa-los ollos na súa propia terra, a situación lingüística existente en Galicia establecera unha clara división sociolingüística, xa que a cultura, o poder e maila alta posición social identificábanse xeralmente co castelán, mentres que o galego, falado polas clases máis abandonadas pola fortuna, convertérase en elemento distintivo con características totalmente negativas. Non deixa de ser significativo a este respecto, que Castelao, na súa primeira intervención perante o Parlamento do Estado, incida no feito antes sinalado:

“Nuestro idioma gallego debe merecer toda vuestra simpatía, porque es la Lengua del trabajador, del obrero, del artesano, del labriego, del marinero; que fué la Lengua de vasallos y de magnates, y sólo despreciada por esos señoritos cursis y desocupados de las capitales de provincia”².

Deste xeito pois, o emprego de ámbalas dúas linguas en Galicia servía para establecer marcas de distinción social e puña de relevo a interacción existente entre as estruturas sociais e as lingüísticas. Polo tanto, un dos primeiros problemas que se lle presentou a Otero, na súa tentativa de facer do galego escrito unha lingua non diglósica –problema que resolverá con éxito ata o punto de ser considerado hoxe coma un dos creadores da moderna prosa literaria galega–, foi o de creba-la identificación existente entre “lingua galega” e lingua empregada, no exclusivo rexistro oral, polos estratos da sociedade menos favorecidos.

Cómpre sinalar por outra banda, que o galego, como lingua de cultivo literario, decaeu totalmente dende finais do século XV e a súa restauración coma instrumento expresivo non se logrou senón nun serodio romanticismo, comezando de novo a súa andadura no Rexurdimento, mercé sobre todo á aparición de *Cantares gallegos* (1863) de Rosalía de Castro. Pero desta resurrección, coma se o vento da historia trouxese os ecos dunha grandeza pasada, soamente foi testemuño a lírica; na novela e no teatro, o galego a penas tiña recepción.

Non é pertinente xa que logo, falar de anquilosamento dos recursos literarios na prosa anterior ós homes de *Nós*, porque, agás as honrosas creacións que nos chegaron da man de Heraclio Pérez Placer e de Francisco Álvarez de Nóvoa, no dicir de Méndez Ferrín, “verdadeiros puntos basilares da moderna prosa literaria galega”³, esta, simplemente, non existía. Por poñer un símil, a súa actitude en nada se asemella á reacción que

¹ Vicente Risco, “Nós, os inadaptados”, *Leria*, Vigo, Galaxia, 1971, p. 70.

² “Intervención perante as Cortes Españolas (18-IX-1931)” en *De viva voz. Castelao: Conferencias e Discursos*, ed. de Henrique Monteagudo, Santiago de Compostela, Fundación Castelao, 1996, p. 106.

³ X. L. Méndez Ferrín, “Novelas en galego”, *Faro de Vigo*, (8-X-1993), p. 2.

os da *Generación del 98* tiveron contra aquela literatura realista, herdeira da Restauración, incapaz de anova-los seus procedementos lingüísticos. Atopáronse pois, cunha lingua literaria que só lles ofrecía unha tradición interrompida durante séculos e carente de clásicos.

Recoñecida tamén por todos, a incompatibilidade estética coa literatura española da época, a peregrinación intelectual cara Europa viuse coma algo necesario e cada un deles iniciou a súa propia busca, dentro da vontade común de europeización. Era mester preme-lo leme con forza para iniciar unha nova singradura e arrecantar certo tipo de servidume intelectual que impedira que a literatura galega saíse da mediocridade e do silencio.

Co lábaro nacionalista por diante, procuraron tamén un profundo cambio ideolóxico para o que será necesario ó mesmo tempo, un cambio estético, e este non será factible senón vai acompañado da creación dun novo instrumento de expresión; por iso, a revolución definitiva, débena levar a cabo na lingua.

Nunha das escasas pero afortunada e valiosísima achega que se teñen feito á lingua empregada polo *Señor de Trasalba*, a profesora Álvarez Blanco salientaba por unha banda, “a complexidade, riqueza e variabilidade lingüísticas do seu galego”, e por outra, “a súa procura desesperada de autenticidade galega no diferencial” amais da súa “liberdade creadora”⁴. Non é precisamente a caracterización do modelo lingüístico oteriano o tema que nos ocupa, pero seméllanos oportuno facer unha breve inflexión sobre un dos puntos mencionados pola devandita estudiosa. En efecto, Otero Pedrayo, consciente e deliberadamente, vai optar por afasta-lo seu medio e modo de expresión do español, aínda que, en realidade, semellante procedemento non é novo na nosa historia literaria. Cabería salientar a este respecto, o esforzo dos *Precursores* e, sobre todo, o incesante labor de Eduardo Pondal, que empeñou a súa vida na procura dunha “lingua de ouro”. Pero, como se dixo antes, tanto a proposta do bergantiñán coma as dos seus ilustres predecesores, soamente no reino de Caliope tiveran acollida favorable.

Cómpre non esquecer así mesmo, a total sintonía do pensamento oteriano co do Risco daquel entón, quen, polo tempo en que se constituíra o grupo, deixou escrito que “Galicia non chegará a ser nada se s’uniformiza co resto da Hespaña”⁵. A lingua non escapa precisamente á consideración risquiana e Otero, sen a penas apoio nos escritos que lle precederon, por seren estes cuantitativamente parcos, partindo do galego popular, rexeitando toda peculiaridade localista e tentando a supresión de todo particularismo dialectal, procurou un afastamento total respecto do castelán, seguindo deste xeito, os mandados do autor de *A trabe de ouro e a trabe de alquitrán*.

⁴ Rosario Álvarez Blanco, “Escribir en galego: Otero Pedrayo”, *Otero Pedrayo na revista Nós (1920-1936)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1988, p. 12.

⁵ Vicente Risco, *Teoría do nacionalismo galego*, Buenos Aires, Edición Homaxe Cincuentenario da Fundación das Irmandades da Fala, 1966, p. 31.

Con todo, non refugará Otero do castelanismo, que presenta nos seus escritos unha triple orientación:

a) Indicador sociolóxico da categoría da persoa. O feito de optar deliberadamente polo castelanismo, sérvelle ó noso autor para reproducir as interaccións entre estrutura social e lingua, co que o emprego deste é un medio de conseguirla verosimilitude, fiel reflexo da estratificación sociolingüística galega:

“A ela, a aboa, chámanlle a **señora**, e a doña María a **señorita**” (AS, 20).

“Adrián estivera facía pouco na veiramar pontevedresa, con amigos, xente **bien**” (AS, 16). Tam. AS, 9 e 21⁶.

b) Marcador ético da calidade da persoa, sempre con acusadas connotacións negativas:

“Ese *castellano* que chegou a ter collida pol-as gorxas á moita xente de Trasouto” (CV, III, 63).

“Miren *la blanca palomita*. Ten conta muller de non lixar as prumas no estерco” (L, 25).

c) Evocador dunha atmosfera afastada do espírito e idiosincrasia galegos:

“O Paulos nemigo de toda literatura chegou a decramar poemas de Juan de Dios Pesa i-alternar en *juergas* bruantes c’os toreros españoles, sin perder nunca o tino nin separar moito a man da culata da pistola” (VP, II, 99).

“Terceiras que son curros de vecindade en camiño co botixo, a guitarra, os arripíos de «cante jondo» e a grande luz de oásis das estaciós de empalme cheirentas a augardente e café con leite de cabra” (D, 56).

“...maldixo das paixós políticas conducentes a disfrazárense os cabaleiros de «porqué», de «dueñas» da comedia clásica” (SR, 64).

“Non gostaba do «tablado» cañí, nin do montilla, nin do inxenio mantido polas cafeterías” (SR, 90).

“A china acollía ó fidalgo cun mimo de doce sorrir, e uns ledos movementos de gacela choída, nun segundo piso da calle da Montera” (SR, 91).

3. O ESTRANXEIRISMO EN OTERO

Admirado polas súas brillantes dotes expresivas como ás veces censurado polo que se consideran os seus “excesos” retóricos e literarios, Otero Pedrayo, na súa tentativa de crear unha lingua literaria, non dubidará en enriquece-la mesma con achegas léxicas de idiomas alleos ó galego. Moitas destas adopcións éranlle necesarias porque designan accións, obxectos e conceptos para os que a nosa lingua carecía do termo preciso. “Meter

⁶ A mesma expresión adaptada ó galego atopámola noutro lugar da súa obra: “Un lugués podía alternar cun de Pádua, de Sirmún, de Tréveris, no Foro ou nos Hortos de Salustio. *Xente ben* baixo os Antoninos” (PL, 110).

palabras novas –dixera Unamuno–, es meter novos matices de ideas”. Os préstamos procedentes doutras linguas non resultan xa que logo, reprobables por principio, xa que en moitos casos son simplemente imprescindibles. Pero Otero exerceu unha estricte vixilancia sobre o seu propio uso idiomático, manténdose equidistante entre o purismo exacerbado e o entreguismo mimético.

A modo de inciso cómpre sinalar, que calcos, préstamos e adopcións de formas idiomáticas entre linguas diferentes vén sendo un fenómeno constante. A única lingua inmune ó contaxio sería aquela –máis hipotética ca real–, falada por xentes sen contacto nin relación con ningún outro pobo, recluídas nun ámbito ignoto e inaccesibles para as outras. Tódalas linguas se formaron e evolucionaron unhas a carón das outras, remanecendo abondosas pegadas desta veciñanza. Resulta evidente por outra banda, que a transferencia de palabras dunha lingua a outra, non produce alteracións esenciais, xa que o que verdadeiramente caracteriza a un idioma é a súa morfoloxía e maila súa sintaxe.

Fundamentalmente Otero sèrvese máis de palabras illadas e de locucións, aceptadas xa na lingua culta, que de frases enteiras. De tódolos xeitos, e prescindindo de títulos de obras, fragmentos de prosa ou versos soltos que Pedrayo, comunmente, reproduce no respectivo idioma en que foron escritos e mesmo dalgunha frase xa tópica, como sucede con “*Messieurs des Gardes françaises, tirez*” (FV, 68) que Voltaire pon en boca do capitán inglés Charles Hay nos campos de Fontenoy⁷ ou con aqueloutra de “*Ma foi, messieurs, je crois qu’il n’y a ici de contrabande que moi!*” (FV, 71) coa que o propio Voltaire responde ós axentes de policía de Federico II de Prusia, que lle reclamaban un libro de poemas, escrito, en teoría, polo propio rei⁸, ou coa consabida expresión de Galileo “*E pur si muove*” (FV, 62), por veces deslízanse na súa escrita frases en idiomas alleos ó galego:

“Fumegaba rexo Mr. Murchison pra disimulare a emozón, e sen dúbida lembrando tempos marmulaba: *a fairy and romantique girl*” (ME, 158)

así coma expresións fosilizadas, consagradas xa polo seu longo uso no idioma respectivo: “...o *allegro ma non troppo* das Singer” (CC, 56). Non cabe dúbida de que Otero Pedrayo, tan afeccionado a adobiarlos topónimos, con sumo gusto acollería a expresión “*Isola d’oro, fior di levante*” (FV, 62), coa que no idioma transalpino adoitan referirse a Venecia.

Así mesmo, hai tamén outra expresión italiana que debe ser do agrado do noso autor, xa que volve sobre ela en máis dunha ocasión:

“¿Quén demo trouxo as cuncas? ¿Quén remexeu co cucharón? ¿E cal o primeiro en botar un bó grolo entre peito i espalda? ¡*Chi lo sa!*” (SR, 169).

“DON GUINDO: Non diga a palabra. Podería revoar algún mouro morcego. ¿Teño algunha espranza de ser merecente...?”

D. ANXELINA (Facéndose a pícara): ¡*Chi lo sa!*” (P, 43).

⁷ Voltaire, “*Précis du siècle de Louis XV*”, *Oeuvres Historiques*, París, Gallimard, 1957, pp. 1380-1381.

⁸ G. Lanson, *Histoire de la littérature française*, París, Hachette, 1922, p. 696 e ss.

Dicir por outra banda, que Otero degustará con especial fruición os nomes poéticos ou arcaizantes, fixándose nos valores estéticos das palabras e nas súas implicacións significativas. Non resulta estraño deste xeito, que un fidalgo melancólico, afogado polos pesadelos, faga confidente do seu infortunio a Zacharías Werner no cabaré “La Ressource” e lembre un antigo encontro de entrámbolos dous na pousada “*Au coeur d’or*” (FV, 7), nin que o positivista e republicano Dominico Roturier –o fotógrafo que acompaña ó fidalgo da Reboraina polos países de Extremo Oriente–, poña sobre a porta do seu “peculiar” establecemento marsellés o seguinte rótulo: “*A la gloire de Daguerre et de Laplace*” (SR, 98). Tamén don Xoan Manueliño se embarca en “*La Douce France*” para facerse cargo da súa Embaixada nos reinos de Annam e Siam (SR, 96), do mesmo xeito que o antigo Frei Columbano, visible cabeza agora dunha serie de pintorescos personaxes que abrazaron as ideas dos cuáqueros, arriba de novo ás costas galegas a bordo dun vello barco: o “*Mayflower*” (SR, 164). Nas mentes oterianas para sen dúbida a lembranza daquel barco homónimo que partira de Southampton, un 6 de setembro de 1620 con varios puritanos entre os seus pasaxeiros, arribando ás costas de Nova Inglaterra, o 21 de decembro do mesmo ano, onde fundaron a cidade de Plymouth.

3.1. PRECISIÓNS SOBRE O SEU USO

Otero ten clara conciencia de que está empregando elementos léxicos alleos ó galego, de aí que, como norma xeral, os destaque no texto mediante o emprego de cursivas nalgúns casos e de entrecomiñado noutros:

“Eu son Xohán Crisóstomo Mozart *Kapellmeister* de Salzburgo” (TM, 55).

“...o gosto *demodé*, as figuras pintadas vestidas c’un xeito d’outro tempo...” (PL, 223).

“No peito do blasón de Europa fai Borgoña o símbolo, preciso, moceiro, dun «*écusson*»” (ES, 353).

“...aquele «*pizzicato*» e «*apasionatto*» de Neira de Mosquera «Santiago visto desde la torre del Reloj»” (ES, 17).

Con todo, esta conciencia desaparece cando a palabra estranxeira gozaba de grande predicamento e tiña xa unha ampla difusión; nestes casos, o estranxeirismo queda integrado totalmente no texto sen ningún tipo de realce:

“Adrián cânsa, queimado pol’o sol, fuma no hall” (AS, 79).

“O sonado cabaret «La Ressource» estaba deserto naquela hora da serán” (FV, 7).

“D. Antonio de frac e sombreiro de copa...” (CV, II, 14).

De tódolos xeitos non se mostra Otero moi coherente respecto de apoñer algún tipo de sinal ó termo estranxeiro e, de detérmonos con certa morosidade sobre as páxinas da súa vizosa obra, non resultará difícil de comprobar como un mesmo elemento léxico aparece

“marcado” ou “espido” sen que medie razón de ningún tipo para tal elección; é máis, unha mesma das súas creacións, chega a converterse nun fidedigno espello reflector da arbitrariedade oteriana neste senso concreto. Así sucede, por exemplo en *Fra Vernero*:

“Botou outra copiña de augardente sen poder esquencer a trasmutación dos severos bosques feudaes na vileza burguesa dos «thalers» –Ouro– valente volgaridá” (8).

“...pagando a conta en thalers noviños deixouse levar por Werner â rúa” (14).

“Ruxían os derradeiros «thalers» no bulso” (15).

“Tivo a obra longa resoanza e diu ao autor porveito en soantes thalers que Yffland, o impresario non regateaba” (88).

ou en *Pelerinaxes*, onde mesmo chega a troca-la acentuación do termo:

“O grande vento afiado en todol-os cumes do sul, deita o *maquis* da montana” (30).

“Por Lamas da Aguada o paisaxe de maquis outo mistúrase con parques de carballos e bidos” (31).

“Un maquis de toxearas, de xestas e sobretodo de uces e *ericas* viste homildoso os montes” (183).

“O monte co penitente *maquis* de que se viste...” (207).

Aínda que na maioría das ocasións Otero se inclina por reflecti-la forma estranxeira dun xeito literal, por veces e pese ó seu manifesto anticastelanismo, esta, nunha sorte de harmónica convivencia, vai alternar na súa escrita coa adaptación que dela se fixo ó español. Así, a carón de termos como *dandy*, *boulevard/boulevards*, *frac* –rexistrado xa no castelán– e *champagne*:

“Os primeiros orguloso como un dandy, nin xiquer ollóu ó seu mestre” (SR, 31)

“...diant’a vidreira do café do Boulevard” (VP, II, 99).

“...paseiaba un misterio interior polos boulevards brilantes” (VP, III, 114).

“...petimetres de frac azul e outo corbatín” (FV, 8).

“Don Xoan Manuel embarcóu champagne...” (SR, 96).

atopámonos con *dandi*, *bulevares*, *fraque* e *champán* ou *champaña*, este último alternando con *champagne* na mesma páxina dunha das súas obras:

“Algús estudantes dandies levaban â boca o puño do bastón e puñan os ollos en branco” (CV, III, 76).

“...rañárianse as peles envexosas dos dandys nos bulevares...” (SR, 116).

“Os diplomáticos aturaban todas as fantasías de Don Xoan Manueliño, recoñecín nil un verdadeiro fidalgo, e brindaban co seu champán” (SR, 105).

“Dispararon os champañas súa artillería con chafarices e xogos de fontes de Versailles” (SN, 76).

“...e todas as cousas andaban ceibes en carnaval brillante, rexidas ós tempos polos taponazos do champagne...” (SN, 76).

Si hai veces que temos que supor a Otero plenamente consciente da súa elección, entre o barbarismo adaptado (*coñac*) e o recollido no seu estado puro (*cognac*), inclinándose pola segunda opción, para referirse, exclusivamente, ó licor de orixe francesa:

“...mozos labregos que veñen a facturar e mareianse c’o coñac sedimentoso...” (PL, 131).

“Un viaxante de acento mollado polo «Tío Pepe» e o coñac...” (D, 56).

“Pola tarde bebía coñac sin tasa...” (VP, II, 99).

“...pálidas chamas de auroras boreais invitaron ós coñacs...” (SN, 76).

“...agardaba polo frasco de bon cognac francés...” (ES, 52).

“O home asulagaba en viño hespañol i en cognac francés, o seu proceso diplomático” (SR, 92).

En ocasións e sen que poidamos apreciar matiz estilístico de ningún tipo, o estranxeirismo preséntasenos baixo formas idiomáticas diferentes. Deste xeito, o galicismo *thé*:

“...recendentes construcións de sacos de café, de thé, de cacao...” (AS, 136).

“Puxo cortinas sementadas de froles de thé” (SR, 143).

“...bebendo liturxicamente o seu thé” (FV, 35).

alterna co lusismo *chá*:

“Xa remataba o noso héroe a segunda taciña de chá...” (SR, 103).

da mesma forma que o anglicismo *rum* atopámolo, xa adaptado ó francés:

“Eiquí, n’iste coarto os prodoitos coloniás volven ô seu prestixio lonxano de cando o azucre custaba moito e as barricas do *rum* milloraban e criaban demos negros no viaxe trasatlántico, na panza dos veleiros” (PL, 119).

“...barricas enteiras de rum da Compañía das Indias” (ME, 142).

“¡Bote ise vaso de Rhum!...” (SR, 33).

“...diulle moi boas palabras, pra outra ves e xuntos debullaren nus canecos de rum” (SR, 39).

“...naceron os dous partidos co gallo duns canecos de rum e augardente” (SR, 135).

“A barrica de quente rum da Compañía das Indias fará as funcións de xués” (FV, 19).

“...un barril de rum...” (FV, 31).

xa ó español:

“...il corría cos mollos de puros, os «palitos de ron», como decía o militar ben queimado no trópico...” (ES, 53)

e mesmo con grafías anómalas nesta última lingua, empregadas quizais cun propósito diferencialista, por coincidi-la adaptación do estranxeirismo en galego e en español:

“...as botellas tráxicas, de borracheira de pesadelo i-asesinato do rhón...” (CC, 7).

“Non son as pequenas tendas d’aldeia onde se fai opinión e se demoran as xentes c’un regusto de folga ollando pr’algunha ilustre botella de rón ou pr’a compostiña botella do anís escarchado” (PL, 76).

Cómpre anotar a este respecto, que a ortografía coa que Otero transcribe os estranxeirismos, posiblemente para facelos aínda máis exóticos, non sempre é a ortodoxa na lingua da que os extrae. Deste xeito en troques de *wagon*, *viking* ou *revolver*, é corrente

topármonos con *wagón*, *wiking* e *rewolver*⁹:

“...puido considerar como lle decía jadeus! dende un wagón de terceira...” (SR, 96).

Tam., AS, 7 e 99; D, 55.

“Nas sextas perfeccionábase no uso do rewolver...” (VP, II, 97). Tam., VP, II, 97.

“Eu son un wiking...” (FV, 13). Tam., FV, 22, 38, 51, 63, 83 e 102; AS, 111; PL, 152; RG, 205.

Á marxe dalgúns *lapsus calami*, enormemente frecuentes en toda a súa obra –*coktail* (AS, 23 e 25), *expres* (VP, II, 99) no lugar de *cocktail* e *express*–, podemos apreciar diversos erros na translación dos estranxeirismos á súa escrita, motivados sobre todo, por estrañas formacións de plural, emprego do plural no canto do singular e anómalas concordancias entre substantivo e adxectivo¹⁰. Sinalamos a continuación algunhas destas incorreccións, anotando entre parénteses a forma correcta:

“O XIX empeza en Compostela co gallopar dos húsares napoleónicos e a elegancia militar dos «voltigers» (*voltigeurs*)” (ES, 45).

“Era dificultoso maxinárese ao grande místico, xa velliño, no Londres de 1770, como un gentlemen (*gentleman*) un pouco ao modo crerical...” (FV, 35).

“En troques, ô remate, alapeaba a tristeira realidade do coarto unha tortilla ô ron. *Omelette flamboyant* (*omelette flamboyante*) que lembra luxos de café na meia bohemia mais ou menos diletantista d’outros tempos en todos nós” (PL, 118-119).

“Na moitedume cosmopolita Adrián era un pouco mostrado pol’a marquesa coma «le fière espagnol» (*le fier espagnol*)” (AS, 118).

“No Negociado da Morte e Bufete das Mensaxerías e «Chargueurs Réunies» (*Chargueurs Reunis*) do pasamento, non tiñan caixas de piñeiro sen pintar” (SN, 15).

“...un tipo de fidalgo francés, eisilado mais non vingativo, de naturalista poeta, danzal, cortesía de «Ancienne Regime» (*Ancien Régime*) e degaro romántico...” (FV, 81).

Non deixa de resultar rechamante por outra banda, que Otero Pedrayo, nunha sorte de digresión lingüística, por veces pretenda xustificar ou recomenda-la conveniencia do uso do estranxeirismo:

“1794. Está mellor dito en francés: quatre-vingt-quatorze” (FV, 77).

“Estarei *demodé* pensaba Adrián. Tamén â sua idade era *demodé* (tampouco s’usaba xa a palabra) facer oposicións” (AS, 14).

“Nos espellos do café Pedrochi de Pádua (está millor Padova, un aire de danza) non tén aínda ren de faguer a sonda psicolóxica da oceanografía dos cafés” (FV, 61).

A este respecto convén non esquecer, que, para incisos variados, o noso autor acode ó uso da paréntese, entre a que adoita pechar algunhas das súas máis substanciosas observacións.

⁹ Grafado *rewolver* aparece xa documentado en español en 1875. (vid. Emilio Lorenzo, *Anglicismos hispánicos*, Madrid, Gredos, 1996, p. 373).

¹⁰ A vulgar polo título do capítulo IV de *Fra Vernero* –“*Ein sturtzes Scholoss...*”–, supoñemos que Otero non era demasiado experto no manexo da lingua alemana. “*Ein eingestürztes Schlob*” sería a correcta traducción do galego “un castelo derruído”.

Apuntabamos no preámbulo do presente estudio, que o propósito fundamental de Otero era o de crear unha lingua de cultura, apta para calquera xénero e temática. O seu traballo, como sinala a profesora Álvarez Blanco, era un labor de “recolleita e de recuperación, pero tamén era un traballo de creación lingüística”¹¹. Otero en efecto, propendeu a formar palabras novas a partir dos diferentes elementos léxicos que coñecía e usaba ou ben lles deu a estes novas acepcións.

Dalgún xeito a tendencia a innovar pode considerarse coma unha condición do escritor, debido ó feito de que non está na súa consideración catalogala linguaxe coma un simple produto que debe transmitirnos intacto, senón coma unha sorte de recipiente no que debe verter experiencias de toda índole, co propósito de amplialo e enriquecelo. Neste senso, Pedrayo creará un instrumento lingüístico específico, recorrendo, cando o xulga oportuno, á formación de *neoloxismos*. Pero o seu caso non é o do escritor nunha lingua normalizada; este acode ó neoloxismo, ó ver que a lingua herdada se anquilosa e petrifica e, para non ver coutada a súa expresión, vai máis aló dos significados habituais e coñecidos a fin de infundir un novo contido a vellas palabras xa gastadas. Otero pola contra, ten crear unha canle pola que discorra un regueiro que antes tampouco existía.

Non é este o lugar para falar dos neoloxismos oterianos, pero si cremos pertinente sinalar algunhas creacións lingüísticas do ourensán, tomando o estranxeirismo coma elemento basilar. Así, sobre o italianismo *ariolar* “adivñar” ou sobre *ariolo* “adiviño, agoireiro”, Otero forma *arioladas*:

“Por baixo viñan as resistencias dos cardeales inritados por arioladas de etiqueta” (RG, 223).

da mesma maneira que do galicismo *sapin* “abeto”, idea a adaptación *sapiños*:

“Coroaban a outura os sorridores sapiños de homildosa frouma” (RG, 156).

Se os exemplos anteditos constitúen unha clara mostra de neoloxismos formais, de verdadeiro neoloxismo semántico hai que cualifica-lo uso do americanismo *che* nalgúns lugares da súa escrita, por presentar este un risco diacrónico de novidade no significado, permanecendo inalterable o seu significante. Otero sèrvese deste americanismo característico do Río da Prata, para referirse, de xeito despectivo, a un tipo de xentes enriquecidas na emigración, cunha actitude, polo xeral, de rexeitamento perante o galego, que aspiraban ó ascenso social pero que carecían das formas de educación propias da clase á que querían integrarse:

“...as pretensións dos mozos *ches*, que por vir con sombreiro de palla e catorce mil reais no bolso xa se astreven a falarlle de amor ás señoritas do pazo” (D, 31).

“O CANALEGAS, un *ché* do que se fala” (L, 3).

“Vai tendo a feitura dun tempo masónico de pouco presuposto maxinado por un *ché* parvo” (PL, 24).

¹¹ Vid. Rosario Álvarez, *op. cit.*, p. 19.

“Con ter espírito *ché*, a monumentalidade natural do pobo disimúlao de tal maneira que chega a ser unha cousa seria” (PL, 80-81).

“Na berlina dúas parexas de *chés*. Un noxo. Hai que domiñarse non pouco pra entender os *chés*” (PL, 105).

“Unha das parexas seriedade cuáseque respetable, outra xa leva nos ollos os puños d’area da longa noite hastra Madrí. Figuran *chés*, deben ir de criados de casa grande. Non falan nin s’intresan por ren” (PL, 105-106).

“Palco de música; redondo, de pedra, con barandal, honra d’algún alcalde ou d’algún *ché*” (PL, 127).

“Deseguida deixamos atrás as aceras lixadas, e a casa de *chaflán* c’o grande ovo de Páscoa decorativo que puxo na cima algún *ché* parvo” (PL, 136).

3.2. Función estilística

O emprego de estranxeirismos na obra de calquera autor, debe ser considerado coma un risco de estilo, coma un medio de conseguila veracidade lingüística, tanto dos personaxes coma do marco da acción. Fundamentalmente, dúas son as súas funcións: evocación e creación da color local e caracterización dos personaxes.

Unha das peculiaridades máis visibles da obra de don Ramón vén se-la asimilación e case completa dependencia que se establece entre o tema e mailos medios lingüísticos empregados, de tal xeito que, agás en contados casos nos que existan outras motivacións de tipo estilístico ou funcional, rara vez fai uso do estranxeirismo en obras ou pasaxes que teñen a Galicia como marco e si o fai dentro de contextos ou descrições de personaxes desvinculados con ela. Otero describe un ambiente e escolle un estilo axeitado á súa historia, que sirva para vehicula-los acontecementos e para transmiti-los mesmos.

Os estranxeirismos, verdadeiros elementos evocadores de diversos ámbitos foráneos, teñen sobre todo cabida na súa obra narrativa, cando a acción da mesma se desenvolve fóra dos eidos patrios, pero cómpre dicir que moitos deles se incorporan de forma definitiva ó vocabulario oteriano e aparecen asimilados en obras de ambientes moi afastados entre si. Con todo, é máis frecuente o termo foráneo naquelas obras ou episodios que se localizan no estranxeiro, onde a ambientación require por si mesma, o uso de palabras doutra lingua. Así acontece en certos pasaxes das narracións “*Vidas non paralelas*”, *Os camiños da vida*, *Arredor de sí*, *Fra Verno*, *A romeiría de Gelmírez*, *O mesón dos ermos* ou *O señorito da Reboraina*, que, parcialmente, teñen localizadas as súas respectivas accións en América, Irlanda, Alemaña, Francia, Italia, Inglaterra e Portugal e nas que se intercalan con asiduidade voces dos seus idiomas respectivos. Neste tipo de obras presenciamos unha mestura de elementos léxicos de moi diversa procedencia, sen que a acumulación dos mesmos prexudique á claridade e viveza da narración. Con esta indiscriminada maridaxe, Otero non pretende máis que dar unha visión da realidade lingüística existente, segundo transcorra a acción neste ou naqueloutro país, posuidores de linguas, evidentemente, diferentes da nosa.

Pero se o estranxeirismo cobra unha notable relevancia lingüística ó remitirnos a un ambiente de realidades concretas, non cumpre a función de caracterizar ós personaxes.

O léxico foráneo vai actuar como único medio de vincula-lo personaxe co seu entorno e endexamais servirá de elemento caracterizador para unha clasificación tipolóxica.

É mester salientar que os personaxes de don Ramón, aínda que ás veces teñan voz propia e falen nas máis variadas circunstancias e formas —conversas cortadas, case monosilábicas ou longos parrafeos; soliloquios ou discursos perante un auditorio atónito—, maiormente vai se-lo narrador quen fale, identificándose, iso si, cos seus personaxes nos seus respectivos modos de elocución. Será el xa que logo, quen nos indique a lingua na que se expresan aqueles:

“...e chegando a Mad. de Staël con movementos de marioneta dixo en francés das silveiras istas verbas: «Señora, son profesor de amor»” (*FV*, 110).

“«—Levareite alá», faláballo o fidalgo nun francés de colexio, «con tal que me franquees o bico aniñado nises beizos...»

Ela, en francés semellante, prometía entromedio de luxosas e mainas metáforas: «Sí, a condición de levarme, e ademáis de facer a carreira de lexista e conseguire o meu divorcio...»” (*SR*, 92).

Case nunca un personaxe non galego fala na lingua propia do seu país de orixe; con todo, temos rexistrado un mínimo diálogo que manteñen dúas mulleres portuguesas, nun idioma que aínda non sendo o portugués, certas características gráficas que presentan algunhas palabras, aproxímano ó da nación irmá:

“Foi pra o reisiño, a homaxe das nais do Minho portugués...”

—«O noso fidalguiño ha casar ca morgadinha do Paço de Arcos de Caminha».

—«¿E non será un menino da Corte fuxidia do noso Don Sebastián?»” (*SR*, 22).

É sabido por outra banda, que autores de tódalas épocas e latitudes, colocaron en boca dalgúns dos seus personaxes, termos alleos ás respectivas linguas destes, co único fin de provoca-la comicidade. En Galicia, Vilar Ponte, Castelao e Fole entre outros, en máis dunha ocasión, fixeron falar ás súas criaturas de ficción nunha lingua acastrada co gallo de suscita-la vis cómica. Nada disto sucede en Otero, xa que, aínda que os seus personaxes pertencen a capas sociais e culturas diferentes, rara vez acomoda a linguaxe a cada personalidade, quedando polo tanto ausente o estranxeirismo de calquera tipo de caracterización. Con todo, e por presentaren certos riscos ridículos e grotescos, Pedrayo botará ás veces man do estranxeirismo para nomear a algún dos seus personaxes: *Mr. Le Marquis à la Jambe d’or* (*TM*, 56).

Anotaremos, finalmente, que o emprego do estranxeirismo, vaille dar pé nalgún momento, para facer unha sorte de xogo humorístico. Deteñámonos neste fragmento de *Pelerinaxes* no que se recollen as impresións do viaxeiro Otero acerca dun hotel radicado na vila luguesa de Monterroso:

“No comedor do Palas ou *Palace* as mesas figuran agardar que unha grande ou todas elas engadidas sirvan de xuntanza no centro a unha boa reunión de cregos ou señoretas” (80).

Pero este hotel, segundo se suxería con anterioridade, o autor dubida se debería o seu nome ó anglicismo *Palace*, termo usual para denominar este tipo de establecementos, ou se pola contra, existía outra motivación que explicase o por que de semellante denominación:

“O *Hotel Palas* erguíase noviño c’as derradeiras luces da vila. Pol-a noite non’os fixamos n’il. Somentes se pensóu si debería o nome a súa situazón no arranque da carretera de Palas” (62).

4. REPERTORIO DE ESTRANXEIRISMOS

Os estranxeirismos máis frecuentes na obra de Otero Pedrayo están case todos eles incorporados á lingua usual; na súa maior parte, tomaron carta de natureza no noso idioma e calquera persoa, cun nivel de cultura non moi elevado, ten pleno coñecemento dos mesmos. A maioría pertencen ó mundo da ornamentación, culinario, do espectáculo ou do deporte, aínda que tamén os hai adscritos ós campos máis heteroxéneos.

Fundamentalmente proceden do francés e, en menor medida, do inglés, italiano, portugués e alemán, rexistrándose, esporadicamente, algunha que outra contribución do catalán. Mención especial merecen os americanismos neste relato do estranxeirismo léxico, que non ten a pretensión de ser exhaustivo. Reseñamos a continuación os estranxeirismos máis comúns na obra de Otero Pedrayo, quedando á marxe os que xa figuran documentados no presente estudo.

4.1. Galicismos

- Affaires*, “asuntos, negocios”: “Un home de «affaires» dos soportás da calle de Toledo” (SR, 96).
A Franchuta, “á francesa”: “En Madrid tiñan laponeado moitas veces xuntos, máis en pousadas dos barrios baixos que nos hoteles «á Franchuta»” (SR, 155).
Amer, “amargo”: “...degustando o *amer picon*...” (SR, 99).
À rebours, “a contraño”: “Tamén os fillos viven *à rebours* grandes anacos d’hourizontes e pequenas paisaxes do vivir dos pais” (AS, 12).
Au bon marché, “a bo prezo, barato”: “Era xornaleira, de todo tempo, a feira naquilas rúas estrambilicadas, cheirando a fritangos e augardentes, a cosméticos baratos e cambras de amores «au bon marche», ou a rexas paixós de alcohol e mulleres” (SR, 97).
Auroch, “uro, auroch”: “Soio me pon medo o auroch xigante” (RG, 230). Tam., D, 45.
Ballet, “ballet”: “...dimos ca sinificanza do fondo do «ballet» ártico...” (ES, 307).
Beau parler, “fermosa fala”: “...disfroita da belida fala que chaman «beau parler» estimada dos francos como foi dos antigos galos” (RG, 215).
Bivac (sic), “campamento militar, bivaque”: “...cabalgaban os severos soldados da Revoluzón feitos Mariscaes xogando no bivac o botín da Europa” (FV, 60).
Bock, “xerra de cervexa”: “O grande bock de cerveza negra (o ensoño dos neokantistas españois) tiña na chemineia unha pudibundeza teolóxica” (AS, 123). Tam., FV, 10 e 32.
Boeuf à la mode, “estufado de vaca”: “...debullando «boeuf à la mode» e caviar moscovita, confesóu ó embaixador o dobre ouxeto do seu viaxe” (SR, 99).

Boudoirs, “salonciños íntimos”: “E decatábase de máis, dun recendo máis propio dos «boudoirs» abafados das rúas de trangallada de Marsella, que dos verdes e cristaiños pazos das seréas” (SR, 101).

Bouquet, 1. “ramiño de flores”: As vendedoras ofrecían bouquets de acianos, e de cravos” (AS, 45). Tam., AS, 110 e 115. /2. “aroma, recendo”: “No fondo do cesto de verdore está acochadiño o bouquet da leenda da cidade” (PL, 223). Tam., FV, 98.

Buffet, “bufete”: “Despois de tomar todos un folgo no buffet...” (TM, 49).

Carrick, “prenda de abrigo, con varias capelas escalonadas”: “...non soupo quen era o home rasurado, de carrick inorme, e o sombreiro de estesas abas apendelladas deica os homeiros” (SR, 81). Tam., CV, I, 138; CV, III, 9; ES, 199, 205 e 329; SR, 30.

Clerc, “clérigo, sabio”: “Saber de poetas, de illados, de estudantes e clerics da noite e das soedás” (ES, 19). Tam., D, 122; RG, 6, 105, 164, 184, 210, 232, 248, 259 e 267. /*Clerguesa*: “Sábese a Morte en Compostela infanzona e maorazga, prioira e raiña. E tamén –decorre moita xuventude polas canles das augas– sábese «clerguesa»” (ES, 350).

Complot, “conspiración, complot”: “...o libro vencedor pol’o menos do complot d’us cantos anos...” (AS, 125).

Couplet, “cuplé”: “...comisionistas cantarruxando anacos de *couplets* destinxidos...” (CC, 9).

Course, “carreira”: “París en moito tempo recollía os meridianos como as bridas da cuádriga europea, da *course* mundial” (AS, 103).

Chaflán, “chafrán”: “Deseguida deixamos atrás as aceras lixadas, e a casa de *chaflán*...” (PL, 136).

Chaise-longue, “butaca con respaldo e asento alongado”: “...e de seguida calcou coas mans, como para lle dar consistencia ó mendiño, sobre un sofá ou *chaise-longue* que sacou de dentro...” (SN, 16).

Chambelán, “camarlengo”: “¡O fotógrafo e chambelán do embaixador das Hespañas...” (SR, 98).

Chateau d’eau, “arca de auga”: “Os camiños anchos van a modo pol-o chao rico d’augas. A terra dá iso: a impresón d’unha criazón de regueiros, un *chateau d’eau* en conxunto, pr’as comarcas máis baixas” (PL, 31).

Chauffer, “chofer”: “Falóu o vigairo algunha vegada co seu amigo o chauffer” (VC, 92).

Chubesky, “chubesqui”: “...pra que se enxoitase no fogo do chubesky, invención moderna boa pra queimar as cepas doentes de oidium das viñas murchas do Escribente da Sociedá” (CC, 62).

Demimondaine (sic), “muller frívola”: “As demimondaines deitaban a testa valeira recibindo a benzón das mans disformes do Mestre” (AS, 122).

Elan, “pulo, impulso”: “Sentir o decorrer, o devenir, o *elan*, os graos da perfeizón, etc., é propio das filosofías ceibes, maxinativas, sentimentás” (PL, 164).

Flanear, “andar sen destino”: “Flaneando c’o amigo vía pasar unha muller qu’il amara” (AS, 15). Tam., PL, 181.

Frú-frú, “frufnú, rozo”: “Unha mañán de sol entraron pol-os arredores do Hespital *frú-frús* de saias e finos arumes de muller” (CV, III, 111).

Gauche, “esquerda”: “...voltaría axiña a París de pasante n’un colexio da orella *gauche*” (CV, III, 11).

Gave, “torrente pirenaico”: “...encol do «gave» de craras augas, agardaba outra cabalgada de cabaleiros...” (RG, 165).

Grand Siècle, “século XVII francés”: “Dise que o academismo Grand Siècle non se decatava da paisaxe” (AS, 103).

Grillé, “tostado, asado”: “Na mesa do pazo alternaban os rodaballos «grillés» co boi á moda inglesa...” (SR, 161). Tam., ES, 53.

Gro, “tecido de seda”: “...unha d’aquelas donas pequeneiras, pretenciosas, beatas, amigas da sociedá, do século pasado, que envoltas en gabás e traxes de *gro* non tiña apenas anacos de cara e maus libres pra se lavare” (PL, 178). Tam., ME, 160.

Grogard, “soldado veterano”: “Figuraban lexionarios de Paulos Aemilius os «grogards» meteorizados pol-o sol das Pirámides...” (FV, 60).

- Hallali*, “toque de acoso”: “O hallali na casa dos Doncos” (*CV*, I, 95).
- Haut de forme*, “sombreiro de copa, chistera”: “¡O fotógrafo e chambelán do embaixador das Hespañas, ten de levar chaqué e sombreiro «haut de forme!»” (*SR*, 98).
- Hotel de Ville*, “casa do concello”: “En ningures o *Hotel de Ville* loce tanto coma na fermosa praza reutangular que pecha os fatos de bariles arboredos coma no patio ou no craustro da cidade” (*PL*, 109).
- Juste milieu*, “xusto medio”: “Enxamáis vestiu con atal solenidade o carrick parlamentario e «juste milieu» o fidalgo” (*SR*, 30).
- Logis*, “pousada, aloxamento”: “As casas outas, de forte canteiría, coadradas, son doadas pra gastar no *logis* moitas horas da vida” (*PL*, 42).
- Madamiña*, “señora”: “...algunhas madamiñas ben postas curtaban adrede un ramallo de xasmin cando il pasaba” (*CV*, II, 13-14).
- Madamita*, 1. “dona un tanto afectada”: “...elas educaríante como unha madamita, de mírame e non me toques, sempre no estrado ou na novena” (*CV*, I, 136). 2. “afeminado”: “Isto é bon pra mediquiños madamitas e pra doentes de alfeñique” (*TM*, 42).
- Mademoiselle*, “señorita”: “Entusiasmado faille unha decraración á vella solteirona mademoiselle Apoplexía” (*TM*, 48).
- Manate*, “campesíño rudo”: “Ay, Vences, Vences, o bicho, o manate, tiveches un día malo no teu ano de setenta e tantos” (*L*, 33).
- Mandchú*, “manchú”: “Xa reloucaba por rubir no alifante branco, ou ser levado por cabaliños mandchús a un pazo das Milleiro de noites e unha” (*SR*, 103). Tam., *SR*, 92.
- Manoir*, “casa nativa”: “...e presentouse como Girardo de Brive ofrecendo alouxamento no seu «manoir» apenas desviado unha hora de camiño” (*RG*, 197).
- Minué*, “minueto”: “...e nos espaciados salós desenrolábase a gracia do *minué* en xiros de ridual elegancia” (*CV*, I, 14). Tam., *CC*, 25.
- Mosiú*, “mozo”: “Entón sí que Don Xoan Manuel choutou co xenio, e por pouco non afoga ó «mosiú» fotógrafo” (*SR*, 101).
- Outillage*, “ferramentas, apeiros”: “C’us aforros estivo na Alemania das maravillosas clínicas, do imperial «Outillage» incomparabre” (*VP*, III, 114).
- Overture*, “obertura”: “Rematábase o primeiro pitillo do día. Ise pitillo que nos esperta por com-preto e nos mete no vivir autivo, tudo feito de usanzas. E un pitillo preludio *overture*” (*EN*, 5). Tam., *AS*, 50.
- Parisien*, “parisiense”: “Xuliano. O primeiro *parisien*” (*AS*, 107). Tam., *CV*, III, 6).
- Parvis*, “praza, adro”: “No «Parvis» veciños i extranxeiros falaban e comerciaban arredor das mesas dos tendeiros” (*RG*, 39).
- Pas encore*, “aínda non”: “Madri...aínda non é unha capital europea, **pas encore**” (*AS*, 14).
- Pelouse do tennis*, “campo de tenis”: “Fora da **pelouse do tennis**, espallábase o mundo pechado, estrano, inquedante dos labregos e mariñeiros” (*AS*, 16).
- Le petit collete*, “eclesiástico”: “...il soio tiña as ordes menores, o que chaman na Francia «le petit collete»...” (*SR*, 181).
- Posse (sic)*, “pose, postura”: “...pra non adoitar unha *posse* romántica” (*CV*, III, 111). Tam., *AS*, 118.
- Preux*, “valente, home de pró”: “Mais fallaba a derradeira proba pra o destemido e atromentado «preux»...” (*RG*, 206).
- Ralenti*, “ralentí, marcha lenta do motor”: “...vanse desenvolvendo co *ralenti* dunha fita vella de cinema” (*D*, 56).
- Rendivú*, “agasallo, reverencia”: “...iste can sinte saudade do sofá e das butacas, que se fan *rendivú* coma si cambiaran tomas de rapé” (*PL*, 38).
- Restaurant*, “restaurante”: “Estaría condenado a mesa do restaurant da chamada cultura cosmopolita” (*AS*, 125). Tam., *AS*, 24; *ES*, 48).

Revenant, “aparecido, espectro”: “Os veciños berraban: Xa saíu o revenant...Pidelle novas do inferno” (*FV*, 28).

Rue, “rúa”: “En Saint-Maló acougamos nunha casiña, rue d’Enfer...” (*CV*, III, 11).

Slavo/slava, “eslavo/eslava”: “Máis a razón geométrica francesa endexamais fixera lei na vontade slava do fidalgo” (*FV*, 8). Tam., *FV*, 13, 45, 57, 79 e 135; *AS*, 128.

Slovaco, “eslovaco”: “...slovácos portando polo fuciño osos negros...” (*FV*, 10).

Surnois (*sic*), “hipócrita, retranqueiro”: “O embaixador decía que era un caraiter «surnois»” (*SR*, 100).

Tête hardie, “intrépido, ousado”: “...Raoul de Montpeiroux é chamado «Tête hardie» e nin o sagrado respeita” (*RG*, 184).

Toilette, “aseo”: “Xa no Hotel a silueta de Florinda coidadosa da toilette no coarto de baño...” (*AS*, 123).

Trottoir, “beirarrúa”: “Figuraba coller o trottoir pra seguir ô Palais Bourbon” (*AS*, 105).

Trouvaille, “achado, descuberta”: “...coidaban qu’ela acariñaba o malencóneco español com’unha «trouvaille» rara n’istes tempos” (*AS*, 119).

Tzigano, “xitano”: “...violíns de tziganos...” (*FV*, 9). Tam., *FV*, 10 e 15.

Vedette, “vedete”: “As vedettes fixéronlle propaganda” (*VC*, 43).

Vermouth, “vermú”: “A mañán vai rubindo traballosamente dend’o café con media tostada hastra o vermuth” (*AS*, 11).

4.2. Anglicismos

Auto-car, “autocar”: “Viveiro-Mondoñedo-Lugo-Ourense. O título de viaxe como en auto-car” (*PL*, 232).

Bistek, “bisté”: “O libro bistek, o libro bombón, o libro sopa de rabo de boi, densa e fonda, o libro froita do tempo, o libro mostaza...” (*AS*, 47).

Block, “caderno”: “O Arquíologo apunta o nome n’un *block* de notas” (*L*, 16). Tam., *L*, 13.

Cant, “hipocrisía”: “...lonxe do «cant» puritano cravuñador de follas bíblicas nos verdes parques do New England” (*D*, 98).

Club, “club”: “...e tamén soñaba cecáis en discípulo de Rousseau, cos mundos da Edade de Ouro nos estudos crásicos sospeitada e aínda pra lediza dos poetas defendida da democraza e dos Clubs pol-as foulas do infindo Pacífico nas illas” (*FV*, 83). Tam., *FV*, 88; *CV*, III, 9.

Cocktail, “cóctel”: “Deixáime vivir como bohemio de hoteles, collendo a cultura e a vida a gula-piños de cocktail” (*TM*, 104). Tam., *TM*, 77, 78 e 100; *AS*, 106 e 124.

Cottage, “casa de campo, cabana”: “...encheron de sonatas alemás a rusticidade pretenzosa dos seus «cottages»” (*D*, 98-99).

Dancing, “baile público, sala de baile”: “¿Sería posible qu’o esforzo secular dos homes soilo callara na sociedade dos express, dos Palas e dos Dancings?” (*AS*, 124). Tam., *AS*, 118.

Decán, “decano”: “o decán de Yellow-Stone” (*SR*, 86).

Dining car, “vagón restaurante”: “Maus de terceira asustan âs limpas mesas do «Dining car»...” (*AS*, 9).

Earl, “conde”: “A miña señora i herdeira do señorío de Rock-Hull precisa correspondere ca mesma curtesía na terra inglesa, ó tratamento de que foi ouxeto por o «earl» da Reboraina na súa terra hespañola” (*SR*, 86). Tam., *RG*, 49.

Express, “expreso, tren de pasaxeiros con poucas paradas”: “E colleron o express de Colonia com’unha fuga ceibadora” (*AS*, 120). Tam., *AS*, 124.

Farewell!, “¡Adeus!, ¡vai con Deus!”, “¡Farewell!... Se volves con trunfo, o coro de bulras ha ser de gabanzas...” (*SN*, 24).

Farwest (*sic*), “arredado oeste”: “Un pouco de peisaxe de esprotación forestal, sempre animador e xoven, apesares do Farwest do Cine” (*PL*, 20).

Fellow, “compañeiro”: “...fellows das Universidades...” (*D*, 99).

Foot-ball, “fútbol”: “...non perderían nas cidades os partidos de foot-ball” (*AS*, 89). Tam., *TM*, 43.

Groom, “mozo de cabalos”: “O fidalguiño no seu papel de groom, andivo moi de pelras ca criada churrusqueira” (SR, 43).

Iceberg, “iceberg”: “A grande pureza polar do norte –auroras, icebergs, paraselenes...” (AS, 129).

Interview, “entrevista”: “Xa lle faremos unha interview pra un xornal” (TM, 109).

Jungle, “selva, bosque”: “...o espertar da besta no «jungle»...” (AS, 125).

Leghis, “polainas de coiro”: “Home de meia idade con leghis e sombreiro de palla...” (L, 13).

Mac-ferlán, “macferlan, gabán sen mangas”: “Mac-ferlán, espanta-paxaros, d’unha cor de esterco mollado...” (CC, 57).

Magazin, “almacén”: “...prantaron na millor rúa de México un grande magazin de modas e xoias” (VP, II, 99). Tam., AS, 116.

Moor, “páramo”: “...o espellar da lúa na i-auga dos *moors*” (CV, II, 66). Tam., CV, III, 13.

Portland, “certa sorte de cemento”: “O frío acugúlase na peza deserta con chán de portland, mais propio d’almacén, c’un tristeiro gris de estazón” (PL, 83). Tam., PL, 130.

Punch, “ponche”: “Un mariñeiro de Cariño fuma a pipa e bebe o *punch* nas tabernas fumosas de Rotterdam” (PL, 223).

Snob, “snob”: “Pelegrinos e non turistas, que compre distinguir ben antr’a devozón ideal e o «diletantismo» «snob»” (PL, 210).

Sport, “deporte”: “Os homes de sport teñen tamén o coiro enrugado” (EN, 6). Tam., AS, 58, 59, 115 e 128; FV, 107 e 120; D, 99; CC, 16; TM, 75.

Sportivo/sportiva, “deportivo/deportiva”: “Na horta, xogando, o rapaz sportivo se non decataría endexamais da traxedia da vida” (AS, 58). Tam., AS, 60, 93, 103 e 128; FV, 111 e 134; PL, 159; TM, 75.

Squire, “escudeiro, propietario”: “...o «squire de Blancksnow»” (SR, 86).

Tennis, “tenis”: “...hastra xogaba o **tennis** no verde lameiro do pomar” (AS, 116). Tam., TM, 75.

Tilbury, “tilburi, coche lixeiro de dúas prazas”: “O caso, según contaron, foi que nun lixeiro tilbury, ben envolveitos en mantas escocesas...” (SR, 42).

Trust, “consorcio”: “Os feretrístas, grandes e pequenos, celebran hoxe o encomenzo do seu trust e monopolio, ou monipodio ou como raio se diga...” (P, 44). Tam., P, 49.

Verandah, “miradoiro, galería”: “¿Non é máis acougante unha «verandah» con froles e paxaros do que isa quinta de vella solteirona?” (SR, 105).

Whisky, “whisky”: “O Paulos tivo valor pra sacarlle do bolso un frasco de *whisky*” (VP, II, 96).

Yankee, “norteamericano”: “...esbardallando de zafras, cimarróns, goletas, gormo negro, e ouro yankee...” (ME, 80).

4.3. Italianismos

Allegro, “alegre”: “Os cartos que se gastan en pariaugas cando chove teñen moito dos que se emplean na botica pra un calmante, un sello, unha meiciña urxente que non detén o *allegro* do día” (PL, 111).

Amore, “amor, cariño”: “Levaba un negociado de Clases Pasivas. I-é xusto dicir en descargo do home terrible, qu’o levaba con arte, con *amore*, hastra con certa grandeza” (CC, 59).

Andante, “andante”: “Gostaba do ar trunfante que xugaba a sua mocidade, un ar de románteco *andante*” (CV, II, 84). Tam., AS, 30; PL, 50.

Ariolo, “adiviño, agoireiro”: “¿Foi obra do italián, do ariolo do demo Xohán da Siena!” (RG, 223).

Bambino, “neno”: “Aprendía cos *bambinos* as orazóns á Madonna na lingua italián” (FV, 124).

Belvedere, “miradoiro, azotea”: “N’unha revolta da carretera, a dreita, atopou un pequeno belvedere agarimoso e serio” (AS, 53). Tam., AS, 116.

Camerino, “gabinete, cuarto dun artista”: “...o pai collía un fermoso volume encoadernado cunha pele que tiña (sóupo despoixa o neno o segredo) feiteceiro ulido de «camerino», e recitaba escéas de Moliere...” (FV, 25).

Condottieri, “condotieros”: “¿Onde foron os condottieri?” (FV, 74).

Corso, “avenida, paseo”: “...rañárianse as peles envexosas dos dandys dos bulevares e dos cursos” (SR, 116). Tam., FV, 74.

Dilettantismo, “diletantismo, afección”: “N’había sostantividade sinón dilettantismo” (AS, 109). Tam., PL, 210.

Dilettantista, “diletante”: “...bohemia mais ou menos dilettantista doutros tempos...” (PL, 119).

Escabino, “rexedor”: “...eu quixera espertar nas vosas escuras concenzas o pouco que teñades dos vosos antergos montesíos pra que ao son do crarinazo revolucionario un bon día manxárades aos grosos escabinos salchicheiros...” (FV, 106).

Gavineto, “gabinete”: “Como un gavineto de curiosidás de cardeal rico e ocioso, seméllame ista Real Universidade...” (ES, 330).

Intermezzo, “intermedio, entreacto”: “O consóo calmo, cecáis tamén filosófico, do pasaxeiro das cousas, da sensación sempre gostosa do «intermezzo»” (ES, 348). Tam., FV, 134.

Loggias, “edificios abertos, con soportais”: “Resolta a dúbida no cantón do Toural, dispónse a Nova en loggias de pazos fermosos, solenes, con ensaios de arcos...” (ES, 133).

Madonna, “a Virxe”: “Nos primeiros sendeiros da Italia sorríanlle Madonnas labregas” (FV, 124).

Minuetto, “minueto”: “Rosalinda, pra ti compuxen iste *minueto*...” (TM, 54).

Morbidezza, “morbidez, delicadeza”: “Pódia ser que millor «occamistas» pola «morbidez» perigosa e fina do seu razoar, semellante ás variacións do frontal de Santa Clara” (ES, 17).

Piazza, “praza”: “Verba lonxana e fermosa com’un grupo escultórico da Piazza de Florenza” (AS, 23).

Polenta, “fariña cocida con varios ingredientes”: “...algús Papas soilo se mantiñan con *polenta*” (PL, 46).

Racontos (sic), “relatos, narracións”: “A ialma da Europa do oitocentos –liberdade, malenconía, loita do deber e da paixón– chegaba envolta en arias e racontos italiáns” (CC, 75).

Ritornello, “refrán”: “...envoltándose de seguida nun vello chal, luxo descorido, valeiro ritornello, lucía na porta como a feitura resignada dun destino, o seu...” (SN, 17).

Romagnol, “romañol”: “Adeprendía cos bambinos as oracións à Madonna na lingua italián, no *romagnol* bravamente armoñoso ulido de loureiro nos ermos queimados pol-o Agosto” (FV, 124).

Savoneta, “reloxo de peto con tapa”: “...gardaba un locir do XVIII na savoneta...” (SR, 7).

Scherzante, “burleiro”: “Desfiados, desguedellados, bulreiros, scherzantes, terribres, medoñentos, corrían os medos en tropas cabalgantes dende a posta do sol hastra o primeiro batelar das eirexas” (CV, I, 98). Tam., FV, 28 e 46.

Scherzare, “axitarse, moverse”: “...corre un vento polar: fala e quéixase na chemineia, chora no violín e na yarpa, scherza nos cordaxes dos buques-fantasmas e nos podente alcoholes mariñeiros” (AS, 130).

Scherzo, 1. “chanza, burla”: “O camiño cinguido de silveiras nas que bulían os *scherzos* de baixo dos abellós...” (EN, 7). 2. “composición musical”: “O Scherzo da Heróica” (CV, II, 33).

Stanza, “cuarto, habitación”: “Polos aires da Mahía e os do Pico Sagro, as nubes gostan de maxinar ringleiras de «stanzas» onde desenvolvere as calmas belezas dos reflexos amantes das frentes eleitas” (ES, 20).

Violoncello, “violonchelo”: “...templan violíns, violas, violoncellos que soan à Italia...” (FV, 13). Tam., FV, 27, 33, 53 e 64; VP, III, 117; CV, I, 51; ES, 133.

4.4. Xermanismos

Burgmeister (sic), “alcalde”: “Manxaban salchichas dinas dun Burgmeister da vila imperial de Frankfurt” (FV, 84).

Doktor, “doutor”: “Era o Herr Doktor Pirnbaum, mestre de Stuttgart” (SR, 98).

Herr, “señor”: “Era feio, silenzoso, e tolo o cativo do Herr Professor e Censor dramático, Werner” (FV, 26). Tam., FV, 14 e 112; AS, 122; SR, 98.

Junker, “nobre, fidalgo”: “...foille cobrar a ialma cando estaba frido de morte en desafío cun junker” (FV, 92). Tam., FV, 32.

Kappelmester, “mestre de capela”: “...aquil xesto de Kappelmester dunha orquesta de espirtos” (FV, 98).

Lieder, “breves composicións poéticas alemanas, destinadas ó canto”: “Tiña ceibado Goethe unha enteira primadeira, un longo e pousado outono de lieders, bandadas de aves migradoiras, cantos aniñados na frouma das arquitecturas literarias. O lieder ulente a paisaxes mollados, o lieder despedida, o lieder serenata, o lieder lembranza saudosa de intres en total-as vidas rexurdidas ígoal que as sazóns, ao seu tempo” (*FV*, 102-103). Tam., *FV*, 54, 58, 98 e 108.

Ranz, “ventre, barriga”: “Non vos podeades maxinar... a verdade do ranz das vacas...” (*FV*, 90).

Ritter, “cabaleiro, home valente”: “Moitas tiña amado con amor de estudante romántico, con brío de ritter dos grandes camiños” (*FV*, 85). Tam., *FV*, 51.

Seiche, “variación de nivel dun lago”: “O espallamento do Lago Lemán apenas trubado por vibracións de «seiches»...” (*FV*, 106).

Socialdemokratie, “socialdemocracia”: “Tamén no seu tempo houbo un gran principado mecánico. Entón a *Socialdemokratie* e o Emperador Guillermo” (*PL*, 179).

Walkiria, “valquiria”: “...é gostoso escoitar tod’a noite o galgar disforme das alas, portos xiados, que aprixoan os barcos coma brazos nus e brancos de walkiria...” (*AS*, 98).

Zeppelin, “cepelín, dirixible”: “Chegaban frases enteiras nas que alternaban verbas duras, fortes, verbas en figura sonora de bala, de zeppelin, de trabe de ferro...” (*AS*, 122).

4.5. Lusismos¹²

Acrescer, “acrecentar”: “Espertou duas ou tres veces c’un pesadelo acrecido pol-os rúidos de borrachos e autos que viñan da rúa” (*CC*, 24).

Aldeia, “aldeia”: “...os paquetes de velas, luxo das veladas longas das aldeias” (*CC*, 27). Tam., *CC*, 31.

Além, “máis alá de”: “Lémbrate de min e dá soma e ruído armoñoso ao meu netiño que está lonxe, além da mar, mais chegará algún día” (*TM*, 84).

Alem-coba, “o mundo do máis alá”: “...quérenvos facer bós cristiáns c’a espranza posta no mundo d’alem-coba” (*AS*, 59).

Ardimento, “entusiasmo, forza”: “Non vos podeades maxinar a sensoalidá da primadeira alpina, o ardimento do amor dos pastores...” (*FV*, 90).

Areia, “area”: “...corría diante a ola asoballante pronta a estoupar na areia” (*CV*, I, 55).

Aza, “á”: “Tomado en vida pola podremia da coba fixa os ollos xa resiñado a considerar as azas espaventosas da morte” (*PL*, 148). Tam., *CC*, 24 e 70.

Azados/azadas, “con ás”: “...o mel soave das aboas, das abellas que zugan nos xardíns antigos e locen como pintas azadas d’ouro no fondo de gules dos escudos” (*CC*, 51). Tam., *CC*, 15 e 46).

Bacamarte, “arma de fogo de cano curto e con boca en forma de campá”: “Eu durmo ben choído i-enferrollado e co bacamarte a máu” (*ME*, 101).

Baptismo, “bautismo”: “Seguía paseniñamente o desenrolo dos ridoos dende o Baptismo ao derradeiro Requiem” (*FV*, 124). Tam., *TM*, 76.

Baptizada, “bautizada”: “¿E con qué rito será baptizada?” (*CC*, 13).

Camponés, “campesiño”: “O abade, gran tipo camponés, con poucos adrezos de saber...” (*SR*, 23).

Cauda, “rabo”: “...i-azoutando apaixoada ca cauda de prata, sensoal e xogantina, á un home que era dono de namorala...” (*CC*, 14). Tam., *CC*, 16 e 25.

Ceu, “ceo”: “...fiando entramas nas rocas de ouro, a lan das abenzas do Ceu...” (*TM*, 23). Tam., *TM*, 87.

Coisas, “cousas”: “...hei contare e probare cousas pra arripiarlle o coiro...” (*RG*, 31).

¹² Respecto dalgúñas formas que, aparentemente, semellan lusismos, cómpre aclarar que Otero forza dalgún xeito a lingua, estendendo por exemplo as terminacións *-eio*, *-eia* (ceio, chemineia) a palabras que non as posúen en portugués. De igual xeito procede cando da forma neutra *tudo* forma un masculino, feminino, singular e plural con *-u-*, inexistente no portugués: “...e todas as antigas razas reconocerán en ti ao seu Padrón” (*TM*, 77). Na nosa enumeración prescindimos de termos tipo *cárrega*, *carregado* ou *encarregar* por presentaren serias dúbidas na súa adscrición ó lusismo ou ben ó arcaísmo. Si anotamos algún galicismo incorporado ó portugués (*ardimento*, *baquemarte*, *isolamento*) así coma algún cultismo que ten a lingua irmá (*flavos*).

- Cónego*, “cóengo”: “Cala, creguiño, non che vaian meter no corpo catro onzas de chumbo como ao cónego Gorostidi na Ferradura de Santiago” (*TM*, 19). Tam., *AS*, 52; *SR*, 20.
- Correio*, “correo”: “...unha especie de embaixadora e de correo pra os seus veciños na cibdade” (*CC*, 21). Tam., *CC*, 67.
- Cráneo*, “cranio”: “Sentía no oco do cráneo como o esborrallamento d’un mundo” (*CV*, I, 26).
- Cravo*, “caravel”: “Diant’a estampa da Virxe do Pilar sempre tiña a rapaza un rendimento de cravos roxos” (*CC*, 79). Tam., *CC*, 108; *AS*, 45.
- Chapada*, “chaira”: “Apenas se fixaba... na «Chapada» d’estesos hourizontes...” (*VP*, II, 98).
- Charuto*, “cigarro puro”: “Acesos os charutos coma si fôsemos tranquiños veciños de Lugo –figura lonxe o camiño– imos de vagar car’ô Circo das Artes” (*PL*, 119). Tam., *PL*, 168; *CC*, 59; *TM*, 141.
- Cheia*, “chea”: “A criada ficou cheia d’asombro” (*CC*, 12). Tam., *CC*, 8.
- Dificuldade*, “dificultade”: “Dificuldade d’abranguela na sua vidualidade cambeante” (*AS*, 8).
- Disforme*, “deforme”: “O grande sol outonizo ven á rendere preitesía na porta ô viño poderoso, novo, pechado nas panzas disformes” (*CC*, 34). Tam., *CC*, 88, 102; *CV*, I, 24, 25; *AS*, 43, 59, 122, 139; *PL*, 25.
- Disgraciosa*, “sen gracia”: “...a fita moura da corbata salseada, de lazada disgraciosa e rutinaria dos retratos dos moderados” (*CC*, 57).
- Dourada*, “dourada”: “...un circo rechouchante de vésperas douradas” (*CV*, I, 33).
- Facecia*, “dito ou acto xocoso”: “...ría cas pantagruélicas facecias dos xograres e do pobo e ficaba calado diante o inxenio de Voltaire” (*FV*, 99).
- Feia*, “fea”: “...orellas acenando pola gula, poderosas, feias, e inqedantes com’os monstros do Pórtico da Goria compostelán” (*CC*, 7).
- Flavo*, “da color do ouro”: “Os flavos cabelos caíanlle en cachoeira d’ouro...” (*RG*, 53). Tam., *RG*, 34-35.
- Garimpeiro*, “buscador de pedras preciosas”: “O Paulos non se contentaba con ser un bó garimpeiro” (*VP*, II, 98).
- Heroi*, “heroe”: “...as alcuñadas dende a revolución cos apellidos dos herois do liberalismo e dos alcaldes d’eleición popular” (*CC*, 26). Tam., *AS*, 138; *SR*, 37; *TM*, 112.
- Ideia*, “idea”: “Il era liberal de Prim e ningún o sacaba d’ista ideia” (*CC*, 62). Tam., *CV*, I, 5, 10, 81.
- Isolada/isolado*, “illada/illado”: “...a súa soedade de lago isolado pol-a pedra, o tempo i-a lembranza” (*PL*, 230). Tam., *PL*, 91.
- Isolamento*, “illamento”: “...concenza de se saber estrano tirando d’iste isolamento un principio inmorrente de confianza” (*AS*, 100). Tam., *CV*, I, 53.
- Marfim*, “marfil”: “...marfims da Africa negra...” (*AS*, 136). Tam., *CC*, 8, 16, 101.
- Meio/meia*, “media/medio”: “A vella Calvina sempre tiña un ollo posto na lareira e outro no camiño pol-a porta meio aberta” (*CV*, I, 184). Tam., *CC*, 17, 70, 71; *AS*, 61, 70, 91.
- Nuben*, “nube”: “Os cregos pregaban que a man de Deus, rachando as nubens, aquietara as augas” (*CC*, 14). Tam., *CC*, 77, 81, 101, 105; *CV*, I, 56; *TM*, 33, 34, 65.
- Paisaxen*, “paisaxe”: “...e na paisaxe aparecen dólmenes e fumes de sagrifizos” (*TM*, 77).
- Paseiar*, “pasear”: “Don Xohán con dous retirados paseia baixo os arcos da rúa” (*CC*, 49). Tam., *CC*, 36, 40, 64, 103; *CV*, I, 45, 57.
- Paseio*, “paseo”: “Ben desemeillante da moitedume de lembranzas que van en París, d’apaseio, collidas ôs brazos dos mais indefrentes” (*AS*, 129). Tam., *AS*, 97; *CC*, 9.
- Refeitório*, “refectorio”: “Santo de Deus, os abades de Oseira se non negan a pra disimular nos días de Coaresma enchen de hosos de capón as fendas de paredes do refeitório” (*TM*, 78). Tam., *CC*, 81.
- Rendimento*, “ofrecemento”: “...sempre tiña a rapaza un rendimento de cravos” (*CC*, 79).
- Sertão*, “rexión afastada da costa”: “Volví da sertão e da chapada c’yalma dun traficante de escravos” (*VP*, II, 98).
- Seringueiro*, “o que extrae o látex das heveas”: “...i-o Paulos entrou no curazón virxen do Brasil c’unha caravana de *seringueiros* que iban sangrar o caucho das ricas *heveas* nos bosques xa ecuatoriales, do outo Araguaiva” (*VP*, II, 98).

Sul, “sur”: “Iste xermano do Sul é ditoso” (*AS*, 11). Tam., *AS*, 85, 104; *CV*, I, 8; *TM*, 64, 66; *SR*, 23.
Tesoiro, “tesouro”: “...loce un tesoiro maravilloso de puros ouroos céltigos” (*TM*, 75).
Trofeu, “trofeo”: “...xamóns pendurados, trofeu das campañas do inverno, consolo da vista, lembranza da lareira *cheia* i-afumada” (*CC*, 7-8).
Tudo, “todo”: “Tudo pormete o enfermo...” (*TM*, 133). Tam., *EN*, 5.
Tzarda, “danza húngara, executada xeralmente por xitanos”: “A súa música brava tzarda amolecida en *minueto*” (*FV*, 135).
Zeluta, “a que finxe ter celos”: “A Frolinda ditosa e enfonchada por tēlo na casa envolvíao en lelos de muller zeluta e gandaina” (*ME*, 136).

4.6. Catalanismos

Aplech, “xuntanza, reunión”: “Son El Rei das doenzas, o Emperador da Patoloxía, o Xuez supremo da Terapéutica, o *aplech* dos microbios...” (*TM*, 41-42).
Lluitar, “loitar”: “Cecais non tiven valor de abondo pra lluitar...” (*RG*, 214).

4.7. Outros estranxeirismos

Baixo deste epígrafe, incluímos outros estranxeirismos provenientes de linguas non consignadas con anterioridade pero que, probablemente, chegaron a Otero a través das mesmas. De entre os máis frecuentes, anotámo-los seguintes:

Fellah, “campesiño exipcio”: “Adeprendín os dialeitos do Nilo, sei contratar os fellahs” (*SR*, 99).
Geisha, “moza bailadora xaponesa”: “-¿Sabes facer bos retratos de danzarinas, geishas, mouras, chinas, gardando a gracia dos orixinás?” (*SR*, 97).
Golf, “golf”: “Ben lavado e adestrado sería un campión de golf” (*TM*, 76).
Harem, “harén”: “¡Esta debe sere a raiña do harem!” (*CV*, II, 78). Tam., *RG*, 13.
Inlandsis, “glaciar continental”: “...a virxinidade da pedra gastada pol’o manto do inlandsis...” (*AS*, 129).
Khediye, “vicerrei de Exipto”: “...houbéranse mergullado nas augas saíndo a mirar a Selene ou Helena da noite no Ponto mitolóxico, de non lles botar unha man os gardas postos polo Khediye” (*SR*, 99-100).
Kiosko, “Quiosco”: “...un estanque, no medio do que, un kiosko semellaba unha grande frol aínda pechada, por non seren aínda podentes os bicos do sol” (*SR*, 107). Tam., *SR*, 118.
Pachá, “paxá”: “Con voluptuosidade de pachás, envolvementos en mantos reaes, en armiños imperiaes, centileantes de xoias, cabalgaban os severos soldados da Revoluzón...” (*FV*, 60). Tam., *SR*, 35.
Palankin, “palanquín”: “...pasóu un palankin de luxo entre outos abanos” (*SR*, 103).
Soviet, “soviet”: “...a nova orgaización d’un soviet nas montañas do Cáucaso” (*AS*, 125).
Waiwoda/vaivoda, “gobernador dun territorio no mundo eslavo”: “Eran como pachás ou waiwodas, os monxes de Oya” (*SR*, 35). Tam., *FV*, 10, 13, 15.
Vodka, “vodka”: “Era tamén médica, odiaba ôs Zares e o vodka...” (*VP*, III, 114).

4.8. Americanismos

Bohío, “choza, cabana”: “-Vaia, miña cousiña, si aínda hēmos beilar entramos a rumba cachonda no bohío” (*ME*, 198).
Ingenio, “propiedade onde se fabrica o azucre”: “Iban n’ unha columna mixta pra defender ingenios ameazados” (*VP*, II, 96). / *Inxenio*: “Acollido con honra, miraba a grandeza do inxenio, a casa crara e fresqueira semellante á dun colono da Virxinia” (*SR*, 130). Tam., *VP*, II, 96; *AS*, 49.
Jipijapa, “sombreiro que se fabrica coas follas da palmeira”: “...c’o traxe de rayadillo e o jipijapa facía un soldado un pouco grotesco...” (*VP*, II, 96).
Majá, “cobra que vive nos bosques de Cuba”: “O Paulos tiña medo ô majá...” (*VP*, II, 97).
Mambí, “soldado que loitou contra España pola independencia das Antillas”: “Algús españoles xoennlo en terra chimpanaron a varios mambises” (*VP*, II, 96). Tam., *VP*, II, 97.

*Misia / misía*¹³, 1. “miña señora”: “Misia Chinta endexamais esquecera aquela compañeira” (*CV*, I, 14-15). Tam., *CV*, I, 14, 19, 21; *CV*, II, 78; *AS*, 114; *ES*, 291. /2. “Señora”: “...dá o brazo a vellas misias moi sabidoras d’elegancias que lle gaban o tipo e o maorazgo e lle falan de xenealoxías” (*CC*, 40).

Ñañigo, “afiliado a unha sociedade secreta de negros”: “El tivera trato cos sanguinientos bruxos ñañigos e non se lle demudara a coor pondo mau na prata dos altares” (*ME*, 133). Tam., *SR*, 129.

Puna, “páramo andino”: “Na América a prata vai saíndo das minas. Lévana ôs portos longas fías de mulos pol-o lombo da Cordilleira, pol-a atmósfera fina das *punas*, logo rachan a mar as flotas de galeós coma rebaños de fartos bois” (*PL*, 137).

Zarape, “manta grossa usada pola xente pobre”: “...tendera asoellados zarapes aztecas pra folgo da mulata mercada na Jamáica por un barril de rhum” (*FV*, 31).

¹³ O termo é usado sen tentar de cualificar con pretensiosidade a ningunha das súas criaturas, de ningún modo afectadas e de lambida distinción.

A FRASEOLOXÍA GALEGA: APROXIMACIÓN Á DESCRICIÓN DO CARÁCTER PSÍQUICO DAS PERSOAS

Pilar Vilaboi Freire

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

A Ferro Ruibal, porque coma el estou farta da crueldade, prepotencia e sarcasmo das conversas do tren sobre o *galego* e os *galegos*.

Comezarei o meu relatorio facendo unha pequena introducción sobre a Fraseoloxía que é a disciplina que estudia o conxunto de modos de expresión peculiares dunha lingua, grupo, época, actividade ou individuo. Estes modos de expresión engloban varios enunciados fixos na súa combinación denominados frases proverbiais, modismos, locucións e refráns, entre outros. Non é o meu propósito facer unha análise exhaustiva da diferenza entre eles, senón simplemente delimitar cál vai se-lo noso campo de traballo e cál non.

Segundo o profesor Ferro Ruibal (1996, p.14) a distinción entre os refráns e o resto dos modos de expresión –frases proverbiais, locucións, modismos, etc.– é que os primeiros indican un pensamento completo: “*A auga corrente non mata á xente*”, fronte ós *ditos* que indican un pensamento incompleto: “*Estar coa auga ó pescozo*”.

O noso campo de estudio dentro da fraseoloxía vaise centrar nos ditos; é dicir, nas frases feitas, modismos e frases proverbiais. Xa advirto agora, que *estou a bravo* no campo da Fraseoloxía, é dicir, que non estou cultivada nisto nin moito menos, pero por iso fixen este traballo, porque *lle tiña gana* desde hai moito tempo e tamén me forzo a min mesma a aprender. Pero quero *parárlle-lo carro* ós que pensen que vou meterme en profundidades lexicográficas. Se hai alguén que espera iso do meu relatorio, *sairanlle as contas furadas*. Os motivos que teño son varios:

1. Porque a sección de “Lexicografía e Semántica” é outra, a nosa é a número 7,
2. Sendo xa o cuarto día do Congreso e habendo unha sección específica de Lexicografía supoño que repetiría cousas xa ditas moitas veces sobre Fraseoloxía,
3. Porque preferín facer un traballo de Estilística Popular, entre outros motivos porque é a nosa sección “Lingua de autores e estilística da Lingua” e considero que o meu traballo deste xeito é menos aburrido e menos denso para a primeira hora da mañá.

O último aviso é que non *lles teño a chave das nocos* ou se o prefiren, non sei *se lles saberei saca-las castañas do lume* das posibles preguntas que suscite este relatorio. Pero, como di miña avoa, *todo se andará* ou *xa se sairá como se poida*.

Debido á amplitude do tema non vou dar unha descrición en profundidade do carácter psíquico do galego, porque iso levaríanos ó meu modo de ver bastante máis de media hora. Cinguireime a analizar aqueles recursos fraseolóxicos que eu considero que mellor definen o carácter dun galego verdadeiro. ¿Que é ser un galego *fetén*? Uso *a mantenta*, ou *a propósito* o castelanismo *fetén* porque desde o meu punto de vista define a un galego auténtico, con moitísima riqueza léxica e por suposto cunha pureza fraseolóxica única. Outro motivo que me leva a usar esta palabriña, *fetén*, é porque lla oín a un señor que non sabía de castelanismos escritos nin normativas, pero que *me daba cen mil voltas* en Fraseoloxía.

Disque as aparencias enganan e iso pode pasarlles co corpus deste traballo: poderalles parecer tópico polas características psíquicas escollidas dos galegos pero *nada é o que parece*. Elixín aqueles ditos que me *deron máis xogo*, porque *tiña moreas* deles pero non podía usalos todos e quixen opoñer eses ditos a aqueloutros que significaban o contrario; por exemplo, *retranqueiro* fronte a inocente, desconfiado fronte a confiado, pero non o conseguín en tódolos apartados. Vostedes *teñen luces suficientes* para entender que hai moitos galegos *fetén* que non son así como eu os describo, xa que hai moitas outras calidades ou defectos psíquicos que non analizo, *ben mirado* porque non me interesaron, o que si lles aseguro é que tamén hai galegos que son como eu os describo.

Non quixera *ser rallante* e moito menos *relante*, polo que comeceamos xa, e que *Deus nos colla confesados* para *non mexar fóra do cacho* (López Taboada, 1996, p. 84).

1A. SER RETRANQUEIRO, IRÓNICO, ASTUTO

Desde o meu punto de vista son algunhas das nosas mellores características psíquicas. Esa mestura de gracia intencionada nos dicires cun pouco de malicia que só algúns dos nados aquí conseguimos entender. Un galego *retranqueiro* expresa o contrario do que está dicindo, pero porque el o quere facer así, sen embargo non todo o mundo llo capta.

Sempre oín dos galegos que temos segundas intencións no que dicimos ou facemos e teño moi bos exemplos disto. Miña nai sempre di de meu pai *que ten moito rabo* cando di algo que implicitamente leva *retranca* e moitas frases feitas co substantivo *rabo* teñen un matiz especial, supoño que aludindo a que o rabo nos animais está sempre na parte final do corpo, aquela parte que non é vital de todo pero que ten a súa función, aínda que sexa só para agochar algo ou expresar sentimentos.

Esa pera rabo leva, é unha frase proverbial que indica que hai algo máis na frase que se dixo, que aínda non está todo dito.

Vérselle o rabo a alguén é que se lle ven as trazas, as intencións que ten unha persoa. O raposo ten un rabo longo, por iso tamén dicimos *ten máis mañas ca un raposo* por alguén que ten retranca e que é espelida nos seus feitos.

Ser un bo peixe ou *ser boa peza* significa ser trasno ou malo, e como ven o significado do adxectivo *bo* transfórmase en boca dun galego *fetén* en feitos ou dicires malos ou pexorativos, sempre dependendo do ton co que se empregue.

Ter máis rabos ca un pulpo igual ca *ser raposo vello* son expresións que indican *estar de volta* nos asuntos, por tanto, sagacidade e ironía para saber actuar como esa persoa queira actuar. Ás veces hai moita ironía para expresar esa astucia: *saber moita letra miúda* podémolo dicir de persoas que non saben ler, pero que saben máis cós que lemos con certa fluidez.

Estás feita unha artista é unha frase que me dixo o meu home, con moita retranca, cando leu o primeiro borrador deste relatorio. Eu púidenlle contestar *¿e logo?* (a pregunta por excelencia de todo galego que non entende ou non quere entender), pero non o fixen, porque o comprendín moi ben; xa que, realmente era para criticarme *con moito tino* de que cambiase aquilo que a el non lle parecía ben.

E permítanme acabar este apartado cunha frase de orixe occitana, de uso común na comarca ferrolá e leste da Terra Chá pola que eu devezo: *éche laido/laida*, que ten varios matices pexorativos desde “feo/a”, ata “persoa vil”, ou “persoa que fala dun xeito mioqueiro” –imposibles de explicar todos–, pero sempre negativos; por exemplo, podería dicir que este traballo ten un rigor científico *laido*. O mesmo ocorre con *ser un suíñas* que é máis ou menos *ser un fode mansiño* (Ferro Ruibal, 1996, p. 92). Coma sempre os que fan as cousas por baixo, por detrás, poden non ser do noso agrado pero sempre acaban sendo os máis agudos e pillos.

1B. SER INOCENTE, PARADO, PARVO

Cando alguén di dunha persoa que *é un infeliz* ou que *é un boafé* ou *un miñaxoia* quere dicir que *non se pode sacar de onde non hai, que non dan para máis*. Estas persoas son parvas, paradas, e incluso poden ser moi crédulos ou inocentes. Se dicimos que *é un pobre home* ou que *é un Xanciño* –amais doutros significados ou acepcións máis habituais que non analizarei– indicamos que non ten picardía, que é demasiado bo, que *se pode facer desa persoa un pandeiro*. Segundo o meu modo de ver, os galegos dicimos estas frases porque valorámo-la retranca como unha calidade positiva que non todo o mundo ten, e os que carecen dela, aínda sendo boas de vontade nunca entenderán a segunda intención que é innata a moitos ditos.

Ser un feixe de herba seca é unha frase bastante transparente para moitos de nós; significa “ser indeciso, parado”. Digamos que é *daquela maneira*, que *nin ata nin desata* para traballar, por exemplo. *É como non tela*, porque a herba seca non se move soa, as persoas así tampouco, hainas que encirrar. E ás veces hai persoas que *teñen moito conto* e *dórmense nas pallas* cando *hai que da-lo callo*: dicimos que *teñen moita maula* ou que son preguiceiras, é dicir, paradas para traballar. Hai galegos –non todos– que se *queixan de vicio* cando usan a famosa expresión *imos indo*, porque se cadra téñeno todo na vida pero nunca van recoñecer que lles vai ben, e na nosa terra tendemos a laiarnos por todo, con ou sen motivo.

Te-la cabeza de serrín mollado (de novo un castelanismo ó que non renuncio na frase feita), creo que é unha expresión moi transparente xa que as serraduras son aqueles restos que sacamos cando serrámo-la madeira e molladas non serven para moito (que eu saiba para varre-lo chan ou acende-lo lume e son serraduras secas, non molladas). Unha persoa caracterizada así, podemos pensar que *lle falta un verán* ou tamén que *anda a velas vir* porque espera que lle veña todo dado.

2A. SER DESCONFIADO, RESERVADO, CALADO

Fago un só bloque con estes adxectivos, porque considero que en xeral os galegos somos desconfiados, e tódalas persoas faltas de confianza son tamén precavidas, prudentes e reservadas. Nunca din nin fan nada antes de sabe-lo que pasa, polo tanto calan ata que se lles pregunta directamente e aínda así, calquera resposta pode non ser tal.

Cando alguén di que *anda coa area na zoca* ou *coa mosca detrás da orella* é que non se fía de algo ou de alguén. A mesma desconfianza pode expresarse con *dar mala espiña*, *cheirar a can* (López Taboada, 1996, p. 61), *cheirar mal*, *cheirar ó gas* cando un asunto ou unha persoa non nos inspira nada bo, do cal desconfiamos desde o principio. Aínda queda máis claro cando dicimos de alguén que *non é trigo limpo* ou que *é ruín coma a grama*, aquela herba mala que nace entre o trigo e que é moi mala de arrincar.

Somos desconfiados cando dicimos de alguén que *non vai no meu carro á misa* ou *que non aro cos seus bois* e, polo tanto, *calamos coma petos* ou *non damos chílo* nunha conversa na que queremos ser precavidos ou reservados.

Cautos e reservados foron os meus veciños de Recemel cando, despois de varios anos sen me ver, preguntáronme na taberna onde eu estaba *sen dar unha fala*, e de paso saber se podían seguir falando do alcalde diante miña: “E ti, *¿de quen vés sendo?*”. Nada máis souberon que era da familia de Galdo –coñecida para eles– dixeron coma se tivesen unha intuición: “*Dábanolo o corpo*, porque lle *imitas moito a teu pai*”. Eu estou convencida de que non me coñeceron ata que eu lles dixen a miña

familia, pero eles foron prudentes antes de falar diante dunha estraña. E tamén é ben coñecido nos galegos o dito *amiguiños si, pero a vaquiña polo que custa ou polo que vale*, para indicar que desconfiamos ata dos máis amigos cando facemos un trato. Na miña familia tamén se usa o dito *ser de prognóstico reservado* para aquelas persoas que non nos inspiran confianza, coas que hai que *andar con pés de ferro* (López Ta-boada, 1996, p. 99), ata que se demostre o contrario.

2B. SER CONFIADO, FALANGUEIRO, MARMULEIRO

Dou aquí outros tres adxectivos, por coherencia co apartado anterior aínda que a fraseoloxía galega é moito máis rica na desconfianza e na cautela, o que demostra que o noso carácter non é precisamente confiado. Cando dicimos que *lle temos moita lei a alguén* é que confiamos nel, que nos inspira fidelidade e respecto. Seica isto non é moi habitual entre nós, a vostedes ¿que lles parece?

Sen embargo, os ditos demostrannos que o ser falangueiro é algo innato nos galegos. Hai moitos exemplos que proban o feito de que ós galegos nos gusta *falar de máis*, e por qué non dicilo, criticar; mal que nos pese somos marmuleiros nos falares, sobre todo nos dos outros, sempre nos gustou saber ou falar dos veciños e da xente, sexa esta coñecida ou non. Expresamos esta idea nos seguintes ditos:

Ter unha lingua coma unha subela, parecer unha tarabela, onde dous elementos de carpintería son usados como figuras de dicción porque os dous fan buratos, *furan ata sete paredes*, como ben di o dito; polo que se ve, ás veces podemos chegar a ser malvados e crueis coas nosas críticas. En Galicia *bota-la lingua a pacer* ou *ó sol* é un acto bastante usual, no sentido figurado.

O falar non ten cancelas é un dito que empregamos cando alguén está falando por non estar calado e pode ser respondido, como xa me ten pasado, con *e o pensamento tampouco*. No mesmo sentido empregamos *falar polas orellas ou falar máis cá radio*, tendo en conta que polas orellas oímos todo, tamén a radio, pero falar, falamos coa boca, *regálámo-los ollos* ou facemos xestos coa cara se me apuran, pero polas orellas, creo que aínda non demos falado.

Cando *latricamos* sobre a xente coñecida usámo-las expresións *poñelo a feder, a pan pedir, poñela pingando* ou *poñela a parir*, as cales son bastante usuais. Menos frecuentes son *recortarlle a saia a alguén* e *poñer a caer dun burro*, coas que podemos chegar ó insulto directo ou indirecto da persoa. Fixense que os referentes da comparación son sempre elementos naturais –*pan, burro, roupa (saia)* ou accións de verbos coma *parir, pingar* ou *feder*– xa que normalmente son os elementos máis próximos os que se collen como referencia.

Pero, ademais de criticar tamén sabemos *chufar a alguén*. En xeral, tódolos pais *poñen polas nubes os seus fillos*, porque inconscientemente tamén así se chufan a

eles mesmos, supoño que polo de ser do mesmo sangue o cal non quere dicir que nunha familia todos teñan que *ser da mesma corda*; polo menos no caso da miña familia non todos témo-las mesmas ideas.

3A. SER PREOCUPADO, INTRANQUILO, DECIDIDO, ESAXERADO

Fago de novo unha múltiple clasificación porque creo que as persoas que somos intranquilas ou preocupadas tendemos a esaxerar bastante as cousas, despois podemos ser decididas ou non á hora de tomar unha determinación. Xuntei neste apartado expresións que tiñan connotacións diversas e eliminei o apartado 3b por non ter recollidas expresións contrarias de todas estas características no meu corpus; ademais de que serían moi semellantes, en parte, ás do apartado 1b.

Férveme a mola é unha frase moi coñecida no meu centro de traballo porque a usa unha persoa que *matina seguido* en algo e sempre *ten a cabeza ocupada* con miles de asuntos. Se cadra vostedes non captan a retranca do asunto: *un home de moito miolo*, que ten moitos entendementos, sempre anda a dicir que lle ferve a mola. Pero por moito que lle digamos que non se preocupe, é como *machacar en ferro frío* ou *perde-lo tempo*, sería insistir inutilmente. Non sei se saben que o ferro desde que arrefría non se pode espalmar ou mallar, pois a esta persoa moi querida no noso centro o que lle diga eu, por exemplo, *por un oído lle entra e por outro lle sae*.

Hai que ser decidido, *moi botado para diante*, para falar nun centro de traballo, poñamos por caso dun aumento de soldo, sobre todo cando *non está o alcacén para gaitas* e porque non sempre *está o forno para bolos* nin *se dá o xeito* para falar de todo. A petición se non sae ben pode chegar a *ser unha desfeita* e *sen comelo* nin *bebelo* quedarse un igual que estaba, que *xa é algo*. Diría miña sogra: “Eu *bravo sei* dese asunto, pero *vivirche nas nubes* non che dá preocupacións”. Quere dicir con isto que non sabe nada de soldos, pero que vive tranquila.

Esaxerado poderalles parecer este traballo ou eu mesma con *tanta leria*, pero quixen *carga-lo carro* e pecar por exceso e non por defecto, no número de ditos mencionados. Se cadra *medín o vento por arrobas* (López Taboada, 1996, p. 70) pero sempre pode servir de xustificación aquilo de que os galegos somos así, e eu, neste sentido, *sonlles moi galega*. E, por fin, *quedei sen folgos, non se fale máis e morra o conto*.

CONCLUSIÓN

Enchéronme o ollo tódolos traballos que lin sobre Fraseoloxía galega. Mencionarei os dous máis recentes: o do Profesor que preside esta mesa, D. Xesús Ferro Ruibal,

Cadaquén fala coma quen é e o de Carme López Taboada e Rosario Soto Arias, *Así falan os galegos*, a pesar de que hai máis que están mencionados na bibliografía. E *bendita sexa a hora* en que bebin destas dúas fontes que tanto me aprenderon neste vicio da Fraseoloxía; *ben deitei* deles para facer este sinxelo relatorio.

De tódolos xeitos non *chegan a nada* ou *non son dabondo*. Non quero dicir con isto que os traballos mencionados non sexan os dous brillantísimos, senón que aínda nos *queda moito por labrar* a todos neste terreo tan virxe da Lexicografía. Eu, prometo ou ameazo, segundo criterios, con seguir investigando pero creo que aínda ten que *dar moito que falar* a moita xente. Isto alegrárame infinito porque significaría que non perdemos un dos nosos cernes da lingua oral, por non dicir a mellor maneira de expresarnos que temos en galego así coma de enriquece-la nosa cultura *un chisquiño máis* cada vez que usemos as nosas frases feitas.

Con tal de que non escoitasen este relatorio *coma quen oe chover* e que lles parecese algo ameno xa *me dou por satisfeita*. E como diría Pemán, *isto é todo, ata mañá*.

BIBLIOGRAFÍA

- Ares Vázquez, C. *et alii*, *Diccionario Xerais da lingua galega*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1986.
- Casares, J., *Introducción a la lexicografía moderna*, Madrid, Instituto Miguel de Cervantes, 1969.
- Ferro Ruibal, X., “Falando con xeito”, selección de artigos publicados na revista *Irimia*, nº 380 a 430, 1990-1994.
- Ferro Ruibal, X., *Cadaquén fala coma quen é. Reflexións verbo da fraseoloxía enxebre*, A Coruña, Real Academia Galega, 1996.
- Fernández Salgado, B. (coord.), *Diccionario de dúbidas da lingua galega*, Vigo, Galaxia, 1991.
- Graña Núñez, X., *Vacilacións, interferencias e outros “pecados” da lingua galega*, Vigo, Ir Indo, 1993.
- López Taboada, C. / Soto Arias, M^a do R., *Así falan os galegos. Fraseoloxía da lingua galega. Aplicación didáctica*, A Coruña, Galinova, 1995.
- Rodríguez González, E., *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, 3 vols., Vigo, Galaxia, 1958-1961.
- Zuluaga, A., *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Frankfurt a. M., Bern, Cirences-ter/U.K.: Lang, 1980.

SECCIÓN 14
EDICIÓN DE TEXTOS

DIVERXENCIAS TEXTUAIS ENTRE O *CANCIONEIRO DA AJUDA* E OS APÓGRAFOS ITALIANOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA E DA VATICANA

Xosé Bieito Arias Freixedo

Facultade de Humanidades. Universidade de Vigo

O traballo na edición das cantigas de Roy Fernandiz de Santiago, dada a súa peculiar colocación¹, xunto coa do tamén clérigo Martin Moya, nos diversos manuscritos que nos transmitiron a súa obra, colocación que fai pensar na posibilidade dunha dobre tradición manuscrita para a mesma, levoume a rastrexar indicios desta posible dobre tradición baseándome nas diverxencias² textuais entre as testemuñas das dúas ramas da tradición: A por un lado e B/V por outro. Confrontadas as leccións de A con B/V, concluíuse que no cancionero do trobador compostelán non existían diverxencias textuais dignas de ter en conta³, pero comprobouse que na única cantiga de Martin Moya que comparten A e B/V si se detectan numerosas diverxencias textuais. A entidade das mesmas, o seu valor, só podía ser calibrado cun mínimo de rigor se se cotexaban coas diverxencias de toda a zona de intersección entre A e os apógrafos quiñentistas.

Co fin de poder realizar este cotexo, fíxose un traballo de recollida de diverxencias textuais de todo tipo, para o que se partiu da edición de Carolina Michaëlis do *Cancioneiro da Ajuda*⁴ e doutras edicións de cancioneros individuais e posteriormente fíxose

¹ Vid. A. Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Colibri, Lisboa, 1994, cap. 2, en particular pp. 58-60, 75-78 e 96.

² Utilizo o termo diverxencia porque o seu carácter xeral permite incluír baixo a súa cobertura as diversas categorías de *erros, variantes e innovacións* (cf. por ex. o artigo de Celso Cunha “Breves considerações sobre a tipologia dos erros ou variantes em crítica textual”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXIX, 1985, nº 87-88, pp. 415-427).

³ Non sendo que B/V transmiten ó comezo unha cantiga antes da primeira das transmitidas por A, a pesar de que este non presenta signos de lagoa inicial –deixa espacio para a iluminación con que se dá paso neste manuscrito á obra dun novo poeta– e os restantes textos compartidos seguen a mesma secuencia nas dúas ramas. Pero aquí centrarémonos só no estudio das posibles variantes textuais.

⁴ C. Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, 2 vols., Halle, 1909. (Utilizámo-la reimpresión de 1990, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa). (CA).

unha comprobación das mesmas nas edicións facsimilares de A e de B (e parcialmente de V)⁵. Como a finalidade desta prospección era simplemente a de ter un punto de referencia, a lista de autores examinados non é exhaustiva, pero aínda así sobrepasa o setenta por cento dos autores que aparecen recollidos na zona de intersección con textos en común; por outro lado tentouse que houbera unha representación proporcionada de autores pertencentes ós diferentes núcleos constitutivos do primeiro nivel de formación dos cancioneiros⁶, por se entre eles tamén se apreciaba algunha diferenza digna de ter en consideración.

Unha vez rematado o traballo de recollida, fíxose unha clasificación das diverxencias, e comprobouse que a maioría dos casos se debían a erros propios do proceso de copia que podían ser encadrados dentro dunha das catro categorías modificativas aristotélicas: a) por adición (*adiectio*), b) por omisión (*delectatio*), c) por alteración da orde (*transmutatio*) e d) por substitución (*inmutatio*).

Pero rexistráronse tamén numerosas diverxencias textuais que *a priori*, sen un exame particular, se mostraban como leccións equipolentes, aínda que algunhas delas despois dese exame volveron á categoría de erro de copia.

Non é este o lugar para facer unha relación das cincuenta páxinas de diverxencias recollidas, polo que me cixirei na miña exposición a algúns casos concretos da obra daqueles autores en que as diverxencias rexistradas destacan pola súa importancia cualitativa e cuantitativa con relación ás de todo o conxunto, e finalmente farei un adianto dalgunhas conclusións a que cheguei.

O primeiro destes trobadores é **Pero Garcia Burgales**⁷. Destaca con respecto a outros autores mesmo pola elevada proporción de cantigas da súa autoría que presentan diverxencias entre as dúas ramas.

De entre elas salientáremo-la rexistrada na cantiga nº 102⁸: No v.21 A le *ca muit'á ia que non pude ueer*, mentres que B le *ca non ous'yr hu a possa ueer*. Unha diverxencia coma esta non parece deberse a ningún dos erros propios do proceso de copia. Pero ademais, este verso 21, último da estrofa 3ª está unido en A ó primeiro verso da estrofa 4ª por medio dun *encabalgamento*, (O contexto é: *...non pude ueer///niun prazer...*) mentres que como xa fixera notar P. Blasco⁹ a versión transmitida por B non só desfai o artificio do encabalgamento entre as dúas estrofas (a cantiga está formada por *coblas*

⁵ Por suposto, a pesar da calidade das edicións facsimilares, sobre todo a máis recente de A, o óptimo sería poder traballar sobre os manuscritos orixinais.

⁶ Vid. Oliveira, *Op. cit.*, pp.179-190 e Oliveira, *Trobadores e xograres*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo, 1995, pp. 21-26.

⁷ Cf. no apéndice as diverxencias importantes atopadas na súa obra

⁸ Por comodidade utilizámo-la numeración de Michaëlis en CA, onde se atopan as numeracións correspondentes nos outros cancioneiros.

⁹ P. Blasco, *Les chansons de Pero Garcia Burgales*, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, Paris, 1984, p. 167.

doblas) senón que é sintacticamente incorrecta e dificulta a posibilidade de darlle un sentido lóxico á cuarta estrofa.

¿Cal foi a causa desta alteración, do cambio do verso completo? ¿Atopou o copista do antecedente de B/V un verso moi deteriorado e procurou restablecelo recorrendo a un dos tópicos máis frecuentes da tradición, sen decatarse das graves alteracións formais e conceptuais que lle infrinxía ó texto? ¿Ou débese máis ben a un proceso de corrupción alleo á tradición escrita?

Outra cantiga deste autor que presenta diverxencias textuais importantes é a nº 110. No seu v. 8 A le: *Confonda Deulo que llo foi dizer*, mentres que en B se troca a expresión con asimilación das consoantes por outra na que xa non hai posibilidade de asimilación: B *Cofonda Deus a quen lho foy dizer*. No v. 10 da cantiga anterior a esta, a nº 109, rexístrase outro caso de substitución dunha forma con asimilación por outra sen ela (A: *que a mellolos fez ensandecer*, fronte a B: *que a melhor lhes fez ensandecer*).

Unha modificación deste tipo obedecerá quizais á vontade do copista ou do promotor da ‘compilación xeral’ α, de fuxir de formas que tal vez consideraba arcaicas (nótese que son formas que aínda hoxe teñen plena vixencia en galego) e adaptalas á variante lingüística da súa época e/ou da súa zona xeográfica (portuguesa).

Casos similares rexístranse noutras ocasións, por exemplo na cantiga nº 117 de Fernan Garcia Esgaravunha, onde A le: *sodela mellor e Maila medida*, fronte ás leccións de B: *sodes a mellor e Mais a medida*, se ben se pode rexistrar na cantiga nº 122 deste mesmo autor o caso contrario onde a lección de B presenta unha forma con asimilación fronte á de A, sen asimilar: A le: *sennor o que ten*; B: *senholo que ten*.

Seguindo na cantiga de Burgales nº 110, no v. 11 atopamos outra lección diverxente; A le: *e de meu mal non lle pesaua én* // B: *E do meu mal non se doya én*. Unha innovación deste tipo non parece, en principio, involuntaria; a non ser que a modificación fose debida a que o copista, coñecedor da tradición, memorizase unha pericopa demasiado longa, de xeito que nalgúns casos coma este, levado pola rutina e polo coñecemento da materia, podía cambiar involuntariamente unha palabra ou expresión por outra sinónima tamén habitual na tradición.

Non son raros os casos de erro por este motivo. Por exemplo, na cantiga nº 81 (¿Tor-neol?), no v. 2 o copista de A comete un erro, levado polo seu coñecemento rutineiro dos tópicos e da expresión formal dos mesmos; aínda que se dá conta de que se deixou levar por el e emenda o erro: *Preguntanme por que ando sandeu/ e non llelo (ousou dizer) quer'eu iamaiz negar*. Isto confirma que o copista de A coñecía perfectamente a produción trobadoresca, ata o punto de deixarse levar polas expresións tópicas. E confirma que esta é unha das orixes das diverxencias.

Outro caso atopámolo na cantiga nº 193 de A, de **R. Paez de Ribela**, no v. 11 A le: *me de seu ben se ll'a puguier* (se ll'aprouguier), pero é un verso do refrán que non coincide cos outros versos equivalentes, en A; en B si está ben: *me de seu ben, se lh'eu quero melhor*. O erro de A parece debido a que o copista se deixou arrastrar unha vez

máis polo coñecemento da materia e pola rutina das expresións frecuentes. De non trátarse dun verso do refrán, o erro pasaría inadvertido, pois respectaría a rima er das tres estrofas, que son monorrimas e unisonantes. Este tipo de desviacións danse significativamente no caso do copista de A, o que nos fai pensar nun copista que como vimos dicindo coñecía a materia ata o punto de, levado pola rutina da copia, substituír involuntariamente fragmentos do texto que copiaba por *lectiones faciliores* constituídas por outras expresións frecuentes no xénero.

Volvendo á cantiga nº 110 de **P. Garcia Burgales**, nos vv. 25-26 atopamos unha diverxencia que nos resulta máis complexa: A le ***E quand'a terra ueg'e o logar/ e uei'as casas u mia senhor é***, fronte á lección de B: ***Pero mhas casas uei'e o logar/ e uei'as terras hu mha senhor é***. No cuarto verso da mesma estrofa ambos manuscritos len igual (tirando as obvias escollas gráficas): v. 28 *pero mi as casas ueg'e o logar*. A primeira explicación para a diverxencia é que a lección de B¹⁰ ten a súa orixe nun salto cometido polo copista, aínda que resulta cando menos raro que tendo que copia-lo primeiro verso dunha estrofa, o copista se despiste e salte ó cuarto verso. Se temos en conta os artificios de repetición utilizados por Garcia Burgales nas dúas estrofas anteriores, poderíamos mesmo concluír que a lección transmitida por B se aproxima máis á orixinal, pois nos versos 1 e 4 das estrofas 2ª (*De me matar fezera mui mellor/.../e fezera de me matar mellor*) e 3ª (*A esta coita nunca eu ui par/.../que non fez Deus a esta coita par*), non só se dá o artificio do dobre en rima, senón que as semellanzas formais e conceptuais entre ambos versos se estenden tamén ó interior dos mesmos, de forma que se o verso cuarto da cuarta estrofa é *pero mi as casas ueg'e o logar*, podería pensarse que o substantivo *casas* aparecía tamén no primeiro verso da estrofa en lugar de *terra*, o que daría prioridade á lección de B. Pero o artificio nesta estrofa está xa asegurado pois nos versos en cuestión non se repite só o rimante, senón unha estrutura máis ampla que o inclúe: *ueg'e o logar*. A lección de A parece a máis correcta por outros motivos: parece máis lóxica neste contexto a progresión do xeral ó particular rexistrada neste cancioneiro: *terra-logar-casas*, cá progresión en sentido contrario rexistrada en B: *casas-logar-terras*.

¿Cal é a causa da diverxencia? Este é un dos numerosos casos en que nos parece estar ante unha variante allea ó proceso de transmisión manuscrita propiamente dita do texto. Pensamos concretamente en que a corrupción poida deberse á circulación do texto a nivel oral, coma tal en medios xograrescos. Na posibilidade de que algúns textos, unha vez en circulación no circuíto xograresco, fosen copiados de novo de memoria; incluso os compiladores da tradición puideron acudir ademais de ás fontes escritas, á memoria propia ou de outros, dos xograres por exemplo, para completa-lo proceso de recollida.

Outra diverxencia rexistrada na obra de P. G. Burgales que non pode deberse a erros no proceso de copia é a do v. 21 da cantiga nº 91, onde A le: ***e quen ora temo non temerei***, fronte á lección de B: ***por én mj praz por aquesto que sei***. A lección de B, total-

¹⁰ Cando falamos da lección de B, referímonos á lección hipotética do seu antecedente (α).

mente diverxente da de A débese probablemente a que cando foi recompilado α o antecedente común con A xa estaba deteriorado e o copista ou compilador fixo unha reconstrucción conxectural do verso (como noutros innumerables casos reconstrúe a métrica dos versos deteriorados). A outra posible explicación para unha versión claramente peor é a apuntada para a diverxencia da cantiga anterior, isto é, que nalgún momento da tradición manuscrita da obra deste autor se recorre á copia de memoria, dunha versión deteriorada pola súa circulación no circuito xograresco, ou a unha copia ‘de traballo’ dun profesional.

Esta mesma explicación parécenos tamén a máis lóxica para os varios casos de diverxencia no número e sobre todo na orde das estrofas entre os dous manuscritos. O segundo autor que chama particularmente a atención pola relevancia das diverxencias rexistradas na transmisión da súa obra forma parte do núcleo constitutivo de ω que Resende de Oliveira denomina ‘recolha de trovadores portugueses’. Trátase de **Roi Queimado**.

No v. 1 da cantiga nº 134 as lecturas diverxen como segue: A: *coidando en meu coração* // B: *cuydado de nũcha tençõ*. A lección de A ten que se-la correcta, xa que o termo *coração* está sometido ó artificio do dobre en rima. A lección de B parece deberse neste caso ó deterioro do exemplar. Cando sobre mediados do século XIV se abordou a tarefa da ‘compilación xeral’ (α), o cancionero colectivo que lle serviu de modelo (ω) estaba xa significativamente deteriorado, e percíbense actuacións atribuíbles ó copista ou ó compilador desta ‘compilación xeral’ en dous sentidos: un en que, coma neste caso ou noutros xa comentados, tende a reconstruí-lo texto buscándolle sentido. Este é por norma peor có da lección de A, e como normalmente cinxe a reconstrucción ós límites do verso, en ocasións o sentido encaixa mal no conxunto da estrofa e mesmo estraga artificios formais da cantiga. O outro sentido das intervencións do copista ou compilador de α , neste caso rexistrado con moita frecuencia, é a súa vontade de restaura-la isometría dos versos levemente deteriorados.

Nesta mesma cantiga nº 134 rexístranse outras variantes de calidade diversa, pero resulta máis interesante a cantiga seguinte deste mesmo autor, a nº 135. Entre outras atopamos unha diverxencia importante nos vv. 15-16, onde A le *Mais des aqui de pran, per nulla ren/ coidando sempre no meu coração*, e B: *Mays por ela e non por outra ren/ ando cuydando no meu coração*. A lección de B parece errada pois o *máis* do v. 15 é adverbio, e non conxunción adversativa coma en B (trátase de estrofas *atehudas* e o contexto é: *...non uiuerei ia///mais des aqui...*). Non pode deberse a un erro de copia, senón que parece explicarse ou ben por un arranxo consciente dun exemplar deteriorado, ou ben, de novo, por unha innovación xurdida durante o período en que o texto circulou oralmente ¿en medios profesionais? ata que de novo foi posto por escrito.

No v. 22 desta mesma cantiga atopamos outra diverxencia importante: A: *Poila non ueg’e coido quanto ben* // B: *E poila uei’e cuyd’en quanto ben*. A lección transmitida por B proba unha clara intención restauradora do copista ou compilador do seu antecedente, pero é errada, xa que o sentido é o contrario. Ademais, nas dúas últimas estrofas,

rómpe-se a fórmula de *cantiga atehuda ata a fiinda* (O contexto neste caso é: ...*ca non poss'og'osmar/com'eu possa uiuer per nulha ren, /// Poila non ueg'e coido quanto ben...*).

Na cantiga nº 198 de **Roi Paez de Ribela** atopamos unha diverxencia importante, pois ambos manuscritos dan lecturas opostas. A le: *e Deus uos fez por ben de mi,/ que ten comigo grand amor.*// B: *E Deus uos fez por mal de mjn/ que (i) á comigo desamor.* Pero a importancia deste treito aumenta polo feito de que a lectura de A está corrixida e escrita sobre unha rasura, ou por encima, precisamente nas palabras clave destes dous versos. Podería case afirmarse que a lección borrada de A coincidía coa de B, pois a palabra *ben* parece escrita directamente sobre a palabra *mal* ou *mai*. Tamén en A *grand amor* aparece borrado e corrixido na primeira parte, de forma que a lectura anterior podería ser *desamor*, mentres que a forma *tẽ* aparece tamén copiada sobre unha rasura, probablemente en lugar de *a* e da mesma man que fixo as outras correccións.

É importante ademais destacar por un lado que na marxe de A non existe corrección de ningún tipo, ó contrario do que sucede noutras ocasións, e por outro lado que a corrección está feita como se dixo, de maneira atrapallada, con 'mala letra' (seguramente distinta á do copista) e mesmo por enriba. Se a lección suprimida de A coincide coa de B, como todo parece indicar, e polo tanto se remonta ó seu antecedente común, ¿como interpretaremos esta corrección, que parece allea ó proceso de revisión e corrección levado a cabo noutras ocasións por un supervisor da copia? Fose quen fose o executor da corrección, aínda que parecen descartados copista e revisor, ¿de onde tirou a súa versión? ¿Do mesmo exemplar de onde o revisor que anotou as correccións na marxe de A sacou as variantes que corrixían as leccións coincidentes con B e que neste caso lle pasara desapercibida?

A lección de B (a orixinal de A) é máis acorde cos tópicos do xénero da cantiga de amor (sufrimento amoroso...), pero hai que ter en conta que se trata dunha cantiga atípica que rompe outros tópicos, como o de manter en secreto o nome da dama. Tal vez fora a frecuencia da expresión tópica *Deus vos fez por mal de min* ou *por meu mal*, ou similares, o que levou ó copista do antecedente común de A e B/V a modificar, por lapso de copia, a lección do modelo que copiaba, onde se podía le-la versión de A despois da corrección.

O editor do cancioneiro individual deste trovador explica as dúas versións como variantes de autor¹¹. ¿Podería se-lo propio copista o que copiou unha versión que el coñecía e que non era a do exemplar que estaba manexando, e que inmediatamente a corrixisse ó decatarse do lapso? A letra e o procedemento usado para a corrección, absolutamente atípico, parecen negar esta hipótese e permiten pensar tamén que pode tratarse dunha man allea ó proceso de copia —un dos primeiros posuidores do códice, por exemplo— a

¹¹ "pur accogliendo la lezione del ms. base, che é quella che meno si discosta dalla formula tradizionale, si riconosce la validità della lezione di A, e si pone per quest'ultima, con ovvia prudenza, l'ipotesi di una variante d'autore. (Barbieri. 1980:66)

que modificou a lectura orixinal de A (coincidente coa de B; isto é, a do arquetipo común), acorde cos tópicos da cantiga de amor, porque coñecía outra versión de oídas.

A presenza desta man é reducidísima e case exclusiva desta zona do cancionero, e demostra descoñece-la práctica seguida para a súa elaboración. En efecto, dous folios máis adiante, no fol. 52r atópase unha man probablemente coincidente con esta, tratando burdamente de escribir algunha das iniciais deixadas simplemente apuntadas polo copista para o rubricador: escribe o *e* de *E por amor*, na liña 18 da col. a, e o *c* inicial de *chorei*, na liña 14 –e tal vez na 21– da columna b. Todo isto fainos pensar que a corrección de A puido ser efectuada con posterioridade á interrupción do proceso de copia deste cancionero, por unha persoa allea ó mesmo.

Neste caso podería pensarse nunha modificación ‘persoal’, non baseada nun modelo existente (fose este material ou non), pero nese caso resultaría moi raro que se cambiase a forma á polo sinónimo *tẽ*.

A cantiga nº 246, do poeta almirante **P. Gomez Charinho**, presenta tamén numerosas diverxencias entre as dúas ramas.

Chama especial atención o feito de que no v. 10, onde A le *e se morrer por én gran dereit’* e B le *e de morrer por ela dereit’*, en A no texto copiado polo copista lese *de morrer* pero a preposición aparece corrixida na marxe por *se*, polo revisor. ¿Como interpretar isto? Se o copista de A copiou *de*, coma o antecedente de B, porque utilizou o mesmo exemplar (o mesmo arquetipo común), a corrección efectuada polo revisor só se explica se este manexou outra versión que consideraba mellor¹². No momento da intervención do revisor de A, o resto do texto coincidía co desa versión mellor do arquetipo, pois doutro xeito sería tamén corrixido na marxe, o que nos obriga a buscar unha explicación para as outras numerosas e máis notables diverxencias que presenta a outra rama. De pensarmos noutra versión escrita estaríamos xa ante un caso de triple tradición (versión primeira de A, versión corrixida de A e versión de B/V), o que sería realmente esaxerado. Sen descarta-la hipótese de que o revisor de A actuase algunha vez por iniciativa propia –sen basearse en ningún exemplar material concreto–, o máis razoable parece ser pensar, de novo, que o antecedente de B, a ‘compilación xeral’ α , foi copiado cando o arquetipo xa estaba moi deteriorado con respecto ó seu estado no momento da copia de A. Sen embargo, e ó contrario do que ocorre noutros casos, as variantes de B neste caso non se mostran tan claramente como restauracións dun texto deteriorado, e tal vez poderían explicarse por unha dobre versión derivada da orixinal común con A, non por corrupción a nivel de transmisión escrita, senón a nivel de transmisión oral. Neste caso adquire relevancia o feito de que a versión de B/V transmite unha estrofa menos, e nin B nin V deixan ningún tipo de espazo en previsión da súa copia posterior.

¹² Vid. M^a A. Ramos, “L’importance des corrections marginales dans le Chansonnier d’Ajuda”, in *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, (Zurich, 1992), V, Tübingen, 1993, pp. 141-152, especialmente pp. 150-51.

Outro autor que presenta diverxencias textuais de interese na transmisión da súa obra é **Fernan Velho**. Na cantiga nº 258 atopamos un caso que nos remonta unha vez máis a un arquetipo común con algunhas deficiencias, que foron nalgún caso corrixidas polo revisor de A na marxe partindo probablemente dunha versión anterior do arquetipo.¹³ No v. 15 desta cantiga A le *o grand'amor que uos ei* mentres B/V le *o mui grand'amor que ei*. En A o pronome átono *uos* está incluído na marxe polo revisor, polo que se pode deducir que ambos copiaron dun antecedente común que contiña xa a carencia. Con posterioridade, durante a 'compilación xeral' o copista ou supervisor decautouse da hipometría deste verso e tentou corrixila, como fai noutras numerosas ocasións, engadindo *mui*. Este caso é importante porque habendo un erro común que se remonta ó arquetipo, demostra non só que o revisor de A corrixe baseándose probablemente nunha versión prearquetipal ou paralela ó arquetipo, como demostrou M. A. Ramos, senón que certifica que nalgunha fase da rama que conclúe en B/V, probablemente no momento mesmo da 'recompilación xeral', alguén, tal vez o propio conde de Barcelos, efectuou *emendationes ope ingenii* para restaurar ben o metro, ben o contido dos textos que lle chegaran deteriorados. Outra cousa é saber con certeza en que casos concretos actuou.

Un caso semellante aínda que de maior envergadura rexístrase na cantiga nº 264 deste mesmo autor, xa que nos dous manuscritos se rexistra un salto de igual a igual no mesmo lugar, o que remonta as dúas ramas a un arquetipo común que presentaba lagoa e demostra que o revisor de A utilizou, para a corrección marxinal, unha versión anterior ou paralela do arquetipo, sen lagoa. O caso é comentado por M^a. A. Ramos no artigo que vimos citando, polo que non incidiremos máis nel.

As diverxencias textuais de maior relevo entre as dúas ramas da tradición danse, como é sabido, no caso da cantiga nº 282 de **Pedr'Eanes Solaz**, estudiada por Tavani¹⁴, quen demostra baseándose nas diverxencias temáticas, formais e textuais que a versión transmitida por B/V é, insolitamente, mellor cá de A, e explicaa pola substitución da lección do arquetipo por unha lección diferente, por exemplo a dun rótulo individual, ou mesmo polo feito de que o autor estivese ausente no arquetipo e que "A e α o tenhan recibido separadamente en rótulos de diferente extensión e procedencia...", o que explicaría a diferente consistencia do cancioneiro deste poeta nos dous subarquetipos. Propón mesmo que a versión peor de A é obra doutro autor moito menos hábil ca Solaz no manexo dos artificios retóricos habituais no xénero¹⁵. ¿Poderá ser a versión de A outro exemplo do deterioro sufrido polas versións orixinais no proceso da súa transmisión a nivel oral nos medios profesionais?

¹³ Vid. Ramos, *Op. cit.*, pp. 150-51.

¹⁴ Por primeira vez en "Un caso di duplice tradizione nella lirica galego-portoghese (A 282 e B 1219/V 824)", in *Cultura Neolatina* XXIII, 1963, pp. 205-214 e máis recentemente en "As duas versões de uma cantiga de Pedr'Eanes Solaz", in *Ensaio Portugueses*, pp. 350-60).

¹⁵ Tavani, "Como se constituiu a tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa", in *Ensaio Portugueses*, pp. 100-122, en particular pp. 103-104. A hipótese da diferente autoría que podería argüirse para a cantiga nº 282 non valería, sen embargo, para o caso das cantigas nº 281 e nº 283, que presentan inversión de estrofas.

A obra de Solaz presenta ademais outras irregularidades na súa transmisión escrita que poden ter orixe na corrupción a nivel oral; así, a cantiga seguinte, nº 283, presenta inversión de estrofas en B/V con respecto a A. As cantigas nº 282 e nº 283, en B/V repiten abreviado o primeiro verso do refrán.

A cantiga nº 281, a pesar de ser transmitida exclusivamente por A, xa lle chamou no seu día a atención a Carolina Michaëlis pola súa irregularidade: a utilización do *lei-xa-pren* permitiulle detecta-la case segura inversión de estrofas e mesmo unha hipotética falta de dúas estrofas. ¿Houbo intermediación, nalgún momento, da transmisión oral?

Nalgunha cantiga de **Vasco Rodriguez de Calvelo** rexístranse diverxencias de certa importancia entre as dúas ramas. Así ocorre na nº 298. Sen embargo en última instancia poderían explicarse a partir dunha lección común por erros propios do proceso de copia, deterioro do exemplar cando se efectuou a copia de α e mesmo polo afán ben dun copista, ben do supervisor da ‘compilación xeral’, de restaurar un texto que lle chegara particularmente confuso. Coma en moitas outras ocasións atopamos un caso de nivelación silábica, no v. 5 A: *que nunca Deus gran coita quisó dar* // B/V: *que nunca Deus mui gran coita quis dar*.

Nos vv. 8-9 desta cantiga, ben no momento da ‘compilación xeral’, ben xa con anterioridade, alguén trocou por dúas veces o verbo *uiuer* polo verbo *sofrer*. A troca débese probablemente a que se interpretou a amálgama *omen* non como contracción do substantivo *ome* coa preposición *en*, senón como substantivo unicamente. Isto deu lugar a que o conxunto non tivese sentido (pois pérdese a frecuente expresión *uiuer en coita* por *uiuer coita*) polo que se substituíu esta lección por outra *facilior*, recorrendo a un contexto parecido moi frecuente no xénero: a expresión *sofrer coita*. Isto obrigaba a face-lo mesmo cambio no verso seguinte. Pero ¿quen realizou estes cambios? ¿Foi a mesma persoa que se molestou en atoparlle sentido á frase a que non soubo interpretar correctamente a contracción *omen*? ¿Por que se se interpretou a amálgama *omen* como substantivo con nasalidade final, coma en portugués actual, B e V len sen nasalidade?

É máis lóxico pensar que a persoa que procurou darlle sentido á frase cambiando *uiuer* por *sofrer* partise dun texto onde xa se lía *ome* ou *home*, sen nasalidade.

Noutra cantiga deste autor, a nº 301, atópanse tamén un número importante de variantes en principio equipolentes de certa entidade. No v. 8 A le: *se llo dissesse, ben seria ia*, mentres B/V: *se lho disser, meu ben seria ia*. Tendo en conta que nas outras dúas estrofas se repite a expresión *meu ben seria*, parece preferible a lección de B/V co posesivo. Non ocorre o mesmo coa diverxencia do v. 16: A: *per nulla guisa, ca ey gran pauor* // B/V: *per nulha guisa, pero m’ei sabor* (o texto segue: *de lhe falar en quanto mal me uen*), onde a lección de A parece máis acorde coa estética do xénero, o tópic do temor a expresarlle os sentimentos á *senhor* por medo ás represalias; aínda que se trata dunha cantiga de ton xocoso na que se violan outras normas como a do anonimato da *senhor*. (Se en A substituímo-lo nome da dama *Mayor Gil* polo estilema *mia senhor*, habitual nestes casos, a cantiga sería totalmente seria e ortodoxa, mentres que de face-lo

mesmo coa lección de B/V, este verso 16 sería totalmente insólito).

A lectura de B/V podería explicarse porque nalgún momento da tradición se tratou de restaura-la lección correcta *pauor* que estaba borrosa en parte, coa lección *sabor* (con s alto).

De todas formas, o número importante de variantes entre as testemuñas nos dous textos salientados, xunto coa distinta ordenación das cantigas (os dous textos en cuestión aparecen xuntos en B/V mentres que en A hai dúas cantigas polo medio), a inversión da orde das estrofas nunha delas, e a falta de *fiinda* nas dúas na versión transmitida por B/V fai pensar nunha dupla tradición manuscrita para este autor, ou alomenos para algún dos seus textos; talvez unha versión tirada en principio da orixinal pero que sufriu os avatares propios da súa transmisión oral ata que de novo foi posta por escrito.

De todas formas, tanto este caso da cantiga nº 301 coma o xa comentado anteriormente da cantiga nº 198 de Roi Paez de Ribela, tal vez circularan dúas versións moi parecidas pero variadas nas palabras clave, ata o punto de que na nº 301, por exemplo, unha versión sería un remedo da outra, neste caso paródico, por medio da utilización das técnicas da *Kontrafaktur*.

Finalmente centrarémola nosa atención na cantiga de **Martin Moya** nº 307 de A, a única deste autor que comparten ambas ramas.

Aínda que as leccións de B nos vv. 3, 32 e 44 poderían considerarse equipolentes, nos versos 16 e 34 a lección de A é claramente mellor cá de B/V. No v. 16 a lección de B/V presenta deficiencias que poden explicarse por corrupción a partir da lección do arquetipo, que coincidiría coa de A. Pero a lección de B/V no v. 34 non pode en principio explicarse por corrupción debida ó proceso de copia. Ademais a versión de B/V dálle á sentencia popular da que forma parte un sentido contrario ó orixinal que non cadra ben no conxunto da estrofa.

A: *Porque sol dizer a gente/ do que ama lealmente/ “se s’én non quer enfadar/ na cima gualardon prende”, / am’eu e siruo por ende.*

Neste contexto non ten sentido a lección de B/V: *...nen depois gualardon [pr]en[de],...*, e non pode ser considerada en ningún caso variante de autor se se ten en conta que o poeta utiliza un tema e unha construción similar á empregada aquí en A, noutra cantiga (B 897/V 482): vv. 29-31 *E por end’am’e servh’e sã seu/ d’esta senhor, e servi-la quer’eu,/ ca bon serviç’en ben ss’encimará*¹⁶.

¿A quen se deben pois as variantes do noso texto? ¿Á mesma man que atopamos noutras ocasións procurando restaurar, e non sempre coa mesma fortuna, o texto que copia ou que supervisa naqueles treitos en que se atopa deteriorado?

¹⁶ L. Stegagno, *Martin Moya. Le poesie*, Edizione dell’Ateneo, Roma, 1968, p. 191.

Ó longo deste traballo aludiuse en diversas ocasións á idea de que o copista ou o compilador do antecedente de B/V interveu activamente en moitos casos en que se atopaba cun texto hipométrico con ánimo de restaura-la medida correcta.

En efecto, dá a impresión en moitos casos de que ó notar que falta algunha sílaba, das que se perden en encontros, con supresións, etc., o copista coñecedor da lingua e da tradición as restitúe para restaura-la medida do verso, de xeito que algunhas veces en que as opcións de restitución son varias, restitúe non a sílaba orixinal perdida, senón outra, e de aí que se cree un verso similar ó orixinal, pero lixeiramente distinto. Vexamos algúns exemplos:

Cantiga 51

v. 16 A: que uiss'o uosso mui bon parecer // B: que eu uiss'o uosso bon parecer

Cantiga 77

v. 26 A: me desama mais d'outra ren // B: que me desama mays de ren

Cantiga 85

v. 2 A: e **que fezo** // B: e **que a fez**

Cantiga 88

v. 1 A: soubesse u eu // B: soubess'u a eu

Cantiga 89

v. 28 A: a por que eu **moiro e por que** perdi // B: a por que eu **moir'e a por que** perdi

Cantiga 102

v. 33 A: E se os uiren uerán // B: Se os uiren ueerám

Cantiga 104

v. 30 A: de rogar Deus, e fezome perder // B: de rogar a Deus e fezmi perder

Por exemplo neste caso, a lectura do exemplar manexado polo copista do antecedente de B/V talvez lese: *de rogar Deus e fezmi perder* e el restitúe a isometría do verso non corrixindo o verbo: *fezomi*, senón engadindo unha preposición: *rogar a Deus*.

De todas formas, estas lixeiras variacións poderían ser talvez máis propias da corrupción ou modificación sufrida polos textos na súa transmisión oral no circuíto trobadoresco, onde os textos poderían variar de forma intranscendente pero onde era preciso seguir mantendo a medida para que se adaptase á melodía. Dunha maneira similar a aquela en que se dan hoxe en día variantes moi parecidas de cantigas populares.

Aínda que estas lixeiras variantes poderían explicarse tamén en última instancia como derivadas do proceso de copia, hai casos en que na lección de B se ve claramente unha intención correctora:

Cantiga 123

v. 5 A: E se assi non **est**'é, mia sennor // B: e sse assy no **hee**, mha senhor (v. 11, B: *nõ ã*). Neste caso a forma *hee* parece unha solución 'para saír do paso' e corríxila hipometría do verso.

Cantiga 32

v. 6 A: de uos quant'eu sempre temi // B: de uos quant'eu sempre tan muyto temj

Neste caso trátase de versos do refrán e a súa medida correcta é de 8 sílabas. Talvez o copista ou o recompilador intentou erradamente unha nivelación silábica cos decasílabos da estrofa, pero agora sobraría unha sílaba.

Cantiga 78

vv. 2-4 A: Que fui tal dona querer ben/ a que non ousó dizer ren/ de quanto mal me faz auer // B: que fuj atal dona querer/ ben a que non ousó dizer/ ren do mal que mj faz auer

A segmentación de B é errada, pois confúndese e pensa que os vv. 2-3 riman en *-er*, cando riman en *-en*. Este erro obriga posteriormente ó copista ou ó compilador a arranxalo metro dos versos seguindo a tendencia habitual á nivelación silábica. Non tería sentido, sen embargo, que o mesmo responsable do arranxo do metro, fose quen segmentase erradamente. Un copista, polo tanto, copia mal, mentres que outro copista trata de arranxalo. Isto implica:

- 1º. Un orixinal ¿con grafía confusa?;
- 2º. Unha copia errada na segmentación;
- 3º. Outra copia pretendidamente corrixida. Esta última copia non sería tirada do orixinal, senón da primeira copia errada deste, á que trata de corrixir nos seus erros de segmentación. O orixinal tiña que estar ben segmentado porque A copia ben. Pero neste caso ¿non se deberá máis ben todo o proceso de corrupción do texto á transmisión oral da cantiga, de forma que a confusión da rima tivese lugar a nivel oral e non escrito?

CONCLUSIÓN

Chegados a este punto, e tendo sempre en conta que nos movemos no terreo pouco firme das conxecturas, pódense tirar unha serie de conclusións relativas a distintos aspectos:

- 1ª. Entre as dúas ramas da tradición que nos transmitiron a lírica profana danse diverxencias textuais de todo tipo e orixinadas en momentos diversos do proceso.
- 2ª Salvo probablemente no caso dalgunhas correccións marxinais de A, estudadas por Mª Ana Ramos e no da cantiga nº 282 de Solaz estudada por Tavani, non se poden illar con certeza casos de dobres tradicións escritas baseándose exclusiva-

mente nas diverxencias textuais. Estas diverxencias máis significativas, se non se deben a erros propios do proceso de copia, poderían explicarse moitas veces por corrupción dunha das ramas a partir dun antecedente común. Sen embargo é significativo que as diverxencias textuais teñen maior entidade cualitativa e cuantitativa en autores que presentan outros indicios de dobre tradición. Tal é o caso de Pero Garcia Burgales, que presenta en A correccións marxinais diverxentes coa lección de B; parte da súa obra transmitida por A reserva espacio para a transcripción pneumática da música das *fiindas*, mentres que outra parte non; presenta casos de inversión na orde das estrofas; etc. Este é o caso tamén de Fernan Velho, de Calvelo e do propio Martin Moya.

3ª. O compilador de α , a ‘compilación xeral’, manexou probablemente o mesmo antecedente (arquetipo) có copista de A, pero nun estado moito máis deteriorado.

4ª. Para restaurar en moitos casos simplemente a métrica e noutros casos algunha deficiencia maior do exemplar deteriorado, o compilador de α realizou correccións por propia iniciativa, ou *emendationes ope ingenii*.

5ª. Por último, máis ca dunha conclusión falaría dunha hipótese baseada nunha impresión reiterada; a de que hai numerosas diverxencias que poderían explicarse pola intermediación de fontes non escritas: a copia de memoria. Ben porque o propio copista coñecía unha versión que diverxía da que estaba a copiar, ben por corrupción a nivel oral a partir dun exemplar común a ambas ramas, probablemente durante a súa circulación en medios xograrescos, ou ben porque no momento de emprende-la tarefa da ‘recompilación xeral’, o Conde D. Pedro, promotor da mesma, recorreu ademais de ás fontes escritas, e tal vez nunha medida moito maior da que tradicionalmente se lle atribúe, á memoria propia ou á doutros (como podían se-los profesionais da interpretación), como fonte paralela.

O recurso esporádico a fontes non materiais –ou polo menos a intermediación da memoria e a conseguinte corrupción– poderían explicar leccións diverxentes que en principio parecen obedecer a unha dobre tradición, mesmo nos casos máis extremos como o das cantigas de **Solaz**, e por outro lado poderían axudar a explicar en certa medida –e só en certa medida– o ‘estado fluído’ que Mª Ana Ramos lle atribúe ó arquetipo da tradición manuscrita¹⁷.

¹⁷ Vid. Ramos, *Op. cit.*, pp. 150-151.

APROXIMACIÓN Á FORMA POÉTICA DA CANTIGA DE AMOR B 468 DE AFONSO X

Esther Corral Díaz

Facultade de Filoloxía. Universidade de Santiago de Compostela

O perfil poético de Afonso X, Rei de León e Castela, é definido habitualmente como o dun trobador bifronte, repartido entre as humorísticas, obscenas e ás veces sacrílegas cantigas de escarnio, e a produción de exquisitas poesías marianas dedicadas a louva-la fermosura e o “bon talan” da “senhor das señores”¹, esquecéndose das súas cantigas amorosas en galego-portugués, debido ó seu reducido número e a que son consideradas moitas veces como poemas “assez conventionnels”². Moi ó contrario, o seu cancionero áulico, a pesar do exíguo número de composicións, posúe unha innegable calidade literaria e revela “vistosamente o poeta culto, conhededor e imitador da lírica provenzal”³. Recordemos que a obra lírica profana conservada de Afonso X está formada por 44 poesías líricas –algunhas delas fragmentarias–, das cales a maioría (35) pertencen ó xénero de escarnio e maldicir, fronte á poesía de corte amoroso, integrada tan só por tres cantigas de amor⁴ e unha cantiga de amor de autoría dubidosa⁵.

¹ Vid., por exemplo, V. Bertolucci Pizzorusso, “Alcuni sondaggi per l’integrazione del discorso critico su Alfonso X poeta”, *Morfologie del testo medievale*, Bologna, 1989, pp. 147-168 (p. 149) (antes publicado en *Estudios alfonsíes. Lexicografía, lírica, estética y política de Alfonso el Sabio*, Granada, 1985, pp. 91-117).

² A. Gier, “Alfonso le savant, poète lyrique et mécène des troubadours”, *Court and Poet: Third Congress of the International Courtly Literature Society*, Liverpool, 1981, p. 155.

³ Palabras tomadas de E. Gonçalves, *A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos)*, Criterios de transcr., nota ling., e glossário de M. A. Ramos, Lisboa, 1983, p. 45.

S. Pellegrini afirma: “Le quattro *cantigas d’amor* [inclúe o fragmento da cantiga en castelán] che di lui sono giunte non si allontanano dal tipo di poesia cortese, scialbo e fatto di motivi triti, in cui generalmente se esercitava la generazione trovadorica contemporanea; saranno, se si vuole, liriche non dozzinali, specie sotto il rispetto ritmico” (“Pero da Ponte e il provenzalismo di Alfonso X”, *Annali dell’Istituto Universitario Orientale-Sezione romanza*, III, 1961, pp. 127-137, máis tarde recollido en *Varietà romanze*, Bari, 1977, pp. 30-43, cita p. 40).

⁴ Á parte dun poema fragmentario en castelán, de 7 versos, de xénero incerto, entre amoroso e satírico, co *incipit* *Senhora, por amor de Dios*, vid. A. G. Solalinde, *Antología de Alfonso X*, 4ª ed., Madrid, 1960, p. 68.

Actualmente as investigacións sobre a obra afonsina están orientadas fundamentalmente cara ó xénero satírico⁶. Falta aínda hoxe unha edición crítica particular da produción lírica profana afonsina, debido principalmente ós problemas suscitados pola transmisión manuscrita, que tentaremos expoñer sucintamente a continuación, e ós problemas de reconstitución textual derivados dunha lección considerablemente deteriorada da copia.

Neste traballo pretendemos indagar na forma poética da cantiga de amor B 468 do Rei Sabio, construída a partir dunha elaboración estética moi coidada e, en absoluto, “conventionnel”, como teremos ocasión de comprobar en páxinas posteriores. Limitáremo-lo horizonte de busca a aspectos puntuais de tipo textual e de tipo métrico-rítmico, deixando para futuras investigacións vías abertas que indaguen no estudio da *dispositio* interna do mesmo e, sobre todo, que ofrezan unha edición particular do texto, moi necesaria, tanto polos problemas ecdóticos que presenta a peza no manuscrito da *Biblioteca Nacional* como pola transcripción –bastante discutible– na compilación de cantigas de amor de J. J. Nunes, que debería ser revisada⁷.

1. O Profesor Giuseppe Tavani define a tradición manuscrita na literatura lírica galego-portuguesa coas palabras de “pobre e estéril” no seu libro –xa clásico– *A poesía lírica galegoportuguesa*⁸. Unha exigüidade codicolóxica que se evidencia de forma particular nas tres cantigas de *amor* afonsinas, sorprendentemente non incluídas na compilación antiga, reservada á poesía de tipo amoroso, da Biblioteca da *Ajuda* de Lisboa. Daquela, as tres pezas conforman un *unicum* no ámbito da lírica profana do Noroeste peninsular, posto que foron transmitidas nunha soa copia dun cancionero tardío –o Cancioneiro *Colocci-Brancuti* (=B)–, en contraste coa produción mariana de Afonso X

⁵ A cantiga *Ay eu coitada* aparece atribuída na rúbrica do manuscrito B á autoría de Sancho I de Portugal, e nunha segunda indicación marca a Afonso X como o creador dun grupo de textos nos que esta se inclúe. As dúbidas sobre este particular quedaron definitivamente aclaradas a partir do estudio de S. Pellegrini, “Sancho I ou Afonso X?”, *Studi su trove e trovatori della prima lirica ispano-portoghese*, Hall, 1959, pp. 78-93. Vid. tamén C. Flores Varela, “Afonso X, autor de *Ay, eu coitada*”, *Actas de las II Jornadas de poesía luso-española (Cáceres, 11-14 oct. 1984)*, Madrid, 1985, pp. 112-120.

⁶ Salientamos de xeito particular as edicións de textos individuais de Silvio Pellegrini, incluídas agora en *Varietà romanze*, pp. 9-19, pp. 20-29, pp. 30-43, pp. 185-193, e en *Studi su trove e trovatori della prima lirica ispano-portoghese*, e as investigacións puntuais de V. Bertolucci Pizzorusso en “Alcuni sondaggi per l’integrazione del discorso critico su Alfonso X poeta”, xa citada, “Retorica della poesia alfoncina: le figure dell’analogia”, *Morfologie del testo medievale*, pp. 169-188, e “La supplica di Guiraut Riquier e la risposta di Alfonso X di Castiglia”, *Studi Mediolatini e Volgari*, XIV, 1966, pp. 110-135.

Para máis información bibliográfica da obra galego-portuguesa do monarca castelán-leonés, vid. V. Bertolucci Pizzorusso, “Afonso X”, *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa* (=DLMGP), dir. por G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, 1993, pp. 40-41; sobre a lírica relixiosa, vid. J. Montoya Martínez, *O cancionero marial de Afonso X o Sabio*, Santiago de Compostela, 1994; e sobre toda a súa produción literaria, vid. J. T. Snow, *The Poetry of Alfonso X, el Sabio: A Critical Bibliography*, London, 1977.

⁷ J. J. Nunes, *Cantigas d’Amor dos trovadores galego-portugueses*, Lisboa, 1972, núm. XXV (antes publicado en Coimbra, 1932).

⁸ 2ª ed., Vigo, 1988, p. 57.

que foi legada en condicións excepcionais e óptimas, en edicións preparadas incluso polo propio autor.

Empecemos por realizar unha revisión da situación ecdótica bastante particular do conxunto da obra do Rei Sabio nos dous códices coloccianos que transmiten a súa poesía. As composicións de Afonso X están transcritas nos dous apógrafos de forma compacta ó final da primeira sección, parte que —como se sabe— está en principio reservada para o xénero de amor, e, dentro desta, as poesías afonsinas están incluídas no subgrupo de “reis e magnates”, entre as do conde D. Gonzalo Garcia, nobre portugués membro da importante liñaxe dos Sousa, e as do tamén Rei D. Dinis. O compilador ordenaría este subgrupo en sucesión cronolóxica, formándoo os textos de D. Garcia Mendiz d’Eixo, un dos trovadores máis antigos dos cancioneiros, o Conde D. Gonzalo Garcia, pertencente á segunda metade do XIII, o rei Afonso X, que escribe no terceiro cuarto do mesmo século —aínda que a súa produción se teña iniciado nos anos corenta e prosiga tal vez despois de 1275—, o rei D. Dinis, que xa compón na xeración seguinte (primeiras décadas do XIV), e o rei Afonso XI e o Conde D. Pedro de Portugal, xa pertencentes á primeira metade do XV. Trátase, daquela, dunha colocación secundaria dentro da construción interna dos cancioneiros quíñentistas, obedecendo este núcleo a criterios de estratificación social⁹.

Agora ben, no *Cancioneiro da Vaticana* a transcripción da obra afonsina é parcial, faltan as primeiras cantigas deste rei, entre as que se encontran precisamente as súas composicións amorosas. *Ben ssabia eu, mha senhor* aparece exclusivamente copiada no códice *Colocci-Brancuti*, logo de dúas composicións dedicadas á Virxe: a primeira *Deus te salve gloriosa Reinha Maria* forma parte do corpus das *Cantigas de Santa María*, e a segunda, *Falar quer eu da senhor ben cousida*¹⁰, precede á cantiga de amor que estamos a analizar. Están separadas estas dúas últimas por dúas liñas en branco, trazo que indicaba unha nova poesía, pero ambas son identificadas co mesmo número de composición —468—.

2. As edicións que reproducen a cantiga son as seguintes:

- manuscrito único B 468. Edición diplomática parcial de Ernesto Molteni, *Il canzoniere portoghese Colocci-Brancuti pubblicato nelle parti che completano il codice vaticano 4803*, Halle a. s., 1880, núm. 360,
- transcripción semidiplomática de Elsa Paxeco Machado e Jose Pedro Machado, *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*, Facsímil.

⁹ Seguimos sobre este asunto a A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XII e XIV*, Lisboa, 1994, p. 105, 191 e ss., e 277. Vid. tamén E. Gonçalves, “Sur la lyrique galego-portugaise. Phénoménologie de la constitution des chansonniers ordonnés par genres”, *Actes du Colloque Lyrique romane médiévale: la tradition des chansonniers* (Liège, 1989), Liège, 1991, pp. 448-449, e A. Ferrari, “Formazione e struttura del canzoniere portoghese della Biblioteca Nazionale de Lisbona (Cod. 10991. Colocci-Brancuti)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV 1979, pp. 27-141 (especialmente pp. 112-115).

¹⁰ Indica Nunes sobre esta lauda mariana: “Pelo seu conteúdo parece fazer parte de um prólogo. (...) É de extrañar que tanto a oitava citada [refírese á anterior composición] como esta cantiga tivessem sido insertas num Cancioneiro de versos profanos” (*Cantigas d’Amor*, p. 52, en nota).

mile e transcripción, Leitura, comentarios e glossário por —, Lisboa, 1953, vol. II, núm. 411).

Está transcrita, ademais, na edición colectiva do xénero de amor de J. J. Nunes co núm. XXV e no corpus de cantigas, *Lírica Profana Galego-Portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*, coord. por Mercedes Brea, Santiago de Compostela, 1986, vol. I, núm. 18,5 (reproducción da edición de Nunes).

As antoloxías de Afonso X que a inclúen son:

- R. Carballo Calero e C. García Rodríguez, *Afonso X; O Sábio. Cantigas de amor, de escarño e de louvor*, Sada, 1983, núm. 1 (aínda que na introducción os autores declaran que toman como base a edición de Nunes, a disposición formal continúa a Machado),
- Jesus Montoya, *Alfonso X el Sabio, Cantigas*, Madrid, 1988, núm. 50, con anotacións, comentario e traducción (utiliza fundamentalmente a Nunes, con certos cambios, sobre todo, na distribución formal dos versos no poema),
- Juan Paredes Núñez, *Alfonso X el Sabio. Cantigas profanas*, Granada, 1988, núm. 40, con anotacións (segue a Nunes, aínda que introduce tamén modificacións –non explicadas– na distribución formal)¹¹.

Estudio métrico e rítmico no *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese* de Tavani¹².

3. Pasemos a aspectos máis materiais da cantiga. En primeiro lugar, o primeiro problema que se presenta céntrase na dimensión que debe te-lo poema, distinta nas edicións de Machado e de Nunes. Este último, continuando a lección marcada polo manuscrito,

¹¹ Non aparece recollida nas antoloxías da lírica galego-portuguesa de E. Gonçalves, *A lírica galego-portuguesa*, e de C. Alvar e V. Beltrán, *Antología de la poesía gallego-portuguesa* (Madrid, 1985). As dúas compilacións seleccionan poemas pertencentes ó xénero de escarnio para representa-la produción lírica profana do Rei-Poeta.

Hai que puntualizar que no ano 2001 saíu a luz unha edición do corpus profano afonsino de Juan Paredes (*El cancionero profano de Alfonso X el Sabio*, ed. crítica con introd., notas y glosario, L'Aquila), que non puidemos consultar, pois este traballo foi elaborado para o Congreso en 1996.

¹² Roma, 1967, 18,25 e 70:1.

propón para cada cobra nove versos octosílabos, excepto o sétimo verso que sería tetrasílabo:

Ben ssabia eu, mha senhor,
que, poys m'eu de vós partisse,
que nunca veeria sabor
de rem, poys vos eu non visse,
porque vós ssodes a melhor
dona de que nunc(a) oysse
homen falar,
Ca o vosso bõ(o) semelhar
par nunca lh'omen pod'echar.

E, poys que o Deus assy quis,
que en ssõ(o) tam alongado
de vós, muy bem seede fñis
que nunca eu ssen cuydado
eu vivirey, ca já Paris

d'amor non foy tam coitado
[e] nen Tristam;
nunca soffreron tal affam,
nen am quantos som, nen
se(e)ram

Que ffarey eu, poys que non vir
o muy bon parecer vosso?
ca o mal que vos foy ferir
aque'l'é meu e non vosso,
e por ende per sem partir
de vos muyt'amar non posso
nen [o] farey
ante ben sey ca morrerey,
senon ey vós que sempr'amey.

En cambio, Machado suxire unha estrofa de dez versos; o noveno verso desdobraríase en dous, de tres e sete sílabas. Unha estrutura que marca Tavani no seu *Repertorio metrico*, aínda que non o manifesta explicitamente, e que nós adoptamos tamén por considerala a máis correcta. Con todo, habería que corrixir algúns segmentos da II e III cobra, para poder obter unha medida idéntica por estrofas:

Ben ssabia eu, mha senhor,
Que, poys m en de uos partisse,
Que nunc aveeria sabor
De Rem, poys uos eu non uisse,
Porque vos ssodes a melhor
Dona de que nunca oysse
homen falar,
Ca o uosso bõo semelhar
Sey que par
nunca lh homen pod achar.

E, poys que o Deus assy quis,
que en ssõo tam alongado
De uós, muy bem seede fñiz,
Que nunca eu ssen cuydado
En uiuirey, ca ia Paris

D amor non foy tam coitado
Nen Tristam;
nunca soffreron Tal affam,
Nen am
quantos som Nen seeram.

Que ffarey eu poys que non uir
O muy bon parecer uosso?
Ca o mal que vos foy ferir
Aquel [h]e, x est o uosso,
E por ende, per rem, partir
De vos muyt amar non posso
Nen farey,
ante ben sey ca moirerey,
Se non ey
uos que sempre y amey.

Así pois, a cantiga acata a tendencia da escola galego-portuguesa, e máis concretamente da cantiga de amor, de elaborar composicións de tres estrofas¹³.

¹³ Vid. J. M. d'Heur, *Recherches internes sur la lyrique amoureuse des galiciens-portugais (XII^e-XIII^e siècles)*, Liège, 1975, pp. 183-186, e V. Beltrán, *Cantiga de amor*, Vigo, 1995, p. 101.

4. Continuando coas características métricas e rítmicas que presenta, a cantiga, como era habitual nos poemas de amor da primeira metade do s. XIII e en particular nos escritos na corte afonsina, constrúese como de *meestria*¹⁴. Está composta, ademais, por tres cobras *singulares*, que conteñen un conxunto de dez versos.

O feito de que a cobra conste dun número tan elevado de versos desvíase dos parámetros do xénero que marcaban un modelo de estrofa cun número máis reducido (seis ou sete habitualmente).

Por outra parte, o cómputo de sílabas descobre un segundo trazo singular da cantiga, ó se afastar do hábito da escola que reproducía pezas monométricas. A composición é polimétrica. Os seis primeiros versos constitúen un primeiro bloque, formado por versos de idéntica medida: octosílabos agudos e heptasílabos graves (equiparados en cómputo, de acordo coa lei de Mussafia)¹⁵ emparéllanse en alternancia, ó igual que a rima, tamén alterna. En contraste coa segunda parte da cobra que reúne ós catro últimos versos, todos coa mesma terminación e coa cadencia aguda, pero con diferente medida: o sétimo e noveno son trisílabos, e o oitavo é octosílabo e o décimo heptasílabo¹⁶.

A combinación de octosílabos con trisílabos e heptasílabo é un esquema moi pouco frecuente na lírica galego-portuguesa¹⁷. Case se podería falar de versos de pé quebrado, se en vez de trisílabo contabilizáramos versos curtos de catro sílabas.

O verso 7 *–homen falar–* presenta un problema, porque computa como verso de tres sílabas, cando en realidade ten catro. Se tomáramos como base a edición e a métrica de Nunes non existiría ningunha anomalía, pero se marcamos –tal e como indica Tavani– tres sílabas para este verso en tódalas estrofas, preséntase un desequilibrio métrico. As solucións poden ser varias.

Por un lado, é bastante coñecido na lírica española e, en particular, na española medieval o uso da sinalefa como artificio equilibrador entre a medida de dous versos. Consiste nunha sinalefa que enlaza un verso de condición grave e o comezo doutro verso, que sumaba unha sílaba de máis. Ademais, este recurso afecta a versos curtos con pouco número de sílabas (tres, catro e cinco, como máximo)¹⁸ como é o noso caso: *dona de que nunca oysse / homen falar* (vv. 6-7).

¹⁴ Cf. V. Beltrán, “Cantiga de mestria”, *DLMGP*, p. 139.

¹⁵ Vid. M. Rodrigues Lapa, *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1929, p. 317 e ss.; R. Baehr, *Manual de versificación española*, Madrid, 1970, pp. 35-36; e, sobre todo, o estudio máis exhaustivo sobre a lei de Mussafia, de Barbara Spaggiari, “Parità sillabica ad oltranza nella metrica neolatina delle origini”, *Metrica*, 2, 1979, pp. 1-74.

¹⁶ Debido á influencia provenzal, predomina na escola galego-portuguesa o verso agudo sobre o grave, a pesar de que o soporte fónico do galego-portugués tendía a ser paroxítono e o da lingua occitana agudo. Cfr. V. Beltrán, *Cantiga de amor*, pp. 80-81.

¹⁷ Un esquema algo semellante e que constitúe tamén un *unicum* é empregado por Afonso X no sirventés político *O que foy passar a serra*: 7' 7' 7' 4' 8' 4' (Tavani, *Repertorio metrico*, 13:72).

¹⁸ Baehr, *Manual de versificación española*, p. 51 e ss. Canettieri e Pulsoni aluden ó mesmo artificio entre *oysse* e *homen* co nome de “sinalefa intersticial” (“Para un estudio histórico-xeográfico e tipolóxico da imita-

Outra segunda solución podería estar relacionada co corpo fónico dos versos. A confluencia de varias consoantes nasais no verso 7 –incluso no v. 6– produce posiblemente unha debilitación da palabra *omen*, xa de por si con gran desgaste fónico polo seu frecuente uso lingüístico (cf. a etimoloxía da forma francesa actual *on*), pasando a contabilizar só unha sílaba¹⁹.

Hai que sinalar en relación cos versos que o octosílabo e heptasílabo –xunto co decasílabo– gozaban na poética do Noroeste peninsular dunha ampla difusión. Vasco Fernandez Praga de Sandin (cronoloxicamente anterior a Afonso X) e Vasco Gil (coetáneo do monarca, co que incluso mantén unha *tençon*) empregan a miúdo o octosílabo na súa obra poética²⁰. Este tipo de verso é considerado como un verso culto, de importación francesa ou provenzal, dado que eran moi abundantes as composicións galorromances que utilizan este modelo²¹.

En cambio, o trisílabo, que rompe a estrutura rítmica da composición nos v. 7 e 9, presenta dentro da escola un número de ocorrencias moi reducido.

A edición realizada por Nunes na súa compilación do xénero de amor non ofrece a combinación que acabamos de describir. Á parte de incluír só nove versos por estrofa, como xa dixemos, marca o sétimo verso como tetrasílabo, medida que contabiliza ó ler o verso *homen falar* (v. 7) como de catro sílabas e ó engadir na II cobra a conxunción “e” ([e] *nen Tristan*, v. 16) e na III o pronome persoal “o” (*nen [o] farey*, v. 25)²².

O esquema métrico da composición é o seguinte²³:

a b a b a b c c c c
8 7' 8 7' 8 7' 3 8 3 7

ción métrica na lírica galego-portuguesa. Recuperación de textos trobadorescos e troveirescos”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 1994, pp. 11-50 (p. 17); e dos mesmos, “Contrafacta galego-portoghesei”, *Medioevo y Literatura, Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica Medieval*, ed. por J. Paredes, Granada, 1995, pp. 479-497 (p. 493).

¹⁹ Agradécemo-la proposta desta posible solución a X. L. Couceiro, ó lembrámo-lo problemático verso 1 da cantiga da *garvaia* de P. Soarez de Taveirós, *No mundo non sei parella*, verso ó que –en principio– tamén sobra unha sílaba (vid. comentarios ó poema e á anomalía métrica deste verso, de G. Vallín, *Las cantigas de Pay Soarez de Taveirós*, Alcalá de Henares, 1996, p. 224).

²⁰ V. Beltrán, *A cantiga de amor*, p. 78.

²¹ Vid. C. Alvar, “Octosílabo”, *DLMGP*, p. 487. Para L. A. de Azevedo Filho “c’est le décasyllabe qui avec l’octosyllabe a été le vers savant importé le plus employé dans la lyrique médiévale gallégo-portugaise” (“Structure et rythme du vers décasyllabe chez D. Joan Garcia de Guilhade, troubadour du XIII^e siècle”, *Romania*, 89, 1968, pp. 289-312 (p. 299), antes en versión italiana en *Revista de Portugal*, 30, 1965, pp. 365-384). Baehr suxire que o octosílabo é un dos versos máis antigos da poesía española, de procedencia autóctona, documentado xa nas kharxas cun asunto e disposición métrica de carácter popular (*Manual de versificación española*, p. 109 e ss.).

²² Case tódolos estudos toman a transcripción da edición de Nunes, por exemplo, V. Bertolucci, cando estudia o símil de Tristan e Iseu en “Retorica della poesia alfoncina: la figure dell’analogia”, *Morfologie del testo medievale*, p. 181 (antes publicado en *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, ed. de V. Beltrán, Barcelona, 1988, pp. 11-30).

²³ Tomado de Tavani, *Repertorio*, 70:1.

Afonso X emprega –daquela– na composición tres rimas distintas nas estrofas, como era habitual na escola:

- a: I: *OR* (*senhor, sabor, melhor*),
 II: *IS* (*quis, fis, Paris*),
 III: *IR* (*vir, ferir, partir*),
- b: I: *ISSE* (*partisse, visse, oysse*),
 II: *ADO* (*alongado, cuydado, coitado*),
 III: *OSSO* (*vosso, vosso, posso*),
- c: I: *AR* (*falar, semelhar, par, achar*),
 II: *AN* (*Tristan, affan, am, seeram*),
 III: *EI* (*farey, morrerey, ey, amey*).

Desta combinación destaca a utilización de seis terminacións moi frecuentes, tanto graves como agudas (*OR, IR, ADO, AR, AN, EI*), e de tres terminacións (*IS, ISSE e OSSO*), na I e II cobras, de rendemento bastante escaso no repertorio da cantiga de amor²⁴. Este último caso chama especialmente a atención, dado que a preceptiva literaria galego-portuguesa propoñía para a composición unha rima fácil, moi distante do *trobar ric* que os poetas provenzais buscaban con tanto afán. Revisemos estas tres rimas en cuestión:

- A primeira, en *IS*, documéntase tan só en dúas cantigas de Pero da Ponte no cancionero da *Ajuda*: a cantiga encomiástica *O mui bon re, que conquis a fronteira*²⁵, e en *O que Valença conquereu*²⁶, poemas cos que coincide, ademais, na utilización da forma occitana *fis* como termo final de verso (v. 13, en *Ben ssabia eu...*), un provenzalismo pouco común na escola galego-portuguesa que se rexistra en cantigas de amor de poetas activos na primeira metade do século XIII²⁷.

Como é ben sabido, o segrel Pero da Ponte formaba parte do círculo de poetas que viviron na corte de Afonso X mantendo con este relacións literarias, confirmadas pola sátira que o monarca lle dirixe e por coincidir nas burlas as mesmas vítimas²⁸. É máis, S. Pellegrini percibe reminiscencias de Pero da Ponte nas cantigas de amor de Afonso X²⁹.

²⁴ Á falta dun estudio completo da frecuencia de rimas na cantiga de amor e no conxunto da lírica galego-portuguesa, guiámonos polo inventario de rimas elaborado por Antonia Viñez a partir do cancionero de *Ajuda* (“Rimario del Cancionero da Ajuda”, *Cuadernos de Estudios Románicos*, 1989, pp. 59-143).

²⁵ *Ajuda* 460, na edición de S. Panunzio, *Pero da Ponte, Poesías*, Vigo, 1992, pp. 109-111.

²⁶ *Ajuda* 466, Panunzio, pp. 125-126.

²⁷ *Fis* aparece asemade en *Ajuda* 203, v. 5, ref. de Joan Lopez d’Ulhoa, *Ajuda* 330, v. 9, de Fernan Figueira de Lemos, e *Amor* 242, v. 13, de Joan Baveca. Nas *Cantigas de Santa Maria* (ed. de W. Mettmann, 3 vols., Madrid, 1986-89) a expresión *ser fis* é bastante frecuente: cf. –entre outras– *ante lle disse que fosse fis* (5, v. 181) ou *cuidando seer ben fis* (35, v. 112).

Sobre o termo *fis*, vid. o estudio de T. García-Sabell, *Léxico francés nos cancioneiros galego-portugueses: revisión crítica*, Vigo, 1991, pp. 145-147, sv *fis*.

²⁸ Vid. E. Gonçalves, *A lírica galego-portuguesa*, pp. 48-49, S. Pellegrini, “Pero da Ponte e il provenzalismo di Alfonso X”, *Varietà romanze*, pp. 30-43 (antes en *Annali dell’Istituto Universitario Orientale-Sezione ro-*

- A segunda, en *ISSE*, ten máis ocorrencias (en once cantigas de *Ajuda*), entre as que destacamos dúas que combinan os mesmos termos que aparecen na cantiga de Afonso X (*partisse* e *visse*): *Ajuda* 387, de N. Eanes Cerzeo, e *Ajuda* 444, de Pero Mafaldo.

As últimas investigacións ó redor da figura de N. Eanes Cerzeo sitúano cronoloxicamente na xeración máis antiga da escola, polo tanto, a súa produción é anterior a do rei Sabio³⁰. Destaca a súa arte versificadora, ó construí-las súas poesías con esquemas únicos e ó compoñe-lo único “descordo clasificádico como tal” na lírica galego-portuguesa, que responde claramente ó modelo occitano³¹.

P. Mafaldo, pola súa parte, residiu na corte de Afonso X e coñecía en profundidade a literatura provenzal, como se demostra na devandita cantiga, ategada de termos occitanos³².

- Por último, a terceira en *OSSO* encóntrase nunha soa composición, tamén cos mesmos termos *posso* e *vosso* que se lían no poema: *Ajuda* 307, de Martin Moxa, un poeta que debeu vivir tamén na corte castelá no período final do reinado de Afonso X³³.

Á luz destes datos confirmase que os poetas que utilizan estas rimas tan pouco frecuentes pertenceron nalgún momento ó ámbito cortesán de Afonso X (salvo Cerzeo), e, ademais, que todos estes autores coinciden en coñecer e ter influencias da poética occitana que, como xa dixemos, promovía o uso da rima difícil. Non se debe esquecer, aínda que cañamos na repetición dun dato demasiado coñecido, que Afonso X era un mecenas non só de poetas peninsulares senón tamén de provenzais, sendo a súa corte un “lieu d’interpénétration de la lyrique galicienne et de l’occitane”³⁴.

manza, III, 1961, pp. 127-137), V. Beltrán, “Los trovadores en la corte de Castilla y León (II): Alfonso X, Guiraut Riquier y Pero da Ponte”, *Romania*, CVII, 1986, pp. 486-503, e S. Panunzio, *Pero da Ponte*, pp. 38-49 (onde se dedica un apartado ó estudio de “As poesías históricas. Relacións entre Pero da Ponte e Alfonso X”).

²⁹ “Pero da Ponte e il provenzalismo”, p. 40, onde se citan dúas composicións de Pero da Ponte que recordan as realizadas polo Rei Sabio (Panunzio, *Pero da Ponte*, núm. 1 e 5 das cantigas de amor). Ó cotexar estas dúas cantigas de Pero da Ponte coa composta por Afonso X, descubrimos secuencias léxicas semellantes: *que nunca...* documéntase tamén na núm. 1, v. 2 e 12, de Pero da Ponte (igual que ocorre na cantiga afonsina, utilízase o artificio de *cobras capdenals*) e *vos eu non visse* (Pero da Ponte, núm. 1, v. 19).

³⁰ Vid. J. A. Souto, “Achegas documentales sobre Nun’Eanes Cerzeo, trovador galego da primeira metade do século XIII”, *Romanica Vulgaria Quaderni - Studi Provenzali e galeghi*, 13-14, 89/94, pp. 147-176.

³¹ Palabras de E. Gonçalves, *A lírica galego-portuguesa*, p. 55. Vid. tamén M. Brea, “Descordo”, *DLMGP*, pp. 212-213, e C. Michaëlis, *Ajuda*, vol. II, p. 550.

³² Vid. S. Spina, *As cantigas de Pero Mafaldo*, Rio de Janeiro, 1983, núm. 6, e V. Beltrán, “Pero Mafaldo”, *DLMGP*, p. 548.

³³ L. S. Picchio, *Martin Moya. Le poesie*, Roma, 1968, pp. 41-51.

³⁴ J. M. d’Heur, *Troubadours d’oc et troubadours galiciens-portugais*, Paris, 1973, 3ª part., cap. II.

Ademais, hai que notar os artificios de *palabra rima* nos vv. 2 e 4 da III estrofa (*vosso*), e de *rima derivada* no v. 2 da I estrofa e no v. 5 da III (*partisse, partir*), e no v. 4 da I estrofa e v. 1 da III estrofa (*visse, vir*); así como as *coblas capdenals* no terceiro verso da I cobra e no cuarto verso da II cobra (*que nunca...*), xa mencionado.

5. A habelencia coa que o Rei-Poeta compón esta cantiga de amor reafirmase, cando se examina a frecuencia de uso da estrutura métrica da composición na escola. A tradición marcaba unha repetición dos esquemas métricos e estróficos, segundo demostra visiblemente G. Tavani nas táboas que dan conta de tódalas combinacións realizadas polos trobadores, no *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*³⁵. Sen embargo, a composición afonsina presenta un esquema rítmico exclusivo na lírica galego-portuguesa, conformando daquela un dos poucos *unica* desta poética. E máis, Afonso X non só emprega unha estrutura métrica insólita na lírica galego-portuguesa, senón que insire o texto dentro do mundo de relacións intertextuais que tecían e caracterizaban a produción poética medieval, ó retoma-la melodía de poemas pertencentes ás líricas francesa e occitana (isto é, un *contrafactum*).

A estética galego-portuguesa afástase neste punto da provenzal na que se marcaba unha sofisticación do esquema que levaba a compoñer un *unicum* e á falta deste retomábanse estruturas rítmicas dunha canción precedente. Aínda que non existe un estudio exhaustivo desta técnica, non son numerosos os *contrafacta* galego-portugueses que se poden documentar. Neste sentido, Paolo Canettieri e Carlo Pulsoni analizan algúns dos exiguos casos que retoman melodías tanto da lírica *d'oc* como da *d'oïl*³⁶; e Pilar Lorenzo estudia, pola súa parte, poemas galego-portugueses que retoman combinacións doutros da mesma poética.

É este texto un excelente exemplo da técnica dos *contrafacta*, que evidencia un poeta de refinada cultura e hábil versificador, coñecedor do mundo literario do Occidente europeo³⁷. A intertextualidade do poema esténdese, ademais, a dúas das principais poéticas do momento. Por un lado, aparece a mesma melodía na lírica oitánica a través de dúas cancións do *trouvère* Moniot de Paris. E, por outro, documéntanse precedentes na lírica occitana a través dun sirventés de Raimbaut de Vaqueiras, outro de Sordel, unha canción relixiosa de Lanfranc Cigala e unha *tençon* entre Vaquier e Catalan³⁸.

³⁵ Cf. os comentarios de V. Beltrán, *A cantiga de amor*, p. 75 e 55.

³⁶ “Para un estudio histórico-xeográfico e tipolóxico da imitación métrica”, pp. 11-50.

³⁷ Vid. o interesante estudio de Anna Ferrari “Linguaggi lirici in contatto: trobadores e trobadores”, *Boletim de Filologia*, XXIX, 1984, pp. 35-57.

³⁸ Para más detalles remitimos ó noso traballo “A cantiga B 468 de Alfonso X. un *contrafactum*”, *Edición y anotación de textos. Actas del I Congreso de Filólogos Jóvenes (A Coruña, 26-28 set.)*, ed. por C. Parrilla et alii, A Coruña, 1999, vol. II, pp. 177-191.

6. Polo que se refire á acentuación do poema, hai que observar na cantiga de Afonso X un esquema acentual polirrítmico³⁹. O verso predominante, o octosílabo, mantén acento na terceira, cuarta e quinta sílaba, ás veces, incluso con varios acentos no verso, sen que predomine unha posición sobre outra. Tal variedade na fixación do ritmo era habitual nos poemas da escola, seguindo, por conseguinte, neste punto os parámetros comúns da tradición.

Orixinariamente o octosílabo dividíase en dous hemistiquios de catro sílabas, forma que se conserva no acento na cuarta sílaba. Tal sistema, de 4 + 4, é considerado desde o punto de vista musical como o máis perfecto. A literatura provenzal e francesa así o mantiñan.

O heptasílabo normalmente acentuábase na terceira sílaba.

Si queremos resaltar no poema, en cambio, o extraordinario paralelismo que se produce no tipo rítmico entre as estrofas. En cada cobra, o ritmo marcado en cada verso repítese na segunda e na terceira cobra con bastante regularidade. A penas aparecen algunhas rupturas –pouco significativas– que traten de quebrar ese ritmo. Vexámo-lo esquema acentual da cantiga para poder comprobalo:

- O primeiro verso de cada cobra leva o acento na quinta e oitava sílaba.
- O segundo verso da cada cobra na terceira (octosílabo trocaico) e sétima,
- O terceiro verso acentúa en quinta e oitava, e na III cobra en terceira (trocaico) en vez de quinta; ademais, na II cobra acentúa a segunda sílaba (octosílabo dactílico), continuación do encabalgamento *que en soo tan alongado / de vos* (v. 12-13),
- O cuarto verso da I cobra acentúa en segunda, quinta e sétima (o acento na segunda sílaba marca o final dun encabalgamento); na II e III cobra acentúa en cuarta e sétima (seguimos a versión de Nunes no cuarto da III cobra, *aquel'è meu e non vosso*, verso de lectura escura no manuscrito, pero que debería –na nosa opinión– de ser reinterpretado, porque a transcripción do editor portugués parece bastante libre),
- O quinto verso da I e II cobra acentúan en cuarta e oitava; sen embargo, o quinto da III cobra rompe este esquema acentuando en terceira e oitava
- O sexto verso da I e III cobra acentúan en quinta e sétima, pero o da II cobra márcalo en cuarta e sétima.
- O sétimo verso de cada cobra acentúa en terceira.
- O oitavo verso de cada cobra en cuarta e oitava, salvo a I cobra que acentúa en quinta e oitava.

³⁹ Para o esquema acentual dos versos, utilizámo-la terminoloxía e as informacións de Baerhn, *Manual de versificación española*, p. 98 e ss. e A. de Carvalho, *Teoria geral da versificação*, Lisboa, 1987, vol. I, p. 59 e ss. Vid. tamén C. Alvar, “Octosílabo”, *DLMGP*, p. 487.

- O noveno verso, en terceira⁴⁰.
- O décimo verso acentúa en terceira e sétima na I e II (heptasílabo dactílico). A III cobra ten problemas de lectura nesa liña.

7. Ademais, seguindo cos trazos formais da cantiga, hai que sinalar que, de acordo coa forte tendencia da escola –e en particular da cantiga de amor–, os encabalgamentos son bastante frecuentes, desdebuxando, por conseguinte, a unidade do verso e imprimindo unha certa mobilidade ó texto⁴¹ (vv. 34, vv. 5-6, vv. 6-7, vv. 12-13, vv. 15-16, vv. 25-26). Algúns destes son moi abruptos como: *porque vos sodes a melhor / dona* (vv. 5-6), *que eu soo tan alongado / de vós* (vv. 12-13) ou o citado nos vv. 3-4.

En definitiva, a mestría na arte de trobar do Rei Sabio non só se confirma pola súa produción de cantigas de escarnio ou de cantigas marianas, o estudio dalgúns aspectos da *dispositio* formal deste poema amoroso revela unha elaboración esmerada e unha elevada calidade estilística por parte do autor, digna dunha das figuras máis notables dos nosos cancioneros. Desde o punto de vista estético, esta cantiga de amor merece –pois– que se lle dedique unha especial atención, dada a súa articulación formal complexa e refinada. Así o poñen de manifesto a insólita estrutura métrica con versos longos (octosílabos e heptasílabos) e curtos (trisílabos) na que se diferencian dúas partes ben marcadas, a inserción desa combinación melódica dentro da cadea da *contrafacta* con poéticas ultrapirenaicas, a dimensión da estrofa de dez versos, o sistema de rimas non frecuentes, e o esquema acentual bastante paralelo entre as estrofas. Trazos que se verían complementados –con seguridade– coa análise detida dos aspectos temáticos e léxicos da composición, que esperamos retomar en breve fóra destas páxinas⁴².

⁴⁰ Como xa dixemos anteriormente, adoptámo-la disposición de versos de Machado; polo tanto, o v. 8 da I estrofa quedaría *sey que par*. Nunes aduce unha alteración da medida para eliminar o segmento *sey que* do manuscrito, unha intervención que nos parece innecesaria, dado que a versión do códice se axusta –na nosa opinión– perfectamente ó cómputo deste verso e do seguinte.

Si aparece no manuscrito unha disposición errónea nos dous versos finais da II cobra:

Tal affan. Nen am quantos som
Nem seeram.

⁴¹ Cf. V. Beltrán, *A cantiga de amor*, p. 78.

⁴² Por exemplo, a mención de Tristan e Paris nos vv. 15 e 17, respectivamente, a utilización do provenzalismo *fis* no v. 13, ou a introducción do verbo *ferir* en relación co *mal*, ou o v. 28 “ante ben sey ca morrerrey” que semella “car eu sai be que per amor morrai” do trobador provenzal Bernart de Ventadorn, X, v. 7 (exemplo tomado de Anna Ferrari, “Linguaggi lirici in contatto”, p. 40).

CONTRIBUCIÓN A UNHA SOCIOCRTICA DAS PRÁCTICAS FILOLÓXICAS

Xoán González-Millán

Hunter College/Graduate Center. CUNY

Is bibliotextual history possible, as a fine conjunction of literary, cultural, social, economic, material and behavioural history expressed in the world of the book? (McKenzie 1981, p. 90).

1. LIMITACIÓNS

Algúns dos principios que fundamentan o comportamento filolóxico, sobre todo as prácticas de fixación textual, e a intencionalidade autorial como un dos criterios básicos da súa lexitimación, están sendo cuestionados dende varios frontes, e a partir de formulacións que reclaman unha lectura máis dinámica e complexa dos fenómenos relacionados coa produción, transmisión e consumo dos textos. Estas novas propostas concédennlle un maior protagonismo a aspectos fundamentais do proceso de produción e reprodución dos textos, tradicionalmente colocados fóra do ámbito das prácticas filolóxicas, ou todo máis considerados como anclares ou complementarios; por eso, a transmisión e o consumo de produtos culturais son acollidos neste marco cunha relevancia que contrasta abertamente coas prácticas filolóxicas predominantes¹.

Neste esforzo de renovación sobre as prácticas filolóxicas, no que están a colaborar grupos procedentes de distintos ámbitos académicos, poden acadar un lugar de privilexio as reflexións sobre experiencias como a galega, polas condicións mesmas nas que historicamente se viñeron desenvolvendo a súa produción, transmisión e consumo culturais, e porque a fixación de textos é unha práctica especialmente significativa en espa-

¹ Para unha visión de conxunto das varias tendencias que nas últimas décadas se veñen disputando o espacio das prácticas tradicionalmente asignadas á filoloxía pode consultarse Greetham, (1992a) e (1992b).

cios cun alto grao de deficiencia institucional, sobre todo cando están condicionados por unha intensa filoloxización cultural².

Os criterios e as perspectivas cos que se traballa para consolidar esta renovación paradigmática teñen aínda moito de provisional³. Pero nas últimas décadas foron aparecendo novas propostas e algúns estudos puntuais que permiten abrigar un fundado optimismo de cara a articular un marco epistémico e analítico para as prácticas filolóxicas dende as esixencias da sociocrítica. D. F. McKenzie e Jerome McGann, a partir dun horizonte de preocupacións moi parello, lideraron este cambio de derrota. En claro contraste co descriptivismo analítico predominante, o primeiro defendía na súa famosa “Panizzi Lecture” de 1985 unha “historical bibliography”, cunha énfase en cuestións relacionadas coa “dissemination and readership as matters of economic and political motive”, e coa interacción de “texts and society as an important source of cultural history”, en detrimento das clásicas preocupacións filolóxicas arredor da intención autorial e da autoridade textual (1986, pp. IX-X). Nun traballo anterior, D. F. McKenzie formulara xa un horizonte paradigmático moi semellante, centrado nunha serie de cuestións: “The verbal preoccupations of literary and textual criticism, the material concerns of historical bibliography, and the economic and social dimensions of production and readership” (1981, p. 82). Un modelo capaz de dar conta de cada unha destas dimensións e das súas interrelacións sería un paso fundamental para establecer os termos dun efectivo diálogo entre o mundo da filoloxía e o da socioloxía da cultura. O resultado sería unha socioloxía do texto, á que o mesmo McKenzie lle asigna como ámbito de investigación dúas cuestións: “what, exactly, an author in his own age did say to his readers and how he and his printers directed them to respond” (1981, p. 123)⁴.

Jerome McGann camiña por vieiros moi semellantes ao propoñer a lei do cambio como epítome da condición textual:

The textual condition’s only immutable law is the law of change. It is a law, however, like all laws, that operates within certain limits. Every text enters the world under determinate sociohistorical conditions, and while these conditions may and should be variously defined and imagined, they establish the horizon within which the life histories of different texts can play themselves out. The law of change declares that these histories will exhibit a ceaseless process of textual development and mutation – a process which can only be arrested if all the textual transformations of a particular

² Ver Antón Figueroa (1988) para unha visión xeral sobre os procesos de filoloxización da cultura en situacións como a galega.

³ Os limiares de títulos tan significativos como *A Critique of Modern Textual Criticism* de J. McGann, e *Bibliography and the Sociology of Texts* de D. F. McKenzie, dúas obras fundamentais neste proceso de revisión sociocrítica dos estudos filolóxicos, dan unha idea das novas motivacións e preocupacións, pero tamén dos múltiples obstáculos cos que debe enfrontarse a articulación conceptual dunha sociobiblioloxía, un termo utilizado aquí como sinónimo de sociocrítica textual.

⁴ Ver Roger Chartier (1994) para unha proposta máis elaborada, a partir dun marco conceptual moi semellante.

work fall into nonexistence. To study texts and textualities, then, we have to study these complex (and open-ended) histories of textual change and variance. (1991, p. 9).

Non é difícil percibir a distancia entre este horizonte e o da concepción filolóxica predominante, paradigmaticamente sintetizada nun recente artigo de Francisco Rico, publicado en *El País* (14/9/1996), no que proclama: “La filología tiene como razón de ser, en resumidas cuentas, la función social de proteger, depurar y transmitir la parte más valiosa de la lengua de todos”. Esta declaración de principios é especialmente interesante porque se sitúa explicitamente nas funcións sociais da práctica filolóxica, que F. Rico sintetiza na protección, depuración e transmisión dunha determinada produción lingüística, a consagrada e lexitimada como propiedade común (é dicir, “de todos”). Destaca nesta concepción unha intención depuradora e selectiva, que ten como obxectivo último a fixación textual.

Ata hai moi poucas décadas, o **autor**, e posteriormente o **lector**, definidos e instrumentalizados en termos excesivamente absolutos, condicionaron a práctica filolóxica, que se veu obrigada a seguir dous vieiros: o dun paradigma creativista, articulado a partir do principio da intencionalidade autorial⁵; e o dun modelo da recepción, no que o lector aparece como o axente fundamental do proceso hermenéutico. As incisivas propostas de D. McKenzie e J. McGann nos anos 80 viñeron complicar os termos da polémica, ao resituá-la a reflexión conceptual e heurística a partir duns principios que dificilmente aceptaban o **autor** ou o **lector** como criterios fundacionais, e moito menos dende unha formulación tan abstracta como a utilizada por determinadas propostas filolóxicas, que partían dunha moi cuestionable definición de intencionalidade autorial. A nova derrota das prácticas filolóxicas aproxímase, pola súa vontade e polas esixencias dunha razón sociocrítica, a un paradigma institucional máis integrador e consciente de tódolos elementos que configuran os fenómenos textuais como procesos socioculturais⁶.

2. A EDICIÓN CRÍTICA COMO PRÁCTICA FILOLÓXICA

Unha visión sintética da práctica filolóxica dominante permite identificar algúns dos seus presupostos. En primeiro lugar, fai intervir tres principios fundacionais e interdependentes: o da intencionalidade autorial, o da creatividade individual e o da inspiración **xenial** de determinados individuos; tres entelequias que o filólogo se ve obrigado a restaurar. Por eso, e aquí radica outro presuposto, só son merecentes de edicións críticas

⁵ Ver Jerome McGann (1983) para unha crítica dos presupostos ideolóxicos da intencionalidade autorial.

⁶ Roger Chartier engade unha útil precisión a esta nova lectura do fenómeno bibliolóxico: “To consider ... that all works are anchored in the practices and the institutions of the social world is not to postulate any general equivalence among all the products of the mind ... The essential game is being played ... in the complex, subtle, shifting relationships established between the forms (symbolic or material) proper to works, which are unequally open to appropriation, and the habits or the concerns of the various publics for those works” (1994, p. XI).

os textos que unha determinada comunidade de lectores considera dignos dun tratamento semellante (Este principio selectivo, un dos máis cuestionados polas novas propostas sociocríticas, condiciona os criterios de aproximación aos textos editados, e sobre todo tende a universalizalos, restándolle a historicidade que, en principio, parece ser un dos obxectivos da práctica filolóxica). O corolario que se segue do indicado é que moitos produtos textuais non son dignos dunha edición crítica, por carecer do capital cultural necesario para ser canonizados (Esta práctica selectiva pon de manifesto o círculo vicioso que determina en gran medida o paradigma filolóxico: un texto é aceptado como canónico cando é merecente dunha edición crítica, e simultaneamente só é digno dunha edición crítica se é considerado canónico). Son varios os criterios utilizados na selección dos textos sometidos á fixación filolóxica: a súa distancia cronolóxica; o grao de canonización do autor e/ou doutros textos do mesmo escritor; a pervivencia de diversas versións dun mesmo texto, que dificultan a súa utilización en certos ámbitos e problematizan a súa interpretación; o capital simbólico do texto (sobre todo en situacións nas que intervéñ de forma moi activa o nacionalismo literario); e o nivel de institucionalización e autonomía do campo literario e do corpus correspondente.

Outro dos presupostos da filoloxía é a obsesión por fixar o texto, mediante a recomendación dunha das súas posibles variantes históricas, a partir do principio da **perfección**: na medida na que a edición crítica supón a recuperación e consolidación canónica das versións e variantes seleccionadas para representar a hipotética intencionalidade autorial. Por paradoxal que pareza, a fixación textual, que en principio representa un intento de ubicar historicamente o texto en cuestión, ten como obxectivo seleccionar aqueles datos que, reducidos a unha función contextual, mellor axuden a entender a xenialidade do autor en cuestión (Prevalece aquí a figura do escritor individual fronte á súa imaxe social; e quedan fóra do periscopio metodolóxico, e por tanto silenciadas, múltiples áreas do espazo literario que son imprescindibles para unha comprensión da produción textual). A edición crítica ten sempre unha intencionalidade de acomodación e nivelación entre o texto e os hipotéticos lectores aos que vai destinada; por eso intenta facer accesible, mediante diversas técnicas de transcripción, un texto que pode resultar de difícil lectura, polas condicións mesmas da súa produción, ou pola distancia cronolóxica existente entre a época na que aparece o texto e a dos usuarios da edición crítica en cuestión. Finalmente, a filoloxía considerou a preparación dunha edición crítica como unha fase incuestionablemente positivista, previa e necesaria para articular as posteriores interpretacións, que sen ese traballo previo de fixación serían imposibles, ou cando menos cuestionables⁷. Tódolos aspectos sinalados apuntan a unha limitada concepción do proceso de constitución textual, basicamente reducida a unha hipotética e hipertro-

⁷ A imposición dun lindeiro infranqueable entre as prácticas filolóxicas e a crítica e historiografía literarias parte dun perigoso e deformante descoñecemento das inevitables interdependencias dos tres ámbitos. Por eso, unha sociocrítica textual propón un modelo que permita unha mellor e máis productiva articulación entre a filoloxía e as áreas de estudo tradicionalmente reservadas á interpretación e aos estudos de historia literaria.

fiada intencionalidade autorial, coa exclusión doutros axentes e institucións que, sen embargo, interveñen de forma efectiva neste proceso.

3. FIXACIÓN FILOLÓXICA E SOCIOCÍTICA TEXTUAL

Cada época histórica contribúe cos seus modelos interpretativos á fixación dos textos, aceptando en maior ou menor grao as lecturas previas ou reformulándoas para establecer as diversas dimensións dos textos cuns criterios propios, distintos dos utilizados por outras comunidades de lectores. ¿Que elementos fixa a filoloxía? Tradicionalmente, os códigos lingüísticos, marxinando ou reducindo ao silencio os bibliográficos propiamente ditos (os materiais utilizados na confección do produto libro, a disposición formal destes mesmos elementos, a tipografía non-verbal, ou a disposición mesma dos espacios dentro do produto impreso). O recente xiro, exemplificado nas mencionadas propostas de McKenzie e McGann, obriga a recoñecer o papel fundamental destes últimos, e a través deles, a dimensión institucional de todo proceso textual⁸. Se a privilegiada condición dos códigos lingüísticos na práctica filolóxica está fundamentada en modelos interpretativos derivados do esteticismo individualista e do creacionismo dun xenio artístico, a relevancia dos bibliográficos reside no recoñecemento da materialidade social dos produtos textuais⁹. Esta condición adquire unha especial relevancia no novo paradigma dunha sociocrítica textual porque é interpretada como a inevitable mediación da dimensión significativa do texto, sen a cal a súa existencia sería imposible. É nela onde se inscriben as intervencións dos diversos axentes que fan posible a condición textual, a do escritor, a dos editores, a dos transmisores e a dos diversos tipos de lectores. En contraste co reduccionismo da fixación textual, baseada no principio da intencionalidade autorial, unha sociocrítica textual debe recrear o cambiante horizonte editorial do texto, que inclúe a socioxénese da súa materialidade, e as sucesivas lecturas que interveñen na súa configuración, incorporando tanto os procesos da produción como os da reprodución sociotextual.

D. McKenzie resalta de forma especial dous aspectos que cuestionan os fundamentos da práctica filolóxica predominante: o papel central dos textos “as recorded [social] forms”, asumido con igual grao de autoridade e conflictividade polo filólogo, o crítico e o historiador; e a actitude indiscriminada e inclusiva no estudio das diversas formas sociais da textualidade e no respecto ás diferentes versións que os usos históricos van xerando como resultado das sucesivas lecturas a que son sometidas as producións tex-

⁸ Póde consultarse González-Millán (1994) para unha lectura institucional da produción cultural galega nas últimas décadas.

⁹ Ademais dos traballos de Chartier, McGann e McKenzie, xa citados, poden consultarse Stillinger (1991) e Woodmansee e Jaszi (1994) para unha visión crítica sobre a construción ideolóxica da imaxe do escritor como **auctoritas**.

tuais anteriores. Insiste McKenzie nesta idea en varios momentos da súa “Panizzi Lecture” de 1985:

Historically, there can be no logical reason for editing one version any more than another. We can make aesthetic choices, but that is a different matter ... The only remaining rule seems to be that we must not conflate any one version with any other, since that would destroy the historicity of each ... History simply confirms, as a bibliographical fact, that quite new versions of a work which is not altogether dead, **will** be created, whether they are generated by its author, by its successive editors, by generations of readers, or by new writers. (1986, pp. 28-29. Subliñado no orixinal).

Este proceso comeza a adquirir especial visibilidade no mundo editorial galego das últimas décadas, nas que se observa unha consciente preocupación por comercializar determinados produtos bibliográficos en función de comunidades específicas de lectores. Esta nova dinámica queda perfectamente exemplificada nas versións de dous textos de Méndez Ferrín (*Amor de Artur/Fría Hortensia* e *Retorno a Tagen Ata*) que Edicións Xerais de Galicia prepara a mediados dos oitenta para a súa colección de literatura infantil e xuvenil¹⁰.

A partir deste novo horizonte de reflexión, a tarefa do sociobibliólogo perfírase en termos da análise dos riscos que as diversas recepcións sociais van identificando simultanea ou sucesivamente nos textos, e que se van inscribindo na súa materialidade social, mediante os correspondentes tratamentos filolóxicos. A hipótese, formulada por McGann (1991) de que os trazos das diversas comunidades de receptores están inscritos nos niveis máis materiais da textualidade fai inevitable a identificación e a análise destes colectivos, e o recoñecemento de todo texto como unha produción cultural heteroxénea, na que conflúen os máis dispares discursos sociais¹¹.

4. ÁMBITOS DE INVESTIGACIÓN PARA UNHA SOCIOCÍTICA TEXTUAL

O novo horizonte de reflexión no que se instala a sociocrítica textual apunta a dúas cuestións centrais: ¿por que certos textos se prestan a múltiples e continuadas apropiacións? ¿que condicións posúen para que sexan sometidos a diversas materializacións

¹⁰ Aínda que a menor escala, este cambio é semellante ao sufrido pola **Bibliothèque bleue** do Antigo Réxime francés, e que Chartier sintetiza no seguinte proceso: “A text is transferred from one form of publishing to another, dictating both a transformation of the text and the constitution of a new public” (1994, p. 12). A dinámica deste proceso basease na hipótese de que todo texto, a pesar da súa aparente estabilidade verbal, adquire novos significados, e incluso un novo **status**, cando cambian os mecanismos utilizados na súa reprodución, transmisión e consumo.

¹¹ A relevancia da materialidade social de todo produto bibliográfico e as súas conexións co proceso do consumo cultural son dous aspectos sinalados tamén por Roger Chartier; sobre o primeiro afirma: “Historians of literary works and historians of cultural practices have become aware of the effects of meaning that material forces produce ... This means that ... keen attention should be paid to the technical, visual, and physical devices that organize the reading of writing when writing becomes a book” (1994, p. IX).

editoriais? Unha posible resposta apunta ás complexas relacións existentes entre a estrutura dos textos, condicionados por diferentes graos de apropiación diacrónica, e as múltiples determinacións, institucionais e formais, que regulan as súas posibles aplicacións aos diferentes contextos socioculturais e históricos.

Consonte esta concepción da dinámica sociotextual, a filoloxía está obrigada a facer dialogar tres sistemas de codificación: o lingüístico propiamente dito, no que tradicionalmente se ten concentrado a práctica filolóxica; o bibliográfico, un instrumento privilexiado para estudar a complexidade da condición social dos textos, como xa queda indicado; e o sistema de codificación representado polos indicadores da transmisión e do consumo que se van inscribindo no espazo textual mesmo para facelos accesibles a determinadas comunidades de lectores. As relacións entre os tres, con ser moi estreitas, non deben facer descoidar a especificidade de cada un deles, nin os procesos constituintes que lles son propios.

Unha renovación semellante dos ámbitos da ecdótica privilexia cuestións centradas na diseminación informativa (textual) protagonizada polas diversas comunidades de lectores como unha práctica socioeconómica e política, e nas relacións entre os textos e a sociedade como un aspecto relevante da produción cultural. Nesta nova formulación o criterio da intención autorial perde o poder determinante que tradicionalmente ten exercido sobre as prácticas filolóxicas. Unha relegación semellante non debe ser interpretada, sen embargo, como unha redución á irrelevancia dos diversos procesos da produción textual, senón como o recoñecemento dunha inevitable reconceptualización deste ámbito de investigación. O que o escritor pensa que está facendo cando escribe é unha cuestión ineludible, pero tamén o é, como subliña McKenzie, “what printers and booksellers [thought they were doing] in designing and publishing [written texts], or readers in making sense of them” (1986, p. 10).

Este esforzo renovador e expansivo segue dúas vías de actuación: dunha banda, unha expansión do repertorio das modalidades de produción textual; e doutra, o recoñecemento de espazos de actuación e intervención sociocultural previamente silenciados ou considerados irrelevantes. A sociobiblioloxía tende ao inclusivismo porque acepta como obxecto de investigación todo tipo de produtos textuais e non só os tradicionalmente clasificados como ‘literarios’ ou lingüísticos. Nas últimas décadas, e dende as perspectivas máis diversas, formuláronse definicións de **texto**. Especialmente apropiada para a articulación dunha sociocrítica é a que propón D. F. McKenzie, ao considerar “texts as recorded forms” (1986, p. 4); a partir desta demarcación conceptual, na que conscientemente se eluden as referencias lingüísticas, poden, e deben, ser incorporadas como obxectos de estudo sociobibliolóxico múltiples **formas** sociais, que el mesmo se encarga de enumerar: “I define **texts** to include verbal, visual, oral, and numeric data, in the form of maps, prints, and music, of archives of recorded sound, of films, videos, and any computer-stored information, everything in fact from epigraphy to the latest forms of discography” (1986, p. 5). McKenzie engade que os estudos bibliográficos (curiosa-

mente aínda mantén o termo “bibliography” para aludir ao estudio dos textos “as recorded forms”) deben dar conta dos procesos de produción, transmisión e recepción textual; se isto é así, o sociobibliólogo está obrigado a considerar a distinción entre **manuscrito** e **libro**, para explicar as diversas fases de produción textual, sobre todo nas épocas de intensificación da comercialización do mundo editorial. Esta expansión das tipoloxías textuais repercute na súa xerarquización, con consecuencias directas para a revisión das distincións entre textos canónicos e noncanónicos, e para unha democratización da produción textual. En canto aos mecanismos de produción cultural, a proposta sociobibliolóxica, vía D. F. McKenzie, e en contraste coa mínima atención que se lles ten prestado tradicionalmente, resalta a composición, o deseño e os procesos de transmisión nos que interveñen escritores, impresores e editores; os canles de diseminación a través das diferentes comunidades de recepción, controlados polas axencias de distribución e pola eficaz intervención do sistema educativo; a súa preservación e clasificación arquivística; e a súa recreación polos diversos grupos de lectores.

O recoñecemento destes ámbitos de investigación como relevantes evidencia que o paradigma institucional é o máis apropiado para articular unha macrointerpretación da produción textual, e por tanto, para reformular as cuestións que, con maior ou menor acerto, leva propoñendo a práctica filolóxica. Se unha teoría bibliolóxica non pode deixar de lado estas áreas de intervención é porque nelas se pode documentar o protagonismo dos actores sociais mencionados e porque obrigan a traballar cunha visión máis complexa do espacio sociocultural cando se estudia a produción e a reprodución institucional dos discursos sociais, entre eles o literario. Así McKenzie, ao enmarcar os estudos filolóxicos no ámbito da historiografía do libro, reivindica un horizonte de reflexión no que adquire sentido o estudio das motivacións sociais, económicas e políticas do mundo editorial, os intereses que prefiguran determinadas lecturas, as razóns socio-históricas que promoven a reescritura e a reconfiguración de determinados textos e as que levan á desaparición e ao silencio doutros moitos (1986, p. 5). Detrás desta proposta está unha visión moi específica do **libro** como un fenómeno integral, no que se dan a man unha serie de elementos que o mesmo McKenzie identificara uns anos antes: “a material statement in which all its elements participate, a comprehensive rhetorical structure articulating an extremely complex set of relationships between author, book-seller, printer and reader in specific and definable historical contexts” (1981, p. 83).

O maior desafío nesta nova forma de enfocar os procesos de produción bibliográfica, como en todo estudio da produción e consumo culturais, é o da identificación e análise dos seus graos de autonomía, e os procesos institucionais que, ao mesmo tempo que garanten a súa relativa independencia, facilitan as súas conexións cos demais ámbitos sociais. Por eso, a sociobiblioloxía está obrigada a dar conta non só da produción, entendida en termos que nada teñen que ver coa visión reductiva da intencionalidade autorial, senón tamén da transmisión e do consumo dos textos nunha proxección simultaneamente diacrónica e sincrónica. En última instancia, trátase de superar os paradig-

mas dunha filoloxía regresiva mediante unha sociobiblioloxía progresiva, na que o concepto de intencionalidade autorial cede gran parte do seu papel determinante ao papel testemuñal dos produtos textuais representado polos seus ‘usos históricos’ (visión diacrónica) e ‘sociais’ (visión sincrónica).

Aínda que a práctica filolóxica predominante distingue entre varias fórmulas de fixación textual, todas eles coinciden nun obxectivo final: asegurar a identificación da versión máis fiel á intencionalidade autorial. Aquí reside, como queda indicado, unha das maiores diferencias coa sociobiblioloxía, que cuestiona a privilexiada condición da intencionalidade autorial e rexeita a fixación textual como obxectivo do proceder filolóxico. Unha das consecuencias da nova forma de encarar o fenómeno da textualidade é o respecto co que debe ser tratada cada versión, á que se lle recoñece unha identidade específica e unha individualidade sociohistórica, marcadas ambas polos factores sociais que actúan na produción, transmisión e consumo dos produtos textuais. Para D. F. McKenzie: “Definitive editions have come to seem an impossible ideal in the face of so much evidence of authorial revision and, therefore, of textual instability. Each version has some claim to be edited in its own right, with a proper respect for its historicity as an artefact” (1986, p. x).

En sociedades cun alto grao de filoloxización, é dicir, condicionadas pola obsesión da fixación textual, as variantes e versións son, se non silenciadas, polo menos relegadas a un segundo plano, porque a estabilidade de determinadas mensaxes textuais é considerada como unha condición fundamental para a pervivencia dunha sociedade que vive ameazada de disolución como colectivo culturalmente diferenciado. Esta observación obriga a considerar a posibilidade dun alto nivel de filoloxización como o indicador dunha deficiente institucionalización da produción cultural, como soubo ver Antón Figueroa no traballo xa citado para situacións como a galega. Non é difícil imaxinar a fixación textual como trasunto da imposición dunha normativización cultural, sobre todo se se acepta a hipótese de que a forma máis eficaz de transformar un texto en produto cultural é someténdoo a unha fixación filolóxica. Tampouco son impensables as tensións entre ambos procedementos, se son analizados como exercicios de lexitimación social e de canonización estética. Os intereses que os moven poden non coincidir e incluso contradicirse, xa que a filoloxización textual non esgota tódalas manifestacións de lexitimación sociotextual. A única forma de dilucidar esta cuestión é identificando e analizando os obxectivos e os criterios utilizados na fixación textual e na normativización cultural, e o comportamento das institucións que nelas interveñen¹².

¹² Comparar o repertorio dos textos que son fixados filoloxicamente e o dos que son sometidos a unha normativización lingüística, dentro dun determinado sistema literario, pode ser un proxecto iluminador non só para precisar a especificidade de cada un deles senón tamén para identificar as relacións de interdependencia

O grao de complexidade dun proceso como o do tratamento filolóxico só adquire relevo cando é observado como un fenómeno multidimensional, no que conflúen varias intervencións normativizadoras, e non só a lingüística, como se presupón xeralmente. Xa quedou apuntado máis arriba que a fixación textual está estreitamente relacionada coa lexitimación social e coa canonización estética dos produtos culturais: as tres dinámicas representan outros tantos momentos dun complexo proceso no que a primeira xoga un papel determinante como instrumento de normativización, porque establece as normas de interpretación na lectura social dos textos. O resultado final é unha visión filolóxica da cultura, na que intervéñ cunha especial efectividade o principio da fixación textual. Aínda que se trata dunha preocupación compartida por culturas **maiores** e **menores**, ten unha especial incidencia en situacións socioculturais como a galega, que inviste nesta avaliación da súa propia produción e reprodución culturais moito do seu limitado capital cultural.

A práctica da fixación textual, representada de forma exemplar polas edicións críticas, é un ámbito especialmente útil para articular unha teoría social do texto, porque nela opera cunha especial intensidade a autoconciencia sociohistórica que está nas orixes de toda produción textual. Por eso, a específica contribución da crítica filolóxica á historia social da literatura debe figurar entre as áreas de investigación prioritarias da historiografía literaria galega. Un proxecto semellante debe articularse arredor dunha serie de aspectos: o grao de determinación ou condicionamento que o tratamento filolóxico exerce sobre as interpretacións dalgúns dos textos literarios máis relevantes dunha determinada comunidade de lectores; o inventario dos textos literarios sometidos a algunhas das variedades de filoloxización, en canto indicador dos procesos de lexitimación social e canonización estética; as dimensións da historiografía literaria directa ou indirectamente relacionadas coa práctica da fixación dos textos, as específicas dificultades historiográficas nas literaturas **menores** e o seu reflexo no tratamento filolóxico de fixación dos textos literarios; as relacións entre a fixación textual e a canonización de determinados textos e autores, segundo épocas, movementos e xéneros; e as condicións en que se desenvolveron as diversas modalidades de edicións textuais na fixación da literatura galega, sobre todo na época moderna.

Este marco de reflexión leva a unha serie de inescusables preguntas: ¿De que forma as deficiencias institucionais do campo literario galego lle afectan ás prácticas filolóxicas? ¿Cales son os maiores desafíos que os textos literarios galegos e a dinámica mesma do campo literario que os produce lle presentan á filoloxía tradicional? ¿En que medida unha produción literaria como a galega podería contribuír á configuración dunha sociobiblioloxía? As diferentes respostas a estas cuestións probarían que a historia da ecdótica galega, e o estudio dos criterios filolóxicos por ela utilizados, son vías de investigación fundamentais para concretar as relacións entre a institucionalización social do

campo literario e a fixación filolóxica do corpus correspondente. Se do que se trata, en última instancia, é de **descubrir** os significados dun determinado texto, parece inescusable a análise dos múltiples factores socioculturais que fixeron e fan posible a articulación da súa produción como obxecto cultural.

BIBLIOGRAFÍA

- Chartier, Roger (1994), *The Order of Books, Readers, Authors, and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries*, trans. Lydia G. Cochrane, London, Polity Press.
- Figueroa, Antón (1988), *Diglosia e texto*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- González-Millán, Xoán (1994), “Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipótesis de traballo para un estudio institucional da literatura galega”, *Anuario de Estudios literarios*, pp. 67-81.
- Greetham, D. C. (1992), *Textual Scholarship. An Introduction*, New York, Garland.
- Greetham, D. C. (1992), “Textual Scholarship”, en *Introduction to Scholarship in Modern Languages and Literatures*, New York, Modern Languages Association, pp. 103-137.
- McGann, Jerome (1983), *A Critique of Modern Textual Criticism*, Chicago, The University of Chicago Press.
- McGann, Jerome (1991), *The Textual Condition*, Princeton (N. J.), Princeton University Press.
- McKenzie, D. F. (1981), “Typography and Meaning: The Case of William Congrave”, en *Buch and Buchhandel in Europa im achtzehnten Jahrhundert/The Book and the Book Trade in Eighteenth-Century Europe*, Hamburg, Dr. Ernst Hauswedell & Co., pp. 81-125.
- McKenzie, D. F. (1986), *Bibliography and the Sociology of Texts*, London, The British Library.
- Rico, Francisco (1996), “‘Por Hepila Famosa’ o cómo no editar el Quijote”, *El País*, 14 de septiembre.
- Stillinger, Jack (1991), *Multiple Authorship and the Myth of Solitary Genius*, New York and Oxford, Oxford University Press.
- Woodmansee, Martha and Peter Jaszi (eds.) (1994), *The Construction of Authorship. Textual Appropriation in Law and Literature*, Durham and London, Duke University Press.

PROBLEMAS E CONDICIONANTES NA EDIÇÃO DUN CLÁSICO MODERNO: OS *CANTARES GALLEGOS* DE ROSALÍA DE CASTRO

María Xesús Lama

Universitat de Barcelona

A revolución que se experimenta no proceso de produción do libro coa aparición da imprenta soe considerarse transcendental polos cambios que introduce no proceso de difusión, é dicir, na relación texto-lector. Dende o punto de vista do editor de textos non son menos importantes as transformacións que afectan á relación autor-texto.

A crítica textual tradicional enfrontábase ós problemas de autenticidade autorial en textos que se transmitiron a través de manuscritos, máis ou menos afastados a un manuscrito orixinal. En función destas características de transmisión desenvolveuse un método de análise das testemuñas conservadas encamiñado á elaboración dun *stemma* para reconstruír da forma máis exacta posible o orixinal ou o arquetipo sobre o que o editor tería que face-las correspondentes *emendatio* despois da *examinatio e selectio* das variantes. As diferentes operacións que conducen á construción do *stemma* constitúen a primeira fase do traballo dun editor que se denomina *recensio*, mentres que as operacións posteriores forman parte da segunda fase ou *constitutio textus*. Pero os textos da era da imprenta presentan unha realidade diferente que esixe para a súa análise substanciais transformacións no método. Son os críticos textuais angloamericanos os que comezan a estudar esta realidade diferente, desenvolvendo unha nova rama da investigación bibliográfica que eles chaman *textual bibliography*, o que podemos traducir por “bibliografía textual”.

Para empezar, nun texto da era da imprenta podemos contar ou non co correspondente manuscrito do autor. Se non se conservou manuscrito, ou aínda non se sabe del, como é o caso dos *Cantares Gallegos* de Rosalía de Castro, os documentos máis autorizados para reconstruí-la intencionalidade do autor son os textos impresos das edicións por el revisadas. Un punto de partida ben sinxelo, pero que xa nos enfronta a unha serie de problemas. Para tratalos con orde, examinaremos en primeiro lugar o proceso de selección dun “texto-base”, que vén sendo o equivalente á fase tradicional da *recensio*, e despois estudiaremos como debe opera-lo editor sobre ese “texto-base” na fase da *constitutio textus*. Ó mesmo tempo

farase algunha reflexión sobre o concepto da “última vontade do autor”, tendo en conta que o obxectivo da ciencia da crítica textual non é outro que reconstruír aquilo que o escritor escribiu realmente.

De todos é sabido que no paso dun manuscrito á imprenta o texto pasa por unha serie de mans que introducen posibles factores de contaminación de diversa índole: dende o simple erro de linotipia á corrección lingüística ou mesmo, nalgúns casos, á hipercorrección e á rectificación de supostos erros no campo do contido. Nos textos das primeiras épocas da imprenta, cando aínda se estaban formando as normas estandarizadoras das linguas romances, incluso podía acontecer que os manuscritos entregados para seren editados pasasen por unha adaptación á norma que se pretendía impoñer¹. Daquela, debemos ser conscientes de que, como di Quondam (1983: 674),

“o libro xa é un froito de moitas mans que se superpoñen: autor, caixista, corrector... cada un deles co seu nivel de competencia profesional e o seu código cultural, e polo tanto cómpre asumir unha metodoloxía que considere o libro, non como algo formado, senón coma un proceso de formación a varias mans.”

Velaí a primeira desmitificación da pretendida transparencia da “vontade do autor” nos textos conservados en versión impresa. No caso dos *Cantares Gallegos* de Rosalía consérvanse dúas testemuñas esenciais, amén das puntuais e parciais publicacións anteriores en revistas ou volumes colectivos²: son as dúas edicións feitas en vida da autora e que supostamente contaron co seu consentimento, a primeira de 1863 e a segunda de 1872. Se temos en conta as palabras de Manuel Murguía sobre o desinterese da autora pola publicación e sobre a intervención persoal del mesmo para leva-lo texto ó editor, teríamos que concluír que foi el quen supervisou a edición en pagas da propia autora, o que viría engadir unha man máis intervindo no proceso de edición. Xa que logo, ¿ata onde se pode considerar que o texto editado se corresponde coa intencionalidade autorial de Rosalía?

Outro aspecto importante introducido pola imprenta é a substitución dunha testemuña individual (o manuscrito) por unha múltiple (o conxunto dos exemplares dunha edición). Sen embargo, no S. XIX o grande adianto técnico da prensa mecánica elimina toda a problemática que afecta ós textos impresos con prensa manual, que poden presentar variantes dentro dos exemplares dunha mesma tirada. Por iso, nos textos desta época, non é indispensable a busca do “texto-ideal” da edición (*ideal copy*), pois tódolos exemplares son agora idénticos. Sen embargo, cando existen varias edicións, o editor debe establecer cal é o “texto-base” (*copy-text*) que reflexa de xeito máis fiel a “última vontade do autor” ou, como se prefere actualmente, a súa “intencionalidade”.

¹ Un caso significativo é o da *Arcadia* de Sannazaro, onde os manuscritos da primeira redacción (arredor de 1490) están escritos na koiné napolitana do quattrocento, mentres a edición princeps tende ó toscano literario. Vid. Stoppelli (1987: 24-25).

² Como é ben sabido, un poema incluído en *Cantares* publicárase xa en 1861 na revista *El Museo Universal* (c. 15), e este mesmo texto con catro poemas máis incluíronse en 1862 no *Album de la Caridad* (cc. 6, 10, 15, 17 e 28).

O termo “texto-base” acuñouno en 1904 R. B. McKerrow, o fundador –xunto con Walter W. Greg– da moderna bibliografía textual, na súa edición da obra de Thomas Nashe³. Con este termo denomínase aquel texto precedente dunha obra que un editor escolle como fundamento do seu propio traballo. En canto ó criterio con que se ha de realizar esta escolla, McKerrow estableceu daquela a seguinte lei:

“se un editor ten razóns para considerar que un certo texto contén correccións posteriores en relación con outro texto, e ó mesmo tempo non hai motivos para non crer que esas correccións, ou alomenos algunhas delas, sexan debidas ó autor, o editor non ten máis opción que adoptar este texto como base da súa edición.”⁴

Con este criterio elabora Carballo Calero a súa edición dos *Cantares Gallegos* publicada en 1963 por Anaya, e así o declara na súa *Introducción*:

“La base de toda edición que se realice de los *Cantares* debe ser la segunda, última que se publicó en vida de Rosalía, y que ha de suponerse expresión de su última voluntad a propósito del texto.”⁵

A maioría dos editores posteriores seguen o maxisterio de Carballo Calero e polo tanto este mesmo criterio para a selección do texto-base, nalgún caso incluso partindo directamente da versión do profesor ferrolán, sen recorrer ás primeiras edicións. Sen embargo, non debemos esquecer que para Carballo o peso desta escolla do texto-base é relativo, posto que preconiza e practica unha permanente colación coa edición príncipe, ademais de moderniza-la grafía.

En canto a McKerrow, trinta e cinco anos despois da formulación desta lei, rectifica a súa propia opinión nos *Prolegomena for the Oxford Shakespeare* publicados en 1939. Chegara á conclusión de que a utilización como texto-base dunha reimpresión, aínda que fose revisada, era insostible. Recoñece isto cando afirma:

“De calquera xeito, anque chegasemos a estar seguros (...) de que certas correccións introducidas nunha edición posterior dun texto shakespeariano fosen de man do autor, non se debe seguir enteiraamente esta edición como texto-base. Sen dúbida sería necesario englobar aquelas correccións no noso texto, pero (...) parece evidente que (...) esta edición máis tardía (non sendo polas correccións) se afastará máis ca primeira do manuscrito orixinal do autor (...) Polo tanto a máxima aproximación posible ó noso

³ Segundo W. W. Greg (1987), o concepto de “texto-base” da teoría inglesa ten pouco que ver co que se entendía na filoloxía tradicional por manuscrito “mellor” ou “máis fiable”. A grande achega realizada por Lachman no S. XIX cando introduce como regra da crítica textual a clasificación xenealóxica dos manuscritos foi un intento de proporcionar un fundamento científico ó concepto de texto máis fiable, pero a falta de profundidade analítica converteu este método nun código de regras mecánicas demasiado rixidas. Ignorando que a fiabilidade dunha testemuña sempre é relativa, e nunca absoluta, intentábase recoñecer un manuscrito máis correcto cós demais partindo do principio de que, se un copista comete un erro, este delátase porque o resultado non ten senso. Con isto garátese a distinción entre o que ten senso e o que non o ten, pero non entre o que é orixinal e o que é espurio.

⁴ *Nashe*, vol. II, p. 197. Cit. por W. W. Greg (1987: 38).

⁵ Cítase pola reimpresión desta edición en Cátedra, Madrid, (1989: 32).

ideal obterémola usando a primeira impresión “boa” como texto-base, inserindo as correccións que consideramos do autor atendendo á primeira edición que as contén.”⁶

En ausencia de manuscrito orixinal e tendo en conta as dificultades para discernir cáles son as modificacións debidas ó autor ou a outras mans das que interveñen no proceso, sobre todo cando non se conservan tampouco testemuñas das correccións de probas de imprenta, parece tenderse á aceptación de que o texto máis próximo ó orixinal do autor sería o da primeira edición, por canto cada nova reedición supón multiplica-las posibilidades de contaminación.

Polo que se refire á historia editorial dos *Cantares Gallegos*, a única edición que presta atención prioritaria á príncipe é a publicada tamén en 1963 pola editorial Galaxia a cargo de Bouza Brey⁷. Así o manifesta claramente o editor, explicando ademais de que xeito se considerarán as achegas fundamentais da segunda e última edición supostamente revisada pola autora:

“É o noso propósito conserva-la mesma composición do libro que na edición príncipe (...) ‘O final engadiremos primeiro os poemas que foron aportados na segunda edición e despois os que se sumaron na terceira e sucesivas, debidamente separados, mais seguindo a numeración correlativa.’” (1963: 21).

Resulta imposible facer aquí unha comparación minuciosa de tódalas “leccións” nos casos dubidosos nas múltiples edicións modernas da obra en relación coas dúas edicións básicas feitas en vida da autora. Nin sequera podemos facer esta análise tan detallada só coas edicións de Carballo Calero e de Bouza Brey, pois cada unha destas pescudas esixiría un relatorio ou un artigo “per se”. Por outra banda, mentres non se faga este traballo será imposible saber de certo ata qué punto os dous editores seguen rigorosamente a súa escolla declarada dun texto-base. En principio parece que esa escolla afecta sobre todo á consideración do corpus central do texto, é dicir, ó número de poemas incluídos. Pero ¿en que medida, cando e segundo que normas se dá prioridade ás leccións do texto-base ou se introducen leccións doutro texto consideradas máis fiables?

Neste senso, Walter W. Greg engade unha importante matización sobre o concepto de texto-base de McKerrow establecendo unha distinción entre o que chama leccións significativas ou “substanciais” do texto e leccións “accidentais”. As primeiras serían aquelas nas que intervén o significado ou a substancialidade da expresión orixinaria, mentres que as segundas concirnen ó aspecto formal do texto, como é o caso da grafía, a puntuación, a división de palabras, etc. (1987: 36)⁸. Greg basea esta distinción no diferente tratamento que re-

⁶ *Prolegomena*, pp. 17-18. Citado por W. W. Greg (1987: 39).

⁷ Carballo Calero na súa edición reconece o interese da edición de Bouza Brey como o primeiro intento de facer crítica textual, sen embargo quere ignora-la preferencia de Bouza pola versión da príncipe e non sinala esta cuestión entre as diferencias que o separan del. Polo contrario, sorprende a súa afirmación cando di: “nos interesa en cuanto versión crítica de la segunda, ya que es en ese sentido el último precedente —en realidad el único— de nuestra propia versión.” (1989: 33).

⁸ O bibliógrafo apunta tamén a existencia dunha categoría intermedia de variantes morfolóxicas que se poden clasificar de xeito variable segundo os casos.

ciben por parte dos copistas, ou dos caixistas. Normalmente estes procuran reproducir con exactitude as leccións substanciais do texto, aínda que nalgún caso se poidan desviar involuntariamente, ou mesmo voluntariamente polos motivos que sexa. En canto ás leccións accidentais, sostén Greg, tenden a segui-los hábitos ou as preferencias de seu, aínda que poidan experimentar en certa medida a influencia do exemplar que utilizan. Por iso establece que

“dentro de límites razoables, debemos segui-lo texto-base só en canto ás accidentais, mentres no que se refire ás variantes substanciais temos exactamente a mesma liberdade de escolla que tería un editor clásico.” (Greg 1987: 36)⁹.

É dicir, a liberdade para escoller entre leccións manuscritas que presentan variantes significativas, só que neste caso non se escollerá entre os manuscritos (ou non só), senón entre as edicións autorizadas.

A autoridade do texto-base queda limitada, polo tanto ás leccións accidentais. Deste xeito Greg restrinxe a que el denominou “dictadura do texto-base” imposta polas teorías de McKerrow. Este, no temor de caer excesivamente no eclecticismo, sostiña que o texto-base, unha vez escollido, debía respectarse cun criterio de organicidade e reducindo ó mínimo as interferencias. Greg, en cambio, defende decididamente o texto ecléctico, sinalando que a uniformidade do resultado non ten valor ningún se significa só uniformidade nos erros. Coa súa distinción entre leccións accidentais e substanciais introduce unha consideración que foi posteriormente aceptada pola ciencia bibliográfica en xeral:

“Cando existen varios textos substanciais que teñen máis ou menos a mesma autoridade, aínda que sempre seguirá sendo necesario escoller un texto-base e seguilo para as variantes accidentais, a este texto base non se lle poderá recoñecer unha autoridade absoluta, e nin sequera preponderante, respecto ás leccións substanciais”. (Greg 1987: 37).

Así pois, se a autoridade do texto base se limita ás leccións accidentais, é evidente que a escolla debe inclinar-se como norma xeral pola edición príncipe. Primeiro porque unha edición do tempo do autor, anque non revele as escollos gráficas do autor mesmo, alomenos revelará o sistema gráfico común naquel momento (ou a ausencia deste). E despois porque o habitual é que cada edición se elabore a partir dun exemplar da anterior, revisada ou non polo autor, e polo tanto engádese un paso máis de afastamento respecto ó manuscrito do autor.

Seguindo estes razoamentos, que parecen lóxicos e comunmente aceptados polos estudiosos da bibliografía textual, na edición da obra de Rosalía teríamos que tomar como texto-base a edición príncipe de 1863, dándolle prioridade ás escollos gráficas, de puntuación, etc. deste texto. Tendo en conta que existe unha segunda edición feita en vida da auto-

⁹ Greg puntualiza aquí ademais que “cando o editor escolle un texto-base espera que este conserve alomenos minimamente o aspecto do orixinal. Sen embargo a experiencia demostra que mentres a distribución das variantes substanciais corresponde en xeral á información xenética dos textos, sen embargo a das accidentais é relativamente casual”.

ra que é a última autorizada (que non é o mesmo que revisada) por ela, e que nela se fan engádegas ó corpus textual, parece lícito acepta-los poemas engadidos na súa primeira versión, que se corresponde agora coa segunda edición do conxunto. Ademais, no caso de Rosalía se cadra poderíamos considerar outros factores que nos reafirman nesta escolla e que probablemente teñen moito que ver coa socioloxía da crítica textual. Ímolos considerar polo miúdo.

Diciamos, seguindo a Greg, que nas leccións accidentais copistas e caixistas tenden a non respecta-lo maxisterio do autor e, polo contrario, soen segui-los hábitos ou as preferencias de seu, e que por iso o texto dunha edición contemporánea ó autor, aínda que non nos transmita as preferencias deste, alomenos será unha testemuña dunha época histórica da lingua na que escribiu o autor. Agora ben, ¿cales podían se-las preferencias ou os hábitos na escrita do galego dun traballador de imprenta ou un editor no momento en que se publicaron os *Cantares Gallegos*? Hábitos evidentemente ningún. Preferencias quizais algunha¹⁰.

Non deberíamos esquecer que en certo modo a edición deste libro tivo un certo carácter de experimento no plano lingüístico, posto que non había ningún sistema ortográfico nin gramatical definido, nin moito menos imperante. ¿Quere isto dicir que entón serían máis respectadas as escollas que figuraban no manuscrito da autora? Non vexo por qué o habíamos de interpretar así. Ó non existir ningunha testemuña manuscrita da autora, nin conservarse declaracións súas ó respecto, non temos documentación fiable que nos permita discernir qué leccións responden ó seu criterio e cáles ós doutras persoas que interveñen na xestación da impresión. Pola contra, existen declaracións de Murguía no senso da absoluta falta de intervención de Rosalía no proceso editorial, que recaía nas mans del, o cal nos permite deducir que, se existe algunha intencionailidade imperante no establecemento das leccións accidentais, esta parece ser máis atribuíble ó señor Manuel Murguía cá propia autora. Con moita maior razón cabería imputarlle á intervención de Murguía as modificacións introducidas na edición de 1872, tendo en conta que Rosalía parece non aceptar algunhas das novas opcións lingüísticas na edición príncipe de *Follas Novas*, feita con posterioridade e en vida dela, e que Murguía recupera esas modificacións na reedición dos *Cantares* que el publica despois da morte da autora.

Paréceme que estes son argumentos de peso abondo para que un editor que pretenda aproximarse escrupulosamente á intencionalidade de Rosalía nos aspectos formais do texto se incline por dar preferencia á edición príncipe. Nas edicións modernas do libro, os únicos que se propuxeron respecta-la intencionalidade de Rosalía nas leccións accidentais foron Pociña e López (Sotelo Blanco, 1992), quen sen embargo parecen dar preferencia á edición de 1872. O cotexo coa primeira edición é sistemático, pero os argumentos utilizados para xustificar esta preferencia pola segunda edición non resultan plenamente convincentes:

¹⁰ Lembremos por exemplo o debate que houbo na época sobre a representación do fonema fricativo prepalatal xordo con dúas posturas enfrontadas, unha etimoloxista e outra foneticista. Parece evidente que por exemplo o editor de *El Album de la Caridad*, Antonio de la Iglesia, tiña unha preferencia clara pola tendencia etimoloxista e esta prevalece nos textos por el editados, os de Rosalía incluídos.

“Na segunda saída de *Cantares*, malia ser unha edición revisada pola autora, como demostran diferentes cambios de léxico, revisións dalgúns versos e engádegas de poemas novos, etc.” (1992: L).

Despois do dito, xa sobra insistir en que o feito de que observemos cambios nunha testemuña respecto a outra precedente non abonda para que eses cambios poidan ser directamente imputados ó autor. Por outro lado, ata onde chega o meu coñecemento dos documentos conservados, non existen probas reais de que Rosalía revisase persoalmente o texto da segunda edición, polo que me parece máis prudente falar de edición “autorizada”, e non “revisada”. E iso con reservas, lembrando que en tempos de Rosalía unha muller aínda non tiña autonomía xurídica para responsabilizarse das súas propias publicacións, que debían ser asumidas polo titor ou, no caso dunha muller casada, habitualmente polo marido. De xeito que, en senso estrito, nin sequera a súa autorización era necesaria. Ademais, en canto á xestión tipográfica do libro, cabe supoñer que na segunda edición, feita en Madrid, os operarios da imprenta serían aínda moito máis alleos ó código lingüístico do libro cós de Vigo, encargados da primeira edición.

Ata aquí a problemática da escolla do “texto-base”. Pero xa vimos tamén que debemos evita-lo respecto excesivo ás leccións que este texto nos ofrece. Fredson Browsers, aceptando as propostas de Greg, explica o paso seguinte:

“A continuación o texto desta testemuña será necesariamente retocado coa introdución daquelas leccións derivadas da edición revisada ou modificada que, a xuízo do editor representan variantes de autor respecto ás leccións do texto-base.” (Browsers 1987: 142).

A intervención do *iudicium* parece revelarse esencial. O editor debe decidir cáles das variantes que aparecen nas testemuñas posteriores corresponden á intencionalidade do autor e cáles proceden doutras mans e, en función diso, introducir correccións sobre o texto-base. O resultado deste proceso é un texto ecléctico definido por criterios que se determinan bibliograficamente, un concepto que defende Greg e que é considerado por Browsers como a grande achega deste século á crítica textual.

Pero a defensa do texto ecléctico e do *iudicium* en Greg vai aínda máis lonxe. O respecto ó texto-base, segundo el, debe ser relativo tamén respecto ás leccións accidentais sempre e cando predomine o criterio de respecto á intencionalidade do autor. Sempre que o editor considere con fundamento que certas solucións do propio texto-base se deben á man do caixista ou do corrector, en vez de ó autor, non tería por qué reproducilas:

“Non vexo por qué non debiera modificar palabras que presentan unha grafía vacilante ou extravagante se está convencido de que é debida ó copista ou ó caixista e non ó autor. Se a puntuación é incorrecta ou defectuosa, o editor podería querer renunciar completamente a ela e adoptar unha propia. Defendo que sexa libre de facelo sempre que ó fíxa-la propia puntuación teña en conta debidamente a orixinal e sinala o cambio cando afecta sensiblemente ó significado. (...) De todos xeitos estes son aspectos que se deixan á discreción do editor. A min só me interesa defende-la súa liberdade de xuízo.” (Greg 1987: 45).

Esta defensa do *iudicium* do editor parece clara dende o primeiro momento para Greg, e non só para a segunda fase da *constitutio textus*, senón tamén na primeira fase da *recensio*:

“Non é posible excluí-lo xuízo da práctica editorial: este actúa necesariamente no problema importantísimo da escolla do texto-base, e no secundario de establecer qué leccións son posibles e cales non.” (Greg 1987: 41)¹¹.

Pero ademais este estudioso reconece os diferentes hábitos no tratamento dos fenómenos accidentais na tradición clásica con respecto á inglesa. Na primeira adóitase actualizar a grafía, mentres que na segunda téndese a respectala porque facilita o coñecemento dun estadio da lingua. Por iso el postula as súas teorías só para a tradición inglesa.

Se nos textos clásicos e no ámbito da Romania é habitual a actualización da grafía, ¿que facer cun texto dunha lingua romance en proceso de formación da súa normativa e dun período cronoloxicamente tan próximo que o estadio de evolución histórica interna da lingua a penas difire do actual? De novo unha situación onde o editor ten que asumir a responsabilidade dunha decisión.

O meu criterio para decidir esta cuestión na edición que eu elaborei dos *Cantares Gallegos* baseouse na adaptación ós obxectivos da edición, un criterio defendido aínda recentemente por Francisco Rico nun artigo publicado en *El País* o 14 de setembro de 1996 sobre a nova edición de *El Quijote* que viña de presentar Alianza Editorial. Unha edición crítica pode elaborarse con criterios diferentes segundo vaia dirixida a un público restrinxido de expertos, a un público profano ou a un máis heteroxéneo. Pero ademais existen as edicións facsímiles que, na miña opinión, son o medio idóneo para presentar con detalle tódalas variacións gráficas que só interesan ós expertos.

Unha edición crítica dos *Cantares* que se marque como obxectivo o máximo respecto á intencionalidade da autora, ata onde esta nos pode resultar accesible, ou o intento de reconstruír esa intencionalidade alí onde carecemos de probas para distinguila con certeza, non implica necesariamente un respecto estricto das leccións gráficas transmitidas polas testemuñas impresas conservadas. Unha opción que parte do respecto ó texto-base, que regulariza as grafías vacilantes e actualiza a grafía cando os cambios non afectan ó contido nin á substancia fónica, e que comenta expresamente as modificacións concretas que escapan a esta norma, non pode ser cualificada de contraria á intencionalidade da autora. Sobre todo se non perdemos de vista unha valoración obxectiva das testemuñas conservadas no caso concreto desta obra de Rosalía de Castro.

Parafraseando a Greg, quixera concluír dicindo que con esta formulación *a posteriori* dalgúns dos principios polos que se rexeu a miña experiencia práctica no eido da edición non pretendín máis ca poñer algunha orde nunha serie de problemas que se lle poden presentar a calquera editor de textos modernos, e singularmente nun ámbito de características

¹¹ Fredson Browsers incita á reflexións sobre unha serie de casos onde a escolla do texto-base se dificulta, como cando existen textos radiais que xorden simultaneamente dun mesmo orixinal non conservado, ou cando se conserva o manuscrito do autor que, en opinión de Browsers, sería sempre máis fiable ca calquera versión do texto editado.

moi específicas coma o da literatura galega. Ordenando os tipos de problemas quixen expoñer-las posibles solucións a estes, para intentar aclarar-las xustificacións teóricas dalgúns criterios editoriais ante min mesma, e tamén, por suposto, ante os demais. Polo que a min respecta, este obxectivo foi en parte acadado, aínda sendo ben consciente de que o resultado práctico non pasa de ser provisional e cabe esperar que mellorable. Se para os demais tamén quedaron claras as cuestións tratadas aquí terá que dicilo cada un, e en calquera caso tamén cada un será libre de adoptar posicións diferentes. Non é o acatamento, senón a contestación argumentada o que propicia o diálogo científico, e só practicando este diálogo poderemos progresar no coñecemento.

BIBLIOGRAFÍA

- ALONSO MONTERO, Xesús, *Constitución del gallego en lengua literaria*, Lugo, Celta, 1970.
- BEDIER, Joseph, “Obiezioni al metodo del Lachmann” (fragmento de *La tradition manuscrite du Lai de l’Ombre*, Paris, Champion, 1929) en Stussi, A. (ed.), *La critica del testo*, Bologna, Il Mulino, 1985.
- BOWERS, Fredson, “Multiple Authority: New Problems and Concepts of Copy-Text” en *Essays in Bibliography, Text and Editing*, Charlottesville, 1975, pp. 447-487. Citado pola traducción italiana: “L’autorità multipla. Nuovi problemi e concetti del testo-base” en Stoppelli, P. (ed.), *Filologia dei testi a stampa*, Bologna, Il Mulino, 1987, pp. 108-145.
- CONTINI, Gianfranco, *Breviario di ecdotica*, Torino, Einaudi, 1992, (1ª ed. de 1986).
- GREG, Walter Wilson, “The Rationale of Copy-Text”, en *Studies in Bibliography*, III (1950-1951), Bibliographical Society of Virginia University, Charlottesville, pp. 19-36. Citado pola traducción italiana: “Il criterio del testo-base” en Stoppelli, P. (ed.), *Filologia dei testi a stampa*, Bologna, Il Mulino, 1987, pp. 33-51.
- HERMIDA GULÍAS, Carme, “A polémica ortográfica a finais do século XIX (1888). A grafía do [š]”, *Grial* 97, 299-316.
- MALATO, Enrico, “Edizione in fac-simile, edizione diplomatica, edizione critica” en Placella, V. e Martelli, S. (eds.), *I moderni ausili all’ecdotica. Atti del Convegno Internazionale di Studi, (Fisciano, Vietri sul Mare, Napoli, 27-31 ottobre 1990)*, Pubblicazioni dell’Università degli studi di Salerno, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1994 pp. 249-264.
- QUONDAM, Amedeo, “La letteratura in tipografia” en ASOR ROSA, A. (coord.), *Letteratura italiana*, vol. II, Torino, Einaudi, 1983, pp. 555-686.
- RICO, Francisco, “‘Por Hepila Famosa’, o cómo no editar el ‘Quijote’” en *El País*, 14 de setembro de 1996, p. 16-17 Babelia.
- STOPPELLI, Pascuale, “Introduzione” in *Filologia dei testi a stampa*, editado por P. Stoppelli, Bologna, Il Mulino, 1987, pp. 7-31.
- TANSELLE, G. Thomas, “The Editorial Problem of Final Authorial Intention” en *Studies in Bibliography*, XXIX (1976), Bibliographical Society of Virginia University, Charlottesville, pp. 309-53. Citado pola traducción italiana: “Il problema editoriale dell’ultima volontà dell’autore” en Stoppelli, P. (ed.), *Filologia dei testi a stampa*, Bologna, Il Mulino, 1987, pp. 147-189.
- WELLS, Stanley, “Una nuova edizione delle opere di Shakespeare” en Placella, V. e Martelli, S. (eds.), *I moderni ausili all’ecdotica. Atti del Convegno Internazionale di Studi, (Fisciano, Vietri sul Mare, Napoli, 27-31 ottobre 1990)*, Pubblicazioni dell’Università degli studi di Salerno, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1994, pp. 359-370.

Selección das edicións manexadas dos *Cantares Gallegos* de Rosalía de Castro

- (1863) Rosalía Castro de Murguía, *Cantares Gallegos*. Vigo, Establecimiento tipográfico de D. Juan Compañel.
- (1872) Rosalía Castro de Murguía, *Cantares Gallegos*. Nueva edición, corregida y aumentada. Madrid, Librería de D. Leocadio López, editor.
- (1909) Rosalía Castro de Murguía, *Obras Completas*. Madrid, Librería de los sucesores de Hernando.
- (1963) Rosalía Castro de Murguía, *Cantares Gallegos*. Edición do Centeario, ordeada, prologada e anotada por Fermín Bouza Brey, Vigo, Galaxia.
- (1963) Rosalía de Castro, *Cantares Gallegos*. Introducción y notas de Ricardo Carballo Calero, Salamanca, Anaya.
- (1973) Rosalía de Castro, *Poesías, Cantares gallegos, Follas novas, En las orillas del Sar*. Edición da Cátedra de Lingüística e Literatura Galega da Universidade de Santiago, Vigo, Patronato Rosalía de Castro.
- (1977) Rosalía de Castro, *Obra galega completa*. Preparada por X. Alonso Montero, Madrid, Akal.
- (1992) Rosalía de Castro, *Poesía galega completa 1. Cantares gallegos*. Edición de Andrés Pociña e Aurora López, Santiago de Compostela, Sotelo Branco.
- (1995) Rosalía de Castro, *Cantares Gallegos*. Edición de M. X. Lama López, Vigo, Galaxia.

SOBRE O TESTAMENTO DE ESTEVO PÉREZ. LECTURA CRÍTICA E NOVA PROPOSTA DE DATACIÓN

Fernando R. Tato Plaza

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

INTRODUCCIÓN

A presente comunicación pretendía centrarse nos aspectos lingüísticos dun documento que considerabamos excepcional: o testamento ou manda de Estevo Pérez. A significación fundamental deste escrito residía en que viña sendo considerado o máis antigo documento non literario galego e así se reflectía no título inicial da comunicación tal e como foi publicado no libro de resumos do Congreso: *O testamento de Estevo Pérez (1230). O máis antigo documento non literario galego. Lectura crítica e comentario lingüístico*.

Efectivamente, no prólogo á *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1025-1310* que o paleógrafo Miguel Romaní Martínez editou en 1989 (en diante, CDOseira), o filólogo Antón Santamarina acollía con lelicia e agradecemento o inxente material compilado polo primeiro e saudaba a súa utilidade tanto para historiadores como para os filólogos e engadía:

Para estes últimos aínda que non tivese outros méritos abondaríalle co de sacar á luz o primeiro documento coñecido ata agora escrito integramente en galego: o de 1230, que leva nesta colección o nº 325. É unha xoia filolóxica que lle debemos ó autor.

Non é de estraña-lo ton das palabras do filólogo, pois é ben sabido que o momento inaugural da escrita documental romance en territorio galego viña situándose contra a segunda metade do XIII. Nos seus *Documentos gallegos*, Martínez Salazar (1911) presenta un “Fragmento de prueba en un pleito”, orixinario do mosteiro de Sobrado, sen data, pero que el sitúa no ano 1242. Posteriormente, en 1934, a colección de Sponer non inclúe documentos anteriores a 1254. Ferro Couselo publicou en 1967 a súa coñecida colección *A vida e a fala dos devanceiros*, na que daba a coñece-la carta de foro que dona Toda lle daba ós poboadores de Vilabona, do ano 1244. A máis recente *História*

do *Galego-Português* de Maia (1986) presenta como testemuño máis antigo un documento de Portomarín de 1255.

Nos seus traballos de sociolingüística histórica, Monteagudo (1994) examinou con minuciosidade numerosas fontes editadas e estableceu diversas táboas cronolóxicas de emprego do latín, galego e castelán nos documentos galegos medievais. Nelas confírmase a irrupción do galego na segunda metade do XIII e a súa consolidación a partir do XIV. A xeito de exemplo diremos que dos documentos privados do Arquivo da Catedral de Ourense, entre o ano 888 e 1259 a totalidade dos 335 docs. están en latín, e entre este ano e o final do século, aínda que predomina o latín con 174 docs., xa aparece o galego con 21. Datos moi semellantes extrae doutros fondos como o Mosteiro de Santo Estevo de Ribas de Sil, que presenta o primeiro en galego no ano 1267, ou San Pedro de Rochas, un pouco máis tarde, en 1282.

Tamén desde a paleografía se intentou establecer marcos cronolóxicos para a aparición e desenvolvemento do galego na prosa documental. Lucas Álvarez, nun significativo epígrafe titulado “Los orígenes del notariado y el uso del idioma gallego”, sostíña que ámbolos factores foron decisivos e afirmaba:

los exámenes que he realizado en grupos de escrituras de esta época y de varias procedencias me permiten llegar a unas conclusiones provisionales, que tanto en Santiago como en Camanzo y Oseira son muy similares. El comienzo efectivo del uso del gallego en los documentos no debe situarse antes de 1250; y los documentos que, con anterioridad a esta fecha se puedan encontrar, o son excepción, o se trata de copias traducidas de originales latinos.

Entre 1250 y 1265 se encuentran los primeros ejemplares escritos en gallego en nuestra documentación notarial y privada [...]. A partir de los años 1265-1270 y hasta la finalización del siglo, el gallego incrementa rápida y progresivamente su aparición; y desde 1301 en adelante la documentación en latín es una excepción o un campo reservado para asuntos de administración eclesiástica (Lucas Álvarez 1991: 458).

As liñas mestras do proceso de aparición do galego e substitución do latín trazadas por Monteagudo e Lucas utilizando fontes diversas entre si e achegándose ó fenómeno desde intereses distintos son sorprendentemente coincidentes. Non obstante, xa Lucas advertía da posibilidade de haber excepcións.

Filgueira daba en 1982 como primeiro documento escrito en galego, “con texto íntegro e conciencia”, un litixio entre Munio Fernández de Rodeiro e os veciños de Moreira, de 1230, que editara López Peña na *Colección de Documentos Históricos* do BRAG no ano 1915. Sen máis precisións, cita tamén un Inquérito compostelán sobre os abusos dos colledores de moeda foreira que dá como do tempo de San Fernando, polo que estaríamos entre 1230 e 1252, pero non demos localizado a fonte. A noticia do documento editado por López Peña xa a recollía Couceiro Freijomil (1926) no capítulo titulado *El idioma gallego* da *Geografía General del Reino de Galicia*, onde dedica un epígrafe a *Aparición del habla gallega y de los primeros escritos en esta lengua*. Sen embargo,

este documento foi posteriormente ignorado, e descoñecémo-las razóns, polos que a seguir se ocuparon deste asunto.

A outra excepción era o documento que hoxe nos ocupa. Mais, antes de pasarmos a centra-la nosa atención nesta peza documental, queremos tamén salienta-lo paralelismo do proceso que acabamos de ver no acceso do romance á prosa documental en territorio galego, co acontecido en territorio portugués, onde tamén se pode falar da segunda metade do s. XIII como fronteira para este tránsito, mais tamén cun pequeno número de excepcións que constitúen o núcleo de primeiros documentos redactados en lingua vulgar no territorio portugués. En palabras de Ivo Castro, tiradas do seu *Curso de história da língua portuguesa*:

a produção regular de documentos em português só é conhecida a partir da segunda metade do século XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de D. Afonso III e em 1279 D. Dinis torna sistemático o uso do português como língua dos documentos oficiais. Pode assim usar-se o ano de 1255 como divisória. [...] Mas antes de 1255 existiu também uma diminuta produção primitiva portuguesa, constituída por documentos de carácter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e dois documentos de Mogadouro recentemente descobertos (Castro 1991: 182-183).

Así pois, o testamento de Estevo Pérez, en tanto que peza documental producida no primeiro tercio do XIII adquiría un valor histórico e lingüístico de primeira orde. Non embargante, o traballo de pesquisa sobre o orixinal revelou un aspecto fundamental que modificaba nun punto central o valor do escrito. A datación inicialmente proposta (1230), e por nós aceptada nun primeiro momento, era productu dunha mala lectura, como demostraremos máis adiante. Este feito levounos a modifica-lo título e os focos de interese da nosa comunicación tal e como a tiñamos primeiramente trazada e anunciada no resumo. Ora ben, coidamos que o relevo do achado xustifica de abondo o cambio producido.

NOTICIAS SOBRE O TEXTO

Seguindo unha orde cronolóxica, a primeira vez que se dá noticia da existencia desta escritura foi no ano 1629 en que se elaborou un catálogo manuscrito dos fondos do arquivo de Oseira co título *Repertorio para las escripturas antiguas del Archivo Bajo*. Na páxina 261 rexistrouse a seguinte ficha:

1230 (E. 1268) Esteban Pérez en su testamento se mandó enterrar en Santa María del Burgo y deja un aniversario para los clérigos de la iglesia sobre la viña de Codesas. C.73, L. 337, nº 99 (Portela / Garrido / Romani 1993: 442).

Posteriormente rexistrouno Leirós en 1951 no seu *Catálogo de los pergaminos monacales de la S. I. Catedral de Orense*, co nº 348 e a seguinte ficha:

Particular	Septiembre 1230
Testamento de Esteban Petri, que deja para aniversario a los clérigos de Sta. María la viña dos Codesaes, al abad la viña de Revordauns y una casa do Campo, etc. (Ribadavia).- T 494.	
8º kalendas octubre. Era 1268 (1298).	

Como se pode observar, en ningún dos dous traballos compilatorios citados se fixo referencia á lingua do documento, o que realmente o convertía nunha peza excepcional dentro do conxunto de instrumentos coetáneos, e se a isto lle engadimos que o primeiro dos catálogos, o *Repertorio* de 1629, permaneceu inédito ata data moi recente, non é estrañño que pasase desapercibido entre os milleiros de documentos que dormen nos arquivos á espera da súa exhumación e que se tivese que agardar ata a súa publicación por Romaní en 1989 para que se publicitase como o primeiro documento notarial en galego. Non obstante, obsérvase que xa Leirós dá a primeira indicación sobre o problemático da datación ó indicar entre parénteses unha data alternativa (era 1298).

Ata aquí as escasas noticias que puidemos recoller en torno á existencia deste instrumento. Pasamos agora a facer unha breve descrición do mesmo.

DESCRICIÓN DO MANUSCRITO

A peza documental que nos ocupa, procedente dos fondos do Mosteiro de Oseira, custodiase na actualidade no Arquivo da Catedral de Ourense (Monást. 348). Trátase dun escrito breve de 27 liñas trazadas sobre un pergameo que ten unhas dimensións de 100 x 170 mm.

O seu estado de conservación é bo e permite a súa lectura a través de medios reprográficos (fotografía ou microfilme). Unicamente unha mancha de humidade que ocupa unha zona irregular na parte esquerda entre as liñas 16 e 21 dificulta levemente o acceso ó seu contido.

A letra do texto parece de transición entre os ciclos carolino e gótico, que, como é sabido, en Galicia se produce durante o século XIII. O profesor Romaní cualifícaa de minúscula diplomática, seguindo, coidamos, a denominación establecida por Lucas. Este di ó respecto deste tipo de escritura que se trata dunha minúscula do ciclo carolino que ten un amplo eco nos documentos do XII na súa segunda metade e ó longo da primeira metade do XIII.

O *Testamento de Estevo Pérez* ten toda a aparencia dun apuntamento notarial, previo á redacción definitiva do documento. É doutrina comunmente aceptada que existen dúas fases textuais na redacción do documento notarial: a nota e a escritura propiamente dita,

ou, se se prefire, dous momentos de elaboración: o inicial e o final. Este momento inicial abrangue a declaración de vontade dispositiva, o seu outorgamento e a súa consignación nunha nota, rexistro ou matriz documental; é o momento material de recepción do contido ou materia da escrituración. O momento final é o da confección e expedición do documento definitivo con tódalas súas formalidades.

Desde un punto de vista diplomático, a nota debía reunir unha serie de condicións, despois reguladas coa lexislación de Afonso X, das que carece o noso documento. A ausencia da data tópica, de testemuñas, de noticia do redactor e outras, confirmanos na nosa visión deste texto como mera ementa ou apuntamento, que posiblemente un escriba redactaría en presenza do outorgante, e que inclúe unicamente a data cronolóxica e a parte dispositiva, é dicir, os datos que non podía fiar á memoria, para con eles elaborar con posterioridade o instrumento que lle daría validez ó acto testamentario. Estas suposicións veñen reafirmadas por determinadas irregularidades na redacción (rísanse palabras ou letras, engádense na entreliña outras, etc.) que nos fan pensar, como fixo Cintra coa *Notícia de Torto*, no seu “carácter de apontamentos tomados um pouco ao acaso das informações que alguém ia dando verbalmente a um notário” (Cintra 1990: 24).

Finalmente, verbo do seu contido, estamos ante unha manda ou testamento na que Estevo Pérez dispón o seu lugar de enterramento e mailos destinatarios das súas propiedades e bens.

LECTURA CRÍTICA

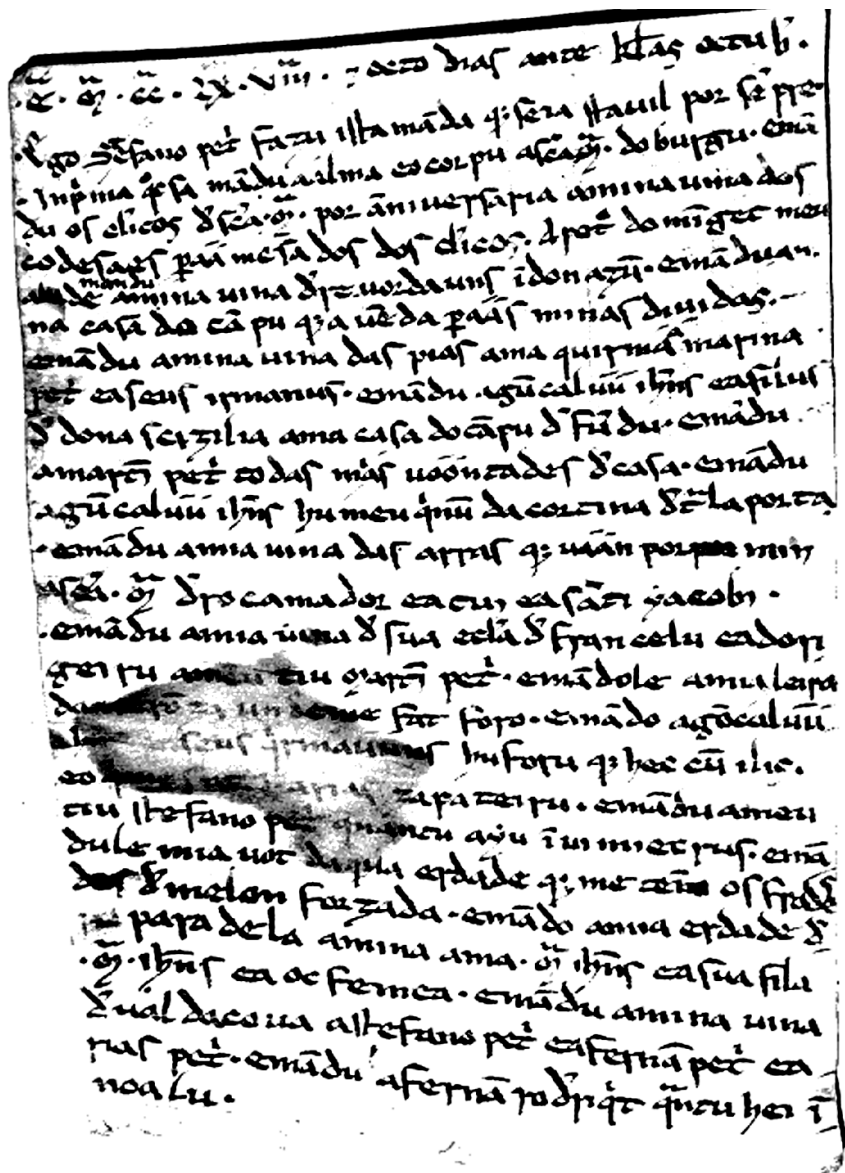
A única edición que dispoñemos do texto, como xa foi dito, é a de Romaní (1989). Aínda que esencialmente correcta na súa transcripción, resulta insuficiente para quen se achegue a ela con intereses lingüísticos. Entre outras razóns, o feito de que non se sinalen os desenvolvementos das abreviaturas supón unha diferenza de criterio que recomenda facer unha nova lectura do texto con criterio filolóxico. As diverxencias que afectan directamente á lectura limitáanse ás seguintes:

Romaní (1989)	Tato (1996)	Liña ms.
x	XL	1
quosa	Quocsa	3
cui	Tuj	14
Guncalvu	Goncaluu	17
suus	Seus	18
Vimieirus	Uimiecrus	20

Respecto ós criterios que adopto na miña edición, son os habituais no tratamento deste tipo de documentos lingüísticos. Sinalo a división en liñas do orixinal por medio de barra (/); desenvolvo as abreviaturas indicando os caracteres restituídos en cursiva,

Co fin de que a lectura do documento resulte máis clara procedo á modernización segundo a norma actual dos aspectos que afectan á acentuación, puntuación, emprego de maiúsculas e minúsculas e separación de palabras.

(ACO, Monást., n° 348)



Era M^a CC^a LXL^a VIII^a *et octo días ante kalendas october*. / Ego Stéfano Petri fazu ista manda que seia stáuil por senpre: / in *prima quocsa* mandu a alma e o corpu a *Sancta María* do Burgu. E man/du ós cléricos de *Sancta María* por *anniversaria* a mina uina dos /⁵ Codesaes *pera* a mesa dos cléricos. A Petro Domínget, meu / abade, mandu a mina uina de Reuordauns in *donazún*, e mandu a mi/na casa do *Campu* que a uenda *pera* as minas díuidas. / E mandu a mina uina das Pías a ma quirmaa Marina / Petri e a seus irmanus. E mandu a Guncaluu Iohanes e a filus /¹⁰ de dona Scizilia a ma casa do *Campu* de Fundu. E mandu / a Martjñ Petri todas mías uontades de casa. E mandu / a Guncaluu Iohanes hu meu *quínún* da cortina de trala porta. / E mandu a mía uina das arras, que uaan por min / a *Sancta María* de Rocamador e a Tuj e a Santi Yacobj. /¹⁵ E mandu a mía uina de su a *eclesia* de Francelu e a do Ri/geiru a meu tiu Martjñ Petri. E mándole a mía leira / da Veronza, unde me fat foro. E mando a Goncaluu / Iohanes e a seus *quírmauuns* hu foru que hec cun ilis, / e o qui me fat *Iohán* Arias, zapateiru. E mandu a meu /²⁰ tiu Stéfano Petri quantu ayu in Uimiecrus; e *mán/dule* mía uot da-quela erdade que me tein os frades / de Melón forzada. E mando a mía erdade de / *Paradela* a mina ama *María* Iohanes e a súa fila / *María* Iohanes e a Ocfêmea. E mandu a mina uina /²⁵ de Ual da Coua a Stéfano Petri e a Fernán Petri e A/rias Petri. E mandu a Fernán Roderiquit quantu hei in / Noalu.

² En *Stéfano* o *t* vai entreliñado. ⁵ Repetiu *dos*. ⁶ *Mandu* vai entreliñado. ⁸ En *quirmaa* o último *a* vai entreliñado. ¹³ Escribiu *por* dúas veces e riscou a segunda. ¹⁷⁻²¹ Unha mancha de humidade dificulta a lectura ata a metade das liñas. ²¹ En *tein* riscou unha letra ó final da palabra, posiblemente un *m*. En *frades* o *s* vai na entreliña. ²² Repetiu *des* ó principio da liña e riscouno. ²³ En *Paradela* comezou a escribir *pa* e riscouno.

A DATA

Á diferenza da *Noticia de Torto*, da que Avelino de Jesus da Costa (1992: 209-212) tivo que deduci-la súa cronoloxía a partir de informacións históricas e contrastes paleográficos, o noso documento aparece felizmente datado na súa cabeceira como se pode ler na primeira liña:

Era M^a CC^a LXL^a VIII^a *et octo días ante kalendas october*

A indicación do ano faise en relación coa Era Hispánica, sistema de datación máis frecuente na documentación medieval da Península Ibérica que, como se sabe, consiste no cómputo dos anos a partir do 38 a. C. (716 da era romana). No reino de Castela e León non foi abolido este sistema ata o reinado de Juan I nas cortes de Segovia do ano 1383, mentres que en Portugal non se extinguiu ata unha disposición de João I de 1422.

Para sinalalo día do mes tamén se empregou o sistema máis habitual, o de kalendación retrógrada, xa usada polos romanos. A súa redución á conta de días de mes que facemos na actualidade faise sumando dúas unidades ó numero de días do mes anterior e restando desa suma a cifra da data, isto é, o numeral que acompaña á palabra kalendas.

Atendendo estas indicacións, e dado que non temos informacións históricas nin datos paleográficos ou lingüísticos que cuestionen esta antigüidade, podemos confirmala data de redacción do manuscrito como a correspondente ó 24 de setembro de 1260.

Datalo, como se fixo con anterioridade, en 1230 responde a un erro de transcripción que non por grave deixa de ser infrecuente. O numeral con valor de 40 pode aparecer abreviado co que os paleógrafos chaman comunmente “x aspado”; isto é, unha abreviación numeral equivalente a XL, en que o L queda reducido a un trazo cursivo que culmina o X na súa parte superior dereita. O erro de lectura é facilmente explicable se quen se achegou ó documento traballou sobre unha reprodución fotográfica, pois nela non é doado percibir ese pequeno trazo de tan transcendente valor cronolóxico. A lectura directa do orixinal non deixa lugar a dúbidas e nunha fotografía de detalle tamén se percibe con claridade a nova lectura que propomos.



Non se debe pensar que este numeral é unha rareza paleográfica. O fenómeno é ben coñecido e está ben estudado por diversos investigadores. Nun traballo recente Maria José Azevedo Santos (1994: 107) ó referirse ó X como numeral afirma:

uma das formas mais peculiares daquele numeral é o nexu cursivo que representa a subtracção $XL = 40$ (...) Parece remontar à época visigoda e o seu uso prolonga-se, pelo menos, até aos séculos XV-XVI, altura em que evoluiu para uma forma ainda mais cursiva (...). Aquele nexu cursivo é impropriamente chamado x aspado e as alternativas não são muito correctas: virgulado, dobrado (plicado). De salientar, porém, que este X com valor de 40 sempre foi, e ainda hoje é, de difícil leitura sendo, por vezes, transcrito, errada e gravemente, por dez. Desde muito cedo eruditos chamaram a atenção para o seu duplo valor numérico e, consequentemente, para a necessidade de o identificar e transcrever com correcção.

A profesora portuguesa cita en nota o memorialista José de Cristo que xa en 1623 escribía: “os livros do cartoreo, da escritura noua, que mandou trasladar o Cardeal D. Afonso, forão escritos por quem não sabia esta differença de conta, porque todas as letras que ualem quarenta poem por dez, e assi se ão de uer os originais...”.

Pero o caso é que o verdadeiro valor do X aspado tampouco non lles pasou inadvertido ós nosos paleógrafos antigos, e con eles á cabeza, o primeiro e tamén nisto pioneiro Frei Martín Sarmiento, quen dá testemuño da súa presenza en documentos galegos aínda do XIV (1775: 98). Non será este o único traballo en que o monxe bieito se ocupe

de cuestións paleográfico-diplomáticas: sirva de exemplo unha carta que lle dirixiu ó paleógrafo Terreros, publicado como *Estudio sobre la lengua gallega y paleografía española*¹ ou outra, de non doada localización, *Carta al general de la Congregación benedictina sobre la formación de una Colección diplomática*, manuscrito non editado do que se conserva un orixinal en Silos e unha copia na Biblioteca Nacional de Madrid².

Na correspondencia entre Leandro de Saralegui y Medina e Nicolás Fort (Martínez Salazar 1981: 269-70) respecto dos foros de Neda e a súa antigüidade, o primeiro, en misiva do 1901 exclamaba: “¿de cuantos errores no ha sido causa la ignorancia de cosas á veces tan sencillas como que, en la escritura española, la X espada (*sic*), con rayuela ó virgula á la derecha, es nexo de XL y equivale á 40 y la X sesgada por doble oblicua, en la misma dirección, es igual á 20!”.

Tamén Lucas advertía, hai xa medio século, da pervivencia desta abreviatura no período comprendido entre a metade do XIII e o XIV: “*Signo de 40.*— Para la representación de las fechas o cantidades, sigue empleándose la *X aspada*” (Lucas 1950: 74, 76).

Poderíamos seguir indicando referencias a este signo numeral, pois está presente en manuais clásicos (Floriano Cumbreño 1946, García Villada 1921, Millares Carlo 1983, etc.) ou recollido polos máis difundidos dicionarios de abreviaturas (Cappelli 1973: 419, Borges Nunes 1969: 118), mais é traballo ocioso. Só a ignorancia ou o desleixo explican que se sigan a producir erros de datación por este motivo cando foron tantos e de tan diversas épocas os que nolo advertiron.

A nova datación do documento tíralle a súa singularidade e somérxeo na marea documental romance que se produce na segunda metade do século XIII. Soamente novas investigacións nos arquivos traerán á luz documentación verdadeiramente primitiva que nos obrigue a balizar de novo o arranque da escrita documental en galego, posto que o Testamento de Estevo Pérez non representa ningún momento inaugural como pensabamos ó inicio da nosa pesquisa.

A LOCALIZACIÓN

Ó contrario do que acontecía coa cronolóxica, a ausencia de data tópica obríganos a establecer-lo suposto lugar de redacción con base nas informacións indirectas que nos proporciona o texto.

Xa Leirós no seu *Catálogo* o situaba en Ribadavia. Romaní, sen embargo, non o inclúe entre os documentos da súa colección vinculados ó núcleo de posesións do mos-

¹ Publicado por López de la Vega como “El sabio benedictino fray Martín Sarmiento”, en *Revista Contemporánea*, XIII (1878), pp. 312-319, logo por M. Murguía en *La Ilustración Gallega y Asturiana* II (1880) pp. 116, 124, 137, 168, 225, 236 e 248 e finalmente por Pensado (1974: 19-47); sobre a historia textual dos manuscritos, vid. Martínez Fernández (1997).

² Noticias que proporciona Millares (1983: vol. 1, 53-54)

teiro nesta localidade ourensá. Coidamos que a atribución de Leirós é correcta, aínda que esta poboación non apareza expresa. Baseámonos para facer esta localización nos topónimos recollidos no texto e que fan supoñer que se o local de redacción non se sitúa en Ribadavia mesmo debeu estar nos arredores (o Ribeiro, Melón ou o que se chamaba antigamente Terra de Nóvoa), pois como se pode comprobar a través da toponimia tódolos lugares nos remiten a esa rexión.

Unha vez excluídos Santa María de Rocamador, Tui e mais Santiago, citados como centros de veneración e que non teñen relevancia para este asunto, os restantes topónimos son os seguintes³:

O Campo

Citado como “casa do *Canpu*” (l. 7). Aínda que é un topónimo común en Galicia, puidémolo rexistrar noutros documentos medievais localizados en Ribadavia. Na actualidade hai un lugar do concello de Ribadavia que figura no mapa co nome de *Campo*.

“Iohannes Menendi de *Campo*” (1218, doc. 179 CDOseira).

“et vadit ad vicum quod vadit de *Campo* ad fornum Petri Martini Payan” (1234, doc. 384 CDOseira).

“illam casam de *Campo*” (1251, doc. 667 CDOseira).

“domnus Thomas de *Canpo* lastrori” (1258, doc. 813 CDOseira).

“Fernandus Petri de *Campo*” (1271, doc. 1 CDRibadavia)

“Afonso Yanes morador eno *Canpo* de San Martiño, vesinno da dita villa [Ribadavia]” (1369, doc. 5 CDRibadavia).

“Maria do *Canpo* [...], Garçia do *Canpo* e Gonçaluo do *Canpo*” (1460, doc. 20 CDRibadavia).

Codesás

Citado no ms. como “uina dos *Codesaes*” (l. 4-5). Trátase dun lugar do veciño concello de Melón, próximo a Francelos e do que tamén puidemos rexistrar documentación antigas. No índice toponímico da CDOseira figura como lugar do concello de Ribadavia, da parroquia de Santiago de Ribadavia, e dáse unha forma *Codesas* que non aparece nos documentos.

“nostram vineam que iacet in Francellos in loco qui dicitur *Codessaes*” (1257, doc. 780 CDOseira).

“nostram vineam que iacet in Francellos, in loco qui dicitur *Codessaes* [...] et incipit in rium de Brul et intestat in carrilem de *Codessaes*” (1257, doc. 785 CDOseira).

Francelos

Citado no ms. como “uina de su a eclesia de *Francelu*” (l. 15). Ten que se referir á igrexa de San Xes de Francelos, parroquia do concello de Ribadavia, que estaba antigamente e ata o xv baixo a advocación de Sta. María, e así aparece nun privilexio de

³ Incluímos ó final de cada parágrafo outras referencias medievais do topónimo respectivo.

Afonso VII do ano 1156 que doa ó cabido de Tui a igrexa de *Santa María de Francelis*. Sen embargo, a mudanza na advocación debeu ser antes do XV, pois en documento de 1213 fálase de tres igrexas en Ribadavia (“ecclesiis sancti Genesii, sancte Marie et sancti Iohannis”, doc. 152 CDOseira). Polo demais, son moi numerosos os testemuños medievais deste topónimo.

“et inter terminos de *Francellos* usque in aqua de Arnogia” (986, doc. 84 TCelanova)

“Notitia vel inventarium de villas de Arnogia [...] quomodo dividentr cum villas de Zaporini et cum villas de *Francellos*” (s.d., doc. 91 TCelanova).

“Gundulfus confessu qui tunc prepositus in monasterio *Francellos*” (993, doc. 216 TCelanova).

“illam ueigam de *Francelos* que iacet contra Arnoiam” (1166, cit. por D. Yáñez Neira in *GEG*, s.u. Melón).

“mando ibi medietatem de VIII^{em} quiniones quod habeo in *Francellos*” (1202; doc. 103 CDOseira).

“vendo et concedo illam meam searam quam habeo in *Francelus*” (1221, doc. 212 CDOseira).

“per meam vineam de *Francelis*” (1227, doc. 289 CDOseira).

“facimus comutationes inter nos quarumdam hereditatum que iacent in *Francellos* et in Lagena de Nobula” (1243, doc. 516 CDOseira)

“damus conventui Ursarie III^{or} leyras in *Francellos*” (1243, doc. 516 CDOseira).

“recipio de vobis [...] vineam vestram in *Francellis*, que iacet super iter eundo per *Francellos* citra castanarium” (1245, doc. 551 CDOseira).

“nostram vineam que iacet in *Francellos* in loco qui dicitur Codessaes” (1257, doc. 780 e 785 CDOseira).

“tres leyras de vinna que jasem en *Françelos*, termio desa villa [villa de Ribadavia]” (1393, doc. 1963 CDOseira).

“Martin de *Françelos*” (1456, doc. 19 CDRibadavia).

Melón

É o nome dun concello limítrofe con Ribadavia. Cítase por mor dos frades do convento cisterciense asentado en *Melón* (l. 22) do que existe abundante documentación histórica⁴. Nos documentos de Oseira este mosteiro aparece citado alomenos en dezasete ocasións, desde 1218⁵.

Noallo

Citado como *Noalu* (l. 27). Trátase dun lugar da parroquia de Barral no actual concello de Castrelo de Miño, veciño do de Ribadavia.

⁴ Melón foi obxecto de varias teses (de doutoramento ou de licenciatura) que permanecen inéditas: Cambón Suárez 1957, Losada Meléndez 1992, Pérez Rodríguez 1987 e Soto Lamas 1992.

⁵ A forma usual nos textos latinos é *Melone*, e nos romances, *Melon*; véxanse os docs. 178, 218, 289, 598, 622, 709, 734, 781, 783, 845, 960, 1102, 1233, 1444, 1776 e 1803.

Paradela

Citado como “erdade de *Paradela*” (l. 23). Inclinámonos a pensar que, coma no caso anterior, se trata do lugar da parroquia de Barral, concello de Castrelo de Miño, e non de Santa María de Prado, no mesmo concello (como se indica por erro no índice toponímico da CDOseira, levado pola documentación medieval, pois debeu ser antigamente unha única freguesía). Tamén é un topónimo frecuente nesta colección documental:

“concedo quandam hereditatem quam habeo in Prado, loco nominato Agro de *Paradela*” (1219, doc. 184 CDOseira)

“damus ad forum quantam hereditatem Arias Munit habuit in *Paradela*, quod pertinet ad casalem de Prado” (1240, doc. 465 CDOseira).

“in loco qui vocatur *Paradela*” (1240, doc. 477 CDOseira).

“Iohannes *Paradella* ts.” (1258, doc. 817 CDOseira, 1258, doc. 821 CDOseira).

“tres areas vinearum [...] quas ego habebam cum predicto monasterio et cum Maiore Melendi in *Paradella*, in felegresia sancte Marie de Prado” (1274, doc. 1060 CDOseira).

“Maria Pelagii de Prado, filia Pelagii Alffonssi de *Paradella* [...] vendo vobis meas vineas de *Paradella*” (1274, doc. 1062 CDOseira).

(E tamén nos docs. 1539, 1671, 1749, 1856, 1857, 1870, 1919, 2001).

As Pías

Citado como “uina das *Pías*” (l. 8). Se é un topónimo menor, non o demos localizado nin sabemos se estará vivo. Se é unha viña no lugar das *Pías*, referirase ó lugar chamado así no concello de Ramirás e do que hai testemuños medievais:

“casale de Tesauro quod vocatur *Pias*” (1246, doc. 48 CDRamirás)

“casal de *Pias*” (1272?, doc. 183, CDRamirás).

Porta

Citado como “cortina de trala *porta*” (l. 12). Aínda que non se trate dun topónimo propiamente dito, entendemos que nos sitúa no propio burgo de Ribadavia, antigamente cerrado por muralla. Os distintos testemuños que puidemos recoller, ben como indicacións de lugar na cidade, ben como apelidos locativos de habitantes do burgo, cremos que son significativos ó respecto.

“ita quod ego do vobis ipsam meam vineam de *Porta* de sumitate ville” (1218, doc. 179 CDOseira).

“Iohannes de *Porta* [...], Iohannes Iohannis de *Porta*, ts.” (1253, doc. 700 CDOseira).

“Iohannes Iohannis, zapatarius de *Porta* ts.” (1253, doc. 707 CDOseira).

“Iohannes Iohannis de *Porta*, ts.” (1257, doc. 781 CDOseira; 1257, doc. 785 CDOseira; 1257, doc. 793 CDOseira; 1258, doc. 813 CDOseira; 1258, doc. 821 CDOseira; 1260, doc. 869 CDOseira).

“vineam Iohannis Iohannis da *Porta* [...], vineam Iohannis Iohannis de *Porta*” (1257, doc. 785 CDOseira)

“Petrus Muniz de *Porta*, ts.” (1260, doc. 869 CDOseira).

Rebordaos

Citado como “uina de *Revordauns*” (l. 6). É unha entidade menor de poboación do concello de Carballeda de Avia. Non figura no nomenclátor, pero si no mapa 225-I do Instituto Geográfico Nacional. Tamén se recolle en textos desde o século XII.

“Ita quod vos datis nobis partem de ipsa vestra hereditate de *Revordanos* que iacet inter Burgum de Ripa de Avia ex una parte et de altera parte Bogaella [...] per stratam veterem qua itur a *Rabordanis* ad ecclesiam sancti Cristofori [...] da iam dictam villam de *Revordanos*” (1177, doc. 12 TCSantiago).

“datis ad tenendum mihi Petro Arie militi in vita mea hereditatem vestram de *Rebordanos* in Ripa Avie” (1199, doc. 101 TCSantiago).

“mando corpus meum sante Marie de Burgo et mando ibi meam portionem de vinea de *Robordanis*” (1222, doc. 220 CDOseira).

“Ad sanctum Michaellem de Carvalleda unum modium de vino eum habuerit in nostras vineas de *Rervordaos*” (1227, doc. 289 CDOseira).

“ipsa mea vinea de Plano de *Revordanos*” (1232, doc. 350 CDOseira).

“et quartam de una vinea cum Iohanne Petri Gibarro que iacet in *Rebordaos*” (1251, doc. 667 CDOseira).

Santa María do Burgo

Aparece citada como *Sancta María do Burgo* (l. 3, 4); é a igrexa na que o testamento desexa te-lo seu soterramento. Trátase dunha igrexa parroquial de Ribadavia que se coñece desde fins da Idade Media co nome de Santa María da Oliveira. Son moi numerosas as referencias a este lugar na documentación que puidemos consultar.

“Mido Gomecii, grangiaro *sancte Marie de Burgo* [...] in ipsam cortinam que iacet inter rivum et subratum *sancte Marie de Burgo*” (1210, doc. 132 CDOseira).

“domnus Petrus Garsie ts. tenente ecclesiam *sancte Marie de Burgo*” (1214, doc. 158 CDOseira).

“Petro Garsie, grangiaro in *sancta Maria de Burgo*” (1218, doc. 181 CDOseira)

“mando corpus meum *sante Marie de Burgo* et mando ibi meam portionem de vinea de *Robordanis*” (1222, doc. 220 CDOseira).

“domno Petro Garsie grangiaro *sancte Marie de Burgo*” (1223, doc. 226 CDOseira; 1224, doc. 244 CDOseira, 1224, doc. 245 CDOseira, 1224, doc. 246 CDOseira)

“Petrus Garsie, grangiaro *sante Marie de Burgo*” (1223, doc. 231 CDOseira, 1234, doc. 383 CDOseira).

“Petrus Garsia, frater Ursarie et grangiaro *sancte Marie de Burgo*” (1227, doc. 292 CDOseira).

“Petro Garsie, frater Ursarie et habitari in *sancte Marie de Burgo*” (1228, doc. 302 CDOseira)

“Petro Garsie grangiaro grangie *sancte Marie de Burgo*” (1234, doc. 384 CDOseira).

“Michael Roderici, capellanus *sancte Marie de Burgo*, ts.” (1247, doc. 594 CDOseira).

“fratri Iohanni grangiaro *sancte Marie de Burgo*” (1249, doc. 618 CDOseira; 1253, doc. 707 CDOseira).

“frater Iohannes, grangiarus *sancte Marie de Burgo*” (1251, doc. 668 CDOseira; 1252, doc. 684 CDOseira).

“contencio fuit inter domnum fratrem Iohannem grangiarus *sancte Marie de Burgo* ex una parte” (1253, doc. 700 CDOseira).

“inter fratrem Iohannis grangiarium *sancte Marie de Burgo*” (1256, doc. 756 CDOseira).

“concedimus vobis fratri Bartholomeo, grangiaro *sancte Marie de Burgo*” (1257, doc. 780 CDOseira).

“frater Bartolomeus grangiarus *sancte Marie de Burgo*” (1257, doc. 781 CDOseira).

“frater Bartholomeus grangiarus *sancte Marie de Burgo*” (1257, doc. 788 CDOseira).

“frater Bartholomeus supradictus, grangiarus ecclesie *sancte Marie de Burgo Avye*” (1258, doc. 812 CDOseira).

“frater Bartholomeus grangiarus domus *sancte Marie de Burgo* et rerum Urssarie habencium in Ripa Avye” (1258, doc. 813 CDOseira).

“conversi et grangiarus de domo *sancte Marie de Burgo*” (1276, doc. 1108 CDOseira).

A Veronza

Citado como “leira da *Veronza*” (l. 17). Trátase dun lugar da parroquia de San Miguel de Carballeda, concello de Carballeda de Avia. Tamén é o nome dun afluente do Avia, o mesmo que nos mapas tamén aparece como Carballeda (mapa 225-I do Instituto Geográfico Nacional). Tanto o regato coma a localidade contan con testemuños desde o XII, baixo a forma *Veroncia*.

“in Burgio [Rippe Avie vel Rippe Minei] erat ipsa leria contra arrogio *Veroncia*” (1170; doc. 49 CDOseira).

“Assigno in super vobis in Ripa Avie in vinea de inter *Veroncia* et Burgum VIII modios de vino” (1199, doc. 101 TCSantiago).

“vendimus tibi ipsa nostra vinea quam habemus in Ripa Avie in loco certo ubi vocitant *Veronza*” (1205, doc. 113 CDOseira).

“dedit nobis quatuor passos in latitudine et octo in longitudine de ipsa sua cortina de *Veronza*” (1210, doc. 132 CDOseira).

“mando ad sancta Maria de Ursaria ipsa mea vinea de Veiga da *Veronza*” (1214, doc. 158 CDOseira).

“habemus in plano de *Veronza*” (1219, doc. 188 CDOseira).

“vendo illam vineam quam vobiscum habeo in plano de *Veronza*” (1221, doc. 211 CDOseira).

“unam vineam que iacet in Veyga de *Veronza*” (1227, doc. 292 CDOseira).

“mando ad sancta Maria de Ursaria ipsa mea cortina de *Veronza* [...] et ipsa mea vinea de Plano de *Veronza*” (1232, doc. 350 CDOseira).

“totum meum quinionem de illa vinea de *Veronza*” (1239, doc. 446 CDOseira).

“unam vineam nostram in *Veronza* in loco quod vocatur Ficaria” (1239, doc. 457 CDOseira).

“unam vineam in Plano de *Veronza*, citra rivum” (1251, doc. 667 CDOseira).

“Item recipio de vobis cortinam de *Veronza*, qui iacet super zenas de Hospitale cum supradictas hereditates” (1251, doc. 667 CDOseira).

“Fernandus Petri de *Veronza* [...] ts.” (1262, doc. 893 CDOseira).

“duas nossas leyras que iazen en a *Veronça* [...] et da outra parte por lo rio da *Veronça*” (1340, doc. 1606 CDOseira).

“pola minna cortiña da *Ueronça*” (1361, doc. 4 CDRibadavia).

“damos afforo duas peças derdade con suas vinas que iasen en termino desta dita villa [Ribadavia] aa Ponte da *Veronça*” (1378, doc. 6 CDRibadavia).

“Afonso Peres, morador en Veronça, freygisia de san Migeel de Caruvalada” (1407, doc. 435 DocSClodio).

“Conven a sauer que vos assi aforamos quatro leiras de erdad que jazen a Ponte *Beronza* [...] como parte eno dito rio de *Baronza*” (1483, doc. 25 CDRibadavia).

“mando ao dito monasterio para senpre a minna cortinna da *Beronza*” (1503, doc. 28 CDRibadavia).

Vimieiros

Aparece citado como “Uimiecrus” (l. 20). Non se localiza no nomenclátor, pero Risco (1926: 660) sitúa nunha parroquia de Ribadavia localizada entre os ríos Avia e Miño, San Paio de Ventosela, un lugar chamado *Vimieiros*, o lado dos da Quinza, Santa Cristina, San Paio, Ventosela, Valdepereira e Casa da Cuenga). No mapa 225-I do Instituto Geográfico Nacional figura unha entidade menor do concello de Ribadavia chamada *Os Vimbieiros*, aínda que a forma real debe ser *Os Vimieiros*, como recollía Risco e comentan Navaza e Palacio (1999: 771) no seu estudio sobre a toponimia de Ventosela.

Ó lado desta ducia de indicacións xeográficas que entendemos como ben localizadas, outros tres non puidemos identificalos con seguridade. Son os seguintes:

Campo de Fondo

Citado como “casa do *Canpu de Fundu*” (l. 10). Localizamos un documento de 1223, tamén vinculado ó núcleo de posesión de Ribadavia, no que se fala dun casal de Fondo, pero non podemos determinar con seguridade que esteamos ante a mesma entidade.

“do vobis quantum montem potueritis irrumpere de aliud casalem de *Fundo*” (1223, doc. 239 CDOseira).

Rigueiro ou Regueiro

Citado como “mandu a mía uina de su a *eclesia* de Francelu e a do *Rigeiru*” (l. 15-16). Malia o testemuño de dous documentos procedentes da documentación de Ribadavia que presentan a mesma forma (vid. infra), non podemos sinalar con claridade que se trate dun topónimo menor, pois cabería interpretalo como voz común. Non localizamos na actualidade ningunha entidade próxima con esta denominación, salvo que se trate do lugar do *Regueiro*, parroquia de Laias, en Cenlle, un antigo lugar en Lebosende, Leiro⁶, ou ben o *Casal do Regueiro*, en Vilameá de Ramirás, Ramirás. Sen embargo, o contex-

⁶ Atestado en 1482, nº 596, DocSClodio: “aforamos [...] outra [leyra d’erdade de vina] ao *Rrigeiro*. Estas ditas nobre leyras son coa a dita nosa igeia de Lebosende”.

to, ambiguo, podería indicar que se trata dun lugar moi próximo a Francelos, se non se trata doutra viña, a maiores da que está baixo a igrexa de Francelos.

“foi dada a dita autoridade a sobre a Fonte do *Rigueiro* felegresia do dito lugar de Uiade sendo o dito juez asentado en sua audiencia a uinte e seis dias do mes dabrill ano do nacemento do Noso Señor Jesucrispto de mill e quatro centos e sesenta anos” (copia de 1677, doc. 10 CDRibadavia).

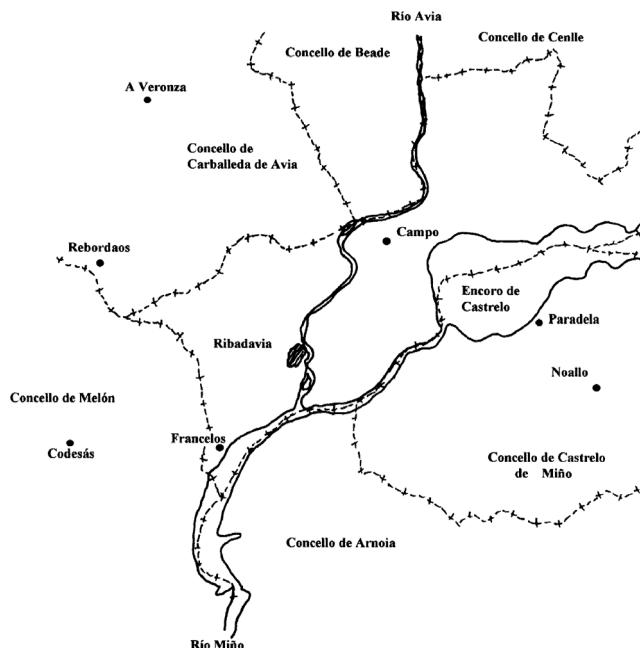
“he syto enna feligresia de San Miguell de Carvalleda en esta maneyra tres leyras de vynna enno lugar que disen o Cochim commo parte por lo *Rigueiro* [...] Item en Cortegada huum loueo commo parte o dito loueo polas cortynnas et a hua das ditas quatro leiras polo *Rigueiro*” (1400, doc. 8 CDRibadavia).

Val da Cova

Citado como “uina de *Ual da Coua*” (l. 25). No concello de Castrelo, na parroquia de San Salvador de Vide, localízase o lugar de Cova, co que se podería establecer unha relación, pero non é seguro. Tampouco os outros dous testemuños que encontramos no séc. XIII nos garanten esta identificación. Finalmente, faremos consta-la existencia dun Val da Cova, pero demasiado distante, e de: un *Regato de Val das Covas* no concello de Toén, relativamente preto de Ribadavia

“in leyra que vocatur de *Cova*” (1275, doc. 1090 CDOseira).

“a mia erdade que eu ago en Vide, conven a saber, a mia vina de Puuieros e a mia vina da *Cova*” (1283, doc. 1164 CDOseira).



Localización dos topónimos citados na área de Ribadavia

Non foi posible encontrar ningunha referencia histórica relativa ós personaxes citados no documento. Respecto a Estevo Pérez, o testamentario, en carta de 1245 figura un *Stephano Petri* como meiriño de Ribadavia na lista de cargos públicos que segue á data (1245, doc. 560 CDOseira). Podería tratarse do mesmo personaxe, pero non hai certeza. Outros personaxes homónimos recollidos nos documentos (moitos, por tratarse de ítems onomásticos moi frecuentes)⁷ parecen descartables á hora de establecer unha correspondencia, ben por incorporaren un cognomento, ben pola distancia cronolóxica.

Respecto ó abade citado, Pedro Domínguez, non se debe tratar do rector do mosteiro de Oseira (que nesa altura era Fernandus, vid. CDOseira, p. 1353) nin do de Melón (aínda que hai un Petrus en 1244, vid. CDOseira, p. 1367). Cremos que se trata do abade de Santa María do Burgo. Isto é, cura desa parroquia. Respecto ó uso da voz *abade* para ‘párroco’ recollémo-las palabras de Francisco Ávila y La Cueva que pola súa elocuencia aforran maiores comentarios:

“Los Parrocos q^e administran las matrices y lleban todos ó parte de sus diezmos les titulan en este Obispado Abades, que es lo mismo Padres, cuyo dictado lo tienen p^r muy honrrroso, y no les gusta les llamen curas: y los q^e sirben los anejos ú otras Iglesias q^e aun q^e son matrices no perciben diezmos si no una dotacion q^e les está asignada, como tambien los Capellanes q^e tienen los Abades se dicen Curas: y esta costumbre y practica de llamar Abades á los Parrocos principales biene de tiempos

⁷ En carta de 1251 figura un **Stefanus Petri cabrita** como testemuña nunha carta de recepción de bens (doc. 667 CDOseira). En 1257 hai outra referencia ó mesmo personaxe, que xa morreu nesta data (doc. 77 DocSClodio).

En carta de 1252 figura un **Stephanum Petri**, “filio domni Petri Fernandi dicti Morni de Burgo Avie”, e outro **Stephanum Petri**, fillo de “Petrum Petri dictum dentem”, como participantes nunha concordia (doc. 689 CDOseira).

En carta de 1253 figura un “**Stephanus Petri** miles, dictus Ferrucus”. O documento pertence ó núcleo de posesións do mosteiro de Oseira en Santa Vaia da Aguada, entre os ríos Bupal e Fontao, no concello de Carballido, Lugo (doc. 704 CDOseira).

En 1269, **Steuaio Pérez** “dito sordo de Ribadavia” é testemuña nunha venda asinada polo notario de Ribadavia (doc. 123 DocSClodio).

En carta de 1271 figura un “miles **Stephanus Petri** dictus Bouzado” como testemuña da colocación da primeira pedra da igrexa do convento de Santo Domingo de Ribadavia (CDRibadavia 63).

En 1271, **Stevao Perez** participa nunha venda ó abade de San Clodio; asina o notario de Ribadavia (doc. 128, DocSClodio).

En carta de 1274 figura un **Stefanus Petri** como testemuña dunha carta de venda (doc. 1056 CDOseira).

En 1275 **Steuoo Pedrez** é testemuña nunha carta de venda (doc. 157 DocSClodio).

En carta de 1275 hai un “**Estevao Perez** monge de san Cloyo” como testemuña; asina tamén como tal outro documento de 1282 (docs. 167, 195 DocSClodio).

En 1283, **Esteuoo Perez**, fillo de Pedro Esteueez, é testemuña dunha carta (doc. 1283 DocSClodio).

En 1286, **Esteuoo Perez de Villanoua** está presente na redacción dunha carta (doc. 212 DocSClodio).

En 1287, **Esteuoo Perez** participa con súa nai nunha venda (doc. 215 DocSClodio).

En 1287 **Esteuoo Perez de Mançoës** e súa muller Exemea Perez venden unha propiedade (doc. 226 DocSClodio).

En 1290 consta “don **Esteuoo Perez** arçidiafoo da yglleia de Tuy en terra de Miñor” (CDMaia 198).

En carta de 1306 figura entre as testemuñas “**Estevo Perez**, clerigo morador en Baroon” (San Fiz de Varón, O Carballiño, Ourense) (1306, doc. 1335 CDOseira).

bastante remotos, y no está fácil aberiguar quando empezó, ni de donde provino ó tuvo su Origen: en el siglo 13. ya la vemos introducida [...] en el postrimer día del mes de Noviembre de 1288. Martin Perez Castaño vecino de la villa de Ribadavia otorgó su testamento, y en el se contiene entre otras la siguiente cláusula, *Item mando á Abade meu Johan Perez xx soldos, e mando á todos los outros clerigos de S^{da} Maria (de la Oliveyra) de misas cincuenta soldos*” (Ávila y La Cueva 1995: 300-301).

FONTES

CDOseira = Romani Martínez, Miguel (1989): *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de santa María de Oseira (Ourense) 1025-1310*. 2 vols. Santiago de Compostela: Tórculo.

CDRamirás = Lucas Álvarez, Manuel / P. P. Lucas Domínguez (1988): *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media. Colección diplomática*. Santiago de Compostela: Public. de Caixa Galicia.

CDRibadavia = Enríquez Paradelo, M. Carmen (1987): *Colección diplomática del monasterio y convento de santo Domingo de Ribadavia*. Anexo 8 do *Boletín Auriense*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial.

DocSClodio = Lucas Álvarez, Manuel / P. P. Lucas Domínguez (1996): *El monasterio de san Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudios y documentos*. Sada / A Coruña: Edicións do Castro.

TCelanova = Andrade Cernadas, José Miguel (1995): *O tombo de Celanova*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

TCSantiago = Mouriño Serantes, María (1967): *El tumbo C de la Catedral de Santiago. Parte II*. Tese de licenciatura (inérita). Univ. de Santiago de Compostela.

BIBLIOGRAFÍA

Ávila y La Cueva, Francisco ([1852]): *Historia civil y eclesiástica de la ciudad de Tuy y su obispado*. Tomo II, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995. [Reproducción facsimilar da obra manuscrita].

Cambón Suárez, Segundo (1957): *El monasterio de Melón (ss. XII y XIII)*. Tese de doutoramento (inérita). Univ. de Santiago de Compostela.

Cappelli, Adriano (1973⁶): *Dizionario di abbreviature latine ed italiane usate nelle carte e codici specialmente del medio-evo riprodotte con oltre 14.000 segni incisi*. Milano: Editore Ulrico Hoepli.

Castro, Ivo (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cintra, Luís Filipe Lindley (1990): “Sobre o mais antigo texto não literário português: a *Notícia de Torto* (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia* (Lisboa) 31 (1986-87), 21-77.

Costa, Avelino de Jesus da (1992): *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguístico*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.

Couceiro Freijomil, A. (1919): “El idioma gallego”, en F. Carreras y Candi (dir.): *Geografía General del Reino de Galicia*, Barcelona, vol. I, tomo I, 163-327.

- Ferro Couselo, Xesús (1967): *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI*. 2 vols. Vigo: Galaxia.
- Filgueira Valverde, J. (1982): “O galego escrito, entre o latín e o castelán, no medievo”, en R. Lorenzo / D. Kremer (eds.): *Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do coloquio de Tréveris*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 127-130.
- Floriano Cumbreño, Antonio C. (1946) *Curso general de paleografía y paleografía y diplomática españolas (con un apéndice de diplomática pontificia)*. Oviedo: [s.n.], Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Oviedo.
- García Villada, Zacarías (1921²): *Metodología y crítica históricas*. Barcelona: Sucesores de Juan Gili. Repr. facs.: Barcelona: El Albir, 1977.
- Leirós Fernández, Eladio (1951): *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*. Santiago de Compostela: Publicaciones de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas.
- Losada Meléndez, M^a José (1992): *La colección diplomática del monasterio cisterciense de Melón (Pergaminos de la Catedral de Orense): siglo XIV*. Tese de licenciatura (inédita). Univ. de Santiago de Compostela.
- Lucas Álvarez, Manuel (1950): “Características paleográficas de la escritura gótica gallega. Escritores notariales compostelanos”, *CEG* 5, 53-86.
- Lucas Álvarez, Manuel (1991): “Paleografía gallega. Estado de la cuestión”, *Anuario de Estudios Medievales* 21, 419-470.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do século XII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra: I.N.I.C.
- Martínez Fernández, Celso (1997): “La respuesta a Terreros en las lecciones de ‘Oviedo ms. 389’ y ‘Silos ms. 57’”, en *O Padre Sarmiento e o seu tempo: actas do Congreso Internacional do Tricentenario de Fr. Martín Sarmiento (1695-1995)*, Santiago de Compostela, 29 de maio - 3 de xuño de 1995. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega - Universidade, 1997, tomo II, 175-191.
- Martínez Salazar, Andrés (1911): *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. A Coruña: Casa de la Misericordia.
- Martínez Salazar, Andrés (1981): *Algunos temas gallegos*, vol. 2. A Coruña: Gráficas do Castro / Moret.
- Millares Carlo, Agustín (1983³): *Tratado de Paleografía Española*. 3 vols. Madrid: Espasa-Calpe.
- Monteagudo, Henrique (1994): “Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)”, en *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, 169-185.
- Navaza Blanco, Gonzalo / Antón Palacio Sánchez (1999): “Toponimia de Ventosela”, en *Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade, vol. I, 767-774.
- Nunes, Eduardo Borges (1969): *Album de paleografía portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Pensado, José Luis (ed.) (1974): *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*. Vigo: Galaxia.
- Pérez Rodríguez, Francisco J. (1987): *El monasterio de santa María de Melón en el siglo XV: un análisis del dominio y de la evolución de sus rentas*. Tese de licenciatura (inédita). Univ. de Santiago de Compostela.
- Portela, M^a José / Margarita Garrido / Miguel Romani (1993): *Repertorio para las escrituras antiguas del Archivo Bajo. Catálogo del Archivo Monacal de Oseira en 1629*. Santiago de Compostela: Tórculo.
- Risco, Vicente (1926): “Orense”, en F. Carreras y Candi (dir.): *Geografía General del Reino de Galicia*. Barcelona, tomo 2, vol. XI.

- Santos, Maria José Azevedo (1994): *Da visigótica á carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Sarmiento, Frei Martín (1775): *Memorias para la historia de la poesía y poetas españoles*. Madrid. Reed. facs.: Lugo: Alvarellos, 1988.
- Soto Lamas, M. Teresa (1992): *La colección diplomática del monasterio cisterciense de Melón (Pergaminos de la Catedral de Orense): siglos XII-XIII*. Tese de licenciatura (inérita). Univ. de Santiago de Compostela.
- Sponer, Margot (1934): “Documentos antiguos de Galicia”, *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura* [Barcelona] 7, 113-192.

CABO

Coidamos que con este estudio conseguimos datar de maneira incontrovertible o testamento de Estevo Pérez: a anterior proposta, de 1230, non é sustentable; sen dúbida se trata dun texto de 1260. Dos primeiros en aparecer en galego, pero situado nesa segunda metade do século XIII na que se estende a produción de documentos romances. Perde, logo, o seu carácter de excepcionalidade, aínda que obviamente segue sendo un testemuño dos textos máis temperáns. Amais dunha edición crítica do texto, acompañado da súa descrición, incluímos un estudio sobre os topónimos e sobre os personaxes para contribuír a esclarecer outros aspectos da confección do documento.

OS DOCUMENTOS BAIXOMEDIEVAIS DO MOSTEIRO DE SAN MAMEDE DE SEAVIA CUSTODIADOS NO ARQUIVO DE SAN PAIO DE ANTEALTARES

Valentina María Veiga Alonso

Instituto da Lingua Galega. Universidade de Santiago de Compostela

1. INTRODUCCIÓN

Dentro das actividades do vintecinco aniversario da fundación do Instituto da Lingua Galega, o noso traballo “*Os Documentos Baixomedievais do Mosteiro de San Mamede de Seavia custodiados no arquivo de San Paio de Antealtares*” supón unha pequena contribución ó labor de investigación que se vén realizando sobre a nosa lingua. Concretamente hai que inserilo dentro do Proxecto de Gramática Histórica da Lingua Galega que se está levando a cabo dentro do Instituto.

Os documentos xeraron dúas liñas de investigación: unha centrada nos estudos de antroponimia e toponimia medievais galegas, a cargo da miña compañeira Raquel Aira González, e outra que pretende analiza-los documentos sentando as bases para unha futura edición filolóxica dos mesmos. O traballo abrangue a descrición dos manuscritos dende as súas características xerais chegando ós aspectos especificamente lingüísticos.

Dada a limitación lóxica das intervencións, esta comunicación non pode recoller con minuciosidade toda a información que se podería tirar de facermos unha análise exhaustiva dos textos. Por isto, o meu desexo é mostrar unha visión de conxunto que recolla unha idea do que estiven a realizar nestes últimos meses.

2. COORDENADAS HISTÓRICAS

Para ofrecer un panorama histórico do mosteiro de Seavia, cómpre facer referencia a un monográfico que Manuel Lucas Álvarez lle dedica; o seu título é “San Mamed de Sea-

via, monasterio Benedictino en la tierra de Bergantiños (Galicia), anexo de San Payo de Antealtares”, con motivo dunha homenaxe a Don José María Lacarra de Miguel.

Neste estudio, fala da reforma monástica en Galicia na época dos Reis Católicos (1475-1504). Particularmente, estamos no ano 1487, ano en que se iniciou a reforma dos mosteiros de San Martiño Pinario, San Paio de Antealtares e San Pedro de Fóra.

Con motivo desta reforma varios cenobios son anexionados a Antealtares. Un deles era o de San Mamede de Seavia, aínda que a incorporación non aparece recollida en ningún documento.

Segundo este investigador, “todo parece indicar que la anexión de Seavia a San Payo debió de realizarse entre los años 1499 y 1500, aunque los datos sean escasos”. Unha vez establecida a incorporación desta abadía de frades ó mosteiro feminino de San Paio, converteuse en priorado de monxas.

Para tentar reconstruí-los antecedentes históricos do mosteiro de Seavia, bota man das escasas mencións documentais que se conservan: trátase dos seis pergamiños obxecto do noso estudio, dos que falarei máis adiante.

Tamén recorre a procedementos indirectos: á análise de fontes documentais datadas entre 1500 e 1530. Son case sempre foros e dos seus datos fai unha posible reconstrución do patrimonio do mosteiro e dos seus posibles alcances.

Non hai datos sobre a fundación de Seavia; di Manuel Lucas:

“cabe sospechar que se trata de uno de tantos centros religiosos de fundación y propiedad privada y familiar que fueron frecuentes en los siglos medios; y dentro de las hipótesis cabría suponer que tal función fuese llevada a efecto por la familia Traba”.

A primeira noticia que temos da súa existencia data de 1392, pola que sabemos dunha doazón ó mosteiro. As seguintes noticias son xa do século XV e entre elas figuran os seis documentos conservados.

En canto á importancia do mosteiro, a impresión de Lucas é que nin espiritual nin economicamente foi grande a súa influencia, e menos no século XV, época de crises internas e vocacionais nos centros monásticos galegos. Lucas atreveuse tamén a cifrar en dous o número de monxes nese século XV: o abade e outro, que sería un presbítero; pero tamén podería ser posible a presenza de máis xente de menor grao ou mesmo de leigos.

As posibilidades económicas de acordo cos documentos do século XV serían problemáticas e non concordan coas apreciacións do Papa León X que posibilitaron a anexión a San Paio.

O couto de Seavia abranguía toda a actual parroquia de Seavia, que pertence ó actual concello coruñés de Coristanco, na comarca de Bergantiños, no noroeste de Galicia. Trátase dun terreo montañoso de non moi boa calidade, aínda que ten uns pequenos valles que ofrecen bos cultivos. Ademais, para cubri-las súas necesidades tiña outros lugares de gran rendemento en parroquias próximas.

Como xa dixen antes, para estudia-lo marco histórico de San Mamede Lucas acode ás fontes documentais directas. Delas di que son escasas e tardías e que só quedan no arquivado de San Paio **seis** pergamiños en deficiente estado de conservación.

Por outra banda, o *Catálogo Archivístico del monasterio de Benedictinas de San Paio de Antealtares* publicado este ano e elaborado por M^a Mercedes Buján Rodríguez, dános unha relación de **sete** documentos (e non seis) pertencentes a Seavia.

Os seis documentos dos que fala Lucas son cartas de foro onde o mosteiro arrenda parte das súas propiedades a algún particular; e o outro (que Lucas non menciona) é unha doazón.

A nosa lectura dos textos ten como conclusións as seguintes informacións:

- O primeiro documento é a doazón de Álvaro Gómez de Vilanova a Leonor Gómez e ó seu marido Vasco Rodríguez de Garavellos. Está datado en abril de 1423.
- O segundo documento é de decembro dese mesmo ano e é o foro do casal de Carballas e outras herdades a Álvaro Gómez por parte do mosteiro.
- O terceiro é o foro do lugar de Centiña e o agro de Ferradra ó escudeiro Gil Fernández de Riobó. Debido ó mal estado de conservación deste pergamiño nós non conseguimos datar este texto: foi escrito un vinte de maio de non sabemos qué ano. Lucas e o *Catálogo...* de San Paio ofrecen unha data aproximada entre 1435 e 1440, tal vez porque cando Lucas Álvarez estudiou este texto o seu estado non era tan deficiente.
- O cuarto data de 1438 e é un foro a Gómez de Abregoi duns terreos en San Mamede de Seavia, Santa María de Traba e San Salvador de Cerqueda.
- O texto número cinco é unha renovación de foro a Gonzalo Frade duns terreos no couto de Seavia, no ano 1443.
- O texto número seis é un foro a Xoán Vázquez de Abregoi do casal da Castiñeira e do casal de Vormoio. Da nosa lectura ofrecémo-la data de 1481; M^a Mercedes Buján dátao no seu catálogo na década dos oitenta sen precisa-lo ano; finalmente, Manuel Lucas, no monográfico, fala de 1475, diferindo bastante das mencionadas anteriormente.
- Por último, o foro do casal da Gallarda e do casal da Devesa a Xoán Varela. Data de 1487.

Temos, pois, sete textos datados entre 1423 e 1487.

A cuestión fundamental para nós nese momento era saber se a doazón debería ser incluída ou non como un dos textos pertencentes ó mosteiro de Seavia. Lucas non fala del; M^a Mercedes Buján arquivouno xunto cos outros. Tralo estudio deste documento en relación co resto hai unha serie de razóns que fan pensar na non adscripción deste ó con-

xunto dos correspondentes ó mosteiro: é unha doazón entre segres fronte ós outros que teñen o mosteiro como unha das partes afectadas; nestes, a institución aparece nomeada en repetidas ocasións, pois todos –ou cando menos cinco– foron feitos no seu cabido e baixo consentimento e outorgamento do abade na compañía doutros frades. Por outra banda, nestes manuscritos hai unha especial constancia de que os foros son feitos en beneficio do mosteiro de San Mamede, mentres que a doazón citada é en beneficio dun particular. De tódolos xeitos, a vinculación pode ser razoable: o estudio da toponimia revela que as localizacións que se mencionan neste documento atópanse na mesma zona de Bergantiños, preto de Malpica, se ben o mosteiro estaba situado máis ó sur. Aínda así, a deterioración do documento impide ler con claridade as referencias toponímicas e por isto non podemos encadralo con toda certeza. Tal vez o documento foi parar ó mosteiro e, de alí, trasladouse co resto ó arquivo de San Paio, gardándose todos xuntos debido a que no verso deste texto aparece o nome de Seavia.

4. DESCRICIÓN DIPLOMÁTICA E CODICOLÓXICA

4.1. Caracteres externos

- Tódolos documentos están escritos sobre pergamiño e algún deles está modestamente restaurado. En xeral, a conservación é bastante cativa, pois exceptuando algún documento a maioría presenta manchas de humidade, roturas, pregos, tinta esvaída ou borrada, que dificultan a lectura de pasaxes importantes do texto. Isto obrigou moitas veces a facer reconstrucións de palabras ou do sentido xeral. Noutros casos foinos imposible.
- O formato dos pergamiños é diverso, cambiando duns documentos a outros. Son pezas irregulares, normalmente rectangulares, onde o espazo interlineal, o tamaño da letra e as marxes se adaptan para lle dar cabida ó texto.
- Como é habitual neste tipo de documentos, están escritos por dúas mans: a do escribán e a do notario, o cal incorpora unha fórmula que acredita a súa legalidade. A escritura efectúase por unha soa cara dos pergamiños, e polo reverso presentan pequenas anotacións de distintas mans e épocas referidas ó contido, ó lugar e á data dos documentos, seguramente realizadas por mor da súa inventariación en épocas posteriores.
- O tipo de letra no que están escritos é minúscula gótica, pero con diferenzas segundo as datas: os textos máis próximos ó fin do século XV xa anuncian trazos moi claros da letra cortesá, que naceu como unha variante da gótica cursiva.
- As abreviaturas son frecuentes, destacando a liberdade no seu trazado, que varía constantemente.

4.2. Caracteres internos

- Como xa indicamos antes, tódolos textos son cartas de aforamento agás unha doazón. Presentan unha estrutura predeterminada con distintas partes que cumpren cadansúa función. Certas partes non son rixidas; así a data (que consta de lugar, día, mes e ano) pode aparecer tanto encabezando o texto como ó final deste.
- Os documentos empezan cunha notificación de tipo universal mediante a locución “*Sabam todos quantos esta carta viren...*” (e variantes) para indica-lo seu carácter público. Continúase cun protocolo que subscibe cada unha das partes do convenio e que soe inicia-lo texto xunto coa data, xa que non aparece ningún tipo de invocación. Tampouco figuran outras fórmulas frecuentes noutros escritos como locucións de humildade ou de devoción.
- O autor manifesta a súa decisión a través dun verbo que expresa a súa vontade e orienta sobre a natureza xurídica do documento; este é un elemento fundamental, do tipo “*aforamos, damos en aforamento e por razón de foro, outorgamos que aforamos...*”.
- A continuación detállanse as disposicións do escrito, polas cales se especifican a natureza, extensión, limitación, explotación do foro, así como as rendas. A declaración da acción xurídica principal pode verse acompañada de cláusulas secundarias de tipo diverso; as máis frecuentes son de prohibición (que impiden a oposición directa ou indirecta ó acordo), as que atinxen ós sucesores, as de obriga e as de promesa, as de restitución, as penais...
- Na parte inferior do documento aparecen as fórmulas finais: o anuncio de validación e a cláusula de corroboración, pola que se pon de manifesto a validación a través de testemuñas e sinaturas. Finalmente, a subscrición notarial que lle confire ó documento un valor de autenticidade. Algúns documentos presentan a sinatura e o signo persoal do notario.

5. BREVE CARACTERIZACIÓN LINGÜÍSTICA

Os sete textos están escritos en lingua galega; están datados ó longo do século XV e podemos dicir que presentan os trazos característicos do galego culto medieval consonte a outros documentos desa época.

A análise lingüística destes aínda está sendo obxecto de estudio, pero xa podemos tirar deles algúns aspectos significativos.

- Con respecto ás grafías, vemos xa o emprego de *ll* e *ñ* para as palatais lateral e nasal, aínda que aparecen exemplos desta última grafados con *n*. Así, atopámo-la palabra *moller* (texto nº 7), *vello* (3), *viña* (1), *miñas* (4) e *tijna* (3).
- Para a alveolar líquida lateral /l/, témo-las grafías *l* e *ll*: aparece *mjll* (1), *villa* (3), *vila* (1), *casal* (2).
- Para a oclusiva sonora /g/ ante vocal palatal aparece normalmente a grafía *g*; temos *page* (4), *fregesías* (4), *Migés* (2). Só nun caso aparece o dígrafo *gu* na palabra *segue* (5).
- A representación da consoante nasal implosiva presenta tres posibilidades con idéntica pronuncia en posición absoluta e interna, incluso ante *p* e *b*.
 1. A primeira posibilidade é a grafía *m*, como aparece en *fym* (2), *dom* (3), *sabam* (7).
 2. A segunda é a grafía *n*; témola en *beens* (7), *viren* (5).
 3. A terceira é o trazo de abreviación sobre vocal, como vemos en *nẽ* (1), *chamã* (1), *forẽ* (2).
- As vocais *u* e *i* presentan tamén variedades nas grafías: mentres que a vocal /u/ pode aparecer escrita con *v* ou con *u* (que é o máis frecuente), a vocal /i/ pode facelo con *i*, *y* ou *j*. Algúns exemplos son: *vsáuel* (4), *vn* (5); *custume* (7), *dúas* (7); *maio* (3), *filla* (3); *térmjno* (3), *Sseauja* (3); *leys* (1), *oýdo* (1).
- A prepalatal fricativa sonora aparece respresentada coas seguintes grafías: coa grafía *i*, como mostra o exemplo *Iohán* (5); coa grafía *j* temos *seja* (1), *jures* (2), *ajuntados* (3); coa grafía *g* temos *gil* (3), *tangida* (5). A prepalatal fricativa xorda aparece en *releixades* (5) e *deixadas* (7) coa grafía *x*.
- Tamén con respecto ás grafías é característica medieval a duplicación de consoantes, sobre todo en posición inicial. Como exemplos temos *ff* en *ffeita* (1), *ffroytar* (2), *ffrey* (3). Temos *bb* en *abbad* (7). E temos *ss* en *passar* (1), *vossas* (3), *cassal* (6).
- Con respecto ó vocalismo hai nos textos palabras que presentan unha forma diferente con respecto á época moderna. Por disimilación temos *tarreo* (5) e por asimilación temos *custume* (5), *obidiente* (7), *midida* (7). Por redución do ditongo *ou* témo-lo caso de *utorgamos* (7).
- É frecuente que aparezan dúas vocais idénticas en contacto formando un hiato, sen que se produza contracción. Atopámo-los exemplos *seerdes* (2), *Ryboo* (3), *bẽes* (4), *vijnte* (5), *San Paayo* (6), *voontade* (5).
- No tocante á preposición *de* con artigo é normal a perda do *-e*; isto tamén se observa co pronome persoal e co demostrativo; vémolos en *do* (1), *da*

(1), *das* (7), *del* (7), *delo* (1), *dele* (2), *delas* (5), *deste* (2), *destas* (3). Esta perda do -e da preposición aparece noutros casos como *d'Abregoi* (2), *d'ambos* (2), *d'oje* (5).

- A preposición *en* mantense cando a palabra seguinte comeza por vocal; vémosto nos exemplos *en ele* (2), *en este* (3), *en el* (5), *en outra* (2), *en hñu* (6). No caso da unión desta preposición co artigo temos asimilación do *l* á nasal: da forma primitiva *enlo* pasamos a *enno* e de aquí a *eno*, para dar paso á forma actual *no*, igualmente acontece no resto do paradigma. Nos textos aparecen as formas asimiladas *enno* (2), *ennas* (3), *eno* (4).
- Temos exemplos da segunda forma do artigo con palabras rematadas en *s*, ás veces sen a asimilación moderna. Aparece *todos los* (5), *todas las* (3), *tódo los* (7), *tódalas* (4). Noutros casos non se fai a segunda forma do artigo; temos nos textos os exemplos *mays as* (5), *mais o* (7).
- Dentro das fricativas ápico-alveolares, a oposición entre xorda e a sonora gráfase con *ss* para a primeira e con *s* para a segunda, e só se daba en posición interior e intervocálica. Nestes textos esta oposición xa desapareceu e a grafía alterna sen ter valor fonolóxico. Así, temos *vosos* (5) fronte a *vossas* (3), *casas* (2) fronte a *cassa* (3), *assý* (3) fronte a *así* (7).
- Para a primitiva africada sonora témosto-la alternancia entre a grafía *s* e a grafía *z*, o que indica que a oposición entre a xorda e a sonora xa non existía. Vémosto en *faser* (4) fronte a *fazer* (2), *voses* (5) fronte a *vozes* (1), *rasões* (5) fronte a *razón* (5).
- Dentro da morfoloxía verbal habería que cita-los participios en -udo: *tanguda* (3), *contiudo* (7). Tamén é salientable a forma *contradezer* (7) e as formas *estouer* (3), *touer* (7), *toberdes* (7), *tebe* (7), etc., que presentan variantes no radical con respecto ás formas actuais.

Todos estes exemplos e moitos que aínda están sen pormenorizar dan mostra do estado da lingua nestes textos notariais do século XV e, en termos xerais, podemos aplicalo ó galego da época medieval.

BIBLIOGRAFÍA

- Buján Rodríguez, M. M., *Catálogo archivístico del monasterio de benedictinas de San Paio de Antealtares*, Santiago de Compostela, 1996, pp. 129-130.
- Del Hoyo, J., *Memorias del Arzobispado de Santiago*, Porto, 1950, Porto y Cía.
- Diplomatica et sigillographica*, en *Folia Caesaraugustana*, Zaragoza, Cátedra «Zurita», Institución «Fernando el Católico» (CSIC), 1984.
- García M. Colombás, M. B., *Las señoras de San Payo. Historia de las Monjas Benedictinas de San Pelayo de Antealtares*, Santiago de Compostela, 1980, Caixa de Aforros de Galicia.

Guyotjeannin, O., Pycke, J. e Tock, B.-M., *Diplomatique médiévale*, Brepols (L'atelier du médiéviste 2), 1993.

López Alsina, F., *La ciudad de Santiago de Compostela en la alta Edad Media*, Santiago de Compostela, 1988, Centro de Estudios Jacobeos.

López Ferreiro, A., *Historia de la SAMI de Compostela*, 11 vols., Santiago de Compostela, 1899-1911, Imprenta del Seminario.

Lucas Álvarez, M., “San Mamed de Seavia, monasterio beneditino en la tierra de Bergantiños (Galicia), anexo a San Payo de Antealtares”, en *Homenaje a Don José María Lacarra de Miguel* IV, Zaragoza, 1977, pp. 330-343.

Novoa G., M. A., *Nociones de paleografía*, Santiago de Compostela, Tórculo, 1995.

ÍNDICE

CONFERENCIAS

Dieter Kremer	
<i>Galicia germánica</i>	9
Ramón Lorenzo	
<i>Emerxencia e decadencia do galego escrito (séculos XIII-XVI)</i>	27

SECCIÓN 1

Marta Dacosta Alonso	
<i>A coordinación na lingua galega medieval, a través das Cantigas de Amor e de Escarnio, Os Miragres de Santiago, A Cronica Troiana e A Coronica de Iria</i>	157
Manuel Domingo Díaz Pérez	
<i>A estrutura comparativa na Crónica Troiana</i>	177
M ^a Sol López Martínez	
<i>Os verbos denominativos na lingua medieval: chamar</i>	195
M ^a Liliana Martínez Calvo	
<i>Os sufixos nominais na Crónica Troiana</i>	209
M ^a Esther Martínez Eiras	
<i>Os sufixos verbais na Crónica Troiana</i>	219
Eduardo Moscoso Mato	
<i>Antepretérito sintético e analítico en galego medieval</i>	227
Anna Maria Nolasco de Macêdo	
<i>Locuções prepositivas nas Cantigas de Santa Maria</i>	235
Carlos Rocha	
<i>Alguns galeguismos em textos medievais portugueses</i>	241
Xosé Xabier Ron Fernández	
<i>Anotacións sobre a coordinación medieval galego-portuguesa dende a praxe traductora: o caso da “Demanda do santo Graal”</i>	251

Carme Silva Domínguez	
<i>Procedementos de determinación no galego medieval.</i>	
<i>Estudio dos determinantes na Crónica Troiana</i>	277
Xosé Soto Andión	
<i>Aproximación histórica ás formas verbais dicir, querer e facer</i>	299
Ana Vidal Meixón	
<i>Aproximación ás causais e consecutivas en galego medieval</i>	317
Agustín Vilariño Martínez	
<i>Estudio de las divergencias entorno a las traducciones ibéricas</i>	
<i>del cap. IX del Erec en prose</i>	329

SECCIÓN 2

Mercedes Alonso Pequeno Mercedes Vázquez Bertomeu	
<i>Lingua e escritura na Compostela do século XV</i>	351
Xosé Henrique Costas González	
<i>Algúns documentos galegos na Sevilla do XIII</i>	363
Víctor F. Freixanes	
<i>Primeiros pasos do galego na radiodifusión: 1933-1936.</i>	
<i>A primeira radio galega</i>	371
Ramón Mariño Paz	
<i>Unha Biobibliografía do Padre Martín Sarmiento (1695-1772)</i>	385
Antonio Puentes Chao	
<i>Breve contribución ó catálogo da traducción ó galego</i>	
<i>durante a segunda metade do s. XIX</i>	401
I.M. Roca	
<i>A Historia Moderna do galego e o continuo poscricioulo</i>	415
Miguel Anxo Seixas Seoane	
<i>Traduccións e versións do alemán ó galego: inventario de 1896 a 1996</i>	425
Maria Zaleska	
<i>Formas gallegas en la documentación notarial: 1550-1665</i>	449

SECCIÓN 6

Raquel Aira González	
<i>Notas sobre a onomástica medieval da terra de Bergantiños</i>	459
Xesús Domínguez Dono	
<i>Aproximación á toponimia de San Xurxo de Codeseda</i>	475
Xosé M ^a Lema Suárez	
<i>Nomes de persoa de Berdoias (A Coruña), de 1761 a 1860</i>	483

Luz Méndez Gonzalo Navaza	
<i>Xentilicios e nomes persoais na toponimia de Chantada</i>	523
César Oro	
<i>Los apodos según algunos documentos medievales gallegos</i>	533
Remedios Sánchez Estévez	
<i>Aspectos xerais da toponimia de Monforte</i>	549
Afonso Toimil Castro	
<i>Aspectos xerais da toponimia do concello de Lalín</i>	561

SECCIÓN 7

Carme Ares Vázquez Primitivo Iglesias Sierra	
<i>O léxico da montaña en A. Noriega Varela</i>	569
Xosé María Carballeira Anllo	
<i>Notas sobre o léxico de José Crecente Vega en Codeseira</i>	589
Emilio Montero Cartelle	
<i>A linguaxe erótica no galego medieval: foder</i>	627
María Xesús Nogueira Pereira	
<i>Achegamento á onomástica na narrativa galega de Álvaro Cunqueiro</i>	637
Paulino Novo Folgueira	
<i>Os insultos. Unha cala na súa expresividade</i>	651
Armando Requeixo	
<i>A lingua galega de Ánxel Fole</i>	677
Xosé M. Salgado	
<i>O estranxeirismo léxico na obra narrativa de Ramón Otero Pedrayo</i>	685
Pilar Vilaboi Freire	
<i>A fraseoloxía galega:</i> <i>aproximacións á descrición do carácter psíquico das persoas</i>	707

SECCIÓN 14

Xosé Bieito Arias Freixedo	
<i>Diverxencias textuais entre o Cancioneiro da Ajuda e os apógrafos italianos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Vaticana</i>	717
Esther Corral Díaz	
<i>Aproximación á forma poética da cantiga de amor B 468 de Afonso X</i>	731
Xoán González-Millán	
<i>Contribución a unha sociocrítica das prácticas filolóxicas</i>	743
María Xesús Lama	
<i>Problemas e condicionantes na edición dun clásico moderno:</i> <i>os Cantares gallegos de Rosalía de Castro</i>	755

Fernando R. Tato Plaza

Sobre o Testamento de Estevo Pérez.

Lectura crítica e nova proposta de datación 765

Valentina María Veiga Alonso

Os documentos baixomedievais do Mosteiro de San Mamede de Seavia

custodiados no arquivo de San Paio de Antealtares 785